

## VIVÊNCIAS DE CAMILO CASTELO BRANCO A PARTIR DA SUA CORRESPONDÊNCIA

JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA





### VIVÊNCIAS DE CAMILO CASTELO BRANCO A PARTIR DA SUA CORRESPONDÊNCIA

JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA





Título: Vivências de Camilo Castelo Branco a partir da sua correspondência

Autoria: José Manuel de Oliveira

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: BRITO, José de (1920). Retrato de Camilo Castelo Branco. Óleo s/ tela (larg. 1,05 m x alt. 1,35 m). Coleção: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Casa de Camilo.

© 2024 Autor

Codição: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Coleção: Teses Universitárias, n.º 15

Este trabalho é sujeito a double-blind peer review.

Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada online (https://letras.up.pt/) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)



ISBN: 978-989-8970-71-8 eISBN: 978-989-8970-72-5 Depósito legal: 537281/24

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-72-5/viv

OLIVEIRA, José Manuel de (2024). Vivências de Camilo Castelo Branco a partir da sua correspondência.

Porto: CITCEM. 674 pp.

Porto, agosto de 2024 (1.ª edição)

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. | Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes - Livros e Distribuição, Lda.

comercial@companhiadasartes.pt

Este trabalho é resultado da tese de doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto orientada pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira e coorientadora pela Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, DOI: 10.54499/UIDB/04059/2020.











É pena que algumas das tuas cartas se não perpetuem em livro. Quem sabe se no século XX andaremos de braço dado pelas futuras vitrines dos livreiros, a explicar o nosso século!

Carta a Carlos Ramiro Coutinho, de [12-09-1873]

Dá esta notícia ao século XXIV para que os meus Plutarcos não aleguem ignorância.

Carta a Francisco Gomes de Amorim, de [1874]

A minha mulher, Maria Helena, e a meus filhos: Ana Filipa, Rui Miguel e João Pedro.

#### SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	13
PALAVRAS PRÉVIAS	17
Helena Carvalhão Buescu	
A «ESCORREGADIA SINCERIDADE DE CAMILO»	23
Irene Vaquinhas	
INTRODUÇÃO	27
1. CORRESPONDÊNCIA PRIVADA	37
1.1. Conteúdos e obrigações formais	41
1.2. Epistolografia: um subgénero literário?	44
1.3. Correspondência oitocentista	47
1.3.1. A valorização do íntimo e do privado	47
1.3.2. A democratização da prática epistolar: contextos e atores	50
1.3.3. Ameaças diversas	59
1.4. Os escritores e a prática epistolar	60
1.4.1. Nos cálamos de Herculano, Camilo, Eça, Garrett e Júlio Dinis	61
1.4.2. Tópicos mais recorrentes na epistolografia de escritores oitocentistas	65
1.5. Edições de correspondência	71
1.5.1. Obstáculos enfrentados e opções tomadas na preparação das edições	71
1.5.2. Formatos, tipologias e fortuna crítica	77
1.5.3. A publicação de epistolários: entre a verdade e a verosimilhança	84
1.6. A importância da epistolografia na Literatura e em História	86
1.6.1. A correspondência e os Estudos Literários	87
1.6.2. A correspondência e a investigação em História	92
2. CORRESPONDÊNCIA DE CAMILO CASTELO BRANCO	101
2.1. Corpus documental	109
2.2. Crítica das fontes	113
2.2.1. Obstáculos ao apuramento das existências	113
2.2.2. Questões de caligrafia	118
2.2.3. Encabeçamentos com nome dos destinatários: escassez e equívocos	124
2.2.4. Descasos na datação da correspondência	126
2.2.5. Omissão dos nomes das localidades	128
2.2.6. Transcrições, omissões e atualizações da grafia	129
2.3. Metodologia de sistematização e de tratamento da informação	133

3. VIVÊNCIAS DE CAMILO CASTELO BRANCO	137
3.1. O profissional das letras	140
3.1.1. O trabalho literário	153
3.1.1.1. As fontes do trabalho literário	154
3.1.1.2. O mito da escrita imediata	164
3.1.1.3. Os materiais de escrita	171
3.1.1.4. Memória ou imaginação?	173
3.1.2. Relações com editores e livreiros	176
3.1.2.1. A arte tipográfica de António José da Silva Teixeira	180
3.1.2.2. As limitadas competências de Eduardo da Costa Santos	182
3.1.2.3. O espírito comerciante de Ernesto Chardron	184
3.1.2.4. Cruz Coutinho: «roubou-me»	186
3.1.2.5. José Gomes Monteiro: erudito e bibliófilo	188
3.1.3. Negociação e venda dos seus escritos	192
3.1.3.1. Bases de negociação	199
3.1.3.2. Camilo editor: da intenção à realidade	205
3.1.3.3. (In)sucessos em conseguir editor e a rejeição dos seus trabalhos	207
3.1.3.4. Pagamentos, adiantamentos e dívidas	210
3.1.3.5. (Re)definição das remunerações durante o processo de escrita	214
3.1.4. Composição e revisão de provas	218
3.1.5. Críticas à produção camiliana	225
3.1.5.1. A liberdade de criação e o «senso público»	226
3.1.5.2. A perspetiva crítica e irónica sobre os seus próprios trabalhos literários	228
3.1.5.3. Entre a consciência do escritor e os escrúpulos do editor	234
3.1.5.4. A crítica de amigos e de terceiros e a receção do público	239
3.1.6. Camilo e a escola realista	250
3.1.6.1. Sobre Eça e os escritores realistas	254
3.1.6.2. Camilo e os processos realistas	261
3.2. Cenários do quotidiano	272
3.2.1. Doenças, médicos e terapêuticas	272
3.2.1.1. Doenças de que era mais queixoso	280
3.2.1.2. Médicos assistentes	290
3.2.1.3. Meios terapêuticos	297
3.2.2. O tempo e as noites	317
3.2.2.1. O tempo	318
3.2.2.2. As noites	328
3.2.3. O leitor e o bibliófilo	342
3.2.3.1. A paixão pelos livros	342
3.2.3.2. Erudito, bibliófilo e negociante	347
3.2.3.3. Pulsares da sua livraria privada	355
3.2.4. Viagens, meios de transporte e hotelaria	370
3.2.4.1. Viagens e residências	370
3.2.4.2. Meios de transporte	382
3.2.4.3. Hotelaria	390
3.2.5. Prazeres e desprazeres da mesa	395

3.2.5.1. Convites e convidados	401
3.2.5.2. Recomendações sobre cuidados alimentares	405
3.3. Amores e humores	406
3.3.1. Entre famílias nucleares e vida amorosa paralela	406
3.3.1.1. Ana Plácido e Manuel Plácido	408
3.3.1.2. Os filhos de Camilo: Bernardina, Jorge e Nuno	423
3.3.2. Os seus amigos	452
3.3.3. Generosidade e ingratidão	461
3.3.4. Correspondência dos leitores	469
3.3.5. Morte e suicídio	472
CONSIDERAÇÕES FINAIS	487
FONTES E BIBLIOGRAFIA	497
Fontes manuscritas	499
Fontes on-line	499
Bibliografia	500
ANEXOS	539



Este livro reproduz a totalidade do trabalho de investigação realizado no âmbito do doutoramento em História, concluído, em 2019, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porém, devido a informações epistolares e documentais supervenientes, procedi a alguns acrescentos de texto e à inclusão de inéditos por entender que são informações do maior interesse para futuros estudos de investigadores.

Sendo de labor predominantemente solitário, um trabalho com estas características pôde contar com o apoio e a prestabilidade de um número muito significativo de pessoas e de instituições, sem as quais ser-me-ia impossível levá-lo a cabo. Mas escasseiam linhas para elencar todos quantos interagiram comigo na realização da investigação e aos quais me sinto penhorado. E são também apoucadas as palavras que traduzam, em largueza e extensão, a enorme dívida de gratidão pelos seus valiosos préstimos. Por ser longa a lista de pessoas e de instituições, vejo-me condicionado a particularizar agradecimentos. Mas àqueles que eu não cito, não lhes sou menos credor, e sublinho o mesmo sentido e fraterno reconhecimento pelos favores com que me presentearam.

Ao professor doutor Gaspar Martins Pereira, pela sábia orientação na elaboração deste projeto científico; pela amável generosidade com que sempre respondeu às minhas solicitações; pelos momentos dedicados a burilamentos da estrutura, a aconselhamentos na análise dos conteúdos e ao apuro das matérias objeto de estudo; pela gratificante cumplicidade que construímos.

À professora doutora Maria da Conceição Meireles Pereira, pela deferência em aceitar a coorientação da minha tese; pelos esclarecidos conselhos e pertinentes reparos; e pela frutuosa disponibilidade intelectual.

À Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pela confiança depositada no meu trabalho, no transcurso de longos anos; e pela autorização concedida na consulta e reprodução dos acervos camilianos do Museu de São Miguel de Seide.

Às instituições públicas ou privadas e aos colecionadores particulares detentores de património literário/documental camiliano, agradeço o altruísmo cultural e as facilidades concedidas nas pesquisas, na cedência de cópias digitais e nas autorizações de publicação: Arquivo Alberto Sampaio (Vila Nova de Famalicão); Arquivo Distrital do Porto; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Arquivo da Universidade de Coimbra; Biblioteca Municipal de Coimbra; Biblioteca Municipal de Penafiel; Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Municipal de Sintra; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; Biblioteca Pública Municipal de Ponta Delgada; Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia; Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Casa de Camilo — Museu. Centro de Estudos (São Miguel de Seide); Casa-Museu Fernando de Castro; Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais — Divisão de Documentação e Arquivo; Fundação Arthur Cupertino de Miranda; Museu do Abade de Baçal; Museu Bordalo Pinheiro; Museu das Comunicações (Lisboa); Museu Imperial de Petrópolis (Brasil); Museu João de Deus (Lisboa); Museu

Nacional Soares dos Reis; Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro); Sociedade Martins Sarmento (Guimarães); Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa; doutor Albino Campos Marques; doutor Damião Vellozo Ferreira; doutor João Afonso Machado; doutor José Manuel Lello; doutor Pedro Couto Soares; doutor Rui Domingues; e doutor Sílvio Cervan.

Ao engenheiro informático Jorge Moreira, pelo profissionalismo, esforço e cuidado na construção da base de dados em Access, que nos tornou possível e facilitou sobremaneira a inventariação das existências camilianas.

Ao CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e às Edições Afrontamento, pelo prémio que me atribuíram; e por consubstanciarem em livro o presente estudo sobre a vida e a obra de Camilo Castelo Branco, o que lhe confere uma ampla escala de divulgação e alcance científico. À doutora Marta Sofia Costa pelo paciente trabalho de edição, ao doutor Nuno Telheiro Martins pela revisão atenta da versão final e às Edições Afrontamento pela cuidadosa impressão da tese.

À professora doutora Helena Carvalhão Buescu e à professora doutora Irene Vaquinhas, arguentes das minhas provas de doutoramento, que aceitaram escrever os textos preliminares, decisões que muito me honram e distinguem.

Aos Mestres, padre doutor Manuel Simões, professor doutor Aníbal Pinto de Castro e doutor João Bigotte Chorão, que me testemunharam a devoção à causa camiliana.

Ao doutor João Paulo Braga, pelas dedicadas atenções, pelo contributo na partilha de ideias e pelo precioso tempo que sacrificou a escutar-me e a aconselhar-me.

Aos Meus Amigos, tão diligentes em privarem e me proporcionarem múltiplas maneiras de retemperar energias, nos poucos intervalos de muitos momentos de obrigatória reclusão e solidão.

Uma palavra muito especial, orvalhada de ternura e saudade, à memória do doutor José Domingues dos Santos e da doutora Fátima Freitas Domingues, a quem a morte impossibilitou de verem terminada esta aventura camiliana, mas à qual emprestaram erudição e carinho, materializados em ensinamentos e na oxigenação dos ânimos.

Agradeço à minha Tribo, sempre presente com amor, compreensão e apoio, sobretudo nas fases de quebrando e desalento, o que muito me ajudou a encarar e a ultrapassar com maior serenidade as dificuldades que foram surgindo.

Em tudo e para com todos, ficarei sempre devedor e grato.

## PALAVRAS PRÉVIAS

HELENA CARVALHÃO BUESCU

A obra agora publicada por José Manuel de Oliveira, digamo-lo desde já, é uma obra notável e representa, sem margem de dúvida, um marco nos estudos camilianos. Não só por aquilo que constitui em si mesma, mas também por aquilo que torna possível no futuro. O próprio título faz prever os caminhos que pode vir a propiciar: *Vivências de Camilo Castelo Branco a partir da sua correspondência*. Por aqui se entende, desde logo, as perspetivas que abre, pelo imenso trabalho investido pelo seu autor nesta investigação. Na verdade, ninguém mais do que José Manuel de Oliveira, desde há várias décadas diretor da Casa de Camilo, em São Miguel de Seide, poderia abalançar-se a um trabalho de escavação como aquele que aqui nos oferece, pondo ao serviço da comunidade camiliana, de leitores e investigadores, todo o seu saber e todo o trabalho de pesquisa em arquivos, bibliotecas, fundos, a fim de trazer à luz documentos epistolares que, de outra forma, teriam ficado no esquecimento.

Porém, este magnífico trabalho de compilação não se fica apenas por um maior conhecimento de Camilo Castelo Branco, e das suas vivências, tal como espelhadas na correspondência. É que a dimensão epistolar, sendo justamente um diálogo no qual Camilo representa apenas um dos polos, permite compreender também as opiniões e as vivências dos seus correspondentes, em diversos momentos da sua vida; e permite ainda compreender, de forma mais significativa, a vida literária, cultural, e até mesmo social e política do norte de Portugal, a que Camilo sempre se sentiu muito ligado. E, por esta via, as vivências de Camilo Castelo Branco exprimem também a vida literária, social, cultural da segunda metade do século XIX; e dão-nos acesso a muitas das angústias que assombraram a vida camiliana, como certamente a de muitos escritores da época, como a dificuldade de viver da sua escrita e, consequentemente, as tentativas para encontrar um caminho que, pela escrita, lhe permitisse responder às necessidades da sua vida, bem como a dos seus familiares. Camilo teve, como se sabe, uma vida muito acidentada, cheia de sobressaltos e preocupações, desde a sua relação passional com Ana Plácido, razão da sua prisão na Cadeia da Relação do Porto, onde escreveu uma das suas obras mais conhecidas, Amor de Perdição, até às dificuldades dos seus filhos, nomeadamente a saúde mental de Jorge, de que ele nunca se desligou. Tudo isto, com as consequências financeiras e existenciais tão bem expressas na sua correspondência, bem como a doença (sífilis) e a cegueira por esta originada, foi o que o levou ao suicídio, em 1890.

Estes e muitos outros episódios de uma vida perturbadoramente romântica tornaram Camilo uma espécie de ícone, e a sua correspondência preserva e manifesta a sua consciência de como vida e obra estavam existencialmente ligadas. Temos assim acesso, através da sua correspondência, que este magnífico livro de José Manuel de Oliveira colige, descreve, e analisa, a um património camiliano de enorme riqueza, cujo valor para a leitura da sua obra não pode, desde agora, deixar de ser considerada. Podemos, em minha opinião, considerá-lo uma revolução nos estudos camilianos, como disse também pelo que ele permitirá a futuros leitores, críticos e pesquisadores interessados não apenas em Camilo, mas, igualmente, na vida literária e sociocultural do Portugal da segunda metade do século XIX.

É por esta razão que o próprio índice deste trabalho nos aponta à abundância de direções e informações que podemos extrair da correspondência de Camilo, em que, ao lado dos «cenários do quotidiano», encontramos «o profissional das letras», «o trabalho literário», as «relações com editores e livreiros», a «negociação e venda dos seus escritos», a «composição e revisão de provas», bem como as «críticas à produção camiliana» e as relações entre «Camilo e a escola realista». Por este elenco, se pode ver como a correspondência camiliana cobre um conjunto vastíssimo de documentos cujo conhecimento pode agora começar a ser divulgado e utilizado, a bem dos estudos camilianos. A mesa, os amores e humores, as viagens, os amigos e seu posicionamento relativamente a Camilo, as doenças que mais o afetaram, a sua paixão pelos livros, que o tornou bibliófilo — enfim, por esta breve descrição se toma de imediato conta do valor desta correspondência, que José Manuel de Oliveira pôde compilar, carreando informações de toda uma série de fontes, manuscritas, hemerográficas e on-line, bem como da bibliografia existente e outras fontes impressas. Tudo isto é cuidadosamente referenciado e identificado, constituindo uma evidência da generosidade científica característica do autor, bem como do seu profundo conhecimento não apenas da obra camiliana, mas ainda dos correspondentes com quem Camilo se carteou, entre «generosidade e ingratidão» que foi recebendo.

Espera-se, assim, que José Manuel de Oliveira possa prosseguir os estudos camilianos que já deram origem a este trabalho, dele aproveitando informação preciosa para construir mais uma biografia, que incorpore de forma orgânica o material e os documentos que aqui se apresentam, juntando-se, assim, a vários críticos que viram na aproximação biográfica a uma vida passional a possibilidade de contar, afinal, mais do que apenas uma vida: de Alberto Pimentel, contemporâneo de Camilo, a autores tão diversos como Teixeira de Pascoaes, Agustina Bessa-Luís e Jacinto do Prado Coelho, a dimensão biográfica torna-se, desta forma, também uma magnífica porta de entrada para a dimensão crítica e hermenêutica da fascinante prosa de Camilo. Este excelente contributo de José Manuel de Oliveira é, pois, um passo decisivo para a revisão e o aprofundamento da leitura da extensa obra camiliana.

Aliás, a parte inicial deste trabalho é justamente dedicada ao conceito de epistolaridade, que determina os principais critérios utilizados pelo autor para compor e descrever o acervo que pôde coligir da correspondência camiliana. O leitor apercebe-se, assim, da complexidade hermenêutica em que o estudo da epistolaridade está inserido, numa oscilação entre oralidade e escrita, na perceção do fator de ausência a que a carta tenta responder com uma vontade (literata) de copresença, na espontaneidade eivada de construção e diferimento que inevitavelmente marca o impulso epistolar. Privacidade e recato da carta inserida num envelope representam também a oscilação entre público e privado, de que toda a correspondência afinal vive. Todos estes aspetos são tomados em consideração por José Manuel de Oliveira, de forma que o leitor compreenda a complexidade da situação epistolar, mormente quando, como no caso, esta se relaciona com uma vida literária tão intensa como é a de Camilo. Trata-se, por

isso, de um capítulo que enquadra a própria noção e a própria prática da correspondência, permitindo aquilatar o valor da assinada por Camilo Castelo Branco.

O presente volume apresenta-se, pois, como um extraordinário instrumento de análise para a compreensão da multímoda obra literária de Camilo Castelo Branco, pelo que a sua disponibilização por José Manuel de Oliveira constitui um ato muitíssimo relevante no quadro da apreciação da escrita literária no século XIX, bem como das relações entre vida e obra, vitais para a prática literária camiliana.

Por todas estas razões, a que acresce uma cuidada construção de uma base de dados que, quando disponibilizada *on-line*, poderá ser consultada por todos os interessados na bibliografia camiliana, este volume de José Manuel de Oliveira constitui-se, a partir de agora, como um trabalho imprescindível para todos os leitores e pesquisadores que se interessam pela obra de Camilo Castelo Branco. Não é de mais sublinhar, como atrás disse, o seu valor intrínseco e a generosidade de que dá provas, ao tornar acessível a todos os interessados um manancial de tão grande valor para o conhecimento do nosso grande romântico.

Lisboa, 10 de maio de 2023

# A «ESCORREGADIA SINCERIDADE DE CAMILO»

IRENE VAQUINHAS

As correspondências pessoais constituem uma importante fonte para o estudo da vida privada e quotidiana, permitindo perscrutar a sociedade de uma forma que os documentos convencionais, os livros ou os periódicos não viabilizam, desde os assuntos triviais do dia a dia às paixões avassaladoras ou aos sonhos silenciados, entre tantas outras matérias. Na atualidade, o interesse por este tipo de fonte tem-se intensificado, acompanhando o culto do indivíduo e o acolhimento que lhe é dado nos *media*, a par do desenvolvimento dos estudos culturais que trouxeram para o centro dos debates teóricos a questão da narrativa e a «redescoberta do autor».

O efeito do íntimo, como lhe chamam alguns historiadores, induzindo a presença do autor das missivas, num misto de «proximidade e de verosimilhança», como assinala Ana Cristina Araújo, constitui um dos grandes fatores de fascínio das correspondências privadas. Estas intrigam, suscitam curiosidade, evocam afinidades, revelam confidências ou angústias, fazem sorrir ou causam tristeza, tendo o condão de nos interpelar e de despertarem emoções e sentimentos. Se acrescentarmos a estas características o prazer da sua leitura quando o autor é um dos «gigantes» da literatura portuguesa, com o dom da palavra e o magnetismo da escrita, como é o caso de Camilo Castelo Branco que se evoca nesta obra, estão criadas as condições para uma encantatória conversa interior.

Ao rastrear e proceder à análise do *mare magnum* da correspondência do romancista, num total de 3563 cartas, redigidas em quarenta e seis anos, de 1844 a 1890, entre os 19 e os 65 anos, José Manuel de Oliveira faz emergir o homem por detrás do escritor, avançando para uma reflexão sobre o seu papel como um agente histórico qualificado, no sentido em que a sua correspondência ajuda a compreender como modelou a sua obra, pela descodificação das materialidades da escrita e condições da sua produção, e, em simultâneo, detetar como aquela traduz formas de sentir e de agir de grupo ou de grupos constitutivos da sociedade nos quais Camilo se enquadra. Constitui, por conseguinte, uma fonte relevante para o conhecimento socio-histórico da época a que se reporta, contribuindo para interpretar as estruturas emocionais, os imaginários coletivos, os valores morais e estéticos do tempo.

O livro agora publicado sob o título *Vivências de Camilo Castelo Branco a partir da sua correspondência* e que reproduz, com ligeiras alterações, a tese de doutoramento em História, orientada pelos doutores Gaspar Martins Pereira e Maria da Conceição Meireles Pereira, defendida no ano de 2019, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e galardoada com o prémio CITCEM/Afrontamento, configura um estudo rigoroso, amplo, colocando em diálogo a História e a Literatura, diluindo fronteiras entre as duas áreas do conhecimento e abrindo portas à interdisciplinaridade, sobretudo, à Antropologia e à Sociologia.

Mostra-nos como esse cruzamento proporciona um melhor conhecimento do romancista, do seu ambiente familiar e convivial, em particular das redes em que se movia: de parentesco, de amizade, de polémica intelectual ou de gestão editorial, dando visibilidade a esse universo que estaria unicamente reservado a quem se aventurasse a mergulhar nos arquivos.

Como se de um documento etnográfico se tratasse, faz-nos aceder, através da análise meticulosa dos múltiplos fragmentos e pistas deixadas pelo autor, ao imenso fresco de situações do quotidiano e da intimidade de Camilo Castelo Branco, que ajudam a traçar o seu retrato psicológico e humano. No fundo, o seu lado do avesso: as queixas e as rabuges; as noites e os dias; as exigências de atenções e de cuidados; as doenças, as reais e as imaginárias; as mudanças bruscas de humor; as preocupações permanentes com os dois filhos homens; a presença atenta e discreta de Ana Plácido, o pilar da casa; a tranquilidade e o bem-estar afetivo que a filha e respetiva família lhe proporcionavam; as dificuldades financeiras; as marcas do envelhecimento; a progressiva e inelutável cegueira que o conduziria à morte.

Nesse campo específico, esta obra constitui uma mina informativa para historiadores, abordando uma larga heterogeneidade de matérias com interesse para a história da vida privada e quotidiana, desde as formas e os espaços da sociabilidade, à vilegiatura balnear, passando pela alimentação ou por questões mais íntimas e sofridas. O privado é o universo do segredo, dos sentimentos, da reflexão sobre si ou sobre os outros, dando os registos azo à reconstituição do vivido ou da esfera da individualidade e, neste caso, da própria condição masculina, ou antes, do papel do homem na família, na relação com a paternidade ou os afetos.

Nesse âmbito, Camilo Castelo Branco autorrepresenta-se como um homem frágil e vulnerável, pouco consonante com o ideal normativo de virilidade oitocentista que exige ao homem certos critérios de aparência e de comportamento, como o sangue-frio, a coragem, o controlo de si e das paixões, a serenidade e a discrição. Camilo não parece corresponder inteiramente a esse estereótipo oitocentista, afigurando-se mais próximo da sensibilidade do homem do romantismo, vivendo, de uma forma original, a sua singularidade e independência. Porém, no teatro improvisado da correspondência, a verdade e a ficção estão enleadas. Qual a parte de realidade e de fantasia? Creio que José Manuel de Oliveira põe o dedo na ferida ao evocar a «escorregadia sinceridade de Camilo»...

José Manuel de Oliveira traz-nos um livro para ler, pensar e aprender. Constitui a melhor homenagem que poderia prestar ao patrono da Casa de Camilo, a qual também é o seu lar...

Coimbra, 2 de julho de 2023

INTRODUÇÃO



Camilo Castelo Branco usou a correspondência como meio privilegiado de comunicação com uma grande variedade de destinatários do seu alargado círculo de conhecimentos e do seu grupo restrito de relacionamentos íntimos.

Nos mais diversos formatos de papel e para múltiplos fins, em diferentes situações de simples comunicação e de afetividade, de mérito e de crítica, de encómio e de conflito latente, de alegria e de tragédia, o romancista de São Miguel de Seide converteu a sua narrativa epistolar na mais singular entre as que foram produzidas pelos nossos ilustres escritores. Conjugou a sua escrita de improviso, de reconhecida originalidade e expressividade, com dotes incomuns de espírito e de graça, aliados a uma peculiar capacidade de fazer rir e de provocar a lágrima à custa de patéticas vicissitudes, de dramas próprios e alheios e de episódios do quotidiano pessoal, familiar, social e político.

O modo como observou e encarou as suas vivências, com as lunetas do contundente sarcasmo, e a forma como as representou e apresentou aos destinatários ainda hoje «surpreendem e arrebatam» e provocam «o fascínio e o arrepio» dos seus leitores¹. Na sua correspondência, tem-se acesso à condição humana do escritor público. Entre demais realidades possíveis, a correspondência revela: a pessoa amargurada, generosa e polémica; o autor literário de dedicação exclusiva, desde os balbucios da carreira de escritor à glorificação nas Letras; o doente hipocondríaco e o paciente necessitado de cuidados e tratamentos médicos; o pai extremoso, benevolente e resignado; o amante ciumento e o companheiro dependente e grato; o intelectual insaciável e o bibliófilo erudito; o leitor compulsivo e o estudioso de temas históricos e de genealogia.

O presente trabalho de investigação focar-se-á nas vivências de Camilo Castelo Branco, e terá como fonte documental a correspondência de cariz privado, que o escritor remeteu a pessoas e instituições. Todavia, consideraremos algumas cartas-prefácio, cujos conteúdos sejam relevantes para as questões a problematizar, bem como alguma epistolografia que lhe foi endereçada por personalidades conhecidas ou pessoas anónimas.

No dicionário que Camilo fora aconselhado a compulsar «com mão diurna e noturna»², a definição de «Correspondência» incorpora, entre os vários significados, duas aceções fundamentais: a do ato de alguém se corresponder, escrevendo cartas e recebendo delas resposta; e a do «conjunto de cartas e telegramas, que alguém expede ou recebe, tanto em negócio comercial, como familiar, político, etc.»³. Nesta última, valorizam-se apenas «cartas e telegramas», ainda que a correspondência compreenda outros escritos em papel, nomeadamente, cartões, cartões de visita, bilhetes, bilhetes-postais ou simples papéis avulsos. Na quase totalidade da bibliografia acerca desta temática, há uma maior ocorrência de utilização da palavra «carta», em detrimento da referência a outros escritos. O facto decorre, em nosso entender, da circunstância de as «cartas» terem maior relevância nos acervos epistolares, quer quanto ao número

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> ROCHA, 1994: 571, 575.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> CASTELO BRANCO, 1927: II, 22.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> SILVA, 1890: 550.

de existências quer quanto à quantidade e à qualidade da informação aí contida. No decurso deste trabalho, usaremos «correspondência», ou a sigla «C.», para nos referirmos, nas notas de rodapé, aos escritos a consultar, em prosa e em suporte de papel, qualquer que seja o seu formato, uso e extensão.

Com destino ao Rio de Janeiro, Camilo ofereceu a Luís Guimarães Júnior, em 1882, 572 autógrafos epistolares, que lhe haviam sido endereçados por conhecidas personalidades do seu alargado círculo de relacionamentos. Ao comunicar-lhe a remessa do acervo, valioso pelo prestígio dos remetentes envolvidos e pela quantidade de exemplares, o romancista de Seide auspiciou a importância da epistolografia como fonte documental, para o conhecimento do período oitocentista e dos seus protagonistas:

Tem V. Ex.ª muito que ler nas noites de inverno, quando o enfastiarem os teatros. Decerto encontrará nas cartas de Castro, António Augusto, etc. muitas apreciações de homens contemporâneos, cujo melindre na divulgação V. Ex.ª compreenderá. O certo é que alguém no futuro, os seus filhos, quando estudarem esta época, terão bons auxiliares nesses papéis. O que eles e V. Ex.ª devem rejeitar é o que por aí encontrarem de louvor para mim⁴.

Se assim o é para individualidades de diversos quadrantes da sociedade portuguesa do século XIX, os «papéis» de correspondência assumem ainda maior relevância em escritores como Camilo Castelo Branco. O autor estabeleceu, na construção das suas narrativas novelescas, uma relação umbilical com a vida do seu tempo, transformando essa vida em Arte; e criou uma conexão, ora subtil ora declarada, da sua própria vida com as histórias ficcionais produzidas. Ao metamorfosear a realidade epocal em ficção; ao utilizar episódios biográficos em matéria novelística; e ao assumir, tantas vezes, o estatuto ambíguo de narrador e de personagem das suas construções ficcionais; Camilo colocou os leitores «numa espécie de baile de máscaras»<sup>5</sup>, no qual estes são tentados a filiar, à narrativa, episódios biográficos que conhecem do escritor e, em muitos casos, a assumi-los como verdadeiros<sup>6</sup>.

Como refere Jacinto do Prado Coelho, este esbatimento de fronteiras entre ficção e realidade não pode nem deve confundir o crítico literário e o biógrafo no cumprimento das premissas que definem o trabalho científico de um e de outro. Nem o crítico literário pode subjugar o estudo dos textos literários à arriscada «reconstituição» do percurso biográfico do escritor, nem o biógrafo pode interpretar, de modo literal, as aparentes verdades biográficas vertidas pelo criador ficcional nas suas obras, sob pena de incorrerem em descrédito as

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> C. a Luís Guimarães Júnior, de 20-09-1882. In Acervo de Alexandre Cabral, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> COELHO, 1982: 27.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Jacinto do Prado Coelho sintetizou esses pontos de referência biográfica: «a bastardia», «a orfandade», «as tradições familiares», «o convívio com o povo e com a paisagem», «a formação religiosa», «o meio portuense: fidalgos e burgueses», «o meio portuense: a mocidade romântica», «as vicissitudes pessoais», «a pobreza e a doença» e «profissão: escritor» (COELHO, 1982: 27-103).

asserções de ambos. Porém, para Jacinto do Prado Coelho, Camilo não deixa de se assumir como um caso singular:

Quando o crítico aduz o contexto em que se gerou a obra camiliana para melhor a entender e fruir, não exorbita, penso eu, das suas funções próprias. E em casos como o de Camilo a leitura fica enriquecida por um modo de intertextualidade que nos situa entre (com) o «texto» da vida vivida e o texto da obra em que ela se transpõe ou configura. Os significados ganham conotações novas pelo conhecimento dos «referentes» avocados na diegese; acedemos assim a um jogo de verdade e de fingimento, em que os mitos da ficção se confundem com os mitos da biografia<sup>7</sup>.

É nesta sensata equação de «biografia-obra», proposta por Jacinto do Prado Coelho para Camilo, que a investigação da sua correspondência assume relevante interesse, na perspetiva da valorização da intertextualidade entre registos autobiográficos e textos ficcionais. Ou seja, se os estudos e as sistematizações em torno de registos autobiográficos camilianos, entre os quais a correspondência ocupa lugar de destaque, contribuem, de facto, para o melhor conhecimento da vida do criador literário; e se os estudos biográficos reúnem condições para auxiliar o entendimento do espírito de Camilo e elucidar, ou ajudar a enquadrar, os processos de construção das suas narrativas; este trabalho reveste-se, cremos, de pertinência e de alcance<sup>8</sup>.

O estudo das vivências do romancista que nos propomos fazer tem mais significado por nos defrontarmos com a enorme escassez, diríamos mesmo, a inexistência, de trabalhos que façam análises globais e problematizações transversais das temáticas transpostas pelo romancista para os textos epistolares. Relativamente ao acervo de correspondência de Camilo, destaca-se o uso de cartas para dois tipos de situações. Por um lado, nas edições dadas a lume, em que, apesar dos relevantíssimos esforços e resultados na tarefa de inventário do epistolário camiliano, os autores focam e concentram os seus reais propósitos na divulgação de transcrições e de reproduções das missivas, antecedendo as coletâneas e os artigos em publicações periódicas de pequenas notas introdutórias e explicativas, relegando para segundo plano, ou esquecendo por completo, a correspondência por ele recebida. Há projetos editoriais que efetuam a transcrição das missivas do novelista, mas olvidam a necessidade de ser elaborada uma nota biográfica do destinatário, o histórico da amizade que unia o novelista ao seu correspondente e os contextos da produção epistolar. Por outro lado, no âmbito da biografia, há trabalhos que se debruçam, com rigor, objetividade e profundidade, sobre a epistolografia camiliana e a usam, entre outras fontes, como suporte documental e comprovativo das matérias em estudo.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> COELHO, 1982: 28.

<sup>8</sup> É de referir, a este respeito, a reflexão de Eugénio Lisboa: «As biografias, em suma, estão para ficar, porque, se ajudam a conhecer o homem, também servem, de vez em quando, para melhor iluminar a obra. O fundamentalismo antibiografista é, como todos os fundamentalismos, um exagero» (LISBOA, 2019: 10).

A inexistência de obras que analisem a vida a partir da sua correspondência, ou escudando-se, sobretudo, neste acervo documental, é transversal aos nossos escritores oitocentistas, não se verificando, em Portugal, o que sucedeu em França, quanto a trabalhos produzidos sobre escritores do mesmo período. Vejamos alguns exemplos: *Balzac : sa vie et ses oeuvres d'après sa correspondance* (1858), por L. Surville; *Dostoievski d'après sa correspondance* (1911), por André Gide; *Pour une esthétique de Flaubert : d'après sa correspondance* (2000), por Thierry Poyet; *Victor Hugo en exil : d'après sa correspondance avec Jules Janin* (2018), por Janin Noel Clement; e *Paul Mariéton d'après sa correspondance* (2018), por Eugène Vial.

Ao longo das últimas duas décadas e meia de trabalho desenvolvido na Casa-Museu de Camilo e no Centro de Estudos Camilianos, destinado a promover o estudo e a divulgação da vida e da obra de Camilo Castelo Branco, ao nível pedagógico, didático e científico, fomos realizando um conjunto variado de leituras que compreenderam obras da bibliografia do escritor, de estudos científicos sobre a sua vida e a sua produção literária, além de livros escritos por outros autores oitocentistas. Ler correspondência do novelista, a que ele enviou e a que recebeu, resultou também da curiosidade intelectual que nos foi suscitada por Manuel Simões, Aníbal Pinto de Castro e João Bigotte Chorão. Todos defendiam que o estudo aprofundado da epistolografia camiliana seria um documento imprescindível para o conhecimento da vida e para a compreensão dos mecanismos da criação ficcional de Camilo. Nas conversas tidas com Alexandre Cabral, nos últimos anos da sua vida, foi-nos transmitida idêntica opinião e interesse por esses retângulos de papel, nos quais o escritor ia imprimindo os retratos mais díspares de uma vida intensíssima. E estas vivas impressões foram, com o decorrer dos anos, reforçadas e complementadas em partilha de ideias com camilianistas de proa. No entanto, há estudiosos de Camilo que nos revelaram nunca ter lido uma carta do romancista; e outros que afirmaram ser improvável citarem a correspondência nos seus trabalhos académicos.

Da leitura informal da epistolografia, e ainda antes de iniciarmos o presente trabalho, fomo-nos questionando acerca de certos conteúdos epistolares, para os quais não se tinham encontrado respostas. Afloraram-se-nos dúvidas sobre certas questões, que para os biógrafos eram dadas como adquiridas, e pareciam não oferecer contestação. Por isso, traçamos uma série de questões orientadoras da investigação a desenvolver.

Um dos primeiros aspetos a fixar a nossa atenção foi o elevado número adiantado por Alexandre Cabral ao quantificar as páginas de correspondência que Camilo fez chegar aos seus destinatários: cerca de quinze mil. Além disso, o investigador afirmou que seria possível recuperar aproximadamente seis mil espécies<sup>9</sup>. Sempre nos interrogámos em que se terá baseado para apresentar estas estimativas. Por outro lado, ao referir as cifras de «15 000 páginas de correspondência» e de «30 000 páginas correspondentes aos 137 títulos de "obras originais"», estaria Alexandre Cabral a definir os mesmos parâmetros para uma página de correspondência e para uma página de texto ficcional? Se fosse esse o critério, o romancista teria

<sup>9</sup> CABRAL, 1995: 12-13.

escrito uma quantidade de correspondência equivalente a metade das páginas de todos os títulos originais da sua produção ficcional. Não nos parecendo isto possível, temos a intenção de apurar o número mais exato possível de peças epistolares a cuja leitura o leitor contemporâneo pode hoje aceder.

Pretendemos saber o número de destinatários a quem se dirigiu e de quem se tratava, elaborando uma lista alfabética com os seus nomes, complementada com a enumeração dos remetentes que lhe endereçaram missivas<sup>10</sup>. Tais listagens facultarão uma visão global e uma amostra fiel do vasto leque de relações e de influências camilianas. Todavia, estamos conscientes de que serão sempre listas em aberto, porque, a qualquer momento, podem ser enriquecidas com nomes de outras personalidades ou instituições, com o surgimento de mais correspondência, até agora desconhecida.

Entre a pluralidade de assuntos tratados nas missivas, queremos especificar quais os principais temas aflorados por Camilo, ou seja, identificar aqueles que mais se destacam do conjunto. Sabemos que os biógrafos camilianos se focaram nos problemas de saúde do novelista e acreditavam ser essa a matéria que mais borbulhava das suas páginas. Poderemos nós, em termos estatísticos, rebater ou confirmar esta perceção geral dos estudiosos e dos interessados nas temáticas camilianas de que as doenças foram o assunto mais recorrentemente confessado aos seus destinatários? Quais os padecimentos que foram objeto de maior queixume e a que tipo de tratamentos o escritor se submeteu para minimizar ou ultrapassar os incómodos sentidos?

Interessa-nos também verificar o modo como o epistológrafo representou os membros do seu agregado familiar, sobretudo os da sua segunda família nuclear, e que tipologia de afetos foram configurados na sua correspondência. Órfão de mãe e de pai; casado por duas vezes; pai de quatro filhos e, para muitos, presuntivo de outro; procuramos conhecer como Camilo geriu as emoções no seio do lar, e, acima de tudo, qual a importância que Jorge, o filho louco, teve na vida emocional e literária do pai.

Considerado o primeiro profissional das Letras português, e com uma produção de 180 volumes de originais, além de outra bibliografia que compreende, nomeadamente, polémicas, escritos diversos e avulsos, obras traduzidas, revistas e anotadas, queremos tentar compreender como ele conseguiu administrar a sua carreira, lidar com os editores, negociar os seus escritos, dedicar-se ao trabalho incomensurável de revisões de provas de primeiras edições e das que se seguiram. E, sendo um bibliófilo de múltiplos interesses, norteia-nos o objetivo de compreender como Camilo alimentou o gosto pelos livros e manuscritos antigos e construiu as suas várias bibliotecas.

É também uma questão importante obter dados que comprovem ou desmintam um dos mitos que pende sobre o novelista: o do solitário de Seide<sup>11</sup>. Perante as informações

 $<sup>^{10}</sup>$  Em termos de correspondência recebida, tomaremos como base de trabalho o Acervo de Correspondência do Museu de São Miguel de Seide.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> O tema foi objeto de estudo, pelo menos, em dois trabalhos: CORREIA, 1925: 271-273; LINS, 1956.

epistolares, comprovar-se-á a ideia de que esteve mais recolhido e isolado na aldeia de Seide, evitando deslocações, furtando-se a relacionamentos e mantendo-se afastado dos amigos?

Outra questão pertinente relaciona-se com o tempo despendido na produção das suas obras literárias. Serão estas resultado de uma escrita célere ou de uma escrita imediata? Foram produto de momentos de inspiração ou terão exigido tempo de preparação e de maturação?

A investigação e o estudo que realizaremos terão como balizas cronológicas a primeira e a última carta conhecidas, datadas e remetidas pelo escritor (21 de janeiro de 1844¹² e 30 de maio de 1890¹³), e incidirá sobre todas as peças epistolares camilianas que conseguirmos encontrar. O inventário das existências será o mais exaustivo possível, por entendermos que é o único critério que nos permitirá ter uma amostra expressiva de representatividade do conjunto, ainda que estejamos conscientes de que a tarefa nunca ficará de todo concluída.

Contemplaremos no nosso trabalho os autógrafos originais, na posse de colecionadores particulares e existentes em arquivos, bibliotecas ou museus, incluindo os da Casa de Camilo, em São Miguel de Seide. A pesquisa considerará nessa inventariação as coletâneas de epistolografia, artigos em revistas e jornais e fac-símiles em edições avulsas. Serão realizadas pesquisas em catálogos de alfarrabistas, em especial, os que foram editados para a realização de leilões e em que se transcreveu a correspondência levada à praça. E daremos especial atenção ao Acervo Camiliano de Alexandre Cabral, com destaque para a documentação epistolográfica. Durante muitos anos, o escritor neorrealista e investigador camiliano compilou e transcreveu centenas de missivas de Camilo, muitas delas aproveitadas para artigos editados em publicações periódicas e para a preparação de diversos volumes, que saíram com a chancela das editoras António Maria Pereira e Livros Horizonte.

No tratamento técnico e intelectual dos exemplares de correspondência inventariada, será usada uma base de dados, em suporte digital, por nós concebida e construída de raiz para este propósito, usando o *software Microsoft Access*. Para cada peça epistolar será elaborado um registo informático próprio, em que a folha de recolha de dados compreenderá, além de outros campos, os de descrição física, de transcrição integral do texto redigido pelo escritor e de representação dos assuntos tratados no documento, usando, para este efeito, descritores.

Os principais obstáculos que limitarão ou dificultarão a nossa tarefa prendem-se com três aspetos. O primeiro relaciona-se com a grande dispersão dos manuscritos autógrafos, em Portugal e no Brasil. As instituições públicas e privadas permitem a consulta dos originais, mas o mesmo não acontece com os colecionadores privados: não conhecemos todos os que possuem peças epistolares de Camilo, e algumas das pessoas que os têm em sua posse não facultam a sua leitura. Em segundo lugar, há uma grande dispersão de transcrições e de fac-símiles em jornais e revistas portuguesas e brasileiras, em coletâneas de correspondência, em obras de pendor biográfico e em livros, onde uma ou várias cartas de Camilo foram

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> C. a Vitorino José de Carvalho, de 21-01-1844. In MENEZES, 1965b: 105.

 $<sup>^{\</sup>rm 13}$  C. a João de Oliveira Ramos, de 30-05-1890. In CASTELO BRANCO, 2002: 1103.

divulgadas. Por fim, entre as dificuldades a enfrentar, estará a impossibilidade de acesso a todos os manuscritos autógrafos que foram transcritos e publicados, o que não permitirá efetuar a comparação entre o texto original e a transcrição apresentada ao leitor. Seria essa a situação ideal, mas também nunca foi nosso propósito fazer uma edição crítica de correspondência. A ser assim, tal tarefa consumir-nos-ia imenso tempo e obstaria à conclusão do nosso trabalho.

Na redação da presente tese, adotaremos o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990. Em face disso, procederemos à atualização das grafias, respeitando, todavia, a pontuação feita pelos autores, mesmo que, em certos casos, se nos afigure incorreta. Permitir-nos-emos corrigir algumas palavras com erros na sua escrita/transcrição, sobretudo quando entendermos que se trata de gralhas ocasionadas durante a composição tipográfica. Sempre que nos for possível, compararemos o manuscrito autógrafo com a respetiva transcrição impressa, principalmente nos casos em que forem utilizados parágrafos da correspondência no corpo do texto.

No texto principal, nas notas de rodapé e nas fontes e bibliografia, atualizar-se-á a ortografia referente aos nomes das personalidades e entidades citadas, bem como os nomes dos autores, os títulos das suas obras e as designações das empresas e das livrarias editoras, procurando, assim, uma uniformização ortográfica.

## 1 Correspondência privada

# Camillo Castello Branco

Ermette e pede tegrels

Quinta de Seide

A correspondência teve origem na necessidade de enviar uma mensagem escrita, normalmente em prosa, ora em resposta a «coisas» perguntadas, ora «noticiando novidades, ou ainda para entretenimento de relações»<sup>14</sup>, em resultado da separação física de entidades que se conheciam e se relacionavam, e da impossibilidade do diálogo verbal entre elas, no momento da sua produção. Para superar a incapacidade do colóquio presencial, ou para minimizar estados de alma atormentados pelo afastamento ou pela solidão, gerou-se, apesar de limitado ou condicionado, um suporte alternativo à voz e à expressão das emoções. Este promovia a comunicação entre pessoas ausentes, e permitia que um dado emissor, em dinâmicas alimentadas por estímulos socioafetivos, se fizesse lembrado e partilhasse ou desse conhecimento de assuntos do seu interesse e do proveito do destinatário a quem se dirigia, e vice-versa.

Há autores que sugerem que cartear-se com alguém é materializar um diálogo. Foi Cícero quem primeiro adiantou a definição da correspondência como uma conversação entre pessoas ausentes: «amicorum colloquia absentium»<sup>15</sup>. Mas o significado não é consensual. O diálogo obriga à existência de duas pessoas alternando no estatuto de emissores e de recetores, ao intercâmbio de comunicações em língua que ambas dominem e à concentração da atenção dos interlocutores no acontecimento dialógico. Embora se verifiquem as outras condições, o intercâmbio de papéis na correspondência apresenta uma singularidade: acontece sempre em diferido no tempo e no espaço<sup>16</sup>. Para todos os efeitos, a atividade epistolar coloca em confronto a presença e a ausência, a oralidade e a escrita. E a determinação de alguém se relacionar com dada pessoa, aproveitando a correspondência para intermediar a comunicação entre ambos, restringe o diálogo a um solilóquio, a um discurso que dá oportunidade ao outro interlocutor de responder, ou de retorquir, mas só em outro momento e em outro lugar.

«Cartearse [...] no es hablarse»<sup>17</sup>. Estamos apenas perante uma parte do diálogo: «una carta no reproduce una conversación (aunque compense, a veces, su ausencia) parcial o completamente, excepto cuando la cita»<sup>18</sup>. A carta acarreta um outro tipo de relação: «un entenderse sin oírse, un quererse sin tactos, un mirarse sin presencia». Por isto, Salinas mantém uma certa resistência ao conceito que define a carta como um diálogo entre interlocutores ausentes, ou como um lugar animado por um diálogo realizável à distância<sup>19</sup>.

Redigida para enflorar o canteiro das afetividades e preencher o vazio causado pelo intervalo de dois encontros físicos, a correspondência transformou-se num género provido de características próprias «entre todos os outros abrangidos pelo modo narrativo»<sup>20</sup>.

<sup>14</sup> CAMPAGNE, 1886: 173.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> CICERONIS, 1792: 131.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> DOLL CASTILLO, 2002: 33-57.

<sup>17</sup> SALINAS, 1983: 228.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> GUILLÉN, 1989: 302.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> SALINAS, 1983: 228.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> CASTRO, RIBEIRO, 1997: 328.

Pelas especificidades resultantes da sua forte marca comunicacional e confessional, a epistolografia é, no imaginário coletivo, um lugar de expressão de afetividades e de representação de experiências pessoais, um espaço sagrado e consagrado à exposição de confidências. Portadora de uma áurea convidativa a que nela se projetem ou se revelem sentimentos, a epistolografia é uma chave de ouro que auxilia a abrir o cofre, onde se protegem de terceiros os segredos que habitam a privacidade e a intimidade. Deriva daqui a perceção generalizada e enraizada de que, nestes escritos, o autor da narrativa se desnuda<sup>21</sup>, consciente e involuntariamente, retrata a alma<sup>22</sup>, cartografa o coração e recenseia as suas palpitações mais íntimas. Conquanto impregnados de um misto de lhaneza e de fingimento, mas detentores de uma magia que lhes afiança, ou ilude, a autenticidade e a transparência do relato — «a aparência da verdade», como refere Madame de Sévigné<sup>23</sup> —, os textos epistolares são espaço inexcedível de liberdade de expressão, uma memória viva, singular arquivo de sentires espontâneos e de testemunhos de uma existência. Representam fotogramas da película da vida «dum espírito ou duma alma»<sup>24</sup>, e dão forma a instantes emocionais, cristalizados e fixados no papel pelo próprio ator das vivências ou dos acontecimentos. Assim conclui José-Luis Diaz: «La lettre, c'est l'homme [et] tant vaut la lettre, tant vaut l'homme»<sup>25</sup>. O remetente surge-nos como um artesão de si<sup>26</sup>, e é nessa qualidade que ele fixa o seu registo humano e intelectual. Esta perspetiva arregimenta muitos dos estudiosos da vida de Camilo, que apreçam a correspondência do romancista como o seu retrato transversal, onde «ele escreve, pensa e vive»<sup>27</sup>, um cintilante escólio da sua produção literária e do seu caráter<sup>28</sup>, e «não há onde melhor [...] se mostre, não há elemento de estudo mais valioso do que essas folhas de uma vida, páginas dispersas do calendário de uma alma»<sup>29</sup>.

A separação<sup>30</sup>, a distância<sup>31</sup>, a saudade, o gosto de cartear-se e o desejo<sup>32</sup>, causas primeiras em que assenta a motivação para a troca de correspondência, conferem-lhe uma dimensão metonímica. E, enquanto objeto que substitui quem o produz, apresenta agentes condicionadores do ato de escrita, por estarem adjacentes complexidades ao aparente desadorno da construção da mensagem.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> DIAZ, 1995: 20.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> «De todos os atos de entendimento nenhum é tão expresso retrato da alma, como a carta de cada um, por uma natural reverberação do espírito, que faz reflexo no papel de todos os afetos que no ânimo do homem estão guardados e só ali circunstantes» (MELLO, 1900: 118).

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 16.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> ROCHA, 1965: 17.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> DIAZ, 1995: 20.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> A expressão é adiantada por BEUGNOT, 1990: 27-38.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> CABRAL, 1922: 123.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> MARTHA, 1918: ix.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> SAMPAIO, 1924b: 3.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> «On écrit parce qu'on est séparés, en même temps que pour créer l'illusion qu'on est ensemble». KERBRAT-OREC-CHIONI, 1998: 17.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> «Escrever é estar à distância». C. de Fernando Pessoa a Ofélia Queirós, de 24-09-1929. In PESSOA, 1978: 144.

<sup>32</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 24.

A comunhão afetiva e a confraternização espiritual com o destinatário não têm, como se disse, a instantaneidade ou a improvisação do diálogo. Estamos diante de discursos em diferido dirigidos a um interlocutor fisicamente distante, redigidos e lidos em tempos não simultâneos<sup>33</sup>, que exigem do emissor a lavra de um escrito em que as palavras procuram imitar ou reproduzir as que se teriam numa conversação, se esta pudesse acontecer, de modo presencial. Ou seja, trata-se de compor um texto que condense os pensamentos a expor e que transmita as impressões ou sensações que a conversa suscita, ciente da impossibilidade de a palavra escrita substituir a empatia, ou a interação havida com a presença do interlocutor, e de compensar a entoação amigável ou belicosa da palavra dita:

Todo lo que se ansía comunicar ha de valerse de palabras escritas, signos de signos, para exteriorizar la plena realidad de nuestro estado interior. Es como si una grande comedia lopesca o shakesperiana no nos pudiese llegar más que por su texto, sin la vivificación de los actores, de las acciones, en que toma cuerpo<sup>34</sup>.

A espontaneidade retratada ou mascarada tem, assim, algo de artificial, de construído. O pedaço de papel que chega às mãos de um destinatário está marchetado de uma autenticidade procurada, trabalhada e, de certo modo, intelectualizada<sup>35</sup>. Em grande parte, assim sucede, porque a redação conduz o seu autor a uma atitude de reflexão prévia, menos verificável no contacto humano direto, e envolve-o num «proceso de objetivación, distancia y construcción de su propia persona», de uma imagem que ele fabrica de si e oferece a outrem<sup>36</sup>.

## 1.1. CONTEÚDOS E OBRIGAÇÕES FORMAIS

Os conteúdos são ideados e moldados, consoante o recetor. Cada pessoa e suas envolvências pessoais e afetivas inspiram um modo peculiar de expressão: não se escreve a todos da mesma forma, tal como não se estabelece com todos o mesmo tipo de relação e de conversação.

No decurso do diálogo, a presença do interlocutor pode ser fator inibidor ou incentivador da franqueza, do estilo e do dizível, e a existência de um objeto, como a carta ou um simples bilhete, corporiza e substitui, de alguma forma, um emissor, transportando dele fortes cargas emocionais. Para o bem e para o mal, a correspondência é um lugar facilitador de construção de discursos mais autênticos e amistosos, por se integrarem em rituais de afinidades eletivas, ou de afirmação/confirmação de posicionamentos mais belicosos e violentos,

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Ao destinatário só chega o passado do emissor. A correspondência é sempre um tempo pretérito a invadir o presente do leitor a quem se destina e que nunca lhe possibilita conhecer o presente sincrónico de quem se lhe dirigiu. CASTRO, 2000: 15; VIOLI, 1987: 89.

<sup>34</sup> SALINAS, 1983: 244.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> SILVA, 1999: 143.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> DOLL CASTILLO, 2002.

se se espraiarem em matérias de desavença e polémica. As correspondências exibem um arco-íris de tons e maneiras com que o remetente prepara as mensagens que envia, e são um espectro das cores quentes ou frias com que ele matiza a afeição ou acinzenta a animosidade pelos seus destinatários.

Ao rarearem os momentos de frente a frente com estes, as relações podem esfriar-se, a solidão ganhar raízes, e a reserva ter menos espaço para sobrevir. Todavia, a correspondência confere ao remetente o dom da ubiquidade, deixando que ele se encontre simultaneamente onde escreveu e onde é lido e recordado: uma omnipresença multiplicável pelo número de escritos que envia. Percebe-se, desse modo, a faculdade de a escrita epistolar aproximar os correspondentes com os ausentes e distinguir os companheirismos de alma, de com ela se cultivarem as sensibilidades e de se manterem coesos os elos da cadeia dos afetos que combatem o florescimento do adágio «olhos que não veem, coração que não sente».

O sítio de onde se escreve ritma a frequência do recurso à forma epistolar, mas os contextos culturais, sociais e políticos, que sobre ele influem, podem ser agentes com impacto mais direto e impressivo na elaboração da correspondência<sup>37</sup>. Na prisão, no exílio ou em liberdade; no seu país ou por terras da diáspora de um povo de navegadores e emigrantes; ora experimentando a censura coerciva de regimes políticos repressivos ou de forte influência religiosa, ora usufruindo de governações tolerantes e conciliadoras nos lugares em que vive ou está em trânsito; o emissor não se encontra imune às influências benévolas ou perniciosas das variáveis citadas, nem delas impermeabiliza a sua epistolografia.

A matriz epistolar parece acautelar o segredo dos conteúdos e estimular as exteriorizações em ambiente fortalecido e abroquelado na confiança entre correspondentes<sup>38</sup>. À exceção do bilhete-postal, em que os assuntos aí vertidos evidenciam pouca atenção quanto a resguardo de conteúdos, os papéis que circulam dentro de sobrescritos vivem, apesar de tudo, sob a ameaça do extravio, da incerteza da violação, da falta de discrição ou da quebra do compromisso de não profanação de tudo quanto se conta ou confessa ao recetor. E não se esquivam ao estigma «Verba volant, scripta manent». O que fica escrito pode ser guardado e usado para exigir satisfações do que se escreveu e por que se escreveu. A correspondência surge, pois, como prova irrefutável do relacionamento entre pessoas que se carteiam, e configura-se muito válida para servir, em tempo posterior, de condenação ou de remissão. É crível que o epistológrafo, conhecedor de tais riscos e sem garantias absolutas de que os seus escritos chegam aos destinos isentos da intervenção da curiosidade alheia, ou de que estejam a salvo das imprevidências dos destinatários, tome precauções, se contenha nas explanações e cerceie ou camufle os textos confessionais.

Corresponder-se à distância acrescenta aos fatores condicionadores referidos uma vertente disciplinadora, razão por que a sua prática aconselha a observância de regras

<sup>37</sup> ROCHA, 1965: 14.

<sup>38</sup> BARRENECHEA, 1990: 54.

composicionais<sup>39</sup> e a adoção de estilo adequado<sup>40</sup>, para que a correspondência saia cuidada e bem escrita.

Na forma, o sobrescrito deve conter o nome da pessoa a quem a mensagem se dirige e a morada para onde a correspondência é enviada, com idênticas informações acerca do remetente. Circula fechado e defende o conteúdo «dos curiosos de saber segredos alheios»<sup>41</sup>; resguarda do olhar público o recato e a pudicícia do trato entre duas pessoas; ampara a vontade de recreação da intimidade por escrito; e acautela que o seu conteúdo «vaya a ofrecerse a los ojos destinados tan virginal como salió de la pluma»<sup>42</sup>. O papel com as mensagens deve conservar-se limpo, o texto distribuído com agradável aparência, para fácil leitura, e os assuntos dispostos de modo a diferenciarem-se uns dos outros<sup>43</sup> e a serem entendíveis. Quem escreve não deve sair dos limites da cortesia nos encabeçamentos, nem abster-se de ser moderado na «apresentação dos respeitos», e incumbir-se de colocar a data e assinar. O «homem de Corte» encarregar-se-á de expressar os conteúdos usando «brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios e propriedade sem metáforas nem translações»<sup>44</sup>. Conservará a preocupação de cultivar cinco «predicados» (Segredo, Erudição, Generalidade, Reflexão e Eloquência) e de evitar cinco «vícios» (Demora, Prolixidade, Aspereza, Ignorância e Escuridade), nos termos e princípios da narrativa. E cumprirá a disposição de que «é preciso usar dos temperos segundo os manjares, e estes à proporção dos estômagos»<sup>45</sup>.

Da saudação à despedida, flui em aparente descuido uma corrente caudalosa de assuntos sem margens que a espartilhem. Um rio sem-fim de matérias desce por um leito que consente à torrente de ideias seguir livremente o seu caminho, mas que, de certo modo, a guia de montante a jusante pelos baixios da formalidade ou pelos alcantis fragosos dos afetos. Queremos dizer que se fixam fórmulas, mas não se estabelecem limites à paleta de assuntos a tratar pelos remetentes, consequentes de inúmeras situações e intenções<sup>46</sup>. A liberdade de expressão e de exposição pode ser ilimitada. E, assim, aqueles que escrevem não sentem

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> «Cortesia comum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela subtil e selo claro» (LOBO, 1959: 32).

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Ao longo dos tempos, a ideia de perfeição e de «boas maneiras» vai sendo associada à carta a ponto de «passar por labrego» o transgressor dessas regras (ROCHA, 1965: 32).

<sup>41</sup> LOBO, 1959: 41.

<sup>42</sup> SALINAS, 1983: 234.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> «Há de ter a carta regras direitas, que há alguns que escrevem em escadas como figuras de solfa; letras juntas e razões apartadas, com a distinção dos pontos, vírgulas e acentos necessários, para fazerem perfeito sentido das razões» (LOBO, 1959: 40).

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> LOBO, 1959: 53.

<sup>45</sup> FREIRE, 1782: xxv-xxxvi.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> A sua plasticidade, a proliferação de conteúdos e as funções tão diversas que pode cumprir (científica, técnica, ideológica, oficial, quotidiana) dificultam muito a elaboração de classificações. Sobre classificações dos géneros epistolares, veja-se, a título exemplificativo, o que propõem ADAM, 1998: 46-53; BARRAU, 1869: 126-127; KERBRAT-OREC-CHIONI, 1998: 15; LOBO, 1959: 51-52; ou FREIRE, 1782: 449. A classificação sugerida, por exemplo, por Genara Pulido Tirado para as cartas de García Lorca [La epístola poética; La epístola literaria; Carta poema, en verso; Epístola de carácter profesional; Carta-saludo, postal; Carta de amor; Carta a los amigos; Carta familiar; Carta-crónica; Carta colectiva; Cartas abiertas a instituciones; Cartas-manifesto (PULIDO TIRADO, 1998: 249-252)], a ser aplicada à epistolografia de Camilo, não contemplaria, pelo menos, a Carta-prefácio, a Carta de polémica e a Carta de pêsames.

ser-lhes constrangida a diversidade temática; ser-lhes balizada a característica peculiar de incluir nos territórios do enunciado toda a variedade de mensagens e de registos linguísticos; ser-lhes coagida a liberalidade de valorizarem tanto o essencial, como o casual; ou ser-lhes negado a que optem «entre lo relevante y lo irrelevante, lo central y lo marginal»<sup>47</sup>.

Embora gozando dessa liberdade, refratária a normas e a vassalagens, que condicionariam a forma peculiar de cada remetente e de cada destinatário discorrerem, além de poder exponenciar a artificialidade da redação das questões partilhadas e de tornar menos franca a própria comunicação entre quem se carteia, o estilo epistolar não exclui das suas raízes mais profundas a influência milenar do modus operandi da retórica clássica. Esta circunstância assume outros contornos, sobretudo se falarmos da epistolografia de quem são esperadas mais apuradas competências de escrita. Quando um escritor do século XIX, pela tradição retórica de certas áreas do conhecimento (Teologia, Direito, a título de exemplo), e em consequência da sua formação escolar e académica, decidia dirigir-se a alguma pessoa das suas relações para abordar determinados assuntos, era compreensível, ou natural, que operasse uma inevitável organização mental da estrutura dos temas a tratar ou das ideias a expor. Apropriava-se, com maior ou menor consciência e resistência, de convencionalismos básicos ou de partes essenciais da retórica<sup>48</sup>, para cumprir a tarefa. Procurava identificar ou «descobrir os pensamentos» que melhor se ajustassem «ao fim do seu discurso»: a invenção. Depois de os encontrar, havia de «dispô-los em seus próprios lugares»: a disposição. Organizados os pensamentos, teria de «escolher as palavras e frases» que melhor os exprimissem: a elocução. «Resta[va] depositar na mente» os pensamentos descobertos e as palavras escolhidas de modo a recordar posteriormente «uma e outra coisa»: a memória. Por último, cabia-lhe «pronunciar o discurso» pelo modo que melhor se coadunasse «para produzir o efeito desejado»: a pronunciação<sup>49</sup>.

## 1.2. EPISTOLOGRAFIA: UM SUBGÉNERO LITERÁRIO?

A correspondência faz parte de um grupo de manifestações de escrita, agrupado «bajo el marbete de *escrituras del yo* o *escritura* subjetiva»<sup>50</sup>, e é vista pela crítica como um objeto cultural básico, um género menor ou subgénero do cânone literário. Na árvore genealógica da Literatura, as correspondências privadas partilham com as autobiografias, as memórias e os diários «un destino y un espacio similar»<sup>51</sup>, uma vez que o valor estético que ostentam não se inscreve, segundo os princípios elementares da análise e da crítica literária, nos textos e géneros abalizados como criativos ou de ficção.

<sup>47</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 13.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> ADAM, 1998: 46-53.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> FIGUEIREDO, 1879: 14-15. Apesar da importância da memória e da pronunciação, as partes principais da retórica são a invenção (*inventio*), a disposição (*dispositio*) e, em especial, a elocução (*elocutio*).

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> PULIDO TIRADO, 2001: 437.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 6.

A sua exclusão dos géneros de eleição procede de variadas circunstâncias. A correspondência é constituída por bens culturais únicos, não produzidos para serem serializados, e não há, na sua génese, qualquer intenção de arte ou propósito estético, antes uma necessidade efetiva de escrever pelo impedimento de o dizer pessoalmente<sup>52</sup>. A correspondência não se dirige a uma entidade desconhecida, mas a um destinatário real, o que dificulta o leitor vindouro ou intruso de apreender o que se subentende, e de decifrar o que não está de todo exposto ou bem explicado. A redação povoada de omissões, de lacunas e de silêncios exige do destinatário competências para a integral compreensão dos conteúdos referidos no texto rececionado, o que determina, para a inteligibilidade da leitura, a existência de momentos em comum, a partilha prévia de vivências entre interlocutores. As correspondências são textos fragmentados, puzzles incompletos, cujas peças em falta estão na posse da pessoa a quem se escreve. Há nelas realidades estilhaçadas, registos narrativos que escapam à descodificação dos assuntos tratados, quando lidos por quem é exterior ao círculo dos correspondentes, algo mais observável quando a correspondência passa das fronteiras do privado para o domínio público. Aliás, a correspondência remetida, sem o confronto com a correspondência recebida, é, já por si, um fragmento de um continuum de comunicação<sup>53</sup>. Por outro lado, a correspondência estabelece uma relação de comunicação biunívoca, de alternância de estatutos ou de inversão de relações: passa-se de emissor a recetor, de informador a informado, de observador a observado, de acusador a acusado, de confidente a íntimo. O remetente socorre-se, conforme os destinatários, de estratégias diferenciadas de enunciação. Além disso, falta à correspondência «la clôture qui, pour certains, est un critère décisif de l'œuvre»<sup>54</sup>, visto que a correspondência remetida pressupõe ou aguarda a resposta que motivou, e deixa sempre em aberto a possibilidade de ser contestada ou o ensejo de se lhe responder.

As conclusões de Roger Chartier e Jean Hébrard vão nesse sentido, de encará-la como uma das formas de escrita comum<sup>55</sup>, que, não sendo «nem profissionais, nem literárias, nem escolares», se inserem num sistema de «práticas escriturárias», em que o objetivo primeiro é disciplinar, quanto possível, a escrita no seio da família ou da comunidade, e se inscrevem em dinâmicas de revitalização e fortalecimento de afetividades.

Pouco poderemos contrapor para rebater os argumentos de que os acervos de correspondência de um escritor não possuem as características para brilharem com igual esplendor de ouro de lei nas estantes das suas obras literárias. Há investigadores que, não lhe reconhecendo o estatuto de obra literária, buscam uma solução que não lhes desmereça qualidade literária. É nessa perspetiva que Claudine Gothot-Mersch encara os núcleos de cartas de

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> Citado por José-Luis Diaz, Lanson perfilha a mesma ideia: «La forme épistolaire [...] n'est pas une forme esthétique, choisie à dessein pour éveiller un certain ordre de sentiments ou exprimer une certaine sorte de beauté; ce n'est pas une intention d'art, l'idée préconçue d'un effet à produire, qui le fait préférer, c'est la nécessité matérielle et brute qui l'impose. On écrit ce qu'on ne peut pas dire, et voilà tout» (cit. DIAZ, 1995: 23).

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> DOLL CASTILLO, 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> GOTHOT-MERSCH, 1991: 15.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> CHARTIER, HÉBRARD, 1991: 453.

artistas, pintores ou músicos, e de escritores. Se as epistolografias dos três primeiros nos podem fornecer informações cruciais para conhecer ou fundamentar as respetivas teorias sobre as suas artes, só a dos criadores literários podem ser estudadas «comme une partie de son œuvre, ou comme son laboratoire» <sup>56</sup>. A ideia de «carta como laboratório» é igualmente desenvolvida por Hélène Frejlich que a prefigura, duplamente, como um documento acerca do seu autor e como um «laboratoire de son travail», um espaço de experimentação <sup>57</sup>. Como «laboratório de escrita», a carta adestra, por assim dizer, o escritor a transpor para os romances a sua própria prática e desenvoltura epistolar.

Ao serviço do fortalecimento das amizades, do prazer espiritual e do convívio intelectual, e sem apresentarem a unidade de um romance ou de uma novela, mas situadas entre o texto de cariz biográfico e o romance de uma vida, as epistolografias conjugam a aparente facilidade de um estilo de expressão e a pretensão literária de um estilo vulgar, no qual se evidencia o caráter despreocupado e de suposto desleixo do fluir da escrita<sup>58</sup>.

Dirigindo a locomotiva da sua escrita, movida pela corda do coração, o escritor conduz os seus textos públicos e a sua epistolografia por duas linhas férreas bem individualizadas, que só por ilusão ótica no horizonte se juntam: por uma, exibem-se sentimentos indistinta e impudicamente, sem seletar destinatários. E, por outra, participa-se com menos pudor e retraimento o sentir íntimo a um destinatário consigo irmanado.

Quaisquer que sejam os caminhos que as teorizações sobre o assunto venham a seguir e as disposições de ordem literária que as timonem<sup>59</sup>, certo é que estes documentos, tidos como inacabados, descontínuos ou desentranhados da bibliografia literária de um escritor, permitiram que *Madame* de Sevigné se convertesse, apenas pela sua correspondência, de dama respeitada na corte francesa em dama de prestígio na corte das Letras gaulesas: «Su celebridad mundana e histórica, de mujer, queda superada por la gloria»<sup>60</sup>. Não é menos verdade que a pena com que se esculpiram as obras literárias, imortalizadoras do seu autor e encanto dos seus leitores coevos e futuros, foi a mesma que escrevinhou mensagens em papéis soltos pelos quais ele se ofereceu em sentimentos secretos a terceiros e que, na continuidade das trocas epistolares, lhe impuseram um exercício de criatividade ou um exigente apelo à imaginação. Em Portugal, se muitos destes textos, irradiando a sua melhor poética, não alcançaram mérito literário, não se levantam dúvidas de que o género epistolar saiu dignificado e prodigalizado pela varinha de condão do génio criador: mais espontâneo em Camilo, mais trabalhado em Eça.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> GOTHOT-MERSCH, 1991: 23.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> FREJLICH, 1993 apud GOTHOT-MERSCH, 1991: 9-10.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> MESTRE SANCHIS, 2000: 13.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> SIMÕES, 1963: 119.

<sup>60</sup> SALINAS, 1983: 239.

### 1.3. CORRESPONDÊNCIA OITOCENTISTA

## 1.3.1. A valorização do íntimo e do privado

No raiar do período oitocentista, o fenómeno epistolar iniciou uma transfiguração significativa das características essenciais da correspondência produzida nos séculos precedentes. Manteve a trajetória de renovação ateada pelo texto comunicacional do século XVIII, que desejava emancipar-se do jugo, ou autodeserdar-se, das regras e dos modelos retóricos, quer imbuído do espírito de liberdade emergente das Luzes quer oxigenado por uma modernidade, desejosa de dar resposta a outras exigências de relacionamento à distância<sup>61</sup>, e que ambicionava ir ao encontro da comunhão de sentimentos, agenciando-lhe uma nova estética de expressão<sup>62</sup>.

Distanciou-se dos cânones do Barroco, cujo nervo da escrita se centrava na «consciência da palavra como material a explorar e na necessidade de explorar todas as potencialidades desse material»<sup>63</sup>, para o colocar ao serviço da *ars discendi* e da persuasão, características consubstanciadas com superior dimensão estética e relevo literário nos epistolários do padre António Vieira, de frei António das Chagas e de D. Francisco Manuel de Melo.

Damos como exemplo do processo de rutura com as normas instituídas e de construção de uma modernidade de expressão as correspondências de D. Teresa de Mello Breyner e de D. Leonor de Almeida Portugal. «O sentimento "espontâneo"» da Condessa do Vimieiro e a «intensidade "sensível"» da 4.ª Marquesa de Alorna «tendem a conciliar-se numa espécie de "estética da negligência"»:

De uma sublime simplicidade. Que subentende dois movimentos de sentidos contrários: por um lado, a possibilidade de uma expressão social menos condicionada por regras estranhas às «pulsões» naturais; por outro, o reconhecimento de territórios, direitos e prerrogativas que são exclusivos do indivíduo. E, nesses domínios, a sabedoria das gerações mais antigas e a sabedoria acumulada nos livros deixa de ser sobretudo um constrangimento e passa a ser um suporte de transformação. De recriação<sup>64</sup>.

A correspondência de oitocentos abriu portas mais amplas ao culto das relações interpessoais, e potenciou e reforçou a vertente intimista. Os territórios da confidência viram desanuviado o peso das fronteiras entre o público e o privado; e a exposição do *eu* libertou-se, de forma gradual, de convenções de vária ordem, num processo transversal de apropriação e utilização, progressivamente generalizado, de um novo registo de escrita e de um novo tom epistolar. A correspondência passou a ser habitada «par la banalité des travaux et des jours, ou

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> LISBOA, MIRANDA, 2011: 373.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> ALMEIDA, 2005: 26.

<sup>63</sup> PIRES, 1995: 585.

<sup>64</sup> LISBOA, MIRANDA, 2011: 391.

les secrets des familles»<sup>65</sup>, e a projetar os quotidianos vividos, nos quais transluzem, com «grau [variável] de sinceridade e de espontaneidade»<sup>66</sup>, as revelações da vida privada do intelectual, do erudito e do indivíduo comum.

A argumentação deu lugar à sensibilidade e ao sentimento, o pormenor biográfico sobrepôs-se à problematização concetual e teórica. A pena de osso, convertida em buril da palavra nos séculos anteriores, foi preterida a favor de uma redação que acarinhava e promovia o corte umbilical com os constrangimentos formais. Segundo José-Luis Diaz, o diapasão passou a afinar-se mais pela «fonction émotive de la correspondance, au détriment de sa fonction *communicative*» <sup>67</sup>.

A emergência do discurso intimista esteve associada ao florescimento do sentimento de intimidade. Segundo Richard Sennett<sup>68</sup>, a sociedade do século XIX, adjetivada de «intimista», focou-se nesta tendência ou perspetiva, e afastou-se da dimensão pública, que a caracterizava no século precedente. Em oitocentos, «as máscaras efetivamente se tornaram rostos [...], e as aparências, sinais de caráter»<sup>69</sup>.

A entrada da personalidade no domínio público, verificada no século XIX, estabeleceu o suporte para o despertar da «sociedade intimista», a qual, para o autor, se encontrava organizada em torno de dois princípios. O primeiro definiu-o como «narcisismo»: «a busca da gratificação do eu que ao mesmo tempo evita que tal gratificação ocorra». Não sendo produto de uma condição cultural, o narcisismo é uma «possibilidade de caráter» de cada indivíduo. Pode ser estimulado através de progressos culturais, e assumir diferentes expressões, consoante as épocas<sup>70</sup>. Mas para haver o encorajamento do narcisismo por parte da cultura, esta tem, nomeadamente, de desviar as pessoas dos interesses que as motivam, «suspendendo a faculdade de julgar novas experiências e estimulando a crença de que esta experiência, a cada momento, é absoluta». Para exemplificar o conceito, Sennett refere-se ao caso do político que, no âmbito da sua atividade em público, não vai centrar a sua intervenção no conteúdo do «texto», como outrora, mas utilizar a sua personalidade, entendida como importante referencial na afirmação da sua credibilidade e na confirmação da sua legitimidade. E, quando o político consegue que o seu auditório o olhe e o sinta como pessoa, opera-se uma transformação: «ao invés de julgá-lo, seus ouvintes querem ser emocionados por ele, experimentá-lo»<sup>71</sup>. Quem o ouve, num processo de «passividade» ou de «suspensão dos interesses egocêntricos», faz convergir as apreciações e os juízos sobre o político mais naquilo que ele é do que naquilo que ele lhes poderá dar ou ajudar. A personalidade individual assumiu, pois, protagonismo

<sup>65</sup> CHARTIER, HÉBRARD, 1991: 451.

<sup>66</sup> CASTRO, RIBEIRO, 1997: 332.

<sup>67</sup> DIAZ, 1995: 18.

<sup>68</sup> SENNETT, 1988.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> SENNETT, 1988: 269.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> SENNETT, 1988: 272.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> «Esse texto é a suma dos interesses e das necessidades dos ouvintes» (SENNETT, 1988: 273).

e triunfou sobre as organizações que ocupavam e disputavam o espaço público, nomeadamente, os grupos sociais<sup>72</sup>.

Ao segundo princípio, e em contraste com «Gesellschaft (sociedade)», Sennett deu a significação de «Gemeinschaft (comunidade) destrutiva»<sup>73</sup>. A ideia de comunidade que o autor desenvolve é a de que a partilha de sentimentos entre pessoas é «um bem moral em si mesmo, quaisquer que sejam as condições sociais que envolvem essa abertura» psicológica<sup>74</sup>. Quando esta acontece, forjam-se cumplicidades, as pessoas aproximam-se, criam-se laços e estabelece-se uma teia que não só as mantém unidas como lhes dá a consciência de «identidade coletiva»<sup>75</sup>. Ora, a realidade descrita é oposta à «comunidade sociável do século XVIII», porque o que, de facto, se partilhava eram «disfarces e máscaras». O sentido de comunidade, fruto de uma personalidade compartilhada, está diretamente relacionado com a problemática dos «interesses egocêntricos de grupo»<sup>76</sup>. Quanto mais a vida de um grupo se sentir dominada por uma «personalidade comum fantasiada», menos poderá esse grupo tomar iniciativas que concorram para alcançar os interesses comuns<sup>77</sup>: «a comunidade se torna uma arma contra a sociedade»<sup>78</sup>.

O sentimento de que pertencíamos à esfera pública desmoronou-se em oitocentos. O homem público é um homem do privado, que vai ao espaço público, mas como um homem do privado. E se vai aos espaços públicos é movido pelo desejo de combater a solidão, e de ultrapassar esse desagrado ou incómodo de não ter companhia. Contudo, no ato de falar de si e de se expor, tendo como cenário os domínios do público, está a dar o seu contributo para a destruição da esfera pública.

A valorização, ou mesmo sacralização, do íntimo e do privado na sociedade oitocentista deu origem a um novo registo de consubstanciação e de expressão das pulsações do vivido e do sentido. A *Ordem* passou a ser a *Liberdade*:

El siglo XIX [...] libera el átomo social, el individuo [...] y salen al mundo caras nuevas, almas nuevas, antes confundidas en la vasta masa anónima. El número de los que escriben se amplía enormemente, porque se enseña ahora a muchos a leer y a escribir, a comunicar y recibir pensamientos por escrito<sup>79</sup>.

Neste âmbito, permitimo-nos realçar uma dupla realidade endógena, mais clara e de forte evidência nos acervos produzidos por pessoas que não se distinguiram como figuras públicas. As correspondências de entidades pessoais anónimas, exumadas do fundo de arquivos

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> SENNETT, 1988: 277.

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> SENNETT, 1988: 274.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> SENNETT, 1988: 274-275.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> SENNETT, 1988: 274-275.

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> SENNETT, 1988: 276.

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> SENNETT, 1988: 276.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> SENNETT, 1988: 413.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> SALINAS, 1983: 224.

individuais ou institucionais e trazidas à luz do conhecimento, têm cativado as atenções dos estudiosos, porque «dessinent les contours d'un réseau familial [et] révèlent les pratiques épistolaires d'un milieu social particulier»<sup>80</sup>. A primeira realidade é de pendor social, uma vez que as correspondências se inscrevem numa lógica de manutenção das redes de parentesco, e desempenham um papel vital de apoio e sustentáculo «du destin de l'individu, du couple, de la cellule familiale»81. Pela correspondência se protege a solidez dos laços que a distância ou a dispersão geográfica podem ameaçar ou fragilizar, e se mantêm vivas, ou se relembram, as memórias afetivas e os valores que estruturam o edifício familiar, em cujos interiores «circulent renseignements, marchandises et services». Através da correspondência, «nidifica» a intimidade, reconhece-se ou divisa-se o segredo, que é passível de partilha, em razão da proximidade afetiva de pessoas que se querem bem<sup>82</sup>. A segunda realidade coloca-se neste patamar. Mesmo endereçada a quem é familiar do remetente, a correspondência deixa de ser apenas um instrumento direcionado para a sustentação da coesão da família, ou um espelho das realidades comezinhas diárias, para se transformar num repositório de sentimentos e de emoções, num terreno onde a intimidade se partilha e confia a destinatários da esfera das cumplicidades afetivas. Contudo, é prudente olhar para as correspondências familiares com certas reservas, porque, apesar de serem documentos indispensáveis para o estudo da família e da vida privada, nem por isso se apresentam como fiéis testemunhos do privado<sup>83</sup>. Observam «regras de saber-viver e de encenação de si por si mesmo», que administram a essência «da sua comunicação e o estatuto da sua ficção. Nada menos espontâneo que uma carta», pelo recurso subtil a combinações do «esconder/mostrar»<sup>84</sup>.

Num círculo mais alargado, as redes que se estabeleceram e fortaleceram neste período, com base, por exemplo, em relações profissionais, intelectuais, editoriais e literárias entre personalidades de vários países europeus, sobretudo da França e da Alemanha, consolidam a correspondência como um lugar peculiarmente ativo e eficaz de sociabilidade e de diálogo intercultural. A troca epistolar encorpou uma escala e uma dimensão em que a Europa é, de modo gradual, percecionada e interiorizada como um «espace géographique et non plus comme un territoire intellectuel virtuel ouvert à une élite érudite ou encyclopédique»<sup>85</sup>.

## 1.3.2. A democratização da prática epistolar: contextos e atores

Em Portugal, a democratização da prática epistolar, o seu alargamento a outros estratos não elitistas e de parcos recursos estilísticos e linguísticos, ou a apropriação simbólica, por parte de pessoas de menor condição social, de um instrumento de comunicação de tradição

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup> CHARTIER, HÉBRARD, 1991: 451.

<sup>81</sup> CHARTIER, HÉBRARD, 1991: 451.

<sup>82</sup> CHARTIER, HÉBRARD, 1991: 452.

<sup>83</sup> DAUPHIN, 1995: 89-99.

<sup>84</sup> PERROT, dir., 1990a: 11-12.

<sup>85</sup> HOOCK-DEMARLE, 1995: 49.

aristocrática e burguesa<sup>86</sup>, entrecruza-se com as patologias de um Estado entronizado em ritmos de desenvolvimento pautados pela morosidade, quando comparados com os seus congéneres europeus.

Na primeira metade do século XIX, o país viveu períodos políticos muito agitados. Desde novembro de 1807, data do embarque da família real e da corte portuguesas para a colónia do Brasil, quando já se ouviam os rufos dos tambores das tropas napoleónicas às portas de Santarém, até à subida ao trono de D. Fernando, em 1853, a listagem dos eventos é reveladora da onda de conturbação: as invasões napoleónicas (1807-1808, 1809 e 1810-1811); o aumento da ingerência e do predomínio britânico; a Revolução de 1820; a independência do Brasil (1822); a Vila-Francada (1823); a Abrilada (1824); a guerra civil entre absolutistas e liberais (1832-1834); o Cartismo; a Revolução de Setembro (1836) e o Setembrismo (1836-1842); o Cabralismo (1842-1846); a Maria da Fonte (1846) e a Patuleia (1846-1847); a Regeneração (1851-1868). Com a referida agitação política, combinaram-se outras «influências retardadoras»:

a concorrência estrangeira resultante de barreiras alfandegárias baixas [...]; um mercado interno de pequenas dimensões baseado numa economia agrária atrasada [...]; uma burguesia débil e dividida e, como tal, incapaz de promover os seus interesses ao nível do Estado [...]; uma escassez de capital, em geral, e, particularmente, para fins industriais [...]; a deficiência do ensino ao nível elementar e técnico<sup>87</sup>.

O ambiente formado em torno das guerras pelo exercício do poder não era propiciador à harmonia de esforços para combater níveis elevadíssimos de analfabetismo. Governantes e opositores revelavam alguma abstração face às reais necessidades de instrução da população. As estatísticas sobre a população que não sabia ler nem escrever eram confrangedoras: 88%, em 1864; 82%, em 1878; 78%, em 1900<sup>88</sup>. A disponibilidade para acudir a estes problemas circunscrevia-se, na prática, a uma euforia de produção de legislação de natureza pedagógica, sem grande acuidade: «Destino fatal deste povo. Vingam as leis que o oprimem ou o deixam estacionário, e suprimem-lhe as que o regeneram e adiantam»<sup>89</sup>.

A iliteracia generalizada congraçava-se com enormes carências na instrução primária e elementar. Os programas de ensino secundário eram pouco diversificados, e a oferta do ensino superior não estava focalizada ou «adequada às necessidades práticas» de um tecido económico necessitado de transformação <sup>90</sup>. As consequências só podiam traduzir valores alarmantes de falta de formação e de impreparação técnica, que limitavam o progresso da indústria e do comércio, e concorriam, de modo substancial, para que as lufadas de industrialização, que

<sup>&</sup>lt;sup>86</sup> DIAZ, 1995: 9.

<sup>87</sup> REIS, 1993: 158.

<sup>88</sup> REIS, 1993: 231.

<sup>89</sup> COSTA, 1871: 162.

<sup>90</sup> ALVES, 2001: 53.

sopravam um pouco por todo o continente europeu mais civilizado, e tão excecionalmente na Grã-Bretanha, fossem, entre nós, brisas suaves de reduzida repercussão<sup>91</sup>. A industrialização avançava de modo titubeante, e Portugal apresentava um tecido económico demasiado organizado em torno da predominância das atividades agrícolas, direcionadas para a produção de bens alimentares de primeira necessidade, sobretudo cereais, e de dinamismos industriais, nos quais tinha primazia a produção de bens de consumo de cariz têxtil<sup>92</sup>.

A estrutura de transportes que servia a economia era insuficiente e débil<sup>93</sup>. Este facto inviabilizava o desenvolvimento de projetos, restringia a circulação e a comercialização de produtos, e coartava a divulgação da cultura e do pensamento.

Se atendermos ao sistema de taxação de correspondência<sup>94</sup>, e à referida precariedade das vias de comunicação e dos transportes; se considerarmos o fraco capital cultural da população, ou a incultura que grassava, e as estruturas de ensino rudimentares e de limitado alcance; se observarmos que, apesar do contínuo crescimento das cidades, a maioria da população se mantinha subjugada ao pulsar do país rural e amarrada às poucas esperanças e oportunidades que esses horizontes auguravam; podemos inferir que a atividade epistolar, na *via crucis* da transição do Antigo Regime para o Constitucionalismo, pouco saiu da esfera das classes mais instruídas e com mais recursos. Confinou-se, *grosso modo*, aos membros do clero, à nobreza e à burguesia tradicional ou em ascensão<sup>95</sup>.

Não pudemos palmilhar detalhadamente alguns arquivos<sup>96</sup>, para aferirmos a possibilidade de obter dados estatísticos que elucidassem sobre o aumento da circulação de correspondência de 1800 a meados do século. Todavia, não é desarrazoado depreender que certos acontecimentos ajudaram a avolumar a correspondência em trânsito, sem ter havido grande alteração ou diferenciação dos remetentes costumados. Enumeramos,

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> A introdução da máquina a vapor foi tardia e lenta: um barco a vapor navega no rio Tejo, em 1821; a primeira dessas máquinas aplicadas à indústria data de 1835; e o lançamento da rede ferroviária só se verificou no ano de 1856 (Cf. REIS, 1987: 207-227).

<sup>92</sup> SERRÃO, 1962b: 254.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> Quanto a empreendimentos na rede de estradas, foram mais os planos que as realizações. As melhorias mais significativas foram visíveis «nas vias de acesso à capital, na zona de Entre-Douro-e-Minho e na região demarcada do vinho do Porto», e destinavam-se a facilitar, em melhores condições e rapidez, o acesso de passageiros e de mercadorias aos portos fluviais e marítimos. Era pelos rios e por mar que se efetuava a maioria das deslocações. Foi nas embarcações que navegavam nessas águas que se operou uma modernização mais evidente, com a utilização da máquina a vapor, o que permitiu a criação de carreiras regulares entre Lisboa e Porto e nos rios mais navegados: o Tejo e o Douro (MATOS, 1980: 475-490).

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> Até à reforma postal de 1852, era ao destinatário que competia pagar os portes. Os portes estavam estabelecidos em função do peso das cartas e da distância percorrida; e a taxação que, entre 1801 e 1853, se aplicava às cartas do reino e ilhas adjacentes até 3/8 de onça (cerca de 10,6 gramas) de peso, era elevada. O envio de uma carta de Lisboa para o Porto custaria ao destinatário a quantia de 40 réis (SOUSA, [s.d.]: 52). Os encargos com os portes podem ter sido um dos fatores condicionadores da utilização da correspondência. Consideramos que o tema é merecedor de estudo, em outro lugar e oportunidade, para atestar em que medida os montantes cobrados desmotivavam a escrita epistolar. <sup>95</sup> «Por mucho tiempo sólo los clérigos, sacerdotes o sabios, las gentes de iglesia o de casas de estudios, disfrutan de ese servicio de los mensajeros. Ellos, y por encima los reyes con sus correos reales, son casi los únicos capacitados para hacer llegar a gentes distantes sus deseos o sus pensamientos» (SALINAS, 1983: 221).

<sup>96</sup> Referimo-nos, a título exemplificativo, aos Fundos do Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, com destaque para os 98 volumes dos Documentos do Correio Geral, de 1808 a 1878.

designadamente: a partida para os trópicos do monarca português e da sua corte; a chegada das tropas invasoras e dos militares ingleses; a saída para França de oficiais e praças portugueses para servirem nos exércitos de Napoleão; o desterro de políticos liberais, sobretudo em França e na Inglaterra, nos períodos de 1823-1826 e de 1828-1832<sup>97</sup>; ou a emigração com destino ao Brasil<sup>98</sup>.

Nos finais da primeira metade do século, o panorama social e económico era pouco encorajador, diríamos mesmo, bastante desolador:

Prosperava a Europa na euforia dos seus progressos técnicos, rodando nos lisos pavimentos das boas estradas, recostando-se nos estofos das carruagens dos seus orgulhosos caminhos de ferro, comunicando à distância por fios elétricos, galgando os vales sobre magníficas pontes, enquanto os nossos carros de bois chiavam movimentando-se ronceiros na paisagem adormecida<sup>99</sup>.

A partir da Regeneração (1851-1868), atenuou-se a inconstância política. O ambiente de liberdade e paz<sup>100</sup> proporcionou alguma estabilidade, invulgar até então, alicerçada em novas regras de governação<sup>101</sup>. Os partidos Regenerador e Histórico polarizaram as tendências de maior peso político, e dividiram rotativamente, entre si, o exercício da governação. Coube ao Republicanismo encabeçar a oposição que, já na década de 1830, publicava clandestinamente escritos com o seu pensamento político. Mas só a partir da década de 1870, vinte anos depois da sua primeira expressão ideológica, tomou maior expressão e influência mais vigorosa.

Na busca de renovação e de insuflação doutrinária da vida pública e na atividade política portuguesa, tendo em vista a imperiosa necessidade de modernizar um país «moribundo» 102, merecem referência as Conferências do Casino, realizadas em 1871. Foram impulsionadas por Antero de Quental e pelo grupo de intelectuais conhecido por «Geração de 70», a que pertencia. A «Geração» colhera inspiração ou influência nas ideias novas, que haviam medrado e feito eco em alguns países europeus, e que iam sendo difundidas em Portugal, em especial pelas traduções das obras de pensadores franceses (Michelet, Proudhon, Renan, exegetas da Universidade de Estrasburgo...), alemães (quer filósofos quer teólogos da Escola de Tubinga) e italianos (Giambattista Vico e Augusto Vera) 103.

As conferências procuravam trazer para a tribuna do debate público a discussão acerca da «desalentadora evidência» da nossa decadência<sup>104</sup> e sobre o destino ôntico de Portugal, com destaque para o letargo cultural e, com isso, atrair as atenções de intelectuais e de personalidades

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> VARGUES, TORGAL, 1993: 65-87.

 <sup>98</sup> Só da cidade do Porto para o Brasil, entre 1836 e 1850, há a registar a saída de 26 681 passageiros (ALVES, 1994: 359).
 99 CARVALHO, 2001: 586-587.

<sup>100</sup> SERRÃO, 1990: 147-155.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> RIBEIRO, 1993: 121.

<sup>102 «</sup>Moribundo de males estruturais, multisseculares, que lhe afetam a organização coletiva a qualquer nível, económico ou político, estético, científico ou moral» (SILVA, 1987: 8).

<sup>103</sup> MEDINA, 1984: 54; PEREIRA, 1999: 17.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> QUENTAL, 1970: 11.

de diferentes quadrantes da cultura, da política e da sociedade<sup>105</sup>. O grupo de mentores do acontecimento tencionava, de igual modo, que a sua intervenção cívica provocasse agitação política e cultural. No respeitante às questões da cultura, propunham-se denunciar o «hiato entre o nosso sistema de ensino, a nossa imprensa, o nosso pensamento, a nossa arte, e a civilização francesa ou inglesa», e bater-se «pela atualização científica e estética de que se faziam porta-vozes»<sup>106</sup>. Segundo Antero, todos os males de que padecíamos provinham da «educação secular de tradições guerreiras e enfáticas» a que nos submeteram, ou a que nos sujeitámos. As raízes desses erros históricos continuavam a brotar em solo nacional, de modo infestante, «sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos»<sup>107</sup>. Para conquistarmos um lugar entre as nações mais civilizadas, teríamos de quebrar a cadeia de elos que nos ligava ao passado. Não se tratava, com isto, de desconsiderar a memória dos nossos antepassados. Porém, para fazermos vingar «o espírito moderno», era vital deixar de os imitar, geração após geração:

Oponhamos ao catolicismo, não a indiferença ou uma fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação direta do divino pelo humano (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado<sup>108</sup>.

Contudo, passar da teorização à operacionalização do que se problematizava não foi além de uma «aurora de um novo mundo»: «mundo puro e novo que depois, ó dor, creio que envelheceu e apodreceu»<sup>109</sup>. Dos maiores vultos do Cenáculo, Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins, só este último se manteve ativo no propósito de ver materializados os programas reformistas que alicerçavam a sua «postura crítica global» e a dos seus companheiros<sup>110</sup>. Na realidade, esta geração de académicos tinha «aprendido algumas utopias», mas havia «aprendido também a desdenhar delas, e a transigir e a capitular com a realidade»<sup>111</sup>.

No plano das mentalidades e das ideologias, as Conferências do Casino vieram a terreiro com novas propostas de pendor filosófico, social e político, e subsidiaram a propagação dos princípios e das práticas republicanas, e a difusão do Socialismo, do Positivismo e da Escola Realista.

Entre as transformações que a conjuntura de feição avigorou, e que tiveram implicações mais diretas na estrutura e na diversificação dos conteúdos da troca epistolar, no progressivo uso da correspondência e na proliferação de modelos, na constituição de um universo eclético de epistológrafos, na multiplicação do fluxo global de remessas postais e na alteração da

<sup>105</sup> MEDINA, 1984: 54; REIS, 1990b: 25.

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> SILVA, 1987: 8-9.

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> QUENTAL, 1970: 61.

<sup>108</sup> QUENTAL, 1970: 61-62.

<sup>&</sup>lt;sup>109</sup> QUEIRÓS, 1913: 393.

<sup>110</sup> SILVA, 1987: 9-11.

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> MEDINA, 1984: 55.

natureza e da função do carteamento, para responder a outros apelos de relacionamento e de comunicação, elencam-se a expansão da máquina a vapor e os seus reflexos na indústria e nos transportes; a maior aposta na «qualificação educativa e profissional»<sup>112</sup>; a reforma postal de 1852; a atenção do mercado editorial e livreiro à difusão e disciplina da cultura da escrita.

A sucessiva utilização da máquina a vapor e o recurso a fontes energéticas, como o petróleo e a eletricidade, na indústria (fundição de metais, fabrico do papel, tecelagem, moagens...) e nos meios de transporte (fluviais, marítimos e ferroviários), imprimiram andamento diferente ao processo de desenvolvimento industrial, criaram o mercado nacional e impulsionaram redes de comércio externo. Com a industrialização, os centros urbanos viram aumentar os seus índices populacionais<sup>113</sup>, sobretudo em resultado da forte atração que a indústria exercia nos camponeses sem terras, ou de outra forma, face à migração interna de quem trocava as carências gerais do viver campesino por outras possibilidades de emprego, porventura mais promissoras e mais bem remuneradas na cidade. A mão de obra excedente e não absorvida pela parca elasticidade das estruturas produtivas, assim como a precariedade e a enorme escassez de posses dos lavradores<sup>114</sup>, ou a fuga ao serviço militar e à proletarização, desencadearam a busca de realidades menos adversas em outros países ou continentes. O Brasil era o país mais desejado pelos portugueses que emigravam, «onde, apesar da completa alteração do estatuto social do português, a língua comum e a ilusão de uma civilização idêntica apareciam como facilitando a integração»: 87% dos emigrantes deslocou-se para terras de Vera Cruz, entre os anos de 1855 e 1865, predominância que se manteria, de 1880 a 1960 (76%)<sup>115</sup>.

O desenvolvimento dos transportes<sup>116</sup> ajudou a produzir profundas alterações económicas e demográficas, teve repercussões na cultura e nas mentalidades, tornou as distâncias mais curtas, o mundo mais pequeno e a vida mais célere.

O progresso reivindicou novas medidas para a educação nacional. As opiniões políticas insistiam no estreitamento e na «rentabilidade da ligação entre a escola e o trabalho», e na importância da relação entre a riqueza e a instrução 117. Só a luta contra a ignorância das classes trabalhadoras e a promoção da «instrução do povo e para o povo» lograriam o progresso para as nações. O *Saber* era o motor eficaz e qualificador do «trabalho nacional», e, através dele, o país poderia consolidar a sua independência, produzir riqueza pública e garantir a sua liberdade<sup>118</sup>.

<sup>112</sup> ALVES, 2001: 53.

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> Do mesmo modo que se registou um crescimento demográfico ininterrupto no continente (3 829 618, em 1864; 5 016 267, em 1900), constatou-se um aumento da concentração urbana. Em Lisboa e no Porto, a população duplicaria entre 1864 e 1900. Porém, a percentagem das pessoas que se mantinha no campo era elevada: 72,5%, em 1864, baixando para 57,1%, em 1911 (SÁ, 1981: 174-176; JUSTINO, 1988: 363-373).

<sup>&</sup>lt;sup>114</sup> PEREIRA, 2001: 161.

 $<sup>^{115}</sup>$  PEREIRA, 2001: 162. Sobre a problemática da emigração: PEREIRA, 2008: 35-47; SERRÃO, 1982; CRUZ, 2012: 251-379; ALVES, 1994.

<sup>116</sup> ABRAGÃO, 1956.

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> ALVES, 2001: 53.

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> HORTA, 1881: 44-45.

Camilo Castelo Branco não foi taxativo nestas matérias. Inteirara-se, como poucos, da realidade do Portugal profundo nortenho, que calcorreou passo a passo, pelas vicissitudes da sua vida. Dessas vivências muito próximas e impressivas, ganhou um conhecimento quase enciclopédico do país senhorial, pré-liberal, e do modo como os fidalgos rurais, párocos e camponeses se foram familiarizando, durante a segunda metade do século, com as ideias liberais, para se integrarem e sobreviverem<sup>119</sup>. Este conhecimento efetivo de permanências e de mudanças na sociedade complementou-se com os testemunhos que interiorizou, muito à sua maneira, do mundo burguês e da ascensão socioeconómica dos brasileiros de torna--viagem, sem esquecer o universo rural, em cujo seio cresceu, viveu, conviveu e morreu. A proximidade, de que em outros momentos falaremos, com gente pobre e humilde, ignorante e rude, vivendo com enormes dificuldades e, na maioria dos casos, em níveis elevadíssimos de pobreza, proporcionou ao Homem e ao intelectual a consciência de que a educação e a valorização dessas pessoas só as levariam a fugir dos lugarejos, e a procurar melhor vida nas cidades ou fora do país. Assim aconteceria, porque o Estado não tinha capacidade, ou nem sequer estava preparado, para as integrar nas suas organizações e serviços, pois, na economia faltava dinamismo capaz de aproveitar quem tivesse formação. Além disso, Camilo tinha fundados receios de que as estruturas curriculares do ensino pudessem adequar-se às necessidades e singularidades das regiões, de forma que estas tirassem o melhor partido das suas próprias especificidades e potencialidades. Quem elaborava as matérias a lecionar, nos gabinetes dos ministérios da capital, não conhecia o pulsar e os diferentes ritmos do país real:

Não arguiria, porém, o Estado de omisso em abrir carreiras em que os iniciados em letras sertanejas possam exercer os seus predicados mentais. Seria isso exigir o milagre ou o paradoxo. Que hão de fazer os governos? Como alargar o bojo da bureaucracia [sic], a termos de lá meter todos os investidos em instrução primária saídos torrencialmente de S. Tirso, de Figueiró dos Vinhos, de S. Comba Dão? Instruir o pequeno lavrador? Para quê? De que serviria um curso de agricultura ao lavrador que apenas lavra o pão da subsistência? Eu sei que na Alemanha o grande proprietário rural é grandemente instruído; mas esse converte o seu saber em progressos agrícolas, em benefício da terra, e em benefício, pelo exemplo, dos agricultores medianos. V. Ex.ª sabe perfeitamente o que é a fragmentada lavoira do Minho, de Trás-os-Montes, e das duas Beiras. Apenas o Alentejo tem grandes proprietários, muitos são instruídos, e pouquíssimos são os que saíram da rotina. Teimo em asseverar que a instrução das aldeias não pode produzir senão emigrados. Se isso é um bem, se um mal — é questão que deixo pendente no tribunal da crítica de V. Ex.ª 120.

As políticas dirigidas à reforma geral do ensino procuravam a generalização da instrução primária, a valorização da formação secundária e superior, com destaque para o (re)nascimento de escolas de cariz técnico (industriais, agrícolas e comerciais) e de ensino profissional,

<sup>119</sup> SILVA, 1987: 48-52.

<sup>&</sup>lt;sup>120</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, sem data. In CABRAL, 1924: 163-165.

sem descurar as escolas vocacionadas para a formação e preparação de professores. Embora se louvem os propósitos que norteavam as entidades governantes, a implementação do articulado legal não condizia, nem materializava o afã legislativo, o que protelou os sucessos na diminuição das taxas de analfabetismo. Em Portugal Continental, no ano de 1878, «79,4% dos portugueses maiores de 6 anos e residindo no continente do Reino não sabiam ler [e,] em 1890, 74,1% das crianças com idades entre os 7 e os 9 anos permaneciam iletrados»<sup>121</sup>.

É de referir, porém, que um dos efeitos, porventura, de maior relevo da obra educativa do liberalismo, foi o de ter proporcionado aos descendentes de diferentes estratos da burguesia que, pela via da instrução, se escapulissem à obrigatoriedade de dar seguimento à tradição laboral familiar, para enveredarem por profissões liberais e pelas carreiras da função pública. Para o acréscimo das trocas postais, eram membros de um grupo social de incontornável relevância: tinham capacidade económica, mobilidade, curiosidade intelectual, facilidade de relacionamentos e cultivavam afetos de todo o tipo. Entre a diminuta faixa de alfabetizados, há que atender a certos públicos, com maior ou menor peso social e cultural, que vislumbravam na correspondência inestimáveis vantagens comunicacionais, e que se constituíam eles próprios, para os correios, clientes em crescendo. São disso exemplo os membros do clero e seminaristas, juízes, advogados, procuradores e oficiais de justiça, patentes do Exército e da Marinha, professores e estudantes.

No desenvolvimento da prática epistolar, teve também peso relevante o público feminino, em luta lenta e dissimulada contra a subalternização social e cultural de que era alvo, mais concretamente contra um destino, quase fatal, que transformava a filha serviçal em mulher submissa, que obrigava a mãe a desempenhar o duplo encargo de educadora dos filhos e de enfermeira da família, em termos físicos, morais e sentimentais. No entanto, só a partir da metade do século XIX, até à Primeira Grande Guerra, é que foram dados tímidos passos para a renovação do estatuto da mulher na sociedade e do seu papel no seio da família.

Facultou-se, ainda que só a uma pequena minoria, a experiência de «novas possibilidades de participação social». Para isso, muito contribuíram o acesso à instrução e o clima de ressurgimento económico, que passou a encarar a mulher como um braço produtivo, uma bolsa a atrair e uma inteligência a cuidar<sup>123</sup>: «Ao arrepio de um discurso que exaltava as mulheres, mas que as remetia ao lar e à família, estas, sobretudo as das classes superiores, saíam, viajavam, exigiam instrução, manifestavam uma intensa "vontade de saber", enfim, questionavam o seu lugar na sociedade»<sup>124</sup>. A mulher burguesa e aristocrata, solteira ou

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> RAMOS, 1988: 1067. Também Rómulo de Carvalho apresenta dados claros e dececionantes da realidade nacional, quanto a percentagens dos que sabiam ler e dos que eram analfabetos (CARVALHO, 2001: 635).

<sup>1&</sup>lt;sup>22</sup> A correspondência afirmou-se como «la única forma de escritura realmente común a la mayoría de la burguesía alfabetizada». Depreende-se de muitos manuais epistolares dos séculos XVIII e XIX que escrever e ler *cartas* constituía um dos primeiros exercícios da alfabetização e, para muitas pessoas, talvez a prática exclusiva de escrita que levariam a cabo ao longo da vida (PAGÉS-RANGEL, 1997: 6-7).

<sup>123</sup> VAQUINHAS, 1997: 35-52.

<sup>124</sup> VAQUINHAS, 2000: 16.

casada, dedica à redação de cartas diversas horas ao dia, pela «importância crescente» da correspondência na convivência amorosa ou nas relações fora do casamento. Numa época em que o adultério «está em alta», é a carta que, em muitos casos, possibilita ao cônjuge «descobrir o rabo do gato» 125. Recordamos, entre os exemplos possíveis, o caso de Claudina Guimarães e da carta para José de Almeida Garrett, seu amante presuntivo. Ao descobrir a relação amorosa entre ambos, o marido, José Cardoso Vieira de Castro, assassinou-a de seguida 126.

Ao alterar a organização e o funcionamento dos serviços prestados pelos correios<sup>127</sup>, a reforma postal de 1852<sup>128</sup> fez medrar as oportunidades de relacionamento entre ausentes e as hipóteses de se criarem e de se sustentarem novas redes de contacto<sup>129</sup>. Ainda que o envio de uma carta se mantivesse oneroso, a nova organização dos correios, as estruturas criadas e o surgimento do telégrafo, em 1855, foram revolucionários: proporcionavam oportunidades de comunhão de ideias e de emoções em espaços onde o afastamento ou a solidão requisitavam compensações. Era menos difícil manterem-se as ligações com os que partiam e, a estes, escorarem as relações com os que ficavam, e havia outras garantias de que os elos afetivos não se quebrariam com as separações físicas. Podia alguém estar longe, mas sentir-se mais próximo<sup>130</sup>.

A melhoria das condições de vida dimanantes da industrialização, a facilidade das deslocações, no interior do país e para fora dele, dada a evolução dos meios de transportes, e a instrução dos protagonistas destas migrações<sup>131</sup>, redimensionaram as fronteiras da correspondência e a nossa territorialidade sentimental, dando-lhes inegavelmente uma escala nacional e transnacional. Tornávamo-nos cidadãos do mundo.

Os corações tocados pelas saudades da separação física, ou apossados de outras sensações, encontravam na correspondência uma atmosfera de modernidade propícia

<sup>125</sup> CORBIN, 1990: 459.

<sup>126</sup> Processo e julgamento de José Cardoso Vieira de Castro no tribunal do 2.º Distrito Criminal de Lisboa, 1870.

<sup>127</sup> Foi introduzido o uso do selo, extinguiram-se os *correios assistentes* e estabeleceu-se um quadro de pessoal a exercer funções em todo o país às expensas da fazenda pública.

<sup>128</sup> Publicou-se, ainda no século XIX, outra legislação de relevo, o que atesta a importância que foi sendo conferida ao papel do correio e do telégrafo nas comunicações.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> Neste particular, refira-se a mala-posta, o sistema de transporte público de pessoas e correio inaugurado em 1798, após a conclusão da estrada que ligava Lisboa a Coimbra. Funcionou apenas seis anos. O serviço conheceu um segundo período, entre 1826 e 1831, e a sua época áurea, de 1852 a 1871, face aos melhoramentos levados a cabo por Fontes Pereira de Melo: a utilização do método «Mac-Adam» na estrada Lisboa-Porto; a aquisição de novas carruagens francesas e de novos cavalos; o melhoramento das estações de muda para que os viajantes pudessem cear e pernoitar (NETO, 2005: 58-66).

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> Na verdade, escrevia-se muito. Mesmo sem termos dados estatísticos que permitam estabelecer comparações com as décadas anteriores, olhe-se para *Estatística geral dos correios, telégrafos e faróis: Ano de 1890 — Diagrama do movimento das correspondências permutadas entre os países da União postal em 1890* (Anexo 1). Aí se regista que o Brasil, a Espanha, a Inglaterra e a França são os países para os quais se enviava a maior quantidade de correspondência, e que só para o «país irmão», em matéria de cartas e bilhetes-postais, foram remetidos, no ano da morte de Camilo, mais de 570 mil, e recebidos aproximadamente 660 mil (PORTUGAL. Direção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis de Portugal, 1893: sem menção de página).

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> Na maioria dos casos, não eram as pessoas com menos escolaridade as que alimentavam a emigração e o êxodo para as cidades (ALVES, 1994: 215); RAMOS, 1988: 1067-1145.

à manifestação dos sentimentos e à manutenção dos relacionamentos. Uma modernidade que resultava também dos avanços importantes no que se reporta à qualidade e à quantidade do papel produzido, dos novos métodos e inventos relativos à arte da escrita, com especial alusão à generalização do uso do lápis, à introdução do aparo de aço e à comercialização de tintas com texturas de maior refinamento. Para o advento de novos tempos, há que reconhecer a atenção e a intenção de editores e livreiros em disporem no mercado secretários e manuais epistolares ou de civilidade que, ensinando os princípios que deviam presidir à redação das missivas; difundindo recolhas de textos exemplares de vários autores; e disponibilizando modelos que iam ao encontro das efetivas necessidades de determinados públicos<sup>132</sup>; prestaram o «adequado auxílio» aos «sábios», ou aos menos experimentados na arte, e favoreceram a apropriação e a consolidação da cultura escrita em faixas cada vez maiores da população:

[O] alargar do público-alvo dos manuais de epistolografia coincide com a vulgarização dos chamados «livros de civilidade», onde por vezes se encontram capítulos inteiros sobre práticas, gestos, hábitos e procedimentos relativos à escrita de cartas, numa linguagem quase sempre bastante mais simples e escorreita que nos «Secretários» de filiação cortesã<sup>133</sup>.

### 1.3.3. Ameaças diversas

No último quartel do século XIX, e primórdios do seguinte, várias ameaças se adensaram sobre a utilização da correspondência: «o comboio, a bicicleta, o automóvel estimulam a circulação de pessoas e das coisas. Bilhetes-postais e telefones personalizam a informação»<sup>134</sup>. As inovações nas tecnologias de informação desencadearam um incremento do envio de mensagens por telégrafo e as conversas através do telefone, circunstâncias que incitavam, de alguma forma, ao desleixo pelo ato da escrita.

Os progressos e as melhorias nos transportes facilitaram de modo exponencial as viagens para territórios mais longínquos, tornando-as mais seguras e imprimindo-lhes outra velocidade, promoveu-se a sua utilização com maior frequência, o que, em grande medida, patrocinava o reencontro físico entre ausentes e possibilitava que as pessoas se revissem em intervalos de tempo progressivamente mais curtos.

O aumento do número de jornais, a liberdade de imprensa e o crescente número de notícias sobre o que se passava nos quatro cantos do mundo farão com que a maioria dos emissores tenha cada vez menos assuntos para participar ou partilhar<sup>135</sup>.

<sup>132 «</sup>Manuais gerais, manuais de cartas de amor, manuais de cartas familiares, manuais de cartas de felicitações» (BASTOS, [s.d.]).

<sup>133</sup> LISBOA, MIRANDA, 2011: 373.

<sup>134</sup> PERROT, dir., 1990a: 612.

<sup>135</sup> ROUSTAN, [s.d.]: 112-120.

## 1.4. OS ESCRITORES E A PRÁTICA EPISTOLAR

Desde a Antiguidade greco-latina aos nossos dias, a correspondência cimentou um percurso de prestígio, graças a múltiplos cultores e lídimos representantes da escrita e da teorização epistolar, que interiorizaram e operaram, ao longo dos séculos, naturais mutações no género, resultantes da evolução dos matizes estéticos das principais correntes do pensamento e da cultura<sup>136</sup>. Sobre a evolução da epistolografia em Portugal e as informações acerca dos seus mais distintos intérpretes, destaca-se A epistolografia em Portugal, de Andrée Crabbé Rocha. A obra faz o retrato estilizado e objetivo dos principais assuntos sobre que versam mais de seis dezenas de núcleos epistolares, de igual número de escritores, desde o infante D. Pedro (1392-1449) a Florbela Espanca (1894-1930), quer dos que ostentaram a epistolografia como outro dos seus primores literários, quer daqueles em quem essa intenção nunca prevaleceu<sup>137</sup>. Cada síntese é antecedida de uma lista bibliográfica com monografias e periódicos, onde se editam cartas das personalidades em estudo e se identificam acervos institucionais ou particulares, detentores de autógrafos das respetivas autorias. Um dos méritos do trabalho de Crabbé Rocha é o de se abalançar a considerar a correspondência numa perspetiva geral, garimpando quanto possível as peças epistolares «dispersas ou escondidas» do tesouro nacional, para que esse precioso acervo de cinco séculos proveja a luz que nos ilumine a ultrapassar a opacidade humana dos nossos autores.

A correspondência de oitocentos não transgride os preceitos gerais norteadores da atividade 138. Embora variável quanto a níveis de franqueza, verdade e naturalidade, deu lugar a «relatos» de extraordinária vivacidade e de uma qualidade estética de grande modernidade nos cálamos de Camilo e de outras individualidades 139. Carteavam-se impelidos pelo gosto de comunicar por escrito, ou para responder a necessidades humanas e profissionais. Tal como se verificou em outros períodos da nossa história, as vidas dos escritores foram ricas em episódios que os esporearam a recorrer a esta forma de comunicação. Para o demonstrar, citemos: os exílios causados por oposição e perseguição política 140; as detenções por conduta violadora de leis civis e penais ou que atentavam contra as convenções sociais 141;

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> Para uma visão de conjunto da história da epistolografia no nosso país: CASTRO, RIBEIRO, 1997: 328-336; MADURO, 2012: 31-140; REBELO, 1997: 322-328.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> ROCHA, 1965: 7.

<sup>138</sup> ROCHA, 1965: 168.

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> Relembramos Alexandre Herculano (1810-1877), Antero de Quental (1842-1891), António Feliciano de Castilho (1800-1875), Eça de Queirós (1845-1900), Guerra Junqueiro (1850-1923), João de Deus (1830-1896), Oliveira Martins (1845-1894), Ramalho Ortigão (1836-1915) e Trindade Coelho (1861-1908).

<sup>140</sup> Aconteceu com Herculano. Um dos bravos a desembarcar no Mindelo, experimentou, aos 21 anos, à conta da guerra fratricida, o exílio em Inglaterra e em França; e ocupou, desde 1839, o cargo de bibliotecário no «Ermitério» da Ajuda. Na tarde da vida, afeiçoado ao campo, assentou o «lazário dos deuses domésticos» (SERRÃO, 1977: 365) num prédio rústico de Vale de Lobos. Conservou inabalável a coerência ideológica do seu pensamento humano, religioso e político, na porfia de um mundo melhor e na crítica feroz à gangrena moral da Igreja e «aos descaminhos do nosso processo histórico e das más agulhagens da nossa aventura oitocentista» (MONTEIRO, 1997: 997).

<sup>141</sup> Ocorreu com Camilo. Por duas vezes, a justiça o recolheu às celas da Cadeia da Relação do Porto. E, a partir do inverno de 1863, o romancista instalou a sua «oficina das letras» na aldeia minhota de São Miguel de Seide, sem com

as viagens para fruição cultural ou as resultantes da opção de formação académica em outras paragens<sup>142</sup>; as deslocações motivadas por saúde periclitante e geradas num quadro de instabilidade emocional e psíquica; ou, ainda, as que procediam de obrigações e missões profissionais<sup>143</sup>.

Aguilhoados por estas ocorrências, os escritores utilizaram a correspondência como ponte privilegiada para criar e manter contactos. Distinguiram-na como espaço de interceção de intimidades, utilizando-a para levantar o tule que encobria amores e ódios, alegrias e mágoas, sucessos e infortúnios, esperanças e tragédias. O seu uso deu aos escritores a possibilidade de estabelecerem e manterem redes estratificadas de relações amorosas ou familiares, de amizade ou de polémica, de gestão económica ou de administração das carreiras literárias. De melhor ou pior recorte, o documento epistolar assume o valor de retrato vivo da ascensão, vitalidade e queda das redes familiares e das convivências de determinado autor, ou das suas interações sociais e intelectuais. Mas também de estatuto de documento, que ajuda a lobrigar cenários e a mensurar a espessura e o alcance das teias que tecem e sustentam, uma vez que se forjou em torno dos segredos passíveis de partilha, dadas as afinidades e cumplicidades entre correspondentes.

### 1.4.1. Nos cálamos de Herculano, Camilo, Eça, Garrett e Júlio Dinis

As alterações dos eixos geográficos das suas vidas sentimentais e profissionais, a satisfação do desenrolar dos dias e as vicissitudes que lhes ensombravam o viver potenciaram, pois, os benefícios e os proveitos da função utilitária do carteamento. Engana-se quem pensa que Herculano se entrincheirou na Azoia, empenhado nas lavouras férteis em produtos de qualidade, e se exonerou de acompanhar a evolução política portuguesa ou de reagir com veemência<sup>144</sup>. Com amigos e outras pessoas, que se lhe dirigiam, manteve uma intensa atividade epistolar, e o trabalho de alimentar a assídua correspondência causar-lhe-ia enorme fadiga, facto do qual é bem provável que se queixasse:

isso arrefecer o ritmo da escrita compulsiva, ou suspender as incessantes digressões, mais ou menos prolongadas, pelas cidades de Entre-o-Douro-e-Minho e do litoral, de Valença a Lisboa.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> Deu-se com António Nobre. Os insucessos académicos em Coimbra e o enfado pela cidade do «santo Mondego» fizeram-no emigrar, em 1890, para residir e estudar na capital francesa: «neste banal Paris embirrento de civilização» (C. de A. Nobre a Manuel da Silva Gaio. In NOBRE, 2005: 113). E aí se licenciou, cinco anos depois, em Ciências Jurídicas, na Sorbonne. Após o regresso a Portugal, a tuberculose desarmou-lhe os intentos de ingressar na carreira diplomática, e as viagens e estadas na Madeira, Estados Unidos e Suíça, em busca da cura, malograr-se-iam.

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> Sucedeu com Eça. Devido às funções de administrador do concelho de Leiria (1870), das que derivavam do exercício da carreira consular em Havana (1872), Newcastle-upon-Tyne (1874), Bristol (1878) e Paris (1888) e das viagens realizadas a vários países e continentes (ao Egito, com o seu futuro cunhado Luís, 5.º Conde de Resende, em 1869, e ao Canadá, Estados Unidos e América Central, em 1873), deteve-se longas temporadas fora do país. As ausências e a solidão avivavam fortes e dolorosas saudades que lhe pediam «banho de Portugal», indispensável para «renovar as energias do espírito» que se retemperariam «com os amigos [nas] suas antigas deambulações, [nas] pantagruélicas façanhas gastronómicas e [nos] encantadores serões» (CASTRO, 2001: 82).

Pensadores como Oliveira Martins e Antero, artistas de ficção como Pedro Ivo e Júlio Dinis, eruditos como Teixeira de Aragão, diretores de almanaques como Guiomar Torresão, divulgadores como Pinheiro Chagas, místicos como Barros Gomes, oferecem a Herculano os seus livros e pedem opiniões. Oliveira Martins envia-lhe questionários para ele responder. Vale de Lobos torna-se uma espécie de Meca do liberalismo português<sup>145</sup>.

O mesmo se aplica a Camilo, que não foi exilar-se em Seide, desterrando-se do mundo ou demitindo-se da vida de escritor público. Era através do correio e do telégrafo, agentes de vital importância para os relacionamentos camilianos, que o romancista assegurava, entre outro expediente, um vasto leque de contactos sociais e literários, tratava de negócios pessoais e familiares, pedia auxílio médico, encomendava livros, papel, charutos e medicamentos, se relacionava com editores, livreiros e diretores de jornais, se mantinha em contacto permanente com a sua família nuclear, durante as constantes saídas, solicitava informações para a produção dos seus textos literários. Sabe-se o gosto do autor das Novelas do Minho por «este género de literaturinha mexeriqueira», de que foi useiro e vezeiro, por se lhe afigurar de leitura aprazível e de instrução 146. Muito o gratificava também ver a carta de um amigo, entrando nela como por fresco jardim, ou agradável pomar, onde nascem por amor e se rociam pela lealdade «flores de eloquência e frutos de sentença e palavras [para darem] maravilhoso mantimento ao coração» 147. Acresce a este gosto um especial e reconhecido engenho para a arte da escrita epistolar. A sua mão de dedos magros e nervosos podia tremer ante as fortes emoções, mas até quando a vista lho permitiu, a sua prosa adamantina não vacilava nas ladeiras do sentimento, nem jorrava, por isso, menos segura<sup>148</sup>. Não era o debate de ideias ou o deleite puro e simples do exercício estético que o moviam a abastecer de correio os seus destinatários. Era a temperatura sempre elevada do porvir das situações, o humor do momento e a ebulição do temperamento instável que lhe alongavam a pena de osso em corda de harpa, resolvida a desferir pela vibração as notas que provocavam o riso, soltavam a lágrima, apelavam à piedade ou acicatavam a indignação.

Patético, satírico e elegíaco, e como diz João Júnior, em *Cenas da Foz*, escrevia as coisas como lhe desciam aos aparos: «nem acizelo o estilo, nem torneio o pensamento, nem traço plano»<sup>149</sup>. Ao higienista Ricardo Jorge, seu amigo e médico, não se lhe ofereciam dúvidas de que a correspondência de Camilo saía da sua banca de trabalho insubmissa a regras e rebelde a modelos: não a aprimorava ou cardava para Literatura de mérito, nem se inibia em deixar escorrer para folhas soltas as confidências e as gravidades dos seus transes de alma ou as contrariedades de uma existência provida de dramas<sup>150</sup>. Cremos, porém, que era ilusório

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> SARAIVA, 1977: 26. Sobre os seus correspondentes, consulte-se MARTINS, 1977: 201-281.

<sup>146 «</sup>Haja vista às cartas de Cícero e Plínio, às de Sevigné e Voltaire, às de Schiller e Goethe, etc.» (COSTA, ed., 1924: 61-62).

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> CASTELO BRANCO, 2012: 341.

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> CHORÃO, 1996: 9.

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> CASTELO BRANCO, 1971a: 18.

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup> JORGE, [s.d.]: 115-133.

o desleixo ou o relaxamento da escrita epistolar camiliana. Apesar de afirmar que pouco lhe importavam os juízos vindouros e o que após a morte lhe rendesse em juros de glória ou detração <sup>151</sup>, tinha Camilo a noção do quilate da sua cotação como estilista da língua e da altura do pedestal em que a posteridade colocaria e bendiria a sua epistolografia <sup>152</sup>. Essa consciência comprometia-o com os seus destinatários, não merecedores que Camilo lhes escrevesse em português menos distinto e apreciado, e penhorava-o a aplicar na atividade de epistológrafo os dotes que eram a marca inconfundível dos seus textos literários.

Segundo Crabbé Rocha, o romancista foi um epistológrafo de mão-cheia, e não há acervo que, na verve e na graça, se lhe iguale<sup>153</sup>. Camilo pulverizou a mesma têmpera da sua produção romanesca nas páginas da correspondência, sem que a torrencialidade desta baixasse a escala do vigor e do estilo da sua prosa. Na comunicação escrita, a singularidade do estilo, que o celebrizou, está para além da forma. Está no modo como ele viu o mundo e se posicionou perante os homens e a vida, como traduziu a sua mundividência através de uma *graça*<sup>154</sup> e de uma *contundência* que desembuçam o corpo inteiro, e em carne viva, de um homem amargurado e clarividente, transformando-o no protagonista mais impressionante e arrebatador de quantos criou nos seus romances.

Similarmente, Eça epistológrafo não desmerece de Eça escritor. O gozo e a propensão para o género são bem notórios na assiduidade com que ele se serviu da forma epistolar para, na imprensa, em prefácios e no trato privado, espargir a beleza literária, o espírito refinado e a graça cintilante<sup>155</sup> que perpassa nos textos de fôlego. Pela intuição de Eça de que os tempos seguintes as avaliariam como outra das manifestações do seu raro talento de escritor, as cartas particulares queirosianas não são erupções do improviso<sup>156</sup>. São materiais granjeados com cuidado e esmero, muito análogos ao burilamento que o estilista empregava na feitura das obras, não os poupando, portanto, a correções ou a emendas consideráveis<sup>157</sup>.

Sendo pouco dado a deixar-se resvalar na autobiografia, a discorrer sobre os trilhos da sua vida sentimental, ou a atraiçoar o seu apuro «nas maneiras e no estilo» <sup>158</sup>, só de forma fortuita lhe escaparam detalhes relacionados com a sua pessoa, a sua vida privada e a génese da sua ficção. Não invalida isto que, em cartas a alguns correspondentes mais chegados — Batalha Reis, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão ou Teófilo Braga —, entalhasse pormenores

<sup>&</sup>lt;sup>151</sup> C. a José Porfírio de Campos, de 1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 1031.

<sup>&</sup>lt;sup>152</sup> C. de [12-09-1873]. In CASTELO BRANCO, 2012: 134.

<sup>153</sup> ROCHA, 1994: 569.

<sup>&</sup>lt;sup>154</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 506.

<sup>155</sup> QUEIRÓS, 1983a: 13.

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup> «O meu mal é o amor da perfeição — este absurdo afã de querer fazer as coisas mais corriqueiras, sempre do modo mais completo e brilhante» (QUEIRÓS, 1925: 274-275).

<sup>&</sup>lt;sup>157</sup> Na carta de «ironia oblíqua, mais desprimorosa que o ataque frontal», que redigira a Camilo, mas que não teve coragem de lhe enviar, Eça não se ficou pelo primeiro jato de tinta. Acabou por mondar e podar o irrelevante (ROCHA, 1965: 428, 330).

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup> QUEIRÓS, 1983a: 78, 146.

desse pendor<sup>159</sup>. Na revelação de dados biográficos, o escritor ostracizou das missivas as matérias do coração, deixando avantajar-se a extensão das vivências à respetiva profundidade psicológica e emocional<sup>160</sup>. Como se nos autorizasse a observar na planície da vida a amplidão das árvores frondosas da sua intimidade, mas nos coartasse as hipóteses de explorar o subsolo ou sondar a fundura das raízes que lhes forneciam a seiva das emoções. Mesmo no conjunto epistolar endereçado a sua mulher Emília de Castro, Eça represou a lava quente dos sentimentos, por ser «naturalmente reservado»<sup>161</sup>, ou por estar persuadido de que o «papel arrefece as palavras, e há certas coisas que só devem ser *ditas*, quase apenas só sentidas, — sem intervenção do correio, e na divina *solitude à deux*»<sup>162</sup>.

Porém, um ilustre homem de letras não é necessariamente um epistológrafo de boa cepa, porque os dotes de escritor não outorgam competências e predicados para teclar na correspondência as notas do talento que retumba das suas obras. Veja-se como em Garrett é substancial a diferença entre as obras literárias e a correspondência que enviou. O escritor romântico e o político liberal, com admiráveis capacidades de escrita e de comunicação para deleitar as plateias dos teatros e empolgar as bancadas do parlamento, não refulgia idênticos atributos nos escritos íntimos. Garrett não gastava energias em primores epistolares, não parecia sintonizar-se com este estilo despretensioso, ou amoldar-se aos condicionalismos do género. Por isso, economizava os seus recursos literários na correspondência enviada a amigos, em que manavam confissões e pedidos para que lhe deslaçassem os cilícios dos apertos financeiros. Mesmo na correspondência que remeteu à filha de 13 anos, conservava, nos conselhos de pai, uma acentuada trivialidade e «indigência de expressão» 163. O estéril panorama estendeu-se à correspondência que remeteu a seu irmão Alexandre, sem rasgos dignos de valorização, e evidenciou-se na que enviou ao estadista Agostinho José Freire, no âmbito do seu múnus de diplomata em Bruxelas, em que se lamuriava das prerrogativas perdidas e reivindicava direitos. Nas cartas apaixonadas a Rosa Montufar Barreiros, vemos o homem, que aspirava à pacificação pelo amor, a digladiar-se com os ímpetos desmedidos do amante esbraseado de desejo carnal. Transpira nas missivas «o clima do "Paraíso" do primo Basílio». Porém, «não são os arrebatamentos em si que são chocantes, mas o espetáculo duma dignidade viril comprometida, e a surpreendente deficiência de gosto numa pessoa que sujeita» por norma «o de que é dotado a um exigente controlo» 164.

Outra correspondência aquém do valimento da obra narrativa é a de Júlio Dinis. A sua pessoa e os seus textos ficcionais são naus fundeadas na enseada do mundo familiar, bem livre de ventos temerosos e do mar revolto. Encarando os valores morais da família e os

<sup>159</sup> REIS, 2005: 6.

<sup>160</sup> QUEIRÓS, 1983a: 18.

<sup>161</sup> C. de Emília de Castro a Luís de Magalhães, de 11-12-1901. In QUEIRÓS, CASTRO, 1995: 689.

<sup>&</sup>lt;sup>162</sup> QUEIRÓS, 1983a: 366.

<sup>163</sup> ROCHA, 1965: 255; DAVID, 2012.

<sup>164</sup> ROCHA, 1965: 254.

princípios éticos do trabalho como «a única fonte possível de criação da harmonia social», estes dois elementos foram a estrela polar que orientou o desenrolar das ações nos seus romances, a tessitura das intrigas e a atuação das personagens<sup>165</sup>. Foi na nascente destes valores e princípios que Júlio Dinis bebeu a água cristalina que lhe dava ao espírito alento e vigor para, na obra e na vida, em público ou em privado, calibrar, pela mesma bitola, a vertente moralizadora do que escreveu e o viver em conduta modelar<sup>166</sup>. Uma existência sacudida pelos vendavais da doença que o vitimou e lhe preceituou a fruição contida, honrada e vertical dos «gozos» da vida: «[gozos] dos quais uso somente em meia força para não prejudicar a [...] saúde»<sup>167</sup>. O «segundo leitor», se espera encontrar algo de indecoroso, avinagrado ou pouco digno na correspondência de uma personalidade, verá defraudarem-se-lhe tais expectativas na prosa epistolar dinisina. Na verdade, Júlio Dinis mantém aí a atenção que destinava aos seus textos públicos. Defende a tendência e a preocupação edificativa patenteada nos seus livros, na convicção de que isso era um trabalho igual ao do agricultor que lança à terra as sementes, e delas cuida, na esperança de que medrem e resultem em boas colheitas.

#### 1.4.2. Tópicos mais recorrentes na epistolografia de escritores oitocentistas

Rutilantes ou menos dotados, emotivos ou descritivos, pessimistas ou esperançosos, melancólicos ou contundentes, contidos ou expansivos, os escritores legaram-nos acervos de correspondência que encerram uma profusão e uma variedade de conteúdos, reveladoras do amplo e precioso leque das suas vivências<sup>168</sup>. Está ali patente a vida na pluralidade e no turbilhão dos seus testemunhos, «a riqueza individual dos matizes de sentimento [e] das particularidades de caráter» 169, os azulejos que sobraram e ajudam a reconstruir o painel da aventura humana partilhada, porque só o que foi verdadeiramente relevante se contou, só o que se agigantou do mero episódio na paginação quotidiana das existências teve distinção em letra escrita. Poder-nos-íamos deter em atos pitorescos ou pungentes, nos sentimentos em porções ou nas «parcelas ideológicas»; trazer à colação um inventário de lamentos, confissões, observações e opiniões, que se avistam do peitoril da janela que da correspondência se rasga sobre o «labirinto da existência de cada artista»; esquadrinhar as relações com colegas do mesmo ofício ou com os editores que lhes espremiam avaramente os pagamentos; ou delongarmo-nos na abordagem da «falta de meios, de estímulos, de compreensão nacional e de projeção universal». Contudo, nessa amplitude de assuntos, «do mais objetivo ao mais subjetivo, do mais pensado ao mais espontâneo, do mais vital para o artista ao mais secreto

<sup>165</sup> BUESCU, 1997b: 135.

<sup>&</sup>lt;sup>166</sup> Era «filho exemplar, tio dedicado, afilhado carinhoso e amigo fiel» (ROCHA, 1965: 305).

<sup>167</sup> DINIS, [s.d.]: 64-65.

<sup>168</sup> Tendo por base o estudo individual das coleções de correspondência mais significativas que lhe foi possível reunir, Crabbé Rocha apresenta-nos doze conclusões sobre as «coordenadas gerais» que dali emanam, ao longo de cinco séculos (XV-XX), nomeadamente, «A vida do artista», «As preocupações do dia a dia», «O amor e a família», «Cartas de escritores a escritores», «A pátria» e «O estrangeiro» (ROCHA, 1965: 419-438).
169 ROCHA, 1965: 10.

para o homem»<sup>170</sup>, optámos por realçar, dos acervos oitocentistas consultados, alguns temas que se nos afiguram transversais e que, de certo modo, parametrizam pilares estruturantes das suas vidas.

Maldisseram e sentiram, em geral, o triste fado dos escritores públicos. Livro escrito não é livro vendido. Em carta à Renascença Portuguesa, Gomes Leal desabafa que «preferia que Portugal lesse os meus livros e os comprasse. Mas Portugal não lê» 171. A conjuntura com que os criadores literários se defrontavam era pavorosa: um país analfabeto<sup>172</sup>, em que o editor é rara avis, o inconstante escoamento das publicações<sup>173</sup>, e apenas três mil pessoas a comprarem livros voluntariamente, num universo de cinco milhões de habitantes<sup>174</sup>. A Trindade Coelho atemorizava-o imaginar que um livro por si escrito, elevado, com ternura, ao estatuto de filho seu, não topasse interessado no exíguo anfiteatro dos leitores: era como se estivesse amortalhado em qualquer livraria<sup>175</sup>. Ainda que as obras lograssem certo êxito editorial, os ganhos eram de pouca monta, para que alguém se aventurasse a encontrar, com segurança mínima, na bigorna das Letras, o desafogo único ou a subsistência digna e, assim, suportar os encargos económicos quotidianos. Esteve a exceção dessa proeza e risco em Camilo, caso sem-par de quem, no século XIX, se entregou, em exclusivo e com todas as suas fibras, a ser «profissional da pena». Do filão da atividade literária extraiu o principal ouro para o seu sustento. Todavia, o desfecho foi sentir-se a atravessar, por vezes, e com o seu próprio contributo, períodos de carências e de dificuldades espaçados por outros mais desafogados. Poucos anos antes do fatídico dia em que pôs termo à vida, pranteava-se com boa dose de ironia que, no decurso de quase quatro décadas de febril dedicação à escrita, apenas fizera imprimir mais de uma dúzia de opúsculos de diminuto prestamento, capazes de garantir uma sobrevivência comedida, em lugarejo económico<sup>176</sup>.

Na verdade, o que a maioria auferia era, ou parecia ser, escasso, para enfrentar problemas de subsistência, ultrapassar as insuficiências de ordem monetária e para se desobrigar a deitar mão a outros recursos. Jogavam na lotaria 177, vendiam as suas bibliotecas 178, pediam adiantamentos 179 e repartiam o labor literário e o trabalho jornalístico, que consentia proventos mais imediatos, com o exercício de outras profissões: advogados, deputados, diplomatas, funcionários administrativos ou ministeriais, juristas, médicos, pedagogos, entre outras. Os vencimentos obtidos em emprego estável nem sempre lhes garantiam a base da quietação desejada. De Newcastle, Eça queixava-se a Ramalho Ortigão de que a sua situação era

<sup>170</sup> ROCHA, 1965: 10.

<sup>171</sup> DANTAS, 2011: 124.

<sup>&</sup>lt;sup>172</sup> C. de T. Coelho ao redator de «O Repórter», de 22-12-1895. In COELHO, 2008: 187.

<sup>&</sup>lt;sup>173</sup> C. de Gomes de Amorim a Abílio Augusto da Fonseca Pinto, de 05-03-1875. In AMORIM, 1975: 54.

<sup>&</sup>lt;sup>174</sup> C. de T. Coelho a Gonçalves Neves, sem data. In COELHO, 2008: 612.

<sup>175</sup> C. de T. Coelho a António Correia d' Oliveira, de 23-08-1897. In COELHO, 2008: 232.

<sup>&</sup>lt;sup>176</sup> C. a Trindade Coelho, de 16-10-1883. In CASTELO BRANCO, 1994: 637.

<sup>&</sup>lt;sup>177</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 21-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 198.

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 30-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 200.

<sup>&</sup>lt;sup>179</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 20-03-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 500.

«desgraçada» e, em estado de pobreza, considerava-se digno de auxílio, quer como cônsul quer como artista<sup>180</sup>. Para liquidar as suas dívidas, rogava ao seu amigo o amparo de pessoa generosa, que lhe emprestasse dinheiro a juros diminutos, por não querer socorrer-se de empréstimos financeiros de agiotas, a juros incomportáveis<sup>181</sup>. Mas o cálice com o líquido amargo das provações não foi dado a beber a todos nas mesmas quantidades. Herculano, que já exercera as funções de segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto (1833-1836), foi nomeado, em 1839, pelo rei D. Fernando II para seu bibliotecário-mor, com o vencimento pago do seu bolso, complementado com casa para residir. Manteve-se no cargo, durante trinta e oito anos, circunstância excecional que lhe propiciou estabilidade profissional, despreocupações financeiras, tranquilidade espiritual e viver entre livros e documentação valiosa, tão cruciais para vitaminar e escudar um trabalho desafogado de historiador e de intelectual: «Posso eu nunca esquecer-me de que o que valho, e sou, se valho e sou alguma coisa, o devo a V. M. que me criou, na mocidade e quase na obscuridade, uma situação tranquila em que pude ser útil a mim e não sei se às letras e ao país?»<sup>182</sup>

A alusão à escassez de saúde é constante. O estado físico e mental dos poetas e prosadores raramente nos é dado a contemplar sem moléstias. Camilo bem podia abrir e encerrar o préstito dos combalidos, com um conhecido e imbatível boletim de dores e queixumes. Outros, com menos insistência, dramatismo, pudor ou contenção do que o romancista de Seide, mas também sensíveis para que as dores tivessem neles maior eco e acuidade, deram significativo contributo, em sofrimento bastante, para enriquecer o repositório das enfermidades e depauperar o quadro clínico do parnaso lusitano. Herculano, de «compleição frágil», mas recompensado com uma grande capacidade de trabalho, sofreu de hemoptises e, ao longo da vida, de graves enfermidades coroadas, em idade mais avançada, com sezões e dores renais<sup>183</sup>. Os padecimentos de Gomes de Amorim complicavam-se de dia para dia, cada um com novos problemas, incapacitando-o, aos poucos, para tudo<sup>184</sup>. Distúrbios gastrointestinais trouxeram a Eça de Queirós graves incómodos<sup>185</sup> e consequências letais. A tuberculose, com penosos prelúdios e o seu séquito de aflições, ceifou, na flor da idade, Júlio Dinis (1871), Gonçalves Crespo (1883), Cesário Verde (1886) e António Nobre (1903). Em tenra infância, o sarampo cegou Castilho, sem lhe escurentar o talento ou as aspirações, mas obrigando-o a uma vida cultural quase toda de instrução ouvida e de obra literária ditada. A tragédia da cegueira também bateu à porta do romancista de Seide, limitando-o gradativamente nas duas principais tarefas para que fora formatado: ler e escrever. A amargura, o desencanto, a falta de esperança ou outras causas que talvez só o desespero descortina levaram Camilo (1890),

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup> QUEIRÓS, 1945: 32, 41.

<sup>&</sup>lt;sup>181</sup> QUEIRÓS, 1945: 32.

<sup>&</sup>lt;sup>182</sup> C. de A. Herculano a D. Fernando II, de 31-12-1862. In SANTOS, 1965: 37.

<sup>183</sup> SARAIVA, 1977: 28.

<sup>&</sup>lt;sup>184</sup> AMORIM, 1975: 32.

<sup>&</sup>lt;sup>185</sup> C. de Eça a Oliveira Martins, de 26-04-1894. In QUEIRÓS, 1983b: 312.

Antero (1891) e Trindade Coelho (1908)<sup>186</sup> a pressionarem os gatilhos que lhes apagaram de vez a luz do génio. Como puderam, deste modo, sobrepujar doenças e atribulações físicas, que a sensibilidade transmudava em infandas, e encontrar proteção e ambiente para que a chama da inspiração e a da criação literária criassem «serena beleza»<sup>187</sup>, e não se extinguissem, ante a aragem dos tormentos físicos e a brisa dos flagelos da alma? Talvez fosse a escrita a servir-lhes de catarse: o sopro do engenho e da arte a compensá-los do que a vida lhes ia apoucando em saúde e redobrando em mágoas.

A opção em constituir família<sup>188</sup> foi caminho que nem todos palmilharam com igual cadência. Em maridar e ter prole, Camilo suplantou os escritores coetâneos: subiu ao altar aos 16 anos, para poder, entre outros intuitos, receber a herança paterna, que orçava em 850\$000 réis<sup>189</sup>. Dois anos depois, foi pai de uma menina. À precocidade do ato acumulou-se a imaturidade e a irreverência de um jovem inábil para assumir as responsabilidades de cônjuge e pai. Voltaria a contrair matrimónio<sup>190</sup>, em 1888, com Ana Plácido, sua «amante querida» e enérgica colaboradora nas lides literárias, durante vinte e sete anos, aproximadamente, sem antes abdicar de mencionar, em carta a Tomás Ribeiro, que não devia fazê-lo, por lhe parecer benfeitoria com que os celibatários «premeiam» as criadas solícitas «com quem casam quando vão morrer»<sup>191</sup>.

Esta observação podia ser entendida como uma crítica velada à decisão de Herculano em desposar Mariana Hermínia, após trinta e um anos de «noivado», e quando o escritor já se aproximava dos 60. Tardou o passo, porque a paixão literária vencera a outra, e porque a minguada fortuna não lhe dava margem para a pretensão de ter descendência e para o labor intelectual ao mesmo tempo<sup>192</sup>. Compreendendo e aceitando a opção de Herculano, Hermínia consagrou-lhe «uma dedicação e amizade ilimitadas», e sentiu, sem manifestar queixas ou revelar qualquer quebra no propósito, dissabores familiares e sociais, por estatuto tão ambíguo<sup>193</sup>. Mas chegou um tempo em que o historiador se sentia só, sem parentes ou mulher que olhassem por ele. Ao decidir casar-se e não se amancebar, Herculano reconhecia e compensava a futura mulher dos desvelos de tão longa data. No entanto, também se favorecia ele próprio de inestimáveis vantagens caseiras, uma vez que a alteração do estado civil de Hermínia a tornava legatária dos deveres da condição de uma esposa e de uma mãe dessa época: a administração da casa, a educação dos filhos e a disponibilidade para prestar auxílio

<sup>186</sup> SILVA, 1991: 4-33; SILVA, 1992a: 4-27; SILVA, 1992b: 68-81.

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup> ROCHA, 1965: 422.

<sup>&</sup>lt;sup>188</sup> C. de T. Coelho a Luiza (Ey), de 19-10-1903: «o que me vale é a família. Estou bem dentro de minha casa, como que fugido do exterior» (COELHO, 2008: 569).

<sup>189</sup> CABRAL, 2003: 351.

<sup>190</sup> Do casamento não encontrámos qualquer referência. Dirigidas a Ana Plácido, inventariámos 112 cartas e telegramas denunciadores de trato carinhoso.

<sup>&</sup>lt;sup>191</sup> CASTELO BRANCO, 1994: 1184.

<sup>192</sup> HERCULANO, 1946: 110.

<sup>&</sup>lt;sup>193</sup> HERCULANO, 1946: 110.

em caso de enfermidades, sendo certo, neste caso, que seria retribuída, em ternura e consideração justamente merecidas, como parceira inquebrantável nas boas e más horas da vida<sup>194</sup>.

Comparativamente ao de Herculano, o casamento de Eça com Emília de Castro difere nas motivações, mas assemelha-se nas compensações. Aos 33 anos, absorvido pelo trabalho e gozando de pouca saúde, confessava a Ramalho Ortigão um sentimento de desamparo, uma vida de poucos consolos afetivos, repartida entre a mesa e a secretária. Faltava-lhe família, e já não olhava para o casamento com a mesma aversão de outros tempos, análoga ao pavor do equídeo das pradarias pelo estábulo<sup>195</sup>. Antevia, agora, no vínculo matrimonial, confortos disciplinadores e a higiene física e mental de que carecia<sup>196</sup>, ou melhor, um rumo de «disciplina intelectual, económica, moral e doméstica» <sup>197</sup> da sua pessoa, e um remédio salutar para a solidão sentimental. O cumprimento da espinhosa missão recairia numa mulher que preenchesse requisitos específicos<sup>198</sup> e indispensáveis para as suas «necessidades domésticas»<sup>199</sup>. Encontrada a mulher nas condições prescritas para esposa, era curto o passo para ser mãe de seus filhos. O seu grande amigo e futuro cunhado, Manuel de Castro, facilitou-lhe a procura, ao preparar-lhe o acesso ao coração da irmã Emília. Eça encontrou em Emília quem desse ao seu coração de quarentão a estabilidade e o equilíbrio necessários a aliviar o espírito de desassossegos, para a sua liberdade de criador literário. Ao invés de Herculano, e embora encarasse «a Arte [como] uma esposa exigente e ciumenta» 200, o escritor realista entendia que era possível conciliar arte e amor no remanso conjugal. Como manifestações sublimes da vida, completavam-se um pelo outro: «e fora deles tudo é nada»<sup>201</sup>.

Dentro ou fora do ambiente familiar, o tipo de relação dos epistológrafos apaixonados reprime ou desenfreia a redação das cartas de amor, e sentencia, em grande medida, o destino futuro da correspondência. As peças da troca epistolar entre Camilo e a mulher do capitalista Pinheiro Alves, antes e durante o período em que corria termos o processo de querela movido aos amantes, continham dizeres que exigiam enormes cautelas com o devir dos acontecimentos. Trilhavam percursos de correio ou de entrega em mão, fiscalizados com imensas precauções, já que o perigo de encaminho para os aliados do querelante geraria documentos delatores do crime e óbices à absolvição dos adúlteros. Ana Plácido ter-se-á incumbido de expurgar tudo o que era matéria incriminatória sua e do seu apaixonado, e vice-versa. Garrett e a viscondessa da Luz, senhora casada com um oficial do Exército português, não se sentaram

<sup>194</sup> SERRÃO, 1977: 372.

<sup>&</sup>lt;sup>195</sup> QUEIRÓS, 1925: 52.

<sup>&</sup>lt;sup>196</sup> SIMÕES, 1945: 488.

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> QUEIRÓS, 1925: 52.

<sup>198</sup> C. de Eça a Ramalho, de 08-04-1878: «Eu precisava de uma mulher serena, inteligente, com uma certa fortuna (não muita), de caráter firme disfarçado sob um caráter meigo [...] que me adotasse como se adota uma criança, me obrigasse a levantar a certas horas, me forçasse a ir para a cama a horas cristãs — e não quando os outros almoçam — que me alimentasse com simplicidade e higiene» (QUEIRÓS, 1925: 52).

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup> SIMÕES, 1945: 488.

<sup>200</sup> OLIEUPÓS GASTERO 16

<sup>&</sup>lt;sup>200</sup> QUEIRÓS, CASTRO, 1995: 83.

<sup>&</sup>lt;sup>201</sup> QUEIRÓS, CASTRO, 1995: 128.

no banco dos réus, como Camilo e Ana Plácido, mas mantiveram incandescente e ilegítima ligação de «enfeitiçados amores», de 1846 e 1851. As centenas de cartas, que um e outro endereçaram entre si, devem ter sido alvo de considerável desbaste. Após a morte do poeta, as que recebeu foram restituídas, por devotados amigos seus, à andaluza Rosa, e, juntas às que Garrett lhe enviou, porventura atiradas pela dama ao lumaréu de qualquer salamandra, ciosa de conservar impoluta a sua reputação aos olhos da «mundanidade elegante» 202. Porém, algo ocasionou que acedêssemos hoje ao conteúdo de vinte e quatro dessas missivas: talvez por roubo ou extravio, talvez por imprudência da viscondessa, ou até pelo desejo, mais oculto, de evitar que o holocausto se estendesse a tanta intimidade escrita. Não se sabe se o círio da paixão, não de todo extinto, a impelisse a conservar aquelas que provavelmente tinha por mais queridas na memória da relação adúltera com o poeta<sup>203</sup>.

Contudo, nem sempre o par da relação, enamorado no teatro das afeições, receia puxar a corda que abre, à boca de cena, as cortinas do palco, para, em caso de advir publicitação da correspondência, brindar terceiros com perspetivas frontais, iluminadas e claras dos seus sentimentos, evitando, assim, ocultar momentos da evolução da relação amorosa. Tenha-se como afortunado exemplo a correspondência que, durante década e meia, trocaram Eça e Emília de Castro<sup>204</sup>. O acervo historia a relação de afeto, de namoro, de noivado e de casamento destas duas personalidades, e os assuntos aí versados, pelo cônsul e romancista e pela filha dos condes de Resende, em momento algum, traem ou deslustram os valores do contrato moral e sentimental que os levou à capela da Quinta de Santo Ovídio: dedicação e respeito, partilha e cumplicidade, probidade e afabilidade, compreensão e ternura.

Também os descendentes ocupam boa quota-parte das preocupações que assolam as vidas dos escritores. Desde as primeiras impressões após o parto<sup>205</sup>, e as sensações ambíguas pelo nascer de outro descendente<sup>206</sup> à morte prematura de filhos<sup>207</sup> e netos<sup>208</sup>, filhos nados são trabalhos brotados<sup>209</sup>. Entre o berço e a sepultura dos descendentes, quando a vida reservou

<sup>&</sup>lt;sup>202</sup> GARRETT, 2007: 10.

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> É muito possível que assim tenha acontecido. Lembramos que foram preservados os 135 telegramas trocados por Ana Plácido e Camilo, em 1859 e 1860, dois dos anos mais quentes do escândalo amoroso entre ambos. O conjunto dos telegramas foi encadernado, e faz parte da biblioteca particular de Camilo, existente na Casa de Seide. Porque se guardou esta correspondência, se esta continha matérias incriminatórias dos amantes?

<sup>&</sup>lt;sup>204</sup> QUEIRÓS, CASTRO, 1995.

<sup>&</sup>lt;sup>205</sup> C. de Eça à Condessa de Resende, de 04-01-1890. In QUEIRÓS, 1983b: 21-22.

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup> AMORIM, 1975: 33.

<sup>&</sup>lt;sup>207</sup> Teófilo Braga viu morrer, em dezembro de 1886 e em março de 1887, os seus dois únicos filhos. O funesto acontecimento gerou uma onda de comovida solidariedade entre escritores, de que resultou o livro *A maior dor humana*, precisamente o título que Camilo dera ao seu soneto, escrito em resposta ao pedido formulado por João de Deus. Apesar de «inveterados inimigos em letras» (CASTELO BRANCO, 1994: 939), o romancista interveio na dor de Teófilo com superior e reconhecida sensibilidade.

<sup>&</sup>lt;sup>208</sup> A morte da neta, filha de Nuno e de Isabel, foi um duro golpe para o romancista (C. a Tomás Ribeiro, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1175). Poucos anos antes, expirara-lhe nos braços Manuel Plácido, filho de Ana Augusta. <sup>209</sup> Os que não tiveram filhos viveram em casas onde o som das vozes da tristeza e da solidão não foi abafado pela irrequietude chilreante das crianças. «Ninho sem música» foi como Oliveira Martins catalogou pateticamente o seu matrimónio improlífico (ROCHA, 1965: 426).

a pais extremosos tão amargo fel, o exercício da paternidade foi compensado em calorosas vivências, entrecortadas por tribulações esmagadoras: a saúde e a doença, o siso e a demência, a temperança e a estroinice, o acato e a irreverência de seus filhos. Foi uma luta contínua de contrastes dos movimentos da vida e de alternância de louros desses dons e desses males, que os epistológrafos plasmaram com maior ou menor propriedade, razão e sentimento.

# 1.5. EDIÇÕES DE CORRESPONDÊNCIA

# 1.5.1. Obstáculos enfrentados e opções tomadas na preparação das edições

O editor e o organizador dos textos epistolares deparam-se com algumas contrariedades de difícil resolução.

Quando os acervos de correspondência permanecem na esfera familiar e se mantêm inacessíveis a mão estranha, em virtude do cuidado tido na preservação da integridade do conjunto documental do seu antepassado, o trabalho editorial fica muitíssimo mais facilitado<sup>210</sup>. Além do exemplo do acervo epistolar de Tomás Ribeiro, mencionamos também *Correspondência de José de Azevedo e Menezes (1878-1933): Camilo Homenageado*<sup>211</sup>, contendo as missivas de e para José de Azevedo e Menezes<sup>212</sup>. A responsável pela edição inseriu, na primeira parte, transcrições de cartas trocadas entre Camilo e José de Azevedo e Menezes<sup>213</sup> e, na segunda, uma seleção de correspondência recebida por José de Azevedo e Menezes, da autoria de aproximadamente nove dezenas de personalidades<sup>214</sup>, cujo assunto principal é Camilo Castelo Branco. A riqueza do acervo epistolográfico em causa beneficiou da conciliação de várias vontades e do sentimento de responsabilidade de três entidades. Primeiro, da família de Camilo, que teve o bom senso de guardar as cartas que o genealogista do Vinhal enviou para o romancista. Segundo, do zelo e da inteligência de José de Azevedo e Menezes, preocupado em

<sup>&</sup>lt;sup>210</sup> Em setembro de 2006, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão adquiriu aos descendentes de Tomás Ribeiro, residentes no Rio de Janeiro, além de outra documentação de interesse camiliano, todos os cartões e cartas que o romancista enviou para o deputado, par do reino e ministro. A família preferiu reduzir o preço do real valor monetário do acervo, para que a autarquia famalicense o pudesse adquirir, a vendê-lo no mercado alfarrábio, onde obteria maiores proventos. A sua maior vontade era que a coleção epistolar se mantivesse indivisível e à guarda do Museu de São Miguel de Seide.

<sup>&</sup>lt;sup>211</sup> FARIA, ed., 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>212</sup> Foi o primeiro diretor do «Museu Camiliano», em São Miguel de Seide, nomeado, por unanimidade, pela Comissão Executiva da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na sua sessão plenária, de 22 de agosto de 1921. José de Azevedo e Menezes tinha sido presidente da comissão promotora da homenagem póstuma ao grande escritor Camilo Castelo Branco, e o principal responsável pela reconstrução da moradia do escritor, consumida por um incêndio devastador, em março de 1915.

<sup>&</sup>lt;sup>213</sup> Doze foram escritas por Camilo (*Acervo de Correspondência*, n.ºs 1 a 12, Casa de Camilo) e catorze por José de Azevedo e Menezes (*Acervo de Correspondência*, n.ºs 72 a 85, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>214</sup> Entre essas individualidades, citamos: Alberto Pimentel, António José de Almeida, Augusto de Castro, Pinho Leal, Bento Carqueja, Bernardino Machado, Braamcamp Freire, Ernesto Ferreira Condeixa, Joaquim de Araújo, Jorge Colaço, José de Brito, José Malhoa, Júlio Brandão, Luís de Magalhães, Manuel Gonçalves Cerejeira, Nuno Simões, Raul Brandão, Sousa Fernandes, Teixeira de Queirós e Teixeira Lopes.

ofertar as missivas que recebera de Camilo, depositando-as no Museu de Seide. Em terceiro lugar, da consciência patrimonial dos descendentes de José de Azevedo e Menezes, empenhados em manter intocável a epistolografia que o seu antepassado recebera na Casa do Vinhal, e que tão religiosamente guardara, relativas a todo o processo de reconstrução da moradia de Camilo. É de enaltecer a preocupação dos descendentes em manter viva, na família e na sociedade, a memória carinhosa, laboriosa e interventiva do seu antepassado, assente, sobretudo, na conservação da moradia, onde residiu, e do valioso património, em suporte tão perecível, como o papel, que lhe pertenceu.

O trabalho do editor e da organizadora do volume beneficiou, pois, de uma conjuntura rara de circunstâncias favoráveis. Temos, contudo, a noção concreta de que a salvaguarda da epistolografia e de outra documentação da Casa do Vinhal é uma situação pouco usual.

Em muitos casos, a correspondência a que o investigador tem acesso foi demasiado remexida e, a que se encontra disponível e editada, corporifica um número de exemplares inferior àquele que o autor remeteu e recebeu<sup>215</sup>. Quanta correspondência se mantém inédita ou desconhecida, ou qual a percentagem daquela a que se não teve acesso direto<sup>216</sup>? É muito difícil obter respostas precisas. Mas sabemos, pelo menos no que diz respeito a Camilo, que uma parte não mensurável do conjunto acaba por escapar aos propósitos de estudo e de divulgação, e que as edições, passadas e futuras, não exaurem a coleção das missivas redigidas e expedidas. A propensão desta tipologia de documentos para uma natural dispersão dificulta o recenseamento de todas as peças epistolares, agravado pela escassez de informação tendente ao seu achamento<sup>217</sup>.

As reservas dos proprietários de correspondências, quer por estarem empenhados em resguardar privacidades e intimidades quer por pensarem que têm na sua posse bens culturais com valor semelhante ao do peso do ouro, exercem influência sobre a prossecução dos projetos de estudo e publicação de epistolografias. Afirmamos até, como o faremos em outro momento desta investigação, que o excessivo zelo em proteger uma dada personalidade de

<sup>&</sup>lt;sup>215</sup> Infelizmente, os exemplos abundam. Crê-se que «o número de cartas entre Camilo e Castilho [era] bastante mais avultado» (Cf. CABRAL, ed., 1985a: 7). Tudo leva a supor que Júlio de Castilho, o filho primogénito do *Príncipe da Lira Portuguesa*, antes de confiar à guarda da Torre do Tombo o acervo do seu pai, se tenha insuflado de «piedosa intenção» e fresado documentação com matérias desfavoráveis à imagem de António Feliciano de Castilho, «por quem nutria uma admiração sem limites» (Cf. CABRAL, ed., 1985a: 8). Alexandre Cabral acrescentou: Júlio estendeu a safra ao correio que seu pai recebeu de Camilo, sobretudo às espécies que aludiam a períodos em que «a glória e o prestígio» do poeta Castilho saíam beliscados, designadamente, a *Questão Faustiana* e a *Questão do Bom Senso e Bom Gosto* (Cf. CABRAL, ed., 1985a: 9). Das relações entre Jaime Magalhães Lima e Alberto Sampaio, amigos de sólida relação durante várias décadas, é hoje de reduzida expressão o epistolário conhecido do primeiro para o segundo (Cf. MARTINS, FARIA, ed., 2008: 8). Não é razoável concluir que os laços de amizade entre o escritor e político e o historiador de Boamense, quase ao nível da que Antero de Quental e Alberto Sampaio cultivaram (QUENTAL, 1985), se confinem a ser representados, até à data, apenas por duas missivas de Jaime para Alberto (MARTINS, FARIA, ed., 2008: 101-107), sendo que as endereçadas por Alberto para Jaime superam «duas centenas, entre 1887 e 1908» (MARTINS, FARIA, ed., 2008: 8). Ter-se-á operado aqui igual monda, ou repousarão algures até que alguma aurora reponte e as ressuscite do esquecimento?

<sup>&</sup>lt;sup>216</sup> CASTELO BRANCO, 1994: viii.

<sup>&</sup>lt;sup>217</sup> QUEIRÓS, 1983a: 36.

certos conteúdos, revelados por ela própria nas suas missivas e nos seus cartões, pode incitar ou estimular a sua destruição.

Aos expurgos voluntários acrescem outras agravantes do sucesso da missão do «garimpeiro epistolográfico»: a destruição imputável à ignorância sobre o valor e a importância destes bens culturais, a atos de negligência fortuita ou propositada, e acidentes ou desastres naturais<sup>218</sup>.

Está inerente à compilação e à edição da correspondência uma inultrapassável fatalidade: são trabalhos sobre os quais gravita a noção de incompletude, a inexorabilidade das revisões e dos aperfeiçoamentos, logo que se propicie o ensejo de reimpressão<sup>219</sup>, seja ao nível da fixação de texto seja no respeitante à inclusão de novas notas explicativas ou de complementar as que já tinham sido produzidas.

Surgem, com grande frequência, problemas com a datação<sup>220</sup>, porque o remetente se esqueceu, ou pouco se empregou a indicar o dia, o mês e o ano da redação da correspondência. Também podem acontecer enganos fortuitos. Camilo dizia a Carlos Ramiro Coutinho que o seu amigo de infância cometera erro na indicação do ano: em vez de 1883, datou a missiva com menos cinquenta anos. Frisou ao seu correspondente a importância de evitar tais lapsos, por estes poderem ocasionarem, no futuro, interpretações incorretas:

A tua carta vem datada de 1833. A posteridade, quando a vir, dirá que tu em 1833 casaras um filho, e que em 1883 devias estar perto dos 90 anos, e aí pela volta dos 80 estiveras no Limoeiro como regicida in mente.

É preciso muito cuidado com a cronologia das cartas, por causa dos Plutarcos<sup>221</sup>.

Na atribuição da data a uma missiva, a tarefa do investigador fica mais dificultada quando não há sobrescrito e carimbo de expedição, quando não há nos factos relatados qualquer informação ou acontecimento que auxilie a missão de situar a documentação, no seu tempo próprio, ou quando o destinatário não indicou a data do recebimento.

A caligrafia de alguns remetentes é um autêntico quebra-cabeças. E se já era um problema de difícil resolução para o destinatário<sup>222</sup>, a dificuldade de decifração não atenuou para o futuro estudioso. Chega a exigir-se-lhe dotes de leitura paleográfica e diplomática, não dispensáveis em cartas ditadas a secretários pouco letrados, e que, por não terem sido revistas

<sup>&</sup>lt;sup>218</sup> No verbete sobre Manuel Negrão (pp. 544-545), do seu *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Alexandre Cabral menciona que a «correspondência entre os dois velhos amigos devia ser um espólio avultado e do maior interesse». Mas essa documentação, composta por «dezenas de cartas de Camilo para Negrão», foi consumida pelo incêndio que devastou o solar de Mosteirô, a residência do amigo do escritor, em Baião.

<sup>&</sup>lt;sup>219</sup> CASTELO BRANCO, 2002: vi.

<sup>&</sup>lt;sup>220</sup> QUENTAL, 1985: 11; CASTELO BRANCO, 1994: viii.

<sup>&</sup>lt;sup>221</sup> CASTELO BRANCO, 2012: 326.

<sup>&</sup>lt;sup>222</sup> Em carta ao genro, Francisco de Carvalho, o romancista soltou esta observação elucidativa da dificuldade em serem lidas certas caligrafias: «Se o meu amigo traduzir a carta inclusa do bispo de Viseu, recebe um prémio. Eu pouco entendi» (C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 619).

pelo escritor, dados os afazeres de Camilo, as veredas da perda de visão, ou a cegueira, apresentam diversidades e «divertidas originalidades ortográficas»<sup>223</sup>.

Nas transcrições, a prioridade é dada à compulsação dos manuscritos originais, inéditos ou já editados<sup>224</sup>. Não sendo possível fazê-lo, a atenção recai em outro tipo de documentação: anteriores transcrições da correspondência, fac-símiles, fotocópias fiáveis e cópias dos autógrafos. É frequente que os únicos textos disponíveis sejam os das primeiras edições, e que, em face disso, as publicações daí derivadas venham a replicar erros e defeitos. O ideal seria que o investigador tivesse a oportunidade de realizar o cotejamento sério e competente a partir da correspondência original<sup>225</sup>. O procedimento conduziria o estudioso a dar «conta de eventuais diferenças (e são tantas!, por vezes)»<sup>226</sup>, e a corrigi-las, para evitar que futuros estudiosos viessem a chegar «a conclusões deploráveis»<sup>227</sup>.

Na fixação dos textos, há falta de uniformidade nas soluções sobre aspetos importantes da transcrição das espécies: modernizar ou observar a ortografia original, conservar ou desdobrar as abreviaturas, corrigir ou manter os erros de escrita e de pontuação. Os responsáveis pelas edições valem-se, no essencial, de metodologias diferentes para obterem idênticos resultados. Os métodos assentam nos mesmos princípios: transcrever com o máximo rigor, garantir a fiabilidade do texto transcrito e apresentar um trabalho merecedor de credibilidade.

Um dos procedimentos é transcrever sem atualizar a ortografia, por se crer que esta via preserva características que são específicas de cada autor, e que à divulgação pública dos escritos não assiste liberdade e legitimidade de proceder a atualizações<sup>228</sup>. Entende-se, assim, que se deve respeitar a ortografia original, o modo como os escritores, dotados de excecional mestria para o uso da língua<sup>229</sup>, expressaram as suas ideias e os seus pensamentos, e porque isso não é estorvo bastante para a leitura e compreensão dos conteúdos. Salvaguarda-se «a graça, a cor, o sabor mesmo que só o original possui»<sup>230</sup>: um encanto muito próprio, que aflora das palavras com grafia caída em desuso, da sua pontuação observante, ou livre e refratária a regras, dos vocábulos em abreviaturas desafiantes.

Nem sempre o produto final se quadra com o objetivo inicial. Na reprodução da correspondência trocada entre Castilho e Camilo, João Costa propôs-se facultar ao leitor os textos, tal como tinham saído escritos, sem lhes limar as imperfeições. As alterações que efetuasse

<sup>&</sup>lt;sup>223</sup> COSTA, ed., 1924: xi.

<sup>&</sup>lt;sup>224</sup> MARTINS, FARIA, ed., 2008: 9.

<sup>&</sup>lt;sup>225</sup> Se excetuarmos a correspondência de Eça para sua mulher, utilizada em *Eça de Queirós entre os seus*, ou a considerada inédita, toda a restante do escritor, que nos facultou para leitura Guilherme de Castilho nos volumes que coordenou, prefaciou e anotou, foi transcrita das obras, nas quais havia sido publicada, não se tendo feito, por desconhecimento ou impossibilidade, o confronto com os autógrafos (QUEIRÓS, 1983a: 36).

<sup>&</sup>lt;sup>226</sup> COELHO, 2008: 14.

<sup>&</sup>lt;sup>227</sup> CASTELO BRANCO, 1994: viii.

<sup>&</sup>lt;sup>228</sup> CASTELO BRANCO, 1994: vii.

<sup>&</sup>lt;sup>229</sup> COSTA, ed.,1924: xi.

<sup>&</sup>lt;sup>230</sup> COELHO, 2008: 14.

seriam, no mínimo, «uma irreverência histórica»<sup>231</sup>. No desenvolvimento do trabalho, não resistiu à tentação de transgredir o compromisso, praticando diversas «irreverências históricas», visíveis nos abundantes erros de leitura, na pontuação a seu gosto ou na abertura e fecho de parágrafos<sup>232</sup>. Atitude análoga teve António Baião<sup>233</sup>, que, embora evidencie menor número de erros de leitura, não se escusou a alterar «sinais gráficos»<sup>234</sup>; e Maria de Castro Queirós<sup>235</sup>, que, imbuída das intenções mais nobres, caiu no mesmo erro, e foi corrigindo o que na pontuação julgou ser incorreção gramatical<sup>236</sup>. Proceder oposto ao dos que conservam a grafia da época, para não desvirtuar «o valor original»<sup>237</sup> da documentação autógrafa, é o dos que atualizam a ortografia<sup>238</sup>, afirmando que respeitam, «na íntegra, a forma como o autor as escreveu», sem tocar na pontuação, e deixando «as abreviaturas que apresentam alguma originalidade»<sup>239</sup>. Assim aconteceu, por exemplo, em *Camilo íntimo*, em que se optou, entre outras resoluções, por trasladar todas as assinaturas de Camilo, da mesma forma que surgem nos manuscritos, para o leitor percecionar a variedade das firmas: discutível «prova da versatilidade do espírito do autor»<sup>240</sup>, como ali se tenta fazer crer.

Algumas coletâneas seguem os procedimentos habituais: a sinalização das palavras ilegíveis, a colocação em itálico das palavras sublinhadas e a tentativa de atribuir datação à documentação que a não tem. Todavia, apresentam um ou outro aspeto que, no nosso parecer, podem ser objeto de questionamento. Em *Correspondência de José de Azevedo e Menezes* (1878-1933): Camilo Homenageado<sup>241</sup> fez-se o «desdobramento da generalidade das abreviaturas», mas não sabemos quais as que foram desdobradas, nem o critério que presidiu à escolha das que o não foram. Uniformizou-se o modo de «apresentação das datas e dos locais de emissão das cartas», mas desvirtuou-se a disposição dada pelos epistológrafos aos conteúdos das suas missivas. Ou seja, a organização do volume privilegiou a vertente estética, em prejuízo da ordem original do texto escrito. E atualizou-se a «ortografia segundo o acordo ortográfico anterior a 1990».

A atualização do texto, respeitando normas académicas, pode, na verdade, facilitar a empatia do ledor de hoje com os textos epistolográficos editados, particularidade de maior impacto e gratificação nos menos familiarizados com a ortografia não contemporânea, nas pessoas com menores recursos de leitura e de conhecimentos a este nível. Mas a solução de reproduzir em letra redonda um texto manuscrito, modernizando a ortografia, pode, no

<sup>&</sup>lt;sup>231</sup> COSTA, ed., 1924: viii.

<sup>232</sup> CABRAL, ed., 1985a: 24.

<sup>&</sup>lt;sup>233</sup> BAIÃO, ed., 1930.

<sup>234</sup> CABRAL, ed., 1985a: 25.

<sup>&</sup>lt;sup>235</sup> QUEIRÓS, ed., 1948.

<sup>&</sup>lt;sup>236</sup> QUEIRÓS, 1983a: 38.

<sup>&</sup>lt;sup>237</sup> CASTELO BRANCO, 2002: vii.

<sup>&</sup>lt;sup>238</sup> QUEIRÓS, 1983a: 39.

<sup>&</sup>lt;sup>239</sup> QUENTAL, 1985: 11; MARTINS, FARIA, ed., 2008: 10.

<sup>&</sup>lt;sup>240</sup> CASTELO BRANCO, 2012: 26.

<sup>&</sup>lt;sup>241</sup> FARIA, ed., 2018: xxiv.

futuro, levantar sérias dificuldades ao investigador. Na impossibilidade de este confrontar o texto impresso com o texto redigido, a grafia modernizada patenteará a desconfiança sobre a qualidade da transcrição, colocará incertezas sobre os desdobramentos de palavras feitos e não assinalados e levantará dúvidas sobre as atenções havidas com a acentuação e a pontuação ortografada pelo remetente. Também não se devem olvidar as palavras ditas ilegíveis, para uns, e que podem ser de fácil descodificação a olhos experientes ou conduzir a interpretações diferentes.

Com poucas variantes, a arrumação da correspondência ensaia uma sequência narrativa que observa, em geral, o critério cronológico. É apresentada pela data sequencial da sua produção<sup>242</sup> e, quando não datada, colocada no final da obra por ordem alfabética de destinatários<sup>243</sup>, ou agrupada por destinatários, sem atender a uma ordenação baseada no abecedário<sup>244</sup>. Na coletânea *Castilho e Camilo*, João Costa, prefaciador e anotador do volume, seriou cronologicamente as cartas dos dois amigos, mas repartiu-as em grandes blocos, de acordo com as temáticas tratadas.

A quase totalidade das edições é eco de uma só voz, um monólogo sem disponibilização da resposta, uma documentação que secundariza ou exclui das luzes da ribalta, a voz que responde. Na grande maioria das situações, ignora-se o outro *Eu* que motivou a correspondência e que foi destinatário das mensagens escritas. É uma visão unilateral, que amputa ou esquece uma das partes do processo comunicacional. Em *Um animal de quatro cartas*<sup>245</sup>, Vasco Graça Moura focou a atenção nas jocosas quatro cartas de Camilo para Neves e Melo, e não pareceu interessar-se pelas outras quatro, consideradas inéditas e pertencentes ao espólio do Museu de São Miguel de Seide<sup>246</sup>, que o amigo do romancista lhe enviou de Coimbra, sobre o divertido negócio da aquisição de um jumento, nas margens do Mondego. Atitude semelhante foi seguida na edição do epistolário de Camilo para Carlos Ramiro Coutinho, em que se ignorou a vasta correspondência inédita que o Visconde de Ouguela dirigiu ao escritor<sup>247</sup> e que poderia robustecer a qualidade dos conteúdos dados à publicidade, presenteando os leitores com outros recursos de inteligibilidade das matérias, durante a compulsação.

Ceder espaço aos dois epistológrafos é prática inusual. Entre outras razões, devido à enorme dispersão e à dificuldade em aceder e reunir os acervos em causa, ao desconhecimento do paradeiro das existências, ao desinteresse, mais ou menos claro, pela segunda voz, ao reflexo no número de páginas, e a essa expressão no preço das edições. Em *Correspondência* 

<sup>&</sup>lt;sup>242</sup> QUEIRÓS, CASTRO, 1995: 49-716.

<sup>&</sup>lt;sup>243</sup> COELHO, 2008: 14.

<sup>&</sup>lt;sup>244</sup> QUEIRÓS, 1983a: 39; QUEIRÓS, 1983b: 567-604.

<sup>&</sup>lt;sup>245</sup> CASTELO BRANCO, 2000.

<sup>&</sup>lt;sup>246</sup> As cartas têm os n.ºs 454, 455, 456 e 457, e o respetivo resumo publica-se em *Comissão de homenagem póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco*, 1920: 98-99.

<sup>&</sup>lt;sup>247</sup> Na coleção de correspondência da Casa de Camilo há 134 cartas de Ouguela para o romancista, cremos que são inéditas. Um pequeno resumo de cada uma das missivas pode ler-se em *Comissão de homenagem póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco*, 1920: 115-141.

de José de Azevedo e Menezes (1878-1933): Camilo Homenageado, optou-se por apresentar, na primeira parte, a sequência das vinte e seis missivas trocadas entre o escritor de Seide e José de Azevedo e Menezes que, dispostas em sequência cronológica, possibilitam a integral compreensão dos temas abordados no diálogo epistolar.

Se se enveredar pela opção de manter silenciadas as redarguições do recetor, tornado emissor, seja porque se decidiu desse modo seja porque não se oferece alternativa mais apelativa, a missão do leitor intruso e estranho à relação entre dois correspondentes estará sempre muito dificultada, já que acederá, como antes referimos, a um circuito de comunicação lacunar, e se debaterá, forçosamente, com problemas de desencriptação, de interpretação e de compreensão do dito, das meias-palavras e do que se omitiu.

# 1.5.2. Formatos, tipologias e fortuna crítica

Os bens culturais, resultantes da atividade epistolar de escritores ou de outras personalidades da cultura portuguesa, sempre foram encarados como maná apetecível para empreendimentos editoriais. Tal interesse refletiu-se, e continuará a verificar-se, na colocação no mercado livreiro de edições de diferentes tipos de colheitas, nos formatos mais diversos: obras completas, memórias biográficas, monografias de um ou mais remetentes e destinatários («Correspondência de...», «Correspondência para...», «Correspondência trocada entre...»), volumes reproduzindo fac-símiles, com ou sem transcrições dos mesmos, brochuras, artigos em publicações periódicas, serigrafias e demais projetos editoriais.

Converte-se em letra impressa tudo quanto se puder encontrar para divulgação: frequentemente sem triagem prévia, e sem se rejeitar a ideia de submeter a uma seleção a documentação destinada aos prelos, qualquer que seja a «sua pública mais-valia»<sup>248</sup>. Surgemnos manuscritos — ou cópias — inteiramente inéditos, guardados nos baús de descendentes e herdeiros, originais dados à estampa e apresentados, pela primeira vez, na sua versão integral. São-nos apresentados autógrafos esquecidos em fundos documentais de arquivos e bibliotecas, ou entesourados por colecionadores, agora mais condescendentes à sua cedência para estudo e divulgação. Mas também se reeditam coletâneas, anteriormente publicadas e agora revistas, melhoradas e ampliadas, e volumes que dão a reconhecer correspondências dispersas, outras pouco conhecidas do público, e ainda outras, que «dormiam o sono alto em jornais e revistas»<sup>249</sup>.

Os critérios editoriais das obras, que recuperam publicamente «caixas negras» de vidas privadas, evoluíram da segunda metade do século XIX aos nossos dias, segundo «les fluctuations des notions d'œuvre et d'auteur, de texte et de document»<sup>250</sup>.

Durante este período, identificámos quatro linhas distintas de edições de textos epistolares.

<sup>&</sup>lt;sup>248</sup> MARTINS, FARIA, ed., 2008: 9.

<sup>&</sup>lt;sup>249</sup> COELHO, 2008: 12.

<sup>&</sup>lt;sup>250</sup> CHOTARD, 1995: 28.

A primeira está interessada em formar uma grinalda de atos e factos laudatórios da pessoa insigne que desapareceu, sem nunca se desfocar do propósito de podar o que deslustre, de apagar sombras do que envolve reprovação, de limpar o inútil e o que deprecia. A maioria das vezes visa moldar um monumento afetivo, destinado a contribuir para a criação de uma imagem, que explore o que há de melhor e valorativo na pessoa falecida, tentando o «prolongamento artificial» da existência, com memórias embalsamadas de perfume que conduzam ao «culto do autor defunto»<sup>251</sup>.

Chamemos à demonstração os epistolários camiliano e queirosiano. Em 1874, Camilo deu honras de impressão à Correspondência epistolar havida com Vieira de Castro<sup>252</sup>. Nos dois tomos, o escritor ofertou ao público, sôfrego de detalhes acerca do uxoricida<sup>253</sup>, a correspondência trocada entre ele e o tribuno, a qual não é dada a ler como emergiu na sua redação original, porque o romancista teve a precaução de a mondar cirurgicamente, aspando o que, em seu entender, se devia cingir ao foro íntimo da amizade que os ligara, ou que viesse a originar, no futuro, incontornáveis melindres. As transcrições não se encontram ordenadas cronologicamente, nem respeitam, na íntegra, o texto dos autógrafos, porque, entre outras razões, se truncaram passagens, se expungiram ou se substituíram por abreviaturas nomes de pessoas e de títulos de periódicos, o que turva, em muitos casos, a compreensão do que aí vai dito. Acresce ao cenário o pormenor de Camilo ter queimado parte significativa das cartas, quando selecionava as que entendia serem dignas de impressão<sup>254</sup>. É impossível ao investigador aquilatar a amplidão e a profundidade do premeditado expurgo, ou ambicionar comparar os originais com as transcrições, a menos que, um dia, se descubram autógrafos que, inexplicável e milagrosamente, tenham sido poupados ao auto de fé. O lado sui generis de Correspondência epistolar é Camilo ter urdido um texto que, contendo parte saída do punho de Vieira de Castro e parte de sua autoria, se embute com algum pioneirismo na estética do duplo retrato<sup>255</sup>. Primeiro, o retrato de Vieira de Castro, arrogando-se o escritor a restaurar a figura do amigo ferido e perecido ante a espada da lei, elogiando-lhe os lavores do espírito e enaltecendo-lhe a generosidade, sem que o efetivo «amparo epistolar», dado à divulgação, confundisse a lucidez camiliana para a negação do ato, ou olvidasse o princípio da «inviolabilidade da vida humana»<sup>256</sup>. Depois, o seu próprio retrato, lavrando a cinzel a imagem platónica

<sup>&</sup>lt;sup>251</sup> CHOTARD, 1995: 28.

<sup>&</sup>lt;sup>252</sup> CASTELO BRANCO, 1874c.

<sup>&</sup>lt;sup>253</sup> José Cardoso Vieira de Castro nasceu no seio de família burguesa de Fafe, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, e foi deputado. Assassinou a mulher, quando descobriu a relação adulterina de Claudina Guimarães com o conhecido marialva José Maria de Almeida Garrett. Condenado a quinze anos de degredo, em Angola, para onde partiu, em 05 de setembro de 1871, e faleceu, em 05 de outubro de 1872, vitimado por «febre fulminante» (CABRAL, 2003: 201-203).

<sup>&</sup>lt;sup>254</sup> CASTELO BRANCO, 1874c: I, 58.

<sup>&</sup>lt;sup>255</sup> A reforçar, em termos simbólicos, o conceito do duplo retrato, os editores incluíram, a preceder as folhas de rosto do primeiro e do segundo tomo, respetivamente, os retratos de Vieira de Castro e de Camilo e os fac-símiles das suas assinaturas.

<sup>&</sup>lt;sup>256</sup> CASTELO BRANCO, 1874c: II, 23.

de um amigo incondicional nas mais lutuosas conjunturas da vida, e de esteio inquebrantável, no apoio moral e sentimental à desgraça pessoal e social do degredado.

Sena Freitas, sacerdote por quem o escritor tinha imensa reverência intelectual, traçou, em 1887, o *Perfil de Camilo Castelo Branco*<sup>257</sup>. O presbítero não pretendeu redigir uma biografia do romancista, mas o escorço do perfil físico, intelectual e moral do seu amigo e «Mestre», bem seguro de que o fazia com honestidade e independência, não toldado pela admiração que tributava ao «milionário da língua» e ao criador de ilustração vastíssima, de talento vigoroso e de fertilidade portentosa. Ainda que frisada a separação entre as pulsações da estreita amizade e os objetivos de elaboração de um retrato imparcial, a linha da narrativa pende mais para valorizar o que é positivo e escamotear o menos positivo, para refulgir os talentos e empalidecer as manchas da imperfeição humana. A obra vem enriquecida com cartas dirigidas pelo monografado ao autor e, das que recebeu Sena Freitas, deu conhecimento público apenas de vinte e sete, as que ajuizava terem conteúdos passíveis de publicitação. Por entender que as matérias versadas pertenciam em exclusivo à «intimidade doméstica», subtraiu outras, apesar de autorizado por Camilo a divulgá-las.

A correspondência queirosiana condensa na sua génese editorial as mesmas características: a canonização das qualidades do romancista; o pudor em tornar públicos temas que mereciam circunscrever-se às fronteiras da privacidade; a determinação em ocultar o que pudesse concorrer para enfuscar o ser humano, ou desacreditar o escritor público; a consciência de que a posse de confidências espontâneas não conferia ao destinatário o direito de as aproveitar para fins indevidos. O filho mais velho do autor de *Os Maias*, que assinava como seu pai José Maria d' Eça de Queirós, publicou, em 1925, *Correspondência*. As oitenta e quatro cartas do volume, dirigidas a figuras do grupo restrito dos amigos do romancista, são o melhor que ficou à superfície das que passaram pelo crivo da rede fina da «paciência» e do «escrúpulo» do descendente<sup>258</sup>. Era a prudência excessiva a recomendar que ele diligenciasse em resguardar particularidades dispensáveis ao conhecimento de terceiros. Mas era, sobretudo, o plano encoberto de mostrar Eça como uma figura pública, detentora de carteira cobiçável de relacionamentos ao mais alto nível e de fazer brilhar as faculdades do escritor, na arte de bem redigir missivas, qualquer que fosse o destinatário, usando uma prosa mordaz, esmeradamente podada e ajustada ao momento e seus contextos.

Quando João Gaspar Simões apelidou de «mariage de raison»<sup>259</sup> a união matrimonial de Eça com Emília de Resende, as considerações do crítico literário caíram mal no seio da família queirosiana. A filha do romancista veio a público com *Eça de Queiroz entre os seus* e, utilizando excertos de cartas de seu pai, intercalados com textos explicativos seus, empenhouse com esforço e amor filial em produzir uma «biografia íntima», que rebatesse as calúnias e repusesse a justa verdade da relação amorosa entre seus pais. Da primeira à última letra,

<sup>&</sup>lt;sup>257</sup> FREITAS, 1887.

<sup>&</sup>lt;sup>258</sup> QUEIRÓS, 1925: v.

<sup>&</sup>lt;sup>259</sup> SIMÕES, 1945: 485-505.

é Eça que é posto a falar e a encabeçar a defesa contra a delação do conjúgio sem «sentimentalismo amoroso»: não era verdade que o casamento tardio fosse apenas fruto de uma «séria, grave afeição» e que, perto dos 40, se sentisse «incapaz de amor»<sup>260</sup> ou de largar o celibato, por um arrebatamento «lírico à Romeu e Julieta»<sup>261</sup>. Com mais de quatrocentas páginas e alguma sedução de leitura, a obra entrelaça a voz de Eça a certificar-se noivo carinhoso, esposo modelo e pai desvelado, reforçada com o testemunho, na primeira pessoa, de quem tão de perto viveu, viu e sentiu a paternal expressão da maioria desses atributos morais e afetivos.

A segunda linha editorial reconhece-se na publicitação muito disseminada de peças epistolares<sup>262</sup>, tanto em publicações de reduzido tamanho, como em artigos ou rubricas específicas de periódicos de variável densidade cultural. A pequena dimensão do artigo em revista, da coluna de jornal, da brochura e da obra não desdiz do cuidado e do primor posto pelo autor na transcrição do texto, ou na reprodução fac-similada de um ou mais autógrafos. A correspondência vinda, assim, a público evidencia certas singularidades distintivas. Além de se lhes louvar o meritório trabalho de arrolamento de existências e de perenização tipográfica, estes aljôfares de joias desmanchadas talham-se mais para satisfazer a curiosidade do leitor culto e o apetite do colecionador e do bibliófilo<sup>263</sup> do que para serem dadas, nesse momento, como matéria-prima à investigação científica. As publicações evidenciam a cicatriz indisfarçável de estilhaços de correspondências, registam uma polifonia de vozes desconexas e recuperadas da quietude dos tempos e ressuscitam da deslembrança e do anonimato destinatários de uma multitude de teias fragmentadas de relacionamentos.

Uma terceira preferência de edição de acervos epistolares desviou-se da preocupação em fazer o «desenho luminoso» da pessoa do escritor. O enfoque do culto e da veneração tinha de deslocar-se da vida humana e das suas circunstâncias nubladas ou soalheiras para se centrar nas obras literárias, por ser, de facto, isso o melhor que os autores nos legaram. Que verdade humana revelada seria capaz de prejudicar o estrelato do texto que o seu génio criara? Poderia a divulgação do seu bom ou mau feitio, o conhecimento público do ser humano carinhoso ou insensível, boémio ou familiar, extrovertido ou reservado, deprimido ou ditoso, excêntrico ou discreto, descapitalizar o real valor dos seus textos poéticos ou narrativos? Antes pelo contrário. Quanto mais ricos fossem os documentos e a latitude da informação colocada à disposição da comunidade científica mais completos e esclarecidos poderiam vir a ser os estudos sobre temas em torno das obras com que se celebrizaram poetas e ficcionistas. E mais contribuiriam para dar a conhecer a vida privada, o pensamento, «os traços psicológicos e morais definidores da personalidade, da idiossincrasia do escritor» 264, o universo das pessoas com

<sup>&</sup>lt;sup>260</sup> SIMÕES, 1945: 503.

<sup>&</sup>lt;sup>261</sup> SIMÕES, 1961: 109.

<sup>&</sup>lt;sup>262</sup> Apresentamos alguns exemplos: Paçô-Vieira, ed., 1915; Cartas de Camilo a Trindade Coelho, 1915; COSTA, ed., 1923a; COSTA, ed., 1931; ANDRADE, ed., 1991.

<sup>&</sup>lt;sup>263</sup> CHOTARD, 1995: 29-30.

<sup>&</sup>lt;sup>264</sup> QUEIRÓS, 1983a: 31.

quem se relacionava e o seu tempo histórico. Mas, de igual modo, poder-se-iam desbravar caminhos para o estudo desta tipologia de acervo, e com isso, ou através disso, compreender a variedade de dinâmicas das trocas epistolares, os seus eixos estruturantes e múltiplos contextos, além de continuar a satisfazer o «voyeurismo», latente no público em geral, pelo quinhão mais recôndito dos epistológrafos.

Na sua generalidade, os critérios adotados na fixação dos textos das obras literárias aplicaram-se no estabelecimento dos textos das correspondências, publicando-os tão corretos e tão autênticos na sua forma tanto quanto fosse possível<sup>265</sup>. A ambição editorial de reconstruir a unidade da correspondência, e de restituir a fidedignidade, não se fica pelo grau de aperfeiçoamento das transcrições, nem pelo zelo de obtenção de um produto merecedor de crédito. Num esforço de facultar explicações mais ou menos exaustivas, e num cuidado em introduzir anotações, que propiciem o entendimento e a dilucidação, até dos conteúdos, supostamente, mais barrados, as plainas do compilador e do editor agenciam em criar um modelo cómodo e facilitador da leitura. Apresentam soluções de compreensão das referências contidas na correspondência<sup>266</sup>, e empenham-se em fazer entender o melhor possível o que tudo significa e o que está subentendido. Criam plataformas que calibrem a informação complementar, tanto para o conhecedor e para o curioso como para o menos afeito às matérias em causa: ora recorrem a investigações sobre o documento (caligrafia, data, assinatura...) e redigem notas acerca das pessoas e das obras citadas, ora mencionam relações literárias, sociais e políticas, ou evocam dados micro-históricos de pendor biobibliográfico sobre os remetentes e os destinatários<sup>267</sup>.

Invoquemos, de novo, os casos de Camilo e de Eça. Em 1976, Aníbal Pinto de Castro elegeu e sugeriu como tarefa prioritária dos Estudos Camilianos, se não mesmo a maior, a «publicação completa, ordenada e devidamente anotada da copiosa correspondência de Camilo»<sup>268</sup>. Chamava a atenção para o apreciável, mas incipiente, tratamento que, até então, tinha sido dado às cartas do escritor. Apesar das edições publicadas serem dignas de elogios, por materializarem a entusiástica vontade de recensear e dar a conhecer o que o romancista expedira pelo correio ou entregara ao estafeta, a qualidade do que se proporcionou em letra de molde ficava muito aquém da real valia e merecimento do acervo documental em causa.

A antecipar as palavras do docente universitário, Alexandre Cabral ensaiou a sua primeira acostagem a esse trabalho, árduo e de exigente devoção beneditina, ao preparar as *Cartas de Camilo aos Editores António Maria Pereira*<sup>269</sup>, fazendo acompanhar os fac-símiles dos originais das respetivas transcrições, com comentários seguros, fundamentados

<sup>&</sup>lt;sup>265</sup> «El proyecto de la editora de [cartas] está sustentado en la ideología de la crítica textual moderna que tiene como premisa básica la búsqueda de una supuesta versión final y autorizada del texto. El "texto autorizado" seria, pues, aquel que representa, de manera más fiel y cabal, las intenciones originales de su autor» (PAGÉS-RANGEL, 1997: 41). <sup>266</sup> MARTINS, FARIA, *ed.*, 2008: 10.

<sup>&</sup>lt;sup>267</sup> PULIDO TIRADO, 1998: 244.

<sup>&</sup>lt;sup>268</sup> CASTRO, 1976: 10.

<sup>&</sup>lt;sup>269</sup> CABRAL, ed., 1973.

e imprescindíveis para se compreender o que é dito na correspondência. Fruto de uma longa convivência com acervos epistolares camilianos, o investigador retomou, anos depois, a tarefa hercúlea de recenseamento das existências, encetando o cadastro minucioso de missivas de Camilo a dezoito destinatários, de que resultaram seis volumes<sup>270</sup>. Salvo raríssimas exceções, cotejou meticulosamente a correspondência compendiada com os autógrafos originais. Para cada exemplar, elaborou um comentário, no qual, entre dezenas de assuntos, refere pormenores acerca do suporte físico das cartas, examina os temas tratados, atribui datações quando a data de produção está omissa, procura encontrar ou adiantar explicações sobre factos relatados ou subentendidos, detém-se em pormenores de episódios históricos, confirma ou contradiz investigações anteriores. E, sempre que se torna necessário e se afigura possível: proporciona informações de grande variedade sobre escritores, políticos e intelectuais citados; dá esclarecimentos sobre livros e periódicos; faz menção a negócios livrescos; aclara episódios biográficos; alude a aspetos mais diversos da vida, dos processos de trabalho, da obra e dos estados de espírito de Camilo e de pessoas dos seus relacionamentos.

Com o mesmo espírito de aplicar rigor nas transcrições e creditar a sua máxima fidelidade aos textos originais, Campos Matos organizou e anotou vários volumes de correspondência queirosiana<sup>271</sup>. Embora apresente notas explicativas e biográficas, índices onomásticos e temáticos, estas coletâneas são menos ricas em pormenores informativos e de contextualização, comparativamente às que foram preparadas por Alexandre Cabral, muito graças à argamassa das matérias atiradas por Eça ao papel, e ao modo como este previu e resguardou a sua futura exposição pública, através da epistolografia. Rebuçando os sentimentos, bloqueando os acessos ao reservatório dos seus afetos, muralhando os terrenos onde o vulgo curioso poderia desnudar os segredos mais íntimos e confidenciais, o romancista deteve-se e entreteve-se, quase sempre, na descrição circunstanciada dos assuntos chamados às missivas. O mesmo posicionamento intelectual e sentimental assumido nos seus escritos ficcionais, o que, de certa forma, não distingue nele dois estilos: o do escritor e o do epistológrafo.

Eça descreveu, pois, para fazer ver e bem narrar as matérias que queria comunicar e, em quase tudo, a descrição detalhada e a redação cuidadosa resistiram ao contágio das emoções. Contrariamente a Camilo, não molhou o aparo da sua pena em tinta cálida, nem deixou entreabertas portas favoráveis a especulações. Nele não havia meio-termo: ou as mantinha fechadas, ou as abria de par em par. A sua obsessão pela descrição, a arte sempre ao serviço do

<sup>270</sup> Entre 1984 e 1988, com recolha, prefácio e comentários de Alexandre Cabral, e sob a chancela da editora Livros Horizonte, publicaram-se: Correspondência de Camilo Castelo Branco com os irmãos Barbosa e Silva — I, vol. I, 1984; Correspondência de Camilo Castelo Branco com os irmãos Barbosa e Silva — II e Sebastião de Sousa, vol. II, 1984; Correspondência de Camilo Castelo Branco com António Feliciano de Castilho — I, vol. III, 1985; Correspondência de Camilo Castelo Branco com António Feliciano de Castilho — II, vol. IV, 1985; Correspondência de Camilo Castelo Branco com A. P. Lopes de Mendonça, Alexandre da Conceição, Bernardo Madureira, Bulhão Pato, Cândido de Figueiredo, Faustino Xavier de Novais, Francisco Gomes de Amorim, Francisco Martins Sarmento, Hermano José Ferreira de Carvalho, Trindade Coelho, vol. V, 1986; Correspondência de Camilo Castelo Branco com Eduardo da Costa Santos (Editor), vol. VI, 1988.

<sup>&</sup>lt;sup>271</sup> QUEIRÓS, CASTRO, 1995; QUEIRÓS, 2008; QUEIRÓS, 2013; QUEIRÓS, 2014.

pensamento e não do sentimento, veio a poupar os anotadores a grandes esforços de investigação e a facilitar sobremaneira futuras pesquisas.

A quarta linha editorial inclui coletâneas e compilações de correspondência em coleções de obras ficcionais<sup>272</sup>. Também aqui são os acervos de Eça e Camilo a encumear-se nas pilhas das edições epistolares.

A concluir com louvável coragem e valorosa galhardia o projeto de antologiar a bibliografia camiliana, que ocupou a editora de 1982 a 2002, e à luz da qual se abalançou legitimamente a disponibilizar, o que nunca fora feito, as *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, a Lello & Irmão Editores dedicou à correspondência do romancista os volumes XVII (1994) e XVIII (2002). Igual decisão tomou a editora para o epistolário de Eça, ao destinar-lhe espaço significativo nos volumes III e IV das *Obras Completas*. Em um e em outro caso incorporam-se textos inéditos e reedita-se quantidade substancial de cartas conhecidas e impressas.

Estas obras têm a peculiar virtude de reunir e de permitir aos leitores interessados a consulta e a leitura de epistolografia de difícil acesso, consultável apenas em bibliotecas e adquirível em alfarrabistas. Valem também muito por enlaçarem o intento de divulgação com o propósito de demonstrar a relevância do género na produção dos dois romancistas.

Em ambas há uma aproximação à «estética do fragmento»<sup>273</sup> porque, embora as peças epistolares formem acervos documentais findos, cada uma delas, fazendo, umbilicalmente, parte de um todo nunca constituído, existe e respira por si só. Em ambas se omite a correspondência recebida, e não se preenche o vazio ou o silêncio que representa «le blanc entre deux lettres»<sup>274</sup>. Em ambas se expõe, não um único texto, mas um conjunto de textos, com registos da mesma voz, em várias escalas de sonoridade sentimental. Em ambas se «constrói uma história sem a escrever»<sup>275</sup> e se revela em ladrilhos a dimensão humana, que está por detrás da veia criadora de páginas avulsas de «imperecível beleza», nas quais também cintila a «prodigiosa arte da palavra»<sup>276</sup>: seja camiliana ou queirosiana.

Se os princípios editoriais lhes atribuem uma semelhança ilusória, a verdade é que nos defrontamos com edições de natureza e resultados desiguais. A que se refere a Camilo, agrupa a epistolografia pelos destinatários, e provém da intenção de construir uma edição totalizante, ainda que se preveja, ou se deduza, a impossibilidade do empreendimento, dada a total incapacidade de antever os limites territoriais da compilação de uma documentação tão «dispersa e lacunar»<sup>277</sup>. Toda a correspondência é colocada ao mesmo nível de importância

<sup>&</sup>lt;sup>272</sup> Sobre Camilo, consulte-se CASTELO BRANCO, 1994: 271-1359; CASTELO BRANCO, 2002: 1-1160. Transcreveram-se, em ambos os volumes, cerca de 2400 textos epistolares. Sobre Eça, veja-se QUEIRÓS, 1979 (reúne as obras QUEIRÓS, José Maria de Eça de, *ed.*, *Correspondência*, pp. 487-632, e QUEIRÓS, Maria de Castro d'Eça de, *ed.*, *Eça de Queirós entre os seus*, pp. 1441-1664); e QUEIRÓS, 1986: 1119-1754. Foram impressas transcrições de 438 cartas.

<sup>&</sup>lt;sup>273</sup> CHOTARD, 1995: 32. <sup>274</sup> CHOTARD, 1995: 30.

<sup>---</sup> CHOTARD, 1995: 50

<sup>&</sup>lt;sup>275</sup> CHOTARD, 1995: 32.

<sup>&</sup>lt;sup>276</sup> QUEIRÓS, 1986: lvii.

<sup>&</sup>lt;sup>277</sup> CHOTARD, 1995: 31.

e de qualidade, porque o crivo não separou a pérola do bilhete circunstancial. O diretor da coleção quase assume o papel de colecionador, obstinado em rechear volumes sem preferência seletiva, dominado por uma atração utópica, aleatória e compulsiva por tudo o que ostente a assinatura da criatividade, e caucione, entre outros, os episódios biográficos da personalidade, objeto de veneração<sup>278</sup>. Já a de Eça é uma extensa escolha de missivas, agrupadas por ordem cronológica, feita, especialmente, a pensar no seu interesse documental e literário. Não é a exaustividade que é posta ao leme editorial, nem o desejo de construir uma imagem do epistológrafo insigne. É, na sua essência, a determinação em comprovar, com subtileza, que textos considerados à margem dos cânones literários podem ombrear com os que integram a Literatura estabelecida mais respeitada, sem que a inclusão, no mesmo volume, desbote a obra ficcional, ou seja pretexto para a usar em abono da qualidade de textos ditos paraliterários: «un mecanismo de promoción del texto privado»<sup>279</sup>.

# 1.5.3. A publicação de epistolários: entre a verdade e a verosimilhança

Há certas características intrínsecas da epistolografia inédita que pairam sobre os trabalhos editoriais. São especificidades que se podem manter inalteráveis ou ser objeto de transformação, quando acontece a publicitação dos autógrafos em livros impressos.

A publicação e o conhecimento público dos conteúdos da correspondência não alteram certas peculiaridades do texto epistolar, nomeadamente o que diz respeito à privacidade, à confissão e ao segredo das matérias tratadas. Ao transitar da escuridão das arcas para os catálogos dos alfarrabistas e, em volume, para as montras das livrarias, numa operação que substituiu o destinatário original por uma pluralidade de «leitores segundos», a correspondência surgida no espaço público não perdeu qualquer uma dessas características. A sua publicação não lhe subtraiu a componente confessional de um correspondente a um destinatário, nem lhe reformulou a matriz do segredo sobre os assuntos que justificaram a sua redação<sup>280</sup>. Digamos que se pode mudar de nacionalidade, mas não de naturalidade. É esta na verdade a perspetiva de Salinas, ao definir três tipos de cartas: as privadas, as públicas e as «traicionadas»<sup>281</sup>.

É enganador julgar que a sua efemeridade, a curta vida de uma correspondência, entre a data da sua redação e o dia da sua leitura<sup>282</sup>, leve alguém a prever que os respetivos circuitos tenham como limite dos seus horizontes as mãos do destinatário. José-Luis Diaz atribui-lhe

<sup>&</sup>lt;sup>278</sup> CHOTARD, 1995: 31.

<sup>&</sup>lt;sup>279</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 40.

<sup>&</sup>lt;sup>280</sup> A «carta» escrita por Eça de Queirós, para ser enviada a Camilo, foi considerada uma «carta pública» de dimensão polémica (Cf. PEIXINHO, *ed.*, 2009: 65-74). Cremos que não o pode ser. Houve sim, entre outros aspetos, e após a morte dos dois romancistas, a divulgação pública de um texto escrito por Eça a lápis e em formato de carta, cujo destinatário era Camilo. Mas a peça epistolar nunca veio a conhecer a expedição, nem a iniciar o circuito normal do correio nem sequer a fundamentar uma suposta polémica.

<sup>&</sup>lt;sup>281</sup> SALINAS, 1983: 235.

<sup>&</sup>lt;sup>282</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 33.

quatro etapas possíveis<sup>283</sup>: a da sua «produção» e «circulação» inicial; a da difusão em cópias manuscritas; para algumas, a da «publicação»; e, para um raro número, a da «sagração»<sup>284</sup>. E Salinas admite-lhe um potencial genético de triplo alcance<sup>285</sup>: o efeito na pessoa que a escreve, porque, sendo a primeira a lê-la, é nela que se repercute, em primeiro lugar, a utilidade dos conteúdos; no seu destinatário, aquele em quem se presume e se deseja, ou não, que a correspondência registe o término do seu percurso; e no público interessado que, por circunstâncias mais diversas, vem a ter acesso ao manuscrito ou à sua transcrição em letra tipográfica.

O seu frágil estatuto faz baloiçar a correspondência do privado para o público com enorme facilidade e, com mais presteza, transitar das gavetas para as prateleiras, quando o remetente é uma figura pública. Ao sair dos territórios do privado para a publicitação, a correspondência reformula algumas características identificadoras: a subjetividade impessoaliza-se, o segredo transmuda-se em curiosidade e a intimidade do remetente cede lugar à indiscrição do estudioso e do leitor comum. Destrói-se, deste modo, muito do seu encanto e da sua magia. Assistimos, então, a agressões e a manipulações continuadas: é expropriada dos seus contextos naturais, extraída do seu suporte, desprotegida das regras da confissão íntima, privada da sua unicidade, multiplicando-a pela impressão tipográfica. Iniciam-lhe um processo de «resignificación del discurso» epistolar e renegoceiam-lhe o contrato de leitura com o leitor público, a quem se dirigem estas edições<sup>286</sup>.

Quando se seleciona a epistolografia de um remetente com vista a uma edição comercial, pratica-se, em termos gerais, uma interferência ou «una tirania sobre el texto o sobre su escritor/a»<sup>287</sup>, exerce-se um poder e uma autoridade, quase sempre não legitimados, sobre o documento, e produz-se um ineludível confronto entre «el sujeto textual y extratextual de las cartas, y un segundo sujeto extratextual y textual: el/la antologiador, compilador o editor»<sup>288</sup>. Neste novo cenário, estabelece-se uma autoridade discursiva que dita as regras de uma organização, e que, por sua vez, «conduz ou autoriza sentidos».

Para facilitar a leitura, o responsável pela edição, dada «la ausencia de un narrador como fuente organizadora»<sup>289</sup>, surge como um batedor que conduz o futuro leitor, «segundo leitor»

<sup>&</sup>lt;sup>283</sup> O estudioso pode consultar, no decurso da investigação, um bem cultural em diferentes fases da sua existência. Consoante o momento, confronta-se com patamares desiguais de informação. Se foi examinado o manuscrito autógrafo, acede ao suporte e ao texto na sua integridade e, por isso, é-lhe possível elaborar uma transcrição fidedigna, verificar a autoria do manuscrito, comprovar se se trata ou não de um apócrifo, e proceder, entre outros, a estudos relacionados com o tipo de papel usado, com as marcas de água, com a tinta e seus componentes. Se a incúria e o desleixo exercidos sobre o manuscrito originaram o seu desaparecimento, mas permitiram, apesar de tudo, que alguém realizasse, em tempo útil, a respetiva transcrição, o investigador alheio a essa operação nunca terá elementos de comparação para identificar as diferenças entre o original e a cópia manuscrita ou impressa, em especial o que se reporta a erros de transcrição, a acrescentos de pontuação, à substituição de palavras, ou à supressão de partes do enunciado.

<sup>284</sup> DIAZ. 1995: 8.

<sup>&</sup>lt;sup>285</sup> SALINAS, 1983: 241.

<sup>&</sup>lt;sup>286</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 34.

<sup>&</sup>lt;sup>287</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 14.

<sup>&</sup>lt;sup>288</sup> DOLL CASTILLO, 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>289</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 13.

ou «segundo destinatário» pelos caminhos que lhe parecem mais adequados para a compreensão das matérias tratadas pelo remetente. Afana-se, assim, em iluminar o que, no percurso do entendimento, parece mais obscuro ou impercetível e esmera-se para que essa ação tenha o máximo êxito e proveito: precede as obras de prólogos e de notas preliminares; acrescenta notas de rodapé; preenche vazios; identifica nomes; aclara títulos de obras; suprime erros de ortografia; convoca factos históricos, entre outras opções<sup>290</sup>. Tal como o arqueólogo que, diante dos fragmentos de cerâmica de um vaso recuperado em escavação, procura chegar à forma original do achado, a partir de um pormenor do fundo ou do bojo, do colo ou da asa, assim, o editor procura dar ao conjunto epistolar a publicar uma unidade o mais convincente e verosímil possível, tentando ultrapassar a dimensão fragmentária que caracteriza o género epistolar. Se o arqueólogo une os pedaços do que foi outrora um vaso vistoso, esforçando-se por lhe restaurar a estabilidade e por lhe restituir a forma de outros tempos, do mesmo modo o editor deseja restaurar os textos ou as versões originais, garantir a autenticidade dos textos, e reforçar a capacidade documental da correspondência, ao provê-la de tudo quanto concorra, no seu entendimento, para diminuir ou eliminar a sua ilegibilidade<sup>291</sup>. E, assim, conseguir «una verdad o verosimilitud que puede ser bastante discutible en muchos casos»<sup>292</sup>.

# 1.6. A IMPORTÂNCIA DA EPISTOLOGRAFIA NA LITERATURA E EM HISTÓRIA

As correspondências dos escritores são textos que foram produzidos nos bastidores do palco, onde as obras ficcionais e poéticas faziam o respetivo percurso de consagração, emergindo depois do universo emocional dos destinatários, dos seus familiares ou dos herdeiros, dos cofres dos colecionadores e dos arquivos públicos quando, na maioria das situações, as personalidades tinham já falecido e os seus textos literários granjeado o reconhecimento dos leitores e alcançado a perenidade no mundo das Letras.

A revelação *post mortem* de aspetos da intimidade e da vida privada, pela voz do próprio autor, num tempo em que a posteridade joeirou o trigo do joio e operou a distinção entre o imorredoiro e o efémero, crivando as obras-primas no caudal de publicações que opulentam o património literário de um país, passou a proporcionar às gerações vindouras um duplo cenário, de que não usufruíram as coevas dos escritores: uma espécie de diplopia, o olhar dúplice sobre o escritor, a sua obra literária e os contextos da criação artística, complementado e enriquecido com a perspetiva do lado humano, familiar e social da figura pública. Os binómios homem/vida e autor/obra sempre se apresentaram como dois dos campos centrais, onde se podem colher temas e forragear dados, em ordem a vitalizar e fazer medrar investigações de cariz epistolar.

<sup>&</sup>lt;sup>290</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 34.

<sup>&</sup>lt;sup>291</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 34.

<sup>&</sup>lt;sup>292</sup> DOLL CASTILLO, 2002.

# 1.6.1. A correspondência e os Estudos Literários

Durante o Romantismo, e até meados do século XX, a História Literária desenvolveu a ideia da relação direta entre o autor e a sua obra, valorizando a importância explicativa e hermenêutica da «instância autoral (enquanto instância causal, intencional ou biográfica)»<sup>293</sup>. A correspondência, entre outros escritos do *Eu*, reforçou a sua utilidade como filão de dados biográficos e como fonte auxiliar, para estudar e entender a génese do *corpus* literário. Registem-se, no caso português, como modelos desse interesse pela *figura* do autor:

- a) O estudo feito, por João Gaspar Simões, sobre a obra e a personalidade de Eça de Queirós<sup>294</sup>, que é fruto da sagacidade e perceção crítica do historiador da Literatura, e que se apresenta fundamental para compreender o mundo queirosiano. Na sua composição, as cartas privadas e públicas são, com insistência, alistadas, para fundamentar intuições e interpretações.
- b) A obra *Camilo Castelo Branco*, de Henri Lacape<sup>295</sup>. Este investigador não comungava da opinião de que os acervos de correspondência tivessem o estatuto de indispensabilidade. Seria preferível que as cartas de Camilo fossem couraçadas, a ponto de impedir a voraz e prescindível investida do vulgo para folhear «les misères physiques, les troubles moraux, la névrose de ce grand malheureux»<sup>296</sup>. Contudo, valeu-se, com assiduidade, da correspondência e de biografias sobre o romancista, para as suas asserções e conclusões, na redação de uma obra que, longe de se propor cerzir uma notícia biográfica linear do útero materno ao último suspiro, se detém com seriedade intelectual na abordagem de Camilo na sua dimensão de homem, de historiador e de artista. Tinha consciência da incompletude do seu propósito científico, uma vez que, por opção, se emudeceu ante o escritor religioso, o crítico e o poeta.

O aproveitamento dos acervos epistolares, como complemento para a compreensão autor/obra, em especial nos prosadores como Camilo, cuja bibliografia tão profunda e medularmente se cimenta à vida<sup>297</sup>, conduziu, por vezes, a algum exagero:

Parece que hoje, mais do que nunca, o público letrado, e até o que não é letrado, se lançam apaixonadamente à leitura dos diários íntimos, correspondências e memórias, dos escritores [...].

Dir-se-ia até que tal apaixonado interesse vai, para lá do artista e do escritor, incidir sobre o homem, fazendo mesmo esquecer a obra para unicamente pôr em destaque as preocupações e os gostos, os tiques e as manias, os vícios e as virtudes, a biografia do homem<sup>298</sup>.

<sup>293</sup> GUSMÃO, 1995: 484.

<sup>&</sup>lt;sup>294</sup> SIMÕES, 1945: 11.

<sup>&</sup>lt;sup>295</sup> LACAPE, 1941.

<sup>&</sup>lt;sup>296</sup> LACAPE, 1941: 9.

<sup>&</sup>lt;sup>297</sup> «Ce qu'il y a détonnant et d'unique dans cette œuvre, c'est qu'elle raconte l'auteur dans toutes ses pages. [...] Dans son œuvre, nous suivrons les incidents de sa vie [...] Nous y verrons aussi apparaître et évoluer ses amours comme ses maladies, nous suivrons ses efforts pour gagner le pain quotidien [...]. Nous suivrons ses idées qui variant plus qu'elles n'évoluent [...]. Nous y verrons leurs défauts» (LACAPE, 1941: 10-11).

<sup>&</sup>lt;sup>298</sup> MONTEIRO, ed., 1934: XI.

É um exercício possível e legítimo considerar a relação autor/obra, nas suas várias implicações. Poder-se-á ignorar, nessa relação, as circunstâncias que motivaram o romancista de Seide a forjar as *Memórias do cárcere* e a retratar penumbras e misérias humanas, encontros e desencontros da fortuna, uma justiça desapiedada ante os indefesos e complacente perante o vil metal, se ele não tivesse sido preso nos cárceres da Relação do Porto? Usufruiríamos nós de obras como *A bruxa de Monte Córdova*, *O senhor do Paço de Ninães*, as *Novelas do Minho*, entre outras, e do policromático retábulo do viver minhoto que aí se concede aos leitores, se a casa de Manuel Pinheiro Alves, marido de Ana Plácido, não se localizasse na aldeia de São Miguel de Seide?

É, porém, situação diferente, quando se tenta interpretar a obra a partir da biografia do autor ou como sua explicitação, ou até mais: no desconhecimento da biografia, procura-se encontrá-la na obra, o que nos parece ter sido um erro de alguma História/Crítica Literária. Por proximidade pessoal e emocional a Camilo, Alberto Pimentel fez sair dos prelos O romance do romancista<sup>299</sup>, sem ceder ao previsível. Não resistiu ao impulso de recortar trechos da vastidão de prosa camiliana, que eram, em seu parecer, de pendor autobiográfico, nem se coibiu de adicionar epistolografia e documentação vária a essa seleção de texto ficcional, de lhes conferir uma ordem cronológica e de apresentar cumulativamente factos, desde o batismo ao voto de pesar do Parlamento pelo seu falecimento, para criar a «ilusão literária da vida»<sup>300</sup>. A ausência de sentido crítico, a desfocagem na aproximação e na interpretação dos textos de ficção do romancista, a falta de discernimento e alguma inocência intelectual para depreender que a Literatura não é forçosamente um espelho refletor ou projetor da existência dos criadores, e de que a «vida e a obra de Camilo Castelo Branco [se assemelham] muito a dois labirintos paralelos onde o leitor mal avisado corre sério risco de não atinar com a saída, ou, o que é pior, sair pela porta errada»<sup>301</sup>, levaram o escritor e jornalista portuense a confiar na escorregadia sinceridade de Camilo, e a conferir, aos seus textos literários, foros de autenticidade e o estatuto incontroverso de documentos autobiográficos.

Os Estudos Literários vieram, depois, a desinteressar-se pela documentação autobiográfica, uma vez que a Teoria da Literatura<sup>302</sup> «relativizou, diminuiu ou negou» a importância do autor da obra literária, concentrando-se «a atenção na relação obra-leitor, relação entre uma estrutura "objetiva" e uma subjetividade colaborante, recriadora»<sup>303</sup>. O afastamento da História da Literatura, como disciplina primordial na abordagem da Literatura, e a preocupação científica com o estudo da linguagem, a partir de França, *grosso modo*, levaram a uma procura de sistematização disciplinar, em que a interpretação dava lugar à análise e, o autor e a sua obra, ao estudo do texto. Ao «matar-se o autor», através da sua destituição de «duas

<sup>&</sup>lt;sup>299</sup> PIMENTEL, 1890.

<sup>300</sup> HOLMES apud OLIVEIRA, 2010.

<sup>&</sup>lt;sup>301</sup> CABRAL, 1995: 5.

<sup>&</sup>lt;sup>302</sup> A disciplina com esse nome surge em Portugal com a reforma das faculdades de Letras, em 1957.

<sup>303</sup> COELHO, 1961: 10.

funções simbólicas» («da [sua] relação de filiação [com] a obra» e da de «destinador e guardião do sentido, do significado primeiro e último da obra» <sup>304</sup>), a Teoria da Literatura <sup>305</sup> deixava de se ocupar de «obras» para passar a lidar com «textos». Isto seria uma parte substancial da Ciência da Literatura, que se queria prévia ou até distinta da Crítica Literária. A História Literária seria apenas uma terceira vertente dessa sistematização.

Entre os anos de 1960 e 1980, houve, com efeito, uma quase saturação da Teoria da Literatura, nomeadamente da sua versão Estruturalista/Semiótica, de raiz francófona. De certo modo, a narratologia — que foi uma das áreas preferenciais do estudo textual — sistematizou um processo de discurso que, naturalmente, deixava de fora muitas outras abordagens da Literatura, com outros conceitos (o questionamento da «análise» literária, a recuperação da «interpretação», o próprio questionamento de uma ciência da Literatura com base nos estudos linguísticos, intensificado e aprofundado no desenvolvimento da filosofia da linguagem) que levaram a que a Teoria da Literatura dispensasse uma especificação e se fosse desenvolvendo mais livremente como teoria, cujo envolvimento filosófico e histórico se tornou orientador de muitas outras abordagens dos textos de Literatura, permitindo o «regresso do autor», com uma natural contextualização dos paratextos.

A Crítica Literária foi resistindo sempre a uma Teoria da Literatura demasiado sistematizada, na sua versão dita científica. Houve, sem dúvida, distinções úteis e necessárias, mas a Literatura, como prática, foi-se mostrando demasiado complexa e rica, para se poder reduzir a qualquer estudo que a conseguisse sistematizar. E, por isso, salvou-se, pode bem dizer-se, a Crítica Literária como atividade mais apropriada à compreensão, estudo e reflexão implicados no texto literário e seu enquadramento social, histórico, ficcional e poético, entre muitos outros epítetos que possam ser esclarecedores de uma Arte, que é Vida, e cujo estudo não se esgota em metodologias de vertente única.

Boa parte das razões do carecimento de trabalhos de investigação dedicados em Portugal à teorização epistolar encontra-se mais nas referidas reestruturações teóricas do que em resistências às alterações conceptuais e epistemológicas ditadas pela Teoria da

<sup>304</sup> GUSMÃO, 1995: 485.

<sup>&</sup>lt;sup>305</sup> A primeira edição da *Teoria da Literatura*, de Vítor Aguiar e Silva, é de 1967. Houve mais três edições, sem alterações significativas até à quarta edição, de 1982. A leitura do «Prefácio» do autor, que antecede esta quarta edição, é muito ilustrativa da alteração sofrida pelos Estudos Literários e pela Crítica Literária, durante os anos de 1970, e que se prolongará pela década seguinte. Comparar as duas edições e respetivos capítulos (e as abundantes notas de rodapé) dá uma ideia da profunda transformação sofrida, pelo que se foi designando por Teoria da Literatura. Apesar de ter havido sempre uma teorização da Literatura, a Teoria da Literatura aparece como novidade bibliográfica (e disciplinar) no final dos anos de 1940, com a autoria de René Wellek e Austin Warren (a tradução portuguesa data de 1962). Entre as múltiplas causas para este aparecimento estão as alterações no próprio trabalho literário (como, por exemplo, toda a reação ao século XIX, nomeadamente com o Modernismo), as alterações na Crítica com o movimento do *New Criticism* e a prática de leitura *close reading* radicados no mundo anglo-saxónico. Mas o desenvolvimento da Teoria da Literatura radica também nas propostas de Ferdinand de Saussure para o estudo da Linguística, ou seja, uma atenção ao complexo problema da linguagem. E neste magno problema, que tão intensamente ocupou as preocupações das chamadas Ciências Humanas no século XX, estão implicados autores de muitos diferentes quadrantes, nos quais se inclui a proposta da Semiótica de Peirce, quase contemporânea de Saussure, tanto quanto o formalismo russo no trabalho muito concreto de Jakobson, por exemplo.

Literatura. Uma pesquisa por amostragem, entre as publicações periódicas que promovem e divulgam trabalhos de investigação literária<sup>306</sup>, comprova que a comunidade científica dispensou o autor e, por consequência, postergou o desenvolvimento de estudos e a produção de bibliografia teórica sobre correspondência, ou a prática epistolar dos autores oitocentistas portugueses. Comparando o número de artigos científicos que se debruçam sobre temas literários, em geral, com os que estudam ou teorizam sobre epistolografia, conclui-se com facilidade que a percentagem destes é notoriamente insignificante. O próprio «Boletim da Casa de Camilo», em particular a 3.ª e a 4.ª séries<sup>307</sup>, além de breves recensões críticas de volumes de Alexandre Cabral sobre correspondência de Camilo, inclui apenas dois artigos redigidos por estudiosos camilianos, sem ligações profissionais aos meios universitários: num, cotejam-se os textos de cartas ao Visconde de Castilho, e, no outro, contextualizam-se cartas a Fernando Castiço. A mesma realidade de escassez se estende às monografias, verificando-se que *A epistolografia em Portugal*, de Crabbé Rocha, cinco décadas depois da sua primeira edição, continua a ser o frontão mais vistoso, a grande obra de referência sobre a temática.

Contrariando a improdutividade teórica, e invertendo a desvalorização da biografia, a universidade portuguesa foi recuperando e reabilitando, a partir de meados dos anos de 1980, de modo intermitente no que se reporta a escritores do século XIX, a atenção que antes fora dedicada à documentação privada e à correspondência pública. Os estudos superiores fizerem verdecer os campos quase esterilizados pelas abordagens que haviam secado o autor no estudo dos seus textos literários. Esta realidade foi tendo expressão em artigos disseminados por revistas e publicações periódicas, ou incluídos em atas de congressos<sup>308</sup>, em monografias<sup>309</sup>, em teses dedicadas ao estudo e à problematização do género epistolar ao longo da História<sup>310</sup> e à correspondência de alguns escritores<sup>311</sup>.

Hoje, depois do conhecimento do que podemos designar como sistematização narratológica, julgamos que é possível distinguir entre autor/escritor, sua biografia e construção ou constituição da obra. A correspondência, usufruindo de estudos que a redefinem, cada vez

<sup>&</sup>lt;sup>306</sup> Consultámos os sumários de algumas das mais importantes revistas de Estudos de Língua e Literatura portuguesas, desde 1980 até hoje, designadamente: «Colóquio Letras» (Fundação Calouste Gulbenkian); «Letras com Vida» (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias); «Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas e Cadernos de Literatura Comparada» (Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa), ambas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; «Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía» (Universidad de Extremadura); «Revista de Estudos Literários» (Centro de Literatura Portuguesa) e «Biblos: Revista da Faculdade de Letras», ambas da Universidade de Coimbra; «Revista Portuguesa de Humanidades» (Faculdade de Filosofia de Braga); e «Revista Veredas» (Associação Internacional de Lusitanistas). Refira-se, porém, que, das revistas examinadas, a «Colóquio Letras» é caso único de persistência e regularidade na divulgação de correspondência de escritores, através de ensaios ou de artigos pontuais, visando contextualizar e comentar cartas transcritas, de fac-símiles e de recensões críticas.

<sup>&</sup>lt;sup>307</sup> Estas séries editaram-se entre 1983 e 1999, mas não se publicou qualquer número entre 1989 e 1998.

<sup>&</sup>lt;sup>308</sup> ROCHA, 1994: 569-575; SIMÕES, 1994: 369-379. Ambos os textos foram apresentados no Congresso Internacional de Estudos Camilianos (Coimbra, 1991).

<sup>&</sup>lt;sup>309</sup> MARTINS, dir., 1999; MONTEIRO, ALMEIDA, ANASTÁCIO, org., 2005.

<sup>310</sup> SEARA, 2006.

<sup>311</sup> BATISTA, 2012; CRISTO, 2010; SIMÕES, 1987.

mais, como espaço de cruzamento e de contributos interdisciplinares<sup>312</sup>, e que a vão libertando da sombra dos textos ficcionais e do grilhão de subalternidade<sup>313</sup>, terá, acentuadamente, um papel independente, esclarecedor e complementar para iluminar tanto a entidade escritor como a sua obra.

É importante para o estudo da sua obra, porque, como refere Gérard Genette,

on peut utiliser — et c'est bien ce que font les spécialistes — la correspondance d'un auteur (en général) comme une sorte de témoignage sur l'histoire de chacune de ses œuvres: sur sa genèse, sur sa publication, sur l'accueil du public et de la critique, et sur l'opinion de l'auteur à son égard à toutes les étapes de cette histoire.

Antérieur à la naissance de l'œuvre, la correspondance peut aussi témoigner d'une non-naissance: œuvres avortées dont ne subsistent parfois que ces traces indirectes, et quelques ébauches<sup>314</sup>.

A epistolografia encerra em si mais-valias não despiciendas para o conhecimento «dos mecanismos atuantes no seu trabalho de criação»<sup>315</sup>, das origens e dos desenvolvimentos das polémicas literárias, do estudo comparativo entre o estilo e o léxico do epistolário e os da obra ficcional, dos contactos culturais entre literatos, das beliscaduras intelectuais, dos elogios e das desclassificações entre pares. Mas é também ponte de acesso ao laboratório da escrita<sup>316</sup>, valioso préstimo para analisar e interpretar a epistolografia como eixo estruturante da produção ficcional, «un ejercicio que sirvió de entrenamiento para los ensayos políticos y literarios»<sup>317</sup>, ou um modelo inspirador para a construção de géneros maiores, como é o caso da novela epistolar<sup>318</sup>.

A correspondência é relevante para a realização de investigações sobre a vida, porque constitui uma fonte de ressonância biográfica de inegável mérito para fundamentar as explicações e as afirmações do biógrafo, sustentar a narração do percurso existencial do escritor, aclarar aspetos mais esconsos «que habían entorpecido una interpretación definitiva de los textos» <sup>319</sup>, e ajudar a (re)construir e a revelar o homem real que se esconde por detrás da figura pública.

Muitos destes assuntos, para cuja resposta os bens culturais produzidos pelo epistológrafo ou pelo autor epistolar se assumem como suportes essenciais de informação, são comuns

<sup>&</sup>lt;sup>312</sup> Os estudos produzidos pela crítica anglo-saxónica, e desenvolvidos em torno do conceito de *life writing*, têm vindo a insistir, mais do que nas problematizações de natureza estilística e literária, em abordagens sociológicas e históricas da correspondência, e em «situer la lettre dans son contexte plus qu'à en définir le style» (CRINQUAND, 2010).

<sup>313</sup> O texto epistolar dos grandes escritores «prend peu à peu la place qu'il mérite, sans demeurer systématiquement subordonné à l'œuvre et réduit au statut de document» (CRINQUAND, 2010).

<sup>314</sup> GENETTE, 1987: 344.

<sup>315</sup> CASTRO, RIBEIRO, 1997: 329.

<sup>316</sup> CHOTARD, 1995: 31.

<sup>&</sup>lt;sup>317</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 36.

<sup>318</sup> DOLL CASTILLO, 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>319</sup> PAGÉS-RANGEL, 1997: 43.

aos interesses científicos do crítico literário e do historiador, ainda que as perspetivas e os métodos divirjam em cada um deles.

# 1.6.2. A correspondência e a investigação em História

Para o historiador, ou melhor dizendo, para o sujeito narrador<sup>320</sup>, acervos desta tipologia têm um dos seus grandes interesses na elaboração e na oxigenação da História ou de relatos da vida de determinada individualidade.

Com o intento de recontar episódios e acontecimentos importantes que fizeram parte da vida de uma pessoa distinta e de refazer relevantes traços da sua personalidade<sup>321</sup>, o biógrafo faz uso da correspondência, complementando-a e confrontando-a com os dados recolhidos, nomeadamente, em outras fontes bibliográficas e documentais da autoria do biografado. Nesse processo, cabe-lhe aferir o grau de caucionamento da obra literária como documento autobiográfico, para não se deixar contaminar e toldar, no exercício racional da dimensão subjetiva da sua interpretação, pela dimensão subjetiva dos escritos ficcionais, produzidos pelo biografado sobre si próprio. Porque nas obras de autores como Camilo, um ghost writer<sup>322</sup> que vagueia pelo texto, aparecendo de súbito, antes do dobrar da página, e ocultando-se num ápice, no primeiro parágrafo da página seguinte, todas as prudências são poucas. Com efeito, a narrativa visa celebrar com os seus leitores um contrato de leitura assente na aparente verosimilhança de que os factos, objeto da ficcionalização, aconteceram ou parecem ter acontecido, pela dissimulação de que foram decalcados da vida e se baseiam em informação colhida em documentos autênticos de natureza diversa, ou foi obtida através de amigos e terceiros. As cautelas do biógrafo, para não se transformar num «ventríloquo» do biografado<sup>323</sup>, são ainda mais necessárias quando Camilo aflora e partilha episódios da sua vida pessoal, no processo de criação literária, com a intenção de reforçar os ditos foros de veracidade das histórias narradas, e criar a ilusão de proximidade e de intimidade com o leitor. E o romancista fá-lo com tal mestria e convencimento que, no ato de destrinçar o real do ficcional, os seus textos encandeiam com facilidade o investigador.

<sup>320</sup> Excetuando as obras como as dos historiadores Guilherme de Castilho (*António Nobre: a obra e o homem*, 1965) e Victor de Sá (*Antero de Quental*, 1942), a quase totalidade das narrativas sobre a vida e a obra dos nossos autores oitocentistas foi redigida por personalidades de diferentes formações e profissões: sociólogos, críticos literários, filólogos, juristas, médicos e escritores. Entre as mais significativas, citamos as que elaboraram Aníbal Pinto de Castro: *Eça de Queirós: Da realidade à perfeição pela fantasia*, 2001; Álvaro da Costa Pimpão: *Fialho*, 1945; Charles Oulmont: *João de Deus: L' homme-poète: sa vie et son* œuvre, 1948; Egas Moniz: *Júlio Dinis e a sua obra*, [s.d.]; Francisco Gomes de Amorim: *Garrett: Memórias biográficas*, 1881-1884; Guilherme de Oliveira Martins: *Oliveira Martins: Uma biografia*, 1986; João Gaspar Simões: *Eça de Queirós: O homem e o artista*, 1945; *Júlio Dinis: A obra e o homem*, 1963; João Pinto de Figueiredo: *A vida de Cesário Verde*, 1981; José Bruno Carreiro: *Antero de Quental: Subsídios para a sua biografia*, 1948; José Osório de Oliveira: *O romance de Garrett*, 1936; Luís Viana Filho: *A vida de Eça de Queirós*, 1983; Maria Filomena Mónica: *Eça de Queirós*, 2001; Óscar Lopes: *Antero de Quental: Vida e legado de uma utopia*, 1983; Vitorino Nemésio: *A mocidade de Herculano até à volta do exílio: 1810-1832*, 1934.

<sup>&</sup>lt;sup>321</sup> ROSADO, 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>322</sup> OLIVEIRA, 2010: 257.

<sup>&</sup>lt;sup>323</sup> OLIVEIRA, 2010: 257.

A auxiliar e a comprovar conclusões do biógrafo, podem fazer-se notar o conhecimento e a proximidade pessoais, os testemunhos de familiares, de amigos e contraditores, autógrafos e depoimentos impressos de personalidades contemporâneas do biografado<sup>324</sup>. Mas, como refere Camilo, «cada qual tem o seu vidro de aumento ou diminuição» 325 na forma de olhar, interpretar e representar: o intimidante e lívido retrato de Camilo, de Artur Bual (Anexo 2), contrasta com o realismo e a empatia do romancista pintado junto à sua secretária em Seide, por José de Brito (Anexo 3); a linha estilizada e dócil de Tossan (Anexo 4) coíbe-se ante a força dos riscos ramalhudos e tensos com que a mão do esquizofrénico Jorge Castelo Branco figurou seu pai (Anexo 5). Se, assim, ocorre em relação à fisionomia, com mais facilidade diverge em cada um o modo de selecionar, analisar e comentar o que respeita aos mundos da vida, do pensamento e dos sentimentos. Percorra-se a prateleira com as mais significativas biografias de Camilo Castelo Branco<sup>326</sup>, para aí se verem catalogadas todas as falanges de escolas, tendências e preferências pelo género: a variedade de relacionamentos entre biógrafos e Camilo, e a maior ou menor capacidade de assegurar distanciamentos emocionais e consciências críticas, ora libertas dos elos da parcialidade ora corrompidas pela admiração prestada à obra e ao escritor; a multiplicidade de metodologias de recolha, tratamento e utilização da informação, e do recurso a «estratégias textuais» e a «técnicas de narração»; a diversidade de tipologias: «a biografia holística, a parcial, a clínica (patografia, psicografia) ou a biografia do cunho positivista, centrada na pesquisa e na apresentação de documentos/factos novos»327; e, ainda, a cadeia multiforme de relações de cumplicidade intelectual e de questionamento epistemológico entre cada nova biografia e as que lhe precederam. Ao caos da vida do romancista parece corresponder, fatalmente, um caos de representações dessa própria vida.

Na configuração de um espaço de encontro, em tempos distintos, de «dois homens e de duas culturas»<sup>328</sup>, o tratamento das gradações do claro e do escuro desses diferentes mundos de uma individualidade, eivado em certos períodos históricos de convenções éticas que indiciam inevitavelmente «padrões de julgamento» e definições muito próprias das fronteiras do privado e do público<sup>329</sup>, «por regras narrativas e temáticas» ou por códigos que cada época

<sup>&</sup>lt;sup>324</sup> Na antologia *Poses para um retrato na época* (MOUTINHO, *compil.*, 2005) podemos conhecer olhares e perspetivas sobre o romancista, produzidos por mais de três dezenas de individualidades.

<sup>325</sup> CASTELO BRANCO, 1965: 221.

<sup>326</sup> Alberto Pimentel: Os amores de Camilo, 1899, O romance do romancista, 1890, Memórias do tempo de Camilo, 1913, A primeira mulher de Camilo, 1916, O torturado de Seide, 1921; Alexandre Cabral: Camilo Castelo Branco: Roteiro dramático dum profissional das letras, 1980; António Cabral: Camilo de Perfil, 1922, Camilo desconhecido, 1918, Camilo e Eça de Queirós, 1924; Aquilino Ribeiro: O romance de Camilo, 1957; Eduardo Sucena: Calvário e Glória, 2014; J. C. Vieira de Castro: Camilo Castelo Branco: notícia da sua vida e obras, 1861; Ludovico de Menezes: Camilo: documentos e factos novos, 3 volumes, 1924-1925; Manuel Tavares Teles: Camilo e Ana Plácido: Episódios ignorados da célebre paixão romântica, 2008; Mário Cláudio: Camilo Broca, 2006; Paulo Osório: Camilo Castelo Branco: esboço de crítica, 1905, Camilo: a sua vida o seu génio a sua obra, 1908; Rocha Martins: A paixão de Camilo: Ana Plácido, [s.d.]; Sousa Costa: Camilo no drama da sua vida, 2.ª edição, 1959; Teixeira de Pascoaes: O penitente (Camilo Castelo Branco), 1942.

<sup>328</sup> MADELÉNAT, 1984: 207; BOURDIEU, 1994: 81-89.

<sup>329</sup> OLIVEIRA, 2010: 246.

acaba por impor (épico, heroico, romanesco, intimista...)<sup>330</sup>, exige qualidades especiais do autor da diegese. Esses atributos residem no justo equilíbrio entre «simpatizar» e «julgar», na sensatez para contrabalançar o facto relevante e o episódio anedótico, na prudência de situar cada acontecimento ou caso excecional na sua adequada perspetiva<sup>331</sup> e no bom senso para destacar, no firmamento da vida do biografado, as constelações mais representativas da personalidade em estudo:

Nous savons aussi que, pour tracer une ligne à peu près nette, nous avons dû à chaque instant faire abstraction d'une multitude de traits enchevêtrés qui troublaient et brouillaient l'image principale. Reconstituer à une période donnée de sa vie [...] c'est dégager, d'une multitude d'ébauches ou d'esquisses partielles, une seule traduction, la plus expressive, du monde infini d'images et de représentations qu'il portait en lui<sup>332</sup>.

É certo que o biógrafo tem em mente estabelecer e reforçar um compromisso prévio e categórico com o leitor, convencendo-o de que o seu propósito é desvendar, reconstruir vidas ou fragmentos delas, num pleito pela máxima aproximação à exatidão dos factos<sup>333</sup>. Surge claro que ele apresenta reflexões e conclusões, libertas da invenção e isentas da fantasia, que decorrem da imaginação e da sensibilidade de quem se acoroçoa à tarefa de redigir escritos sobre percursos excecionais da vida humana. Todavia, não deixamos de estar perante uma escolha pessoal e perante verdades, possíveis ou conjeturais, que são próprias de cada narrador, das suas conjunturas pessoais e intelectuais e dos seus graus de permeabilidade ou de resistência ao conhecimento científico e às correntes ideológicas do seu tempo histórico.

Nunca abrigado das considerações reprobatórias ou protegido das observações da crítica, o biógrafo estabelece uma «narrativa da impossibilidade», porque nos dá sequências de acontecimentos, que são uma espécie de espuma das ondas originada pelas vagas da superfície móvel e percetível da vida, mas que, por um feixe de obstáculos, não consegue sondar o movimento das correntes de maior profundidade, ou chegar a ver os segredos que se ocultam nas placas tectónicas do mais fundo de cada um<sup>334</sup>. O biógrafo constrói uma «narrativa da utopia», em que o trabalho de reconstrução biográfica não deixa de constituir uma «utopia», tripartida entre o esforço intelectual de preencher lacunas por hiatos de documentação; entre a dificuldade de criação de modelos literários em que a condensação da narrativa não determine irremediavelmente sacrifícios quantitativos empobrecedores da sua legibilidade; e entre o eterno drama da evidente acessibilidade parcial ao conjunto de qualquer interioridade<sup>335</sup>. E, finalmente, arquiteta uma «narrativa espagírica», porque, na complexa missão da operação

<sup>330</sup> MADELÉNAT, 1984: 145.

<sup>&</sup>lt;sup>331</sup> MADELÉNAT, 1984: 204.

<sup>332</sup> FEBVRE, 1952: 47.

<sup>&</sup>lt;sup>333</sup> VIANA FILHO, 1983: 7.

<sup>334</sup> MADELÉNAT, 1984: 207.

<sup>&</sup>lt;sup>335</sup> MADELÉNAT, 1984: 205.

biográfica, o biógrafo almeja obter e depurar conhecimentos excecionais de «alquimia», para chegar à fórmula mágica que funda na mesma massa homogénea a «solidez granítica da verdade» com a «intangibilidade do arco-íris da personalidade»:

On the one hand there is truth; on the other, there is personality. And if we think of truth as something of granite-like solidity and of personality as something of a rainbow-like intangibility and reflect that the aim of biography is to weld these two into one seamless whole, we shall admit that the problem is a stiff one and that we need not wonder if biographers have for the most part failed to solve it<sup>336</sup>.

Na abrangência das investigações de ordem biográfica, os historiadores e os críticos têm mantido a atenção dispersa por epistolários das mais diversas proveniências, configurando-lhes o estatuto de documentos essenciais, sobretudo no âmbito da História da cultura e das mentalidades, da família e da vida privada, das ideias políticas e do pensamento, da religião e da moral, da alfabetização e das práticas epistolares, dos correios e da evolução das trocas postais, da comunicação e dos seus atores<sup>337</sup>. Porém, os múltiplos e ecléticos ângulos de abordagem histórica podem valer-se da fortuna polifónica de memórias e temas destes importantes testemunhos, perante a incumbência científica da «ressurreição» da vida privada e pública dos escritores, ou de outras personalidades, não obstante no que respeita ao indivíduo, ao membro da família e ao ente social.

Uma das perspetivas de investigação do sujeito enunciador da narrativa poderá ser a relação que se estabelece entre o modo de cada um ser com o que escreve. Há, em cada indivíduo, uma dimensão transindividual, a qual diz respeito a questões que estão para além da pessoa em si, e que transcendem o que um emissor diz ou expressa. Liga-se àquilo que ele não explicita, mas que está implícito ou repousando nas linhas do texto redigido, designadamente, nas formas de tratamento, porque a língua tem corporizações sociais, códigos de conduta e comportamentos, ou o *air du temps*, o que a faz ser do seu tempo e não de outra época. Além do mais, a letra de qualquer pessoa, segundo alguns psicólogos, psiquiatras e grafólogos, cristaliza peculiaridades e detalhes, muito próprios, que a individualizam das demais. A caligrafia, «prisma refletor de muitas luzes interiores» 338, é desenhada por mãos seguras ou vacilantes, ao sabor da disposição emocional no momento da sua feitura: quebranto ou vigor, ansiedade ou quietude, desalento ou entusiasmo, ódio ou paixão. Por outra parte, há condicionantes várias, que pesam sobre o ato da escrita, com destaque para as que têm a sua origem no «sistema nervoso central ou periférico», nos traços inerentes à herança genética de cada um, nas representações de personalidade (gosto, acanhamento, irascibilidade, energia...), nos «problemas

<sup>336</sup> WOOLF, 1994: 473.

<sup>&</sup>lt;sup>337</sup> Sirvam de referência, entre as demais, as obras: SOHN, *ed.*, 2002; CHARTIER, *dir.*, 1991; SÁEZ, CASTILLO GÓMEZ, *ed.*, 2002; DAUPHIN, LEBRUN-PEZERAT, POUBLAN, 1995; GEORGE, 1981; HAROCHE-BOUZINAC, *ed.*, 1999; MESTRE SANCHIS, 2000: 13-26; BOSSIS, PORTER, *dir.*, 1990; DIAZ, SIESS, *ed.*, 2006.

<sup>338</sup> SALINAS, 1983: 255.

visuais», na «postura do escrevente», nas «influências do modelo» caligráfico ou nas características específicas do papel<sup>339</sup>. Em suma, ao escrever para se comunicar com um determinado destinatário, o emissor dificilmente deixará de exteriorizar aquilo que é, pelo que enuncia e pela forma como o faz, por ser estreitíssimo o vínculo entre «la mano que mueve la pluma y la alma que la guía» <sup>340</sup>:

El papel insigne de la pluma es personalizar la carta, es representar al que la escribe, inventarle algo como un rostro, en el cual las facciones fisonómicas son transportadas a rasgos caligráficos; en suma, procurar que, además de leérsele, de entendérsele, se le vea un poco, y se le vea como es él<sup>341</sup>.

Percebe-se o contributo dos exames grafológicos para a identificação da autenticidade dos manuscritos e, como meio de introspeção ou «radiografia espiritual» <sup>342</sup>, do que deles pode resultar para o reconhecimento e a definição do temperamento e do caráter de determinada individualidade. Talvez algumas dúvidas refuljam, quando olhamos para os resultados do exame a uma carta de Camilo, datada de 5 de janeiro de 1887 (Anexo 6), realizado na École de Graphologie de Paris, em 1919 (Anexo 7), por se prever com facilidade o que verbalizaram os admiradores do romancista sobre o que no mesmo exame se concluiu:

Le scripteur est un actif; cela ressort de notre étude. Les longs jambages inférieurs disent l'équilibre entre l'activité physique et l'activité cérébrale.

En résumé, la personnalité que nous venons d'étudier, est intéressante, mais ne dénote pas une supériorité hors paire<sup>343</sup>.

Com naturalidade se aceitam tais reservas, porque uma só carta, a poucos anos do romancista se suicidar e a caminhar a passos largos para a cegueira, com muita dificuldade espelhará na sua plenitude o retrato psicológico, e registará o coeficiente intelectual de Camilo. Todavia, estudos comparativos da caligrafia do romancista, tomando como amostra a correspondência de várias épocas da sua vida — aquelas em que a sua produção literária teve maior intensidade, e em que a bonança do espírito orvalhava o quotidiano de Seide; aquelas em que os apertos financeiros faziam diluviar aflições e angústias, e em que os dramas da sua vida se encontravam mais ateados — permitirão, a nosso ver, ao investigador camiliano, conjeturar outras hipóteses de pôr a descoberto diafaneidades de caráter, que ajudariam a perceber o fio de Ariadne da complexa personalidade de Camilo.

<sup>339</sup> XANDRO, 1991: 22-23.

<sup>340</sup> SALINAS, 1983: 258.

<sup>341</sup> SALINAS, 1983: 256.

<sup>&</sup>lt;sup>342</sup> XANDRO, 1991: 18.

<sup>&</sup>lt;sup>343</sup> Comissão de homenagem póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, 1920: lxiii.

Traçar os mapas da geografia psicológica e afetiva do criador literário está longe de se limitar à esfera das componentes em redor da sua caligrafia. Redigir é compor, com carateres de um sistema de escrita, os assuntos que se desejam partilhar ou revelar, e é nos temas que o escritor aflorou e pôs a desabrigo que nos é permitido perscrutar e conhecer-lhe outras facetas, que se ignoram ou que se confirmam: a sua psicologia; os estados anímicos; a gestão dos arroubos e da serenidade dos afetos; as emoções efémeras de um momento e as sensibilidades estruturantes do seu anfiteatro sentimental; as colunas que sustentam as relações com a pessoa amada e os fortins de areia que muram a convivência e a ligação com a pessoa do cônjuge; ou «leurs grandes peurs et leurs enthousiasmes, leurs illusions et leur mal de vivre»<sup>344</sup>. Identicamente se antevê que se escreva história sobre o seu desenvolvimento literário e intelectual, as conjunturas de estabilidade económica e de desequilíbrios financeiros, os seus autores preferidos, o seu gosto e hábitos de leitura. Até mesmo deslindar a essência da motivação da escrita. Porque terá escrito o autor literário: «Comme compensation à l'absence», ou como «compensation à la vie»<sup>345</sup>? Oferecia a correspondência «la possibilité de s'exprimer devant un autre»<sup>346</sup>, ou era engenhoso e subtil artifício para produzir «les obstacles pour empêcher les rencontres»? Contribuiria a sua correspondência para se fazer a aprendizagem e o exercício «de la distance nécessaire à la création littéraire»<sup>347</sup>? Resultariam as missivas de uma necessidade de dizer ao ausente o que se lhe diria, se ele estivesse presente, ou, como diz Vaumorière<sup>348</sup>, a carta pode servir também para «faire savoir ce que, au contraire, on ne dirait pas dans une conversation»<sup>349</sup>?

Os epistolários são documentos igualmente preciosos para colher elementos que visam esboçar o modelo familiar, com o qual o escritor afina o seu diapasão emocional, e o tipo de relacionamento mantido com a sua família nuclear. São valiosos para delinear o quotidiano dos membros do seu agregado, perceber as vivências, as obrigações e os limites de cada um dos elementos, apreender o enraizamento e extensão das suas tradições religiosas e das suas conviçções políticas.

É nas práticas epistolares da família que podem achar-se respostas para algumas interessantes questões: a forma como a carta emergiu no seio da família, principalmente daquelas famílias que tinham menos recursos; como dela fizeram uso para o estabelecimento de redes e fortalecimento de relações; o papel da carta familiar no conjunto da troca epistolar geral; o impacto da instrução e dos manuais de epistolografia no registo e no tom das missivas; a mobilidade dos seus membros e a necessidade de manutenção dos laços afetivos. E com igual interesse: compreender a carta como instrumento de identificação do grupo e de solidariedade

<sup>&</sup>lt;sup>344</sup> AMBRIÈRE, CHOTARD, *ed.*, 1996: 11.

<sup>345</sup> GOTHOT-MERSCH, 1991:16.

<sup>346</sup> GOTHOT-MERSCH, 1991: 18.

<sup>&</sup>lt;sup>347</sup> GOTHOT-MERSCH, 1991: 17.

<sup>348</sup> Cit. VIALA, 1981: 168.

<sup>349</sup> GOTHOT-MERSCH, 1991: 18.

entre os que o constituem; o reconhecimento dos principais utilizadores da correspondência no seio familiar; o colegial, o soldado, o pai ou a mãe<sup>350</sup>; e o funcionamento das redes intrafamiliares e interfamiliares.

Não se julgue, todavia, que a informação da correspondência nos faculta o bilhete de ingresso que nos permite «passar para o outro lado do espelho», porque, como já mencionámos anteriormente, ficamos sempre colocados diante da dúvida de que não se pode «conhecer outra coisa que não a face externa e pública da vida privada», dada a «irredutível opacidade do objeto»<sup>351</sup>.

Possuindo na sua génese uma inegável dimensão como meio de comunicação em sociedade, pelo qual um *Eu* chega a outro *Eu*, instigado pela partilha de informações e de confidências, «l'acte individuel de l'écriture (une personne, une feuille, une plume) est en fait un acte social dont la finalité dépasse largement expéditeurs et destinataires des lettres»<sup>352</sup>. Como ser social, o indivíduo não está alheio, nem imune, aos seus contextos sociais. Mais ou menos permeável ao desenrolar e ao evoluir dos acontecimentos económicos, políticos, sociais e culturais, perante os quais é personagem ativa ou ator passivo, o escritor acaba sempre, entre outras intervenções inerentes à sua vida em comunidade e à sua profissão, por emitir opiniões, envolver-se em polémica, ou defender as suas ideias sobre temáticas de ordem política, histórica, filosófica, literária e religiosa.

A correspondência transpira o pulsar social e as interações afetivas do emissor. Na verdade, por meio dessa correspondência, conhecemos os seus destinatários, aquilatamos a sua importância e o ascendente que o emissor tem sobre o recetor, qualificamos o nível e extensão da sua rede de relações, certificamos a regularidade do carteio e os períodos de ausência de escrita. De igual modo, visualizamos a consolidação ou a deterioração das relações, historiamos amizades e discórdias, confirmamos as coerências ou as contradições no que diz aos diferentes destinatários, e se a pessoa do destinatário, bem como a qualidade do relacionamento, que o une ao emissor, se repercute na qualidade e na quantidade da correspondência produzida. Além de que há, nestes acervos, riqueza documental para conhecer o ambiente literário, artístico, científico, social, político e religioso de cada época e para viandar pelos meandros do mundo editorial, do mercado livreiro e das sempre tensas relações com editores e livreiros.

In fine não quisemos alcançar o ponto de açúcar a que almejam as conclusões definitivas, porque o nosso propósito foi o de sugerir linhas exequíveis de investigação epistolar, no âmbito dos Estudos Literários e da História, as quais, no nosso entendimento, possam vir a suscitar a curiosidade de uns e a acicatar o estro de outros, tendo em vista a realização de

<sup>&</sup>lt;sup>350</sup> «As mães têm uma pesada missão: casar as filhas. *Pot-Bouille* dá-nos o espetáculo neurótico, quase excessivo a ajuizar pelas correspondências da época, da angustiada atividade que elas desenvolvem a tal respeito, não tendo os bailes e receções, lições de piano e de bordado outro objetivo que não este» (PERROT, 1990b: 156).

<sup>&</sup>lt;sup>351</sup> PERROT, *dir.*, 1990a: 13.

<sup>352</sup> BOSSIS, dir., 1994: 133.

ensaios de maior monta, para o melhor conhecimento das pessoas, das vidas e das obras dos que melhor souberam interpretar e fazer a síntese do ser e do estar português.

O bom e o mau metal humano, no que toca ao *pessoal*, ao *familiar* e ao *social* da aventura de cada Ser, faz surgir em cada descoberta de novas correspondências um apetite científico renovado, que desencadeia e harmoniza a ânsia da «busca de um tempo perdido» com «le plaisir du temps retrouvé» <sup>353</sup>. E esta fruição cultural e intelectual é tanto mais dignificante e enriquecedora do espírito e do pensamento quanto a evidência do potencial da informação emanante da correspondência, pois «[oferece] um dos filões esteticamente mais interessantes da prosa portuguesa, [ao reunir] o subjetivismo do nosso pendor lírico, ou a *vis* satírica do nosso humor, à facilidade narrativa tão propícia à tendência dos portugueses para falarem de si» <sup>354</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>353</sup> AMBRIÈRE, CHOTARD, ed., 1996: 13.

<sup>354</sup> CASTRO, RIBEIRO, 1997: 333.

# CORRESPONDÊNCIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

Abrago en grat Ams elen L. Cartelle Mire O nome de Camilo Castelo Branco está entre os mais irrivalizáveis e prolíficos epistológrafos do século XIX português, face às características muito peculiares da sua correspondência e à quantidade indeterminável de peças epistolares expedidas<sup>355</sup> a mais de duas centenas de destinatários (Anexo 8). Um século após o seu falecimento, essas folhas soltas não deixam de nos impressionar pela singular capacidade endógena de continuarem a prover a griseta do culto camiliano, a oxigenar financeiramente o mercado alfarrábio e a alimentar a cupidez de «caçadores» de preciosidades autógrafas.

Tais predicados não agregam a unanimidade dos pareceres quanto ao real valor e alcance da epistolografia camiliana. Há quem encare que esta quase só escora o estudo da personalidade e a dilucidação de aspetos parcelares dos textos do romancista. Castelo Branco Chaves, por exemplo, entendia que as cartas do romancista são documentação de foro pessoal, poucas vezes íntima. Embora de significativa riqueza psicológica e biográfica, a epistolografia pouca valia tem, quando utilizada para o estudo da obra camiliana, para a compreensão do pensamento de Camilo e para a interpretação do seu tempo histórico. A epistolografia faz, sobretudo, emergir o «homem neurótico, acabrunhado de mazelas físicas e morais», que se sentia, frequentemente, em convívio com a amargura e a desgraça, num profundo sentimento de expiação<sup>356</sup>.

A grande maioria advoga que estamos diante de um repositório, plural e multifacetado, de informações propiciadoras de uma visão prismática do homem e do escritor e da complexa relação biunívoca entre estas duas dimensões e a época em que viveu. É o que subscreve Cardoso Martha, para quem a epistolografia camiliana não é apenas uma «autobiografia moral, mental e patológica» do escritor. É também o relato, ora irónico ora temperamental, sobre homens e factos, debaixo do manto gasalhoso «dum ceticismo doloroso» e «dum poder emocional», que nos trespassa de forma vigorosa e penetrante<sup>357</sup>. Júlio Dias da Costa, fervoroso camilianista, reforçou a mesma perspetiva. Não se podia depreciar a correspondência do romancista. A obra literária certificava o mérito incontestável do criador ficcional. As suas cartas resplandeciam do homem a sua alma e o seu espírito:

Para estudar a obra de qualquer escritor, é indispensável conhecer a sua vida, as suas paixões, os seus vícios, as suas virtudes, em suma, todos os elementos que influem nessa obra, e em Camilo, particularmente, é necessário esse conhecimento porque os seus livros a cada passo refletem o seu estado de alma determinado pelas convulsões da sua agitada vida, sobretudo no campo passional.

<sup>&</sup>lt;sup>355</sup> Apesar de referir que é difícil imaginar um número que se aproxime da quantidade certa dos milhares de cartas que confiou ao serviço dos correios, Alexandre Cabral adiantou a estimativa de quinze mil cartas e «seus derivados», um volume que, segundo ele, não espelha a realidade, porque será superior a esse cálculo (CABRAL, *ed.*, 1984a: 7; CABRAL, 1995: 12).

<sup>356</sup> CHAVES, ed., 2002: 11.

<sup>357</sup> MARTHA, 1918: xvi.

Assim, para que se possa fazer um estudo ciente e consciente da sua figura literária, é condição basilar o conhecimento profundo do homem na sua vida particular e até mesmo íntima<sup>358</sup>.

Desde longa data, porém, obteve consenso generalizado a necessidade de se proceder à edição integral, criteriosamente anotada e comentada, da correspondência deste episto-lómano de raro génio, cimentado no juízo de que esse oceano de tinta constituía um pecúlio brilhante e de sobejo potencial, em ordem à valorização e ao enriquecimento da língua e da cultura portuguesas.

António Feliciano de Castilho foi quem primeiro se apercebeu dos preclaros méritos do caudal torrencial de missivas que jorravam da incansável pena camiliana, vaticinou o prestígio que a posteridade lhes outorgaria, e se preocupou com a necessidade e a utilidade de as compilar em volume. Não vira, até então, qualquer uma que, ao sabor do «improviso» ou a «brincar», não merecesse publicação em livro<sup>359</sup>. Reconhecia as dificuldades à concretização da ideia e alvitrava que o escritor adquirisse uma máquina de as copiar, usada pelos negociantes em seus escritórios, ou que o futuro editor agenciasse para as reaver, pedindo a sua devolução, através do envio de uma «circularzinha» a quem o romancista as endereçara. Camilo não se mostrou recetivo ao projeto e argumentos de Castilho. Rebateu, dizendo que não se deveriam profanar os papéis que expressam afetos, porque certos sentimentos «graves», que ainda o acalentavam, evitaria ele de os partilhar com os seus leitores<sup>360</sup>.

Poucos anos depois, à conta de um uxoricídio, como já referido, praticado por um amigo benquisto na casa de Seide, Camilo mudou de ideias. Esse amigo, José Cardoso Vieira de Castro, havia redigido, enquanto jovem estudante expulso da academia coimbrã, uma biografia apaixonada e encomiasta<sup>361</sup>, que prestou, em outubro de 1861, contributo significativo para a absolvição de Ana Plácido e de Camilo. Pela atitude tomada, em contexto de grandes adversidades, desenvolveram-se afetos recíprocos muito fortes e uma dívida de gratidão a Vieira de Castro. Quando este assassinou Claudina Guimarães, sua esposa, o romancista viu-se na obrigação de retribuir a defesa pública e os amparos morais recebidos. Condenando, embora, o tribuno pela prática de tamanho delito<sup>362</sup>, a argamassa da amizade e da admiração que os irmanava impulsionou Camilo a dedicar ao fúnebre drama quatro das dezasseis obras escritas entre 1870 e 1874. Três delas<sup>363</sup> saíram da tipografia antes da última decisão dos tribunais superiores, e *Correspondência epistolar* foi editada após o falecimento de Vieira de Castro no degredo em Angola. Os dois volumes de *Correspondência epistolar* compõem um dos raros livros publicados, em vida de Camilo, sobre a sua epistolografia. Com exceção das ocasiões em que, a seu pedido ou com sua autorização e empenhamento próprio, as cartas surgiram na

<sup>358</sup> COSTA, ed, 1923b: 7-8.

<sup>&</sup>lt;sup>359</sup> C. a Camilo, de 31-01-1866. In COSTA, ed., 1924: 61-62.

<sup>&</sup>lt;sup>360</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 02-02-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 328.

<sup>361</sup> CASTRO, 1861.

<sup>&</sup>lt;sup>362</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 455-456.

<sup>&</sup>lt;sup>363</sup> CASTELO BRANCO, 1870; CASTELO BRANCO, 1871; CASTELO BRANCO, 1872b.

imprensa ou em monografias<sup>364</sup>, foi esta a primeira vez, e cremos que a única, em que Camilo deixou escoar, para os prelos, documentos forjados no domínio das suas relações íntimas.

A edição destas obras andou sempre envolta em polémica, dada a suspeição acerca dos verdadeiros propósitos de Camilo. Com a publicação dos seus textos, conseguiria o escritor a desculpabilização de Vieira de Castro ou a amenização da severidade da pena, que a lei reservava ao autor do odioso crime? Teria a justiça mão leve, só porque Camilo e outras prestigiadas figuras nacionais vieram a terreiro tentar «estancar todo esse lodo com os portentosos blocos do seu talento» 365?

O romancista sabia bem que o crime apaixonara a opinião pública e que havia mercado seguioso de ver anatomizada a tragédia da Rua das Flores. Pela proximidade às tramitações do processo judicial e à pessoa do réu Vieira de Castro, aquilatavam-no como «fonte» privilegiada e como autoridade detentora de um estatuto especial para discorrer sobre todos os meandros do incidente<sup>366</sup>. O que fosforeou, então, no seu espírito para submeter à apreciação pública as cartas privadas, trocadas entre os dois amigos? Quaisquer que fossem as razões, as cartas parecem estar menos do lado de quem queria homenagear uma personalidade dileta do casal de São Miguel de Seide e mais da presunção de que o romancista pretendia obter proventos do tresloucado gesto de Vieira de Castro, até onde o proporcionasse a atmosfera criada em torno do crime perpetrado. É essa a tese, pautada por ferocíssimo ataque a Camilo, que defendem Gomes Monteiro, Anselmo de Morais³67 e Vasco Pulido Valente³68. Tudo os faz supor que os títulos não chegaram aos escaparates das livrarias indutos apenas de solidariedade fraterna, ou plasmados dos intuitos mais nobres de regenerar ou reabilitar a figura de Vieira de Castro. E julgam-se na razão de crer que a publicação da correspondência privada, em Portugal e no Brasil, proporcionou à editora, e naturalmente a Camilo, a obtenção dos lucros almejados com a exploração e exaustação editorial do crime, através da pena de um dos seus amigos mais chegados.

Até 1890, só conhecemos um outro livro que incorpora epistolografia enviada pelo romancista. O *Perfil de Camilo Castelo Branco* mostra-nos uma coleção de quase três dezenas de cartas endereçadas ao cónego Sena Freitas<sup>369</sup>, um eclesiástico de «variadíssima ciência»<sup>370</sup>, distinto orador<sup>371</sup>, talentoso prosador e polemista<sup>372</sup>. As missivas reportam-se ao período entre 1874 e 1886, estão dispostas por ordem cronológica, e há exemplares em que se omitem nomes e se suprimem porções de texto, com o uso de reticências.

<sup>364</sup> CABRAL, ed., 1984a: 11; FREITAS, 1887: 145.

<sup>&</sup>lt;sup>365</sup> MONTEIRO, 1932: 100.

<sup>366</sup> VALENTE, 2002: 344.

<sup>&</sup>lt;sup>367</sup> CASTELO BRANCO, 1874b; CABRAL, ed., 1981b: 169-197.

<sup>368</sup> VALENTE, 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>369</sup> Foi visita assídua em Seide e em outras localidades da errância camiliana. A afeição pessoal e intelectual, entre ele e o escritor, eram de elevado grau.

<sup>&</sup>lt;sup>370</sup> CASTELO BRANCO, 1961: 7.

<sup>371</sup> CASTELO BRANCO, 1880a: 9.

<sup>372</sup> CASTELO BRANCO, 1920: 81.

Depois do suicídio, desesperançado que a vista lhe possibilitasse continuar a ficcionar os dramas próprios e as dores alheias, os autógrafos em que se espargiu percorreram trilhos diversificados e cumpriram as mais variadas funções. Qualquer que fosse o tipo de opção editorial e a natureza da abordagem de cariz informativo, académico ou científico de que foram alvo, a marca «Camilo» prenunciou sempre o sucesso das vendas. Alimentava-as um gosto especial do vulgo em perscrutar, a uma escala de excitação que os seus livros não propiciavam, nem estavam em condições de competir, os nichos de privacidade de um homem, reconhecido como o desafortunado protagonista de desgraças continuadas e com competência *post mortem* para continuar a surpreender e a cativar leitores.

As cartas exumadas pulverizaram-se, de forma desenfreada, por dezenas de livros e periódicos portugueses e brasileiros<sup>373</sup>.

Jornais e revistas acolheram, sempre de bom grado, a publicação de transcrições de inéditos e a reprodução de fac-símiles, inseridos em artigos e pequenos estudos epistolares. Esta inclusão em edições diárias ou semanais e em números comemorativos ou de homenagem representou, acima de tudo, um minucioso garimpar e um extraordinário auxílio para a inventariação, ainda que polinucleada, de tão esparso acervo. Pode bem acontecer que certas transcrições, divulgadas em resultado deste «recenseamento de existências», sejam a única forma de o investigador aceder aos conteúdos, por os originais terem desaparecido, por se acharem na posse de colecionadores, que os entesouram em cofres de difícil acesso, ou por gravitarem em torno da atividade mercantil de leiloeiros e alfarrabistas<sup>374</sup>.

Quer em jornais quer em revistas, defrontamo-nos com grande dissemelhança de realidades, fastidiosas de elencar. Em termos gerais, reconhecemos situações em que se imprime, com mero intuito de divulgação, os textos ou os fac-símiles dos autógrafos, quase sempre anunciados como inéditos e complementados com agradecimentos à amável deferência dos respetivos destinatários ou proprietários. Mas também distinguimos, entre outros, artigos onde as cartas são usadas para escudar as conclusões dos assuntos investigados<sup>375</sup>, para sustentar estudos sobre as relações do romancista com outras personalidades<sup>376</sup>, e vice-versa<sup>377</sup>, e para analisar núcleos de correspondência resultantes do convívio epistolar<sup>378</sup>.

A grande maioria destes registos denota a preocupação dos editores ou dos autores dos artigos em proporcionarem as informações necessárias, ou possíveis, que permitam aos

<sup>&</sup>lt;sup>373</sup> A febre de editar cartas de Camilo ocasiona mesmo que, perante a dúvida sobre se o documento já foi ou não dado à publicidade, se procurem palavras para definir as fronteiras do documento inédito ou publicado: «Talvez a devêssemos considerar inédita ou quase inédita, preferimos, porém, com mais propriedade, considerá-la *ressuscitada*» (LEÃO, 1952: 155-157).

<sup>374</sup> Está por investigar, através dos catálogos de leiloeiras e de alfarrabistas, o volume de correspondência em circulação, a identificação dos compradores (instituições públicas ou entidades privadas), a cotação no mercado de autógrafos, a frequência com que alguns originais regressam de novo aos leilões para serem licitados, entre outros aspetos.

<sup>&</sup>lt;sup>375</sup> CABRAL, 1986b: 41-50.

<sup>376</sup> NEVES, 1990.

<sup>&</sup>lt;sup>377</sup> ALVES, 2006.

<sup>378</sup> SIMÕES, 1991: 265-275.

leitores enquadrar e entender o que o romancista escreveu. Todavia, e sem depreciar tal preocupação e os condicionalismos próprios das publicações periódicas, o que se publica pouco relaciona a parte com o todo. Quedam-se a escalpelizar unidade a unidade e a secundarizar o conceito de que a árvore não vive sem a ligação à imensa floresta de cartas, que saíram da banca de trabalho camiliana.

A par do que se assistiu na imprensa periódica, sobretudo através de edições de autor, de livrarias, de empresas editoras e de instituições públicas, surgiu, no circuito livreiro, uma soma considerável de publicações dedicadas à correspondência trocada entre o romancista e um ou mais dos seus múltiplos destinatários. Relembramos, como exemplos, a que sobreveio das relações com membros da sua família nuclear (Ana Plácido e Bernardina Amélia), amigos e intelectuais (António Feliciano de Castilho, conde de Azevedo, Freitas Fortuna, os irmãos Barbosa e Silva, Manuel Negrão, Martins Sarmento, Silva Pinto, Tomás Ribeiro, Trindade Coelho, Vieira de Castro, entre outros) e com editores (António Maria Pereira I e II, Eduardo da Costa Santos e Matos Moreira).

Em comparação a outros escritores seus contemporâneos, foi Camilo quem mais gerou, até hoje, o aparecimento de volumes focalizados na temática das respetivas correspondências. Em quase todas as décadas do século XX, houve, pelo menos, uma monografia sobre a correspondência do romancista. Ao folhearmos as largas dezenas destas publicações, em que cada página expõe mais sentimentos do que ideias, invade-nos a sensação de que cada entidade, pública ou privada, contagiada pela admiração tida pela pessoa e/ou obra do romancista, «cofre nunca exausto das límpidas joias do velho e bom falar lusitano» 779, procurou enfrentar a altura e a extensão da cordilheira epistolográfica. Chamaram a si a tarefa árdua de a escalar e de a calcorrear com minúcia, procurando tratar a epistolografia, conhecida ou inédita, com a clarividência e o rigor que os projetos exigiam, quaisquer que fossem as contrariedades que se lhes deparassem nessa espinhosa missão. Casos houve, porém, em que os mais nobres propósitos nem sempre alcançaram os melhores resultados porque os organizadores, compiladores e anotadores desatenderam ao escrúpulo e à probidade que deveriam pôr nas edições que preparavam, descuidando-se na interpretação, na leitura, na datação, nos elementos de identificação e nas informações prestadas<sup>380</sup>. Mau grado algumas falhas verificadas, é justo valorizar, sem menosprezo de outros lavores<sup>381</sup>, as que nos legaram o 2.º Conde de Azevedo (Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco ao 1.º conde de Azevedo, 1926), Júlio Brandão (Cartas de Camilo a Eduardo da Costa Santos, 1923), Júlio Dias da Costa (Cartas de Camilo a Trindade

<sup>&</sup>lt;sup>379</sup> CASTELO BRANCO, 1994: 790.

<sup>380</sup> CABRAL, ed., 1973: 12.

<sup>381</sup> Branca de Gonta Colaço: Cartas de Camilo Castelo Branco a Tomás Ribeiro, 1922; Castelo Branco Chaves: Cartas Dispersas, 2002; João Costa: Castilho e Camilo, 1924; Joaquim Cunha de Andrade: Cartas de Camilo a Manuel Negrão, 1987; José Caldas: Vinte cartas de Camilo Castelo Branco, 1922; Luís Xavier Barbosa: Cem cartas de Camilo, 1919; Luís Norton: Doze cartas inéditas de Camilo Castelo Branco, 1964; Silva Pinto: Cartas de Camilo Castelo Branco, 1895; Camilo Castelo Branco: notas e documentos: desagravos, 1910; Cartas de Camilo Castelo Branco, 1924; Visconde de Vila-Moura: Camilo inédito, 1913; Visconde do Marco: Cartas inéditas de Camilo e de D. Ana Augusta Plácido, 1933.

Coelho, 1915; Escritos de Camilo, 1923b; Cartas de Camilo ao Editor Matos Moreira, 1928; Dois anos de agonia: cartas de Camilo e de Ana Plácido a Freitas Fortuna, 1930) e M. Cardoso Martha (Cartas de Camilo Castelo Branco, vol.1, 1918, e, vol. 2, 1923).

Apesar de qualidade diferente, a estrutura das obras mencionadas é muito parecida. Numa primeira parte, temos um breve texto introdutório ou uma explicação prévia. Justificam-se, entre múltiplos aspetos, as razões do aparecimento do livro; partilham-se as memórias do relacionamento pessoal e familiar do compilador/anotador com o romancista<sup>382</sup>; especifica-se a propriedade dos manuscritos e o modo como o autor teve acesso aos documentos; e aclaram-se os critérios de disposição cronológica, de organização temática da correspondência<sup>383</sup> ou de cópia dos originais<sup>384</sup>. Numa segunda parte, deparamo-nos com a transcrição das cartas, e/ou a sua reprodução em fac-símile, acompanhadas de notas explicativas que auxiliam a leitura e a interpretação dos assuntos.

Simples na sua organização, e sem objetivo de lhes vincular «pensamento de vaidade» e de conquistar «foros de nobreza» 385, estas publicações não conseguem encobrir um duplo intento, transversal aos seus compiladores e anotadores. Por um lado, a esperança de que as cartas publicadas mantenham esperto o «brasido morrinhoso» 386 do culto camiliano. E, por outro, a convicção de que as edições epistolares trarão sempre benefícios para a realização de estudos sobre a vida, a personalidade e a atividade literária de Camilo.

Ainda que não se possam destacar em relação às demais edições, os dois volumes de M. Cardoso Martha têm a faculdade de ser a primeira concretização do dever moral que devia assistir a todos os portugueses<sup>387</sup> de apresentar uma edição integral, desde sempre reclamada, da correspondência camiliana. O autor reuniu, prefaciou e anotou, pela primeira vez, cartas do romancista para cinquenta e uma individualidades, umas inéditas e outras forrageadas em livros e periódicos, antepondo a cada grupo de missivas uma sucinta nota biobibliográfica.

Na linha de Cardoso Martha, assistimos, no último quartel do século XX e nos inícios do terceiro milénio, ao desenvolvimento de dois projetos, de grande fôlego, que já referimos no subcapítulo 1.5.2.: os seis volumes de correspondência camiliana, editados pela Livros Horizonte, entre 1984 e 1988; e os volumes XVII e XVIII das *Obras Completas* do romancista, da Lello & Irmão, datados de 1994 e de 2002, da responsabilidade de Alexandre Cabral e de Justino Mendes de Almeida, respetivamente. Se os volumes da Lello & Irmão consubstanciam, na sua aceção mais pura, a vertente de antologia epistolográfica, as obras da Livros Horizonte são resultado do rigoroso empenho de Alexandre Cabral na fixação dos textos e na elaboração de anotações e comentários em todas as missivas objeto de recolha e estudo.

<sup>382</sup> COLAÇO, 1922: 7-24.

<sup>&</sup>lt;sup>383</sup> BARBOSA, L. Xavier. Cem cartas de Camilo. In CASTELO BRANCO, 1994: 1002-1003.

<sup>&</sup>lt;sup>384</sup> «Foram os originais escrupulosamente copiados, com absoluto respeito pela ortografia» (*Cartas de Camilo a Trindade Coelho*. In CASTELO BRANCO, 1994: 633).

<sup>&</sup>lt;sup>385</sup> PINTO, Silva, ed., Cartas de Camilo Castelo Branco. In CASTELO BRANCO, 1994: 661.

<sup>&</sup>lt;sup>386</sup> SANTOS, Manuel dos, ed., Cartas de Camilo Castelo Branco. In CASTELO BRANCO, 1994: 749.

<sup>387</sup> MARTHA, M. Cardoso, ed., Cartas de Camilo Castelo Branco. In CASTELO BRANCO, 1994: 794.

#### 2.1. CORPUS DOCUMENTAL

Para a constituição do *corpus* documental destinado ao estudo do epistolário camiliano e ao conhecimento das múltiplas vivências que o escritor aí revelou, decidimos que o inventário teria de ser o mais exaustivo possível. Só procedendo assim, obteríamos uma visão global da quantidade, do valor e do alcance da documentação que tomámos para objeto de estudo.

O plano de pesquisa seguiu quatro linhas de orientação fundamentais.

A primeira compreendeu o inventário, quer dos autógrafos originais de Camilo existentes em fundos documentais de instituições públicas e privadas quer dos manuscritos pertencentes a colecionadores particulares. No trabalho de recenseamento das existências que, pelas razões mais evidentes, nunca daremos como findo, consultámos também a correspondência que foi levada à praça por empresas leiloeiras e alfarrabistas, durante o período em que, antes dos leilões, os lotes se encontravam em exposição para consulta prévia dos licitadores. E embora, nestes casos, não pudéssemos obter cópia dos autógrafos, tivemos permissão para elaborar as respetivas transcrições.

A segunda direcionou-se para o inventário da correspondência do romancista impressa em monografias, quaisquer que tenham sido os seus autores, compiladores e anotadores: desde as coletâneas de epistolografia<sup>388</sup> até às obras em que se faz a transcrição de apenas uma carta<sup>389</sup>. O inventário tentou abranger, de igual modo, artigos em jornais e revistas de temática diversa ou camiliana<sup>390</sup>, nos quais se reproduziram e transcreveram missivas, com ou sem anotações.

A terceira não podia deixar de considerar o acervo do investigador Alexandre Cabral. Durante as quatro décadas em que se dedicou, quase em exclusivo, à causa camiliana, sobretudo na elaboração do *Dicionário de Camilo Castelo Branco* e na preparação de um bom número de artigos e volumes de correspondência do escritor, Alexandre Cabral desenvolveu um trabalho de recolha de informação da maior relevância. Organizou ficheiros convencionais com dezenas de milhar de fichas, que contêm dados sobre a imprensa da época, as instituições e as personalidades coevas de Camilo (Anexo 9). Arquivou, em dezenas de pastas e de caixas, fotocópias de documentação e de informação muito variada sobre a vida e a obra do escritor. E, de grande interesse para este nosso trabalho, compilou centenas de fotocópias

<sup>&</sup>lt;sup>388</sup> Quando referimos, em nota de rodapé, a epistolografia consultada, e sempre que esta se encontrava publicada nos volumes XVII e XVIII das *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, editadas pela Lello & Irmão, optámos por elaborar as referências bibliográficas com base nos dois volumes referidos. Entendemos que, assim, se facilita o acesso bibliográfico à epistolografia do romancista a quem quiser realizar futuros trabalhos sobre este tema.

<sup>389</sup> Constitui exemplo, a carta em que Camilo dedica a obra O bem e o mal ao padre António de Azevedo (C. de 22-06--1863. In CASTELO BRANCO, 2003a: 33).

<sup>390</sup> Salientamos alguns dos títulos mais relevantes: «Águia (A)», «Arquivo Bibliográfico», «Arquivo Coimbrão», «Biblarte», «Boletim da Casa de Camilo», «Brotéria», «Capital (A)», «Crónica», «Círculo Camoniano», «Convergência Lusíada», «Cunha (O)», «D. Casmurro», «Feira da Ladra», «Galera (A)», «Gente Lusa», «Ícaro», «Ilustração Moderna (A)», «Jornal de Letras», «Labareda (A)», «Leme (O)», «Limiana», «Límica», «Mundo (O)», «Nave (A)», «Nova Alvorada», «Nova Fénix Renascida», «Ocidente», «Paz (A)», «Panorama Contemporâneo (O)», «Portugal Moderno (O)», «Prelo», «Primeiro de Janeiro (O)», «Quadrante, Ribaltas e Gambiarras», «Revista Bibliográfica Camiliana», «Revista de Guimarães», «Revista do Norte», «Revista Portuguesa», «Seara Nova», «Semana de Lisboa (A)», «Tripeiro (O)» e «Vértice».

de correspondência de Camilo, que transcreveu e datilografou na íntegra e em duplicado (Anexo 10). Uma percentagem destas fotocópias foi recebida, por oferta, de amigos e conhecidos que Alexandre Cabral tinha em Portugal e no Brasil, e outra parte adquirida a algumas instituições portuguesas, «a bom preço»<sup>391</sup>.

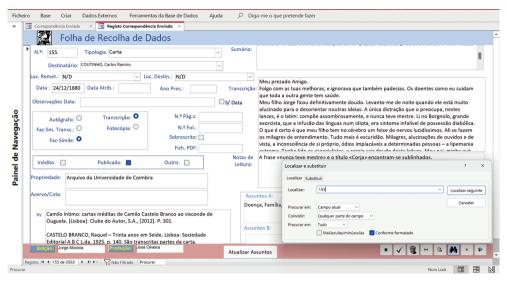
No inventário epistolográfico que levámos a efeito, e por desconhecermos os atuais proprietários, não tivemos acesso a alguns autógrafos de que possuímos apenas as suas fotocópias e as respetivas transcrições feitas por Alexandre Cabral. Entre ignorá-las ou integrá-las na base de dados, a decisão pendeu para que as valorizássemos e as assumíssemos como reproduções fidedignas. Julgamos que foi uma opção sensata. Se em relação a fotocópias pertencentes ao acervo do investigador, cujos originais tivemos oportunidade de consultar e de confrontar com as fotocópias, não detetámos qualquer anomalia que as pudesse inabilitar, que razões nos levariam a excluir do nosso trabalho as fotocópias dos originais cujo paradeiro hoje ignoramos e que poderemos nunca vir a encontrar? Contudo, nas situações em que utilizámos apenas as fotocópias dos autógrafos na operação de inventário, preocupámo-nos sempre em dar nota do facto no respetivo registo da base de dados, assinalando o campo «Fotocópia».

A quarta debruçou-se sobre as biografias de Camilo, não esquecendo, todavia, ensaios, opúsculos, artigos de revistas e de jornais que, versando sobre o tema, encontraram nas páginas da correspondência traços autobiográficos conducentes a apoiar, a enriquecer ou a esclarecer episódios da sua vida privada ou pública.

Estamos conscientes de que a correspondência de Camilo é um acervo impossível de quantificar, seja quanto ao número de exemplares produzido seja em relação à quantidade de epistolografia desaparecida, destruída ou, ainda, por descobrir. Apesar destas contrariedades, o nosso plano de pesquisa possibilitou consultar 10 229 exemplares de correspondência redigidos pelo romancista. Trata-se de um número bastante elevado que, a nosso ver, constitui uma boa amostra e traduz um grau elevado de exaustividade. No total, compulsámos 859 autógrafos, 198 fac-símiles, 40 dos quais acompanhados das respetivas transcrições, 3380 transcrições de peças epistolares e 891 fotocópias de correspondência.

No decorrer do trabalho de pesquisa e inventariação, tivemos a preocupação de assinalar, com o máximo rigor, todas as nossas fontes de informação. A Figura 1 exemplifica o procedimento seguido no tratamento de toda a correspondência inventariada. Trata-se da carta enviada por Camilo a Carlos Ramiro Coutinho, com data de 24 de dezembro de 1880, e inventariada no registo n.º 155, que foi consultada em diversa documentação: «Autógrafo», «Fac-símile» da primeira página do autógrafo, sete «Transcrições» de todo o texto da carta ou de apenas algumas frases, e «Fotocópia» do autógrafo (doação de Aníbal Pinto de Castro).

<sup>&</sup>lt;sup>391</sup> O investigador deixou escrito que a obtenção de cópias de correspondência camiliana, a uma instituição portuense, lhe ficou bastante cara. Ainda que tenha mencionado o nome da entidade, somos de opinião que não o devemos revelar.



**Fig. 1.** Folha de recolha de dados do registo informático n.º 155 Fonte: base de dados

No campo «In» do registo informático foram inseridas as referências bibliográficas das edições nas quais a carta aparece transcrita e/ou em fac-símile. Na Figura 1 só se conseguem visualizar as duas primeiras referências, mas, deslizando a barra lateral ou consultando o formulário do campo «In» (Figura 2), é possível ter acesso à totalidade das edições em que a missiva pode ser consultada:

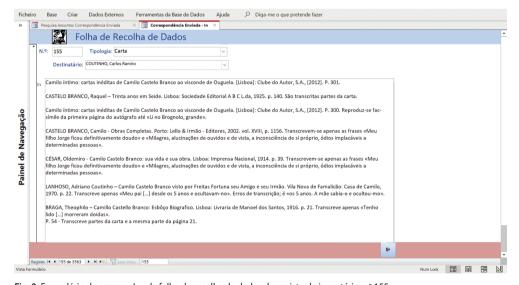


Fig. 2. Formulário do campo «In» da folha de recolha de dados do registo de inventário n.º 155 Fonte: base de dados

Podemos constatar que a missiva dirigida por Camilo a Carlos Ramiro Coutinho nos surgiu em sete publicações diferentes.

No processo de inventariação dos exemplares consultados, elaborámos 3563 registos informáticos numa base de dados especificamente construída para o tratamento desta informação. Cada registo informático corresponde a um documento epistolar diferente.

Como referimos, a totalidade dos exemplares de correspondência consultada nas pesquisas foi de 10 229. Este número resultou da contagem, em cada registo informático, do número de sinalizações (1948) efetuadas nos campos «Autógrafo», «Fac-símile e Transcrição», «Fac-símile» e «Fotocópia», a que se adicionou o número de referências bibliográficas (8281) inseridas no campo «In».

Na tabela seguinte, apresentamos a quantidade de registos informáticos elaborados (3563), por tipologia:

Tabela 1. Tipologia e quantidade de correspondência inventariada

Tipologia	Número de exemplares de correspondência inventariada
Cartas	3384
Telegramas	85
Cartões de visita	36
Cartões	24
Fragmentos de carta	18
Cartas-prefácio	9
Bilhetes	5
Bilhetes-postais	2
Total	3563

Fonte: base de dados

É importante referir que, embora não tenhamos considerado os «Fragmentos de carta» como uma tipologia de correspondência, tivemos de fazer uma opção. Os dezoito «Fragmentos de carta» são os únicos parágrafos que conhecemos dos textos de dezoito cartas remetidas por Camilo. Para não incluir o número de «Fragmentos» no número de «Cartas», nem para o excluir do nosso inventário epistolográfico, julgámos preferível considerá-lo como uma categoria distinta e atribuir a cada «Fragmento» um registo de inventário próprio.

O número de exemplares de documentos epistolares inventariado irá, naturalmente, aumentar, após a conclusão do nosso trabalho de investigação. Trata-se de um processo de recenseamento que nunca poderá ser dado como findo.

#### 2.2. CRÍTICA DAS FONTES

Em dois estudos introdutórios<sup>392</sup>, separados por pouco mais de uma década, Alexandre Cabral elabora um quadro amplo do conjunto das dificuldades que a epistolografia camiliana apresenta a quem se afoite no empreendimento de a inventariar, tratar, estudar e divulgar. Entre a multiplicidade dos obstáculos à investigação científica, o investigador enumera: a vastidão e a dispersão do epistolário camiliano; a mesquinhez intelectual de alguns colecionadores; a avidez de lucro de certos proprietários de autógrafos; a precária organização de vários arquivos; o emperramento burocrático de instituições públicas e privadas; a dificuldade de interpretação dos assuntos abordados; a carência de dados seguros para a datação das espécies; as transcrições com amputações de texto; o expurgo de um número indeterminado de exemplares.

Consideramos redundante decalcar todas as fragilidades apontadas pelo investigador. Mas, no rol de problemas, que também identificámos, não podemos deixar de focar aqueles que, sendo coincidentes com a nossa análise, mais transluziram desta fonte documental, em geral, no decurso da presente investigação.

#### 2.2.1. Obstáculos ao apuramento das existências

Olhemos para o conjunto das cartas enviadas por Camilo a Carlos Ramiro Coutinho, Visconde de Ouguela<sup>393</sup>, como amostra de questões transversais à epistolografia camiliana.

Para elaborar um artigo<sup>394</sup> e redigir, em tempo posterior, um esboço biográfico do romancista<sup>395</sup>, Teófilo Braga compulsou a correspondência cedida, por gentileza, pelo próprio destinatário camiliano. Disso nos falam as cartas que Teófilo recebeu de Carlos Ramiro Coutinho: «Ofereci-lhe algumas cartas do Camilo para o livro que V. Ex.ª intenta dar a lume. Cumpro a minha promessa enviando-lhe algumas da numerosa coleção que possuo»<sup>396</sup>.

O que queria dizer exatamente o Visconde de Ouguela com «numerosa coleção»? Qual a quantidade exata, ou aproximada, da «numerosa coleção» que o visconde dizia possuir? Teófilo adiantou que se tratava de um maço constituído por mais de quinhentas espécies<sup>397</sup>, escritas entre 1872 e 1890, mas, no volume *Camilo íntimo*, apenas se publicitam 252 cartas<sup>398</sup>. Ou seja, por deficiente contagem, por dispersão ou por posterior desaparecimento de exemplares, só conhecemos cerca de metade da coleção contabilizada por Teófilo.

<sup>&</sup>lt;sup>392</sup> CABRAL, ed., 1973: 11-27; CABRAL, ed., 1984a: 7-31; CABRAL, ed., 1984b: 7-28.

<sup>&</sup>lt;sup>393</sup> Com as suas virtudes e os seus defeitos, a obra *Camilo íntimo* foi a última a vir a público, transcrevendo e reproduzindo um conjunto muito significativo de correspondência, quase toda inédita.

<sup>&</sup>lt;sup>394</sup> BRAGA, 1894; BRAGA, 1895.

<sup>395</sup> BRAGA, 1916.

<sup>&</sup>lt;sup>396</sup> C. de Carlos Ramiro Coutinho a Teófilo Braga, de 11-10-1892. In *Acervo de Correspondência de Teófilo Braga*, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

<sup>&</sup>lt;sup>397</sup> BRAGA, 1894: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>398</sup> 140 pertencem ao Arquivo da Universidade de Coimbra, e 112 a Pedro Corrêa do Lago, colecionador residente no Brasil.

A correspondência trocada entre Camilo e Carlos Ramiro Coutinho pode não ter escapado, de todo, às persistentes sangrias que assolaram, com poucas exceções, o epistolário camiliano. Talvez se tenha evitado a sua destruição involuntária, como referiu o Visconde de Ouguela: «Aí vão, pois, tiradas sem escolha da gaveta onde as lancei quando alcancei salvá-las no incêndio da minha casa, e é esta a causa porque se encontram tão baralhadas» <sup>399</sup>. Se estas se salvaram, idêntica sorte não tiveram as dezenas de cartas para Manuel Negrão, um dos mais dedicados amigos do romancista <sup>400</sup>, consumidas pelo incêndio <sup>401</sup> da sua moradia de Mosteirô, em Baião: era núcleo epistolográfico rico em intimidades e em relevantes confissões biográficas, como o presumem os estudiosos camilianos.

As depredações continuadas não derivaram só de destruições acidentais: «Levei-lhe algumas cartas do Camilo, e pode V. Ex.ª ver que muitas delas se não podem publicar, porque iriam ferir suscetibilidades, que eu não posso nem devo melindrar» 402. O holocausto voluntário e a mutilação da correspondência camiliana estearam-se também neste receio de «ferir suscetibilidades» e nas incertezas quanto à legitimidade de um destinatário trazer ao conhecimento do público matérias mais delicadas, alheias a terceiros, e que mereciam, por tal facto, silêncio sobre elas. Efetivamente, um motivo que determinou, tantas vezes, a preservação ou a destruição dos documentos epistolares esteve na (in)capacidade de os detentores dos acervos gerirem razão e sentimento. Residiu na sensata interpretação da conexão entre as memórias emocionais e o valor patrimonial dessas memórias. E foi resultado da decisão de salvaguardar relações privadas e sentimentais, vertidas nos acervos epistolares, ou da resolução de as colocar no espaço público, reconhecendo-lhes, desse modo, relevância cultural e patrimonial, qualquer que fosse a amplitude e o substrato da intimidade a revelar.

A deliberação de resguardar intimidades convergiu amiúde para a destruição de correspondência. Durante o período em que corria termos o processo de querela, o casal adúltero, Ana e Camilo, chegou fogo a epistolografia comprometedora. Uma carta ou um telegrama, um cartão ou folha solta trariam as piores consequências, caso fossem portadores de confissões arrojadas e, se por voltas do destino, chegassem a mãos indevidas. As mesmas personagens repetiram, mais tarde, idêntico procedimento. Camilo atirou às labaredas correspondência sua e de Vieira de Castro<sup>403</sup>, e a que ele próprio trocou com Alexandre Herculano:

Em 1860 queimei todos os papéis que possuía, resolvendo sair de Portugal. Nesse incêndio perdeu-se uma correspondência que tive com Alexandre Herculano em 1858 e 1859. Esse ilustre

<sup>&</sup>lt;sup>399</sup> C. de Carlos Ramiro Coutinho a Teófilo Braga, de 15-10-1892. In *Acervo de Correspondência de Teófilo Braga*, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

<sup>&</sup>lt;sup>400</sup> As missivas de Manuel Negrão para Camilo são em número de dez, e integram o *Acervo de Correpondência*, n.ºs 497 a 506, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>401</sup> Crê-se que também desapareceram cartas do romancista, quando do incêndio do solar do bispo de Viseu, D. António Alves Martins, em 1919 (ANDRADE, 1987: 28).

<sup>&</sup>lt;sup>402</sup> C. de Carlos Ramiro Coutinho a Teófilo Braga, de 12-10-1892. In *Acervo de Correspondência de Teófilo Braga*, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

<sup>&</sup>lt;sup>403</sup> CASTELO BRANCO, 1874c: I, 27-32, 58.

e esquisito homem rompeu comigo as suas relações quando ao seu honrado pudor chegou a notícia de que eu estava processado por adultério! Os seus biógrafos ignoram esta virtude digna de Frei António das Chagas e do Conselheiro Viale<sup>404</sup>.

Ana Plácido, num lance inominável de Nuno<sup>405</sup>, terá dado cobro, coadjuvado ou protagonizado um cirúrgico desbaste nas cartas dirigidas ao marido. Só isso pode justificar que não existam cartas de Bernardina Amélia para seu pai no acervo do Museu de Seide. A filha, o genro e a neta do romancista eram visitas habituais em Seide, ligava-os fortes relações de afeto e trocavam correspondência<sup>406</sup>. Com facilidade se conclui que houve monda, e que foi intencional, por questionável diligência da madrasta e do meio-irmão em afastarem Bernardina Amélia da parte da herança que a lei reservava aos legítimos herdeiros de Camilo.

O empenho na destruição de cartas foi proeza que teve seguidores. Fê-lo o Conde de Paçô-Vieira<sup>407</sup> e secundou-o Luís Xavier Barbosa<sup>408</sup>.

Assistem-nos dúvidas que o acervo de Ouguela tenha sido alvo de igual rebarbação, ainda que estejamos convencidos de que as cartas eram superiores ao número das que se imprimiram em *Camilo íntimo*. Duas razões sustentam a nossa convicção. A primeira é o facto de o visconde se ter preocupado mais em resguardar do que em limar daquelas cartas os conteúdos que, na sua razão, não deviam permitir ao comum dos homens inteirar-se deles. Não encontrámos qualquer alusão do visconde ao intuito de eliminar documentação de foro íntimo. A Teófilo, expressou tão-só que os escrúpulos o inibiam a qualquer «abuso de confiança [...] feito sobre um túmulo» e «que muitas delas se não [podiam] publicar» pelos melindres que viriam a causar<sup>409</sup>. Havia um carinho latente do visconde pela coleção, que se sobrepõe ao pudor de algumas memórias que esta albergava, mas que se alastrava, sobretudo, ao desejo de vir, em tempo oportuno, a colecioná-la com o devido cuidado<sup>410</sup>. Não era sua intenção destruí-la.

O mesmo cuidado e o mesmo pudor se estenderam aos descendentes. Por meados dos anos cinquenta do século XX, ao entregar ao Arquivo da Universidade de Coimbra o epistolário que lhe doara o Visconde de Odivelas, António Oliveira Salazar informou o reitor da universidade de que «uma meia dúzia» de missivas se mantinha na esfera familiar, por razões compreensíveis:

<sup>&</sup>lt;sup>404</sup> C. de Camilo a Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior, 20-09-1882. Fotocópia do autógrafo. In *Acervo de Alexandre Cabral*, Casa de Camilo.

<sup>405</sup> CASTELO BRANCO, 1890.

 $<sup>^{406}</sup>$  O escritor refere-se, muitas vezes, ao epistolário recebido da filha, do genro e da neta Camila (FIGUEIRAS, ed., 2002).  $^{407}$  PAÇÔ-VIEIRA, ed., 1915: 8.

<sup>&</sup>lt;sup>408</sup> ARAÚJO, 1990.

<sup>&</sup>lt;sup>409</sup> C. de Carlos Ramiro Coutinho a Teófilo Braga, de 12-10-1892. In *Acervo de Correspondência de Teófilo Braga*, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

<sup>&</sup>lt;sup>410</sup> C. de Carlos Ramiro Coutinho a Teófilo Braga, de 15-10-1892. In Acervo de Correspondência de Teófilo Braga, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

As relações de amizade existentes entre ambos [Camilo e Ouguela] eram da maior intimidade e havia por este motivo na correspondência recebida algumas cartas — uma meia dúzia — que o atual detentor entendeu não deverem correr o risco de qualquer publicidade. As restantes — 141 cartas — confiou-mas o senhor Visconde de Odivelas<sup>411</sup>.

A segunda razão está ligada à circunstância de ter havido oferta de exemplares a Teófilo Braga. Há, pelo menos, dezena e meia de extratos de cartas, por ele transcritos em *Camilo Castelo Branco: Esboço biográfico*, que não constam de *Camilo íntimo*. É exemplo o texto de três parágrafos, de que copiamos uma parte:

Estive preso 384 dias. Escrevi quatro livros, li algumas dezenas de Crónicas, acalcaquei a desgraça e os inimigos, venci tudo e levei a vingança, aliás feia, ao extremo de sair todos os dias do cárcere, sem vontade, só para os argentários que me perseguiam, me vissem encaracolando um cavalo por essas calçadas do Porto, onde nem todos os cavalos se encaracolavam.

Sabes o que me salvou do suicídio ou da morte horrível do espasmo? Foi o trabalho. Nunca senti o meu espírito tão lúcido, a fantasia tão fecunda, e o esforço tão inquebrantável<sup>412</sup>.

Onde pararão as missivas em falta em *Camilo íntimo*, mas constantes de *Camilo Castelo Branco: Esboço biogr*áfico? Terão sido doadas a Teófilo? Ter-se-á dado aqui o primeiro desmembramento do núcleo epistolográfico camiliano do Visconde de Ouguela? É bem provável, se atendermos ao teor da missiva de Carlos Ramiro Coutinho: «Depois que V. Ex.ª tenha escolhido as mais anódinas, peço-lhe a singular fineza de me devolver todas as outras» 413.

Parece comprovar-se que as missivas de Camilo para Ouguela não foram destruídas. Foram protegidas da publicitação, embora dispersas<sup>414</sup>, seja por oferta a entidades públicas e privadas seja pela vontade de as manter sob alçada da família do destinatário camiliano. Sendo as cartas incluídas em *Camilo íntimo* em número inferior ao das que conhecemos, não nos admirará, nem se nos afigurará improvável que, num futuro próximo, venham a aparecer outros lotes deste epistolário, inseridos em coleções documentais de qualquer instituição ou colecionador.

Mesmo que revestidas das melhores intenções, as ofertas concorrem para a disseminação dos epistolários. Se a correspondência de Camilo enferma desse problema, é bem certo que o romancista foi o primeiro a dar tal contributo. Poucos saberão que Camilo presenteou um poeta e diplomata brasileiro, em 1883, com um precioso conjunto de 572 autógrafos, que lhe haviam remetido noventa personalidades, designadamente, António Feliciano de Castilho,

<sup>&</sup>lt;sup>411</sup> C. de 31-08-1955. In CASTELO BRANCO, 2012: 21-22.

<sup>&</sup>lt;sup>412</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 28-09-1872. In BRAGA, 1916: 31-32; BRAGA, 1894: 2-3.

<sup>&</sup>lt;sup>413</sup> C. a Teófilo Braga, de 12-10-1892. In *Acervo de Correspondência de Teófilo Braga*, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

<sup>&</sup>lt;sup>414</sup> Pode ser exemplo dessa dispersão a carta para Carlos Ramiro Coutinho, que está transcrita na página 1128, do volume XVIII, das *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, e não se encontra na obra *Camilo Íntimo*.

Maria Amélia Vaz de Carvalho, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Tomás Ribeiro e o Visconde de Azevedo (Anexo 11). Os autógrafos foram encaixotados e remetidos por via-férrea, para a Legação Imperial do Brasil, em Lisboa. Ao despojar-se de correspondência tão íntima e de alguns manuscritos, o escritor fez uma apreciação genérica do conjunto documental, e aproveitou para desfiar lembranças nostálgicas e recordações de amigos cujo talento não escapou, pela lei da morte, ao implacável, e injusto, esquecimento:

V. Ex.ª entre muitas cartas de interesse, encontrará inutilidades, que só decorridos 30 anos, quando V. Ex.ª volver olhos à sua juventude, lhe hão de parecer documentos monográficos; e talvez sejam elementos nas páginas que V. Ex.ª escrever dos homens de letras desta quadra que a minha morte fechará daqui a meses.

As cartas mais antigas que conservava e lhe envio são as de Inácio Pizarro, o tão preconizado autor do Romanceiro Português que foi o encanto das raparigas minhas contemporâneas. Fui muito amigo desse homem que morreu obscuro depois de 20 anos gloriosos em Lisboa onde se distinguiu pela formosura e pelo talento — talento em relação a uma época de românticos muito ignorantes que esfervilhavam à volta de Garrett.

Também lhe envio não sei que mais de mulheres letradas<sup>415</sup>.

A dispersão de autógrafos é uma realidade e uma enorme preocupação. Recensear as espécies torna-se mais difícil, e a consulta dos originais pode ser mais ou menos facilitada, consoante o grau de generosidade e de altruísmo dos colecionadores, e conforme a consciência de intervenção cultural das instituições públicas ou privadas. Não são raras as vezes em que se aferrolha a correspondência, na vã convicção de que, ao mantê-la no fundo dos cofres, o seu preço de mercado chegará a valores justificativos do zeloso encarceramento. Puro embuste. Não é a escuridão das arcas que lhe dá mais vida, nem o desconhecimento do seu paradeiro que lhe confere melhor cotação e merecimento. Terá, porventura, menos valor a carta que Camilo escreveu ao rei D. Luís I, a agradecer-lhe a atribuição do título de visconde Correia Botelho, só por se saber que foi adquirida pela autarquia famalicense e posta à guarda da Casa de Camilo? Perderá, por isso, o seu valor cultural ou o seu crédito de joia epistolar, conseguido pelo aprumo do estilo e pelo conteúdo, em que refulge a preeminente expressão de agradecimento do irreverente e penhorado súbdito ao seu monarca? Onde parará a carta, talvez a mais famosa entre as que o romancista endereçou, a suplicar ao doutor Edmundo Magalhães Machado que viesse consultá-lo na tebaida de São Miguel de Seide? Valerá mais por estar escondida algures? Entendemos que não. Mas antes escondida que perdida.

À incontrolável pulverização dos autógrafos acresce o perigo do seu desaparecimento fortuito, ou intencional, se os epistolários não estiverem acautelados em instituições que garantam a sua conservação e preservação. Aliás, com um universo superior a duzentos

<sup>415</sup> C. a Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior, 20-09-1882. Fotocópia do autógrafo. In Acervo de Alexandre Cabral, Casa de Camilo.

destinatários camilianos, é natural que os manuscritos estejam irremediavelmente fadados à dispersão e, com o tempo, mais sujeitos à incúria humana e mais permeáveis a ações negligentes e irresponsáveis. A que mãos ou cofres foi ter a aturada correspondência que Camilo manteve com os jornais em que colaborou com maior regularidade? No torvelinho da azáfama diária das secretarias dos periódicos, a desatenção e a imprevidência terão arremessado para o lixo uma correspondência que muito esclareceria sobre o tipo de colaboração solicitada pelo jornal, ou proposta pelo escritor, e sobre os pagamentos que lhe eram feitos? Esperamos que um dia possa haver respostas positivas a estas perguntas.

#### 2.2.2. Questões de caligrafia

A primeira carta que conhecemos do romancista é de 21 de janeiro de 1844<sup>416</sup> e a última de 30 de maio de1890<sup>417</sup>: o dia anterior ao suicídio. Neste intervalo de tempo de quarenta e seis anos, a correspondência camiliana remetida apresenta pouca regularidade na sua produção e poucas variantes no desenho da letra, ou de reduzido significado.

Em termos estatísticos, e considerando a distribuição dos 3563 registos de inventário pelos dias compreendidos no referido período, sabemos que Camilo enviava uma peça epistolar em cada 4,7 dias. Ao ordenarmos cronologicamente a epistolografia datada (1528), a que tem datação atribuída por dias (394) e por anos (483), verificamos que houve bastante irregularidade na escrita: tanto passava cerca de ano e meio sem escrever<sup>418</sup>, como redigia várias missivas no mesmo dia:

Basta por hoje, que me não deixam continuar os meus pobres olhos. Levei 6 cartas de enfiada, uma das quais com 8 páginas de escrita apertada. Não posso mais. Parece-me que tenho a meio do crânio, entre os dois hemisférios cerebrais, uma grande parede mestra, mais espessa e mais granítica do que a do Sr. Dr. Teófilo Braga, imprescindível ornamento das letras pátrias<sup>419</sup>.

Até onde o estado geral da vista o permitiu, julgamos que Camilo tinha, sem qualquer dúvida, muito mais preferência por escrever a sua correspondência do que por ditá-la a um secretário, nem que esse secretário fosse Ana Plácido. Cremos que a redação lhe saía mais espontânea: a expressão das emoções, os comentários, a ironia e a verve camiliana eram mais genuínos, sem o auxílio e a presença inibidora de terceiros.

<sup>&</sup>lt;sup>416</sup> C. a Vitorino José de Carvalho. In MENEZES, 1965b: 105.

<sup>&</sup>lt;sup>417</sup> C. a João de Oliveira Ramos. In CASTELO BRANCO, 2002: 1103. Há também um telegrama, de 30 de maio de 1890, endereçado a Joaquim Maria de Melo Freitas (*Arquivo de Materiais para um monumento literário ao grande escritor Camilo Castelo Branco*, 1916: 8).

<sup>&</sup>lt;sup>418</sup> Entre 28 de agosto de 1846 e 12 de janeiro de 1848, e entre 10 de julho de 1849 e 8 de janeiro de 1851, não temos registo da existência de qualquer correspondência enviada pelo escritor. O hiato não confirma que não tenha havido produção epistolar.

<sup>&</sup>lt;sup>419</sup> C. a Aníbal Fernandes Tomás, de 16-05-1885. In AMARAL, MARTHA, *org.*, 1924: 201-203.

A caligrafia do romancista é, como ele a definiu, «um bastardinho correto» 420: de fácil leitura, muito regular e com uma inclinação muito simétrica das hastes das palavras. Observese a Figura 3:

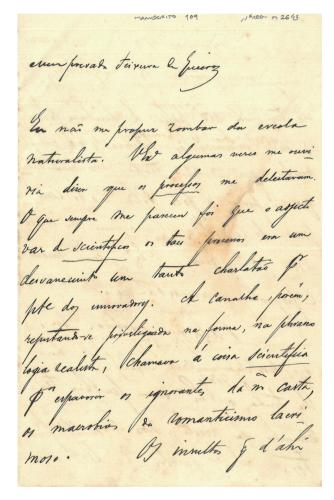


Fig. 3. Primeira página de C. a Teixeira de Queirós, sem data Fonte: A.P 1-22, M 2643, coleção do Museu João de Deus

O desenho da letra manteve-se praticamente uniforme, ao longo da vida, o que é um facto de enorme importância para ajudar a identificar exemplares da correspondência camiliana, nomeadamente, através da comparação de especificidades caligráficas do romancista. Comparem-se dois exemplos. O primeiro é uma das mais antigas cartas conhecidas, escrita quase dois meses antes de ele completar 24 anos, em que se desculpa, com pouca honradez, da provável incapacidade de poder vir a cumprir as suas obrigações financeiras para com o destinatário:

<sup>420</sup> CASTELO BRANCO, 1886a: 204.

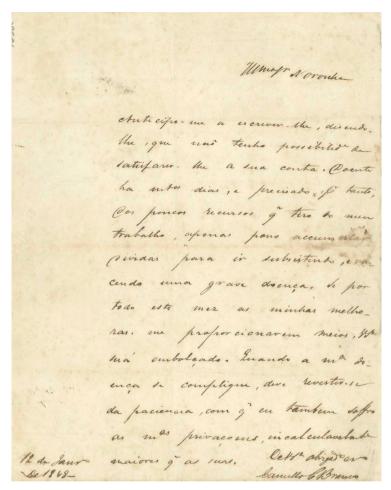


Fig. 4. C. a Manuel J. Noronha, de 12-01-1848 Fonte: *Acervo de Correspondência*, n.º 1255, Casa de Camilo

O segundo exemplo é a missiva que o súbdito enviou a D. Luís I, expressando ao monarca o seu sentido e profundo agradecimento pela concessão do título de Visconde de Correia Botelho. Mesmo que não lhe escasseassem capacidades de escrita para se dirigir à maior figura do reino, Camilo pôs todo o cuidado no conteúdo e na forma do documento a enviar. No conteúdo, pediu a ajuda de Tomás Ribeiro: «Escrever a el-Rei! Eu sei lá como isso se faz! Diz-me como se começa, como se acaba e como se subscrita. Que ignorantíssimo visconde! O do Granjão e o defunto das Hortas não se veriam em maiores angústias!» (Quanto à forma, escolheu bom papel, e redigiu em caligrafia irrepreensível a sua gratidão a D. Luís, por Sua Majestade ter acolhido, da melhor maneira, a pretensão do escritor em ser nobilitado. Uma aspiração pela qual lutara quinze anos:

<sup>&</sup>lt;sup>421</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1183.

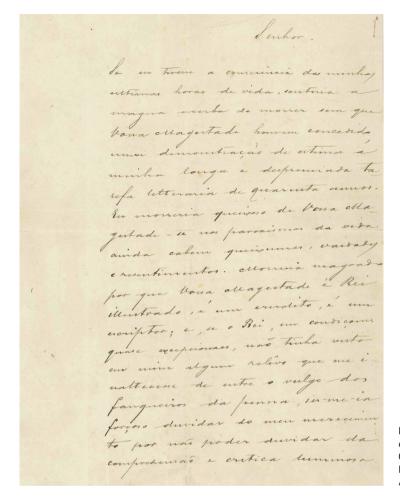


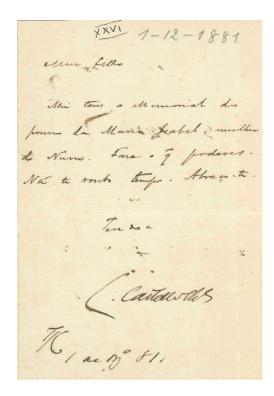
Fig. 5. Primeira página da carta a el-rei D. Luís I, de 02-07-1885 Fonte: Correspondência, Acervo de Casa de Camilo

Camilo acabara de completar 60 anos, e havia passado pouco menos de quatro décadas sobre a carta que remetera a Manuel J. Noronha. Comparadas as caligrafias de ambas as missivas, uma a um credor seu, outra ao rei de Portugal, observamos uma impressionante semelhança. Mas mais admirável é que, apesar de Camilo ter produzido milhares de páginas de textos literários, durante o enorme intervalo de tempo entre as duas peças epistolares, a sua mão, sujeita a uma intensíssima e profícua criação nos mais variados géneros literários, não tenha modificado ou distorcido, em quase nada, o «bastardinho correto» que sempre usou.

É verdade que houve momentos, e não teriam sido poucos, em que a falta de tempo para escrever, a pressa em dar resposta, a pouca disposição para se dedicar à redação, a escrita em «exaltações de miopia»<sup>422</sup>, a necessidade de concluir com urgência a missiva<sup>423</sup>, a posição

<sup>422</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [09-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 350.

<sup>&</sup>lt;sup>423</sup> «Parte o correio» (C. a José Barbosa e Silva, de 08-01-1857. In CASTELO BRANCO, 1994: 1026).



**Fig. 6.** C. a Tomás Ribeiro, de 01-12-1881 Fonte: *Acervo de Correspondência*, Casa de Camilo

em que escrevia, o tipo de aparo usado, a qualidade e a cor do papel e da tinta, podiam ditar uma caligrafia menos cuidada e até de maior ou de menor tamanho. Contudo, em geral, a letra mantinha a matriz essencial do seu desenho (Fig. 6).

Quando a cegueira lhe foi dificultando e impedindo, de modo gradual, a leitura e a escrita de trabalhos literários e da correspondência, Camilo passou a ter o auxílio de pessoas próximas, a quem ditava os textos. Entre as que se encarregavam de lhe escrever as missivas contava-se, inevitavelmente, Ana Plácido. A ajuda da mulher, sobretudo nos derradeiros anos de vida do romancista, foi muito ativa, e está bem visível, a título exemplificativo, na correspondência que Camilo enviou a Freitas Fortuna, em que a maior parte do acervo epistolar foi redigida por Ana Plácido.

Para outros destinatários, a secretária das horas difíceis prestou a mesma colaboração, e, em alguns casos, teve procedimentos similares. Na Figura 7, escreveu e assinou a missiva para Tomás Ribeiro.

Ana Plácido revelou-se uma epistológrafa de boa cepa, e há quem tenha, por vezes, dificuldade em distinguir o que foi escrito pelo romancista e o que constituiu lavra sua, dada alguma semelhança entre as caligrafias de ambos, e face ao modo de comunicar as matérias evocadas nas missivas. A dúvida pode acontecer: falta, porém, à companheira de Camilo o inconfundível espírito e a acutilante graça do romancista.

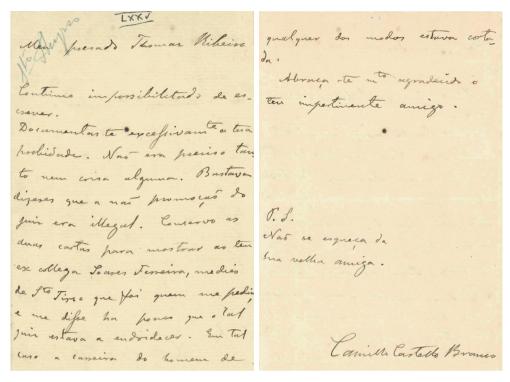


Fig. 7. Primeira e segunda páginas da C. a Tomás Ribeiro, sem data. A caligrafia do corpo de texto e a assinatura são da autoria de Ana Plácido

Fonte: Acervo de Correspondência, Casa de Camilo

Camilo manifestou algumas vezes o receio de que Ana Plácido não escrevesse o que ele lhe ditava, o que, provavelmente, aconteceria com outros secretários. Em *post scriptum* de uma carta a Freitas Fortuna, ela confessou:

Meu querido irmão

Estou ansiosa por saber como chegou. Acuso-me de ter escrito o telegrama que Camilo me fez jurar que seria exato ao que ele ditava, e eu como sempre, obedeci. Aqui está a minha culpa. Absolva-me e não me repulse do seu coração $^{424}$ .

A circunstância de ter havido várias pessoas a tratarem-lhe da redação da epistolografia permite concluir que há correspondência ditada por Camilo, mas com caligrafia de secretário desconhecido. Diante de um autógrafo que lhe é atribuído, mas com letra diferente da sua, como poderá o investigador certificar-se de que a verdadeira autoria

<sup>&</sup>lt;sup>424</sup> C. a Freitas Fortuna, de [05-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 99-100.

dos conteúdos é de Camilo? A questão afigurar-se-á de complicada resolução, até porque devemos admitir a existência de cartas apócrifas. Quando Cândido de Figueiredo ofereceu *Quadros Cambiantes* a Camilo, recebeu, no dia imediato ao do envio, uma carta a elogiar-lhe a obra: era «um poema da mocidade. Poderá chamar-lhe flores da cornucópia do génio»<sup>425</sup>. A rápida manifestação da gratidão camiliana pelo seu gesto causou estranheza ao autor. Dias depois, o correio voltou a entregar-lhe outra missiva, na qual Camilo lhe agradecia e lhe gabava os versos, que aliavam «uma formosa inteligência com um coração em flor e perfumes dos 22 anos»<sup>426</sup>. Por achar a situação anormal e suspeitar que tinha havido logro, Cândido de Figueiredo remeteu ao romancista a primeira missiva recebida. Este respondeu-lhe: «Acusa Vossa Excelência duas cartas minhas. Escrevi-lhe tão somente uma./Terei eu secretário incógnito que maravilhosamente se apressa a responder às cartas, que recebo, receoso de que eu me descuide por indelicadeza?»<sup>427</sup>. Camilo não tardou a devolver-lhe o «tolo» autógrafo, comentando:

Vossa Excelência, logo que confrontou as duas cartas, tinha obrigação de excluir a primeira. Aquilo argui de pronto um logro planeado por um parvo.

Não posso aventar de quem seja. Conhecendo muitos sandeus, não os conheço todos. Plausivelmente é coisa forjada na oficina de uns poetastros que versejam nesta cloaca do  $Porto^{428}$ .

## 2.2.3. Encabeçamentos com nome dos destinatários: escassez e equívocos

Em elevado número de cartas, Camilo não refere o nome do destinatário. O romancista parece limitar a referência ao nome na frente do sobrescrito, e destinar, depois, a primeira linha da carta para formas de tratamento cerimoniosas («Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor»<sup>429</sup>) e de tratamento amigáveis («Meu amigo»<sup>430</sup>, «Meu querido amigo»<sup>431</sup>, «Meu prezadíssimo amigo»<sup>432</sup> e «Meu muito querido amigo»<sup>433</sup>), ou para uma combinação das duas formas («Meu Amigo e Excelentíssimo Senhor»<sup>434</sup>, «Ilustríssimo Senhor e meu prezado Amigo»<sup>435</sup> e «Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor e meu prezado amigo»<sup>436</sup>).

<sup>&</sup>lt;sup>425</sup> Carta apócrifa a Cândido de Figueiredo, de 06-02-1868. In CASTELO BRANCO, 1994: 847.

<sup>&</sup>lt;sup>426</sup> C. a Cândido de Figueiredo, de 10-02-1868. In CASTELO BRANCO, 1994: 846-847.

<sup>&</sup>lt;sup>427</sup> C. a Cândido de Figueiredo, de 14-02-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 1067.

<sup>&</sup>lt;sup>428</sup> C. de 17-[02]-1868. In CABRAL, *ed.*, 1986a: 54. Cardoso Martha afirma que a missiva é de 17 de março de 1868.

 $<sup>^{429}</sup>$  C. a Cândido de Figueiredo, de [03-06-1875]. In CASTELO BRANCO, 1994: 850-851; C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de [27-05-1869]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1259.

<sup>&</sup>lt;sup>430</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [09-10-1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 183-184.

<sup>&</sup>lt;sup>431</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1210.

<sup>&</sup>lt;sup>432</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1344, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>433</sup> C. ao padre Sena Freitas, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 773.

<sup>&</sup>lt;sup>434</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1264.

<sup>&</sup>lt;sup>435</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 535.

<sup>&</sup>lt;sup>436</sup> C. a José de Azevedo e Menezes, sem data. In *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco a José de Azevedo e Menezes*, 1921.

Há ocorrências em que as formas de tratamento cerimoniosas e amigáveis se juntavam aos nomes, mais ou menos completos dos seus destinatários, antecedidos, às vezes, das funções profissionais que exerciam: «Ilustríssimo Senhor Francisco de Paula da Silva Pereira» («Excelentíssimo Senhor Henrique Marques» («Meu prezado Peito de Carvalho» («Meu prezado e velho amigo Pereira Caldas» («Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Doutor Conselheiro Adrião Pereira Forjaz de Sampaio» (441).

Pela proximidade familiar e pela amizade frequentemente renovada e sedimentada, a carta do romancista podia começar apenas pelo primeiro nome da pessoa a quem escrevia: «Nuno» 442, seu filho, «António» 443, seu sobrinho, ou «Tomás» 444, um dos amigos mais diletos: Tomás Ribeiro. Ao nível familiar, mencione-se, a forma carinhosa e afetiva de se dirigir, expressiva do amor paternal, quando comunicava com Bernardina Amélia («Minha Boa Amélia», «Minha querida filha»), e testemunho do amor que retribuía aos desvelos de Ana Plácido («Minha filhinha», «Minha Querida Aninhas», «Minha Querida filha» ou «Minha cara Anica»). A forma de tratamento, uma ou outra vez, substanciava o reconhecimento e o agradecimento pelos favores e mercês recebidos do destinatário («Tomás Ribeiro, Meu benfeitor» 445) e invocava as qualidades morais e intelectuais do companheiro de longas cavaqueiras e proveitosas horas («Meu ilustre orador e Excelentíssimo amigo» 446).

Dado que o sobrescrito é a peça do conjunto epistolar mais suscetível de ter perda ou destruição, e com isso a identificação da pessoa a quem a carta fora endereçada, a inexistência do nome confundiu os investigadores e levou-os a atribuir a mesma carta a destinatários diferentes. Entre os exemplos possíveis referimos as duas missivas inseridas na Tabela 2.

A existência do sobrescrito ajudaria a evitar que os responsáveis pelas edições efetuassem erros deste género. Mas também poderá dar lugar a interpretações incorretas. Na obra *Camilo Castelo Branco*, de Adelino das Neves e Melo<sup>447</sup>, o autor reproduziu, em fac-símile, uma carta que recebeu de Camilo, com o respetivo sobrescrito. Este tem carimbo de expedição do correio de «20-2-1873», e a data da carta é «19 fevereiro de 1875». A missiva não foi, seguramente, enviada, antes de ter sido escrita. Deve tratar-se de um lapso na datação da carta.

<sup>&</sup>lt;sup>437</sup> C. de 08-06-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 1009-1010.

<sup>438</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 937.

<sup>439</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 760.

<sup>440</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 978.

<sup>&</sup>lt;sup>441</sup> C. de 19-3-1862. In CASTELO BRANCO, 1994: 886-888.

<sup>442</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 944.

<sup>&</sup>lt;sup>443</sup> C. de 26-3-1867. Epistolário: Uma carta inédita de Camilo Castelo Branco publicada no «Arquivo Literário», 19 jan. 1927: 3.

<sup>444</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1150.

<sup>445</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1216.

<sup>&</sup>lt;sup>446</sup> C. ao cónego Alves Mendes, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 822.

<sup>447</sup> MELO, [s.d.]: 21-25.

**Tabela 2.** Exemplo de duas cartas de Camilo atribuídas a destinatários diferentes: a primeira, em diversas publicações, e, a segunda, na mesma publicação

Cartas (foram transcritos apenas excertos dos respetivos textos)	Atribuídas aos destinatários	Referências bibliográficas
Excelentíssimo Amigo e Senhor.  Mandei hoje entregar ao procurador de V. Ex.ª em Vila Nova os livros designados exceto o da Ordem 3.ª do Fr. Luís de S. Francisco porque, ao examiná-lo, encontrei-lhe muitas folhas de menos []. Morreu hoje uma velhinha nesta casa. Tinha 80 anos e morreu da primeira doença. Não me era nada, e deixou-me por herança o dobrar de sinos que me parte a cabeça [].  Camilo Castelo Branco	António Vitorino da Mota (entendemos que este é o verdadeiro destinatário)	CASTELO BRANCO, 2002: 862.
		VILA-MOURA, compil., 1913: 116.
	Visconde de Azevedo	CHAVES, ed., 2002: 65.
Ilustríssimo Senhor Vossa Senhoria e eu reduzimos sua sobrinha à extrema miséria. Há no crime ainda a possibilidade da virtude. A minha, se alguma me concede é trabalhar noite e dia para alimentá-la e a seu filho. Os projetos de assassinio tramados por Vossa Senhoria contra mim não vingaram no Porto. Se conseguir que eles vinguem em Lisboa, glorie-se Vossa Senhoria de ter quebrado o último [esteio] de uma senhora desvalida. []  Camilo Castelo Branco 20 de fevereiro de 1859	Luís da Serra Pinto (entendemos que este é o verdadeiro destinatário)	CASTELO BRANCO, 1994: 964.
	José Cardoso Vieira de Castro	CASTELO BRANCO, 2002: 669.
	Destinatário desconhecido	CASTELO BRANCO, 2002: 1130- -1131.

Relembramos que, por vezes, o papel da carta foi dobrado por Camilo de modo a cumprir também a função de sobrescrito. Aqui foi escrito o nome do destinatário, Eduardo da Costa Santos, e a respetiva morada; colou-se o selo e aplicou-se o carimbo de expedição e de recebimento (Anexo 12). Nestes casos, o reconhecimento futuro do destinatário está completamente facilitado<sup>448</sup>.

### 2.2.4. Descasos na datação da correspondência

Camilo era dado a *lapsus datae*, que se comprovam, sem grande dificuldade, no desenvolvimento das narrativas romanescas e em episódios da sua própria vida. Refira-se, quanto a estes, que o escritor só soube o ano do seu nascimento em idade avançada.

<sup>&</sup>lt;sup>448</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, [26-06-1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 182-183.

Não tinha por hábito situar no tempo a sua documentação mais privada, seja por despreocupação, por descuido ou por clara intencionalidade em se escapulir à menção de datas<sup>449</sup>: «Houve erro na data da minha carta. É coisa que nunca sei. Os dias já são tantos que nem conto. Dato sempre a olho»<sup>450</sup>. Por esta atitude, deixou-nos uma reduzida percentagem de acervo epistolográfico datado: apenas 42,9% tem a menção do dia, mês e ano da sua produção, tendo sido possível estabelecer idêntica datação para 11,1% do restante epistolário. Observem-se os totais que conseguimos apurar:

Tabela 3. Correspondência inventariada (com datação, sem datação e com datação atribuída)

Datação	Quantidade de exemplares de correspondência	% em relação à totalidade da correspondência inventariada (3563)
Com indicação de dia, mês e ano	1528	42,9%
Sem datação	1158	32,5%
Com atribuição de dia, mês e ano	394	11,0%
Com atribuição do ano	483	13,6%

Fonte: base de dados

Para o historiador, a falta de datação assume-se como a maior das contrariedades da epistolografia camiliana. Por outro lado, o investigador defronta-se com sérias dificuldades na referenciação cronológica das peças epistolares não datadas, dada a escassez de notícias que conduzam à identificação, pelo menos, do ano da sua produção. Se fosse possível obter uma tabela geral da distribuição da correspondência expedida, por dias e anos, quanto isso seria proveitoso para aclarar, ainda mais, outros aspetos do estudo da vida e da criação literária do romancista.

As tentativas de datação pouco consistentes, os erros de transcrição dos autógrafos e as reimpressões de coletâneas, sem ter sido possível fazer o confronto do texto a editar com o manuscrito autógrafo, concorrem para a multiplicação dos problemas com que se debate o historiador. Detetámos situações de discrepância na datação da correspondência. Apontamos apenas três exemplos, entre outros possíveis:

<sup>&</sup>lt;sup>449</sup> No manuscrito integral da obra *Amor de salvação*, que tivemos a oportunidade de consultar, há vários anos, antes de ser leiloado em Lisboa, há a indicação do romancista de que foi concluído em fevereiro de 1864. Contudo, o mês e o ano encontram-se rasurados por Camilo. Talvez por isso, a informação não veio a ser impressa na primeira edição, saída em 1864, nem em qualquer das seguintes.

<sup>&</sup>lt;sup>450</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 313-314.

Tabela 4. Exemplos de missivas a que se atribuíram datações diferentes

Destinatário	Datação atribuída	Referências bibliográficas	
		VILA-MOURA, compil., 1913: 58.	
	04 de setembro de 1863	CASTELO BRANCO, 2002: 831.	
Inocêncio Francisco da Silva	04 de setembro de 1868	CÉSAR, 1925: 304-305. Transcrição do manuscrito.	
	04 de janeiro de 1868	CÉSAR, 1925: 297. No fac-símile do manuscrito lemos janeiro e não setembro.	
	26 de setembro de 1883	CASTELO BRANCO, 2002: 1147.	
Destinatário desconhecido	26 de setembro de 1887	CASTELO BRANCO, 2002: 1149.	
	20 de outubro de 1871	CASTELO BRANCO, 2002: 1043-1044.	
João António Santos e Silva	20 de outubro de 1872	«Camiliana & Vária», 1952: 186.	
Joao Antonio Santos e Silva	20 de dezembro de 1871	CHAVES, ed., 2002: 114-115.	
	20 de dezembro de 1871	MOUTINHO, ed., 2015: 295-296.	

#### 2.2.5. Omissão dos nomes das localidades

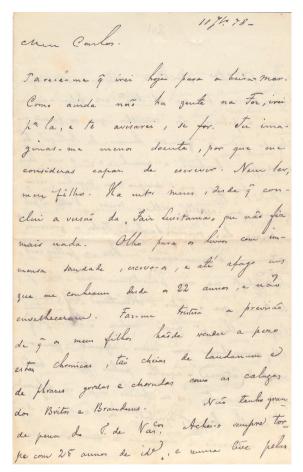
O romancista só refere a localidade onde redigiu a correspondência em 42% do acervo inventariado.

Surgem-nos, com frequência, as letras «S/C», abreviatura de «Sua Casa». A circunstância, agravada pela inexistência de sobrescritos com carimbo do dia e local de expedição, não nos autoriza a declarar que, ao usar a abreviatura «S/C», esteja a aludir à sua moradia em São Miguel de Seide.

A indicação do lugar onde a carta foi escrita, articulada com a menção da data em que o autógrafo foi redigido, permitir-nos-ia elaborar um mapeamento muito mais preciso da errância camiliana. Ora, isto só acontece em 34% da correspondência. Quem pretender elaborar um trabalho deste cariz, terá de recorrer a outras fontes de informação, designadamente, à imprensa periódica.

#### 2.2.6. Transcrições, omissões e atualizações da grafia

As transcrições dos manuscritos autógrafos apresentam, com frequência, falta de rigor na fixação dos textos. Para o exemplificar, reproduzimos a primeira página de uma missiva a Carlos Ramiro Coutinho:



**Fig. 8.** Primeira página da carta a Carlos Ramiro Coutinho, de 11 de julho de 1878 Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. PT/AUC/COL/AOS/

Conhecemos apenas duas transcrições desta carta, feitas por Teófilo Braga (1916) e por A. Campos Matos (2012). A Tabela 5 ilustra bem as diferenças de leitura paleográfica e permite exemplificar duas atitudes diferentes: a preocupação pelo rigor e a displicência. Na transcrição apresentada por Teófilo Braga, a frase «Quando não receberes carta minha, não me imagines extactico» pertence a outra carta, que Camilo enviou a Carlos Ramiro Coutinho<sup>451</sup>, e está incompleta. Tal como o fez em várias situações ao longo do livro, Teófilo

<sup>&</sup>lt;sup>451</sup> «Quando não receberes carta minha, não me imagines extático em pesquisas biológicas, sociológicas e antropológicas» (CASTELO BRANCO, 2012: 291).

**Tabela 5.** Diferenças substanciais no texto de transcrições de carta de Camilo para Carlos Ramiro Coutinho. Colocámos em <u>sublinhado</u> o que não está de acordo com o texto do documento original e a **negrito** as palavras que foram suprimidas. Retirámos o *itálico* do texto que foi acrescentado ao da missiva

Transcrição realizada	Datação atribuída	Referência bibliográfica
Quando não receberes carta minha, não me imagines extático. <u>Tu julgas-me</u> menos doente, <u>porque</u> me consideras capaz de escrever. <u>Nem sei</u> , meu filho. Há muitos meses, desde que conclui a versão da <u>Formosa</u> Lusitânia, que não fiz mais nada. Olho para os livros com imensa saudade, escovo-os, e até afago uns que me conhecem desde os 22 anos, e não envelheceram. Faz-me tristeza a previsão de que os meus filhos hão de vender a peso estas Crónicas, tão cheias de santidade e de frases gordas e chorudas como as <b>calugas</b> dos Britos e Brandões.	28 de novembro de 1879. Em outras partes de <i>Camilo Castelo Branco: Esboço biográfico</i> (pp. 40-41, 44-45), Teófilo Braga atribuiu à carta a data de <u>11 de setembro de</u> <u>1878</u> .	BRAGA, 1916: 51.
Parece-me que irei hoje para a beira-mar. Como ainda não há gente na Foz, irei para lá, e te avisarei, se for. Tu imaginas-me menos doente, porque me consideras capaz de escrever. Nem ler, meu filho. Há muitos meses, desde que concluí a versão da «Fair Lusitania» que não fiz mais nada. Olho para os livros com imensa saudade, escovo-os, e até afago uns que me conhecem desde os 22 anos, e não envelheceram. Faz-me tristeza a previsão de que os meus filhos hão de vender a peso estas crónicas, tão cheias de laudanum e de frases gordas e chorudas como as calugas dos Britos e Brandões.	11 <u>de</u> julho <u>de</u> 78	CASTELO BRANCO, 2012: 258.

Braga compôs transcrições, usando frases de diversas missivas. A transcrição que realizara desta carta para o artigo publicado na «Revista Portuguesa» 452, em 1895, apresentou idênticos erros, e tinha outros mais gritantes: em vez de «escovo-os», usou «escrevo-os».

Quanto a omissões de partes dos textos dos autógrafos, também sobejam exemplos. Aqui não estamos diante de atos de evidente negligência. Os autores das transcrições basearam-se em critérios muito subjetivos para amputar partes de texto: o pundonor tonificou as resoluções saneadoras<sup>453</sup>. Elencamos vários casos na Tabela 6 da página seguinte.

Encontramos exemplos em que a falta de texto epistolar corresponde à quase totalidade da carta. A missiva é, praticamente, reduzida a um pequeno bilhete. Porventura, para evitar melindrar os filhos de Camilo, Jorge e Nuno, e também a sua mulher, Ana Plácido, que ainda viviam em São Miguel de Seide, o destinatário camiliano decidiu usar a tesoura nos lances capazes de ofender a família do falecido e retirou o texto transcrito a negrito (página 130).

<sup>452</sup> BRAGA, 1895: 115.

<sup>&</sup>lt;sup>453</sup> Um bom modelo, pelo seu mau produto final, é a obra Cem cartas de Camilo (BARBOSA, coord., 1919).

**Tabela 6.** Correspondência em que os autores das obras ou dos artigos em publicações periódicas asparam parágrafos, partes de texto e expressões das missivas camilianas. Para mais fácil leitura, assinalámos a negrito os trechos omissos

Transcrição de acordo com o texto original	Destinatário	Referência bibliográfica
Ando a cavalo, a pé e de sege. Vou aos botequins chinfrins jogo a minha tacada e caio nas putas com três parceiros de gosto. Já vez que a respeito de saudades é que nada.	Manuel Negrão. C. de [1851].	ANDRADE, 1987: 18.
Eu depois sofro um terço dos desgostos. A Antónia está gorda, e puta como sempre. António Bernardo é perfeitamente o cornibus ara do Marcial. Vi o manifesto do António Pereira. Desejava ver o que respondeu áquilo a «Aurora».	José Barbosa e Silva. C. de 7 de setembro de 1861.	BARBOSA, ed., 1919: 144.
Este ar da cidade eterna, quando não oxida o cérebro, caleja a sensibilidade do coração. Efeitos da boroa, do covado, dos nevoeiros, e da <b>puta que os pariu</b> . Tenciono escrever uma longa carta ao José Gomes Monteiro, logo que ele publique o seu livro.	C. a António Feliciano de Castilho, de [10 de outubro de 1872].	BAIÃO, ed., 1930: 46.
Os trabalhos preparatórios que V. Exª me aponta já os fiz; de outro modo seria balbúrdia grande. A história das 10 libras é uma coisa triste. Quem as apropinou e gastou foi um filho da Sr.ª D. Ana Plácido. O rapazito, que se confessou ladrão, quis salvar o outro, que [é] seu irmão de leite. Tem certa heroicidade esta coisa. As 10 libras foram-lhe roubadas no jogo. A mãe deportou-o para S. Miguel de Seide, onde se entretém a caçar, a comer e a dormir. É um rapaz perdido. Tem 30 contos que há-de espatifar em 30 meses. De saúde já lhe não falo, meu amigo cada vez pior; mas sempre um entre os melhores e mais inúteis.	C. a António Feliciano de Castilho, de [22 de dezembro de 1872].	BAIÃO, <i>ed.</i> , 1930: 56.
Logo que eu feche os olhos, vendem isto às mercearias. Do produto da venda hei de tirar a quantia que lhe devo, e não morrerei insolvente e insolúvel. Quando vai para o mar?	Francisco Martins Sarmento. C. de [agosto de 1879].	MEIRA, 1905: 33.
Nunca se considere desgraçado enquanto puder comparar-se comigo. Seu do coração Camilo. P.S. O Peito de Carvalho casou ontem com a sua amante D. Ana de Vasconcelos.	Freitas Fortuna. C. de 27 de setembro de 1889.	COSTA, <i>ed.</i> , 1930b: 131. Carta CXIV.
O Jorge apresenta simptomas de melhoras. <b>Tem uma</b> criada com quem passa as noites! Do seu muito amigo Sábado	Silva Pinto, sem data.	PINTO, [1910]: 78.

Meu excelente amigo

Como juiz suspeito não posso aquilatar o mérito estético e objetivo do seu artigo; porém, como homem mais ou menos competente em letras, achei-o superiormente pensado, escrito e corretíssimo. Felicito-o e felicito-me.

Meu filho Nuno foi hoje para o Porto com intenção de ir visitar o Jorge. Provavelmente irá com ele o Dr. Ricardo. É uma nova experiência que, infelizmente, dará o resultado da primeira. Eu já disse a V. Ex.ª e repito que sem o voto do Dr. Ricardo não me aventuro a trazer para este meio meu filho. Se ele aqui entrasse revoltado contra a mãe e contra mim, este débil fio que me liga à vida partia-se. Parece incrível que o Dr. Sena não reconheça que o Jorge nunca mais pode congraçar-se com a família. Tem o delírio das perseguições e crê que somos nós os seus principais inimigos. Na última carta que me escreveu, agradecendo o fato, dizia-me: «Era bastante que me convencessem de que não conspiram para que eu aqui esteja preso desde o exórdio até ao fim da minha triste existência». Mas não está convencido. Na carta ao Nuno, falando dos motores da sua prisão, exclama: «Maus raios os partam». E eis aqui a mansidão do Jorge. Pessoa que ele aqui respeite quem, meu Amigo? Não há ninguém que o não tema, e eu sou o primeiro, desde que o vi empunhar um garfo para mo cravar. Ainda assim, a maior desgraça não seria a minha morte, mas a da mãe que ele já espancou.

Pareceu-me, meu caro amigo, que nada temos a ganhar com o incómodo das suas visitas ao Jorge. Receio que ele o maltrate, visto que ele deu como desnecessárias as visitas. V. Ex.ª tem excedido o que eu esperava da sua excelente alma. Bastará.

```
De V. Ex.a,
muito grato
Camilo Castelo Branco<sup>454</sup>.
```

Finalmente, é situação vulgar proceder-se à atualização da grafia, pelo pressuposto de que se facilita a leitura dos textos epistolares ao leitor contemporâneo. Cremos também que se poderão obter melhor resultados junto de quem lê, se assim se proceder. Todavia, é da maior pertinência referir o que disse Júlio Dias da Costa a tal respeito:

nas cartas, conservo rigorosamente a grafia do original. É o sistema que tenho seguido nas publicações anteriores.

Não o faço, porém, para respeitar a ortografia de Camilo, essa encantadora coisa que para aí se inventou. Nada disso.

A reprodução letra por letra tem por fim, principalmente, fornecer mais alguns elementos de prova de que Camilo nunca se preocupou com a ortografia<sup>455</sup>.

A despreocupação com a escrita correta pode explicar erros quer de palavras («phosphorecente», «empedrenido», «incarecidamente», «convalecer», «pesso-lhe», «juiso»,

<sup>&</sup>lt;sup>454</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, em [1886]. In MOUTINHO, 1895d: 1.

<sup>455</sup> COSTA, ed., 1923b: 14-15.

«hemorrodias», «eide», «porseguir»...) quer de concordância e de conjugações verbais («Eu há 15 meses que não fui à Póvoa», «Quando [tu] experimentastes»...). Estaremos, de facto, perante erros ortográficos, ou diante da falta de rigor vocabular de algum dos seus secretários? Ou até, quem sabe, na presença de palavras cujo uso alegrava o remetente e o destinatário por evocarem terceiros? Os responsáveis pelas edições solucionaram de diferentes formas: uns corrigiram os enganos, outros mantiveram a ortografia e as conjugações.

A relação entre as perdas e os ganhos e a conexidade entre os sacrifícios e os benefícios conduzem os autores das edições a privilegiar o leitor vindouro: atualiza-se a ortografia, desdobram-se abreviaturas, corrigem-se «eventuais» erros. Não deixa, contudo, de ser um facto real que, perante a impossibilidade de vir a comparar o texto impresso com o do manuscrito autógrafo, de modo a proceder a uma criteriosa fixação do texto epistolar, o investigador vindouro colocará sempre dúvidas sobre o nível de fidelidade do traslado da epistolografia publicada.

Abordámos algumas das dificuldades com que se pode deparar o estudioso da correspondência camiliana. São dificuldades sisíficas, em que o esforço empregue parece interminável, e o ingente trabalho ameaça, a qualquer momento, resvalar para o início da encosta que se subiu, tornando-se, injusto e aparentemente, improdutivo.

# 2.3. METODOLOGIA DE SISTEMATIZAÇÃO E DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

A consciência de que a correspondência de Camilo Castelo Branco era um acervo muito vasto e disperso por arquivos tutelados por entidades públicas e privadas e por publicações das mais variadas tipologias impeliu-nos, desde cedo, a construir uma base de dados em suporte digital, que tornasse mais eficiente e proveitoso o trabalho de inventariação e catalogação do acervo, de indexação dos conteúdos e de recuperação da informação.

Na elaboração da base de dados, tentámos cumprir quatro objetivos fundamentais que, na nossa opinião, melhor otimizassem o nosso trabalho de tratamento físico e intelectual da epistolografia do romancista.

O primeiro relacionava-se com a tarefa de elaborar o inventário, em folha específica de recolha de dados (Anexo 13), destinada:

- ao levantamento de características físicas número de folhas e de páginas escritas, existência ou não de sobrescrito, dimensões do autógrafo;
- à compilação da informação diversa e pertinente tipologia de correspondência, identificação do destinatário, datação inscrita ou atribuída, natureza do documento (autógrafo, fac-símile e transcrição, fac-símile, transcrição, fotocópia), documento inédito ou publicado, propriedade do autógrafo, acervo em que está integrado, obras e periódicos nos quais a peça epistolar foi publicada;

- ao sumário e à transcrição integral do texto;
- à elaboração de notas de leitura.

Pretendia-se, ainda, que se oferecesse a possibilidade de compilar dados biográficos e bibliográficos sobre os destinatários das suas missivas (Anexo 13): nome, atividade profissional, datas de nascimento e de óbito, produção bibliográfica, bibliográfia sobre sua vida e obra, observações ou notas.

O segundo objetivo era o de possibilitar a indexação ou a representação dos assuntos tratados na correspondência, através de palavras-chave, com o maior grau de exaustividade e de especificidade possível, quer da totalidade dos conteúdos identificados na correspondência (Assuntos A) quer apenas dos conteúdos de interesse para o presente trabalho de investigação (Assuntos B).

O terceiro prendia-se com a necessidade de criar meios eficazes de recuperação da informação, que permitissem a realização de pesquisas:

- em texto livre nos campos «In», «Sumário», «Transcrição» e «Notas de leitura»;
- através da combinação de termos de pesquisa com operadores boolianos nos campos «Assuntos A» e «Assuntos B».

E, por último, queríamos que, em resultado do preenchimento das fichas de recolha de dados, se obtivessem, automaticamente, tabelas com estatísticas diversas e se elaborassem gráficos com indicadores da maior utilidade para a nossa investigação. Referimo-nos, por exemplo, ao gráfico geral da correspondência enviada, distribuída entre os anos de 1844 e 1890, ou à listagem dos trinta assuntos mais abordados por Camilo, apresentando-se, para cada assunto, um gráfico que mostrasse os anos e a frequência com que essas menções ocorrem no intervalo referido.

Paralelamente ao cumprimento destes objetivos, impunha-se deixar em aberto a possibilidade de ir realizando os devidos melhoramentos na estrutura e no conjunto das funcionalidades da base, sem que isso resultasse em delongas e, sobretudo, em custos financeiros não comportáveis.

Procurando conciliar um justo equilíbrio entre as necessidades e as possibilidades, e em alternativa a outras ferramentas vocacionadas para criar, utilizar e manter bases de dados <sup>456</sup>, optámos por construir a nossa base de dados na aplicação *Microsoft Access 2010*, aproveitando o conselho e o apoio técnico do engenheiro de sistemas Jorge Moreira, técnico superior da autarquia de Vila Nova de Famalicão.

Apesar da colaboração institucional na sua construção, é importante sublinhar que a base de dados foi planeada e produzida no âmbito restrito da nossa investigação, não

<sup>&</sup>lt;sup>456</sup> Filemaker, Microsoft SQL, Oracle, Informix, DB2, entre outras.

deixando, por isso, de se assumir, acima de tudo, como um instrumento de trabalho individual. Contudo, quando se afigurar oportuno e estiverem reunidas condições para o efeito, far-se-á uma migração gradual da informação recolhida nesta base de dados para uma aplicação informática oficial da autarquia de Famalicão. O serviço de documentação do Centro de Estudos Camilianos poderá, então, responder mais qualificadamente aos pedidos formulados sobre epistolografia remetida e recebida pelo romancista.

Com o intuito de proporcionar o conhecimento da base de dados, apresentamos, na página seguinte, a parte da estrutura («Correspondência enviada» e «Destinatário») que mais foi utilizada durante o nosso trabalho de inventário, tratamento técnico e intelectual. Todavia, no Anexo 14, poderá ser consultada a estrutura completa.

No Anexo 13, inserimos um *Breve manual de instruções* da base de dados. Trata-se de um texto explicativo, acompanhado de imagens ilustrativas. No final de cada título das alíneas, há um valor alfanumérico equivalente ao lugar que a ficha de recolha de dados, ou os formulários em causa, ocupam na estrutura geral da base de dados.

Não foi nossa preocupação seguir passo a passo a sequência de todos os menus e determo-nos nas suas múltiplas potencialidades. Quisemos dar uma ideia, sucinta e precisa, de como organizámos a informação recolhida e do modo como esta podia ser pesquisada e consultada. Desagrava-se, assim, na leitura, a suposta aridez do tema, e faculta-se uma composição que promove a compreensão do funcionamento do produto obtido.

No trabalho de tratamento técnico e intelectual, é necessário referir dois aspetos. Um destes diz respeito às transcrições realizadas, em que atualizámos a ortografia e desdobrámos as palavras abreviadas. O outro relaciona-se com a operação de tratamento intelectual. Orientámo-nos pelo que propõe a NP 3715 (1989), elaborado pelo CT7 do Instituto Português de Qualidade, que recomenda procedimentos para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e seleção de termos de indexação, e por obras que julgamos fundamentais para exemplificar, com superior qualidade, o caminho que devíamos seguir<sup>457</sup>.

A informática constituiu um indispensável auxílio no estudo da correspondência de Camilo Castelo Branco, e a aplicação criada foi uma ferramenta vital para a realização do nosso trabalho de investigação (Tabela 7).

No final, se este cometimento puder desfrutar de algum mérito, residirá, precisamente, no facto de termos dado, pela primeira vez na história da inventariação do património documental camiliano, um esforçado contributo em ordem à inventariação de um dos mais carismáticos e cobiçados acervos epistolares que saíram da pena de um escritor português.

<sup>&</sup>lt;sup>457</sup> RIBEIRO, MEIRELES, 2000; MENDES, SIMÕES, 2002.

Tabela 7. Estrutura da base de dados, respeitante apenas a «Correspondência enviada» e «Destinatário»

	A.1. Edição Correspondência		
	A.2. Nova Correspondência		
	A.3. Tabela Correspondência		
	A.4. Relatório Correspondência		
	7.4. Helatorio correspondencia	   A.5.1. Classificação/Tipologia	
	A.C. Classification of a state of the state	A.5.2. Lista Cronológica da Correspondência	
	A.5. Classificação da Correspondência Enviada	A.5.3. Correspondência entre Datas	
		A.5.4. Sair	
			A.6.1.1. Consulta Assuntos Correspondência A.6.1.2. Pesquisa Assuntos
			Correspondência
ada		A.6.1 Pesquisa Assuntos Correspondência	A.6.1.3. Pesquisa de
envia		Enviada	Correspondência/Assuntos A A.6.1.4. Pesquisa de
cia 6			Correspondência/Assuntos B
pondên			A.6.1.5. Correspondência Enviada — «IN»
A. Correspondência enviada			A.6.1.6. Sair
	A.6. Pesquisa da	A.6.2. Pesquisa Texto Correspondência	
	Correspondência Enviada	A.6.3. Pesquisa Correspondência/ Destinatário	
		A.6.4. Consulta Correspondência Inédita	
		A.6.5. Consulta Totais Correspondência	
		A.6.6. Gráficos da Correspondência Enviada	A.6.6.1. Estatística Assuntos A
			A.6.6.2. Estatística Assuntos B
			A.6.6.3. Total Correspondência
			A.6.6.4. <i>Top 30</i> Assuntos A
			A.6.6.5. Contagem Correspondência
			A.6.6.6. Sair
		A.6.7. Sair	
	A.7. Sair		
	B.1. Edição Destinatário		
	B.2. Novo Destinatário		
	B.3. Tabela Destinatário		
0	B.4. Relatório Destinatário		
B. Destinatário	B.5. Consulta Destinatário	B.5.1. Consulta Correspondência/ Destinatário	
		B.5.2. Consulta Destinatário/Atividade Profissional	
		B.5.3. Consulta Destinatário/Local	
		B.5.4. Destinatário Estatística	
		B.5.5. Sair	
	B.6. Sair		

# VIVÊNCIAS DE CAMILO CASTELO BRANCO



Como expusemos no capítulo anterior, o trabalho de inventário das existências epistolares camilianas possibilitou a elaboração de 3563 registos informáticos. A par da descrição física de cada um dos exemplares de correspondência inventariado, procedeu-se à indexação dos assuntos abordados, representando-os por descritores ou termos soltos<sup>458</sup>, no campo «Assuntos». Ao ser preenchido este campo, a base de dados gera automaticamente uma tabela para cada descritor utilizado. A partir de então, a tabela passa a quantificar todas as ocorrências desse descritor e, em relação à correspondência datada, gera um gráfico com a distribuição das ocorrências, entre os anos de 1844 e 1890. Porém, com a intenção de não tornar a base de dados excessivamente pesada, o que podia complicar a sua normal utilização, sobretudo no que respeita à realização de pesquisas e à recuperação da informação, tomámos duas decisões. A base de dados foi programada de modo a permitir a pesquisa de qualquer descritor e, com isso, sabermos o número de ocorrências do mesmo, mas apenas produz gráficos dos trinta descritores mais utilizados na indexação.

Na nossa investigação, não havia intenção em alargar o estudo à totalidade ou à maioria dos temas abordados por Camilo com os seus correspondentes, porque nos assistiu a razão de que isso se tornaria um trabalho de desconsciência e sem término. Por isso, os dados estatísticos resultantes do número de descritores utilizados para a representação de assuntos foram de vital importância.

Em virtude de largos anos de leitura da prosa ficcional e dos textos epistolográficos do romancista de Seide, formámos a ideia de que «Família», «Doença» e «Trabalho literário» eram os três principais assuntos que Camilo focava na correspondência. Com este trabalho, quisemos comprovar em que medida essa conclusão era assertiva. E se esta dedução nos parecia evidente, mas carecida de prova, a nossa maior dúvida residia na incerteza sobre qual dos assuntos, «Doença» e «Trabalho literário», ocupava o lugar cimeiro das referências. Só o apuramento estatístico poderia comprovar a nossa conjetura e auxiliar-nos a estruturar o corpo empírico do nosso trabalho.

O estudo da correspondência permitiu-nos concluir que, ao contrário do que os biógrafos e os estudiosos imaginam ou creem, o assunto «Doença» não ocupa o primeiro lugar no
conjunto dos assuntos citados pelo escritor: o mais mencionado é «Produção literária». Esclarecemos, porém, que, apesar das referências à «Produção literária» (1084) serem em número
inferior ao das ocorrências sobre o assunto «Doença» (1177), adicionámos a estes somatórios
parciais as ocorrências sobre matérias umbilicalmente correlacionadas com os trabalhos literários e com as queixas à falta de saúde. Entendemos que este seria o melhor processo para
garantir uma amostra fiel e digna de crédito do que ambos os temas representam no conjunto

<sup>&</sup>lt;sup>458</sup> É importante frisar que, na indexação dos assuntos, os descritores utilizados constam de uma lista com cerca de duas centenas de termos soltos, que permitiram, a nosso ver, uma representação cabal dos temas constantes da correspondência de Camilo. Por se tratar de um documento destinado, em exclusivo, a uso particular, não tivemos a preocupação de que os descritores escolhidos cumprissem escrupulosamente as regras elementares definidas para o tratamento intelectual dos conteúdos dos documentos.

epistolar de Camilo. Assim, para as temáticas respeitantes ou relacionadas com a «Produção literária» obtivemos um total de 1967 ocorrências, número que resulta da soma das seguintes parcelas: «Produção literária» (1084), «Apreciação de Camilo às suas obras» (90), «Carreira literária» (36), «Colaboração em edições» (21), «Produção literária camiliana» — crítica (79), «Imposto» (2), «Edição no Brasil» (4), «Comércio de livros camilianos» (193), «Leitura» (238), «Material de escrita» (10), «Bibliografia» — pedido (10), «Colaboração» — pedido (11), «Informação» — pedido (78), «Publicação» — pedido (53), «Colaboração literária» — recusa (7) e «Trabalho» (51).

Do conjunto de ocorrências sobre «Doença», ou temas afins, registámos 1809 situações, obtidas a partir do seguinte agrupamento e adição: «Doença» (1177), «Casa de saúde» (39), «Curandeiro» (2), «Farmácia» (4), «Farmacêutico» (6), «Medicamento» (121), «Médico» (267), «Termas» (59) e «Tratamento médico» (134). Nas 1809 ocorrências estão incluídas as menções ao estado de saúde dos membros do seu núcleo familiar mais restrito (mulher, filhos, enteado, nora, genro e netos).

Foi com base no tratamento estatístico que decidimos estruturar o presente capítulo em torno dos assuntos «Produção literária», «Doença» e «Família», complementando estas vivências de Camilo Castelo Branco com a inclusão de outros assuntos, alguns dos quais na lista dos trinta mais abordados pelo escritor, que enriquecem o conhecimento do homem e do escritor: ao nível da atividade profissional, dos pulsares do quotidiano e da expressão dos afetos.

#### 3.1. O PROFISSIONAL DAS LETRAS

Uma das principais imagens de Camilo junto dos seus leitores e do público em geral assenta no pressuposto de que vivia para escrever e escrevia para viver, sempre a trabalhar e sempre pobre. É a figura do trabalhador laborioso, do «monge» obrigado, por diversas circunstâncias da vida ou «pelo condão [...] desdenhoso da sua índole»<sup>459</sup>, a uma espécie de voto clarissa de enclausuramento, para viver entregue às tribulações da escrita, sua insubstituível distração<sup>460</sup>.

A construção desta imagem em muito se deve ao que externou na sua obra. Fortaleceu-se a partir da inferência natural de que a produção de uma bibliografia tão extensa só era atingível em resultado da dedicação extrema a uma carreira muito exigente, e reforçou-se com as achegas provenientes de comentários que amigos próximos, ou pessoas das suas relações sociais, foram produzindo sobre a vida e a atividade do romancista. Trazemos à memória alguns testemunhos. Alberto Pimentel, que convivia, intimamente, com Camilo, informou-nos dos objetos existentes na secretária de Seide e do afinco diário com que o via a preencher linguados de papel: «São únicos adornos da sua banca um tinteiro circular de metal amarelo, um cinzeiro de loiça, uma cabeça de metal onde arquiva as cartas recentemente recebidas,

<sup>459</sup> ORTIGÃO, 1983: xlix.

<sup>&</sup>lt;sup>460</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 06-08-1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1185.

livros depositados a um e outro lado, e tiras de papel que Camilo Castelo Branco infatigavelmente enche todos os dias»<sup>461</sup>.

Guilhermino de Barros, seu companheiro de leitura e escrita na biblioteca de Vila Real, no tempo da juventude, e amigo ao longo da vida, deu-nos a conhecer as motivações dos trabalhos literários camilianos, sustentados num labor intenso: «As suas criações eram sempre improvisos, que nasciam das exigências de uma existência precária e incerta, mas di-las-íeis acepilhadas e buriladas em longas e trabalhosas noites de estudo» 462.

Melo Freitas afirmou que a independência como escritor resultara sobretudo da capacidade de trabalho, aliada aos dotes de artista: Camilo «vivera sempre do seu trabalho, tão assíduo e fecundo que assombra [...] e se sustentara sempre independente e livre pelo fulgor do seu talento» 463.

Até nas artes plásticas, o popularizado esforço camiliano inspirou vários artistas. Relembre-se o risco criativo e crítico de Rafael Bordalo Pinheiro, que o caricaturou num expressivo desenho em que se vê Camilo a produzir a ritmo incessante e frenético, semelhante à velocidade de uma locomotiva a vapor (Anexo 15).

Os dados fornecidos pela correspondência consolidaram a ideia generalizada de Camilo como escravo da sua pena, apresentando o cenário de um homem «sentenciado» à servidão do trabalho literário. Quando esteve preso, escreveu ao Visconde de Ouguela dizendo que foi a total dedicação à escrita que o salvou do suicídio ou «da morte horrível do espasmo», e lhe deu forças bastantes para superar os infortúnios, para manter a lucidez do espírito, o engenho da fantasia e a inflexibilidade do ânimo. Também acrescentou que um inescrutável alento lhe permitiu, em tão má conjuntura, neutralizar em si as más influências dos inimigos que lhe queriam secar a pena, anulando-lhe a «energia do trabalho»<sup>464</sup>.

No prefácio à segunda edição de *Coração, cabeça e estômago*, e perante a já esmagadora bibliografia de Camilo, A. Teixeira de Vasconcelos referiu-se ao escritor avaliando-o como «o nosso primeiro romancista» <sup>465</sup>. Este não terá deixado de se sentir lisonjeado pela apreciação do amigo e do intelectual, sublinhada por outros homens de Letras. Contudo, semanas depois, em carta ao editor António Maria Pereira I, disse, com algum sarcasmo, que, apesar do título literário com que era distinguido, vexava-se de estar pobre «e de ser a irrisão dos que *me chamam o primeiro romancista*, como ao Cristo chamavam o rei da Judeia». Tratava-se de uma «ironia honorífica» <sup>466</sup>.

Em ocasiões posteriores, Camilo aludiu ao seu devotamento incessante «à galé de escritor», que lhe impôs um forte isolamento e o sujeitou à privação do que desejava<sup>467</sup>. A sua

<sup>&</sup>lt;sup>461</sup> PIMENTEL, 1873b: 15.

<sup>&</sup>lt;sup>462</sup> BARROS, 1894: 338.

<sup>463</sup> FREITAS, 1916: 3-8.

<sup>&</sup>lt;sup>464</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 28-09-1872. In BRAGA, 1916: 31-32.

<sup>465</sup> VASCONCELOS, 1864: xix.

<sup>&</sup>lt;sup>466</sup> C. de 04-11-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 738.

<sup>&</sup>lt;sup>467</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 14-11-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 70-71.

consagração ininterrupta à «ingrata oficina da vida literária» apenas lhe permitiu granjear uma independência mediana e legar aos seus filhos um «apelido inútil» 468.

À medida que os anos passavam, ora se sobrecarregava de «compromissos literários» e se sentia esmagado por eles<sup>469</sup>, ora se desfazia de contratos feitos por não poder «moral nem fisicamente trabalhar», dada a progressão das enfermidades do seu filho Jorge e dele próprio<sup>470</sup>. Aliás, os problemas de saúde, também derivados de uma estrutura física débil forçada a «arrostar esta galé [...] sempre no mesmo terreno pobre de frutos»<sup>471</sup>, e o que constituíam de impeditivo para se entregar a escrever com mais assiduidade e deleite terão estado na base dos desabafos expressos a alguns destinatários, como ao Visconde de Azevedo:

[Trabalhar sem feriar], com a minha pobre compleição, reduziu-me a isto, porque sacrifiquei à vida intelectual todas as outras molas da frágil máquina. A natureza, senhor visconde, não fez escritores. Porém, [...] estou rico, e deixo a meus filhos... um bom exemplo para que eles se façam sapateiros<sup>472</sup>.

Ao final de quatro décadas de trabalho sem descanso<sup>473</sup>, condensaram-se as trevas. A cegueira, doença que o romancista encarava como resultado natural de tantos anos de labor literário, reivindicador de muito tempo para a leitura e para a escrita, secou-lhe, segundo ele, o manancial dos seus recursos<sup>474</sup>. Impossibilitado de ler e escrever, perdeu o gosto pelo exercício da profissão a que dedicara toda uma vida e rodeou-se de inconsolável amargura e desencanto: «As alegrias do trabalho passaram, olho para os livros com a saudade do operário paralítico rodeado de utensílios do seu trabalho impossível. A tarde de hoje é a minha alma, profunda, escura, e húmida das lágrimas que se condensam»<sup>475</sup>.

Rogou à filha Bernardina Amélia que não se esquecesse do peso que foram para ele os últimos anos de uma existência, que devia «ficar como exemplo de trabalho, de dores e de resignação» 476. Um exemplo de trabalho que, no culminar de tantos anos, lhe possibilitou tão-só produzir livros «bem-intencionados», ainda que estéreis. Sentia que não dera nem tirara felicidade aos seus leitores. Apenas lhes desfalcara tempo, que eles poderiam ter desbaratado em coisas bem piores 477.

<sup>&</sup>lt;sup>468</sup> C. a Alexandre Herculano, de 18-03-1872. In VIEIRA, 1916: 29-32.

<sup>&</sup>lt;sup>469</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [17-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 95.

<sup>&</sup>lt;sup>470</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [09-10-1880]. In BRANDÃO, ed., 1923b: 3.

<sup>&</sup>lt;sup>471</sup> C. a E da Costa Santos, de [12-12-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 233-234.

<sup>&</sup>lt;sup>472</sup> C. de 23-02-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 1319-1321.

<sup>&</sup>lt;sup>473</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1204.

<sup>&</sup>lt;sup>474</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 19-06-1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1181.

<sup>&</sup>lt;sup>475</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 84-85.

<sup>&</sup>lt;sup>476</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 33. Numa das últimas cartas que ditou antes de pôr termo à vida, foi ainda mais contundente: «Ceguei na luta e fiquei vencido. Sirva isto de exemplo a futuros escritores» (C. a João de Oliveira Ramos, de 30-05-1890. In CASTELO BRANCO, 2002: 1103).

<sup>&</sup>lt;sup>477</sup> C. a Hermano Ferreira de Carvalho, de 27-12-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 650-651.

À imagem do infatigável obreiro das letras que vivia para escrever e para se sentir, psicológica e intelectualmente, ligado à vida, outra se lhe associou: a de que Camilo sobrevivia apenas dos pagamentos recebidos pelos textos editados. Decorre este juízo da ideia de que havia sobre o seu trabalho literário pressões de ordem financeira e outros pesados condicionalismos, que o obrigavam a entregar-se a um «labor opressivo e extenuante» 478. O romancista via-se, de acordo com esta perspetiva, esporeado para o trabalho, pela premência de que as tiras de papel, arremessadas da sua banca às mãos dos tipógrafos, se transformassem rapidamente em dinheiro vivo, essencial à sua sobrevivência e ao sustento dos que dele dependiam.

Não é de excluir que Camilo tenha tido alguma influência e intencionalidade na construção da opinião de que a escrita era o seu «arrimo» exclusivo<sup>479</sup>. Talvez lhe conviesse que o público atribuísse às constantes conjunturas económicas a principal causa da sua dedicação ao ofício de escritor. Se as pessoas estivessem enternecidas com a sua situação de permanente carência financeira, e a acreditar que escrever lhe era uma penosa obrigação e não um deleite intelectual, Camilo despertava simpatia nos potenciais e nos efetivos leitores. Desencadeava nestes um sentimento de comiseração, que podia dar bom impulso à venda dos seus livros, o que o compensaria.

A correspondência leva-nos a supor que tem havido uma sobreavaliação das necessidades de dinheiro do romancista, sobretudo quando os estudiosos estendem a sombra dos estrangulamentos económicos ao longo das quatro décadas da sua atividade literária. Que Camilo dedicou dois terços da vida a ler e a escrever, é um facto indesmentível sobretudo quando se perceciona, com alguma facilidade, que ele tinha as suas capacidades intelectuais formatadas para a leitura e para a escrita: «Naquele remanso da aldeia lia tudo o que lhe caía às mãos, fosse o que fosse — até relatórios de bancos e companhias. Aquela retina estava sensibilizada para a letra de forma; quando lhe faltou esse pasto estésico, a cabeça foi descaindo até encontrar o cano do revólver que a estoirou» 480. Mas é exagerado sustentar que o romancista tenha passado mais de quarenta anos numa atitude de dedicação servil ao trabalho de criação literária, como se, em cada palavra escrita, em cada parágrafo concluído ou em cada página ou livro produzido, o autor estivesse em aflição permanente, com a corda das dificuldades a sufocar-lhe os sentidos.

Ao longo da sua carreira, sabemos que passou por bons e maus momentos. Os esplendores do sucesso, junto dos seus leitores mais fervorosos, alternaram com as sombras do desencanto, em que pontuavam o desinteresse dos editores e a falta do reconhecimento dos poderes públicos em relação ao trabalho intelectual camiliano. Porém, quaisquer que sejam as razões que se avancem para justificar as atribulações do romancista acerca de dinheiros, dever-se-iam reavaliar tais argumentos. Ou seja, os proventos advindos de uma profissão que,

<sup>478</sup> SANCHO, 1925: 523.

<sup>&</sup>lt;sup>479</sup> C. a Alexandre Herculano, de 09-03-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 903.

<sup>&</sup>lt;sup>480</sup> JORGE, [s.d.]: 93-94.

na opinião do escritor, se afigurava pouco compensadora em relação ao elevado esforço que implicava, deviam ser objeto de comparação com o montante de despesas a que se entregava, reflexo de uma personalidade excêntrica, indisciplinada em matérias de economicidade. Uma questão era o dinheiro auferido no exercício da profissão de escritor; outra, o descontrolo nos gastos.

De um manuscrito existente no acervo da Casa de Seide, que julgamos ser inédito e da autoria de Adolfo Cardoso Soares, seu amigo íntimo, transcrevemos um parágrafo bem caracterizador do trabalhador e do perdulário:

Camilo é trabalhador quando não tem dinheiro — mas logo que consegue arranjar 30 ou 40 libras não há forças humanas que o obriguem a sentar-se à banca de estudo — então gasta como um doido — são cavalos, sege — mulheres, trastes, livros, roupas — tudo para ele é um chamariz — depois quando se esgotam as últimas libras — fica apoquentadíssimo mete-se então em casa, não come, não fala, põe-se a cismar e a chorar como uma criança e quem então o vir decerto o julgará um doido. Este estado dura quando muito 2 dias depois principia a trabalhar com toda a força, escreve continuamente sem sair de casa — depois vem a vida habitual, depois o dinheiro — e com ele outra temporada de estroinice<sup>481</sup>.

Ao longo da vida, o trabalhador e o perdulário coabitaram em Camilo. Com o avançar da idade, o trabalhador foi perdendo o ímpeto produtivo, e o perdulário conteve a largueza do esbanjamento, sem deixar de se entregar, por vezes, a excessos que a prudência não recomendava: «Já estou em Seide. Vim como fui. Banhos nem um. Gastei o tempo ignobilmente. Joguei na roleta como qualquer patife. Perdi 120 libras como se as tivesse roubado. Agora, vou expiar o delito, ganhando-as mais devagar do que as perdi» 482.

Os dados estatísticos recolhidos na correspondência consultada refletem escassamente o espectro das aflições que se julga terem assombrado a existência do romancista: ou porque Camilo se conteve na confissão de tal estado, ou porque os seus destinatários se incumbiram de evitar que a posteridade conhecesse o real espectro das suas necessidades; ou, ainda, porque Camilo não as sentiu tanto quanto as valorizaram ou as consideraram os biógrafos em geral. Acreditamos mais nesta última hipótese. Só em 39 da totalidade da correspondência consultada (3563 cartas), Camilo alude ou expõe o seu precário estado financeiro, e 27 têm data anterior a 1863 (Tabela 8).

Na correspondência, o ano de 1863 assume-se como uma fronteira entre dois tempos na vida do homem e na atividade do escritor: o tempo dos excessos sentimentais e das enormes preocupações pela falta de dinheiro, e o tempo da família e do amenizar dos cilícios financeiros.

<sup>&</sup>lt;sup>481</sup> Cremos que o manuscrito é de 1862, quando Camilo ainda se encontrava detido nos cárceres do Tribunal da Relação do Porto.

<sup>&</sup>lt;sup>482</sup> C. a C. Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 169.

Tabela 8. Referências epistolográficas de Camilo às suas dificuldades económicas

Correspondência enviada	Número	Percentagem
Entre 1844 e 1863	27	0,76%
Entre 1864 e 1890	7	0,20%
Sem data	5	0,14%
Total	39	1,10%

Fonte: base de dados

A década anterior à sua instalação na casa e quinta de São Miguel de Seide, no inverno de 1863<sup>483</sup>, foi particularmente rica em desregramentos, inquietações e escândalos. Servem bem de amostra a vida de boémia que levou nas cidades das margens do rio Douro, o drama de Fanny Owen em que o implicaram, as relações de intimidade que vieram a conhecimento público no burgo portuense, sobretudo com a freira Isabel Mourão e o envolvimento adulterino com Ana Plácido. Tais factos tiveram consequências profundas na vida de Camilo e impactos no seu trabalho literário, que ele não previu. Para atrair as atenções amorosas de Ana Plácido, contraiu dívidas e atirou-se a despesas mais amplas que os seus parcos cabedais. Viu-se depois nas urgências de assegurar o mínimo de conforto à amante e ao filho desta, quando Ana rompeu com o marido e o abandonou, ou foi expulsa, do lar conjugal: «Achei-me de repente chefe de família, quando tinha a optar entre esta situação, e abandonar aos seus nenhuns recursos uma pobre senhora para cuja perda eu cooperara»<sup>484</sup>.

A convicção de Ana Plácido em manter a relação com Camilo e a desproporção enorme entre os bens de fortuna de Pinheiro Alves e os de Camilo vieram agravar-lhe as condicionantes do seu trabalho literário:

Vou trabalhar noite e dia para sustentar esta esposa e filho do coração. Se sucumbir ao trabalho sei que ela não me sobreviverá. Estes esforços hei de fazê-los sem que o mundo possa dizer com verdade que ela está às minhas migalhas.

[...]

Vou restringir as minhas despesas ao estritamente necessário para lhe valer. Há de amparar-me a honra do coração, e a ela, se a morte a não levar cedo, o meu amor, a dedicação alegre e contínua, embora me custe lágrimas ocultas<sup>485</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>483</sup> O capitalista Manuel Pinheiro Alves, marido de Ana Plácido, tinha falecido, em Vila Nova de Famalicão, em julho desse ano.

<sup>&</sup>lt;sup>484</sup> C. a Alexandre Herculano, de 09-03-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 903.

<sup>&</sup>lt;sup>485</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [1859]. In CABRAL, ed., 1984b: 80.

Fechada, ou aberta sob condições, a torneira do financiamento do capitalista traído, era a mão de Camilo a única a trabalhar para acudir a despesas de que nem ele próprio sabia a verdadeira extensão. Teve de se sujeitar a uma disciplina de trabalho regular e de contenção de custos, dois polos contrários de difícil gestão, a que não estava habituado. Efetivamente, Camilo homem não facilitava a vida ao Camilo escritor. Aliás, o homem era o grande problema do escritor. Não era nova a situação, como sabemos. Em missiva a José Barbosa e Silva, perto do Natal de 1856, o romancista regozijava-se pelo sucesso das suas obras. Produzia, tinha leitores e vendia tudo. Mas, em algumas linhas abaixo, soltava este lamento: «Que país, Santo Deus! e que posição tão desgraçada a minha! Ainda hoje começo a sentir a condenação de escrever nesta terra por necessidade! Eu espero tirar-me desta vida, por qualquer meio, cuja decência não questiono» 486.

Tentou diversos empregos na esperança de que algum lugar seguro lhe facilitasse a ambicionada estabilidade, redentora da penúria para que se sentia resvalar, e, sobretudo, lhe proporcionasse alguma «folga ao trabalho de imaginar» 487. Conseguiu a nomeação para adido honorário à legação portuguesa no Rio de Janeiro, mas sem direito a vencimento algum, nem acesso à carreira diplomática 488. Tentou um lugar nas Câmaras, soube que se achava vago «o lugar de secretário da Academia das Belas Artes do Porto» 489, candidatou-se a bibliotecário das Bibliotecas do Porto e de Viana do Castelo, a criar 491, e pensou propor-se à docência da cadeira de Economia Política, criada, então, na Escola Politécnica 492. Prometeram-lhe um lugar na secretaria da Instrução Pública 493, e «falou-se que ia ocupar um lugar na Secretaria da Marinha» 494. Nenhum destes planos de emprego se veio a concretizar.

Esforços idênticos estenderam-se às redações de alguns periódicos, como «A Aurora do Lima» ou «O Nacional». Embora viesse a ocupar lugares de destaque, os compromissos profissionais de Camilo com estas instituições acabaram por revelar uma pessoa volúvel e muito suscetível. Na cidade das margens do Lima, permaneceu menos de dois meses, regressando ao Porto, após se despedir, sem se prever, do jornal vianense. Ainda em 1857, e no ano seguinte, apareceu como encarregado da secção literária do diário portuense, «O Nacional»,

<sup>&</sup>lt;sup>486</sup> C. de [15-12-1856]. In CABRAL, ed., 1984a: 133.

<sup>&</sup>lt;sup>487</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [março de 1858]. In CABRAL, ed., 1984b: 29.

<sup>&</sup>lt;sup>488</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [19-09-1855]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1099-1100; C. a J. Lobo de Ávila Lima, de 07-12-1856. In VILHENA, 1958b: 200.

<sup>&</sup>lt;sup>489</sup> C. a destinatário não identificado, de [1856]. In MELLO, 1973: 121.

<sup>&</sup>lt;sup>490</sup> C. a Gustavo Nogueira Soares, de 09-10-1857. In CASTELO BRANCO, 2002: 631-632; C. a José Barbosa e Silva, de 21-11-1858, de 10-12-1858 e de [26-12-1858]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1115-1119; C. a Alexandre Herculano, de 02-12-1858, de 12-12-1858, de 10-01-1859, de 11-01-1859, de 26-12-1858 e de 24-01-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 897-902.

 $<sup>^{491}</sup>$  C. a José Barbosa e Silva, de [1858]. In CABRAL, ed., 1984b: 29-30; C. a José Barbosa e Silva, de 27-03-1858 e de 04-05-1858. In CASTELO BRANCO, 1994: 1108, 1111-1112.

<sup>&</sup>lt;sup>492</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [1858]. In CABRAL, ed., 1984b: 29-30.

<sup>&</sup>lt;sup>493</sup> C. a Duarte G. Nogueira Soares, de 27-09-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 629-631.

<sup>&</sup>lt;sup>494</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 15-05-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 470.

do qual se veio a desligar por arrufos com o proprietário José Joaquim Gonçalves Basto, seu amigo dedicado.

As tentativas de emprego não tiveram os resultados que Camilo desejava. Nas portas alternativas que se iam fechando não era estranha a influência da burguesia portuense, correligionária de Pinheiro Alves no desamor à sua pessoa. O capitalista não deixava por mãos alheias a oportunidade de lhe barrar caminhos de acesso a qualquer profissão estável. Se o romancista tivesse obtido emprego em repartição estatal, é de presumir que granjeasse algum conforto financeiro, propiciador do trabalho intelectual, e assim se entregasse à criação literária, por fruição do espírito e não por imperativos de subsistência. Mas é de questionar se a sua forte personalidade, perante a obrigatoriedade de se sujeitar a regras inerentes ao exercício de um cargo na função pública, ou a situação de compromisso natural e de gratidão para quem lhe conseguiu o emprego, impediria Camilo de abdicar da crítica descomprometida e de trocar a sua independência socioprofissional, ou sua a independência de pensamento, por uma remuneração regular. A harpa da acutilância camiliana com muita dificuldade se afinaria para não fazer cumprir, quando lhe aprouvesse e de que género fossem, propósitos de rebarbação e virulência, tal como Camilo confessou sob o pseudónimo João Júnior:

E eu, homem livre como o ar, não respeito conveniências algumas, nem me arreceio da responsabilidade grave que entre nós pesa sobre os escritores tímidos, e transigentes por um convite de baile, por um talher à mesa dos Cressus, por um aperto de mão em público, por uma cortesia à portinhola da americana.

Eu não vou a bailes, não como em casa de ninguém, lavo as mãos quando certas mãos mas apertam, e tenho a fortuna de ser míope, para enxergar dum trem apenas a parelha de cavalos mais visível.

Dizem-me que sou odiado por esta horda de cavalheiros de indústria infame<sup>495</sup>.

E era-o. Também, por isso, pagou cara a independência e alguma altivez, sofreu bem a consequência de certos atrevimentos e convenceu-se de que ultrapassar a série de contrariedades enfrentadas dependia, em grande parte, do que enviasse para as tipografias e para os jornais.

Como referimos, as relações com Ana Plácido só vieram agravar, ainda mais, a precária situação. Se pensou que, ao tornar-se amante da mulher de um homem rico, podia ter dela empréstimos ou doações, enganou-se. A relação adulterina obrigou-o a aumentar as receitas, porque as despesas só registavam tendência ascendente.

Viveu unicamente do seu trabalho, quaisquer que fossem os adiantamentos dos editores ou os empréstimos e dádivas bem simpáticas de amigos como José Barbosa e Silva. As dificuldades económicas eram muitas, e o retrato da sua situação financeira feito ao amigo de Viana ajudava a perceber o beco para onde Camilo arrastara a sua vida:

 $<sup>^{495}</sup>$  Cit. COSTA,  $ed.,\,1924$ -1929: III, 50. Publicado em «A Aurora do Lima», de 15 de junho de 1857.

Estou sem dinheiro: estou um escritor público no rigor da expressão. O pior é sentir-me tão baldo de inteligência como de dinheiro. Manda-me algum à conta do romance que há de ir depois de concluída a Carlota [Ângela]. Doze ou quinze libras salvam-me de entregar a tenda aos credores e mandar o estômago de presente ao cinerário de Gilbert<sup>496</sup>.

Entre fugas e clausura em convento, e face aos contínuos insucessos para demover Ana das ligações com o «gazetilheiro», Pinheiro Alves apertou o cerco a Ana Plácido e ao amante. Foi desencadeado o processo judicial, deram entrada na cadeia, e, para desgosto do marido traído, foram absolvidos e postos em liberdade. Nos quatro anos conturbadíssimos, entre 1859 e 1862, Camilo escreveu catorze títulos, entre romances (sete), teatro (quatro), novela (uma) e poesia (duas), alguns dos quais de superior relevo na sua bibliografia<sup>497</sup>. O escritor parecia conservar, nos momentos mais adversos, uma inabalável frieza, uma extraordinária resistência de espírito e uma rara determinação em não deixar que episódios nefastos da sua vida lhe perturbassem o trabalho literário. A criação ficcional revelava ter uma placenta própria, em que as ideias germinavam, medravam e se corporizavam à margem das turbulências da vida privada. Contudo, o dinheiro auferido não era suficiente para enfrentar as despesas e as obrigações a que estava sujeito, ou amortizar as dívidas acumuladas. Havia a agravante de que, por estes tempos, ao concluir um novo romance, já se haviam derretido todos os «pintos» disponíveis ou varrido as «migalhas do romance anterior»: «Um ano de cadeia, e ociosidade com falta de vista, secou-me as fontes dos recursos, que eram os créditos, os quais estou hoje solvendo com muito trabalho e muitas privações obscuras»<sup>498</sup>.

Em meados de 1863, alteraram-se conjunturas que tiveram repercussões, algumas quase imediatas, na vida e na obra de Camilo. Nasceu, em Lisboa, o filho Jorge. Morreu Pinheiro Alves, muito ressentido com as inconsequências do processo judicial e com vontade bastante para lhe infernizar a vida, ou recrutar apoios para materializar ódios ao romancista. Assumiu publicamente a relação conjugal com Ana Plácido, viúva do capitalista, numa atitude de clara mudança no seu relacionamento com as mulheres com quem mantivera, até então, ligações amorosas. Foi residir para São Miguel de Seide, o que representou muito para a criação de um ambiente familiar restaurador do corpo e da mente, para a sua estabilidade emocional, para o descanso facilitador do trabalho de criação e até para a aproximação e convívio com múltiplas realidades do mundo rural minhoto. Passou a ter, pela primeira vez na idade adulta, uma residência oficial, ainda que a moradia não lhe pertencesse, e ali iria permanecer, com acentuada regularidade, até ao termo dos seus dias. A bibliografia camiliana apresentou, também pela primeira vez, um epicentro da sua produção: o escritório das águas-furtadas da casa amarela de Seide. Mais do que ter moradia onde permanecer, sem se preocupar com custos de

<sup>&</sup>lt;sup>496</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [1858]. In CABRAL, ed., 1984b: 43.

<sup>&</sup>lt;sup>497</sup> Destacamos: em 1861, O morgado de Fafe em Lisboa, Doze casamentos felizes e O romance dum homem rico; em 1862, Amor de perdição, Memórias do cárcere e Coração, cabeça e estômago.

<sup>&</sup>lt;sup>498</sup> C. a Faustino Xavier de Novais, de 09-04-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 979-981.

alojamento e refeições, Camilo começou a beneficiar, de forma direta e indireta, dos bens de fortuna que couberam a Ana Plácido e a Manuel Plácido, por morte de Pinheiro Alves: «Em consequência de ter falecido o marido da Sr.ª D. Ana Augusta Plácido, creio que esta senhora irá brevemente ao Porto a fim de tomar conta do que puder salvar. Parece que o seu dote, ao menos, lhe darão» 499.

Ainda que o falecido tenha procurado impedir que a sua mulher viesse a usufruir de qualquer quinhão de seus bens, não o conseguiu: «A D. Ana disse-me hoje que parece possível salvar 30 contos. Bastam-lhe à sua independência» 500.

Pinheiro Alves deixou uma fortuna avaliada em 26 855\$580 réis, constituída por «bens móveis, bens de raiz e dinheiro em ser» 501. Depois de deduzidas as quantias devidas, ficou a pertencer «à viúva inventariante 11 259\$988 réis de sua meação; aos legados do terço 3753\$329; e ao menor 7506\$659 réis» 502. No entanto, estes números são insuficientes para sabermos, na verdade, o montante real das quantias que couberam em sortes à mulher e ao filho. A tarefa da contagem é estorvada por certos episódios cujos desenlaces se nos afiguram difíceis, ou mesmo impossíveis de deslindar, nomeadamente o que respeita à atitude de alguns testamenteiros:

É certo que, segundo o testemunho de um Sousa Guimarães, falecido há 3 anos na Baía, íntimo amigo do marido daquela senhora, em mão de Joaquim Pinto Leite ficaram 40 contos de réis de Manuel Pinheiro Alves.

Francisco de Paula da Silva Pereira me disse a mim que Pinheiro Alves deixaria as coisas dispostas de modo que a sua fortuna viesse a ser restituída ao filho, porquanto o seu intento era impedir que a viúva tivesse quinhão na sua fortuna dele. Os 40 contos portanto eram, ao que deve inferir-se, destinados ao filho, quando perfizesse os 22 anos<sup>503</sup>.

Que destino teve esse considerável montante destinado extralegalmente a Manuel Plácido? Desconhecemos se a avultada soma lhe chegou a ser entregue ou se, após a sua morte aos 19 anos, a mãe veio a ter posse da mesma. O que sabemos por Camilo é que Sousa Guimarães, poupado por Ana Plácido a depor na disputa dessa fortuna, «deixou-lhe [em compensação] 8 contos de réis fracos»<sup>504</sup>.

Apesar das peripécias comuns a heranças, e nesta em especial, tudo faz crer que o usufruto dos bens e dinheiros herdados do brasileiro de torna-viagem proporcionou uma vida

<sup>&</sup>lt;sup>499</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 16-07-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 472-473.

<sup>&</sup>lt;sup>500</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1863]. In CASTELO BRANCO, 2002: 686-687.

<sup>&</sup>lt;sup>501</sup> Aqui se incluía a casa amarela e a quinta de Seide, com o valor estimado de 700\$000 réis, e que poderia render, por ano, «livre de reparos a quantia de 35\$000 réis» (CABRAL, 1995: 124).

<sup>&</sup>lt;sup>502</sup> PIMENTEL, 1913b: 261.

<sup>&</sup>lt;sup>503</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 617-619.

<sup>&</sup>lt;sup>504</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 617-619.

mais desafogada ao casal. Diríamos mais: Ana Plácido não trouxe problemas económicos ao romancista, porque era rica.

Ao longo da vida, Camilo foi beneficiário e protegido por adjacências financeiras que não podemos depreciar. Se se agravasse a sua situação económica, não lhe faltariam apoios em contexto familiar. Primeiro, os haveres avultados de Pinheiro Alves chegados à pertença de Ana e de Manuel Plácido, em 1863, sendo os deste «administrados pela mãe, sob a tutoria sucessiva do visconde de Lagoaça e do barão da Trovisqueira»<sup>505</sup>. Segundo, o excelente bem-estar financeiro da filha Bernardina Amélia, que casara, em dezembro de 1865, com o argentário António Francisco de Carvalho, possuidor de bens orçados em duzentos contos. Terceiro, a morte prematura de Manuel Plácido, em setembro de 1877, fez com que Ana Plácido herdasse os bens do filho<sup>506</sup>. Quarto, o casamento de Nuno com Isabel Macedo, o «diamante negro», uma das mais ricas herdeiras do concelho de Vila Nova de Famalicão, ocorrido em 1881. Quinto, Ana Plácido vendeu no escritório do tabelião Tomás Megre Restier, a 24 de agosto de 1883, a moradia da Rua Nova do Almada, no Porto, que lhe rendeu quatro contos de réis<sup>507</sup>. Sexto, Camilo foi agraciado, em 1885, com o título de Visconde de Correia Botelho, pelo rei D. Luís, e «a nobilitação significava uma aposentação condigna»<sup>508</sup>. E, por último, a atribuição de uma pensão anual e vitalícia de 1000\$000 réis a favor de Jorge, o filho demente, «mas de que o pai era desde logo usufrutuário»<sup>509</sup>.

Quaisquer que fossem as influências dos contextos citados na sua vida, foi intensa a atividade literária do romancista e dessa imensa produção veio a obter significativos proventos.

Desde 1864 ao suicídio, redigiu um número notável de trabalhos (Tabela 9).

Os montantes totais auferidos por Camilo não são de fácil apuro, até porque desconhecemos que tenham sido preservados os arquivos dos principais editores e editoras de Camilo. Numa carta ao seu amigo de infância, o Visconde de Ouguela, o escritor parece adiantar uma resposta parcial à nossa pergunta: «A minha independência tem-me sido muito cara. Trabalho há 22 anos, tenho 101 volumes publicados, e tenho a honra de te dizer que tendo ganho 36 contos a escrever, e tendo gasto 12 contos do meu património, os meus filhos não têm a herdar de mim 2 patacas da Junta Suprema» 510.

A acreditar nas palavras de Camilo, ele teria, pelo ano de 1872, cerca de 24 contos de réis, uma soma que rondava o valor dos bens que Ana Plácido e Manuel Plácido tinham herdado de Pinheiro Alves.

<sup>&</sup>lt;sup>505</sup> CABRAL, 2003: 623.

<sup>&</sup>lt;sup>506</sup> Em duas cartas enviadas a Matos Moreira, Camilo solicitou ao editor que providenciasse o averbamento de inscrições em nome de Ana Plácido e o pagamento dos juros vencidos que lhe «pertencem indisputavelmente como administradora». Pelo que refere o romancista, os juros do segundo semestre de 1877 eram 340\$500 réis (C. de 09-10-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 725; C. de 04-02-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 726-727).

<sup>&</sup>lt;sup>507</sup> BASTO, 1959b: 1 e 3.

<sup>&</sup>lt;sup>508</sup> CABRAL, 1995: 148.

<sup>&</sup>lt;sup>509</sup> CABRAL, 2003: 149.

<sup>&</sup>lt;sup>510</sup> C. de [17-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 95.

Tabela 9. Bibliografia ativa produzida antes e depois de 1863<sup>511</sup>

Bibliografia	Entre 1845 e 1863	Entre 1864 e 1890
Títulos originais e volumes	67	113
Organização de textos e prefácios	_	5
Traduções	3	13
Prefácios	7	38
Total	77	169

Fonte: CABRAL, 2003: 80-85; SANTOS, 1916-1926

Contabilizando a produção camiliana desde a sua vinda para Seide, em 1864, até à morte, em 1890, na qual se devem incluir as segundas, terceiras, quartas, quintas e sextas edições de grande número das suas obras, podemos concluir que o romancista obteve proventos suficientes do seu trabalho para conseguir levar, e proporcionar à sua família, uma vida sem sobressaltos. Além disso, feita a comparação com vencimentos de outras profissões, os seus honorários não saíam a perder. Vejamos: em 1866, foi aberto concurso «para o provimento de um dos partidos médicos» do concelho de São João da Pesqueira, «com o ordenado anual de 400\$000 réis, livres de contribuições»<sup>512</sup>. Um ano antes, Camilo recebeu, do «Jornal do Comércio», 220\$00 réis por um único romance, *A Queda dum Anjo*, e, em 1868, por outro não especificado, 280\$000 réis. O dinheiro pago ao escritor por qualquer um dos títulos originais inseridos em folhetins no «Jornal do Comércio» era superior a metade do salário anual de um médico, ainda que a exercer funções fora dos grandes aglomerados urbanos.

É impossível conhecer os ganhos totais. Mas Camilo deixou-nos indicações sobre as importâncias em jogo na negociação dos seus inéditos:

Eu há mais de 20 anos que não vendi propriedade de algum livro por menos do valor de 500 exemplares segundo o preço arbitrado pelo editor; e vendendo por este preço ainda me considero muito inferior a Guerra Junqueiro que vendeu por 1000\$000 de réis um volume de versos, e ao Eça de Queirós que vendeu ao Chardron um romance por 1200\$000 réis, (simplesmente 5000 exemplares)<sup>513</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>511</sup> Tabela elaborada com base na enumeração dos títulos da produção camiliana apresentada por CABRAL, 2003: 81-85. Não se incluíram neste cômputo as segundas e outras edições das suas obras, as «obras póstumas», as «obras perdidas» e as «obras em colaboração».

<sup>&</sup>lt;sup>512</sup> Noticiário, 12 mar. 1866: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>513</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 30-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 200-201.

Nem sempre os honorários recebidos se baseiam no princípio de que o editor pagava ao escritor a importância correspondente ao preço de quinhentos exemplares<sup>514</sup>. O preçário subia ou descia consoante o número de páginas, de fascículos ou de volumes da obra a publicar. E apesar de ter recebido quantias inferiores às auferidas por Junqueiro ou Eça, como Camilo afirmava, as páginas da correspondência mostram um homem detentor de conhecimento, de habilidade e de «olho de negociante» para não se deixar ludibriar com facilidade. Tanto mais que não vislumbrámos um único caso em que as dificuldades económicas por que estivesse a passar, ou a desesperação de não ter quem lhe editasse a sua produção, o levasse a baixar o preço que achasse justo pela venda dos seus escritos.

No nosso ponto de vista, o escritor não devia lastimar-se por ser mal remunerado nem deplorar que as arduidades financeiras derivavam da escassez de receitas. O que Camilo tinha era situações que lhe faziam emagrecer os pecúlios<sup>515</sup>, mas não o suficiente para crermos que escrevia sempre em conjunturas de «extrema precisão, com credores à porta e a fome em casa»<sup>516</sup>. Nem devemos levar muito à letra as suas afirmações, apesar de estas patentearem, em certos momentos, um nítido cansaço pela atividade da escrita e de aludirem ao seu desencanto por se obterem mais proventos em outras profissões, sem tanto trabalho e dedicação:

Eu estou concluindo um perfil biográfico do visconde de Ouguela; depois continuarei a Herança de Londres. Em 1873 traduzirei para a casa Chardron um Dicionário de educação e ensino, que me levará todo o ano. Feito isto não farei mais nada. Oferece-se-me uma aberta para fugir da galé das letras. Um compadre que tenho nos sertões da África, e daqui foi para lá com Vieira de Castro, convida-me a associar-me com ele em negócio de café, gomas, urzela, marfim, etc. Começo a estudar os livros que dizem respeito àquela ciência. Por todo o ano que vem devo ir abrir a loja em Lisboa, vestir a jaleca, e educar meus filhos entre o balcão e as balanças. Livros vendo-os todos pesando-os na balança do café. Se alguém me lá for falar em letras, dou-lhe com os dentes do elefante na cara e quebro-lhe os próprios. Antes disso hei de, querendo Deus, escrever um opúsculo de despedida. Espero que seja a menos pior das minhas tretas literárias. Quando V. Exa honrar o meu estabelecimento, dou-lhe uma chávena de café de Moka em vez de insossos capítulos de novelas 517.

«Viver para escrever» e «escrever para viver» são, entre *Os pundonores desagravados* (1845) e *Nas trevas* (1890), duas realidades ilaqueadas em torno de Camilo como profissional das letras. O romancista terá sido quem mais contribuiu para a construção da imagem de que era um escravo das letras ou de que escrevia com extrema precisão de dinheiro. Com base em

<sup>&</sup>lt;sup>514</sup> O último romance de Camilo, *Vulcões de lama*, editado em 1886, foi colocado à venda pelo preço de 700 réis. Camilo pediu apenas 300\$000 réis pela propriedade de direitos de autor (C. a Eduardo da Costa Santos, de 22-11-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 256).

<sup>&</sup>lt;sup>515</sup> Referimo-nos, por exemplo, aos problemas de saúde, que o obrigavam a constantes deslocações para consultas e tratamentos.

<sup>&</sup>lt;sup>516</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [05-03-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 433-434.

<sup>&</sup>lt;sup>517</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [07-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 430.

tal pressuposto, gerações de leitores ou o imaginário coletivo potenciaram e supervalorizaram estas variáveis como as principais condicionantes da escrita camiliana.

O estudo realizado do acervo epistolar não nos permite concluir que as dificuldades económicas estejam ao nível do que comummente é dado como adquirido em Camilo. A apreciação que responsabiliza as carências monetárias como a causa que obrigou o romancista a vergar-se sobre a banca de trabalho, ou o fermento que fez medrar a extensão da sua obra literária, tem de ser reequacionada. À luz dos dados fornecidos pela correspondência, dever-se-ia admitir, como realidade mais consistente, a circunstância de que ter sucesso como escritor se tratava de um projeto de afirmação pessoal, no panorama literário de um país com um leque de excelentes escritores e com um número reduzido de público leitor das obras que produziam. Dever-se-ia concluir que, para Camilo, o trabalho de compor livros «era bálsamo para a sua alma» e se convertia num «processo de fuga»<sup>518</sup> a penosas situações familiares, que lhe derrubavam o ânimo mais resistente. Dever-se-ia também pressupor que escrever se transformava num comportamento de sublimação das suas dores e dos seus fantasmas. E, por último, concluir que o ato da escrita, a par da leitura compulsiva e do estudo persistente, constituía a sua maior realização, satisfação e, diríamos até, autossobrevivência intelectual.

#### 3.1.1. O trabalho literário

Da redação dos periódicos para os quais principiou a escrever, publicando artigos de pendor político ou folhetins, aos hotéis e hospedarias onde se alojou, ou da estreita mesa de madeira da sua cela nos cárceres da Relação do Porto à larga secretária do gabinete na casa de Seide, muitos foram os locais onde o romancista instalou a sua forja. Nas permanentes deambulações, sobraçava a «bigorna [de] bater moeda falsa das letras»<sup>519</sup>, uma pequena mala com linguados de papel, tinteiro, vários cabos de osso e aparos, o que lhe permitia assegurar condições para escrever e responder aos apelos imediatos da inspiração, a qualquer hora e lugar onde estivesse.

Folheando, por amostra, algumas obras da bibliografia de Camilo, logramos identificar várias localidades que calcorreou repetidas vezes e onde sediou a produção de certos livros. As que encontramos com mais ocorrência nos prefácios, dedicatórias ou advertências são Coimbra<sup>520</sup>, Leça da Palmeira<sup>521</sup>, Lisboa<sup>522</sup>, Porto<sup>523</sup> e São Miguel de

<sup>&</sup>lt;sup>518</sup> FONSECA, 1953: 200.

<sup>519</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 244.

<sup>&</sup>lt;sup>520</sup> O Comendador, de 15 de setembro de 1875.

<sup>&</sup>lt;sup>521</sup> A queda dum anjo, de 27 de setembro de 1865; Luta de gigantes, de outubro de 1865.

<sup>&</sup>lt;sup>522</sup> Esboços de apreciações literárias, de 21 de março de 1863; O bem e o mal, de 22 de junho de 1863; Noites de Lamego, de 12 de julho de 1863; Delitos da mocidade, de 22 de junho de 1889. Em momento de aflorada ironia, dirigiu à capital comentário pouco elogioso sobre as condições que esta lhe proporcionava para trabalhar: «Lisboa é má terra para escrever. Tiram-me os ociosos metade do tempo, e a outra reparto-a entre o trabalho e os desgostos» (C. a José Gomes Monteiro, de [1862]. In CASTELO BRANCO, 2002: 537).

<sup>&</sup>lt;sup>523</sup> Anos de prosa, de 1858; Amor de perdição, de 24 de setembro de 1861; A filha do doutor negro, de 1863; Horas de paz, de janeiro de 1865; Olho de vidro, de 3 de março de 1866; Quatro horas inocentes, de 25 de junho de 1871.

Seide<sup>524</sup>. Uma casa campestre nesta última terra veio a assumir, entre as demais, como já dissemos, uma importância basilar na vida do escritor, e o escritório das águas-furtadas um valioso peso simbólico no universo ficcional camiliano. A longa permanência em Seide teve a particularidade de potenciar o enlaçamento da vida própria e alheia com a ficção do romancista, além de lhe ocasionar a convivência com a moldura humana da região e a proximidade com a paisagem física minhota. Habitar naquela freguesia criou-lhe mais pontes de contacto efetivo e afetivo com as populações rurais e com o Portugal profundo do interior norte, o que facultou ao escritor páginas de vida e contextos que não podia desbaratar na edificação do universo ficcional<sup>525</sup>. Desfigurando nomes de pessoas ou transmudando localidades, Camilo apropriou-se das histórias de vida que o circundavam, inspirou-se no pulsar dos lugarejos e dos núcleos urbanos ainda a transbordar de forte ruralidade. E retratou os cenários naturais de verdura que tingiam o Baixo e Alto Minho, em contraste com o solo agreste e duro de Trás-os-Montes e Alto Douro. Valorizem-se ou subestimem-se estas conjunturas nas criações literárias camilianas, estas foram sempre importantes trunfos para se aproximar dos seus leitores, e alguns dos mais consistentes e convincentes traços de verosimilhança conferidos às suas narrativas:

No meu método de escrever estas coisas fúteis chamadas «romances» tenho levado sempre em vista aliar à fantasia a verosimilhança, e ao recreio a defesa de alguma ideia moral, com o fim de implantar no ânimo do leitor boas impressões da virtude. Se o não tenho conseguido, é culpa da deficiência de engenho, ou moléstia do tempo que vai pouco para apoteoses da virtude<sup>526</sup>.

### 3.1.1.1. As fontes do trabalho literário

As fontes camilianas parecem partir, sobretudo, de recordações das suas próprias vivências, de informações facultadas por amigos seus e de impulsos resultantes das aturadas leituras que fazia. Quanto às primeiras, como já referimos, vida e ficção confundem-se. As memórias pessoais encontram-se polvilhadas em toda a sua obra, mas na epistolografia a confirmação da conexão vida/obra tem poucas ocorrências. Raras foram as situações em que o escritor deixou escapar, para as cartas, emoções ou confidências relacionadas com as obras que estava a redigir e nas quais havia desvelamento de pormenores autobiográficos. Vejamos dois exemplos. Um local predileto de Camilo, por ele visitado em tenra idade e aonde retornou amiúde no rolar

<sup>&</sup>lt;sup>524</sup> Coisas leves e pesadas, de 19 de junho de 1866; A doida do Candal, de maio de 1867; Correspondência epistolar, de junho de 1874; Gracejos que matam, de 26 de agosto de 1875; O cego de Landim e A morgada de Romariz, ambos de julho de 1876; O degredado, de 20 de novembro de 1876; O filho natural, de 25 de setembro de 1876; Maria Moisés, de novembro de 1876; Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros, de 1 de janeiro de 1879; Eusébio Macário, de junho de 1879; Maria da Fonte, de 21 de novembro de 1884.

<sup>525</sup> São muitos os arquétipos a comprová-lo: A brasileira de Prazins, Maria Moisés, O Senhor do Paço de Ninães, O Comendador, Beatriz de Vilalva, Aquela casa triste, A bruxa do Monte Córdova, entre outros. ARAÚJO, 1925; CASTELO BRANCO, 1925. Seja dito também que a estada de Camilo nesta localidade e a dimensão intelectual da sua personalidade elevaram o topónimo de São Miguel de Seide a um nível de grandeza histórico-cultural, a exemplo do que se veio a verificar com a presença de Herculano em Vale de Lobos, Rosalía de Castro em Padrón, Flaubert em Croisset ou Vitor Hugo em Jersey ou Guernesey.

<sup>&</sup>lt;sup>526</sup> C. a José Ferreira de Melo e Andrade, de 09-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 987.

dos anos, foi o Bom Jesus, em Braga. Por diferentes razões, o romancista buscou ali conforto espiritual, o convívio com amigos do seu círculo restrito e o efeito balsâmico daquelas árvores centenares. A forte ligação a este lugar de culto teve honras literárias em *Duas horas de leitura* (1857), *No Bom Jesus do Monte* (1864) e em *Boémia do espírito* (1886), e referências abundantes na epistolografia. Contudo, poucas vezes Camilo informou um destinatário, como o fez a Alberto Pimentel, de ter transposto para uma das obras citadas as evocações saudosas, ou as ternas lembranças, da convivência que por ali teve com pessoas de quem gostava: «Estive à porta do Mosteiro de Alpendurada com José Augusto Pinto de Magalhães, da casa de Lodeiro, em Santa Cruz do Douro. É o personagem de um fragmento de um livro que intitulei: *No Bom Jesus do Monte*. Era em dezembro de 1850. Há 20 anos!» <sup>527</sup>.

Mais raro, ainda, é Camilo revelar a verdadeira identidade da pessoa que lhe serviu de inspiração e que assumiu identificação diferente na sua prosa ou na sua poesia. Falamos de Fanny Owen, mulher do referido José Augusto Pinto de Magalhães, ambos personagens de uma história de amor com fim trágico, que alimentou a seiva do imaginário ultrarromântico e da sociedade portuense de meados de oitocentos. Em *Um livro*<sup>528</sup>, Fanny é «Alda», figura feminina que integra o périplo de idealizações poéticas por várias mulheres da vida do romancista, desde as melifluidades da infância a outras marés afetuosas do coração na juventude ou em idade posterior:

Que te parece a morte de José Augusto? Dentro de um ano, rapta a mulher, casa, vê-a morrer de consunção moral, e morre mês e meio depois! O infeliz deixou atrás de si uma opinião pública bem desvantajosa!... Querem ver o dedo providencial naquele fim. Sei tudo — acompanhei aquelas agonias até ao último arranco, mas acho que a pedra que vai cobrir aqueles dois cadáveres é sagrada. Aquele conto que principia «Alda» é essa mulher. — A ti o revelo — e terás compreendido metade do drama<sup>529</sup>.

No respeitante à prosa, inteirou o destinatário de que estava a redigir «um romance político», e que lera fragmentos a Teófilo e a Tomás Ribeiro. Concebera-o «num acesso de zanga», e, uma vez começado, tinha de ser concluído: «são discursos parlamentares proferidos por um doutor Libório, que vem a ser o doutor Aires<sup>530</sup>, em pessoa, linguagem, e superabundância de vaidade e tolice»<sup>531</sup>.

Ter-se demorado na Cadeia da Relação do Porto, durante mais de 365 longos dias, propiciou a Camilo a convivência com dramas e misérias humanas constelados de parricidas, violadores, assassinos, moedeiros falsos, prostitutas, ladrões e outra casta de criminosos. O conhecimento de desgraças dos seus infelizes vizinhos, haurido nas conversas dos

<sup>&</sup>lt;sup>527</sup> C. a Alberto Pimentel, de [1870]. In PIMENTEL, 1905: 189-190. O fragmento a que Camilo alude é o capítulo «1854». <sup>528</sup> CASTELO BRANCO, 1854: 117 e seguintes.

<sup>&</sup>lt;sup>529</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [19-10-1854]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1093-1094.

<sup>530</sup> CABRAL, 2003: 370-371. Verbete: GOUVEIA (Osório), António (Frutuoso) Aires de.

<sup>&</sup>lt;sup>531</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1865]. In CASTELO BRANCO, 2002: 482.

corredores dos quartos de malta, os testemunhos de sofrimento de outros prisioneiros a quem as trágicas voltas da má fortuna malsinou as existências e a leitura dos registos processuais de pessoas mortificadas por vidas cruéis, que a justiça sepultou e esqueceu nas enxovias, deram-lhe a matéria-prima para construir o conjunto de narrativas reunidas em *Memórias do cárcere*. Se a memória dos tempos passados naquela fortaleza de granito gélido e húmido já lhe era penosa, não lhe foi menos espinhosa a tarefa de a transformar em letra impressa, de levar ao conhecimento do público chagas purulentas da condição humana, ali tão cruamente reunidas e a circularem em espirais de medrança, de definhamento ou de morte:

Mando a V. S.ª o final das Memórias. Creio que me foi menos dolorosa a cadeia que o recordá-la. Em todo este trabalho, nem uma flor que me aromatizasse a fantasia! Se me eu desse a escrever outra obra deste género, não voltava mais às minhas queridas imaginações, que lá me salvaram no cárcere<sup>532</sup>.

Outro género de fontes do trabalho criativo eram as informações facilitadas por amigos e por pessoas do seu círculo de relacionamentos, quer por pedido prévio de notícias por parte do escritor quer por iniciativa de alguém que lhe entregava resumos ou documentos propícios à construção de uma qualquer narrativa ficcional.

Saíram da sua frágua apelos de ordem vária<sup>533</sup>. Para a redação de o *Perfil do marquês de Pombal*, foi-se munindo do que houvesse para vulgarizar, ou mesmo arrasar, a figura histórica do governante. Assim, pretendendo elaborar algumas linhas biográficas sobre o desembargador José de Mascarenhas, pediu o envio de cartas endereçadas pelo magistrado ao arcebispo Manuel do Cenáculo, mas só as que tivessem substância: aquelas «onde vir que há pontos biográficos» <sup>534</sup>.

Embora na posse do que se imprimiu e de vária documentação inédita, interrogou o Conde de Azevedo se ele não tinha, entre os seus manuscritos, algo que se revelasse importante para o livro que estava arquitetando, *D. António, Prior do Crato*<sup>535</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>532</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-02-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 464-465.

<sup>533</sup> Apesar dos exemplos apresentados, deixamos em nota outros casos de informações requeridas por Camilo, sem nos orientarem critérios de exaustividade, supondo o eventual interesse de futuras investigações. Ao coligir e comentar *Cancioneiro alegre*, solicitou a Alexandre da Conceição o envio de poesia de sua autoria (C. de 08-12-1878. In CASTELO BRANCO, 1994: 816). Para outro caso, pediu a Eduardo da Costa Santos que fizesse ou mandasse fazer cópia de «O Nacional» (maio de 1846) de correspondência de Braga a respeito do padre Casimiro (C. de [16-12-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 235). Pediu a compra e o envio de *Um prato de arroz doce*, de Teixeira de Vasconcelos, por causa da *Maria da Fonte* (C. a Eduardo da Costa Santos, de [22-11-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 230), e também do livro *L'homme-femme*, ou de mais alguma obra que debatesse o tema, por pretender redigir um folheto a «tratar da questão jocosamente» (C. a Ernesto Chardron, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 919). Requereu o empréstimo «das crónicas de Fernão Lopes e a de D. Pedro, *o Cruel*, de Castela», porque estava a escrever «uns quadros históricos» (C. a Vieira Pinto, de 26-01-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 1123), e notícias sobre ter-se ou não publicado, no século XVIII, um livro com o título *Compêndio da vida e feitos de José Bálsamo, chamado o conde de Cagliostro*, dado que tinha consigo «o manuscrito com as páginas rubricadas pelo selo do Santo Ofício» (C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 12-01-1874. In VILA-MOURA, *compil.*, 1913: 64).

<sup>&</sup>lt;sup>534</sup> C. a António F. Barata, de 25-05-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 835-836.

<sup>&</sup>lt;sup>535</sup> C. de 03-04-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 1340-1348. Camilo não chegou a escrever esta obra. Porém, sabemos que nos deixou inéditos, e que publicou vários quadros históricos sobre o tema: «Subsídios para a história

Agradeceu a cópia de um documento primacial para *O regicida*: a sentença proferida contra Domingos Leite Pereira por este querer matar D. João IV, o sedutor de sua mulher<sup>536</sup>.

Ao rabiscar, com pouca resolução, a *Divindade de Jesus*, perguntava se foi ultimamente publicado, em língua francesa, o livro *Jesus Cristo é Deus*, e, em caso afirmativo, rogava ao destinatário que o mesmo lhe fosse remetido<sup>537</sup>.

Na sequência do seu interesse pela parenética portuguesa, Camilo projetou redigir a *História do Púlpito em Portugal: origem, progresso, decadência e renascimento*<sup>538</sup>. Para esse fim, escreveu a solicitar trabalhos concernentes ao assunto, sobretudo «indicações históricas, divisões de épocas e períodos com os quais eu possa urdir mais amplamente os meus estudos»<sup>539</sup>. Leu muitas dezenas de volumes de sermões e pensava ler outro tanto destes tesouros, dos melhores «de linguagem portuguesa»<sup>540</sup>. Reunindo, embora, um conjunto abundante de documentos que lhe subsidiavam a tarefa, Camilo, por razões que desconhecemos, esfriou o entusiasmo, desistiu do plano sobre a *Oratória Sagrada em Portugal* e vendeu o que chamou uma verdadeira «mina»<sup>541</sup>. Talvez porque o esforço a empregar, e o tempo necessário para a concretização do projeto, não lhe pareceu que tivesse a devida compensação em vendas. Confirmava-se o irónico prognóstico do romancista a Feliciano de Castilho: «Há de sair obra perfeita para... arruinar outro editor»<sup>542</sup>.

No decurso do múnus literário camiliano, aconteceu haver recebimento de informações sem termos descoberto a «carta pedido» do romancista. Foi o que se verificou com Pinho Leal. O historiador endereçou a Camilo duas missivas<sup>543</sup> e uma planta do Cais do Tojo, para este emoldurar melhor o suplício de certa personagem. Dava informações verídicas e ampliadas sobre o local da forca, os vários caminhos percorridos pelos condenados, desde o Limoeiro ao patíbulo, e o que se fez com o corpo, após o enforcamento<sup>544</sup>. Justificava a necessidade dos

da sereníssima casa de Bragança» (CASTELO BRANCO, 1874g: 93-100) e «D. Luís de Portugal: neto do Prior do Crato» (CASTELO BRANCO, 1883c).

<sup>&</sup>lt;sup>536</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 12-09-1873. In CABRAL, 1922: 142-144.

<sup>&</sup>lt;sup>537</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 534-535.

<sup>538</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [15-01-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 357-358.

<sup>&</sup>lt;sup>539</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de [1865]. In CABRAL, 1922: 124-126.

<sup>&</sup>lt;sup>540</sup> C. a José Bento de Araújo Assis, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 937-938.

<sup>&</sup>lt;sup>541</sup> Em 1867, o escritor disse que já tinha 119 volumes de sermões, tanto dos bons como dos maus (C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 20-01-1867. In CABRAL, 1922: 134-136). E, em outro momento, que não podemos precisar, afirmou ter reunido 642 sermões manuscritos, muitos dos quais com mais de um século (C. a António Vitorino da Mota, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 864).

<sup>&</sup>lt;sup>542</sup> C. de [15-01-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 357-358.

<sup>&</sup>lt;sup>543</sup> Cartas a Camilo, de 20 de maio de 1877 e de 24 de maio de 1877 (*Acervo de Correspondência*, n.ºs 696 e 697, Casa de Camilo). A planta referida não foi encontrada.

<sup>&</sup>lt;sup>544</sup> Em 1877, Camilo publicou *A viúva do enforcado*. O marido da personagem Teresa de Jesus, António Maria das Neves, morreu numa forca do Cais do Tojo. A carta que Camilo transcreve no final da novela, e que lhe foi enviada por Pinho Leal, conta os pormenores do enforcamento de António das Neves. Não encontrámos esta missiva no acervo do Museu de Seide, por ter sido oferecida por Camilo, segundo cremos, com outras quatro de Pinho Leal, a um poeta e diplomata brasileiro (*Catálogo da camiliana de Francisco Garcia Saraiva*, 1940: 120). Mas verificamos que, na parte final da carta, o romancista inclui um parágrafo retirado da missiva de Pinho Leal, de 20 de maio de 1877, no qual se lê: «Como sempre houve alguma suspeita de *rapto*, todo o espaço marcado na planta com \*\*\*\* estava cheio de tropa.» O escritor apresenta, assim, ao leitor uma carta composta a partir de duas que recebeu do seu amigo.

esmiuçados esclarecimentos, apesar de ter a noção de que, em matéria de romances históricos, assistia outra liberdade ao autor que a não tinha o cronista. Ainda se ofereceu para, numa segunda edição de *O degredado*<sup>545</sup>, dar mais algumas notícias sobre João Evangelista: «conheci[-o] perfeitamente, pois foi meu senhorio quatro anos».

Pelo correio entregue na casa de Seide, vinham outras sugestões de escritos<sup>546</sup>. Feliciano de Castilho<sup>547</sup> rogou a Camilo que, por amor às crianças e para proveito da Pátria, escrevesse um romance em que defendesse sobretudo a qualificação do ensino público e fizesse «ressair a infame bruteza da escola galé, e do ensino sevícia». O pseudoensino, uma espécie de «infanticídio» imposta aos desprotegidos pela fortuna, exigia a intervenção, o sopro do talento e o bastão da autoridade intelectual camiliana. O romancista concordou com a ideia proposta pelo amigo, mas não resistiu em enramalhetar a resposta com o seu registo humorístico:

Sugere-me V. Ex.ª uma graciosa ideia para um livrinho. Olhe que a minha invenção está aquém da beleza filosófica do assunto: eu não sei senão pintar muito nuas, as misérias que me aparecem enroupadas, como galego sórdido que se vestiu no aljubeta. Vou atrás do galego, e dispo-o, se ele se não esconde nos reposteiros da secretaria do Reino, que está muito perto da Rua dos Algibebes. Quando ele sai de lá, já as conveniências saem com ele. A comenda é uma mordaça, quando não é a tampa de uma latrina, da qual fogem os narizes suscetíveis<sup>548</sup>.

Em carta de 1882<sup>549</sup>, o autor de *Portugal Antigo e Moderno* dizia haver um facto histórico que tinha merecido, até então, e segundo ele, apenas a atenção dos jornais: a revolta e morte do «Remexido». Entendia que, se Camilo se debruçasse sobre o assunto, produziria um romance histórico tão apreciável pelo público quanto o da *Maria da Fonte*, que estava a escrever. Pinho Leal disponibilizava-se, se Camilo o entendesse, a facultar-lhe um manuscrito que lhe emprestou Miguel Rodrigues de Sousa Piedade, médico liberal, da cidade de Faro. Se fosse descontada parte da animosidade com que foi redigido e acrescentadas as necessárias explicações, poderia Camilo obter um romance sobre o legendário guerrilheiro<sup>550</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>545</sup> É uma das *Novelas do Minho*, cuja primeira edição data de 1877. «Essa biografia pareceu-me bem de molde para estes tempos, e é fundamentalmente verídica. A história escreve-se assim para que os superficiais aprendam pelo menos a índole da sua época. Folgo que lhe vão agradando estes livrinhos» (C. a Matos Moreira, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 714). Não voltou a ser impressa em vida do romancista. Sobre a novela *O degredado*, e a observação de Camilo «fundamentalmente verídica», consulte-se CONDE, 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>546</sup> Numa breve leitura da correspondência recebida por Camilo, existente no acervo da Casa de Seide e listada em *Camilo homenageado* (pp. 9 a 213), encontrámos autógrafos pelos quais se disponibilizam as mais diversas informações ao romancista, seja a seu pedido, ou não. Em futuros trabalhos de investigação, poderá ter interesse estudar o grau de correlação entre as informações prestadas e a utilização que Camilo lhes deu nas suas obras ficcionais. Neste âmbito, está por estudar, nomeadamente, o aproveitamento literário de um «diário amoroso» e das cartas de amor de Gertrudes da Costa Lobo a Camilo, para este redigir a obra *Memórias de Guilherme do Amaral*, editada em 1863. Consulte-se TELES. 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>547</sup> C. de António Feliciano de Castilho a Camilo, de 01-09-1864. In COSTA, ed., 1924: 1-4.

<sup>&</sup>lt;sup>548</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 06-09-1864. In COSTA, ed., 1924: 4-5.

<sup>&</sup>lt;sup>549</sup> C. de Pinho Leal a Camilo, de 23-10-1882. In Acervo de Correspondência, n.º 701, Casa de Camilo.

<sup>550</sup> Pinho Leal voltou a falar-lhe do «Remexido», no ano seguinte, convencido de que o livro, a sair da banca de Camilo, daria brado. C. de 04-01-1883. In *Acervo de Correspondência*, n.º 704, Casa de Camilo.

No núcleo epistolar de Pinho Leal para Camilo, existem quatro folhas manuscritas (Anexo 16) em que se conta a história, e os respetivos seguimentos, do regresso ao reino do militar António Moreira, «já feito alferes», e que, ao visitar de surpresa a família, encontrou a namorada casada com outro homem. No fim do relato, Pinho Leal escreveu: «Então, pode fazer alguma coisa, disto».

O desconhecimento de correspondência endereçada por Camilo a Pinho Leal impossibilita-nos de indagar qual a decisão tomada sobre a utilização destas informações. Há, pelo menos, a possibilidade de as referências a José Joaquim de Sousa Reis, o «Remexido», feitas em *A brasileira de Prazins*<sup>551</sup>, se terem baseado em dados facultados por Pinho Leal, uma vez que a primeira folha impressa do romance foi enviada a «O Primeiro de Janeiro», nos inícios de novembro de 1882<sup>552</sup>, e a «data da saída» anunciada para meados de janeiro do ano seguinte.

Em contrapartida, sabemos que, além de outras situações<sup>553</sup>, as notícias prestadas por José Joaquim Ferreira de Melo e Andrade tiveram repercussões na bibliografia camiliana. O fidalgo da Casa das Agras e administrador do concelho da Póvoa de Lanhoso enviou a Camilo resumos para as histórias da *Maria da Fonte* e de *O demónio do ouro*.

Quanto à primeira, comprova-o a carta endereçada ao escritor, em que o remetente considerava que o resumo sobre a heroína minhota, somente até 16 de abril de 1846, permitiria a produção de uma «bela obra», com «muita aceitação e procura, em toda a parte» <sup>554</sup>. Anexo à carta não encontrámos o referido texto: apenas existem duas páginas com uma extensa nota manuscrita de Camilo sobre a «virago» de Lanhoso (Anexo 18). Entre o recebimento da carta de Agras e a data da edição da obra, em 1885, passaram-se onze anos. Camilo terá mantido o documento na gaveta, à espera de melhor oportunidade para a incluir nos seus projetos ficcionais. A ideia inicial seria contar a sua versão sobre o movimento popular que recebeu o nome da decidida mulher povoense. Durante o longo período, o escritor recolheu testemunhos sobre o acontecimento junto de pessoas que aí tiveram participação ativa, demorou-se em

<sup>&</sup>lt;sup>551</sup> CASTELO BRANCO, 1882a: 183-187. Acerca de uma personagem desta obra, o romancista recebeu do padre Casimiro uma carta, de 10 de janeiro de 1883 (*Acervo de Correspondência*, n.º 894, Casa de Camilo). Aí se davam pormenores acerca do impostor que se fez passar por D. Miguel, em São Gens de Calvos. Qualquer que fosse o valor das informações prestadas, só em 1898 chegou ao mercado uma nova edição da obra (Anexo 17).

<sup>&</sup>lt;sup>552</sup> A brasileira de Prazins, 1882: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>553</sup> D. António Alves Martins, bispo de Viseu, obsequiou Camilo com apontamentos para o biografar, apesar de entender que pouco valia «entregar um nome tão obscuro a uma pena tão apurada» (CABRAL, 2003: 45; C. a José Gomes Monteiro, de 10 de novembro de 1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 492-493). Ao saber que Camilo tencionava escrever acerca dos Vieiras de Castro, José Cardoso ofereceu-lhe notícias sobre a família (C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 517).

<sup>&</sup>lt;sup>554</sup> C. a Camilo, de março de 1874 (*Acervo de Correspondência*, n.º 450, Casa de Camilo). Acerca da veracidade dos factos contados ao romancista, José Augusto Vieira, no seu *Minho Pitoresco*, regista o que lhe dissera Baltazar Aprígio de Ferreira de Melo e Andrade, filho do administrador do concelho da Póvoa de Lanhoso: «confirmou-me a não existência da Maria da Fonte de Vido; pois que, como os aludidos apontamentos eram destinados a romance e não a história, imaginara seu falecido pai aquele episódio romântico» (VIEIRA, 1986: 514).

estudos na cidade de Braga<sup>555</sup>, solicitou a compra de um livro<sup>556</sup> e pediu esclarecimentos sobre certo general miguelista espanhol<sup>557</sup>.

Com os bons ofícios do padre Sena Freitas, veio às mãos de Camilo, em 1879, um manuscrito da autoria de Casimiro José Vieira, um sacerdote que, em defesa dos direitos religiosos do povo, tanto levantou a hóstia na igreja como disparou o bacamarte no campo de batalha. O romancista agradeceu a gentileza da cedência, distinguiu os propósitos do seu trabalho e incentivou o abade a publicar o autógrafo: a revelar «a história autêntica de uma insurreição cujos protagonistas estão quase todos na sepultura»<sup>558</sup>:

Venho de novo agradecer-lhe o empréstimo do seu interessante manuscrito, do qual extraí algumas notas e datas. O meu trabalho projetado acerca da Maria da Fonte é de outra espécie, mais romântica do que histórica, e portanto o livro de V. não poderá ser, na parte noticiosa, prejudicado pelo meu<sup>559</sup>.

Anos depois, a edição em livro dos *Apontamentos* do «general defensor das cinco chagas» <sup>560</sup>, que obteve vitórias, fez proclamações e redigiu missivas à rainha, alterou o plano gizado por Camilo. Deveu-se o caso às notas que padre Casimiro acrescentou posteriormente ao manuscrito compulsado pelo escritor, as quais abriram o «apetite zurzidor» do credenciado polemista. *Maria da Fonte* acabou saindo uma refutação, ou uma crítica virulenta às memórias da mocidade do sacerdote guerrilheiro, em que se alternam «piedade, indignação e gozo» <sup>561</sup>. O próprio Camilo tinha a consciência de que fizera uma maldade ao clérigo legitimista <sup>562</sup>, e que não conseguira evitar aquele estilo de paixão, de ironia e de causticidade que sempre o caracterizou:

Parece-me que o meu livro da Maria da Fonte também está exalando muito fedor herético, e que o jornalismo, tapando as fossas nasais, irritadas pelo escândalo, ficará silencioso, para não espirrar algumas asneiras lardeadas de hipocrisia e circunspeção.

O pior é que V. Ex.ª ainda, como está novo, poderá converter-se e reabilitar-se, salvar-se talvez. Eu, nesta idade, desconfio que irei cada vez a pior, obrigado pelas dores dos ossos e... pelo estilo<sup>563</sup>.

<sup>555</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 14.

<sup>&</sup>lt;sup>556</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [22-11-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 230.

<sup>&</sup>lt;sup>557</sup> C. a Tomás Mendes Norton, de 28-11-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 921-922.

<sup>&</sup>lt;sup>558</sup> C. a Casimiro José Vieira, de 17-12-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 858.

<sup>&</sup>lt;sup>559</sup> C. a Casimiro José Vieira, de 16-11-1879. In CASTELO BRANCO, 1994: 855-856.

<sup>&</sup>lt;sup>560</sup> VIEIRA, 1883. Através de missiva de 13 de novembro de 1884 (*Acervo de Correspondência*, n.º 895, Casa de Camilo), o padre Casimiro enviou por correio ao romancista «um exemplar gratuito da [sua] obra».

<sup>&</sup>lt;sup>561</sup> CORREIA, 1986: 7-14.

<sup>&</sup>lt;sup>562</sup> Um dos objetivos do padre Casimiro era vender a sua obra para angariar fundos e liquidar dívidas (C. a Camilo, de 19-10-1882. In *Acervo de Correspondência*, n.º 891, Casa de Camilo). A obra de Camilo foi, apesar de tudo, um valioso auxílio, porventura o maior, para desatascar da indiferença dos leitores os *Apontamentos*, tirando-os da escuridão das arrecadações e colocando-os nas estantes mais visíveis das livrarias.

<sup>&</sup>lt;sup>563</sup> C. a Ricardo Jorge, de [1885]. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1297, Casa de Camilo.

Também de Lanhoso lhe chegou, por aquiescência de José Ferreira de Melo e Andrade, uma sinopse acerca da herança e dos herdeiros de Manuel Vieira, pessoa nascida em berço de precisão, saída muito nova e pobre daquelas terras, e falecida muito rica na capital inglesa<sup>564</sup>. No Anexo 19, por gentileza da Vereação da Cultura do Município da Póvoa de Lanhoso, reproduzimos, na íntegra, um manuscrito inédito com o título *Herança de Londres*. Foi encontrado entre a documentação existente na Casa das Agras, pertencente a José Ferreira de Melo e Andrade, e acreditamos que possa ser o próprio original ou cópia daquele que o fidalgo enviou a Camilo.

Da correspondência de Camilo para o fidalgo de Lanhoso conhecem-se apenas quatro cartas. Em duas destas há agradecimentos. Na primeira, mostrou-se reconhecido pela benevolência do destinatário em ministrar-lhe a resenha de uma história para fazer um romance com o título *Herança de Londres* e em auxiliá-lo com os seus conhecimentos<sup>565</sup>; e, na segunda, revelou idêntico sentimento pela «graciosa descrição do tablado onde os [...] personagens hão de contrastar com as deformidades do vício as naturais belezas de céu e terra»<sup>566</sup>. As outras duas missivas revestem-se de maior interesse, uma vez que, num momento raro de revelação, Camilo documentou o modo como transformava a vida em páginas de ficção. Talvez por qualquer reparo feito por José Ferreira de Melo e Andrade, quanto ao facto de os acontecimentos abrangerem períodos distintos e de serem em tal número que o seu tratamento circunstanciado se estenderia por vários volumes, Camilo clarifica:

Não importa que os sucessos, correlativos à Herança de Londres, abranjam cronologicamente diferentes períodos. Se eles derem urdidura para três histórias, ligá-las-emos por maneira que os romances se completem uns com os outros. Se o entrecho essencial for um só, mas com episódios interessantes, faremos um só romance com dois ou três tomos. Escreva, pois, vossa excelência as suas notas com as particularidades que lhe parecerem aproveitáveis.

Como vossa excelência sabe, no dizer de Ponsard, le vrai n'est pas toujours le beau<sup>567</sup>.

Queria dizer o ficcionista que os factos reais decalcados para novelas ou romances, sem lavores ou ornatos, se tornavam, frequentemente, desgraciosos. A maior parte do público leitor não dispensava atenção nem atribuía apreço aos lances da natureza humana tal como estes sucederam. Na urdidura dos seus textos, a aproximação ao real devia ser tão suficiente quanto isso os revestisse de uma verosimilhança convincente. Entre os episódios acontecidos e a sua transposição em letra de imprensa, o mediador literário camiliano<sup>568</sup> vestia a capa de aparente cronista, por cima da roupagem de romancista, para levar os seus leitores a acreditar que as histórias por ele narradas aconteceram ou, se não aconteceram, podiam ter acontecido

<sup>&</sup>lt;sup>564</sup> BASTO, 1959a: 1 e 3; BASTO, 1959c: 1 e 3.

<sup>&</sup>lt;sup>565</sup> C. a José Ferreira de Melo e Andrade, de 09-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 987.

<sup>&</sup>lt;sup>566</sup> C. a José Ferreira de Melo e Andrade, de 29-08-1871. In CHAVES, ed., 2002: 111.

<sup>&</sup>lt;sup>567</sup> C. a José Ferreira de Melo e Andrade, de 15-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 1015-1016.

<sup>&</sup>lt;sup>568</sup> SILVA, 2011: 84-85.

da feição como as narrava: «— Todas as histórias dos meus romances são verdadeiras, minha senhora — respondi eu. — Uns casos aconteceram, outros podiam acontecer, e logo que podiam é quase evidente que aconteceram; porque as dores não se inventam: ou se experimentam ou adivinham»<sup>569</sup>. Camilo não costumava «obtemperar com os paladares depravados pelas iguarias à francesa»<sup>570</sup>. Criava, com a sua peculiar arte de contar, uma plataforma de sedução com as pessoas que o liam, que era alimentada pela permanente tentativa de ludíbrio. Ou seja, a ficção, sem o ser, tinha de surgir aos olhos do público como um espelho da realidade vivida. Para o efeito, coloria as suas novelas com a descrição de usos e costumes, criava personagens onde fosse preciso serem criadas e ampliava os traços que tinham sido delineados pelo punho ou pela imaginação dos seus informadores.

Temos, por último, em relação às fontes camilianas, os estímulos derivados das leituras que realizava e das histórias de oitiva. Ainda que exista, nesta última hipótese, certa percentagem de especulação, é de pensar que o romancista tenha trazido para as suas narrativas factos que ouviu contar<sup>571</sup>. Falemos apenas da influência de Ana Plácido. Descendente de uma família com posses e, depois, casada com um capitalista, frequentou os salões da burguesia portuense, ora acompanhada por seus pais ou por seu marido em eventos sociais ora privando com as esposas e os familiares de comerciantes ricos. Viveu em conventos e residiu em recolhimentos, situação que a colocou em contacto com o dia a dia de religiosas, relacionou-se com prisioneiras de diferentes estratos nas celas da Relação, comunicou, de muito perto, com os aldeãos de São Miguel de Seide<sup>572</sup> e socializou-se, com maior ou menor intimidade, com individualidades próximas de Camilo. A sua conturbada e rica experiência de vida, os seus dotes intelectuais e a leitura de autores portugueses, franceses e ingleses renderam-lhe um vasto leque de conhecimentos e de histórias que aquinhoou com Camilo. A referência indireta que o romancista lhe fez em *A filha do arcediago* tem foros de *onus probandi* que nem o estatuto de texto ficcional pode relativizar ou negar:

Eu sou um homem, que sabe tudo e muitas outras coisas. Não espreito a vida do meu próximo, nem ando pelos salões atrás de uma ideia, que possa estender-se por um volume de trezentas páginas, que, depois, vil espião, venho vender-vos por 480 réis. Isso, nunca.

Tudo isto que eu sei, e muito mais que espero saber, é-me contado por uma respeitável senhora<sup>573</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>569</sup> CASTELO BRANCO, 1971b: 276.

<sup>&</sup>lt;sup>570</sup> C. a José Ferreira de Melo e Andrade, de 15-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 1015-1016.

<sup>&</sup>lt;sup>571</sup> Um desembargador da Relação, Freitas Costa, contou-lhe a história de uma enjeitada (C. a António Feliciano de Castilho, de [08-03-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 331).

<sup>&</sup>lt;sup>572</sup> Relacionando-se Ana Plácido com os habitantes de Seide, e havendo, na quinta, caseiros que eram daquela localidade ou de aldeias em redor, poder-se-á negar que Ana se inteirasse de histórias de vidas, para depois as partilhar com Camilo? Com que fundamento deveremos ignorar o gosto do romancista em ir a Famalicão, nos dias de feira, conversar com os vendedores de gado e com os frequentadores assíduos do Café do Gato, para se informar sobre vidas de gente do povo e registar regionalismos, formas de expressões e anedotário?

<sup>&</sup>lt;sup>573</sup> CASTELO BRANCO, 1858b: 5.

As leituras efetuadas por Camilo, designadamente, as que realizava durante o folhear de documentação escrita, «material manuscrito ao qual o autor teve acesso em variadas circunstâncias»<sup>574</sup>, foram outro contributo para a sua criação literária. É do conhecimento geral que, em muitas situações dos textos ficcionais, o narrador revela qual o móbil principal da inspiração. Indicamos alguns. Em Amor de perdição, para lançar a primeira pedra da «triste história» de seu tio, que repetidas vezes ele ouviu desfiar nos serões familiares em Vila Real, Camilo trasladou para o «Prefácio» o registo do preso Simão Botelho<sup>575</sup>. Está lavrado no livro de Assentos da Cadeia da Relação do Porto, que ele próprio leu, quando esteve detido nos quartos de Malta, de 1860 a 1861 (Anexo 20). Numas alegações de um reinícola, achou o conto de «um frade que meteu um pelouro de 4 oncas no crânio da mulher amada»<sup>576</sup>. E, no romance A brasileira de Prazins, num pacto recorrente de verosimilhança do narrador camiliano com o leitor, revelou ter encontrado numa cesta de vime cheia de livros, esquecida no meio de duas pipas da adega da Senhora Joaquina de Vilalva, um volume velho e empoeirado, no qual repousava esquecido um pedaço de papel almaço amarelecido. Tinha este por conteúdo, em poucas linhas, a história de José e Marta que «não é preciso ser a gente extraordinariamente romântica» para se interessar por ela<sup>577</sup>.

Porém, a epistolografia não revela muito sobre as leituras camilianas que inspiraram livros. *O olho de vidro* pode ser modelar. Na carta a Inocêncio Francisco da Silva<sup>578</sup>, que fez acompanhar de um exemplar da obra acabada de sair da tipografia, Camilo declarou ao seu amigo a situação desta lhe ter sido incitada pela leitura do artigo «Braz Luís de Abreu», que ele publicara no *Dicionário bibliográfico português*<sup>579</sup>. Fora espicaçado pelo desafio que Inocêncio lançou nesse artigo aos romancistas contemporâneos, para que algum deles se resolvesse a pegar na história e a fabricar com ela uma composição meritória. Camilo convenceu-se de que as vivências do autor de *Portugal médico*<sup>580</sup>, cognominado de «olho de vidro», «por ter substituído com aquele um olho que lhe tiraram em Coimbra»<sup>581</sup>, encerravam curiosidades para bom enredo<sup>582</sup>. Empreendeu, então, investigações diversas quanto à figura e aos feitos do médico, colheu informações junto de Inocêncio<sup>583</sup> e de outras personalidades, sobretudo amigos que tinha em Aveiro e que visitou nessa cidade<sup>584</sup>. Na posse da base histórica, a pena do génio criador fugia-lhe, porventura como na maioria das vezes,

<sup>&</sup>lt;sup>574</sup> SILVA, 2011: 43-56.

<sup>&</sup>lt;sup>575</sup> CASTELO BRANCO, 2006a: 93. Camilo copiou na íntegra o texto do registo, retirando apenas o erro de redação do funcionário judicial. No *Livro de Assentos*, lê-se «e D. Ana Rita, digo, e de D. Rita» e Camilo transcreveu «e de D. Rita». <sup>576</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [08-03-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 331.

<sup>&</sup>lt;sup>577</sup> CASTELO BRANCO, 1882a: 6-10.

<sup>&</sup>lt;sup>578</sup> C. de 10-10-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 823-824.

<sup>&</sup>lt;sup>579</sup> SILVA, 1853: 395-397.

<sup>580</sup> ABREU, 1726.

<sup>&</sup>lt;sup>581</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 28-01-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 324-325.

<sup>&</sup>lt;sup>582</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 05-01-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 320-321.

<sup>&</sup>lt;sup>583</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 833.

<sup>&</sup>lt;sup>584</sup> GOMES, 1935: 209-218.

para «as várzeas amenas da fantasia» <sup>585</sup>, a qual se encarregava, então, de estender os factos por um ou mais tomos.

### 3.1.1.2. O mito da escrita imediata

A leitura da correspondência ajuda a aduzir ou a problematizar outros aspetos do trabalho literário camiliano.

Propagou-se a ideia de que o romancista de Seide possuía uma escrita fácil e impulsiva, ao sabor dos seus dotes prodigiosos e do seu esforçado labor de esteta. A simples confissão feita em *Memórias do cárcere* de que «escrevi o romance [*Amor de perdição*] em quinze dias, os mais atormentados da minha vida» <sup>586</sup>, mestiçada com a ideia já referida de que a escassez de dinheiros violentava Camilo a uma produção incessante, quase escravizadora, teve no imaginário das pessoas, coevas e futuras, o impacto dos primores do cinzel em bronze perene.

Contudo, uma carta remetida a José Gomes Monteiro (Anexo 21) e um prefácio fazem-nos levantar dúvidas acerca da veracidade da afirmação sobre o número de dias despendidos pelo escritor na produção do romance, e, com isso, questionar se foi, de facto, redigido quase sem paragens.

Na missiva lê-se:

Meu amigo

Remeto o Amor de perdição, e um prefácio. Achei agora melhor o livro do que me pareceu quando o escrevi. Alterei-lhe a forma, ligando em capítulos o que estava em partes, divisão a meu ver desnecessária<sup>587</sup>.

Camilo teve mandado de soltura, em meados de outubro de 1861. A obra *Amor de perdição* foi para as bancas, entre finais de 1861 e inícios de 1862. Para o romancista enviar o manuscrito, acompanhado de uma carta, era porque já tinha sido libertado. Se ainda se encontrasse detido, e dada a autorização judicial para se poder ausentar da cadeia, por problemas de saúde, ser-lhe-ia mais fácil sair do presídio, descer a Rua dos Clérigos e entregar o manuscrito a Gomes Monteiro, na Livraria Moré, com porta aberta na Praça Nova<sup>588</sup>.

Quanto ao prefácio, o da segunda edição de *Amor de perdição*, datado de setembro de 1863, é do seguinte teor: «O que então não fiz, também agora o não faço, senão em pouquíssimo e muito de corrida. O livro agradou como está. Seria desacerto e ingratidão de mudar, sensivelmente, quer na essência, quer na compostura, o que, tal qual é, foi bem recebido»<sup>589</sup>. Como sabemos, são mínimas as alterações da segunda edição em relação à primeira e,

<sup>&</sup>lt;sup>585</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 21-08-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 480.

<sup>&</sup>lt;sup>586</sup> CASTELO BRANCO, 2001b: 371.

<sup>&</sup>lt;sup>587</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 527.

<sup>&</sup>lt;sup>588</sup> Por estas razões, a missiva deve ter sido escrita em outubro ou novembro de 1861.

<sup>&</sup>lt;sup>589</sup> CASTELO BRANCO, 1864a: xiii-xiv.

consequentemente, em relação ao manuscrito autógrafo<sup>590</sup>. Ao afirmar, na carta a Gomes Monteiro, que «alterei-lhe a forma, ligando em capítulos o que estava em *partes*, divisão a meu ver desnecessária», pressupomos que houve um manuscrito anterior ao que hoje conhecemos. O autógrafo existente no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro pode não ser o primeiro que Camilo produziu. Talvez seja o manuscrito que resultou da passagem a limpo daquela que foi a primeira redação da sua obra-prima, ou uma fusão das duas situações.

Seja ou não possível provar que a produção de *Amor de perdição* pode não ter acontecido em tão curto espaço de tempo, como Camilo o afirmou, há que admitir que a revelação do romancista fez com que, na prática, ganhasse profundas raízes o conceito do público, quer dos especialistas quer do leitor em geral, de que todas as obras saíram da mesa de trabalho a idêntico ritmo.

Só por uma vez Camilo nos informou, na correspondência conhecida, do tempo gasto na redação de uma obra: «A tarefa de escrever o *Perfil do marquês de Pombal* em 20 dias deixou-me o cérebro em lama. Vou ver se os ares de Braga e a ausência de livros me restauram»<sup>591</sup>.

Declarar que a produção de duas obras se consumou em prazos tão curtos não é, por si só, bastante para certificarmos que esta era uma prática regular do romancista. É prudente imaginar que nem tudo lhe saía de rajada e que se devem distinguir três tempos, pelo menos nas obras de mais exigido fôlego: o de conceção, o da investigação e o da escrita. Aos quinze dias para redigir a sua obra-prima ou aos vinte dias para manuscrever o *Perfil* devem acrescentar-se, na nossa opinião, os períodos de natural maturação da ideia original, ou sugerida, de obtenção de informações, de realização de leituras e de estudos<sup>592</sup>, da preparação de apontamentos<sup>593</sup>.

Houve produções camilianas que o obrigaram a preparação mais industriosa e a investigações com outra demora. Acontecia também que, durante a elaboração de trabalhos intelectuais de maior mister<sup>594</sup>, Camilo parecia necessitar de aquecimentos prévios, ou seja, de se manter ocupado intelectualmente com a redação de prosas menos exigentes: «Eu vou escrever uns romancinhos para assentar a mão: depois veremos»<sup>595</sup>.

Verificam-se as duas situações.

Vários indícios concorrem para a generalização de que a escrita de Camilo era ritmada pela batuta da celeridade, não significando isso, como acabámos de referir, que todas as obras do romancista eram terminadas em períodos de duas ou três semanas. Este ritmo não constituía regra, ainda que ele o tenha reafirmado a Carlos Ramiro Coutinho: «Se Deus me desse

<sup>&</sup>lt;sup>590</sup> CASTELO BRANCO, 1984: 540-547.

<sup>&</sup>lt;sup>591</sup> C. a Joaquim de Araújo, de 02-06-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 942-943.

<sup>&</sup>lt;sup>592</sup> «Tenho precisão de ir a Braga e demorar-me dez ou doze dias nuns estudos necessários a um livro» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 14).

<sup>&</sup>lt;sup>593</sup> «Tenho lido mais do que escrito. Organizei os apontamentos para os livros históricos» (C. ao diretor do «Jornal do Comércio», de 21-11-1886. In CHAVES, *ed.*, 2002: 93).

<sup>&</sup>lt;sup>594</sup> Veja-se, entre outros possíveis exemplos, um pormenor relevante em relação à *Maria da Fonte*. Camilo refere-se à produção da obra em vinte e oito missivas. Nas cartas datadas ou com datação atribuída, a primeira é de 1877 e a última de 1885: um intervalo de oito anos.

<sup>&</sup>lt;sup>595</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 12-08-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 341-342.

8 dias daqueles em que eu, há 8 anos, escrevia um romance em duas semanas, este agradável trabalho iria rápido»<sup>596</sup>. Também não se pode concluir que a celeridade estivesse subjugada a sufocantes necessidades. Era a personalidade de Camilo e as suas excecionais capacidades literárias ou os seus recursos de prosador a manifestarem-se numa escrita rápida e segura, a expressarem-se de uma forma quase atlética.

O movimento de produção em cima da sua secretária devia apresentar frequentes congestionamentos, com obras em redação e com outras a sair para as tipografias nacionais e brasileiras, ou já em fase de composição e impressão<sup>597</sup>. A esta copiosidade de letras em trânsito acrescentar-se-ia a reedição de textos, outra das suas frentes de contacto com os leitores, ou não leitores. Referimo-nos às representações teatrais de peças<sup>598</sup>:

Eu estou escrevendo as Memórias de Guilherme do Amaral obra póstuma dele. Escrevi Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado, que estão no prelo. Agulha em Palheiro para o Brasil. Histórias do meu tempo, e Ao anoitecer da vida [...] para o Silva Júnior do Rocio, e Bosquejos de Crítica Literária para o Moré. Está tudo a gemer na estampa. Hoje representa-se em D. Maria uma comédia num ato — Duas senhoras briosas. Vai-me ser assoviada. Verás<sup>599</sup>.

Escrever várias obras ao mesmo tempo era ocupação intelectual que partilhava com destinatários mais chegados $^{600}$ , inteirando-os de que o impeditivo de os visitar se devia aos trabalhos que tinha em mãos: «É necessário renunciar a uma destas coisas, porque há incompatibilidades de tempo, não posso tanto, e ainda que pudesse não estou resolvido a suicidar-me deste modo» $^{601}$ .

Com muita ou pouca saúde, com mais ou menos vontade, embrenhava-se na produção de «miudezas» e em obras de outra escala: «não contava com esta tarefa do *Dicionário* que me não deixa respirar enquanto não tiver atamancado trabalho antecipado para três meses. Além disso escrevo simultaneamente a *herança de Londres*, e outras miudezas, com que designei fechar a minha sáfara das letras»<sup>602</sup>. Manifestou a José Gomes Monteiro a deliberação de se apegar «a trabalhar nuns romances principiados»: *Os brilhantes da brasileira*, *A herança* 

<sup>&</sup>lt;sup>596</sup> C. de 16-11-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 75.

<sup>&</sup>lt;sup>597</sup> «Vou ver se acho o jornal a que te referes. Lembro-me que o trouxe, mas neste caos do meu escritório é custoso de encontrar» (C. a C. Ramiro Coutinho, de [1873]. In CASTELO BRANCO, 2012: 132).

<sup>&</sup>lt;sup>598</sup> Camilo assistia a ensaios e representações das suas peças teatrais. A preocupação do escritor não estava apenas na qualidade do conteúdo do texto redigido. Focava-se também na qualidade do texto representado, a qual teria depois repercussões na venda do texto impresso. E, ao ser colocado à venda o livro com a peça teatral, esta devia, de preferência, ser retirada de cena (C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 505-506).

<sup>&</sup>lt;sup>599</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de 09-04-1863. In CASTELO BRANCO, 1994: 629-630.

<sup>600 «</sup>Escrevi para o editor Campos um romance chamado *A doida do Candal* e para o mesmo editor outro chamado *A bruxa de Santa Marinha* e para o «Comércio do Porto» outro chamado o *Último senhor de Ninães*. O que aqui vai de papel para palitos, meu amigo» (C. a António Feliciano de Castilho, 11-06-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 370-371). 601 C. a José Barbosa e Silva, de [14-11-1856]. In CASTELO BRANCO, 2002: 1022-1023.

<sup>&</sup>lt;sup>602</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 02-01-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 431-432.

de Londres, A princesa capelista, Um herói à portuguesa e O ermitão de S. Marcos<sup>603</sup>. Estava na expectativa de concluir alguns destes, e desejava que fossem, de forma sucessiva, «publicados pela Casa Moré, com intervalos de 2 meses»<sup>604</sup>. Bem podia acontecer que, em determinadas alturas, as tipografias não lhe levassem vantagem. As novelas O cego de Landim e A morgada de Romariz imprimiram-se com a indicação de terem sido ambas concluídas em São Miguel de Seide, no mês de julho de 1876. Por carta ao editor, Camilo deixava à decisão de Matos Moreira sobre qual das novelas ele preferia que chegasse primeiro ao público. O criador literário demonstrava, assim, invulgar elasticidade para ajustar a sua inspiração aos planos e às decisões do editor, mas também eficiência para estar ao serviço do que conviesse às preferências dos leitores:

Remeto [...] A Morgada de Romariz — Suspendi o Cego, e vou agora escrevê-lo, ou concluí-lo. Se o meu amigo entender que ao leitor é indiferente que se lhe dê a Morgada antes do Cego, faça imprimir essa já, que o outro segue logo; porém, a querer o contrário, pode já mandar também imprimir a Morgada, que estará impressa para ser distribuída depois do Cego. Diga-me V. Ex.ª o que resolve<sup>605</sup>.

A sua secretária assemelhava-se a uma «estação central». Chegavam ali projetos que terminavam o seu percurso, por se ficarem pela intenção, enquanto outros eram remetidos para diferentes destinos. E mantinham-se os que aguardavam hora mais certa para seguimento. Esta comparação é demonstrativa da sua atuosidade literária 606, durante o pulsar da qual houve livros que mudaram de nome, obras projetadas que não foram produzidas e outras, que embora escritas, lhes desconhecemos o paradeiro 607. As referências a estes trabalhos estão polvilhadas na sua correspondência e foram reunidas, com muito detalhe, por Júlio Dias da Costa, em *Palestras Camilianas* 608, pelo que entendemos ser desnecessário reter aqui a nossa atenção. O único aspeto que podemos acrescentar ao que referiu o investigador camiliano é não termos descoberto o fim que o romancista deu a três romances: *Um herói à portuguesa*, *O ermitão de São Marcos* 609 e *O fantasma de Elvira* 610.

Ganhou reputação a interpretação de que, na maioria das páginas dos seus manuscritos, raramente surgia um borrão, uma rasura, uma palavra emendada, uma frase riscada, substituída por outra colocada à margem ou entrelinhada. A pena camiliana assemelhar-se-ia ao

<sup>603</sup> C. de [1869]. In CASTELO BRANCO, 2002: 527-528.

<sup>604</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1869]. In CASTELO BRANCO, 2002: 527-528.

<sup>&</sup>lt;sup>605</sup> C. a Matos Moreira, de 24-06-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 715.

 <sup>606 «</sup>O Primeiro de Janeiro», na sua edição de 20 de novembro de 1879, noticiava na primeira página: «Fecundidade literária — O nosso ilustre romancista, o Sr. Camilo Castelo Branco, tem em preparação nada menos de cinco livros».
 607 Na «Nota preliminar» ao Teatro I (CASTELO BRANCO, 1968a: 6-7), Luiz Francisco Rebelo enumera cinco peças que se perderam: A Matricida, O preço dum capricho, O magnetismo, O fim do mundo e Um candidato.
 608 COSTA, 1925: 5-157.

<sup>609</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1869]. In CASTELO BRANCO, 2002: 527-528.

<sup>610</sup> C. a José Bento de Araújo Assis, de 11-11-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 941-942.

bico de uma impressora, conectada a ficheiros na «região da ideia»<sup>611</sup>, em que os textos se encontrariam já concluídos e formatados. Surgida a necessidade ou estabelecida a oportunidade, o aparo arremetia-se sobre a folha de papel a escrever, a virgular, a pontuar e a gerar uma reduzida percentagem de erros.

Ao folhearmos manuscritos de algumas obras<sup>612</sup>, deparámo-nos com duas realidades<sup>613</sup>. Uma apresenta páginas muito limpas: poucas rasuras, supressões, acrescentos ou partes inseridas nas manchas redigidas. Em outras, a folha ou o linguado de papel tem uma grande profusão de melhoramentos de texto, porque, no ato de criação, a prosa ficcional saiu pouco à feição da sua autoexigência e da sua intenção, obrigando-o a mais afinações da forma. Deve ter sido, por exemplo, o caso de *Gracejos que matam*, uma das *Novelas do Minho*, que levou o próprio escritor a agenciar o empenho do editor em aprimorar o volume, uma vez que os requintes tipográficos disfarçariam os «muitos aleijões»<sup>614</sup>. Em *O lobisomem*, publicado postumamente (1900), cremos ter sido o editor a corrigir no manuscrito o que lhe pareceu gralha do romancista (Anexo 23).

O facto de os manuscritos camilianos surgirem mais ou menos perfetivos não pode assumir-se como um dos elementos aferidores do quilate da facilidade de escrita e da genialidade do romancista. Havia muitas variáveis a influir sobre o escritor no momento de redação das obras e a ocasionar que as páginas escritas contivessem um número significativo ou reduzido de alterações: as histórias descritas amparavam-se mais na vida real ou edificavam-se mais na fantasia; os textos ficcionais exigiam ou não consultas bibliográficas; os apontamentos que suportavam a narrativa estavam melhor ou pior estruturados; a composição de uma ou mais obras aconteceu ao mesmo tempo; os contextos familiares e as circunstâncias emocionais; o estado de espírito, o momento de inspiração, as aflições ou despreocupações financeiras; os prazos estipulados pelos editores, entre outras hipóteses possíveis. Camilo era um escritor, não um copista.

A correspondência pouco clarifica sobre o facto de os originais se apresentarem tersos ou com manchas de correções. O normal reside nesta última evidência, porque o manuscrito espelha a evolução da construção da narrativa, complementada com emendas no próprio manuscrito e, depois, com as correções efetuadas em provas tipográficas. Tomemos com exemplo *Memórias do cárcere*. Camilo estava a escrever o manuscrito, em julho de 1861, na Cadeia da Relação, e, já nessa altura, o colocou à consideração da agenda tipográfica de José Gomes Monteiro: «Continuo a escrever as *Memórias do cárcere*. Dei-lhe este título, por me parecer simples e convidativo. Não proponho a alguém a venda, sem que V. S.ª definitivamente se exima à editação — o que espero não aconteça depois de completado o original» 615. Nos

<sup>611</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 25-01-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 463-464.

<sup>&</sup>lt;sup>612</sup> Acervos pertencentes à Biblioteca Pública Municipal do Porto, à Biblioteca Municipal de Sintra, ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e à Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>613</sup> Escolhemos, entre outras possíveis, algumas páginas dos manuscritos de *A mulher fatal* (1870) e de *Maria Moisés* (1876), na tentativa de ilustrar o que acabámos de referir (Anexo 22).

<sup>&</sup>lt;sup>614</sup> C. a Matos Moreira, de [1875]. In CASTELO BRANCO, 2002: 712.

<sup>615</sup> C. de 18-07-1861. In CASTELO BRANCO, 2002: 516.

princípios de 1862, ao retomar o original para ultimações, o romancista começou a tentar encurtar capítulos e a resumir outros. Queria dar à narrativa maior valimento. As alterações feitas sobre um texto previamente escrito eram melhorias usuais no exercício intelectual de redação e releitura de qualquer obra em elaboração. Todavia, ao esforçar-se por condensar ou atalhar os factos ficcionados nas *Memórias*, a lapidação afigurou-se-lhe pior do que deixar o diamante no seu estado natural. «Passar a lima» sobre um texto ou reescrever narrativas também não era do seu agrado. Entregou, então, a José Gomes Monteiro o manuscrito como se encontrava, para não correr riscos de subtrair qualidade ao resultado final: «Encurtei os primeiros capítulos do romance, escrito lá; quis resumir os outros; mas era mutilar a ideia, e ação, que o pode fazer tolerável. Não pude copiá-lo, porque me está faltando a vista por causa do aturado trabalho»<sup>616</sup>.

Desconhecemos a existência do manuscrito original. Mas acreditamos que os maços de folhas das *Memórias* tenham sido recebidos na tipografia com abundantes emendas, porque, como Camilo afirma, a falta de vista, de paciência<sup>617</sup> e de tempo afadigavam-no e esmoreciam-lhe a vontade de passar o texto a limpo. Porém, seriam feitas outras correções no manuscrito, ou nas folhas das provas<sup>618</sup>, por sugestão do editor. O romancista dizia conformar-se com «as notas e reparos» que José Gomes Monteiro achasse justos. E assim parece ter procedido<sup>619</sup>.

Quanto aos melindres possíveis originados pela prosa, o editor censurou certas passagens do livro, ameaçando não o publicar. Estavam também em jogo frases descorteses dirigidas ao procurador Camilo Aureliano da Silva e Sousa<sup>620</sup>, amigo de José Gomes Monteiro. O romancista foi forçado a uma revisão<sup>621</sup>, mas ignoramos a escala da atenuação dos conteúdos alusivos ao magistrado. A clarividência advertia que o polemista se contivesse nas suas investidas, não viessem as escarpas da vida a alojá-lo, de novo, na Cadeia da Relação e os ajustes de contas a causarem-lhe dissabores bem amargos:

Faça V. S.a. Já sabe que eu me conformo em tudo com o seu parecer.

Penso que o Sr. Camilo Aureliano ficará menos meu inimigo, lendo o capítulo final. Bom é assim, porque Deus sabe se eu voltarei àquele santuário da justiça, que tem um nicho especial para o carrasco<sup>622</sup>!

<sup>616</sup> C. de 06-02-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 464-465.

<sup>617</sup> A respeito da venda da obra *Correspondência epistolar de José Cardoso Vieira de Castro e Camilo Castelo Branco*, o escritor chegou a confessar que, além de ser escasso em «paciência para copiar manuscritos», não gostava de se desfazer dos originais, e muito menos vendê-los para o estrangeiro (C. a Ernesto Chardron, de 07-08-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 807). Apesar de afirmar que gostava de manter na sua posse os manuscritos das obras que produzia, nada podemos concluir sobre o seu destino. No entanto, não vimos qualquer manuscrito na brochura em que se descrevem os lotes da sua biblioteca particular vendida por Matos Moreira. Estávamos em 1883. Tê-los-á oferecido? No acervo do museu de Seide restou apenas *A espada de Alexandre*.

<sup>&</sup>lt;sup>618</sup> «Farei os retoques que V. S.ª indica». C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 531.

<sup>&</sup>lt;sup>619</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-02-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 464-465.

<sup>620</sup> CASTELO BRANCO, 2001b: 446-447.

<sup>621</sup> CABRAL, 2003: 53. Verbete: AURELIANO: 52-53.

<sup>622</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-02-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 464-465.

O manuscrito parece ter andado, várias vezes, de Camilo para o editor e do editor para Camilo<sup>623</sup>. Só em fevereiro de 1862, o escritor manda o final das *Memórias*<sup>624</sup>. No mês seguinte, após apresentar desculpas por voltar a importunar o editor, relembra-o que seria conveniente remeter-lhe «as provas das *Memórias do cárcere*»<sup>625</sup>. E, em abril, ainda interrogava: «Por enquanto, não há *Memórias do cárcere*?»<sup>626</sup>.

Nesta obra, e como vimos em outras, houve um processo de gestação e de conclusão. Deixa-se em aberto uma linha possível de investigação sobre a pouca consistência do mito de que o romancista necessitava, na grande maioria dos casos, de apenas duas a três semanas para compor, da primeira à última palavra, os seus escritos literários.

Refira-se, pela pertinência, que em várias situações, o manuscrito não saía totalmente concluído da sua secretária. Repetem-se os casos em que a obra ia sendo remetida aos editores por partes ou por capítulos:

Voltemos ao essencial que é o romance. Se V. Ex.ª quer que ele entre já no prelo, o que está escrito é bastante [...]. Como V. Ex.ª não costuma ler de antemão os meus manuscritos, nada importa que ele vá completo ou às porções. Se a casa Moré fez algum contrato com o «Progresso Comercial», não sei porque lá se não publique o romance à proporção que lho eu for enviando<sup>627</sup>.

Temos de excetuar nesta observação o caso dos folhetins, em que a metodologia de trabalho se alicerçava numa produção sequencial, de acordo com as exigências da ciclicidade dos periódicos, a qual permitia ao escritor, quase em tempo real, ir arquitetando a intriga e temperá-la ao gosto do público leitor.

Na produção das obras, o seu modo de trabalhar dificultava a tarefa do compositor tipográfico, sobretudo quando o escritor decidia introduzir acrescentos nas partes de texto que havia remetido:

A fim de ver se abreviamos esta infernal publicação do General, mando-lhe dois manuscritos. O número 1 é para ajuntar ao que lhe enviei na minha última carta. O número 2 é para acrescentar no período onde se diz que a «Glória dançava o Sarambeque». Parece-me que isto já pertence à 3.ª ou 4.ª folha. Entretanto, lá está para quando dever entrar, e recomende que não se perca, porque não fico com cópia 628.

<sup>&</sup>lt;sup>623</sup> «Quando o meu amigo aqui vier [...], queira trazer consigo o manuscrito do *general Carlos Ribeiro* para eu lhe fazer uns acrescentamentos. É melhor no original que nas provas» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [10-01-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 202).

<sup>&</sup>lt;sup>624</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-02-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 464-465.

 $<sup>^{625}</sup>$  C. a José Gomes Monteiro, de 25-03-1862. In Acervo de Alexandre Cabral, Casa de Camilo. Julgamos tratar-se de um inédito.

<sup>626</sup> C. a Ernesto Moré, de 10-04-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 1072.

<sup>627</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 28-12-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 512.

<sup>628</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 30-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 200-201.

Em paralelo ao trabalho de criação estavam as diligências que encetava para a negociação e venda das suas obras. Embora venhamos a abordar este tema no subcapítulo «3.1.2. Relações com editores e livreiros», gostaríamos apenas de equacionar a eventualidade de terem sido reproduzidos, durante as negociações dos seus escritos, vários manuscritos autógrafos da mesma obra. Vejamos duas possibilidades. Em resposta ao convite apresentado por Francisco Xavier de Novais, para que Camilo publicasse uma obra sua no «Correio Mercantil», o romancista informou o seu amigo no Brasil de que aceitava a proposta. Porém, devido a compromissos assumidos com «O Comércio do Porto», e deste periódico com a Casa Moré, Camilo não poderia «vender um traslado para aí, com as condições postas da antecipada publicação no Rio». Tinha de rever os termos do contrato feito com as citadas empresas do Porto, para não o acusarem de negociar com má-fé: «Já vês, meu Faustino, que não está a coisa somente na tiragem de uma cópia. Não obstante, eu reformo o contrato com os do Porto, e posso mandar uma cópia das *Estrelas propícias*, que estou escrevendo, por 100\$ fortes» 629.

Ao escrever a José Gomes Monteiro por ocasião da estreia de *O condenado*, drama teatral urdido «com alguns elementos tirados da catástrofe de Vieira de Castro»<sup>630</sup>, o romancista averiguava sobre o interesse do editor em o imprimir, e revelava a sua intenção de que o mesmo aparecesse nas bancas pouco tempo depois de ser representado. Na eventualidade de José Gomes Monteiro vir a considerar a necessidade de enriquecer a edição, lançava-lhe a proposta:

Se para avolumar, V. Ex.ª quiser o original da comédia Como os anjos se vingam representada aí há pouco tempo, irá incluída no mesmo preço.

Convindo ao meu amigo, queira avisar-me para eu mandar tirar cópias de um dos dois dramas<sup>631</sup>.

Em certos casos, a elaboração de cópias tornava-se praticamente obrigatória. Se as peças teatrais camilianas eram impressas depois de terem estado em cena, como seria, então, distribuído o texto pelos atores: em cópias manuscritas ou em cópias previamente impressas? Provavelmente, em cópias passadas à mão. Na nossa opinião, esta pode ser uma das razões do desaparecimento de vários textos teatrais da sua autoria.

### 3.1.1.3. Os materiais de escrita

Os materiais necessários à escrita de Camilo eram papel, tinteiros, um dos quais de três copos, penas, cabos e aparos<sup>632</sup>. Mesmo para uma pessoa experiente em caligrafia de estilo cursivo,

<sup>629</sup> C. a Faustino Xavier de Novais, de 16-07-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 982-983.

<sup>630</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-11-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 496.

<sup>631</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-11-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 496.

<sup>&</sup>lt;sup>632</sup> Sendo material indispensável à realização do seu trabalho, é raro Camilo referi-lo. Além de ele próprio adquirir papel (C. a Ana Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 791; C. a Ana Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 802-804), ou da menção ao papel a cores oferecido por Ricardo Jorge, a conselho de um oftalmologista

como era a de Camilo, escrever com aparo de ponta muito fina, de tipo inglês, era um processo que decorria com alguma lentidão. De cada vez que o aparo ia ao tinteiro e era passado no rebordo para retirar a tinta excedente, o escritor conseguia redigir menos de meia linha. Ou seja, por cada linha redigida, a mão levava o aparo a demolhar duas a três vezes no tinteiro. Durante a produção de um manuscrito de 312 páginas (*Amor de perdição*), com uma média entre quinze a vinte linhas por página, a pena realizaria, entre o linguado e o tinteiro, mais de dezasseis mil deslocações. Só o tempo gasto nestes movimentos da pena<sup>633</sup>, exigiu a Camilo, neste livro, mais de treze horas e meia. Este esforço nunca foi tido em conta no trabalho de escrita camiliano. A produção de 134 títulos, correspondentes a 180 volumes, requereu-lhe uma enorme disponibilidade de tempo.

As milhares de paragens a que era obrigado para ter sempre o aparo abastecido de tinta davam-lhe um tempo extra, para ir destilando a matéria a narrar e optar pelas palavras ou pelas formas verbais mais harmonizadas com ela. Em termos comparativos, estamos diante de uma escrita mais lenta do que aquela que nos proporcionam, hoje, a lapiseira, a caneta ou o teclado de um computador. Têm razão os que afirmam que a mente lhe corria mais rápido que a pena.

O escritor recolhia-se ao seu leito<sup>634</sup>, quando se encontrava mais debilitado. Sentia que, nestas circunstâncias, conseguia trabalhar com certa comodidade. Instava mesmo a Ernesto Chardron o envio de «dois livros em branco, em 8.º, estreitos»: «de modo que me não obriguem a empregar grande força para os sustentar»<sup>635</sup>.

Escrever a lápis propiciava-lhe outra fluência de escrita, muito menos entrecortada, e dava-lhe maior mobilidade, em especial, para poder trabalhar na cama: «Vou escrevendo na cama, o mais horizontalmente que posso, com um lápis em tirinhas que assim vão para a imprensa. O livro deve sair derreado» 636. A Ramiro Coutinho disse estar com dores na cama a escrever «a lápis umas coisas que têm musgo como os troncos centenares» 637. Foi também daí que informou Silva Pinto: «Já vê que estou escrevendo, de cangalhas, na cama, e a lápis, *A corja*, continuação do *Eusébio Macário*» 638.

<sup>(</sup>C. a Ricardo Jorge, sem data. In VILA-MOURA, compil., 1913: 83-84), Camilo encomendou a Eduardo da Costa Santos «45 peças de papel a 100 réis que se anunciavam na Rua das Flores» (C. de [05-02-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 240). Pediu à filha que o marido lhe enviasse «uma garrafa de tinta comunicativa» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 120) e, ao genro, «duas botijas de boa tinta de escrever» (C. a A. Francisco de Carvalho, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 309-310). Fica-nos uma dúvida sobre a tinta: para que fim se destinaria a «tinta comunicativa»? Utilizá-la-ia o Jorge nos seus desenhos? E, certa vez, ao dirigir-se a Alberto Pimentel, utilizou um papel nada condizente com o estatuto do destinatário: «Veja que pobreza de papel aqui vai. É o espeto de pau da casa do ferreiro» (C. a Alberto Pimentel, sem data. In FARIA, ed., 1990: 39).

<sup>&</sup>lt;sup>633</sup> Para cada movimento de ida e volta da mão com o aparo, atribuímos o tempo médio de três segundos.

<sup>&</sup>lt;sup>634</sup> «Algumas vezes escrevo na cama» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 64-65). «Escrevo-te a lápis, porque estou deitado de modo que só assim posso escrever» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, *ed.*, 2002: 78).

<sup>&</sup>lt;sup>635</sup> C. a Ernesto Chardron, de 03-11-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 817-818.

<sup>636</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [20-11-1871]. In CASTELO BRANCO, 2002: 459.

<sup>&</sup>lt;sup>637</sup> C. de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 239.

<sup>638</sup> C. de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 751-752.

O lápis oferecia-lhe outra importante vantagem. Nas apreciações às leituras que fazia, deitado ou recostado na cadeira de palhinha, era-lhe mais fácil delinear uma palavra laudatória ou alguma depreciação crítica nas margens de livros e almanaques. A grande inconveniência da escrita em grafite eram os acidentes, como a fricção de outros papéis na parte escrita ou a passagem da mão ou de roupa na superfície redigida. Delir-se-iam, assim, notas ou partes de outros trabalhos, nomeadamente, traduções<sup>639</sup> e prefácios<sup>640</sup>.

Na cama, ele também escrevia com aparo e tinta. Mas este recurso não lhe oferecia comodidade no ato de redação, nem lhe garantia limpeza no papel: «Desculpe a indecência dos borrões porque estou na cama e a escrever com muita dificuldade»<sup>641</sup>.

Uma nota final sobre a sua caligrafia. Percebendo, embora, o tom irónico com que o proferiu, trata-se, na verdade, do registo mais importante de Camilo sobre a sua técnica de escrever e o tipo de letra adotado. Ao referir-se que, pelo ano de 1848, ainda jovem escritor, e na companhia de Guilhermino de Barros, alinhavava romances na Biblioteca Pública de Vila Real, Camilo comparou a caligrafia de ambos: «ele com uma caligrafia que dava ares de idioma semítico, e eu com um bastardinho correto que fazia de mim um invejável guarda-livros de uma mercearia, — armazém de escriturações mais alimentícias. [...] Ele decerto me invejava o bastardinho»<sup>642</sup>. Em outro momento, dizia a José Silvestre Ribeiro: «Pois, como V. Ex.ª vê, tenho uma letra que faria inveja a um guarda-livros de especieiro»<sup>643</sup>.

# 3.1.1.4. Memória ou imaginação?

No processo criativo, é reconhecida a prodigiosa memória de Camilo ao serviço dos seus recursos de narrador. Ele próprio o disse às suas «leitoras de coração» que não era à sua imaginação que se deviam os «painéis de amor» que ele lhes dava nas novelas. Camilo não pretendia ornamentar a verdade com sedutoras mentiras, nem necessitava de servir os quadros da vida arrefecidos «com cálida ou fria imaginação». O que ele pretendia descrever eram as verdadeiras pinturas do pulsar social e transmiti-las, com base na forma como as sentiu e as experimentou. Podia, na verdade, imaginar «épocas, lugares, nomes, miudezas, generalidades». Até o podiam chamar de «inventor», mas as histórias narradas aos seus leitores materializavam, acima de tudo, as memórias do que viu ou ouviu, as memórias do que sentiu, as memórias do que experimentou<sup>644</sup>.

Na correspondência, a palavra memória não nos surge associada à perceção sensorial ou emocional das experiências por que passara, seja as que o impunham a descarnar as

<sup>&</sup>lt;sup>639</sup> «Entretenho-me a traduzir, na cama, a lápis, e de cangalhas, um moderno livro de Lady Jackson, intitulado *Fair Lusitania*» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 28-04-1877. In CASTELO BRANCO, 2012: 240).

 <sup>&</sup>lt;sup>640</sup> «Principiei ontem a ler com dificuldade. Vou ver se posso agora escrever na cama e a lápis o prefácio que há de por força sair também doente» (C. a António Maria Pereira II, de 17-12-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 741-742).
 <sup>641</sup> C. a Matos Moreira, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 718-719.

<sup>642</sup> CASTELO BRANCO, 1886a: 204.

<sup>&</sup>lt;sup>643</sup> C. a José Silvestre Ribeiro, de 16-09-1865. In COSTA, 1925: 192-193.

<sup>644</sup> CASTELO BRANCO, 1858c: 79.

pinturas e a «descrever uma cena friamente», seja as que o enlevavam «nos arroubos de coração». A palavra memória é usada como ilustrativa do exercício concreto da faculdade humana em conservar ideias ou imagens e de as readquirir sem esforço, em fase posterior. Embora, neste âmbito, se queixasse de certos padecimentos do seu cérebro que lhe apagaram «muitas lembranças, ganhadas com muito trabalho», «porque [fora] sempre escasso de memória»<sup>645</sup>, a afirmação tem pouca razão de ser. Quando, em finais de agosto de 1876, enviou a Carlos Ramiro Coutinho o segundo volume do *Curso de Literatura Portuguesa*<sup>646</sup>, composto por 354 páginas divididas em dois capítulos<sup>647</sup> e extensas notas, Camilo faz esta revelação assombrosa para quem já teve a oportunidade de compulsar o volume: «Mandei-te o *Curso de Literatura*. É um livro escrito sobre o joelho; quase de memória»<sup>648</sup>.

Mencionemos outro caso sobre as capacidades da sua memória. De certa obra, extraviaram-se alguns cadernos nas azáfamas da tipografia. Camilo protestou com o editor: «Parece--me que se têm desencaminhado ou perdido pela tipografia alguns manuscritos que tenho remetido em cartas. Isto não pode imprimir-se sem que eu aí esteja. Lá falaremos sobre o resto»<sup>649</sup>. O romancista referia-se, pelo que julgamos, aos problemas que estavam a acontecer com a composição e a impressão de O vinho do Porto. Não sabemos como é que ele resolvia a questão do descaminho de manuscritos, quer nas tipografias quer nas expedições por correio. Quaisquer que tenham sido as soluções, dê-se alguma atenção ao que descreve Henrique Marques, em Os editores de Camilo. Contou-lhe «o Teixeira da Cancela Velha» 650 que, estando a ser composto na sua tipografia um romance de Camilo, desapareceu «um dos quartos do original». Malogradas as buscas para o descobrir, o senhor Teixeira teve de revelar o problema ao escritor. Passada a fase da irritação e da indignação, Camilo dirigiu-se à tipografia, pediu «os quartos do original antecedentes e subsequentes» ao que se extraviara, solicitou papel, abancou-se, e, pouco tempo depois, pôs nas mãos do editor um novo original para suprir o que se perdera. Em altura bem posterior ao incidente, deu-se o caso de aparecer a parte do romance que se perdera. Instigado pela curiosidade, o editor comparou o texto do manuscrito descoberto com a passagem correspondente na obra publicada. Para seu espanto, constatou que, «salvo em duas ou três palavras», não havia qualquer outra diferença a registar.

Da sua banca de trabalho, fixa ou em trânsito, saiu um número muito elevado de originais, organização de textos e de prefácios, traduções, colaborações, correspondência e outro

<sup>&</sup>lt;sup>645</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 529.

 <sup>646</sup> CASTELO BRANCO, 1876b. A obra é constituída por dois volumes. O primeiro, de 1875, é de autoria de José
 Maria de Andrade Ferreira e foi editado postumamente. O segundo, saído em 1876, é da responsabilidade de Camilo.
 647 Capítulo X: Quinta Época (de 1580 a 1700) e Capítulo XI: Sexta Época (Século décimo oitavo).

<sup>&</sup>lt;sup>648</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 29-08-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 217.

<sup>&</sup>lt;sup>649</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [05-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 213. Registámos também referências a extravio de correspondência e de originais pelo correio: «Mandei ao correio daqui saber se o manuscrito ficaria impedido por diminuto em estampilhas. Não estava lá; por conseguinte, deve estar aí. Resta saber em que mão foi dar. Se se perdeu, lamento, porque fiquei sem cópia. Serei mais cauto nas remessas que fizer de outros papéis. O que enviei era folha e meia de papel almaço» (C. a Joaquim Martins de Carvalho, de 16-09-1873. In CASTELO BRANCO, 1994: 955). <sup>650</sup> Designação pela qual ficou conhecido «António José da Silva Teixeira» (V. MARQUES, 1925: 31-39).

tipo de escritos. Estima-se que a sua produção atinja, em quantidade, aproximadamente sessenta mil páginas, nas quais se revelam as capacidades de Camilo no domínio de quase todos os géneros literários<sup>651</sup>.

A sua correspondência contribui para percecionar que, em torno do excecional volume da sua produção, da sua invulgar versatilidade e do seu esforçado trabalho humano e intelectual em o alcançar, se construíram e enraizaram imaginários.

A escrita fácil, célere e acutilante, brotando da sua «incansável pena», deixa provas do grande afá literário camiliano. Continuam a maravilhar e a causar incredibilidade os poucos dias que Camilo necessitou para a produção da sua obra-prima, mas não podemos defender que a tenha composto com tanta rapidez, como declarou, nem afirmar que os textos literários, da ideia à conclusão da escrita, sejam fruto de duas ou três semanas de redação contínua. Há, porém, casos admiráveis, relacionados com a imaginação e a facilidade da escrita camiliana, e com a presteza do criador literário em responder às urgências e aos projetos dos editores. Relembremos apenas dois deles. Em 1879, quando remeteu a Ernesto Chardron a conclusão de Eusébio Macário, disse-lhe com naturalidade: «Se vir que o volume não chega às 300 páginas (calculo que o Teixeira pode fazer) avise-me para lhe enviar mais original<sup>552</sup>. Parece-nos que não constituía qualquer problema para Camilo ter de estender a prosa. Outra situação surpreendente deu-se poucos dias antes do Natal de 1872. Chamaram-no à gráfica onde se imprimia a biografia O visconde de Ouguela. Apresentaram-lhe o problema da insuficiência de papel para se conseguir imprimir a totalidade do texto que ele redigira. Agora, afigurava-se necessário encurtar substancialmente a narrativa. O escritor escreveu ao biografado a explicar a decisão que tomara:

Tive de ir ontem à tipografia inutilizar 12 páginas minhas, e mais de 12 de extratos. O tipógrafo mandou-me dizer que eu enviara matéria para 160 páginas e que não havia papel senão para 110. O papel que eu comprara não se fabrica em Portugal nem viria de Londres sem demora de um mês.

Inutilizei, pois, o menos importante; mas fiquei zangadíssimo. Tem enguiço esta biografia<sup>653</sup>.

Camilo Castelo Branco construiu uma obra monumental, sem plano prévio, graças às virtuosidades da sua escrita espontânea e apaixonada, batida por necessidades múltiplas, em que o dinheiro apenas levou primazia até ao falecimento de Pinheiro Alves.

As suas obras formam um dos grandes Arcos do Triunfo da Literatura Portuguesa, recheadas de histórias alicerçadas no conhecimento direto e profundo da sociedade do seu tempo, amealhadas nos locais em que habitou e por onde calcorreou, apropriadas das pessoas, de diferentes estatutos, com quem conviveu. Inspirou-se nas leituras a que devotava muita

 <sup>&</sup>lt;sup>651</sup> Foi romancista, novelista, dramaturgo, historiador e crítico literário, polemista, poeta, jornalista, cronista e epistológrafo.
 <sup>652</sup> C. a Ernesto Chardron, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 814-815.

<sup>&</sup>lt;sup>653</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [18-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 96.

carga horária, reuniu apontamentos e informações que os amigos lhe forneciam. Tudo remexido e caldeado pela sua memória prodigiosa e pela mão da sua genialidade.

Era um intelectual de interesses muito ecléticos, detentor de uma devoção imensa ao trabalho que realizava, a qual se escudava nas «suas penetrantes qualidades de autopsiador de almas e de observador de costumes» <sup>654</sup>. Colocou sempre as histórias ao serviço da sua arte criativa e nunca escravizou a sua genialidade às histórias que narrava. Tal como pretendeu confortar Francisco Lourenço da Fonseca (Júnior), o romancista de Seide depurara a mais perfeita noção de que:

Em Portugal escrever é lutar, e pôr um livro na praça é como pendurar um troféu em sala de armas. Receba V. Ex.ª os emboras de um camarada que principia a suspirar por um asilo de veteranos mutilados, onde vá recordar as inocentes alegrias com que há 20 anos a glória de escrever o compensava das tristezas e desalentos que o mundo não via nos livros. Entretanto peço a V. Ex.ª que trabalhe sem esmorecimento. Quando envelhecer, sentirá satisfação em dizer: «trabalhei» 655.

O romancista tinha estatuto para prestar este testemunho de trabalho e autoridade moral para reconfortar eventuais desencantos do seu destinatário no ministério da escrita. Na verdade, em tal ofício, poucos tinham uma relação tão profunda com o verbo «trabalhar», para proferir sem rebuço o seu pretérito perfeito.

# 3.1.2. Relações com editores e livreiros

«Eu não me *inspiro* sem editor», confessava Camilo a José Gomes Monteiro<sup>656</sup>, gerente de uma das mais importantes livrarias da «Cidade Invicta». Subjazia à existência de editores interessados a garantia de que auferiria proventos pelos seus trabalhos, à medida que os produzia: «As *Aventuras* poderão ser concluídas até ao fim do mês que vem. Não continuo o trabalho sem a certeza de que tenho editor, e certa a quantia estipulada, concluído o manuscrito»<sup>657</sup>.

Não foi por falta destes profissionais que a inspiração lhe escasseou. A Resenha alfabética dos livros de Camilo, pelos seus títulos e edições, seguidos dos nomes dos respetivos editores<sup>658</sup> dá-nos informação sobre três dezenas de pessoas, casas editoras, tipografias e periódicos com os quais o romancista travou relações, para fazer «gemer os tornos da imprensa»<sup>659</sup> com a publicação dos seus textos.

O relacionamento com tão alargado número de entidades pessoais e coletivas realizou-se, sobretudo, através do contacto pessoal e da troca epistolar, sendo esta um canal de comunicação por excelência de quem fazia da escrita a sua única profissão e de quem fazia da

<sup>654</sup> MAGALHÃES, 1925: 97.

<sup>655</sup> C. a Francisco Lourenço da Fonseca (Júnior), de 09-12-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 984.

<sup>656</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 533.

<sup>657</sup> C. a António Maria Pereira I, de [janeiro de 1861]. In CASTELO BRANCO, 2002: 732.

<sup>658</sup> MARQUES, 1925: 190-208.

<sup>659</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 533.

edição de obras a sua principal atividade comercial. A correspondência acabava por se configurar como uma espécie de prova contratual dos termos do negócio entre as partes.

Embora seja evidente que foi abundante a epistolografia entre o romancista e os editores, a quantidade de missivas endereçada às empresas editoras<sup>660</sup> é de apenas 681 exemplares, o que representa 19,11% da totalidade de correspondência que inventariámos (3563 registos). Julgamos que a vasta produção de Camilo compreendeu uma intensa troca epistolar, cujo número seria bem maior do que o conhecido.

Temos registos de epistolografia do romancista para vinte e sete editores, entre os quais se destacam, pelo número de correspondência recebida: Eduardo da Costa Santos (230), José Gomes Monteiro (160), Freitas Fortuna<sup>661</sup> (100), Ernesto Chardron (64), João Baptista de Matos Moreira (57), António Maria Pereira I (20), António Maria Pereira II (18), redatores e redações de periódicos (18).

Os assuntos da epistolografia versam, na sua grande maioria, sobre o expediente relacionado com a edição dos seus textos, e permitem-nos comprovar as relações com os agentes do mundo da edição, o que pensava sobre eles, a forma como se fizeram e desfizeram negócios editoriais. Também ali se encontram disseminadas informações acerca da sua vida profissional, do modo como ia gerindo a carreira, paralelamente à produção dos seus textos, e das questões judiciais com os livreiros. Revelam-nos os sucessos e as rejeições de trabalhos em que investira tempo e talento. E, além de muitos outros temas, oferecem-nos a possibilidade de obter conclusões sobre o complexo processo de composição tipográfica dos seus manuscritos, revisões de provas e edição das obras.

Em casos de maior proximidade entre o escritor e o editor, Camilo aproveitou as cartas para tratar de assuntos que nada tinham que ver com o mundo dos livros<sup>662</sup>. Veja-se o que aconteceu com Costa Santos, pessoa a quem fez chegar grande número de pedidos desenquadrados das obrigações do empresário. Solicitou-lhe o envio de «charutos *Flor de la Reyna*», à venda na firma *Freitas & Azevedo* e na *Havanesa* dos Clérigos<sup>663</sup>, e de «rebuçados metílicos»<sup>664</sup>. Agradeceu o «caixão de vinho»<sup>665</sup>, e pediu a compra de «12 garrafinhas de Águas das Pedras Salgadas»: «Há umas mais saturadas de arsénico [...], prefiro-as»<sup>666</sup>.

A situação também se verificou com outros editores.

<sup>660</sup> Sobre os editores de Camilo, considerámos as listagens elaboradas por Henrique Marques (MARQUES, 1925:190-208) e por Alexandre Cabral (CABRAL, 2003: 303-304). Não se incluíram em ambas as listagens os nomes dos que publicaram títulos camilianos em outros países, sobretudo no Brasil, onde «se permitiram delas fazer edições, por sua conta e risco e sem pedir vénia aos seus proprietários legais» (MARQUES, 1925: 163). Seguimos igual critério. 661 Henrique Marques e Alexandre Cabral incorporam Freitas Fortuna na listagem dos editores de Camilo. Tomámos a mesma decisão neste trabalho, sabendo, embora, que nem o capitalista portuense tinha como principal ramo de atividade a edição de obras, nem a maioria das cartas que o romancista lhe dirigiu se reportava a assuntos editoriais.

<sup>&</sup>lt;sup>662</sup> C. a Ernesto Chardron, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 922-923.

<sup>&</sup>lt;sup>663</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [25-11-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 195; C. de [1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 254.

<sup>664</sup> C. de [11-12-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 197-198.

<sup>&</sup>lt;sup>665</sup> C. de [12-04-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 247.

<sup>&</sup>lt;sup>666</sup> C. de [07-05-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 278.

Pediu-lhe que mandasse o portador da carta «ao seu fornecedor de carne comprar uma pouca de vitela» 667 e, em outro momento, o «favor de pagar [...] a conta inclusa na mercearia do Gaspar»<sup>668</sup>. Para o filho Jorge, instou a aquisição de um bilhar<sup>669</sup> e a feitura de um fato, adequado à época de verão<sup>670</sup>. Para si próprio esperava, com a maior urgência, a remessa de uns óculos: «não vejo nada, e muito dificilmente escrevo» 671. E, entre outras improváveis solicitações, requereu a Costa Santos que providenciasse a entrega de um colchão em São Miguel de Seide<sup>672</sup>.

A correspondência demonstra-nos que os livreiros pediam a Camilo o seu parecer sobre propostas por eles recebidas, podendo, no final, considerar, ou não, o aconselhamento camiliano. Quando lhe chegou às mãos o fragmento da peça de Molière, As Sabichonas, traduzida por Feliciano de Castilho, o romancista queixou-se ao poeta de que passava mal dos olhos, há vários dias. Estava «na extremidade de não trabalhar», e, perante a dificuldade, pediria a alguém que lha lesse. Acerca da publicação de peças do dramaturgo francês, deu conhecimento a Castilho: «Há tempos me disse o José Gomes Monteiro que V. Ex.ª lhe propusera a edição do Tartufo. Perguntou-me o meu parecer. A resposta pode V. Ex.ª presumir qual fora»<sup>673</sup>. Supõe-se que a opinião de Camilo tenha sido favorável à edição.

Neste caso, o editor não teve em conta as considerações do romancista. É o que se depreende da missiva enviada a Castilho: «Espanta-me o procedimento do Gomes Monteiro com V. Ex.ª. [...] Queira V. Ex.ª dizer-me as condições com que vende o *Tartufo*; pode ser que outro editor aceite, posto que a ocasião seja má»<sup>674</sup>. Camilo deve ter diligenciado a publicação junto dos proprietários da «Gazeta Literária do Porto», A. de Moraes & Pinto, porque nos surge como intermediário destes livreiros da Rua do Almada: «dão 30 libras pelas comédias Tartufo e Sabichonas. Querem publicá-las na «Gazeta» e depois em volume, tirando 1500 exemplares, ficando a V. Ex.ª a propriedade. Se a V. Ex.ª convier, vai o comprador a Lisboa realizar o negócio» 675. Mas não houve acordo, porque a comédia foi impressa pela Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Com mais ou menos sucesso, Camilo contactou, por diversas vezes, editores do Porto e de Lisboa, ocupando-se de algumas tarefas ou apresentando-se como intermediário para sugerir a edição de obras de pessoas que lhe eram afetuosamente próximas.

Encarregou-se de remeter a Chardron dois manuscritos de Castilho, sem mencionar àquele o número de exemplares a imprimir, mas informando: «as edições regulares [de

```
667 C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 194.
```

<sup>668</sup> C. de [01-12-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 197.

<sup>669</sup> C. de [29-08-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 188.

<sup>670</sup> C. de [19-06-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 250.

<sup>671</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 312.

<sup>672</sup> C. de 03-11-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 192-193.

<sup>673</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 375.

<sup>674</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 08-01-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 378.

<sup>675</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1868]. In CASTELO BRANCO, 2002: 379.

Chardron] são 1500»<sup>676</sup>. E acreditava que o pagamento dos honorários a Castilho aconteceria sem atraso.

Dirigiu-se a António Maria II informando-o de que Tomás Ribeiro tinha intenção de publicar um conjunto de poemas: alguns inéditos, outros dados à publicidade em «Repúblicas». Se o editor lisboeta aceitasse a proposta, poderia «entender-se diretamente com ele», ou com o próprio Camilo, porque tinha em seu poder o manuscrito e porque Tomás Ribeiro tinha «certa repugnância por esta espécie de negócios» 677.

E, em data não determinada, enviou carta a Matos Moreira tendo, em anexo, um romance, que havia sido traduzido por Ana Plácido. A companheira do escritor oferecia-lhe «a edição toda com abatimento de 50%». O romancista aconselhava o editor a aceitar a oferta, dado que outras versões a que ela se dedicou, e publicadas por Chardron, tinham registado boa aceitação do público e algumas das quais encontravam-se esgotadas<sup>678</sup>.

Se Camilo revelava a preocupação e o empenho pelo melhor destino a dar aos escritos de algumas pessoas que solicitavam os seus préstimos e a sua influência, em outros casos, ficamos com a ideia de que não se queria comprometer ou desencadear contactos com editores. É o que se infere do teor da missiva a Francisco de Castro Monteiro: «Lerei com muita satisfação os capítulos do seu trabalho. Não se persuada todavia V. Ex.ª que a minha opinião lhe descerre as difíceis portas dos editores. O editor português, por via de regra, tem uma coisa a que ele chama o seu faro, e que o dispensa de conselhos de autoridades» <sup>679</sup>.

Assumiu idêntico procedimento quando recebeu um romance de Joaquim Teixeira de Macedo, e este lhe pediu a sua apreciação e diligências, visando a respetiva publicação. Camilo leu o romance, no qual encontrou apreciáveis qualidades na linguagem e na fantasia. Contudo, parecia-lhe que era «menos difícil ser prestante romancista que encontrar um editor prestante» E num mercado livreiro pouco animador para os escritores, Camilo declarava a Joaquim de Macedo que não sabia a quem deveria recomendar a edição do seu manuscrito: «a minha autoridade deve ser-lhe inútil, visto que eu, veterano e quase inválido nesta milícia, apenas tenho um editor em Lisboa não ameaçado de falência» 681.

Mesmo que tivesse autoridade, era sobretudo ao abrigo de relações amistosas que Camilo tomava a iniciativa de se dirigir aos negociantes de livros, expondo-lhes o seu parecer sobre os empreendimentos editoriais que eles tinham em mente. Ao saber que Chardron pretendia publicar clássicos, designadamente a *Vita Christi*, o romancista escreveu-lhe a manifestar as suas reservas sobre tal objetivo. Não se tratava apenas do insignificante «mérito literário» da obra, nem do facto de ele prever a diminuta venda de exemplares. A menos que

 $<sup>^{676}</sup>$  C. a António Feliciano de Castilho, de 15-06-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 451-452.

<sup>&</sup>lt;sup>677</sup> C. de [1889]. In CASTELO BRANCO, 2002: 744-745.

<sup>&</sup>lt;sup>678</sup> C. a Matos Moreira, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 714-715.

<sup>679</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1037.

<sup>680</sup> CABRAL, ed., 1972-1973: I, 195.

<sup>681</sup> CABRAL, ed., 1972-1973: I, 195.

a quantidade de subscritores viesse a contradizer as suas expectativas, recomendava cautela ao editor, porque um projeto de características idênticas tinha levado à ruína o «Lopes da Rua do Ouro». O escritor escudava-se na convicção de que «as pessoas afeiçoadas aos livros antigos só os compram se eles estão velhos. A mocidade ou não lê nada, ou lê livros moderníssimos, e detesta os clássicos, porque estes os ensinam a escrever corretamente» <sup>682</sup>.

Ao comunicar com Sebastião Maria de Andrade e Sousa, Camilo fez esta afirmação perentória: «Os editores são asnos como todos os editores. Deixa que eu cá os afago com cordialidade e meiguice»<sup>683</sup>. Anos depois, expressou a mesma opinião, e com igual mordacidade: «eles têm quadrupedismo (crie-se o substantivo por eles) quadrupedismo pegadiço»<sup>684</sup>. Quer sendo «asnos» ou padecendo de «quadrupedismo», o romancista tinha de conviver, assegurar relações de afabilidade e de manter trato comercial com os proprietários das editoras, das livrarias e dos periódicos. Deles dependia a edição e a comercialização dos seus livros, eram eles que assumiam os grandes riscos das apostas editoriais e, em larga medida, passava por eles a definição do tipo de trabalho literário que melhores condições reunia para satisfazer os diferentes interesses culturais do maior número de leitores: «Se V. Ex.ª entender que o trabalho merece a publicação, dir-me-á se Lisboa tem editor que o queira. O Porto figura-se-me que o não tem. Cá estes mercadores de Manuscritos não querem senão romances — coisa que se venda a todo o mundo, desde a fidalga ociosa até à criada grave»<sup>685</sup>. A pessoa do editor, as suas capacidades de negociação, os seus conhecimentos da arte tipográfica e o cuidado posto na edição das obras foram qualidades que pesaram nos relacionamentos editoriais de Camilo. Da parte de editores e livreiros, exigiu-se, ou pediu-se, em certas ocasiões, como nos casos de efetivo incumprimento de prazos, alguma tolerância com o génio e a irreverência do romancista.

A epistolografia comprova a possibilidade de estabelecer uma tipificação genérica dos empresários: o competente no ofício, o menos engenhoso na arte, o negociante exímio, o comerciante menos sério e o profissional erudito.

# 3.1.2.1. A arte tipográfica de António José da Silva Teixeira

Foi editor de várias obras de Camilo<sup>686</sup>, e pela sua tipografia passou a impressão de muitos outros títulos do escritor. Para imprimirem os seus livros, as grandes casas editoras do burgo portuense, como a de Cruz Coutinho, Viúva Moré e Ernesto Chardron procuraram a qualidade dos serviços gráficos da empresa do Teixeira da Cancela Velha<sup>687</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>682</sup> C. a Ernesto Chardron, de 15-04-1875. In CASTELO BRANCO, 1994: 919-920.

<sup>683</sup> C. de [1858]. In CASTELO BRANCO, 1994: 760.

<sup>684</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 03-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 347-348.

<sup>&</sup>lt;sup>685</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, 03-02-1867. In CABRAL, 1922: 138-140.

<sup>&</sup>lt;sup>686</sup> Editou *A filha do Arcediago* e *Cenas contemporâneas* (1855), *A neta do Arcediago* (1856), *Lágrimas abençoadas* (1857) e *Anos de prosa* (1863). Foi impressor de *A infanta capelista*, mandada, depois, destruir pelo autor, que acarretou com as despesas inerentes.

<sup>&</sup>lt;sup>687</sup> Na época era «a melhor e a mais bem apetrechada de mecanismos e material respeitante à arte tipográfica» na cidade do Porto (MARQUES, 1925: 32).

Aos primorosos trabalhos ali produzidos e aos atributos pessoais e profissionais do impressor se referiu Camilo elogiosamente por 1858: «Lembra-me dizer-te que temos aqui uma excelente imprensa, dirigida pelo Teixeira, a do Laranjal. O diretor é honradíssimo, e, como podes ver na *Vingança*, imprime livros para muitos e com presteza»<sup>688</sup>.

Ao longo dos anos, Camilo teve trato regular com o editor, e conservou a mesma perceção sobre as qualidades morais, afirmando que «o Sr. Silva Teixeira [era] homem honesto» 689. Manteve sempre uma boa imagem da atividade da casa de António Teixeira, e expressou, por várias vezes, a intenção de que a impressão das suas obras fosse ali realizada 690. Quando Eduardo da Costa Santos preparava a edição de *O general Carlos Ribeiro* (1884) e a tipografia Elzeviriana, no Porto, se mostrava incapaz de dar bom andamento à impressão do opúsculo, o romancista recordou com nostalgia o método de trabalho, ainda que oneroso, das oficinas da Rua da Cancela Velha: «Que saudades eu tenho do tempo em que o Teixeira da Cancela Velha todos os dias me enviava provas dos meus romances! Disse-me Chardron que isso lhe ficava caro, e creio bem que sim» 691.

Em 1882, em virtude de um pequeno desaguisado sobre umas «estúpidas arrelias»<sup>692</sup> que lhe fez a tipografia na edição do seu prólogo para o livro *Combates e Críticas: 1875-1881*<sup>693</sup>, de Silva Pinto, Camilo deliberou e preveniu Ernesto Chardron que, a partir de então, nenhum manuscrito seu fosse para os prelos de António Teixeira:

Eu disse positivamente ao Teixeira que na sua tipografia nunca mais entrariam manuscritos meus. Somente obrigado por grandes afrontas é que eu assim procedi. Ele teve a audácia canalha de me fazer sentir que na sua tipografia se emendavam os meus erros, porque eu escrevera «Quintilliano» devendo escrever «Quintilliano» [p. XIX] e «prysmaticos» devendo escrever «prismáticos» [p. XXIII]. E com isto julgava-se autorizado a sustentar as asneiras das suas emendas. É muito para mim que costumo sofrer pouco. Portanto, meu amigo, não devo nem posso consentir que escrito meu seja impresso em tal casa.

A minha questão já não é a incorreção é a dignidade<sup>694</sup>.

Julgamos que o episódio não manchou a estima de Camilo pela pessoa e pelo profissional. E também as zangas do romancista nem sempre foram de pedra e cal. Vejam-se dois exemplos. Depois de 1882, foi impressa, na tipografia de António Teixeira, a segunda edição

<sup>&</sup>lt;sup>688</sup> C. a Faustino Xavier de Novais, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 981.

<sup>&</sup>lt;sup>689</sup> C. a Cipriano L. Pereira Jardim, de 23-04-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 1005-1006.

<sup>690</sup> Consulte-se, a título ilustrativo, as missivas para José Cardoso Vieira de Castro, sem data (CASTELO BRANCO, 2002: 683-684); Ernesto Chardron, de [1879] (CASTELO BRANCO, 2002: 810-811); Silva Pinto, de 23-02-1882 (CASTELO BRANCO, 2002: 760-761) e de 28-02-1882 (CASTELO BRANCO, 2002: 761); Tomás Mendes Norton, de 28-12-1884 (CASTELO BRANCO, 2002: 924); Eduardo da Costa Santos, de [1886] (CASTELO BRANCO, 2002: 285-286).

<sup>&</sup>lt;sup>691</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [01-12-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 197.

<sup>&</sup>lt;sup>692</sup> C. a Ernesto Chardron, de [1882]. In CABRAL, 1939: 108.

<sup>693</sup> CASTELO BRANCO, 1882b: xi-xxxix.

<sup>&</sup>lt;sup>694</sup> C. a Ernesto Chardron, de [1882]. In CABRAL, 1939: 108-109. Aspas nossas.

de Cancioneiro alegre<sup>695</sup>. E aquando da polémica em torno da publicação de Boémia do espírito (1886), em que Lugan & Genelioux, sucessores de Ernesto Chardron, reivindicavam os direitos da propriedade desta obra, Camilo redigiu o folheto A difamação dos livreiros sucessores de Ernesto Chardron. Embora tivesse sido produzido na Imprensa Civilização do Porto, a primeira preferência de Camilo foi a de imprimi-lo na Tipografia da Rua da Cancela Velha. Só não foi assim, porque António Teixeira trabalhava para a firma dos dois comerciantes franceses, Mathieu Lugan e Jules Genelioux, com quem Camilo tinha o litígio:

Remeto a 1.ª parte da Carga. Tencionava mandá-la imprimir na tipografia do Teixeira ou noutra, 1.º porque falo como devo do meu amigo (na 2.ª parte) segundo porque lhe não queria dar incómodo. Lembro-me, porém, que o Teixeira trabalha para os sucessores do Chardron. Escrevi ontem ao João Dinis de quem sou amigo; mas seja qual for a resposta, não a espero<sup>696</sup>.

Na relação entre ambos, há ainda a referir um episódio relacionado com a edição de *Anos de prosa*<sup>697</sup>, que a nosso ver é pior do que as emendas feitas pelo editor, à revelia do romancista, no referido prólogo ao livro de Silva Pinto. Contudo, o facto não mereceu por parte de Camilo uma reação tão enérgica quanto seria de esperar. Reparando que o volume de *Anos de prosa* não estava tão encorpado quanto era esperado, e por entender que o preço pago pelos subscritores justificava mais corpo de texto, António Teixeira acrescentou-lhe dois romances traduzidos do francês<sup>698</sup>, sem ter consultado o escritor. Sucedeu, porém, que, em 1879, aquando da representação da peça *A pesca da baleia*, o seu autor, Cipriano Jardim, foi acusado de ter cometido plágio. Para se defender, veio à praça pública apontar exemplos de plagiatos e, entre os que incluiu na lista, surgia, em primeiro lugar, Camilo Castelo Branco, pelo que ele fizera em *Anos de prosa*. Este, procurando contestar a inculpação, viu-se na necessidade de esclarecer dúvidas, o que implicou pedir ao editor uma declaração que atestasse a sua inocência.

António Teixeira respondeu ao solicitado, nas páginas de «O Primeiro de Janeiro», na sua edição de 22 de maio de 1879, fazendo saber publicamente que Camilo era inacusável nesta situação. Ele próprio tomara a decisão de engrossar o volume sem consultar o escritor. Quem não ficou de todo convencido com as explicações dadas foi Cipriano Jardim. Retomaremos este episódio no subcapítulo «3.1.5. Críticas à Produção Camiliana».

### 3.1.2.2. As limitadas competências de Eduardo da Costa Santos

O romancista considerava-o «homem valente e honrado», com «fanatismo medieval» pelo rei D. Luís<sup>699</sup>. A admiração pela monarquia e a influência que exercia sobre os seus pares, nas

<sup>&</sup>lt;sup>695</sup> CASTELO BRANCO, 1887b. Além da edição corrente, foi feita uma edição especial de vinte e cinco exemplares em papel de linho nacional, numerados.

<sup>&</sup>lt;sup>696</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [01 ou 02-10-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 285-286.

<sup>697</sup> CASTELO BRANCO, 1863a.

<sup>&</sup>lt;sup>698</sup> O arrependimento (pp. 201-217) e A Gratidão (pp. 219-284).

<sup>&</sup>lt;sup>699</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1169.

funções de comandante do corpo de bombeiros de Vila Nova de Gaia, tornavam-no, segundo Camilo, «num trunfo eleitoral» a ter em consideração. Encontrando-o «muito ofendido por multiplicadas injustiças que o seu partido, o Regenerador, lhe tem feito a propósito de coisas lá da bomba», e «com tendências a republicanar-se e mais a sua *troupe*», o romancista preveniu e aconselhou Tomás Ribeiro. Se este conseguisse que o monarca lhe desse, com brevidade, o hábito de São Tiago, ia, por certo, «repor [o editor] no seu antigo pé político»<sup>700</sup>.

Qualquer que fosse o alcance das ideias políticas e a influência partidária de Costa Santos, ou mesmo o seu sucesso profissional, o que o tornou conhecido foi o facto de ter editado obras de Camilo: «Tenho agora outro editor, um comandante de bombeiros [...], que trata de livros, por achar que o tratar de bombas é ofício de pouca gravidade»<sup>701</sup>. A ironia podia ser injusta, mas o diagnóstico acertado. Havia alguma injustiça, uma vez que o fundador da Livraria Civilização editou, entre 1883 e 1889, praticamente os últimos trabalhos literários camilianos. E, na fase de declínio da atividade literária do romancista, Costa Santos demonstrou notável paciência e enorme reverência ao escritor, o que, em abono da verdade, lhe trouxe mais encargos do que benefícios monetários.

A edição das obras de Camilo pode ter constituído, para Costa Santos, mais um projeto de prestígio pessoal e de apreço literário pelo escritor do que uma estratégia económica visando o lucro. É o que depreendemos da carta que lhe endereçou o romancista, em 1884:

A infelicidade que, pela primeira vez, experimentei como escritor, nas obras editadas pelo meu amigo, desanimou-me até ao extremo de perder completamente a vontade e a disposição para outros trabalhos.

Em um folhetim de MÜLLER, impresso no «Diário da Manhã», lê-se que o Sr. COSTA Santos publicara os meus opúsculos por honra das letras e não por interesse. É isto pouco mais ou menos. Ora eu de modo algum permito que um editor, por honra da Literatura, se sacrifique, editando os meus livros. Mau foi, pois, que o meu amigo se encarregasse desta última obra tão infeliz como as outras, não obstante o aplauso da imprensa amiga e inimiga. Já vê que há inguiço nos nossos contratos. Eu estava afeito a ver os meus editores contentes e pressurosos em me estimularem a continuar.

Apenas os achava às vezes mesquinhos na paga; mas isso era culpa minha, porque não nasci para negociar, nem quis nunca autorizar agentes mais espertos para os meus contratos. Pagavam-me eles, porém, com a satisfação que me davam em se confessarem bem remunerados.

Em vista disto, meu prezado amigo, demos como terminados os nossos negócios, e conservemos, depois de extintas as negociações, pela minha parte a cordial gratidão aos favores recebidos<sup>702</sup>.

Na realidade, as edições camilianas de que se encarregou tiveram insucesso comercial, a que acresceu o desconforto de o editor ter visto correr termos um processo judicial, movido

<sup>700</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1193-1194.

<sup>&</sup>lt;sup>701</sup> C. a Luís Augusto Palmeirim, de 05-09-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 958-960.

<sup>&</sup>lt;sup>702</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 25-06-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 223-224.

por Lugan & Genelioux, destinado a confiscar os exemplares da *Boémia do espírito*, por si editada. As obras de outros autores, em cuja publicação se abalançou, registaram fracasso idêntico, o que comprovava as suposições de Camilo quanto às limitadas capacidades de Costa Santos em matéria de produção de livros:

Quanto a Costa Santos, eu já desconfiava, há meses, que o homem ia ladeira abaixo, por não conhecer o terreno que pisava. Encheu-se de obras, compradas por baixo preço mas que não valiam as despesas da impressão. Além disso, contra a minha opinião, sacrificou 9 contos na edição dos Miseráveis, concorrendo com edições mais económicas, e, de mais a mais, publicando uma obra conhecidíssima e nada popular. O homem quis ser Chardron 2.º que ganhou 60 000\$000<sup>703</sup>.

Em 1889, ao verificar a morosidade da impressão de certa obra, o romancista foi mais categórico na avaliação das aptidões do editor para empreendimentos desta natureza: «o Santos não está no caso de fazer os prodígios editoriais do Chardron»<sup>704</sup>, e «está fora da linha dos bons editores»<sup>705</sup>.

A edição de *Nas trevas* foi negociada, nos últimos meses de 1889, com Costa Santos, através da mediação de Freitas Fortuna<sup>706</sup>. Apesar de parecer iminente o acordo, o editor rejeitou a publicação dos sonetos. Não foi o único a escapulir-se à publicação: António Maria Pereira, Férin, Pedro Correia da Silva e Henrique Zeferino tomaram igual decisão. A Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão acabou por decidir mandar para os prelos o último trabalho literário de Camilo. Aquele a quem outrora disputavam a edição dos seus escritos andava agora de porta em porta para ter em letra de forma os derradeiros trabalhos, vivendo entre a esperança do valor da sua proposta editorial e o receio de a recusarem.

# 3.1.2.3. O espírito comerciante de Ernesto Chardron

Antigo empregado da Casa Moré, Ernesto Chardron fundou a Livraria Internacional e estabeleceu-se, em 1869, no n.º 98 do Largo dos Clérigos.

Era pessoa arrojada, trabalhador incansável, e com reconhecidos dotes no negócio de livros. A essas capacidades se referiu Camilo, quando preparava para o editor a tradução do segundo volume do *Dicionário universal de educação e ensino*, em 1873: «Este editor Chardron é feliz como três burros. Vende tudo, e prospera com obras que arruinariam outro editor. Ontem me mandava ele pedir se eu me encarregava de verter uma parte de um ótimo *Dicionário*, chamado *prático*, de não sei quem. Li alguns soberbos artigos»<sup>707</sup>. De início,

<sup>&</sup>lt;sup>703</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 20-04-1886. In CABRAL, 1924: 119-120.

<sup>&</sup>lt;sup>704</sup> C. a Freitas Fortuna, de [14-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 105-106.

<sup>&</sup>lt;sup>705</sup> C. a Freitas Fortuna, de [18-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 108.

<sup>&</sup>lt;sup>706</sup> CABRAL, ed., 1973: 279-284; COSTA, 1925: 250-251.

<sup>707</sup> C. a António Feliciano de Castilho, [01-04-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 436.

Camilo terá recusado a proposta de Chardron<sup>708</sup>, aconselhando-o mesmo a não o publicar, porque era «boníssimo, e em assuntos religiosos algum tanto Lucrécio, o que não convém em terra de Lucrécias, parentas de Brutos, com bb de todos os tamanhos»<sup>709</sup>. Porém, o conselho do romancista não foi assertivo, porque o editor obteve duas mil assinaturas e, para admiração do escritor, «o Chardron ganhar[ia] bons 3000\$000 de réis»<sup>710</sup>.

Entre 1868 e 1883, o romancista e o editor tiveram uma relação muito cordial e satisfatória para ambos: o estabelecimento de Chardron editou cerca de duas dezenas de títulos camilianos, recebeu o aconselhamento e as recomendações de Camilo nas apostas editoriais<sup>711</sup> e, ao invés de outros livreiros, carregou o escritor de provas tipográficas<sup>712</sup>.

Algumas atitudes da vincada vertente de negociante do editor francês foram desagradando a Camilo. Por ocasião da polémica com Letizia Rattazzi, o romancista redigiu o opúsculo *A Senhora Rattazzi*<sup>713</sup>. Depreende-se da carta a Francisco Gomes de Amorim que Camilo redigiu um texto sobre a autora de *Le Portugal à vol d'oiseau* para sair em folhetim, que seria, depois, publicado por Chardron, provavelmente revisto e com acrescentos. Ora, a edição do texto camiliano não veio a ter esta sequência, porque o editor se antecipou ao periódico:

Aquilo nem era para livro nem opúsculo. Era um folhetim ligeiro e banal para o «Atlântico»; mas o Chardron, assoprando, como costuma, a bexiga mercantil, fez um espalhafato que me magoou. Se eu tivesse pachorra para estar alguns dias a esgaravatar na esterqueira, poderia escrever um livreco à altura da Rattazzi — uma condigna porcaria; mas já para aí me não leva a tristeza<sup>714</sup>.

Se as relações esfriaram em 1880, vieram mesmo a romper-se três anos depois. Camilo alegou que Chardron lhe recusou a publicação de um livro histórico, e que, talvez na sequência dos sucessos editoriais de *Eusébio Macário* e de *A corja*, o editor lhe quis impor um tipo de registo ficcional mais ajustado às novelas realistas, o que o desgostava:

O Chardron parece, mercantilmente, ser um pouco sócio daquelas firmas safadas. Rompi com ele as minhas relações comerciais. O homem tem feito importunas diligências por reatá-las; mas eu ofendi-me com a recusa de um livrinho histórico, pelo facto de ser histórico, tendo

<sup>&</sup>lt;sup>708</sup> O trabalho de verter, para a língua portuguesa, matérias tão diversas e de introduzir acrescentamentos «nos vários assuntos relativos a Portugal» veio a ocupar Camilo em 1872 e 1873. O seu interesse pela obra, talvez em resultado da fatigante e nada criativa missão de tradução, ficou bem claro na missiva endereçada a Castilho: «Não dou importância nenhuma a isto, se não ao estipêndio que disso me vem. E mais nada» (C. de [15-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 419-420).

 $<sup>^{709}</sup>$ C. a António Feliciano de Castilho, de [01-04-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 436.

<sup>&</sup>lt;sup>710</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 29-03-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 435.

 $<sup>^{711}</sup>$  «Mas Chardron, além de ser um hábil negociante, nunca publicou obra sem me consultar. Nunca perdeu em livro algum» (C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 20-04-1886. In CABRAL, 1924: 119-120).

<sup>&</sup>lt;sup>712</sup> C. a Gomes de Amorim, de 10-01-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 852-853.

<sup>713</sup> CASTELO BRANCO, 1880c.

<sup>714</sup> C. de 29-01-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 853-854.

ele explorado há anos a minha incapacidade para negociar. Indignou-me que ele se quisesse dar o direito da escolha, impondo-me novelas realistas bem apimentadas<sup>715</sup>.

Julgamos que a verdadeira razão da zanga era outra. O romancista de Seide via como desconsideração pessoal e desprestígio profissional que Chardron estivesse a pagar menos pela sua produção do que pela de outros autores como Guerra Junqueiro ou Eça de Queirós.

O editor procurou reatar os relacionamentos com Camilo, mas isso não veio a acontecer. Chardron faleceu em 1885, muito em resultado dos excessos gastronómicos, fomentados por um apetite pantagruélico.

Camilo expôs, em duas missivas, o que pensava sobre o alcance da atividade profissional do editor francês, elogiando-lhe o faro singular para o negócio. Na primeira, confessou a Bulhão Pato: «O Ernesto Chardron tem feito bom serviço às letras portuguesas e ainda melhor aos escritores portugueses»<sup>716</sup>. E na segunda, dirigida ao próprio editor, traçou este elogio sentencioso e irónico: «Pobre governo! Se ele tivesse o meu amigo Chardron no ministério decerto salvava as finanças fazendo-se editor»<sup>717</sup>.

#### 3.1.2.4. Cruz Coutinho: «roubou-me»

Os contactos editoriais entre ambos iniciaram-se com a publicação de *Onde está a felicidade?*, em 1856, e, pouco tempo depois, em 1859, esfriaram e terminaram. Os motivos parecem ter sido vários, porque, à medida que o tempo foi passando, Camilo apresentou uma justificação sempre diferente para o rompimento de relações.

A primeira teve que ver com uma espécie de *revanche* do editor. Andava o romancista a trabalhar na tradução de *O génio do Cristianismo*, por encomenda de Cruz Coutinho. Apesar de ter contratos com este editor, Camilo entregou-os «depois à *Aurora do Lima* por preço mais elevado»<sup>718</sup>. Inteirado, por certo, da situação, e porque Camilo se viu forçado a ausentar-se do Porto com a amante ou não estava muito capacitado para cumprir contratualizações, Cruz Coutinho convidou um amigo do escritor a concluir a tradução em português do livro de Chateaubriand. Na folha de rosto, saiu impresso: «Revista por Augusto Soromenho»<sup>719</sup>. Camilo interpretou o gesto como uma humilhação:

Tinha eu traduzido o primeiro tomo e alguns capítulos do segundo, quando saí do Porto há 7 anos com a D. Ana Plácido. Não pude continuar a tradução, apesar do Cruz Coutinho, editor. Este alarve, irado contra mim, convidou o guarda-barreiras Soromenho a continuar a versão do 2.º volume, e, no propósito de vingar-se humilhando-me, deu-me como revisor e corretor da

<sup>&</sup>lt;sup>715</sup> C. a Luís Augusto Palmeirim, de 05-09-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 958-960.

<sup>&</sup>lt;sup>716</sup> C. sem data. In CABRAL, *ed.*, 1986a: 45-46.

<sup>717</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 926-927.

<sup>&</sup>lt;sup>718</sup> CABRAL, 2003: 264.

<sup>719</sup> CHATEAUBRIAND, 1860.

minha tradução à besta constante do frontispício. Aqui tem V. Ex.ª. Não há nada mais sujo nem mais extravagante<sup>720</sup>!

A segunda confessou-a a Francisco Martins Sarmento, em 1879, ao dizer do editor e proprietário do periódico «O Jornal do Porto»: «Roubou-me, e eu chamei-lhe "ladrão", e nunca mais o vi»<sup>721</sup>. Não sabemos qual o incidente que levou o romancista a chegar a esta afirmação.

A segunda metade da década de cinquenta foi um período de esbanjamento anormal de dinheiros<sup>722</sup>, quer pelo envolvimento adulterino de Ana Plácido com Camilo quer pelas consequências pessoais e públicas do escândalo. É de admitir que, perante as dificuldades financeiras do romancista, Cruz Coutinho tenha realizado negócios com Camilo que não conseguiria em contextos de desafogo económico.

A consulta da listagem de obras de que se encarregou Cruz Coutinho evidencia que este colocou livros de Camilo no mercado até 1883: trinta e seis edições de dezoito obras (Anexo 24). A reedição de títulos camilianos, durante um período tão longo, atesta o interesse que o editor sempre manteve pelos textos de Camilo ou pelas oportunidades de negócio que daí podiam surgir. Mas o facto devia preocupar os investigadores que se dedicam à génese e à fixação do texto camiliano. Se Cruz Coutinho editava obras cujos direitos de propriedade eram adquiridos a outros editores e não diretamente a Camilo, por não ter com ele relações pessoais ou profissionais, será que foi dada a oportunidade ao romancista de rever as provas tipográficas das últimas edições, saídas em vida dele, nomeadamente: *Duas horas de leitura* (3.ª edição, 1868), *A filha do Arcediago* (3.ª edição, 1868), *Um homem de brios* (3.ª edição, 1869), *Cenas da Foz* (3.ª edição, 1873), *Carlota Ângela* (3.ª edição, 1874), *Anátema* (3.ª edição, 1875), *Lágrimas abençoadas* (3.ª edição, 1878), *Onde está a felicidade* (4.ª edição, 1878), *Mistérios de Lisboa* (5.ª edição, 1878) ou *Livro de consolação* (3.ª edição, 1883)?

Após a morte de Cruz Coutinho, o romancista apresentou uma terceira causa para a desavença que tivera com o editor: «Cruz Coutinho, nos últimos anos de sua vida, reatou as nossas antigas relações e lamentou que elas se tivessem interrompido. Indispus-me com ele porque fez público um bilhete comprometedor que encontrou em um livro da minha livraria que ele comprou em janeiro de 1859»<sup>723</sup>.

Não conseguimos saber qual o conteúdo embaraçoso do bilhete, talvez escrito por Ana Plácido para Camilo. Para nós seria uma maldade que Cruz Coutinho fizesse divulgação pública de um documento que pudesse incriminar o romancista e a sua amante. Mesmo zangado com as atitudes do escritor, o editor sabia bem que isso poderia ter consequências trágicas para o casal de amantes: a detenção de ambos, a provável condenação e, com isso, o degredo. Porque preço isso teria acontecido? Haveria aí a sombra do dinheiro de Pinheiro Alves?

<sup>&</sup>lt;sup>720</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 04-08-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 339-340.

<sup>721</sup> C. a F. Martins Sarmento, de 18-09-1879. In CASTELO BRANCO, 1994: 738-739.

<sup>&</sup>lt;sup>722</sup> «O meu cofre está marasmado com as sangrias mal aplicadas que lhe dei» (C. a José Barbosa e Silva, de 02-04-1858. In CASTELO BRANCO, 1994: 1108-1109).

<sup>&</sup>lt;sup>723</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [25-10-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 287-288.

#### 3.1.2.5. José Gomes Monteiro: erudito e bibliófilo

A Casa Moré<sup>724</sup> publicou, entre os anos de 1862 e 1872, mais de dezena e meia de títulos originais do romancista de Seide, com especial destaque para *Amor de perdição*, *As três irmãs*, *Memórias do cárcere*, *No Bom Jesus do Monte*, *O judeu* ou *Livro de consolação*<sup>725</sup>. A edição das obras decorreu no melhor período do relacionamento editorial, pessoal e intelectual de Camilo com José Gomes Monteiro, o gerente e, depois, proprietário da firma Moré.

A correspondência conhecida do romancista para o editor reporta-se, sobretudo, a estas duas balizas temporais, e debruça-se sobre temas que vão pouco além da relação de cordialidade e das matérias concernentes às produções de lavra camiliana ou de outros escritores. Existem propostas para a edição de livros<sup>726</sup> ou recusa de convites de José Gomes Monteiro<sup>727</sup>; envio de manuscritos e de capítulos para composição, bem como provas tipográficas de escritos em fase de produção; pedidos de informação sobre algumas individualidades<sup>728</sup> e de empréstimo de publicações<sup>729</sup> importantes para a redação de trabalhos literários; e, ainda, a emissão de opiniões sobre certos livros, a rogo do editor<sup>730</sup>. Além disto, solicitações para que o gerente da Casa Moré mandasse oferecer livros em seu nome, no Porto e em Lisboa, a várias personalidades do círculo de relacionamentos camilianos<sup>731</sup>, ou fizesse entregar 10\$000 réis a Bernardina Amélia<sup>732</sup>, filha que Camilo tinha a educar no Convento de São Bento da Ave-Maria, no Porto, a pouca distância da Livraria Moré. Nas cartas, há também queixas de Camilo quanto ao seu estado de saúde, visitas a médicos ou informações sobre medicação prescrita e tratamentos aconselhados, situações quase sempre aproveitadas para o romancista exercitar o seu sentido de humor.

<sup>&</sup>lt;sup>724</sup> «Era o centro literário da moda, e ponto de reunião de escritores, jornalistas, literatos, professores, etc. / Ficava situada na praça de D. Pedro, hoje Praça da Liberdade, na casa da Cardosa, lado sul, com frente para a praça D. Pedro e Largo dos Loios» (MARQUES, 1925: 68-69).

<sup>&</sup>lt;sup>725</sup> Sob a chancela desta livraria, há que referir a edição de importantes obras da bibliografia de Camilo: *O romance de um homem rico*, *Doze casamentos felizes* e *Agulha em palheiro* (2.ªs edições) e *Um Livro* (3.ª edição).

<sup>&</sup>lt;sup>726</sup> O que fazem livros velhos (C. de 12-05-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 476-477), Mistérios de Fafe (C. de 24-08-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 488), A biografia do Sr. bispo de Viseu (C. de 10-01-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 492-493), A herança de Londres (C. de 28-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 511), entre outros. <sup>727</sup> «Acho ainda cedo para as *Memórias da minha vida*, que está, ou deve estar a meio caminho. Quando eu avistar a sepultura, falaremos, meu amigo» (C. de 25-07-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 463-464).

<sup>&</sup>lt;sup>728</sup> «Pode V. S.ª indigitar-me o que devo ler [para] escrever uma biografia [de Bernardes]» (C. 15-05-1857. In CASTELO BRANCO, 2002: 462); «desejava saber como [Soropita] este ilustre Mestre seiscentista viveu e morreu» (C. de 12-08-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 485-486); ou «alguma coisa escrita que me dilucide a biografia do António José da Silva, o judeu» (C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 526).

<sup>&</sup>lt;sup>729</sup> A corografia do padre Carvalho (C. de 02-02-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 474) e a miscelânea de Miguel Leitão de Andrade (C. de 10-05-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 476).

<sup>&</sup>lt;sup>730</sup> «Eu hesitaria em dar-lhe o meu juízo acerca dos *Miseráveis*, se V. S.ª me não animasse a fazê-lo. [...] Cá em minha casa, circunscrevo-me a admirar a linguagem imaginosa, posto que algumas vezes me quer parecer que há ali muita lantejoula» (C. de 28-04-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 465-466).

<sup>&</sup>lt;sup>731</sup> Entre outros, a Antero de Quental e Alberto Pimentel, no Porto; e em Lisboa, a Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Pinheiro Chagas (C. de 05-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 506-507).

<sup>&</sup>lt;sup>732</sup> C. de [1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 555.

Em várias missivas, o romancista expressou as suas preocupações quanto ao restabelecimento físico do editor, dizendo: «não lhe posso desejar melhor felicidade que a da saúde, e depois o sossego de espírito»<sup>733</sup>.

A correspondência endereçada a alguns destinatários de Camilo acrescenta outros olhares sobre a inconstância dos seus julgamentos acerca das pessoas com quem mantinha relacionamentos frequentes, o que pode ser bem exemplificado com José Gomes Monteiro. Tracemos um breve historial.

No intuito de ajudar o amigo Gustavo Nogueira Soares, de causar agrado e obter proteção de quem ocupava lugares de governação, sobretudo porque a sua vida se complicara com a relação amorosa com Ana Plácido, Camilo travou, nos finais de 1859, uma polémica com «O Eco Popular», usando as páginas de «O Nacional»<sup>734</sup>. O mote começou por ser a tributação da décima industrial para descair rapidamente na afronta pessoal. A determinada altura da contenda, os correligionários camilianos, face à questionável conduta moral do escritor, aconselharam-no a silenciar a pena. Mas Camilo tinha dificuldade em gerir duas afrontas de José Gomes Monteiro. Assim o afirmou a Nogueira Soares:

Já terminei a contenda com o «Eco»; mas saiba o Gustavo que o autor dos dois últimos artigos daquele jornal é o José Gomes Monteiro.

Está o meu amigo enganado a respeito dos favores que devo a José Gomes Monteiro. Não há muito que eu quis ser proposto pela Câmara 2.º bibliotecário, José Gomes abusou da sinceridade com que lhe falei nos meus protetores, e praticou a vilania de os indispor contra mim. Alexandre Herculano sabe isto. Mas não creia que a censura aos escritos dele era uma vingança: poderia entrar nele o despeito; porém, não me dói o pesar de ter sido injusto.

Estava agora escrevendo detidamente uma análise às produções do homem. Aceito o conselho, e rasgo-a<sup>735</sup>.

No entanto, não o fez. Reescreveu-a e publicou-a no diário portuense, no qual, pouco tempo antes, alimentara a polémica<sup>736</sup>.

Em agosto de 1866, o romancista informou Feliciano de Castilho que «desatara» as relações comerciais com o gerente da Casa Moré, ao dar-se «o caso de ele rejeitar o romance do Senhor Eugénio [Castilho]», depois de ter dito que «satisfatoriamente o aceitava» <sup>737</sup>. Apesar de chegarem explicações a Camilo por terceiras pessoas, José Gomes Monteiro não considerava que estivesse obrigado a dar-lhe satisfações. O resultado foi o esperado: «o meu pundonor aconselhou-me o corte completo das nossas relações. Nunca mais nos correspondemos nem

<sup>&</sup>lt;sup>733</sup> C. de 14-09-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 467.

<sup>734</sup> CABRAL, ed., 1981a: 7-81.

<sup>&</sup>lt;sup>735</sup> C. de 09-10-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 631-632.

<sup>&</sup>lt;sup>736</sup> CASTELO BRANCO, 1926: 391-397.

<sup>&</sup>lt;sup>737</sup> C. de 12-08-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 341-342.

como negociantes, nem como conhecidos»<sup>738</sup>. Apesar de se encontrarem às avessas, o romancista, em nova missiva a Castilho, redigiu um juízo duplamente honroso e irónico: «O José Gomes, ainda assim, estrema-se e sabe muito; mas fez-se negociante e brilhou. Foi isso que lhe fechou as portas da minha confiança; sem embargo é homem de bem, amigo do seu vizinho, e digno de ser vereador»<sup>739</sup>. A veia humorística era-lhe irresistível. É isso que denotam as cartas que enviou a Castilho, em janeiro de 1868. Na primeira, mostrava-se espantado com a atitude de José Gomes Monteiro com o poeta: «É negociante do Porto. O balcão foi-lhe a hecatombe da delicadeza»<sup>740</sup>. E poucos dias depois, não resistiu a fazer graça, pegando, embora, nos problemas de saúde do editor: «é pessoa que não vejo há muito. Dizem-me que não sai de casa, à conta dos joanetes. Parece que a massa encefálica lhe desceu para os artelhos»<sup>741</sup>.

Entre 1870 e 1872, reataram-se os contactos com a edição de títulos camilianos<sup>742</sup>. Por esta altura, Camilo traçou um perfil do erudito e bibliófilo portuense, ao dirigir-se a Feliciano de Castilho:

[Gomes Monteiro] é um sujeito excelente, sabe o alemão, tem calos enormes, e uma rémora no cérebro. É o antípoda do movimento. Se encontrar sujeito que lhe fale nos enigmas históricos de Menina e Moça não se lembra de mais nada. Eu tive sempre ódio dos sábios, se tenho de tratar negócios com eles<sup>743</sup>.

Se havia reconhecido a «alta inteligência de José Gomes Monteiro»<sup>744</sup>, revelava agora a dificuldade em realizar negociações com pessoas de erudição. O juízo emitido em foro privado viria a revestir-se de outra importância quando o romancista se referiu, em público, às qualidades do editor nas páginas de «O Primeiro de Janeiro», a 22 de abril de 1873: «Vasta leitura, [...] claro discernimento, [...] juízo desapaixonado, comparação reflexiva, serenidade de ânimo»<sup>745</sup>.

Os elogios recaíram também sobre os seus dotes de escrita. Camilo tinha deles conhecimento, apreciava e instigava-o para que dessem frutos:

José Gomes há mais de 20 anos que não escreve coisa que se imprimisse. Deve achar embaraços na composição, que talvez o desanimem. Eu não cesso de o instigar. Depois os costumes inveterados de conversar de dia na livraria Moré, e à noite com a família, não lhe dão horas ociosas em que ele vá de vontade para a banca<sup>746</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>738</sup> C. de 12-08-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 341-342.

<sup>739</sup> C. de 03-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 347-348.

<sup>&</sup>lt;sup>740</sup> C. de 08-01-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 378.

<sup>&</sup>lt;sup>741</sup> C. de 29-01-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 379-380.

<sup>&</sup>lt;sup>742</sup> D. António Alves Martins e O condenado (1870), Teatro cómico e Voltareis, ó Cristo? (1871) e Livro de consolação (1872).

<sup>&</sup>lt;sup>743</sup> C. de 11-06-1872. In CHAVES, ed., 2002: 121.

<sup>744</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1856]. In CASTELO BRANCO, 2002: 537-538.

<sup>&</sup>lt;sup>745</sup> Cit. COSTA, ed., 1924-1929: III, 496.

<sup>&</sup>lt;sup>746</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 05-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 422.

Por ocasião da tradução de *Fausto*, da autoria de Feliciano de Castilho e editado pela Livraria Moré, em 1872, alguns jovens escritores, como Joaquim de Vasconcelos e Adolfo Coelho, desencadearam ataques pessoais e vieram acusá-lo, designadamente, de desconhecer a língua alemã. Além disso, deturpara a obra, aportuguesando situações e personagens. José Gomes Monteiro e Camilo Castelo Branco, entre outras personalidades, acorreram em defesa do poeta e da tradução criticada. Valendo-se dos seus conhecimentos da língua germânica, o editor redigiu *Os críticos do Fausto do senhor visconde de Castilho*<sup>747</sup>, de cuja génese Camilo foi sendo informado. Ao dar conhecimento do facto à pessoa visada, o romancista emitiu opinião laudativa sobre as capacidades literárias de José Gomes Monteiro:

Ontem veio aqui José Gomes Monteiro ler-me a primeira parte do seu trabalho [Os críticos de Fausto]. Intende quase toda com o Adolfo Coelho. Está profundamente pensado, otimamente escrito, por vezes bem afiado de ironias — enfim — coisa digna do nome de José Gomes Monteiro e indigna dos bandalhões que ele corrige e ensina a conjugar verbos.

Eu não supunha que José Gomes esgrimisse tão destramente na liça do epigrama. Há muitos anos que o ouvia deplorar-se da debilidade do seu cérebro, e quase o ia acreditando. Mentia o nosso amigo, se mentir é boa e civil palavra com que possamos castigar as demasias da modéstia. Agora creio que vai ao fim o escrito, e que o teremos impresso por todo o dezembro<sup>748</sup>.

O livro saiu no ano seguinte. Antes da publicação, o romancista ouviu ler a totalidade do texto. Ficou muito agradado com o resultado e por se confirmarem as citadas capacidades de escrita e saber do gerente da Casa Moré: «Ontem me leu Gomes Monteiro a conclusão do seu trabalho. Pareceu-me excelente. Ainda em português não vi crítica tão fundamentada. O homem sabe bastante: assim lhe fosse mais familiar a língua portuguesa»<sup>749</sup>.

Por meados de 1873, José Gomes Monteiro confessou a Camilo receio sobre dois factos que podiam fazer alarido na imprensa próxima de Adolfo Coelho. O primeiro era o de o acusarem de ter pertencido à associação secreta «Divodignos», composta por estudantes liberais, em número de treze, que tinham assassinado dois lentes da Universidade de Coimbra<sup>750</sup>. Dez foram presos e enforcados no Cais do Tojo. Três escaparam<sup>751</sup>. Dado que José Gomes Monteiro frequentava, então, os cursos de Leis e Cânones na Universidade Coimbra e tinha emigrado para Inglaterra e, depois, para a Alemanha, em 1828, era visto como suspeito. O segundo receio prendia-se com a acusação de que, na sua atividade de editor/livreiro, atuava de forma fraudulenta e falira.

<sup>&</sup>lt;sup>747</sup> MONTEIRO, 1873.

 $<sup>^{748}</sup>$ C. a António Feliciano de Castilho, 15-11-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 427-428.

<sup>&</sup>lt;sup>749</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [18-02-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 432.

<sup>&</sup>lt;sup>750</sup> O caso aconteceu no Lugar do Cartaxinho, em Condeixa, a 18 de março de 1828. Os estudantes liberais mataram dois lentes que iam a Lisboa, em deputação, prestar homenagem ao proclamado «Rei Absoluto», D. Miguel, e pedir-lhe que assumisse a realeza que, em sua opinião, legitimamente lhe pertencia.

<sup>751</sup> CABRAL, 2003: 522. Camilo tratou este assunto, em 1868, em *O retrato de Ricardina*. O 13.º estudante implicado no assassínio é identificado, neste romance, com o nome de Bernardo Moniz, o protagonista.

Ao escrever a Feliciano de Castilho, Camilo mostrou-se solidário com José Gomes Monteiro nas duas situações, afirmando-se disponível para vir a público defendê-lo das detrações de que era alvo:

Estive ontem com o nosso Gomes Monteiro. Está bom; mas algum tanto assustado com as infâmias que vão sair da imprensa do Coelho. Vão dizer que o Monteiro é um dos assassinos dos lentes em 1828, e que é negociante fraudulentamente falido. Se isto vier a lume, desconfio que os insultadores tenham de ser avergalhados nas ruas e nas costas. A aleivosia dos lentes nem ao diabo lembrava. José Gomes Monteiro saiu para a Alemanha quando nem sequer era perseguido por ideias políticas. Quanto à falência, a casa Monteiro foi vítima da quebra de outras casas, e sendo das mais opulentas do Porto, ficou reduzida a uma quase pobreza. Eu hei de sair pela honra deste homem com toda a energia e raiva de que puder dispor<sup>752</sup>.

Contudo, a situação não evoluiu a ponto de exigir a intervenção de Camilo.

Em 1874, cortaram-se, de vez, «as relações sociais e comerciais» entre o editor e o romancista. Para isso, concorreu a polémica que este teve com Anselmo de Morais Sarmento, no decurso da qual e por vontade do romancista, José Gomes Monteiro foi chamado a depor. O editor não testemunhou ao nível do que era expectável pelo romancista<sup>753</sup>, como adiante se verá.

# 3.1.3. Negociação e venda dos seus escritos

Na relação entre o escritor e o «mercador», o bom senso aconselhava ambos à conciliação de propósitos antagónicos: o desejo de vender pelo melhor preço possível e a vontade de comprar ao menor custo que se conseguisse. Regra geral, um julgava que cedia direitos autorais abaixo do seu valor real; ao outro, parecia-lhe que pagava em demasia pela aquisição da propriedade dos manuscritos.

A Eduardo da Costa Santos, o romancista desabafava uma das preocupações eternas dos escritores: «Hei de ver se me não deixo pilhar pelos tipógrafos»<sup>754</sup>. Editar era um negócio: ele, uma das partes. Nuns casos, ganhava; noutros, perdia. Ante a impossibilidade de ser, em simultâneo, escritor e editor dos seus textos, a divisão dos lucros da venda das obras era uma das regras do jogo editorial, ao qual tinha de se submeter.

Várias vezes disse aos seus destinatários que se via «mortificado por especuladores das letras»<sup>755</sup>. Nas suas palavras, as consequências eram desconsoladoras: «sempre

<sup>&</sup>lt;sup>752</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 10-06-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 438-439. Sobre estes dois assuntos, vejam-se também as duas cartas a António Feliciano de Castilho, de [12-06-1873] (CASTELO BRANCO, 2002: 439-440) e de [30-07-1873] (CASTELO BRANCO, 2002: 443), e a carta a José Gomes Monteiro de 12-08-1873 (CASTELO BRANCO, 2002: 514).

<sup>753</sup> CASTELO BRANCO, 1874f; CABRAL, ed., 1981b: 181.

<sup>&</sup>lt;sup>754</sup> C. de [16-12-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 235.

<sup>&</sup>lt;sup>755</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 19-20.

a trabalhar e pobre sempre» $^{756}$ . Vendiam-lhe a bom preço os brilhantes que ele esculpira com o maior esforço.

E, no final, ficava-lhe a convicção de que os comerciantes de livros lhe atribuíam uma magra remuneração, compensadora de um aparente e simples trabalho regular de escrita e não da esforçada dedicação intelectual que lhe exigia a produção de textos ficcionais. Foi essa ideia que ele expôs a Alexandre Herculano, em 1872, complementando-a com o desabafo de já ter perdido, entre outras ilusões, a esperança de enriquecer:

o que eu decerto poderia, com mais juízo e menos desgraças, era ter granjeado uma mediania independente [...] se eu tivesse sido o publicador e hoje fosse o proprietário dos meus livros. Dizemme que os editores dos meus fúteis noventa volumes melhoraram prosperamente a sua posição: creio, porque é necessário assim explicar a minha pobreza ao cabo de 20 anos de luta<sup>757</sup>.

Embora as queixas camilianas incidissem sobre os «magros» pagamentos feitos pelos negociantes de livros, havia ocasiões em que se sentia bem compensado pelo seu esforço e pelo seu trabalho de escrita. Assim o expressou a Henrique Carlos de Miranda e a Manuel de Sousa Carqueja, fundadores de «O Comércio do Porto», referindo-se aos honorários recebidos por *Vinte horas de liteira*, publicada em folhetins nesse periódico, entre julho e novembro de 1864:

Agora peço licença para novamente agradecer a Vossa Senhoria e ao nosso amigo Dr. Miranda o acolhimento generoso que deram ao meu nome e aos meus pobres escritos. Outrossim me cumpre renovar os agradecimentos às valiosas quantias que anteciparam, pelo meu trabalho. A confiança que em mim puseram, sem mais garantia que uma vontade laboriosa, honrou-me e encheu-me de gratidão e honesto orgulho<sup>758</sup>.

Relembremos mais dois casos. Ao remeter o exemplar de um romance a José Gomes Monteiro, sem achar nele muito que emendar, Camilo declarou-lhe: «Agradeço a V. S.ª a demasiada remuneração dos 20\$000 réis. Não fiz coisa que os merecesse»<sup>759</sup>. E, quando viu impresso o opúsculo que escrevera sobre a princesa Rattazzi, afirmou a Chardron: «Já vê que a sua gratificação é muito superior ao mérito do folheto»<sup>760</sup>.

O romancista sabia que a criação literária e a comercialização e venda dos bens culturais produzidos se complementavam e dependiam umbilicalmente uma da outra. Mesmo queixando-se que os editores se locupletavam, e que ele só podia aspirar a possuir com os escassos

<sup>&</sup>lt;sup>756</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 529.

<sup>&</sup>lt;sup>757</sup> C. de 18-03-1872. In VIEIRA, 1916: 29-32.

<sup>&</sup>lt;sup>758</sup> C. a Manuel de Sousa Carqueja, de 01-11-1864. In CHAVES, ed., 2002: 56.

<sup>759</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 554.

<sup>&</sup>lt;sup>760</sup> C. de [1880]. In CASTELO BRANCO, 1994: 926-927.

pagamentos «uma burra magra digna do *D. Quixote de la Mancha*»<sup>761</sup>, declarou que não publicava, então, «uma linha sem editor»<sup>762</sup>, e que, se não os tivesse, «morreria silenciosamente de fome ou de tristeza ou de congestão cerebral»<sup>763</sup>.

A existência de editores interessados nas suas criações literárias<sup>764</sup> era a demonstração de que se encontravam contentes por as editar, seja pelo prestígio de terem títulos camilianos nos respetivos catálogos seja por proventos económicos. E constituía um estímulo para que Camilo continuasse a escrever<sup>765</sup>.

Na grande maioria dos casos, era Camilo quem tratava diretamente com os editores e livreiros a edição dos seus trabalhos. Propunha formatos para os livros, usualmente em 8.º, mas também em outros tamanhos<sup>766</sup>, estabelecia preçário para pagamento dos seus escritos, em volume original ou, por exemplo, na forma de prefácios<sup>767</sup>, e sugeria preços a aplicar na venda ao público. Preocupava-se com a qualidade do papel<sup>768</sup>, com o tipo e tamanho de letra a usar na composição<sup>769</sup>, importava-se com a qualidade tipográfica dos cadernos saídos dos prelos, e, em certas edições, pedia a impressão de exemplares únicos<sup>770</sup>:

Não exijo luxo de tipo nem de papel, porque tenciono vender barato o folheto, que há de ter 30 páginas. Em formato do General. Quero tirar 2500 exemplares, e dois em maior papel, 4.º, um para o rei, outro para o Tomás [Ribeiro] com o pertence impresso. Para sair em formato de 4.º, creio que bastará, feita a tiragem geral, aumentar a enquadração das páginas, vindo por consequência a ficar o acréscimo, não no texto, mas nas margens. Creio que me fiz compreender<sup>771</sup>.

<sup>761</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 19-20.

<sup>&</sup>lt;sup>762</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [16-10-1856]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1020.

<sup>&</sup>lt;sup>763</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1177-1178.

<sup>&</sup>lt;sup>764</sup> «V. Ex.<sup>cia</sup> sabe que eu tenho mais editores que vontade e tempo para satisfazer a todos. Isto seja dito sem vaidade, porque não há para que a ter em Portugal» (C. a José Bento de Araújo Assis, de 11-11-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 941-942).

<sup>&</sup>lt;sup>765</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 25-06-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 223-224.

<sup>&</sup>lt;sup>766</sup> «Parece-me que os *Ecos* devem ser no formato das *Farpas*» (C. a Ernesto Chardron, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 1994: 926-927); «As *monstruosidades do tempo e da fortuna*, etc. publicadas em folhetim e depois em livro num formato de 4.º» (C. a Eduardo da Costa Santos, de 25-06-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 182).

<sup>&</sup>lt;sup>767</sup> «Agora, quanto ao preço. Quantas páginas lhe convém que tenha o prefácio? Faço-lhe esta pergunta para o prevenir quanto ao preço que deve pôr ao livro, porque eu receberei meia libra por cada página. Posso escrever-lhe 32, ou 16, ou como quiser» (C. a Ernesto Chardron, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 1994: 924).

<sup>&</sup>lt;sup>768</sup> Acerca de «A Aurora do Lima»: «O papel deste último número é péssimo!» (C. a José Barbosa e Silva, de [21-03-1857]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1035-1036); e sobre o número 1 de Serões de São Miguel de Seide: «Opúsculo superior a 60 páginas para se vender a 200 réis — formato 8.º port. papel encorpado, tipo elzevir» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [26-10-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 251-252).

<sup>&</sup>lt;sup>769</sup> Para obras suas, manifestou, várias vezes, o interesse que a impressão se verificasse «no formato, tipo, etc. da *Higiene* do Ricardo Jorge» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [16-05-1887]. In CASTELO BRANCO, 2002: 301).

<sup>&</sup>lt;sup>770</sup> Na biblioteca particular de Camilo, existente na Casa de Seide, encontra-se a primeira edição de *A queda dum anjo*, contendo nota manuscrita do romancista: «Este exemplar não poderá ser emprestado. É único neste papel.»
<sup>771</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [23-03-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 208-209. A este editor pediu de um livro a tiragem de «30 exemplares numerados para presentes». Queria-os em papel especial, ficando as custas a seu cargo (C. de [26-12-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 260-261).

Quando se dirigiu a Tomás Ribeiro, a informá-lo de que, em «um dos próximos números dos *Serões de S. Miguel de Seide*», escreveria algo sobre a tradução de *Otelo*, feita pelo rei D. Luís I, o romancista disse-lhe que tencionava «tirar 30 exemplares noutro papel, formato e tipo». Um dos exemplares seria para ele próprio, e dois destinar-se-iam ao rei e a Tomás Ribeiro: «os restantes enviar-tos-ei para os dares a 27 amigos que saibam ler; duvido, porém, que tenhas 27 amigos que saibam ler»<sup>772</sup>.

Esta intenção, aparentemente pouco relevante, coloca a hipótese de terem sido impressos títulos camilianos em papel especial e em formato diferente da edição corrente, mas com tipo diferente. Tipo diferente implicou, entre outras tarefas, nova composição do texto. Ou seja, fazer tudo do início como se se tratasse de um outro livro. Queremos com isto dizer que podem existir exemplares de obras de Camilo cuja primeira edição teve composições e impressões distintas. O trabalho do investigador em obter uma fixação mais fidedigna do texto camiliano fica, deste modo, bem mais difícil de fazer.

Comprovámos que Camilo também solicitava a intermediários da sua confiança a procura de editor e, no caso de isso acontecer, a negociação dos seus escritos. Mas era o romancista que gizava os termos do contrato e as características em que esses trabalhos deviam ser impressos:

O meu poema intitula-se Extermínio da Inglaterra, Trovas alegres por Camilo Castelo Branco. Contém 650 versos repartidos em quadras. Há de ter um prefácio e notas. Deve dar um volume de 80 páginas em oitavo pequeno, com 3 quadras por página. Se achares um editor que me dê duzentos mil réis pela propriedade, trato de organizar os cantos que por enquanto se acham dispersos<sup>773</sup>.

As solicitações eram também no sentido de que a venda das suas produções se realizasse com determinadas pessoas, talvez devido a contactos prévios entre o romancista e a parte interessada: «Há tempo dei ordem ao Roussado para ele me vender ao Lopes dois dramas que tenho em D. Maria, por uma baixa quantia. Não me respondeu; nem sei se o contrato se realizaria»<sup>774</sup>. As peças teatrais eram *O morgado de Fafe em Lisboa e Abençoadas lágrimas*, estreadas no Teatro D. Maria II, respetivamente, em fevereiro e maio de 1860. Da primeira, fizeram-se vinte e sete representações, fruto de um êxito retumbante. Da segunda, apenas quatro, ainda que reunisse «o escol dos comediantes da época»<sup>775</sup>. A venda da comédia e do drama de atualidade não deve ter sido feita ao editor-livreiro lisboeta. Conhecemos a declaração de Camilo a autorizar que o seu amigo Manuel Roussado o representasse no negócio das peças junto do «Sr. Lopes, [...] morador na Rua do Ouro»<sup>776</sup>, dado que o romancista estava

<sup>772</sup> C. de [27-01-1886]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1188-1189.

<sup>773</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1219.

<sup>774</sup> C. a Duarte Gustavo Nogueira Soares, de [24-11-1860]. In CASTELO BRANCO, 2002: 658-659.

<sup>&</sup>lt;sup>775</sup> REBELO, 1991: 67-69, 95-96.

<sup>&</sup>lt;sup>776</sup> Declaração de 01-12-1860. In CASTELO BRANCO, 2002: 1099.

detido no Porto. Mas tanto *O morgado de Fafe* como *Abençoadas* lágrimas foram editadas, no ano seguinte, por A. M. Pereira<sup>777</sup>. Porque nos surge este editor e não o referido senhor Lopes? Ter-se-ia este desinteressado pelo negócio e a transação foi realizada com a firma A. M. Pereira, ou o senhor Lopes comprou os originais para depois os revender? Privilegiou Camilo a livraria de António Maria Pereira I, em virtude das preferências editoriais do senhor Lopes: «[O editor-livreiro] da Rua do Ouro gosta de publicar velharias; mas consta-me que as paga como ferros velhos?»<sup>778</sup>. Ou António Maria apresentou-lhe uma proposta melhor que, na condição de preso e quebrado de recursos, Camilo não podia recusar? Não temos dados que clarifiquem o caso e nos ajudem a encontrar respostas.

Qualquer que fosse a razão, a correspondência não comprova a existência de algum episódio em que Camilo tenha negociado com dois editores a publicação da mesma obra, usando de oportunismo ou de má-fé. O que encontrámos foram situações de cariz inverso. Vejam-se três exemplos.

O primeiro passou-se em meados de 1862, pouco tempo depois de o romancista ter saído da cadeia e a viver tempos de pouco desafogo financeiro. Em resposta a um pedido de Faustino Xavier de Novais para que colaborasse no «Correio Mercantil», um importante periódico do Rio de Janeiro, Camilo foi muito claro para não deixar dúvidas quanto a reprováveis atitudes nos atos de negociação:

A tua proposta de 7 de junho, concernente ao «Correio Mercantil», aceito-a com as condições que hoje estipulo em carta ao diretor do jornal. Pede-lhe que te deixe ver a carta. Deves saber que o «Comércio do Porto» me dá por cada volume 144\$000 réis; e vende depois à Casa Moré a propriedade, que a casa Moré lhe compra na hipótese de que a edição única é a do «Comércio». Já vês que para vender um traslado para aí, com as condições postas da antecipada publicação no Rio, tenho de abater algumas moedas no preço por que tenho vendido; aliás diriam que eu negoceio de má-fé, e bem sabes que o não devo fazer com o teu primo Pacheco nem com o Carqueja. Já vês, meu Faustino, que não está a coisa somente na tiragem de uma cópia. Não obstante, eu reformo o contrato com os do Porto, e posso mandar uma cópia das Estrelas propícias, que estou escrevendo, por 100\$000 fortes. A cópia daqui antes que eu tenha remetido o original para o Porto; e em resposta a esta carta poderá o proprietário do jornal mandá-lo aqui receber, porque estará pronto no prazo de 50 dias<sup>779</sup>.

Ao tratar da edição de um livro em cuja tradução Feliciano de Castilho se encontrava a trabalhar, *Midsummer night's dream*, de Shakespeare, Camilo pediu autorização ao poeta para se entender primeiro com Chardron. Permitia-se fazê-lo por uma razão bem clara: «visto que não há tratado algum entre V. Ex.ª e a Casa Moré» <sup>780</sup>.

<sup>777</sup> CASTELO BRANCO, 1861b; CASTELO BRANCO, 1861a.

<sup>&</sup>lt;sup>778</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 03-02-1867. In CABRAL, 1922: 138-140.

<sup>&</sup>lt;sup>779</sup> C. a Faustino Xavier de Novais, de 16-07-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 982-983.

<sup>&</sup>lt;sup>780</sup> C. de 20-05-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 448.

O terceiro exemplo aconteceu, em 1883. Dias após a conclusão de O general Carlos Ribeiro, o romancista remeteu-o a Costa Santos, e sugeriu-lhe que o lesse. Depois, podia publicá-lo, na eventualidade de lhe merecer louvamento a evocação de peripécias vivenciadas por Camilo e pelo biografado, quando ambos estudavam na Academia Politécnica do Porto. O romancista colocou o editor à vontade, para lhe declinar a oferta, informando-o de que Matos Moreira lhe oferecera bom preço: «pede-me seja o que for para editar»<sup>781</sup>. Não queria ser desleal no negócio, nem se tratava de estar diante de uma oportunidade de conseguir mais dinheiro. Ao contactar Costa Santos, em primeiro lugar, subentende-se que o romancista parecia demonstrar, neste caso, maior preferência pelos prelos da Invicta do que pela impressão na capital. Talvez pela compreensível razão de os factos constantes da narrativa terem como palco o Porto, e de ali haver, com mais probabilidade, um número maior de leitores que se revissem com saudade ou nostalgia naquelas memórias camilianas dos bancos da Academia. Porém, houve quem o acusasse de pouca lisura nos negócios, atitude que se consubstancia num caso bem conhecido. José Carlos Lopes, um abastado comerciante portuense e bibliófilo de bons pergaminhos, nutria especial admiração por Camilo. Tal sentimento tê-lo-á mesmo levado a auxiliar o romancista, no período em que se encontrava na cadeia, adquirindo-lhe dois autógrafos: O romance dum homem rico e Doze casamentos felizes. José Carlos Lopes transacionou, depois, a propriedade dos originais com José Gomes Monteiro, que os editou em 1861, e que tiveram impressão na Tipografia da Revista. Assim decorreram os factos. Contudo, quando Costa Santos deu à estampa Boémia do espírito (1886), os editores Lugan & Genelioux propuseram em juízo uma ação contra o editor, e conseguiram apreender judicialmente a obra, sustentando a acusação de que se reproduziam fraudulentamente textos cujos direitos lhes pertenciam. Acusavam o Visconde Correia Botelho de ser desleal nos seus contratos, por vender a Costa Santos alguns opúsculos que já tinha comercializado com Chardron. E recordaram, nos autos judiciais, precedentes ilustrativos da falta de seriedade do escritor. Um destes deu-se em 1868, quando vendeu a miscelânea Mosaico e silva de curiosidades históricas, literárias e biográficas a Anselmo de Morais, e «negou depois a venda dessa obra e recusou-se a completá-la, sendo convencido judicialmente deste facto»<sup>782</sup>. O outro passou-se em 1861, quando fez a venda de O romance dum homem rico à Viúva Moré, ou seus sucessores, depois de ter realizado idêntico negócio com Cruz Coutinho.

Camilo refutou publicamente estas acusações no livreto *A difamação dos livreiros suces*sores de Ernesto Chardron, divulgando o teor das missivas trocadas com as duas pessoas em causa. Sobre a dupla venda de *O romance dum homem rico*, o escritor solicitou o depoimento do sobrinho de Cruz Coutinho:

Peço-lhe a fineza de me dizer se, durante o tempo que V. S.ª foi empregado em a livraria de seu tio António Rodrigues da Cruz Coutinho, lhe constou ou ouviu dizer que eu, tendo vendido

<sup>&</sup>lt;sup>781</sup> C. de 03-11-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 192-193.

<sup>&</sup>lt;sup>782</sup> CASTELO BRANCO, 1886b: 22.

ao seu referido tio o romance intitulado — O romance de um homem rico —, o vendesse depois à Casa Moré. Igualmente me obrigará a muita gratidão se me disser qual fosse o meu comportamento nas relações comerciais que tive com seu tio, e nas que tive, posto que diminutas, com V. S.<sup>a783</sup>.

A mesma atitude teve com J. Carlos Lopes, filho do falecido e estimado comerciante do Porto. Ambos os destinatários foram solícitos a responder<sup>784</sup>, atestando a honorabilidade da conduta do romancista. Camilo foi, então, absolvido, por não se provar que negociou de má-fé. Quanto a Anselmo de Morais, e apesar de o romancista ter perdido o litígio judicial, este não se cansou de apelidar de «ladrão» o editor portuense: disse-o particularmente aos seus destinatários<sup>785</sup> e denunciou-o ao seu público leitor<sup>786</sup>. Segundo Camilo, o editor «não questionou a propriedade do epíteto»<sup>787</sup>.

Havia escritos que iam para os prelos com a venda já garantida de um número determinado de exemplares, o qual assegurava o pagamento da edição. A subscrição de cadernetas por parte dos leitores interessados diminuía os riscos das apostas dos editores: «não principiaremos a publicação sem um número de assinaturas que nos prometam a salvação das despesas»<sup>788</sup>.

Todavia, duas décadas depois, Camilo transmitiu a Matos Moreira uma opinião diferente. Ao enviar-lhe provas cotejadas, disse-lhe que não tinha esperança que ele reunisse, em cadernetas, muitas assinaturas para romances seus. Asseverava que tinha «uns 1000 leitores em Portugal», acostumados a «comprarem livros, e não cadernetas»<sup>789</sup>, e que, em noventa e quatro obras publicadas, nenhuma o fora através de assinaturas.

O romancista valorizava o contacto pessoal com o editor. Em data não determinada, informou José Gomes Monteiro de que estava a concluir um livro e de que pretendia deslocar-se a Lisboa para lho ler pessoalmente, após o que o editor lhe diria se o aceitaria ou rejeitaria: «Teremos duas horas ao seu fogão, as quais lhe darão reminiscências agradáveis daquela noite do Gaio. De antemão já o meu amigo há de estar prevenido para saber que o rejeitá-lo me não contraria comercialmente e porque tenho editor; ser-me-á todavia agradabilíssima a sua aprovação» 790.

A epistolografia revela que os relacionamentos pessoais com editores aconteceram também longe dos centros urbanos, nomeadamente na Casa de São Miguel de Seide<sup>791</sup>, e que ele próprio incentivava as visitas:

<sup>&</sup>lt;sup>783</sup> C. a João Evangelista da Cruz Coutinho, de 26-10-1886. In CASTELO BRANCO, 1886b: 26-27.

<sup>&</sup>lt;sup>784</sup> C. a Costa Santos, de [outubro de 1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 285-286.

<sup>&</sup>lt;sup>785</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 28-11-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 293.

<sup>&</sup>lt;sup>786</sup> CASTELO BRANCO, 1874b.

<sup>&</sup>lt;sup>787</sup> CASTELO BRANCO, 1886b: 24.

<sup>&</sup>lt;sup>788</sup> C. ao doutor Casimiro, de [1853]. In CASTELO BRANCO, 1994: 905-907.

<sup>&</sup>lt;sup>789</sup> C. de 12-10-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 709.

<sup>&</sup>lt;sup>790</sup> C. a José Gomes Monteiro, [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 487.

<sup>&</sup>lt;sup>791</sup> Mas também se verificaram noutras localidades. É o que se depreende da intenção expressa por Camilo: «Um destes dias vou às Taipas conversar com José Gomes Monteiro a respeito da edição do Sonho» (C. a António Feliciano

Estes passeios a Seide devem ser-lhe úteis como diversão à monotonia da vida mercantil. Os domingos no Porto bestializam. Venha sempre que nos quiser dar prazer.

Já sabe que é recebido sem etiquetas. D. Ana insta por que lho repita. Conte sempre com a vaca e riso dos jantares de Frei Bartolomeu dos Mártires, segundo diz Frei Luís de Sousa<sup>792</sup>.

Vieram à aldeia propor-lhe a compra de um manuscrito<sup>793</sup>, ler-lhe os seus próprios escritos<sup>794</sup> e visitá-lo sem que estivesse explicado o objetivo<sup>795</sup>. É natural que os contactos com os negociantes de livros, realizados em ambiente de acolhimento familiar, longe do burburinho da atividade dos estabelecimentos comerciais da cidade do Porto, pudessem facultar ao romancista um diagnóstico muito objetivo do mercado livreiro, sobretudo no respeitante aos interesses dos leitores e ao tipo de bibliografia que ia registando melhor aceitação e escoamento. Esse facto podia constituir um excelente indicador passível de ajudar ou orientar o romancista na escolha do temário de futuros trabalhos.

### 3.1.3.1. Bases de negociação

A consulta da correspondência permitiu comprovar a existência de uma base de negociação da propriedade dos manuscritos autógrafos camilianos. É o que se infere da informação partilhada com Costa Santos: «eu há mais de 20 anos que não vendi propriedade de algum livro por menos do valor de 500 exemplares segundo o preço arbitrado pelo editor» 796, ou por este sugerido.

Apurámos, na nossa investigação, que a tiragem referida com maior frequência nas propostas para o pagamento da propriedade dos escritos variava entre os trezentos<sup>797</sup> e os quinhentos exemplares. Esse número era depois multiplicado pelo preço estipulado para a sua venda em livro ou opúsculo. São exemplo as contas apresentadas a Chardron para editar *D. Luís de Portugal: Neto do Prior do Crato*, 1883 (500 exemplares 300 réis = 150\$000 réis)<sup>798</sup> e a Costa Santos, quer sobre *O general Carlos Ribeiro*, 1884 (375 exemplares 400 réis = 150\$000 réis, e igual quantia a pagar a Camilo, se houvesse segunda edição)<sup>799</sup> quer sobre *O vinho do Porto*, 1884 (500 exemplares 300 réis = 150\$000 réis)<sup>800</sup>.

de Castilho, de 16-05-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 448-449).

<sup>&</sup>lt;sup>792</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 229.

<sup>&</sup>lt;sup>793</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 07-08-1883. In CASTELO BRANCO, 2012: 325.

<sup>&</sup>lt;sup>794</sup> O trabalho de José Gomes Monteiro sobre *Os críticos do Fausto do senhor visconde de Castilho* foi lido a Camilo pelo próprio editor, em três momentos (cartas a António Feliciano de Castilho, de 15-11-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 427-428; de [15-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 419-420; e de [18-02-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 432).

<sup>&</sup>lt;sup>795</sup> C. a Florindo Marques (?), sem data. In CABRAL, ed., 1988: 261.

<sup>&</sup>lt;sup>796</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 30-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 200-201.

<sup>&</sup>lt;sup>797</sup> Pelo opúsculo da Rattazzi, estava previsto receber o valor de trezentos exemplares (C. a Eduardo de Barros Lobo, de 26-02-1880. ANDRADE, *ed.*, 1991: 14).

<sup>&</sup>lt;sup>798</sup> C. de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 819-820.

<sup>&</sup>lt;sup>799</sup> C. de 03-01-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 201.

<sup>800</sup> C. de [01-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 211.

Supomos que este cálculo, com mais ou menos cedências do editor ou do escritor, se estendia a muita da produção camiliana em livros de um ou mais volumes. Reparemos em dois exemplos: *O retrato de Ricardina e Noites de insónia*.

O «Jornal do Comércio» contratualizou com Camilo a publicação em folhetins, entre março e julho de 1868, da obra *O retrato de Ricardina*. Pagou-lhe pela propriedade 280\$000 réis<sup>801</sup>. O último folhetim saiu nos inícios de julho, e, pouco tempo depois, na sua edição do dia 17 de julho, já o periódico «Revolução de Setembro» noticiava o aparecimento do romance em volume<sup>802</sup>, com custo de capa de \$500 réis. Em termos de honorários, o periódico pagou ao escritor uma quantia ligeiramente superior ao resultado do produto de quinhentos exemplares pelo preço que o texto camiliano poderia custar aos leitores, caso os folhetins fossem reunidos em volume (500 exemplares \$550 réis = 250\$000 réis)<sup>803</sup>.

Quanto a *Noites de insónia*, obra constituída por doze volumes, publicados de janeiro a dezembro de 1874, pela Livraria Internacional de Ernesto e Eugénio Chardron, Henrique Marques informa-nos ter visto cópia do recibo comprovativo de que Camilo recebeu 100\$000 réis por volume<sup>804</sup>. Sabendo que o conjunto dos volumes foi posto à venda pelo preço de 2\$400 réis, a quantia total por ele auferida foi de 1200\$000 réis (500 exemplares 2\$400 réis).

É prudente não entrar em generalizações, uma vez que poderão ter existido pagamentos feitos a Camilo que não se basearam neste cálculo aritmético. Mas também é sensato realçar o facto de haver comprovativos de remunerações que se enquadram dentro da lógica que referimos, numa dada época da sua vida.

João Evangelista da Cruz Coutinho adquiriu ao escritor, por 1000\$000 réis<sup>805</sup>, os dois volumes referentes à *Correspondência epistolar entre José Cardoso Vieira de Castro e Camilo Castelo Branco* (1874), montante que parece ter surpreendido o próprio escritor, e que equivale ao preço de mil exemplares. Porque se admirou Camilo da retribuição tão elevada? Não estava o editor a calcular devidamente o pagamento de duas parcelas, efetuado de uma só vez, cada uma de 500\$000 réis, respeitantes ao valor de quinhentos exemplares? Na nossa opinião, os honorários pagos estavam ao nível do que era expectável.

Pelo *Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros* (1879), Ernesto Chardron pagou-lhe 225\$000 réis<sup>806</sup>. O preço de venda ao público estava fixado em 1\$200 réis.

<sup>801</sup> Esta informação consta do livro Diário do «Jornal do Comércio», de fevereiro de 1868. Em maio do mesmo ano, é feita a anotação de que O retrato de Ricardina foi vendido por 200\$000 réis. Não é referida a entidade a quem se fez a venda.
802 Parece ter havido acordo entre a administração do periódico e a Livraria de Campos Júnior, entidade a quem o «Jornal do Comércio» vendeu a propriedade desta obra por 200\$000 réis, para que O retrato de Ricardina surgisse nas livrarias logo após a conclusão do derradeiro fascículo: o que não era inédito.

<sup>803</sup> No mesmo periódico, saíram em folhetim *O esqueleto* e *A queda dum anjo*: o primeiro, no decurso de 1864, e o segundo, entre 30 de abril e 12 de agosto de 1865. A administração remunerou o romancista em 225\$000 réis e em 220\$000 réis, respetivamente. É o que se encontra no livro *Diário* do «Jornal do Comércio», nos registos de dezembro de 1864 e de junho de 1865. Quando os folhetins foram reunidos em volume, cada um deles tinha o preço de \$500. Os valores pagos a Camilo estavam dentro dos parâmetros referidos.

<sup>804</sup> MARQUES, 1925: 88.

<sup>805</sup> MARQUES, 1925: 113.

<sup>&</sup>lt;sup>806</sup> MARQUES, 1925: 88.

A seguirmos o mesmo raciocínio, Camilo foi remunerado apenas pelo valor de 188 exemplares. Poder-se-á equacionar se Camilo estaria a receber apenas uma parte dos honorários, e se o remanescente a que tinha direito ficaria na posse de Ernesto Chardon para pagar eventuais dívidas do romancista ao editor, referentes, por exemplo, a empréstimos ou a aquisições de livros?

Qualquer que fosse a modalidade de pagamento a Camilo, não se deve colocar de parte a hipótese de que, em vários casos, a definição do preço de venda da propriedade dos títulos se tenha estabelecido em função do número de páginas a ser impresso, do número de volumes de cada título e do grau de esforço e tempo despendido, como se constata nestes três parágrafos da missiva enviada a Ernesto Chardron:

É necessário que eu lhe fale com franqueza a respeito de livros. Eu creio que já lhe disse que a casa Matos Moreira me tem pago a conto de réis por três volumes de 250 páginas, e sei que este editor se tem queixado de mim, supondo que eu por mais algumas libras deixei de escrever para ele, e escrevo para o meu amigo. Já vê quanto eu ficaria prejudicado vendendo por 300\$000 réis volumes superiores a 300 páginas, podendo vendê-los de 250 páginas por 333\$300 réis.

Quando tratei com Monsieur Chardron por 300\$000 réis a venda da História e Sentimentalismo era um volume em que eu, além da parte histórica, tencionava dar-lhe romancinhos pequenos; mas com certeza lhe não daria um volume, inédito inteiramente, por tal quantia. O meu amigo além disso sabe que as minhas aturadas enfermidades não me permitem um trabalho demorado e pouco refletido como eu há poucos anos escrevia novelas. Hoje atendo mais ao gosto bom ou mau do público, nas poucas horas em que posso escrever.

Desejo muito continuar as boas relações com a sua casa; mas decerto não posso escrever volumes de romances (realistas) superiores a 300 páginas por quantia inferior a 400\$000 réis, vendida a propriedade. Acredite que me não move a isto o êxito do Eusébio; antes do Eusébio vendia os meus livros pelo mesmo preço que lhe estabeleço agora; porque corresponde a 400\$000 réis por volume de 300 páginas os 333\$300 que recebi por volumes de 250. Se esta proposta não é razoável, não tenha o meu amigo a menor vacilação em a rejeitar<sup>807</sup>.

Comparativamente a outros escritores, sabemos por Camilo que havia alguns a serem remunerados com quantias superiores às que lhe atribuíam. Disso se queixava a Costa Santos, como já referimos, em relação à diferença entre os seus honorários e os que auferiam Guerra Junqueiro ou Eça de Queirós de editores como Ernesto Chardron<sup>808</sup>. Seriam as obras de Junqueiro e Eça mais procuradas pelo público leitor, ou Camilo bom escritor, mas mau negociante? Talvez as duas situações.

<sup>&</sup>lt;sup>807</sup> C. sem data, mas, provavelmente, do início dos anos de 1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 928-929.

<sup>&</sup>lt;sup>808</sup> C. de 30-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 200-201.

O problema de possuir pouco engenho para o negócio<sup>809</sup>, confidenciou-o ele a Feliciano de Castilho. Era uma inaptidão a que aludiu em outras ocasiões: «não nasci para negociar»<sup>810</sup>. Reconhecia que estas diminutas capacidades lhe tinham causado prejuízo a si e a demais escritores. Os magros pagamentos feitos a Camilo sustentavam as resoluções «dos belfarinheiros» a baixarem a bitola dos pagamentos, porque «não distinguem e têm uma só vaza para todos». E «se se lhes pede coisa que os ameace de não ganharem 300 por 100, gritam que Portugal é um país de bestas»<sup>811</sup>.

O romancista sabia a importância que tinha para o sucesso da obra o preço fixado para a sua venda: «Parece-me que o livro se deverá vender por \$400 réis. Neste país, um tostão de mais ou de menos faz sensação e decide da popularidade da obra. No entanto, um editor tem livre o alvitre no preço dos seus livros»<sup>812</sup>. Coubesse ao editor a última palavra sobre o preçário a estabelecer, parece evidente certo bom senso de Camilo, aquando da apresentação das propostas para venda dos originais: o escritor não deixava de estar tão ou mais sensível com o que os seus leitores estavam dispostos a despender para o ler do que às quantias que lhe poderiam ser pagas pelos editores. Além disso, constatámos haver no processo negocial um cuidado do escritor para que os editores não tivessem prejuízos com a publicação das suas obras. Camilo não se apresentava inflexível diante dos possíveis editores.

Tendo redigido o folheto *D. António Alves Martins*, com alguns apontamentos fornecidos pelo próprio prelado e político viseense, o romancista endereçou uma proposta a José Gomes Monteiro sobre o eventual interesse da Casa Moré tomar a seu cargo a edição do esboço biográfico, considerando que, para a produção desta obra, se exigia um «escritor mais político»:

Sem embargo, vou afrontar a crítica e os políticos.

Quererá a Casa Moré editar este opúsculo? Não será obra de grande venda, penso eu; e, por isso mesmo não a reputo nesta ou naquela quantia. Se V. S.ª ordenar que se edite, o produto será aplicado às despesas da impressão; e, feito o embolso destas, receberei metade do remanescente<sup>813</sup>.

Sobre a obra *O vinho do Porto*, Camilo deixou em aberto, e à escolha do editor, duas hipóteses de negócio:

A minha gratificação deve corresponder ao preço de 500 exemplares [150\$000 réis]. Mas veja lá, meu caro Costa Santos, não se constranja por condescendência. Se lhe não parece lucrativo o negócio, volto à minha primeira ideia. Eu pago as despesas dos 2500 exemplares, e evito-me

<sup>&</sup>lt;sup>809</sup> Por erro de cálculo, negociou, certa vez, um romance por 250\$000 réis, convencido de que essa quantia era o equivalente a 50 libras (C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 524-525).

<sup>810</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 25-06-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 223-224.

<sup>811</sup> C. de 03-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 347-348.

<sup>812</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [24-05-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 220-221.

<sup>813</sup> C. de 10-06-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 492-493.

o pesar de lhe causar prejuízo, sendo certo que por fatalidade é o meu amigo o único dos meus editores prejudicado<sup>814</sup>.

Nesta situação e nas contas do romancista, a impressão de 2500 exemplares representaria um investimento de aproximadamente 220\$000 réis<sup>815</sup>. Vendido a \$300 réis, o lucro poderia ascender a 530\$000 (750\$000 réis — 220\$000 réis). Presume-se que o editor aceitou a primeira proposta de Camilo. O livro saiu sob os auspícios da Livraria Civilização, de Eduardo da Costa Santos, mas tinha como preço de capa \$500 réis. A ter sido impresso o número previsto de exemplares (2500), a estar correto o montante estimado a despender com a produção do livro (cerca de 220\$000 réis) e a esgotar-se a edição, o lucro pode ter sido na ordem de 1000\$000 réis.

Os pruridos em não causar perdas de dinheiro aos seus editores não se manifestavam só no início das negociações. Essa posição camiliana verificou-se em outras fases das relações comerciais. Camilo pretendia que editores e livreiros não continuassem a registar prejuízos e a sacrificar, com pouca utilidade, os respetivos proventos, sobretudo quando mantinham com ele compromissos, mais preocupados em não o desconsiderarem do que focados nos lucros a obter pela aposta editorial nas criações camilianas. Foi com base nesse pressuposto que se dirigiu a Vitorino da Mota: «Vou incumbi-lo de uma averiguação sobre coisa que me incomoda»<sup>816</sup>. Os editores de *Perfil do marquês* (1882) e de *Narcóticos*<sup>817</sup> (1882) haviam lucrado pouco com estes títulos, fosse por não se ter esgotado a edição do primeiro, fosse por ter vendido um baixo número de exemplares do segundo. Temendo Camilo que a contratação feita com a Livraria de Clavel & C.ª, para a compra e publicação da *Raça do Prior do Crato*, viesse a resultar-lhes em novo desaire económico, solicitou os préstimos do seu amigo e médico:

Eu, pela primeira vez na minha vida, deixei pouco satisfeitos os editores, e sinto certa repugnância em escrever a Raça do Prior do Crato, quando me lembro que eles aceitam a obra compelidos pelo compromisso. Eu antes queria que eles francamente me dissessem que me dispensavam deste enorme trabalho, escrito com repugnância; mas como lhes será custoso dizerem-mo diretamente, pode ser que o meu amigo, ou direta ou obliquamente, lhes arranque o que eles mais desejam.

Cuide nisto quando lhe sobrar tempo<sup>818</sup>.

<sup>814</sup> C. de [01-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 211.

<sup>815</sup> Seguimos os cálculos de Camilo: «as Notas darão 14 ou 15 páginas. Quanto se poderá gastar nos 1500 exemplares? Calculei 22\$500» (C. a Ernesto Chardron, de 02-04-1883. In CABRAL, 1939: 99-100).

<sup>816</sup> C. de 09-05-1883. In «Camiliana & Vária», jan.-mar. 1952: 154.

<sup>&</sup>lt;sup>817</sup> Em declaração datada de 17-10-1882, e assinada em São Miguel de Seide, Camilo afirmou ter recebido de Clavel & Barbosa, a quantia de setecentos mil réis, o preço da propriedade absoluta desta obra, em dois tomos (COSTA, 1958: 191-192).

<sup>818</sup> C. a Vitorino da Mota, de 09-05-1883. In «Camiliana & Vária», jan.-mar. 1952: 154.

Se não queria defraudar as expectativas de negócio dos seus editores, também não desejava ser o alvo de prejuízos. Assim poderá ter acontecido no trato comercial com Anselmo de Morais Sarmento. O comerciante portuense, proprietário da «Imprensa Portuguesa» e fundador da «Gazeta Literária do Porto», terá lesado Camilo em quantia considerável. Foi o que referiu a Inocêncio da Silva: «A "Gazeta" morreu no n.º 16. Estrangulou-a o proprietário roubando os assinantes, e roubando-me a mim 70\$000 réis. Não me espantei. É o 4.º velhaco que me explora»<sup>819</sup>.

A versão camiliana foi descrita, com mais detalhe, em *Noites de insónia*. Anselmo Sarmento contratualizou com o romancista o pagamento da sua colaboração, por coluna, na «Gazeta Literária». A imprimirem-se em volume os artigos saídos no periódico, o editor «compraria, à parte, a propriedade do livro»<sup>820</sup>. Segundo Camilo, praticamente nada disso se verificou. Pelos artigos na «Gazeta», recebeu apenas pagamentos dos oito primeiros números. E quando Anselmo de Morais publicou *Mosaico e silva de curiosidades históricas, literárias e biográficas* (1868), que reunia vinte e seis escritos camilianos, cuja grande maioria vinha das páginas do referido jornal, o editor não pagou a propriedade ao escritor.

Como já referimos, o litígio correu na imprensa e nos tribunais<sup>821</sup>. O acórdão da Relação foi favorável ao editor, mas a lei não calou o romancista, nem a nível particular, nem na praça pública. A destinatários seus apelidou-o de «infamíssimo cobarde»822, e afirmou que os tribunais tinham proferido uma má decisão, dando razão à «infame ladroeira de Anselmo»<sup>823</sup>. Em Noites de insónia, não se fez rogado. O tom agressivo do registo camiliano desceu ao ponto de afiançar que possuía «estro e coragem de aparar as marradas de CABRÕES, como Anselmo», «aquele arquipulha», e de sustentar que «Anselmo de Morais é radicalmente ladrão, com um cortejo de torpezas especiais e raras nos ladrões mais despejados»<sup>824</sup>. Não consta que o editor visado tivesse respondido aos insultos: ou porque Camilo tinha razão, ou porque não possuía verve capaz de ripostar destemidamente a faculdade inventiva, ora risonha ora amesquinhadora, da prosa camiliana. Aliás, sobre os dotes de manejar as armas da polémica, o romancista entendia que Anselmo de Morais não escrevia: apenas assinava. Fora Teófilo Braga «o tubo intestinal por onde Anselmo estrava[ra] a alma excrementícia»<sup>825</sup>. Ou seja, Camilo atribuía ao político e ensaísta, e não ao editor portuense, a redação do Suplemento ao n.º 7 das Insónias de Camilo Castelo Branco, no qual lhe era desferido um violento ataque, com invocação e deturpação de pormenores biográficos, que visavam envilecer a conduta moral de Camilo.

Ninguém poderia imaginar, porém, em 1874, ano da edição de *Noites de insónia* e do referido *Suplemento ao n.º 7 das Insónias* o que se passaria, década e meia depois. Quando se

<sup>819</sup> C. de 09-08-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 830-831.

<sup>820</sup> CASTELO BRANCO, 1874b: 92-93.

<sup>821</sup> MORAIS, 1868.

<sup>822</sup> C. a António Feliciano de Castilho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 447.

<sup>823</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 28-11-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 293.

<sup>824</sup> CASTELO BRANCO, 1874f: 92-94.

<sup>825</sup> CASTELO BRANCO, 1874f: 86.

editou *A maior dor humana* (1889), obra oferecida a Teófilo Braga e sua mulher por ocasião da morte de dois filhos do casal, apareceu estampado na respetiva folha de rosto o seguinte texto: «Coroa de saudades [...] entretecida pela piedade de Camilo Castelo Branco [e de outros escritores,] dada à estampa pela amizade de Anselmo de Morais». Na verdade, as tragédias têm, por vezes, o feliz condão de congraçar adversários ou inimigos, em torno de causas humanitárias.

#### 3.1.3.2. Camilo editor: da intenção à realidade

Nos inícios de 1872, Camilo intentou e aventurou-se no negócio da edição de livros seus. Duas razões distintas levaram-no a essa resolução, embora com o mesmo objetivo: auferir mais dinheiro, se fizesse a edição por sua própria conta e risco.

A primeira estava ligada ao cansaço e à desilusão que o romancista revelava por se ter dedicado ao trabalho literário duas décadas e, com isso, ter alcançado lucros aquém do que seria desejável. Se ele «tivesse sido o publicador» e fosse, por esses tempos, detentor da propriedade dos trabalhos que havia produzido, estaria a beneficiar de «uma mediania independente» e a fruir sossegadamente da sua «precoce velhice». Todavia estava pobre, sem mais nada que legar aos seus filhos senão «a inutilidade do [seu] apelido e o exemplo do trabalho incessante» <sup>826</sup>.

Devido a este estado, escreveu a Alexandre Herculano a pedir-lhe um empréstimo:

Dois anos de trabalho, sendo eu o editor dos meus livros, são-me bastantes para que eu possa restituir a V. Ex.ª o empréstimo de um conto e duzentos mil réis. Findo este prazo, V. Ex.ª recebe o seu dinheiro salvador, e com ele a consolação de ter sido o esteio de duas crianças filhas de um homem, cujo nome andará ligado às bênçãos com que a posteridade bendirá o nome de V. Ex.ª 827.

Terá o escritor e bibliotecário do rei respondido positivamente a Camilo, e facultado o capital que ele tanto solicitava, para se ensaiar nas lides editoriais? Não temos dados que o confirmem. Sabemos apenas que todas as obras de Camilo editadas nos anos de 1872, 1873 e 1874 (em 1.ª, 2.ª, 4.ª 5.ª e 6.ª edições) traziam a chancela de casas editoras. Nenhuma foi publicada sem casa editora. Mas este facto nada demonstra, uma vez que o opúsculo *Suicida* aparentava ser uma edição da casa Chardron, e, como veremos, não o era. Sucedeu algum caso idêntico com obras publicadas nestes anos? Pagou Camilo algumas das primeiras edições, e a menção de uma editora ou de uma tipografia na folha de rosto foi a contrapartida exigida por estes estabelecimentos comerciais para se responsabilizarem pela distribuição e comercialização dos livros? Na epistolografia consultada não encontrámos esclarecimentos sobre o assunto.

<sup>826</sup> C. a Alexandre Herculano, de 18-03-1872. In VIEIRA, 1916: 29-32.

<sup>827</sup> C. de 18-03-1872. In VIEIRA, 1916: 29-32.

A segunda razão pode derivar do falhanço das negociações para a publicação das suas produções, facto que o levou à resolução de assumir as obrigações inerentes às respetivas edições e vendas. Apresentamos dois exemplos demonstrativos.

Alexandre Dumas Filho escrevera o texto Homme-Femme, em que abordava o adultério feminino. Levantou acesa polémica em França, com repercussões no nosso país, com Camilo a dar o seu contributo para a refrega e a escrever A espada de Alexandre. Saiu a obra sem autoria, apenas com a indicação de que fora impressa na Tipografia da Casa Real. Ainda que constasse que Chardron era o responsável pela edição, o texto saiu a expensas totais do próprio Camilo, como o próprio o revelou: «Disse o "Diário Ilustrado" que Chardron é o editor do opúsculo. Sou eu»828. Porque aparece o nome do editor francês associado à Espada? Terá Chardron rejeitado a publicação do opúsculo, vindo, depois, a disponibilizar-se para a comercialização do pequeno livro e menorizar, assim, a provável ofensa pela recusa? A epistolografia pouco permite elucidar sobre o assunto. Porém, fosse pela quantidade de exemplares impressos, fosse pelo desinteresse do público leitor, fosse, ainda, pelas dificuldades enfrentadas na distribuição ou comercialização da obra, verificou-se um enorme obstáculo ao seu escoamento, Camilo ficou na posse de um número elevado de exemplares. Ainda tentou vendê-los a José Gomes Monteiro: «Tenho 200 exemplares da Espada. Se a Casa Moré os quiser por 28\$800 réis, mande V. Ex. a buscá-los »829. Mas ignoramos se esta «tolice despretensiosa »830 veio a ser um investimento lucrativo ou se, pelo menos, não lhe acarretou prejuízo.

A narrativa *Suicida*, acerca de Elisa Loeve-Weimar, que se suicidou com um tiro e era mulher de um grande amigo de Camilo, J. J. Gonçalves Basto, proprietário de «O Nacional», chegava às bancas em 1880. Tinha preço de capa de \$200 réis e a chancela da Livraria Chardron. Sabemos por carta a Costa Santos<sup>831</sup> que foi o romancista quem editou, por sua conta, 1500 exemplares do opúsculo. Chardron havia-se comprometido a colocá-lo no mercado, mas «não lhe deu saída», por não ser seu e talvez para não incentivar o autor a nova tentativa por despesa própria.

Quando Camilo e Chardron terminaram as suas relações pessoais, o editor mandou-lhe «900 e tantos exemplares» e algumas libras de lucro, que o escritor rejeitou.

Pensando recuperar o investimento realizado, ou parte dele, Camilo incluiu 978 exemplares brochados no *lote 1409 (a)* do catálogo do leilão da sua livraria, em 1883 e 1884. Nem aí as coisas decorreram como esperaria: «O arrematante em Lisboa destes exemplares, apesar de baixo preço, não os levantou»<sup>832</sup>. Ainda equacionou colocá-los no mercado brasileiro, imprimindo novas capas e atribuindo-lhe um preço bastante menor. Desconhecemos o fim que lhes foi dado, nomeadamente, se foram vendidos a tendeiros.

<sup>828</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 05-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 415-416.

<sup>829</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 524-525.

<sup>830</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 15-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 417.

<sup>831</sup> C. de 10-02-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 203.

<sup>832</sup> C. de 10-02-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 203.

#### 3.1.3.3. (In)sucessos em conseguir editor e a rejeição dos seus trabalhos

No processo negocial, Camilo teve dificuldades em encontrar quem lhe editasse alguns trabalhos literários ou de cariz histórico. Além disso, houve quem se recusasse a colocar nos prelos os escritos de sua autoria.

Os temas que suscitavam o seu gosto literário nem sempre se articulavam com os projetos das editoras ou com as perspetivas comerciais dos livreiros.

A respeito das suas produções ficcionais ou das suas narrativas, José Gomes Monteiro devolveu-lhe o manuscrito de um romance. Era a terceira vez que o fazia a produções suas. Neste caso, apresentou as razões por que não publicava o autógrafo, que não incidiam sobre aspetos da linguagem: era o enredo o que lhe desagradava. A resolução e a justificação causaram descontentamento ao romancista, até porque a opinião de José Gomes Monteiro nem sempre lhe parecia autorizada ou de bom cálculo: «Aí está o *Judeu*<sup>833</sup> que em geral está sendo bem acolhido», a despeito do editor da Casa Moré o considerar o pior dos livros camilianos<sup>834</sup>.

Em julho de 1861, quando Camilo estava preso nas cadeias da Relação, participou a José Gomes Monteiro que continuava a escrever as *Memórias do cárcere*, e recordou-lhe a necessidade de conhecer a sua resolução sobre a compra do manuscrito:

Não proponho a alguém a venda, sem que V. S.ª definitivamente se exima à editação — o que espero não aconteça depois de completado o original. Conquanto eu tenha alguns editores, a compra que V. S.ª me tem feito de dois volumes considero-a eu em grande parte um obséquio, embora V. S.ª a não tenha em tal conta<sup>835</sup>.

O livro, em dois volumes, veio a ser editado pela Casa da Viúva Moré, não obstante o que nos informou o romancista no *Prefácio da segunda edição*: «esteve a naufragar» 836. Em que residiu o fundamento desta afirmação camiliana: no facto de que o «título dera esperanças, que o texto desmentira» Ou podemos afirmar que a eventual indecisão de José Gomes Monteiro em se assumir como o editor se baseava na circunstância de este temer melindres causados pela produção do escritor, poucos meses antes de Camilo se ir sentar no banco dos réus para ser julgado por copular com senhora casada? Recearia comprometer-se sem estar inteirado dos conteúdos de uma produção que lhe poderia trazer dissabores pessoais e comerciais, designadamente da burguesia portuense? E se Camilo optasse por focar a narrativa mais na sua pessoa do que nas histórias dos seus companheiros de cárcere, e, desse modo, apontar a sua verve corrosiva para indivíduos ou instituições que José Gomes Monteiro não gostaria

<sup>833</sup> CASTELO BRANCO, 1866a.

<sup>&</sup>lt;sup>834</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 19-03-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 332.

<sup>835</sup> C. de 18-07-1861. In CASTELO BRANCO, 2002: 516.

<sup>836</sup> CASTELO BRANCO, 1864c: vi.

<sup>837</sup> CASTELO BRANCO, 1864c: vi.

que fossem visados? Houve um pouco de tudo isto. Os receios do editor vieram a concretizar-se, uma vez que Camilo teve de reformular partes do texto para lhe franquearem os acessos do manuscrito à composição tipográfica e à impressão.

Nos inícios de 1867, Camilo encontrava-se a copiar, prefaciar e anotar poesias e prosas inéditas de um escritor coevo de Camões, Fernão Rodrigues Lobo Soropita: «um magnífico poeta, e prosador mais límpido que os seus coetâneos» 838. O manuscrito sobre o qual trabalhava tinha pertencido à biblioteca do Mosteiro de Tibães, e o romancista estava convencido de que a sua descoberta teria outro valor se não estivéssemos em Portugal. «Aqui, [...] o mais que pode ser é a ruína de um editor» por perspetivar que oitocentos exemplares só se esgotariam a um ritmo de dez por cada geração 840.

Os editores pareciam partilhar dessa opinião. Teve dificuldade em conseguir quem se «arriscasse» na edição do trabalho. A um destinatário não identificado, solicitou a devolução da «papelada», pedindo-lhe que o desculpasse, mas que também o considerasse «tão agradecido quanto importuno»<sup>841</sup>. Andou o manuscrito por Lisboa, nas mãos de Inocêncio da Silva, que se encarregou de negociar a venda<sup>842</sup>, porque, no Porto, estas produções não agradavam a livreiros nem a leitores. Vingavam apenas «romances, maravalhas e maravilhas bem tolas», que saíam «no mercado como fósforos e cabeça de porco»<sup>843</sup>. Teve hipótese de arranjar editor em Braga, e até adiantou a possibilidade de ser ele a suportar os custos editoriais, se viessem a fracassar as tentativas de conseguir contrato com alguma empresa editora<sup>844</sup>. Apesar das dificuldades encontradas, as poesias e as prosas de Soropita foram impressas com a chancela da Livraria Nacional<sup>845</sup> e o eventual patrocínio de João Mendonça<sup>846</sup>, pessoa a quem a obra foi dedicada.

Quando remeteu a Matos Moreira um manuscrito inédito de Bocage, a versão bocagiana de *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre, o romancista estava persuadido que era «livro de venda». Dispôs-se a redigir «algumas palavras de introdução», e pediu 150\$000 réis pela propriedade<sup>847</sup>. Todavia, o editor deu resposta negativa. Contrapôs que os leitores

<sup>838</sup> C. a F. Inocêncio da Silva, de 20-01-1867. In CABRAL, 1922: 134-136.

<sup>839</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [15-01-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 357-358.

<sup>840</sup> C. de 17-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 1134.

<sup>841</sup> C. de 17-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 1134.

<sup>&</sup>lt;sup>842</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 17-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 364-365. O manuscrito foi-lhe, entretanto, devolvido. Com alguma estranheza verificou que Inocêncio não quis emendar o que ali houvesse de mau, nem indicar bibliografia que auxiliasse o romancista a melhorar a qualidade do trabalho (C. a F. Inocêncio da Silva, de 26-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 832).

<sup>843</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 16-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 363.

<sup>844</sup> C. a F. Inocêncio da Silva, de 28-01-1867. In CABRAL, 1922: 136-137.

<sup>845</sup> SOROPITA, 1868.

<sup>846 «</sup>Revolução de Setembro». 7832 (17. jul. 1868). Cf. CABRAL, 2003: 628. A autoria da edição não é consensual. Henrique Marques transcreve uma declaração na qual Camilo expressa ter vendido o livro a Ernesto Chardron por «67\$500 réis e cem exemplares da mesma obra» (MARQUES, 1925: 84).

<sup>&</sup>lt;sup>847</sup> C. a Matos Moreira, de 08-05-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 703.

estavam ansiosos por *O demónio do ouro*<sup>848</sup>, e, procurando amenizar o efeito da recusa, deixou subentendido ao romancista que o interesse literário e o programa financeiro do editor não se alinhavam com a edição da tradução deste romance francês.

Após a recusa de Matos Moreira, e segundo informações fornecidas por Júlio Dias da Costa<sup>849</sup>, Camilo abordou Chardron no mesmo sentido, mas reformulando a proposta: «Parecia-me que escrevendo eu um prefácio à versão de *Paulo e Virgínia* de Bocage, e acrescentando-lhe um romance original meu [...], faria V. S.ª um volume bonito de 260 páginas no formato da *Vida de Afonso VI*. Ora tudo isto por 20 libras (propriedade) parece-me aceitável»<sup>850</sup>. Desconhecemos a resposta do editor francês. Apesar das condições se afigurarem mais vantajosas — diminuição substancial do preço pela propriedade e inclusão no volume da novela *Aquela casa triste* —, Chardron consultou «a profundidade das suas algibeiras»<sup>851</sup>, e decidiu não fazer a edição.

Comprovou-se também que as criações camilianas, exteriores à cunhagem ficcional, mas inscritas no interesse histórico ou na curiosidade intelectual e literária de Camilo, enfrentaram a resistência dos editores. O escritor tinha perfeita noção dessa possível contrariedade. Porém, não desistiu de as redigir, sendo diversos os resultados.

Contactou Matos Moreira tendo em vista a publicação de um livro «descritivo da antiga e quase extinta Lisboa»: *Lisboa e seus arrabaldes antes do terramoto de 1755*. Conhecia pormenores, que ainda não vira revelados, recolhidos em «manuscritos topográficos» de 1754. Se a isto fosse anexado um mapa da cidade antiga, estava convicto de que, apesar de não se tratar de uma novela, se conseguiria produzir um livro a ler com muita satisfação<sup>852</sup>. Requereu 200\$000 réis pela propriedade, mas não convenceu o editor. Este respondeu a dizer-lhe: não questionava o valor da obra, «não só pelo seu assunto, como por ser da pena de V. Ex.ª»<sup>853</sup>. Não obstante, a publicação destinava-se mais ao estudo do que à fruição dos leitores. Exigia-se cautela no investimento, uma tiragem moderada. Matos Moreira editava-lhe o trabalho, mas só remunerava Camilo em 150\$000 réis. O escritor não aceitou, e o projeto gorou-se.

Houve negação de Chardron quanto à edição do *Perfil do marquês*. O escritor prognosticara a adversidade: «Creio que não terei editor para o meu livro. [...] É providencial isto, para que eu não tenha de ser agraciado com algumas datas de besta e jesuíta.» Segundo Camilo, Chardron antes queria romances, e estava «gafado do tifo pombalino» Ora, o *Perfil* não era um romance e, ao invés do entusiasmo geral e dos festejos aquando do centenário da morte

<sup>848 (</sup>Cf. C. a Camilo, de [1873]. In SAMPAIO, 1923: 68). Não vimos a carta de resposta do editor. Contudo, Albino Forjaz de Sampaio afirma neste seu livro (pp. 67-74) que teve em seu poder vários volumes de copiadores de correspondência, nos quais recolheu vários apontamentos da epistolografia trocada com Camilo.
849 COSTA, 1925: 28-30.

<sup>850</sup> C. a Ernesto Chardron, de [1874]. In COSTA, 1925: 28-29.

<sup>&</sup>lt;sup>851</sup> C. a Ernesto Chardron, de [1874]. In COSTA, 1925: 28-29.

<sup>852</sup> C. de 09-11-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 709-710.

<sup>853</sup> C. a Camilo, de 11-11-1873. In SAMPAIO, 1923: 69.

<sup>854</sup> C. a Silva Pinto, de 20-04-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 667.

do marquês (1882), a obra arremessava, em quinze capítulos, «paulada e pedrada» à pessoa e ao político Sebastião de Carvalho e Melo, contrapondo a esse ódio a afeição pela Companhia de Jesus. Compreende-se bem que as tentativas junto de Chardron tenham sido infrutíferas. Concluído em junho de 1882<sup>855</sup>, foi para as livrarias pelo empenho dos editores-proprietários Clavel & C.ª, do Porto.

Chardron também se escapuliu à proposta de imprimir e comercializar *D. Luís de Portugal*<sup>856</sup>, ainda que o editor tivesse manifestado ao genro de Camilo que se propunha «receber o *D. Luís* sem lhe discutir o mérito nem o preço»<sup>857</sup>. A rejeição não se prendeu com a qualidade do texto, com o número de exemplares sugerido para impressão nem com o preço proposto para a respetiva venda. O motivo da decisão do editor informou-o a amigos como Augusto Palmeirim: «[ofendeu-me] com a recusa de um livrinho histórico, pelo facto de ser histórico»<sup>858</sup>.

A justificação apresentada por Chardron não persuadiu Camilo. A circunstância de ser histórico não impedia que *D. Luís* pudesse ser lido como um romance. Também não insistia para que o editasse, porque compreendia os «demasiados encargos» a que o editor estava obrigado, e que Camilo não queria ver agravados. Mas era certo que as «dificuldades de editor [...] tanto devem existir para os livros românticos como para os livros históricos»<sup>859</sup>.

Foi Costa Santos quem se encarregou da sua publicação. A segunda edição<sup>860</sup> saiu com a chancela da Livraria Chardron, em 1896, treze anos depois de ser impressa a primeira. Demonstrou-se, de algum modo, a intuição comercial e o conhecimento que o editor tinha dos terrenos que pisava.

# 3.1.3.4. Pagamentos, adiantamentos e dívidas

Nas relações comerciais para a edição das suas produções, a epistolografia evidencia uma contabilidade camiliana muito desorganizada, ao contrário do que aconteceria com as empresas editoras. Também se constata que o pagamento de honorários se afigura um verdadeiro quebra-cabeças para o investigador, realidade para a qual contribuiu, na nossa opinião, a atitude de Camilo perante o dinheiro: pouca disciplina nos gastos e muita desatenção, ou até desleixo, quanto a apuros contabilísticos.

Durante a nossa investigação, ou mesmo no decorrer do nosso trabalho em torno dos acervos bibliográficos e documentais camilianos, ao longo de mais de duas décadas e meia, nunca encontrámos, em arquivo público ou coleção particular, qualquer caderno ou linguado de papel em que o romancista se tivesse dado ao cuidado de ir registando, com regularidade,

<sup>855</sup> C. a Joaquim de Araújo, de 02-06-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 942-943.

<sup>856</sup> C. de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 819-820. D. Luís de Portugal veio a sair dos prelos de Eduardo da Costa Santos.

<sup>857</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 07-08-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 185-186.

<sup>858</sup> C. a Luís Augusto Palmeirim, de 05-09-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 958-960.

<sup>859</sup> CABRAL, 1939: 103-105.

<sup>860</sup> CASTELO BRANCO, 1896.

honorários recebidos e despesas efetuadas, no âmbito do exercício da sua profissão. Porém, parece-nos admissível ter havido alguém da sua confiança que se encarregasse da tarefa de discriminar os créditos e os débitos das transações realizadas. Entre as hipóteses mais credíveis, estava Ana Plácido, tão precavida, quanto esmerada, na gestão dos recursos financeiros do casal, por conhecer bem as qualidades dos membros da família nuclear que tinha dentro de portas. Numa carta a Chardron, o romancista deixou uma referência que talvez se reporte precisamente ao papel de Ana Plácido nesse precioso e indispensável auxílio às transações de Camilo: «Se eu morrer, não deixe de publicar os *Ecos* até ao 4.º número, como auxílio para o ajudar à indemnização dos 175\$000 réis que me adiantou. Alguém sabe destas contas»<sup>861</sup>.

O montante dos honorários a cobrar era, geralmente, proposto ou fixado pelo romancista, depois aceite ou negociado pelos livreiros e editores. Acordadas as quantias do negócio, eram definidas as modalidades de pagamento.

Nas colaborações para os periódicos, os pagamentos podiam ser feitos por peça jornalística ou realizados no final do mês, situação que garantia um vencimento regular, mais ou menos significativo, consoante o número de colaborações que o romancista mantinha na imprensa periódica:

Veja se o empresário do «Jornal de Notícias» <sup>862</sup> (do qual ontem recebi o 1.º número que agradeço) convém nas seguintes propostas: cada folhetim de dez tiras, que dão 2 folhetins de frente para o jornal 9\$000 réis, vindo assim a ser a gratificação de cada folhetim 4500 réis. A propriedade dos folhetins fica sendo minha. Remeterei três cada mês, vindo assim o «Diário» a publicar seis. Os pagamentos de 27\$000 réis serão feitos no fim de cada mês por via do correio <sup>863</sup>.

Nos textos produzidos para os jornais, nem sempre a propriedade dos folhetins ficava a pertencer ao escritor, como na citação acima. Os jornais compravam os direitos da obra para a divulgarem em folhetins, vendendo-os depois às editoras para comercializarem o título em volume. O «Jornal do Comércio» negociou com o romancista a publicação em folhetins de *O retrato de Ricardina*, comprou-lhe a propriedade da obra, para a revender à Livraria de Campos Júnior, que a editou em livro. Confirmou-se igual situação com *Estrelas propícias*: saiu em folhetins no «Comércio do Porto», no último trimestre de 1862, e depois em volume, no ano seguinte, sob os auspícios da Casa da Viúva Moré. Esta última transação foi explicada a Faustino Xavier de Novais, quando se equacionava a edição das *Estrelas propícias*, em Portugal e no Brasil, como já foi referido anteriormente.

No que se refere aos trabalhos publicados em formato de livro, a remuneração mais usual era feita em duas prestações: uma, equivalente a metade do valor, na entrega dos

<sup>861</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 816-817.

<sup>&</sup>lt;sup>862</sup> O «Diário de Notícias» surgiu no mercado a 29 de dezembro de 1864. É de considerar que a carta tenha sido escrita nos últimos dias de 1864 ou nos primeiros de 1865.

<sup>&</sup>lt;sup>863</sup> C. a José Eduardo Coelho, sem data. In CHAVES, ed., 2002: 72.

primeiros manuscritos, e «o restante na conclusão da obra» <sup>864</sup>. Os editores podiam entregar também 50% do capital no início da impressão, e a outra metade quando o livro fosse dado como impresso <sup>865</sup>.

A par destas modalidades, aparecem-nos outras variantes no negócio de venda dos manuscritos. Antes de iniciar a escrita de uma obra, e motivado por dificuldades de ordem diversa, Camilo solicitava ao editor o adiantamento da quantia pela qual ele pagaria o título a produzir:

Não duvido que a sua provada estima se esforçará por me suavizar grandes dificuldades em que me pôs a falta de saúde.

Conto poder dar a V.ª Ex.ª o meu romance intitulado Livro de consolação no fim de abril.

O sacrifício que lhe peço é o adiantamento do preço do livro, descontando nele o que eu estou devendo à casa Moré.

Suponho que será aceitável a propriedade do livro por 250\$000 réis<sup>866</sup>.

Outras vezes, recebia a primeira prestação, e solicitava o adiantamento da segunda. Qualquer destas formas significava, na prática, pedir um empréstimo ou contrair uma dívida, e a ficar obrigado, a partir de então, a saldar o pagamento do encargo financeiro, acrescido de juros de mora:

Agora, forçado por um incidente imprevisto que tem relação com a minha dignidade vou pedir a V. Ex.ª o seguinte obséquio: como ficámos de dividir o pagamento do Curso em duas prestações, dou a V. Ex.ª a liberdade de lhes marcar o prazo; mas, supondo que o 2.º pagamento me seria feito 6 meses depois, peço-lhe o obséquio de o considerar uma letra, e descontar-ma na sua casa como fariam à firma de um estranho. Se o fizerem assim, dou-me por obsequiado; e, se este negócio lhe parecer repugnante, eu fico mais desgostoso que agradecido não me fazendo o desconto na 2.ª prestação. Falo-lhe com esta rude sinceridade<sup>867</sup>.

Houve casos em que Camilo, ao iniciar a redação de uma obra, ou estando já a escrevêla, queria, com os honorários a receber por esse trabalho, amortizar as dívidas que tinha com o editor:

No dia 12, querendo Deus, começo a escrever O cego de Landim; no pagamento deste livrinho encontrarão V. Ex. as depois o que eu devo, que presumo ser a assinatura do «Diário», uns livros, um chapéu, e não sei que mais. Se V. Ex. as me enviarem a quantia ainda antes de receberem o manuscrito, me obrigam muito 868.

<sup>864</sup> C. a Ernesto Chardron, de 26-04-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 811-812.

 $<sup>^{865}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [16-05-1887]. In CASTELO BRANCO, 2002: 301.

<sup>866</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 20-03-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 500.

<sup>&</sup>lt;sup>867</sup> C. a Matos Moreira, de 3-01-1876. In CHAVES, ed., 2002: 125.

 $<sup>^{868}</sup>$  C. a Matos Moreira, de 3-01-1876. In CHAVES,  $ed.,\,2002:\,125.$ 

A produção de certos números da miscelânea *Serões de São Miguel de Seide*, editados em fascículos semanais, em 1885-1886, inseriram-se nesta pretensão de extinguir, pouco a pouco, quantias em dívida a editores: «Estão prontos os manuscritos para o 4.º tomo dos *Serões*: irão quando me avisar. A importância desse volume deve ficar em seu poder para fazer parte do pagamento da letra que será preenchida com o volume 5.º dos *Serões*»<sup>869</sup>.

Comprova-se que os principais fatores que o tornavam devedor dos agentes do mercado livreiro eram o adiantamento de pagamentos pelas suas produções, o empréstimo de dinheiros não relacionados com estes adiantamentos e gastos com os produtos mais diversos, cuja compra e envio Camilo solicitava aos editores e livreiros<sup>870</sup>.

Um dos aspetos que não é referido no trabalho camiliano tem que ver com o atraso dos pagamentos feitos pelos editores a Camilo. Por essa circunstância, era natural que o escritor não pudesse cumprir, por vezes, os seus compromissos financeiros: «O portador leva 100\$000 réis por conta de 200\$000 réis que fez favor emprestar-me. Brevemente lhe envio o resto. A crise toca também com os editores» 871.

Para liquidar as dívidas, Camilo fazia-o de duas formas: com papel e com capital. O papel eram os seus escritos. Foi o que mencionou a Matos Moreira: «Vai tarde a resposta à sua carta que acompanhava a nota em que estou empenhado com a sua casa. Espero solvê-la com manuscritos, se assim lhe convém, até meado do próximo ano de 83»<sup>872</sup>. Quanto a capital, consideramos que o casal de Seide tinha as suas economias, bem suficientes para liquidar dívidas que o romancista pudesse ter contraído, caso as não conseguisse solver apenas com a sua produção. Nos finais dos anos de 1860, Ana Plácido e Camilo possuíam subscrições no valor de 21 500\$000 réis<sup>873</sup>. Podia também dar como garantia a sua biblioteca particular, estimada em cerca de 6000\$000 réis: «e, quando essa hipoteca fosse insuficiente, nem por isso o meu amigo deixaria de ser embolsado»<sup>874</sup>.

Camilo não deixou dívidas por pagar aos seus editores. É esse o retrato que podemos fazer do *deve* e do *haver* dos negócios editoriais camilianos, no transcurso da leitura da sua correspondência. Quaisquer que tenham sido as quantias adiantadas ou os empréstimos solicitados por ele aos seus editores, ou as despesas que estes tiveram de fazer para satisfazer os

<sup>869</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 18-01-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 262-263.

<sup>870 «</sup>Vou aproveitar-me do seu oferecimento, pedindo-lhe o adiantamento da *Maria da Fonte*. Lembre-se que tem a descontar uma assinatura da "Revista dos Est." [desconhecemos o significado da abreviatura]; um volume do *Garrett*, a camisola, o casaco, a conta do Chardron, e o mais que me haja esquecido. Ao Freitas e Azevedo queira pagar uns 35\$000 que lá devo, penso eu, e também 2 caixas de *Flor de la Reyna*, claro, que eles devem mandar. / O remanescente pode vir pelo Banco do Minho para o correspondente de Vila Nova, Gaspar Borba» (C. a Eduardo da Costa Santos, de 26-01-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 239-240); «O meu amigo, quando me remeter algum dinheiro, queira primeiro examinar o crédito que tenho em sua casa. (Não sei bem se se chama crédito se débito). Depois, deduza da quantia o que eu estiver devendo: são livros, e outros objetos, e as encadernações dos livros da Sr.ª D. Ana» (C. a António Maria Pereira I, de 04-11-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 738).

<sup>&</sup>lt;sup>871</sup> C. a António Vicente, de 07-02-1869. In FARIA, ed., 1990: 21.

<sup>&</sup>lt;sup>872</sup> C. de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2002: 727-728.

<sup>873</sup> C. a José Bento de Araújo Assis, de 21-05-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 938-939.

<sup>874</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. In PAXÊCO, compil., 1924: 16-17.

mais variados pedidos do romancista, não encontrámos qualquer documento em que um editor provasse que o romancista lhe tenha sonegado dinheiro.

Albino Forjaz de Sampaio transcreveu uma carta, certamente constante de um dos volumes de *Copiadores de Cartas* da editora Matos Moreira, que teve oportunidade de consultar. No documento, são referidas a lealdade e a lisura do romancista nas transações editoriais: «Creia V. Ex.ª que nos sobram desejos de multiplicarmos as nossas transações, mas de forma que não nos provenha prejuízo, o que V. Ex.ª de modo algum quer, como provam os seus dignos escrúpulos de franqueza em todas as suas propostas» <sup>875</sup>.

Quanto à Fazenda Nacional, desconhecemos por completo o andamento e a conclusão que teve o caso exposto pelo romancista a José Gomes Monteiro. Citado para pagar os seus tributos como escritor público, deixou este comentário irónico, consciente de que tudo aquilo que fizera pela Literatura, pela cultura nacional e pelo engrandecimento do reino era de um valor e de uma importância que não justificavam o zelo dos oficiais de justiça em lhe exigirem contribuições:

A Fazenda Nacional pede-me 352\$000 réis de tributos de escritor público desde 1861, à razão de 32\$000 réis anuais, e fora custas. Até hoje apenas em 1855 me foi pedida a verba do ano de 1851, agora executam-me por todas. Eu nada tenho que possa ser executado, graças a Deus e ao país onde escrevi 80 volumes, mas receio que os aguazis da fazenda venham empolgar o que não é meu, e me rejeitem explicações quanto me desairam. É verdade que tenho um burro que vale mais do que eu; porém, se mo sequestram, lá se me vão as pernas e o colaborador dos meus escritos<sup>876</sup>.

### 3.1.3.5. (Re)definição das remunerações durante o processo de escrita

Nas relações comerciais autor/editor, nem sempre o romancista deixou bem definidos os termos da negociação logo na primeira proposta. Tenhamos como modelo os cinco opúsculos que foram impressos em torno da *Questão da Sebenta*. O professor da cadeira de Direito Eclesiástico Português, Avelino César Calisto, ao referir-se à inteligência do Marquês de Pombal, em uma das suas aulas, terá afirmado que essa inteligência

já foi posta em dúvida por uma das inteligências de maior vulto da nossa moderna Literatura. Mas desgraçada inteligência! Ela é posta em almoeda e ao serviço de qualquer causa em troca de miseráveis e mesquinhos interesses. Inteligência mercenária que convenientemente dirigida seria a glória de um país, e deste modo a desonra de uma Literatura e do país a que pertence<sup>877</sup>.

<sup>875</sup> SAMPAIO, 1923: 70.

<sup>876</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-02-1871. In CHAVES, ed., 2002: 106.

<sup>&</sup>lt;sup>877</sup> CASTELO BRANCO, 1993: 226.

Alguém se encarregou de remeter a lição litografada a Camilo, que, sem muito tardar, escreveu ao lente: «[solicito] a mercê de declarar se o abaixo-assinado é o escritor a quem Vossa Excelência dirige as alusões injuriosas do período trasladado»<sup>878</sup>. Não tendo obtido resposta, Camilo passou ao ataque, sendo que os preços sobre cedências da propriedade e sobre as segundas e terceiras edições de obras já comercializadas em primeira edição só foram estipulados quando a contenda já ia em fase adiantada.

Enviou a Chardron o primeiro autógrafo<sup>879</sup>, com data de 2 de abril de 1883, consciente de que estava a desencadear uma polémica, mas sem saber efetivamente a verdadeira extensão ou contornos da mesma, e o que isso o obrigaria em esforço de escrita. A proposta feita ao editor foi pouco clara:

Remeto o manuscrito que ontem lhe indiquei. Se lhe parece que se venderão mais de 1500 exemplares tire os que lhe parecer.

[...]

Provavelmente as Notas darão 14 ou 15 páginas. Quanto se poderá gastar nos 1500 exemplares? Calculei 22\$500. Dando-se 300 exemplares ainda ficariam 32\$000 réis ou coisa assim para os pobres. Não acha?880

Com facilidade se apuram os custos de impressão, ofertas e vendas. Não especificando o valor exigido pelo seu texto, Camilo sugeriu a impressão de 1500 exemplares, ao preço de 50 réis por opúsculo<sup>881</sup>. O total a auferir orçava os 75\$000 réis, ao qual se descontariam os custos de impressão (cerca de 22\$500 réis) e o valor de trezentos exemplares (15\$000 réis), a enviar à imprensa periódica, em duplicado, e a todos os quintanistas de Direito que tinham ouvido os insultos à pessoa do escritor na aula de História Eclesiástica Portuguesa. Sobrariam cerca de 37\$500 réis: «Se houver lucros, hão de ser mandados aos pobres de «O Primeiro de Janeiro» com uma conta-corrente de despesas, e saldo a favor do autor»<sup>882</sup>.

As *Notas à Sebenta* foram postas à venda pelo preço de 60 réis, ou seja, 10 réis acima daquilo que o romancista sugeriu, mas desconhecemos, por completo, o número de exemplares impressos. Torna-se, assim, impossível averiguar quanto houve de lucro e quais as percentagens do mesmo que couberam a Camilo, ao editor e aos pobres de «O Primeiro de Janeiro».

Com o desenvolvimento da polémica motivada pela acusação de que Camilo era um mercenário das letras, o romancista escreveu, nesse mês de abril, o segundo e o terceiro opúsculos<sup>883</sup>. Destes não há notícia epistolar quanto a valores acordados, nem sobre o número

<sup>878</sup> C. a Avelino César Calisto, de 23-03-1883. In CASTELO BRANCO, 1994: 899-900.

<sup>879</sup> CASTELO BRANCO, 1883e.

<sup>880</sup> C. de 02-04-1883. In CABRAL, 1939: 99-100.

<sup>881</sup> C. de 01-04-1883. In CABRAL, 1939: 115.

<sup>882</sup> C. de 02-04-1883. In CABRAL, 1939: 99-100.

<sup>&</sup>lt;sup>883</sup> CASTELO BRANCO, 1883d (datada de 25 de abril de 1883); CASTELO BRANCO, 1883b (datada de 28 de abril de 1883).

de exemplares impressos. Sabemos apenas que as *Notas ao Folheto* e *A Cavalaria da Sebenta* foram comercializadas, respetivamente, por 60 réis e 100 réis <sup>884</sup>.

Um pormenor interessante, mas muito ligado à argúcia de Camilo em promover a venda dos seus escritos, está no teor da carta remetida a Chardron, logo após a redação do primeiro opúsculo. Uma vez que a réplica de José Maria Rodrigues às *Notas à Sebenta* ia acontecer num periódico religioso com um número reduzido de leitores, havia necessidade de dar àquela refutação uma «publicidade condigna». Só, desse modo, se conseguiria atrair a atenção de mais público e, em consequência, alcançar mais vendas: «Peço-lhe, pois, que o faça transcrever na *Bibliografia* e em algum diário de larga extração a fim de que não sejamos, eu e poucos mais, os participantes dessa formidável lição que tenho visto anunciada com repiques de frases» <sup>885</sup>.

Em termos comerciais, Chardron não poderia ter agido melhor. Dos nove volumes da *Questão da Sebenta*, só não publicou o VIII. José Maria Rodrigues foi imprimi-lo a Coimbra, por entender que o editor fazia cópias dos seus originais e as facultava a Camilo, proporcionando a este mais tempo para lhe preparar a resposta.

A polémica ultrapassou os limites previstos e, pressupondo que esta podia começar a interessar ao público brasileiro, Camilo submeteu à consideração do editor uma proposta muito concreta para a edição de novo opúsculo: o quarto de sua autoria e o VII da contenda<sup>886</sup>. Custava-lhe fazê-lo, por motivo simples: «prendem[-me] as finezas que lhe devo, mais de amigo que de editor e comerciante». Mas propôs-lhe:

Eu queria receber pela propriedade deste opúsculo o valor de mil exemplares considerados a 100 réis, embora o meu amigo os venda por maior preço; isto é, 100\$000 réis. Queria pela propriedade das segundas edições feitas e que se hajam de fazer dos três folhetos publicados 60\$000 réis, isto é 20\$000 réis por cada opúsculo<sup>887</sup>.

A Segunda Carga da Cavalaria tem data de 21 de maio de 1883 e preço de capa de 150 réis. Ignoramos a tiragem. É muito provável que o pagamento do quinto opúsculo<sup>888</sup>, Carga terceira: tréplica ao padre, com data de 26 de junho de 1883, se tenha regulado pelo pagamento do anterior, dado que tem inscrito na capa o valor de 150 réis.

Esta situação contribui para demonstrar a dificuldade em saber com pormenor ou comprovar, na maioria dos casos, as quantias reais negociadas entre Camilo e os editores, seja por escrito seja por acordo verbal, ou até por acordo alcançado com os dois processos. A tabela

<sup>884</sup> Este último preço teve a concordância de Camilo (C. a Ernesto Chardron, de finais de abril de 1883. In CABRAL, 1939: 114-115). Mas também desconhecemos as quantias que o romancista recebeu pela primeira edição do segundo e do terceiro opúsculo.

<sup>885</sup> C. a Ernesto Chardron, de 22-04-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 820-821.

<sup>886</sup> CASTELO BRANCO, 1883f.

<sup>887</sup> C. a Ernesto Chardron, de 16-05-1883. In CASTELO BRANCO, 1994: 921-922.

<sup>888</sup> CASTELO BRANCO, 1883a.

seguinte apresenta as quantias que supomos terem sido recebidas por Camilo, mantendo-se, embora, o difícil apuramento sobre quanto terá ganhado pela propriedade das primeiras edições dos três primeiros trabalhos<sup>889</sup>:

**Tabela 10.** Quantias propostas por Camilo a Ernesto Chardron pela propriedade das edições dos opúsculos da polémica *Questão da Sebenta* 

Edições	1.º opúsculo	2.º opúsculo	3.º opúsculo	4.º opúsculo	5.º opúsculo
	Notas à sebenta do Dr. Avelino César Calisto	Notas ao folheto do Dr. Avelino César Calisto	A cavalaria da sebenta: resposta ao Teólogo	Segunda carga da cavalaria: réplica ao padre	Carga terceira: réplica ao padre
1.ª ed.	?	?	?	100\$000 réis	100\$000 réis
2.ª ed.	20\$000 réis	20\$000 réis	20\$000 réis	_	_
3.ª ed.	20\$000 réis	_	_	_	_

Fonte: correspondência de Camilo para Ernesto Chardron

As quantias apresentadas na tabela são definidas a partir das cartas de Camilo: terá havido contrapropostas, escritas ou verbais, do editor? Auferiu o romancista os mesmos honorários pela totalidade das edições dos seus cinco opúsculos, ou aumentou os preços quando viu que a polémica começou a interessar a um público cada vez mais vasto? Os conteúdos da correspondência conhecida não permitem apresentar respostas seguras.

Um pormenor curioso sobre a *Questão da Sebenta* prende-se com a alteração das ideias iniciais de Camilo. Quando redigiu as *Notas à Sebenta do Dr. Avelino César Calisto*, pretendeu oferecer a jornalistas e a quintanistas o primeiro volume da contenda. Mas cedo reformulou as suas intenções, e ordenou a Chardron: «Resolvi não mandar exemplares aos indivíduos inscritos na lista que me devolveu. Que o comprem, se são curiosos» <sup>890</sup>. Terá mantido o propósito de ajudar os pobres de «O Primeiro de Janeiro»?

Camilo não só redefiniu ou clarificou remunerações à medida que ia escrevendo, mas também renegociou acordos já estabelecidos com os editores, fosse para aumentar preços, fosse para os reduzir.

Preparava um quadro histórico sobre *D. Luís de Portugal*, quando julgou conveniente dar mais desenvolvimento de páginas ao volume. Entendeu que, até «200 e tantas», poderia ser vendido a \$600 réis, e pediu o consentimento para fazer uma observação a Costa Santos: «não [a] faria, se tivesse em dinheiro o que tenho em desapego de riquezas; mas por mais que a alma se levante a necessidade da matéria faz peso e leva a alma para baixo»<sup>891</sup>. Ao ter estabelecido 150\$000 réis pela propriedade, era na intenção de lhe ser paga a importância de quinhentos exemplares, a \$300 réis cada. Entretanto, Costa Santos resolveu comercializar

<sup>889</sup> Leia-se a carta de Ernesto Chardron para Camilo (17-05-1883). In CABRAL, ed., 1982b: 99.

<sup>890</sup> C. de 03-05-1883. In CABRAL, 1939: 100-101.

<sup>&</sup>lt;sup>891</sup> C. de 08-10-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 190-191.

*D. Luís de Portugal* por \$500 réis, mais de 60% do que havia sido contratualizado com Camilo. O romancista não deu relevância ao caso. Agora, porém, ao aumentar páginas ao escrito original para formar um volume passível de ser comercializado a \$600 réis, reconsiderou: «não reclamo o equivalente de 500 exemplares que seriam 300\$000 réis; mas receberei, se lhe aprouver, mais 100\$000 réis» <sup>892</sup>. Todavia, se Costa Santos preferisse vender a obra por \$500 réis, tal como se encontrava, o romancista não reclamaria qualquer pagamento pelos acrescentos que fizera.

Quando publicou *A Senhora Rattazzi* (1880), uma reação truculenta aos juízos que a princesa tecera aos romances camilianos em *Portugal à vol d'oiseau*, o escritor declarou a Chardron que achava o opúsculo «muito magro e pouco engraçado». Saiu em grande formato e de poucas páginas e, na possibilidade de o público corroborar a sua opinião, pediu ao editor «o valor de 300 exemplares e não de 600»<sup>893</sup>.

## 3.1.4. Composição e revisão de provas

A revisão de provas era ocupação a que tinha de dedicar tempo e cuidado. Contrafeito, fazia esta tarefa com esforço. Confessava-se mau revisor<sup>894</sup>, tinha «a maior negação para esta espécie de trabalho»<sup>895</sup> e, em idade avançada, a neurose tornava-lhe bem «mais penoso ver uma prova do que escrever o original»<sup>896</sup>: «Vou rever um romance em 2 tomos *A caveira da mártir*, continuação da *Filha do Regicida*. Está pronto há muito tempo; mas a segunda e última lima é para mim uma flagelação. Eu queria ser a um tempo escritor e tipógrafo de modo que a ideia saísse logo impressa»<sup>897</sup>.

Para quem declarava não ter propensão para estes afazeres editoriais, seria natural que acolhesse, de bom grado, qualquer contributo válido no cotejamento, em especial a ajuda de Ana Plácido, «mais atilada nestes trabalhos»<sup>898</sup>, ou os auxílios daqueles que Camilo convocava a intervir em missão nada apelativa<sup>899</sup>: «Com as minhas correções, a obra há de sair limpa. A D. Ana também emenda e o Barão da Trovisqueira, se aparecer, também emendará. Está V. Ex.ª metido com gente que o há de levar imortal pelo Vale de Josaphat dentro»<sup>900</sup>.

<sup>892</sup> C. de 08-10-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 190-191.

<sup>893</sup> C. de [1880]. In CASTELO BRANCO, 1994: 926-927.

<sup>&</sup>lt;sup>894</sup> C. a Matos Moreira, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 707.

<sup>&</sup>lt;sup>895</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [26-06-1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 182-183.

<sup>896</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1189-1190.

<sup>&</sup>lt;sup>897</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 03-08-1875. In CASTELO BRANCO, 2012: 190-191.

<sup>898</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1873]. In CASTELO BRANCO, 2012: 129.

<sup>899</sup> Surgiram-nos várias situações em que Camilo apelou à ajuda de amigos nas revisões de provas. Citemos, como exemplo, os pedidos feitos a José Barbosa e Silva (C. de [03-06-1857]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1043) e a Freitas Fortuna (C. de [03-10-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 132-134). Mas há também solicitações para que os seus amigos se socorram de gente sabedora e de olho experiente na realização destes trabalhos (C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1179; C. a Freitas Fortuna, de [06-11-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 142-143).

<sup>900</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [05-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 348.

A revisão e a obtenção do texto final de uma obra estavam para além da cooperação de amigos e da atenção que Camilo pudesse demonstrar. Na composição do manuscrito ou na correção de provas intervinham entidades diversas: tipógrafos, revisores e editores, cujas competências, melhores ou piores, se refletiam na edição a disponibilizar no mercado.

Para o minucioso e cuidadoso trabalho de composição pedia a Costa Santos que entregasse os seus manuscritos «a tipógrafo inteligente», o qual o pouparia a muito emprego de forças e de paciência nas revisões<sup>901</sup>. Era muito importante a proficiência do tipógrafo na transposição do texto em letra escrita para pranchas em carateres de chumbo, porque as suas dificuldades de leitura da caligrafia, os seus erros de interpretação dos textos, o seu grau de esmero profissional, o seu nível de instrução ou alguma da sua imprecaução arriscavam-se a ser causa de erros palmares que desprimorariam a edição. Poder-se-ia deturpar, deste modo, o verdadeiro alcance do pensamento expresso pelo autor, e, em leitores de olho treinado como Camilo, dar azo a que a veia irónica encontrasse justificações para se espraiar:

Tens razão no reparo ao meu acerto, mas olha que me parece que escrevi certo e que a culpa cabe ao tipógrafo. Os senhores tipógrafos!...

Nos Discursos de Garrett, há uns anos reunidos em volume (Elogio do Barão da Ribeira de Sabrosa), vem isto: «...nenhuma academia fechou ainda os seus conselhos...»

Intrigado com a frase, ali deslocada, fui-me às Memórias do Conservatório, onde o mesmo elogio foi publicado em vida de Garrett e leio: «...nenhuma academia... fechou ainda os seus cancelos...»

O tipógrafo lá lhe pareceu que cancelos só tinham cabimento na estrebaria que o guardava, e emendou.

É quase o meu caso<sup>902</sup>.

Para se poupar «às zangas da revisão» 903, bom seria que houvesse zelosos revisores, que passassem a primeira grosa pelos defeitos e procedessem às imprescindíveis melhorias da qualidade do texto impresso. É o que Camilo sugere ao seu amigo Tomás Norton:

Parecia-me que, havendo lapsos na sua versão francesa, V. Exa. fazia bem inutilizá-la e reimprimi-la em uma das ótimas oficinas do Porto. Na imprensa do Silva Teixeira, à Cancela Velha, há um revisor inteligentíssimo e também escritor, João Dinis. Em breve tempo teria V. Exa. o seu

<sup>901</sup> C. de [26-12-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 260-261.

<sup>902 (</sup>C. a L. Augusto Palmeirim, de [1885]. In CHAVES, ed., 2002: 91). Sobre erros de interpretação dos textos, Camilo partilhou com Júlio de Castilho outro jocoso exemplo, em que, apesar da suposta boa vontade do editor, Barreto Feio, o desconhecimento do texto original ou de aspetos relativos à etnologia deu em asneira. Em certa poesia, onde Gil Vicente escreveu «Deveis de vender as taças, / Empenhar os breviários, / Fazer vasos das cabaças / E comer pão e rabaças», sucedeu que «o editor [...] não percebendo que de cabaças se pudessem fazer vasos, achou mais consentâneo que se fizessem vasos de cabeças. Foi-se ao poeta, e zás — pôs cabeças a rimar com rabaças» (C. de 29-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 873-874).

<sup>903</sup> C. a Ernesto Chardron, sem data. In CABRAL, 1939: 113-114.

livro impresso. Releve-me a advertência. Como a sua obra pode suscitar polémica, é bom não deixar na fortaleza seteira por onde caiba uma frecha<sup>904</sup>.

O papel destes profissionais na preparação e ultimação das obras era do maior interesse cultural. Passava por eles parte importante do aperfeiçoamento do texto final do livro. Podavam *in primo loco* os textos antes de os reenviar aos autores, através da comparação das provas com o manuscrito, ou mondavam imperfeições antes de cada caderno corrigido ir, nova e definitivamente, à prensa. É, porém, uma certeza que são escassíssimas na correspondência as referências a profissionais tão competentes e solícitos em todas as tipografias onde se imprimiam títulos de Camilo. Para diminuir custos de produção do livro, talvez a revisão ficasse apenas a cargo do romancista, com ajuda pontual dos editores<sup>905</sup>.

Insistia com Costa Santos sobre a obrigatoriedade e a importância de se efetuarem as revisões das provas: «todos os meus editores se obrigam a fazer rever com o maior cuidado os meus escritos». E apelava ao empenho do livreiro para que o revisor não descurasse as «chamadas que fiz[era] à margem» e a confrontação com o manuscrito<sup>906</sup>.

Camilo desconfiava muito dos editores, em especial dos de Lisboa<sup>907</sup>, mas também depositava confiança em alguns na realização das emendas ou de uma nova revisão de provas em sua vez. Requereu, por exemplo, a José Gomes Monteiro que passasse «a esponja sobre uma quadra» e a substituísse por «quatro linhas de reticências»<sup>908</sup>. Em outra altura, confessava-lhe, no envio de *Amor de Salvação*, estar «contente do escrito», autorizava que ele emendasse o que quisesse, com exceção da primeira página, e que traduzisse para inglês «a primeira epígrafe do frontispício»<sup>909</sup>. Chegou mesmo a delegar a realização de emendas, por lhe ser impossível realizá-las: «Lembro a V. S.ª que as *Estrelas* saíram muito erradas no folhetim. Peço-lhe que as emende, porque eu não posso»<sup>910</sup>. Com idêntico propósito, pediu encarecidamente a José Eduardo Coelho que ele próprio se encarregasse de ver as provas de três folhetins que lhe remetia, e de outros três que seguiriam em breve, e se incumbisse de os mandar publicar de acordo com a revisão feita pelo romancista<sup>911</sup>.

Houve casos em que elogiou a excelência da revisão<sup>912</sup>. Em contrapartida, aconteceu resultarem infrutíferas as suas recomendações sobre as atenções necessárias na eliminação de corruptelas. Não obstante as insistências pelo zelo dos editores foram sempre existindo

<sup>&</sup>lt;sup>904</sup> (C. de 28-12-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 924). Camilo referirá, mais tarde, a Freitas Fortuna que João Dinis era «magnífico revisor e bom poeta», e que tinha capacidades para corrigir lapsos, caso os houvesse nos manuscritos do romancista (C. de [11-11-1889]. In COSTA, *ed.*, 1930b: 145).

 $<sup>^{905}</sup>$ C. a Eduardo da Costa Santos. In CASTELO BRANCO, 2002: 197.

<sup>906</sup> C. de [26-06-1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 182-183.

 $<sup>^{907}</sup>$  C. a Freitas Fortuna, de [03-10-1889]. In COSTA,  $ed.,\,1930b:\,132\text{-}134.$ 

<sup>908</sup> C. de 08-06-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 478.

<sup>909</sup> C. de 26-02-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 474-475.

<sup>&</sup>lt;sup>910</sup> C. de [1862]. In CASTELO BRANCO, 2002: 536-537.

<sup>911</sup> C. de 27-05-1866. In CHAVES, ed., 2002: 75.

<sup>912</sup> C. a Guiomar Torresão, de 01-02-1881. Trechos literários de Alexandre Herculano [...], 1910: 63.

queixas de Camilo quanto ao facto de as tipografias não realizarem as correções que ele assinalara nas provas. Aconselhou José Barbosa e Silva «a revisão de provas» de um folhetim, dado que o anterior apareceu «cheio de erros grosseiros» <sup>913</sup>. Fez notar a Costa Santos que lhe tinham chegado provas «muito erradas», prenúncio de que a obra chegaria ao público «muito cravejada de erros» <sup>914</sup>. Tempo depois, protestou junto do mesmo editor acerca de «erros emendados», e que a tipografia desprezara na preparação do *Esboço de crítica*<sup>915</sup>. Diante de tanta inaptidão, só lhe ocorria um comentário: «não lhe direi nada, por já estar fatigado, e saber que é tempo perdido» <sup>916</sup>. Camilo tinha motivos para se sentir preocupado com o pouco profissionalismo. E até razões para se espantar por, na sua «vida de escritor há 40 anos», ser ainda possível remeterem-lhe as «segundas provas [do *Esboço*] sem terem corrigido as primeiras» <sup>917</sup>.

Uma das suas casas editoras, a Viúva Moré, sobre a qual veio a dizer ter saudades dos «bonitos livros» que saíam com aquela chancela<sup>918</sup>, fez-lhe chegar um livro pronto a ser enviado aos subscritores e a ser comercializado nas livrarias. O romancista duvidava que o tipógrafo tivesse feito as correções sugeridas por José Gomes Monteiro, questionando mesmo se este se debruçou alguma vez sobre as provas:

Recebi o livro. [...] Vi com muito desgosto a superabundância de erratas que desfiguram ou obscurecem o sentido. Não há remédio a dar-lhe agora. Necessariamente o tipógrafo descurou as emendas que V. S.ª fez — se V. S.ª viu as provas. Eu podia tê-las visto, sem atraso da publicação; e para isso me ofereço<sup>919</sup>.

A situação repetiu-se, a título de exemplo, em *No Bom Jesus do Monte* (1864), no *Cancioneiro alegre* (1879) e na *Maria da Fonte* (1885). Quanto ao primeiro, e após ter recebido um exemplar, referiu: «Vejo que se desprezaram as emendas que fiz em graves erros das 3 primeiras folhas. Paciência» Quanto ao segundo, declarou a Ernesto Chardron: «Passei pelos olhos o *Cancioneiro* e vi com tristeza que tem bastantes erros de imprensa» Sobre o terceiro título, mostrou o seu desagrado a Costa Santos: «Na penúltima folha da *Maria da Fonte* vem muito erro — resultado de eu não a ver, nem o meu amigo dar importância ao pedido que lhe fiz de que visse. Má coisa» 222.

<sup>913</sup> C. de [03-06-1857]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1043.

<sup>914</sup> C. de [26-06-1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 182-183.

<sup>915</sup> Crítica redigida por Camilo à tradução efetuada por D. Luís da peça shakespeariana, Otelo, o mouro de Veneza.

<sup>916</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [28-03-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 273-274.

<sup>917</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 274.

<sup>918</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 05-10-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 494-495.

<sup>919</sup> C. de 10-[06]-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 478-479.

<sup>920</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 20-08-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 480.

<sup>921</sup> C. de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 810-811.

<sup>922</sup> C. de 04-04-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 246-247.

Perante este tipo de problemas, o autor tentava, por vezes, menorizá-los. No caso de *D. Luís de Portugal*, devolveu a Costa Santos um exemplar da obra com emendas feitas em quatro páginas, apelando ao editor que as replicasse à pena nos exemplares destinados a presentear «três sujeitos». Aconselhou-o, ainda, que estendesse as mesmas diligências nos que viessem a ser «remetidos a homens de letras gordas ou magras que são os piores» <sup>923</sup>.

Não tinha alternativa, senão mostrar-se resignado. Mas, em certa ocasião, Camilo não esteve para contemplações. Se havia erros, tinham de ser emendados: «Escrevo hoje ao Teixeira exigindo que renove a página XXXI porque o revisor teimou em pôr *o moustache* em vez de *a moustache*. Tem de o fazer à sua custa» 924. Em outras alturas, foi o romancista quem pagou as despesas feitas «nas páginas do *general* que se inutilizaram» 925.

Como é de prever, sucederam-se outros casos. Com várias entidades a interferirem na edição de uma obra, escaparam ao controlo do romancista muitas oportunidades para realizar aparadelas às imperfeições gráficas. Ao pensarmos que estamos perante um autor cuja produção, fosse em livro fosse em folhetins nos jornais, estava em constante trânsito pelos prelos, ninguém poderá garantir que as provas de todos os textos publicados tenham chegado às mãos de Camilo para obter o seu *imprimatur*. Como a sua extensa bibliografia ia pululando continuamente no frémito das tipografias, sobretudo das cidades do Porto e de Lisboa, era humanamente impossível ao autor ter tempo para verificar e assegurar que tivesse sido aplicada a «poda» a tudo quanto nas obras se lhe afigurava errado.

Camilo não viu provas pelo menos uma vez. Quando informou António Feliciano de Castilho de que José Gomes Monteiro ia, provavelmente, remeter ao poeta um exemplar do *Livro de Consolação* (1872), dedicado a D. Pedro II, imperador do Brasil, o romancista foi muito claro: «Deste não vi provas, nem sei como vai» Declarara também a Castilho, um mês antes, que ainda não vira quaisquer provas, ironizando que a tipografia havia sido embruxada pelo «diabo do Mefistófeles», a ponto de crer que o Fausto se deitou «com a Viúva Moré, e não sai do tálamo da francesa» P27. As delongas na elaboração de provas ou na impressão dos livros mereceram, em outra ocasião, as habituais alfinetadas camilianas:

Disse eu a V. Ex.ª até breve porque tenciono aí voltar — ainda talvez nesta semana. José Gomes deve ter o livro impresso. Nunca vi tão demorada paridura! O homem vê 3 provas, o tipógrafo creio que as decora antes de as tirar a limpo. Parece que está a gente à espera de um in-fólio dos irmãos Barbosas<sup>928</sup>.

<sup>923</sup> C. de [01-12-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 197.

<sup>924</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. In *Acervo Camiliano*, Câmara Municipal de Sintra.

<sup>925</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 206-207.

<sup>926</sup> C. de 03-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 405-406.

<sup>927</sup> C. de 11-06-1872. In CHAVES, ed., 2002: 121.

<sup>928</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [01-04-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 436.

A edição única ou a última edição publicada em vida do escritor, com a indicação de «melhorada e revista pelo autor», pode não ter sido cotejada por Camilo, dado que se encontrava carecido de disposição para a tarefa<sup>929</sup>. E mesmo revistas as provas, as emendas feitas e enviadas por Camilo já não teriam chegado a tempo de se realizarem as correções antes da impressão das obras<sup>930</sup>.

Além da compreensível inexequibilidade do romancista em dar resposta a todos os necessários esmeros à produção tipográfica dos seus textos, recaíam sobre estes as dinâmicas empresariais das editoras que não se compaginavam com delongas de correção. Convém referir que as alterações de texto nas provas determinavam as recomposições das pranchas com carateres móveis. Quanto mais correções houvesse para fazer, mais trabalho tinha o tipógrafo e mais tempo demorava a impressão de cada caderno. Ainda que houvesse editores que não imprimiam obras sem facultar provas a alguns autores, designadamente a Castilho<sup>931</sup>, parece-nos não oferecer dúvidas que, nesses tempos, os editores também colocavam os interesses económicos à frente do trabalho dos escritores em aprimorarem a qualidade dos seus textos impressos. Quando o fiel da balança pendia mais para o cumprimento das prioridades financeiras dos editores, «sacrifique-se o autor à elegância da impressão» <sup>932</sup>. Era, então, natural que certos resultados o desencantassem: «Qualquer interesse que um autor empregue na composição de um livro perde-se com a desanimação que lhe causam a ignorância e porcaria das imprensas. / Desgraçado de quem os atura» <sup>933</sup>.

A variedade de situações referidas complexifica o trabalho do investigador contemporâneo que pretenda, entre outros projetos, levar a cabo uma edição crítica. Estabelecer a fixação de um texto o mais fidedigno e fiel possível ao que o romancista desejava que tivesse saído das tipografias, através da confrontação do manuscrito autógrafo, quando existe, com a última edição publicada em vida do romancista, é, no caso de Camilo Castelo Branco, uma tarefa ingente e repleta de múltiplas incertezas. Podia até acontecer que o manuscrito entregue para composição tipográfica não estivesse completo, por opção de Camilo. Assim aconteceu em *Os brilhantes do brasileiro*. Após escrever dezena e meia de linhas do capítulo 29, o escritor disse: «Este espaço há de ser preenchido nas provas.» Ou seja, o manuscrito não contém os capítulos XXIX, XXX, a «Conclusão» e o «Epílogo», porque apenas foram redigidos nas provas que veio a receber. Se se salvou o manuscrito deste romance editado em 1869, é crível que o editor

<sup>929 «</sup>Eu conheço os defeitos que V. Ex.ª aponta; podia emendar muitos nesta 3.ª edição da coisa; mas faltou-me paciência» (C. a António Feliciano de Castilho, de [28-12-1865]. In CASTELO BRANCO, 2002: 320).

<sup>&</sup>lt;sup>930</sup> «Se fosse ainda possível emendar a página seria uma fortuna» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 264); «Enviei-lhe uma emenda ao *General*. Talvez fosse tarde; mas, como pertencia à 5.ª folha, pode ser que ainda se estivesse tirando a 4.ª» (C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 194).
<sup>931</sup> «O Chardron não imprime sem que V. Ex.ª veja as provas» (C. a António Feliciano de Castilho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 457-458).

<sup>932</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 20-08-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 480.

<sup>933</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 12-01-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 238.

Campos Júnior, ou algum trabalhador diligente da sua tipografia, tenha salvado a parte restante do texto original. Mas, até ao momento, não é conhecida a sua existência.

Da maioria das obras não sobreviveram os respetivos manuscritos, ou melhor, desconhecemos o seu paradeiro<sup>934</sup>. O diminuto número de manuscritos conhecidos e o provável desaparecimento de provas tipográficas cotejadas pelo escritor, ou por pessoa encarregada de as fazer, são obstáculo de relevo para melhor estudarmos e conhecermos a genética do texto camiliano. Perante este desconhecimento dos documentos intermédios entre o manuscrito autógrafo e o livro impresso, a confrontação tem sido feita entre o texto manuscrito e o texto impresso.

Aquilo a que temos assistido nas edições críticas leva-nos a supor que, na sua grande maioria, as provas não deviam ter sido submetidas a abundantes erratas ou a extensos acrescentos, como aconteceu, por exemplo, com algumas provas conhecidas de *Os Maias*<sup>935</sup> ou de *A capital*<sup>936</sup>. Contudo, é prudente equacionar que possa ter acontecido o mesmo com algumas obras de Camilo. Em 1883, o romancista de Seide enviou a Ernesto Chardron um longo prefácio para a edição de um poema inédito de António Serrão de Crasto dizendo: «Remeto as provas dos *Ratos* com muitos acrescentamentos» <sup>937</sup>. Na biblioteca particular de Camilo, podem consultar-se as provas tipográficas da 2.ª edição das *Notas ao folheto do sr. Dr. Avelino César Calisto* (1883), das quais reproduzimos, no Anexo 25, a folha de rosto, a página 15 e a respetiva contracapa. É um documento inédito, mas também raro. Quanto preciosa seria a descoberta de idêntica documentação.

Consideramos que, nos contributos para a melhor fixação dos textos camilianos, seria relevante consultar os exemplares das obras em que Camilo efetuou correções pelo próprio punho, com intuito muito concreto: «Remeto um livro com as emendas, e acrescentamentos. Falta uma poesia que há de entrar em nota; mas esperarei que o Alípio, em cujas mãos ela está, ma remeta de Lisboa» 938. Sobre correções feitas em livros, referimos o exemplar da primeira edição de *Perfil do marquês de Pombal*, que pertenceu ao romancista, e que tivemos a oportunidade de compulsar 939. Camilo efetuou notas manuscritas, e em número considerável, na intenção de que uma nova edição saísse corrigida e melhorada em relação à anterior. Tem

<sup>934</sup> Dos seus 134 títulos originais, conhecemos os seguintes manuscritos autógrafos: A bruxa de Monte Córdova, Cavar em ruínas, A doida do Candal, Mistérios de Fafe, A mulher fatal, Quatro horas inocentes, O sangue, Virtudes antigas, e os textos A flor da Maia, Pataratas e O Santo de Midões (na Biblioteca Pública Municipal do Porto); A caveira da mártir, O demónio do ouro, História de Gabriel Malagrida, várias Novelas do Minho e O regicida (na Biblioteca Pública Municipal de Sintra); Amor de perdição (no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro); Os brilhantes do brasileiro, A espada de Alexandre e O Lobisomem (na Casa de Camilo, em Vila Nova de Famalicão). Na posse de particulares estão, pelo menos, Amor de salvação, Doze casamentos felizes, Estrelas propícias e No Bom Jesus do Monte.

<sup>935</sup> Fac-símile de provas tipográficas de página não identificada (CASTRO, 2001: 100).

<sup>&</sup>lt;sup>936</sup> Fac-símile de provas tipográficas da página 20 (CASTRO, 2001: 86).

<sup>9&</sup>lt;sup>37</sup> C. a Ernesto Chardron, de [1883]. In CABRAL, 1939: 113-114. A obra referida é *Os ratos da Inquisição* (CRASTO, 1883).

<sup>938</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1862]. In CASTELO BRANCO, 2002: 546.

<sup>&</sup>lt;sup>939</sup> O exemplar foi-nos facultado para consulta, há anos, pelo senhor Nuno Canavez, distinto alfarrabista da cidade do Porto, que o vendeu a um prestigiado advogado barcelense.

41 notas escritas à margem, sem ter em conta as simples emendas de letras, e esta recomendação muito concreta do escritor, datada de 4 de novembro de 1883: «Para entregar ao Sr. Clavel ou seus sucessores na Livraria. Se depois da minha morte, se fizer uma edição deste livro, recomendo que se acrescentem as notas marginais, se as entenderem» <sup>940</sup>.

A análise da correspondência ajuda a percecionar que, no estabelecimento dos textos camilianos, o investigador terá de atender a outras questões. Certificar-se de que as correções que surgem nos manuscritos são todas da lavra de Camilo. Deverá até colocar-se a hipótese de Ana Plácido passar a limpo alguns manuscritos, ou parte destes, se considerarmos o que o romancista escreveu a António Feliciano de Castilho: «[D. Ana] esteve hoje a copiar um magro prefácio que eu escrevi ao *Cavar em ruínas*»<sup>941</sup>.

Dadas as qualidades intelectuais e o saber literário de Ana Plácido, e a colaboração muito direta que prestou a Camilo, não se pode excluir que Ana tivesse sido, a partir de dado momento, a primeira leitora dos seus textos. Se Ana Plácido representou para o romancista «um diapasão por cuja nota ele afinou a sua sensibilidade à complexa psicologia feminina» será correto supor que, à medida que a luz se ia apagando nos olhos de Camilo, recaíam sobre Ana Plácido mais responsabilidades, substituindo-o na leitura prévia dos manuscritos, na correção das provas que chegavam das editoras, ou até na redação das missivas. Em qualquer destes três casos, o trabalho do editor crítico pode complexificar-se, ainda mais, quando constatamos que a caligrafia de Ana Plácido tem muitas semelhanças com a de Camilo, contingência que exige, em certas situações, olho muito atento para destrinçar qual a identidade do calígrafo 943.

# 3.1.5. Críticas à produção camiliana

Ainda nos primórdios da atividade literária, Camilo comunicou a Lobo de Ávila que escrevia «muito, a seu modo» 944. Foi uma marca de liberdade e de identidade que se lhe reconheceu ao longo da sua carreira literária, tutelada por um temperamento que se escapulia a espartilhos de qualquer ordem e que se consubstanciava no protesto categórico: escrever «o que eu quiser, e para onde me der a veneta» 945.

A independência do criador literário camiliano cimentava-se, como já dissemos, na enorme segurança com que produzia os seus escritos e num espírito determinado em se afirmar, intelectual e profissionalmente, até onde lhe sobrassem as forças físicas e as faculdades intelectuais. Todavia, a compulsação do acervo epistolográfico comprova que a independência

<sup>&</sup>lt;sup>940</sup> Sob a direção de Justino Mendes de Almeida, a Lello & Irmão-Editores honrou Camilo ao publicar, em 1983, o *Perfil do marquês de Pombal*, e teve em conta as anotações do romancista.

<sup>941</sup> C. de 03-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 347.

<sup>942</sup> CASTRO, 1995a: 29.

<sup>&</sup>lt;sup>943</sup> Salvo um caso ou outro, a correspondência de Camilo para Freitas Fortuna foi redigida por Ana Plácido. Em algumas missivas, depois de redigir o que Camilo lhe ditou, Ana aproveitou para dirigir palavras suas ao destinatário.
<sup>944</sup> C. a J. Lobo de Ávila Lima, de 07-12-1856. In VILHENA, 1958b: 200.

<sup>945</sup> Cit. COSTA, ed., 1924-1929: II, 504.

do pensador e do escritor, bem como a sua produção literária, tinham em seu redor variáveis que, de uma forma ou de outra, influíam e as podiam condicionar: a aferição do público leitor, a apreciação que Camilo fazia aos seus próprios textos, as opiniões, opções ou exigências dos editores, as considerações feitas por amigos seus e os reparos da crítica em geral. Estas condicionantes obrigavam a apurada perceção mental e a afinada sensibilidade do estilista a realizar um exercício constante de depuração, maturação e integração no seu programa ficcional de todos os contributos positivos que pudessem advir de tais exercícios críticos, para melhorar a qualidade das obras que depositava nas mãos e submetia ao sufrágio dos leitores.

#### 3.1.5.1. A liberdade de criação e o «senso público»

Convidado para emitir o seu parecer sobre *Visão dos tempos*, um volume de poesia de Teófilo Braga, o romancista escreveu a José Gomes Monteiro a informá-lo de que ainda não encontrara oportunidade e «boa-disposição» para se ocupar de tal tarefa. Fá-lo-ia, em breve, embora a missão se afigurasse desnecessária: «Eu creio que a melhor crítica em Portugal não faz vender vinte volumes da melhor obra, e que o silêncio da preguiça ou da inveja também não danifica a venda. O melhor crítico é o senso público, essa coisa que a gente não sabe como se forma e robustece» 946.

A noção da necessidade de ir ao encontro do gosto e das expectativas dos leitores pairava sobre as dinâmicas da criação ficcional. Num país com um número muito reduzido de pessoas que liam novelas ou romances e, provavelmente, constituído mais por público feminino do que por homens, o ato de subscrição de assinaturas ou de compra dos seus livros era um escrutínio implacável dos leitores para que Camilo se desse ao capricho de subavaliar «paladares». Essa consciência podia determinar que o romancista enveredasse por um estilo de texto narrativo moldado ou dimensionado aos gostos de quem o lia ou de quem o poderia vir a fazer. Ditava, em certos casos, que Camilo procurasse alimentar um gosto peculiar pela ironia deleitável ou desconcertante, fosse na eleição dos temas a abicar fosse no aticismo de os servir em doses calibradas de riso na ficção, ou em doses destemperadas de espirituosidade nas polémicas.

A especial preferência dos leitores por narrativas com estas características tinha, em meados dos anos de 1850, eco negativo nos seus projetos. Foi o que expressou a José Barbosa e Silva: «parece-me que farei Literatura ao sabor dos paladares corruptos da gentinha que compra um livro para se rir» 947.

A isso se referiria nas décadas seguintes, dando-nos a ideia clara de que o barómetro camiliano nunca deixou de medir as predileções dos seus leitores e de outros públicos.

Em fevereiro de 1863, o romancista informou José Gomes Monteiro de que lhe enviaria, em breve, o manuscrito da obra cujo último folhetim estava para sair na imprensa periódica.

<sup>946</sup> C. de 15-04-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 475-476.

<sup>947</sup> C. de [15-12-1856]. In CABRAL, ed., 1984a: 133.

Quando se concluísse a divulgação em folhetins, era sua vontade que o volume surgisse no mercado. Parecia-lhe que o conteúdo agradaria, ainda que não patenteasse a vertente popular prognosticadora de maior sucesso: «Não é no género popular e contrafeito em que escrevi o *Coração, cabeça e estômago* e ultimamente as *Coisas espantosas*, trabalhos de que não gosto; mas que os gizei à vontade dos compradores» <sup>948</sup>.

Quando terminou de escrever o segundo volume de *O demónio do ouro* (1873), numa fase em que, segundo Camilo, já lhe faltavam a fantasia e a espontaneidade<sup>949</sup>, escreveu a Feliciano de Castilho a dizer-lhe que se tratava de um romance ao estilo novelesco de Ponson du Terrail. Camilo ajustara a narrativa à inclinação literária de quem leria o romance, relegando para segundo plano o arbítrio do ficcionista: «Os leitores, tolhidos pelo género pior, obrigam-me a bandear-me com eles»<sup>950</sup>.

Cerca de uma década depois, em troca epistolar com o editor Ernesto Chardron e a pensar em nova produção, o romancista frisou a importância de alimentar o gosto dos leitores e de, acima de tudo, fidelizar os seus públicos: «Este segundo será mais sentimental a ver se conquisto a antiga simpatia das velhas que perdi com os patifes dos Macários» <sup>951</sup>.

E, no período mais intenso de oposição política ao ultimato do governo britânico, em 1890, Camilo iniciou a redação de um opúsculo sarcástico com o título *Era uma vez Inglaterra: Trovas alegres.* A poucos meses de se suicidar, o romancista conservava a lucidez e a perceção de que a produção de escritos cujos conteúdos não se graduavam pela opinião geral podia constituir intrepidez do escritor e aventura arriscada do editor: «Neste trabalho não se poupam os ingleses nem as tolices portuguesas que se têm praticado desde o dia 11 de janeiro e provavelmente irão muito longe. Conquanto as minhas trovas sejam todas jocosérias, devo dizer-lhe que é preciso certa coragem para editar um livro que não adula as paixões populares» 952.

As complexas «paixões populares», que Camilo nem sempre amimalhou, mas às quais foi prestando a maior atenção, puderam encontrar na sua bibliografia, com gratificante frequência, narrativas em que pontuam o jocoso e o sério, coabitam o riso e a lágrima ou convivem a tragédia e a comédia. Camilo procurou constantemente satisfazer o gosto do seu público, sem conceder à escrita fácil o lugar de honra que cabia à arte de bem narrar. Mesmo nas obras consideradas além das fronteiras do cómico, o escritor nunca abdicou de praticar a sua omnipresente ironia, seja com a intervenção do narrador na história contada seja com a mediação de certas personagens. Relembremos a exemplo, e de modo sucinto, a sua obra-prima, *Amor de perdição*<sup>953</sup>, em que narrou amores proibidos e não correspondidos,

<sup>948</sup> C. 08-02-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 468.

<sup>949</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 05-08-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 444.

<sup>950</sup> C. de 12-08-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 444-445.

<sup>951</sup> C. a Ernesto Chardron, de 28-03-1883. In CABRAL, 1939: 98-99.

<sup>952</sup> C. a Tavares Cardoso & Irmão, de 16-03-1890. In CASTELO BRANCO, 2002: 731.

<sup>953</sup> CASTELO BRANCO, 1862a.

a evolução desses sentimentos e a perdição das personagens: morte, assassínio e suicídio. A par da forma e da organização da tragédia de inspiração aristotélica, o escritor decidiu assaborar ainda mais a prosa, ora pondo o narrador omnisciente ao serviço do seu espírito motejador ora incumbindo o ferrador João da Cruz, homem do povo, rude nas suas expressões, mas coração honrado e grato, a cativar e a prender o leitor ao desenrolar do enredo dramático, com o seu linguajar popular e jocoso.

#### 3.1.5.2. A perspetiva crítica e irónica sobre os seus próprios trabalhos literários

As apreciações críticas aos trabalhos camilianos procederam do próprio romancista e aconteceram em três momentos da sua produção: na frase preliminar, durante a realização da mesma e após o seu término.

Antes de iniciar uma obra, Camilo confessava, por vezes, a sua apreensão quanto às suas capacidades para levar a cabo a tarefa da escrita. Em 1858, revelou ao destinatário que ia procurar dar a melhor resposta literária ao que Faustino Xavier de Novais pretendia, e esperava que o resultado obtido viesse a ser condizente com o plano que tinha estabelecido. Mas advertia-o: «Será jocoso quanto ser possa, posto que — bem o sabes — a minha índole tenda para as *reveries* melancólicas, que ninguém atura» <sup>954</sup>. E na elaboração da biografia de D. António Alves Martins, seu amigo pessoal desde os tempos em que redigia no periódico portuense «O Nacional», o escritor manifestou a José Gomes Monteiro receio de se sair mal: «Queria-se para isto escritor mais político, ou mais *respublico*, como diriam os bons dizedores das coisas à portuguesa». Conquanto houvesse pessoas mais qualificadas, ou até mais bem informadas, lançar-se-ia nesse lavor, decidido a «afrontar a crítica e os políticos» <sup>955</sup>.

Durante os momentos de criação ficcional, o romancista foi dando pequenas informações a familiares, amigos e editores daquilo que acontecia na mesa de trabalho, averbando, em muitos casos, uma nota crítica ou irónica. Uma ou outra vez, mostrava-se inseguro para concretizar projetos em mente.

Pelo mês de maio de 1864, escrevia Camilo dois livros: um destinado ao jornal «O Comércio do Porto» e «o outro intitulado *o esqueleto (horresco referens!*)»<sup>956</sup>. Camilo usava esta exclamação de Eneias, referindo a morte de Laocoonte, nas roscas da serpente, para aludir a *O esqueleto*. Neste romance passional, o romancista, recentemente fixado em São Miguel de Seide, trazia à prosa o tópico da expiação por pecado de adultério: a punição moral por desvarios amorosos que, em termos simbólicos, se igualava ao devastador efeito das voltas da serpente em torno da presa a devorar. Na missiva a José Gomes Monteiro, deteve-se em esclarecimentos detalhados sobre o segundo romance, então com o título *O que fazem livros velhos*, e que era, no nosso entendimento, o texto que veio a originar

<sup>954</sup> C. de 02-07-1858. In CASTELO BRANCO, 2002: 976-977.

<sup>955</sup> C. de 10-06-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 492-493.

<sup>956</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 12-05-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 476-477.

A queda dum anjo. E estas declarações são tanto mais importantes quanto a circunstância de Camilo, geralmente, manter à puridade as informações acerca dos projetos e evoluções dos trabalhos em mão:

É um homem saturado da lição dos bacamartes, que, aos quarenta anos, sai de um recôncavo de Trás-os-Montes, [...] é aquilo que os clássicos lhe disseram, ou que pela doutrina dos seus livros se há de [...] reformar naquela em que tiver degenerado. É eleito deputado. O livro é a história das suas deceções em Lisboa.

Estou a ver que um romance deste género será indigesto para a maioria dos honrados leitores do «Comércio». Eu comprazo-me em escrevê-lo porque é um como repouso de histórias ou romancear amores, coisa que já me enfada. Reconheço que me falta cabedal para o perfeito desempenho da ideia, que é grande e bonita, mas irei atamancando como puder de modo que aos menos versados se esconda um certo número de imperfeições<sup>957</sup>.

Cerca de um ano depois, e ao mesmo destinatário, Camilo disse que lera a Teófilo e a Tomás Ribeiro os fragmentos de um romance, e que, por certo, a Casa Moré não estaria muito interessada em editar:

É romance político e faccioso: concebi-o num acesso de zanga, comecei-o, e já agora hei de ultimá-lo.

Uma coisa assim não podia ser destinada ao «Comércio do Porto», cujos proprietários morreriam de delirium tremens se a lessem. O Teófilo enganou-se. Destino o romance ao «Jornal do Comércio» de Lisboa porque lá há mais liberdade, e menos preitos de conveniências <sup>958</sup>.

Trata-se, pois, da mesma obra, com uma gestação de longos meses, caso que corrobora para contradizer a afirmação da imediatidade da escrita camiliana. No plano inicial, o livro parecia terminar na capital, com o historiar das deceções do deputado transmontano ante o confronto entre os padrões morais do viver lisboeta e os valores que aprendera na leitura dos «bacamartes». Além disso, se pensou, de início, dá-lo à publicidade em periódico portuense, o desenvolvimento do enredo fê-lo reconfigurar os seus propósitos. Segundo Camilo, a paleta das suscetibilidades, ou das eventuais resistências a aceitar a forma como problematizou ficcionalmente certos conteúdos, tinha mais tons em jornal do Porto do que em jornal de Lisboa. Além de que um dos visados no texto, Aires Gouveia, tinha nascido no Porto, e era filho de um negociante da cidade. Optou, então, por vender *A queda dum anjo* ao «Jornal do Comércio», periódico lisboeta, no qual saiu em folhetins, entre 30 de abril e 12 de agosto de 1865.

<sup>957</sup> C. de 12-05-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 476-477.

<sup>958</sup> C. de [abril de 1865]. In CASTELO BRANCO, 2002: 482.

Os folhetins foram reunidos em volume<sup>959</sup>, colocado no mercado livreiro, em finais de 1865. É o que se depreende da carta de Feliciano de Castilho para o escritor: «Delicioso Natal me deu V. Ex.ª com o presente do romance *A queda dum anjo*»<sup>960</sup>.

Em outras referências aos trabalhos que tinha em curso, emergia o tom de fastio, e até cansaço, que tais realizações lhe proporcionavam: «Estou escrevendo a respeito do Prior do Crato. Este Prior é uma amendoada de que lanço mão quando quero dormir» <sup>961</sup>.

Em registo diferente, evidenciava a sua inclinação para bem-dispor o destinatário. Nos inícios de 1868, andava a historiar peripécias de sucessivas gerações de uma família judaica, vinda de Castela e radicada no nosso país, desde o século XVI. Pela centúria de oitocentos, era patriarca da numerosa família Gervásio de Barros, abastado negociante portuense. O tempo da narrativa coincide com o período mais intenso da boémia do escritor na «Cidade Invicta» e arredores, tendo destaque, entre outras vivências, as jantaradas no Reimão e na Ponte da Pedra; o teatro lírico no São João; o convívio e os bailes das famílias e amigos dos sócios endinheirados da Assembleia Portuense; e as aventuras amorosas, quer em galanteios no Jardim de São Lázaro quer nas investidas noturnas às residências de jovens solteiras e senhoras casadas, que pouco tributo pagariam ao pudor e à honra.

Camilo recheou o enredo de lances de humor, alguns inspirados nas referidas reminiscências, que se revezam com episódios trágicos, para terminar o romance com este trecho lapidar, em que se adivinha a alusão à paternidade de Manuel Plácido: «*O dinheiro é sangue*. Um filho só pode ser filho de quem é seu pai, quando não herda oitenta contos de outro que foi casado com sua mãe» <sup>962</sup>. A dada altura da produção literária, não resistiu em fazer graça com Castilho acerca da obra, mandando dizer-lhe numa carta: «Estou escrevendo um romance chamado *O sangue*; mas não é bem um chouriço. É uma patacoada» <sup>963</sup>.

Concluído *O sangue*, iniciou *O retrato de Ricardina*, uma das obras que mais êxito veio a registar e que foi contratualizada para aparecer em folhetins no «Jornal do Comércio», de março a julho de 1868. Pela sexta tira da composição escrita, exprimia com ironia que o seu estado físico contaminaria por osmose os protagonistas que estava a criar: «Ressente-se o exórdio de umas dores de cabeça e peito que indispensavelmente se hão de comunicar aos personagens. O herói [Bernardo Moniz] será distinto pela enxaqueca, e a heroína [Ricardina Pimentel] há de funcionar com pulmão e meio hepatizados» <sup>964</sup>. E quando enviou um exemplar do livro a Feliciano de Castilho, teve este desabafo, mais demonstrativo do seu estado de espírito, naquele momento, do que propriamente sobre a qualidade do que acabara de produzir: «É mais uma escorregadela no plano inclinado da decadência» <sup>965</sup>.

<sup>959</sup> CASTELO BRANCO, 1866b.

<sup>&</sup>lt;sup>960</sup> C. de 02-01-1866. In COSTA, ed., 1924: 37-39.

<sup>961</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 281.

<sup>962</sup> CASTELO BRANCO, 1972: 264.

<sup>963</sup> C. de 08-01-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 378.

<sup>964</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 29-01-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 379-380.

<sup>965</sup> C. de 21-07-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 383.

As traduções eram trabalhos tediosos <sup>966</sup>, ocupavam-lhe muito tempo <sup>967</sup>, pouco lucrativos <sup>968</sup> e pouco suscitadores de ânimo para o trabalho literário: «Tenho trabalhado com tanto zelo como nunca empreguei em escritos originais. Mais de vinte vezes (tu decerto o crês) tenho desanimado, e dado de mão à tarefa: depois olho com pena para o trabalho feito, e refaço-me de brio e ânimo para recomeçar» <sup>969</sup>. Não nos surpreende, como já o afirmámos, que Ana Plácido prestasse uma inestimável colaboração ao escritor em tal tarefa, até pela simples razão de ter alguma prática em tradução de obras, sobretudo em língua francesa <sup>970</sup>. Nunca conseguiremos saber a real dimensão dessa colaboração, a não ser que também Ana Plácido se empenhou na difícil e morosa tradução do *Dicionário universal de educação e ensino*, de Émile M. Campagne.

Sem menosprezar as capacidades intelectuais de Ana Plácido, afigura-se-nos que a *marca* Camilo Castelo Branco, como tradutor, augurava melhores perspetivas de venda. Também parece irrefutável que os seus conhecimentos literários, o seu domínio da língua materna e sua intuição davam mais garantias de se alcançarem melhores resultados em trabalhos de tradução. Mesmo que a sua intervenção se restringisse a correções e a apuros de forma, Camilo viu, bem cedo, o seu nome associado a um considerável prestígio público. Era já essa ideia que ele transmitia a José Barbosa e Silva, por maio de 1858: «É de crer que uma tradução cuidadosa e fiel fosse bem acolhida, e, não o creio, mas diz o livreiro que o meu nome, como tradutor e algumas vezes anotador, lhe daria crédito» <sup>971</sup>.

As traduções não tinham precedência sobre os trabalhos de criação ficcional. Eram ocupações intelectuais temporárias, e não a sua principal incumbência: «Tenho trabalhado sobreposse a fim de concluir a *Formosa Lusitânia* até 15 do corrente. Estou farto disto, e já tenho vontade de escrever uma novela, a ver se ainda me lembro como se engana o público com maravalhas, que outros chamam maravilhas» <sup>972</sup>.

Após a conclusão das obras, teceu opiniões quanto aos resultados alcançados<sup>973</sup>. Estes juízos estão entre o contentamento moderado e as desvalorizações intencionais, visando com

<sup>966 «</sup>A doença e este tedioso trabalho de traduzir tão espalmada coisa, furtam-me alguns instantes de sereno espírito para escrever a V. Ex.<sup>a</sup>» (C. a António Feliciano de Castilho, de 03-02-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 401-402). 967 «Parece-me que eu te disse que aceitara o difícil cometimento de traduzir o *Génio do Cristianismo* de Chateaubriand. Fiz uma loucura, porque tal obra me empata o tempo sobejo para escrever seis volumes originais» (C. a José Barbosa e Silva, de [12-05-1858]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1112-1114); «Em 1873 traduzirei para a casa Chardron um *Dicionário de educação e ensino*, que me levará todo o ano» (C. de [07-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 430). 968 «O que mais me desfalece é a ideia do preço que justei, ou que me marcaram: 200\$000 réis. Trabalho de seis meses, o mínimo, por tal preço é impossível. Ontem fiz sentir ao [Cruz] Coutinho a pequenez da paga e a grandeza do trabalho» (C. a José Barbosa e Silva, de [12-05-1858]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1112-1114).

<sup>&</sup>lt;sup>969</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [12-05-1858]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1112-1114.

<sup>&</sup>lt;sup>970</sup> Sobre as traduções realizadas e a produção de originais da autoria de Ana Augusta Plácido, consulte-se SILVA, 1867: 67: 1911: 157: 1923: 89-92.

<sup>971</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [12-05-1858]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1112-1114.

<sup>972</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 01-03-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 560.

<sup>&</sup>lt;sup>973</sup> Talvez para se livrar de mais trabalhos, por algum recato, mesmo junto do editor, em redigir textos promocionais das suas produções, por entender que a promoção da obra competia ao editor ou porque o seu escrito não necessitava de anúncios publicitários, o romancista escusou-se ao pedido de Chardron: «Não poderei, meu amigo, ser o redator

estas obter do destinatário, na volta do correio, uma consideração mais laudatória, que Camilo tinha necessidade de ouvir ou consciência de ser merecedor.

A primeira obra escrita em São Miguel de Seide, *Amor de salvação*, foi enviada para o gerente da Casa Moré, em finais de fevereiro de 1864, com indicações ao editor de que a pretendia, graficamente, no «formato e tipo do outro *Amor*». Em termos de conteúdo, declarava: «Estou contente do escrito e não o anteponho a todos os outros livros para não usurpar o que é da crítica, e mais que tudo do parecer de V. S.ª» <sup>974</sup>. No final da carta, pediu a José Gomes Monteiro que, após a leitura do manuscrito, lhe desse o seu parecer. O editor não tinha deste *Amor* melhor conceito do que daquele que formara acerca de *Amor de perdição*, mas o que escritor desejava era que o leitor comum o recebesse bem e que a editora tivesse bons resultados na respetiva comercialização. Mantinha a sua avaliação e as expectativas sobre a obra: «É um género que não moraliza tanto, mas lisonjeia mais os espíritos frívolos e feitos no romance francês. Veremos. Eu esperava quase nada do *Amor de perdição*. Se me enganar agora como me enganei com o outro, fica uma coisa pela outra» <sup>975</sup>.

Tendo sido publicada *Cavar em ruínas*, a história da pungente autocensura e demência de Balbina, que vivia atormentada pelo adultério cometido com o padre Hilário, Camilo augurou para a novela um futuro pouco auspicioso: «É mais um pedaço de papel atirado aos colmilhos do minotauro do esquecimento» <sup>976</sup>. Do esquecimento, procurou retirar o enredo de *O senhor do Paço de Ninães*, uma novela histórica com base nas informações de um rol de fidalgos cativos em Alcácer Quibir, e nas inscrições de uma lápide então existente na sacristia da Igreja do Mosteiro de Landim; era também outra prova da interpretação muito pessoal e apaixonada das fontes camilianas <sup>977</sup>. O romancista apelidou-a de «coisa desses sítios», por vários episódios se desenrolarem em cenários convizinhos de Seide (Landim, Ninães e Pouve), e aí se evidenciava, mais uma vez, a interpretação camiliana das fontes: muito pessoal e sempre apaixonada pelos documentos. Para o autor, *O senhor do Paço de Ninães* é «História à Dumas, muito mais exata e esclarecida que a História à Rui de Pina. A História de Portugal é preciso inventá-la, senão a escola do A. Herculano tira-nos o apetite de a saber» <sup>978</sup>.

As lucubrações sobre as suas produções ficcionais também aconteceram em outros momentos da atividade literária. Relembremos, apenas, os seguintes casos. Ao propor à Casa Moré a edição de *Mistérios de Fafe*, e reconhecendo que se vivia uma época pouco prometedora de bons resultados para os negócios literários, Camilo fazia saber que o enredo novelesco, contendo «adultérios, homicídios, missionários e outros cirros sociais» <sup>979</sup>, formava

dos reclames, porque me é impossível escrever a respeito dos meus livros uma palavra favorável» (C. de 28-03-1883. In CABRAL, 1939: 98-99).

<sup>&</sup>lt;sup>974</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 26-02-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 474-475.

<sup>975</sup> C. de 12-05-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 476-477.

<sup>976</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [14-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 351-352.

<sup>977</sup> ROCHETA, 2007: 7-29.

<sup>978</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 23-12-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 356-357.

<sup>979</sup> CASTELO BRANCO, 1877: 5. «Aviso às pessoas incautas».

um livro «extremamente sério, como se infere do título; mas assim mesmo abunda em moral bastante a regenerar dez famílias derrancadas. [...]. É todo de fantasia sem ser inverosímil» Quando enviou A espada de Alexandre a Feliciano de Castilho, achava-a «uma tolice despretensiosa» Afirmou que o prefácio para a tradução de Pio IX: sua vida, sua história e seu século, de Villefranche, feita por Ana Plácido, era «uma coisa insignificante»: «Lá verá» A narrativa de O general Carlos Ribeiro não lhe parecia ser uns dos seus «escritos mais infelizes» E também não lhe descontentava Vulcões de lama, mas havia que aguardar pela reação do público 984.

Quer na expectativa de aguardar a resposta do público quer na esperança de ir ao encontro das exigências dos leitores, Camilo fez um comentário geral a Carlos Ramiro Coutinho sobre a sua atividade de escritor, que, longe de corresponder à realidade, reduz os escritos ficcionais a modelos de Literatura amena e os seus ledores ao género feminino e a empregados de comércio: «Eu, pobre homem que levei uma vida obscura na safra dos artefactos inocentíssimos com que mulheres e caixeiros se recreavam, decerto vou para o céu ouvir eternas músicas. Que maçada me espera, ó Carlos!» 985. Esta autocrítica tem de ser entendida, por todas as razões, como um autoelogio: a valorização das suas próprias produções literárias e a noção do romancista de que o leque dos leitores da prosa camiliana era bem mais eclético.

Mereceram-lhe encómios e reparos o aspeto gráfico e o formato das obras que saíam das tipografias para serem colocados no mercado.

Não lhe pareceu mal a edição da obra *As três irmãs* (1862), apesar da falta de um verbo na dedicatória, com a qual o sentido de um período ficou mais difícil de captar: «É o mesmo. A maioria dos leitores tanto entende assim sem verbo como com três» <sup>986</sup>. E, no final do mês de janeiro, dizia ao editor que se admirava de a obra ter tão pouca saída. Era, afinal, «um livro tão moral!» <sup>987</sup>, com forte marca religiosa, celebrando os valores do trabalho e da pobreza: valores obreiros de virtudes que enobrecem e dignificam. Por que razão a história que contava as vidas de Eulália, Maria e Jerónima, filhas de Joaquim Luís, «comerciante de honrada fama e créditos abastados» <sup>988</sup>, e com a qual Camilo fazia a apologia de valores morais, registava um número tão escasso de vendas? Camilo disse o porquê a José Gomes Monteiro: «Acho que é por isso» <sup>989</sup>.

<sup>980</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 24-08-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 488.

<sup>981</sup> C. de 15-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 417.

<sup>982</sup> C. ao padre Sena Freitas, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 768.

<sup>983</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [10-01-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 202.

<sup>&</sup>lt;sup>984</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 01-12-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 257-258.

<sup>&</sup>lt;sup>985</sup> C. de [1873]. In CASTELO BRANCO, 2012: 127-128.

<sup>&</sup>lt;sup>986</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1862]. In CASTELO BRANCO, 2002: 536-537. A obra *As três irmās* é dedicada a António José Antunes Navarro, Visconde de Lagoaça. Na página 7, consta, assim, no texto da dedicatória: «Voltam os escritores os seus livros nas árvores genealógicas, ou a mandá-los como bilhete de cumprimento aos salões-de-espera dos magnatas dinheirosos?» Há, na verdade, a ausência de uma forma verbal entre «os escritores» e «os seus livros».

<sup>987</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 25-01-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 463-464.

<sup>988</sup> CASTELO BRANCO, 1862b: 21.

<sup>989</sup> C. de 25-[01]-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 463-464.

O conjunto das oito narrativas reunidas sob o título *Novelas do Minho*, «um variado painel da vida minhota contemporânea e do seu pseudobucolismo»<sup>990</sup>, foi editado, em doze fascículos mensais, entre 1875 e 1877. Depois de sair o oitavo volume, a conclusão de *Maria Moisés*, Camilo redigiu *O degredado*. Aí contava as aventuras de um almocreve da Samardã, degredado em Moçambique, onde, por façanhas político-militares, foi indultado, autorizado a regressar à pátria e feito comendador. Para o escritor, tratava-se de uma biografia «fundamentalmente verídica», «bem de molde para estes tempos», e «escreve-se assim para que os superficiais aprendam pelo menos a índole da sua época»<sup>991</sup>.

Junto de Matos Moreira, Camilo congratulava-se por saber que os «livrinhos» estavam a agradar. Mas informava-o de que os editores do Porto se queixavam da «pequenez dos opúsculos». E concluía: «Não é mau sinal; mas a meu ver este público não tarda a dizer que V. Ex.ª e eu, somos uns ladrões» <sup>992</sup>.

Em resposta a *Le Portugal à vol d'oiseau*<sup>993</sup>, no qual se tecem considerações sobre Portugal e os portugueses, Ernesto Chardron editou a resposta de Camilo, em que expunha o que reprovava no livro. Tal como referiu à filha Bernardina Amélia, o folheto *A senhora Rattazzi* foi «uma sova monumental»<sup>994</sup> na autora da obra. Por voltas desconhecidas, o correio fez chegar às mãos da filha, e não de Camilo, uma carta de pessoa anónima a descompô-lo: «Chamava-me burro, e dizia que a minha resposta à Rattazzi era uma *bergonha*. Este ou esta pessoa que defende a princesa não tem tanta ortografia como razão»<sup>995</sup>. Quanto ao opúsculo, achou-o «muito magro e pouco engraçado». O formato era «feiíssimo». Tão poucas páginas não justificavam um formato tamanho, e até a gratificação feita por Chardron estava bem acima do «mérito do folheto»<sup>996</sup>.

## 3.1.5.3. Entre a consciência do escritor e os escrúpulos do editor

A crítica podia trazer benefícios em ordem a aumentar o interesse do público pelas obras produzidas, e, também com isso, fazer exponenciar a procura e as vendas. Neste sentido, podemos referir o que se passou com dois títulos camilianos: *A infanta capelista* e *A caveira da mártir*.

Entre 1870 e 1885, o romancista desencadeou e manteve uma luta acérrima tendo em vista a sua nobilitação<sup>997</sup>. As duas primeiras tentativas nesse sentido tiveram o indeferimento do monarca. Sobre o primeiro despacho contrário ao pedido, o Paço incumbiu D. António Alves Martins de informar o escritor do real motivo por que fora desatendida a vontade do

<sup>990</sup> MARTINS, 2006: 7.

<sup>991</sup> C. a Matos Moreira, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 714.

<sup>&</sup>lt;sup>992</sup> C. de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 714.

<sup>&</sup>lt;sup>993</sup> RATTAZZI, 1879.

<sup>994</sup> C. de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 19-20.

<sup>995</sup> C. de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 20-21.

<sup>996</sup> C. a Chardron, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 1994: 926-927.

<sup>997</sup> Entre os biógrafos camilianos que se debruçaram sobre o tema, merece-nos especial destaque: CABRAL, 1997b: 115-156.

súbdito: «el-rei não lhe dá o título que você pretende, porque você não é casado, e diz que você vive em mancebia» Quando do segundo indeferimento, Camilo foi visitado por Bento de Freitas Soares, governador civil do Porto, em novembro de 1871, para lhe dar conhecimento do que o ministro do reino lhe referira acerca da solicitação do romancista:

É o seguinte textualmente: Diga ao Camilo que o título em duas vidas lhe não pode ser dado, porque ele não tem filho legítimo. Diga-lhe que o Almeida Garrett nunca pudera obter semelhante graça, a despeito de grandes esforços. Diga-lhe, que, se ele quer o título em uma vida, lhe será dado; e que se ele casar com a mãe do seu filho, lhe será nas duas<sup>999</sup>.

Achando-se com razão, Camilo era pouco afeito a digestões fáceis destes labéus. E a forma mais afoita com que decidiu refutar as explicações do rei foi investir contra a progénie dos Bragança, recenseando-lhes indecoros conjugais e fraquezas morais para os expor irrisoriamente ao conhecimento e julgamento público.

Em inícios de novembro de 1871, Camilo inteirava Feliciano de Castilho da sua atividade literária: «Estou escrevendo às migalhas um romance chamado a *Infanta capelista*<sup>1000</sup>. Se vier a lume, deve ser pendurado nos in-fólios genealógicos da Casa de Bragança, que Deus guarde, e nos não esperdice a nós»<sup>1001</sup>. E, poucos dias depois, solicitou ao mesmo destinatário que lhe relevasse a circunstância de não desistir das «brincadeiras literárias»<sup>1002</sup> em que estava empenhado, porque sentia que fora ultrajado pelo rei.

Em paralelo às informações e intenções partilhadas em foro privado, a imprensa periódica publicitou, no mesmo mês, que o «fecundíssimo» escritor ia editar outra «pérola para a sua coroa de romancista», intitulada *A infanta capelista*<sup>1003</sup>. Se esta notícia parecia pouco elucidativa quanto aos enredos, a que surgiu em «O Primeiro de Janeiro», alguns dias depois, era bem mais substanciosa do que estava a ser redigido por Camilo: «Escândalo piramidal será portanto o novo romance do autor da *Queda dum anjo* [...], uma história inocente como o ácido prússico e flácida como as cerdas de um javali [...], Seja como for, coisa de fazer rir afiançamos nós que há de ser o livro»<sup>1004</sup>. Em meados de fevereiro do ano seguinte, outro jornal dava nota de que a impressão da obra se achava quase concluída<sup>1005</sup>. Na verdade, pouco nos admiraria que fosse o próprio Camilo a lançar, engenhosa e objetivamente, na imprensa, apontamentos noticiosos sobre os andamentos das produções que tinha em mãos,

<sup>998</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 16-12-1873. In CASTELO BRANCO, 1994: 1148-1149.

<sup>999</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 13-11-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 398-399.

<sup>&</sup>lt;sup>1000</sup> Sabemos, por missiva a José Gomes Monteiro, que Camilo já tinha principiado este «romance de fôlego», nos inícios do ano (C. de 06-02-1871. In CHAVES, *ed.*, 2002: 106).

<sup>&</sup>lt;sup>1001</sup> C. de 03-11-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 397-398.

<sup>&</sup>lt;sup>1002</sup> C. de 13-11-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 398-399.

<sup>1003 «</sup>A Revolução de Setembro», 8 nov. 1871: 2.

<sup>1004</sup> MOREIRA, [D. L. 1963]: 23.

<sup>1005 «</sup>Diário da Tarde», 12 fev. 1872: 1.

de modo a atrair mais atenções e a criar um ambiente favorável ao aparecimento das suas obras nas livrarias.

Dado o prestígio de que o romancista gozava no Brasil, era natural que também na imprensa brasileira fosse feito eco dos trabalhos do romancista, nomeadamente, do aparecimento, em breve, de *A infanta capelista* e sobre a história narrada.

Entretanto, há um episódio que veio embaraçar todos estes propósitos. Na fase de ultimação do livro, D. Pedro II chegou ao Porto. A 2 de março de 1872, o imperador do Brasil visitou Camilo, na Rua de São Lázaro, onde, então, residia o escritor. Sabe-se quem esteve presente nesse encontro e o que o romancista ofereceu a D. Pedro II, mas desconhecemos o teor das impressões trocadas entre ambos.

Após a visita, Camilo ficou indeciso quanto ao destino a dar ao que já fora impresso da *Infanta capelista*. Estavam prontas oito folhas, correspondentes a 128 páginas, *in* 8.º, para uma edição de autor de três mil exemplares. Não se sentiria bem com a sua consciência se lançasse no mercado um desfiar de aviltamentos, tendo como protagonista D. Maria José de Portugal, suposta filha ilegítima de D. Miguel e prima do imperador D. Pedro II.

Escreveu, então, a Feliciano de Castilho, a desabafar e a pedir-lhe conselhos:

Diga-me V. Ex.ª: o aparecer um romance meu, relatando uma por uma as tradições vilipendiosas da casa de Bragança, desde o fundador da atual dinastia, não será feia ingratidão naquele que recebeu do imperador o maior testemunho ou estima? Se eu, em minha humildade, visitasse um outro, e ele me esbofeteasse publicando a vida repreensível de meus avós, que nome daria eu ao vilão? Que me diz V. Ex.ª? Aconselhe-me. [...] Figura-se-me que me choraria a alma, se um dia o imperador lesse o romance e dissesse: «Visitei este homem, que por amor de mim não respeitou as cinzas dos mortos e as fraquezas dos vivos»<sup>1006</sup>.

Castilho, que tinha sido nobilitado em maio de 1870, só poderia recomendar a desistência do projeto e a sua destruição, e nisso era secundado por outras pessoas<sup>1007</sup>. Camilo aceitou os conselhos e o que lhe ditavam os seus escrúpulos. Mandou eliminar todo o papel impresso, e liquidou as despesas na tipografia de António José Teixeira: «A consciência entrou-me pela algibeira. Perdi muito, cavei dificuldades, mas sinto-me bem comigo»<sup>1008</sup>. De todo o material, preservou apenas um exemplar, com um fim específico: «reservarei um para o ler a V. Ex.ª, a ser queimado na nossa presença»<sup>1009</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1006</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 17-03-1872. In CHAVES, ed., 2002: 117.

<sup>&</sup>lt;sup>1007</sup> [José Gomes Monteiro] «era de parecer que o imperador não devia saber que eu escrevera e rasgara *A infanta*» (C. a António Feliciano de Castilho, de 25-03-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 403).

<sup>1008</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 1994: 541-542.

<sup>1009 (</sup>C. a António Feliciano de Castilho, de 17-03-1872. In CHAVES, *ed.*, 2002: 117). Mais de um ano e meio depois, ao escrever ao Visconde de Ouguela, o romancista dizia ao destinatário que ia procurar o exemplar da *Infanta*. Tinha para si, porém, que Ana Plácido o queimara, quando se apercebeu que Camilo tinha a intenção de reimprimi-la: «receou que o governo me prendesse. A tua situação tinha-a espavorido. Desconfio-o porque perguntando-lhe onde

Cremos que Camilo se desleixou por completo no controlo do processo de destruição das impressões tipográficas, o que deu origem à sua maior raridade bibliográfica. É bem provável que nunca viesse a ter esta perceção 1010, até porque, ao referir-se às críticas feitas ao *Carrasco de Vítor Hugo José Alves*, nas quais se consignava que este romance era o da *Infanta capelista*, apenas com outro título, Camilo disse a José Gomes Monteiro: «Em tudo aquilo há 3 inocentes capítulos do *romance queimado*» 1011.

Conquanto não seja objeto deste estudo, é de referir que Camilo utilizou, com poucas variantes, o texto de *A infanta capelista* para produzir *O carrasco de Vítor Hugo José Alves*, que foi publicado pela Livraria Chardron, em julho de 1872<sup>1012</sup>. Contou-o a Vieira de Castro: «Aproveitei grande parte da *Infanta* — tudo que não embarrava pelo trono; mas ainda assim não lhe expungi algumas ironias que me hão de custar injúrias dos abjetos que são os cardumes à volta do rei»<sup>1013</sup>.

Temos, pois, duas versões do romancista: uma, em que diz ter reproduzido apenas «3 inocentes capítulos», e outra, em que aproveitou «grande parte da *Infanta*». A imprensa periódica, de julho e agosto de 1872, espelhou estas versões. Com uma convição surpreendente, sobretudo porque apresentava uma colagem completa à primeira explicação camiliana e parecia estar muito bem informado quanto aos motivos por que Camilo não colocou a *Infanta* no mercado, o «Diário Ilustrado» informava os seus leitores:

Sabemos, e gostosos nos apressamos em declará-lo, que o notabilíssimo romance — O carrasco de Vítor Hugo José Alves — não é reprodução da Infanta Capelista.

Desse primeiro romance inutilizado pelo autor por motivos sobremodos honrados e honrosos não se aproveitaram para o recente volume senão três capítulos.

Devíamos à verdade e à justiça não menos que ao respeitoso afeto que sempre tributámos ao glorioso fundador da novela nacional, esta verídica declaração  $^{1014}$ .

O mesmo «Diário Ilustrado» incluiu nas suas páginas, dias depois, um folhetim de Cristóvão de Sá a desdizer a declaração acima transcrita<sup>1015</sup>. Sobre as afirmações proferidas pelo periodista, Camilo comentou com Feliciano de Castilho:

O do Sr. Cristóvão Sá, acerca do Carrasco, é bom em tudo, salvo na indelicadeza com que denuncia no Carrasco a Infanta. Como quer que seja, a gente deve acatar a inviolabilidade

tem no Porto o exemplar me disse que não sabia. Nada se perdeu, senão uma hora de leitura menos fastidiosa para ti» (C. de 04-10-1873. In CASTELO BRANCO, 2012: 136-137).

<sup>&</sup>lt;sup>1010</sup> Sobre o percurso das oito folhas, dos três mil exemplares, aconselhamos a consulta de MARQUES, 1894: 66-67; SEQUEIRA, 1916: 21-32.

<sup>&</sup>lt;sup>1011</sup> C. de 20-06-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 501-502. Itálicos nossos.

<sup>&</sup>lt;sup>1012</sup> Novo Romance, 18 jul. 1872: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>1013</sup> C. de [1872]. In CASTELO BRANCO, 1994: 541-542.

<sup>1014 «</sup>Diário Ilustrado», 27 jul. 1872: 3.

<sup>1015 «</sup>Diário Ilustrado», 1 ago. 1872: 2.

da crítica, e ainda mais a abjeção dos críticos, quando nos livros unhados se desatendem reis e fardas. É uma questão de librés<sup>1016</sup>.

Gostaríamos de salientar que o aproveitamento da narrativa de *A infanta capelista* para a produção de outra obra com título diferente, *O carrasco de Vítor Hugo José Alves*, pode escudar-se numa razão desconhecida por aqueles que disferem ataques à honorabilidade de Camilo. O que nos parece muito mais digna de crédito é a hipótese de Camilo se ter equivocado na consulta do folheto para atacar a Casa de Bragança. Se tivesse tido acesso a outro folheto, não idealizaria a *Infanta*.

Em 1875 e 1876, Matos Moreira editou *A caveira da mártir*, em três tomos, o último dos romances históricos de uma trilogia constituída por *O regicida* (1874) e *A filha do regicida* (1875), com a qual Camilo continuava a alimentar a sua ofensiva contra a dinastia brigantina. Nada de extraordinário haveria a registar no processo de venda de mais um título camiliano se a obra não viesse a ser retirada do comércio pelo editor e queimada, em 1876. Camilo explicou a razão a Carlos Ramiro Coutinho: «foi retirada do mercado pelo editor, porque uns padres lhe disseram que a obra era ímpia, e o meu editor é pio»<sup>1017</sup>. Para o romancista, os «escrúpulos religiosos»<sup>1018</sup> de Matos Moreira tinham-se-lhe aflorado porque a honradez e conscienciosidade o levaram ao extremo de supor que seria contrário à religião «um livro onde se pintavam no mosteiro de Odivelas algumas freiras frágeis em amor e uma delas amante de el-rei D. João V». O escritor respeitou as reservas do editor, e assentiu que «os três tomos fossem queimados, tirando a salvo que o não queimassem a ele»<sup>1019</sup>. Mas custava-lhe compreender tal «destino ardente», porque dava, por certo, que um romancista não estava sujeito a ter mais recato na construção de narrativas literárias do que os historiadores nas prosas sobre a conduta das conventuais de Odivelas.

Queimar a edição não trouxe, no nosso entendimento, prejuízos a Camilo, que terá recebido os honorários pela propriedade da obra. Porém, é no mínimo estranho que a suspensão de uma obra, por opção do editor, tenha suscitado a preocupação do escritor sobre as perdas monetárias do seu editor. Imaginando que, ao tornar-se fruto proibido, a obra suscitasse maior curiosidade e interesse público, o romancista preveniu Matos Moreira das desastrosas consequências comerciais da decisão:

A caveira da mártir adquiriu grande reputação desde que se tornou pomo vedado. Sei que alguns tolos têm pago os 3 volumes a 4500 réis<sup>1020</sup>. Queira Deus que contra a vontade do Sr. Tavares<sup>1021</sup>, não apareça para aí alguma fraude. É preciso prevenir-se contra contrafações.

<sup>&</sup>lt;sup>1016</sup> C. de 15-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 408-409.

<sup>&</sup>lt;sup>1017</sup> C. de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 202.

<sup>1018</sup> CRASTO, 1883: 23.

<sup>&</sup>lt;sup>1019</sup> A respeito da «caveira da mártir», 1879: 1.

<sup>1020</sup> Este montante correspondia ao triplo do preço de comercialização da obra: \$500 réis por volume.

<sup>1021</sup> No verso da folha de rosto do 1.º, 2.º e 3.º tomos, encontra-se impressa a seguinte referência: «A propriedade desta obra, no Brasil, pertence a Henrique de Araújo Godinho Tavares, súbdito daquele império».

No Porto há mariolas capazes disso, não designando o local de impressão, e vendendo a obra clandestinamente<sup>1022</sup>.

A caveira não passou pelos prelos portuenses. Veio a ser reimpressa no Brasil, em 1884<sup>1023</sup>, e constitui uma das várias contrafações brasileiras de títulos camilianos. Seria a única reprodução fraudulenta desta obra camiliana, ou houve outras? Ficam-nos dúvidas porque, ao cartear-se com Joaquim Ferreira Moutinho, três anos depois, em 1887, Camilo informou o destinatário de que oferecera um exemplar ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, acrescentando a seguinte informação: «Reimprimiu-se no Rio há 6 meses»<sup>1024</sup>. Embora tenha certa fama quanto a lapsos cronológicos, não é crível que Camilo confundisse o período de três anos com o de seis meses. Porém, há algo de errado nas indicações fornecidas por ele. Consultámos algumas das principais bibliografias camilianas e os mais importantes catálogos de leilões de obras do romancista. Realizámos pesquisas nos catálogos em linha das mais importantes bibliotecas portuguesas e do Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro. Não encontrámos qualquer edição de *A caveira da mártir*, surgida no mercado em finais de 1886 ou em inícios do ano seguinte.

Retirar das livrarias a obra de um autor e queimá-la era um facto que ia para além das apreciações críticas à forma ou ao conteúdo do trabalho literário em si. A obra deixava de ser analisada pelos parâmetros consabidos para ser exercido sobre ela o pior dos atos censórios: a pilha e a fogueira. Porque não reagiu Camilo veementemente à decisão de Matos Moreira? Que razão substancial originou que se mantivesse quase silencioso sobre o caso? Houve acordo entre ambos?

Talvez tenha havido combinação para duplo benefício. Na penumbra do mercado, o editor poderia vender parte das obras retiradas das chamas a um preço bem mais elevado do que o seu valor real. Favorecia-o a especulação, e, por esse processo pouco virtuoso, era indemnizado dos gastos em honorários e em impressão. Por seu turno, Camilo via aplicar-se um refrigério nas possíveis más interpretações das suas violentas investidas contra os Bragança. Ou seja, a suspensão da obra acabava indiretamente por lhe ser favorável, já que, na luta que encetara pela atribuição do título de visconde, era da maior imprevidência que a exasperação contra a Casa Real o levasse a deixar na obra e, por consequência, na opinião pública, um histórico de agressividade muito desvantajoso para as suas pretensões.

## 3.1.5.4. A crítica de amigos e de terceiros e a receção do público

Antes de fazermos uma breve análise do reflexo na correspondência da receção crítica aos textos camilianos, a questão merece-nos uma pequena nota inicial.

<sup>&</sup>lt;sup>1022</sup> C. a Matos Moreira, de 29-05-1876. In «Seara Nova», 17 abr. 1948: 216.

<sup>&</sup>lt;sup>1023</sup> SANTOS, 1916-1926: 167-168.

<sup>&</sup>lt;sup>1024</sup> C. de 06-06-1887. In CABRAL, 1924: 142-143.

Não sendo impermeável às críticas, nem mantendo o ouvido cerrado às sugestões que lhe eram apresentadas, julgamos que o romancista tinha noção do seu valor como esteta, e entendia que, mesmo que fosse alvo das apreciações mais cáusticas, a crítica não conseguiria soçobrar-lhe o prestígio. Tenhamos como fundamento da nossa afirmação o posicionamento epistolar de Camilo ante Feliciano de Castilho na questão faustiana. Como referimos, aquando da publicação da tradução em língua portuguesa de *Fausto*, de Goethe, várias vozes vieram a terreiro tecer severas críticas a Castilho e ao trabalho produzido. Camilo encorajou o autor a menosprezar os ataques que alguns «foliculários» lhe dirigiam, por não terem bases suficientes para atentar contra o seu prestígio e a sua obra. O génio do poeta não se poderia sentir nem amesquinhado nem beliscado pelo «esparregado de beldroegas» das vozes detratoras a quem escasseava a erudição, talento e autoridade:

Sossegue V. Ex.ª, que os couces não lhe ferem a sombra da glória, e pelo amor de Deus não me diga que quebrou a pena. Isso está abaixo dos pés de V. Ex.ª. Não dê esse regalão aos patifes: olhe que vai nisso desdouro para V. Ex.ª e para nós os discípulos alimentados na superabundância da sua seiva, e ricos das joias que V. Ex.ª por aí atirou às rebatinhas, embora algumas lhe andem afocinhadas. Dignidade de rei, meu amigo, mas rei ungido pela divina graça do génio 1025!

E mesmo nos casos em que a opinião sobre os trabalhos de Castilho demorasse a ser emitida por aqueles a quem competia fazê-lo, sobretudo por respeito intelectual e dever profissional, Camilo aconselhava-o a que isso não lhe incutisse constrangimento 1026. O silêncio não traduzia forçosamente desconsideração, quer pela sua pessoa quer pelo «eminentíssimo escritor». No caso específico em que Alberto Pimentel, por ser muito ocupado, e José Gomes Monteiro, por ser «descuidadíssimo», se mostravam demasiado vagarosos em informá-lo sobre o merecimento de determinado trabalho literário de Castilho, este tinha de desengravecer tal mudez: «Afinal, V. Ex.ª verá que não é nada: é quando muito uma coisa muito vulgar e muito portuguesa que se chama *incivilidade*» 1027.

Ao longo da atividade literária de Camilo, a sua imensa e variada bibliografia deu origem, como é natural, às mais díspares reações dos leitores coevos, materializadas em críticas abonatórias, desfavoráveis ou hostis<sup>1028</sup>. Estas receções às produções camilianas e as

<sup>1025</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [05-07-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 406-407.

<sup>1026</sup> Camilo também enviava manuscritos de sua autoria para leitura e apreciação de pessoas que lhe eram mais chegadas: «Desejo que V. Ex.ª, se tiver duas horas de vagar e pachorra, leia o manuscrito que lhe remeto, e ajuste dele com a sua lisa crítica e desprendimento de considerações com Soropita, que é morto, e com o anotador que morto é também no órgão da vaidade» (C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 03-02-1867. In CABRAL, 1922: 138-140). E, pelo menos, uma vez, como já referimos neste trabalho, pediu a devolução do que enviara.

<sup>&</sup>lt;sup>1027</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [05-07-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 406-407.

<sup>1028</sup> Indicamos algumas publicações que poderão facultar ao investigador uma compilação bibliográfica muito exaustiva de livros e periódicos sobre Camilo Castelo Branco, publicados em vida do romancista: SANTOS, org., 1939: 230-482; FERREIRA, org., 1968. Há também antologias relevantes para esse recenseamento de obras e artigos em publicações periódicas: AZEVEDO, 2016; MOUTINHO, ed., 2015.

respostas que originavam<sup>1029</sup> tinham como palcos prioritários obras de diferentes géneros<sup>1030</sup> e, de modo abundante, a imprensa periódica<sup>1031</sup>. Algumas foram tendo repercussão espontânea na sua epistolografia, espicaçando-lhe, na maioria dos casos, o agradecimento sentido às palavras elogiosas, o dito jocoso sobre os conteúdos depreciativos e a graça desconcertante, num caso ou noutro, acerca dos seus autores.

Amigos mais próximos escreveram ao romancista a dar-lhe os seus pareceres<sup>1032</sup>. Feliciano de Castilho recebera de Camilo a oferta de um exemplar da segunda edição de *Um livro* (1858), e respondeu-lhe. Em termos gerais, o poeta entendia que a versificação não era má e que esse facto não era impeditivo da obra receber louvores. Porém, «a falta de lima devida à falta de tempo, deixou na obra aqui ou acolá algumas asperezas»<sup>1033</sup>, que não teria sido difícil de «desbastar». Poucos dias depois, Camilo dirigiu-se ao amigo a agradecer mais uma lição sobre os seus escritos. Não lhe eram estranhos os defeitos apontados por Castilho, mas escasseara-lhe a paciência para se dedicar a tal tarefa: «A minha poesia é meramente a da prosa, ainda assim. Deus me livre de tentar hoje um livro de versos, a não ser uma longa sátira»<sup>1034</sup>.

Dirigiu-se ao redator de «O Jornal do Povo» a agradecer a estima dada ao livro *Os brilhantes do brasileiro* (1869), e mais grato lhe estava por julgar que a publicação só tinha «uma

<sup>1029</sup> Os prefácios das edições camilianas registavam, por vezes, as redarguições de Camilo. O da segunda edição de *Memórias do cárcere* (1864) torna-se interessante pela circunstância de o escritor se pronunciar acerca de alguns dos vários ângulos de apreciação das suas obras: o «desconceito que algumas pessoas votaram o livro» rebatido pelo «favorável [...] parecer de outras», os «inimigos mais estúpidos que maus quiseram ver» o que ali, na verdade, não fora escrito, e a imprensa periódica que lhe foi «benigna».

<sup>1030</sup> Aconteceu, por exemplo, com Eça de Queirós. Sem referir, de modo direto, o nome de Camilo, o escritor realista desferiu-lhe um ataque no prefácio ao livro Azulejos (1886), de Bernardo Pindela, a que Camilo respondeu com o artigo «Procissão dos moribundos», em «As Novidades», periódico lisboeta, em maio de 1887. A situação teve outras continuidades que consideramos desnecessário dar aqui esmiuçamento.

<sup>1031</sup> Praticamente desde o início da sua carreira literária, as avaliações críticas dos textos camilianos apareceram em muitas publicações periódicas. Elencamos alguns casos: AURELIANO, 1849: 1; BIESTER, 1859: 583-586; SÁ, 1872: 2; VIEIRA, 1882: 2-3; CALDAS, 1883: 41-49; BENALCANFOR, 1883: 49-51; ACÁCIO, 1884: 1-2.

<sup>1032</sup> No acervo epistolográfico da Casa de Camilo, existem missivas endereçadas a Camilo, nas quais os remetentes das suas relações se referem aos seus atributos de escritor e aos seus trabalhos literários. Enumeramos, a título de exemplo, Abel Acácio Botelho (carta n.º 22), Alberto Braga (cartas n.º 58 e 59), Gaspar Nuñez de Arce (carta n.º 63), José de Azevedo e Menezes (carta n.º 74), padre António José de Azevedo (carta n.º 86), António Ferreira Barata (carta n.º 109), António de Azevedo Castelo Branco (carta n.º 192), José de Azevedo Castelo Branco (carta n.º 202), Joaquim Firmino da Cunha Reis (carta n.º 235), Cunha Viana (carta n.º 237), Fernando Palha (cartas n.ºs 276 e 277), Fialho de Almeida (carta n.º 303), Francisco Palha (carta n.º 306), Francisco Gomes de Amorim (carta n.º 322), Marquês da Graciosa (carta n.º 335), Guerra Junqueiro (cartas n.º 339 e 340), Guiomar Torresão (carta n.º 350), João Arroyo (carta n.º 356), Joaquim de Araújo (carta n.º 362), José Caldas (carta n.º 372), Júlio de Castilho (carta n.º 379), José da Fonseca Lage (carta n.º 383), José N. Lima (carta n.º 391), Luís Guimarães (carta n.º 418), Manuel Carneiro (carta n.º 424), Melo Freitas (carta n.º 460), Maria José Furtado de Mendonça (carta n.º 465), António Luís Cardoso de Menezes (carta n.º 468), Francisco Ribeiro Pinto de Morais (carta n.º 490), Carlos Ramiro Coutinho (cartas n.º 553, 593 e 611), Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela (carta n.º 684), Bernardo Pinheiro Correia de Melo e Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada (carta n.º 692), Pinho Leal (carta n.º 699), padre Ricardo Simões dos Reis (carta n.º 717), Visconde de Benalcanfor (carta n.º 722), António Alexandrino da Silva (carta n.º 761), D. G. Nogueira Soares (carta n.º 773), Francisco Teixeira de Queirós (carta n.º 784), Tomás Ribeiro (cartas n.ºs 788, 789, 802, 853 e 858), José Francisco Trindade Coelho (cartas n.ºs 866, 867 e 872), Valentim Guimarães (carta n.º 877), Carlos Jorge (carta n.º 918), Júlia Lopes (carta n.º 937) e Tomás de Carvalho (carta n.º 946).

<sup>&</sup>lt;sup>1033</sup> C. a Camilo, de 23-12-1865. In COSTA, ed., 1924: 30-34.

<sup>&</sup>lt;sup>1034</sup> C. de 28-12-1865. In CASTELO BRANCO, 2002: 320.

dúzia de páginas sofríveis». Tudo o resto era «pura chalaça», aquele espírito português tão singular: «Se tirarem a Portugal o brasileiro, e ao Jardim das Plantas de Paris os ursos, não há aí que ver»<sup>1035</sup>. Também se revelou agradado com a apreciação que Vieira de Castro fizera a esta mesma obra, a qual, na revisão das provas, pareceu a Camilo «um sinal de decadência». Espantou-se o escritor que a edição se esgotasse em três meses, tal como *A mulher fatal* (1870): «Isto prova que os romancistas novos principiam tão valetudinários como eu. Já ontem te disse o que pensava respeito a leitura de novelas»<sup>1036</sup>. Camilo recomendara ao amigo que não lesse novelas, nem as dele. Direcionasse, antes, as leituras para outras espécies: «coisas áridas que te narcotizem; e, se tens quem te não aborreça a conversar, deixa os livros»<sup>1037</sup>.

Em matérias de substâncias narcotizantes, disse a Gomes de Amorim que lhe agradecesse o «bom sono que [ele abiscoitara] com os *Narcóticos*»<sup>1038</sup>. Mas acabaria por acontecer o contrário. Um mês depois, o romancista de Seide mostrou-se reconhecido ao amigo por este ter falado dos seus livros em tudo tão agradável, e congratulou-se também por ele não ter participado na «conjuração de silêncio da corte (ou *córte*)»<sup>1039</sup> dos escritores lisboetas, acaudilhados por Guiomar Torresão. Apesar do que refere Alexandre Cabral, no verbete «Guiomar Torresão»<sup>1040</sup>, em que acentua a grande admiração e reverência da jornalista e publicista por Camilo, deduz-se da epístola de Camilo a Gomes de Amorim que Torresão exercia influência nos periódicos de Lisboa e do Porto, para inviabilizar notícias sobre as produções camilianas:

Era muito natural e regular que a Sra. Guiomar Torresão, pelo seu talento e volume, pesasse sobre os literatos lisboetas; mas o que transcende as leis da gravidade (não direi as da gravidez) é que a dita senhora, de tão longe, pesasse também sobre os noticiaristas do Porto, abafando-os! A ti, felicito-te por não estares debaixo da mencionada esclarecida fêmea<sup>1041</sup>.

De facto, Camilo considerava, por vezes, a imprensa silenciosa ou silenciada no que respeitava à divulgação ou publicitação dos seus trabalhos literários. Em uma carta, enviada dias depois da anterior, a destinatário não identificado, evocou, de novo, a perniciosa ascendência de Torresão sobre os jornalistas: «Estimava que me dissesse qual tem sido o êxito da brasileira. A imprensa tem sido bastante económica de considerações. Não creio que a greve seja dirigida pela Torresão; faço justiça aos noticiaristas de Lisboa, que se não deixariam fornicar pela tal mulher. Ela só costuma fazer isso às atrizes» 1042.

```
<sup>1035</sup> C. de 17-04-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 1111.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1036</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1870]. In CASTELO BRANCO, 1994: 471-472.

<sup>&</sup>lt;sup>1037</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1870]. In CASTELO BRANCO, 1994: 469-470.

<sup>&</sup>lt;sup>1038</sup> C. de 30-01-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 855.

<sup>&</sup>lt;sup>1039</sup> C. de 08-02-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 856.

<sup>&</sup>lt;sup>1040</sup> CABRAL, 2003: 778-779.

<sup>&</sup>lt;sup>1041</sup> C. a Francisco Gomes de Amorim, de 08-02-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 856.

 $<sup>^{1042}</sup>$  C. a destinatário não identificado, de 10-02-1883. In CABRAL, 1939: 97-98.

Não esmiuçámos as razões destas considerações sobre a influência de Guiomar Torresão na imprensa lisboeta contra os títulos camilianos. Mas não nos deixa de causar estranheza tal atitude ou posicionamento, tendo em conta o conteúdo da carta de março de 1883, existente no Museu de Seide, na qual sobressai grande respeito e admiração pelo romancista, mas também vontade em dar testemunho público, e consequente publicitação, do Mestre e das suas obras mais recentes:

Há muito que penso em escrever dos seus últimos livros; queria, porém, fazê-lo com escrupulosa atenção, com o devoto apreço que se deve ao lavor de um mestre. [...] Hei de escrever, com muito medo; com o medo da incompetência, que sempre me anestesia, quando toco nas suas obras e as vejo inundarem-me do brilho, que me atrai, como uma cega borboleta, crestando-me as asas<sup>1043</sup>.

Camilo referiu-se à mudez da imprensa lisboeta, em diversas ocasiões<sup>1044</sup>. Os jornalistas nada tinham escrito sobre os *Narcóticos*, em 1882: «quando acordarem, cascam-lhe rijo. / Seja pelas almas!»<sup>1045</sup>. Tinha em seu poder meia dúzia de jornais da capital, e apenas em um destes se anunciava a edição de *A brasileira de Prazins* (1882): «E, nos outros, nada. Pareceu-me pouco de mais»<sup>1046</sup>. A restante imprensa tinha-se pronunciado «mais ou menos», e, apesar da obra necessitar de bastantes retoques, não lhe parecia bem utilizar o prefácio à segunda edição para vir distribuir «piparotes» em todos os periódicos só «por causa de um ou dois»<sup>1047</sup>.

Nos inícios da década anterior, e quando se encenou *O condenado*, Camilo informou J. C. Vieira de Castro de que uns periódicos portuenses o tinham «assobiado». Um tinha mesmo sugerido que o romancista redigisse um drama em torno da sua história amorosa com Ana Plácido: a «mulher que fizera morrer de paixão o marido»<sup>1048</sup>. «Palavras afetuosas» só as tinha proferido «O Comércio do Porto», mas também este depressa optou por se manter alheio ao sucesso da peça nos palcos, e silenciar-se: «desde que viu a catadura da imprensa de Lisboa, encolheu-se silencioso, e comungou no conciliábulo do que por aí chamam respeito à moral»<sup>1049</sup>.

Quando a peça foi para os palcos do Teatro D. Maria II, o romancista referiu ao mesmo destinatário a atitude do «Jornal do Comércio» e do «Diário de Notícias», ambos de Lisboa. O primeiro publicara um artigo a noticiar que o drama não tinha agradado e que caíra a «pontapés da moral pública» 1050, realidade que era desmentida pelo sucesso das récitas.

<sup>1043</sup> C. de Guiomar Torresão para Camilo, de 02-03-1883. In Acervo de Correspondência, n.º 344, Casa de Camilo.

 <sup>1044</sup> Chega também a referir a sua admiração pelo facto de certo jornalista, «tão elegante apreciador», se reservar ao silêncio sobre os seus trabalhos (C. a José Gomes Monteiro, de 12-05-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 476-477).
 1045 C. a Francisco Gomes de Amorim, de 30-01-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 855.

 $<sup>^{1046}</sup>$  C. a Ernesto Chardron, de 28-03-1883. In CABRAL, 1939: 98-99.

<sup>&</sup>lt;sup>1047</sup> C. a Ernesto Chardron, de 28-03-1883. In CABRAL, 1939: 98-99.

<sup>&</sup>lt;sup>1048</sup> C. de [1871]. In CASTELO BRANCO, 1994: 501.

<sup>&</sup>lt;sup>1049</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1871]. In CASTELO BRANCO, 1994: 505-506.

<sup>&</sup>lt;sup>1050</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1871]. In CASTELO BRANCO, 1994: 503-504.

O segundo, aquele de quem Camilo esperava «o couce», «houve-se mais benignamente». Quanto aos outros periódicos, havia os que nada diziam. E, segundo Camilo, deviam ser louvados por isso.

Com o drama a ser aplaudido, a imprensa fazia uma «guerra surda»<sup>1051</sup>. Mas ao ser retirada de cena a peça e impresso o opúsculo, esta realidade em pouco ou nada se modificou. O silêncio estendeu-se, então, ao texto impresso.

Camilo sabia que a história do drama era apetecível para o público<sup>1052</sup> e o tema sensível para a imprensa periódica. O que pode parecer um paradoxo é Camilo não ser sensível aos silêncios, nem muito recetivo às críticas<sup>1053</sup>. Se a imprensa o provocasse, Camilo não se encolheria: «Vou escrever logo que daí venham farrapos com que eu possa bandarilhar essa gente»<sup>1054</sup>. E até iria mais longe:

Parece-me que escreverei algumas cartas ao G[ermano Vieira] de Meireles acerca do meu drama, se a imprensa daí me provocar. Então é que eu hei de revolver ódios e fedores de boas almas remexendo a fundo nas latrinas. A tua desgraça há de apertar mais a órbita de degredo da sociedade — degredo em que eu me expatriara há muito. Não deixarei de mim outra memória boa<sup>1055</sup>.

É bem evidente na epistolografia que, em caso de «crítica atacante», Camilo estava sempre disposto a responder «com algum azedume» 1056 e a retaliar. Nesse processo de contraditório, concentrava todas as energias e convocava todos os recursos estilísticos para reafirmar as suas ideias e opiniões ou para retorquir a quem se lhe opunha ou lhe fazia frente, de modo desabrido 1057. Contrapor ou objetar era um comportamento de estimulação dos seus dotes de criação, de recriação e de argumentação intelectual: «Aqui o que se quer são três coisas: coragem, ciência e estilo» 1058. Frases como as que a seguir transcrevemos sintetizam essa conduta de quem era independente, frontal e gostava, ou tinha necessidade premente, de polemizar: «Reservo-me para as lutas tremendas que já de antemão me sorriem. Tomara eu achar quem

<sup>&</sup>lt;sup>1051</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1871]. In CASTELO BRANCO, 1994: 505-506.

<sup>1052</sup> Outros quadrantes da sociedade tinham posição menos tolerante, ou menos recetiva, a algumas liberdades de criação ficcional sobre episódios em que se atentara contra a inviolabilidade da vida humana: «a sociedade me está asseteando com insultos» (C. a J. C. Vieira de Castro, de [1871]. In CASTELO BRANCO, 1994: 501).

<sup>&</sup>lt;sup>1053</sup> A sensibilidade camiliana à crítica provocou o corte de relações com certos periódicos. Por missiva a José Gomes Monteiro, Camilo informou-o de que deixara de escrever no «Diário Ilustrado», porque se sentiu magoado que neste fosse admitida uma opinião sobre *O carrasco de Vitor Hugo José Alves*: «não por ser desafeiçoada ao livro, mas porque devia ser aquele romance a *Infanta* com outro título» (C. a José Gomes Monteiro, de 20-06-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 501-502).

<sup>&</sup>lt;sup>1054</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1871]. In CASTELO BRANCO, 1994: 505-506.

<sup>&</sup>lt;sup>1055</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1871]. In CASTELO BRANCO, 1994: 503-504.

<sup>&</sup>lt;sup>1056</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 24-05-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 563.

<sup>1057</sup> E quando não era alvo de ataques, a justificação era simples para o romancista: «Convença-se de que somos profundamente odiados; e, se nos não insultam, é que sabem que temos nos nossos arsenais grandes grandas de m...» (C. a Silva Pinto de 20-04-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 666-667).

<sup>&</sup>lt;sup>1058</sup> C. a Sena Freitas, de 06-05-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 770.

me divirta»<sup>1059</sup>, «sem vaidade nem arrogância lhe digo que o meu debique seria que viesse contra mim toda a cabilda»<sup>1060</sup>, «sem vaidade nem arrogância, desejo a luta, e não me envaideço do triunfo. Eles são uns asnos, de uma ignorância pré-histórica, ciclópica, tudo que é tenebrosamente grande»<sup>1061</sup>. «A questão vai começar, e eu, como distração, preciso dela»<sup>1062</sup>. «Deixe-os vir»<sup>1063</sup>, ou «tomarei à minha conta esse pelintra das letras. Talvez o esgace»<sup>1064</sup>.

E esgaçou mesmo.

Consultem-se as polémicas escritas em que esteve envolvido<sup>1065</sup> para termos a exata noção da importância das mesmas em vários aspetos. Referimos, como exemplos, a construção e o enraizamento da imagem de que a sua pena era temível e arrasadora; o modo, aparentemente desvairado, com que, por vezes, se entregava à refrega; e o esforço extraordinário, físico e mental, que teria de dedicar às contendas, acumulando uma intensa atividade de criador ficcional. Só mesmo a «diversão» que isso lhe causava e a oxigenação psicológica que esse trabalho lhe trazia podiam justificar a regularidade do envolvimento em tais pelejas.

Em termos epistolares, infere-se, como já referimos, o seu pouco apreço pelo alcance do trabalho dos críticos. Estava a preparar a segunda edição de um livro que escrevera para ser publicado no Brasil, e que os prelos de Santa Cruz haviam maltratado. Por ter sido dedicado a Feliciano de Castilho, Camilo escreveu-lhe a aconselhá-lo que não o lesse, e fez um pedido: «Se V. Ex.ª encontrar algum crítico, peça-lhe por bondade sua e dele que o não leia; e se o tiver lido, que suspenda o juízo, se o tiver» 1066.

Alguns críticos e escritores não foram poupados. Com recorrência, Camilo evocou e zurziu em Teófilo Braga nas páginas da sua correspondência. E, por vezes, já não estavam só em causa as qualidades intelectuais, como também os predicados morais. Após os lances trágicos, em que, num curto período, Teófilo Braga perdeu os dois filhos, Camilo respondeu, afirmativamente, ao pedido de João de Deus, e redigiu o soneto *A maior dor humana*. Teófilo Braga mostrou-se muito grato ao romancista de Seide, por este se ter esquecido «das dissidências doutrinárias de outrora», e ter vindo a público «derramar o bálsamo do mais ideal sentimento sobre a ferida que nunca cicatriza». Além disso, apelidou-o de «exímio poeta» 1067. As palavras não sensibilizaram Camilo, que comentou com Joaquim Ferreira Moutinho «as frases laudatórias» sobre o soneto. Não lhes dava qualquer importância, até porque, se o categorizava agora de «poeta exímio», quinze anos antes apelidara-o de «reles rimador» 1068.

<sup>&</sup>lt;sup>1059</sup> C. a Luís Augusto Palmeirim, de 27-03-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 957.

<sup>&</sup>lt;sup>1060</sup> C. a Sena Freitas, de 06-05-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 770.

<sup>&</sup>lt;sup>1061</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 07-05-1879. In CASTELO BRANCO, 1994: 1155-1156.

 $<sup>^{1062}</sup>$  C. a António Francisco de Carvalho, de 24-05-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 63.

<sup>&</sup>lt;sup>1063</sup> C. a Ernesto Chardron, de 28-07-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 814.

<sup>&</sup>lt;sup>1064</sup> C. a Pedro Correia da Silva, de [1879]. In COSTA, 1937: 12.

 $<sup>^{1065}</sup>$  Num intervalo de trinta e oito anos, Camilo participou em trinta e seis polémicas: a primeira, com «O Jornal do Povo», em 1849, e a última, com Francisco Martins Sarmento, em 1887 (CABRAL, ed., 1981-1982).

<sup>&</sup>lt;sup>1066</sup> C. de 05-11-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 317.

<sup>&</sup>lt;sup>1067</sup> C. de Teófilo Braga a Joaquim Ferreira Moutinho, de 11-12-1887. In MOUTINHO, 1888: 77.

<sup>&</sup>lt;sup>1068</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1887]. In CABRAL, 1924: 158-160.

O tom acrimonioso, ou até achincalhante, com que se refere a Teófilo Braga, estendeuse a outras personalidades. Quase bastará citar a reação pública de Camilo ao parágrafo de *Madame* Rattazzi, na página 262 de *Le Portugal à vol d'oiseau*, «écrit, écrit, toujours écrit: supérieurement, c'est une question controversée; énormément, ce n'est pas douteux». O romancista viu reduzir-se a vinte e seis linhas quase três décadas e meia de intensa e profícua atividade literária. O resumo «de relance» não lhe agradou, e saiu a defender-se, como lhe dava gozo, como sabia e como pretendia, a fazer jus ao dito popular: «A mim só me ofende quem pode, e não quem quer».

Em outras páginas da sua correspondência, apresentou aos destinatários registos opostos acerca de comentários produzidos por terceiros às suas obras literárias 1069. Assim, em «O Comércio do Porto» leu a decisão de Pinheiro Chagas de que os romances históricos camilianos «estavam muito longe de ser históricos», e disse «[amar] a crítica deste feitio» 1070. Tinha gostado do modo como Teixeira de Vasconcelos se pronunciara sobre *A espada de Alexandre*, e considerava que, na imprensa portuguesa, não se encontrava «camarada mais leal, e menos eivado de egoísmo» 1071. Mostrava-se grato pelos cuidados que lhe dispensara Francisco de Castro Monteiro, e pedia-lhe que, no caso de o conhecer, apresentasse os seus melhores agradecimentos a um escritor espanhol que traduzira «excelentemente» um artigo camiliano e o precedera de «expressões delicadas» 1072. Remeteu a Freitas Fortuna um exemplar de *A maior dor humana*, e deixou subentendido, na missiva que o acompanhava, o conforto intelectual e literário por saber que Guerra Junqueiro classificava o soneto como um dos três melhores da poesia portuguesa 1073.

O acolhimento das suas produções pelo público merecia-lhe toda a atenção. Porém, em certos casos, ao partilhar com destinatários a receção das obras, emergia a refinada ironia camiliana, que, pela sua espontaneidade, podia, em algumas circunstâncias, conter certa dose de exagero ou injustiça.

Ao levar-se à cena *Espinhos e flores* (1857) não se conteve em emitir juízo sobre as pessoas que assistiram ao espetáculo, fazendo saber a José Barbosa e Silva que o drama entusiasmara «o mulherio, e os lorpas respetivos», e a grande choradeira a que se presenciou durante a representação era fruto da «cebola» que ele tinha feito «para olhos rebeldes»<sup>1074</sup>.

A história dos amores entre dois jovens de estatuto social desigual, Corina da Soledade e António de Azevedo Barbosa, relatada em *Estrelas propícias* (1863), ia agradando em Lisboa

<sup>1069</sup> A informação sobre comentários de terceiros também lhe chegava por correspondência. A 17 de abril de 1886, Monteiro Ramalho informou o escritor de que uma crítica que havia sido feita na «Gazeta de Notícias», do Rio de Janeiro, a um romance camiliano, apreciação essa que, segundo o remetente, mereceu esforçadas reações dos melhores homens de letras do Brasil (Acervo de Correspondência, n.º 486, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>1070</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 12-08-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 341-342.

<sup>&</sup>lt;sup>1071</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [17-10-1972]. In CASTELO BRANCO, 2002: 425-426.

<sup>&</sup>lt;sup>1072</sup> C. de 17-02-1885. In PAÇÔ-VIEIRA, 1917: 22.

<sup>&</sup>lt;sup>1073</sup> C. de [01-09-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 116-117.

 $<sup>^{1074}</sup>$  C. de [17-02-1857]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1032.

a ponto de os leitores, segundo Camilo, apearem *Amor de perdição* da «primazia»: «Dizem que é o melhor dos meus romances. [...] O meu melhor romance é o *de um homem rico*: o pior é o *Coração, cabeça e estômago*. As senhoras de Lisboa invertem de todo em todo este meu insuspeito parecer. Não elogiam o seu juízo, nem a sanidade da sua moral» <sup>1075</sup>.

Por alturas da representação de *O condenado* (1870)<sup>1076</sup>, drama inspirado na tragédia de Vieira de Castro, Camilo receou as consequências de se falar no Porto contra a peça, por a considerarem uma ofensa à cidade, o que, na sua opinião, era injustificado: «Provavelmente estão-se conjurando para a pateada»<sup>1077</sup>, até por solidariedade com a «viúva do Brasil». Contudo, enquanto se representava o drama, o romancista parece ter mudado de opinião, dado o teor da nova missiva remetida ao uxoricida, na qual apoucava a capacidade de entendimento da assistência: «Não o patearão, porque os pontos, em que podiam fazê-lo, não os percebem. No restante, como te não veem no palco, espantam-se de não achar a ocasião oportuna do desforço»<sup>1078</sup>. Camilo estava a exagerar nas suas observações. Não houve reprovação com pateada: «fui vitoriado no teatro»<sup>1079</sup>.

Em 1882, por ocasião das comemorações do centenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo, Camilo publicou o Perfil do marquês de Pombal, cujo conteúdo se apresentava em sentido contrário aos propósitos dos programas evocativos dos centenaristas e ao entusiasmo público em geral. A pensar já numa segunda edição, o romancista pediu a António Francisco Barata o traslado de duas cartas dos marqueses de Távora, e deixou esta nota sobre o sucesso do volume: «Este livrinho tem sido bem recebido. Esperava-se grande berrata pombalina, mas até agora reina um silêncio significativo de contrição ou de ignorância discreta» <sup>1080</sup>. Não reinava assim tanto silêncio em torno do *Perfil* como afirmava, porque, em carta a Joaquim de Araújo, que era da opinião de que o livro era injusto para com o marquês, o escritor disse: «a maioria dos leitores do Perfil concordam com o meu amigo. Como alguns [...] tencionam refutá-lo, direi depois da minha justiça» 1081. Sabemos que o fez. No entanto, para alguns, Camilo reservou um parecer cordato. Felicitava o destinatário pelo seu «exemplo de dignidade política e literária», por escrever a favor do marquês e refutar-lhe o Perfil. Formulava o desejo de que outras personalidades lhe imitassem o exemplo «para que não se diga que a favor do marquês estavam somente os que não conheciam o homem nem a história» 1082.

<sup>&</sup>lt;sup>1075</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 14-03-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 469.

<sup>1076</sup> A peça foi urdida «com alguns elementos tirados da catástrofe de Vieira de Castro. Não é, porém, análogo, nem figura na rampa os lances repugnantes do adultério e menos os da vingança» (C. a José Gomes Monteiro, de 6-11-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 496). Registou enorme êxito: no Teatro Baquet, no Porto, em dezembro de 1870; no Teatro de D. Maria II, em Lisboa, em janeiro de 1871; e no Teatro Académico de Coimbra, nesse mesmo ano.

<sup>&</sup>lt;sup>1077</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1870]. In CASTELO BRANCO, 1994: 488.

 $<sup>^{1078}</sup>$  C. a J. C. Vieira de Castro, de [1870]. In CASTELO BRANCO, 1994: 492-494.

<sup>&</sup>lt;sup>1079</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1870]. In CASTELO BRANCO, 1994: 494-495.

<sup>&</sup>lt;sup>1080</sup> C. de 16-07-1882. In CHAVES, ed., 2002: 149.

<sup>&</sup>lt;sup>1081</sup> C. de [1882]. In CASTELO BRANCO, 1994: 722.

<sup>&</sup>lt;sup>1082</sup> C. ao 1.º Conde Paçô-Vieira, de 19-07-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 774.

E, quando uma obra sua exasperava mais os leitores e não alcançava boa aceitação, como foi o caso da *Maria da Fonte*, em 1885, o escritor apresentava um remédio bem simples: «Quanto à indignação do público, essa febre há de passar-lhe depressa» 1083.

A obra camiliana também foi objeto das críticas de plágio, situação a que já nos referimos, de modo sucinto, no subcapítulo «3.1.2.1. A arte tipográfica de António José da Silva Teixeira».

Deu-se a situação de ser representada a peça *A pesca da baleia*, de Cipriano Jardim, extraída de um romance francês. Ao ser acusado de plágio, veio este a público defender-se com vários artigos sob o título *Originais e plagiários*, nas páginas do «Diário de Portugal». Na edição de 19-4-1879 (n.º 427), Cipriano Jardim apontou o dedo a Camilo, indiciando-o de plagiador e apresentando como prova *Anos de prosa*, obra que continha dois pequenos romances, *A gratidão* e *O arrependimento*, de lavra alheia à do romancista.

Como era de supor, uma acusação a este nível, proferida em público, sobre Camilo Castelo Branco e a sua criação literária, era demasiado grave para não justificar um desmentido da calúnia por parte do escritor. Escreveu, então, ao editor, António José da Silva Teixeira, a informá-lo de que, em certo periódico, fora apelidado de plagiador de um romance do *Journal des Dames et Demoiselles*, o qual tinha sido incluído no volume *Anos de Prosa*, em 1863. E acrescentava:

Rogo-lhe o obséquio de declarar se eu lhe vendi algum romance chamado Gratidão, e como foi que V. S.ª, para avolumar o livro dos Anos de prosa, publicou escritos de que eu não fui autor nem sabedor.

Advirto-o que, por esta ocasião, remeto ao «Comércio do Porto» e ao «Primeiro de Janeiro» cópias desta carta e peço a V. S.ª que faça publicar nestes dois jornais a sua resposta; e para que ela seja quanto deve ser satisfatória parece-me ser obrigatório a V. S.ª declarar quem é o autor ou tradutor do romance cujo plagiato me é atribuído por um Sr. Cipriano Jardim<sup>1084</sup>.

No dia posterior ao de redigir esta missiva, endereçou outra ao denunciante para desvanecer as dúvidas, se as houvesse, quanto às acusações por ele enunciadas. Qualquer um dos romancinhos associados a *Anos de prosa* não era de sua autoria, apenas surgiram no referido volume porque o editor o achou pouco volumoso. E, querendo que o público se sentisse mais bem servido com a compra de *Anos de prosa*, «ajuntou-lhe dois alheios». Embora a decisão tivesse desgostado a Camilo, não contestou o facto, para não «colocar em má posição o Sr. Silva Teixeira». Esclarecia o escritor:

Receei que o acusassem de fraude: preferi passar por autor de historinhas que imaginei originais. Agora, porém, que V. S.ª invoca o meu depoimento no litígio de plagiato permita-me

<sup>&</sup>lt;sup>1083</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [12-04-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 247.

<sup>&</sup>lt;sup>1084</sup> C. de 22-04-1879. In COSTA, 1937: 9.

que eu fique fora do processo; e, se alguma dúvida se lhe oferece, tomo a liberdade de lhe recomendar que veja, em alguns jornais do Porto e de Lisboa, a resposta do editor Silva Teixeira à carta que lhe enviei com o propósito de esclarecer V. S.ª e os seus leitores, se me der a justa consideração de publicar este esclarecimento no jornal em que me acusou de plagiário, inocentemente talvez<sup>1085</sup>.

Todavia, se ainda se mantivessem as suspeitas sobre a probidade do homem e os recursos do escritor, que dispensavam a necessidade de forragear em seara literária de outrem para ter vantagem própria, sugeria-lhe que esquadrinhasse os «cento e vinte volumes de que [era] autor». Ser-lhe-ia difícil descobrir um período de autoria alheia. Mas, se tal acontecesse, propunha-lhe: «disponha das minhas fragilidades em favor das suas» 1086. Numa carta a Ernesto Chardron, o romancista foi mais longe na refutação à censura de que era plagiador: «Persuado-me que ninguém me julgará capaz da porcaria de traduzir e fazer meu, não digo um romance, mas um período. Dessa desonra vou eu imaculado deste mundo infame» 1087. Esta afirmação era reforçada pelo conteúdo de outra missiva, endereçada a Pedro Correia da Silva, com o objetivo de este dar cumprimento a um pedido formulado pelo escritor:

Remeto a V. Ex.ª a cópia de uma carta que escrevi hoje ao editor de um volume meu, Anos de prosa, ao qual o especulador ajuntou escritos alheios. Peço-lhe que transcreva no seu jornal esta carta com a resposta que deve aparecer no «Comércio do Porto» e no «1.º de Janeiro».

Pode V. Ex.ª, se me quer honrar e me acredita, que eu, autor de 120 volumes, nunca copiei uma página alheia, e afoitamente provoco os meus adversários a que me desmintam<sup>1088</sup>.

Em maio, Camilo fez publicar no «Primeiro de Janeiro» o testemunho do editor, a assumir responsabilidade do que acontecera<sup>1089</sup>. Para Cipriano Jardim, de pouco adiantaram razões ou declarações. E tanto assim foi que, meses depois, em carta enviada aos padrinhos de Cipriano Jardim, Camilo deplorava a posição e a teimosia do acusador: continuava a avaliar «como mentirosa a minha declaração na carta atenciosa que lhe escrevi, mentirosa a declaração do editor António José da Silva Teixeira, e desprezível o parecer de grande número de periódicos que tomou parte voluntária e insuspeita na minha defesa»<sup>1090</sup>. O desentendimento só não resultou em duelo, devido ao bom senso e à intervenção de Ana Plácido, que, em Seide, na presença de Camilo e dos padrinhos de Cipriano Jardim, proferiu esta expressão punitiva: «deviam corar»<sup>1091</sup>.

 $<sup>^{1085}</sup>$  C. a Cipriano Jardim, de 23-04-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 1005-1006.

<sup>&</sup>lt;sup>1086</sup> C. a Cipriano Jardim, de 23-04-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 1005-1006.

<sup>&</sup>lt;sup>1087</sup> C. de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 810-811.

<sup>&</sup>lt;sup>1088</sup> C. de [1879]. In COSTA, 1937: 8.

<sup>1089</sup> C. de António José da Silva Teixeira a Camilo, de 21-04-1879. In CABRAL, ed., 1982a: 73-74.

<sup>&</sup>lt;sup>1090</sup> C. a Gerardo Augusto Pery e a Abílio Eduardo da Costa Lobo, de 12-10-1879. In COSTA, 1937: 32-33.

<sup>&</sup>lt;sup>1091</sup> ROCHA JÚNIOR, 1925: 101.

#### 3.1.6. Camilo e a escola realista

Pela idade dos 45 anos, o romancista de São Miguel de Seide havia já alcançado posição de elevado prestígio, e conseguido singularizar-se, entre muitos outros escritores da sua época, com o alto merecimento de uma obra prolixa, torreada sobretudo na Literatura, no jornalismo, no teatro e na polémica. Identificar as múltiplas razões de tal estatuto e consagração pública não é o fim do nosso estudo. Mas evocamos algumas particularidades, para melhor contextualização da correspondência camiliana em torno da escola realista.

Camilo encontrou-se como escritor numa área em que a sua sólida preparação erudita, sorvida nos autores clássicos quinhentistas e seiscentistas, lhe proporcionava uma consciência da opulência dos seus recursos de artista e da sua temida atitude de polemista, além de lhe caucionar uma admirável autoconfiança na arte de bem escrever. O conjunto de leituras era coroado por prodigiosa memória, incrustada de lembranças vivas dos muitos livros que lera ávida e compulsivamente, e de reminiscências de muitos acontecimentos e vivências pessoais. A sua imaginação, uma espécie de interpretação dessas múltiplas memórias, expressava-se numa criatividade quase instintiva, que amalgamava vida e obra nas narrativas novelescas, num permanente exercício intelectual e literário do novelista para intentar «conciliar linguagem, experiência, universalidade e verdade da arte» 1092.

A partir daqui, Camilo construiu modelos de arte que lhe permitiram ir ao encontro dos interesses dos muitos leitores que possuía em Portugal e em terras brasileiras, e satisfazer-lhes o universo de expectativas. As fórmulas de sucesso que foi idealizando eram avigoradas pela sua inteligência e pelo seu temperamento, pela peculiar forma de observar, de interpretar e de representar o mundo, pelo conhecimento direto e profundo que tinha da condição humana e do seu tempo histórico. Mas, também, pela capacidade de inventar ou de se apropriar de histórias que circulavam no seio do seu variadíssimo leque de relacionamentos, pela intuição de ir afinando e ajustando as suas narrativas ao gosto dos seus leitores, num processo constante de autocrítica e de autorrenovação estilística.

Na relação que o autor/narrador camiliano estabeleceu com o seu público teve papel de primazia o que se designou de «ironia romântica», característica que muitos certificavam como uma das marcas identitárias do Romantismo. Este era o movimento da expressão de sentimentos. Mas a «ironia romântica» era o dom pessoal e a estratégia literária do autor/narrador para se expor, em ordem a captar, a relacionar-se ou a familiarizar-se com o seu público leitor, «que pode chegar a uma exibição burlesca do eu, participante permanente de toda a sua ficção» 1093, enquanto se entregava de corpo inteiro à expressão da energia sentimental.

No século XIX, sobretudo na Alemanha e em França, havia a ideia de uma sequência literária, que se desenvolvia em processo contínuo de rutura e construção. E essa sequência da prática literária vinha apontando para o autocentrismo da entidade autoral, para um

<sup>1092</sup> FERRAZ, 2003: 152.

<sup>1093</sup> FERRAZ, 1997: 81.

projeto estético de criatividade, onde o «Eu» era fundamentalmente o agente da ação, o agente da criação. Com o Romantismo, surgiu na manifestação do «Eu», ainda que em permanente contradição e questionamento, um querer e um agir bem diferentes do «Eu» clássico. Proporcionou-se, em termos estéticos, que a vida do narrador se projetasse na sua obra, e que a pessoa do narrador se transfigurasse e alcançasse um estatuto muito semelhante ao de certos personagens que ele ficcionara<sup>1094</sup>.

O projeto de modernidade romântica não se propunha questionar apenas os valores clássicos, mas também afirmar a «alteração do sentido da funcionalidade da linguagem em arte». Na terminologia de Humbolt, o desejo de abandono do «ergon», «poética sustentada pelo sentido instrumental da linguagem», deu lugar à «energeia», «estética da subjetividade da linguagem». E daqui se passou, com facilidade, para a «obsessão de uma estética da verdade» 1095.

O Romantismo foi uma quebra de desafio da consciência do «Eu», a emergência e consolidação do «Eu» no centro da orientação artística. O posicionamento do «Eu» no eixo central da criação literária problematizou certos conceitos da Literatura, como o de imitação e representação da natureza e da realidade, muito marcante no Classicismo. De certo modo, a Literatura apresentava-se como a pintura. Se esta retratava ou imitava o mundo real, a Literatura também se inscrevia nas dinâmicas de imitação e de representação da realidade observada e vivida. A noção que, então, surgiu de substituição, ou de complemento, da Literatura como representação foi a da Literatura como música. A Literatura não era apenas representação: era sugestão, era expressão. E essa expressão era a expressão de uma vida, de um «Eu» e do sentimento desse «Eu».

A partir de finais do século XVIII, a Literatura passou a ser percebida, cada vez mais, «como um brotar da própria natureza humana, da própria força da linguagem que diz essa natureza» 1096. Por isso, se enraizou o conceito de que o Romantismo era sentimento.

A introdução do «Eu» como agente da criação artística foi uma revolução profunda no campo da Literatura. Mas uma revolução, de certo modo, comprometida com as tradições literárias. Contudo, o que se verificou em Portugal não foi o mesmo que aconteceu, por exemplo, em Inglaterra, na Alemanha ou em França. Entre nós não havia histórico novelístico e narrativo como em outros países europeus de fortes tradições literárias. Foi também, por isso, que *Viagens na minha terra* (1846) constituiu, efetivamente, pela sua estrutura e linguagem, uma novidade literária.

Como se enquadrava Camilo neste ambiente literário?

O romancista encarnava o Romantismo de uma forma muito forte e muito própria, embora não se classificasse «Romântico», nem nunca assim se tenha assumido, tal como outros seus contemporâneos. Não lhe interessando as designações, nem os programas de escola, o romancista interiorizou e consubstanciou, de certa maneira, a tendência que marcava

<sup>&</sup>lt;sup>1094</sup> CABRAL, 2008: 7.

<sup>1095</sup> FERRAZ, 2003: 148-150.

<sup>&</sup>lt;sup>1096</sup> FERRAZ, 2003: 149.

o «Eu» do autor como criador da obra. Mas o «Eu» camiliano acabou por se destacar do «Eu» de outros escritores coevos, que tentaram o exercício da estética romântica, ao produzir uma obra imensa e especial. Imensa, pelo número de textos produzidos e pela variedade de géneros literários a que se dedicou. E especial, dada a autenticidade e espontaneidade do narrador camiliano, o permanente diálogo com o leitor, a riqueza criativa, o primor da linguagem, a pluralidade e a dimensão psicológica do mundo retratado, o conhecimento do coração, próprio e alheio, a «busca da melhor convivência entre retórica e sentimento» e a «arte da representação da verdade do sentimento humano» 1098.

O que mais despertava o interesse de Camilo era a prática. A prática era a expressão, a oportunidade de dar a ver e de fazer sentir o modo como ele via e sentia a vida e o mundo. Consagrava o seu engenho na tentativa de alcançar a subtileza de «dizer o sentir», e de que esse mesmo sentir fosse visto, e sentido, pelo leitor como um resultado de experiências vividas, logo reais, de Camilo, e não interiorizadas como fruto de mera inventiva ao serviço da sua ficção. Era para essa *actio*, na qual se «joga[va] toda a arte de convencer» que Camilo direcionava «todo o seu saber: do coração, da vida, da Literatura» 1099.

Instalado nesta prática mental de escrita, que era, na sua mais pura essência, a visão mental de si próprio, Camilo viu alvorecer em Portugal a escola realista e os seus discípulos.

Tal como se verificou naquilo que concerne à presente temática, a correspondência camiliana consultada nunca assumiu o estatuto de arena para o debate teórico. Sempre nos pareceu que Camilo, por questões de gestão do seu tempo, das suas energias e de possíveis vantagens financeiras, privilegiava outros canais de comunicação, quando se via instigado a manifestar opinião, a debater e a expressar ideias que alcançassem maior impacto junto do público.

A coerência não estava entre as mais elogiadas qualidades camilianas. É pertinente, pois, atender a duas situações distintas. Uma, era Camilo vir a terreiro, com todas as reservas de inteligência e de conhecimento e com todo o repertório de argúcia e caçoada, expor às escâncaras as suas convicções. Outra, eram as impressões trocadas, em foro privado, com pessoas do seu círculo de relacionamentos, em que se nos mostra bastante menos ateado pelas circunstâncias e mais brando a exprimir o seu parecer sobre os assuntos. Assim aconteceu, em grande parte, com o seu entendimento acerca do Realismo. Ao invés do ataque virulento desfechado por Camilo e que inflamou por vários palcos, o assunto teve menos destaque e azedume nas suas missivas do que seria previsível.

A sua reação como escritor foi uma reação crítica natural e a adesão pouco entusiástica. O movimento artístico e literário não lhe desagradava de todo, mesmo que Camilo desconhecesse as razões dessa afeição. Sabia que gostava com base no princípio lógico de que quem percebe de Literatura intui, de modo espontâneo, o que é boa ou má Literatura. E não estava para explicar os motivos. Infundia-lhe satisfação, e isso era suficiente. Foi o que revelou

<sup>1097</sup> FERRAZ, 2003: 153.

<sup>1098</sup> FERRAZ, 1997: 83.

<sup>1099</sup> FERRAZ, 2003: 163.

a Carlos Ramiro Coutinho: «Olha que eu não acho mau o vasconço dos realistas, a falar-te a verdade. Não te saberei dar a razão da coisa» 1100. Diria até, algumas vezes, que os processos o deleitavam e que não se propunha «zombar da escola naturalista» 1101. A questão de fundo não se encontrava, de facto, na circunstância de Camilo acolher ou disferir enunciações gratuitas ao que surgia como «novidade» no panorama literário. O que lhe importava não era a classificação das escolas: era a fruição, era poder haurir sensações nas leituras a que se entregava, quaisquer que fossem as fontes de onde proviessem tais textos:

Eu não discrimino escolas. Todas me parecem boas, quando me convencem ou comovem, quando me alegram ou amarguram.

A nudeza do verso não me escandaliza, se é a verdade que se despe; mas, se ela está suja e tem tumores frios, antes a quero vestida $^{1102}$ .

Dizia que não levava em mente investir em demasia contra o Realismo, e estava pouco acompanhado na cruzada. «Só na luta contra a geração nova», Camilo entendia que não valia a pena andar a desgastar-se em combates esforçados ou a dirimir com os escritores coevos acerca dos respetivos trabalhos realistas. Até porque olhava para a maioria dos seus pares, nomeadamente para Pinheiro Chagas<sup>1103</sup>, e via-a como românticos instalados, incapazes de se libertarem da onda de facilitismo imaginativo e detentores de pouco estofo para acrescentarem nível ou densidade à contenda. Num país com menor riqueza literária do que outros, fosse pelo atraso verificado na chegada da nova corrente literária flabelada pelo Positivismo fosse pela diminuta quantidade e qualidade de cultores com capacidade de procederem a essa receção, e posterior aplicação na Literatura portuguesa, o que nos poderia restar? «Luta[s] de furiosos e idiotas»? A Camilo sobejava-lhe, pelo menos, a oportunidade para o humour: a exercitação da «ironia romântica», uma espécie de autocrítica, nomeadamente, aos arroubos de linguagem dos realistas, ou seja, à utilização da palavra sem conteúdo real e sem limite de delírio. Em grande parte, foi isto que Camilo exprimiu ao padre Sena Freitas:

Andava nestas esperanças e desesperações e vivia melhor. Agora, não, meu caro amigo. Tenho dentro de mim o que quer que seja que vale três Comtes, e me resfriou num mar glacial de positivismo. Pude apenas salvar o humour, essa fada bendita que me urde as chalaças e me depara os Conceições. De resto, nada. Ah! meu prezado Sena Freitas, que me importa a mim achar-me só na luta com a geração nova? Ela não vale um aparato bélico de maior pujança. Eu, se visse Pinheiro Chagas e quejandos no corpo de reserva, dava como perdida a ridícula batalha. Eu não olho

 $<sup>^{1100}</sup>$  C. de [20-07-1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 164-165.

<sup>&</sup>lt;sup>1101</sup> C. a Teixeira de Queirós, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1118-1119.

<sup>&</sup>lt;sup>1102</sup> C. a Roberto Valença, de 18-02-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 862-863.

<sup>1103</sup> Pinheiro Chagas e Eça de Queirós publicaram, em 1878, A mantilha de Beatriz e O primo Basílio, respetivamente. A primeira obteve maior êxito editorial. Todavia, não demorou a destacar-se a prosa queirosiana em relação à de Pinheiro Chagas.

a sério para nada disto. Não vejo aqui senão o engodo ao humour. Nos países perdidos a coisa é assim. Morreu há poucos anos o Philarète Chasles que deixou um livro póstumo — a Psicologia Social, onde vêm estes dizeres que parece entenderem-se connosco: País que não tem Literatura está morto. O que a tem má, frenética, depravada, contínuo plagiato, ou de rebotalhos senis, apresenta o sintoma hipocrático de próxima agonia. Surge então a contenda entre falsos clássicos e falsos românticos. Luta de furiosos e idiotas.

Se isto não é com Portugal, deve ser com os esquimós ou com os peles-vermelhas<sup>1104</sup>.

Por finais da década de 1870, reconhecia que a peleja, que ia alimentando, balançara para a severidade. Havia sido assim, porque Camilo afinara o tom pelas «iniquidades» dos realistas. Mas, já nesta altura, se subentendia um certo dilema do romancista: porque atacava ele, com certa acrimónia, os autores «muito recentes», preconizadores da Escola Nova, quando os autores seus contemporâneos, os «muito antigos», não tinham deixado obra que ele folheasse sem se sentir enfadado<sup>1105</sup>? Leia-se o que Camilo partilhou com Bulhão Pato:

Esta orientação que eu dei à crítica, severa talvez, mas medida pela bitola das iniquidades deles, poderia dar algum resultado, se todos os que podem, como tu, se confederassem na cruzada. Eu, quase só, sem autoridade, nem saúde, nem longa vida para a luta, passarei depressa sem deixar sinal duradouro. Não ataco a escola realista: seria ingratidão, porque é a única que me diverte. Leio os muito antigos e os muito recentes. Os homens nossos contemporâneos — digamos a verdade — não nos deixaram em português um livro que se releia sem fastio. Se isto assim não é, Bulhão Pato, o meu paladar estragou-se com as batatas e o caldo verde de S. Miguel de Seide<sup>1106</sup>.

Dever-se-á crer que a sua «sensibilidade literária» perdera o *palato*, para assim pensar, em consequência da *dieta seidense*? Seguramente que não. Apreciava o Realismo, sabemo-lo. Mas conservava reservas.

### 3.1.6.1. Sobre Eça e os escritores realistas

Os interesses de Camilo pelo trabalho dos seguidores da escola realista convergiam para três partes de uma mesma unidade: para aquilo que se descrevia (Objeto), para a forma como se descrevia (Arte) e para o que se pretendia com a descrição realizada (Intenção). Na aclimatização portuguesa do Realismo, *Objeto*, *Arte e Intenção* não se articulavam o bastante de modo a satisfazer o «paladar intelectual e literário» camiliano.

<sup>&</sup>lt;sup>1104</sup> C. de 09-04-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 777-778.

<sup>1105</sup> O romancista expressou, em outros momentos, o seu enfado pelas obras dos autores da sua geração. Citamos as palavras que dirigiu a Nunes de Azevedo: «Nesta escuridade da última quadra da vida ainda me alegram as auroras dos livros novos, mas que sejam de rapazes; porque os meus contemporâneos — os que ainda vivem — parecem uns espectros de si mesmos que vêm assistir ao trintanário cerrado das suas musas e das suas prosas» (C. de 11-01-1883. In CABRAL, *ed.*, 1972-1973: II, 215).

<sup>&</sup>lt;sup>1106</sup> C. de 06-06-1879. In CABRAL, ed., 1986a: 35-36.

Sobre os intérpretes portugueses do Realismo, as preferências iam, sem dúvida, para Eça de Queirós. Em nenhum momento, na correspondência consultada, Camilo teceu comentários hostis à pessoa do nosso maior realista ou considerações em desabono da «pouca limpeza dos [seus] livros»<sup>1107</sup>. Tentar extratar de entrelinhas sementes de dissabor é esforço vão. É corrente escutar certas vozes unidas em coro para entoar desavenças onde não existiram. Outras olvidam-se de que opiniões divergentes e expressas em público nem sempre foram sinónimo de bolas de fogo arremessadas pelas catapultas temperamentais dos intelectuais, para iniciar ou alimentar polémicas. Parece-nos que, por vezes, se procede à leitura e interpretação de factos oitocentistas com as lentes progressivas dos séculos XX e XXI, sem se enquadrar os episódios nos tempos próprios e nos contextos específicos em que sobrevieram. Mas o que se afigura pior é o facto de os admiradores de um e de outro escritor, com desculpável preferência de gosto, se deterem a pesá-los nos pratos da balança da Arte e do Engenho, com a intenção de encontrar medidas diferentes, com os mesmos pesos: talento e génio, cosmopolitismo e provincianismo, estereótipo e criatividade, influência estrangeira e vernaculidade. Estas e outras comparações conduzem, a nosso ver, mais à desvalorização do que à valorização dos escritores. A paixão tolda o discernimento de que a grandeza de Camilo e de Eca não está na diminuição das qualidades de um para a elevação das do outro. O alto valor de cada um está exatamente no reconhecimento e no respeito da sua diferença, porque a dimensão da Literatura de um país está muito mais na heterogeneidade do que na similitude dos seus mais distintos mestres.

Verificámos que, nas missivas camilianas, surgem vários elogios a Eça.

Ao dirigir-se a Feliciano de Castilho, em 1866, falando do tempo que fazia na aldeia de Seide, o romancista citou um jovem gazetista: «Esperemos a primavera. Olhe que isto aqui está frio. O quintal está plantado de couve, fava e ervilha. *O sol tem umas frialdades moles*, como diz um Eça de Queirós no folhetim da "Gazeta do Porto"»<sup>1108</sup>. Calejado no fenómeno literário e perscrutador de talentos, a citação de um escritor, de apenas 21 anos, era sintomática de que o escritor consagrado identificara já, no jovem, condão na arte de escrever.

Quase uma década depois, em 1875, Eça publicou uma narrativa centrada na crítica mordaz a padres, beatas e à pequena burguesia da província, *O crime do padre Amaro*, avaliada como a melhor obra do movimento realista, e a que marca o início da corrente literária no nosso país. Camilo leu alguns capítulos na «Revista Ocidental», que lhe causaram forte

<sup>1107</sup> OSÓRIO, 1920: 330. Isto não parece verificar-se na epistolografia queirosiana. O escritor realista escreveu a Camilo uma carta mordaz, ou «que (para ser modesto) não deixava de ter alguma pilhéria» (C. de Eça a Luís de Magalhães, de 02-07-1887. In QUEIRÓS, 1983a: 423-426), destinada ao jornal «As Novidades». Depositou-a, porém, entre outra papelada de uma gaveta, consciente de que a posteridade lhe daria honras de primeira página e de que não haveria a contradita do romancista de Seide. Eça, a nosso ver, agiu com deselegância e questionável preito em relação ao seu colega de letras. Nem ele tinha necessidade dessa displicência, nem Camilo lha merecia. Mesmo na morte do novelista, o silêncio queirosiano corre o risco de substanciar a falta de condoimento pela tragédia de um ser humano com a alma afogada em tormentos. A ausência de uma frase, meia linha que fosse, pode ser entendida como significado da indiferença que Eça sentia pelo cultor da língua portuguesa.

<sup>&</sup>lt;sup>1108</sup> C. de 28-11-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 355-356.

impressão. Em carta a Carlos Ramiro Coutinho, a clarividência intelectual e a sensibilidade artística camilianas traçaram encómios aos atributos literários de Eça, auspiciando-lhe grandes sucedimentos:

Já leste O crime do padre Amaro do Eça de Queirós? Li alguns capítulos na «Revista de Ocidente», e achei-os excelentes. Vi anunciado agora o romance em livro. Esse rapaz vem tomar a vanguarda a todos os romancistas: é um admirável observador; e, conquanto faça pouco caso das imundices da língua, tem artes de fazer adoráveis os defeitos<sup>1109</sup>.

O primo Basílio chegou às livrarias no ano de 1878. A nova obra do escritor realista voltava a agradar a Camilo: «gostei» 1110. O parecer camiliano vai mais longe do que testemunhar a satisfação que lhe causou a leitura do livro em torno do adultério, em quadro doméstico, de uma burguesa lisboeta. Com muito senso e sensível a «radiações novas»1111, Camilo vai estabelecer uma divisão nítida dos discípulos da escola realista: de um lado, Eça; do outro, os demais realistas. Na constelação realista, o binóculo camiliano visionava apenas duas categorias: o astro e os satélites. Eça era colocado no lugar de maior notabilidade. O que mais aprouve a Camilo foi a forma como Eça interiorizou e revelou a Ideia Nova e como soube apresentar uma outra forma de olhar e de ver. O romancista subscrevia as palavras de Eça a Teófilo Braga, nas quais o escritor realista afirmava o propósito «de pintar a Sociedade portuguesa [e de] acutilar o mundo oficial, o mundo sentimental, o mundo literário, o mundo agrícola, o mundo supersticioso» 1112. Em posição de menor relevo, havia os pares realistas de Eça, que estavam longe de alcançar o burilamento e a pureza do processo queirosiano de dar forma à ideia. Não possuindo idêntico talento, tentavam imitá-lo. Era também por isso que Camilo apreciava pouco as suas obras, confirmando ou predizendo que os restantes realistas se dedicavam a trabalhos literários para os quais lhes era escassa a mão de artista. Tentavam acompanhar os modelos realistas, mas faziam-no ao longe, e a coxear<sup>1113</sup>. E escolhia, para exemplo, Bento Moreno<sup>1114</sup>:

O Bento Moreno, a quem dei a mesma opinião, inveja o seu rival realista. Ambos os Queirozes têm engenho; mas o Eça tem melhor luneta e sacrifica menos a ideia à forma. Nenhum deles, porém, é Zola. O autor do primo Basílio mediu bem a extensão do espírito português. Dá-lhe o cenário competente, e os personagens indígenas. Pouco importa que Flaubert os tenha análogos. As mesmas paixões devem dar tipos idênticos. O que desluz a habilidade do Bento Moreno é as

<sup>&</sup>lt;sup>1109</sup> (CASTELO BRANCO, 2012: 205 e 209). Camilo veio a ler a obra várias vezes. No exemplar que lhe pertenceu, há uma nota manuscrita: «3.ª leitura em 1882». E, no final do livro, este comentário perentório: «Admirável. Obra-prima que há de resistir como um bronze a todas as evoluções destruidoras das escolas e da moda» (cit. RIBEIRO, 1975: 139-141). <sup>1110</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 282-283.

<sup>1111</sup> RIBEIRO, 1975: 87.

<sup>&</sup>lt;sup>1112</sup> C. de 12-03-1878. In QUEIRÓS, 1983a: 133-137.

<sup>&</sup>lt;sup>1113</sup> RIBEIRO, 1975: 138.

<sup>1114</sup> Pseudónimo de Francisco Teixeira de Queirós (1848-1919), autor de romances e contos realistas.

laçarias e rendilhadas do adjetivo — adjetivos em arreata com grandes chocalhos como os dos velhos estafetas. Descai para Góngora, às vezes, e faz umas propriedades de epítetos que parecem de Goethe, quando a 2.ª parte do Fausto se não entende. O Eça não. Se descura a nitidez do verbo, faz linguagem que o Chiado reputa a sua, e é, com certeza<sup>1115</sup>.

Ainda a pretexto de *Basílio*, Camilo vaticinou à escritora e poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho de que a escola iniciada por Eça vigoraria muitos anos. Era atrativo o modo como moldava e oferecia literariamente as alfurjas da sociedade. Produzia belas esculturas e, pela força de certa fanfarronice e do arrivismo de leitores masculinos «indígenas», havia uma percentagem elevadíssima que se revia nas façanhas amorosas de Basílio:

Essa escola que abriu o Eça de Queirós vingará por duas dúzias de anos. Aquilo são fezes amassadas, mas a forma que ele lhes dá é atrativa. Tanto importa que a matéria-prima seja de alabastro como de guano; a estátua é bonita. Em cada 100 leitores há 99 Basílios, que gostam de se ver retratados<sup>1116</sup>.

Quando o editor António Maria Pereira lhe ofereceu um exemplar de *O mistério da estrada de Sintra*, manteve-se o registo de aprazibilidade quanto às «audácias de linguagem» e à grande repercussão que a obra teve no vicejar de «belas coisas» do nosso léxico que se mantinham adormecidas em hibernação secular. Realçava também que o livro viera restaurar a Literatura e seus cultores, nos quais ele se revia e se identificava, em tom irónico, como «cabo de esquadra» da «tropa fandanga». A contrapor ao elogio, o romancista voltava a depreciar os que, na onda ideológica e reformadora dos doutrinadores realistas, se entregavam a «tropelias» de sintaxe e de senso comum, as quais não eram patrocinadas por esses mesmos mentores:

Já lhe agradeci e li o Mistério da estrada de Sintra. Achei-o admirável pelas brilhantes audácias de linguagem. Foi esse livro que iniciou a reforma das milícias literárias indígenas, a tropa fandanga de que eu fui cabo de esquadra. A evolução do estilo data daí. Verdade é que esse modelo deu azo a que alguns milicianos, exagerando a disciplina dos reformadores, atirassem por dessus les moulins as patronas da gramática e se dessem uns ares de ulanos com arremetidas de cossacos. Daí essas tropelias que eles fazem na sintaxe e no senso comum, em que eles não comungam. Seja como for, o Mistério há de ficar assinalado no desenvolvimento das belas coisas que estavam embrionárias no vocabulário marasmado durante dois séculos. Ramalho Ortigão avisadamente andou mandando os clássicos a ares, e o Eça também não andou mal não os admitindo em casa<sup>1117</sup>.

<sup>1115</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 282-283.

<sup>&</sup>lt;sup>1116</sup> C. de 24-03-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 1100-1101.

<sup>&</sup>lt;sup>1117</sup> C. a António M. Pereira, de [1886]. In RIBEIRO, 1975: 101.

Camilo era algo refratário a desbaratar tempo na leitura de autores que não lhe causas-sem contentamento, nem lhe aligeirassem as horas, mesmo os que se denominavam realistas. Mas havia pessoas em Famalicão que acolhiam a nova escola com maior entusiasmo do que ele. Algumas eram-lhe muito próximas, como o Conde de Arnoso, também amigo pessoal de Eça, e Ana Plácido. Ana dedicava-se a essas leituras, fazia resumos que procurava impingir ao romancista. Acreditava que, pela triagem bibliográfica e pela elaboração de sínteses das obras, conseguia aumentar o interesse de Camilo: «Eu raras leituras tenho feito da escola que vige e viça em Paris e Famalicão. Ana Plácido tem lido toda essa caterva, e impinge-ma em contos resumidos. Não leio, porque já me não fio em tretas. Estou sequioso de águas puras, e não mato a sede com limonadas de cavalinhos»<sup>1118</sup>. Apesar desta afirmação, Camilo lia-os: franceses e portugueses. Solicitou a Teixeira de Queirós que lhe enviasse *Os noivos*. Podia ser que a sua produção, na confinidade das vinhas de Colares, tivesse impregnado a obra dos aromas «modernos» capazes de lhe inebriar o espírito. Confessou-lhe até que, em certas alturas, Zola o embriagava, sentindo depois necessidade de ler Rebelo da Silva, como se, depois do possante absinto, a cerebração reclamasse o frescor da orchata<sup>1119</sup>.

No proceder seletivo e resumidor de Ana Plácido havia um objetivo subjacente de maior interesse do que o de atrair o companheiro para a leitura dos realistas. As sinopses eram uma espécie de difusão seletiva de bibliografia, empreendida por quem lhe conhecia os genes das suas preferências literárias, para cumprir a missão prática de o manter atualizado acerca do que literariamente constituía novidade.

Ainda sobre a obra queirosiana, reservamos breves palavras sobre *A relíquia* (1887), um exemplar da primeira edição que existe na livraria pessoal de Camilo. Segundo sabemos, o volume não mereceu qualquer referência na sua epistolografia. Porém, o romancista redigiu a lápis, nessa edição, um parecer ao nível do usual expediente censório do bisturi camiliano: «Este livro tem duas partes — 1.ª porcaria, 2.ª maçada.» E aí por diante. Redigido no verso da contracapa, ao findar da leitura e, provavelmente, na relaxação de quem se encontrava descansado na cama ou repousado no canapé de seu quarto em Seide, este entendimento desemparceira com os comentários de grande conceito sobre os textos de Eça que antes referimos. No breve apontamento sobre *A relíquia*, Camilo exprimia o seu desapreço pelo caminho seguido agora pelo seu confrade, ou seja, «aquilo que nele se revela[va] claramente distante (pelo culto da imaginação, da fantasia, do sonho, do exotismo, etc.) do magistério realista» 1120.

Nem sempre os comentários foram redigidos e guardados nos livros que ia lendo. Houve casos em que o romancista fez chegar as suas críticas por missiva aos próprios autores, alguns deles a alvorecer para a vida literária. Foi sobretudo a estes que o romancista elogiou qualidades,

<sup>&</sup>lt;sup>1118</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 282-283.

<sup>&</sup>lt;sup>1119</sup> C. a Teixeira de Queirós, de 15-09-1878. In CHAVES, ed., 2002: 130.

<sup>1120</sup> REIS, 1991: 158.

criticou sem os desanimar e aconselhou caminhos<sup>1121</sup>. Vejamos três exemplos, diferentes entre si, mas todos bem claros quanto ao entendimento e atitude de Camilo. Estava implícito nos conselhos aos jovens escritores que não se deslumbrassem acriticamente com os processos realistas, mas que os assimilassem e maturassem, para que os trabalhos produzidos tivessem a marca da originalidade e não do decalque, o cunho da genuinidade e não da imitação. Havia também certa condescendência, e até admiração, pela irreverência e pelo arrojo. E estímulos para que se dedicassem ao trabalho, sem o qual o sucesso não se alcançaria: «Entretanto peço a V. Ex.ª que trabalhe sem esmorecimento. Quando envelhecer, sentirá satisfação em dizer: *trabalheiv*<sup>1122</sup>.

Em 1876, Camilo escreveu a Macedo Papança a agradecer-lhe a oferta das *Crepusculares*, valorizando-lhe a bondade e a ternura «no meio dos seus satanismos métricos»<sup>1123</sup>. O romancista considerava, porém, que esses versos eram sentimentos, e que o destinatário não se comparava «aos filhos da Ideia Nova», que no padrão da reverência nem sempre colocavam Deus acima do nível de respeito que prestavam à gramática. Se os versos de Papança pareciam, por vezes, banais, era pelo facto de o autor ser ainda novo e possuir sangue quente, recomendando-lhe que, «se a crítica dos velhos quiser aplicar-lhe a lanceta, ria-se Vossa Excelência das cantáridas com que eles se ungem para o sacrifício da castidade»<sup>1124</sup>.

João Caetano da Silva Campos fez sair dos prelos, em 1877, dois romancinhos de ambiente regional sob o título genérico de *Noites de Viana*<sup>1125</sup>. A leitura do primeiro volume causou ao mestre «agradáveis impressões». Para Camilo, anunciava-se neste jovem «um bom escritor, que importa mais que ser um bom romancista», e congratulava-se de o saudar à porta deste «círculo dantesco onde não entra a esperança da Fortuna»<sup>1126</sup>. A consciencialização do escritor para o pouco animador futuro financeiro da profissão das Letras nada tem de desanimador. Tratou-se de desabafo sensível, sobretudo porque Camilo sabia que ele tinha relacionamentos afetivos com amigos seus, os irmãos Barbosa e Silva, de Viana do Castelo. E Camilo também estaria inteirado da ocupação profissional do jovem militante do Partido Progressista<sup>1127</sup>, a qual era fonte de proventos que atenuavam atribulações e resgatavam o espírito para o trabalho literário.

<sup>1121</sup> Numa curiosa missiva enviada a Bernardo Pindela, a respeito de «A guitarra do Braz», último conto do seu livro *Azulejos*, Camilo elogiou-lhe as promissoras «aptidões de romancista» e deu um conselho ao seu *vizinho* de Arnoso. Este parecer incidia na necessidade de Bernardo buscar a verosimilhança e, sobretudo, valorizava a obrigatoriedade de um escritor conhecer a matéria ficcionada e estar próximo dela física e emocionalmente: «Olhe, meu filho, não escreva romancinhos de aldeia. Estamos enfastiados dessa grande falsificação das nossas chatas e porcas aldeias por onde começam todos os contistas. Dê sempre a moeda verdadeira da vida portuguesa com os cunhos da "guitarra". Já que é melindroso espreitar para dentro dos palacetes da corte e escrever-lhes a corrupção capilar, fotografe esses infernos de lama e lágrimas por onde rodava o carro do paraplégico» (C. de 15-04-1885. In MACHADO, 2017: 53-54). 1122 C. a Lourenço do Fonseca (Júnior), de 09-12-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 984.

<sup>&</sup>lt;sup>1123</sup> C. de 17-06-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 860-861.

<sup>&</sup>lt;sup>1124</sup> C. de 17-06-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 860-861.

<sup>1125</sup> O primeiro, intitulado O segredo do lavrador, foi dedicado a Mateus Barbosa e Silva; o segundo, O assassino, dedicado a Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1126</sup> C. de 14-04-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 1045.

<sup>1127</sup> Campos foi, por largos anos, ajudante do Conservador do Registo Predial da comarca de Viana do Castelo, e nomeado, por despacho de 26 de julho de 1880, escrivão de direito e notário daquela cidade. A atividade de escritor

Por lhe ter sido dedicado *O assassino*, e embora o romancista visse, neste segundo volume, progressos em relação ao anterior, Camilo sentiu-se na obrigação de «zelar e esperar» que o talento de João Campos atingisse a melhor evolução e êxito<sup>1128</sup>. Fez-lhe recomendações nesse sentido. Era preciso que encontrasse um estilo e identidade próprios, que soubesse encontrar filtro para as influências literárias e, depois, servir-se destas para qualificar os seus escritos; e, sobretudo, que não amalgamasse, por ingenuidade e irreflexão, aquilo que não tinha qualidades para ser mesclado:

Se V. Ex.ª me dá licença, ouso fazer-lhe uma reflexão. O seu estilo carece de ser uniformizado, com um pequeno esforço. Por vezes ressaltam frases de um puro classicismo, e à volta delas abundam construções segundo as fórmulas de Flaubert, de Bento Moreno, Eça de Queirós, e dos outros que se chamam — ainda não atinei porquê — os realistas. Quero falar dos substantivos ladeados de adjetivos.

Isto que me parece mais anglicismo que francesia não é nosso; e, sobretudo não se amalgama bem com as locuções severamente portuguesas que V. Ex.ª tão a miúdo e felizmente usa. Se V. Ex.ª quer filiar-se na escola do Francisco Teixeira de Queirós (Bento Moreno), seja sempre igual e conseguirá ser sempre brilhante. Eu não reprovo, e até por vezes me deixo seduzir por aquelas novidades. Mas o que V. Ex.ª não pode é ser eclético intermetendo dicções seiscentistas no meio desta bela desordem do epíteto e da gramática<sup>1129</sup>.

Referimos, por último, Nunes de Azevedo. Ao publicar *Contos modernos*, que dedicou a Camilo, este agradeceu-lhe a distinção, «não como preito, mas como benquerença de confraternidade literária»<sup>1130</sup>. Mas antes de a obra vir a público, o jovem escritor dirigiu-se ao romancista a confessar-lhe a sua gratidão por todas as cortesias com que era prendado<sup>1131</sup>. Informava-o de que ia inserir nos *Contos* as cartas camilianas recebidas, apresentando desculpas aos críticos pela vaidade, e até benefício, do autor anónimo em dar publicidade ao epistolário do laureado romancista de Seide. Aliás, o autor dos *Contos* havia sido incitado pelo próprio Camilo a usar a correspondência como melhor entendesse, até para o prefácio, como se depreende no último parágrafo da carta que transcrevemos:

 $n\~{a}o~veio~a~ser, portanto, a~profiss\~{a}o~do~seu~principal~sustento, ainda~que~fosse~redator~ass\'{a}duo~de~«A~Aurora~do~Lima».$ 

<sup>&</sup>lt;sup>1128</sup> C. de 03-06-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 1045-1046.

<sup>&</sup>lt;sup>1129</sup> C. de 03-06-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 1045-1046.

<sup>&</sup>lt;sup>1130</sup> C. de 11-01-1883. In CABRAL, ed., 1972-1973: II, 215.

<sup>1131 «</sup>A extrema generosidade que V. Ex.ª me dispensa não desdiz dos seus altos créditos de escritor. / O homem não desmente o artista. / Parecia-me, dantes, temeridade absurda tentar escalar o céu em que vivem as glórias da nossa Literatura, sem se ter a coragem e a estatura de um ciclope. V. Ex.ª provou-me o contrário disto: que os grandes braços da urbanidade podem servir de escada a um pigmeu, como os ramos de uma grande árvore podem levantar um verme da terra» (C. de Nunes de Azevedo, de 21-04-1883. In *Acervo de Correspondência*, n.º 517, Casa de Camilo). Uns anos mais tarde, Bernardo Pindela também se mostrava penhorado a Camilo pelos elogios que dele recebera e que constituíam uma enorme motivação: «Muito obrigado pela sua amiga carta. Receber do grande mestre as palavras de elogio que me dirige é ver realizada a maior ambição que podem ter os que trabalham» (C. a Camilo, de 20-12-1885. In MACHADO, 2017: 54).

A cortesia manda que eu lhe aplauda os seus Contos. A razão da cortesia é forte e imperativa; mas eu, nisto de urbanidade literária, sou um selvagem. Digo-lhe que os seus Contos são muito bem feitos, porque os acho muito bem feitos. Eis aqui um espécimen do realismo que há de ficar. As demasias, as notas forçadas do naturalismo — os pecados mortais da escola — já V. os vai expungindo da sua obra.

Começa pois o meu estimável escritor com a aurora de uma evolução sensata, que eu não esperava tão cedo. Se continuar, o seu destino é a eminência, o predomínio, o exemplo.

Escuso dizer-lhe que as minhas cartas desta espécie nunca são particulares<sup>1132</sup>.

Depreende-se que Camilo, mais do que lhe elogiar os *Contos*, pretendia sobretudo patrocinar a estreia de um jovem no trabalho das Letras. Aplaudia-lhe a obra compelido pela deferência por alguém que, nos primórdios da sua carreira literária, revelava a preocupação sensata em se escapulir já aos «pecados mortais» do realismo.

### 3.1.6.2. Camilo e os processos realistas

Moldou Camilo a sua produção pelo tom realista? Tinha, ainda, futuro para fazer outro passado literário? Possuía versatilidade para alterar, de um momento para o outro, o seu modo de estar na cultura e de trabalhar em Literatura?

O romancista erigira a pulso de ferro uma carreira de notoriedade e de brilhantismo, e detinha, como poucos, o *experimentum crucis* do que era a dureza de obter sustento a partir do trabalho de escrita. Era senhor de um depurado sentido estético forjado em longas leituras de autores antigos e recentes, além de possuir um espírito observador e atento às novidades literárias que pudessem confluir, ora para a qualificação da sua prosa ora para se manter arrolado nas intenções e preferências dos leitores. Tais qualidades e experiência aduziram-lhe argumentos para discernir que o seu trabalho literário não poderia ser insensível, nem se manter impermeável ao movimento de renovação estética e literária que iria ter em Eça o seu principal doutrinador, cultor e divulgador.

Em meados da década de 1860, um parágrafo da missiva a António Feliciano de Castilho parece ser, em termos epistolares, o primeiro autoalerta do escritor sobre tempos de renovação literária que germinavam em Portugal. Na citação das *Bucólicas*, de Virgílio, Camilo revelava já o seu nítido entendimento da milenar consciência de que cada tempo, de que cada nova época era marcada por uma raça de homens recém-criada. A realidade comprovava-o:

O autor das Pupilas do Abade é cirurgião e lente na escola do Porto. Deve ter 37 anos. É um sujeito doente e triste. Parece-me que tem muitíssima aptidão para a novela. Li e disse cá entre mim, Jam nova progenies, etc. Aquilo é rebate de entroixar eu a minha papelada e desempeçar a estrada à nova geração<sup>1133</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1132</sup> C. a Nunes de Azevedo, de 17-04-1883. In CABRAL, ed., 1972-1973: II, 215-216.

<sup>&</sup>lt;sup>1133</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 02-11-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 376.

Camilo compreendeu que os tempos eram de efetiva e profunda transformação cultural e literária. Como deveria ser, então, a sua atitude: de adesão? Ou de repulsa? Bandear-se com a escola realista<sup>1134</sup>, ou ridicularizá-la pela obsessão desta na «exposição verbosa do sujo da vida»<sup>1135</sup>?

O momento exigiu-lhe reação e receção 1136.

Homem de extremos nas emoções, gestor perspicaz da sua carreira literária, vigilante aguerrido na defesa das ameaças às obras produzida na sua tebaida, Camilo decidiu-se, como era de imaginar, pelas duas vias antagónicas: assimilar e parodiar. Convocou toda a riqueza dos seus tesouros de estilista e de polemista, até onde lhe sobejassem forças e espírito motejador. Além de que não esmoreceu enquanto as contingências lhe foram vantajosas: a nível profissional, na confirmação do temido prestígio de saber atacar e defender-se, sem dó nem piedade; e, a nível monetário, no usufruto de dinheiros até que a chama da contenda mantivesse em seu redor o interesse do público.

De olhos postos em Camilo, intelectuais e escritores, e até o público culto em geral, estavam na expectativa de lhe ouvirem gargantear o canto do cisne. O romancista sentiu remoçar-lhe a energia da sua formação intelectual como lhe aconteceu em outras situações de claro desconforto, e iniciou, em 1879, uma escaldante polémica com a publicação de *Cancioneiro alegre*. Era uma obra desabrida e explosiva de crítica literária, cujos estilhaços de ironia rebelde às elementares leis da cortesia atingiram a maioria dos jovens escritores das hostes realistas. Começou logo por Guerra Junqueiro:

Eu leio tudo e escrevo pouco. Estou comentando um Cancioneiro alegre para verberar nemesicamente grande parte de poetas modernos, deste e do outro hemisfério. O primeiro que eu afago é o Guerra Junqueiro. Se tivesse um jornal, mandava-te, como amostra, o que escrevo sobre ele<sup>1137</sup>.

Colocava Junqueiro e correligionários do poeta no pelourinho da sua implacável crítica, e fazia da pena um látego que desferia bordoadas de derisão e mofa:

Tu ris com o Cancioneiro e eu pretendo para as lágrimas explosivas os meus lenços. Eles vão saltar-me, os realistas, com o velho cacete dos seus antecessores. Dizem-me que o Miguel Alcaide deles é um sujeito medonho. Já agora deixa-os vir que eu hei de recebê-los brutalmente como homem que vive em Seide, e calça tamancos, e adquiriu péssimos hábitos de frases montesinhas nos aspetos de uma natureza bruta<sup>1138</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1134</sup> AGOSTINHO, 1926: 196.

<sup>1135</sup> GOMES, 1965b: 13.

<sup>1136</sup> TORRES FEIJÓ, 2011.

<sup>&</sup>lt;sup>1137</sup> C. a C. Ramiro Coutinho, de 15-12-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 278-279.

<sup>1138</sup> C. a C. Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 281.

Por lhe temerem as varadas, ou porque os vergões do romancista lhes ficassem estampados nos seus prestígios e orgulhos, poucos foram os visados a abdicar das suas resignações para rebater a afronta. Do lado de lá do Atlântico, fizeram-se ouvir certas vozes descontentes: «Tenho sido bastante mimoseado de insultos brasileiros» Em Portugal, houve várias e inflamadas polémicas, nomeadamente com Alexandre da Conceição, Cipriano Jardim ou Letizia Rattazzi, nas quais a confrontação de ideias depressa resvalou para as agressões de cariz meramente pessoal. A situação ajudou a adensar as tensões e as controvérsias entre românticos e realistas.

Passou, entretanto, da crítica literária à crítica pela ficção. A mencionada invetiva antirrealista camiliana e a atmosfera de virulência intelectual desencadeada pelo «velho escritor de antigas novelas» 1140, que era avesso a imposições de escola e estava contra os pressupostos teóricos do Realismo francês e o aportuguesamento dos respetivos processos literários, acabaram por ser também, a nosso ver, uma hábil tática da sagacidade do escritor. Com a polémica edição do *Cancioneiro*, produziu uma espécie de *passadeira vermelha*, que ele próprio manufaturou e estendeu, para depois fazer desfilar, com o melhor estilo e a maior atenção do público, dois trabalhos parodísticos: *Eusébio Macário* (1879) e *A corja* (1880). Ou seja, agrediu, em primeiro lugar, os partidários da corrente realista-naturalista; depois de criado o cenário de polémica, veio satirizar, com as duas obras referidas, as principais estratégias do movimento literário, fazendo brilhar a sua omnipresente ironia, duplamente corrosiva e sedutora.

A composição do primeiro «romance faceto» da dezena e meia de volumes «compactos, bons» com que projetara dissecar a «sociedade decadente», foi uma «sinfonia offenbachiana, a gaita e berimbau»<sup>1141</sup>, que lhe dessangrou muitas energias de trabalho e de inteligência. Revelou que os limites do seu melhor e do seu pior tinham em *Eusébio Macário* uma medida das suas capacidades: «O *Macário* foi uma disenteria de todo o meu génio. Derramou-se-me o cérebro naquela dejeção, e não sou capaz de dar nem melhor nem pior que aquilo»<sup>1142</sup>. Para ele, a obra tinha sido uma «brincadeira»<sup>1143</sup>, vergonhosa para os seus respeitáveis cabelos brancos<sup>1144</sup>. Esta desvalorização do produto *Macário* e do talento que lhe deu forma e vida reverberam a impressão ou apreciação do romancista sobre a «partitura de ópera bufa»<sup>1145</sup> que compusera. Riu-se ele<sup>1146</sup>, e fez rir os leitores, saciando o gosto «de um público doentiamente seduzido pelo que de repulsivo podia ler nos romances naturalistas»<sup>1147</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1139</sup> C. a Alberto Braga, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 802-803.

<sup>1140</sup> CASTELO BRANCO, 2003b: 57.

<sup>&</sup>lt;sup>1141</sup> CASTELO BRANCO, 2003b: 59.

<sup>&</sup>lt;sup>1142</sup> C. a Silva Pinto, de 14-04-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 685.

<sup>&</sup>lt;sup>1143</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 01-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 889-890.

<sup>&</sup>lt;sup>1144</sup> C. a Martins Sarmento, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 1994: 741-742.

<sup>1145</sup> MARTHA, 1918: 12-13.

 <sup>1146 «</sup>Escrevo o Eusébio Macário que às vezes me faz rir como uma visão burlesca» (C. a Bernardina Amélia, de 16-11 1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 174-175). Camilo trabalhava, nesta altura, na preparação da segunda edição.
 1147 REIS, 1991: 154.

Sobre o impacto no público, relembramos, entre outros testemunhos, o de Bernardo Pindela. Disse a Camilo: não «[resisto] à tentação de lhe agradecer as suas boas horas de uma gargalhada constante que o seu livro — o *Sentimentalismo* — me proporcionou. Tem pilhas de graça» <sup>1148</sup>. O romancista respondeu-lhe de Seide a afirmar que o amigo se enganava:

Quando escrevi essa futilidade que o fez rir, tinha a cabeça amparada na mão esquerda, enquanto a outra, como diriam João Félix e Viale, traçava as imortais asneiras. Tenho todas as lepras que me assacam os críticos do Cancioneiro alegre e outras que eles felizmente ignoram.

Agradeço-lhe muito, meu caro Amigo, a sua cartinha. Devo dizer-lhe em abono do meu bom gosto nas letras que não escrevi o Eusébio com sarcasmo à escola naturalista. Não só me encantam os livros dos dois Queirozes, mas até creio que, por espaço de trinta anos, livro que assim não for composto raro leitor há de ter.

É uma coisa que anda no ar. Os escritores são meros instrumentos da evolução 1149.

Em relação a outras produções literárias, mesmo se nos referirmos ao escoamento de *Amor de perdição*<sup>1150</sup>, a venda dos exemplares de *Macário* foi excelente: «O Chardron muito satisfeito com o livro *Eusébio*. Diz-me que vá relendo o livro para a 2.ª edição! Quer fazê-la antes do fim do ano. O maior consumo tem sido no Porto. Quem diria! Isto explica o realismo prático das mulheres. Na tua mocidade decerto o livro se não venderia»<sup>1151</sup>. Pormenor importante é a menção ao «realismo prático das mulheres». Camilo referia-se a uma mudança da atitude feminina no último quartel do século XIX. Tinha havido uma evolução na expectativa feminina do que se escrevia, e também no que o romancista produzia, porque Camilo tinha sido, na verdade, um dos grandes autores responsáveis pela transformação da leitura das senhoras. Tantas vezes se lhes dirigiu, em compreensão profunda por muitos dos dramas femininos, sobretudo os casamentos contrariados ou a reclusão em conventos.

A *Eusébio Macário* seguiu-se *A corja*. Coincidiu a redação com os tempos em que Camilo se encarregava da construção, em Seide, do chalé de Silva Pinto. A este amigo, que passara de seu temido adversário a venerador incondicional, o romancista anunciava nova dose de unguento realista «aviado na botica do Eusébio»<sup>1152</sup>, antecipando no registo epistolar o intencional discurso palavroso com que estava a entalhar o segundo volume dos «romances facetos»:

Alvenéis cimentam os alicerces da sua casa. Picaretas ouvem-se. Carros de pedra arrastados por magros bois, de uma pacificação faminta, chiam. Rajadas do sul passam e põem manchas vermelhas nos narizes. É a orgia macabra dos ventos, com um grande deboche de chuva.

<sup>&</sup>lt;sup>1148</sup> C. a Camilo, de 17-08-1879. In MACHADO, 2017: 36.

<sup>&</sup>lt;sup>1149</sup> C. de 18-08-1879. In MACHADO, 2017: 38.

<sup>&</sup>lt;sup>1150</sup> A obra-prima do romantismo português teve seis edições, até à morte de Camilo, em 1890. Em vinte e oito anos, houve, em média, uma nova edição por cada quatro anos e meio (Cf. CABRAL, 1997a: 173).

<sup>&</sup>lt;sup>1151</sup> C. a Ana Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 794-795.

<sup>1152</sup> RIBEIRO, 1975: 127.

Já vê que estou escrevendo, de cangalhas, na cama, e a lápis, A corja, continuação do Eusébio Macário<sup>1153</sup>.

Com os dois romances, *Eusébio Macário* e *A corja*, Camilo apropriou-se dos processos realistas, usou-os e entregou-se ao deleite, ainda que extenuante, de os parodiar pelo exagero e pelo ridículo. A missão foi difícil e complexa. E só um escritor como ele podia ser capaz de a empreender. Visto como o patriarca da mundividência romântica, o escritor estava na posse de todas as suas capacidades e qualidades de criador literário, e, como o dissemos, era dotado, a nível invulgar, nos planos «linguístico-retórico» e «técnico-narrativo»<sup>1154</sup>. Possuía uma facilidade de escrita nos mais variados registos e gozava de enorme reputação pela destreza com que geria a sua veia de polemista e de humorista, pela acutilância dos seus ataques multidirecionais e pelo destemor com que enfrentava os combates literários. Se a estratégia era desconstruir a escola realista a diferentes níveis<sup>1155</sup>, o romancista enveredou por explorar a sua vivacidade humorística e satírica, comprovada em novelas que tinham atingido excelentes resultados editoriais: *Coração, cabeça e estômago* (1862), *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado* (1863) e *A queda dum anjo* (1866). Ao invés de Eça, «autor irónico por excelência», estas novelas expuseram «o homem de chalaça, zombaria, sátira ou sarcasmo»<sup>1156</sup> e confirmaram Camilo como um autor de admiráveis recursos para provocar o riso.

A paródia feita ao Realismo teve consequências na produção futura do romancista. É muito provável que o público esperasse encontrar em *A brasileira de Prazins* a mesma atitude estética de Camilo nos dois romances facetos que a precederam. Não foi assim que sucedeu. O que ressurgiu foi o autor de narrativas romanescas tradicionais a elaborar uma estrutura diegética na qual coabitavam temáticas do «estilo velho» com características do «estilo faceto» 1157. O ritmo da novela camiliana voltou a ter desenvolvimento mais célere, o narrador continuou a explicar o modo como obteve conhecimento dos factos descritos e, na «Conclusão», o leitor ficou inteirado do destino dos protagonistas. Além de que, entre outros assuntos, regressaram os amores proibidos, o «brasileiro de torna-viagem», a quem a boçalidade estava à proporção dos bens de fortuna, o aproveitamento ficcional da linguagem castiça do país rural e a evocação de acontecimentos históricos de períodos recuados 1158. Do «estilo faceto», Camilo conservou, por exemplo, a caricatura grotesca do *ser* e do *estar* de algumas personagens, desprovidas de moral e de sentimento: umas prontas a venderem a filha, ou a adquirirem noiva, com a mesma facilidade e espírito comercial de quem negoceia gado; outras envolvidas na prática de exorcismos e a subirem ao púlpito, sem fé e sem caridade, proferindo

<sup>&</sup>lt;sup>1153</sup> C. a Silva Pinto, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 751-752.

<sup>&</sup>lt;sup>1154</sup> MARTINS, 2003: 24.

<sup>&</sup>lt;sup>1155</sup> «Os pressupostos ideológicos, as técnicas narrativas, as opções estilísticas ou os temas recorrentes da estética realista-naturalista aplicada ao romance» (MARTINS, 2003: 24).

<sup>1156</sup> CABRAL, 2008: 22.

<sup>1157</sup> CABRAL, 2003: 119-120.

<sup>1158</sup> Cf. REIS, 1990a: 113.

sermões num ambiente de alienação e de escassa religiosidade. No processo de caracterização destas e de outras personagens sobrevém sempre a ironia camiliana, mesmo nos lances mais dramáticos, seja numa estratégia de descompressão da tensão da narrativa seja na intencionalidade de que a descrição física e psicológica reforce a caricatura em ordem ao riso:

Feliciano [...] chegara aos quarenta e sete, ao outono da vida, sem ter amado. Nunca se conspurcara nos latíbulos da Vénus vagabunda. A sua virgindade era admirada e notória; depunham a favor dela os seus caixeiros, os feitores e — o que mais é — as suas escravas. Os seus patrícios devassos chamavam-lhe o Feliciano Pudicício. Ele não se envergonhava de confessar a sua castidade ao pároco de Caldelas. Tinha vivido como um dessexuado; que trabalhava muito nos seus armazéns, que dormia poucas horas, e não dava folga ao corpo nem pega aos vícios. Originalíssimo<sup>1159</sup>.

Alguns dos processos realistas de que se apropriou para a produção de *Eusébio Macário* e de *A corja* manter-se-iam em *A brasileira*. Não seria apenas, em termos estilísticos, o uso do discurso indireto livre ou um certo distanciamento do narrador em relação às matérias ficcionadas. Sê-lo-ia também em certos pressupostos da Escola Nova, designadamente, os de cariz científico. A explicação das causas das doenças e dos distúrbios psíquicos não estava nos obstáculos colocados ao relacionamento amoroso, e os tratamentos para a debilidade mental não se buscavam na fé<sup>1160</sup>. A loucura de Marta encontrava os seus motivos na hereditariedade, uma vez que herdara de sua mãe os ataques epiléticos e a demência. Mas também se justificava na educação que lhe tinha sido administrada. A sua debilidade física era resultante de umas «mimalhices de menina da cidade, que [lhe] estragaram o corpo e a alma»<sup>1161</sup>. A cura para o mal passava pela administração de «banhos de chuva, calmantes, distrações», e, «baldados estes recursos», a *brasileira* devia ser internada num hospital de alienadas<sup>1162</sup>.

O romancista trazia, assim, para a sua ficção o confronto entre a religião e a ciência, muito claro no modo como os padres e médicos interpretavam, na prática religiosa e no exercício médico, duas posições antagónicas de explicar e solucionar problemas de foro de saúde mental:

O médico [...], informado das cenas dos exorcismos, disse ao varatojano injúrias que o frade não tinha dito ao Diabo; chamou ao brasileiro e ao irmão corja de estúpidos, e partiu para Caldelas com o Feliciano. O frade, insultado pelo médico, e pelos modos bruscos e desabridos do brasileiro, citou umas palavras de Jesus que manda sacudir o pó das sandálias no limiar da casa dos ímpios, e foi-se embora<sup>1163</sup>.

<sup>1159</sup> CASTELO BRANCO, 2001a: 145.

<sup>1160 «</sup>As suas enfermidades não podiam curá-las os sermões nem as hóstias» (CASTELO BRANCO, 2001a: 187), e, com menos probabilidade, as aspersões de água benta (CASTELO BRANCO, 2001a: 203).

<sup>&</sup>lt;sup>1161</sup> CASTELO BRANCO, 2001a: 168.

<sup>1162</sup> CASTELO BRANCO, 2001a: 202.

<sup>1163</sup> CASTELO BRANCO, 2001a: 210.

Camilo demorou-se na escrita de *A brasileira*. Uma das razões prendeu-se com a necessidade de saber qual o escrutínio do «espírito público» à *corja*, cuja venda lhe parecia ter sido pequena<sup>1164</sup>. A obra teve um longo período de gestação, entre 1879 e 1882, e registou grande sucesso nas vendas. Foi o que Camilo informou à filha Bernardina: «Disse-me ontem o Chardron que em dois meses vendera mais de 1600 exemplares da *brasileira*. Ainda há quem goste de tolices felizmente, e ele ainda deve saborear mais a minha mania de as escrever» <sup>1165</sup>.

O público recebeu bem a obra, e a crítica foi favorável: «Já vi umas críticas benévolas à brasileira de Prazins. Só viram tolerável o estilo. Quanto à estesia do livro, a crítica nem sequer a farejou. Os realistas indígenas por enquanto só podem corretamente denominar-se os partidários do Senhor D. Miguel II» 1166. Apesar de não haver, então, uma crítica literária instituída, infere-se deste trecho da carta a Guiomar Torresão que os críticos se contiveram por lhe temerem a resposta. E se não o temeram, não perceberam, ou farejaram, a «beleza» da obra. A consideração sobre a «estesia do livro» parece ser quase um autoelogio de Camilo. A brasileira estava bem elaborada, o estilo era interessante, por ser novo, mas a crítica não havia percebido o alcance estético do livro. Foi esta, pelo menos, a perspetiva do romancista.

A apreciação feita ao seu livro parecia estar focada na forma como se redigia e pouco no conteúdo do que era ficcionado: «O Realismo por aí entende-se que é o substantivo empertigado entre quatro adjetivos e dois advérbios fortes soando estridentissimamente, muito compridos»<sup>1167</sup>. Mais uma vez, o romancista referia-se ao uso e ao abuso da adjetivação. O «substantivo empertigado» é o substantivo que reforça a sua significação e a sua objetividade. É como se substantivasse a característica das personagens, das pessoas, o seu comportamento e de tudo o resto.

A correspondência ilustra pouco as problemáticas mais quentes da polémica que envolveram a redação e a edição de *Eusébio Macário* e de *A corja*. Mas garimpámos alguns aspetos sobre os quais o ficcionista espargiu tão incisiva e categoricamente as suas convicções em prefácios, advertências ou artigos em periódicos.

Detenhamo-nos, agora, em algumas dessas críticas expressas na correspondência.

Acerca da linguagem seguida pela nova escola, Camilo notava que havia uma nítida influência francesa nos seus seguidores. Não estava contra eles, mas sentia que aquilo tinha sido importado e não era genuinamente português. O que lhe parecia ser verdadeiramente português era os que conviviam com ele, e a esses também Camilo os achava algo desinteressantes.

Entendia o romancista que a influência francesa derivava de Gustave Flaubert, na prosa, e de Charles Baudelaire, na poesia. Em França, aconteceu algo semelhante ao que se verificou com Luis de Góngora, em Espanha, e com Giambattista Marino, em Itália. Góngora e Marino procuraram dar outra perspetiva à Literatura Clássica, mas o resultado foi a exponenciação da

<sup>&</sup>lt;sup>1164</sup> C. a Ernesto Chardron, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 819.

<sup>&</sup>lt;sup>1165</sup> CASTELO BRANCO, 2002: 8-9.

<sup>1166</sup> C. a Guiomar Torresão, de 01-03-1883. In Trechos literários de Alexandre Herculano [...], 1910: 64.

<sup>1167</sup> C. a Guiomar Torresão, de 01-03-1883. In Trechos literários de Alexandre Herculano [...], 1910: 64.

ornamentação da linguagem, o que disfarçou ou tornou estranhos os respetivos trabalhos literários, quando comparados com as obras dos escritores clássicos que os precederam. Flaubert e Baudelaire estavam nessa trajetória de criação, a tentar também uma transformação e uma mudança do que já existia. E não mais do que isso:

entrevejo certa correlação entre o estado gafado dos espíritos [realistas] e a gafaria francesa da linguagem. E até me quer parecer que há úlceras indescritíveis com as tintas dos Barros e Lucenas. A novidade que impulsionou Flaubert na prosa e Baudelaire na poesia é a mesma espécie de transformismo psicológico que fez surgir o Marini e o Góngora. São fases impreteríveis e que trasbordam da prosódia como os excrementos das sarjetas da Rua das Cozinhas em Coimbra<sup>1168</sup>.

Eles não inovaram. Apenas empreendiam a utilização de uma estratégia descritiva diferente, onde entrava, por exemplo, o uso do discurso indireto livre e o uso dos adjetivos, da qualificação:

O Flaubert e o Baudelaire não são dois inovadores, são o espírito de um período de transição. Eles obedeceram inconscientemente a um fluido que os impulsionou. É obrigatório que todos os espíritos afinem por aquela «clave». Está V. Ex.ª na corrente. A sua poesia é, sobre graciosa, muito bem feita<sup>1169</sup>.

Uma das críticas insistentes de Camilo aos processos realistas recaiu sobre a utilização da adjetivação como forma de caracterização: «os nossos imitadores criaram uma adjetivação absurda, e entenderam que a evolução era aquilo»<sup>1170</sup>. Absurda, falsa ou exagerada, a adjetivação contribuiu para acentuar o aportuguesamento do Realismo ou para comprovar o facilitismo da opção feita: «Hei de tentar isso, conservando a falsa adjetivação com que os realistas portugueses estragaram um pouco a escola»<sup>1171</sup>. Reforçou o parecer em missiva a Teixeira de Queirós:

Ai! O adjetivo! O adjetivo é a renascença, meu caro Queirós. Quem o não cultivar, recuará aí frioleiras incolores dos clássicos. Deixe falar a pauta dos espíritos que não entram no grande segredo da arte de escrever. Quantos períodos que não vingam se tirar fora o ressalto de um adjetivo! Eu lendo os seus contos, não dei tento dessa cópia que enfastiou não sei quem: foi preciso que me dissessem que V. Ex.ª adjetivava muito. Eu lhe direi onde há de mandar os críticos, se as latrinas da Rua de Príncipe não estiverem cheias<sup>1172</sup>.

 $<sup>^{1168}</sup>$  C. a C. Ramiro Coutinho, de [20-07-1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 164-165.

<sup>&</sup>lt;sup>1169</sup> C. a José Caldas, de 24-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 837.

<sup>&</sup>lt;sup>1170</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 01-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 889-890.

<sup>&</sup>lt;sup>1171</sup> C. a Alberto Braga, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 802-803.

<sup>1172</sup> C. a Teixeira de Queirós, sem data. In coleção do Museu João de Deus.

Outra das apreciações camilianas incidiu sobre o facto de se procurar conferir dimensão científica à análise e à escrita realista. Camilo não partilhava da opinião de que Comte e o positivismo tivessem dado um sistema científico de abordagem, descrição e explicação da sociedade. Para ele, tratava-se de um charlatanismo literário. Na «Advertência», de *Eusébio Macário*, ressalta bem a vontade de satirizar o determinismo e as pretensões científicas do romance realista. Os novos processos não podiam ser assim apelidados, porque, na perspetiva camiliana, nem tudo podia encontrar explicação em fatores como «a orientação das ideias pela fatalidade geográfica, as incoercíveis leis fisiológicas e climatéricas do temperamento e da temperatura, o despotismo do sangue, a tirania dos nervos, a questão das raças, a etologia, a hereditariedade inconsciente dos aleijões de família»<sup>1173</sup>.

A «ostentação científica» do movimento literário deixava a descoberto terreno mais propenso a medrar o riso sardónico do que a acontecer a sua «aceitação séria»<sup>1174</sup>. Apelidá-lo de científico era um subtil pretexto para amedrontar aparos enferrujados ou até os autores que tinham resvalado para um «romanticismo lacrimoso», que tinha em Pinheiro Chagas a sua principal figura:

O que sempre me pareceu foi que o adjetivar de científicos os tais processos era um desvanecimento um tanto charlatão por parte dos inovadores. A canalha, porém, reputando-se privilegiada na forma, na fraseologia realista, chamava à coisa científica para espavorir os ignorantes da minha casta, os macróbios do romanticismo lacrimoso<sup>1175</sup>.

Efetivamente, o romancista de Seide nunca disfarçou a sua contestação aos que defendiam que o Realismo seguia pressupostos positivistas, nem escondia a crítica ao discurso mais social e ideológico que o Realismo representava. Como se este fosse já uma espécie de reencarnação de uma sociedade que se refletia na Literatura.

Por último, outro dos reparos negativos era o modo como os precursores do Realismo procuravam a atenção e o riso do leitor. Entendia que se podiam tirar dos prelos «romances naturalistas como o *Père Goriot* sem fazer rir nem descrever as tetas das mulheres» <sup>1176</sup>. Sobre tentar fazer «rir», Camilo deixará, anos mais tarde, nas margens ao corpo de texto de *A relíquia*, uma pequena nota a lápis que é conclusiva sobre a sua reprovação quanto à utilização forçada ou exagerada de cenas risíveis na construção e evolução da diegese: «Quando forçamos a graça tocamos a sensaboria» <sup>1177</sup>. Na construção das novelas, o autor devia, segundo Camilo, tentar construir uma graça de traço fino e preciso, um espírito vivo e espontâneo, e não provocado, de forma que as cenas contadas obtivessem, de modo mais natural possível, o sorriso dos leitores. Inteligira, porém, com certa mágoa, que, na prática,

<sup>&</sup>lt;sup>1173</sup> CASTELO BRANCO, 2003b: 59.

<sup>1174</sup> REIS, 1991: 155.

<sup>1175</sup> C. a Teixeira de Queirós, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1118-1119.

<sup>&</sup>lt;sup>1176</sup> C. a Alberto Braga, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 802-803.

<sup>&</sup>lt;sup>1177</sup> QUEIRÓS, 1887: 161.

este «país idiota» lia, sopeteava e referendava conteúdos literários que apresentavam personagens em que se revia: «são Eusébios Macários» 1178.

Em *Eusébio Macário*, Camilo ridicularizou a utilização na narrativa de aspetos relacionados com a intimidade sexual feminina, para atrair público à leitura dos romances naturalistas. Na Literatura não podia valer tudo. Para Camilo, um dos excessos estava na descrição das «tetas das mulheres», ou de outros aperitivos do mesmo teor, tal como a narração que Camilo fez do sonho erótico de Custódia no escadório do Bom Jesus do Monte<sup>1179</sup>, um cenário religioso pouco condizente para visões do género. A crítica alargou-se às depravações sexuais de outras personagens do *Eusébio* ou de *A corja*.

Consideramos que a receção do movimento realista em Portugal não encontrou Camilo desprevenido, nem contribuiu para colocar um ponto final na sua carreira de escritor, iniciada cerca de trinta anos antes. Por meados da década de 1870, Camilo inscrevera o seu nome entre os mais consagrados no panorama das letras portuguesas. Com uma obra literária que compreendia quase centena e meia de volumes, construiu invejável reputação, obteve reconhecimento do público português e brasileiro, conquistou respeitabilidade e angariou a estima geral.

Patriarca maior do Romantismo português, após o falecimento de António Feliciano de Castilho, o romancista soube, com o passar dos anos e sem descaracterizar o estilo que lhe era peculiar, interiorizar novos processos estéticos e ajustar as suas produções às tendências literárias que melhor respondiam aos gostos do público leitor. Ao contar a Alexandre da Conceição a sua permanência na estância termal de Caldas de Vizela, Camilo fez a seguinte descrição, ilustrativa do ambiente que o rodeava, e irónica quanto ao tempo literário que se vivia:

Aqui estou na piscina a transudar o resto do fluido nervoso. Predomina o brasileiro que descasca os joanetes nas termas dos Caios e Semprónios. Param às ourelas dos pauis, a ouvir coaxar as rãs, arrotam liricamente, e vão em casa à janta. As brasileiras fazem-lhes denguices e às vezes... cornos. Desculpe o realismo. É preciso ser cada um do seu tempo.

Mister é fazer liança, Se não, maus bichos nos comem, dizia o Sá de Miranda<sup>1180</sup>.

Também ele, o autor de obras românticas, tinha de ser um escritor do seu tempo. Ao assistir a um período de profunda transformação estética em Literatura, e reconhecer que estava a ser rendido o Romantismo por outra forma de expressão literária, Camilo trouxe para a sua produção literária aquilo que inferia ser meritório para a valorizar<sup>1181</sup>, designadamente, a utilização do discurso indireto livre.

<sup>&</sup>lt;sup>1178</sup> C. a Martins Sarmento, de 09-03-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 742-743.

<sup>&</sup>lt;sup>1179</sup> CASTELO BRANCO, 2003b: 113-115.

<sup>&</sup>lt;sup>1180</sup> C. de 06-10-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 815-816.

<sup>1181</sup> Uma das novidades que passou a adotar no seu processo de escrita, nomeadamente após Eusébio Macário, foi o discurso indireto livre. Este tipo de discurso permitiu-lhe uma narração simultânea dos acontecimentos, surgindo os

Escrevia, por estes anos, as *Novelas do Minho*, «biografias enoveladas» sobre pessoas com quem contactava e em lugarejos que calcorreava, com frequência. Ainda que insubmisso a «rígidos ditames de escola», no conjunto das novelas não podemos ignorar já alguns processos da estética realista<sup>1182</sup>, de certo pendor balzaquiano, nem olvidar «que as suas conceções romanescas» vão evoluir, nunca acriticamente, «no sentido de um Realismo espontâneo ou tendência realista» Alguns anos depois da publicação das *Novelas*, Camilo revelava a sua impressão sobre os efeitos da nova corrente literária na sua produção. A frase em latim, *Veni, vidi, vici*, pode bem ser usada para demonstrar aquilo que o romancista pretendia dizer: «Vou agradecer ao nosso amigo Silveira da Mota a fineza de relembrar as pobres novelas já esquecidas e acalcanhadas pelo Realismo que entrou triunfante para cima delas» <sup>1184</sup>.

Nos tempos que corriam, o romancista sabia que «novela escrita doutro feitio não vinga[va]»<sup>1185</sup> e que não podia quedar-se indiferente à *moda* realista. Embora lhe agradassem certos pressupostos e processos da estética realista, desaprovava outros. E, no que lhe desgostava, não emudecia. Surgiu-nos, então, Camilo em duas frentes, sem fazer a apostasia da sua dimensão de romântico. Primeiro, direcionou as suas apreciações literárias contra os seguidores do Realismo, editando o Cancioneiro alegre e reprovando-lhes os excessos, por deslumbramento acrítico ou por imaturidade intelectual de assimilarem as propostas de renovação. Depois, redigiu duas obras que tinham como alvo da crítica as principais estratégias literárias preconizadas pela nova escola<sup>1186</sup>. Eusébio Macário e A corja chegaram ao mercado livreiro com uma prosa repleta de ingredientes chistosos, povoada de personagens que evoluem nas fronteiras do burlesco, condicionadas pelo meio e pela educação, com atitudes de moral desprezível ou, pelo menos, questionável, e inseridas em contextos sociais, políticos e culturais de decadência generalizada. Camilo quis demonstrar que os resultados da deficiente receção, e consequente má utilização dos processos realistas, podiam ocasionar um estilo gongórico, que não valorizava nem a nova escola nem os respetivos seguidores. Em tom irónico, disse a Neves e Melo que o «Eusébio Macário é uma brincadeira. Falava-se aí de um Realismo que a ser aquilo que eu fiz já V. Ex.ª vê que é coisa fácil de fazer. Mas o naturalismo não é o primo Basílio; é o Père Goriot é o Lys dans la vallée, é todo o Balzac» 1187.

diálogos das personagens inseridos integralmente no discurso do narrador. A perspetiva do narrador na prosa camiliana é a perspetiva autoral. O narrador é normalmente o autor. A utilização do discurso indireto livre veio substituir ou alterar a perspetiva do narrador romântico. Com Eça de Queirós, também em virtude da utilização deste artifício literário, já muito rico em *O primo Basílio*, o narrador consegue ver o que a personagem está a sentir e está a viver, mas não se mostra como tal, não chama o leitor à colação, nem o interpela. O narrador introduzido pelo Realismo é capaz de ver, sem dizer que é ele que está a ver, disfarçado numa sabedoria natural.

<sup>&</sup>lt;sup>1182</sup> MARTINS, 2003: 175.

<sup>1183</sup> MARTINS, 2006: 20.

 $<sup>^{1184}</sup>$  C. a destinatário não identificado, de [10-04-1881]. In Acervo Camiliano, Câmara Municipal de Sintra.

<sup>&</sup>lt;sup>1185</sup> CASTELO BRANCO, 2003b: 56. Prefácio da segunda edição (setembro de 1879).

<sup>1186</sup> MARTINS, 2003: 18-21.

<sup>&</sup>lt;sup>1187</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 01-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 889-890. Camilo não expressou a mesma confiança a Ana Plácido. Na dedicatória que lhe fez em *Eusébio Macário*, o romancista confessa ter perdido a aposta de escrever «um romance com todos os *tiques* do estilo realista».

Não se rendendo às atrações da «Literatura do social, alicerçada na observação crítica», nem abandonando a «Literatura do sentimento e do primado da *imaginação*»<sup>1188</sup>, Camilo vai afastar-se do exercício parodístico de *Eusébio* e da *corja*. Ao redigir *A brasileira de Prazins*, Camilo comprovou que era possível renovar processos literários com a assimilação crítica, sem que um escritor abdicasse reverencialmente das suas conceções estéticas e literárias ou abandonasse o estilo que o notabilizou. O autor representante de um tempo literário em renovação, e ele próprio em aculturação a «novas opções técnico-narrativas, estilísticas e temáticas»<sup>1189</sup>, não será mais o Camilo que conhecemos antes de *Eusébio Macário*, ainda que o programa estético camiliano continuasse «substantivamente à margem do movimento e mais colado à sua própria trajetória»<sup>1190</sup>.

Entre Realismo e realistas, uma das evidências da epistolografia é o facto de Camilo ter acompanhado o percurso literário de Eça de Queirós e ter-se pronunciado sobre os textos que o escritor realista ia editando. Não conhecemos em Eça a mesma atenção e atitude do romancista de Seide. Quaisquer que tenham sido os juízos queirosianos às obras da suposta fase realista moderada de Camilo, é verdade indesmentível que *Eusébio Macário*, *A corja* e *A brasileira de Prazins* se incluem no leque das obras primaciais de Camilo Castelo Branco.

Nas pesquisas epistolares realizadas, encontrámos, no acervo de São Miguel de Seide, uma missiva de Bernardo Pindela<sup>1191</sup>, amigo íntimo de Eça de Queirós e amigo pessoal de Camilo. Na carta, expressava ao romancista de Seide os seus agradecimentos pelas horas alegres de leitura que lhe haviam proporcionado obras como *Eusébio Macário* e *O senhor ministro*. E sem que, aparentemente, algo o justificasse, teceu este juízo: «Que livro! O Eça de Queirós, de todos os *modernos* o de mais valor, estou certo daria de bom grado o P.º Amaro, o seu primo Basílio e até o seu consulado por qualquer dessas três obras-primas a que Camilo chamou *O Eusébio Macário*, *A corja* e *O senhor ministro*».

# 3.2. CENÁRIOS DO QUOTIDIANO

## 3.2.1. Doenças, médicos e terapêuticas

Uma das mais difundidas e enraizadas apreciações feitas acerca dos conteúdos da epistolografia camiliana é a de que estamos perante um extenso prontuário de doenças, no qual os leitores contemporâneos se deparam, em qualquer virar de página de uma coletânea, com queixas sucessivas do romancista acerca do seu mal-estar físico e sobre as respetivas consequências

<sup>1188</sup> MARTINS, 2003: 11.

<sup>1189</sup> MARTINS, 2003: 18.

<sup>&</sup>lt;sup>1190</sup> TORRES FEIJÓ, 2011: 93.

<sup>&</sup>lt;sup>1191</sup> C. de 21-01-1883. In *Acervo de Correspondência*, n.º 692, Casa de Camilo. Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855-1911), conhecido literariamente por Bernardo Pindela. Pertenceu ao grupo *Os vencidos da vida*. Destaca-se na sua bibliografia a obra *Azulejos*, prefaciada por Eça de Queirós.

no seu estado mental, psicológico e comportamental. Com muita dificuldade se apagará do imaginário coletivo a ideia de que as moléstias se acotovelavam umas às outras para terem em Camilo os mais nefastos sucessos: «A respeito de achaques, os meus estão a terminar pela dissolução destes podres liames que ainda me articulam, com pouca mais vida e elegância que um espantalho de painçada nas várzeas minhotas»<sup>1192</sup>.

O escritor foi um dos primeiros a construir esse juízo sobre o seu epistolário. «Estas cartas do teu papá cheiram a hospital»<sup>1193</sup>. Se o dizia à filha, com poucas variantes o confessava ao genro: «Só alguma vez por exceção lhe poderei dizer que não padeço muito»<sup>1194</sup>. Ao Visconde de Ouguela, acentuou o volume dos problemas que o assolavam e o uso que fazia das cartas para se expandir em queixumes: «Estou doente como uma enfermaria de São José. Cheguei à prosa da dor de barriga»<sup>1195</sup>. Esperava «acabar com um sorriso e um gemido, ao mesmo tempo»: o sofrimento «foi assim em toda a longa viagem da minha vida»<sup>1196</sup>.

De facto, a comunicação das suas enfermidades andava, quase sempre, entre o «sorriso» e o «gemido». Conquanto as situações por que estava a passar fossem capazes de suscitar maior piedade, dó ou tristeza, junto dos seus destinatários, a aptidão de Camilo em provocar o riso, gracejando sobre o problema, fazendo piada acerca da sua pessoa e transmudando dores em hilaridade, podia depreciar o queixume. Foi ele a declará-lo: «Como as minhas cartas para ti e para o Senhor Carvalho costumam ser misturadas de tristezas e graciosidades, daí procede julgarem exageradas as queixas da enfermidade» 1197.

A frequência com que aludiu a doenças e se referiu à variedade dos achaques que o importunavam originou diversas interpretações dos amigos, dos biógrafos e dos leitores.

O padre Sena Freitas entendia que o romancista não exagerava, nem fingia:

Sem embargo, eu creio perfeitamente, contra alguns ou muitos, que este homem não sofre só nos rebates sinistros de uma fantasia impressionista, mas que sofre fisicamente, muito, e desde muito tempo. Se assim não fora, não se queixaria com tamanha persistência. Seria de mau gosto. Seria de uma excentricidade irrisória, porque a saúde é o estado normal, a virtude e a glória do corpo, assim como a doença é o vício dele. Assoalhá-la é assoalhar uma miséria, o que a ninguém pode sorrir<sup>1198</sup>.

«Alguns ou muitos», como diz Sena Freitas, entendiam de outra forma. As missivas camilianas eram uma espécie de boletins sanitários, nos quais Camilo, a pretexto de qualquer assunto, noticiava um padecimento. Com dificuldade seriam levados a julgar que

<sup>&</sup>lt;sup>1192</sup> C. a F. Gomes de Amorim, de 30-01-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 855.

<sup>&</sup>lt;sup>1193</sup> C. sem data. FIGUEIRAS, ed., 2002: 155.

<sup>1194</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 592-593.

<sup>&</sup>lt;sup>1195</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 154.

<sup>&</sup>lt;sup>1196</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 159.

<sup>&</sup>lt;sup>1197</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 159.

<sup>1198</sup> FREITAS, 1888: 31.

o romancista não era um hipocondríaco, lendo cartas com o seguinte teor: «Não falei a V. Ex.ª dos meus achaques porque o aroma das giestas e do rosmaninho mos tinham feito esquecer. A enfermidade, porém, cá está inveterada no fígado e no coração, no baço e no pâncreas, na alma e no sangue» 1199.

Se os seus lamentos eram, na verdade, espelho do que estava sofrendo, interrogavam-se os demais como era possível ter resistência física capaz de suportar tão vasto rol de doenças se apresentava «estatura regular»<sup>1200</sup> e tinha aspeto franzino. Foi isso o que informou a Ana Plácido, acerca do que Gomes de Braga lhe dissera ter ouvido do médico António Maria: «O Camilo, ao que padece há 20 anos, já devia ter morrido. Tem rijas fibras; mas, no desalento em que está, não pode viver. Isto é de uma exatidão matemática»<sup>1201</sup>.

Quase nada, ou mesmo nada, conseguirá o investigador apurar acerca da verdade ou da imaginação das queixas de Camilo quanto a enfermidades. Os depoimentos dos que conviveram com regularidade e próximo dele ajudam, de algum modo, a perceber se os queixumes tinham fundamento ou se se inscreviam numa retórica camiliana de suscitar a piedade dos seus correspondentes.

O testemunho médico pode ajudar a perceber melhor os contornos entre a realidade e o exagero do comportamento de Camilo em se apresentar, com assiduidade, triste e melancólico, e em revelar preocupações excessivas com doenças imaginárias. Quando Jorge Castelo Branco esteve internado no Hospital Conde de Ferreira, Júlio de Matos exarou no processo de internamento o seu parecer sobre as doenças em Camilo, no qual considerou a personalidade do escritor de tendência instável e pendor hipocondríaco:

No lado paterno existe a alienação mental no avô e em dois tios; o pai é nevropata, espírito desequilibrado, instável nas convicções e nos afetos, oscilando constantemente entre as crenças religiosas mais arreigadas e o ceticismo mais completo, cultivando preocupações hipocondríacas, pretendendo-se em vésperas da morte há mais de 30 anos, de ânimo exaltado e agressivo, amando a polémica na fase emotiva das personalidades e das referências propriamente individuais. A sua história está escrita em dezenas de livros, eminentemente pessoais todos eles e apaixonados 1202.

<sup>&</sup>lt;sup>1199</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 25-05-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 334-335. Por diversas vezes, e mais compreensivelmente no final da vida, o romancista se apresentou em tom plangente, por causa de várias doenças que, ao mesmo tempo, o molestavam: «Além das nevralgias que me forçam a gritar, estou febril, cego e surdo. Não queira Vossa Majestade presenciar este horrendo espetáculo» (C. a D. Pedro II, imperador do Brasil, de [1889]. In CASTELO BRANCO, 2002: 1105).

<sup>&</sup>lt;sup>1200</sup> «De estatura regular, rosto comprido, trigueiro, bexigoso, cabelos pretos, olhos castanhos-escuros». *Livro de assento dos presos das Cadeias da Relação do Porto*, n.º 14, folha 46 (Anexo 26).

<sup>&</sup>lt;sup>1201</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 830.

<sup>1202</sup> LEMOS, 1974: 325. A atitude de se «pretender em vésperas da morte» surge-nos em várias situações. Damos alguns exemplos. Para reforçar a dimensão do mal que o retinha na cama, e suspeitando que ali se manteria «por largo tempo», disse: «Talvez que eu me esteja ensaiando para o leito onde se não acorda nem geme» (C. a destinatário não identificado, mas que pensamos ser o médico António Plácido da Costa, sem data. In PAÇÔ-VIEIRA, ed., 1917: 32). Querendo justificar o seu silêncio epistolar, disse ao Visconde de Ouguela: «Não te queixes do meu silêncio. Tenho sofrido muito há 15 dias. A anemia lavra cruelmente. Cada semana me vai trazendo um padecimento correlativo. Podes ir catalogando o meu nome no número dos teus amigos finados» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1877].

Conceito semelhante tinha formado António Rodrigues Ferreira, competente médico de Santo Tirso. Relatou-o Camilo, quando o facultativo se deslocou a Seide para o ver, e não o encontrou em casa:

Enquanto aí estive, veio aqui procurar-me o Dr. Ferreira de Santo Tirso. Irritou-se sabendo que eu tinha ido para o Porto, e disse formal e brutalmente a Ana Plácido que a minha vida estava para pouco, se eu continuasse a gastar as pouquíssimas forças em jornadas. Disse todo o mal que se pode dizer de um desgraçado hipocondríaco. Revoltou-se contra os médicos que me julgam nervosamente esgotado, e teima que a minha nevrose é uma exacerbação e não um esgoto<sup>1203</sup>.

É de supor que houvesse outros facultativos a diagnosticarem-lhe a hipocondria. Escrevendo à filha Bernardina Amélia, Camilo dava-lhe conhecimento de que continuava bastante doente e do que pensavam os médicos sobre a situação: «Passam-se noites inteiras em que me não posso deitar. Voltaram aquelas torturas que eu sofria quando passeava com o travesseiro em tua casa. Os médicos chamam-lhe hipocondria. Seja o que for, assim não se pode nem deseja viver» 1204.

A perspetiva de Ana Plácido tem, tal como em outros aspetos do quotidiano camiliano, uma importância muito especial. Companhia sempre presente nos bons e maus momentos do dia a dia do romancista, pessoa atenta às suas debilidades físicas e psicológicas e, entre todas as que privavam com o romancista, aquela que mais era apoquentada ou sobre quem mais se repercutiam as queixas constantes de Camilo, Ana Plácido avisou, pelo menos uma vez, de que nem tudo estava tão mal quanto ele apregoava:

de dia Camilo não me dá sequer cinco minutos de folga, e não me deixa ocupar senão com ele. Leio todo o dia, às vezes crónicas enfadonhas, e chego à noite sem vista, os pulmões cansados, e rouca. O estado geral de Camilo (deixe-o falar) é bom. O visconde de Ouguela, Tomás Ribeiro (que aqui jantou e família 3.ª feira) são concordes que aparência é excelente, e a cor muito melhorada<sup>1205</sup>.

Porém, em muitas situações, ela confirmou os padecimentos do marido. E no trato com um correspondente médico mais se detinha em pormenores, na intenção de desabafar, de o inteirar dos sofrimentos de Camilo e de, com isso, colher parecer sobre o modo de melhor o auxiliar a ultrapassar os males:

Vou dar-lhe conta do estado de Camilo, porque sei quanto se interessa pelo nosso doente. Já tem 4 fricções e um banho, amanhã tomará o segundo se não houver contratempo. [...] Quanto às

In CASTELO BRANCO, 2012: 248). E, devido a tonturas, por razões que a ciência não diagnosticava, escreveu em registo jocoso: «De qualquer das maneiras parece-me que dou a ossada brevemente» (C. a António Feliciano de Castilho, de 06-09-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 372-373).

<sup>&</sup>lt;sup>1203</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1334, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1204</sup> C. de [1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 107.

<sup>&</sup>lt;sup>1205</sup> C. a Freitas Fortuna, de [03-10-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 132-134.

fricções parece-me que o homem não as faz bem. Demora apenas meia hora ou menos, e limpa com um pano o resto da pomada, que não é pouca. Ora eu, para as nevralgias, estou acostumada a fazer-lhe fricções muito mais demoradas; e julgo que para serem dadas com perfeição deveriam ser feitas até gastar o gorduroso e ficar a pele seca e não ser preciso limpá-la. Pois não é assim?<sup>1206</sup>.

Fosse ou não um paciente de tendências hipocondríacas, a nossa investigação demonstrou que o assunto «Doença», e outros temas afins, tem uma presença muito forte em todo o epistolário e ocupa o segundo lugar entre as matérias mais tratadas pelo romancista na sua correspondência.

Para melhor se perceber a relação entre o assunto «Doença», o assunto «Produção literária» e o total da correspondência inventariada, construímos três gráficos. Na sua construção considerámos apenas a correspondência datada ou com datação atribuída, produzida nas últimas quatro décadas da vida de Camilo. A escolha dos anos de 1851-1890 como balizas temporais da nossa análise explica-se pela seguinte razão: segundo as missivas que conhecemos, o romancista confessou, pela primeira vez, a sua pouca saúde, em 1852<sup>1207</sup>, e a última, em 1890, poucos dias antes do suicídio, quando solicitou ao destinatário que convencesse o médico aveirense doutor Edmundo Magalhães Machado, a ir consultá-lo a São Miguel de Seide<sup>1208</sup>.

A Figura 9 relaciona o total da epistolografia inventariada e a totalidade das ocorrências que mencionam «Doença» e temas afins, durante as décadas referidas.

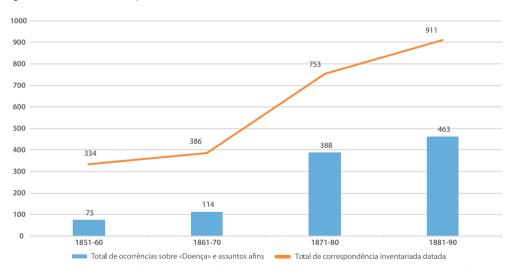


Figura 9. Total de correspondência inventariada datada e de ocorrências sobre «Doença» e assuntos afins, por década

Fonte: base de dados

<sup>1206</sup> C. de Ana Plácido a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1380, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1207</sup> C. a Guilhermino de Barros, de 23-09-1852. In CASTELO BRANCO, 1994: 873-874.

<sup>&</sup>lt;sup>1208</sup> C. a Joaquim Maria de Melo Freitas, de 26-05-1890. In CASTELO BRANCO, 2002: 1083-1084.

A distribuição dos números apurados dá-nos duas tendências que evoluem com certo paralelismo, durante quarenta anos. As queixas de Camilo sobre a falta de saúde foram crescendo com o tempo. É certo que também subiu o número de correspondência inventariada datada, e, entre 1851 e 1890, o aumento deste número, por década, é sempre superior ao da subida do número de referências ao assunto «Doença». Deste modo, não se pode concluir que a falta de saúde tenha aumentado com a idade. Mesmo assim, se considerarmos o peso relativo das referências a «Doença» na correspondência camiliana, verificamos que aumenta, significativamente, nas duas últimas décadas da sua vida, passando de 22,5% e 29,5% para 51,5% e 50,8%, nas décadas assinaladas na Figura 9.

No entanto, há outro aspeto importante a considerar nesta análise. Sobretudo a partir dos inícios da década de 1870, Camilo incorporou no seu epistolário as suas preocupações com falta de saúde dos familiares mais chegados: o quadro clínico cardíaco de Ana Plácido, o agravamento da saúde mental do filho Jorge, doença e morte de Manuel Plácido, doença pulmonar fatal da nora Maria Isabel e de Maria Camila (neta) e o estado geral da saúde da filha Bernardina Amélia, de seu marido e filhos (Camila Cândida e Camilo Carvalho). Estes problemas de saúde dos familiares constituíram grande preocupação e desassossego para o romancista, repercutindo-se na sua estabilidade mental e no seu equilíbrio emocional. Em suma, nas últimas duas décadas de vida, o volume das ocorrências sobre o assunto «Doença» também inclui as menções sobre as fragilidades de saúde e morte de familiares próximos. Aumentam as referências a doenças, mas nem todas se reportam à pessoa do romancista.

Com a Figura 10, procurámos perceber como evoluíam as linhas representativas do número de alusões a doenças e do número de referências às dinâmicas inerentes à sua produção literária.

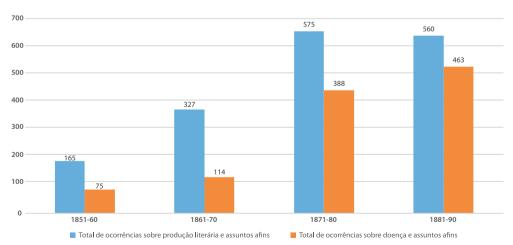


Figura 10. Totais de ocorrências sobre «Doença» e assuntos afins e sobre «Produção literária» e assuntos afins, por décadas

Fonte: base de dados

Verifica-se que, ao longo do período em análise, o número de ocorrências em epistolografia datada sobre ambos os assuntos aumenta quase em proporção, nas primeiras três décadas, sendo que, na década de 1881 a 1890, regista tendências inversas: sobe o número de notícias relativas a doenças e desce, ligeiramente, a quantidade de menções à produção literária.

Contudo, estes dados não permitem concluir que as doenças tiveram repercussão negativa na produção literária ou que foram a razão determinante e justificativa da diminuição dos trabalhos literários editados pelo romancista.

Entre 1851 e 1880, houve um crescimento substancial do número de queixas sobre doenças, mas também se verificou um aumento significativo das referências a matérias relacionadas com o seu labor de escritor público. Ou seja, Camilo manteve uma intensa e crescente atividade de criador ficcional, ainda que fosse apresentando cada vez mais queixas quanto à sua pouca saúde. Porém, confrontando as referências à doença na sua correspondência com a atividade editorial (Fig. 11) as tendências são bastante contrastantes:

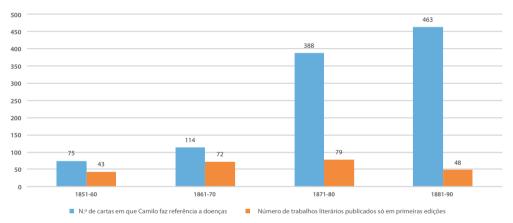


Figura 11. Total de ocorrências sobre «Doença» e temas afins e o número de volumes de trabalhos literários publicados (primeira edição), por década

Fonte: base de dados; CABRAL, 2003: 80-85; SANTOS, 1916-1926

Em vinte anos de atividade profissional (1851-1870), Camilo publicou 47,5% dos seus trabalhos literários em primeira edição 1209, sendo que o número de ocorrências sobre doenças, para o mesmo período e na epistolografia datada, representa apenas 19,2% da totalidade das referências acerca da falta de saúde. Contudo, nas duas décadas seguintes (1871-1890), apesar do aumento exponencial do número de referências sobre o assunto «Doença» e temas afins (80,8% das menções dizem respeito a estas duas décadas), o romancista produziu mais de metade dos volumes dos seus trabalhos literários (52,5%).

<sup>1209</sup> Incluímos, no cômputo dos trabalhos literários, em primeira edição, as obras originais (Antologia, Biografia, Crítica, Diversos, Epistolografia, História, Miscelânea, Narrativa, Polémica, Romance, Teatro e Poesia), organização de textos e prefácios, traduções, prefácios e colaborações (CABRAL, 2003: 80-85).

Considerando, embora, que a crítica especializada possa entender que estamos perante obras ou tipo de produções de valor literário desigual<sup>1210</sup>, surpreende que Camilo tenha editado mais volumes (48) na última década de vida, do que na década de 1851-1860 (43). Numa fase que os biógrafos consideram de decadência da sua carreira de escritor, Camilo conseguiu colocar mais trabalhos nos prelos das tipografias do que na idade entre os 25 e os 35.

Os resultados da nossa investigação levam-nos a concluir que as doenças não condicionaram a produção camiliana. Houve, como na vida de qualquer ser humano, períodos com mais ou menos saúde. Mas, na articulação muito profunda entre os padecimentos do ser humano e as necessidades intelectuais do criador ficcional, Camilo foi conseguindo, até onde pôde encontrar forças, restaurar ânimo próprio, revigorar estímulos e buscar um caminho alternativo para, através dos seus escritos, sublimar infortúnios e fazer a catarse física e emocional: «Esta casa é uma sucursal do inferno. É incrível como eu, à custa de violências, consigo trabalhar duas horas de noite» 1211. Também a Silva Pinto referiu a capacidade de revivescer pela dedicação ao trabalho intelectual, e, assim, ultrapassar os abatimentos causados pelas enfermidades: «Verdade é que me sinto bastante doente; mas o espírito lá se remexe entre os ossos, e fico melhor» 1212.

Sai também reforçada a nossa convicção de que, no final da vida, sobretudo nos últimos três anos<sup>1213</sup>, a progressão da cegueira e de padecimentos de diverso tipo influíram muito no trabalho literário camiliano. Todavia, a razão do decréscimo da labutação intelectual do romancista de São Miguel de Seide não pode explicar-se apenas, e como é usual, pela perda gradual de visão, nem se confinar às consequências de não poder ler nem escrever. Tem de ser também compreendida à luz de outros contextos familiares e sociais difíceis e penosos, designadamente, o acentuar das exteriorizações violentas da demência de Jorge, a libertinagem de Nuno, a circunstância de se encontrar despojado da sua biblioteca — mesmo que a tivesse, já não a podia compulsar com a sedução e o fascínio de outrora —, de realizar muito menos viagens, o que lhe apoucou contactos interpessoais e lhe minorou distrações culturais de que não usufruía, nem fruía, em Vila Nova. Como se tudo isto não fosse suficiente para o melancolizar, Camilo via escoar-se a saúde de Ana Plácido. Atente-se na missiva enviada a Ricardo Jorge, na qual o escritor, relegando para segundo plano as suas moléstias, descreveu a gravidade do mal de sua mulher e as consequências, caso se revelasse fatal:

<sup>1210</sup> É certo que há mais prefácios escritos nesta década do que em qualquer outra das três décadas anteriores. Contudo, o profícuo romancista escreveu em 1882 (*Perfil do marquês de Pombal, Narcóticos e A brasileira de Prazins*), em 1885 (*Maria da Fonte*) e em 1886 (*Vulcões de lama*), obras que ocupam lugar de enorme destaque no conjunto das suas criações literárias, nomeadamente, *A brasileira de Prazins*, uma das suas obras-primas.

<sup>&</sup>lt;sup>1211</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [11-02-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 266.

<sup>&</sup>lt;sup>1212</sup> C. de 10-06-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 688.

<sup>1213</sup> Camilo editará apenas Nostalgias (1888), Delitos da Mocidade, A maior dor humana (1889) e Nas Trevas (1890), além dos prefácios ao Grande dicionário contemporâneo Francês-Português, de Domingos de Azevedo, e Alvoradas d'Abril, de D. João de Castro, ambos de 1889.

D. Ana dorme [...]. O aumento dos sofrimentos dela está nas pancadas dolorosas do coração, no cansaço, na dificuldade de respirar e subir escadas. De noite, desperta soltando uns gritos guturais como de asfixia. Não come nada. As urinas muito diminutas, e a intumescência de ventre subindo para o peito e sem flexibilidade...

Não vingo desprendê-la de que tem doença incurável no coração. Para me dar coragem diz que ainda viverá alguns meses.

Considero-a morta; lá se vai o único esteio da minha vida. Morta ela, se eu vir que a minha agonia, neste ermo, com o espetáculo deste filho permanentemente perguntando-me pela mãe, com certeza me suicido, porque não posso sequer compreender que há angústias iguais às que me esperam. Não pense mais na minha moléstia, meu caro amigo<sup>1214</sup>.

Estas e outras desditas mostram-nos, nos tempos que precedem o suicídio, um homem desgastado e vencido pelas circunstâncias da vida e um escritor desmotivado pela descompensação intelectual do ato de criação literária. O desabafo que fez ao padre Sena Freitas, em 1877, bem lhe serve de epitáfio para os derradeiros tempos da existência: «Estou cada dia mais doente, mais triste e mais convencido de que acabei» 1215.

### 3.2.1.1. Doenças de que era mais queixoso

Associada à noção generalizada de que Camilo se desfazia em queixas permanentes sobre males físicos está a ideia de que o sofrimento dos olhos era a mais reiterada. No entanto, o nosso estudo desmente, em parte, esse pressuposto.

Apurámos que o maior número de referências (280) está relacionado com dores e doenças não identificadas, podendo refletir o comportamento hipocondríaco a que já fizemos referência: «Padeço tanto que não sei dizer-lhe o que sofro. Deus que criou esta situação humana é que sabe o nome que tem isto» 1216. Porém, nos últimos anos de vida, sabia que sofria muito de tudo 1217, que estava «cada dia e cada hora mais doente» 1218, ou «muito doente» 1219, ou «bastante doente» 1220 ou «mais que doente» 1221.

Os sofrimentos estendiam-se pelo desenrolar dos dias, em aparente sequência contínua: «Hoje estou pior que ontem e amanhã estarei pior que hoje»<sup>1222</sup>. Era como se houvesse uma continuidade fatal dos males físicos, a repetirem-se e a agravarem-se de dia para dia: «Ontem passei bem. Hoje mal. Amanhã veremos»<sup>1223</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1214</sup> C. sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1325, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1215</sup> C. de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 768.

<sup>&</sup>lt;sup>1216</sup> C. a Freitas Fortuna, [03-03-1890]. In COSTA, ed., 1930b: 157-158.

<sup>1217</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1198.

<sup>1218</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 35.

<sup>&</sup>lt;sup>1219</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 27-01-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1188-1189.

 $<sup>^{1220}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [14-12-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 234.

<sup>&</sup>lt;sup>1221</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 96-97.

<sup>&</sup>lt;sup>1222</sup> C. a Freitas Fortuna, de [29-07-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 95-96.

<sup>&</sup>lt;sup>1223</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [12-04-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 247.

Do leque de doenças não pormenorizadas, dizia que estava com pouquíssima saúde<sup>1224</sup>, «doentíssimo»<sup>1225</sup>, que sofria sempre, o que «não [era] novidade»<sup>1226</sup>, de modo infernal, «e completamente desesperançado»<sup>1227</sup>. Os padecimentos, ora atrozes<sup>1228</sup>, ora cruéis<sup>1229</sup>, não o deixavam «parar em parte alguma»<sup>1230</sup>. Participava que as pioras evoluíam «com uma rapidez consoladora»<sup>1231</sup>, ou, de outro modo, que estava «sempre doente e sempre piorando»<sup>1232</sup>.

Afirmava ter «a saúde cada vez mais descaída» 1233, que se sentia morrer 1234, e que, estando a falecer conhecidos seus, se sentia forçado a concluir: «Isto quer dizer que vá fazendo a mala para a viagem» 1235.

Sem adiantar as razões dos padecimentos, lamentava-se de que vivia na cama, «num estado de podridão incomparável» 1236, de que lá passava muito tempo: doze 1237, quinze dias 1238... meses sucessivos deitado e de costas, de que resultavam escoriações «ao fim da coluna dorsal» 1239. Escrevia do leito ao destinatário, e com dificuldade, sem saber quando dali sairia 1240.

No trecho de uma carta ao higienista Ricardo Jorge, datada de 1887, Ana Plácido referiu-se aos cuidados que o estado de Camilo exigia e às atenções que ele reclamava, e deixou explicito o que mais o molestava durante esse outono:

Camilo não me dispensa um só momento; e não quer que eu pense senão no seu estado, que realmente é aflitivo.

Agora a cegueira quase completa, as torturas do espírito, a nevrose no último grau, e a impertinência refinadíssima a um ponto, que não sei como se possa aturá-lo. Agora é que eu me parece que vivo por milagre da Providência, que por pirraça me conserva esta deliciosa velhice! 1241

<sup>&</sup>lt;sup>1224</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [27-11-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 231.

<sup>&</sup>lt;sup>1225</sup> C. a Freitas Fortuna, de [24-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 111.

<sup>1226</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 26-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 228.

<sup>&</sup>lt;sup>1227</sup> C. a Freitas Fortuna, de 21-10-1889. In COSTA, ed., 1930b: 137-138.

<sup>1228</sup> C. a Freitas Fortuna, de [24-03-1890]. In COSTA, *ed.*, 1930b: 161-162. E acrescentou na frase seguinte: As «dores [são] tão fortes que chego a esquecer as da alma».

<sup>&</sup>lt;sup>1229</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1887]. In CABRAL, 1924: 158-160.

<sup>&</sup>lt;sup>1230</sup> C. Inocêncio Francisco da Silva, de 03-06-1874. In CABRAL, 1922: 146-148.

<sup>&</sup>lt;sup>1231</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 226.

<sup>&</sup>lt;sup>1232</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [19-07-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 225.

<sup>1233</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 328-329.

<sup>&</sup>lt;sup>1234</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1327, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1235</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1879]. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 64.

<sup>1236</sup> C. a Manuel Negrão, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 881.

<sup>1237</sup> C. a Tomé das Chagas (pseudónimo), de 07-03-1880. Cartas de Camilo Castelo Branco, 1 jun. 1893: 18.

<sup>1238</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [15-07-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 371.

<sup>&</sup>lt;sup>1239</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1329, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1240</sup> C. a Oliveira Martins, de 22-12-1879. In MARTINS, coord., 1970: 22-24.

<sup>1241</sup> C. de Ana Plácido a Ricardo Jorge, de 06-11-1887. In Acervo de Correspondência, n.º 1388, Casa de Camilo. Sublinhados nossos.

Pelo conhecimento profundo que tinha dos sofrimentos do escritor, nesta missiva, a sua companheira mencionou duas enfermidades que, a seguir às dores e doenças não identificadas, foram, em termos estatísticos, nomeadas com mais insistência e assumem enorme destaque nas páginas da correspondência: a perda da vista (192) e as dores nevrálgicas (90). A estas moléstias, nós acrescentámos as dores nas pernas (41), o terceiro problema de saúde que mais o flagelava.

As queixas apresentadas aos destinatários sobre os olhos foram surgindo com naturalidade no epistolário. Isso possibilitou que investigadores interessados em desvendar e em esclarecer as origens dos padecimentos oculares do romancista adiantassem hipóteses sobre os verdadeiros motivos da evolução, do agravamento e da perda das capacidades de visão.

Na sequência dos lamentos, adiantava, por vezes, a designação da doença: diplopia (em 1856, 1857, 1881 e 1888) $^{1242}$ , oftalmia (em [1878], [1879], 1880, 1884 e 1890) $^{1243}$ , ambliopia (em 1887) $^{1244}$  ou amaurose (em 1887) $^{1245}$ .

Vivia apoquentado por estar «muito mal dos olhos» $^{1246}$  e por desconfiar que ia cegar $^{1247}$ : «A luz dos meus pobres olhos creio que se apaga» $^{1248}$ .

Com o tempo foi agravando as queixas: estava quase cego<sup>1249</sup>, ou já não via mesmo nada<sup>1250</sup>. Tinha pouca vista para o ato de escrita<sup>1251</sup>, e, se o fazia, era com muita dificuldade<sup>1252</sup>: «Escrevo-lhe às escuras. Escondem-se-me as palavras logo que as escrevo»<sup>1253</sup>.

Sendo-lhe difícil redigir, pedia auxílio. Como frisámos, não era nova a situação de ditar a terceiros a redação das suas missivas. Com o estado geral da vista a piorar, poucas alternativas lhe restavam: «Escrevo-lhe por mão estranha porque tenho a vista quase perdida» 1254.

Comunicava os problemas oculares, sem dispensar o registo irónico: «Hoje de tarde perdi completamente a vista do olho direito, mas não perdi a esperança de lhe anunciar amanhã a perda do olho esquerdo»<sup>1255</sup>. Contrastava o tom de mofa com o desabafo

 <sup>1242</sup> C. a J. Barbosa e Silva, de 28-04-1856. In CASTELO BRANCO, 1994: 1102; C. a José Barbosa e Silva, de 28-01-1857.
 In CASTELO BRANCO, 1994: 1027-1028; C. a Silva Pinto, de 26-03-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 674-676;
 C. a Silva Pinto, 20-01-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 664.

<sup>1243</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 274; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 284; C. a Francisco Gomes de Amorim, de 25-12-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 854-855; C. a Tomás Ribeiro, de 09-01-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1166; C. a Edmundo Magalhães Machado, de 21-05-1890. In CASTELO BRANCO, 1994: 910-911.

<sup>&</sup>lt;sup>1244</sup> C. a Tomás de Carvalho, de 12-05-1887. *Uma carta de Camilo [a Tomás de Carvalho]*, 1915: 5-6; C. a Tomás Ribeiro, de 18-05-1887. In CASTELO BRANCO, 1994: 1204.

<sup>&</sup>lt;sup>1245</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 18-05-1887. In CASTELO BRANCO, 1994: 1204.

<sup>&</sup>lt;sup>1246</sup> C. a Silva Pinto, de 28-08-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 749-750.

 $<sup>^{1247}</sup>$  C. a Silva Pinto, de 01-10-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 681.

 $<sup>^{1248}</sup>$  C. a Silva Pinto, de 22-07-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 692.

<sup>&</sup>lt;sup>1249</sup> C. ao padre Sena Freitas, de 03-09-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 783.

<sup>&</sup>lt;sup>1250</sup> C. a Freitas Fortuna, de 16-04-1889. In COSTA, ed., 1930b: 53-54.

 $<sup>^{1251}</sup>$  C. a Alberto Pimentel, de 20-03-1887. In CASTELO BRANCO, 1994: 810-812.

<sup>1252</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 254.

 $<sup>^{1253}</sup>$ C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1324, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1254</sup> C. a António Pereira da Cunha, de 30-08-1886. In CHAVES, ed., 2002: 146.

<sup>&</sup>lt;sup>1255</sup> C. a Francisco Lourenço da Fonseca Júnior, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 986.

entristecido pelo facto de lhe assustar a cegueira: «mas, como a morte me não assusta nada, assim que eu vir a noite a fazer-se digo boas noites à vida» <sup>1256</sup>. Metia-lhe medo ficar cego: dizia estar «sempre às escuras como os que dormem» <sup>1257</sup>, que se sentia em «trevas cerradas» <sup>1258</sup>. Atrigava--se com a escuridão: «Esta escuridão é tão aflitiva» <sup>1259</sup>. Em algumas alturas, o tom jocoso dava lugar ao registo dramático: «Parece-me que experimentarei na curta vida que hei de ter a escuridão da sepultura» <sup>1260</sup>.

A origem da moléstia ocular tinha, para Camilo, dois motivos principais. Um resultava do facto de ele, durante muitos e intensos anos de leitura e de trabalho de escrita, ter feito o uso excessivo da visão e de não ter compensado o órgão da vista com o descanso aconselhado a quem tinha um volume tão excecional de ocupações intelectuais:

Recorde-se algumas vezes da minha mocidade, das minhas alegrias e da nossa convivência de há trinta anos. Ao passo que o talento elevou José Luciano de Castro às máximas culminâncias, a minha aplicação e o forçado trabalho resvalaram-me até à cegueira, porque eu nunca soube fazer valer o estudo poupando os olhos<sup>1261</sup>.

Considerava que os padecimentos eram «resultado de algum demasiado trabalho de noite» 1262. A vista parecia querer extinguir-se «com a incessante leitura de dia e de noite» 1263. Várias recomendações médicas iam no sentido de Camilo dar quietação aos olhos: «estou tão inapto para escrever que o médico que imagina salvar-me impôs-me o preceito de não escrever, nem pensar alguns meses» 1264. Os conselhos dos facultativos também chegavam pelo correio: «conservação de hábitos ordinários com redução do trabalho ocular» 1265. Como poderia, na verdade, o paciente, simultaneamente, escritor, leitor e intelectual, seguir uma prescrição tão limitativa?

O segundo motivo pelo qual a «tortura dos olhos [ia] a galope para um desenlace funesto» 1266 devia-se a lesões ou repercussões de algumas doenças: o «efeito de venéreo inveterado» 1267 e a ação da diabetes.

A sífilis foi quase sempre encarada como a doença a partir da qual dimanaram os problemas que conduziram à perda da sua capacidade de ver. Tinha o jovem escritor 31 anos,

<sup>&</sup>lt;sup>1256</sup> C. a Silva Pinto, sem data. In PINTO, 1910: 75-76.

<sup>&</sup>lt;sup>1257</sup> C. a Freitas Fortuna, [14-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 105-106.

<sup>1258</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1218.

<sup>&</sup>lt;sup>1259</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 914.

 $<sup>^{1260}</sup>$  C. a Joaquim Ferreira Moutinho, sem data. In CABRAL, 1924: 172-173.

<sup>1261</sup> C. a José Luciano de Castro, de 29-07-1888. In CABRAL, 1939: 77-78.

<sup>&</sup>lt;sup>1262</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 695.

 $<sup>^{1263}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 112.

<sup>&</sup>lt;sup>1264</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1180.

<sup>1265</sup> C. de Augusto Sebastião Guerra a Camilo, de 24-06-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 338, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1266</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1053.

<sup>&</sup>lt;sup>1267</sup> C. a José Barbosa e Silva, de 28-04-1856. In CASTELO BRANCO, 1994: 1102.

quando partilhou a gravidade do prognóstico da doença da vista com o proprietário de «A Aurora do Lima», José Barbosa e Silva<sup>1268</sup>.

A enfermidade dos olhos dava o primeiro sinal de si.

Voltou a referi-lo ao mesmo destinatário, no ano de 1858, dizendo-lhe que se encontrava adoentado: «Suspeito que a sífilis, *alter ego*, quer dar um estrondoso sinal da sua existência». Camilo estava contagiado: era um sifilítico<sup>1269</sup>.

Mais de três décadas após este rebate inicial, o romancista fez um breve relato dos padecimentos oftalmológicos que o tinham atormentado, no transcurso de tão longo período:

Principiei a sofrer há 35 anos os prenúncios desta desgraça. As diplopias, as oftalmias, os escurecimentos súbitos de visão, as mouches, as perturbações na leitura e na escrita, a necessidade de muita luz artificial, a falta de acuidade para ver os objetos de noite, todas estas alternativas eram preparativos para esta calamidade que subitamente me feriu. Dizia-me o especialista Plácido, há um ano, que a minha cegueira vinha preparada de longe<sup>1270</sup>.

Resolvido a aceitar o alvitre de Augusto Sebastião Guerra, especialista em doenças dos olhos, Camilo apresentou-lhe um histórico algo semelhante quanto a perturbações de inervação ocular e expôs-lhe as suas apreensões. Por finais de junho de 1886, recebeu por correio, na aldeia de Seide, o parecer acerca do seu estado, do qual transcrevemos o seguinte trecho: «quer-me parecer antes que todas estas perturbações de inervação ocular podem ter como causal, mesmo por essa irregularidade de manifestação, o elemento sifilítico, que tão frequentemente costuma expluir depois de muitos anos de incubação». Ou seja, o mal dos olhos não podia ser atribuído a esclerose medular; era, sim, a manifestação tardia da sífilis 1271.

Em 1972, o prestigiado oftalmologista Rufino Ribeiro realizou um longo estudo cronológico da evolução dos males dos olhos de Camilo, desde o triste vaticínio de 1856 até ao suicídio, em 1890, baseando-se, em termos documentais, na correspondência do romancista<sup>1272</sup>. E concluiu: «Assim chegamos ao diagnóstico que levou o martirizado escritor à cegueira: atrofia dos nervos óticos consecutiva a surtos de coriorretinite periférica com nevrite ótica sifilítica e bruscamente precipitada pelo tratamento arsenical»<sup>1273</sup>.

Por esta altura, Rufino Ribeiro e Gomes da Costa Filho envolveram-se em acesa polémica, por defenderem diagnósticos diferentes quanto à causa originadora da cegueira de Camilo: o primeiro desprezou a atrofia ótica tabética defendida pelo segundo; o segundo

<sup>&</sup>lt;sup>1268</sup> C. de 28-04-1856. In CASTELO BRANCO, 1994: 1102.

<sup>1269</sup> RIBEIRO, 1972: 84.

 $<sup>^{1270}</sup>$  C. a Freitas Fortuna, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 912-914.

<sup>1271</sup> C. de Augusto Sebastião Guerra a Camilo, de 24-06-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 338, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1272</sup> RIBEIRO, 1972: 21-131.

<sup>&</sup>lt;sup>1273</sup> RIBEIRO, 1972: 131.

rebaixou a atrofia ótica secundária e pseudoretinose pigmentar de provável etiologia sifilítica preconizada pelo primeiro<sup>1274</sup>.

Ambos os oftalmologistas utilizaram a correspondência de Camilo e dali retiraram referências para fundamentarem as suas teses e conclusões. Acontece, porém, que nem um nem outro tiveram oportunidade de consultar o acervo epistolar de Bernardina Amélia, guardado, hoje, na Biblioteca Nacional. Ora, em uma das cartas que o romancista enviou à filha, há uma informação de Camilo que podia ter interessado a Rufino Ribeiro e a Gomes da Costa Filho, e que talvez os levasse a reformular ou rever os pareceres emitidos.

Ao referir-se aos doces efeitos que tinham na casa de Seide os pastéis enviados por Bernardina, o pai lamentou-se de estar impedido de os saborear:

Vão-se buscar os pastéis, e já cá se está sentindo o gosto celestial dos mesmos. Eu não os provarei, porque estou proibido de comer doce. Afinal a minha doença é uma coisa incurável que se chama diabetes. Todo eu me estou transformando em açúcar. Que doçura de homem! Esta doença quase sempre vem acompanhada da cegueira, que eu já vou sentindo.

Digo-te isto sem susto nem sequer pavor da morte. Todas as doenças que matam depressa são boas<sup>1275</sup>.

Surge-nos nesta missiva informação relevante acerca de uma nova doença, também de nefastas repercussões para a vista de Camilo, a qual escapou aos médicos que o consultaram ou que estudaram o problema. Consultámos a *Resenha cronológica das enfermidades de Camilo Castelo Branco através dos tempos*<sup>1276</sup>, entre 1849 e 1972, e nenhum dos facultativos nela citados se referiu à diabetes.

Não sendo nossa competência aprofundar um estudo desta dimensão, deixamos, no entanto, algumas questões que gostaríamos de ver respondidas. Se sabemos que o romancista era um doente sifilítico, e se estava, de igual modo, enfermo da diabetes, o que terá concorrido em maior percentagem para que viesse a deixar de ver? Foi a terapêutica arsenical<sup>1277</sup>, indevidamente prescrita, que concorreu para o agravamento das mazelas dos olhos<sup>1278</sup>? Ou houve uma conjugação de fatores de ordem sifilítica e de natureza diabética a contribuir, sem reversibilidade possível, para a perda de visão do romancista?

<sup>1274</sup> Uma breve resenha do início da polémica pode ser consultada em: *A cegueira de Camilo: objeto de polémica*, 1976: 43-46. As perspetivas divergentes e os ataques que fizeram um ao outro estão reunidos nos seguintes volumes: COSTA FILHO, 1955; RIBEIRO, 1972; RIBEIRO, 1970; COSTA FILHO, 1973.

<sup>1275</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 139.

<sup>1276</sup> COSTA FILHO, 1973: 15-21.

<sup>&</sup>lt;sup>1277</sup> «Estou no uso do arsénico, tomado em doses grandes. Parece-me ser um suicídio encapotado em medicação reconstituinte» (C. a Tomás Ribeiro, de 01-07-1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1183).

<sup>&</sup>lt;sup>1278</sup> «É bom recordar que o *atoxil* (arsanilato de sódio), descoberto por Béchamp, em 1863, estava no último quartel do século XIX muito em moda, sob a forma de pílulas e hóstias, para o tratamento da sífilis, anemia, adenites, doenças de pele e outras. Altamente tóxico para o nervo ótico, provocou muitas vezes a atrofia deste nervo. Não podemos excluir a hipótese de ser este o tratamento aplicado ao autor de *A corja*» (RIBEIRO, 1972: 105).

Partindo dos novos dados constantes da epistolografia trazida a público, supomos que esta questão poderá vir a interessar investigadores da especialidade de oftalmologia, e instigá-los a reavaliar o verdadeiro fundamento do processo que conduziu Camilo à escuridão absoluta.

A segunda doença específica mais mencionada é do foro neurológico. As nevralgias<sup>1279</sup> não lhe davam sossego: padecia com o «destempero do sistema nervoso»<sup>1280</sup>, estava «exaurido de fluido nervoso»<sup>1281</sup> e sentia um «esgotamento nervoso»<sup>1282</sup>.

As palavras usadas para qualificar as dores sentidas espelhavam bem os sofríveis incómodos que lhe causariam: «nevralgias horrendíssimas» 1283, «infernalíssimas nevroses» 1284, «horribilíssimas dores nevrálgicas» 1285 ou «calamidades nervosas» 1286. Nos comentários feitos aos destinatários sobre as «cruéis nevralgias» 1287, o romancista voltava sempre aos escritos que balanceavam entre a tragédia e a comédia. Em desespero causado pelos padecimentos, expôs a seu filho Nuno a trágica solução se os sofrimentos não lhe dessem tréguas: «Estou despedaçado de dores nevrálgicas, e suicido-me, se elas me duram» 1288. Na cama, havia duas semanas, muito afligido com «nevralgias infernais», declarou a preferência: «Antes ter 10 Fagundes e 10 sapateiros na família» 1289.

As dores prolongavam-se por longas horas e por muitos dias. Algumas vezes, ficava retido no leito: «Há mais de 50 dias que estou de cama à espera de um dia de sol que venha aplacar-me as nevralgias»<sup>1290</sup>. Em outros casos, procurava o abrandamento das dores na mudança de ares ou em deambulações solitárias: «O tormento das dores nevrálgicas há 48 horas obriga-me a sair em busca de outros ares, e da solidão absoluta das florestas»<sup>1291</sup>. Mas as saídas podiam contribuir para agravar ainda mais as dores sentidas: «A ida ao Porto, como era de esperar, exacerbou-me as nevralgias. Deitei-me e ainda me não levantei»<sup>1292</sup>.

Ainda que dissesse, certa vez, a Carlos Ramiro Coutinho que lhe parecia «incrível que possa um padecente escrever com razoável ortografia [...] quando se está retorcendo em

<sup>&</sup>lt;sup>1279</sup> Sentia, «além dos incómodos crónicos, a diversão das nevralgias» (C. a José Gomes Monteiro, de 28-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 511); «Eu cá estou gemendo ao pé do fogão nestas dores nevrálgicas» (C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 09-12-1872. In CABRAL, 1922: 142).

<sup>&</sup>lt;sup>1280</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 16-09-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 559.

<sup>&</sup>lt;sup>1281</sup> C. ao padre Sena Freitas, de 06-05-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 770.

<sup>&</sup>lt;sup>1282</sup> C. a Freitas Fortuna, de [31-05-1888]. In COSTA, ed., 1930b: 17-18.

<sup>1283</sup> C. a Francisco Gomes de Amorim, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 848.

<sup>&</sup>lt;sup>1284</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 263.

<sup>1285</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 257.

 $<sup>^{1286}</sup>$  C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 28-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2012: 290.

<sup>&</sup>lt;sup>1287</sup> C. a Tomás Mendes Norton, de 14-12-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 923-924.

<sup>1288</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 948.

<sup>&</sup>lt;sup>1289</sup> C. a Fernando Castiço, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 965.

<sup>1290 (</sup>C. a Tomás Ribeiro, de 05-05-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1171-1172). Em outro momento, revelou: «Estou de cama há 15 dias com nevralgias infernais» (C. a Fernando Castiço, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 965).

<sup>&</sup>lt;sup>1291</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 116.

<sup>&</sup>lt;sup>1292</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 589-590.

infernalíssimas nevroses, desde os calcanhares até ao coração»<sup>1293</sup>, Camilo queixava-se que as piores repercussões das dores nevrálgicas se faziam sentir nas pernas<sup>1294</sup>. A nevrose chegava a «[beliscar-lhe] as pernas 70 horas sem intermitência»<sup>1295</sup> e a fazer com que informasse o destinatário de que tinha, no dia em que lhe escreveu, «estorcegões horríveis de nevralgia nas pernas»<sup>1296</sup>.

As dores nervosas estendiam-se das pernas aos pés e aos calcanhares, e podiam ou não ceder às fricções de terebentina<sup>1297</sup>. Quer as «dores nevrálgicas gerais»<sup>1298</sup> quer as «nevroses nos calcanhares»<sup>1299</sup> davam-lhe noites insofríveis, não o deixando dormir<sup>1300</sup>, nem repousar<sup>1301</sup>.

Estas situações levaram-no ao desabafo de que ainda não tinha saído «deste planeta homem tão privilegiado em dores de corpo e alma» 1302. Mas fosse qual fosse a gravidade da dor, não abdicava da comicidade: «Escrevo-te com tamanha dor nervosa numa perna que salto na cadeira como um frade de sabugo — aqueles frades da nossa infância» 1303.

Qual seria a verdadeira causa das dores nervosas ou das nevralgias de que tanto se queixava? Seriam complicações resultantes do facto de o romancista ser um doente sifilítico, de não ter sido tratado ou de ter sido tratado inadequadamente? Será que o escritor desenvolveu um quadro clínico de neurossífilis tabética, uma enfermidade progressiva da medula espinhal, que se desenvolve de modo gradual e cujo primeiro sintoma é dores muito intensas e pungentes nos membros inferiores? Poderemos levantar a hipótese de haver alguma relação entre as referências epistolográficas seguintes e um possível quadro de neurossífilis tabética do romancista? Transcrevemos quatro trechos, deixando as respostas para especialistas entendidos nestas matérias.

Em 1874, confessava a Gomes de Amorim: «Estou sofrendo nevralgias horrendíssimas. A dor sacode-me os tendões das pernas de feitio que as pernas me parecem alheias pelo despejo com que saltam contra a vontade do meu eu. Isto de feio e atroz que é chega a ser ridículo!»<sup>1304</sup>.

E, em carta a Ricardo Jorge, onze anos depois: «Eu desejava muito ir ao Porto para ganhar coragem ouvindo-o, mas realmente já não posso sair de casa. Quem me vir fora de

<sup>&</sup>lt;sup>1293</sup> C. de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 263.

<sup>&</sup>lt;sup>1294</sup> C. a Luís Barbosa e Silva, de 13-08-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 1080-1081.

<sup>1295</sup> C. a Teixeira de Queirós, de [1877]. In CHAVES, ed., 2002: 129.

<sup>&</sup>lt;sup>1296</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 157.

<sup>&</sup>lt;sup>1297</sup> C. a Ricardo Jorge, de 17-03-1885. In Acervo de Correspondência, n.º 1317, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1298</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1304, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1299</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1302, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1300</sup> «Hei de responder com algum vagar. As nevralgias, que me não deixam dormir há três noites, nem me deixam escrever, nem ver» (C. a João Crisóstomo Melício, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1126).

<sup>1301 «</sup>Escrevo-lhe em contusões de dores nevrálgicas que me não deixam repousar há perto de duas noites inteiras» (C. a Guilhermino de Barros, de [1886]. FERREIRA, 1956: 130-131).

<sup>1302</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 263.

<sup>1303</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 143.

<sup>&</sup>lt;sup>1304</sup> C. de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 848.

uma sege cuidará que sou um ébrio; e eu queria ver se morria ileso dessa injúria como um homem que nunca experimentou as delícias da embriaguez»<sup>1305</sup>.

Em 1886, queixava-se da nevralgia e da falta de visão a Ferreira Moutinho: «Já com muita dificuldade me levanto da cama, numa oscilação de pernas e tonturas de cabeça. Da vista vou enfraquecendo, e quase escrevo com o nariz sobre o papel» 1306.

No mês seguinte, partilhava as mesmas queixas com José Luciano de Castro: «O certo é que a noite começa para mim apenas o sol declina; e a pouca luz que me alumia durante o dia essa mesma me ofende os olhos. Além disso, não posso equilibrar-me, e para sair da cama para esta cadeira vim amparado em duas muletas. [...] Esta incurável doença sei eu que se chama ataxia locomotora?» 1307.

A opção de incluir neste trabalho o terceiro problema de saúde mais mencionado na correspondência tem que ver com o que acabámos de abordar: a questão das dores nos membros inferiores.

Entre as «dores no corpo»<sup>1308</sup>, as «dores no peito»<sup>1309</sup>, as «dores físicas»<sup>1310</sup>, as «dores nas costas»<sup>1311</sup> e as dores não especificadas<sup>1312</sup> (31 ocorrências), evidenciavam-se as «dores cruéis»<sup>1313</sup> e «atrocíssimas»<sup>1314</sup> nas pernas.

Confidenciava aos seus destinatários, entre outros casos, que sofria de «dores do diabo nas pernas» <sup>1315</sup>, de «muitas dores de olhos e de pernas», que o faziam estar na cama «como um faquir da pior raça estropiado» <sup>1316</sup>, de «uma dor [que] se não desencrava[va] de uma perna», há três dias <sup>1317</sup>, e da dor que lhe «sacud[ia] a perna infamemente» <sup>1318</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1305</sup> C. de 17-03-1885. In Acervo de Correspondência, n.º 1317, Casa de Camilo.

<sup>1306</sup> C. de 04-11-1886. In CABRAL, 1924: 136-137.

<sup>&</sup>lt;sup>1307</sup> C. de 03-12-1886. In CABRAL, 1939: 74-75.

<sup>&</sup>lt;sup>1308</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, 04-09-1860. In CASTELO BRANCO, 2002: 676-677; C. a Alfredo Carvalhais, de 18-09-1879. In CASTELO BRANCO, 1994: 817.

<sup>&</sup>lt;sup>1309</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 06-02-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 651-652.

<sup>1310</sup> C. a Francisco Lourenço da Fonseca (Júnior), de 08-12-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 985.

<sup>1311</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 586-587.

<sup>1312</sup> Embora não as tenha especificado, dizia que tinha «dores atrozes» (C. a Francisco Gomes de Amorim, de 02-02-1875. In CASTELO BRANCO, 2002: 849-850; C. a Eduardo da Costa Santos, de 11-04-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 216), intensas (C. a Eduardo da Costa Santos, de [26-12-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 260-261) e «incuráveis» (C. a Eduardo da Costa Santos, de 01-12-1885. In BRANDÃO, *ed.*, 1923b: 104-105). Estava «mortificadíssimo de dores» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 620) e de dores que o dilaceravam (C. a Bernardina Amélia, de 01-08-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 169-170). As dores eram um suplício, que, às vezes, lhe arrancavam gritos: «As dores têm-me feito dar gritos extraordinários de ridículo. Morreu aqui ontem uma mulher que berrava como eu. Triste saída do mundo é esta de sair a berros!» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 623).

<sup>1313</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 25.

<sup>1314</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. «A Ilustração Moderna», 1901: 95.

<sup>1315</sup> C. a António Vitorino da Mota, de 10-05-1882. In O Maior de Todos: Inéditos I e II, 1916: 13.

<sup>&</sup>lt;sup>1316</sup> C. a Silva Pinto, de 20-07-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 691.

<sup>1317</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-07-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 224-225.

<sup>&</sup>lt;sup>1318</sup> C. a Ricardo Jorge, de [1885]. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1298, Casa de Camilo.

As dores faziam-se também notar nos joelhos<sup>1319</sup>, nos tornozelos<sup>1320</sup>, nos calcanhares e nos pés<sup>1321</sup>. As «dores atrozes no peito do pé direito»<sup>1322</sup> não o deixaram dormir várias noites. Este mesmo padecimento, por ocasião da redação de certa correspondência, arrancou-lhe esta frase jocosa: «Estou com uma dor horrível num pé que me obriga a dançar o cancã enquanto lhe escrevo»<sup>1323</sup>. Se o epistológrafo fez graça de si próprio pela posição algo grotesca no ato da escrita de uma missiva, retomou igual registo para melhor ilustrar ao correspondente o nível de tortura que estava experimentando: «Tenho alojado num calcanhar toda a inquisição de João III, o Pio. Dores atrozes que me têm feito contar as horas, todas as duas noites. Esperava-as às 10 da noite»<sup>1324</sup>.

Complementando as queixas sobre as dores, julgamos relevante mencionar que nos apareceram menções sobre a «paralisia das pernas», de que estava «a paralisar das pernas»<sup>1325</sup>, ou de que estava mesmo «sem pernas»<sup>1326</sup>. Informou de que piorara da «paralisia das pernas»<sup>1327</sup>, e revelou-se mais destroçado na carta ao padre Sena Freitas: «Ainda vivo no último ato da decomposição. As pernas já estão na campa»: apenas as sentia nos «estorcegões das nevralgias»<sup>1328</sup>.

Parece-nos que ficam em aberto pelo menos duas possíveis explicações sobre as eventuais causas de tais padecimentos: serem uma manifestação de reumatismo ou uma consequência da sífilis. Usamos as próprias palavras de Camilo, para procurar explicar as dificuldades que sentia nas pernas. No que se refere à hipótese de reumatismo, aludamos ao trecho da carta a Inocêncio da Silva, em que aborda as «várias espécies dele» que ia experimentando:

Ultimamente vou sendo flagelado por um que os galenos chamam «nervoso», e eu, empiricamente, chamo dor ciática. Se V. Ex.ª conhece esta variante, não lhe invejo a ciência prática em patologia. Seja como for, deploro que a enfermidade seja o contrapeso com que a vontade do grande arquiteto desconta nas injustiças que vão cá em baixo construindo os arquitetos pequenos para empecerem ao talento laborioso. Não bastava o gelo que nos atrofia a alma; vem também a doença que nos emperra o movimento. Louvado seja por tudo o Altíssimo na glória dos seus santos, e dos patifes felizes neste mundo, Ámen<sup>1329</sup>.

<sup>1319</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 797-798.

<sup>1320 «</sup>Eu estava ontem com as infernais dores dos tornozelos» (C. a Teixeira de Queirós, sem data. In coleção do Museu João de Deus).

<sup>&</sup>lt;sup>1321</sup> (C. a Eduardo da Costa Santos, de [17-03-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 243). Acrescentou, ainda, o seguinte, sobre os incómodos nos pés: «As dores nas pernas alternadas com as dos pés, não me têm deixado» (C. a Ricardo Jorge, de [1885]. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1297, Casa de Camilo).

<sup>1322</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 37.

<sup>1323</sup> C. a Destinatário não identificado, de 06-02-1886. In Acervo da Biblioteca Nacional.

 $<sup>^{1324}</sup>$  C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1337, Casa de Camilo.

<sup>1325</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. In PAÇÔ-VIEIRA, ed., 1917: 30-31.

<sup>&</sup>lt;sup>1326</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 82.

<sup>1327</sup> C. a António Vicente, sem data. In FARIA, ed., 1990: 37.

<sup>1328</sup> C. ao padre Sena Freitas, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 782-783.

<sup>&</sup>lt;sup>1329</sup> C. de 27-10-1872. In CABRAL, 1922: 140-141.

O reumatismo, que nas suas palavras ia «descendo triunfante por [aqueles] ossos abaixo»<sup>1330</sup>, retinha-o no leito. Umas vezes, procurava justificar plasticamente os «ares de entrevado»: «faço as melhores caretas que sei em testemunho das minhas angústias»<sup>1331</sup>. Noutros momentos, o registo irónico tingiu o testemunho das dores aflitivas: «Há 11 dias que um reumatismo agudo me tem na cama, a gritar como um cabrito»<sup>1332</sup>.

Quanto a tratar-se de sífilis, Camilo escreveu numa carta ao editor Eduardo da Costa Santos: a doença «vai tomando posse de todos os tecidos, e afinal pode entrevecer, pior do que a morte»<sup>1333</sup>. Estaria também a sífilis a manifestar-se, por uma das suas diferentes lesões e repercussões, no sistema locomotor do romancista?

## 3.2.1.2. Médicos assistentes

É longa a lista de médicos que Camilo conheceu ao longo da vida, desde Manuel Pedro Gomes de Carvalho e António Duarte Ferreira Severino 1334 — talvez as mais antigas memórias de facultativos — a Edmundo Magalhães Machado, o último a consultá-lo, momentos antes do suicídio, passando por professores e colegas dos tempos da academia portuense. Como é natural, o número de médicos que o examinou, seja em São Miguel de Seide, seja nas localidades onde clinicavam, é de menor extensão. Acresce à lista uma ou outra personalidade que exercia clínica, com questionável formação: o boticário Afonso, de Friúme; o «homem da bicha», Luís Joaquim de Oliveira; D. António Padilha 1335, entre outros.

O nome de Camilo Castelo Branco deve ser averbado a esta última listagem, dado que, muitas vezes, se automedicou. Tendo sido estudante, com pouco sucesso curricular, no curso de Medicina, as matérias médicas nunca lhe foram de todo estranhas e obscuras. Manteve curiosidade em informar-se sobre as doenças que o molestavam, em especial quando os pareceres médicos contrariavam a sua intuição e avaliação sobre a enfermidade daquela hora. Chegou a declarar à filha Bernardina Amélia: «Podes afiançar-lhe [ao marido de Bernardina] que eu se não tivesse uns livros de Medicina já estava morto há muitos anos, abandonando-me à medicação do tempo»<sup>1336</sup>.

As relações com a medicina e com os seus «sacerdotes» <sup>1337</sup> interessaram a vários investigadores e foram objeto de estudo, obtendo maior notoriedade os trabalhos produzidos por Maximiano Lemos, *Camilo e os médicos*, e por Alexandre Cabral, *Dicionário de Camilo Castelo* 

<sup>1330</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 10-11-1873. In CASTELO BRANCO, 2012: 139.

<sup>1331</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 10-11-1873. In CASTELO BRANCO, 2012: 139.

<sup>1332</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 220.

<sup>&</sup>lt;sup>1333</sup> C. de 09-12-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 232-233. Julgamos que o romancista se estava a referir, nesta altura, ao facto de Nuno estar contaminado de sífilis: «Come muito pouco, tem feridas em várias partes, mas não se trata.» Maria Isabel, sua mulher, tinha falecido meses antes, nos fins de agosto.

 <sup>1334</sup> Foram os médicos que assistiram o seu pai nos derradeiros dias de vida. O pequeno Camilo tinha, então, 10 anos.
 1335 Maximiano Lemos dedicou-lhe algumas páginas do seu livro, cujo título é qualificativo, quanto baste, do seu profissionalismo: «Um charlatão fidalgo: D. António Padilha» (LEMOS, 1974: 127-130).

<sup>1336</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 68-69.

<sup>&</sup>lt;sup>1337</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-07-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 224-225.

*Branco*. Em capítulos e em verbetes, e com recurso amiúde à epistolografia, os autores deram-nos, com rigor, objetividade e isenção, historiais dos relacionamentos entre o doente e quem o podia curar ou minimizar-lhe os padecimentos.

A nossa investigação reforça e acrescenta alguns aspetos abordados pelos investigadores citados. Através da comparação e cruzamento das listas de personalidades estudadas por ambos, e das leituras por nós realizadas, foi possível elaborar uma relação de 73 personalidades (médicos, homeopatas, farmacêuticos, boticários, curandeiros...) com quem Camilo travou conhecimento. É uma lista extensa (Anexo 27), que não julgamos fechada. Mas, desse número, foram apenas 38 facultativos 1338 os que, no nosso entendimento, o examinaram como seu doente. Os restantes, possuindo embora formação médica para o exercício da profissão, cruzar-se-iam com o romancista por diversos motivos, nomeadamente, literários ou políticos, mas não chegaram a desenvolver com ele a relação de médico/paciente. No entanto, o número de peças epistolares de Camilo para os seus médicos assistentes parece-nos reduzidíssimo. Dos 38 facultativos que o acompanharam e o consultaram, só conhecemos correspondência para 12: um total de 124 cartas ou cartões (3,48% da totalidade da correspondência inventariada). Se retirarmos a este número as 77 cartas e cartões que o romancista remeteu para Ricardo Jorge, a percentagem de correspondência endereçada a médicos desce para 1,32%. No acervo de correspondência da Casa-Museu de Seide, existem 59 cartas de catorze médicos para Camilo.

Este estudo da epistolografia camiliana permitiu comparar os dois assuntos mais abordados, «Produção literária» e «Doença», com 1967 e 1809 ocorrências, respetivamente, e saber que o romancista se relacionou com mais médicos assistentes (38) do que com editores das suas obras (31). Constata-se a existência de uma grande discrepância entre o número de correspondência para os primeiros (681) e o número da correspondência para os segundos (124). Mas tal facto parece-nos compreensível, uma vez que os assuntos a tratar com médicos exigem, quase sempre, contacto presencial.

A leitura da epistolografia dá um contributo para conhecermos melhor a perspetiva do paciente na relação com a Medicina, em geral: expectativas, frustrações e sucessos, dificuldades e impossibilidades, o nível de rudimentaridade da medicina coeva, uma farmacologia incipiente e pouco conhecedora dos efeitos secundários de certos componentes dos medicamentos, entre outros aspetos.

Sentia-se um doente em trânsito, andando de um lado para outro, com poucas paragens, na esperança de encontrar o refrigério para os seus males:

<sup>1338</sup> Em relação à listagem elaborada por Alexandre Cabral, na p. 489, do seu *Dicionário* sobre o romancista, entendemos considerar o médico Francisco José de Azevedo, marido de sua irmã Carolina. O jovem Camilo viveu em Vilarinho da Samardã, na mesma moradia, que o médico recém-formado. O mais certo é que, durante os dois anos que aí teve lar, e onde passou «os primeiros e únicos felizes anos [da sua] mocidade» (CASTELO BRANCO, 2006b: 365), Francisco José de Azevedo o tenha consultado e medicado. Mesmo como familiar, tem de ser incluído no conjunto referido.

A doença fez-me andar de terra em terra, como quem anda a fugir da morte. Amanhã vou para o Bom Jesus de Braga e depois não sei onde irei. Em outubro tenciono estar de assento em Lisboa, se por cá não me tiver aposentado provisoriamente nalgum cemitério até ao dia de juízo. Depois veremos onde me Deus manda descontar as delícias que me deu neste mundo. Muita gente pode crer que eu fui para o inferno, ainda por cima. V. Ex.ª ouvirá dizer isso<sup>1339</sup>.

Sentia que esse desesperado deambular, esse andar «à matroca de médico para médico» <sup>1340</sup> era uma exploração infrutífera: «Já tenho desejado a morte como o trabalhador fatigado deseja a noite» <sup>1341</sup>.

Sem pretender secundar o que já estudaram Maximiano Lemos e Alexandre Cabral, optámos por realçar uma ou outra particularidade, que revela o modo de ver camiliano, ora fervilhante de espirituosidade ora pulsando de ceticismo, e que pode, sem extrapolações, ser considerado como o entendimento de um paciente em qualquer tempo: a descrença na medicina, as opiniões sobre médicos, as impressões quanto à medicação prescrita, a reação psicológica à verdade dos diagnósticos fatais e a relação entre a recuperação da saúde operada pela medicina e a crença na cura devida à intervenção divina.

Camilo era um enfermo que denotava incredulidade nos benefícios da medicina: «a ciência dos palpites»<sup>1342</sup>. Estando a piorar com «progressiva regularidade», concluía que nada poderia «esperar da natureza nem da arte»: «A Medicina, se pudesse curar-me, deixaria de ser ciência para ser milagre»<sup>1343</sup>. No processo de descaimento da sua saúde em geral, confessava à filha Bernardina que, ao sentir-se enfraquecido para ler outras coisas, se dedicava à leitura de «obras medicinais»: «[aumento] consideravelmente a minha ciência. Quero ir deste planeta bem convencido de que a suprema impostura da sabedoria humana é a Medicina»<sup>1344</sup>. E se usava o substantivo feminino para se referir à medicina, recorria ao substantivo masculino para definir os que a praticavam: «Resolvi não ir a Braga, e antes ir ao Porto consultar o Gramacho ou qualquer outro impostor»<sup>1345</sup>.

As opiniões emitidas acerca dos médicos eram pouco abonatórias para a classe. Entendia, com mágoa, que os facultativos, tal como a imprensa periódica, tratavam da sua saúde *«ad libitum,* fantasiosamente» 1346. Estivera uma temporada em Lisboa, na esperança de bons resultados, mas as conclusões práticas para a sua saúde eram insatisfatórias e desanimadoras: «Vim mais doente e mais descoroçoado da cura. Consultei toda a mestrança. Mandam-me esperar» 1347.

<sup>1339</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1868]. In CASTELO BRANCO, 2002: 384-385.

<sup>1340</sup> C. a António Vicente Leal e Sousa, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 838.

<sup>1341</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 122.

 $<sup>^{1342}</sup>$  C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [17-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 95.

<sup>&</sup>lt;sup>1343</sup> C. a Bernardina Amélia, de 10-07-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 168-169.

<sup>&</sup>lt;sup>1344</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 61-62.

<sup>&</sup>lt;sup>1345</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 142-143.

<sup>&</sup>lt;sup>1346</sup> C. a Trindade Coelho, de 09-07-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 645-646.

<sup>&</sup>lt;sup>1347</sup> C. a Francisco Martins Sarmento, de 26-03-1871. In CASTELO BRANCO, 1994: 737.

As suspeições quanto aos pareceres da «mestrança» estendiam-se ao receio dos maus efeitos das suas prescrições. Informou Ernesto Chardron que se via impossibilitado de estar presente na receção à princesa Rattazzi. Não a poderia ir cumprimentar, por um forte motivo: «o meu crescente desbarato de saúde [obriga-me] a sair daqui amanhã para Ponte de Lima, onde me espera um médico que me quer aplicar a dosimetria — um sistema moderno mediante o qual se morre à antiga» 1348. Limianos ou bracarenses pareciam conluiados em agravar-lhe alternadamente o que, ainda, ia sobrando de robustez: «Penso ir para Braga, para ao menos receber todos os dias um médico que complete a destruição que outros médicos apressaram» 1349.

Dizia que, graças à competência de dois médicos, Ana Plácido revelava melhoras, mas ele piorava consideravelmente<sup>1350</sup>. Certa vez, esteve adoentado dois dias: «mas tão doente que nem ânimo tive de ir ver o meu médico. Eu gosto muito de o ver quando não receio de ser receitado e entregue à colaboração do boticário e do coveiro»<sup>1351</sup>. Os facultativos teimavam em o «enfrascar nos arsénicos e nos calcários fosfóricos»<sup>1352</sup>, «escalavraram[-lhe] as vísceras com remédios de palpite»<sup>1353</sup> e, no final, ouvia uma palavra cruel da «boca dos médicos sinceros»: «Irremediável!»<sup>1354</sup>.

A medicação de «palpite» e as intenções médicas para que fizesse banhos de água do mar, extraíam-lhe tiradas humorísticas. Partiu para a Póvoa: «Os médicos prometem-me à beira-mar pelo menos... mais pescadas» 1355. Embora pudesse experimentar algumas melhoras, «a vista e as pernas» mantinham-se no mesmo estado. Os facultativos continuavam a dar-lhe garantias: «[asseveram que] tudo isto me há de vir do oceano; por enquanto, Neptuno apenas me tem fornecido algumas tainhas» 1356.

Se os pareceres médicos divergiam sobre as vantagens e a oportunidade dos tratamentos, Camilo via-se na contingência de ter de escolher o que lhe seria mais benéfico. Era uma situação embaraçosa e, de certo modo, incómoda em que se posicionava, por andar, com frequência, de consultório em consultório:

Amanhã vou para Vizela. Os médicos de Coimbra mandam-me para lá; os de Braga dizem-me que nem passe por onde houver águas sulfurosas. Opto pelos coimbrões, como quem deseja morrer cientificamente. Ou bem que Coimbra é foco de sapiência ou que não. Se eu por lá acabar, ataca

<sup>1348</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 821.

<sup>1349</sup> C. a Freitas Fortuna, de [1888]. In COSTA, ed., 1930b: 25-26.

<sup>1350</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 616.

<sup>1351</sup> C. a António Vitorino da Mota, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 861.

<sup>&</sup>lt;sup>1352</sup> C. a Freitas Fortuna, de [31-10-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 141.

<sup>&</sup>lt;sup>1353</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 27-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 58-59.

<sup>&</sup>lt;sup>1354</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 27-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 58-59.

<sup>1355</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1885]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1186.

<sup>&</sup>lt;sup>1356</sup> C. a Tomás Ribeiro, 20-09-1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1186-1187.

tu a Medicina com o teu mais fulminante estilo, e aconselha a D. Luís que faça aos médicos o que D. Pedro I fez aos jurisconsultos<sup>1357</sup>.

Havia médicos em quem confiava e por quem manifestava preferência. Além disso, desfrutava do seu convívio íntimo e era prendado com atenções especiais. Estando na vila poveira em tratamentos internos, ansiava que Ferraz de Menezes dirigisse e acompanhasse o processo: «Tenho imensa confiança nele, como nunca tive em outro médico, fundada na experiência» <sup>1358</sup>. Ali bem perto da aldeia de Seide, na vila de Santo Tirso, trabalhavam dois clínicos: Joaquim Pedrosa e António Ferreira. Qualquer um deles lhe dispensava enorme estima e se ocupava dele com carinhoso cuidado. «Carinhoso» não significa que poupassem o romancista a admoestações. O doutor Ferreira, por exemplo, reprovou amiúde as permanentes deambulações camilianas e, pelo que se depreende de algumas missivas, procurou impor-lhe alguma disciplina:

Este médico tem 40 anos de prática, e há 20 anos que conhece as minhas enfermidades. Reprovou com azedume o diagnóstico do médico da Foz, fez-me jurar que não tomaria remédio algum dos indicados por ele, e pediu-me que durante três meses não consultasse médico algum, e muito menos médico recente, saído das escolas com as ilusões de quem crê absolutamente na Medicina, e faz do corpo dos enfermos campo de manobras<sup>1359</sup>.

Ricardo Jorge, o higienista com quem o romancista muito privou nos últimos anos de vida, e cujos conselhos, companhia e bondade não dispensava, foi, segundo Maximiano Lemos, «o médico que mais parecia talhado para prestar cuidados a Camilo e para se impor ao seu espírito doente e torturado» 1360. Na verdade, a relação de Camilo com Ricardo Jorge é um excelente exemplo de intimidade e de cumplicidade gerada entre médico e paciente. É natural que se pense que saía beneficiado o paciente e importunado o médico, dado o insistente queixume camiliano. O próprio escritor o reconheceu: «Tenha paciência, meu bom amigo. Na vida dos médicos que se afeiçoaram aos seus clientes há sempre um calvário. Eu sou uma das estações do seu» 1361.

Se podia afirmar, e até ter razões, para declarar que, em determinadas situações, «os médicos mentem» 1362, ou melhor, apresentavam desculpáveis mentiras para que o paciente não convulsasse diante da verdade de um mau, mas real, diagnóstico, as palavras de Gama Pinto tiveram eco profundo no romancista. O reputado oftalmologista consultou-o em Seide,

<sup>&</sup>lt;sup>1357</sup> C. A Carlos Ramiro Coutinho, de 03-06-1875. In CASTELO BRANCO, 2012: 187-188.

<sup>&</sup>lt;sup>1358</sup> C. a Freitas Fortuna, de [1888]. In COSTA, ed., 1930b: 32-33.

<sup>1359</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 613-614.

<sup>1360</sup> LEMOS, 1974: 293.

<sup>&</sup>lt;sup>1361</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1361, Casa de Camilo.

<sup>1362</sup> C. A Carlos Ramiro Coutinho, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 2012: 331.

e recomendou-lhe «a paciência e a resignação com a cegueira» <sup>1363</sup>. As palavras do médico, revelando uma verdade que Camilo bem conhecia, causaram-lhe enorme desconforto: a esperança deu lugar ao desencanto e o peso da realidade apagava-lhe, quase por completo, a ténue chama da confiança na recuperação:

Se cá não vieste para te não afligires fizeste bem porque vinhas assistir a um espetáculo doloroso.

Não imaginas como caíram todos os meus castelos no ar quando o médico em vez de combater a minha cegueira tratou me armar de paciência para tolerá-la.

Fez-se então na minha alma uma noite escura que nunca mais terá aurora. E é neste estado singularmente infeliz que dito esta carta pedindo-te que faças saber a Sua Majestade a minha gratidão para a qual eu não tenho expressões senão as que eu poderia manifestar dobrando os joelhos diante de el-rei. Ao Senhor Dr. Gama Pinto dirás que eu fiquei a compreender a profundidade da sua mágoa por não poder acudir-me<sup>1364</sup>.

Era lúcido o suficiente para entender, como referiu a Tomás Ribeiro, que «a ciência não [podia] vencer impossíveis»<sup>1365</sup>.

Apresentando o seu quadro clínico, e o de outros familiares seus, patologias às quais a medicina não podia dar resolução, era levado a crer que, se nada esperava «da ciência dos médicos», também não contava com a «intervenção dos santos» 1366. Partilhou iguais desencantos e entendimentos com o editor Eduardo da Costa Santos, contando-lhe que, ao decidir submeter-se à consulta e aos tratamentos de um «dosimetrista», não estava à espera de nada proveitoso do seu conhecimento e dos seus recursos: «mas devo morrer com todos os sacramentos destes sacerdotes da Medicina que valem tanto como os das santas religiões» 1367. Camilo não parecia acreditar ou alimentar esperanças de que os bons ofícios divinos alcançassem melhores resultados do que a intervenção da medicina. Era até crítico quanto à possibilidade de alguém perder a lucidez a ponto de crer que, em situações mais aflitivas, a última oportunidade de se curar e de ter saúde estivesse dependente da decisão de Deus e da ajuda dos santos:

Maria Isabel, considerada perdida pelos médicos, como eu ontem disse à Amélia, está numa apatia que eu não sei bem classificar. Tenho-a sob a ação de remédios homeopáticos, ministrados por mim. Há dois dias que estudo este sistema médico, e fiz desaparecer as dores, grande parte da ansiedade, provoquei uma transpiração geral; mas o pulso é febril e muito débil. Mandei hoje chamar um dos médicos a fim de a auscultar de novo. Só a auscultação me

<sup>&</sup>lt;sup>1363</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 05-07-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 1208-1209.

<sup>&</sup>lt;sup>1364</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 05-07-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 1208-1209.

<sup>&</sup>lt;sup>1365</sup> C. de 05-07-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 1208-1209.

<sup>&</sup>lt;sup>1366</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 601.

<sup>&</sup>lt;sup>1367</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-07-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 224-225.

pode dizer se a inflamação pulmonar remitiu. Como as aparências são de melhoras, o estúpido marido desta infeliz já comprou uma junta de bois para mandar de presente a S. Torquato. Veja em que meio eu vivo, e não tenho uma pessoa inteligente com quem possa rir ou chorar<sup>1368</sup>.

Ainda que assim pudesse ajuizar, o romancista deixava-se sensibilizar pela ternura de quem acreditava com pureza e simplicidade que, entre os esforços da medicina e o fervor das preces, a cura do mal físico se devia às graças de um santo:

Entretanto, o doutor João Ferreira propalava a minha cura da perigosa opilação como a mais rara e inesperada da sua clínica, mediante o ferro e o vinho quinado. Tinha-me arrancado das presas da morte, dizia-se; e a minha engomadeira, uma devota velhinha, asseverava que fora o mártir S. Torquato de Guimarães que a obsequiara mais uma vez curando-me<sup>1369</sup>.

Não podíamos deixar de fazer alusão ao conhecido «curandeiro de Gondifelos», Luís Joaquim de Oliveira, natural desta freguesia de Famalicão, por entendermos que ele simboliza, de certo modo, o recurso à medicina de pendor popular.

Luís de Oliveira era ajudante de um cirurgião de Rates, o verdadeiro inventor do eficiente remédio contra a ténia. Por desconhecidos meios, Luís de Oliveira apoderou-se do segredo da composição do medicamento e, sem ter formação médica, exerceu, com enorme sucesso, a «arte de extração da ténia» Além disso, «entregava-se à clínica geral e tinha reputação como parteiro e não menor como dentista» 1371.

O romancista fez-lhe referências em várias das suas obras<sup>1372</sup>, usando sempre, na descrição dos pormenores, um tom entre o trocista e o irónico, o qual sintetizava a opinião dos contemporâneos e da comunidade científica quanto ao verdadeiro mérito profissional do «homem da bicha»: «charlatão», para uns, e «curandeiro», para outros<sup>1373</sup>.

Embora Maximiano Lemos e Alexandre Cabral não o tenham referido, por desconhecerem, ou por não lhes ter sido possível calcorrear a correspondência do romancista para Ricardo Jorge e para Carlos Ramiro Coutinho, supomos que Camilo e o filho Jorge se submeteram ao tratamento para extração do parasita intestinal. Em 1874, o romancista contou a Ramiro Coutinho que o filho tinha a ténia: «Vai-se-lhe extrair. Tenho alguma esperança nas melhoras, se ao tal verme se pode atribuir o padecimento do rapaz» 1374. E rematava com ironia:

<sup>1368</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 601.

<sup>1369</sup> CASTELO BRANCO, 1884b: 70.

<sup>&</sup>lt;sup>1370</sup> A sua popularidade soou nos corredores do Paço, e ali foi chamado para tratar D. Maria II. O sucesso alcançado mereceu os louvores da rainha, que lhe concedeu o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo, por carta régia de 25 de julho de 1844 (LEMOS, 1974: 135; CABRAL, 2003: 569).

<sup>&</sup>lt;sup>1371</sup> LEMOS, 1974: 135.

 <sup>1372</sup> CASTELO BRANCO, 1858a: 109-116; CASTELO BRANCO, 1864d: 151-152; CASTELO BRANCO, 1864e: 270.
 1373 CABRAL, 2003: 569.

<sup>&</sup>lt;sup>1374</sup> Anos mais tarde, o romancista informou Ricardo Jorge: «Outra circunstância, tinha ataques epiléticos aos 8 anos; atribuíram-se à ténia que expeliu» (C. sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1342, Casa de Camilo).

«Dizia-me ontem na Póvoa um brasileiro que a ténia é um réptil medonho. Não sei se ele leu isto no Darwin. Todas as asneiras cabem no evolucionismo» <sup>1375</sup>. Os benefícios da extração do verme parasita referiu-os o escritor ao mesmo destinatário: «O Jorge desfez-se de 8 braças de ténia, e parece que melhora. Deixou-a tirar por uma arma de 2 canos e cedeu-me as calças rotas» <sup>1376</sup>.

O cirurgião voltou à casa amarela, para nova consulta a um dos filhos de Camilo. Desta vez, não havia «bicha» a extrair. O diagnóstico médico foi, assim, narrado ao genro:

Ontem veio aqui o destruidor da ténia, e disse que ele não a tem. Examinou-o um pouco charlatanamente e decidiu que sofria dos pulmões, do fígado e do coração. Creio que é no coração que ele tem a morte. O pulso denuncia coisas extraordinárias, interrupções longas do movimento das válvulas. As fraquezas e desordens cerebrais são talvez o resultado de insuficiente ou irregular ascensão do sangue à cabeça. Hipóteses que terminam todas pela positivíssima morte<sup>1377</sup>.

Em data que desconhecemos, e estando na Póvoa, o romancista dizia a Bernardina Amélia que tivera más novidades de Seide, mas que não podia sair da vila. Justificava-se: «Estou a experimentar umas medicinas a ver se tenho cá dentro a suspeita ténia. São 4 dias de recolhimento e dieta» <sup>1378</sup>.

Os tratamentos foram realizados em Seide e na Póvoa de Varzim. A aldeia de Gondifelos, onde morava Luís de Oliveira, fica praticamente a meio destas duas localidades. Acreditamos que o romancista e os filhos tenham sido vistos e tratados pelo «homem da bicha».

## 3.2.1.3. Meios terapêuticos

Para ultrapassar os sofrimentos causados pelas doenças que o afligiam, o romancista tomava medicação e submetia-se a tratamentos.

Um paciente tão queixoso e examinado, ao longo da vida, por dezenas de médicos ingeriu substâncias para combater doenças e indisposições físicas, fosse por prescrição dos facultativos fosse por decisão de se medicar a si próprio e sem indicação dos profissionais devidos. Tinha larga experiência para aconselhar Ramiro Coutinho a escapulir-se a médicos e a salvar--se do emprego de agentes terapêuticos:

Evita a Medicina, que é a morte de caraça. A Medicina resvalou-me a este irremediável estado em que me vejo. Tenho devorado todas as farmácias do Porto, e morro depois de ter enriquecido três boticários. Vinga-me tu, meu Carlos, se um dia fores ministro de D. Miguel 2.º absoluto. Faz aos farmacêuticos o que Licurgo fez aos poetas, se é que existiu Licurgo para afronta e ciúme do Arrobas<sup>1379</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1375</sup> C. de [20-07-1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 164-165.

<sup>&</sup>lt;sup>1376</sup> C. de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 167.

<sup>1377</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 622.

<sup>1378</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 119.

<sup>&</sup>lt;sup>1379</sup> C. de 22-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 52-55.

Também confessou a Bernardina Amélia as suas reservas quanto a farmacêuticos, numa altura em que o seu marido estava doente. Aconselhava-a, quanto a medicação, que ele tomasse apenas ferro: «mas como quase todo o ferro está falsificado, deve consultar um farmacêutico de confiança» 1380.

Na correspondência inventariada, encontrámos 121 referências ao uso de medicação. O romancista mencionou diversos medicamentos, poções e unguentos, e, por vezes, os fins a que se destinavam, designadamente, «amido», com que polvilhou «uma escoriação ao fim da coluna dorsal, mesmo o cóccix» (clorato de potassa», que empregava «nas fossas nasais»<sup>1382</sup>; «clorofórmio», para atenuar as «nevralgias nas pernas»<sup>1383</sup>; «pílula drástica», que só fez «depois de 2 dias de prisão» 1384; «ferro» e «iodeto» 1385, em virtude de anemia «com todos os seus horrendíssimos desfalecimentos» <sup>1386</sup>; «pílulas de Blancard», duas por dia, «para combater a anemia» <sup>1387</sup>; «fomentação», devido à «nevralgia ciática» <sup>1388</sup>; «papel de iodeto» por causa das «dores atrozes» 1389; «opodeldoch», para friccionar e aliviar «dores de pernas» 1390; «sinapismos», para minorar as «dores artroses aos pés» 1391; «fricções de terebintina», para atenuar «nevralgias nos pés, no bordo externo e calcanhares» (fricção do alcoóleo e mostarda», para a ciática<sup>1393</sup>; e o emprego de meios para «transpirar»: «sem isso não consigo debelar a nevralgia que é geral» 1394. Sem especificar o motivo que justificava a respetiva administração, tomou, por exemplo, «arsénico» 1395, «bromoreto» 1396, «cocaína» 1397, «ópio e cloral» 1398, «pós de carne» 1399, «quina» 1400, «grânulos de quassina» 1401, «narcótico» 1402, entre outros produtos.

```
<sup>1380</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 61-62.
```

 $<sup>^{1381}</sup>$  C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1329, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1382</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1355, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1383</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1330, Casa de Camilo.

 $<sup>^{1384}</sup>$  C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1336, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1385</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1354, Casa de Camilo.

<sup>1386</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 05-10-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 394.

<sup>&</sup>lt;sup>1387</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1354, Casa de Camilo.

<sup>1388</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1336, Casa de Camillo.

<sup>&</sup>lt;sup>1389</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1337, Casa de Camilo.

C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1285, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1391</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1281, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1392</sup> C. a Ricardo Jorge, de 17-03-1885. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1317, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1393</sup> C. a Ricardo Jorge, de [1885]. In Acervo de Correspondência, n.º 1298, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1394</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 604.

<sup>1395</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1275, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1396</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1264, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1397</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 801.

<sup>&</sup>lt;sup>1398</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1336, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1399</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1336, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1400</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1278, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1401</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1440, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1402</sup> C. a Ricardo Jorge, de 17-03-1885. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1317, Casa de Camilo. «O fogo que ele me fazia no estômago, e a secura de garganta mais me afugentava o sono» (C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1302, Casa de Camilo).

Homem dado a consultar vários médicos ao mesmo tempo, estava sujeito a desencontro de opiniões e, consequentemente, a confrontar-se com diferentes prescrições. Em carta a Ana Plácido, percebemos bem o estado de confusão em que se encontrava, mas também de desencanto. Como tinha trato muito próximo e afetivo com qualquer um dos facultativos, vemos que o romancista evitou as suas habituais alfinetadas, ainda que o destinatário da missiva fosse a pessoa que lhe era mais íntima:

Veio ao meio-dia o Ricardo [Jorge] e receitou cápsulas para o estômago. Disse-me que eu ainda podia viver 3 anos.

Já não é pouco, vamos lá. Receitou-me óculos para ler, óculos para comer, etc. Pataratices.

Escrevi ao Gramacho. Disse-me que o procurasse amanhã entre as 9 e as 11. Ricardo diz que conhece a fórmula de Gramacho — e receitou. Asneira. Às apalpadelas.

Como desesperado, fui ao Santiago. Examinando-me de novo confirmou o que tinha asseverado, e classificou a doença — aumento de miopia.

Receitou-me a estricnina. É com que se matam os cães. São 12 bolas que hei de tomar em 8 dias, e aparecer. Tenho de ficar aqui os 8 dias.

Dava-me iodeto ou mercúrio; mas acha-me profundamente anémico.

Reprovou os óculos e as cápsulas do Ricardo, fazendo ao mesmo tempo grandes elogios. «O 1.º médico de Portugal»! Puf!

Que não tomasse mais nada. Que fizesse exercício de manhã e de tarde. Até esta hora aqui tens a minha vida. A cabeça pesa- $me^{1403}$ .

No cumprimento da prescrição médica, houve situações em que as consequências foram desastrosas e o resultado obtido completamente contrário ao pretendido:

Mal posso agradecer hoje a V. Ex.ª a nova fineza de procurar-me. Saí doentíssimo, e não tenho melhorado conquanto conseguisse dormir algumas horas. O que me parece irremediável é, a perda do ouvido onde injetei o medicamento do tal Alves Branco, a quem Deus e a ciência perdoem para que eu possa ser perdoado da tolice de me meter com ele e com os seus colegas. Mas a surdez seria uma delícia sem as terríveis dores que me vibram os nervos na face<sup>1404</sup>.

Em outros casos, registaram-se aplicações que resultaram em acidentes posteriores graves. Contou a Ricardo Jorge que tinha arranjado «uma cruel oftalmia aspergindo o olho esquerdo com o clorato de potassa quando o estava empregando nas fossas nasais». Como a situação se agravou e lhe apareceram «ambos os olhos muito rubros, com o atrito de areias, e muitas lágrimas», o romancista mandou alguém a «Vila Nova pedir a uma farmácia qualquer antídoto»: «enviaram-me um colírio, sem designação. Não o usei por me não merecer

<sup>&</sup>lt;sup>1403</sup> C. de Camilo a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 827-828.

<sup>&</sup>lt;sup>1404</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 21-09-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 393.

confiança o boticário nem o segredo» 1405. Quanto ao colírio, nome genérico dos remédios que se aplicam diretamente à conjuntiva do olho, escrevia Camilo: «Ainda que eu quisesse o colírio, não teria quem mo ministrasse. D. Ana treme nervosamente quando lhe falo nisso» 1406. Nestas duas missivas ressaltam a desconfiança de Camilo, quanto à competência do boticário e à qualidade do colírio produzido e comercializado em Famalicão, e o medo de Ana Plácido, quanto às repercussões da aplicação de um medicamento, que exigia muitas precauções, num órgão tão fragilizado como era o da visão do romancista. Para nós, estavam inerentes, ao pensamento do casal de Seide, os receios e inseguranças sobre a qualidade dos produtos medicinais que tomavam; os efeitos secundários da medicamentação e os riscos que corriam com a sua ingestão ou aplicação; a validade das substâncias usadas para fazer os remédios e o cálculo das respetivas dosagens; a certificação dos fármacos comercializados por farmácias e boticas, bem como a convicção de que os bons medicamentos, as boas poções e os bons unguentos dependiam, não de uma indústria instituída, mas da formação, da experiência e do engenho de farmacêuticos e boticários.

Complementares, ou não, à administração oral de medicamentos e às aplicações cutâneas ou capilares de unguentos, Camilo realizou outros tratamentos com o mesmo propósito de curar, minimizar ou ultrapassar padecimentos.

Com regularidade, informou os seus destinatários de que, havendo bom tempo ou dias mais agradáveis, iria para a cidade dos arcebispos<sup>1407</sup>: procurava que «a mudança de ares» o melhorasse<sup>1408</sup>, ou que «os ares de Braga e a ausência de livros» o restaurassem<sup>1409</sup>. O local bracarense da sua predileção era o Senhor do Monte. Sentia «uma grande necessidade do ar e da solidão do Bom Jesus». Demorava-se por lá, procurando recuperar «a vontade de comer»<sup>1410</sup> e restabelecer energias físicas e espirituais. Algumas vezes, aconteceu cansar-se da vida naquele lugar, que se tornara «insuportável por causa do frio e do ócio»<sup>1411</sup>, ou por sentir que os ares do campo eram «menos ásperos que os da serra»<sup>1412</sup>.

Camilo fazia uma outra distinção mais genérica, que espelhava a tradicional comparação entre os ares das serras e aldeias e os ares das cidades. Segundo Camilo, havia diferença entre a qualidade propiciada pelas atmosferas serranas e aldeãs e a que era oferecida pelos ambientes citadinos. Porém, os encantos das cidades e das serras não dispensavam a disciplina e a observância de práticas de vida saudável, e as aldeias talvez só levassem vantagem sobre as urbes, na medida em que nos pequenos lugarejos não eram conhecidos, nem experimentados o viver e os costumes das cidades:

 $<sup>^{1405}</sup>$ C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1355, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1406</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1333, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1407</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [14-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 216.

<sup>&</sup>lt;sup>1408</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 158.

<sup>&</sup>lt;sup>1409</sup> C. a Joaquim de Araújo, de 02-06-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 942-943.

<sup>&</sup>lt;sup>1410</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 83.

<sup>&</sup>lt;sup>1411</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [25-11-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 195.

<sup>&</sup>lt;sup>1412</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 05-04-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1195.

Persuade-se muita gente que os ares do campo nos dispensam da regularidade dos hábitos, e que se pode comer pescada às 10 da noite, e dormir ao som da orquestra dos mosquitos e do mofento aroma das paredes desabitadas. Não é isso muito infalível, minha filha. A aldeia tem confortos e sem os costumes da cidade, é simplesmente tolerável aos que não sabem o que aquelas coisas são 1413.

O romancista acreditava na capacidade regeneradora dos ares do campo, mas teriam de ser assegurados, em contexto rural, os mesmos confortos de que a burguesia e a nobreza usufruíam nas cidades. Não subscrevia a imagem de que o dia a dia dos camponeses se pautava por um viver simples e despreocupado. Em seu entender, quando se falava do «campo», os olhares exteriores e desconhecedores da realidade do mundo camponês confundiam a inclemência da vida e a severidade do trabalho agrícola com bucolismo virgiliano. Foi isto que, de algum modo, o romancista expressou a D. António da Costa, na dedicatória da novela O comendador:

Viu V. Ex.ª perfeitamente o Minho por fora: as verduras ondulando nas pradarias, os jorros de água espumando na espalda dos outeiros, os fragoedos às cavaleiras dos milharais, a amendoeira a florejar ao lado do pinheiral bravio, as ruínas do paço senhorial com os seus tapetes de ortigas e guadalmecins de musgo ao pé da chaminé escarlate e verde do negreiro a golfar rolos turbinosos de fumo indicativo de panelas grandes e galinhas gordas, lardeadas de chouriços. [...] Reparou decerto na pachorra estoica do boi cevado, que parece estar contemplando em si mesmo a metempsicose em futuro cidadão de Londres mediante o processo do bife. Tudo isto, que é a forma objetiva do Minho romântico, viu V. Ex.ª.

[...]

Mas o que D. António da Costa não teve tempo de ver e apalpar foi o miolo, a medula, as entranhas românticas do Minho; quero dizer — os costumes, o viver que por aqui palpita no povoado destes arvoredos onde assobia o melro e a filomela trila<sup>1414</sup>.

Por experimentar melhoras de saúde, «graças aos ares do campo»<sup>1415</sup>, deu conselhos ao Visconde de Ouguela de como ele devia proceder para que o filho recuperasse das suas enfermidades e crescesse com recomendável e necessária robustez:

Ares do campo, muita liberdade, convivência com crianças robustas — que são como contagiosas de bom sangue — exercícios de trapézio moderados — equitação, vida estúpida em obséquio à robustez orgânica. E não há mais nada que enriqueça o sangue, e abra aos pulmões uma respiração franca. De Medicina, nada, nem grandes bifes, nem vinhos generosos. O melhor alimento

<sup>&</sup>lt;sup>1413</sup> C. a Bernardina Amélia, de 01-08-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 169-170.

<sup>&</sup>lt;sup>1414</sup> CASTELO BRANCO, 1876a: viii-ix.

<sup>&</sup>lt;sup>1415</sup> C. a Francisco Velho da Fonseca, de 07-11-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1261-1262.

é o que vem adubado pela fome; a fome é o exercício que a dá; e uma corrente de bom ar com um pedaço de pão de rala dá mais força que os acepipes deglutidos com fastio<sup>1416</sup>.

As opiniões de Camilo sobre os ares proporcionados na província minhota e sobre os seus efeitos eram, em geral, positivas, embora nunca dispensasse o apontamento cómico desqualificador. Tinha «alguma confiança nos ares do Minho»<sup>1417</sup>: «são salubérrimos quando a gente tem saúde perfeita e salubérrima». Além disto, o que tinha de «bom e raro [era] a falta de boticas e médicos»<sup>1418</sup>. Disse ao mesmo correspondente que, apesar dos «bons ares do Minho», toda a sua família se encontrava doente. Estava-se no mês de agosto: «Arde-se aqui como em inferno suplementar. As aves, como as do Sá de Miranda, caem com a calma»<sup>1419</sup>.

Ao poeta e romancista Gomes de Amorim, Camilo deu conhecimento de que ia «para ares do Minho», a região que o escritor poveiro cantava elogiosamente nas suas produções, sem se lembrar «das moscas e das pulgas, e dos pastores bêbados e das zagalas condignas». E rematava o tom alegre, com o seguinte parecer: «Eu acho bom o Minho para sentir a gente crescer-lhe as orelhas, e laxar-se com vinho de enforcado»<sup>1420</sup>. Em outro momento, fez a mesma leitura chistosa: «se os ares do Minho continuarem a ser aprazíveis como hoje, terei de assinar de cruz as minhas cartas. Isto é terra para medrança de bois e conversão de poetas em bestas»<sup>1421</sup>.

Camilo colocava na mira desta apreciação a aldeia de São Miguel de Seide ou os pequenos aglomerados semelhantes ao de Vila Nova. É natural que estas localidades, apesar dos ares mais saudáveis<sup>1422</sup>, estivessem em desvantagem em relação à cidade da Virgem de Vandoma e não pudessem competir com os apelos da capital nortenha. Embora, à primeira leitura, os comentários sejam interpretados como pouco abonatórios sobre a atratividade destas terras de acentuada rusticidade, julgamos que o romancista estava a direcionar as observações críticas para os que exaltavam a vida no campo e seus costumes, a viam como símbolo de pacatez, de pureza e de viver saudável e harmonioso, olvidando o modo de viver pobre, ou muito pobre, que sacrificava os habitantes ao trabalho do amanho da terra e do tratamento os animais, enquanto o sol iluminasse o dia.

As pessoas procuravam as estâncias termais com o propósito de tratar problemas de saúde, beneficiando das propriedades terapêuticas das águas mineromedicinais, enriquecidas com «métodos e técnicas complementares destinadas à prevenção e à reabilitação de

<sup>&</sup>lt;sup>1416</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 147-148.

<sup>&</sup>lt;sup>1417</sup> C. a Bernardina Amélia, de 08-04-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 164.

<sup>1418</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 03-05-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 369.

<sup>&</sup>lt;sup>1419</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 12-08-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 444-445.

<sup>&</sup>lt;sup>1420</sup> C. a Francisco Gomes de Amorim, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 850-851.

<sup>&</sup>lt;sup>1421</sup> C. a Teixeira de Queirós, sem data. In coleção do Museu João de Deus.

<sup>1422 «</sup>De mais disso, o Porto da primavera de 1762 gozava-se de ar impregnado de aromas, porque, naquela era, grande número de ruas que hoje respiram vapores nocivos pelos férreos pulmões de seus edifícios e fábricas, eram quintas, arvoredos, jardins, ourelas e marginados verdejantes de límpidos regatos, que os ductos atuais do gás degeneraram em água-tofana dessas dezenas de chafarizes em que tragamos peçonha» (CASTELO BRANCO, 1986b: 6).

doenças»<sup>1423</sup>. Além das características próprias de cada água e da sua eficácia no tratamento de patologias específicas, os termalistas procuravam ter uma alimentação mais regrada do que a praticada no resto do ano, usufruir de repouso, beneficiar de balneoterapia relaxante e encontrar a cura de enfermidades: doenças de pele, do aparelho digestivo, do aparelho respiratório, do sangue e do foro neurológico, reumáticas e venéreas. Aos tratamentos estava associada a vontade em obter, em termos gerais, um restabelecimento do bem-estar físico e mental.

Camilo foi frequentador de algumas das mais importantes termas do norte português: Caldas das Taipas<sup>1424</sup>, Caldas de Vizela<sup>1425</sup>, Caldas do Gerês<sup>1426</sup> e Águas de Vidago<sup>1427</sup>.

A correspondência faculta-nos informação sobre as estações ou os meses em que tinha intenções de ir e hospedar-se nas localidades mencionadas. Era, sobretudo, nos meses mais quentes (julho, agosto e setembro) que Camilo planeava ou se demorava nas termas, «experimentando as águas» ou «banhos de caldas» <sup>1428</sup>. Também projetou ir na primavera para Vizela, e lá permanecer durante dois meses <sup>1429</sup>. E até, por ocasião das festas natalícias, principiou a tomar «banhos de caldas», ainda que lhe parecesse que o tempo estava pouco convidativo para a prática dos mesmos <sup>1430</sup>.

Na revelação a Feliciano de Castilho de que havia iniciado tratamentos termais, o romancista explicou porque tomara esta resolução. Esta surgiu como alternativa aos fracassos ou limitados sucessos de outros curativos:

A minha vida tem continuado a ser o que é há cinco anos: doença progressiva e irremediável, localizada no cérebro, onde não entra a ciência médica. Por fim, desenganado por muitos logros da botica, voltei-me para a cozinha, e arruinei o estômago. Depois disto principiei a medicar-me com águas termais por dentro<sup>1431</sup> e por fora; conseguindo ficar tão mal por fora como por dentro. Isto quanto à matéria<sup>1432</sup>.

O tom das apreciações camilianas sobre as termas alternava entre o jocoso, o ceticismo e o queixume, ora dando crédito ora desqualificando as estâncias hoteleiras, o ambiente social,

<sup>1423</sup> SILVA, 2013: 86.

<sup>&</sup>lt;sup>1424</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 536; C. a José Gomes Monteiro, de 27-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 509-510.

<sup>&</sup>lt;sup>1425</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 59.

<sup>&</sup>lt;sup>1426</sup> C. a José Barbosa e Silva, sem data. In CABRAL, ed., 1984b: 128.

<sup>&</sup>lt;sup>1427</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 457-458.

<sup>1428</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1875]. In CASTELO BRANCO, 2012: 188; C. a José Gomes Monteiro, de 1-7-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 504-505; C. a António Feliciano de Castilho, de 03-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 405-406; C. a José Ferreira de Melo e Andrade, de 29-08-1871. In CHAVES, ed., 2002: 111; C. a José Ferreira de Melo e Andrade, de 15-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 1015-1016; C. a Matos Moreira, de 26-08-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 723-724; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 151.

 $<sup>^{1429}\,\</sup>mathrm{C}.$ a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 135.

<sup>&</sup>lt;sup>1430</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 37-38.

<sup>&</sup>lt;sup>1431</sup> O romancista partia de uma ideia generalizada: «Dizem que aqui a água lava o interior da gente» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 71).

<sup>&</sup>lt;sup>1432</sup> C. de 09-09-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 391-393.

as águas sulfurosas, as sessões terapêuticas e as recomendações dos médicos: «Eu estive em Vizela uma noite, onde fui consultar um dosimetrista, de quem nada espero» 1433. As apreensões camilianas quanto à assertividade das indicações médicas saíam mais reforçadas, ao verificar que os «sacerdotes da Medicina» lhe apresentavam opiniões divergentes acerca da sua pretensão de ir para as Caldas: «o médico António Maria Pinheiro diz-me que "nem para lá passar" 1434, enquanto João Jacinto e Lourenço me mandavam para lá 1435. Ó ciência! Ó Epidauro! Vejo-me obrigado a morrer sem saber de quê!» 1436.

Depreende-se da leitura da correspondência que as contradições dos pareceres médicos eram, em certa medida, as próprias dúvidas do romancista. Para superar um quadro clínico, segundo ele «triste e desesperançado» 1437, Camilo parecia confiar mais na mudança de terra 1438, de ares e de cozinha 1439, do que nos benefícios advindos do uso de «caldas por dentro e por fora» 1440. E, apesar de cumprir ou de tencionar cumprir as indicações dos seus médicos, o antigo estudante de medicina e consulente de livros de ciência também tinha a sua própria opinião: «Dizem-me que vá, este ano, experimentar as Caldas de Vizela. Isto não serve de nada; mas vou. Banhos quentes ministrados a quem está exausto de forças, parece-me bestialidade científica. No entanto vou, como holocausto da ciência» 1441.

Confiante, esperançado ou incrédulo quanto aos benefícios de saúde proporcionados pelas termas, o que concluímos pelas missivas é que as dores físicas<sup>1442</sup> e as nevralgias<sup>1443</sup> foram os principais motivos que o levavam a procurar os tratamentos ali oferecidos. Além destes dois problemas de saúde, mencionamos o diagnóstico feito por um médico de Braga, segundo o qual os padecimentos do romancista procediam de «uma repercussão herpética na cabeça». Recomendou-lhe, então, que fosse tomar uns banhos a Vidago, adequados ao combate da doença.

<sup>&</sup>lt;sup>1433</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-07-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 224-225.

<sup>&</sup>lt;sup>1434</sup> Não foi o único a desaconselhar o romancista: «Estive uma noite em Vizela e regressei a Seide, porque o doutor consultado reprovou os banhos» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 104).

<sup>&</sup>lt;sup>1435</sup> Embora não os tenha mencionado, Camilo referiu que outros médicos o mandaram ou o aconselharam a ir para Caldas de Vizela (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 85; C. de Francisco Azevedo Velho da Fonseca, de 19-06-1875. In CASTELO BRANCO, 1994: 1307-1312).

<sup>&</sup>lt;sup>1436</sup> C. a Teixeira de Queirós, 22-05-1876. In coleção do Museu João de Deus.

<sup>1437</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 16-05-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 448-449.

<sup>&</sup>lt;sup>1438</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 01-06-1887. In CABRAL, 1924: 139-140.

<sup>&</sup>lt;sup>1439</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-07-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 224-225.

<sup>&</sup>lt;sup>1440</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 16-05-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 448-449.

<sup>&</sup>lt;sup>1441</sup> C. a Francisco Gomes de Amorim, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 851.

<sup>1442 «</sup>Fortes dores na coluna vertebral» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 77), dores nas pernas e nos pés (C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-07-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 224-225; C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 01-06-1887. In CABRAL, 1924: 139-140; C. a Teixeira de Queirós, 22-05-1876. In coleção do Museu João de Deus) e dores não especificadas (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 151).
1443 «Parece-me que as nevralgias a terem de ceder é às águas sulfurosas» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [14-06-1887]. In CASTELO BRANCO, 2002: 302), «nevralgias que há 8 dias me despedaçam» (C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 01-06-1887. In CABRAL, 1924: 139-140). Ia «ver se as águas modifica[va]m a irritabilidade nervosa» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 89-90).

Antes de partir e de se hospedar em Vizela, já dizia ao Visconde de Ouguela que o mau estado de saúde se mantinha. Ainda assim, ia para lá tomar banhos sulfúricos<sup>1444</sup>. As poucas esperanças podiam ainda diminuir quando se inteirava de factos ocorridos: «O Torres e Almeida, indo para ali com mais saúde que eu, voltou de lá moribundo. Vamos a ver»<sup>1445</sup>. Não chegou a experimentar situação tão crítica, mas comentava que estava de saída para Vizela «tentar os banhos já experimentados com equívoco resultado, em anos anteriores»<sup>1446</sup>. Apesar do histórico de resultados, que não lhe agradava, e de julgar que ir tomar caldas era «o golpe de misericórdia na [sua] desfeita compleição»<sup>1447</sup>, o escritor regressava para tratamentos.

Para se confirmarem as más expectativas, nem era preciso iniciar qualquer plano termal: «Logo que cheguei às Caldas, piorei. Não atribuo o malefício aos banhos, porque não cheguei a tomar algum» 1448. Por vezes, os banhos prostravam-no muito, mas continuava as sessões, caso não se interpusesse «algum maior incómodo». Num outro momento, por prescrição do médico, tomou dois banhos que também o deixaram abatido: «mas diz ele que se eu tomasse seis me reanimaria. Faço tudo o que quiserem de mim porque já me falta coragem e paciência para tão incessante martírio» 1449.

Houve situações em que o agravamento dos males não tinha propriamente origem na sequência dos banhos prescritos. Estava na incapacidade de Camilo evitar excessos em comida e em bebida. De pouco serviriam os tratamentos com água se não fossem complementados com uma dieta condizente, a que não deveria ser refratário: «Tenho piorado nas Taipas. Devo isto ao frio e ao vinho verde» Estes excessos alcoólicos, que fazem pressupor a eventualidade da ingestão de condutos menos aconselhados a termalistas, contrastam com outro registo epistolográfico a Bernardina Amélia, a quem Camilo confessou práticas de cariz ascético. Aceitava as dores como um desígnio da Providência, sujeitava-se a uma dieta desenxabida e a um retiro quase tibetano:

Dores e tristeza — são as minhas delícias de Vizela. Eu já sabia que me não era dado encontrar aqui a fonte do deserto. Isto cá tem uma melancolia áspera e penetrante como as garras da desgraça. A Providência generosa deu-me uma cama em que passo as vigílias do dia e da noite. Quando toca uma sineta, vou à mesa, contemplo umas galinhas cozidas, insulsas como o espírito do teu pobre papá; pergunto aos céus se a praga dos gafanhotos que devastou Israel não seria menos funesta que a praga das galinhas que me vai devastando a mim. Depois, volto para o meu quarto a acariciar uma dor que me morde há três semanas. Eis aqui a Felicidade<sup>1451</sup>.

<sup>1444</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [junho de 1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 159-160.

<sup>&</sup>lt;sup>1445</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [junho de 1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 159-160.

<sup>&</sup>lt;sup>1446</sup> C. a Francisco Azevedo Velho da Fonseca, de [04-06-1876]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1351.

<sup>1447</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1875]. In CASTELO BRANCO, 2012: 188.

<sup>&</sup>lt;sup>1448</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 08-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 408.

<sup>&</sup>lt;sup>1449</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 148.

<sup>&</sup>lt;sup>1450</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 10-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 507-508.

<sup>&</sup>lt;sup>1451</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 112.

Pouco sabemos como Camilo ocupava o seu tempo, fosse em trabalhos de leitura e escrita fosse em relacionamentos sociais. O que a epistolografia nos demonstra é que levava livros para ler<sup>1452</sup>, o que seria algo comum, e projetava escrever obras: «Tenciono principiar lá uma novela chamada *Herança de Londres* em 2 tomos. [...] É de história contemporânea; corrida aqui no Minho, nas serras de Lanhoso»<sup>1453</sup>. Desconhecemos se concretizava estes planos. Todavia, é possível que, entre outros trabalhos, o romancista tenha ali começado a escrever a novela *Gracejos que matam*<sup>1454</sup>, concluída a 26 de agosto de 1875, em São Miguel de Seide, uma vez que deu conhecimento ao 1.º Conde de Azevedo, que, vindo doente de Coimbra, iria para Vizela, no mês de julho desse ano<sup>1455</sup>.

Temos poucos dados nas cartas que nos permitam saber quais as pessoas com quem Camilo travou relações e manteve convívio, e escasseiam informações acerca do tecido social atraído pelas termas, fosse qual fosse o motivo: fazer uso das águas, ser visto, namoriscar, conseguir bons casamentos ou fazer negócios.

Por não querer ir sozinho, convidou a filha Bernardina a fazer-lhe companhia nas deslocações e permanências em Vizela<sup>1456</sup> e em Vidago: «Se então precisares de alterar um pouco os teus costumes e respirar o forte ar das montanhas, irás comigo. [...] Assim, pode ser que eu me demore na localidade dos banhos que é solitária e penhascosa»<sup>1457</sup>. Para a estância termal transmontana chegou a levar consigo Jorge, esperançado que as saídas da aldeia de Seide acalmassem o filho alienado, lhe abrissem o apetite ou até contribuíssem para melhorar a sua saúde mental:

Venho com o Jorge do palácio onde havia música. Ele ceou no restaurante costeletas e comeu bem. Tomou 2 sorvetes de tarde, e assustou-me queixando-se de calafrios. Dei-lhe cognac; penso que era fantasia. Ele mesmo confessou que começou a imaginar. Acho-o triste. Creio que lhe fazes tanta falta como a mim. Estive com a Amélia e com o Carvalho. Deu-me a boa nova de que nas Pedras Salgadas, segundo lhe disse o Monteiro, se curara um sujeito nas circunstâncias do Jorge. Quem sabe? Mas eu, filha, não espero que o Jorge lá persista, e eu não o poderei violentar se quiser retirar-se. Pede a Deus por ele e por mim<sup>1458</sup>.

Em Vizela estanciou, sobretudo, no Hotel Cruzeiro do Sul $^{1459}$ , na companhia de Ana Plácido $^{1460}$  e de outros familiares. Maria Isabel foi uma das suas companhias. Embora

<sup>1452</sup> C. a José Gomes Monteiro, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 536.

<sup>&</sup>lt;sup>1453</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 03-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 405-406.

<sup>1454</sup> CASTELO BRANCO, 1875.

<sup>&</sup>lt;sup>1455</sup> C. a Francisco Azevedo Velho da Fonseca, de 19-06-1875. In CASTELO BRANCO, 1994: 1307-1312.

<sup>&</sup>lt;sup>1456</sup> «Irias tu comigo, se eu tivesse a pretensão cruel de te afastar dos teus, e tu a doce crueza de os deixares por mim. Aquilo é triste, minha filha, e um pai tão doente é uma companhia, se não importuna, contristadora» (C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 148).

<sup>&</sup>lt;sup>1457</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 150-151.

<sup>&</sup>lt;sup>1458</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 788.

<sup>1459 «</sup>Por estes 15 dias decerto não há quarto no Hotel do Cruzeiro, e outros são muito ordinários» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149).

<sup>1460</sup> PACHECO, 1990: 23.

o romancista não achasse «feia» a localidade<sup>1461</sup>, a nora não a apreciou. Desistiram de ali continuar e optaram por «ir passar alguns dias no Bom Jesus»<sup>1462</sup>. Ainda que Maria Isabel pudesse não gostar daquela freguesia, ela, o marido Nuno e a filha estiveram em tratamentos nas termas, por diversas vezes, mesmo quando a filha, e provavelmente ela própria, já se encontravam tuberculosas: «Há pouco chegaram aqui para ficarem algum tempo a Maria Isabel e a filha. Acompanhou-as o Nuno, que volta para Vizela. A criança vem desfigurada, febril, a meu ver perdida»<sup>1463</sup>.

Privou com pessoas das suas relações próximas, entre as quais José António de Freitas Fortuna, Eduardo da Costa Santos<sup>1464</sup>, D. António da Costa, fidalgo em exercício no Paço<sup>1465</sup>, e o 1.º Conde de Azevedo. Foi apresentado a algumas famílias importantes de Vizela, entre as quais Ana Amália Moreira de Sá e Manuel António da Silva e Mello, e depreendemos que os tenha visitado na Casa de Sá<sup>1466</sup>.

Sobre as classes sociais frequentadoras das termas de Vizela, a ficção camiliana deu algum destaque a abades, a fidalgos das estirpes de Cabeceiras de Basto e a *brasileiros de torna-viagem*<sup>1467</sup>. É com bastante verrina que o romancista dedicou a estes últimos jocosas descrições: «Anda por aí tanto brasileiro... Este ano, em Vizela, eram tantos como a praga, a botarem os pés para fora, de calças brancas, com cadeias de ouro cheias de coisas, muito gordos, uns figurões»<sup>1468</sup>. Mas, na correspondência, a alusão aos *brasileiros* hospedados nas termas é arrasadora: «Predomina o brasileiro que descasca os joanetes nas termas dos Caios e Sempronios. Param às ourelas dos pauis, a ouvir coaxar as rãs, arrotam liricamente, e *vão em casa à janta*. As brasileiras fazem-lhes denguices e às vezes... cornos»<sup>1469</sup>.

Sendo uma pessoa bastante conhecida e reconhecida, era natural que recebesse solicitações de estranhos, às quais não se negava dar resposta, por muito absurdas que lhe parecessem. Foi isso que contou a Bernardina Amélia:

Logo que cheguei, a primeira impressão foi confortadora: um moribundo mandou-me chamar para me pedir que dissesse dele alguma coisa quando morresse. Como este sujeito deve ir triste deste mundo, se ainda lhe dá cuidado o que se dirá dele? Chama-se Pinheiro Caldas e é daí do Porto. Fez-me dó a mulher, e filha e a neta que o rodeavam. Eis aqui a primeira impressão. Veremos as que vêm depois, e de tudo farei apontamento para tua edificação 1470.

<sup>&</sup>lt;sup>1461</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 77.

 $<sup>^{1462}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 67-68.

<sup>&</sup>lt;sup>1463</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149.

<sup>&</sup>lt;sup>1464</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 312.

<sup>&</sup>lt;sup>1465</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 07-07-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 441-442.

<sup>1466</sup> PACHECO, 1990: 34-35.

<sup>&</sup>lt;sup>1467</sup> Como exemplos, vejam-se Gracejos que matam e Eusébio Macário.

<sup>&</sup>lt;sup>1468</sup> CASTELO BRANCO, 2003b: 95.

<sup>&</sup>lt;sup>1469</sup> C. a Alexandre da Conceição, de 06-10-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 815-816.

<sup>&</sup>lt;sup>1470</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 71.

Quando não achava lenitivo suficientemente restaurador<sup>1471</sup>, se sentia abatido e desalentado<sup>1472</sup>, ou mesmo carecido de certo vigor físico para «reagir à ação das águas minerais»<sup>1473</sup>, retirava-se para Seide. Descrevia, então, aos seus destinatários que viera «muitíssimo doente»<sup>1474</sup>, que fora «enganado pela esperança de melhorar dos ouvidos com alguns banhos»<sup>1475</sup> e que tinha mais saúde na aldeia do que ali: «mal fiz em vir para Caldas onde passo sempre pior»<sup>1476</sup>. Não obstante os insucessos verificados na cura ou na melhoria dos seus males, dava conselhos a amigos<sup>1477</sup> e a familiares sobre os benefícios dos banhos termais:

A ciência que eu tenho granjeado à custa e por causa das minhas enfermidades de 20 anos, raras vezes me engana sobre as doenças dos outros. Se o senhor Carvalho continuar a sentir reumatismo deve debelá-lo de uma vez com uma dúzia de banhos em Vizela. De resto, a terebintina e todas as fricções conhecidas são meros paliativos. O resfriamento do mergulho em Leça, se é o motor do mal, só pode curar-se com a transpiração ligeira do banho<sup>1478</sup>.

Camilo foi também presença regular em várias zonas balneares do litoral nortenho: Foz do Douro 1479, Leça, Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

Estas zonas de veraneio possuíam populações balneares de diversas localidades e estratos sociais. Pela década de sessenta do século XIX, Alberto Pimentel dividia os frequentadores da Foz em dois grupos. O primeiro a chegar era constituído por portuenses, «famílias ricas, titulares, empregados públicos, etc.», que aí permanecia desde agosto a princípios de outubro. A segunda vaga era formada por pessoas que vinham após as colheitas: «gente de Cima-do-Douro, lavradores ricos, proprietários, pessoas abastadas, sem exclusão da gente menor, os feitores, os caseiros, os remediados e os pobres»<sup>1480</sup>. Mas havia, ainda, um terceiro conjunto de banhistas e curiosos que afluíam da cidade do Porto em carroções, jumentos ou *chars-à-bancs*, e regressavam a casa «ainda antes do meio-dia, repetindo a façanha todas as manhãs, durante um mês»<sup>1481</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1471</sup> C. a Bernardina Amélia, de 06-09-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 166-167.

<sup>&</sup>lt;sup>1472</sup> C. a Bernardina Amélia, de 29-05-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 179.

<sup>&</sup>lt;sup>1473</sup> C. a Bernardina Amélia, de 29-05-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 179.

<sup>&</sup>lt;sup>1474</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 157.

<sup>&</sup>lt;sup>1475</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 28-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 498-499.

<sup>&</sup>lt;sup>1476</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 26-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 508-509.

<sup>&</sup>lt;sup>1477</sup> A Ernesto Chardron, pessoa de insaciável apetite, aconselhou ir para Vidago «desobstruir [...] o fígado»: «Ali os ares são ótimos, e o hotel magnífico» (C. de 17-07-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 813).

<sup>&</sup>lt;sup>1478</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 141.

<sup>1479</sup> Nesta estância de veraneio, Camilo centrou passagens de vários dos seus romances e até atribuiu o topónimo da freguesia ao título de um dos seus «romances de costumes»: Cenas da Foz (1857). PEREIRA, 2017: 118-120.
1480 PIMENTEL, 1893: 245-246.

<sup>&</sup>lt;sup>1481</sup> (BASTO, 1959a: 20). Refere Alberto Pimentel que, em poucos anos, a Foz se transformou numa pequena cidade: «Duas linhas de *tramway* encurtaram a distância entre o Porto e a Foz estabelecendo comunicações frequentes, baratas e cómodas» (PIMENTEL, 1893: 244). Ramalho Ortigão dedica várias páginas a estes transportes e ao que estes foram representando, quer na facilitação das deslocações para a Foz quer na gradual alteração da paisagem física da faixa costeira entre a Fortaleza de São João e o Forte de São Francisco do Queijo (ORTIGÃO, 1943: 49-61, 67-68).

A partir da década de 1870, e perante a melhoria dos transportes facilitadores das deslocações de banhistas à Foz, a colónia inglesa preteriu a *praia dos ingleses* em relação às areias e águas de Leça, encontrando aí o sossego e a privacidade perdidos<sup>1482</sup>: os seus «hábitos, cavalos, trens, *toilettes* imprimem ao sítio a principal animação do seu aspeto exterior»<sup>1483</sup>.

As praias «amplas e belas» <sup>1484</sup> de Vila do Conde chamavam a si a atenção da aristocracia, mas eram pouco frequentadas por banhistas.

Em número de veraneantes e em variedade de concorrência social, a praia da Póvoa de Varzim superava largamente as que referimos. Camilo tinha uma afeição especial pela vila poveira, ainda que expressasse esse gosto da forma mais irónica: «Afeiçoei-me àquela praia que é a única em Portugal onde o cheiro do marisco não é neutralizado pelos aromas do toucador das damas» <sup>1485</sup>. Também lhe oferecia oportunidades de chegar ao conhecimento de histórias de vida que os veranistas sabiam e partilhavam. A permanência na Póvoa conjugava a possibilidade de conhecer a paisagem humana da região do Minho e de conviver com pessoas de várias proveniências, que por ali vinham ocupar o seu tempo livre. Tais factos evidenciavam pontos de contacto e de interesse idênticos aos que Camilo encontrava na Foz. Nesta praia, podia relacionar-se com as gentes do Porto e de Cima do Douro, que ali vinham estanciar, e absorver, cada ano, novas histórias forrageadas pelas terras durienses. Esta característica comum era uma das razões por que Camilo apreciava, de modo especial, as praias da Foz e da Póvoa de Varzim.

Na correspondência, Camilo deixou um número diminuto de referências à eclética moldura humana que surgiam na costa marítima da Foz à Póvoa, nos meses de agosto, setembro e outubro. Mas as que produziu têm inevitavelmente a marca inconfundível da sua ironia: «Vê-se ali [Póvoa de Varzim] a velha natureza bruta, o morgado de Cabeceiras, e a fidalga que ceia pescada com cebolas» 1486.

A «janela de Demócrito está sempre aberta nele para os ridículos sociais», afirmava o padre Sena Freitas<sup>1487</sup>. Com alguma injustiça e dureza para com as suas leitoras, Camilo fazia incidir o seu sarcasmo sobre o público feminino, fosse dama rica ou de menos posses: «Já se me figura que deixarei passar a estação própria sem me chafurdar entre as alforrecas sujas destas mulheres do Minho, que vêm aqui lavar-se, em agosto, e só volvem a escodear-se no ano seguinte»<sup>1488</sup>.

O eixo transversal a todas as estâncias era respirar o ar do mar ou ir a banhos com fins terapêuticos. Em torno deste objetivo principal e como pretexto de convocação dos veraneantes, cada vila costeira foi criando e potenciando estruturas de apoio, para que banhistas se

<sup>1482</sup> MARTINS, 1989: 52.

<sup>1483</sup> ORTIGÃO, 1943: 79-80.

<sup>1484</sup> QUENTAL, 1981: 43.

 $<sup>^{1485}</sup>$  C. a Francisco Gomes de Amorim, de 24-07-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 852.

<sup>&</sup>lt;sup>1486</sup> C. a Francisco Gomes de Amorim, de 24-07-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 852.

<sup>&</sup>lt;sup>1487</sup> FREITAS, 1888: 26-27.

<sup>&</sup>lt;sup>1488</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 20-08-1873. In CASTELO BRANCO, 2012: 133.

hospedassem, se sentissem bem e empregassem o tempo de estada da maneira mais agradável possível, tais como hotéis, hospedarias, casas de aluguer: cada categoria com as suas propostas gastronómicas<sup>1489</sup>. Desenvolveram-se recursos de lazer e diversificaram-se oportunidades de diversão. Relembramos os passeios ao farol da Senhora da Luz, na Cantareira, no Passeio Alegre da Foz<sup>1490</sup>, na «estrada carroajável» que ligava Leça à estação de Pedras Rubras<sup>1491</sup>, na Rua da Junqueira<sup>1492</sup>, as «interessantes digressões no alto Minho»<sup>1493</sup>, as caminhadas na praia e no *Paredão*<sup>1494</sup>, as idas ao teatro<sup>1495</sup>, as «pequenas partidas de *canotage*» no rio Leça<sup>1496</sup>, a prática do «tiro às rolas de arribação»<sup>1497</sup> e a realização de *soirées*<sup>1498</sup> e de bailes<sup>1499</sup>. Na ocupação dos tempos livres, tiveram grande impacto os cafés<sup>1500</sup>, as salas de bilhar<sup>1501</sup> e as casas de jogo proibido e de batota: monte e roleta<sup>1502</sup>, por exemplo.

Durante a estação balnear, o jogo clandestino convertia-se, na Foz, mas com muito maior expressividade na Póvoa de Varzim, no «mais lamentável flagelo», no causador de «estragos irremediáveis na honra e na fortuna das famílias»<sup>1503</sup>. À vila, afluíam jogadores da província minhota e de outras regiões do país, tão viciados no jogo que já se lhes detetava fisicamente alguns danos: «as pálpebras inflamadas pela ação do gás e do petróleo»<sup>1504</sup>. Entre os jogos proibidos, mas de maior popularidade, havia o voltarete e o monte. Mas a roleta era a principal atração e o grande sorvedouro de bens de quem os possuía em escassez ou em demasia. Em torno da mesma mesa, igualavam-se no desvario «homens de todas as condições sociais, proprietários, funcionários públicos, capitalistas, professores, literatos, militares com os seus uniformes, sacerdotes com as suas coroas»<sup>1505</sup>. Camilo também se sentou à mesa do tapete verde da roleta, foi parceiro de alguns deles e derreteu quantias consideráveis, como já referimos anteriormente. Em outra missiva, o romancista contou a Gomes de Amorim as suas excentricidades. Quem se queixava da dificuldade de ganhar dinheiro, proveniente quase em exclusivo da venda dos seus escritos, devia tirar lições de experiências anteriores, nas quais, como ele dizia, a facilidade com que gastava libras era em proporção inversa ao esforço de as auferir:

```
<sup>1489</sup> Na Foz (ORTIGÃO, 1943: 45-46, 68), em Leça (ORTIGÃO, 1943: 79), em Vila do Conde (ORTIGÃO, 1943: 190)
e na Póvoa de Varzim (ORTIGÃO, 1943: 131-132).
1490 ORTIGÃO, 1943: 47-48.
1491 ORTIGÃO, 1943: 80-81.
1492 ORTIGÃO, 1943: 103-109.
1493 ORTIGÃO, 1943: 130.
1494 ORTIGÃO, 1943: 113.
1495 PIMENTEL, 1893: 244-245.
1496 ORTIGÃO, 1943: 80.
<sup>1497</sup> Em Leça e na Foz (ORTIGÃO, 1943: 81).
1498 ORTIGÃO, 1943: 62-64.
1499 ORTIGÃO, 1943: 109; COSTA, 1874: 286.
1500 ORTIGÃO, 1943: 108-110.
1501 COSTA, 1874: 287; ORTIGÃO, 1943: 108-109.
^{1502} COSTA, 1874: 287; ORTIGÃO, 1943: 57, 109-113; PIMENTEL, 1893: 241 e 251.
<sup>1503</sup> ORTIGÃO, 1943: 112.
1504 ORTIGÃO, 1943: 106.
1505 ORTIGÃO, 1943: 110.
```

O que a civilização lá implantou foi três roletas, e uma batota ou duas em cada prédio. Os empresários destas cavernas de Caco são os filhos 2.os das casas nobres de Entre Douro e Minho. Anualmente excede 20:000\$00 réis o que repartem no fim de outubro. No 1.º ano perdi ali 110 libras; nos 2 seguintes não joguei. Não sei se sabias as evoluções que tem feito a Póvoa desde a tua infância<sup>1506</sup>.

Apostar na roleta e em outros jogos de azar foi uma prática que não deve ter abandonado. Porém, mesmo que continuasse a alimentar esse prazer, cremos que foi ajustando a frequência do jogo a uma prudente consulta aos trocos nos bolsos. Além de o fazer na Póvoa de Varzim e na Foz, não é improvável que também jogasse em Famalicão, onde existiam casas de jogo, à margem da lei. Ao delatar ao arcebispo primaz de Braga a vida do abade de Famalicão, «um pároco tão indigno e tão cheio de vícios e de torpezas», Camilo fez uma breve reflexão do que entendia ser um jogador compulsivo, alguns seus conhecidos, e a vereda penhascosa da turvação e da perdição pelo jogo a que se atiravam:

Às quartas-feiras entrega-se francamente ao jogo de azar em casa de duas raparigas órfās chamadas Maria e Emília, por apelido as Aranhas, moradoras no campo da Feira. Aí o arguido, e os párocos de Santa Maria de Abade, S. Cosme do Vale, Brufe, Mouquim, Louro, Portela e outros jogadores, passam o dia e a noite em completa orgia, perdendo ao jogo do monte grossas quantias, com as mais tristes consequências para o arguido. A perda do dinheiro, da honra e da vergonha levam naturalmente à perda de toda a dignidade, de todo o sentimento do bem e até da consciência. Ao jogo seguem-se as dívidas, às dívidas a dependência dos credores, e a esta subserviência à sua vontade absoluta, que faz passar documentos falsos, preterir todos os deveres, simular a obediência na desobediência, relaxar os costumes, informar falsamente as Autoridades, desprezar as ordens recebidas, abandalhar o caráter e comprometer em tudo e por tudo a dignidade e a honra<sup>1507</sup>.

Ir e permanecer, sobretudo, na vila da Póvoa e na Foz não resultava só de uma resposta aos interesses do criador literário, nem de uma satisfação dos apelos do jogador. As estâncias balneares eram procuradas para convívio com amigos que ali passavam temporadas, para descansar e aproveitar os banhos de mar como tratamentos médicos. Queixava-se, umas vezes, que andava «por todas as praias do Norte, sem tomar um banho» não conseguindo o que necessitava para os males de saúde. A doença fazia-o ensaiar paradeiros nas montanhas e junto ao mar: «Em toda a parte o tédio, o asco das coisas e das pessoas» 1509. Em outras alturas, o romancista esperava «sentir à beira-mar alguma vontade de comer e dormir». Ia ver o que conseguia obter do «acre das praias»: «Em mim, decerto os ares do campo não

<sup>&</sup>lt;sup>1506</sup> C. de 24-07-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 852.

<sup>&</sup>lt;sup>1507</sup> C. ao arcebispo primaz de Braga, de 22-06-1875. In «Camiliana & Vária», jan.-mar. 1952: 163-164.

<sup>&</sup>lt;sup>1508</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 343.

<sup>&</sup>lt;sup>1509</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-08-1881. In CASTELO BRANCO, 2012: 308.

podem operar alguma diversão. Estou saciado do aroma dos pinhais»<sup>1510</sup>. Acreditava que os resultados da sua permanência junto dos «ares marítimos» podiam ser bons: «Tenho confiança no mar, porque me lembro que no ano passado me dei bem em Leça»<sup>1511</sup>. Consultava, então, os médicos para se inteirar e ser aconselhado sobre a oportunidade de ir a banhos de mar<sup>1512</sup>. Alguns recomendavam-lhe que se deixasse ficar na Póvoa, confiantes nos benefícios da estada e dos tratamentos: «Era-me custoso nesta ocasião deixar a praia da Póvoa, onde os médicos me obrigam a estar amarrado à esperança de melhoras»<sup>1513</sup>. Em algumas ocasiões, as consequências eram contrárias ao que os facultativos pensavam e ao que ele, ansiosamente, esperava: «Depois que escrevi a V. Ex.ª, retirei logo da Póvoa com os meus achaques piorados. Aqueles ares fortes deviam ser nocivos à minha anemia no período final e irremediável»<sup>1514</sup>. Anos antes, na Foz, aconteceu um facto semelhante. Contou-o Ana Plácido, a pedido de Camilo, ao Visconde de Ouguela:

[Acha-se] aqui, na Foz, há dias, onde não tem colhido as melhoras que esperávamos e os médicos prometiam, com os ares do mar. A sua prostração e abatimento é tal que, nem mesmo ousa tentar pegar na pena!

Eu, como sempre, acompanho o Camilo e, faço quanto cabe em minhas fracas forças, por ajudar-lhe a sustentar a pesada cruz da existência<sup>1515</sup>.

Aborrecido com os resultados ou desencantado com a sua incapacidade de responder aos tratamentos prescritos, certo é que a manifestação das suas reservas às recomendações dos médicos, no sentido de fazer banhos de mar, já vinham de anos anteriores: «Estou esperando monção de banhos de mar — última deliberação da ciência, e talvez o último couce que ela me prega para dentro da cova» <sup>1516</sup>. E a opinião médica nem sempre se sobrepunha à do romancista, nas situações em que Camilo não estava resolvido a meter-se nas águas do Atlântico. Os banhistas empenhavam-se em lhe garantir a segurança e ajudá-lo a mergulhar em mar frio, mas o romancista parecia temeroso: ou porque não soubesse nadar ou porque a temperatura habitual da água era muito baixa, sendo mais difícil de suportar se houvesse nortadas. Camilo ponderava e decidia-se por outro plano:

Não vou resolvido a meter-me no mar, nem levo esperanças de que ele se meta em mim — único modo por onde eu me poderia salvar pelo iodo. Vou, porém, deliberado a tomar banhos

<sup>&</sup>lt;sup>1510</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 28.

 $<sup>^{1511}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 125.

<sup>&</sup>lt;sup>1512</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 16.

<sup>&</sup>lt;sup>1513</sup> C. a António Feliciano de Castilho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 447.

 $<sup>^{1514}\,\</sup>mathrm{C.}$ a António Pereira da Cunha, de 09-09-1886. In CHAVES,  $ed.,\,2002:\,147.$ 

<sup>1515</sup> C. de Ana Augusta Plácido a Carlos Ramiro Coutinho, de 20-08-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 364.

<sup>&</sup>lt;sup>1516</sup> C. a António Feliciano de Castilho, [01-07-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 441.

no rio Ave que passa em Vila do Conde. Os banhos salgados são peçonha para quem sofre irritações intestinais<sup>1517</sup>.

Na sua opção por banhos de rio nem sempre encontrava os melhores cenários no momento da respetiva realização. As condições observadas no rio Leça, quando se encontrava hospedado no Hotel Estefânia, frustravam-lhe as expectativas. Voltaria, então, a consultar a medicina se os banhos corressem mal. Foi o que contou a Ana Plácido:

Fui depois à beira do rio ver o sítio onde se tomam os banhos. É uma horta imunda de lama, com umas barracas ao fundo. Estava a tomar banho o Serpa Pinto, o mais novo, com uma filha. É necessário ter roupa de «banho»<sup>1518</sup>. Vou comprar a bata. Lembrou-me mandar vir a roupa do Manuel; mas as calças decerto me são curtas. Queira Deus que eu não perca mais a importância da roupa. O rio não convida. É baixo e turvo; mas não há outro meio, a não querer tomar barco, e ir pelo rio [acima]. Porém, vestir-se a gente exposta ao ar é perigoso. O António V. diz-me que aqui há um bom médico, e deseja que eu o consulte. Só o consultarei, se o banho me fizer mal<sup>1519</sup>.

Diga-se, por último, que o romancista se preocupava, de igual modo, com a saúde dos seus, fazendo-se acompanhar da família para as zonas à beira-mar. Com o objetivo que o filho alcançasse melhoras com «a mudança de ar e de sociedade» 1520, saía com ele de Seide para a Póvoa. Quanto a Ana Plácido, a aproximação ao oceano trazia-lhe as piores recordações: «abomina o mar, desde que ele devorou o pai no naufrágio do vapor *Porto*, esconde-se onde lhe não chegue o rugido do Moloch» 1521.

Outros dos tratamentos a que se submetia eram administrados em Casas de Saúde em Lisboa, em Braga e no Porto. O romancista não deixa bem especificadas as razões que o levavam a recolher-se a estas unidades de saúde. Procurava «um radical tratamento [...], paz e de dieta» 1522, o «descanso [...] pela pertinácia dos incómodos da alma pouco superiores aos do corpo» 1523, o desagravamento dos seus achaques 1524, a diminuição dos padecimentos de diverso tipo e não sobrecarregar familiares: «Para poupar Ana Plácido a este espetáculo, de dia e de noite, penso que devo entrar aí numa Casa de Saúde» 1525.

<sup>1517</sup> C. a Teixeira de Queirós, sem data. In coleção do Museu João de Deus.

<sup>1518</sup> Antes da vulgarização e utilização dos fatos de malha para tomar banho, os veraneantes com posses usavam, em geral, «fatos de baeta azul ou preta: vestido de cauda para as senhoras; camisola e calças para os homens». As pessoas de menores recursos trajavam de forma mais simples. Segundo informação de Alberto Pimentel, os aldeãos de Cima-do-Douro, ocultavam-se o mais possível «entre as fragas, por causa da extrema leveza do fato com que costumam entrar na água. Às vezes o fato é tão leve, que, especialmente à saída do banho, nem se vê. As mulheres usam camisa, os homens vestem ceroulas, [e quando saem do banho, vêm apenas] cobertos por uma teia de aranha» (PIMENTEL, 1893: 246). 1519 C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1285, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1520</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 13-08-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 187.

<sup>&</sup>lt;sup>1521</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 20-08-1873. In CASTELO BRANCO, Camilo, 2012: 133.

<sup>&</sup>lt;sup>1522</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 78.

<sup>&</sup>lt;sup>1523</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 75.

<sup>&</sup>lt;sup>1524</sup> C. a Tomás Mendes Norton, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 916.

<sup>&</sup>lt;sup>1525</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1333, Casa de Camilo.

Nas décadas de 1860, 1870 e 1880, Camilo afadigava-se em desfrutar dos melhores benefícios apregoados por estas unidades de saúde. Em junho de 1862, Camilo encontrava-se numa Casa de Saúde, na capital, fundada por Filipe Dart e de que era diretor clínico o doutor Arantes Pedroso. Segundo o escritor, já lá estava há doze dias. Queixou-se a José Barbosa e Silva: «Isto é ordinário, e pouco tempo poderei demorar-me. Não tenho conhecido melhoras, nem tão-pouco me fazem tratamento. Estão na espectativa» <sup>1526</sup>. Em meados do mês seguinte, precisamente no dia em que falecia em Vila Nova de Famalicão o marido de Ana Plácido, Manuel Pinheiro Alves, o romancista contava a Ramalho Ortigão a «aprazível convivência» que lhe proporcionavam «dois orates, ambos doutores em Medicina», ali internados:

Um, é o Dr. Emílio, lente da Politécnica; o outro é o Dr. Loureiro, especialista oftálmico. Um crê que é rico em Goa; o outro diz que tem o báratro na cabeça. Remeto-lhe um autógrafo do primeiro, que se imagina na Nova-Goa escrevendo ao Governador-geral. O segundo não escreve. Encara-se no espelho, e exclama: «Oh! Que volume de coronal!» E quando não fazem isto, conversam comigo, e não desatremam. O Emílio é um famoso naturalista, formado em Coimbra e em Paris. Conversamos ontem acerca de ictiossauros e mastodontes. O homem conhece o mastodonte como nós os percevejos<sup>1527</sup>.

No dia seguinte, escrevendo a dois destinatários, dava informações discordantes: estava ali doente «há 2 meses» 1528, mas numa outra missiva referia: «Eu estou há quinze dias numa *Casa de Saúde*: nome gratuito com que se doura a designação triste de hospital. Quer isto dizer que não tenho saúde nem família» 1529. Não sabemos quando deu entrada no «hospital», mas cremos que ainda se mantinha, em meados de novembro, a ser verdade o que disse a Duarte Gustavo Nogueira Soares: «Eu vivo ainda na Casa de Saúde e com bem pouca» 1530.

Na cidade de Braga, sabemos que esteve internado na Casa de Saúde do doutor Alfredo Alves Passos, sita no n.º 10 da Rua de São João<sup>1531</sup>. Disse ao editor Matos Moreira que ali entrara havia «24 horas»: «Por enquanto, o que experimento é o negro aborrecimento da chuva e a estranheza de uma casa que me cheira a defuntos»<sup>1532</sup>. A 2 de junho já estava em Seide. Assim o contou a João Caetano da Silva Campos<sup>1533</sup>, ao agradecer-lhe a dedicatória que o destinatário lhe fizera no segundo volume das *Noites de Viana — O Assassino*. Poucos dias depois, mencionou a Luís Barbosa e Silva, que recolhera da Casa de Saúde. Quanto a resultados, não estava animado: «Creio que piorei»<sup>1534</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1526</sup> C. a José Barbosa e Silva, [28-06-1862]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1123.

 $<sup>^{1527}</sup>$ C. a Ramalho Ortigão, de 15-07-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 973-974.

<sup>&</sup>lt;sup>1528</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 16-07-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 472-473.

 $<sup>^{1529}</sup>$  C. a Faustino Xavier de Novais, de 16-07-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 982-983.

<sup>&</sup>lt;sup>1530</sup> C. de 27-11-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 659.

<sup>&</sup>lt;sup>1531</sup> Casa de Saúde em Braga. «O Primeiro de Janeiro», 10 jan. 1877: 2. Notícia da inauguração em 7 de outubro de 1876.

<sup>&</sup>lt;sup>1532</sup> C. a Matos Moreira, 30-05-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 721.

<sup>&</sup>lt;sup>1533</sup> C. de 03-06-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 1045-1046.

<sup>&</sup>lt;sup>1534</sup> C. de 05-06-1877. In CABRAL, ed., 1984b: 140-141.

Regressou, em diversas ocasiões. As razões de lá retornar explicou-as a Bernardina Amélia. Dava enorme crédito à competência do médico responsável:

Em princípio de abril vou para uma Casa de Saúde de Braga onde tenciono passar o verão, sozinho, sem cuidados, sem inquietações. Vou tentar um radical tratamento, começando pelo da alma, e depois veremos o que fazem três meses de paz e de dieta. O diretor da Casa de Saúde é o médico Passos em quem tenho confiança<sup>1535</sup>.

Apreciava as instalações e a dieta proposta: «A casa é boa, e a mesa excelente para enfermos»<sup>1536</sup>. E reconhecia um agrado de longa data: «Depois eu gosto muito dos arrabaldes de Braga, e costumo sentir-me ali melhor que em outra parte»<sup>1537</sup>. Apesar da satisfação geral, não deixou de recorrer à ironia, quando o assunto eram as suas expectativas ou prognósticos: «Estou repousando de uma luta acerba de 40 horas. Aqui ficarei. Os sinos dobraram quando eu entrei; talvez dobrem quando eu sair» <sup>1538</sup>. E quanto a resultados alcançados, gracejou com Carlos Ramiro Coutinho: «Recebi a tua carta na "Casa de Saúde" em Braga, onde deixei a pouca que trouxe para sustentar o título do estabelecimento»<sup>1539</sup>.

Sobre Casas de Saúde no Porto, o romancista referiu-se, sobretudo, a duas: a do médico Almeida e a do médico Ferreira. Tendo-se acentuado os problemas dos olhos, e por se revelar ainda mais penoso escrever e ler, o romancista expressou a Ricardo Jorge que era seu desejo poupar Ana Plácido. Não queria que ela o visse sofrer daquele modo: «penso que devo entrar aí numa Casa de Saúde. / Prefiro a do Almeida por me dizerem que o Guerra também é especialista de olhos»<sup>1540</sup>. Contudo, ainda que beneficiasse de melhores tratamentos com o acompanhamento do doutor Augusto Guerra, o edifício onde estava instalada a clínica trazia-lhe memórias que o faziam desgostar da Casa de Saúde do médico Almeida:

Lembro-me, pois, de me recolher à do Almeida; mas, sobre não conhecer nenhum clínico daquele estabelecimento, tenho uma profunda antipatia pela casa — talvez a saudade duns dias que por lá passei muito alegres quando aquilo foi um hotel, e por ali convivi com muitos amigos, amigos já mortos. Faz-me horror ir morrer num daqueles quartos <sup>1541</sup>.

Joaquim José Ferreira era amigo de Camilo desde os finais dos anos de 1840 e seu companheiro de boémia. Além do mais, foi uma das testemunhas de defesa do romancista no processo de adultério movido por Pinheiro Alves a Ana Augusta Plácido.

<sup>&</sup>lt;sup>1535</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 78.

 $<sup>^{1536}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 22.

<sup>&</sup>lt;sup>1537</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 78.

<sup>&</sup>lt;sup>1538</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 22.

<sup>&</sup>lt;sup>1539</sup> C. de [outubro de 1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 272.

<sup>&</sup>lt;sup>1540</sup> C. sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1333, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1541</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 29-01-1887. In CABRAL, 1924: 137-139.

«O Primeiro de Janeiro» noticiava, na sua edição de 28 de novembro de 1883, com base em fonte segura: «nos princípios de dezembro se abrirá definitivamente a Casa de Saúde do médico Ferreira, na Rua da Duquesa de Bragança, 286»<sup>1542</sup>. O romancista manifestou, por diversas vezes, a vontade de se recolher à Casa de Saúde do seu velho companheiro<sup>1543</sup>. Entre decisões e retrocessos nas intenções de ser internado, depreende-se que Joaquim Ferreira estava sentido com Camilo, e que este pediu ao seu correspondente para que o ajudasse a ultrapassar o desentendimento, que o romancista não queria:

A minha doença recresce num progresso lamentável. A única deliberação que me resta, antes de me deixar morrer, num completo desamparo, é entrar em uma Casa de Saúde. Eu preferia por todas as razões de amizade e ciência a do conselheiro Ferreira; desconfio, porém, que ele não está bem-disposto a meu respeito. Penso que a razão é por eu ter por duas vezes projetado ir para casa dele, e de ambas as vezes tenho sucumbido às lástimas de Ana Plácido que considera a Casa de Saúde um passadiço para o cemitério. Escrevi-lhe, há meses, consultando-o acerca do meu estado; não me respondeu. Depois, felicitei-o pela mercê da carta do conselho: também não acusou a receção das minhas sinceras congratulações. Este proceder, incongruente com os hábitos delicados do Dr. Ferreira, faz-me supor que ele não deseja ter comigo, pelo menos com o homem patológico, relações.

[...]

Mas estarei eu enganado com o Ferreira? Será isto uma apreensão da minha fantasia doente? Pode ser que V. Ex.ª, sondando o Ferreira, pudesse inferir sentimentos diversos dos que eu presumo desconsideração ou arrefecimento de uma amizade que data de 1849.

Em todo o caso, é urgente que eu me retire daqui; porque a ter de morrer desejaria não ver à volta de mim esta família. V. Ex.ª terá a bondade de me ajudar a pensar a este respeito<sup>1544</sup>.

A amizade de Joaquim José Ferreira por Camilo não saiu beliscada com estas atitudes de suposta desconsideração ou ofensa do romancista. Sabemos que estava internado na clínica do seu amigo, em 24 de janeiro de 1888<sup>1545</sup>, mas que, a 28 de janeiro, já se havia retirado para Seide<sup>1546</sup>. Terá concluído o tratamento que estava a fazer, ou decidiu abandonar a clínica? Não nos surpreenderia que, no trecho da missiva a Ricardo Jorge, Ana Plácido estivesse a aludir ao episódio: «Quanto à Casa de Saúde, desistimos por enquanto. O José de Almeida impugna

<sup>1542</sup> Casa de Saúde. «O Primeiro de Janeiro», 28 nov. 1883: 1.

<sup>1543 «</sup>Vou recolher-me à casa da Saúde do médico Ferreira» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [26-5-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 221); «desconfio bem que entre por lá para o esgoto dos viscondes» (C. a Teixeira de Queirós, 28-04-1885. In coleção do Museu João de Deus); «Recolho amanhã à Casa de Saúde do Ferreira. / Vou no 1.º comboio. Vai comigo Ana Plácido e Nuno para voltarem a Seide» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [11-07-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 283).

<sup>&</sup>lt;sup>1544</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 29-01-1887. In CABRAL, 1924: 137-139.

<sup>&</sup>lt;sup>1545</sup> «O Primeiro de Janeiro», 24 jan. 1888: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>1546</sup> «O Primeiro de Janeiro», 28 jan. 1888: 2.

esse passo, e eu mesmo desconfio que o Camilo submetido ao bife de vitela da culinária do Ferreira desataria a fugir pela segunda vez» 1547.

No ano de 1888, Joaquim Ferreira esteve presente numa conferência com os colegas Ricardo Jorge, José de Andrade Gramacho e Manuel Lopes Santiago, para debaterem o preocupante e débil estado de saúde do escritor. E quando o cadáver de Camilo recolheu ao cemitério da Lapa, o clínico competente, o «Ferreira Janota», acompanhou o corpo do amigo à sua última morada<sup>1548</sup>.

Não poderíamos, por fim, deixar de transcrever um pequeno trecho de uma carta redigida a Bernardina Amélia. Queixava-se o pai de que não tinha quem compreendesse a sua dificuldade em fruir horas de repouso, que não houvesse quem lamentasse a dimensão do seu sofrimento e que ninguém pudesse entender que a natureza lhe dera um génio que lhe tornava mais acerbos os padecimentos físicos e ainda mais desesperantes as exasperações nervosas. Ela era o seu último reduto no amparo e no conforto moral:

Concorrem muitas e dolorosas causas a fazer-me sair daqui. Não tenho senão em ti uma alma onde possa vibrar um dos surdos gritos que eu abafo neste enorme suplício em que me despedaço de hora a hora. O meu estado de saúde é péssimo, e parece que há em tudo que me cerca o pensamento cruel de me aniquilarem, começando por me apagarem a razão. Vou para a casa de saúde para Braga, a ver se tenho em cada dia uma hora de repouso. Sou vítima de um génio implacável exacerbado pela doença. Não vejo uma só pessoa que me lamente, sequer, no abismo desta enorme miséria. Quero e necessito viver; e, se morrer, queria acabar sem ódios e sem a presença de algozes. Compreende a dor com que te escrevo, e crê que nunca um pai enviou ao coração de uma filha o quadro da sua vida atroz escrito em duas linhas. Deus permita que tu tenhas vida para me ir sustentando neste desamparo<sup>1549</sup>.

## 3.2.2. O tempo e as noites

O pequeno parágrafo da carta endereçada à filha Bernardina Amélia constitui um bom exemplo das queixas camilianas sobre o tempo e as noites, e evidencia as respetivas repercussões no seu quotidiano:

Que tempo, minha filha! Isto é que me adoenta e oprime a alma até ao tédio. Passo os dias a respirar uma atmosfera ardente ao fogão, e as noites são-me infinitas e dolorosas. Assim que houver um dia regular vou a Braga: talvez me demore alguns dias, e depois irei ver-te [ao Porto ou a Gondomar]<sup>1550</sup>.

<sup>1547</sup> C. de Ana Augusta Plácido a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1381, Casa de Camilo. Itálico nosso.

<sup>1548</sup> LEMOS, 1974: 176.

<sup>&</sup>lt;sup>1549</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 126-127.

<sup>&</sup>lt;sup>1550</sup> C. a Bernardina Amélia, de [25-07-1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 158.

As referências às condições atmosféricas (236) e ao período entre o anoitecer e a aurora do dia seguinte (316) aparecem em 552 missivas (15,5% da correspondência inventariada) e estão quase sempre associadas aos efeitos diretos do tempo e das noites no estado físico e psicológico do romancista.

## 3.2.2.1. O tempo

Aos 47 anos, Camilo escreveu ao seu colega de carteira na escola das primeiras letras, a dizer-lhe: «O tempo tem grande parte nestes já quase insuportáveis sofrimentos»<sup>1551</sup>. Estava a falar, de modo genérico, do «mau tempo»<sup>1552</sup>, do «péssimo tempo»<sup>1553</sup>, ou, com o avançar da idade, do «tempo [que ia] cruel para os velhos»<sup>1554</sup>. Um tempo atmosférico que o confrontava com fenómenos naturais diversos (o frio, o calor, a chuva...), os quais, no desenrolar das estações do ano, Camilo geria com dificuldade, em termos psicológicos, e revelava pouca energia para suportar as mudanças meteorológicas.

De todas as estações, a primavera foi a que lhe mereceu reparos mais negativos. Estes parecem derivar da frustração das suas expectativas sobre uma maior e desejável melhoria do seu bem-estar geral proporcionada pelo tempo primaveril, passados que fossem os difíceis meses de inverno. Camilo afirmava que a primavera era uma «época fatal», uma estação «toda de mancenilhas»<sup>1555</sup>, por lhe reaparecerem sofrimentos de anos anteriores. Pelos inícios de uma primavera, em ano não identificado, encontrava-se adoentado e deu conhecimento a sua filha de que esperava encontrar forças, para ir convalescer em outro lugar: «a Lisboa, talvez a Sintra, se o abril não estiver muito frio». Pretendia, mesmo, sair de Famalicão, por lhe merecerem crédito as considerações dos médicos: «dizem-me que a primavera no Minho é um inverno disfarçado»<sup>1556</sup>.

Comentava que os dias surgiam sem o sol que se esperava, ou se desejava, para aquela época do ano: «[faz] um frio de novembro, e a formosa primavera desenrola as suas alcatifas de lama»<sup>1557</sup>. Com intuito de contrariar a fraca solenidade com que a estação primaveril se apresentava<sup>1558</sup>, tão contrária às pompas que a caracterizavam, solicitava a Feliciano de Castilho: «Tragam-ma V. Ex. as com as avezinhas, namoradas das suas flores, dos jardins que lhes andam a perfumar as fantasias»<sup>1559</sup>. E, sobre a primeira estação do ano, diria, mais tarde, ao mesmo poeta, que, em Portugal, sem excluir as aldeias, se tinha extinguido a primavera:

<sup>&</sup>lt;sup>1551</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 79-80.

<sup>&</sup>lt;sup>1552</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, [27-03-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 244.

 $<sup>^{1553}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [29-10-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 253.

<sup>1554</sup> C. a Oliveira Martins, sem data. In MARTINS, coord., 1970: 26-28.

<sup>&</sup>lt;sup>1555</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 05-04-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1195.

<sup>&</sup>lt;sup>1556</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 64.

<sup>&</sup>lt;sup>1557</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 105.

<sup>&</sup>lt;sup>1558</sup> «Ai! a primavera! se não for a prima-mentirosa como ela costuma ser cá» (C. a António Feliciano de Castilho, de [15-01-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 357-358).

<sup>&</sup>lt;sup>1559</sup> C. de [15-01-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 357-358.

«não se enxergam vestígios de Pan, nem de silvanos, e da restante canalha que o mantuano chamava deuses» 1560.

Sobre o outono, Camilo fez uma menção muito breve, sem invocar qualquer adversidade com impacto na cadência dos seus dias em Seide. Ao agradecer a Feliciano de Castilho a esperança que este lhe dava de o voltar a visitar naquela aldeia, acompanhado de seu irmão, o romancista aconselhava-o: «Se vierem em outubro ainda terão dias de sol, que o outono aqui é a mais temperada estação»<sup>1561</sup>. Se o mês de outubro revelava ainda algumas branduras climatéricas remanescentes do verão, a estação outonal não se revestia da mesma bonança. Após as boas temperaturas registadas pelas festas de São Martinho, os finais de novembro e os meses seguintes engalanavam-se dos rigores de inverno: ouvia-se na casa amarela o «rugir das carvalheiras»<sup>1562</sup>, que arborizavam o largo fronteiro à Igreja de Seide, e os eucaliptos das matas em redor, que se «torc[iam], sem ir o chão»: «Agora, 11 da noite, o furacão sacode-os que parece um rugir do oceano. Não imaginas o horror disto!»<sup>1563</sup>.

Na paisagem da aldeia e do Minho, proliferavam, acima de tudo, matas de pinheiros que a tingiam de verde-escuro. A zoeira das árvores batidas pelo vento e agitadas pelas intensas chuvadas ofereciam ao escritor, durante as longas noites de outono e inverno, um constante e perturbante murmúrio. A situação começou por ser referida logo na primeira obra produzida em São Miguel de Seide, e concluída em fevereiro de 1864: «A casa, onde vivo, rodeiam-na pinhais gementes, que sob qualquer lufada desferem suas harpas. Este incessante soído é a linguagem da noite que me fala: parece-me que é voz de além-mundo, um como burburinho que referve longe às portas da eternidade» 1564.

Contrapondo o registo epistolográfico ao texto ficcional, Camilo dava azo ao gracejo, para ilustrar a capacidade devastadora do vento sentido no pequeno lugarejo de Seide: «De noite, estou a ver quando o vento pega da casa e me leva para a Galiza e mais a minha família» <sup>1565</sup>. Numa carta, menos queixoso e mais destemido, dizia que não lhe assustava a «carranca do inverno». E explicava ao seu destinatário como se protegia dele, tendo sempre presente o tom humorístico: «Em dezembro, fecho as janelas, e monto a artilharia de botijas de genebra. Quando V. Ex.ª estiver em S. Carlos estragando os ouvidos, estarei eu roncando árias num palco decorado de cinco cobertores» <sup>1566</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1560</sup> C. de [25-03-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 403.

<sup>&</sup>lt;sup>1561</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 29-07-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 337-338.

<sup>1562 (</sup>C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 350); «Tenho ouvido o bramir das carvalheiras na cama» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 87-88); «Uma casa cercada de carvalheiras que se estorcem e despedaçam» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 235).
1563 C. a Carlos Ramiro Coutinho, [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 235.

<sup>&</sup>lt;sup>1564</sup> CASTELO BRANCO, 1887a: 47.

<sup>&</sup>lt;sup>1565</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 235.

<sup>&</sup>lt;sup>1566</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [14-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 351-352.

Em 1872, a curar uma bronquite na cama, Camilo lamentava a Feliciano de Castilho que o inverno lhe trouxesse nevroses<sup>1567</sup>, e anteriormente informara-o de que esta estação do ano não se despedia dele sem lhe «dar quatro dos seus costumados pontapés»<sup>1568</sup>.

Custava-lhe suportar as baixas temperaturas, e as queixas acerca do frio que fazia e do frio que sentia foram-se estendendo ao longo de todos os meses do ano. Os meses a que mais fez alusão às temperaturas baixas foram os de novembro, junho e janeiro. Se esse queixume sobre novembro e janeiro não causa estranheza, o mesmo não seria esperado quanto ao mês em que iniciava a estação mais quente do ano.

O frio que grassava na aldeia, no mês de janeiro, explicava a sua «hidrofobia» e, por consequência, a raridade dos banhos. Tomara apenas dois da quantidade prescrita pelo doutor José Joaquim de Almeida<sup>1569</sup>. Alertava Inocêncio Francisco da Silva de que ele não sabia o que era «o Minho em janeiro», e que se livrasse da «bucólica leviandade» de se ausentar da capital, antes de chegar o mês de maio<sup>1570</sup>.

Por alturas do Carnaval de 1880, e com o termómetro a registar cinco graus centígrados, dizia que não havia lareira ou fogão que atenuasse a agressividade da «atmosfera». Num destes dias de «aspeto glacial»<sup>1571</sup>, escreveu ao Visconde de Ouguela a confessar que, mantendo-se a temperatura, só lhe ocorria uma solução irónica, mas impraticável: «mand[ar] pegar fogo à casa, e morr[er] como as alminhas das encruzilhadas»<sup>1572</sup>.

Em março, havia frio igual ao de janeiro: «O tempo não corre de jeito para curar constipações entre árvores da aldeia» <sup>1573</sup>.

Nos primeiros dias de abril, queixava-se a Feliciano de Castilho de que o tempo bom tardava, acrescentando que, em Seide, o frio estava semelhante ao de novembro, pois ainda caía  $neve^{1574}$ .

«Que belo tempo para doentes» <sup>1575</sup>, referiu a Costa Santos, quando, por maio de 1886, se sentia refém em Seide, obrigado pela chuva que transformara os caminhos encharcadiços e lamacentos <sup>1576</sup>. Mas também havia dias «lindos». O problema é que a sua «pobre e desfeita vitalização» nada tinha lucrado com os melhores raios de sol, porque estava «exaurido de fluido nervoso»: «restam-me uns ossos secos como o cérebro dos realistas de pé-fresco» <sup>1577</sup>.

```
<sup>1567</sup> C. de [28-10-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 426-427.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1568</sup> C. de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 362.

<sup>&</sup>lt;sup>1569</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 29-01-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 1206.

<sup>&</sup>lt;sup>1570</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 827-828.

<sup>&</sup>lt;sup>1571</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 101-102.

<sup>&</sup>lt;sup>1572</sup> C. de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2012: 340.

<sup>&</sup>lt;sup>1573</sup> C. a Bernardina Amélia, 26-03-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 168.

<sup>&</sup>lt;sup>1574</sup> C. de 02-04-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 367-368.

<sup>&</sup>lt;sup>1575</sup> Usou expressões semelhantes em outras situações de doença: «Vai péssimo o tempo para doentes» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 595-596).

<sup>&</sup>lt;sup>1576</sup> C. de [maio de 1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 281.

<sup>&</sup>lt;sup>1577</sup> C. ao padre Sena Freitas, 06-05-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 770.

Por ocasião do batizado de um neto, em meados de junho de 1885, fazia frio, e Camilo estava no Porto. Informou Ana Plácido de que não valeria a pena ela deslocar-se à cidade para participar na cerimónia. O dia estivera frio: «Tenho andado com o casaco de inverno e sem calor» Em outros anos, mencionou que o mau tempo no mês de junho não lhe dava «esperança de melhorar por entre os carvalhais» de Seide: havia «frio, nevoeiros, e umas lufadas de vento de novembro» e raras vezes se atrevia a sair do quarto 1580. Só a cama lhe permitia achar tolerável o tempo chuvoso e frio na aldeia 1581.

Tendo recebido, uns meses antes, a visita de Castilho em Seide, o romancista dava-lhe conhecimento, a poucos dias da festa de São Bartolomeu de Cavez, de que já, por ali, fazia frio de incomodar, apesar de ser agosto. Além disso: «Calaram-se as rãs e os grilos. Assobia o vento nas vigas, e a D. Ana diz com tristeza "aí vem o inverno"»<sup>1582</sup>. Nos inícios do mês de agosto, o romancista referia ao mesmo destinatário que sair de casa, naquela altura do ano, «sem *soli Deo* e sapatos de borracha [era] uma tentativa estúpida de suicídio»<sup>1583</sup>. Anos mais tarde, também no mês de agosto, dizia-se «trespassado de frio»: «Não cheguei este ano a sentir uma temperatura agradável»<sup>1584</sup>.

Em setembro, fazia frio de novembro, e Camilo já vestia roupa como se estivesse no inverno<sup>1585</sup>. Via-se obrigado a usar três cobertores e a «[despedir] da mesa o vinho verde [e] a limonada inocente»<sup>1586</sup>. Também referiu as muito baixas temperaturas de novembro<sup>1587</sup>: «Morro de frio»<sup>1588</sup>. Na horta, havia couves, favas e ervilhas, e o sol tinha «umas frialdades moles»<sup>1589</sup>, uma expressão usada por Eça, no início da sua carreira literária.

Ao permanecer muito tempo à banca de trabalho, era natural que o pouco exercício lhe causasse incómodos físicos<sup>1590</sup> e o fizesse sentir ainda mais frio, mesmo que as temperaturas estivessem amenas no exterior: «Ouço dizer que está muito calor — e eu tenho frio, estou no escritório, com as janelas fechadas, e tomo chá para aquecer»<sup>1591</sup>. Em outra altura: «Olhe que em casa é maior o frio que na rua»<sup>1592</sup>. Aconteceu também estar tanto frio no escritório,

<sup>&</sup>lt;sup>1578</sup> C. de 23-06-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 800-801.

<sup>&</sup>lt;sup>1579</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 27-06-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 504.

<sup>&</sup>lt;sup>1580</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 15-06-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 451-452.

<sup>&</sup>lt;sup>1581</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 25-06-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 598-599.

<sup>&</sup>lt;sup>1582</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [20-08-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 343-344.

<sup>&</sup>lt;sup>1583</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 03-08-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 340-341.

 $<sup>^{1584}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, de 05-08-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 172-173.

<sup>&</sup>lt;sup>1585</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [06-09-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 188.

<sup>&</sup>lt;sup>1586</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 06-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 349-350.

<sup>&</sup>lt;sup>1587</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [20-11-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 230.

<sup>&</sup>lt;sup>1588</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 14-11-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 70-71.

<sup>&</sup>lt;sup>1589</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 28-11-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 355-356.

<sup>&</sup>lt;sup>1590</sup> «Sinto a paralisia resultante do descostume de mover as pernas» (C. a Luís Barbosa e Silva, de 20-12-1884. In CHAVES, *ed.*, 2002: 161).

<sup>&</sup>lt;sup>1591</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 08-06-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 566.

<sup>&</sup>lt;sup>1592</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 553.

que nem sequer lá podia entrar ou permanecer: «Eu há muitos dias que não entro no escritório, onde se sente um grande frio» $^{1593}$ .

As possibilidades de se aquecer passavam por vestir mais roupa, beber líquidos quentes e recorrer a fogareiros ou a salamandras. A utilização destas espécies de lareiras móveis para aquecimento doméstico era bastante perigosa, pois havia risco de incêndio. Além disso, a inexistência de uma chaminé que possibilitasse a extração do monóxido de carbono, resultante da combustão de madeira ou carvão, e a falta de janelas que permitissem a ventilação da divisão onde se encontrava, poderiam trazer-lhe graves consequências 1594.

Em certa ocasião, revelou à filha que estava há «3 dias mumificado entre 5 coberto-res»<sup>1595</sup>, e, em outra altura, descreveu-lhe a roupa e o calçado a que recorria, para melhor resistir aos períodos de maior frio:

Eu estou o primeiro jarreta do Minho. Passo os dias e quase inteiras as noites ao fogão. Tenho as orelhas acolchoadas do algodão, visto um robe-de-chambre agaloado de escarlate que me dá o aspeto truanesco de um Pierrot com frio, calço uns sapatos de ourelo nos quais me meto completo quando o frio é maior<sup>1596</sup>.

Informou-a também de que o frio sentido lhe tinha provocado grande sofrimento. Fê-lo sentir-se «como um paralítico com as pernas sem uma fibra» 1597, gelava-lhe as mãos 1598 e colocava-lhe «os dedos escandilados de frio» 1599. Dizia-lhe ainda que o tempo estava gélido em Seide, e que o inverno estava prestes a instalar-se com todas as suas galas. As chuvas iriam impedi-lo de sair de casa. Se não pudesse trabalhar, o resultado seria claro: «a vida há de ser-me um tormento que excede a imaginação» 1600. E doente na cama, escrevia a Bernardina: «Aqui dizem-me que vai um frio de petrificar os corpos» 1601.

O frio e a humidade estendiam «a sua influência até aos camarins das ideias»<sup>1602</sup>, «cristaliza[vam-lhe] os miolos»<sup>1603</sup>, gelava-lhe o cérebro<sup>1604</sup> e faziam-no sentir-se «improdutivo

<sup>1593</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 44-45.

<sup>1594</sup> Duas gravuras da época mostram-nos um tubo, provavelmente de uma salamandra, a sair de uma das janelas do escritório (Anexo 28 e Anexo 29). É provável que Camilo tivesse aí alguma, de menor tamanho da que se encontra hoje na sala de visitas do museu de Seide. Porém, não descobrimos qualquer referência na correspondência a aparelhos destinados a aquecimento da casa. Numa prova fotográfica da moradia, do início do século XX e anterior ao incêndio de 1915, vemos um tubo extrator de fumos que sai da parede entre o primeiro e o segundo pisos (Anexo 30). Mas não há garantias de que seja uma estrutura contemporânea de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1595</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1884]. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 141.

<sup>&</sup>lt;sup>1596</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 21-22.

<sup>&</sup>lt;sup>1597</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 26.

<sup>1598</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 31.

<sup>&</sup>lt;sup>1599</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 360-362.

<sup>&</sup>lt;sup>1600</sup> C. sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 212.

<sup>&</sup>lt;sup>1601</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 121.

<sup>&</sup>lt;sup>1602</sup> C. ao padre Casimiro José Vieira, de 17-12-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 858.

<sup>&</sup>lt;sup>1603</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de 25-11-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1265-1266.

<sup>&</sup>lt;sup>1604</sup> C. a Matos Moreira, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 714.

como as lezírias do Além-Tejo» 1605. Em sentido inverso, o tom jocoso valorizava o potencial de criação literária, quando acontecesse o congelamento total do cérebro: «Eu sinto gelar-me um terço da massa cerebral, onde ainda tinha um resto de ideias. Espero escrever coisas mais acertadas, quando se me gelar a cabeça toda» 1606. Mas se a temperatura aquecesse, os efeitos seriam, de igual modo, benéficos: «Logo que o tempo aqueça e o sangue me circule na cabeça, dou incremento aos *Brocas*» 1607.

As baixas temperaturas foram, muitas vezes, abordadas na correspondência, por terem consequências diretas no seu bem-estar físico e psicológico. Afirmava que o «frio groelandês» do Minho<sup>1608</sup>, o frio «intolerável»<sup>1609</sup> ou a «Noruega do Porto»<sup>1610</sup> não permitiam que se pudesse dedicar, confortavelmente, ao trabalho de (re)criação literária: trabalho que era um «excelente companheiro» para ajudar a passar os «tristes dias de dezembro»<sup>1611</sup>, «um grande laxante para a alma»<sup>1612</sup>.

Para conseguir trabalhar, procurava resistir o mais que podia ao «inimigo implacável dos artistas que fazem pouco uso dos músculos» \$^{1613}\$. Custava-lhe «suster a pena» \$^{1614}\$ e caía-lhe «a pena dos dedos gelados» \$^{1615}\$, porque, em Seide, se morria de frio. Dizia, em registo gracioso, a Oliveira Martins que se sentia «um velho farrapo», e invejava um criado que via «a rachar lenha em mangas de camisa e com a cara rosada como as velhas auroras dos poetas» \$^{1616}\$.

Em período do ano não identificado, dizia que estava um «tempo de novembro». O frio obrigava-o, então, a enroupar-se de tal modo que, segundo ele, até causava surpresa e consternação ao filho louco: «Além da chuva, há frio que me obriga a trazer sobre mim todos os casacos que possuo. Há duas noites que não me deito. Faz-me companhia o Jorge que parece espantado do que sofro» 1617.

Por recomendações médicas, como se deduz, Camilo informou o Visconde de Ouguela de que era mandado para o Porto, porque o frio da aldeia lhe era nefasto para a saúde e retardava-lhe a convalescença $^{1618}$ .

 $<sup>^{1605}</sup>$  C. a José Barbosa e Silva, de 19-10-1855. In CASTELO BRANCO, 1994: 1101.

<sup>&</sup>lt;sup>1606</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 553.

<sup>&</sup>lt;sup>1607</sup> C. a Ernesto Chardron, de 28-03-1883. In CABRAL, 1939: 98-99.

<sup>&</sup>lt;sup>1608</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 350. Ao informar o mesmo destinatário de que Ana Plácido queria regressar de Coimbra para Seide, devido à doença do filho Jorge, o romancista disse-lhe: «o frio é insuportável no Minho» (C. de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 199-200.

<sup>&</sup>lt;sup>1609</sup> C. a José Barbosa e Silva, de 10-12-1858. In CASTELO BRANCO, 1994: 1116-1117.

<sup>&</sup>lt;sup>1610</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 538-539. Aplicou também a designação de «Noruega» à aldeia de Seide (C. a António Feliciano de Castilho, de 25-03-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 403).

<sup>1611</sup> C. ao padre Casimiro José Vieira, de 17-12-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 858.

<sup>&</sup>lt;sup>1612</sup> C. a Bernardina Amélia, 16-11-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 174-175.

<sup>&</sup>lt;sup>1613</sup> C. de 11-1-1880. In MARTINS, *coord.*, 1970: 29-30.

<sup>&</sup>lt;sup>1614</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [18-01-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 238-239; C. a Francisco de Castro Monteiro, sem data. In PAÇÔ-VIEIRA, *ed.*, 1917: 20-21; C. a Tomás Mendes Norton, de 06-12-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 922-923.

<sup>&</sup>lt;sup>1615</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 827-828.

<sup>&</sup>lt;sup>1616</sup> C. de 11-01-1880. In MARTINS, coord., 1970: 29-30.

<sup>&</sup>lt;sup>1617</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 610.

<sup>1618</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 353.

Em tom humorístico, disse a Tomás Mendes Norton que o cérebro ia resistindo com dificuldade a semelhante frio, e ,«se não fosse o memento das dores, cuidaria que estava cristalizado, debaixo de 5 cobertores com duas botijas e um braseiro de rescaldo ao pé da cama»<sup>1619</sup>.

Dava conselhos a Silva Pinto sobre o modo como se devia proteger dos incómodos do frio, através do recurso a roupa grossa e enchidos: «ensaque-se em três fortes casacões da sua fábrica e muito paio para dentro» Para ele próprio, talvez adotasse as mesmas soluções, mas adiantava outras: passar os dias na cama, «às cavaleiras do fogão» 1621 ou «acocorado defronte» dele 1622. Podia acontecer também, em períodos de maior frialdade, defender-se com «dois fogões e várias botijas» 1623. E, por vezes, apontava, de modo irónico, alternativas para suportar o frio. Debaixo de «uma atmosfera da Rússia», e rodeado de livros, sentia vontade de queimá-los e, assim, aquecer-se 1624. Por precaução, não se aventurava a sair da cama enquanto o fogão lhe não assegurasse «uma atmosfera de junho» 1625. Com Feliciano de Castilho, Camilo ia mais longe. Dizia-lhe que escrevia perto do fogão, que, em sua casa, era aceso em setembro e apagado apenas nos fins do mês de maio: «Sou verdadeiramente uma velha inglesa» 1626.

As condições atmosféricas sentidas permitiam a Camilo, no exercício da prática epistolar, mostrar a sua matriz de escritor e o seu espírito gracejador, para deleite do destinatário:

Este mau tempo, em aldeia, é pior que o inferno cristão, onde há o ranger de dentes, ainda mesmo para os que morreram desdentados. Imagina-me ou na cama ou no escritório, e as ramarias a rugirem como vagalhões de folhas e as vidraças a arquejarem, e eu a ver quando elas se me fazem estilhaços na cara. Eu, se conhecesse um poeta bucólico, batia-lhe. Nesta casa só se divertem os patos que estão sempre em semicúpio nos tanques. Tenho um peru pequeno que treme de frio como um sabiá das trovas cariocas do Gonçalves Dias. Meto-o na cama comigo, e Ana Plácido dá-lhe sopas de vinho para o aquecer. Os meus 4 cães uivam de noite sinistramente; e na igreja vizinha há orgias de corujas que se repascem nas podridões verdes de que fala Guerra Junqueiro — esta enorme e amarela podridão da Arte<sup>1627</sup>.

<sup>1619</sup> C. de 17-01-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 925-926.

<sup>&</sup>lt;sup>1620</sup> C. a Silva Pinto, de 15-12-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 681-682.

<sup>&</sup>lt;sup>1621</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de [janeiro de 1876]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1336-1337. Idênticas soluções são referidas por Camilo a Manuel Negrão, quando este planeava visitá-lo em Seide e parecia recear o frio que ali ia encontrar: «Olha que tenho cá uma estufa em que estou sempre a cavalo, quando não estou na cama» (C. a Manuel Negrão, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 885).

<sup>1622</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [01-04-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 436.

<sup>&</sup>lt;sup>1623</sup> C. a Tomás Mendes Norton, de 14-12-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 923-924.

<sup>&</sup>lt;sup>1624</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 136. Não era a primeira vez que se referia a esta solução: «estou entre os meus livros velhos com vontade de os queimar para me aquecer» (C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 04-09-1869. CÉSAR, 1925: 304-305).

<sup>&</sup>lt;sup>1625</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 231.

<sup>&</sup>lt;sup>1626</sup> C. de 03-05-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 437.

<sup>1627</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 248.

Não podia abrir a janela cinco minutos, porque a humidade lo lhe agravava o já péssimo estado de saúde: «Que suplícios nos impõe impassivelmente este céu dentro do qual estão as onze mil virgens e vários outros santos a quem muito me recomendo» lo lo provocava-lhe uma sensibilização até aos ossos, torturava-lhe e cortava-lhe os nervos lo leve movimento de ar no quarto» lo constipava.

O estado do tempo foi pretexto para Camilo fazer breves retratos da paisagem envolvente, em diferentes períodos do ano. Nas vésperas da noite de consoada, dizia a Castilho para o avisar, caso viesse ao Porto. Teria gosto em o ir buscar, mas advertia-o: «isto por aqui é feio. As árvores estão nuas e os prados vidrados de gelo. E frio? Vejam lá no que se metem que eu a responsabilidade não a tomo»<sup>1632</sup>. Nos dias de maior frialdade, avistava das janelas da sua moradia montanhas em redor cobertas de neve<sup>1633</sup>, ou «uns cabeços de serra coroados de névoas pardas»<sup>1634</sup>, com maior evidência para o Monte Córdova, que lhe recortava o horizonte para os lados de Santo Tirso. Descrevia a natureza nos fins do verão, quando ela ia renovando as suas galas, com os tons de amarelo dos arbustos nas orlas dos prados, a contrastar com os de ferrugem das folhas secas que se despegavam: «Começam a despir-se as árvores e as gestas a florir»<sup>1635</sup>.

Quando se deslocava e permanecia em outras localidades, dava conhecimento aos destinatários sobre o tempo que aí fazia: «Está frio em Lisboa; mas o sol abrasa» 1636. Estava na «Cidade Invicta», e tinha em mãos, na altura, a biografia de Ouguela. Mas o frio, segundo dizia, petrificava-lhe a cabeça e congelava-lhe o sangue. Apenas conseguia ter «o nariz exposto ao ar», facto que, em termos de aspeto facial, o fazia tecer esta consideração cómica: «O Porto é um clima bom para bêbados» 1637.

Esteve no Bom Jesus com a esperança de que o filho registasse melhoras de saúde naquele ambiente. Ganhara apetite e «parecia mais distraído». Porém, em breve, se aborreceu de ali estar. Regressaram Camilo e toda a família a casa, também devido ao tempo: «Era intolerável o frio e o nevoeiro no Bom Jesus» 1638.

<sup>1628 «</sup>Este desgraçado arcaboiço se estorce debaixo da humidade álgida da atmosfera» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 581). A bronquite «dificilmente cederá favorecida pelo frio e pela humidade da atmosfera» (C. a António Francisco de Carvalho, de 15-09-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 572).
1629 C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 81-82.

<sup>&</sup>lt;sup>1630</sup> C. a Francisco Gomes de Amorim, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 851. São regulares as referências aos efeitos do frio nos seus nervos. Relembramos as seguintes missivas: C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1887]. In CABRAL, 1924: 169-170; C. a Manuel Negrão, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 883; C. a António Feliciano de Castilho, de 03-05-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 437; C. a Eduardo da Costa Santos, de 28-02-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 241-242; C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 06-06-1887. In CABRAL, 1924: 141-142.

<sup>&</sup>lt;sup>1631</sup> C. a Bernardina Amélia, 30-04-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 178-179.

<sup>&</sup>lt;sup>1632</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 23-12-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 356-357.

<sup>&</sup>lt;sup>1633</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 360-362.

<sup>&</sup>lt;sup>1634</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 350.

<sup>&</sup>lt;sup>1635</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [14-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 351-352.

<sup>1636</sup> C. a Ana Augusta Plácido, de [1873]. In CASTELO BRANCO, 1994: 831.

<sup>&</sup>lt;sup>1637</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-11-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 75.

<sup>&</sup>lt;sup>1638</sup> C. a destinatário não identificado, de 29-11-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 1147-1148.

Também dava opinião sobre a atmosfera das localidades visitadas pelos seus destinatários, recorrendo a uma narrativa plena de gracejo. A um compadre, não identificado, Camilo exaltou-lhe tanto a firmeza de ânimo para ir a Murça como a deliberação de se vir embora daquelas terras transmontanas: «Com semelhante atmosfera apenas considero existir em Murça uma individualidade capaz de resistir à ação do clima: é a porca. Eu desejaria ser também o porco nas condições graníticas da outra» 1639.

Aos incómodos provocados pelo frio juntavam-se os benefícios e as vicissitudes do tempo quente. Na estação em que as temperaturas atingiam, com facilidade, valores acima dos trinta graus, deveria ser muito difícil para Camilo trabalhar no escritório de Seide. Talvez procurasse a sombra refrescante da acácia do Jorge ou se instalasse num compartimento da moradia, onde o calor fosse mais suportável.

Aconselhava os amigos que pensavam ir a Seide conviver com ele. Costa Santos foi informado de que, na deslocação que ia fazer para o visitar, haveria «o burrico e o criado», no local combinado, para o conduzirem até ele. O que mais preocupava Camilo era o calor, uma circunstância que não era problema para Costa Santos, simultaneamente, editor e bombeiro: «Mas um comandante de bombeiros não se assusta com o fogo do céu nem do inferno» local Quanto a Vitorino da Mota, o romancista disse-lhe que Nuno o fora esperar à estação de Vila Nova, e que lhe preparara um «frugal almoço». Só estimava que não tivesse havido «razão funesta» a justificar a ausência, e dizia ao amigo que ele se livrara do «horrível» calor que se sentia na aldeia. Calor que o tornava «derretível»: «Sou um Jordão há 8 dias, e arde-me por tal modo a cabeça que estou sempre mergulhando-a, à feição de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques» los feição de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques» los feição de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques» los feição de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques» los feição de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques» los feição de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques los feiçãos de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques los feiçãos de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques los feiçãos de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques los feiçãos de pato, numa bacia de água. Este verão tem agravado muito os meus achaques los feiçãos de pato, numa bacia de água Castilho a enorme dificuldade em tolerar as altas temperaturas:

Lutei dois meses com esta asfixia bestificadora, escrevendo sempre, e largando a pena quando a nevrose me macerava os dedos. Muitas vezes fui mergulhar a cabeça num alguidar, sentindo rijos instintos de pato; e ao retirar o crânio em catarata, parecia-me ter cá dentro o Joaquim aos couces com o Teófilo<sup>1642</sup>.

Tal como o fazia em relação aos casos de temperaturas baixas, também foi mencionando alguns dos efeitos do tempo quente nas suas deambulações. O calor de agosto da «Invicta» punha D. Eufrásia a «transpira[r] como uma esponja» 1643. E ele, face às temperaturas elevadas sentidas no Porto, sentia-se abrasado pelo casaco e um «inferno no peito» 1644, devido ao uso do colete.

<sup>&</sup>lt;sup>1639</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 931.

<sup>&</sup>lt;sup>1640</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 185.

<sup>&</sup>lt;sup>1641</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 22-07-1873. In CASTELO BRANCO, 2012: 131.

<sup>&</sup>lt;sup>1642</sup> C. de 12-08-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 444-445.

<sup>&</sup>lt;sup>1643</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [03-08-1856]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1104.

<sup>&</sup>lt;sup>1644</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 791.

Não padecia menos na capital. Quando se encontrava a redigir o romance sobre António José da Silva, *O judeu*, escreveu a José Gomes Monteiro a dar-lhe conta dos efeitos das temperaturas altas: «Cuidei que morria assado em Lisboa. Era-me necessária esta sensação agora que estou tratando das fogueiras do Santo Ofício» <sup>1645</sup>. Anos depois, referia a Silva Pinto que, em Lisboa, devia «fazer calor de inferno bíblico». Mas, na aldeia de Seide, o tempo não corria de melhor feição: respirava-se «como à beira de uma cratera». Por causa das temperaturas sufocantes, ia sair dali para a Foz, porque só à beira-mar se podia «garantir a vida a alguém» <sup>1646</sup>. Também detalhava a Freitas Fortuna que o calor estava «sufocante» na capital: estava-se em finais de agosto <sup>1647</sup>.

Também a chuva lhe causava bastante mal-estar, a ponto de dizer: «Esta chuva parece que me vai transformando em lodo» <sup>1648</sup>. Queixava-se a Bernardina Amélia de que não lhe escrevera, porque não imaginou que o dia se apresentasse tão invernoso: «Isto aqui tem demónio — o vento faz saltar as vidraças em pedaços e a chuva alagou os caminhos» <sup>1649</sup>.

Afirmava que as tempestades não tinham força capaz de lhe destruir os seus «prédios rústicos e urbanos». Contudo, deixavam-lhe a alma devastada: «Vivo mais doente e tristís-simo. Lamento que não haja um sujeito responsável da chuva para lhe dar dois pontapés» 1650.

O tempo chuvoso constituía um grande obstáculo às suas deslocações: «Se não fosse este infame chover constante, estaria no Porto» 1651. O caminho municipal, que ligava Seide a Famalicão, era em terra. Quando chovia, convertia-se num lameiro que muito dificultava as deslocações e desmotivava qualquer intenção de sair de casa 1652. Uma vez, apesar de ter tomado, por cinco dias, «aposentos principescos no Hotel América», viu-se impossibilitado de se ausentar de sua casa, porque a chuva e o vento incessantes tinham-na «rodeada de pântanos» 1653. Em outra altura, esperava o tempo mais quente para ir até ao Bom Jesus. No dia em que tencionou partir, «apareceu o dia chuvoso e frio» 1654. Apesar de ter conseguido autorização do superior hierárquico de Manuel Espinho para este o acompanhar ao Porto, e poderem demorar algum tempo por lá, goraram-se os seus planos: «Veio este cruel tempo, e não pude sair» 1655.

Por causa de um forte temporal, que o forçou a manter-se mais tempo em casa, Camilo desabafou com o seu genro o quanto lhe custava ficar impedido de deambular:

```
<sup>1645</sup> C. de [1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 529-530.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1646</sup> C. a Silva Pinto, de 07-08-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 759-760.

<sup>&</sup>lt;sup>1647</sup> C. a Freitas Fortuna, de [27-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 113-114.

 $<sup>^{1648}</sup>$  C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 550.

<sup>&</sup>lt;sup>1649</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 64-65.

<sup>&</sup>lt;sup>1650</sup> C. a Bernardina Amélia, 12-02-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 170-171.

 $<sup>^{1651}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 156.

<sup>&</sup>lt;sup>1652</sup> «Aqui estou cercado de lama sem poder sair de casa» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [maio de 1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 281); «À volta desta choupana é tudo um lago de lama» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 156).

<sup>&</sup>lt;sup>1653</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 100.

<sup>&</sup>lt;sup>1654</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 78.

<sup>&</sup>lt;sup>1655</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 64-65.

Quando aí sente o horror destes dias que farei eu, privado de sair deste escritório, a olhar para os títulos destes livros que me parecem os epitáfios de um enorme cemitério, onde me parece que já estou lendo o meu! Há oito dias que me não tocou uma aura de ar puro. A casa, o céu, a terra, tudo me parece uma imensa latrina em que os deuses do Olimpo estão largando as suas divinas disenterias.

[...]

Logo que apareça um dia tolerável vou fazer-lhes uma visita; mas, se quisesse ir já, não teria por onde passar por Vila Nova porque as pontes intermédias estão submersas 1656.

Mesmo que decidisse pôr-se a caminho, o escritor corria o risco de se molhar, o que não lhe era benéfico para a saúde. Aventurou-se algumas vezes. Saiu até Braga para tratar de negócios, e tinha intenção de seguir dali para o Porto. Porém, ao ver «o cerrado universo», preferiu recolher-se a Seide, onde chegou «ensopado e aborrecido». Antes estar ali do que «num hotel do Porto a ver chover». Mas também não era na aldeia que queria ficar. No Bom Jesus não havia quartos vagos em setembro, e colocava a hipótese de ir para Vidago ou para a Foz: «Agora veremos se o dia de amanhã é melhor que o de hoje. Não sei para onde hei de ir nem o que hei de fazer. O homem põe e a chuva dispõe» 1657.

Várias vezes, no regresso à sua residência, foi surpreendido pelo mau tempo: «tive de vir a pé meia légua debaixo de chuva e trovões» 1658, «cheguei aqui [...] às 8 da noite debaixo de chuva por aqueles precipícios que conhece» 1659, ou «a chuva castigou-me ao descer da Portela; mas não me penetrou» 1660. O percurso para Seide, para quem descia dos lados da Portela, era arriscado, sobretudo em ocasiões de chuva e de frio. Em alguns casos, Ana Plácido providenciava que houvesse, nesse lugar de Famalicão, uma égua para trazer Camilo à sua moradia.

A chuva também lhe servia para desfechar críticas a trabalhos literários de terceiros, tal como aconteceu quando comparou as prosas «aguadas» de Biester a campos ensopados pela chuva<sup>1661</sup>.

#### 3.2.2.2. As noites

Os lamentos de que passava mal as noites aparecem-nos, pela primeira vez, na correspondência conhecida, em 1853<sup>1662</sup>. Não oferecerá dúvida que, antes deste primeiro registo, Camilo teve muitas outras noites de insónia, entre mortificações e emoções de vária ordem. Relembramos apenas o falecimento de seu pai, a juventude em Vila Real e Vilarinho da Samardã,

<sup>&</sup>lt;sup>1656</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 605-606. Umas décadas antes, contava a J. C. Vieira de Castro que, se saísse à rua com muita chuva, não se atrevia sem vestir «colete de salvação» (C. de 19-10-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 671).

<sup>&</sup>lt;sup>1657</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 79-80.

<sup>1658</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 123-124.

<sup>&</sup>lt;sup>1659</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [19-03-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 271.

 $<sup>^{1660}</sup>$ C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 619.

<sup>1661</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 25-05-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 334-335.

<sup>&</sup>lt;sup>1662</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [11-05-1853]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1068.

o casamento em Ribeira de Pena, a vida de universitário no curso de Medicina e de estudante de Teologia, a boémia, a diversão desregrada na noite portuense e os primórdios da atividade literária e jornalística na «Princesa do Corgo» e na «Invicta».

No decorrer dos anos, a relação com a noite ou, de certo modo, com a escuridão, à medida que vai perdendo a vista, transformou-se num verdadeiro problema: «Conto as horas da noite ansiando o dia, e as do dia esperando a noite que nunca me traz descanso» 1663. Com a falta de sonos reparadores e do descanso noturno, mesmo para quem era um notívago e preferia a quietude das noites ao bulício dos dias, Camilo foi acumulando cansaço e projetando nas noites seguintes o desassossego das que lhes precederam: «A noite passada comparativamente foi boa; a anterior tinha sido péssima; a que vem sabe Deus o que será» 1664.

Desabafava que passava mal, muito mal, «pessimamente», «cruelmente» ou «malissimamente» as noites<sup>1665</sup>. Tinha noites em claro<sup>1666</sup>, e outras em que não se deitava<sup>1667</sup>. Afirmava que não dormia há muito tempo<sup>1668</sup>, e partilhava com os destinatários há quanto tempo se deparava com essa dificuldade: «quarenta horas»<sup>1669</sup>, «42 horas»<sup>1670</sup>, «48 horas»<sup>1671</sup>, «90 horas»<sup>1672</sup>, «duas noites»<sup>1673</sup>, «duas noites e dois dias»<sup>1674</sup>, «três noites»<sup>1675</sup>, «três [noites] com cinco horas de dormir»<sup>1676</sup>, «quatro noites»<sup>1677</sup>, «dez noites»<sup>1678</sup> e «mais de quinze dias e noites [em] que apenas durmo em cada vinte e quatro horas uma e em sobressaltos»<sup>1679</sup>. Concluía até, como síntese da frequência destes episódios: «há anos, que não sei o que é dormir bem»<sup>1680</sup>.

A dificuldade em adormecer estendia-se a várias noites, o que o desesperava. A saturação levava-o a escrever que, se a saúde continuasse a molestá-lo tão assiduamente, ele

```
<sup>1663</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [26-02-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 433.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1664</sup> C. de Freitas Fortuna, de 29-07-1888. In CASTELO BRANCO, 2002: 907-908.

<sup>1665</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [11-05-1853]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1068; C. a José Barbosa e Silva, de [03-06-1857]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1043; C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1213-1214; C. a José Pereira Caldas, de 19-05-1878. In CASTELO BRANCO, 1994: 976; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 33; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 118; C. a Eduardo da Costa Santos, de 29-03-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 245-246; C. a António Feliciano de Castilho, de [29-08-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 412-413; C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 798-799.

<sup>&</sup>lt;sup>1666</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 64.

<sup>&</sup>lt;sup>1667</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 610.

<sup>1668</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2012: 293.

<sup>&</sup>lt;sup>1669</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 219; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 126.

<sup>&</sup>lt;sup>1670</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 132.

<sup>&</sup>lt;sup>1671</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 121-122.

<sup>&</sup>lt;sup>1672</sup> C. a Bernardina Amélia, de 12-12-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 179-180.

<sup>1673</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 273; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [20-07-1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 164-165; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 37.

<sup>&</sup>lt;sup>1674</sup> C. a António Vitorino da Mota, de 15-12-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 863.

<sup>1675</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 07-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 416-417.

<sup>&</sup>lt;sup>1676</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 134.

<sup>&</sup>lt;sup>1677</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 477-478.

<sup>&</sup>lt;sup>1678</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 21-01-1875. In CASTELO BRANCO, 1994: 1151-1152.

<sup>&</sup>lt;sup>1679</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 519-520.

<sup>&</sup>lt;sup>1680</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 153.

«mud[ava] de globo»: «Há 8 noites que apenas adormeço na madrugada, e às 7 horas já estou acordado» 1681.

Também passava «noites inteiras» em que não se podia deitar<sup>1682</sup>, dizendo que esteve «3 noites a pé», sentindo-se, em face disso, «semimorto»<sup>1683</sup>, e que se levantou «seis vezes [em uma noite] com um padecimento nunca experimentado: uma sensação de corpo estranho como cabelos no céu da boca»<sup>1684</sup>.

Houve alturas em que se deitava cedo, mas adormecia muito tarde: «só adormeci às 4 ½ até às 7» $^{1685}$ , «adormeci depois da ½ noite e ergui-me às 6 ½» $^{1686}$ , «ouço sempre as 4 horas da manhã, e só depois adormeço» $^{1687}$  ou «deitei-me às 8 e meia, e adormeci às 4» $^{1688}$ .

Andava a pé durante a noite, e para o que fosse preciso, quando algum elemento da família se encontrava doente: «Estou de cama; mas as noites passo-as a pé, porque Ana Plácido está sofrendo muito desde que se deita» <sup>1689</sup>. Causava-lhe pavor vê-la padecer, e sofria só de imaginar que ela podia falecer antes dele. Depois de a ver passar mal três noites seguidas, contou a um destinatário não identificado: «eu nesta situação sinto-me a resvalar para a sepultura» <sup>1690</sup>.

Apesar de se sentir cansado de falar das suas misérias<sup>1691</sup>, como declarou a Freitas Fortuna, Camilo foi descrevendo, no decorrer dos anos, vários incómodos de saúde, que não lhe proporcionavam sossego durante a noite, e que pareciam tomar outras proporções quando o sol se punha: «um pruído herpético nas costas e nos braços»<sup>1692</sup>, «dores atrozes no peito do pé direito»<sup>1693</sup>, «continuada tosse e transpiração»<sup>1694</sup>, «agravo do torcicolo»<sup>1695</sup>, «dores na espinha que me dilaceram»<sup>1696</sup>, «dores atrozes»<sup>1697</sup>, «alguma febre»<sup>1698</sup>, «bronquite»<sup>1699</sup>, «terríveis intermitências de falta de ar»<sup>1700</sup>, «uma dor no coração, aguda como uma punhalada»<sup>1701</sup>, «muito [padecimento] do estômago»<sup>1702</sup>, «visível perigo de morte com um

```
<sup>1681</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [10-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 85.
<sup>1682</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 107.
<sup>1683</sup> C. a Bernardina Amélia, 16-11-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 174-175.
<sup>1684</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 586-587.
<sup>1685</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 801.
<sup>1686</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 802-804.
<sup>1687</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 64-65.
<sup>1688</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 793.
<sup>1689</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 579.
1690 C. de [1882]. BRANCO, ed., 1916: 16-17.
<sup>1691</sup> C. de 13-07-1889. In COSTA, ed., 1930b: 81.
<sup>1692</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1210.
<sup>1693</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 37.
<sup>1694</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 99.
^{1695} C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [02-10-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 264.
<sup>1696</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [11-08-1882]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1079-1080.
<sup>1697</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 16-09-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 559.
<sup>1698</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 185.
<sup>1699</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 801.
<sup>1700</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 86.
<sup>1701</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 95.
<sup>1702</sup> C. a Bernardina Amélia, [20-05-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 102.
```

envenenamento por café»<sup>1703</sup>, «calefrios» e «incómodos de cabeça»<sup>1704</sup>, «nevralgias»<sup>1705</sup> ou «horrendas nevralgias»<sup>1706</sup>, «doente do peito e [...] as noites a arder em febre»<sup>1707</sup>, «frenesins tabéticos»<sup>1708</sup>, «dores e inquietação»<sup>1709</sup>, dificuldade em respirar e «zoada dos ouvidos»<sup>1710</sup>, «defluxo e tosse»<sup>1711</sup>, «flato»<sup>1712</sup> e «espasmo no esófago»<sup>1713</sup>, sensação de que tinha «brasas sobre a pele»<sup>1714</sup>.

Em algumas missivas, encontrámos queixas a mal-estares que se prolongavam por muitos dias: «doze noites seguidas [com] um estrondo infernal nos ouvidos, uma zoeira de catadupa que me não deixa estar sequer cinco minutos deitado»<sup>1715</sup>. E, na mesma noite, sucederam outros sofrimentos a vários achaques: «dispneia e tosse. Passada a tosse, vieram dores artroses aos pés que [lhe] arrancavam gritos»<sup>1716</sup>, sentia-se «crivado de dores, [experimentando] uma nova flagelação na cabeça»<sup>1717</sup>, e cuidava «que lutava com os exórdios de uma pneumonia, e quando as pontadas diminuíram vieram as dores nevrálgicas»<sup>1718</sup>. Mas nem sempre conseguia identificar ou detalhar com tanto pormenor o tipo de padecimento: «Os meus sofrimentos, depois que anoitece, não têm nome. Só os anémicos no derradeiro grau conhecem estas angústias»<sup>1719</sup>.

Para conseguir relaxar e depois dormir, recorria a medicação, designadamente a «pílulas de bromoreto canforado»<sup>1720</sup>, ou munia-se de um «narcótico»<sup>1721</sup> não identificado. Esta substância não produzia, por vezes, os efeitos esperados, talvez pela habituação do corpo ao fármaco ou pelo facto de o médico, suspeitoso de que as doenças seriam do foro da hipocondria, o procurava ludibriar com a prescrição:

```
<sup>1703</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 117.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1704</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 141-142.

 $<sup>^{1705}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de 21-12-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 260.

<sup>&</sup>lt;sup>1706</sup> C. a António Dias Guilhermino, de [1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 1055.

<sup>&</sup>lt;sup>1707</sup> C. a Gustavo Nogueira Soares, de 31-12-1859. In CASTELO BRANCO, 2002: 638-639.

<sup>&</sup>lt;sup>1708</sup> C. a Freitas Fortuna, de [17-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 106-107.

<sup>&</sup>lt;sup>1709</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [14-11-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 69.

<sup>&</sup>lt;sup>1710</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 79-80.

<sup>&</sup>lt;sup>1711</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1324, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1712</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1328, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1713</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1347, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1714</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 92-93.

<sup>1715</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 461.

<sup>&</sup>lt;sup>1716</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1281, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1717</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 16.

<sup>1718</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 605. Este tipo de dores a que Camilo aludia, com alguma frequência, não era, na sua opinião, uma doença de perigo, mas de muito sofrimento: «às vezes tenho dores nevrálgicas superiores à minha heroica resignação» (C. a Bernardina Amélia, sem data. FIGUEIRAS, ed., 2002: 185)

 $<sup>^{1719}</sup>$  C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 274.

<sup>&</sup>lt;sup>1720</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 219; C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 586-587.

<sup>&</sup>lt;sup>1721</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 795.

Tomei 4 colheres do narcótico que V. Ex.ª alterou e não consegui dormir senão alguns minutos a cada dose que tomava, e no despertar sentia uma espertina de quem dorme bastantes horas. Depois, recaía na prostração, voltava ao narcótico, e repetiam-se curtos momentos de torpor sem dormir<sup>1722</sup>.

Mencionou que passava «noites muito tristes». Queria alguém com quem palestrar, que o distraísse das suas «apreensões» e lhe desse «uma palavra de conforto»: mas não tinha. Extenuada dos afazeres diários, Ana Plácido dormia profundamente, e «seria necessário acordá-la se houvesse um incêndio». Os filhos tinham ido dormir no quintal, numa casota de colmo que fizeram. Não tinha mais quem lhe pudesse dar atenções<sup>1723</sup>.

Com muita raridade, mencionou ter passado bem a noite ou emitiu considerações que não descreviam os incómodos e os malefícios das suas noites. As pequenas frases, como «a noite passada dormi regularmente. De oito em oito dias tenho assim um remanso» 1724, «passei melhor a noite» 1725 ou «passei uma noite relativamente ótima» 1726, são, na verdade, uma realidade incomum camiliana. Se a estas citações acrescentarmos as frases «Esta noite pude dormir algumas horas, e hoje já me sinto com capacidade para lhe escrever esta estirada carta» 1727 e «já consigo passar a noite na cama sem me levantar aflito com ataques de nervos»<sup>1728</sup>, fica praticamente concluído o inventário das alusões do romancista a noites sem tribulações significativas no seu repouso. Mesmo quando a noite lhe proporcionou o descanso necessitado, expressava ter receio de que, na seguinte, se repetissem os mal-estares que experimentara nas anteriores: «Esta noite dormi melhor. Ainda bem; para poder perder a noite seguinte» <sup>1729</sup>. Ou seja, prognosticava que os problemas sentidos na noite anterior teriam continuidade na próxima, e talvez nas que lhe seguissem: «Passei muito má noite e o dia vai-se preparando para uma noite pior» 1730, ou a «noite passada não pude sossegar com as dores. Preparo-me para outra idêntica» 1731. Ao genro, António Francisco de Carvalho, contou o que se passara nas noites posteriores a outras que tinham sido más: «seguiu-se uma noite pior que todas, se é que há comparação entre as coisas péssimas» 1732.

Nem sempre dormir era sinónimo de sossego: tinha alucinações<sup>1733</sup>, sonhava «coisas muito tristes» com a filha<sup>1734</sup>, dormitava «uns sonhos sobressaltados»<sup>1735</sup>, ou via Ana Plácido

```
1722 C. a Ricardo Jorge, de 17-03-1885. In Acervo de Correspondência, n.º 1317, Casa de Camilo.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1723</sup> C. a Bernardina Amélia, de 05-08-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 172-173.

<sup>&</sup>lt;sup>1724</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1870]. In CASTELO BRANCO, 1994: 469-470.

<sup>&</sup>lt;sup>1725</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 155.

<sup>&</sup>lt;sup>1726</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1344, Casa de Camilo.

<sup>1727</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 613-614.

 $<sup>^{1728}\,\</sup>mathrm{C}.$ a Manuel Negrão, de 10-04-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 883-884.

<sup>1729</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1267, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1730</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149.

<sup>&</sup>lt;sup>1731</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [31-05-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 222.

<sup>&</sup>lt;sup>1732</sup> C. de 15-09-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 558.

<sup>&</sup>lt;sup>1733</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2012: 293.

<sup>1734</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 23-24.

<sup>&</sup>lt;sup>1735</sup> C. a Mateus José Barbosa e Silva, de 04-08-1878. In CASTELO BRANCO, 1994: 1076.

«sempre nos braços dum homem» <sup>1736</sup>. Uma «noite sem aflições» também não significava que conseguisse descansar ou dormir. Certa vez, incomodado por não conseguir adormecer, levantou-se da cama e saiu do local onde se hospedara: «Às 4 ergui-me, deixei tudo, e às 5 ½ fui para a estação.» Pensamos que regressou a Seide, onde, após a chegada, lhe apareceram em casa pessoas das suas relações. Porém, não se sentia disponível para conversas: «Fechei-me no escritório, e agora os estou ouvindo lá em baixo gargalhando. Como a vida é cómica!» <sup>1737</sup>. Em outra ocasião, desistiu de ir à Foz, pernoitou no Porto, para, no dia seguinte, ir até Seide. O que pensou não decorreu da melhor forma. Pelas cinco da manhã estava Camilo:

na Praça Nova, olhando para a estátua do imperador que ontem esteve alumiado solenemente com lanternas de arraial. Eu não tinha podido adormecer. Vi vir ao longe um sujeito com ademanes de rabugice, olhando de esguelha para a estátua. Disse de mim comigo: «Aquilo é um desgraçado que também não dormiu.» Ora este desgraçado não podia ser senão um bacharel meu sobrinho que acabava de insultar no hotel um brasileiro que roncava a trancos e não o deixara dormir. Os dois infaustos sonâmbulos foram à Foz comer linguado frito<sup>1738</sup>.

Havia noites em que o peso dos tormentos o fazia ter a sensação de que ia morrer<sup>1739</sup>. Contava essas emoções aos destinatários, em frases que desacentuam a gravidade da situação com a utilização de um certo tom irónico: «cuidei que ia começar a viagem infinita da matéria eterna»<sup>1740</sup>, «que era chegada a minha hora derradeira e que o rabo do cometa me abrasava!»<sup>1741</sup>, ou «que estava a mudar de planeta»<sup>1742</sup>. Não se libertava com facilidade deste sentimento. Ao Visconde de Castilho relatou que talvez só tivesse dormido uma noite em Lisboa, mas, depois de acordar, mantinha igual impressão: «Acordei como quem está para adormecer no sono perpétuo»<sup>1743</sup>. E, ao mesmo correspondente, Camilo evocou São Paulo na epístola aos coríntios: «*Quotidie morior*». Segundo Camilo, era provável que o apóstolo estivesse tão «achacado» como ele, quando redigiu estas palavras: «Eu, algumas noites, cuido que não verei o dia seguinte»<sup>1744</sup>.

Em contraposição, também informava que ia resistindo às investidas da morte: «Cá estou a fazer negaças à morte. Por enquanto, 8 horas da noite, não me sinto muito mal» 1745.

Durante as insónias, entretinha-se, às vezes, com tarefas algo estranhas. Estava hospedado em Braga, e como o quarto tinha duas camas, ocupou o tempo «a fazer uma e desfazer

<sup>1736</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 789.

<sup>1737</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 49-50.

<sup>1738</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 10-06-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 256.

<sup>&</sup>lt;sup>1739</sup> «Depois da meia-noite achei-me muito atacado [...]. Eu receio muito morrer em um destes ataques e decerto não me deitarei» (C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 307).

<sup>1740</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 273.

<sup>&</sup>lt;sup>1741</sup> C. a Silva Pinto, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 993.

<sup>&</sup>lt;sup>1742</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 20-21.

<sup>&</sup>lt;sup>1743</sup> C. de 03-05-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 437.

<sup>&</sup>lt;sup>1744</sup> C. de 06-09-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 372-373.

<sup>1745</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 27-28.

outra»<sup>1746</sup>. Também passeava «no corredor do hotel», para ver se desse modo se cansava até «cair prostrado»<sup>1747</sup>, ou andava a pé a distrair-se com afazeres inimagináveis, mesmo risíveis, para qualquer leitor seu, coevo ou futuro: queimar percevejos com fósforos<sup>1748</sup>.

Os adjetivos usados para qualificar as noites que experimentara são ilustrativos da diversidade de problemas de saúde que o afligiam, desde que o sol se punha até ao alvorecer de um novo dia: noites «infernais»<sup>1749</sup>, «noites desgraçadíssimas»<sup>1750</sup>, «noites sofríveis, [...] alternadas com outras péssimas»<sup>1751</sup>, «noites [...] intoleráveis»<sup>1752</sup>, «calamitosas noites»<sup>1753</sup>, «horrendas noites»<sup>1754</sup>, noites «terríveis»<sup>1755</sup>, noites «cruéis»<sup>1756</sup>, «muito más noites»<sup>1757</sup>, «noites atrozes»<sup>1758</sup>, «noites infinitas»<sup>1759</sup>, «noites aflitivas»<sup>1760</sup>, «noites atormentadas»<sup>1761</sup>, «noites dolorosas»<sup>1762</sup>, «noites de martírio»<sup>1763</sup>, «noites angustiosas»<sup>1764</sup> e «noites horrorosas»<sup>1765</sup>. Camilo encontrou sempre uma forma de sensibilizar os destinatários, de se recrear e, em consequência, de os divertir: «A primeira noite de Seide deu-me a imagem perfeita do inferno dos católicos»<sup>1766</sup>.

Escrevia correspondência a diferentes horas da noite<sup>1767</sup>, uma ou outra vez, tarde e «atormentadíssimo»<sup>1768</sup>, e enviava-a no correio da noite: «São 8 e meia da noite. Vou mandar

```
1746 C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 219.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1747</sup> C. a Oliveira Martins, de 11-01-1880. In MARTINS, coord., 1970: 29-30.

<sup>&</sup>lt;sup>1748</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1863]. In CASTELO BRANCO, 2002: 686.

 $<sup>^{1749}</sup>$  C. a Ernesto Chardron, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 923; C. a Oliveira Martins, de 11-01-1880. In MARTINS, *coord.*, 1970: 29-30.

<sup>1750</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1213-1214.

<sup>&</sup>lt;sup>1751</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 830; C. a António Vitorino da Mota, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 860-861; C. a António Vitorino da Mota, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 860-861.

<sup>&</sup>lt;sup>1752</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [20-08-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 344.

 $<sup>^{1753}</sup>$  C. a Mateus José Barbosa e Silva, de 04-08-1878. In CASTELO BRANCO, 1994: 1076.

<sup>&</sup>lt;sup>1754</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 48.

<sup>&</sup>lt;sup>1755</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 67.

<sup>&</sup>lt;sup>1756</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1210; C. a Nuno Castelo Branco, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 946-947.

<sup>&</sup>lt;sup>1757</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149.

<sup>1758</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [11-12-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 197-198.

<sup>1759</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 109-110.

<sup>&</sup>lt;sup>1760</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 126; C. a Eduardo da Costa Santos, de [29-03-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 245-246.

<sup>&</sup>lt;sup>1761</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 135-136.

<sup>&</sup>lt;sup>1762</sup> C. a Bernardina Amélia, de [25-07-1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 158.

<sup>&</sup>lt;sup>1763</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 588-589.

<sup>&</sup>lt;sup>1764</sup> C. a Freitas Fortuna, de 04-01-1889. In COSTA, ed., 1930b: 46.

<sup>&</sup>lt;sup>1765</sup> C. a Freitas Fortuna, de [06-11-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 142-143.

<sup>&</sup>lt;sup>1766</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 613-614.

<sup>1767 «8</sup> da noite» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 3; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 113); «9 da noite» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 596; C. a José Barbosa e Silva, de [30-01-1859]. In CABRAL, ed., 1984b: 71-72); «9 ½ da noite» (C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 798-800); «Dia de Réis, 10 da noite» (C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1202; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 121-122; C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 593; C. a Ricardo Jorge, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1053); «11 horas da noite» (C. a José Barbosa e Silva, de [11-09-1856]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1016-1018; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 57-58;

ao correio» <sup>1769</sup>. Depois de registar as horas em que estava a redigir as missivas, dizia, em alguns casos, que não sabia quando lhe chegaria o sono <sup>1770</sup>, que era certo «nada dormir» <sup>1771</sup> e que «não prov[ou] sono em toda a noite» <sup>1772</sup>. Mas também mencionava que o dia amanhecia sem ter conseguido dormir: «há duas noites [que as dores] me obrigam a ver nascer o dia e a ouvir cantar as calhandras dos arvoredos» <sup>1773</sup>.

Escreveu e recebeu correspondência de noite, à qual nem sempre conseguia responder de imediato: «o telégrafo por aqui só trabalha de dia» <sup>1774</sup>. Na proposta feita a Chardron, para a edição de *A senhora Rattazzi*, solicitou-lhe uma decisão rápida: «Se anui, responda esta noite ou amanhã pelo telégrafo, porque então demoro-me em Seide até concluir» <sup>1775</sup>. Em algumas ocasiões, mencionou apenas que aguardava ou que lhe foi entregue correspondência à noite <sup>1776</sup>. Em outras, noticiou até a hora: «às 8 da noite» <sup>1777</sup> ou «à meia-noite» <sup>1778</sup>. Quando solicitou informações a duas pessoas sobre o filho de Ana Plácido, que estava bastante doente por causa de um resfriado, na Póvoa de Varzim, as respostas chegaram à noite à mão de Camilo <sup>1779</sup>.

Durante a noite, dedicava-se à produção dos seus trabalhos literários. Uma «inflamação de olhos» de que padecia foi consequência de ter passado «duas noites a escrever a respeito da Rattazzi» <sup>1780</sup>. Apesar de Ana Plácido se encontrar doente e de ele considerar a sua casa «uma sucursal do inferno», o romancista ainda conseguia encontrar forças para «trabalhar duas horas de noite» <sup>1781</sup>. Mas contou a J. C. Vieira de Castro que estava «mal da vista, resultado de algum demasiado trabalho de noite» <sup>1782</sup>.

C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 65; C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 788); «É meia-noite» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 219; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 160; C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-02-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 203; C. a António Feliciano de Castilho, de 24-09-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 393-394; C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 542; C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 585-586; C. a Silva Pinto, de 26-07-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 764); «É 1 da noite» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2012: 293); «São 2 da manhã» (C. a António Feliciano de Castilho, de [12-06-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 439-440); «a alta hora da noite» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 610); «6 da manhã» (C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 789; C. a Bernardina Amélia, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 107-108).

- <sup>1767</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 03-06-1887. In MOUTINHO, 1895c: 1.
- 1769 C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 797-798.
- 1770 C. a António Feliciano de Castilho, de [12-06-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 439-440.
- 1771 C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 585-586.
- <sup>1772</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 27-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 509-510.
- <sup>1773</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 02-06-1873. In CASTELO BRANCO, 2012: 130.
- <sup>1774</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 20-21. Pensamos que Camilo se referia aos horários de funcionamento destes serviços em Vila Nova de Famalicão.
- <sup>1775</sup> C. de 29-01-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 927.
- 1776 C. a Silva Pinto, sem data. PINTO, 1910: 78.
- <sup>1777</sup> Estava hospedado em Braga (C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 309).
- 1778 C. a Teixeira de Queirós, sem data. In coleção do Museu João de Deus.
- 1779 C. a Bernardina Amélia, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 40.
- <sup>1780</sup> C. a Ernesto Chardron, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 925-926.
- <sup>1781</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [11-02-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 266.
- <sup>1782</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 695.

Sentindo-se melhor dos olhos, comunicou a Feliciano de Castilho que, em breve, recomeçaria a trabalhar. Um dos romances em que se abalançaria ficava «provavelmente [...] para as noites de dezembro»<sup>1783</sup>. Participava ao Visconde de Ouguela que começara a redigir o seu *Perfil biográfico*, na noite anterior, receando, embora, que a cabeça «em crise» produzisse um trabalho muito aquém do que o visconde esperava dele<sup>1784</sup>.

Pediu a alguém que escrevesse por ele, porque, sendo noite e utilizando a luz artificial, isso incomodava-lhe muito os olhos<sup>1785</sup>. Mas ditar para um secretário era algo que não lhe agradava: «é coisa que nunca fiz em 36 anos de escritor»<sup>1786</sup>.

As leituras noturnas tinham reflexos diretos nos seus olhos, por falta de iluminação suficiente e pelo maior esforço a que a vista era sujeita:

Ando a desconfiar que vou perder a vista. Há 8 meses que sofro uma rebelde oftalmia que me aflige muito. Não cesso de ler, porque, se não leio, morro de sensaboria a olhar para os carvalhos esgalhados e nus como cadáveres monstruosos de enforcados. Oh! Que horrores tem uma aldeia quando se está velho e enfermo<sup>1787</sup>!

Queixou-se de que estava «doente dos olhos», e questionou-se se o facto não resultava do «excesso de leitura de noite» <sup>1788</sup>. Falou, em várias ocasiões, sobre o demasiado tempo dedicado a ler, servindo de exemplo o desabafo a Bernardina Amélia: «a respeito dos olhos, [...] parece quererem-se extinguir com a incessante leitura de dia e de noite» <sup>1789</sup>. Mas que outro entretenimento poderia Camilo ter além da leitura, se estivesse retirado em São Miguel de Seide ou em alguma cidade, onde o mau tempo, por exemplo, o impedisse de sair à noite? Em caso de insónias, a leitura contribuía para provocar o sono e fazê-lo adormecer. Algumas vezes, pelo interesse do texto, talvez a leitura o despertasse: «Ontem à noite li umas páginas de Cláudio José Nunes, estragado pelo Victor Hugo. Depois li uma Memória de António Caetano do Amaral acerca do governo e costumes dos povos, etc. Deixaram-me ambos a esmoer um paio do Alentejo» <sup>1790</sup>.

Além das informações prestadas sobre o que lia de terceiros, costumava informar os próprios autores das obras de que o estava a fazer. Disse a Ernesto Marecos que lera os «formosos versos» que ele escrevera, «numa noite triste no quarto dum hotel»<sup>1791</sup>. Escreveu a informar que rececionara *As Geórgicas*, de Virgílio, traduzidas pelo destinatário: «Amanhã lê-se depois

<sup>&</sup>lt;sup>1783</sup> C. de [26-07-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 336-337.

<sup>&</sup>lt;sup>1784</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 76.

<sup>&</sup>lt;sup>1785</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 587.

 $<sup>^{1786}</sup>$  C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 19-05-1884. In CABRAL, 1924: 109-110.

<sup>&</sup>lt;sup>1787</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 284.

 $<sup>^{1788}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 130-131.

<sup>&</sup>lt;sup>1789</sup> C. sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 112.

<sup>1790</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 223.

<sup>&</sup>lt;sup>1791</sup> C. de 01-02-1879. In CABRAL, ed., 1972-1973: II, 85.

de almoço, e relê-se à noite»<sup>1792</sup>. Recebeu *O avarento*, e disse a Castilho: «Li e concluí às 2 da manhã»<sup>1793</sup>. E, quando, pelas oito da manhã, lhe chegou às mãos o manuscrito de *Sonho de uma noite de Verão*, leu-o todo o dia e, às dez da noite, concluía a leitura, apenas «interpolada [...] pela prosa vil do refeitório»<sup>1794</sup>. Deu conhecimento a Luís Augusto Palmeirim de que lera, na noite anterior, o seu livro *Portugal e os seus detratores*, escrito pelo destinatário para refutar considerações proferidas por Fernández de los Ríos. E pediu-lhe que não se admirasse desse facto: primeiro, porque o livro dele tinha qualidade; segundo, porque «as noites de Seide [eram] enormes»<sup>1795</sup>.

Jorge inquietava-o durante a noite. O pai pressentia-o no escritório, a altas horas, «a remexer livros que não perceb[ia]»<sup>1796</sup>, ouvia as suas «gargalhadas estridentes de dia e de noite»<sup>1797</sup>, que ecoavam por toda a casa, ou escutava «uns gemidos longos, cavernosos», que ele fazia, enquanto dormia<sup>1798</sup>. Em outros momentos, eram os dois filhos a causar-lhe preocupações. Nuno saiu para pescar e Jorge foi à caça. Como não tivessem ainda regressado às «7 da noite», o facto estava «dando grande cuidado» ao romancista. E comentava: «A mãe, felizmente, não se assusta nem alvoroça. Felizes os fortes!»<sup>1799</sup>.

Acompanhavam os filhos alguns amigos e parceiros de boémia. Doente na cama, há três dias, ouvia «chorar de dia e de noite a guitarra do Marcolino», um fadista que desconhecia, mas que viera para aquela casa trazido por Manuel Plácido.

Camilo viajava de noite, e os episódios que contava aos seus destinatários tinham, em geral, a ver com experiências menos boas. Saiu debaixo de um temporal, e chegou «a casa a nado, às 9 da noite¹800, e mais o garrano»¹801. Em outro dia, apareceu em Seide «às 10 da noite», saindo do quarto onde se hospedara em Vila Nova, onde vira morrer um amigo. Contou à filha Bernardina que achou melhor ir-se embora e, para melhor se orientar, fez uso de «archotes por aqueles pinhais fora»¹802. Foi por Braga, para localidade não referida, mas esgotaram-se-lhe as forças «para continuar a jornada». Decidiu, então, regressar a casa no mesmo dia, fazendo o trajeto de noite e a cavalo de Vila Nova para Seide¹803.

<sup>1792</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 05-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 348.

<sup>&</sup>lt;sup>1793</sup> C. de 16-12-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 399-400.

<sup>&</sup>lt;sup>1794</sup> C. de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 449-450.

<sup>&</sup>lt;sup>1795</sup> C. de 28-09-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 955-956.

<sup>&</sup>lt;sup>1796</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1880]. In CASTELO BRANCO, 2012: 293.

<sup>&</sup>lt;sup>1797</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 17.

<sup>&</sup>lt;sup>1798</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 787-788.

<sup>&</sup>lt;sup>1799</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 137.

<sup>&</sup>lt;sup>1800</sup> Referiu, várias vezes, chegar a casa a estas horas. C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 138-139.

<sup>&</sup>lt;sup>1801</sup> C. a Silva Pinto, de 14-09-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 670.

<sup>&</sup>lt;sup>1802</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 53-54.

 $<sup>^{1803}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [09-07-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 283.

Por motivo não especificado, deslocou-se a Penafiel, onde chegou à estação de caminho de ferro pelas «7 da noite». Deitou-se «há 1 hora», mas às cinco já estava de saída para tomar o comboio de regresso<sup>1804</sup>.

Em algumas viagens mais longas, avisava os amigos. Disse a Tomás Ribeiro que chegaria a Lisboa pela meia-noite<sup>1805</sup>. A José Gomes Monteiro referiu que estava de partida para as Taipas. Acabara de receber um exemplar de *Fausto*, traduzido por Feliciano de Castilho, e levá-lo-ia consigo: eram «11 da noite» 1806. Ao autor da tradução informou de que acabara de ler a obra na noite do último dia de junho de 1872 1807.

Nos inícios do relacionamento adulterino, Ana Plácido vinha ter com ele, para «dar palestra à noite». Camilo achava «incrível a alma de Amazona» que ela desenvolvera. Receando que o escritor tivesse os passos vigiados, Ana Plácido saltava os muros dos quintais para ir ao seu encontro. «Este perigoso meio» trazia Camilo num permanente sufoco, ao imaginar que lhe fizessem «fogo de alguma casa»: «Há 15 dias que fazem por aqui tiroteio regular à meia-noite» 1808.

Recebia a visita de médicos. Em uma noite de agosto, «visitou[-o] às 2 horas da noite» o médico Ferreira, porque Camilo supunha ter contraído a cólera. O facto não se confirmou: «era imaginação, resultado de uma visita imprudente que fiz[era] ao hospital» Por se sentir em «aflições», foi chamado um outro médico a Seide, «à meia-noite», que ali permaneceu «até à hora e meia» 1810.

De noite, também recebia quem lhe viesse cantar os Reis ao terreiro do quintal. Foi isso que informou a Tomás Ribeiro. A cantadora muito popular, Custódia, perguntara a um criado pelo senhor Tomás Ribeiro. 1811.

A noite trouxe-lhe a morte de alguns familiares e amigos. Assim aconteceu com uma cunhada de Ana Plácido. Viveu poucos dias, depois de ter caído «apoplética»: «Tinha 71 anos» 1812. Manuel Plácido, o filho de Ana Plácido, morreu-lhe nos braços, «meia hora depois da meia-noite»: «Senti-lhe a última pulsação, e vi-lhe a derradeira luz envolta nas névoas da morte» 1813. Poucos dias depois de morrer a sua nora, Maria Isabel da Costa Macedo, ouviu a sua neta Maria Camila, enferma de tuberculose, a gemer, «3 noites e 3 dias», sem cessar, ao colo de Ana Plácido 1814, e depois morrer. Durante o ano de 1884 até à agonia e falecimento de Isabel e de Camila, em finais de agosto e meados de setembro, o romancista foi inteirando os

```
<sup>1804</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 5-6.
```

 $<sup>^{1805}</sup>$  C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1211.

<sup>&</sup>lt;sup>1806</sup> C. de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 536.

<sup>&</sup>lt;sup>1807</sup> C. de 01-07-1872. In CHAVES, ed., 2002: 122.

<sup>&</sup>lt;sup>1808</sup> C. a José Barbosa e Silva, de 10-12-1858. In CASTELO BRANCO, 1994: 1116-1117.

 $<sup>^{1809}</sup>$  C. a José Barbosa e Silva, de 21-08-1855. In CASTELO BRANCO, 1994: 1063-1064.

<sup>&</sup>lt;sup>1810</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 56.

<sup>&</sup>lt;sup>1811</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1202.

<sup>&</sup>lt;sup>1812</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 215-216.

<sup>&</sup>lt;sup>1813</sup> C. a Bernardina Amélia, de [17-08-1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 7.

<sup>&</sup>lt;sup>1814</sup> C. a Tomás Ribeiro, de meados de setembro de 1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1175-1176.

seus destinatários do agravamento dos respetivos estados de saúde, sobretudo nos períodos noturnos: «Maria Isabel passou muito mal esta noite. Desconfio bastante do seu estado.» Relatava a intervenção de Ana Plácido neste «desmoronar», que, apesar de se sentir doente, ainda encontrava forças para cuidar dos enfermos: «passa as noites a pé, vigiando ora a mãe, ora a filha, e queixa-se do coração» 1815.

Apesar da pacatez da aldeia, ou do pulsar da pequena Vila Nova, nas noites de verão, e muito mais nas noites de inverno, Camilo referiu alguns episódios que, pela sua dimensão cómica, iam agitando a sensaboria e a insipidez do viver noturno daqueles lugares. Dizia ele a Carlos Ramiro Coutinho: «Disto é que tu não tens nessa estúpida monotonia da corte» 1816.

Pela meia-noite de um dia de agosto, atiravam-se os seus cães contra os dois portões da quinta Seide. Preparava-se Camilo para adormecer, quando Jorge, perante o alvoroço, o chamou para que descesse ao primeiro andar, e informou-o de «que havia malta de ladrões em volta da casa». O escritor pediu ao filho que subisse, enquanto ele se vestia. Para sua admiração, «Jorge entrou com uma espingarda de 2 canos, uma clavina a tiracolo, e duas pistolas na algibeira. O aspeto era de uma serenidade que faria honra a Hércules, quando saiu do berço onde espedaçava cobras». Desceram ambos ao portão, onde o rumor era mais forte, e depararam-se na rua com um homem em cima de uma burra, vindo de Vila Nova, portador de uma carta «pedindo dinheiro para o Manuel Plácido que por lá anda[va] há dez dias e mais outro doido chamado Garrido com duas atrizes de Lisboa» 1817.

Um dia, quando regressava a casa pelas nove da noite, Nuno foi apedrejado. Apesar dos seus 15 anos, Camilo gabava a afoiteza do filho ao seu destinatário. Sentindo-se ameaçado, o rapaz «foi sobre os agressores enquanto o revólver lhe deu balas. Agora espera-se maior assalto. Eu estou contente com isto. Depois de descarrilamento quero saborear a sensação de um assalto repelido a tiro» 1818.

Deu nota dos sons que ouvia à noite. Latiam os seus quatro cães<sup>1819</sup>, «como se vissem a lua» em noite de chuva<sup>1820</sup>, e coaxavam os «sapos»: «poetas das trevas, que disputam este ano aos rouxinóis a honra de me entreterem»<sup>1821</sup>. Em lugar não especificado, falava a Gomes de Amorim que, «alta noite», ouvia as corujas adejarem entre a sua casa e o presbitério<sup>1822</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1815</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 597.

<sup>&</sup>lt;sup>1816</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [24-07-1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 288.

<sup>&</sup>lt;sup>1817</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 210, 214.

<sup>&</sup>lt;sup>1818</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [24-06-1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 288; C. a António Francisco de Carvalho, de 25-06-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 598-599.

<sup>&</sup>lt;sup>1819</sup> Numa outra missiva, o romancista mencionou que ouvia «toda a noite ladrar os 7 cães da casa». O número excessivo de cães numa quinta de pequena dimensão, como era a de São Miguel de Seide, podia resultar de vários fatores, nomeadamente, do gosto de Camilo por estes animais e do gosto de Nuno em ir à caça nas matas circundantes, da necessidade de aumentar os níveis de segurança contra assaltos ou da recolha de cães vadios dos quais Camilo e a família se apiedavam (C. a Bernardina Amélia, sem data. FIGUEIRAS, *ed.*, 2002: 154-155).

<sup>1820</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 223.

<sup>&</sup>lt;sup>1821</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 542

<sup>&</sup>lt;sup>1822</sup> C. de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 850-851.

Contava o que ouvia no seu escritório de Seide: «Soam ao longe umas badaladas tristes que devem ser as da meia-noite. Vou ouvir o ressonar dos meus pequenitos, e depois vou ver se esta noite será péssima como a outra» 1823. E, quando, em setembro de 1872, disse a Feliciano de Castilho que estava «atarefado com a mudança da casa», informou-o de que iria morar nos arrabaldes da cidade, não longe do cemitério da Lapa, concluindo a missiva com o seu peculiar tom irónico: «Boa vizinhança para noites de janeiro. Ouvirei a orquestra dos ciprestes e o assobio das corujas. Se morrer, o transporte há de custar pouco» 1824.

Saía de casa de noite, por variados motivos: para «comprar terebentina» e tentar, assim, combater uma neurose<sup>1825</sup>, ou para visitar um amigo «muito enfermo». Ao ser informado de que António Girão estava muito debilitado em Famalicão, foi visitá-lo. Encontrou-o «moribundo», e as visitas de amigos ou de familiares agastavam-no. Pungiu-o ver o amigo naquele estado de sofrimento:

Aquele homem que tu conheceste em Coimbra com formas atléticas, debaixo de um lençol faz o vulto do esqueleto de uma mulher. A agonia é atroz. Está-se esfacelando na mais hedionda caquexia. Saí aterrado, e cheguei a casa à meia-noite num estado de dores de alma e corpo que me tem hoje miseravelmente abatido<sup>1826</sup>.

Às «10 da noite», saiu com Ana Plácido para a Póvoa, porque Manuel estava «irremediavelmente perdido», corria perigo de vida<sup>1827</sup>. E veio a falecer.

À noite também havia tempo para a socialização. Privava com amigos<sup>1828</sup>, e com a família que não vivia com ele. Queria sair de Seide e ir com a filha para Lisboa. Lá teria «noites menos aborrecidas», e, na sua companhia, «passá-las-ia a ouvir cantar em S. Carlos»<sup>1829</sup>. Os convívios com a filha, o genro e a neta traziam-lhe enorme satisfação, e, desse contentamento, não advinha indisposição física ou situação psicológica incómoda: «Era impossível que a doença se atrevesse a penetrar-me em uma noite tão opulenta de prazeres como foi aquela nossa. Aquilo é que se chama um divertimento mascarado — um sincero divertimento de Entrudo»<sup>1830</sup>. Mais tarde, Camilo recordou ao seu cunhado as agradáveis sensações que lhe ficaram da convivência familiar: «Lembre-se 3.ª feira daquela noite de Carnaval tão alegremente passada. Tenho saudades dela»<sup>1831</sup>.

Mas nem sempre a sociabilização lhe propiciava o mesmo aprazimento:

<sup>1823</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 09-09-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 391-393.

 $<sup>^{1824}</sup>$  C. de 28-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 420-421.

<sup>&</sup>lt;sup>1825</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1888]. In CASTELO BRANCO, 2012: 334.

<sup>&</sup>lt;sup>1826</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 205, 209.

<sup>&</sup>lt;sup>1827</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 40.

<sup>1828</sup> Com Tomás Norton: C. a José Barbosa e Silva, de [30-08-1853]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1091.

 $<sup>^{1829}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 87-88.

<sup>&</sup>lt;sup>1830</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 150-151.

<sup>&</sup>lt;sup>1831</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 01-03-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 560.

Se vou para o Porto com intenção de lá estar 15 dias, apenas lá estou uma noite cruel de insónia e ansiedade de me safar. Não frequento teatros nem salas. Abomino conversações frívolas, enojam-me as eruditas; nem os doutos nem os idiotas me entretêm.

Vim a esta misantropia dos anémicos, e abranjo no meu tédio os livros bons e os maus, — que eu não sei quais são os bons e os maus livros. Algum tempo, achei certo conforto passageiro nas teorias teológicas; tinha a pretensão de imaginar que Deus me via nas minhas tristezas, e o descoco blasfemo de o considerar impassível quando as tristezas derivavam a angústias<sup>1832</sup>.

Em verdadeiro contraste com esta dimensão de tédio, surgem-nos os abadessados, festas organizadas nos conventos por ocasião das eleições da madre abadessa. Camilo recordou, em carta prefácio<sup>1833</sup>, uma dessas festas em que sobressai, com toda a plenitude, o seu dom de relatar histórias e a sua incontida propensão para construir narrativas graciosas. Ressumbrava-lhe sempre a peculiar satisfação em utilizar registo humorístico visando a plena satisfação dos destinatários epistolares e dos seus leitores. Contava, pois, Camilo a sua intervenção num desses outeiros, cerca de trinta anos depois de ter acontecido:

Havia abadessado no real Mosteiro de S. Bento de Ave-Maria. Confluíam ao outeiro das grades e do pátio do festival convento iluminado poetas antigos, famosos no soneto arcádico, e poetas da última hora, vaporosos, mais entendidos em brisas que um piloto e mais relacionados com as estrelas que um astrónomo. Estava o deputado-comendador Correia Leal, de alcunha o Reta-Pronúncia que, recebido o mote, improvisava um cento de quadras conceituosas sem despegar; estava o Xavier Pacheco, redator de «O Comércio do Porto», um poeta de velha têmpera, intransigente, que justificava o seu aferro às antigas fórmulas pela correção elegante e irrepreensível dos seus sonetos. Rivalizava-o José Maria Vieira; um ancião que ainda vive em despremiada, mas talvez bonançosa obscuridade em Vila do Conde.

[...]

Mas o maior e honesto estrago que os poetas ali faziam era na bandeja dos doces e nas capitosas garrafas das briosas filhas de S. Bento que se ajudavam dos vinhos decrépitos para equilibrarem o seu espírito, não menos antigo, com o dos vates.

[...]

À uma hora em ponto, os poetas graves que usavam flanela e cachenés retiravam-se numa ovação; e as esposas de Cristo encatarroadas saíam muito mesureiras e atenciosas das janelas engradadas, com os seus motes e os seus espirros. As luminárias apagavam-se; mas no pátio ficavam alguns trovistas, num grupo íntimo, aquecido com o seu vinho claustral e com as suas musas escandecidas. Nas janelas permaneciam as meninas do coro e algumas criadas ladinas de boa chalaça que tinham furtado às amas as colcheias e os pastéis. A pequena distância, via-se a patrulha de guta-percha, imóvel, num espasmo jubiloso, a ouvir os poetas e a engrossar o chinfrim com as suas gargalhadas alvares. Acontecia então sair dali ao romper da aurora o bardo sonolento, pesado com a pastelaria e com a doçura não menos indigesta de uma paixão quase mística.

<sup>&</sup>lt;sup>1832</sup> C. ao padre Sena Freitas, de 09-04-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 777-778.

<sup>1833</sup> GAMA, 1883: V-IX.

Em uma dessas três noites do outeiro, em 1852, Arnaldo Gama e eu fomos convidados a tomar chá em uma casa fronteira do convento. Morava ali o irmão de uma das religiosas beneditinas que ainda vive, a Senhora D. Maria da Glória, que era bela nesse tempo, e havia sido a última freira professa. Tinha duas ou três sobrinhas filhas do seu irmão que nos convidara. Uma delas, ao sair da infância, era finamente formosa, idealmente rafaelesca, uma candura infantil, com a doce serenidade meditativa dum anjo de Murillo. Arnaldo Gama travou-me do braço e segredou-me «Contempla-me a graça desta criança!»

Volvidos sete anos, o meu saudoso amigo era o esposo daquela senhora<sup>1834</sup>.

#### 3.2.3. O leitor e o bibliófilo

### 3.2.3.1. A paixão pelos livros

Camilo viveu a vida inteira «agarrado aos livros como às pranchas do naufrágio»<sup>1835</sup>. Foi um dos seus maiores desejos imoderados: «As minhas duas manias, dizia ele anteontem, são os livros velhos e os cavalos; uns e outros me levam não pouco cabedal: aqueles são remédio para a cabeça, estes para as pernas, que já vão enfraquecendo»<sup>1836</sup>.

Desde as carteiras da escola de Inácio Minas Júnior, em Lisboa, às águas-furtadas do chalé do filho Nuno, fronteiro à casa amarela, livros e manuscritos foram a sua mais antiga, omnipresente, apaixonada e reconfortante companhia. Deixou-se seduzir inteiramente aos seus encantos, devotou-lhes a atenção que se presta, por maravilhamento, aos tesouros preciosos, leu-os com avidez compulsiva, estabeleceu com eles laços imperecíveis, encontrou neles pedras angulares da sua formação intelectual e literária, memorizou um vastíssimo vocabulário e enriqueceu os conhecimentos nos mais variados temas, sobretudo, em Literatura e em História. Transformou-os, com a riqueza das próprias vivências e da atribulada existência, em alicerces fundamentais da sua inventiva e, por consequência, das obras literárias que produziu. Fê-los seus companheiros na solidão dos extensos dias e noites na cela da Relação do Porto; gastou somas consideráveis para os ter junto de si, formando várias bibliotecas particulares; dedicou-se à atividade de alfarrabista; organizou leilões de livros, mesmo dos que não eram propriedade sua; e, no final da vida, também com a agravante trágica da impossibilidade da leitura, por causa da cegueira, viu-se obrigado a despojar-se da maioria dos seus amigos de sempre.

O primeiro contacto e convívio assíduo com livros aconteceu num lugarejo, que se pode imaginar como o mais improvável para desencadear num adolescente tão inestimável devoção pelo universo dos livros e das leituras. Deu-se essa oportunidade, porque a sua irmã Carolina casou, a 5 de outubro de 1839, com o estudante de Medicina, Francisco José de Azevedo. Este

<sup>&</sup>lt;sup>1834</sup> C. a Augusto Gama, de 01-02-1883. In CABRAL, ed., 1972-1973: II, 209-211.

<sup>&</sup>lt;sup>1835</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 317, 321.

<sup>1836 «</sup>Diário de Notícias», 2 jun. 1868: 1.

estudante tinha um irmão, padre António de Azevedo, que paroquiava e residia na pequena povoação transmontana de Vilarinho da Samardã, «sobranceira ao rio Corgo, no desfiladeiro de uma serra sulcada de barrocais» 1837.

Entre o acolitar o pároco nos ofícios religiosos na igreja de Vilarinho e o apascentar dos rebanhos pelas encostas das serras do Mezio e do Alvão, o padre António chamou a si a instrução do jovem Camilo. Ministrou-lhe conhecimentos de «princípios de solfa, e as declinações da arte francesa», além de o incentivar, ou obrigar, a ler os volumes que compunham a sua biblioteca. Anos mais tarde, na comovente carta dedicatória do livro *O bem e o mal*, Camilo recordou esses momentos saudosos de familiaridade, de afetuosidade e de aprendizagem:

Há 23 anos que eu vivi em sua companhia.

Lembra-se daquele incorrigível rapaz de 14 anos que ia à venda da Serra do Mezio jogar a bisca com os carvoeiros, e a bordoada muitas vezes?

Esse rapaz sou eu [...] aquele que leu em sua casa as Viagens de Ciro, o Teatro dos Deuses, Os Lusíadas, As peregrinações de Fernão Mendes Pinto e outros livros, que foram os primeiros.

Sou aquele que, sem saber latim, rezava matinas, laudes, terça, sexta, etc., com padre António. Sou, finalmente, aquele a quem padre António disse: — «O tempo há de fazer de você alguma coisa» 1838.

A forte empatia estabelecida com a livraria, porventura diminuta, de um sacerdote daquela recôndita paróquia do interior transmontano oitocentista desencadeou e fez medrar-lhe no intelecto o gosto crescente por livros e uma sede insaciável pela leitura. Podemos afirmar que o leitor e o bibliófilo andaram sempre de mãos dadas, e a par da sua profissão de escritor.

Frequentou bibliotecas ao longo da vida, deixando-nos referências dessas visitas, dos seus companheiros de leitura e escrita, dos acervos institucionais, dos livros e dos velhos manuscritos que consultou e o distraíram.

A poucos quilómetros da «aldeia côncava da Serra do Mezio» 1839 ficava a Biblioteca de Vila Real. Camilo por lá andou calcorreando e satisfazendo as suas curiosidades bibliográficas, em especial na livraria do extinto convento de São Francisco, que incluía a coleção de livros e folhetos doados por José Teixeira de Melo e Castro. Num sistema de autoaprendizagem obsessiva pelo conhecimento, o jovem escritor continuava a consolidar o vasto cabedal de leituras, mergulhado em volumes de moral e teologia, a folhear sermonários, dispensando atenção aos clássicos gregos e latinos, sem descurar os interesses em História. Em *Boémia do espírito*, Camilo relembrou esses tempos das suas primeiras aventuras literárias:

<sup>&</sup>lt;sup>1837</sup> CASTELO BRANCO, 1886c: 49.

<sup>&</sup>lt;sup>1838</sup> CASTELO BRANCO, 1863b: 5-6.

<sup>&</sup>lt;sup>1839</sup> CASTELO BRANCO, 1927: I, 297.

[Guilhermino de Barros] tinha 18 anos e eu 22, [...] quando em 1848 nos preocupávamos de romances, e tracejávamos de negro as nossas inspirações caudalosas em resmas de papel ordinário.

O nosso gabinete de leitura e de escrita era a biblioteca pública de Vila Real. Ora, o público da biblioteca era ele e eu. A falar verdade, a livraria era uma desgraça literária, uma mole indigesta que nem a traça nem as ratazanas seculares do extinto convento de S. Francisco tinham ousado esfarelar. Havia algumas teologias morais e dogmáticas em edições baratas para uso de frades mendicantes, muito sermonários do pior período da parénese portuguesa, poucos clássicos latinos com valor bibliográfico, e de história nacional lembro-me ter visto dois tomos truncados da Monarquia Lusitana, uma edição parda do Portugal restaurado e o falacioso Ano histórico do padre Francisco de Santa Maria<sup>1840</sup>.

Estas considerações, proferidas em 1886, revelavam o conhecimento preciso dos acervos das bibliotecas em que era presença habitual: um saber que era fruto das consultas atentas e persistentes dos catálogos bibliográficos de várias instituições, e que, de algum modo, apontava para as temáticas que mais apelavam à sua curiosidade, ou lhe suscitavam elevado interesse.

Cremos que tenha visitado a Biblioteca Pública de Braga, localidade muito procurada nas suas constantes errâncias. Manifestou, pelo menos uma vez, essa intenção: «Quanto à Crónica de Fernão Lopes não tenha o incómodo de a pedir. Se eu viver na próxima primavera, tenciono ir para Braga, e lá terei a ocasião de ver esse calhamaço na Biblioteca Pública» A regularidade com que visitava e se instalava na cidade dos arcebispos traduziu-se, em nosso entendimento, em visitas à biblioteca bracarense, designadamente, em fases imprescindíveis de realização de pesquisas para melhor valorizar os enredos dos romances, sobretudo os que tiveram como cenário, ou desenvolvimentos da narrativa, a cidade e respetivos arredores.

A Biblioteca Pública, junto ao Jardim de São Lázaro, foi uma das instituições culturais congéneres da «Cidade Invicta» que frequentou amiúde e onde mais consultou, leu e se entreteve com livros antigos e velhos manuscritos. Nos livros de registo de entradas da instituição, é possível encontrar as assinaturas do romancista, comprovativas das visitas habituais. Nestas andanças intelectuais, travou relações com Augusto Soromenho. Após o falecimento deste devotado amigo, o romancista descreveu em *Cancioneiro alegre* as leituras favoritas de Soromenho e as reações que motivavam os pedidos de livros, junto dos funcionários no atendimento dos leitores:

<sup>&</sup>lt;sup>1840</sup> CASTELO BRANCO, 1886a: 203-204. Anos antes da publicação de *Boémia do espírito*, e em carta a Guilhermino de Barros, o romancista recordou com terna saudade os momentos em que ele e o destinatário se recolhiam na biblioteca da «Princesa do Corgo» e se compraziam a ler e a escrever: «Eu quando lhe estava escrevendo, via-o ao meu lado na biblioteca de Vila Real escrevendo um romance em que havia cavaleiros de uma ferocidade canibalesca. Que saudade, meu amigo!» (C. de 25-01-1879. In CASTELO BRANCO, 1994: 876-877). Pensamos que o romance histórico a que aludia Camilo é *O castelo de Monsanto*, publicado em 1879.

<sup>&</sup>lt;sup>1841</sup> C. a António Maria Pereira II, de 22-12-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 742-743.

Nunca vi ninguém que tivesse tantas artes de ganhar inimigos. [...] Conheci Augusto Soromenho muito infeliz nos anos mais florescentes em que o gear da desgraça requeima as flores. [...] Era escrevente em um escritório de barreiras, percebia doze escassos vinténs por dia, desvelava as noites lendo de empréstimo livros obsoletos; e, nas horas feriadas ao seu emprego quotidiano, ia à livraria pública afligir os empregados pedindo livros em línguas mortas, como se os anémicos e românticos funcionários da biblioteca de S. Lázaro pudessem conhecer e carrejar os pulvéreos fólios máximos dos Santos Padres<sup>1842</sup>.

O romancista atribuía um valor inapreciável às bibliotecas, em geral<sup>1843</sup>, e às bibliotecas privadas, em particular: por serem fontes de inestimável importância para o conhecimento, pela relevância da leitura na formação das capacidades intelectuais e no desenvolvimento do sentido crítico, e por oferecerem múltiplas oportunidades de fruição cultural e lazer do ser humano. No conselho dado a Carlos Ramiro Coutinho, quando este se encontrava detido, por suposto envolvimento numa conspiração contra o regime, em 1872, Camilo valorizou, exatamente, os benefícios que a biblioteca podia proporcionar ao seu espírito, sobretudo para enfrentar e ultrapassar com serenidade e inteligência a situação difícil em que se encontrava:

Funde toda a energia da tua alma no amor da família; circunscreve a atividade do teu espírito aos prazeres da tua biblioteca, lê Cícero, lê também Petrónio para bem perceberes a terra em que vives, e passa por entre os Sejanos e as Messalinas pasmado, mas silencioso. Eu ando assim há muitos anos nestes espantos, e venho retemperar-me entre as árvores, que são mudas, e os filhos que são inocentes<sup>1844</sup>.

Das referências camilianas que conhecemos sobre livros, a «gramática do insigne e fecundíssimo Lobato» 1845 é a mais antiga. Mas não sabemos em que momento começou a constituir um núcleo pessoal de livros, fosse para leitura e fruição fosse para consulta. É de crer que, ao vir estudar Medicina para a cidade do Porto, em 1843, o jovem estudante tivesse no seu quarto, na Rua Escura, alguns livros trazidos de Ribeira de Pena, ou adquiridos no âmbito do curso universitário. Contudo, podemos adiantar que, aos 21 anos, já Camilo pedia ao condiscípulo Vitorino José de Carvalho que lhe comprasse dois exemplares de um livro da autoria do padre António de Azevedo, e lhos enviasse para Coimbra:

<sup>&</sup>lt;sup>1842</sup> CASTELO BRANCO, 1927: 183-184.

<sup>1843</sup> Porém, em relação ao serviço de certas bibliotecas públicas, fez um reparo crítico, resultado de experiências pouco frutíferas nas suas andanças pelas salas daquelas instituições: «Quem hoje quisesse instruir-se, dificilmente acharia aonde; os depósitos estão vedados porque são secretarias, bibliotecas reais, etc. Nunca para aí fiz uma pergunta que tivesse resposta satisfatória. O que eu não encontrar na minha pequena livraria, ninguém mo depara. Fazem bem» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 315).

<sup>&</sup>lt;sup>1844</sup> C. de 16-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 32-34.

<sup>1845</sup> CASTELO BRANCO, 1890a: 77. Pensamos que Camilo se referia à obra A arte da gramática da Língua Portuguesa, do bacharel António José dos Reis Lobato.

Tenho a importuná-lo com o seguinte empenho. Publicou-se nessa cidade uma elegia (uma porcaria)... sob o nome de António José de Azevedo, consagrada à saudade de Joaquim José da Silva (filho do Crespos). O seu título é «pequeno lenitivo» e a imprensa chama-se Tipografia Bracarense. É aí que eu peço ao meu Amigo se dirija, e compre 2 exemplares. Na remessa deles se enunciará o preço para eu pontualmente remeter, ficando de parte o obséquio que particularmente me faz<sup>1846</sup>.

Nunca mais deixou de reunir obras, por compra<sup>1847</sup>, por oferta<sup>1848</sup> e por troca<sup>1849</sup>. E, sem contar com tal facto, chegou a receber, por correio, grandes quantidades de livros, remetidas pelos respetivos autores, ou pela Livraria Chardron, para que ele emitisse juízo crítico sobre os mesmos:

Desde que demos vida à «Bibliografia [Portuguesa e Estrangeira]» chovem aqui livros e librecos, que é uma praga de Portugal para não dizer do Egito. Os escritores entendem que eu tenho em Seide moinho de críticas. Parece-me que me vejo obrigado a dar em todos, para que me deixem com o meu reumatismo<sup>1850</sup>.

Presenteou diretamente os amigos mais chegados, solicitou a alguns que entregassem em mão as suas ofertas a terceiros<sup>1851</sup> e diligenciou ele próprio a dádiva de livros para o genro

<sup>&</sup>lt;sup>1846</sup> C. de 12-03-1846. MENEZES, 1965b: 106.

<sup>1847</sup> Entre dezenas de exemplos, citamos: informou a filha de que concluiu um negócio de compra de livros — «São 277 volumes que comprei à razão de 109 réis cada um. Receio que o homem naqueles volumes substitua pelos bons que lá encontrei, alguns que não prestem» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 53-54); ao editor António Maria Pereira adquiriu «4 tomos do *Lisboa Antiga* e um volume das obras de *Sá de Miranda* (C. a Eduardo da Costa Santos, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 275); pediu a aquisição de um exemplar das *Memórias de Fr. João de S. José Queirós*, que prefaciara, em 1868 (C. a Eduardo da Costa Santos, de 30-11-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 293-294); e a respeito do envio de uma letra, pediu ao destinatário para se embolsar do que ele lhe devia em livros (C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 312).

<sup>1848</sup> Recebeu livros oferecidos pelas principais empresas editoras e por personalidades dos seus relacionamentos: Alberto Pimentel (*Flor de Miosótis*; *A jornada dos séculos*), D. Luís (*Hamlet*, de William Shakespeare), António Feliciano de Castilho (*O outono: Coleção de poesias*), Guerra Junqueiro (*A velhice do padre eterno*), Pinheiro Chagas (*Poesias*), Ricardo Jorge (*Higiene social aplicada à nação portuguesa*), Tomás de Carvalho (*Da imitação de Cristo*, trasladados de latim por Ernesto Adolfo de Freitas), entre outros. Na epistolografia existem múltiplas referências a estas ofertas. Mencionamos algumas: «cá tenho o livro que me dá a medida do afeto que V. Ex.ª me tem. Abraço-o ao coração» (C. a António Feliciano de Castilho, de 15-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 408-409); «agradeço muito o Hamilton que vou ler com muita curiosidade» (C. ao Conde de Azevedo, de 27-12-1874. In CASTELO BRANCO, 1994: 1302); «Agradeço-te os teus livros. Li já a maior parte dos *Efémeros*. Entendo mais de prosa; e essa tem-la tu excelente no prefácio e nas notas» (C. a Francisco Gomes de Amorim, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 850-851); o Conde de Azevedo obsequiou-o com livros e manuscritos (C. de [1876]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1349); os livros do Biker poderiam por via-férrea. Camilo agradecê-los-ia «ao benemérito e delicadíssimo autor» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 273); e agradeceu a oferta do volume do Emídio Navarro (C. a Eduardo da Costa Santos, de 16-08-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 227).

<sup>&</sup>lt;sup>1849</sup> Relembramos que propôs a Pereira Caldas a troca de livros «por crónicas monásticas e civis» (C. de 08-10-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 975).

<sup>&</sup>lt;sup>1850</sup> C. a Ernesto Chardron, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 812-813.

<sup>&</sup>lt;sup>1851</sup> Pedido a Tomás Ribeiro para fazer «chegar à mão do Senhor D. Luís o exemplar» de *O vinho do Porto* (C. a Tomás Ribeiro, de 01-06-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1173).

e para a neta Camila: «O livro que te envio é dos poucos que eu deixaria ler a tua filha, quando ela tiver o coração à altura do entendimento» 1852. Com a colaboração dos editores e livreiros, pediu o envio para personalidades das suas relações 1853 e para os fazerem chegar à sua filha Bernardina Amélia 1854. Remeteu exemplares, já com dedicatória manuscrita, para serem expedidos, por oferta, através do correio dessas firmas 1855, e deu total liberdade a Costa Santos para, em nome dos dois, ofertar títulos camilianos a quem julgasse melhor: «Pode o meu amigo oferecer a quem quiser, em seu nome e meu, a *Boémia*» 1856. Remeter livros àqueles que estavam na linha da frente para lhe fazer as críticas menos simpáticas convertia-se em estratégia inteligente de resposta às suas investidas: «O Barros Lobo, no último número do «Arauto», parece querer chegar-nos. Continue a mandar-lhe os meus livros para assim mostrar que lhe não damos importância às piadas» 1857. E, em casos muito específicos, exigia ao editor que nos livros a oferecer se observasse, à risca, a sua vontade quanto aos termos das dedicatórias:

Nos livros dedicados ao Tomás e ao rei há de ir (exijo-o) o oferecimento do autor e editor. O do rei: Exemplar de Sua Majestade o Senhor D. Luís I; nacionalizador de Shakespeare — oferecimento do autor e editor.

No do Tomás Ribeiro — Exemplar do ex.<sup>mo</sup> ministro honorário, par do Reino, Tomás Ribeiro, primeiro poeta português contemporâneo<sup>1858</sup>.

Esta dinâmica de ofertas ocasionou também que recebesse muitos outros livros, de amigos e outros escritores, como retribuição de afeto e de generosidade.

# 3.2.3.2. Erudito, bibliófilo e negociante

A paixão pelos livros consorciou-se com o vício de colecionador de publicações antigas e de manuscritos. Mesclava-se em Camilo a bibliofilia com a bibliomania, qualidades que lhe consumiram largos recursos. Se lermos com atenção os dois catálogos das suas bibliotecas postas em leilão, datados de 1870 e de 1883, constata-se, nas descrições dos lotes, o interesse por livros das mais diversas temáticas e deduz-se, pela quantidade de lotes descritos (3006), a obsessão e a compulsividade em entesourar livros.

<sup>&</sup>lt;sup>1852</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 167.

<sup>1853</sup> Referimos alguns exemplos: C. a José Gomes Monteiro, de 28-04-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 465-466 (ao Visconde de Lagoaça); C. a José Gomes Monteiro, de 08-06-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 478 (a Pinheiro Chagas, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, Rodrigues de Freitas e Vicente de Faria); C. a José Gomes Monteiro, de 05-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 506-507 (a António Feliciano de Castilho, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Pinheiro Chagas, Santos Nazaré, Júlio César Machado, António Enes, José Silvestre Ribeiro, Antero de Quental, Alberto Pimentel, entre outros); C. a José Gomes Monteiro, de 26-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 508-509 (ao imperador do Brasil).

<sup>&</sup>lt;sup>1854</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 27-06-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 466.

<sup>&</sup>lt;sup>1855</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 311-312.

<sup>&</sup>lt;sup>1856</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 19-02-1887. In CASTELO BRANCO, 2002: 296.

<sup>1857</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 275.

<sup>&</sup>lt;sup>1858</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [01-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 210.

A correspondência que o escritor manteve com alguns importantes bibliófilos<sup>1859</sup> e com outros destinatários, a prestar esclarecimentos, faculta-nos elementos bastantes para aquilatar o nível de conhecimentos de Camilo em matéria de livros antigos: o eruditismo quanto aos assuntos sobre que versavam<sup>1860</sup>, as capacidades intelectuais na apreciação do valor cultural dos bens em causa e a segurança na atribuição dos preços pelos quais deviam ser transacionados<sup>1861</sup>.

Não obstante os profundos e vastos conhecimentos de livros, quer quanto ao respetivo valor literário quer acerca do seu valor pecuniário, entendia, com alguma modéstia, ser apenas comerciante de livros:

V. Ex.<sup>a</sup>, das joias que tem por alto preço, paga-se com o prazer de possuí-las: V. Ex.<sup>a</sup> é o inteligente coletor; eu sou o negociante. Estamos, pois, a ver os manuscritos em diversos horizontes; mas concorrentes é que não somos, porque eu enquanto copio e teço a nova biografia do jesuíta [padre António Vieira], escrevo, sem consultar livros, dois volumes, que lá se vão indo, com os \$500 réis do leitor, ao abismo do negro esquecimento e eterno sono.

Não obstante, prevenindo-o para a quadra porvindoura da imaginação falecida, se o dinheiro me sobejasse, daria, sem hesitação, 300\$000 réis pelos manuscritos na certeza que os faria

1859 Refiram-se, a título de exemplo, António da Silva Túlio, Augusto Soromenho, Francisco Inocêncio da Silva, Francisco Lopes Velho da Fonseca, José Gomes Monteiro e Pereira Caldas. Através destes e com alguns deles, Camilo tratou da compra de raridades bibliográficas ou adquiriu, vendeu e trocou obras antigas de grande estimação.

1861 «Dois livros tenho aqui também esperando as ordens de V. Ex.ª. Um é a 1.ª edição dos *Discursos vários* de Manuel Severim, com os retratos de João de Barros e Camões. Custa 4\$000 réis. O outro é a *Ortografia* de João de Barros, 1576, 4.º 2\$250. O belo exemplar do *D. Quixote*, pela Academia de Madrid, me oferecem por 22\$500 réis. / Parece-me que V. Ex.ª deveria tomá-lo por tão baixo preço, embora tenha outras edições. Esta é a mais estimada e rara pela careza em que anda cotada nos catálogos estrangeiros» (C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, 27-05-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1256-1257).

<sup>1860</sup> Luís Augusto Palmeirim escreveu, em 1877, o livro Portugal e os seus detratores: Reflexões a propósito do livro do Sr. Fernandez de los Rios intitulado «Mi mision». Sobre a obra, Camilo dirigiu-se ao amigo a expor-lhe as suas apreciações e a apresentar-lhe erratas: «Nos "Apontamentos bibliográficos" citas o Fuora villaco de que "não pudeste apurar a origem primitiva". Pouco te importará sabê-la; mas eu, com a pitada no dedo e cheio de erudição minhota, dir-te-ei o que sei dum livro de que nenhum escritor ou bibliógrafo português dá notícia. / O autor é um dominicano português chamado José Teixeira, confessor de D. António, Prior do Crato, a quem seguiu para França. Aí, pregou com grande aplauso, foi esmoler e pregador do rei, confessor da princesa de Condé, e morreu em 1601. Este padre dizia o seguinte nos púlpitos de Paris: "Somos obrigados a amar os homens, qualquer que seja a sua religião, seita e nação, ainda mesmo que eles sejam espanhóis". / Entre os diversos livros que escreveu e publicou há um que ele intitulou: Traité parenetique par um Pèlerin espagnol battu du temps e persécuté de la fortune, em 1597. Este livro, que nunca se reimprimiu em português, saiu reimpresso em 1641 com o título Fuora villaco, etc., já copiado da versão castelhana. Filipe 2.º encarregou o hebreu Duarte Nunes de Leão de escrever uma refutação daquele livro. O judeu escreveu em latim a pedida refutação (censura) e por isso foi feito desembargador, etc. / Basta de sabenças rançosas. / Se fizeres, como é provável, 2.ª edição do teu livro lembra-te de consultar a Biblioteca histórica de Portugal por José Carlos Pinto de Sousa e a Bibliografia histórica portuguesa por Jorge César de Figanière acerca dos livros a consultar para o estudo da usurpação castelhana. O Inocêncio, a falar verdade, vale pouco: era um simples catalogador, e pouco crítico. Recomendo-te especialmente os Anais da Ilha 3.ª por Drumond, o Herrera, e a Crónica de Filipe 2.º por Luís Cabrera de Córdoba. / Nessa ulterior edição deves corrigir a citação das tuas "Duas palavras". Os versos "Eu desta glória etc." são do António Ferreira, e pertencem à dedicatória que ele faz dos seus versos aos bons vizinhos. Tens desculpa, porque raras vezes os tenho visto citados com acerto» (C. de 28-09-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 955-956).

multiplicar quatro vezes. Isto, porém, não é preço, não é a douta avaliação que V. Ex.ª me recomenda. É a pauta do comerciante, que não pode servir para V. Ex.ª 1862.

Também não se considerava um erudito, ainda que o trecho da carta ao 1.º Conde de Azevedo contrarie, de certo modo, a afirmação: «Conquanto eu esteja tão longe dos eruditos como da lua, tenho bons e bastantes livros latinos, com os quais me vou ensaboando das mascarras dos franceses, e até dos portugueses que por aqui se amanham em bordalenga michonofada, como diria o nosso velho Filinto» 1863.

Negociante de livros e bibliófilo, Camilo deixou muitos testemunhos na epistolografia da sua dedicação à compra e à venda destes bens culturais, destinados à sua pessoa ou para dar resposta a solicitações de amigos.

Escreveu da cidade do Porto a Inocêncio, a dizer-lhe: «Muito livro precisa ter quem quer escrever alguma coisa, que não seja maravalhas e fancaria grossa» 1864. A necessidade de obras sentida pelo escritor justificava-se para além da premência da fruição cultural do intelectual. Para obter esse duplo comprazimento, queixava-se que era difícil encontrar, na terra onde vivia, um livro que tivesse «cunho velho com utilidade» 1865. Aproveitava, então, as deslocações a Lisboa para gastar dinheiro em publicações, «que lá são caríssimas», recolhendo-se depois para «hibernar entre elas» 1866.

Além de Lisboa e do Porto, Braga era outra das cidades das suas excursões arqueológicas de papelada<sup>1867</sup>. Vitoriou-se de certos achados, comunicou a proveniência dos livros e lamentou o fim a que se destinaram aqueles que não adquiriu:

Dos livros que comprei ao fogueteiro de Braga, e que já chegaram, aproveitei 215. Vamos indo, que já não é mau. Restos de maior quantia. Disse-me ele que lhe vieram de uma casa fidalga, mas calou-lhe o nome. Os fidalgos arruinados do Minho não sendo hoje mais letrados, e tendo mais fome que os avós, acham que livros não são coisa que se coma, e preferem reduzi-los àquilo com que se compram presuntos.

Feita a escolha dos livros em termos, ficaram-me duas cestadas que não desviarei da sua alegre missão de embrulhar bombas.

Outra coisa: está o meu amigo seguro de que tudo na Pedrinha foi miudamente rebuscado, e de que não há por lá mais livros ou papéis? Seria bom averiguar isso, enquanto por lá não surge também algum fogueteiro que os traduza em bombas de pataco, ou os envie aos deuses em foguetes de 3 respostas<sup>1868</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1862</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, sem data. In CHAVES, ed., 2002: 63-64.

 $<sup>^{1863}</sup>$  C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de 31-03-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1250-1251.

<sup>&</sup>lt;sup>1864</sup> C. de 12-09-1873. In CABRAL, 1922: 142-144.

<sup>&</sup>lt;sup>1865</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 12-09-1873. In CABRAL, 1922: 142-144.

<sup>&</sup>lt;sup>1866</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 12-09-1873. In CABRAL, 1922: 142-144.

<sup>&</sup>lt;sup>1867</sup> C. a António Vitorino da Mota, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 864.

<sup>1868</sup> C. a António Vicente, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 837-838.

Camilo não parecia preocupar-se com o desmantelamento das bibliotecas privadas, porque, supostamente, estas contribuiriam para fazer ou enriquecer outras. O que o afligia era a destruição de livros, um sentimento partilhado pelo Visconde de Azevedo. Quando este lhe manifestou o receio de que lhe despedaçassem a biblioteca em que tanto se esmerara a construir, o romancista procurou sossegá-lo:

Está V. Ex.ª a recear outra vez que lhe petrolizem a rica livraria.

Não sei de onde lhe vem a razão do susto, quando a Europa retrocede a grandes passos para a monarquia, protetora dos livros velhos e dos velhos usos. Se por desventura, em Portugal, se conflagrasse uma revolução popular, eu recearia mais que me roubassem a adega que a livraria.

Isto é país bom para ter livros, logo que o Pereira Caldas não seja o caudilho dos revolucionários, quod Deus avertat $^{1869}$ .

O «faro de uns livros velhos» 1870 motivava-o a excursionar em lugares onde os houvesse, como contou ao Visconde de Ouguela: «enquanto tu vais para a feira da Ladra, vou eu às alcovas dos abades que morrem espreitar-lhes o espólio literário que, por via de regra, consiste em 2 breviários, e um Larraga» 1871. Mesmo equacionando alguma dose de ironia nesta consideração, poder-se-á inferir que o interesse do romancista por livros antigos ia além das visitas regulares e do contacto direto com alfarrabistas. O falecimento de um pároco de aldeia era outra oportunidade para conseguir encontrar alguma raridade bibliográfica esquecida entre livros de orações e prontuários de teologia moral. Camilo teria de chegar a tempo, antes que os herdeiros, talvez iletrados e desconhecedores da língua latina, colocassem a livralhada, por incúria, a apodrecer a um canto das lojas. O texto da «Introdução» de A brasileira de Prazins pode ser bem mais do que uma estratégia literária para conferir verosimilhança à narrativa. Ao referir que lhe constara ter a senhora Joaquina de Vilalva «um gigo de livros velhos entre duas pipas na adega, e que as pipas, em vez de malhais de pau, assentavam sobre missais», Camilo estaria, provavelmente, a recordar buscas bibliográficas que fizera em casa de padres falecidos. Mas também a revelar o conhecimento que possuía de algumas destas bibliotecas particulares:

Havia sermonários latinos, um Marco Marulo, três retóricas, muitas teologias morais, um Euclides, comentários de versões literais de Tito Lívio e Virgílio. Deixei tudo na benemérita podridão, tirante uma versão castelhana do mantuano por Diego Lopez e um muito raro Entendimento Literal e Construção Portuguesa de Todas as Obras de Horácio, por indústria de Francisco da Costa, impresso em 1639<sup>1872</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1869</sup> C. a Francisco Velho da Fonseca, de 06-06-1873. In CASTELO BRANCO, 1994: 1282-1284.

<sup>&</sup>lt;sup>1870</sup> C. de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 174-175.

<sup>&</sup>lt;sup>1871</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 174-175.

<sup>&</sup>lt;sup>1872</sup> CASTELO BRANCO, 2001a: 3-4.

Não se julgue que Camilo apenas «farejava», como dizia, núcleos poeirentos de livros de párocos de aldeias do Minho. Em 1866, escreveu a Inocêncio Francisco da Silva uma extensa missiva agradecendo a compra que ele fizera de livros para o romancista: «Estou admirado da barateza. Por cá nem pelo triplo se tiram.» Aproveitou a carta para o informar de que certa pessoa, não identificada, tinha em seu poder preciosos manuscritos (vinte e oito autógrafos, vários folhetos e nove grossos maços de papéis velhos) que tinham pertencido aos cartórios de Tibães e de Santo Tirso. Camilo pretendia saber a opinião do bibliófilo lisboeta, se ele fazia tolice em os adquirir por 300\$000 réis. Desconhecemos o desfecho do negócio 1873.

O romancista tinha sacerdotes, amigos íntimos, que comungavam deste mesmo vício, e que, certamente, partilhavam com ele informação privilegiada sobre assuntos de livros antigos. Um deles era Joaquim Alves Mateus, orador de nomeada, «grande inteligência e nobilíssimo coração». Em virtude da presença em Lisboa deste cónego da Sé de Braga, em setembro de 1867, Camilo pediu a Inocêncio Francisco da Silva que o acolhesse com a sua habitual cordura. A razão das atenções solicitadas era digna de louvor: «Pertence à nossa infausta irmandade de bibliomaníacos. / Vai à cata de caruncho. Queira V. Ex.ª dizer-lhe onde ele há de fundir as coroas. Estas vítimas hão de forçosamente pedir experiências da guilhotina a quem por lá costuma ir meter o pescoço» 1874.

Na impossibilidade de se deslocar com a frequência que desejava aos centros urbanos, onde lhe era bem mais fácil descobrir as «velharias» que tanto o satisfaziam, recorreu a amigos e familiares, solicitando-lhes que o informassem das existências disponíveis no mercado, as comprassem ou as licitassem em leilão.

O «maníaco sertanejo» <sup>1875</sup> do Minho, que, em fase de menor ânimo, se queixava de não ter outro prazer senão o de encontrar «velhos silenciosos» que lhe valessem, agradeceu as diligências e a «prestadia benevolência» do autor do *Dicionário bibliográfico português*, pelo envio de «magníficos exemplares e baratíssimos» <sup>1876</sup>. Fez pedidos para o destinatário lhe conseguir determinadas publicações <sup>1877</sup>, mas também expressou, em termos genéricos, que, quando soubesse da venda de livros, lho comunicasse. A «remessa de caruncho» constituía para o romancista um obséquio: «Já não leio nem aprecio senão disto. Ao que eu cheguei!» <sup>1878</sup>.

António Francisco de Carvalho, marido de sua filha Bernardina Amélia, também assentiu em comparecer em sua substituição nos leilões. Recebia a seleção feita por Camilo,

<sup>1873</sup> C. de 02-11-1866. In CABRAL, 1922: 132. Uma das linhas de pesquisa é verificar se os manuscritos descritos por Camilo nesta carta constam dos dois catálogos dos leilões das suas bibliotecas, ou da biblioteca do Conde de Azevedo, que era também um dos interessados no acervo. Não nos pareceu, porém, necessidade premente chegar a conclusões sobre isto.

<sup>&</sup>lt;sup>1874</sup> C. de 13-09-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 828.

<sup>&</sup>lt;sup>1875</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de [1866]. In CABRAL, 1922: 132.

<sup>&</sup>lt;sup>1876</sup> C. de [1866]. In CABRAL, 1922: 132.

<sup>&</sup>lt;sup>1877</sup> «Se alguma vez o acaso lhe deparar os dois fólios do Cenáculo sobre os estudos da Ordem 3.ª, não mos deixe V. Ex.ª escapar» (C. de [1866]. In CABRAL, 1922: 132).

<sup>&</sup>lt;sup>1878</sup> C. de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 833.

e licitava de acordo com os preços que o sogro marcara. Percebe-se que o bibliófilo não era caprichoso. Pretendia adquiri-los ao preço que julgava justo, mas os compradores com posses inflacionavam os preços:

creio que não alcançaremos algum pelo preço que marquei, à vista da alta em que eles vão sendo vendidos. [...] É um capricho dos dinheirosos não consentirem que os pobres inteligentes possuam livros de valor intrínseco. Assim se explica que a mais mutilada das edições do Camões desse 106\$000 réis<sup>1879</sup>.

Na correspondência trocada com o genro ressalta que Camilo, por regra, não se excedia nas licitações dos lotes: «Os meus preços eram pequenos, porque não compro livros caros. É a única espécie em que não faço asneiras; nem mesmo nos leilões me deixo iludir pela vaidade ou pelo entusiasmo»<sup>1880</sup>. Aliás, fazer-se representar em leilões podia ser uma forma de adquirir livros a menor preço. A sua presença em hastas públicas criaria, naturalmente, um ambiente de especulação em torno dos lotes ou obras pelos quais o escritor demonstrasse interesse. Para não se saber, de facto, o interesse de Camilo em determinados livros, solicitava ao genro para incumbir terceiros da licitação dos lotes pretendidos: «Envio-lhe o Catálogo da livraria Gomes Monteiro com os preços marcados em alguns livros. Se o meu amigo por lá vir o T. Nunes poderia pedir-lhe que licitasse neles até esse preço»<sup>1881</sup>. Por vezes, o seu interesse bibliográfico era provocado, ou, melhor dizendo, era ainda mais estimulado, pelas necessidades de criação literária. No ano de 1865, o romancista pensou redigir *A oratória sagrada em Portugal (Estudos)*<sup>1882</sup>, e tratou de reunir tudo quanto pudesse subsidiar a obra. O primeiro contacto parece ter sido feito com Inocêncio Francisco da Silva:

Se V. Ex.ª, em hora de muito vagar, quiser favorecer o meu trabalho, honra-me com a indicação dos escritos concernentes a tal assunto. Oradores possuo o maior e melhor número deles tanto como exemplo de pureza como de corrupção. O que mais careço é de indicações históricas, divisões de épocas e períodos com os quais eu possa urdir mais amplamente os meus estudos<sup>1883</sup>.

Os contributos prestados por este bibliófilo e por outros conhecedores em parenética, como António Feliciano de Castilho, e a sua dedicação em obter o maior número de informações permitiram que, em janeiro de 1867, participasse a Inocêncio que já possuía «119 volumes de sermões». Camilo sabia que a tarefa não se afiguraria fácil e também não esperava

<sup>&</sup>lt;sup>1879</sup> C. de 08-06-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 566.

<sup>&</sup>lt;sup>1880</sup> C. de 11-06-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 570.

<sup>&</sup>lt;sup>1881</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 587-588.

<sup>&</sup>lt;sup>1882</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de [1865]. In CABRAL, 1922: 124-126.

<sup>&</sup>lt;sup>1883</sup> C. de [1865]. In CABRAL, 1922: 124-126.

conseguir juntar tudo o que precisaria: «Tenho que ver e suar. Isto é obra para muito descanso e paciência» 1884.

Descanso, paciência e persistência acabariam por dar frutos, e tornaram-no não apenas num colecionador raro de sermões e de discursos morais, impressos e manuscritoo<sup>1885</sup>, mas também numa pessoa versada em oradores e informada em matérias da arte da eloquência sacra.

No decurso do processo de compilação bibliográfica, o romancista descreveu aos destinatários as qualidades de oratória de alguns pregadores que mais colaboravam com ele na seleção: «Tenho os melhores e os piores. Para mim o primeiro orador sagrado é o p.º Luís da Natividade, e o melhor sermão que conheco em português é o dele, em Guimarães, ao pelote de D. João 1.0<sup>3</sup>1886. Também considerava «magnífico» o Colares: «Ninguém descreveu tão descabeladamente os vícios de Lisboa do seu tempo» 1887. Quanto aos piores, alinhavou duros comentários a frei António da Expectação e a Soares Franco. O primeiro estava no «superfino da tolice»: «fede vomitoriamente em razão de um gato o haver feito seu urinol. Parece que o frade tinha virtudes diuréticas para bexigas felinas» 1888. Das «farfalharias» do segundo, rogava a Deus que o livrasse:

É grã-besta o cónego, se não é maior o mordomo que lhe encomenda o sermão. Hei de fingir que nunca lhe li o nome, se vier a lume com o catálogo dos oradores alarves. Raras vezes se germanam tanta desmoralização com tamanha ignorância. É um cafre tonsurado 1889.

O romancista desistiu do projeto em que aplicou muitas energias e bastante dinheiro. Em carta ao médico seu amigo António Vitorino da Mota, noticiou-lhe que ia mandar para a cidade dos arcebispos «um carro de livros para vender». Anexava à missiva uma listagem dos volumes a transportar, com recomendações especiais para alguns números. E fez esta revelação consubstanciadora da azáfama livresca e pesquisadora de autógrafos em que andou envolvido vários anos: «Disto é que está virgem a livraria de V. Ex.ª. Como eu ajuntei 642 sermões manuscritos, e muitos com mais de cem anos! Que mina!» 1890.

Camilo teve gosto em compartilhar a paixão que tinha pelos livros e o vício em colecionar publicações antigas ou manuscritos. Nesse sentido, desenvolveu esforços para manter vivas a bibliofilia e a bibliomania de pessoas com quem se correspondia.

<sup>&</sup>lt;sup>1884</sup> C. de [25-01-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 358-359.

<sup>&</sup>lt;sup>1885</sup> Sobre sermonário comprado, que mandou adquirir ou teve dificuldade em obter, consultem-se as seguintes missivas, que ilustram, de algum modo, o trabalho que o romancista levou a cabo: C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 10-10-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 823-824; C. a António Feliciano de Castilho, de [25-01-1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 358-359; C. a António Feliciano de Castilho, de 04-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 359-360. <sup>1886</sup> C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 20-01-1867. In CABRAL, 1922: 134-136.

<sup>&</sup>lt;sup>1887</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 360-362.

<sup>1888</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 360-362.

<sup>1889</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 04-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 359-360.

<sup>&</sup>lt;sup>1890</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 864.

Por incumbência de correspondentes, procurou e comprou livros em alfarrabistas e em leilões<sup>1891</sup>, e deu notícias sobre o insucesso das suas investidas nas casas que vendiam livros antigos<sup>1892</sup>.

Pediu<sup>1893</sup> e enviou catálogos de monografias e de manuscritos<sup>1894</sup>, tomando, em alguns casos, a liberdade de assinalar e sugerir aos destinatários os lotes descritos, que reputava de maior interesse para eles: «Vai também um catálogo da livraria, com o intuito de impedir que o meu amigo vá ao leilão. Marquei-lhe os livros que considero clássicos ou úteis, e dignos de leitura»<sup>1895</sup>.

Fornecia informações sobre livros em grego, hebraico e siríaco que se encontravam à venda, e que eram da curiosidade intelectual e do domínio da investigação histórica de Alberto Sampaio: «Em siríaco é uma bíblia magnífica. Em grego há dicionário moderno, há o Xenofonte, com o texto grego e a versão latina. São 11 ou 12 volumes que decerto custariam muito, e mos oferecem por 14\$000 réis» 1896. Indagava do interesse do seu correspondente em alguma das espécies dos autógrafos que lhe enviava, e, para poupar o destinatário a análises demoradas, indicou-lhe os pormenores que entendia de maior substância, para poder decidir da melhor maneira» 1897. E, apesar do 1.º Conde de Azevedo ser «pouco curioso» em temas de genealogia, entendeu participar-lhe que lhe ofereceram «10 volumes in-fólio dos manuscritos de Montarroio Mascarenhas», por 10 libras 1898.

Neste labor em torno de livros e de documentação de valor histórico-bibliográfico, em paralelo ao seu papel de intermediário na aquisição e na apresentação de sugestões do que considerava serem bons livros para os seus destinatários adquirirem, informou sobre traslados

<sup>&</sup>lt;sup>1891</sup> «Quanto aos outros livros que Vossa Excelência deseja, espero obter alguns» (C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1247); «Tomei nota dos livros que V. Ex.ª quer. [...] Ainda que a licitação exceda os preços convencionados, mandarei cobri-los, na certeza de que V. Ex.ª não os pagará por mais da sua oferta» (C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1263); «Como o meu Amigo me mostrou desejo de possuir as obras do p.e Manuel Bernardes, encomendei a um livreiro portuense as que tivesse» (C. a José Bento de Araújo Assis, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 940).

<sup>&</sup>lt;sup>1892</sup> «Em Lisboa não achei quem tivesse a gramática de André de Resende, e os mais doutos presumem que ela seja exclusivamente latina. Se a de 1540 é já segunda edição (o que não podemos asseverar) fica em dúvida se André de Resende precede Fernão de Oliveira» (C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1248-1249).

<sup>1893</sup> Solicitou a José Gomes Monteiro o empréstimo do «Catálogo da livraria de Tomás Norton, com os preços por que foi arrematada». Acreditamos que a consulta deste tipo de catálogo lhe permitia comparar os preços de obras idênticas que surgissem em outros leilões (C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 533).

<sup>&</sup>lt;sup>1894</sup> «Enviarei o catálogo dos livros do V. d'Azurara. São mais de 2500 obras, coligidas pelo Salter, e por outro que aí foi desembargador em 1798» (C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de 04-04-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1251-1253). Entre outros exemplos, consultem-se as seguintes missivas: C. a António Vitorino da Mota, de 22-04-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 866; C. a Pereira Caldas, de 21-10-1868. In CASTELO BRANCO, 1994: 970-971; C. a António Vicente Leal e Sousa, de [24-04-1869]. IN FARIA, *ed.*, 1990: 23; C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de 11-05-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1255; C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1248-1249; C. a José Bento de Araújo Assis, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 939.

<sup>&</sup>lt;sup>1895</sup> C. a José Bento de Araújo Assis, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 937-938.

<sup>&</sup>lt;sup>1896</sup> C. de 27-09-1869. IN FARIA, ed., 1990: 35.

<sup>&</sup>lt;sup>1897</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de [1873]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1288-1289.

<sup>&</sup>lt;sup>1898</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de [27-05-1869]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1259.

importantes que encontrara <sup>1899</sup>, recomendou emendas e fez «reparos bibliográficos» <sup>1900</sup>, pediu e forneceu informações sobre historiografia em geral e personalidades históricas <sup>1901</sup>, e partilhou referências ou dados de cariz biobibliográfico <sup>1902</sup>.

## 3.2.3.3. Pulsares da sua livraria privada

A biblioteca particular reunida pelo romancista foi, natural e diretamente, influenciada pelo seu forte pendor bibliófilo e pela atividade de negociante de livros antigos e de manuscritos, atividade esta subsidiária da sua profissão de escritor.

A primeira referência conhecida sobre a sua livraria particular tem data de 1857. Maria José Plácido, enferma pulmonar, andava em busca de ares terapêuticos, e era, por vezes, acompanhada por sua irmã, Ana Plácido. Camilo, enamorado, perseguiu-as nessas deslocações, e foi por essa razão que o romancista, com o apoio e a benevolência de José Barbosa e Silva, se instalou em Viana do Castelo, para trabalhar como responsável da redação do periódico «A Aurora do Lima» <sup>1903</sup>. Na fase de definição de condições, visando a sua instalação na cidade das margens do Lima, Camilo pediu ao amigo que lhe providenciasse mobiliário para instalar a sua livraria: «Se quiseres, manda-me fazer uma estante onde caibam aproximadamente 500 volumes» <sup>1904</sup>.

No ano de 1866, quase duplicou o número de volumes de que era proprietário. Deduz-se do que mencionou jocosamente a Inocêncio Francisco da Silva:

Cada vez vou entendendo mais que nos meus 1200 volumes, quase todos bons, pouco há do que preciso para ser menos asno do que era antes de ter livros. O governo, se bem se compenetrasse desta minha ignorância, tinha-me dado a encomenda de S. Tiago da Asneira<sup>1905</sup>.

<sup>1899 «</sup>Achei aqui um traslado do *Nobiliário de Damião de Góis*, com o seguinte frontispício = Livro das linhagens de Portugal, escrito por Damião de Góis, trasladado e ordenado por Bernardo Pimenta de Avelar, capitão-mor da vila de Tomar, etc., o qual traslado foi extraído de outro de António do Couto de Castelo Branco filho de Luís do Couto Félix, que foi guarda-mor da Torre do Tombo, etc. = / É um livro in-fólio com encadernação muito usada, com 168 páginas numeradas só no verso da página, e manchadas de humidade sem prejuízo das letras» (C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1316-1318).

<sup>&</sup>lt;sup>1900</sup> C. a Oliveira Martins, sem data. MARTINS, coord., 1970: 28.

<sup>1901</sup> C. a Oliveira Martins, 22-12-1879. MARTINS, coord., 1970: 22-24; C. a José Ernesto de Sousa Caldas, de 02-11-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 840; C. a Francisco Xavier Almeida de Valadares, de 11-03-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 1064; C. a Tomás Mendes Norton, de 06-12-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 922-923, entre outra epistolografia.

<sup>&</sup>lt;sup>1902</sup> Tenha-se como exemplo, o teor da missiva para Aníbal Fernandes Tomás: «Bastantemente se tem escrito lá fora sobre Gabriel ou Uriel da Costa; entre nós, que eu saiba, além do pouco que disseram Ribeiro dos Santos, Barbosa Machado, Inocêncio e uma anónima e esquecida *Miscelânea curiosa e proveitosa*, obra dos fins do século passado, de que V. Ex.ª deve ter notícia, nada mais conheço. Seria muito para louvar que alguém competente dissesse do célebre cristão converso, do seu atormentado espírito, das suas dúvidas, das suas lutas, integrando-o dentro da época em que viveu e na cadeia científico-filosófica do seu tempo, da qual foi um dos mais sólidos fuzis, podendo mesmo eu assegurar (posto que nisto vá contra autorizadas opiniões) que o autor do *Exemplare humanae vitae* influiu de algum modo nas ideias do grande Espinosa» (C. de 16-05-1885. In AMARAL, MARTHA, *org.*, 1924: 201-203).

<sup>&</sup>lt;sup>1903</sup> O romancista permaneceu na cidade, de 7 de abril a 28 de maio de 1857, vindo, depois, a ausentar-se, de modo intempestivo, e sem informar a direção do jornal vianense.

<sup>&</sup>lt;sup>1904</sup> C. a José Barbosa e Silva, de 03-03-1857. In CASTELO BRANCO, 1994: 1033-1034.

<sup>&</sup>lt;sup>1905</sup> C. de 11-10-1866. In CABRAL, 1922: 126-127.

Passados quinze meses, Camilo confidenciou ao 1.º Conde de Azevedo que despendera, entretanto, soma considerável em aquisições bibliográficas, fruto das suas incursões nas lojas de alfarrabistas e em livrarias de famílias nobres, cuja última geração revelava ser pouco conversada e afeiçoada a coleções destas características:

Eu à minha parte já comprei 320\$000 réis de livros de mais modesta aspiração a raridades. Hei de mostrar a V. Ex.ª a lista dos que me pareceram menos vulgares. Tenho esgaravatado no lixo de todos os alfarrabistas, pouco se me deparou. O melhor que comprei achei-o nas livrarias dos netos dos Mascarenhas, e dos Albuquerques<sup>1906</sup>.

Em carta a Francisco Lopes da Fonseca, o romancista apresentou desculpas de não ter dado resposta mais imediata à incumbência que o amigo lhe fizera. A razão prendeu-se com livros: «Há 8 dias que me vejo a braços com a estafa de ordenar 4000 volumes que tinha em Lisboa e transferi para esta aldeia, que fica sendo um foco de ciência, um altar sem sacerdote. Eu já não leio, e escrevo pouco» 1907.

Pôs em praça, nos princípios de 1871, mais de um milhar de livros e manuscritos que tinha guardados em casa de sua velha amiga Carlota Eufrásia, no Porto.

Na transferência da sua mobília e biblioteca de Coimbra para Seide, efetuada em 1876, Camilo teve uma experiência desastrosa. Perdeu vários contos de réis de acervo bibliográfico e documental, salvando-se um número de impossível contagem:

Cheguei ontem de Coimbra onde fui promover a transferência dos meus livros. A minha livraria chegou aqui perdida, em razão de lhe chover por espaço de 6 léguas incessantemente. Considero 2 contos de réis perdidos. Nesta época de falências, eu só podia ser prejudicado nos meus livros. Tenho um grande pesar: mas quem tem sofrido como eu, tem obrigação de oferecer o peito a maiores golpes. Não digo o que Deus quiser, porque me parece que Deus não se intermete nestas porcas mortificações da humanidade<sup>1908</sup>.

«Depois de 30 anos de trabalho»<sup>1909</sup>, a sua fortuna, «pobre em documentos contemporâneos»<sup>1910</sup>, mas composta por mais de cinco milhares de espécimes de enorme interesse, foi arrematada, por lances considerados muito baixos, no Natal de 1883. Alguns lotes foram retirados de praça, por ausência de licitação, e outros, apesar de arrematados, não foram reclamados.

<sup>&</sup>lt;sup>1906</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de 18-01-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 1027.

<sup>&</sup>lt;sup>1907</sup> C. de 25-11-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1265-1266.

<sup>&</sup>lt;sup>1908</sup> C. a Matos Moreira, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2002: 715.

<sup>&</sup>lt;sup>1909</sup> C. a Silva Pinto, de 19-05-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 759.

<sup>&</sup>lt;sup>1910</sup> C. a António Ribeiro da Costa e Almeida, de 13-04-1883. PASSOS, 1924: 10-11.

Quem entrar, hoje, no escritório de Camilo na sua Casa-Museu de São Miguel de Seide encontra oito centenas e meia de volumes do que remanesceu da paixão obsessiva camiliana pela leitura e pelo mundo dos livros.

Um dos aspetos que mais ressalta deste pulsar da livraria particular, digamos melhor, das várias bibliotecas pessoais que formou, foi Camilo ter negociado, por várias vezes, a nível particular ou na praça pública, livros e manuscritos que lhe pertenciam. As suas bibliotecas estavam constantemente sujeitas a dinâmicas de venda e de refazimento, em que ao interesse e ao prazer pelos livros, motivos justificativos da compra, se aliava a consciência de que a aquisição de obras constituía também um investimento de capital. Não queria isto dizer que o investimento feito na compra se convertesse em lucro na venda, o que, na verdade, foi raro acontecer:

Com referência à Crónica manuscrita, convenho com V. Ex.ª que não vale ela as 4 libras, nem mesmo valerá duas; eu, porém, quando há 10 anos comecei a comprar os livros caríssimos daquele tempo, tive o desatino de dar 4 libras pelo tal manuscrito; e hoje, que este género está barateado, certo escolhi má ocasião para me desfazer de parte da minha pequena biblioteca<sup>1911</sup>.

Por razões que se devem prender com o relacionamento amoroso com Ana Plácido e o consequente acréscimo de dificuldades financeiras, sabemos que, em janeiro de 1859, Camilo vendeu a sua biblioteca ao editor Cruz Coutinho<sup>1912</sup>. Desconhecemos, no entanto, quais as obras negociadas e os montantes envolvidos.

Atendendo ao período das melhores relações pessoais e editoriais do escritor com José Gomes Monteiro, julgamos que, durante a década de 1860 e os inícios da seguinte, Camilo solicitou os préstimos do gerente da Casa de Viúva Moré para vender um conjunto de livros, contendo coisas raras, à Biblioteca Pública do Porto: «Ora é isto que eu por intermédio de V. Ex.ª desejava perguntar ao Allen ou a quem de direito for» 1913.

No ano de 1870, apareceu impresso o catálogo de um leilão de livros e manuscritos, descrevendo 1084 lotes, a realizar na cidade do Porto. O pequeno prefácio referia que a coleção «foi dispendiosíssima para quem a reuniu em tempo de sólida e profunda instrução». Continha livros portugueses, franceses, italianos, latinos, gregos e uma secção de manuscritos: «Nós que farte sabemos quanto em Portugal se menospreza esta ordem de escritos» <sup>1914</sup>.

A venda pública foi realizada no ano seguinte. Publicaram-se anúncios, e foi noticiada em «O Primeiro de Janeiro», ao longo do mês de janeiro e inícios de fevereiro. Na edição de

<sup>&</sup>lt;sup>1911</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de 23-12-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1267-1269.

<sup>&</sup>lt;sup>1912</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [25-10-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 287-288.

<sup>&</sup>lt;sup>1913</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 545.

<sup>&</sup>lt;sup>1914</sup> Catálogo metódico de livros antigos e modernos em diversas línguas e manuscritos [pertencentes a Camilo Castelo Branco] que se hão-de vender em leilão [...], 1870). O leilão realizou-se na Rua de Santo Ildefonso, n.º 66, na casa onde residia D. Eufrásia Carlota de Sá: «a pobre senhora que te criou, e que me serviu a mim de mãe quando eu tinha 21 anos» (C. a Bernardina Amélia, de [25-7-1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 158).

5 de janeiro, mencionava-se que, três dias depois, seria leiloada a livraria do «Senhor Camilo Castelo Branco», traçando-lhe a seguinte consideração: «é um excelente perrexil para os amadores, não tanto de livros raros como dos precisos e utilíssimos»<sup>1915</sup>. De pouco adiantou a divulgação do proprietário dos livros e o elogio à coleção a licitar, porque o referido periódico publicava avisos a 2, 4 e 6 de fevereiro de que o sobejante da livraria seria vendido a peso.

Na missiva enviada a Silva Pinto, em agosto de 1880, dizia-lhe que pretendia sair de Seide, em outubro próximo, e alugar uma casa no Porto. Como a sua livraria exigia «salas exclusivas», e queria livrar-se de a levar consigo, o escritor trouxe à colação o desejo manifestado pelo destinatário em lha adquirir:

e eu, que cheguei a amar estes meus confidentes de 20 tristíssimos anos, desejo vender-lhos. Já lhe disse que desejava que V. Ex.ª conhecesse a fundo bibliografia, para não vacilar na apreciação dos livros, inculcada pelo interesse de vendedor. Assevero-lhe que se alguma vez a puser em praça há de vendê-la por preço superior a 5 contos de réis<sup>1916</sup>.

Com a compra da biblioteca, Camilo oferecer-lhe-ia «6 belas estantes de jacarandá e 3 de mogno». Além da sua secretária, de duas frentes, esta é a única referência conhecida sobre o mobiliário existente no escritório das águas-furtadas de Seide, as quais, porventura, terão pertencido a Pinheiro Alves. O pagamento da quantia acordada poderia ocorrer no momento mais oportuno para Silva Pinto. Mas o que Camilo queria era cumprir o seguinte procedimento:

entregar-lha encaixotada, antes de eu sair daqui no fim de outubro; e além disso desejava que o meu amigo viesse, como um passatempo, ajudar-me a encaixotá-la. São mais de 4500 volumes creio eu. Há trabalho para todos; até o Sr. Narciso de Lacerda nos pode, em mangas de camisa, prestar a sua coadjuvação<sup>1917</sup>.

Nos finais de abril e inícios de maio de 1882, Luís Guimarães Júnior veio a Seide visitar Camilo<sup>1918</sup>. Este jornalista e diplomata amigo do romancista foi intermediário do Real Gabinete no negócio de aquisição da livraria camiliana. A proposta apresentada pela instituição era de seis contos de réis fortes<sup>1919</sup>, e Camilo regozijava-se que os seus livros ficassem, assim,

<sup>&</sup>lt;sup>1915</sup> AZEVEDO, 2.º Conde de, ed., 1926: 36-37.

<sup>&</sup>lt;sup>1916</sup> C. a Silva Pinto, de 18-08-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 748-749.

<sup>&</sup>lt;sup>1917</sup> C. a Silva Pinto, de 18-08-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 748-749.

<sup>&</sup>lt;sup>1918</sup> CABRAL, 2003: 378. Verbete: «Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior».

<sup>1919</sup> Por carta de 7 de setembro de 1882, Luís Guimarães, Secretário da Legação do Brasil em Lisboa, informava Camilo de que o Gabinete Português de Leitura se propunha adquirir-lhe a biblioteca por «6 contos de réis, moeda forte» (Acervo de Correspondência, n.º 416, Casa de Camilo). Dias depois, a 12-9-1882, Luís Guimarães voltava a tratar com Camilo da referida venda, fazendo-lhe saber que, por falta de dinheiro, «o dinheiro em espécie», o Gabinete Português pretendia efetuar o pagamento em prestações, «uma delas à vista» (Acervo de Correspondência, n.º 417, Casa de Camilo). Notámos que as datas das cartas de Camilo e as datas das cartas de Luís Guimarães, escritas em agosto e em setembro de 1882, não condizem com a evolução dos assuntos que aí se tratam. Mas Luís Guimarães, em carta de 16

a salvo, «das tendas e dos bibliómanos». Colocava, porém, uma condição: «A entrega dos livros há de ser aqui feita a quem representar o Gabinete de Leitura [...] desejo que o representante do Gabinete de Leitura seja inteligente e tome nota dos livros que fizer encaixotar. Rabugices de velho e de aldeão minhoto» 1920. Luís Guimarães mostrou-se agradado com o «desenlace do negócio», e demonstrou o seu contentamento ao romancista: «A aquisição de tal biblioteca vai enriquecer o meu país. Aplaudo-me por ter sido o intermediário feliz de tão nobre e opulenta empresa» 1921.

A despeito do júbilo do diplomata, o negócio gorou-se. Apesar de não se ter realizado a venda, o romancista acabou por oferecer ao diplomata brasileiro um importante lote de «cartas autografadas dos homens distintos», que possuía «embaralhado em gavetas», excetuando do conjunto as missivas do clã Castilho<sup>1922</sup>.

Tendo-se frustrado as vendas da livraria existente no escritório de Seide, quer a Silva Pinto quer ao Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, Camilo decidiu colocá-la em hasta pública. O leilão esteve a cargo da Casa Editora de Matos Moreira & Cardosos, de Lisboa, e foi impresso, para o efeito, um catálogo, contendo uma breve descrição dos lotes a levar à praça<sup>1923</sup>. Na pequena nota introdutória, o editor considerava que constituía para a firma «subida honra» dirigir o leilão da importantíssima biblioteca de Camilo. Mas expressava também a sua tristeza pela «deliberação do vernáculo prosador de se desfazer, num instante, dos seus mudos e fiéis companheiros de tantos anos, adquiridos e selecionados, pela maior parte, com desusada inteligência e amor».

A biblioteca compreendia 5313 volumes, e foi distribuída por 1922 lotes: obras impressas e periódicos (números 1 a 1855), manuscritos (números 1856 a 1915) e, do número 1916 ao 1922, seis estantes de madeira, dois quadros encaixilhados, um quadro com brasões cromo-litografados, um rolo de estampas antigas, uma pasta com autógrafos e outros papéis, um quadro e genealogias das famílias de Vila Real, por Luís Pinto Machado.

Camilo teve o trabalho de catalogar, encaixotar e de enviar para Lisboa todos os bens culturais a leiloar, o que constituiu, a nosso ver, uma enorme canseira. Ao tempo, afigurou-se difícil a condução da volumosa expedição de Seide para Famalicão, dessa vila para o Porto e da «Cidade Invicta» para a capital. O escritor preocupava-se com as eventuais más condições de transporte dos volumes encaixotados:

de setembro de 1882, explicou o facto: «Recebi também as duas cartinhas de V. Ex.ª, desencontradas com as minhas no trajeto» (*Acervo de Correspondência*, n.º 418, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>1920</sup> C. a Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior, de 16-08-1882. In Acervo de Alexandre Cabral, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1921</sup> C. a Camilo, de 16-09-1882. In Acervo de Correspondência, n.º 418, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1922</sup> C. a Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior, de 08-05-1882. In *Acervo de Alexandre Cabral*, Casa de Camilo. Os autógrafos em causa são, na nossa opinião, os que constam do *Catálogo da camiliana de Francisco Garcia Saraiva*, 1940: 119-120.

<sup>&</sup>lt;sup>1923</sup> Catálogo da preciosa livraria do eminente escritor Camilo Castelo Branco, 1883.

Desejava eu que a remessa dos livros se fizesse antes de principiarem as inverneiras do Minho. Vivo légua e meia distante da estação da via-férrea. Daqui até lá, a condução dos caixões dos livros, por debaixo da chuva, seria estragá-los. Se V. Ex.ª puder de algum modo recebê-los, muito me obsequeia, aproveitando o resto do outono para a remessa<sup>1924</sup>.

E mesmo dentro da cidade de Lisboa, o transporte dos caixotes exigia atenções especiais, e que, por prudência, fossem seguidas as recomendações dadas pelos próprios funcionários dos caminhos de ferro:

Não paguei o transporte de Santa Apolónia para a Estação Central porque o empregado da estação de Famalicão não me pôde dizer quanto era. O mais está pago. O chefe da estação avisou-me de que tivesse muito cuidado com a chegada dos livros à Estação Central, porque era lá costume tratar muito mal os caixões, a ponto de ser preciso conduzir os livros em cestos. Seria bom que V. Ex.ª mandasse alguém assistir à descarga, ou captar a benevolência do chefe<sup>1925</sup>.

A expectativa do romancista quanto ao valor a apurar com a alienação de livros e de documentos andaria pelos seis contos de réis. Não duvidava que Matos Moreira zelaria pelos seus interesses, e tinha razões de sobra para não questionar a sua nobreza de caráter. Sobre o sucesso da venda, as esperanças eram diminutas: «O êxito, qualquer que seja na escala do desastre, nunca será inferior ao que eu espero, nem já agora pretendo, tão tarde, uma exceção em tudo da minha vida» 1926.

Cumpriram-se as suspeições camilianas. No verso da capa do livro de «Conta de venda e líquido produto do leilão de livros» lê-se a seguinte nota manuscrita de Nuno Castelo Branco: «Foi muito roubado, porque esta livraria esteve vendida por 6 contos de réis para o Rio de Janeiro, e dizia meu falecido pai que mesmo por este preço ia barata» 1927.

Após o leilão, realizado entre 10 e 27 de dezembro de 1883, no n.º 61 da Praça D. Pedro, em Lisboa, por intervenção do agente Casimiro C. da Cunha, o produto líquido foi de 2478\$625 réis, montante muito aquém do esperado e desejado. Findas as contas, nas quais se englobaram as despesas com o leilão e a liquidação de dívidas, o romancista estava desolado: «A venda dos livros foi miserável» e «paga a dívida a Matos Moreira a 9 % vim a receber líquidos 1570\$000 réis» Desgraçadíssimo êxito!» 1930.

<sup>&</sup>lt;sup>1924</sup> C. a Matos Moreira, de 02-10-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 728-729.

 $<sup>^{1925}</sup>$  C. a Matos Moreira, de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 729.

<sup>&</sup>lt;sup>1926</sup> C. a Matos Moreira, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 730.

<sup>&</sup>lt;sup>1927</sup> Manuscrito existente no acervo documental da Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1928</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 03-01-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 201.

<sup>1929</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 10-02-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 203.

<sup>&</sup>lt;sup>1930</sup> C. a Matos Moreira, de 30-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 730-731.

Porque vendeu Camilo a sua livraria de São Miguel de Seide? Porque se desfez de bens tão preciosos e que lhe eram tão caros: «são a minha família» («uns que me conhecem desde os 22 anos, e não envelheceram» (1932), «a minha fortuna, depois de 30 anos de trabalho» (1933)?

As causas foram várias, algumas das quais adiantadas pelo romancista. Pretendia pagar dívidas<sup>1934</sup> «e não lesar o pecúlio do Jorge»<sup>1935</sup>. O escritor e sua mulher preocupavam-se em fazer poupanças destinadas a assegurar uma subsistência condigna ao «filho amado»:

O meu filho Jorge, o louco, é filho adulterino. Nada pode herdar. Santas leis! A mãe só pode deixar-lhe a 3.ª, não como a filho, mas a estranho; mas temos 10 contos nominais em coupons na mão de minha filha Amélia. Tratei com a mãe que tu, meu caro amigo, farias ao Jorge doação desta quantia. Só assim se pode garantir o futuro deste desgraçado, se viver. Os coupons hão de passar a inscrições de assentamento, com reversão para a mãe ou irmão, se ele morrer primeiro. Eu sinto-me no termo da vida. Se eu morrer, D. Ana escreve-te, e tu decerto te prestas a esta santa fraude para amparar o meu filho. Ele ficará assim com 8 contos que chegarão para lhe pagar um quarto em um hospital de alienados 1936.

Outro dos motivos prendia-se com o receio dos efeitos do perdularismo do filho Nuno<sup>1937</sup>, resoluto em derreter avultadas quantias, e a inconsciência do Jorge sobre o destino a dar àquela herança. O pai sabia da inaptidão de ambos para considerar o valor cultural e material da sua biblioteca: «Os meus filhos são ignorantíssimos. Logo que eu feche os olhos, vendem isto às mercearias»<sup>1938</sup>. Este temor já o expressara a Carlos Ramiro Coutinho: «Faz-me tristeza a previsão de que os meus filhos hão de vender a peso estas crónicas<sup>1939</sup>, tão cheias de *laudanum* e de frases gordas e chorudas como as calugas dos Britos e Brandões»<sup>1940</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1931</sup> C. a José Barbosa e Silva, de 26-03-1857. In CASTELO BRANCO, 1994: 1036-1037.

<sup>&</sup>lt;sup>1932</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 11-07-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 258-259.

<sup>&</sup>lt;sup>1933</sup> C. a Silva Pinto, de 19-05-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 759. In CASTELO BRANCO, 1994: 1036-1037.

<sup>1934</sup> Além de Matos Moreira, talvez houvesse mais credores. Um deles era Ernesto Chardron, a quem devia 400\$000 réis. Aproveitaria os proventos da venda para lhe devolver a quantia, mas os juros devidos com a mesma seriam pagos com trabalho literário: «estou esperando que Matos Moreira e Cardosos me enviem a importância para eu satisfazer ao meu amigo 400\$000 réis. Em tempo me disse que me queria encarregar de escrever um prefácio a alguns inéditos do P.e António Vieira, como indemnização do juro daquele capital. Estou pronto a cumprir a sua vontade e a minha» (C. a Ernesto Chardron, de 1-1-1884. In CABRAL, 1939: 106).

<sup>&</sup>lt;sup>1935</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 10-08-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1174-1175.

<sup>&</sup>lt;sup>1936</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 24-03-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1167.

<sup>&</sup>lt;sup>1937</sup> «Receei que por minha morte, o Nuno vendesse a livraria a peso» (C. a Tomás Ribeiro, de 10-08-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1174-1175).

<sup>1938</sup> C. a Francisco Martins Sarmento, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 1994: 740.

<sup>&</sup>lt;sup>1939</sup> Meses depois, voltou a referir-se à mesma previsão: «no ano passado, quando receei definitivamente já não ser hoje vivo, mandei vender a minha livraria para que ma não vendessem a peso» (C. a Tomás Mendes Norton, de 12-11-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 920-921).

<sup>&</sup>lt;sup>1940</sup> C. de 11-07-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 258-259. Ao 1.º Conde de Azevedo, o romancista manifestou também o receio da «ignorância alheia» sobre estes tesouros, justificando esse temor com a hipótese de a sua rica biblioteca vir a cair em mãos de mentes incultas: «Para esses que desprezam o latim não está V. Ex.ª amontoando e transmitindo aos vindouros as preciosidades que lhe têm sido um doce entretenimento da vida. Deus nos livre que a sua livraria caísse em mãos dos mofadores do latim. Então veríamos, como em Alexandria, os seus in-fólios

Embora Camilo não as tenha referido, entendemos que poderão estar subjacentes à venda da biblioteca outras duas causas. A primeira era uma operação de *marketing*. Estando a decorrer, então, diligências suas e de amigos próximos, tendo em vista a atribuição do viscondado a Camilo, era-lhe, de algum modo, favorável que, junto da opinião pública e do monarca, se formasse e se enraizasse a ideia de que o romancista se desfazia da sua biblioteca por se encontrar em grandes dificuldades económicas. A segunda assentava numa incontornável necessidade. Na mesma altura em que se preparava para leiloar a sua biblioteca, tomou outra decisão: «Anunciei nos jornais a venda da casa de S. Miguel de Seide e de outras propriedades rústicas que lhe estão anexas» 1941.

A intenção não era nova, mas a resolução era difícil: «Creio que lhe falei na venda da casa de Seide; mas a proprietária começou de antemão a sentir a nostalgia destas árvores onde lhe refloriram as poucas primaveras felizes da sua vida. Não se vende a casa» 1942. A moradia não foi vendida, mas foi-se degradando a ponto de Camilo, por comodidade, se ter mudado, nos últimos anos da vida, para o chalé do Nuno. Vinha à casa amarela quase só para receber um ou outro amigo que o visitava, como aconteceu com o médico oftalmologista, doutor Edmundo Magalhães Machado.

Perante este cenário de deterioração da moradia onde se instalou no inverno de 1863, é natural que tenha imaginado a destruição a que estava destinada a sua biblioteca, se a não tivesse levado à praça, e que expressasse a Tomás Ribeiro, em agosto de 1884, estas palavras tocantes: «Às vezes, tenho saudades dela; mas invoco a reflexão, e aplaudo-me por tê-la vendido» 1943.

Após a nobilitação, e com insistentes diligências junto do amigo Tomás Ribeiro, o escritor ainda procurou vender, ao governo, livros que mantinha em sua posse: «Escrevi-te para Lisboa sobre um negócio de livros. A boas horas!» 1944. O político respondeu ao escritor a dar-lhe parte de que o Ministério do Reino iria ficar com os livros de Camilo, sem os designar, e comprometia-se a contactá-lo quando houvesse «de certo a esse respeito» 1945. A correspondência entre os dois amigos nada esclarece quanto à realização do negócio. Se aconteceu, desconhecem-se quais as obras compradas e as quantias pagas ao escritor. Temos, porém, conhecimento de uma carta remetida a Camilo por G. Celestino, na qual se refere que o Ministério do Reino lhe iria adquirir os livros. O remetente informava: havia «autorização deferida para a compra». Pedia, porém, ao romancista: «indique ao certo a importância que o Ministério tem a satisfazer» 1946.

aquecerem os banhos da Rua de Santo António, que nos defenda desses Omars de botequim» (C. de 04-04-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 1251-1253).

<sup>1941</sup> C. a António Maria de Faria França, Visconde de Luzares, de 01-09-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 1124-1125.

<sup>&</sup>lt;sup>1942</sup> C. a Silva Pinto, de 18-08-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 748-749.

 $<sup>^{1943}</sup>$  C. de 10-08-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1174-1175.

<sup>&</sup>lt;sup>1944</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 27-04-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1196-1197.

<sup>&</sup>lt;sup>1945</sup> C. a Camilo, de 28-04-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 812, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1946</sup> C. a Camilo, de 26-05-1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 316, Casa de Camilo.

Quer no seu antigo tugúrio quer nas águas-furtadas da casa de Nuno, Camilo conservou consigo um lote considerável de monografias. Impossibilitado de ler e condicionado a ouvir outros a lerem-lhe, manter-se-ia rodeado de livros até ao fim dos seus dias. Três meses antes de se suicidar, ditou a Ana Plácido uma carta destinada a Freitas Fortuna, em que se referiu, pela última vez, ao que restou de um número jamais inventariável de quantos livros foram propriedade sua: «Se aqui vier como prometeu, e nós muito desejamos, tenciono entregar-lhe todos os meus livros para aí se venderem em leilão, a fim de ver se com o produto posso saldar as nossas contas» 1947.

Os «meus livros» a que se refere são, talvez, as 708 obras, em 856 volumes, que revestem hoje as paredes do escritório da Casa de Camilo, em Seide.

Foi, provavelmente, acerca destes livros que Camilo escreveu o emocionante parágrafo, que a seguir transcrevemos, de uma carta a sua filha Bernardina Amélia. A cegueira ia-lhe cerrando a luz que iluminara um sem-número de aprazíveis dias de leitura a que se devotou, e coartava-lhe, com a escuridão, a profunda compensação emocional e fruição intelectual, advinda da relação umbilical com livros, com volumes antigos e com manuscritos:

Deitei-me, mas não pude conciliar o sono. Ergui-me, vim para a minha triste e abandonada livraria, cumprimentei estes velhos amigos, que parecem perguntar-me o que fiz eu das carícias com que lhes sacudia o pó. Eu disse-lhes que dormissem o sono dos justos, e me deixassem viver um pouco mais na realidade da vida e dos afetos reanimadores das pessoas que ma fazem apreciável. Pobres livros! Como eu os encaro nas suas capas de pergaminho, e retrocedo a uns passados anos em que toda a minha existência se concentrava e enferrujava nas indagações das gerações extintas! Imagino-me a conversar contigo ainda, deitado na minha cama, naquela cama infinita onde toda essa nossa família me fazia sala! Tenho saudades<sup>1948</sup>.

Os livros mencionados, acondicionados e expostos num dos mais míticos gabinetes de trabalho de escritores de expressão em língua portuguesa, e que são parte não quantificada dos milhares de volumes que lhe pertenceram, constituem valiosa prova, notável testemunho e diminuta, mas representativa, amostra das muitas leituras a que se dedicou.

No decurso dessas leituras, o romancista apostilava sobre aquilo que, no seu entendimento e juízo crítico, era merecedor da intervenção do afiadíssimo *lápis azul* camiliano. Pulverizou comentários e notas em milhares de páginas da epistolografia e de livros, nos quais a atenção, a memória de muitas outras leituras e a cultura geral, formada e consolidada após intensas e interessadas horas de estudo, lhe foram fundamento e estímulo permanente para manifestar a agudeza do seu espírito <sup>1949</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1947</sup> C. de 03-03-1890. In COSTA, ed., 1930b: 157-158.

<sup>&</sup>lt;sup>1948</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 16.

<sup>1949</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 16.

Na abundância de referências ao ato de ler e às leituras, vislumbramos, na epistolografia, alguns cenários 1950.

Oferecia-lhe comodidade estar recostado na cama. Para repousar, em termos físicos e mentais, das imensas horas passadas à secretária a escrever, em posição quase de pé, recolhia-se ao leito do seu quarto, contíguo ao gabinete de trabalho da casa de Seide. Levava consigo vários livros, pousava-os na mesinha de cabeceira, ou colocava-os na prateleira da parede paralela ao leito, e lia de todos «um pedaço alternadamente» 1951. Mesmo doente, não deixava de satisfazer ali tal contentamento 1952, a menos que os paliativos «com cataplasmas de linhaça» constituíssem impedimento 1953.

O sofrimento nos olhos dificultava-lhe ou impedia-lhe a leitura. Houve muitas situações. As queixas quanto a problemas de visão vinham do tempo em que esteve detido com Ana Plácido, por amores contrários à lei e à moral: «Eu estou sofrendo nos olhos uma ameaça de gota serena que me não deixa escrever, nem ler. Veja que suprema angústia será nesta cadeia, onde o ler me era o único lenitivo, e o escrever recurso para ir alimentando uma vida que já me pesa!» 1954. Desde então, até à «forte oftalmia» que lhe «alastrou as córneas de tarjas sanguíneas» 1955, poucos dias antes do suicídio, agravaram-se, de modo gradual, os lamentos de que lia com dificuldade<sup>1956</sup>, ou que o fazia «devagar, com muita atenção, e pouca vista»<sup>1957</sup>. Sem saber para que utilidade, ousava sacrificar a visão, que ainda lhe restava, em torno da leitura de «coisas velhas» 1958: «com longos intervalos de repouso da vista», ainda conseguiu ler um texto produzido pelo seu destinatário<sup>1959</sup>, e, em dado momento, por constipação ou excesso de leituras à noite, sentia-se doente dos olhos 1960. A doença provocava-lhe queixas de que não podia ler, não entendia o que lia: «e às vezes não vejo» 1961. E levava-o mesmo a devolver livros ao seu destinatário. Tinha-os há muito tempo em seu poder, mas lamentava não ter podido aproveitá-los melhor. Pedia-lhe a melhor compreensão pela restituição tardia: «um impertinente padecimento de olhos me priva, há 4 meses, de ler com assiduidade» 1962.

<sup>&</sup>lt;sup>1950</sup> O número de menções a livros e leituras tem grande expressividade na correspondência camiliana. Dos 3563 registos de epistolografia inventariada, 356 (10%) mencionam livros e 238 (6,7%) referem leituras realizadas ou a realizar por Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>1951</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 284.

<sup>&</sup>lt;sup>1952</sup> Doente na cama, por causa do reumatismo, em época natalícia, afirmava que os *Apólogos Dialogais*, de D. Francisco Manuel de Melo, lhe proporcionavam o desejado entretenimento (C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1301-1302).

<sup>&</sup>lt;sup>1953</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 24-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 366.

<sup>&</sup>lt;sup>1954</sup> C. a Duarte Gustavo Nogueira Soares, de 18-03-1861. In CASTELO BRANCO, 2002: 656.

<sup>&</sup>lt;sup>1955</sup> C. a Edmundo Magalhães Machado, de 21-05-1890. In CASTELO BRANCO, 1994: 910-911.

<sup>&</sup>lt;sup>1956</sup> C. a Cândido de Figueiredo, de 09-02-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 852; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 152-153.

<sup>&</sup>lt;sup>1957</sup> C. a Alberto Pimentel, de 20-03-1887. In CASTELO BRANCO, 1994: 810-812.

<sup>&</sup>lt;sup>1958</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 06-03-1887. In CASTELO BRANCO, 2002: 296.

<sup>&</sup>lt;sup>1959</sup> C. a António Cândido, de 10-11-1887. In CABRAL, 1924: 104-105.

<sup>&</sup>lt;sup>1960</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 130-131.

<sup>&</sup>lt;sup>1961</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 114.

<sup>&</sup>lt;sup>1962</sup> C. a José Gomes Monteiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 549.

Lia obras de escritores portugueses e de outros países.

Os comentários que lhe suscitavam as produções dos autores lusos eram partilhados com destinatários epistolares. Os «excelentes» capítulos que lera de *O crime do padre Amaro*<sup>1963</sup>, contrastavam com «a edição Camões, do Rio», na qual vira «muito disparate preambular do Ramalho»<sup>1964</sup>. Se lera, já pela quarta vez, o Camões, e tudo aquilo lhe fazia lembrar «o bom ouro dos dobrões de D. João V»<sup>1965</sup>, certo escrito de autor pouco conhecido, intitulado *Literatura de amanhã*, não valia «dois caracóis»<sup>1966</sup>. Louvou o talento da filha de José Vaz de Carvalho, pelo que leu transcrito na «Gazeta», e formulou os seguintes votos: «Permita Deus que os poetas a deixem florir sozinha, em prática e amores com os silêncios santos que a conversam na sua aldeia. É lá que aquele oiro há de encendrar-se e vir às cidades em belos adornos duma musa cheia de graças originais»<sup>1967</sup>. Porém, a leitura de *Alma Nova*, uma coletânea de poemas de Guilherme de Azevedo, foi um «Valha-me Deus»: «Li tudo a rir-me. E — coisa singular! — nos lanços em que o poeta apojava maiores gravidezas de conceito, aí é que eu me desnalgava a rir, e sentia ameaças de diabetes»<sup>1968</sup>.

Sucedeu dirigir-se, com frequência, aos próprios autores para lhes encomiar o engenho e exaltar as produções literárias. Não lhe sendo mais benévola a enfermidade no «jardim de Coimbra», conseguiu ler uma obra de Guiomar Torresão, que era «revelação de talento e de erudição, de fantasia e elegância» 1969. O opúsculo *Os lusitanos*, de Martins Sarmento, revelava tão sóbria erudição que não parecia ser obra feita por um português 1970. Da autoria de Silva Pinto, gostou muito das *Meditações* 1971, e de *Combates e críticas* entendia que o capítulo *Do Realismo na Arte* era um bom trabalho e o melhor trecho da obra: «porque se vê que escreve estranho a violências e ressentimentos» 1972. Agradeceu a Cândido de Figueiredo o «brinde» do livro, e confessava que já conhecia os seus versos, que lhe pareciam «a aliança de uma formosa inteligência com um coração em flor e perfumes dos 22 anos» 1973. Louvou o mesmo destinatário pelo opúsculo *Morte de Yaginadatta* 1974:

É poesia que faz poetas, porque punge, eleva, desata a alma das dores triviais, e concilia cada coração com as suas próprias. Os versos são singelamente maviosos. A agonia imensa estala em expressões de simplicidade trágica. É Vossa Excelência duas vezes poeta nestas páginas:

```
<sup>1963</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 205, 209.
```

<sup>&</sup>lt;sup>1964</sup> C. a Silva Pinto, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 692.

<sup>1965</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 24-11-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 389-390.

<sup>&</sup>lt;sup>1966</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 07-02-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 329.

 $<sup>^{1967}</sup>$  C. a António Feliciano de Castilho, de 25-05-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 334-335.

<sup>1968</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 16-05-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 448-449.

<sup>1969</sup> C. a Guiomar Torresão, de 23-03-1875. Trechos literários de Alexandre Herculano [...], 1910: 62-63.

<sup>&</sup>lt;sup>1970</sup> SARMENTO, 1880.

<sup>&</sup>lt;sup>1971</sup> C. a Silva Pinto, de 20-04-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 667.

<sup>&</sup>lt;sup>1972</sup> C. a Silva Pinto, de 04-06-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 687.

<sup>&</sup>lt;sup>1973</sup> C. de 10-02-1868. In CASTELO BRANCO, 1994: 846-847.

<sup>&</sup>lt;sup>1974</sup> FIGUEIREDO, 1873.

identificou-se na antiga inspiração e feriu as cordas mais gementes da harpa moderna. Não levante mão deste grande intento. Dê-nos estes painéis do passado, a ver se por este modo consegue criar leitores de versos 1975.

Apreciou os «formosos capítulos» da *Rainha sem Reino*, e o «bom livro» animava-o a pedir a Alberto Pimentel que fizesse «conhecida e estimada» a história de Portugal, «principalmente a anedótica, a amorosa, a pacífica, sem os aparatos de guerras de sarracenos e índios»<sup>1976</sup>. Mal imaginava que, chegando a casa com os nervos derrancados, viesse a encontrar lenitivo nos versos de Soares de Passos: «Li-os, meu António, como te leio sempre, menos com a cabeça que com o coração»<sup>1977</sup>.

Após ler a *Beatriz*, disse a João de Deus que o invejava: «Este pecado me há de infernar a mim; este, que de outros não hei de eu dar contas a Deus nem pábulo ao diabo»<sup>1978</sup>. Ao sacerdote e erudito Sena Freitas comunicou o aprazimento que lhe proporcionou uma obra sua, elogiando-lhe, ao mesmo tempo, os recursos literários: «Absorvi de um hausto esta sua joia literária. [...] V. Ex.ª sabe a valer a sua língua, conhece-lhe as elegâncias todas, as nobres e as plebeias, a frase alta e o trejeito picaresco do folhetim profaníssimo. [...] Magnífico! Bom!»<sup>1979</sup>.

Os autores estrangeiros foram presença frequente nas opções de leitura. Além dos clássicos latinos, as preferências incidiram sobre os grandes clássicos europeus<sup>1980</sup>: franceses, alemães e ingleses. Consultando a relação dos lotes do catálogo da sua biblioteca, vendida em 1883, constata-se que as obras dos escritores franceses e ingleses<sup>1981</sup> têm uma enorme expressividade, o que já não se verifica com escritores alemães, brasileiros, espanhóis ou

<sup>&</sup>lt;sup>1975</sup> C. de 01-12-1873. In CASTELO BRANCO, 1994: 849-850.

<sup>&</sup>lt;sup>1976</sup> C. a Alberto Pimentel, de 20-03-1887. In CASTELO BRANCO, 1994: 810-812.

<sup>&</sup>lt;sup>1977</sup> C. a Soares de Passos, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 898.

<sup>&</sup>lt;sup>1978</sup> C. a João de Deus, de 16-03-1860. In CASTELO BRANCO, 1994: 938-939.

<sup>&</sup>lt;sup>1979</sup> C. a Sena Freitas, de 28-10-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 768-769.

<sup>&</sup>lt;sup>1980</sup> Embora se afigure paradoxal, não encontrámos referências a alguns dos escritores franceses prediletos de Camilo, e dos quais havia bustos ou gravuras expostas nas paredes da casa de Seide: Jean Racine, Pierre Corneille e Théophile Gautier. Apenas existem menções pontuais acerca da «ilustre e velha George Sand» (C. a Rafael Bordalo Pinheiro, de 27-03-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 1107) e de Alphonse Karr (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 25-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 39-40; C. a Urbano de Castro, de 23-04-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 1120-1121). <sup>1981</sup> Sem critérios de exaustividade, indicamos Œuvres complètes de Balzac, 42 tom. (lote 709), Œuvres de Boileau, 5 vols. (lote 1566), Œuvres complètes de Boileau, 3 tom. (lote 1329), Œuvres poétiques de Boileau Despréaux (lote 1505), obras de Émile Zola, 12 tom. (lotes 1531 a 1535), obras de George Sand (lotes 1473 e 1506), Œuvres complètes d'Hégésippe Moreau, e de Gilbert (lote 692), Œuvres de Molière (lote 875), Œuvres complètes Racine, 3 tom. (lote 1328), Œuvres de Jean Racine, 4 tom. (lote 1512), Œuvres complètes de M. de Lamartine, 4 tom. (lote 770), Œuvres de M. Necker, 15 tom. (lote 1763). Em termos de obras traduzidas para a língua portuguesa: Lamartine (lote 980), Júlio Verne, 5 tom. (lote 1473) e Molière, 5 tom. (lotes 658, 661, 667). A biblioteca era também composta de obras produzidas por autores ingleses: Collection of british authors, 446 vols. (lote 1834), Dickens, 3 tom. (lote 1768), The Works of Lord Byron, 11 tom. (lote 856), Œuvres complètes de Lord Byron, 4 tom. (lote 857), Œuvres complètes de Lord Byron, 5 tom. (lote 1403), obras de Shakespeare, 13 tom. (lotes 886, 887, 888 e 889), Œuvres complètes de Shakespeare, 3 tom. (lote 891), The Works of the english Poets, 68 tom. (lote 899), The poetical works by Sir Walter Scott (lote 671) e Poems on several occasions, de Matthew Prior Lote (lote 700). Compreendia, ainda, traduções portuguesas de obras de Byron (lote 859), Shakespeare (lotes 662, 893, 894, 895, 896 e 898) e de Walter Scott (lotes 1536, 1537 e 1538).

norte-americanos<sup>1982</sup>. Parece haver preferência e conhecimento dos autores em língua francesa, visto que o maior número de referências a escritores se reporta aos deste país: Alfred de Musset, Victor Hugo, Honoré de Balzac, Émile Zola, Charles Baudelaire, Alexandre Dumas, François-René de Chateaubriand, entre outros. A admiração pela literatura francesa estava na proporção direta do lamento ante o desinteresse, ou talvez desconhecimento, com que o público presenteava os autores de França. Assim o referiu a Carlos Ramiro Coutinho, ao proferir o seguinte elogio, no término da leitura de *Psicologia Social*, livro póstumo de Philarète Chasles: «Que gigantes tem dado a França, e que esquecimento pesa sobre as ossadas dos mais grados!» <sup>1983</sup>. Em reforço do elogio generalizado, enalteceu as qualidades literárias de um ou outro escritor francês em particular. Revelou a Silva Pinto que ele era um dos «anémicos» que tinha preferência por Musset<sup>1984</sup>. E, ao reconhecer e valorizar os talentos de «ambos os Queiroses», Eça de Queirós e Teixeira de Queirós, colocava o autor de *La Faute de l*-*Abbé Mouret*, num patamar bem acima dos realistas portugueses: «Nenhum deles, porém, é Zola» <sup>1985</sup>.

Camilo e Ana Plácido não estariam familiarizados com a língua alemã. O conhecimento advinha-lhes das traduções em francês, que, em regra, eram de boa qualidade, quer em conteúdo quer em limpeza tipográfica. Aconteceu, assim, segundo julgamos, com a poesia e o teatro de Schiller, e com *Fausto*, a obra-prima de Goethe. A popular história alemã do médico pactuado com Mefistófeles e as turbulentas vivências do escritor Goethe foram de grande impressão e influência para Camilo: «Este eterno *Fausto*, meu caro Barbosa! Que tremendas solidões as da alma que ergueu em bronze eterno a estátua, onde se devem rever todos os desgraçados! Eu tenho inscrito o Goethe no catálogo dos meus santos» 1986.

Em Inglaterra e em Espanha, as atenções e o apreço literário camilianos recaíram sobre dois autores: William Shakespeare, o mais conhecido escritor e influente dramaturgo na expressão em língua inglesa, e Miguel de Cervantes, autor de *D. Quixote de la Mancha*, considerado o primeiro romance moderno. Camilo referiu a sua enorme reverência e admiração pelas produções literárias destes vultos maiores da literatura mundial. Estava, então, detido, nos cárceres da Relação do Porto. Mais impressivos lhe devem ter sido os textos de Shakespeare e de Cervantes, quando lidos debaixo das abóbadas húmidas e das paredes gélidas do presídio, desde a primeira noite que lá passou<sup>1987</sup>: «Não sei se já te recomendei a leitura de Shakespeare. Não conheço coisa mais profunda e digna de estudo. Cada vez que o folheio pasmo daquele aborto do século XVII. Ele e Cervantes fazem o século»<sup>1988</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1982</sup> Também sem grande pormenorização, referimos *Poésies de Schiller* (lote 840) e *Théâtre de Schiller*, 3 tom. (lote 1655), além da tradução portuguesa de *Fausto*, de Goethe (lote 668), obras de Machado de Assis (lotes 748, 992, 1420 e 1469), *Obras de Miguel de Cervantes*, 4 tom. (lote 1738) e *Histoires extraordinaires par Edgar Poe*, 2 tom. (lote 1346). <sup>1983</sup> C. de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 285-286.

<sup>&</sup>lt;sup>1984</sup> C. de 17-01-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 683-684.

<sup>&</sup>lt;sup>1985</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 282-283.

<sup>&</sup>lt;sup>1986</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [05-01-1857]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1024-1025.

<sup>&</sup>lt;sup>1987</sup> CASTELO BRANCO, 2001b: 97.

<sup>&</sup>lt;sup>1988</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de 20-02-1861. In CASTELO BRANCO, 2002: 680.

Certas leituras inspiraram-no a escrever. Informou Alberto Braga de que o «livro da Rattazzi», que terminara de ler, dias antes de enviar a missiva, o incitou a escrever «um pouco humoristicamente da coisa» 1989. E fê-lo com a (re)conhecida agressividade e distração literária.

Colocando-se em sentido oposto à controvérsia de *Portugal a vol d'oiseau*, o romancista transmitiu a Sena Freitas que concluíra a leitura de *No presbitério e no tempo*, que este lhe ofereceu. Porque a eloquência daquela produção tinha feito subir, ainda mais, o destinatário na consideração que Camilo já nutria «pelo seu talento e pelas suas virtudes»<sup>1990</sup>, avisou-o de que daria notícia da obra em *Noites de insónia*<sup>1991</sup>. De igual modo se dirigiu a Oliveira Martins para dizer que tencionava dar testemunho e conhecimento público do seu trabalho *História de Portugal*, cujos «belos capítulos» lhe proporcionaram «20 horas boas», facto do qual se sentia devedor: «assim que tiver dois dias de sol na alma, escreverei». E acrescentou:

No entanto, relendo com a muita atenção as Notas sobre historiografia em Portugal, desejava que V. Ex.ª, se possível fosse ainda, substituísse algumas destas páginas, porque receio que o arguam de citar exemplares que não examinou. Desculpe-me esta rudeza. Eu, nas cartas, sou assim com os escritores a quem respeito<sup>1992</sup>.

Em cartas posteriores, o romancista fez, sobretudo, «reparos» de cariz bibliográfico, e deu informações sobre certos factos<sup>1993</sup> que, na sua generalidade, Oliveira Martins veio a considerar na elaboração de edições posteriores da obra<sup>1994</sup>.

Confessava que o seu género especial de leituras era preenchido por «velharias». Mas também lhe atraía o romance, «trajado à moderna», saído da imaginação e da pena de um escritor novo. E lia-o: «pelo menos, as primeiras páginas. Se ele me sai verosímil e português, leio-o todo, e leio sempre que o mesmo nome me convida». Foram essas impressões que lhe causaram os folhetins do destinatário<sup>1995</sup>.

Houve obras a proporcionarem-lhe boas sensações. A leitura de *A chave do enigma*<sup>1996</sup>, de Feliciano de Castilho, era-lhe sempre consolação e reconforto: «Sentir e dizer é assim. O mais que por aí se escreve é farelório»<sup>1997</sup>. Para se revigorar, debruçava-se sobre as páginas do *Livro de Lázaro*, que Henri Heyne ditou, atormentado pela cegueira e pela paralisia<sup>1998</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1989</sup> C. a Alberto Braga, de [fins de 1879 ou inícios de 1880]. In CASTELO BRANCO, 1994: 800-801.

<sup>&</sup>lt;sup>1990</sup> C. de 20-08-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 766.

<sup>&</sup>lt;sup>1991</sup> E cumpriu o prometido. Valorizou a obra do sacerdote intelectual seu amigo, e louvou-lhe as qualidades de coração e de inteligência: «[Sena Freitas] nobilita o clero português e honra as letras pátrias» (CASTELO BRANCO, 1874a: 69).

<sup>&</sup>lt;sup>1992</sup> C. a Oliveira Martins, de 27-10-1879. In MARTINS, *coord.*, 1970: 11-13. Consulte-se CASTELO BRANCO, 1880b: 1-5.

 $<sup>^{1993}</sup>$  C. a Oliveira Martins, de 27-10-1879. In MARTINS, coord., 1970: 11-13; de 31-10-1879. In MARTINS, coord., 1970: 17-18; e de 22-12-1879. In MARTINS, coord., 1970: 22-24.

<sup>&</sup>lt;sup>1994</sup> Sobre os contributos prestados por Camilo, leia-se ALBUQUERQUE, 1988: 89-96.

<sup>&</sup>lt;sup>1995</sup> C. a José Bento de Araújo Assis, de 07-10-1868. In ASSIS, 1869: 7.

<sup>&</sup>lt;sup>1996</sup> CASTILHO, 1861.

<sup>&</sup>lt;sup>1997</sup> C. de 05-10-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 394.

<sup>&</sup>lt;sup>1998</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 29-06-1869. In CASTELO BRANCO, 2002: 494.

Em situação inversa, achava-se num «amolecimento cerebral» originado, segundo julgava, por «uma ingestão de Fernão Mendes» E, caso não tivesse necessidade de se instruir com as leituras, preferia ler obras de Teófilo: «Eu derreto-me em gratidão a quem me faz rir» 2000. As ironias camilianas desfechadas aos efeitos da leitura de escritos de Teófilo são recorrentes, e manifestam parca tolerância ou piedade:

Vou-me ler qualquer dia o Teófilo: faço dele escova elétrica e esfrego-me com a ondina do charco, se não for melhor esperar pelas Vibrações noturnas que vão aparecer. O homem tem manha para títulos! Vibrações noturnas!... Tem dente de coelho, se não é antes orelha de asno, a graça do livro<sup>2001</sup>.

Não era apenas Teófilo a receber críticas demolidoras do romancista. Quando da polémica sobre a tradução de *Fausto*, feita por Feliciano de Castilho, Camilo disse a este que ainda não vira nada escrito por Adolfo Coelho:

Nada tenho lido, nem teria cabeça de perceber as coisas que estes sujeitos esgaratujam. Precisa-se saúde de galego para os entender e cornígera paciência para os aturar. Já ouvi dizer que a maior parte do empadão é em língua alemã; se é, talvez que eu o entenda. Em português é que não pode ser; porque o tal Adolfo da conjugação é a bestiaga mais ingramatical da cocheira tudesca<sup>2002</sup>.

Não escasseiam escritores visados pela vivacidade da graça camiliana. Esteja a falar verdade sobre o que pensa acerca dos mesmos, esteja a aproveitar o momento da missiva para divertir a leitura do seu destinatário, Camilo não se contém em desfechar críticas literárias. Era quase sempre a ironia a engalanar as observações:

Começo a pedir à Providência que me faça bem brutos os meus filhos. No intento de os fazer odiar as letras, logo que eles saiam da escola, tenciono dar-lhes para se instruírem, os livros do João Félix Pereira, as Odes modernas, e o enxacoco da Paquita. Para enraivá-los contra a história, dou-lhes os 4 vols. de A. Herculano.

Este sistema de burrificar rapazes não é ainda perfeito. Falta uma espécie literária que lhes faça parecer a língua portuguesa uma coisa deslavada, com bertoeja e sarna, cheirando a hospital de gafos, fedorentíssima como o diabo. Há de ser o Biester, o inocente facínora, corrupção de besta, — que me perdoe o meu cavalo<sup>2003</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>1999</sup> C. a António de Azevedo Castelo Branco, de 26-03-1867. In *Epistolário: Uma carta inédita de Camilo Castelo Branco publicada no «Arquivo Literário»*, 1927: 3.

<sup>&</sup>lt;sup>2000</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [1867]. In CASTELO BRANCO, 2002: 323.

<sup>&</sup>lt;sup>2001</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [14-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 351-352.

<sup>&</sup>lt;sup>2002</sup> C. de 18-08-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 410-411.

<sup>&</sup>lt;sup>2003</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 17-02-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 364-365.

## 3.2.4. Viagens, meios de transporte e hotelaria

## 3.2.4.1. Viagens e residências

As incessantes deslocações de Camilo circunscreveram-se, praticamente, a uma faixa de território, que se estende, ao longo do litoral, de Lisboa a Valença. São escassíssimas as incursões para o interior, excetuando-se as que realizou nas regiões de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro. Cremos que nunca foi à Beira Alta, Beira Baixa, Alentejo e Algarve. Esteve uma única vez fora do país, em Vigo: completava, por essa altura, 11 anos.

Vinha, então, de Lisboa $^{2004}$ , em direção a Vila Real. Após a viagem $^{2005}$ , a criança, órfã de mãe e de pai, foi acolhida em vários lares, na «Princesa do Corgo» $^{2006}$ , em Vilarinho da Samardã $^{2007}$  e em Ribeira de Pena $^{2008}$ , onde se casou, formando, assim, o seu próprio lar.

Veio para o Porto, para estudar na Escola Médica. Deixou o curso de Medicina e dedicou-se ao jornalismo e à vida literária. Viveu em bairros e hospedarias, em casas alugadas e em moradias de amigos, instalou-se em hotéis e estalagens, e recolheu, por duas vezes, às celas da Cadeia da Relação. Quando foi emitido mandado de soltura, em outubro de 1861, por absolvição no processo de adultério, assentou a sua tenda, no Porto e em Lisboa<sup>2009</sup>.

<sup>2004</sup> Camilo nasceu na Rua da Rosa, a 16 de março de 1825 (MENEZES, 1924-1925: I, 65). Em 1826, foi residir com o pai e a irmã para a Rua de Oliveira ao Carmo (CABRAL, 1918: 18). No verão de 1830, acompanhou o pai a Trás-os-Montes, por este ter ido ocupar o cargo de assistente de correio em Vila Real. Regressaram a Lisboa, e, entre 1831-1832, foram residir, na Rua do Carvalho. Aí permaneceram, até 1833. Dois anos depois, estava a morar na Rua dos Douradores, n.º 29, quando o pai faleceu (MENEZES, 1924-1925: I, 232). Por esta circunstância, foi constituído um conselho de família, que decidiu enviar os órfãos, Camilo e a irmã Carolina, para a capital transmontana, onde habitava a tia paterna, D. Rita Emília.

<sup>2005</sup> A deslocação dos órfãos foi feita em barco a vapor, de Lisboa para o norte. Como o mar se encontrasse revolto na barra do Porto, a embarcação teve de ir aportar à Galiza. Em 1863, Camilo recordou pormenores picarescos da viagem realizada, designadamente, a imundície e a falta da privacidade na embarcação, a tripulação e a alimentação fornecida no percurso (CASTELO BRANCO, 1864d: 16-18).

<sup>2006</sup> Residiu com D. Rita Emília, que, em 1836, «morava nas casas de João Pinto da Cunha, Rua do Carmo, freguesia de S. Pedro» (COSTA, 1959: 22).

<sup>2007</sup> Em 1839, a irmã Carolina casou com um estudante de Medicina, Francisco José de Azevedo, foi viver para Vilarinho da Samardã, e levou-o consigo (MENEZES, 1924-1925: III, 167).

<sup>2008</sup> Por maio de 1841, instalou-se em Ribeira de Pena. Tinha aí uma prima, Maria do Loreto, com casa na aldeia de Friúme, nas margens do Tâmega. Manteve-se nessa mesma aldeia, depois do casamento com Joaquina Pereira de França. Tiveram uma filha, de nome Rosa. E, a «16 de outubro de 1843, matricula-se na Escola Médica do Porto, e a 30 na Academia Politécnica» (CABRAL, 1918: 43).

<sup>2009</sup> Apresentamos um breve roteiro das localidades e das casas onde foi residindo, desde a vinda para o Porto, para cursar Medicina. Em 1843, alojou-se no bairro da Sé, «em uma esquina que olha para a Viela dos Pelames» (CASTELO BRANCO, 1884a: 49). Viveu em Vila Real e, ao fugir com Patrícia Emília de Barros, recolheu à Cadeia da Relação em 12 de outubro de 1846, aí permaneceu até ao dia 23 do mesmo mês (CABRAL, 2003: 72). Foi redator de «O Nacional», em Vila Real (C. ao bispo António Alves Martins, de 17-02-1848. In CASTELO BRANCO, 2002: 1050). Em 1848, refugiou-se em Covas do Douro, em casa da irmã Carolina, por sentir a sua vida em perigo (CABRAL, 2003: 275). Hospedou-se, em 1849, no Hotel Francês, no Porto, dedicando-se ao jornalismo, à produção ficcional e a uma vida de boémia. Em janeiro de 1851, escrevia carta a António Aires de Gouveia com indicação de que residia na Rua de Santa Catarina, n.º 41, no Porto (C. a António Aires de Gouveia, de 08-01-1851. In CASTELO BRANCO, 2002: 1060). Morou na Rua Bela da Princesa, no Porto, em 1852 (LEMOS, 1974: 178). Em novembro de 1854, contava a J. Barbosa e Silva: «sabes o que é a minha Tebaida? É uma quinta em que vivo, dentro do Porto» (C. de 9-11-1854. In CASTELO BRANCO, 1994: 1095). A quinta era chamada do *Pinheiro* (*Cem Cartas de Camilo*, nota da p. 113). Em 1856, andava

Após a morte do marido de sua amante, em julho de 1863, instalou-se numa pequena quinta dos arredores de Famalicão, no inverno desse ano, onde permaneceu, com bastante regularidade, até ao suicídio. Ainda que a moradia na aldeia viesse a ser o ponto de cruzamento da latitude da sua obra com a longitude da sua vida e dos seus dramas, Camilo continuou, de modo quase obsessivo, a realizar imensas deslocações, a visitar ou a residir, por temporadas, mais ou menos longas, em outras localidades<sup>2010</sup>.

Dizia a Henrique Branco: «Eu passo a maior parte do ano rusticando entre uns pinhais do Minho<sup>2011</sup>; a outra parte flanando ociosamente nas praças de Lisboa»<sup>2012</sup>. Antes ou depois de se instalar na aldeia de Seide, o romancista vagamundeou por muitos outros sítios, e não apenas na capital. Disso foi informando os destinatários, sobre as vilas e as cidades para onde se retirava, sobre o local no qual se encontrava e por que terras andara a viajar. Apresentava aos destinatários as razões que motivavam as saídas, informava-os de como lhe estava a decorrer a permanência nesses lugares e, após o regresso à sua residência, confessava o que se tinha revelado profícuo ou desastroso.

«em mudança da Foz para a Rua do Sol n.º 8» (C. a J. Barbosa e Silva, de [20-10-1856]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1021). De 7 de abril a 28 de maio de 1857, viveu nos arrabaldes de São João de Arga, em Viana do Castelo. Em finais de 1857 e inícios de 1858, mudou-se para a Rua de D. Pedro: «é a antiga Rua do Bispo, ao pé da Praça Nova, paralela com a do Laranjal — Casa n.º 13» (C. a J. Barbosa e Silva, de 01-01-1858. In CASTELO BRANCO, 1994: 1053-1054). Por carta de 9 de março de 1859, informava a Herculano: «Vivo afastado do centro de Lisboa, numa casinha mui campestre, todo entregue ao trabalho», situada na Travessa dos Carros, n.º 26 (CASTELO BRANCO, 2002: 903). Neste mesmo ano de 1859, foi hóspede na casa de Eufrásia Carlota de Sá (CABRAL, 1918: 126-127). De 1 de outubro de 1860 a 16 de outubro de 1861, esteve detido na cela de São João da Cadeia da Relação do Porto. Quando o casal adúltero saiu da cadeia, foi viver para Lisboa, onde se demorou. Aí se encontrava em março de 1863 (C. a J. Gomes Monteiro, de 17-03-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 465).

<sup>2010</sup> Em 1864, estabeleceu domicílio no Porto, na Rua do Sol, e depois na Rua do Almada, n.º 378 (PIMENTEL, 1923: 227-228). Entre 1865 e 1867, residiu na Rua do Sol, n.º 75. É o que se conclui de duas cartas endereçadas a J. Gomes Monteiro, em 15 de fevereiro de 1865 (CASTELO BRANCO, 2002: 481) e em 23 de junho de 1867 (CASTELO BRANCO, 2002: 485). Em 1868, «estava residindo num prédio fronteiro (ao portão para veículos) do Palácio de Cristal» (PIMENTEL, 1923: 228). No mês de outubro de 1868, pede ao 1.º Barão de Paçô-Vieira que lhe responda para a Rua de Santo Ildefonso, n.º 66, no Porto (PAÇÔ-VIEIRA, ed., 1917: 15). Em 1872, «ocupou uma casa na Rua de S. Lázaro», e aí recebeu, a 2 de março, o imperador D. Pedro II (PIMENTEL, 1923: 228). Nesse ano de 1872, e no seguinte, Camilo e Ana Plácido moraram na Rua do Bonjardim, n.º 860, num prédio que pertencera a Pinheiro Alves, fronteiro à Rua do Duque do Porto (PIMENTEL, 1924: 21; PIMENTEL, 1923: 228; LEMOS, 1974: 350). De 15 de março de 1875 até meados do ano de 1876, fixou residência em Coimbra, para acompanhar os estudos do Jorge e do Nuno, seus filhos (C. a António Feliciano de Castilho, de 11-03-1875. In CASTELO BRANCO, 2002: 454-455). Por ocasião do seu 63.º aniversário, em março de 1888, morou no Porto «numa casa que alugara na Rua de Santa Catarina, n.º 458» (JORGE, [s.d.]: 3). Em novembro de 1888, chegou a Lisboa, para fazer tratamentos aos olhos. Hospedou-se em casa de Peito de Carvalho e em vários hotéis, alugando, depois, «aposentos mobilados na Rua Capelo, n.º 26, 3.º», local onde se encontrava em março de 1889. Mudou-se, entretanto, para Benfica (casa Barjona de Freitas), e de Benfica para a quinta [do Retroseiro, em Vale de Pereiro]. Recebeu a visita, no dia 21 de dezembro, do imperador D. Pedro II. A 6 de janeiro de 1890, «saiu inopinadamente para o Porto, recolhendo a S. Miguel de Seide» (PIMENTEL, 1923: 237-238).

<sup>2011</sup> Por diversas vezes, retratou o cenário do seu quotidiano na aldeia: «Por aqui estou a rusticar no nabal e na horta da couve-galega. D. Ana cria galinhas e canários. Os pequenos tocam zabumba, e o Manuel está ainda na cama queimado» (C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 701-702).

<sup>&</sup>lt;sup>2012</sup> C. a Henrique Guilherme Tomás Branco, de 05-12-1868. In CASTELO BRANCO, 1994: 782-783.

Entre as motivações apontadas para se ausentar, figuravam: conviver com amigos e dedicar--lhes tempo<sup>2013</sup>, falar com os editores<sup>2014</sup> e entregar-lhe autógrafos para edição<sup>2015</sup>, assistir a ensaios de peças de teatro de sua autoria<sup>2016</sup>, tratar de assuntos relacionados com a atividade do destinatário<sup>2017</sup>, visitar familiares<sup>2018</sup> e outras pessoas que estimava e se encontravam detidas<sup>2019</sup>, acompanhar a educação dos filhos e do enteado<sup>2020</sup>, tratar da publicação dos seus textos<sup>2021</sup>, escrever dedicatórias nos livros a oferecer, através das livrarias editoras<sup>2022</sup>, tratar de negócios da família<sup>2023</sup>, averiguar assuntos que lhe eram perguntados pelos destinatários<sup>2024</sup>, possibilitar a realização de obras em sua casa<sup>2025</sup>, revolver papelada nos estabelecimentos dos alfarrabistas, à procura de raridades, para si e para amigos<sup>2026</sup>, e vasculhar «pelos mais ricos mananciais de livros que ainda por aqui se acoitam» 2027 informações de que necessitava. A doença foi uma das razões de maior peso a obrigá-lo a ir para outras paragens. Saía, acima de tudo, por sua causa: «Tenho andado de terra em terra à procura da saúde. Já tenho desejado a morte como o trabalhador fatigado deseja a noite»<sup>2028</sup>. Mas fazia-o, de igual modo, para acompanhar membros da família que se encontravam debilitados, indo com eles a tratamentos e a consultas médicas<sup>2029</sup>. A partir de determinada altura, passaram a ser regulares as viagens forcadas pela desorientação mental do Jorge, pelo seu comportamento indisciplinado e agressivo, para o distrair e, com isso, lhe abrir o apetite<sup>2030</sup>: «Depois de amanhã vou para as Caldas de Vizela. [...] Levo comigo o Jorge que está muito alucinado aqui, e deu agora em beber até se

<sup>&</sup>lt;sup>2013</sup> C. a José Barbosa e Silva, de 03-05-1853. In CASTELO BRANCO, 1994: 1089; C. a António Feliciano de Castilho, de 07-07-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 441-442.

<sup>&</sup>lt;sup>2014</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 16-05-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 448-449.

<sup>&</sup>lt;sup>2015</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 02-02-1864. In CASTELO BRANCO, 2002: 474.

<sup>&</sup>lt;sup>2016</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 24-11-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 389-390.

<sup>&</sup>lt;sup>2017</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [05-07-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 406-407.

<sup>&</sup>lt;sup>2018</sup> Nas idas ao Porto, era usual o romancista encontrar-se com sua filha Bernardina Amélia, netos e genro, em vários locais da cidade e arredores. Muitas vezes, a filha recebeu o pai em sua casa, em Gondomar, prendando-o com as melhores atenções, às quais ele dava comovido apreço (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 110-111).

<sup>&</sup>lt;sup>2019</sup> C. a Silva Pinto, de 10-07-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 990. Camilo deslocou-se, várias vezes, a Lisboa, para visitar no Limoeiro os amigos José Cardoso Vieira de Castro e Carlos Ramiro Coutinho, que ali se encontravam detidos: um, por uxoricídio, e o outro, acusado de conspiração.

<sup>&</sup>lt;sup>2020</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 11-03-1875. In CASTELO BRANCO, 2002: 454-455; C. a António Feliciano de Castilho, de 28-09-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 374.

<sup>&</sup>lt;sup>2021</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [01-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 211.

<sup>&</sup>lt;sup>2022</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [21-03-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 244.

<sup>&</sup>lt;sup>2023</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 52.

<sup>&</sup>lt;sup>2024</sup> C. a Bulhão Pato, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 843-844.

<sup>&</sup>lt;sup>2025</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 46.

 $<sup>^{2026}</sup>$  C. a Francisco de Azevedo Velho da Fonseca, de 09-02-1876. In CASTELO BRANCO, 1994: 1314-1315.

<sup>&</sup>lt;sup>2027</sup> C. a Joaquim de Araújo, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 950-951; C. a Carlos Ramiro Coutinho de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 174-175.

 $<sup>^{2028}</sup>$  C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 122.

<sup>2029</sup> C. a Vieira de Castro, de 09-04-1863. In CASTELO BRANCO, 1994: 629-630; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1873]. In CASTELO BRANCO, 2012: 129; C. a Bernardina Amélia, de 24-06-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 166.
2030 «O Jorge está furioso. Espanca os criados e os transeuntes. Vou tirá-lo daqui, fazê-lo esquecer as pessoas que odeia» (C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1199).

embriagar. Eu compreendo-o — desculpo-o. Pode ser que a vinolência lhe dê ideias mais coerentes que as do seu estado normal»<sup>2031</sup>. As informações acerca das saídas de Seide oscilavam entre o irónico e o trágico, fossem sobre o Jorge fossem sobre si próprio. Saiu para Santo Tirso, em estado «moribundo»: «Daqui a dias lá serei enterrado»<sup>2032</sup>. E, numa outra altura, dizia o que esperava: «Estou em S. Tirso para onde vim na esperança de passar das mãos do médico para as do coveiro»<sup>2033</sup>.

Falou acerca da premência, dos benefícios e das consequências da sua presença nas terras para onde se deslocou. Necessitava de permanecer pela cidade de Braga, para «fazer um tratamento de cento e tantas moléstias com um médico dosimétrico que aí floresce»: «chama[--se], creio eu, Ulisses. / Terá de ver-se comigo grego como o nome» 2034. Em vinte e dois dias de estada na Póvoa de Varzim, constipou-se após dois banhos: e, assim, se deixou ficar. Sentindo--se impossibilitado de ler e escrever, e não estando ainda habilitado para o terceiro, partilhou com o destinatário: «Vivo nos botequins com os vadios, e analfabetos» <sup>2035</sup>.

No retorno a casa, fazia sobressair, acima de tudo, os maus resultados dos pressupostos que tinham presidido às viagens. De nada resultara andar o escritor com o Jorge de terra em terra: «porque não para em parte alguma»<sup>2036</sup>. Também passeara com ele pelo Alto Minho: «Tudo inútil»<sup>2037</sup>. Retrocedeu a Seide, vindo da beira-mar: «O iodo do mar combinado com a minha podridão daria em breve um iodureto de trampa» 2038. Estando hospedado na Foz, passava «noites sofríveis», que alternavam «com outras péssimas». Embora registasse melhoria dos olhos, ainda não podia «demorá-los na leitura» e, por isso, iria regressar a Seide: «Decerto vou experimentar as angústias a que fugi» 2039. Ao mesmo destinatário, dissera, pouco meses antes, que já fugira da Foz três vezes, e três vezes voltara<sup>2040</sup>.

Em vários casos, afirmava que não sabia para onde ia<sup>2041</sup>, enquanto em outros acrescentava que, mesmo sabendo, não entendia o que ia lá fazer<sup>2042</sup>. Emergia, na nossa opinião, a necessidade de se ausentar sem motivo que o justificasse, impelido por uma qualquer força maior, reveladora de algum desespero e instabilidade emocional. Fugia dos locais onde se sentia a padecer, como se os sofrimentos fossem apenas uma penalização do ambiente

<sup>&</sup>lt;sup>2031</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-08-1881. In CASTELO BRANCO, 2012: 156.

<sup>&</sup>lt;sup>2032</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 19-07-1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1184-1185.

<sup>&</sup>lt;sup>2033</sup> C. a Duarte Gustavo Nogueira Soares, de [1889]. In CASTELO BRANCO, 2002: 666-667.

<sup>&</sup>lt;sup>2034</sup> C. a Fernando Castiço, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 933-934.

<sup>&</sup>lt;sup>2035</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [11-09-1873]. In CASTELO BRANCO, 2002: 446.

<sup>&</sup>lt;sup>2036</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. PAXÊCO, 1924: 16.

<sup>&</sup>lt;sup>2037</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 317, 321.

<sup>&</sup>lt;sup>2038</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 10-06-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 256.

<sup>&</sup>lt;sup>2039</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [02-10-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 264.

<sup>&</sup>lt;sup>2040</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [20-08-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 344.

<sup>&</sup>lt;sup>2041</sup> «Vou não sei para onde» (C. a José Barbosa e Silva, de [05-07-1862]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1123-1124); «Vou sair daqui por 3 meses — não sei para onde» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [03-07-1881]. In CASTELO BRANCO, 2012: 304); «Vou sair daqui não sei para onde» (C. a Joaquim de Araújo, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 1994: 722; «Vou retirar-me daqui; mas não sei para onde» (C. a Tomás Ribeiro, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1198). <sup>2042</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1875]. In CASTELO BRANCO, 2012: 189.

e das pessoas que o circundavam, e não resultantes de problemas dele próprio, de questões a resolver consigo mesmo:

Já não sei onde hei de estar. Em 15 dias ensaiei quatro paradeiros, uns nas montanhas, outros nas praias. Em toda a parte o tédio, o asco das coisas e das pessoas. A doença, a doença que prenderia outro qualquer desgraçado à cama. Eu, não. Hei de morrer em pé<sup>2043</sup>. Depois de amanhã vou para as Caldas de Vizela. Ninguém me mandou tomar banhos sulfúricos; mas vou<sup>2044</sup>.

Estava bem nos locais onde não podia estar. Frequentes parágrafos da sua epistolografia refletem um encadeamento de viagens, de vila em vila, de cidade em cidade, em similitude de périplos dos recoveiros, de vidas corridas dos vendedores ambulantes.

Vim ontem do Senhor do Monte. [...] Estamos firmemente resolvidos em ir para Lisboa, em outubro. No princípio de setembro vou para a Póvoa de Varzim a banhos de mar, que me receitam. Espero tomar três por condescendência com o médico e homenagem à ciência. De volta vou a Coimbra levar o pequeno mais velho desta troça de garotos, e talvez chegue a Lisboa a tomar casa, se a encontrar ajeitada<sup>2045</sup>.

Os textos das suas missivas convenciam os destinatários de que transportava dores, angústias e sofrimentos, dos quais não conseguia ver-se livre em parte alguma, como rémoras no cérebro<sup>2046</sup> e na alma: «Há três meses que não paro em parte nenhuma. Já andei por Matosinhos, Foz e Póvoa com a camisola de banhista. Não cheguei a molhá-la e aqui estou desde ontem em Seide. Quando sofro muito fujo para aqui. Amanhã vou para o Porto (Rua da Restauração, 116)»<sup>2047</sup>.

Esta errância ocasionou várias mudanças de residências, que já elencámos com certa exaustividade. Queríamos, porém, salientar que mudar de casa se afigurava uma tarefa difícil e trabalhosa. Camilo e Ana Plácido repartiriam as canseiras. Ela incumbia-se do recheio, se o existente fosse diminuto para as necessidades: «Eu ando [atarefada] a comprar cacos velhos para pôr a casa»<sup>2048</sup>. Por serem a base de ocupação intelectual e auxiliar do trabalho literário, o romancista via-se com a incumbência de colocar em caixas e, posteriormente, retirar de caixotes e acondicionar centenas de livros, cartapácios, periódicos e manuscritos avulsos. Era um árduo trabalho, repetido em diversas ocasiões, e que lhe fazia ocorrer uma aliviadora solução: «Estou atarefado com a mudança da casa. Estou capaz de deixar os livros

<sup>&</sup>lt;sup>2043</sup> Dizia pensar como o imperador Tito Vespasiano. Morreria, era certo, mas de pé: «Decet imperatorem stantem mori». C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 311-312.

<sup>&</sup>lt;sup>2044</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-08-1881. In CASTELO BRANCO, 2012: 156.

<sup>&</sup>lt;sup>2045</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de agosto de 1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 385-386.

<sup>&</sup>lt;sup>2046</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 11-06-1872. In CHAVES, ed., 2002: 121.

<sup>&</sup>lt;sup>2047</sup> C. a Teixeira de Queirós, de [1877]. In CHAVES, ed., 2002: 129.

<sup>&</sup>lt;sup>2048</sup> C. de Ana Plácido a Freitas Fortuna, de [23-05-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 56-57.

ao inquilino que vem para esta» <sup>2049</sup>. Na impossibilidade de ser ele a encarregar-se da missão, encomendava o trabalho e o cuidado a terceiros:

peço-lhe ainda outro favor, contando com a sua paciência e génio serviçal. Os livros que estão na Rua de Santo Ildefonso convém-me transferi-los para aqui, exceto os comprados pelo Vieira e os 12 tomos das Memórias da Academia, que vão para o Fernandes. Os outros todos peço-lhe que os feche no caixão em que ficaram, e mos remeta pela pequena celeridade, acondicionados do melhor modo; e queira reparar que por lá não fique algum de fora<sup>2050</sup>.

Quando verificou que, na ida para Coimbra, os seus filhos, sobretudo Jorge, denunciaram uma inépcia que descompensava qualquer esforço em lhes ministrar instrução, Camilo deliberou que seria melhor manter-se na «melancólica aldeia». Todavia, transmitiu uma preocupação a Matos Moreira: «O que me está aterrando é fazer transferir de Coimbra para aqui [Seide] a cacada da mobília e as canastras dos livros, que me vão ser os amigos inseparáveis no resto da vida» 2051.

A frequência com que Camilo andava de um lado para outro deu azo à ocorrência de episódios singulares. Contou à filha que, certo dia, ao regressar a pé de Vila Nova, teve a sensação que ia ser assaltado. O romancista ficou com a ideia de que a abordagem fora preparada, por se saber, previamente, da sua passagem a pé naquele caminho da serra, tomado por quem descia da Portela para Seide. Temeroso de eventual ataque, levou a mão ao bolso: «Mas o homem, vendo-me meter a mão no bolso, onde eu não levava sequer um alfinete, cuidou que ia ser metralhado, e disfarçou. Vê tu como isto por aqui estará, quando os pinhais não são patrulhados, nem os pinheiros podem depor contra os assassinos»<sup>2052</sup>. Nesta altura, Camilo andava com problemas nos dentes, e parte de um ameaçava cair. Aproveitou, então, o ensejo para dar o ar da sua graça: «O dente está ainda no seu posto; mas creio que é o meu primeiro bocadinho que vai à campa. Começo pelos dentes. É melhor que eles caiam por si do que mos quebrem os salteadores»<sup>2053</sup>.

Ao saber do incidente, Ana Plácido mostrou-se receosa que o ladrão lhe voltasse a aparecer no trajeto, e que, na próxima vez, houvesse mesmo consequências gravosas para o romancista. Para a sossegar, Camilo procurou saber, perto do lugar onde lhe surgiu o «salteador cobarde» quem era o indivíduo. Identificado o sujeito, Camilo pacificou Ana Plácido, e escreveu a Bernardina Amélia, para a tranquilizar, recorrendo à incontida ironia:

<sup>&</sup>lt;sup>2049</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 28-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 420-421.

 $<sup>^{2050}</sup>$  C. a destinatário não identificado, de 26-01-1869. In Acervo de Alexandre Cabral, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2051</sup> C. de [09-10-1875]. In CASTELO BRANCO, 2002: 713-714.

<sup>&</sup>lt;sup>2052</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 39.

<sup>&</sup>lt;sup>2053</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 39.

<sup>&</sup>lt;sup>2054</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 39.

A respeito do ladrão cujo assalto te contei, tenho a restituir os créditos ao homem. Não era salteador: era doido com seus assomos de fúria. Mandei indagar a uma cabana de onde o vi sair, e de lá me avisaram que o homem perdera o juízo. Oxalá que os ladrões que o Sr. Carvalho receia estivessem no caso deste infeliz; posto que eu imagino que alguns são mais doidos que ladrões. Seja como for, eu quando tornar a encontrar o homem, sempre me porei em guarda, posto que ele não encontre em mim o que lhe falta a ele. Mandá-lo-ei para o Sr. Carvalho, que é a única pessoa a quem os doidos podem roubar juízo. Eu fiz ao meu — para me não incomodar — o que o Bocage fez aos três pintos<sup>2055</sup>.

Era seu gosto dar curtos passeios a cavalo<sup>2056</sup>, mas a recreação ou a necessidade da viagem nem sempre decorriam de acordo com o planeado. Com a intenção de ir visitar, em determinado dia, «as sepulturas duns ricos-homens de riba-Vizela» e «outras ruinarias de Paço de Sousa», que tinham nelas lavrada «a lenda de Egas Moniz», Camilo «bifurcou-se» numa égua e fez-se ao caminho, para ir pernoitar, de véspera, a Santo Tirso. Por razão não explicada, ao soarem as dez da noite, decidiu abortar a viagem: «mandei aparelhar, comprei 4 archotes, e desandei para casa». O trajeto, que devia demorar uma hora, foi realizado em quatro: «Andámos três horas perdidos. Duma vez quando eu supunha que a minha égua chofrava a água estancada num quinchoso, dei fé que ia vadiando o rio Pele e tive então ocasião de saber que a minha burra gosta de semicúpios, porque se quis acocorar na corrente torva como a do Cocito»<sup>2057</sup>. Com a sua chegada a Seide, às duas horas da madrugada, «houve terror» e alvoroço, conforme descreveu:

quando eu apareci com as pernas molhadas; mas tinha salvado como Camões, dos naufragosos baixos escapado, um queijo flamengo que comprara em S. Tirso. O Nuno fugia da minha cama em fralda, e Jorge tocava flauta para entreter um cão perdigueiro que o admira, D. Ana entrou vinhada e de penteador como as almas dantescas emborcava-me chá para me salvar da cristalização pelo frio<sup>2058</sup>.

Experimentou outras contrariedades, numa «excursão» a Penafiel, historiada a sua filha<sup>2059</sup>. Desconhece-se o motivo por que se deslocou àquela vila — talvez para ser consultado pelo doutor Rodrigo Beça — e a razão de ali ser esperado por «toda a família». Contou que vinha de comboio do Porto, após convívio com Bernardina Amélia, e que chegou a Penafiel, pelas sete da noite: «Chovia torrencialmente.» Como ignorasse que o centro da vila se situava a cinco léguas da estação férrea, seguiu com os seus familiares em uma vitória aberta: «recebia a chuva e as brisas do Marvão como o teu cãozinho recebe essas coisas no quintal». Após três

<sup>&</sup>lt;sup>2055</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 110-111.

<sup>&</sup>lt;sup>2056</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 89.

<sup>&</sup>lt;sup>2057</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 311-312.

<sup>&</sup>lt;sup>2058</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 311-312.

<sup>&</sup>lt;sup>2059</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 5-6.

quartos de hora, chegaram ao destino e acomodados numa «espécie de taverna, num quarto cujas paredes gotejavam humidade de uma cor salitrosa como a das cavernas». Desagradado, por completo, com as fracas condições do que lhe era apresentado, reclamou:

Perguntei se não havia hotel de outro feitio. Não havia. Perguntei quanto se pagava por aquele suplício. Responderam-me que 17\$000 réis diários. Chamei o dono da casa, chamei-lhe ladrão três vezes, paguei-lhe as despesas feitas, ordenei que se preparasse toda a caravana para saírem às 5 horas da manhã<sup>2060</sup>.

Apesar do aborrecimento, mas resignado, procurou descansar. Achou no quarto um magro cobertor: como a «casa não tivesse mais, mandei comprar um. Deitei-me. À 1 hora atacou-me uma indigestão (creio que de nojo, porque não comi mais nada desde que daí saí [Gondomar]»<sup>2061</sup>. À hora estipulada para deixar as instalações, sentia que se encontrava melhor. Desceram para a estação dos comboios, debaixo de idêntico chuveiro, que o havia recebido na noite anterior. E concluiu a missiva, relatando: «ao meio-dia, estava na Portela, e dali descemos todos a pé para casa. Cheguei, deitei-me, pus-me a caldos como o Guimarães de sadia memória, e ainda me não ergui»<sup>2062</sup>.

É difícil apurar que idade tinha Camilo quando este incidente teve lugar. Mas é fácil intuir o enorme desgaste físico que podiam constituir estas aventuras camilianas. Em menos de vinte e quatro horas, tomou o comboio do Porto para Penafiel, viu-se mal instalado, quase não descansou e pouco dormiu, não ingeriu alimentos durante um período muito alargado de tempo, fez a viagem de comboio de regresso a Famalicão e ainda veio a pé da Portela para Seide.

Cremos que estes casos aconteciam com regularidade. Era contra isto que se insurgiam alguns médicos seus amigos, e, ainda com mais preocupação, quando sabiam que, nas constantes jornadas, o romancista andava peregrinando de facultativo em facultativo. Em carta de 1885, Ricardo Jorge expressou a sua condenação quanto às sucessivas viagens de Camilo e à agitação do seu espírito: «Este fadário de Ashaverus da patologia e da Medicina, creia V. Ex.ª que chega a afligir-me. É inútil, porque V. Ex.ª de tantas consultas não tira resultados imediatos; é prejudicial, porque se fadiga e depaupera» Com maior veemência, e já o referimos neste trabalho, o doutor Ferreira, de Santo Tirso, após o procurar em Seide e saber que o escritor se tinha ausentado para a cidade do Porto, ficou irritadíssimo: «disse formal e brutalmente a Ana Plácido que a minha vida estava para pouco, se eu continuasse a gastar as pouquíssimas forças em jornadas» 2064. Na missiva a Ricardo Jorge, frisou ainda:

<sup>&</sup>lt;sup>2060</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 5-6.

<sup>&</sup>lt;sup>2061</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 5-6.

<sup>&</sup>lt;sup>2062</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 5-6.

<sup>&</sup>lt;sup>2063</sup> C. de Ricardo Jorge a Camilo, de 20-07-1885. In Acervo de Correspondência, n.º 727, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2064</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1334, Casa de Camilo.

Ana Plácido, ouvindo falar da minha próxima morte, chorou na presença do bárbaro, e a chorar me comunicou os presságios do profeta, que lhe merece uma confiança fetichista.

Eu estou de acordo com o Dr. Ferreira, não pelo que ele diz, mas pelo que sinto. Na verdade, com os meus anos, não se resiste aos padecimentos que sem remissão me desfazem<sup>2065</sup>.

Todavia, mesmo concordando com o médico Ferreira, Camilo manifestava ao higienista que se via entre duas situações antagónicas: «as jornadas [eram] violentíssimas», mas a «paragem impossível»<sup>2066</sup>.

Era comum a imprensa periódica fazer apontamentos noticiosos sobre as viagens<sup>2067</sup> e o estado de saúde<sup>2068</sup> do romancista, dando honras de primeira página a elevado número dessas

2068 Selecionámos alguns exemplos: «Chegou há três dias do Porto o fecundo romancista Camilo Castelo Branco, que tem estado doente. Esperamos sinceramente o profundo restabelecimento do Balzac português («A Revolução de Setembro», 17 maio 1863); «Camilo Castelo Branco — Dizem que o nosso primeiro romancista tem ultimamente padecido muitos sérios incómodos na sua importante saúde. / Fazemos votos porque não se sigam resultados funestos» («O Brás Tisana», 21 jul. 1866: 2); «Correspondência de Coimbra» (23 de maio de 1875): «Está doente o bacharel João de Almeida Araújo Pinto, e não vai melhor Camilo Castelo Branco» («O Jornal do Porto», 25 maio 1875: 1); «Doente ilustre — Acha-se em Braga em tratamento, na acreditada Casa de Saúde do Sr. Alves Passos, o talentoso romancista Camilo Castelo Branco» («O Primeiro de Janeiro», 6 jun. 1877: 2); «Camilo Castelo Branco / Por notícias de S. Miguel de Seide, sabemos que se têm agravado nos últimos dias os padecimentos do grande escritor. / Esperamos, mais uma vez, ter de registar o seu restabelecimento» («Revista do Norte», 12 jul. 1880: 1); «Hóspede ilustre — Acha-se em Viana o eminente literato Sr. Camilo Castelo Branco. Sua Ex.ª, cujo estado de saúde não é satisfatório, tem andado em digressão pelo Minho, procurando alívio para os seus padecimentos» («O Primeiro de Janeiro», 11 ago. 1882: 2); «Esteve na segunda-feira última, nesta cidade, o Sr. Camilo Castelo Branco. Vinha corrigir as provas do seu novo livro O vinho do Porto: processo duma bestialidade inglesa; sentindo-se, porém, repentinamente incomodado,

<sup>&</sup>lt;sup>2065</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1334, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2066</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1334, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2067</sup> Entre outras possíveis, escolhemos as seguintes notícias: «Regressou esta manhã para o Porto o nosso estimável amigo e colega, o Sr. Camilo Castelo Branco, que por espaço de dois meses honrou esta terra com a sua convivência comprazedora, afável e realçada pelos muitos recursos de um subido talento» (Noticiário, 29 maio 1857: 2); «Chegou anteontem de Lisboa no Lusitânia, o Sr. Camilo Castelo Branco [...] e também a Sr.ª D. Ana Augusta Plácido» («O Brás Tisana», 7 jun. 1859: 4); Camilo partiu a 10 de maio para Lisboa, pela mala-posta (Noticiário, 12 maio 1863); «Camilo Castelo Branco: Acha-se no Porto o ilustre romancista, cujo nome dá assunto a esta notícia» («O Jornal do Porto», 10 mar. 1867: 3); «Camilo Castelo Branco, que há dias se acha em Lisboa, vai hoje ao Porto e volta a estabelecer aqui o seu domicílio» («Diário de Notícias», 15 nov. 1868: 1); «Chegou ontem, no comboio da manhã, vindo do Porto, o ilustre romancista Camilo Castelo Branco» («Diário Ilustrado», 5 nov. 1872: 2); «Esteve nestes últimos dias em Coimbra, vindo do Porto, e para onde voltou, o ilustrado romancista o Sr. Camilo Castelo Branco» («O Conimbricense», 18 dez. 1873: 4); «Correspondência» (Braga, 7 de outubro de 1874): Esteve ultimamente nesta cidade o nosso primoroso romancista o Sr. Camilo Castelo Branco» («O Jornal do Porto», 9 out. 1874: 1); «Correspondências» (Braga, 24 de maio de 1876): Esteve outro dia nesta cidade o Sr. Camilo Castelo Branco» («O Jornal do Porto», 27 maio 1876: 2); «Camilo Castelo Branco — Este ilustre romancista acha-se atualmente na Póvoa de Varzim, a uso de banhos de mar» («O Primeiro de Janeiro», 18 ago. 1877: 2); «Está nas Caldas de Vizela o Sr. Camilo Castelo Branco» («Jornal da Noite», 6-7 jul. 1878: 1); «Camilo Castelo Branco — Acha-se em Vila Real, com sua exm.ª família, o eminente literato Sr. Camilo Castelo Branco» («O Primeiro de Janeiro», 18 set. 1881: 1); «Camilo Castelo Branco — Chegou a esta cidade e acha-se hospedado no Grande Hotel de Paris, este notável romancista» («O Primeiro de Janeiro», 19 jan. 1884: 1); «Hóspedes — Chegaram ontem a esta cidade e alojaram-se no Grande Hotel Central o Sr. visconde de Correia Botelho com sua esposa» («O Primeiro de Janeiro», 14 set. 1886: 2); «Camilo Castelo Branco — Regressaram de Lisboa ao Porto o Sr. visconde de Correia Botelho e seu filho o Sr. visconde de S. Miguel de Seide» («O Primeiro de Janeiro»: 7 dez. 1887: 2); «Visconde de Correia Botelho — S. Ex.ª está em Lisboa, alojado no Hotel Universal» («O Primeiro de Janeiro», 7 fev. 1888: 2). No dia 23 de janeiro de 1889, achava-se no Hotel Borges, em Lisboa («O Primeiro de Janeiro», 23 jan. 1889: 2), e no dia seguinte, 24 de janeiro, «mudou-se do Hotel Borges para o Hotel Durand» («O Primeiro de Janeiro», 25 jan. 1889: 2).

informações. O público em geral e as pessoas das suas relações ficavam ao corrente dos locais por onde andava e de como ia passando de saúde.

As notícias saídas nos periódicos eram o preço a pagar pelo estatuto de figura pública, derivada de uma popularidade que Camilo ajudou a formar, fosse pela estima do público leitor das suas produções literárias fosse pelos escândalos e polémicas em que se foi envolvendo durante a vida. Eram muito diminutas as hipóteses de se deslocar e de se instalar num hotel sem ser incomodado. Para se furtar a que a sua privacidade fosse desrespeitada, viajava provavelmente em primeira classe, nos meios de transporte que a disponibilizassem. Porém, ao divulgar-se que se encontrava alojado em determinada unidade hoteleira ou a residir em moradia, com endereco identificado, habilitava-se a ser visitado por familiares e amigos, mesmo que necessitasse de recolhimento para escrever e que a sua disposição não estivesse para socializações: «Creio que pouca gente sabe que eu estou em Lisboa. Apenas vi a notícia no "Diário da Manhã". Ainda bem que me não molestam com visitas» 2069. Sobre quem procurasse o seu convívio, disse: «Deus sabe que torturas me custa o receber visitas, sem paciência nem saúde para lhes ser agradável. Parece que tudo conspira para me flagelar»<sup>2070</sup>. A este respeito, a imprensa periódica parecia conhecê-lo bem, não se inibindo a expor ao público as razões que o motivaram a escapulir-se «às curvaturas vertebrais» dos amigos «tão serviçais, tão zelosos das leis da cortesia» 2071:

Camilo Castelo Branco — Partiu ontem para Seide, no primeiro comboio da manhã, o poderoso escritor, nosso prezado amigo, Camilo Castelo Branco.

Parece que S. Ex.ª antecipou o regresso a sua casa, para esquivar-se a obséquios com que desejavam brindá-lo alguns dos seus mais sinceros admiradores<sup>2072</sup>.

Se o escritor dizia que os periódicos o faziam viajar «na fantasia deles»<sup>2073</sup>, acabava depois por se contradizer, ao lamentar que o genro tivesse sofrido o incómodo de, em vão,

partiu no comboio da manhã seguinte para a sua casa de S. Miguel de Seide, onde se encontra quase restabelecido» («O Primeiro de Janeiro», 15 maio 1884: 1); «Camilo Castelo Branco — Apesar das profundas atribulações que o têm alanceado, apesar da sua rude e pertinaz doença, o eminente romancista continua em plena atividade intelectual, com uma pujança inesgotável de engenho, verdadeiramente prodigiosa» («O Primeiro de Janeiro», 5 jan. 1886: 2); «Foi ontem para o Bom Jesus, onde se demorará dois dias, o distinto clínico homeopata Sr. Dr. Cesário d'Abreu; vai visitar o eminente escritor Camilo Castelo Branco» («O Primeiro de Janeiro», 27 jul. 1887: 3); «Camilo Castelo Branco está hospedado no Hotel Universal. [...] Vai ser examinado por uma junta de especialistas de oftalmias» («O Primeiro de Janeiro», 24 nov. 1888: 3); «Visconde de Correia Botelho / O grande romancista deu anteontem entrada na Casa de Saúde de Entre Muros, onde vai continuar o seu tratamento para recuperar a vista. / O visconde de Correia Botelho suporta com grande resignação todos os tratamentos, e conserva esperanças de sair das trevas, em que está há perto de dois anos» («O Jornal do Porto», 22 jan. 1889: 1).

<sup>&</sup>lt;sup>2069</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1269, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2070</sup> C. a António Feliciano de Castilho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 589.

<sup>&</sup>lt;sup>2071</sup> CASTELO BRANCO, 1890b: 123.

<sup>&</sup>lt;sup>2072</sup> «O Primeiro de Janeiro», 13 jun. 1884: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>2073</sup> «Eu não saí nem sairei deste meu buraco, desta arribana minhota» (C. a Inocêncio Francisco da Silva, de 27-10-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 825).

o procurar em Seide: «Quando ele saiu do Porto já os jornais me davam na Póvoa. Cuidei que isso bastaria a impedir a obsequiadora excursão» <sup>2074</sup>.

As informações sobre as errâncias e paragens camilianas eram relevantes, porque possibilitavam que os seus remetentes soubessem para onde lhe dirigir correspondência: «O Silva Pinto diz que viu nos jornais do Porto a notícia de estarmos em Braga; por isso não escreveu para Seide. Eu não desconfio do homem»<sup>2075</sup>.

Atendendo às constantes deambulações<sup>2076</sup>, nem sempre a notícia saía a tempo de corresponder com a sua localização mais atualizada. Podiam, assim, originar-se desencontros com pessoas, como acima referimos, e mal-entendidos com familiares e amigos: «Li no "1.º de Janeiro" de ontem que eu estava no Porto. Fiquei admirado, porque não sabia. Se soubeste tal notícia, talvez me fizesses a injustiça de a supor exata»<sup>2077</sup>.

São inúmeras as cartas a transmitir aos destinatários que, ao chegar a Seide, tinha encontrado as suas missivas<sup>2078</sup>, e que seguiria, em breve, para outro destino<sup>2079</sup>. De acordo com o plano das viagens, indicava os locais onde esperaria ter correspondência do destinatário<sup>2080</sup>. Mesmo com este cuidado prévio, houve cartas que lhe foram endereçadas para localidades de

<sup>&</sup>lt;sup>2074</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 26.

<sup>&</sup>lt;sup>2075</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 792.

<sup>&</sup>lt;sup>2076</sup> Silva Campos contou um caso espantoso, acerca das andanças camilianas. Na noite de 2 de agosto de 1878, nas instalações do periódico «A Aurora do Lima», em Viana do Castelo, encontravam-se reunidas várias personalidades, ligadas ao Partido Progressista, «entregues a uma trabalhosa faina eleitoral»: os irmãos Barbosa e Silva (Mateus e Luís), Arriscado de Lacerda, Ernesto Júlio Góis Pinto e Silva Campos. Quando a conversa tinha chegado ao ponto mais acalorado, o contínuo veio à sala informar de que «um indivíduo desconhecido, de aspeto sinistro, procurava com insistência o Sr. Luís Barbosa». Passava da meia-noite. Temeram todos que se tratasse de «espionagem da autoridade e de diversos sicários». Como eram seis, e não receassem perigo, mandaram que se franqueasse a entrada ao «visitante incógnito». Apareceu um «homem alto, de chapéu derrubado, lunetas negras, bigode hirsuto, com o rosto quase todo coberto pelas dobras de uma capa à espanhola». Era Camilo Castelo Branco: «entrou vagarosamente e foi, chorando, lançar-se nos braços do seu velho amigo». Passado «o embaraço dos primeiros momentos», Luís Barbosa apresentou o romancista aos amigos presentes. Camilo explicou os motivos de tão tardia visita: «viera fugido de S. Miguel de Seide [...] porque não pudera suportar na manhã daquele dia o desolador espetáculo da loucura de um seu filho». Dizia Silva Campos que o aspeto de Camilo era «temeroso»: «Parecia um alucinado». Já de madrugada, e não querendo aceitar a hospitalidade que lhe oferecia Luís Barbosa, vários dos presentes acompanharam o escritor à hospedaria do João da Carroça, onde, antes, ele deixara as malas. Conseguiram que se deitasse, e, quando já dormia, retiraram-se. Quando, pelas oito horas da manhã, Luís Barbosa, Arriscado de Lacerda e Silva Campos voltaram à hospedaria já Camilo se tinha ausentado, «e inopinadamente, sem dizer nada a pessoa alguma, regressara automaticamente, como um sonâmbulo, a S. Miguel de Seide» (BARBOSA, ed., 1919: 87-89).

<sup>&</sup>lt;sup>2077</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 41.

<sup>&</sup>lt;sup>2078</sup> «Recolhendo a casa, na volta de uma das repetidas excursões a que me força a doença, encontrei a tua carta e os 3 volumes que infinitamente te agradeço» (C. a Luís Barbosa e Silva, de [1881]. In CABRAL, *ed.*, 1984b: 143).

<sup>&</sup>lt;sup>2079</sup> «Fui à Póvoa 2.ª feira. Cheguei à noite ao Porto, e na 3.ª feira vim [para Seide] encontrar a tua carta [...] resolvi vir com ele [Jorge] e com D. Ana para a Póvoa amanhã (6.ª feira) a fim de ver se a convivência do irmão [Nuno] o restitui à serenidade inofensiva em que me não dava tantos cuidados» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 147). «Estou na Foz. Não vale a pena mandar-lhe o endereço porque amanhã ou depois sigo para Seide e daí para Braga, onde me demoro até ao fim do mês» (C. a Aníbal Tomás, de 05-04-1882. AMARAL, MARTHA, *org.*, 1924: 201).

<sup>&</sup>lt;sup>2080</sup> «Parto às quatro horas. A carta de hoje dirige-a para Mesão-Frio [,] pela Régua; a seguinte carta escreve-me para o Porto.» Telegrama a Ana Plácido, de 09-07-1858 (CABRAL, 1979b: 81).

onde já se ausentara<sup>2081</sup>. Para evitar ou minimizar descaminhos, quando algo o impedia de concretizar uma viagem planeada, Camilo voltava a escrever avisando que se tinha gorado o plano inicial, especificava o motivo que a isso o obrigava, sendo, na maior parte das vezes, a falta de saúde: «Não fui à Póvoa. Levantei-me mais indisposto e incapaz de tão morosa jornada. Vou amanhã para Seide. Como já hoje andei três léguas de trem debaixo de sol, sinto-me extenuado e com o corpo despedaçado pelos balouços. Peço-lhes que me desculpem de não ir abraçá-lo»<sup>2082</sup>. Em relação à filha, e por muito lhe agradar receber notícias suas, tinha o cuidado de a avisar da mudança de residência<sup>2083</sup>, na tentativa de evitar que as suas cartas se extraviassem, o que nem sempre conseguiu: «não me escreveste para Coimbra, talvez o fizesses para Lisboa. Avisa-me para eu mandar ali procurar a carta»<sup>2084</sup>. Por vezes, agradecia o facto de Bernardina lhe ter escrito, e solicitava-lhe que viesse passar alguns dias com ele, no novo destino<sup>2085</sup>. A filha e o genro eram diligentes em satisfazer os diversos pedidos que Camilo lhes fazia: ajudavam-no na reserva de hotéis, disponibilizavam-se para lhe tratar de vários assuntos particulares, como ir buscar o chapéu que ficara esquecido num hotel, pagar alguma despesa que tivesse ficado por liquidar, entre outros.

Palmilhou sempre os mesmos lugares, como um romeiro infatigável. Em carta ao Visconde de Ouguela, Camilo acabou por sintetizar esse estigma de homem sem descanso, sentindo-se a cumprir um destino de «judeu errante» 2086, ao qual o seu temperamento parecia não ousar resistir, nem conseguir opor-se: «eu hei de andar sempre nisto até me aposentar definitivamente no cemitério» 2087.

«Instalando-se, e desalojando-se, passou a vida no deambulismo do exaspero da insatisfação absoluta»  $^{2088}$ .

Após o suicídio, em São Miguel de Seide, o corpo de Camilo foi transportado de comboio, de Vila Nova para o Porto, e de carruagem até à Lapa. O cadáver parecia dar continuidade à errância a que fora sujeito o corpo em vida. E, se esta foi a derradeira viagem de Camilo, deve-se ao facto de ele ter deixado escrito, pelo próprio punho, a sua decisão

<sup>&</sup>lt;sup>2081</sup> «Ontem cheguei a Lisboa, e hoje recebi devolvida do Porto a carta de V. Ex.ª» (C. a António Feliciano de Castilho, de [13-03-1871]. In CASTELO BRANCO, 2002: 390); «Encontrei agora a sua carta devolvida de Seide» (C. a Silva Pinto, de 26-07-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 764).

<sup>&</sup>lt;sup>2082</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 602.

<sup>&</sup>lt;sup>2083</sup> «Amanhã retiro de Vizela, onde não achei lenitivo por enquanto sensível. Pode ser que em alguma hora de ócio pensasses em querer saber de mim; e, para que a tua carta não se transvie, te faço este aviso» (C. a Bernardina Amélia, de 06-09-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 166-167).

<sup>&</sup>lt;sup>2084</sup> C. a Bernardina Amélia, de 21-03-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 164.

<sup>&</sup>lt;sup>2085</sup> «Antes de ontem recebi a tua cartinha e ontem a do Sr. Carvalho. Muito agradeço a ambos a significação de estima que ambas as cartas exprimem. [...] Vim para o Hotel dos Dois Amigos, e não sei até quando estarei. Se eu me demorar pedir-te-ei que venhas compartir da minha tristeza e dos meus desgraçados jantares» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 108).

<sup>&</sup>lt;sup>2086</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 59.

<sup>&</sup>lt;sup>2087</sup> C. de 17-12-1874. In CASTELO BRANCO, 2012: 179.

<sup>&</sup>lt;sup>2088</sup> FIGUEIREDO, 1925: 20.

inapelável de que nenhuma intenção póstuma lhe removesse dali as ossadas, fosse para onde fosse. O cemitério da Lapa era a última estação da sua vida.

## 3.2.4.2. Meios de transporte

Nos territórios que palmilhou, Camilo experimentou toda a variedade de meios de transporte que havia disponíveis para passageiros: andou a cavalo e de burro, viajou em mala-posta, barco a vapor, barco rabelo e comboio, e deslocou-se em liteira, sege, carroção, americano, carruagem, vitória e plaustro.

Deixou-nos registos pontuais acerca das repercussões físicas de viajar<sup>2089</sup>, do tempo gasto em algumas deslocações<sup>2090</sup>, da intenção em percorrer distâncias que sabia serem extenuantes<sup>2091</sup>, de andar a cavalo, à noite, por caminhos ladeados de pinhais<sup>2092</sup>, de viagens de comboio com carruagens cheias<sup>2093</sup>, dos danos causados no despacho de exemplares da sua livraria<sup>2094</sup> e das consequências de ter sido surpreendido pelo mau tempo, quando regressava a casa a pé:

Com que feio dia vim para aqui! Não era esperado; e por isso tive de vir a pé meia légua debaixo de chuva e trovões. Achei graça à minha situação que seria romântica, se não fosse trágica. Hoje estou muito contuso de dores nas pernas, muito constipado, e muito aborrecido da vida. Tudo isto devo a ter-me demorado em tua casa um quarto de hora mais do que devia<sup>2095</sup>.

Mencionou as más condições de alguns meios de transporte e dos riscos corridos pelos viajantes, procurando mostrar ao destinatário como ele observava, com olhar mais caricato que crítico, o primitivismo do pulsar rodoviário:

Não passei de Fafe. Ganhei medo às cavalgaduras que me levaram a trambolhões por aquelas serras acima e abaixo. Logo que eu vi os aurigas a arrearem os urcos com 4 kilos de corda, e a remendarem os varais do plaustro com vergas de carvalho, baldeei-me na primeira taverna de

<sup>&</sup>lt;sup>2089</sup> «Escrevo-lhe da cama onde estou a pagar os "prazeres" da digressão» (C. a Neves e Melo, de 28-09-1875. In CASTELO BRANCO, 1994: 798).

<sup>&</sup>lt;sup>2090</sup> «Eu decerto iria surpreendê-los em Lisboa, se tivesse a saúde e força precisas para lá chegar. Eu, numa jornada de 12 horas, sozinho, endoidecia» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 100).

<sup>&</sup>lt;sup>2091</sup> «Parece-me que irei a Trás-os-Montes tentar o uso de umas águas das Pedras Salgadas que andam muito acreditadas... nas gazetas. Distam daqui 25 léguas. A jornada, em grande parte feita a cavalo, assusta-me. Apesar disso, se o tempo não piorar, abalanço-me à experiência. Quero morrer com todos os sacramentos» (C. a António Feliciano de Castilho, de 02-09-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 414-415).

<sup>&</sup>lt;sup>2092</sup> «Fui de noite com archotes por aqueles pinhais fora [de Vila Nova a Seide]» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 53-54).

<sup>2093 «</sup>O sol dardejou-me até Vila Nova. O vagão vinha cheio de gente. Em Braga tive de esperar que me fossem chamar um trem» (C. a Ana Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1278, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>2094</sup> «Estou triste com o desastre dos meus livros. Vieram do Porto sempre debaixo de chuva. Pelas barbas venerandas dos quinhentistas escorreu a água do céu. Vou pô-los de barriga ao ar ao sol» (C. a Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 221).

<sup>&</sup>lt;sup>2095</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 123-124.

Fafe, a conversar com Horácio, que eu levava entre dois pares de peúgas. E assim que passou carro que me redimisse de Fafe, safei-me.

Hoje mesmo volto para Seide<sup>2096</sup>.

Porém, os testemunhos pessoais mais relevantes sobre os meios de transporte realçaram os acidentes, as avarias e a aquisição de alimária a utilizar nas suas deslocações.

Nas suas itinerâncias, o escritor sofreu vários acidentes.

Na casa de Seide havia quadrúpedes equídeos <sup>2097</sup>, habitualmente montados pelo romancista, filhos <sup>2098</sup> e familiares <sup>2099</sup>. Sobre os burros, ironizava: «É verdade que tenho um burro que vale mais do que eu; porém, se mo sequestram, lá se me vão as pernas e o colaborador dos meus escritos» <sup>2100</sup>. Cavalos e burros eram utilizados em pequenos passeios <sup>2101</sup>, em transbordos <sup>2102</sup> ou em percursos mais longos <sup>2103</sup>. Não conhecemos referências de que Ana Plácido utilizasse qualquer destes animais.

A menção a acidentes com burros é residual. Apenas encontrámos uma breve nota feita a Bernardina Amélia: «O ferimento do braço é insignificante, minha filha; mas doeu-me mais que a queda do burro» <sup>2104</sup>. No que respeita a equitação, Camilo saiu ferido, pelo menos, por duas vezes. Relatou as ocorrências, com o habitual humor, a Faustino Xavier de Novais, seu companheiro de boémia portuense: «Tenho estado doente em resultado de uma queda de um cavalo. Parti a cara, e fiquei um pouco mais feio do que era» <sup>2105</sup>. E também ao seu amigo de infância, o Visconde de Ouguela, o que lhe aconteceu no regresso de Braga:

Eu, voltando ontem do Bom Jesus, fui cuspido por um mau cavalo que tenho a uma valeta, e pude sair simplesmente com a cabeça quebrada e as costelas amolgadas. Fiquei torcido para muito tempo, e não poderia hoje servir de modelo para Hércules Farnésio. O pior é que tenho dores muito incómodas nos lombos<sup>2106</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2096</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 26-07-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 508-509.

 $<sup>^{2097}</sup>$  «Esteve aqui, hospedado, [...] um sujeito, durante uns dez meses. [...] estafou-me os cavalos» (C. a Silva Pinto, sem data. In «Ecos de Belém». XVII, 17 fev. 1948: 635.

<sup>&</sup>lt;sup>2098</sup> «[Nuno] meteu-me em casa 3 carruagens, 11 cavalos» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 317, 321); «O Nuno chegou ontem de V. Real, com mais dois cavalos» (C. a António Vitorino da Mota, de 16-06-1882. «Camiliana & Vária», jan.-mar. 1952: 161); «O Jorge, ontem de tarde, num ímpeto, montou a cavalo e foi para aí» (C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1342, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>2099</sup> «[Manuel Plácido] era aquela elegante criança que montava um cavalo ao lado da sege em que tu vinhas com o Castilho» (C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1154-1155).

<sup>&</sup>lt;sup>2100</sup> (C. a José Gomes Monteiro, de 06-02-1871. In CHAVES, *ed.*, 2002: 106). O escritor referiu, certa vez, em carta a António Vitorino da Mota, que intimara o filho Nuno a retirar-se da casa de Seide «com os seus 7 burros, com os seus coches e com os seus lacaios» (C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 860-861).

<sup>2101 «</sup>Eu não faço nada. Tomo águas de Vidago, e passeio a cavalo por uns quelhos onde sei que apenas encontro a minha sombra» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 203).

<sup>&</sup>lt;sup>2102</sup> Ao informar Narciso de Lacerda da melhor forma de chegar a Seide, disse-lhe: na estrada de Guimarães «encontram dois burros que os devem conduzir a este sertão» (C. de 26-05-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 1102).

<sup>&</sup>lt;sup>2103</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [14-06-1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 241.

<sup>&</sup>lt;sup>2104</sup> C. de 24-06-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 166.

 $<sup>^{2105}</sup>$  C. de 04-08-1858. In CASTELO BRANCO, 2002: 978-979.

<sup>&</sup>lt;sup>2106</sup> C. de [14-06-1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 241.

Não se encontrou referência na epistolografia, mas noticia o «Diário Ilustrado», em finais de 1872, que Camilo, mal chegou a Guimarães, «saiu logo no carro em digressão para Fafe e Lameira direito ao Arco»:

Houve um caso logo à saída de Guimarães. O carro em que ia o Sr. Camilo, tirado por cavalos mal-ensinados, esteve a ponto de se virar, no Terreiro de S. Francisco; e à Senhora da Guia desandou através do caminho, de sorte que um criado que acompanhava o Sr. Camilo teve de voltar atrás e dar ordem para vir outro cocheiro e outros cavalos<sup>2107</sup>.

Após a inauguração da linha ferroviária entre Porto-Campanhã e Nine, em 20 de maio de 1875, o romancista passou a utilizar o comboio, sobretudo nas viagens para a capital nortenha, preterindo as diligências, dada a maior comodidade, segurança e redução do tempo gasto no trajeto. Porém, na tarde de 11 de outubro de 1878, a composição que se dirigia de Famalicão para o Porto descarrilou entre São Romão e Ermesinde. Camilo seguia na carruagem, atrás da locomotiva.

O descarrilamento foi notícia na imprensa periódica, e vários amigos, ao saberem que o escritor saíra ferido, escreveram-lhe a indagar sobre o seu estado de saúde. A Alberto Pimentel explicou com pormenor o que aconteceu e como se sentia:

Sangue pouco, porque eu pouco tinha que sacrificar ao progresso locomotor; mas dores de sobra porque sofri sacudidelas a que não estava afeito. Depois, como a minha carruagem estava às costas do tênder, tive de saltar de alto, logo que pude sair pela vidraça que parti com a cabeça, quando o vapor das caldeiras me ia asfixiando. Agora estou pior do que me senti no conflito<sup>2108</sup>.

Procurando despreocupar Bulhão Pato, expôs-lhe as más experiências tidas em viagens anteriores, minimizou o grau do sofrimento resultante do acidente e, em tom irónico, dizia sentir-se restabelecido para outra qualquer perigosa situação, embora, segundo ele, pouco lhe faltasse já experienciar:

Aquilo do descarrilamento era-me necessário. Eu não conhecia os três minutos de inferno mais que católico passados dentro de uma carruagem que se pôs às cavaleiras da máquina. Os ferimentos não corresponderam às ameaças.

Estou restabelecido para qualquer outra coisa. Já experimentei dois exórdios de naufrágios, que é o pior que há neles. Quedas de quadrúpedes por fraguedos e até por lamaçais e regatos tenho dado tantas que não me atrevo a apresentar-me à tua admiração como um Marialva.

Conheço tudo que faz doer a cabeça, o coração e as costelas.

Agora, para completar a escala das sensações, falta-me um incêndio<sup>2109</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2107</sup> «Diário Ilustrado», 28 jul. 1872: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>2108</sup> C. de [outubro de 1878]. In CASTELO BRANCO, 1994: 809.

<sup>&</sup>lt;sup>2109</sup> C. de 25-10-1878. In CASTELO BRANCO, 1994: 844.

Expressou as mesmas ideias a Júlio de Castilho, acrescentando tão-só que lhe sobrevieram «dores nervosas», que ainda não sentira:

Vivo na aldeia, e por causa deste mau gosto é que de vez em quando quebro a cabeça nos descarrilamentos das locomotivas a vapor ou dos escorregões dos quadrúpedes esparavonados. Ditosos os que vivem no Chiado ou na Praça Nova que, quando muito, apenas escorregam nos lamaçais. Os meus ferimentos estão cicatrizados; mas sobrevieram umas dores nervosas que eu não conhecia. Como quer que seja, estou habilitado para experimentar novas sensações, na hipótese de que a terribilíssima que experimentei não se repetirá<sup>2110</sup>.

Revelou as causas do acidente a Bernardina Amélia, e afirmou que, enquanto não fossem arranjados os carris e dadas garantias de segurança na circulação dos comboios, voltava, prudentemente, a usar as viaturas de tração animal:

Devíamos ir hoje ao Porto fazer compras urgentes, e entre estas uns papéis do governo; mas os meus pressentimentos robustecidos pelos de D. Ana, levam-nos para Braga, e de carruagem por que me quer parecer que não entrarei em vagão enquanto eu vir que os engenheiros comissionados pelo governo declaram que as solipas da via-férrea estão podres, e não vejo que o engenheiro construtor nem qualquer outro venha dizendo que elas estão sãs. Além disso, um dos engenheiros empregados na via me disse que desde Rio Tinto até Ermesinde havia grande perigo. Eu não tenho razões imperiosas que me façam idolatrar a vida; mas não anseio morrer da morte que já vi sobranceira, porque se me antepôs com uma carranca hedionda<sup>2111</sup>.

No permanente deambular camiliano e numa época em que ainda não tinha sido construída a ligação ferroviária entre a cidade do Porto e aldeia de Nine, Camilo relatou a José Gomes Monteiro uma avaria registada em carruagem pública para transporte de passageiros. O escritor regressava com a família a Seide quando, em plena Serra Negra, aproximadamente a meio do caminho entre Trofa e Vila Nova, se quebrou o eixo do carro. Os pinheirais e as carvalheiras em redor de Famalicão, e em especial os daquele lugar, em que a terra é «negra», por ser de natureza xistosa, eram frequentados por salteadores de estrada, que esbulhavam os bens e punham em risco a vida das pessoas que por ali circulavam. Em uma das *Novelas do Minho*, o romancista evocou o ladrão Luís Meirinho e a sua quadrilha, que cumpriam em pleno a sua má reputação nas matas da Terra Negra, atravessadas, precisamente, pela estrada onde se deu a avaria.

Na prosa epistolar, dizia Camilo ao seu destinatário:

dali, depois de nos lamentarmos de cócoras entre os pinhais, levantou-se corajosa a caravana, e caminhámos a pé com os tristes narizes aproados a Famalicão.

<sup>&</sup>lt;sup>2110</sup> C. de 25-10-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 875.

<sup>&</sup>lt;sup>2111</sup> C. de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2002: 31-32.

A família compunha-se de mãe, pai, três filhos, dois criados, um cão, um gato e um papagaio. O gato, farejando como degenerado tigre as furnas da serra, rompeu a condessa, e fugiu aos pulos por aquelas charnecas. Aqui é que foi o chorar dos rapazes que amavam o gato.

Eu, no auge da minha angústia, quando anoiteceu, mandei sentar os náufragos, e, com mais valor que Manuel de Sousa de Sepúlveda, convenci-os que era bom comer uma pescada frita, um galo, e umas costelas de boi que eu profeticamente mandara enfardelar no mais precioso da bagagem.

Afinal, chegamos a Famalicão com a ceia digerida, e ali pusemos os corpos escalavrados com torturas novas nos enxergões da estalagem. Assim que rompeu o dia, seguimos para este pinhal, onde fui bem recebido pelo tédio que me estava esperando<sup>2112</sup>.

Esta carta é um bom documento epistolográfico camiliano e transluz os dotes do contador de histórias, por conseguir transformar episódios do quotidiano em parágrafos de qualidade estética e refinado humor, que podiam, sem a deslustrar, ser incrustados em quaisquer páginas da sua ficção. Além da graça fácil e inteligente, poder-se-ão colher curiosas informações sobre as capacidades de socialização de Camilo; a sua eventual aptidão para manter a serenidade do grupo em que estava inserido, em momentos de maior aflição, sobretudo pela perigosidade do local onde se deu a avaria; a «comitiva» familiar e tipo de animais que o acompanhavam; a existência de um farnel, se atendermos à necessidade de ter de acudir, a qualquer momento, às imaginadas e insistentes rogativas da criançada; e da possibilidade de o escritor e de os seus mais chegados estarem a regressar de férias, gozadas no Porto ou nas praias atlânticas. Além disso, é bem patente a impossibilidade de comunicarem o problema que lhes aconteceu, e, com isso, obter ajuda para solucionar a avaria ou lhes obter transporte alternativo, em ordem a remediarem a incómoda situação. Nesta época, se algum percalço impedia os viajantes de realizarem o percurso programado, era muito difícil, em sítios mais ermos, dar solução ao acontecido. Na maioria dos casos, ficavam entregues a si próprios.

Camilo comprava burros e cavalos, e isso possibilitava-lhe maior mobilidade, sem ter de estar sempre dependente de terceiros.

A revelação aos destinatários da sua intenção em adquirir ou de já ter comprado animais constituía sempre uma oportunidade para o escritor recorrer ao seu apurado sentido de humor. Assim o exerceu, ao dizer a Ramiro Coutinho, que ofereceu um cavalo ao filho e que ficava ele com a égua, acrescentando as razões por que o atormentavam «bestas» de outra espécie:

Tenho um cavalo, que dei ao Nuno, e conservei para mim uma égua mansa, e bonita. Um criado que tem aqui namoro, sabendo que eu o obrigava a ir com a égua para o Bom Jesus, deu-lhe um golpe no artelho, e inutilizou-a para um mês.

<sup>&</sup>lt;sup>2112</sup> C. de 02-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 497-498.

Como cá faltam redatores de diários populares as minhas mortificações procedem de outras bestas. Deus distribuiu pelos seus eleitos e predestinados quinhões iguais de amargura de variada espécie<sup>2113</sup>.

Em *Post Scriptum*, de uma carta a António Feliciano de Castilho, referiu, jocosamente, o divertimento que foi, na casa de Seide, a chegada de uma jumenta, que ele comprara e que trazia consigo o filhote. Não desperdiçou o ensejo de desferir alfinetadas a Teófilo Braga:

Abri a carta para lhe acrescentar a notícia de uma festança caseira que traz os meus rapazes alvorotados de alegria. Mandei comprar jumenta que trouxe o filho, um lindo burro com a bossa germânica no occipital, e os gérmenes da dialética na cascaria. Meu filho Jorge senhoreou-se do burro, e quis que se lhe desse um nome que pudesse ir pela posteridade dentro de par com os nomes de ilustríssimas cavalgaduras. Ventilou-se em família a graça do batizando, e conchavaram-se os diversos alvitres em que o burro se chamasse Teófilo. Ficam pois os dois homónimos atados na mesma simbólica. Que os pósteros os venerem arreatados com o mesmo cabresto!<sup>2114</sup>

Na verdade, seria mesmo a compra de um burro a deixar para a posteridade um delicioso conjunto de correspondência, pleno de «humorismo indígena»<sup>2115</sup>, formado por quatro missivas de Camilo e outras tantas do seu destinatário, um comissário de polícia coimbrão. Pela primeira vez, segundo cremos, são apresentadas, no Anexo 31, essas oito cartas, e, assim, reconstruído todo o jocoso diálogo epistolar entre os dois correspondentes, caso bastante raro pelo menos no universo da epistolografia camiliana, sobretudo por versarem sobre um improvável assunto: a aquisição de um asno, na observância de prescrição específica.

Recomendado pelo médico a furtar-se a deslocações violentas, dada a sua frágil compleição física, e a passar a deslocar-se em burro, Camilo entendeu que tinha quem pudesse prestar-lhe o desejado auxílio: Adelino das Neves e Melo, residente em Coimbra, pessoa com quem privou intimamente, quando ali residiu com a família, nos anos de 1875 e 1876<sup>2116</sup>:

Aconselharam-me a equitação em burro, pacífico, sem manhas, nem erotismos muito violentos. É impossível encontrar no Minho um burro em tais condições; porque, alguns que ainda

<sup>&</sup>lt;sup>2113</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 346-347.

<sup>&</sup>lt;sup>2114</sup> C. de 18-08-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 410-411.

<sup>&</sup>lt;sup>2115</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 19-03-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 892-893.

<sup>&</sup>lt;sup>2116</sup> Já em 1885, o romancista havia pedido a Manuel Negrão que, também por ordens médicas, lhe providenciasse a compra de animal para se fazer transportar: «A Medicina manda-me cavalgar. Tenho um garrano de 20 anos, indigno de confiança. Há muito que o jubilei com mais um terço do ordenado. Em feira não compro burro, porque o comprá-lo é espiga certa. Queria que tu por aí me comprasses besta conhecida — égua, cavalo, garrano, etc., coisa que se pareça comigo nos anos e na pacatez, e que não exceda 12 libras. Há éguas abaciais excelentes. Não discuto quanto ao tamanho, nem idade. Forte de pernas para prescindir da mão de rédea, e nada de pulmoeira» (C. a Manuel Negrão, de 10-04-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 883-884). Todavia, desistiu da compra, por os médicos lhe terem sugerido que ele mudasse de ares no verão. Era impraticável, para si, «levar [ou] deixar cavalgadura» (C. a Manuel Negrão, de 1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 885).

existem, são abades. Mandaram-me procurá-lo no campo de Coimbra, onde permanece ainda a raça do burro espirituoso e meio académico da Mealhada e dos Fornos.

Lido isto, V. Ex.<sup>cia</sup> encarrega um dos seus caseiros de me comprar um jumento, nas condições terapêuticas acima referidas — burro que não exceda 6 ou 7 libras<sup>2117</sup>. Apalavrado que esteja, envio a V. Ex.<sup>cia</sup> a quantia que me designar, e o burro vem para Famalicão, tomar parte nas minhas contemplações bucólicas por estas montanhas<sup>2118</sup>.

O destinatário leu a «espirituosíssima carta» do escritor, e respondeu a regozijar-se que ainda tivesse alguma «celebridade» a «boa terra de Coimbra». Admirava-se que não houvesse «bons burros» na província no Minho, enquanto, naquele «viveiro de sábios», floresciam e medravam «possantes»<sup>2119</sup>. A completar esta missiva, Neves e Melo enviou outra a informar Camilo de que havia quantidade bastante do animal pretendido, mas os exemplares pecavam pela qualidade: «hoje não é tão fácil, como eu julgava, encontrar-se um bom burro: seguindo a decadência universitária foram perdendo a vivacidade e o vigor». Apesar da fraca oferta, tinha um que podia satisfazer as necessidades, cujo custo não excederia 24\$000 réis<sup>2120</sup>.

O escritor concordou com o preço, pasmando-se que fosse mais fácil encontrar em Coimbra e em Seide «uma dúzia de viscondes do que um burro regular». Pediu ao amigo que lhe enviasse o burro «pela via-férrea»: «V. Ex.ª terá a bondade de me avisar do dia em que o ilustre peregrino chega a Famalicão para as autoridades o cumprimentarem na gare»<sup>2121</sup>.

A 19 de abril, partiu o animal de Coimbra. Neves e Melo fazia o retrato do viajante e asseverava: «a aparência do bucéfalo não digo que seja das mais sedutoras, mas sou informado das suas boas qualidades e desde Lorvão, terra do seu nascimento, até aos arredores de Coimbra é conhecido como muito bom burro». O comissário de polícia teve o particular cuidado de tratar que o burro «viajasse incógnito, sem mesmo levar a distinção honorífica de uma albarda». O amigo coimbrão pretendia, com isso, «não incomodar as autoridades administrativas» do concelho para onde se dirigia<sup>2122</sup>.

Chegado a Famalicão, Nuno aguardava o animal, para o conduzir a Seide. Depois de franquear o portão da quinta e de estacionar no terreiro, o filho veio dar informações e recomendações ao pai, que, de pronto, as transmitiu a Neves e Melo:

Cá está o onagro. Não o posso ver porque estou de cama com reumatismo; mas ouço-o ornear valentemente. Desde Famalicão até aqui, não obstante ter passado mal a noite, revelou fúrias lascivas, dom-joanescas, a cada fêmea que encontrava. Logo que chegou, investiu para dois garranos

<sup>&</sup>lt;sup>2117</sup> Tentando comprar um burro, em data que desconhecemos, Camilo referiu a Ana Plácido que foi ao «Campos» e obteve a seguinte informação: «não se arranja burro por menos de 50 libras» (C. sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1271, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>2118</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 19-03-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 892-893.

 $<sup>^{2119}\,\</sup>text{C. de Adelino das Neves e Melo para Camilo, de 19-03-1886. In \textit{Acervo de Correspondência}, n. ^{\circ}\,454, Casa \, de \, Camilo.}$ 

<sup>&</sup>lt;sup>2120</sup> C. de Adelino das Neves e Melo para Camilo, de 05-04-1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 455, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2121</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 08-04-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 893-894.

<sup>&</sup>lt;sup>2122</sup> C. de Adelino das Neves e Melo para Camilo, de 19-04-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 456, Casa de Camilo.

que tenho. O diabo tem dentro dele o que quer que seja do marquês de Valada. Parece mesmo um cristão! Meu filho Nuno veio dizer-me à cama que não consentia que eu o montasse (o burro) enquanto lhe durasse a crise erótica.

Assim farei para não ser vítima de paixões que me escangalharam a mim, sem ser de todo hurro<sup>2123</sup>

Prevendo a insatisfação de Camilo, Neves e Melo escreveu-lhe. Colocava o amigo, à vontade. Caso o burro não agradasse, e não pudesse dar cumprimento às prescrições médicas, poderia ser devolvido: «não julgue porém que tenha dificuldade em o vender, pois aqui há muita procura desse gado para o transporte de sacos de farinha das azenhas e para trabalharem às noras e o seu custo é relativamente elevado»<sup>2124</sup>.

Como não correspondia às expectativas de Camilo, o animal foi devolvido. O romancista escreveu ao amigo a acertar contas das despesas efetuadas, e formulou o burlesco pedido:

Como suplemento às notas diplomáticas sobre o burro, salvo seja, vai esta como recibo das 5 libras, réis 22\$500.

A posteridade, além de ver que fomos de boas contas, maravilhar-se-á vendo quais eram as preocupações de dois escritores assaz metafísicos. Se V. Ex.<sup>cia</sup> conservar esse paquiderme, e ele render o espírito em sua casa, peço-lhe que o embalsame e lhe ponha entre as orelhas a nossa correspondência. Ele fez gemer os arames do telégrafo, e prometia fazer-me gemer com as costelas fraturadas. Oxalá que a final V. Ex.<sup>cia</sup> não seja vítima desse burro e nunca lhe sacrifique a dedicada jumenta do olho único<sup>2125</sup>.

O anedotário popular das terras famalicenses criou dois registos em torno da aquisição do burro nas margens do Mondego. Ainda hoje se conta que o romancista, ao saber a data e hora da chegada do animal a Famalicão, mandou informar o chefe da estação dos caminhos de ferro, seu amigo, de que estava para chegar um «bacharel de Coimbra». Preocupado com a impressão que este formaria sobre a afabilidade das gentes famalicenses, esmerou-se em receber dignamente o viajante. Ficou, porém, surpreendido, ao constatar que o referido «bacharel» era um exemplar da raça asinina, e que Camilo parodiara com a sua pessoa. A outra estória, que sempre suscitou o riso dos ouvintes, prendeu-se com uma deslocação do romancista a Famalicão, para a realização da qual fez uso do jumento. De regresso a Seide, o quadrúpede revelou limitações físicas para transportar Camilo e, ao chegarem à aldeia, vinha o escritor apeado e o burro a ladeá-lo. Nesse momento, cruzou-se por ambos um fidalgo das redondezas que, ao apreciar tal cenário, entendeu ser oportuno espicaçar o romancista, e desfechou-lhe a pergunta:

389

<sup>&</sup>lt;sup>2123</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 20-04-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 894.

<sup>&</sup>lt;sup>2124</sup> C. de Adelino das Neves e Melo para Camilo, de 23-04-1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 457, Casa de Camilo. <sup>2125</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 26-04-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 895.

- Então, senhor Camilo, como vai o burro?
- A resposta camiliana não se fez esperar:
- A cavalo, senhor fidalgo, a cavalo.

## 3.2.4.3. Hotelaria

É longa a lista de estabelecimentos hoteleiros em que o romancista se instalou, e serão poucas as vilas e cidades nas quais passou e não pernoitou. Recordamos alguns desses hotéis e estalagens mencionados na epistolografia: em Braga (Hotel Central<sup>2126</sup>, Hotel Real, na Rua de S. João<sup>2127</sup>, Hotel dos Dois Amigos, no Campo de Sant'Ana<sup>2128</sup> e Hotel do Parque, no Bom Jesus<sup>2129</sup>), em Coimbra (Estalagem do Lopes<sup>2130</sup>), em Lisboa (Hotel Borges, Largo das Duas Igrejas<sup>2131</sup> e Hotel Universal<sup>2132</sup>), no Porto (Águia d'Ouro<sup>2133</sup>, Hotel América, na Rua de São Lázaro<sup>2134</sup>, Hotel Restauração, na Cordoaria<sup>2135</sup>, Hotel Inglês, na Praça do Coronel Pacheco<sup>2136</sup>, Hotel Mary Castro, na Foz do Douro<sup>2137</sup>, Hotel Louvre, uma sucursal na estrada que conduz para Matosinhos<sup>2138</sup>, Grande Hotel do Louvre, Rua do Rosário<sup>2139</sup>, Hotel Universal<sup>2140</sup>, Hotel Central, na Rua de São Lázaro<sup>2141</sup> e Hotel Oriental, na Batalha<sup>2142</sup>), na Póvoa de Varzim (Hotel Luso-Brasileiro<sup>2143</sup>, Hotel Carvalho<sup>2144</sup> e Hotel da Estação<sup>2145</sup>)

<sup>&</sup>lt;sup>2126</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1884]. In CABRAL, 1924: 166; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 13-14.

<sup>&</sup>lt;sup>2127</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 52.

<sup>&</sup>lt;sup>2128</sup> C. ao 1.º Barão de Paço-Vieira, de 26-08-1864. In PAÇÔ-VIEIRA, *ed.*, 1917: 10-11; C. a José Pereira Caldas, de 27-06-1870. In CASTELO BRANCO, 1994: 973; C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1278, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2129</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1326, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2130</sup> C. a Adrião Forjaz de Sampaio, de 19-03-1862. In CASTELO BRANCO, 1994: 886-888.

<sup>&</sup>lt;sup>2131</sup> C. a Francisco Lopes Velho da Fonseca, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1316-1318.

<sup>&</sup>lt;sup>2132</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [13-03-1871]. In CASTELO BRANCO, 2002: 390; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 24-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 56-57; C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1274, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2133</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [25-02-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 205.

<sup>&</sup>lt;sup>2134</sup> C. a Silva Pinto, de 02-03-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 684.

<sup>&</sup>lt;sup>2135</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 829.

<sup>&</sup>lt;sup>2136</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 119.

<sup>&</sup>lt;sup>2137</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 22-10-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 1161; C. a Silva Pinto, de 14-04-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 685.

<sup>&</sup>lt;sup>2138</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1175-1176.

<sup>&</sup>lt;sup>2139</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 47.

<sup>&</sup>lt;sup>2140</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [11-07-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 283; C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 830; C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1366, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2141</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [21-03-1858]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1106-1107; C. a Eduardo da Costa Santos, de 03-07-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 183; C. a Silva Pinto, de 26-07-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 764.
<sup>2142</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 21-07-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 593-594; C. a Eduardo da Costa Santos, de 26-06-1888. In CASTELO BRANCO, 2002: 306.

<sup>&</sup>lt;sup>2143</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1887]. In CABRAL, 1924: 167-168; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 96-97.

<sup>&</sup>lt;sup>2144</sup> C. a destinatário não identificado, de 30-09-1874. MÁRIO, 1922: 3.

<sup>&</sup>lt;sup>2145</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 14-06-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 282.

e Viana do Castelo (Hospedaria O Perna de Pau<sup>2146</sup>). Fez, ainda, menção ao Hotel de Itália<sup>2147</sup> e ao Grande Hotel<sup>2148</sup>.

Falou também aos seus destinatários de estalagens, identificando, por vezes, a vila onde se encontrava o estabelecimento<sup>2149</sup>, mas, na maioria dos casos, não as nomeou nem referiu a sua localização<sup>2150</sup>. Sucedeu o mesmo em relação às hospedarias: umas são identificadas (Hospedaria da Serra do Marão<sup>2151</sup> e Hospedaria Francesa<sup>2152</sup>, no Largo de São Paulo, em Lisboa), outras não<sup>2153</sup>.

Porque andava em permanente correria, e, em determinadas alturas, a circular a horas improváveis, aconteceu-lhe ter dificuldade em conseguir alojamento. As unidades hoteleiras podiam encontrar-se fechadas ou estar lotadas. Foi, assim, em Lisboa:

Aí vai uma cadeia de reveses. Cheguei a Lisboa de noite. Hotéis fechados. Como o Mendonça ia para Gibraltar, fui também; mas dependia a nossa hospedagem da saída de uma família. Deixamos as malas e fomos passear ao clarão dos lampiões. Às 7 e meia abriu-se um botequim, e desde então até às nove e meia andei a procurar quarto. O Mendonça ficou no quarto do Jerónimo Pimentel, e eu afinal, depois de muito cansado, sem ter dormido, mal do estômago porque comi um bocado de galinha à uma hora da manhã, achei um quarto no Hotel Universal para o qual subo 80 degraus<sup>2154</sup>.

Em outros momentos, viu-se confrontado com contrariedades semelhantes. Chegou a Braga de comboio, e dirigiu-se de trem para o Hotel dos Dois Amigos. Como não tinha, previamente, tratado de nada, disseram-lhe que não havia disponibilidade de quarto: «mas o Anselmo arranjou-me um menos mau; porém preciso pagá-lo mais caro porque tem duas camas. Eu estou resolvido a ficar aqui porque no Bom Jesus é provável que tudo, ou pelo menos os melhores quartos estejam tomados»<sup>2155</sup>.

Se, em algumas vezes, confiava que conseguiria alojamento, em outros casos, não arriscava. Para não ser surpreendido, requeria a familiares que lhe fizessem a marcação de quarto para dias específicos<sup>2156</sup>. Alguns amigos eram avisados, com alguma graça, de que não se excedessem na oferta de comodidades, nem no requinte de mobiliário:

<sup>&</sup>lt;sup>2146</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [08-02-1857]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1031.

<sup>&</sup>lt;sup>2147</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 690.

<sup>&</sup>lt;sup>2148</sup> C. a Silva Pinto, de 30-12-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 750. Acerca deste, ignoramos se o escritor aludia à unidade hoteleira, situada na Rua de Santa Catarina, ou ao Grande Hotel do Louvre, com porta aberta na Rua do Rosário. <sup>2149</sup> C. a José Gomes Monteiro, de 02-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 497-498.

 $<sup>^{2150}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [22-04-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 247-248.

<sup>&</sup>lt;sup>2151</sup> C. a Freitas Fortuna, de [01-09-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 116-117.

<sup>&</sup>lt;sup>2152</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [1859]. In CABRAL, ed., 1984b: 83.

<sup>&</sup>lt;sup>2153</sup> C. a José Barbosa e Silva, de 17-08-1855. In CASTELO BRANCO, 1994: 1062.

 $<sup>^{2154}</sup>$  C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1274, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2155</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1278, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2156</sup> C. a António Francisco de Carvalho de 21-07-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 593-594; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 163.

Avisá-lo-ei com antecipação de um dia para na estalagem prepararem o quarto. Nada de otomanas, nem etagères, nem causeuses, nem intemperança de estofos. Mobília à Luís XV — espaldares voltairianos. Estou a recear que o meu amigo me diga que acerca de estofos em Penafiel só se fazem albardas. Você já ma aplicou uma vez, seu maroto! $^{2157}$ 

Quando se deslocava com a família, criados e animais, era previdente. Pedia a terceiros que diligenciassem a reserva de quartos em hotel, para todos se acomodarem. E descrevia as condições que ele entendia necessárias:

O meu amigo tem de fazer-me um favor. Quero ir para a Foz. Vai comigo D. Ana Plácido. Precisamos dois quartos contíguos, e preferimos o Hotel Mary Castro. Pode-se arranjar? Afora a espécie humana, vão comigo um criado e um cavalo. No mesmo hotel há cómodos para esta parelha? Quanto me custa o sustento dos quatro indivíduos? No caso de que a estalajadeira não queira baixar à indecência de incluir nos seus orçamentos a cavalgadura, que se abstenha dessa ignomínia, e se limite a fixar o valor do quarto e alimentação do criado.

Logo que obtenha estes esclarecimentos avise-me, sim? Nós partiremos dois dias depois, se não houver exageração no preço $^{2158}$ .

Teve igual procedimento, quando pretendeu hotel na Póvoa. Queria ir a banhos acompanhado da família. Solicitou, então, a um amigo que verificasse as disponibilidades e efetuasse as reservas. Camilo sabia bem o que não queria, por conhecer a oferta de hotelaria naquela vila ou até por recomendações de amigos:

Você livra-me da grande estafa de ir à Póvoa? Cheguei aqui nesse propósito; mas estou fatigado.

Preciso de ir a banhos do mar. Vai Ana Plácido, Jorge e dois criados. Precisamos casa; mas preferimos um hotel, e nomeadamente um que está ao norte, aí por perto da capela. Dos dois situados ao sul, Deus nos livre. Pergunta o meu amigo se lá temos comodidades para irmos ainda neste mês e quanto elas custam? Vai um cavalo; mas este não vai à mesa-redonda.

Precisamos um quarto espaçoso com duas camas; um gabinete de trabalho para mim, e acomodações sejam como forem para criada e criado. É provável que o hotel tenha cavalharice.

Tenha resignação, e vá saber isto. Responda para Famalicão<sup>2159</sup>.

Em outras situações, porventura menos apertado economicamente, e sem se conter em gastos, subia o nível das exigências, enumerando tudo o que lhe aprazeria encontrar. Escreveu a Eduardo da Costa Santos:

<sup>&</sup>lt;sup>2157</sup> C. a Rodrigo Beça, de 27-08-1860. In CHAVES, ed., 2002: 37.

<sup>&</sup>lt;sup>2158</sup> C. a Alberto Braga, de 11-08-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 801-802.

<sup>&</sup>lt;sup>2159</sup> C. a destinatário não identificado, de 09-07-1873. In PAÇÔ-VIEIRA, ed., 1917: 33-34.

Peço-lhe o favor de me arranjar no Águia d'Ouro um quarto exposto ao sol, com uma cama francesa, e alguma cadeira estofada ou sofá. Não faço questão de preço do quarto. Quanto a comida, é à parte, porque prefiro comer por lista.

Necessito fazer um tratamento que não posso aqui fazer. Eu queria ir na 5.ª feira próxima, se a sua resposta for favorável. Parece-me que os quartos do 2.º andar são mais agasalhados; mas talvez sejam muito pequenos. O meu amigo dirija quanto aos confortos o que lhe for possível obter<sup>2160</sup>.

Ainda que houvesse deslocações camilianas motivadas por conselhos médicos, e ele se esforçasse por cumprir os tratamentos prescritos, sentia-se a deambular sozinho, sem companhias que lhe fizessem suportar melhor o convívio com gente estranha nos hotéis:

Mandam-me ir viver à beira-mar. Já fui duas vezes à Foz, em agosto, com o propósito de lá ficar; mas fujo, aterrado, da solidão dos hotéis. Entregue a mim próprio, sinto-me piorar, de hora a hora. Ainda assim, logo que o reumatismo me deixe a perna esquerda, vou fazer nova tentativa e talvez procure um hotel em Leça ou Matosinhos<sup>2161</sup>.

Cruzava-se nas unidades hoteleiras com figuras públicas, que eram das suas relações: «Encontrei na Mary Castro o Guerra Junqueiro. Não me pareceu doente. Comia bifes do tamanho dos seus alexandrinos e bebia como o seu D. João. Deus o conserve! É um bom talento, e tarde se escreverá em português um livro como a *Morte de D. João*»<sup>2162</sup>. Mas estes momentos, talvez preenchidos com conversas informais e superficiais, não indemnizavam o sentimento de solidão. O tempo fruído nos hotéis, para ele que viajava muito sozinho, tinha uma forte marca de tédio.

A moldura humana, que habitava temporariamente os hotéis, era pouco habilitada a alterar a sensação de desprazer do romancista:

Eu vou sempre hospedar-me no Hotel Universal. Janto à mesa-redonda. Converso e ouço. Ao segundo jantar, conheço os progressos da decomposição dessa Babilónia em caricatura. Depois, fecho-me no meu quarto, sem luz, medito duas horas, e ao terceiro dia fujo para os meus filhos, depois de duas noites de insónia. Isto, meu filho, não é excentricidade: é uma doença, é a alma em fogo que vasqueja no gelo do sangue, nesta coisa fria que me vai empedrando a todas as horas<sup>2163</sup>.

O ambiente enfadonho proporcionado a Camilo pelos hóspedes dos hotéis da capital não se limitava às desinteressantes conversas dos seus companheiros na mesa-redonda ao

<sup>&</sup>lt;sup>2160</sup> C. de [25-02-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 205.

<sup>&</sup>lt;sup>2161</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. In PAXÊCO, 1924: 16-17.

<sup>&</sup>lt;sup>2162</sup> C. a Silva Pinto, de 14-04-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 685.

<sup>&</sup>lt;sup>2163</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 24-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 56-57.

jantar. O escritor queixava-se a outro destinatário, embora aqui em tom humorístico, de certo público feminino que ocupava um hotel da Foz, tornando ali agitados e barulhentos os serões, com sonoridades impeditivas de o romancista ter o seu ansiado descanso:

Passo dias tristes e noites péssimas na Foz, porque ainda não tive 3 horas de bom dormir. Neste hotel estão as fidalgas do Covo, umas senhoras não burguesas, mas «borguistas» — o que é pior. Fazem banzés noturnos, com grande bexiga e chinfrim. Ah, que se eu encontrasse, há 25 anos, um coro de ninfas assim nas estalagens que eu frequentava!<sup>2164</sup>

As queixas de Camilo sobre hotéis e estalagens passavam da paisagem humana dos hospedados aos empregados daqueles estabelecimentos. A apreciação crítica era dirigida aos funcionários da capital, brotando tal formalidade e sisudez que o faziam sentir-se mais afeito e moldado à simplicidade e ao ambiente familiar da sua casa de Seide:

Uma coisa que me aterra em Lisboa, de inverno principalmente, são os hotéis. Aqueles quartos, aqueles criados com caras de adidos a legações, hirtos quanto o aprumo cabe em galegos, tudo isto me faz saudades de minha casa; porque eu, sobretudo, sou um homem doméstico, tolhido pelos cuidados de família, e impacientíssimo<sup>2165</sup>.

O bisturi camiliano também se exercitava na opinião desfavorável sobre outras matérias da oferta hoteleira. Bradavam «sofríveis condições de limpeza e de luz»  $^{2166}$ . Escasseava roupa de cama para os hóspedes se aquecerem  $^{2167}$ . Proliferava bicheza, representada em quantidade bastante por pulgas e percevejos, para proporcionar noites agitadíssimas a quem se atrevesse a hospedar-se. Quanto a pulgas, Camilo dava conhecimento aos destinatários: «Como não dormi, ao romper da manhã saí de entre as pulgas do hotel e vim para as moscas de Seide, menos tormentosas»  $^{2168}$ . A Gomes de Amorim, o escritor evidenciou a quantidade de tão importunos companheiros de quarto: «as pulgas são aos cardumes para aquelas estalagens — pulgas antigas, coevas dos Bartolomeus dos Mártires e Caetanos Brandões»  $^{2169}$ .

Tal nível de incómodo justificava os seus pedidos de ajuda na escolha de um hotel que o mantivesse protegido de tais insetos e lhe permitisse permanecer mais tempo na cidade dos arcebispos, dada a prevista demora dos tratamentos que ia realizar:

Necessito demorar-me um mês em Braga [...]. Diga-me cá: arranja-se um quarto em algum hotel que não seja o pré-histórico Dois Amigos?

<sup>&</sup>lt;sup>2164</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. «O Primeiro de Janeiro», 13 abr. 1943: 2.

 $<sup>^{2165}</sup>$  C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1873]. In CASTELO BRANCO, 2012: 138-139.

<sup>&</sup>lt;sup>2166</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 21-07-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 593-594.

<sup>&</sup>lt;sup>2167</sup> «Como não achasse mais que um magro cobertor, e a casa não tivesse mais, mandei comprar um. Deitei-me» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 5-6).

<sup>&</sup>lt;sup>2168</sup> C. a António Carvalho, de 27-07-1889. In CASTELO BRANCO, 2002: 578.

<sup>&</sup>lt;sup>2169</sup> C. a Gomes de Amorim, 03-06-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 849.

Esse não: aí há percevejos que podem fazer centenário em vida<sup>2170</sup>.

Quando se revelaram infrutíferos o cuidado e o zelo dos seus amigos em conseguir-lhe um albergue livre de tal bicharada, ele resolveu a fazer-lhes frente, com lucrativas caçadas noturnas:

Há 8 noites que ando à caça de percevejo. Tenho matado a fósforos muito mais daqueles infames que judeus a Inquisição. As minhas noites, pois, são um quadro que esqueceu a Hoffman.

Ninguém me contempla; mas eu vejo-me horrível em ceroulas e barrete de dormir levando o incêndio às luras dessas pheras (já não sei escrever feras!)<sup>2171</sup>.

Por último, as más condições das hospedarias eram também um bom motivo para voltar para casa. Preferia as comodidades de Seide. Veja-se o que experienciou em Pedras Salgadas. Através de um anúncio nos jornais, Camilo seduziu-se a ir lá passar uns dias com Ana Plácido e o filho Jorge. Colheu informações e recomendações junto de um sujeito de nome Moutinho, fez-se ao caminho, e, pouco tempo depois, já estava de regresso a casa. Fora mal aconselhado sobre o que ali poderia encontrar. Chegado a Seide, escreveu à filha a relatar-lhe o desaire:

Já estou em casa. Desde 4.ª feira até ontem às 11 horas, 60 léguas a maior parte em carruagem. O Jorge apenas chegou às Pedras Salgadas, quis imediatamente retirar-se. Ele, mesmo no uso das suas perfeitas faculdades, tinha razão. Os quartos que nos deram eram dois antros que ninguém queria. A cozinha miserável. Os hóspedes confidenciaram-me que morriam de fome. O tal Moutinho nos seus reclames pela imprensa segue a escola inglesa-americana; mas com mais desfaçatez. Uma canalhice. O copeiro dava-me um sótão acabado de fresco e a ressumar a humidade da argamassa. Mostrou-me a carta do Moutinho, cujas recomendações limitavam-se a dizer que eu ia com um menino e uma senhora. Conversaremos largamente sobre o assunto, em breves dias<sup>2172</sup>.

# 3.2.5. Prazeres e desprazeres da mesa

Diz a tradição popular que «Homem viajado, ou bem hospedado, ou mal alimentado». O território percorrido pelo romancista foi pouco extenso. Viandando quase sempre pelas mesmas localidades, procurava escolher as hospedarias que lhe proporcionavam comodidade e descanso e os estabelecimentos onde serviam refeições que eram da sua preferência.

As deslocações propiciavam-lhe a oportunidade de experimentar uma variedade de ementas e de sugestões alimentares, desde petiscos a refeições mais completas, oferecidas nos hotéis, estalagens e botequins<sup>2173</sup> que frequentava. Além de que, durante a sua passagem

<sup>&</sup>lt;sup>2170</sup> C. a Fernando Castiço, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 933-934.

<sup>&</sup>lt;sup>2171</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de [1863]. In CASTELO BRANCO, 2002: 686.

<sup>&</sup>lt;sup>2172</sup> C. a Bernardina Amélia, de [01-08-1880]. In CASTELO BRANCO, 2002: 103.

<sup>&</sup>lt;sup>2173</sup> «Fui lá cavalgando um hipogrifo, comi no Mata uma omelete soufflé, fui ao baile de máscaras, e voltei a tomar genebra na Águia d'Ouro» (C. a José Barbosa e Silva, de [1862]. In CABRAL, ed., 1984b: 111).

e permanência por cidades e vilas do litoral ou do interior, tinha ao seu dispor refeições com produtos gastronómicos específicos de cada região, o que tornava a dieta mais diversificada e rica, passível de o saciar, mas também de o indispor: «Esta ida ao Porto fez-me mal. A alimentação péssima na estalagem, e depois um jantar em Vila Nova acabou de me desgraçar» <sup>2174</sup>. Conhecia os estabelecimentos que faziam bons e maus repastos <sup>2175</sup> e avaliava a qualidade das ementas <sup>2176</sup>.

Fora de casa, uma pessoa pouco dada a regras como o romancista entregar-se-ia com maior facilidade à ingestão de comidas desaconselhadas para o seu sensível estômago, mas que lhe eram gostosas. Sofria, depois, as consequências menos agradáveis das imoderações alimentares.

Em espaço doméstico<sup>2177</sup>, a confeção das refeições era mais ajustada às suas preferências<sup>2178</sup> e às suas necessidades, caso se encontrasse adoentado. Além disso, tinha a vigilância de Ana Plácido, que diligenciava para que Camilo se contivesse nos excessos, evitando-lhe, desse modo, mais incómodos de saúde. Quando exprimia a Matos Moreira a agradável e obsequiosa visita que o editor lhe iria fazer em Seide, acompanhado pelo «Sr. Tavares», o escritor preveniu-o: «Quando isso acontecer, descontará em minha casa os pecados de gula que tem praticado na sua. O que há bom aqui é a abstinência, e algumas vezes, com grande mágoa e fastio da minha parte»<sup>2179</sup>.

As experiências alimentares tidas em ambiente doméstico e em espaços públicos foram extravasadas na correspondência, e, nas respetivas descrições, o romancista não desperdiçou certas ocasiões para exercitar as tiradas cómicas e, assim, bem-dispor as pessoas a quem escrevia.

«O estômago é a alma da vida» <sup>2180</sup>, disse Camilo ao genro António. A frase é demonstrativa do gosto do escritor em comer e tinha subentendida a sua dificuldade em contrariar os apetites e em diminuir às porções ingeridas. A razão era simples: «A minha desgraça está

<sup>&</sup>lt;sup>2174</sup> C. a E. da Costa Santos, de [22-04-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 247-248.

<sup>&</sup>lt;sup>2175</sup> «Uma canja em estalagem do Minho é um suicídio, é a chave de Gilbert e a cicuta de Sócrates» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 342).

<sup>&</sup>lt;sup>2176</sup> «Depois que cheguei, assaltaram-me as nevralgias, consequência das humidades. Bom foi para me entreter a dar fricções. É um passatempo que não te inculco como superior a um jantar do Victor em Sintra, mas é melhor que um jantar do "América"» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 73).

<sup>&</sup>lt;sup>2177</sup> Em Seide, chegou a ter, entre os seus criados, cozinheira e ajudantes de cozinha (C. a António Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 614-615). Mas nem sempre assim aconteceu. E, por isso, numa ou noutra vez, para não sobrecarregar Ana Plácido com mais tarefas caseiras, entendia ser melhor não ir para casa. Procuraria suprir essa carência falando com Bernardina Amélia: «Se não vou para casa é esperando que tu me digas que tens criada e que a minha presença te não obriga a tamanho trabalho. Lembrava-me levar criada daqui. À Amélia tem-se oferecido cozinheiras a 6 moedas por ano» (C. a Ana Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 794-795).

<sup>&</sup>lt;sup>2178</sup> Dizia Ana Plácido a Joaquim Ferreira Moutinho: «Imagine V. que não comem, nem querem ser servidos se não for eu que vá diretamente tratar da cozinha e da mesa, às diferentes horas das suas refeições!» (C. de 02-06-1887. «Nova Alvorada», jun. 1896: 1).

<sup>&</sup>lt;sup>2179</sup> C. a Matos Moreira, de 06-01-1887. In CASTELO BRANCO, 2002: 716.

<sup>&</sup>lt;sup>2180</sup> C. a António de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 609.

nos apetites glutões»<sup>2181</sup>. Na mesma carta, pedia ao destinatário que lhe desse novidades sobre a saúde de Bernardina e do Camilinho, e só deles, porque sabia que António de Carvalho e a Camilinha eram «refratários a moléstias»: «graças ao juízo com que sabem alimentar-se»<sup>2182</sup>. O escritor não era tão prudente e contido quanto eles. Sofria por estar impossibilitado de comer o que gostava<sup>2183</sup>, reconhecia sentir-se melhor se fosse menos ávido e se se abstivesse de alguns alimentos: «como bem pouco, visto que os intestinos são rebeldes à expulsão; vou-me abstendo de café, de chá, de vinho; a isso devo talvez a diminuição de ardor; mas que longe estou de gozar uma meia saúde!»<sup>2184</sup>.

Práticas alimentares pouco regradas contribuíam para o agravamento do estado geral de saúde. A feijoada e os mariscos estavam entre os seus pratos de eleição, e na exposição aos destinatários sobre o modo como satisfez o gosto especial por estas comidas, revelava sofreguidão: «Estou passando mais mal do que nunca. Pago as demasias de condimentos franceses que propinei ao estômago no Hotel Universal. Foi um envenenamento com saladas de camarões e outros tóxicos desconhecidos ao [Mathieu Joseph] Orfila» As ostras também lhe podiam cair mal: «comi umas ostras de Montijo ali numa tasca [...] e dei às flautas para casa onde vim saturar-me de citrato de magnésio» Usando o tom jocoso e, de certo modo, revelador das aflições em que se encontrava, participou ao editor e bombeiro Costa Santos, que se presume seu companheiro numa refeição de crustáceos, o efeito que nele produziu a mariscada: «A tal lagosta irritou-me as hemorroides atrozmente. Para as debelar, peço-lhe que diga ao portador onde ele deve ir pôr uma manga na bomba que leva para combater este incêndio» 2187.

O enfartamento por se alambazar causava-lhe indigestões: «As indigestões são os meus prazeres campestres de Seide» Esta dificuldade em digerir porções mais substanciais de comida verificou-se em outros lugares. O escritor anedotizou o facto de ter andado por alguns estabelecimentos mais modestos de comes e bebes da cidade do Porto, praticando dietas que exigiam porventura um aparelho digestivo mais saudável, que não parecia ser o seu caso: «Estive uns dias no Porto, a ver se endireitava o estômago nas especiarias daquelas tabernas onde triunfa a cabeça do porco rodeada de uma glória de feijão branco. Vim pior, sentindo em mim a cabeça da vitualha comida. Eu não sei como posso trabalhar» <sup>2189</sup>.

As sardinhas, um dos seus pratos preferidos, entravam no lote das soluções pensadas por Camilo para combater ou minorar os problemas de estômago. Contudo, a ingestão deste peixe não produzia melhores benefícios que a carne de porco com feijões. Com as «sardinhas

<sup>&</sup>lt;sup>2181</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 583-584.

<sup>&</sup>lt;sup>2182</sup> C. a António de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 609.

<sup>&</sup>lt;sup>2183</sup> «Agradeço-te os morangos que chegaram excelentemente. Senti não os poder provar, porque estou em dieta, a fim de combater uma má digestão de sável» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 36).

<sup>&</sup>lt;sup>2184</sup> C. a Ana Plácido, de [23-06-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 800-801.

<sup>&</sup>lt;sup>2185</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 14-11-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 70-71.

<sup>&</sup>lt;sup>2186</sup> C. a destinatário não identificado, de 18-04-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 1145.

<sup>&</sup>lt;sup>2187</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 194.

<sup>&</sup>lt;sup>2188</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 36.

<sup>&</sup>lt;sup>2189</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [24-07-1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 288.

de Nantes» passou a sentir-se ainda mais «escalavrado», mas revelava à filha que mais valia a delícia de as saborear do que o dissabor de se ver privado delas: «Morrer por morrer, morra-se heroicamente com um suicídio de sardinhas»<sup>2190</sup>. Sobre comer sardinhas, o escritor expunha a Chardron que curava os seus males com os próprios produtos que os determinavam: «[vou] curando o estômago. Sou um pouco homeopata. Curo-me com venenos»<sup>2191</sup>.

As indigestões e os consequentes incómodos ligeiros de saúde derivavam também da voracidade com que se atirava a frutos comestíveis e a «outras asneiras» não referenciadas: «Estou bastante doente pagando a loucura de uma indigestão de cerejas. Sou digno do castigo, porque sou uma párvoa criança com cerejas e outras asneiras» <sup>2192</sup>. Adoeceu de «enchentes de melão» <sup>2193</sup> e, a somar aos padecimentos usuais, teve «uma indigestão de figos e peras verdes» <sup>2194</sup>. De uma das vezes em que pensava levar o Jorge consigo para o Senhor do Monte, teve uma importuna «laxidão intestinal»: «O médico deu séria atenção ao novo episódio, e pôs-me a água de franga. Foi tudo resultado dumas barrigadas de fruta que tomei no Porto» <sup>2195</sup>.

O escritor referiu, repetidas vezes, as repercussões das «comezainas» a que se afoitava. Era por demais evidente, e ele próprio o reconhecia, que, após as patuscadas alimentares, ponderava as vantagens do prazer em comparação com os martírios advindos de uma certa gula e de não ter hábitos de vida saudáveis:

Estou sofrendo, desde a meia-noite, o tal espasmo no esófago. Atribuo esta recaída ao abuso que fiz das comezainas. As 8 horas sobre a comida são fatais. Esta reincidência desgostou-me muito. Parece-me que devo preferir a fome a este estado. Se eu fizesse qualquer exercício, depois que janto, auxiliaria a digestão, mas se o tento, recolho-me constipado. Parece-me, pois, que deverei, se V. Ex.ª concordar, reduzir a minha alimentação a uma comida sólida em cada dia, e um almoço de café com algum leite, a meu ver mais nervoso e alimentício que os pesados caldos. Também me parece que devo jantar cedo a ver se as 8 horas se passam fora da cama. O ataque nunca me assalta fora de cama<sup>2196</sup>.

Apareceram-nos poucas referências epistolares em que manifestou ao destinatário que a comida lhe tinha sabido bem<sup>2197</sup>, e constatámos que, em várias situações, se sentia mal, após comer ou no fim de beber<sup>2198</sup>:

<sup>&</sup>lt;sup>2190</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 8-9.

<sup>&</sup>lt;sup>2191</sup> C. a Ernesto Chardron, de 28-03-1883. In CABRAL, 1939: 98-99.

<sup>&</sup>lt;sup>2192</sup> C. a J. Gomes Monteiro, de 26-06-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 502, 1538.

<sup>&</sup>lt;sup>2193</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 03-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 347-348.

<sup>&</sup>lt;sup>2194</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149.

<sup>&</sup>lt;sup>2195</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 598.

<sup>&</sup>lt;sup>2196</sup> C. sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1347, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2197</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 801; C. a Bernardina Amélia, sem data. FIGUEIRAS, *ed.*, 2002: 155.

 $<sup>^{2198}</sup>$  «Passei muito mal a noite. Não dormi nada. / Deram-me à noite um ovo quente que ainda me pesa no estô-mago» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 237); «comi um caldo verde, e tive agonias»

Fui comprar uns chinelos para ti e para mim; comprei umas mantinhas para ti e para os filhos; tomei um copo de água gelada no botequim da Rua de S.<sup>to</sup> António; conversei na Havanesa com o Guilherme Fernandes bombeiro, estive com o outro comandante da bomba, e vim para casa a cair como um bêbedo<sup>2199</sup>.

Independentemente dos excessos a que se entregava e de padecimentos ligeiros por uma ou outra comida lhe ter feito mal, a epistolografia comprova que Camilo praticava uma dieta contendo produtos variados.

Detalhou que comia caldo de abóbora $^{2200}$ , caldo de galinha $^{2201}$ , caldo-verde $^{2202}$ , caldo de couves $^{2203}$  e «pesados caldos» $^{2204}$ .

Alimentava-se de carnes de galo<sup>2205</sup> e de galinha<sup>2206</sup>, de coelho<sup>2207</sup> e de pato<sup>2208</sup>, de vaca<sup>2209</sup> e de vitela<sup>2210</sup>, de carneiro<sup>2211</sup> e de porco<sup>2212</sup>. Também comia leitão, sobretudo em dias especiais, com convidados de reconhecido estatuto em matérias de apetite: «hoje escrevi ao Tomás perguntando-lhe se vem com o abade. Responda-me prontamente a isto para cuidar dos leitões e das galinhas»<sup>2213</sup>.

Também fazia refeições de peixe. Além do tradicional bacalhau<sup>2214</sup>, comia sável<sup>2215</sup>, pescada<sup>2216</sup>, linguado<sup>2217</sup>, salmão<sup>2218</sup> e sardinhas, que tanto apreciava: «receio muito uma indigestão de sardinha com que hoje arquei ao jantar. Sou um grande asno»<sup>2219</sup>.

<sup>(</sup>C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 104); «Tomei muito café péssimo durante o dia, e quando cheguei a casa e o tomei outra vez tive um ataque formal de envenenamento» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 117); «A noite passada tive uma indigestão de caldo de franga» (C. a Bernardina Amélia, de 05-08-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 172-173); «Tomei em casa deles um copo de água e vinho que me fez uma indigestão. Passei muito mal» (C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 797).

<sup>&</sup>lt;sup>2199</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 799-800.

<sup>2200</sup> C. a António Teixeira de Vasconcelos, de 21-08-1864. In VILHENA, 1960: 346.

<sup>&</sup>lt;sup>2201</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1328, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2202</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1283, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2203</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 504-505.

<sup>&</sup>lt;sup>2204</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1347, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2205</sup> C. a J. Gomes Monteiro, de 02-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 497-498.

<sup>&</sup>lt;sup>2206</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 18-06-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 335.

<sup>&</sup>lt;sup>2207</sup> C. a António Vicente, de 26-07-1885. In FARIA, ed., 1990: 25.

<sup>&</sup>lt;sup>2208</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 342.

<sup>&</sup>lt;sup>2209</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 610.

 $<sup>^{2210}</sup>$  C. a E. da Costa Santos, de [17-03-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 243; C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS,  $ed.,\,2002:\,155.$ 

<sup>&</sup>lt;sup>2211</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 610.

<sup>&</sup>lt;sup>2212</sup> C. a José Caldas, de 26-11-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 972; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [24-07-1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 288.

<sup>&</sup>lt;sup>2213</sup> C. a Ernesto Chardron, de 16-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 352.

<sup>&</sup>lt;sup>2214</sup> C. a Silva Pinto, de 11-09-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 678.

<sup>&</sup>lt;sup>2215</sup> C. a Bernardina Amélia, de 17-03-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 175; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 36.

 $<sup>^{2216}</sup>$  C. a Gomes Monteiro, de 02-08-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 497-498; C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 24.

<sup>&</sup>lt;sup>2217</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 10-06-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 256.

 $<sup>^{2218}</sup>$  C. a José Barbosa e Silva, sem data. In CABRAL,  $ed.,\,1984b:\,127.$ 

<sup>&</sup>lt;sup>2219</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [07-09-1856]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1015-1016.

Em termos de frutos, destacou «ameixas e laranjas» <sup>2220</sup>, morangos <sup>2221</sup>, «figos e peras» <sup>2222</sup>, «tangerinas e pêssegos» <sup>2223</sup>, melões <sup>2224</sup> e cerejas <sup>2225</sup>.

Quanto a legumes, mencionou grão-de-bico<sup>2226</sup>, couve-flor<sup>2227</sup>, as batatas, acompanhadas com azeite de Mosteirô<sup>2228</sup>, e particularizou ironicamente a plantação de sementes de abóbora-menina:

Para cúmulo de opulência mandei semear abóboras-meninas em redor da choupana. Havia naquilo tudo umas ousadias orientais, como se Petrónio ali andasse mordomizando as orgias do amo. Era um deboche de imaginação, que tu calcularás sabendo que desfalquei a minha fortuna em 5\$315 réis, afora a semente das referidas abóboras<sup>2229</sup>.

Além disso, à casa do escritor chegavam manteiga<sup>2230</sup>, azeitonas<sup>2231</sup>, enchidos (paio<sup>2232</sup>, presunto<sup>2233</sup> e salpicão<sup>2234</sup>), bolachas<sup>2235</sup>, chocolate<sup>2236</sup>, café<sup>2237</sup> e gelado<sup>2238</sup>.

Acompanhava as refeições com vinho maduro<sup>2239</sup>, vinho palhete<sup>2240</sup> e vinho verde: «Veremos o que faz este ar... e este vinho verde que é um verdadeiro vinagre de sete... Cabrais»<sup>2241</sup>. Também gostava muito de tomar café<sup>2242</sup> e de beber conhaque<sup>2243</sup>.

A epistolografia demonstra que não era rabugento quanto à oferta alimentar nem esquisito em relação ao que, em sua casa, lhe colocavam na mesa. Porém, para acompanhar um prato de carne preferia couve-flor ou outra qualquer hortaliça em vez de brócolos e de couve-galega<sup>2244</sup>.

```
<sup>2220</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 133.
<sup>2221</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, de 16-05-1861. In CASTELO BRANCO, 2002: 681-682.
<sup>2222</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149.
<sup>2223</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1879]. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 64.
2224 C. a António Feliciano de Castilho, de 03-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 347-348.
<sup>2225</sup> C. a J. Gomes Monteiro, de 26-06-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 502, 1138.
<sup>2226</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 118.
<sup>2227</sup> C. a E. da Costa Santos, de [17-03-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 243.
<sup>2228</sup> C. a Manuel Negrão, de 21-02-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 881-882.
<sup>2229</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 29-07-1878. In CASTELO BRANCO, 2012: 260.
<sup>2230</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 17.
<sup>2231</sup> C. a Bernardina Amélia, [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 72.
<sup>2232</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 223.
<sup>2233</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 309-310.
<sup>2234</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 309-310.
<sup>2235</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 611.
<sup>2236</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 02-11-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 376.
<sup>2237</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 614-615.
<sup>2238</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In COSTA, ed., 1930b: 19-20.
<sup>2239</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1157.
<sup>2240</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 102.
<sup>2241</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 02-06-1873. In CASTELO BRANCO, 2012: 130.
<sup>2242</sup> C. a Ana Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 792.
<sup>2243</sup> C. a Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 611.
<sup>2244</sup> C. a E. da Costa Santos, de [17-03-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 243.
```

Em virtude dos tratamentos que tinham por objetivo recompô-lo de excessos cometidos e das debilidades do seu aparelho digestivo, o escritor era submetido a dietas sustentadas, sobretudo, em carnes brancas, nas quais a carne da galinha tinha primazia. As dietas rígidas, mais ou menos prolongadas, eram para ele um sacrifício: «Assim que penso em galinhas, tenho vómitos»<sup>2245</sup>. Nessas alturas, queixava-se dos caldos de galinha por julgar que o enfraqueciam, a ponto de ter dificuldade em se suster de pé<sup>2246</sup>. Estando em Vizela, descreveu à filha a repugnância que já lhe causava esta ave: «Quando toca uma sineta, vou à mesa, contemplo umas galinhas cozidas, insulsas como o espírito do teu pobre papá; pergunto aos céus se a praga dos gafanhotos que devastou Israel não seria menos funesta que a praga das galinhas que me vai devastando a mim»<sup>2247</sup>.

Camilo insurgiu-se contra as dietas em várias missivas<sup>2248</sup>. Cansado de não poder comer e beber<sup>2249</sup> o que lhe apetecia, escrevia à filha a dizer-lhe que a abstenção de ingerir determinados alimentos era uma inutilidade. O escritor permitia-se até julgar que o seu «enorme fastio» derivava da «privação de alimentos excitantes», aqueles que precisamente o libertariam da «atrofia de estômago e de nervos»<sup>2250</sup>.

E chegava a afirmar que não comia por «ódio» a esta cozinha<sup>2251</sup>, sem esclarecer a que cozinha se estava a referir. São diversas as cartas em que mencionou que só bebia leite, porque tudo o resto lhe aborrecia e causava enjoo<sup>2252</sup>. Aludiu, em determinadas ocasiões, ao leite de burra, que ingeria por não poder comer alimentos sólidos<sup>2253</sup>, e, com graça, dizia a Gomes de Amorim: «Estou tomando leite de burra. [Creio nela, por ser burra]. Os doentes deste país devem ser-lhe caros»<sup>2254</sup>.

#### 3.2.5.1. Convites e convidados

O escritor gostava de conviver e de conversar. Estas duas palavras, «conviver» e «conversar», surgem na epistolografia com bastante regularidade. E o mais natural é que esses convívios e esses diálogos decorressem sob os auspícios da gastronomia: «Venha quando lhe apetecer um pouco cavaco ao fogão e uma orelheira com feijão branco»<sup>2255</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2245</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 155.

<sup>&</sup>lt;sup>2246</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 61-62.

<sup>&</sup>lt;sup>2247</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 112.

<sup>&</sup>lt;sup>2248</sup> Em missiva recebida de Tomás Ribeiro, o político e escritor agradeceu os livros enviados por Camilo e entregou ao rei os que lhe eram destinados. Interrogado pelo monarca sobre quando o romancista iria a Lisboa, Tomás Ribeiro respondeu que Camilo ia fazer um regime sustentado em «leite e raízes». O monarca riu-se e disse: ele é «homem para tudo e que se desse para ser santo, [sê-lo-ia]. Fiquei mudo porque não é bonito contradizer os Reis» (C. a Camilo, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 811, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>2249</sup> «A falta do vinho reduziu-me à última atonia física e moral» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 62).

<sup>&</sup>lt;sup>2250</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 92-93.

<sup>&</sup>lt;sup>2251</sup> C. a António de Carvalho, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2002: 620.

<sup>&</sup>lt;sup>2252</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In COSTA, ed., 1930b: 19-20.

<sup>&</sup>lt;sup>2253</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [05-07-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 406-407.

<sup>&</sup>lt;sup>2254</sup> C. de 03-06-1874. In CABRAL, ed., 1986a: 98.

<sup>&</sup>lt;sup>2255</sup> C. a José Caldas, de 26-11-1869. In CASTELO BRANCO, 1994: 972.

Tinha «paixão pelo cavaco, seja com quem for, e sem distinção de lugar»:

Nem mesmo eu saberei dizer o que mais aprecio — se travar brilhante conversa encostado a uma banca marmórea do Guichard, entre colunas de fumo, e sumidades literárias, se sentado no convés dum barco, imundo, que respira sarna e piolhos, ouvir a algaravia de oito barqueiros, qual deles mais estúpido, qual deles mais tratante! Gosto de ambas as coisas: — eu sou o génio do cavaco!<sup>2256</sup>

Formulou convites para ser visitado e foi convidado a participar em diversas refeições.

Quanto a convites que recebeu de familiares e amigos, houve casos em que não se fazia rogado. Gostava de ir comer com a filha e o cunhado, no Porto ou em Valbom. Chegava mesmo a pedir que lhe comprassem e lhe enviassem alguns dos produtos que mais tinha apreciado nas refeições tidas com eles. É o que revelam as cartas em que solicitou ao genro a aquisição de dois quilos de café<sup>2257</sup>, de uma máquina de fazer café, de bolachas e de uma garrafa de conhaque<sup>2258</sup>. A filha e o genro procuravam dar resposta pronta, para o satisfazer. Algumas encomendas desapareciam: «Diz ao sr. Carvalho que o homem das azeitonas ficou com elas e com os humildes cobres; parece que precisava das azeitonas como desenjoativo para comer os ditos cobres»<sup>2259</sup>. Mas também podiam chegar-lhe desfalcadas de alguns conteúdos. Para se evitarem roubos durante o transporte, requeria-lhes que os mantimentos, nomeadamente, arroz, açúcar, presuntos e salpicões, fossem enviados em caixa transportadora bem pregada<sup>2260</sup>, na intenção de assim se dissuadir o roubo fácil, pelo método preventivo do prego na tábua.

No período em que decorria a *Questão da Sebenta*, com o lente da cadeira de Direito Eclesiástico Português, Avelino Calisto, o editor Ernesto Chardron enviou ao romancista doze garrafas de vinho. O conteúdo afigurava-se-lhe tão exortativo que o polemista afirmava que seria capaz de enfrentar toda a Faculdade de Teologia e não apenas o lente<sup>2261</sup>.

Nas missivas que lhe foram dirigidas, ficamos a saber que António Ramos lhe enviou do Brasil, fazendo de Nuno o portador de «insignificante brinde»: «uma barrica com café do melhor que este país produz; uma caixa com doce de goiaba; uma caixa com parati e laranjinha»<sup>2262</sup>.

Encontrámos algumas cartas em que Camilo agradeceu as dádivas, e também outras em que solicitou para que não lhe enviassem mais nada, pois o regime alimentar a que estava sujeito não lhe dava margem para se atrever a ingerir tais alimentos e bebidas. Foi isso que

<sup>&</sup>lt;sup>2256</sup> CASTELO BRANCO, 1990b: 46.

<sup>&</sup>lt;sup>2257</sup> C. a António de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 614-615. Na p. 565 deste mesmo volume, ficamos a saber que, a 9 de outubro de 1879, Camilo acusava a receção da máquina de café e agradecia ao genro o envio da mesma.

<sup>&</sup>lt;sup>2258</sup> C a António de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 611.

<sup>&</sup>lt;sup>2259</sup> C. a Bernardina Amélia, de 24-06-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 166.

<sup>&</sup>lt;sup>2260</sup> C. a António Carvalho, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 309-310.

<sup>&</sup>lt;sup>2261</sup> C. sem data. In CABRAL, 1939: 114.

<sup>&</sup>lt;sup>2262</sup> C. a Camilo, de 17-05-1887. In Acervo de Correspondência, n.º 910, Casa de Camilo.

pediu a Bernardina Amélia: «Diz ao Sr. Carvalho que me não envie o vinho, porque uma gota seria um incêndio. Muito lhe agradeço a fineza»<sup>2263</sup>.

Também lhe aprazia conviver com amigos que tinha no concelho de Vila Nova<sup>2264</sup>. Gostava de confraternizar, por exemplo, com José de Azevedo e Menezes, com o Barão da Trovisqueira, com o Visconde de Pindela ou com António Vicente. Os morgados de Pereira, amigos muito próximos do casal de Seide, davam jantares na quinta de que eram proprietários em Esmeriz. Num desses jantares mais substanciais, o romancista, em tom de gracejo, caricaturou algumas das capacidades mais risíveis dos comensais presentes, sobretudo no respeitante ao apetite voraz e ao emborcamento de bebidas alcoólicas, determinantes para que os morgados fossem obrigados a possuir despensas prevenidas e adegas abundantes em pipas e garrafões:

Há dias fui jantar a casa daquele morgado de Pereira, que apresentei a V. Ex.a. Vi beber uma pipa de vinho. Os bêbados e os comilões da Ilíada por aqui seriam meninos de peito a comer sopinhas de leite. Aqui governa uma providência peculiar das barrigas. Doze destes homens se fossem a Lisboa almoçavam uma praça da Figueira e jantavam a Ribeira Velha com a Rua dos Bacalhoeiros anexa<sup>2265</sup>.

Fora de Famalicão, demonstrou o seu desejo de visitar o amigo Tomás Norton, no Mosteiro de Refojos do Lima, manifestando ao amigo um propósito gastronómico, entre assuntos de pintura sobre supostas telas de Rafael, ali existentes: «Tenho esperança de ir na primavera», conquanto «as excelentes senhoras da sua família me não submetam aos caldos de galinha e aos agasalhos do cachenê. Tenho em vista restaurar-me com os salmões do seu rio... e com os arseniatos do Freitas»<sup>2266</sup>.

Em almoços e jantares da sociedade lisboeta, ainda que decorressem em casa de amigos íntimos de longa data, o escritor parecia sentir-se desenquadrado do pensamento e do sentir das individualidades presentes. Por estes anos, já Camilo sabia do problema da demência de Jorge. Confessava que os seus desencantos e amarguras se tinham tornado mais difíceis de suportar, o que contribuía para ir deixando de dar àqueles ambientes a importância que deviam e mereciam. Por isso, fugia:

A última vez que aí fui [Lisboa] ia destinado a engolfar-me na estúpida vida comum de comes e bebes por casa de sujeitos que dão jantares crassos a homens atoucinhados. Jantei em casa de Custódio José Vieira com vários conselheiros, entre os quais avultava aquele saudoso Sampaio da Revolução. Aquilo pareceu-me a vida que me convinha para reforma da molécula constituinte

<sup>&</sup>lt;sup>2263</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In FIGUEIRAS, ed., 2002: 154-155.

<sup>&</sup>lt;sup>2264</sup> «Ontem fomos a Landim comer melões à quinta do mosteiro dos Jesuítas. Conte V. Ex.ª isto ao Eugénio para ele se comer de inveja» (C. a António Feliciano de Castilho, de [20-08-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 343-344). <sup>2265</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [20-08-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 343-344.

<sup>&</sup>lt;sup>2266</sup> C. a Tomás Mendes Norton, de 12-11-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 920-921.

e integrante. Pensei em regenerar-me por meio de uma evolução química, aumentando o azote da minha pessoa, o eu fibrinoso. Deitei-me nesta ideia; mas às 4 da manhã, fiz a mala, chamei os criados pelo carrilhão da campainha elétrica, paguei e safei-me para Santa Apolónia, pedindo a esta santa e às outras que me pusessem escorreito em Coimbra<sup>2267</sup>.

Às vezes, sentia-se forçado a aceitar os convites e ia contrafeito, receoso dos efeitos da dieta que lhe ofereciam. Foi o que transmitiu a Ana Plácido: «Não pude eximir-me a ir jantar com o Custódio. Vou hoje, e como espero que o jantar me piore, já não parto amanhã como tencionava porque não sei se me será muito penoso erguer-me às 5 horas»<sup>2268</sup>. Na verdade, a sua pouca saúde, as doenças temporárias e a necessidade de trabalhar não lhe permitiam dar resposta positiva a todas as solicitações. Vejamos, como exemplo, o que disse a Bernardina Amélia: «Pede ao Sr. Carvalho que me desculpe de não ir hoje aceitar o obséquio do seu jantar. Limito-me hoje a tomar uns caldos, e combater esta forte constipação»<sup>2269</sup>.

Embora nos reservemos a desenvolver este assunto no subcapítulo «3.3.2. Os seus amigos», não podemos deixar de dizer que o escritor fazia muito gosto em receber em sua casa pessoas a quem o ligavam enormes afeições. Realçava ele a Costa Santos: «Venha sempre que nos quiser dar prazer. [...] Já sabe que é recebido sem etiquetas»<sup>2270</sup>. E no acolhimento das visitas, a gastronomia assumia um enorme destaque, pela capacidade de conseguir dispor e predispor para o convívio e para o reforço das amizades. Preocupava-se com a indicação precisa do trajeto, disponibilizava-se para os ajudar no transporte, indo ou mandando alguém com animais ao seu encontro, o que lhes permitiria chegar mais facilmente a sua casa. Com as visitas, aprimorar-se-iam as ementas, e o romancista afirmava que assim também o obrigariam a comer. Em convívios francos e fraternos com gente palradeira, o escritor sentiria maior distração e a dificuldade em comer parecer-lhe-ia menor:

Estimo muito a sua visita e a do nosso amigo Silva Pinto; mas, quando vier, tem de me avisar de véspera, e sujeitar-se ao seguinte itinerário. Devem sair no 1.º comboio; quando chegarem à estação de Famalicão encontram um trem que os conduz pela estrada de Guimarães a um ponto onde encontram dois burros que os devem conduzir a este sertão. A vinda no 1.º comboio é urgente para fugirem ao calor. Não almocem em Vila Nova [de Famalicão], porque almoçam aqui menos pior ou um pouco melhor, e fazem com que eu almoce também<sup>2271</sup>.

O gosto em agradar às suas visitas ultrapassava a parte gastronómica. Em momentos mais especiais, como a visita realizada por Tomás Ribeiro e por Feliciano de Castilho, o escritor até se encarregou de contratar quem ali os viesse receber com música e cantoria:

<sup>&</sup>lt;sup>2267</sup> C. a Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 199-200.

<sup>&</sup>lt;sup>2268</sup> C. sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1269, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2269</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 26.

<sup>&</sup>lt;sup>2270</sup> C. de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 229.

<sup>&</sup>lt;sup>2271</sup> C. a Narciso Lacerda, de 26-05-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 1102.

Vai grande alvoroço cá em casa com a esperança de o termos aqui e mais não sei qual filho de V. Ex.<sup>a</sup> (podiam vir todos) e mais o nosso querido Tomás. D. Ana começa já a engordar as galinhas, e eu a recrutar quantas violas e rebecas atroam os coelhos destes montes. Há de ser festa bruta a valer<sup>2272</sup>.

### 3.2.5.2. Recomendações sobre cuidados alimentares

Camilo também se preocupava com a saúde e a alimentação da família e dos amigos. Em várias cartas fez recomendações deste cariz<sup>2273</sup>, sugerindo-lhes cuidados que deveriam ter com a alimentação.

A formação que tivera na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, o interesse pelos assuntos médicos, a sua própria experiência como doente, as consultas e conversas que foi tendo ao longo da vida com facultativos, uns que o consultaram e outros que eram seus amigos, davam-lhe um conhecimento empírico e científico de que se sentia autorizado para aconselhar.

Na tentativa de procurar evitar o agravamento dos padecimentos dos destinatários e de os ajudar a evitar cometer erros nocivos às suas saúdes, Camilo transmitiu-lhes os seus diagnósticos e deu-lhes os seus pareceres. Com Ramiro Coutinho foi incisivo: «Deixa-me fazer-te umas reflexões higiénicas relativas ao teu estado. Mede a tua alimentação pelo exercício. Comidas fortes pouquíssimas. Nada de carnes vermelhas. Se digeres bem o peixe, não passes desse alimento, e usa pouco de farinhas» 2274. Mais tarde, sabendo que o filho do seu amigo era franzino e não se encontrava bem, o escritor perguntou por ele: «Então o teu Ramiro passa mal? Burrifica-o. Carne, vinho, exercício, e compêndios de João Félix para dissolver o cérebro em benefício do fígado» 2275.

Com membros da sua família, procedeu com iguais atenções. Ao ter conhecimento de que o genro estava adoentado, Camilo quis contribuir para a sua recuperação, e aconselhou Bernardina Amélia: «Passar pior depois de um dia áspero é porque com o frio se formam congestões parciais que não existiriam com uma temperatura regular. Entretanto, insisto, 1.º na mudança de casa; 2.º, vida de campo temporariamente» 2276.

Foi sobretudo através da correspondência enviada pelo escritor à sua filha e ao seu genro que ficamos a saber mais sobre os seus hábitos e as suas preocupações ao nível alimentar, entre os quais, pedidos de aquisição e envio dos mais diversos alimentos, oferta mútua de produtos agrícolas e de doçaria, preferências gastronómicas e mal-estares, refeições servidas em diversas localidades e em estabelecimentos onde estava hospedado ou internado.

O nosso estudo epistolar comprova que Camilo gostava de comer e de beber, umas vezes muito, outras vezes bem, e, em vários casos, o que havia disponível. Em geral, ingeria os

<sup>&</sup>lt;sup>2272</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 18-06-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 335.

<sup>&</sup>lt;sup>2273</sup> «Congratulo-me pelas melhoras, e recomendo-lhe cuidado com as ceias de bacalhau» (C. a E. Costa Santos, de 01-12-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 257-258).

<sup>&</sup>lt;sup>2274</sup> C. de 22-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2012: 52-55.

<sup>&</sup>lt;sup>2275</sup> C. de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 143.

<sup>&</sup>lt;sup>2276</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 8-9.

alimentos que lhe sabiam melhor, o que não significava que lhe fizessem bem, e estava consciente dos riscos que corria. E, em muitos casos, as indigestões eram fruto da não observância de uma dieta equilibrada e saudável, resultante das frequentes deambulações.

#### 3.3. AMORES E HUMORES

### 3.3.1. Entre famílias nucleares e vida amorosa paralela

Camilo constituiu duas famílias nucleares distintas, em jovem e em idade adulta, e foi o único a fazer parte de uma e de outra, porque nenhum membro da primeira sobreviveu para integrar a segunda.

O processo de construção destes núcleos familiares mais íntimos esteve entre a padronização social e religiosa, e o concubinato.

Em adolescente, cumpriu a tradição socio-cristã, no que concerne ao envolvimento e compromisso amoroso entre duas pessoas. Enamorou-se e consorciou-se, aos 16 anos, com uma menina, pouco mais nova do que ele, na Igreja do Divino Salvador, em Ribeira de Pena. E o jovem casal teve uma criança, chamada Rosa.

Se atendeu às convenções sociais e religiosas, também as transgrediu. Ainda em vida da mulher e da filha, e na vigência do casamento com Joaquina de França, Camilo levou vida conjugal paralela, em Vila Real, com Patrícia Emília de Barros. Era rapariga solteira, e do relacionamento com o escritor nasceu uma menina, Bernardina Amélia, quando ele já era viúvo.

Durante os anos de 1850, encetou trato amoroso com Ana Plácido, mulher de Pinheiro Alves, um capitalista com os negócios instalados na cidade do Porto. Antes da morte do marido, Ana e o amante tiveram um filho adulterino, Jorge Castelo Branco, que, à face da lei e por ela continuar casada com o argentário, era considerado filho de Pinheiro Alves e não de Camilo Castelo Branco. Após a morte do marido, a viúva e o companheiro assumiram, pública e definitivamente, a relação. Passaram a viver juntos, tiveram outro filho, Nuno, e casaram a 9 de março de 1888. Camilo oficializou, dois anos antes do suicídio, a sua segunda família, regularizando o estado de mancebia, pouco tolerado pelo pudor público, que durava há mais de duas décadas e meia. A concubina de Camilo passou a ser, e a assinar-se, Viscondessa de Correia Botelho.

Em termos de epistolografia camiliana conhecida, manteve-se o mais absoluto silêncio sobre os membros da primeira estrutura familiar. Joaquina e Rosa nunca foram mencionadas.

Da memória epistolar de Patrícia de Barros encontrámos apenas quatro missivas. Duas destas foram-lhe dirigidas por Camilo<sup>2277</sup>: revelavam trato amistoso e, algo que julgamos insólito, partilhavam informação sobre intimidades do romancista com a freira Isabel Vaz Mourão.

<sup>&</sup>lt;sup>2277</sup> Correspondência a Patrícia Emília de Barros, de 01-01-1857. In CASTELO BRANCO, 2002: 1048; e de 14-06-1857. In CASTELO BRANCO, 2002: 1048-1049.

Nas outras duas cartas, houve referências pontuais à sua pessoa. Em trezentas e oitenta peças epistolares de Camilo a Bernardina Amélia, só por uma vez e numa curta frase redigida em *P.S.*, o pai lhe falou de sua mãe, para lhe participar que esta havia falecido, omitindo a palavra «mãe»: «Os jornais de Vila Real dão a notícia da morte de D. Patrícia Emília de Barros» <sup>2278</sup>. Na mesma altura, também falou dela ao amigo Manuel Negrão, com demasiada superficialidade, confidenciando-lhe que não lhe «produziu tristeza grande nem profunda saudade» o desaparecimento da mulher por quem andou apaixonado, fugiu, esteve preso e com quem teve uma filha: «Vi hoje nos jornais a notícia da morte de uma D. Patrícia Emília de Barros, de Vila Real. Era a mãe de minha filha Amélia. É um aviso. As personagens da minha comédia vão assim caindo no palco em que eu já mal posso andar» <sup>2279</sup>.

Em contrapartida, e como se compreende, o escritor deixou-nos muitas referências sobre a segunda família nuclear, apresentando o modo como interpretava as repercussões do comportamento de cada membro no viver em família. As observações saíam da pena do romancista contaminadas pela sua ironia espontânea, polvilhadas, às vezes, com matizes da arte de comover. Mas prevalecia a comicidade, uma solução recorrente, para se libertar dos maus efeitos das contrariedades e padecimentos vividos dentro de portas.

Comparou, por várias vezes, o dia a dia dos habitantes da casa de São Miguel de Seide ao dos alienados em tratamento no Hospital Conde de Ferreira<sup>2280</sup>, no Porto: «Esta casa parece-me uma sucursal da Cruz das Regateiras. Os entes mais inteligentes deste jardim bestial são os dois macacos. Benza-os Deus que não têm contra si o pecado original»<sup>2281</sup>. Fez idêntica equiparação com os pacientes do Hospital de Alienados de Lisboa. Quando os diversos afazeres da família lhe pareciam algo destrambelhados com o que ele entendia serem a sensata ocupação do tempo, o romancista identificava o desnorte das mentes do seu lar com a azáfama alucinada dos doentes internados em Rilhafoles:

O Jorge já hoje foi para a escola; e ontem à noite, esporeado pelo demónio da caricatura, berrou para ir ver umas figuras de cera, onde está o D. Fernando Gotha e outros reis empalhados.

Eu continuo a sofrer muito durante a noite. Parece que tenho brasas sobre a pele. O Nuno deu agora em cuidar de galinhas. Vai de manhã ver se elas têm ovo, e teima que algumas têm 3 e mais. Já é dedo observador! O mais velho quer ir para África negociar em dentes de elefante, e trata de arranjar munição de pólvora e bala. Isto é uma casa de mentecaptos. A D. Ana em meio disto anda azoratada, e está a ralhar com a lavadeira. Eu estou lendo a distinção que há entre partidas dobradas e singelas, e estabeleço o acordo entre o Borrador e o Livro da Razão. Completo Rilhafoles<sup>2282</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2278</sup> C. a Bernardina Amélia, de [fevereiro de 1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 107.

<sup>&</sup>lt;sup>2279</sup> C. a Manuel Negrão, de 21-02-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 881-882.

<sup>&</sup>lt;sup>2280</sup> PEREIRA, GOMES, MARTINS, 2005: 99-128.

<sup>&</sup>lt;sup>2281</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1326, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2282</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 92-93.

Na caracterização genérica dos familiares mais íntimos, Camilo expôs a Ramiro Coutinho um episódio que ilustrava e concorria para ele cognominar a mansão de Seide de «Rilhafoles doméstico». Tinha o caso que ver com consequências de tresloucados atos familiares sobre terceiros, que residiam com eles e eram tratados como família. Um criado, filho da ama que criou Manuel Plácido e, por isso, seu «irmão de leite», roubou dez libras a Ana Plácido, confessando «que as submergira numa latrina»: «Chega, há pouco, a polícia para fazer as necessárias escavações no panteão onde foram cair as 10 imagens da rainha Vitória»<sup>2283</sup>. O rapaz já há muito roubava, e o escritor tinha a esperança de que ele, com a idade, corrigisse tal tendência: «Agora vai para a enxovia e, entrado ali, a regeneração é impossível»<sup>2284</sup>. Em resposta às «torturas da polícia», o jovem manteve a versão de que tinha sido ele o autor do crime. Porém, os polícias apuraram que o criado estava a mentir, para ocultar a identidade do verdadeiro ladrão: Manuel Plácido. Ana Plácido foi inteirada da realidade dos factos, e reagiu muito mal. O escritor exprimiu como ela se sentira: «caiu, e está lançando sangue»<sup>2285</sup>. Manuel tinha consumido as libras no jogo, em revólveres e facas, e outras coisas mais não contadas. Acrescentou Camilo ao seu destinatário que fora «tocante ver o Plácido ajoelhado» a pedir perdão ao criado «do que o fizera sofrer no segredo, e ele abraçado no outro a chorar»<sup>2286</sup>.

Os comentários camilianos não se restringiram a apresentar a alguns dos seus destinatários, em tom irónico ou em registo patético, o modo como ele inteligia o funcionamento da sua estrutura familiar, em ambiente íntimo. Camilo acabou também por partilhar informações com os correspondentes sobre a sua mulher e os seus filhos, e, com isso, revelava-lhes características marcantes das respetivas personalidades e dos factos relevantes das suas vidas.

#### 3.3.1.1. Ana Plácido e Manuel Plácido

Produziu-se bibliografia importante sobre Ana Plácido, a amante, a companheira e a mulher de Camilo<sup>2287</sup>, cujos autores se debruçaram sobre múltiplos aspetos da sua vida, da sua obra e da sua personalidade, nomeadamente, a formação cultural e o saber literário; a dilucidação do momento em que se iniciou o escândalo amoroso entre ela e Camilo; a paternidade de Manuel Plácido; a mulher apaixonada, que, contrariando todas as normas, abandonou o lar conjugal para assumir a relação amorosa com o amante; a escritora que viveu à sombra da figura de Camilo, a obra ficcional, de grande pendor autobiográfico, que sofreu um certo apagamento, sob o peso esmagador da dimensão e do valor estético da produção literária camiliana; a mãe dos filhos de Camilo e a enfermeira da família, em termos físicos, morais e psicológicos.

<sup>&</sup>lt;sup>2283</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [16-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 91.

<sup>&</sup>lt;sup>2284</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [16-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 91.

<sup>&</sup>lt;sup>2285</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [18-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 96.

<sup>&</sup>lt;sup>2286</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [18-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 96.

<sup>&</sup>lt;sup>2287</sup> Entre outros trabalhos passíveis de menção, permitimo-nos salientar os que foram publicados nas últimas três décadas: CABRAL, 1991; CASTRO, 1997: 9-34; PASSOS, 1997: 193-208; CASTRO, 1995a; TELES, 2008; CAMPOS, 2008.

Ainda que a epistolografia traduza muitos destes aspetos, entendemos não esmiuçar, ainda mais, alguns assuntos acima descritos, para que a nossa abordagem, embora sucinta, não corresse o risco de se tornar redundante. Nesse sentido, procurámos evidenciar certas vivências placidianas que sobressaem da epistolografia do homem que lhe foi «fogo de paixão e cruz de expiacão»<sup>2288</sup>. Focámo-nos nas que poderão contribuir, a nosso ver, para compor um retrato mais doméstico e sentimental de Ana Plácido, distante da tradicional dupla imagem construída pelo imaginário do leitor comum: por um lado, a amante de Camilo; e, por outro, a escritora, com obra de mérito, mas sombreada pela grandeza, em extensão e qualidade, da bibliografia camiliana. Nesse propósito, tomámos em consideração o período após a sua chegada a São Miguel de



**Fig. 12.** Ana Augusta Plácido (1831-1895), fotographia de Miguel Novaes Fonte: reprodução fotográfica — Paulo Seide Fotógrafo, 2022. In *Acervo da Casa de Camilo* 

Seide, em finais de 1864, e valorizámos, entre as suas experiências quotidianas, as ocupações caseiras, os desgostos familiares, a doença cardíaca, as atenções carinhosas do escritor e o modo como Ana exteriorizou o pesado fardo de ser os olhos e a mão do seu marido, quando a cegueira o impossibilitou, por completo, de ler e de escrever.

Passado o período conturbado da paixão que os levou à barra do tribunal, e ultrapassadas que foram as cenas de ciúmes de Camilo de amigos que lhe eram próximos, Ana Plácido foi assumindo, gradualmente, um papel de importantíssimo relevo no seio da família nuclear de Camilo. Poder-se-á afirmar, sem qualquer exagero, que foi a pedra angular, o elo mais forte de um pequeno conjunto de anéis, que a frágua da paixão romântica uniu e fez aumentar, e que se entrelaçavam, ora de maneira forma conciliante ora de modo desarmonioso, ou em comunhão tensa.

Com um companheiro que deambulava amiúde, que se ausentava de casa reiteradas vezes e, com isso, se via privado da companhia e do convívio íntimo com a família; que necessitava de todo o tempo possível para investir nas suas produções literárias, se compenetrar em leituras e se dedicar ao estudo; e que carecia de total disposição mental para gestão de tarefas do foro doméstico; foi Ana Plácido quem assumiu a educação dos filhos, o governo da casa e a administração das propriedades, entre outros bens.

<sup>&</sup>lt;sup>2288</sup> CASTRO, 1995a: 31.

Diligente e envolvida em fainas da mais variada ordem e exigência, naquele lar, que Camilo também classificava de «grémio de delícias»<sup>2289</sup>, recebeu do escritor um justo elogio: mesmo doente, «é a única Providência deste hospital»<sup>2290</sup>.

Cuidava das «balbúrdias da casa» <sup>2291</sup>, vivia ocupada «com imenso trabalho» e passava «dias de constante lida» <sup>2292</sup>. Em outubro de 1881, o romancista informou Silva Pinto de que sairia da aldeia, por meados desse mês. Levaria toda a família para a Foz: «Vou ver se posso dar algum repouso à pobre Ana Plácido que tem tido a vida de uma criada única deste pandemónio» <sup>2293</sup>.

A circunstância de ter Camilo pouco presente e dos filhos não serem colaborativos exigia-lhe muito pragmatismo para a gestão doméstica.

Camilo contou a Bernardina Amélia: «D. Ana, inimiga de comer, dá nenhuma importância à cozinha»<sup>2294</sup>. Mesmo que ela pudesse importar-se pouco com o ato de cozinhar, não descurava os cuidados com a alimentação dos filhos e do marido. Na cozinha, ocupava-se da preparação das refeições, ou dava ordens nesse sentido. Como as criadas se revelassem «umas após outras piores»<sup>2295</sup> e as cozinheiras intoleráveis<sup>2296</sup>, as circunstâncias requisitavam-na, às vezes, a substituí-las no afã em torno dos potes à lareira: «Está na cozinha há 3 dias»<sup>2297</sup>. Camilo procurava poupá-la de canseiras deste tipo: «vamos sair daqui com alguma demora, se a minha saúde amanhã for melhor». O intuito era claro: «tirar o Jorge desta apatia, e a D. Ana da ignóbil cozinha»<sup>2298</sup>.

Naturalmente, com a ajuda de caseiros e de criados, criava animais<sup>2299</sup>, cultivava produtos hortícolas<sup>2300</sup> e, no quintal, tinha árvores de fruto que serviriam de alimento para a família e visitas. Solicitava o envio de queijadas<sup>2301</sup>, e dava ordens a Camilo para a compra de vinho palhete: «Ela deseja 1/2 pipa de um vinho palhete que se vende no armazém do António Nicolau de Almeida atrás da Casa Pia»<sup>2302</sup>. No caso de se tornar difícil fazer chegar a Seide o vinho em garrafões, e temendo que no transporte se partissem os vasos de vidro

```
<sup>2289</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 138.
```

<sup>&</sup>lt;sup>2290</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [25-02-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 205.

<sup>&</sup>lt;sup>2291</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1881]. In CASTELO BRANCO, 2002: 106-107.

 $<sup>^{2292}</sup>$ C. a Bernardina Amélia, de 05-08-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 172-173.

<sup>&</sup>lt;sup>2293</sup> C. de 01-10-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 681.

<sup>&</sup>lt;sup>2294</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 152-153.

<sup>&</sup>lt;sup>2295</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 152-153.

<sup>&</sup>lt;sup>2296</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 603-604.

<sup>&</sup>lt;sup>2297</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 603-604.

<sup>&</sup>lt;sup>2298</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 96.

<sup>&</sup>lt;sup>2299</sup> «D. Ana começa já a engordar as galinhas» (C. a António Feliciano de Castilho, de 18-06-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 335); «D. Ana cria galinhas e canários» (C. a J. C. Vieira de Castro, de [1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 701-702); «Responda-se prontamente a isto para cuidar dos leitões e das galinhas» (C. a António Feliciano de Castilho, de 16-09-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 352).

<sup>&</sup>lt;sup>2300</sup> «Por aqui estou a rusticar no nabal e na horta da couve-galega (C. a J. C. Vieira de Castro, de [1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 701-702).

<sup>&</sup>lt;sup>2301</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 119.

<sup>&</sup>lt;sup>2302</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 102.

e o vinho fosse por água abaixo, Ana Plácido entendia que o prazer da degustação não justificava o risco: «D. Ana, assustada pelos garrafões, desiste do vinho. A remessa em garrafas é muito trabalhosa pela distância a que esta casa está da estação. O remédio é a abstinência» <sup>2303</sup>.

Além de roupas encomendadas a alfaiates e das que foram compradas em estabelecimentos específicos<sup>2304</sup>, tratou da aquisição de tecidos destinados a fazer o vestuário. É até provável que fosse a própria Ana Plácido a costurá-lo<sup>2305</sup>, pelo menos nos primeiros tempos de vida em comum. Segundo Camilo, Ana revelava-se pessoa poupada nas despesas: «Ana Plácido diz que a fazenda é boa de mais para o que ela deseja. Parece-me que o intuito dela é vestir os rapazes por um preço igual ao da *toilette* com que se vestiu Adão no Paraíso»<sup>2306</sup>.

Vendia propriedades<sup>2307</sup>, providenciava a realização de obras e o aluguer de prédios seus<sup>2308</sup>. Na casa de Seide, o corrupio das empreitadas obtinha a leitura humorística camiliana: «Em casa não posso estar. D. Ana fez obras na choupana. Carpinteiros, trolhas e pintores confederaram-se para me dar o golpe de misericórdia no centro nervoso. Tenho ido cinco vezes para fora com o propósito de me demorar 15 dias; mas, à noite, estou em casa»<sup>2309</sup>.

Tratava da compra<sup>2310</sup>, transporte e arrumação de mobílias<sup>2311</sup>. E também das mudanças de casa, o que não devia constituir fadiga de pouca monta: «Ana Plácido está em Coimbra carregando um comboio de cacos»<sup>2312</sup>.

Encarregava-se da gestão dos pinheiros em terrenos do filho Manuel, e revelava eficaz metodologia, assinalando e mandando abater as árvores que considerava estarem em ponto de corte. Nas oportunidades em que entendia ser possível conseguir proventos pela venda de madeira, não era mulher para druidismo:

D. Ana, atagantada com a administração da casa do filho mais velho, só para então [fim de dezembro] pode desprender-se dos caseiros. Anda ela agora pelos pinhais a recensear as árvores

<sup>&</sup>lt;sup>2303</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 24-05-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 563.

<sup>&</sup>lt;sup>2304</sup> «[Ana Plácido] tem precisão de ir ao Porto mostrar o Jorge ao Ferreira, e comprar uns farrapos para se não constituir, quanto a vestidos, uma nova Eva neste paraíso terreal, em que uma senhora não pode vestir-se com folhas de figueira» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 622).

<sup>&</sup>lt;sup>2305</sup> Por finais dos anos de 1850, dada a resistência de Pinheiro Alves em alargar os cordões à bolsa e dar-lhe dinheiro para enfrentar as dificuldades económicas, fora do lar conjugal, Ana Plácido pensou empregar-se como costureira (C. a José Barbosa e Silva, de [1859]. In CABRAL, *ed.*, 1984b: 74 e 76).

<sup>&</sup>lt;sup>2306</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 27-01-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 617.

<sup>&</sup>lt;sup>2307</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 17-09-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 621-622; C. a Eduardo da Costa Santos, de 07-08-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 185-186.

<sup>&</sup>lt;sup>2308</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 27-01-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 617; C. a António Francisco de Carvalho, de 01-03-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 560.

<sup>&</sup>lt;sup>2309</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 346-347.

<sup>&</sup>lt;sup>2310</sup> «Eu ando [atarefada] a comprar cacos velhos para pôr a casa» (C. a Freitas Fortuna, de [23-05-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 56-57).

<sup>&</sup>lt;sup>2311</sup> «Trabalhou brutalmente na acomodação da enorme mobília da Maria Isabel que afinal há de apodrecer armazenada numas lojas húmidas» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149); «Vim encontrar D. Ana muito doente em resultado do trabalho que lhe deu a mobília da Maria Isabel» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 101).

<sup>&</sup>lt;sup>2312</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 216.

que tem a ponto de ser cortadas. Cortar uma árvore é um sacrilégio; mas a D. Ana não pertence à raça druídica, nem se enfatua de Norma. Vai cortando e vendendo<sup>2313</sup>.

Tentava que os empregados da casa e da quinta cumprissem as estritas tarefas contratualizadas, e vigiava para que eles evitassem compensar-se, de maneira indevida, subtraindo-lhe bens às escondidas: «Ana Plácido anda a espreitar os criados que a não roubem completamente»<sup>2314</sup>.

As tarefas e as preocupações eram enormes, e «pouquíssimas [as] forças»<sup>2315</sup>. À noite, sobrevinha-lhe um enorme cansaço, e Camilo, entre o carinho e a graça, contava à filha: «dorme profundamente, e seria necessário acordá-la se houvesse um incêndio»<sup>2316</sup>.

Sofreu na alma o estigma de mulher adúltera, uma ferida viva que nunca cicatrizou aos olhos da sociedade, fosse na cidade do Porto, palco principal da evolução e desenlace do adultério e do processo judicial que ele motivou, fosse no meio aldeão de São Miguel de Seide, em que permaneceu mais amiúde do que Camilo, e onde viviam familiares, amigos e conhecidos de Manuel Pinheiro Alves, que reprovavam a ousadia da adúltera em trazer para aquela moradia o homem que levara à morte, por desgosto, um dos mais ricos e estimados filhos da terra. Em carta a Carlos Ramiro Coutinho, o escritor sintetizou a desqualificação social e moral de que era alvo Ana Plácido: «professa pelo mundo um desprezo só superior ao que o mundo lhe votou a ela»<sup>2317</sup>.

À ostracização social de que foi alvo somou-se uma série de contínuos desgostos e tragédias familiares. Foi flagelada pelos filhos, que, inconsciente ou irresponsavelmente, não a pouparam de mais martírios. Jorge veio a desenvolver um estado de alienação mental, tornou-se violento, agressivo e perigoso. Nuno transformou-se em *bon vivant*, fruindo e usufruindo de um vasto leque de prazeres da vida, onde a imoralidade e a inconsciência olhavam pouco a meios para atingir os fins pretendidos:

O Jorge tem piorado de espírito e de corpo. A tal religião santa dos nossos avós escangalhou-lhe os nervos. Considero este pobre rapaz perdido. Quase que desejo vê-lo ir adiante de mim para o infinito descansar. O Nuno está escarrando sangue de muito mau caráter. Tem a vida e terá a morte do Manuel. D. Ana cheia de tédios e achaques, desesperada contra tudo, abrevia a existência nas dolorosas contensões da impaciência e da saudade dos seus tempos felizes<sup>2318</sup>.

Os «tédios e achaques» eram compreensíveis. Dois anos antes de Camilo ter redigido o parágrafo acima citado, Ana Plácido sofreu o maior dos desgostos. Seu filho Manuel Plácido,

<sup>&</sup>lt;sup>2313</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 24-11-1868. In CASTELO BRANCO, 2002: 386-387.

<sup>&</sup>lt;sup>2314</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 226.

<sup>&</sup>lt;sup>2315</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 07-08-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 226.

<sup>&</sup>lt;sup>2316</sup> C. a Bernardina Amélia, 05-08-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 172-173.

<sup>&</sup>lt;sup>2317</sup> C. de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 247.

<sup>&</sup>lt;sup>2318</sup> C. a Bernardina Amélia, 22-07-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 171-172.

que após o regresso de África levou vida desbragada e esbanjou bens de fortuna, sucumbiu a uma febre fulminante, na vila da Póvoa. Oprimiam-na as saudades dele<sup>2319</sup>: «encaneceu»<sup>2320</sup>. O escritor fez menção, a Adelino das Neves e Melo, às devastadoras consequências emocionais e à comovente tristeza em que a via<sup>2321</sup>:

Desde que morreu o Manuel, há 7 meses, nunca mais entrou um raio de luz nas almas desta família. D. Ana está acabada e refratária a consolações banais. O tempo nada tem feito. Eu, em presença deste sempre triste espetáculo, sem distrações, nem incentivo a procurá-las, estou como esperando que ela feche os olhos se Deus me condena a sobreviver-lhe<sup>2322</sup>.

Entre desgostos de alma e moléstias físicas, Ana Plácido teve de encontrar forças para enfrentar e suportar situações cada vez mais exigentes e desgastantes. Por esta altura, começaram a revelar-se os seus problemas cardíacos, o romancista manteve os queixumes e desesperações, e, quanto aos filhos que com eles habitavam, o futuro augurava o que se espera de um «céu negro»: «o Jorge está sempre como num delírio. Não há que lhe fazer. O Nuno vive alegre e prepara-se inconscientemente para um futuro atroz»<sup>2323</sup>.

Na verdade, Camilo estava certo. O casamento de Nuno com Isabel Macedo e o nascimento da filha não lhe inverteram o sentido da irresponsabilidade e do desgoverno. Nem mesmo a tuberculose, que as afetou grave e fatalmente, conseguiu semear algum juízo na cabeça do marido e do pai das enfermas:

O Nuno deixou perder toda a ação varonil que devia exercer. Desprezam-se reciprocamente; mas [Isabel] repele-o com... justiça. Sou justo. Ana Plácido é muito malvista pela nora. Se eu pudesse sair de casa, tudo se remediaria porque a Maria Isabel respeita-me; mas não posso. Assim que recebo ar novo, pioro muito. Eu desejo que a criança morra. Aquilo é o produto doentio de duas organizações combalidas pela tísica hereditária, e de duas almas doentes como os corpos<sup>2324</sup>.

Apesar da desafeição com que a nora a prendava, Ana Plácido manteve a serenidade de uma «alma de ferro»<sup>2325</sup>, acudindo e dando resposta às devastadoras repercussões da doença na jovem adolescente e na bebé. Ainda que tudo parecesse estar a desmoronar-se<sup>2326</sup>, Camilo contava ao genro Francisco de Carvalho como Ana Plácido amparava os doentes daquela casa

<sup>&</sup>lt;sup>2319</sup> C. a Matos Moreira, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 724-725.

 $<sup>^{2320}</sup>$  C. a Tomás Ribeiro, [1877]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1154-1155.

<sup>&</sup>lt;sup>2321</sup> «Muito mudada, triste, e outra desde que lhe morreu o Manuel». C. a Tomás Ribeiro, de 07-05-1879. In CASTELO BRANCO, 1994: 1155-1156.

<sup>&</sup>lt;sup>2322</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 29-05-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 886-887.

<sup>&</sup>lt;sup>2323</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 156.

<sup>&</sup>lt;sup>2324</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 138.

<sup>&</sup>lt;sup>2325</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [1859]. In CABRAL, ed., 1984b: 77.

<sup>&</sup>lt;sup>2326</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 597.

transformada em clínica de cuidados paliativos: «trata de todos estes enfermos, passa as noites a pé, vigiando ora a mãe ora a filha, e queixa-se do coração»<sup>2327</sup>.

Camilo auxiliou-a, quanto pôde, nos lances mais dramáticos: «Aqui estou embrenhado em Seide como auxiliar à pobre Ana Plácido nos desgostos por que está passando»<sup>2328</sup>.

Isabel não resistiu à enfermidade, e morreu, na madrugada do penúltimo dia de agosto de 1884, «de uma tísica tuberculosa»: «A neta que está em minha casa não tardará a segui-la tem ano e meio. A mãe tinha 19» $^{2329}$ .

Não encontrámos em qualquer registo epistolar camiliano as comoções de Ana Plácido no passamento de Isabel. Falecendo com 19 anos, os mesmos que tinha Manuel Plácido à data da sua morte, faz-nos crer que Ana Plácido, perante o estado de saúde da agonizante, e tendo vivíssima memória do desaparecimento do filho, esqueceu as desavenças havidas com a nora. Isabel faleceu em Quintães, na freguesia de Requião, contígua à de Seide.

Passadas semanas, quando se finava, em Seide, a neta Maria Camila, Ana Plácido desempenhou idêntico papel junto da bebé órfã e muito sofreu vendo-a perecer nos desesperantes últimos sufocos de uma tuberculosa. A pena de Camilo não resistiu, na poesia<sup>2330</sup>, a exprimir a amargura do avô diante do desenlace fatal, e, na epistolografia, a narrar o desespero dos avós por não poderem poupar a neta a sofrimento tão extremo e salvá-la:

Morreu a minha neta. Sobreviveu à mãe 15 dias. Teve dois meses de agonia nos braços da avó, e tinha 16 meses. Gemeu incessantemente 3 noites e 3 dias. Quando ouvia falar a avó interrompia os gemidos e abria os olhos. Eu desde sábado que não cesso de chorar, senão para sentir estalar-me o peito de saudade. Ana Plácido não resiste a esta dor<sup>2331</sup>.

Em janeiro do ano seguinte, ao endereçar os afetos de Ana Plácido ao editor Costa Santos, Camilo expunha-lhe o estado emocional da companheira: «D. Ana [...] está bem acabada pelos desgostos»<sup>2332</sup>. Acabada pelos desgostos e pela falta de saúde. Primeiro, foi a tísica tuberculosa que, segundo o romancista, vitimou muitos membros do clã Plácido:

Para sobrecarga de dores, vejo D. Ana Plácido seriamente enferma, com dois médicos à cabeceira e dois filhos aos pés do leito. A tísica tuberculosa tem ceifado toda esta família que foi numerosa. Faltam no jazigo de Plácidos esta senhora e sua irmã a Ferreirinha da Régua. Para dia natalício mandou-me Deus estes bens, e um sol que é ainda uma zombaria para os que têm a alma alagada da chuva de lágrimas<sup>2333</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2327</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 597.

<sup>&</sup>lt;sup>2328</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 10-08-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1174-1175.

<sup>&</sup>lt;sup>2329</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 31-08-1884. In CASTELO BRANCO, 2012: 329. Há uma imprecisão na indicação da idade da bebé. Estes erros eram habituais em Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2330</sup> Em memória de Maria Camila, o escritor produziu a poesia com o título *A minha neta* (Anexo 32).

<sup>&</sup>lt;sup>2331</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1175-1176.

<sup>&</sup>lt;sup>2332</sup> C. de 26-01-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 239-240.

<sup>&</sup>lt;sup>2333</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 16-03-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 402. Na década anterior, já Camilo se havia referido à doença: «Estou assistindo à agonia de Ana Plácido. Morre tísica a desgraçada senhora, que foi neste

Voltou a informar os destinatários do padecimento de tísica pulmonar, quando procurava melhorar a prosa da terceira parte de *A viúva do enforcado* e se encontrava a escrever *Maria da Fonte*<sup>2334</sup>. Depois disto, surge-nos um silêncio, o que faz supor que o problema deve ter sido ultrapassado. Mas, no último trimestre de 1879, revelou que Ana Plácido tinha problemas no coração: «luta com as agonias de uma *angina pectoris*»<sup>2335</sup>. Também expôs a situação à sua filha, por diversas vezes: que ela passava «más noites com opressões de coração»<sup>2336</sup>, que já a julgara quase a morrer «com agonias mortais de coração»<sup>2337</sup> ou que estava «sofrendo atrozmente do coração»<sup>2338</sup>.

Algum tempo depois, Camilo retornou a este problema na comunicação com os seus correspondentes. Perto dos 60 anos, débil em saúde e ânimo, com a sua companheira a demonstrar enfermidade física e abatimento psicológico, o cenário amedrontava-o. Se a doença do coração se agravasse e causasse a morte de Ana Plácido, seria uma «implacável desgraça» <sup>2339</sup>. Ele não saberia como gerir a ausência daquela que foi a sua «amante querida 27 anos» <sup>2340</sup>. O escritor já lhe confessara este sentimento. Estava, então, em Lisboa, e ela em São Miguel de Seide:

Eu não sei viver sem ti. Isto é que é santíssimo amor e inveterada amizade, minha filha.

Abraça-me muito essas criancinhas, que me penetraram de compaixão.

Ah! a saudade, minha Anica! É o sentir que mais se avizinha da dor que sucede à morte da pessoa querida<sup>2341</sup>.

Vivia, por isso, em permanente apreensão, e dava-lhe «cuidado grande» <sup>2342</sup> vê-la em tal estado <sup>2343</sup>. Tornou-se, com os anos, demasiado dependente de Ana Plácido. Chegou mesmo a rogar-lhe: «Peço-te encarecidamente que não me morras, Aninhas» <sup>2344</sup>. Andasse ele por onde andasse, tê-la-ia sempre à sua espera em Seide, e os filhos sob o alcance dos seus desvelos de mãe. Mas se já não a tivesse esperando por si em algum lugar, a não ser em jazigo de cemitério, e se as «lágrimas de uma mulher trinta anos adorada» gelassem na sua «face morta», suicidar-se-ia<sup>2345</sup>.

mundo o modelo do infortúnio» (C. a António Feliciano de Castilho, de [1865]. In CASTELO BRANCO, 2002: 318). <sup>2334</sup> C. a Matos Moreira, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 723; C. a Teixeira de Queirós, de 21-11-1877. In coleção do Museu João de Deus.

<sup>&</sup>lt;sup>2335</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1879]. In CASTELO BRANCO, 2012: 340. Julgamos que Carlos Ramiro Coutinho respondeu a esta missiva com a sua carta de 24-10-1879. In *Acervo de Correspondência*, n.º 598, Casa de Camilo. <sup>2336</sup> C. a Bernardina Amélia, [1882]. In CASTELO BRANCO, 2002: 101.

<sup>&</sup>lt;sup>2337</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 65.

 $<sup>^{2338}</sup>$ C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 110-111.

<sup>&</sup>lt;sup>2339</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 110-111.

<sup>&</sup>lt;sup>2340</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 19-07-1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1184-1185.

<sup>&</sup>lt;sup>2341</sup> C. a Ana Augusta Plácido, de [1873]. In CASTELO BRANCO, 1994: 831.

<sup>&</sup>lt;sup>2342</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 110-111.

<sup>&</sup>lt;sup>2343</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1283, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2344</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1285, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2345</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1299, Casa de Camilo.

Camilo também sabia que a consequência maior da morte de Ana Plácido far-se-ia sentir no futuro de Jorge. Se o casal de Seide, vivendo em concubinato, não agenciasse forma legal de fazer com que o filho adulterino se habilitasse aos bens que possuíam, seria trágica, para o filho louco, a morte de um deles ou de ambos:

D. Ana passa as noites cruelmente, e diz que toda a sua doença está no coração, e que pode sucumbir dum momento para o outro. Consulte o nosso bom Ricardo Jorge. Se ele vê que ela está perigosa, é necessária toda a franqueza, embora a minha dor seja despedaçadora. Temos de fazer disposições para segurar o futuro do nosso Jorge. A morte de um de nós, sem essas disposições, seria a desgraça incomparável do infeliz rapaz<sup>2346</sup>.

Para os receios camilianos de que a doença pudesse ter desenlace fatal mais rápido contribuía a atitude de Ana Plácido, que oferecia resistência a submeter-se às indicações dos médicos: «O médico Ferreira impôs-me o dever de forçar D. Ana a usar uns medicamentos. Só com a instância e com a minha presença o poderei conseguir» 2347. Aconteceu piorar, porque não tinha «persistência nos remédios» 2348, a ponto de Camilo esboçar, no seu conhecido tom, o retrato de uma paciente pouco confiante nos benefícios da medicação. Preferia, em alternativa, subjugar-se a ementas regenerativas, compostas de feijões, bacalhau e vinho fraco: «Ana Plácido continua a passar menos oprimida; e, como inimiga da farmácia e refratária a discursos farmacológicos, não ingere nas vísceras coisa que não seja feijões, bacalhau e algum vinho de enforcado. Quanto a fumo, é uma fábrica de Manchester» 2349.

Fundia os dons de coração com os dotes de inteligência. Tão depressa se dedicava à criação de galinhas, como se sentava a escrever e a ajudar Camilo em diversas traduções, sobretudo em língua francesa. Escreveu *Luz coada por ferros* e *Herança de lágrimas*, lia<sup>2350</sup> e dava a sua opinião sobre as leituras feitas<sup>2351</sup>, escrevia artigos para a imprensa periódica e traduzia livros anonimamente<sup>2352</sup>. Camilo dedicou-lhe uma das suas obras-primas, *Eusébio Macário*, por, segundo ele, ter perdido o desafio que ela lhe lançara de «escrever, segundo os processos novos, um romance com todos os "tiques" do estilo realista»<sup>2353</sup>. Passava a limpo textos do escritor<sup>2354</sup>, ajudava-o na correção das provas<sup>2355</sup> e escrevia-lhe

<sup>&</sup>lt;sup>2346</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [28-04-1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 248.

<sup>&</sup>lt;sup>2347</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 96.

<sup>&</sup>lt;sup>2348</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 149.

<sup>&</sup>lt;sup>2349</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1052-1053.

<sup>&</sup>lt;sup>2350</sup> «Lê tudo». C. a António Feliciano de Castilho, de 26-03-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 366-367.

<sup>&</sup>lt;sup>2351</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 28-11-1866. In CASTELO BRANCO, 2002: 355-356.

<sup>&</sup>lt;sup>2352</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 203.

<sup>&</sup>lt;sup>2353</sup> CASTELO BRANCO, 2003b: 57. «O *Eusébio Macário* é o único livro oferecido a Ana Plácido» (C. a Freitas Fortuna, de [10-06-1889]. In COSTA, *ed.*, 1930b: 68-69).

<sup>&</sup>lt;sup>2354</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [03-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 347-348.

<sup>&</sup>lt;sup>2355</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [05-09-1866]. In CASTELO BRANCO, 2002: 348.

correspondência<sup>2356</sup>. Camilo sabia os incómodos e danos que essa ocupação causavam à sua secretária: «Tinha muita vontade de conversar consigo; mas os pobres olhos de Ana Plácido não podem»<sup>2357</sup>.

Verificámos que o romancista a tratava com todas as atenções e demonstrava-lhe muito carinho. Folheiem-se as páginas das cartas que lhe enviou tratando-a por «Minha filha», «Filha», «Minha querida filha», «Minha querida amiga», «Minha querida Aninha», «Adorada Ana Augusta», «Nininha», «Minha Aninhas», «Aninhas», «Minha Amiga», «Minha filha querida», «Filhinha», «Minha niña», «Minha filhinha» e «adoradinha». Trazia consigo provas fotográficas com o seu rosto: «Tenho aqui dois retratos teus: o que trouxe, e um que bifei do álbum do Custódio, porque o vi entre umas sacripantas das relações dele» 2358.

Camilo e Ana Plácido casaram a 9 de março de 1888, pouco depois das nove da noite, na Rua de Santa Catarina, no Porto, tendo sido celebrante o doutor Gomes Freire (Anexo 33). Apesar de alguns amigos assim o terem sugerido, a cerimónia não decorreu em espaço religioso. Contudo, tratou-se de um matrimónio sob as bênçãos da Igreja:

Agora duas palavras a respeito do fétido assunto [do] casamento. Ana Plácido e eu recusamos celebrar o ato na igreja. A ideia da Sé noturnamente pareceu-me sinistra como um responso de defuntos em trintário cerrado. Nada, meu amigo. Se o casamento se pudesse fazer aqui no meu escritório, ou no quarto de um hotel, como V. Ex. as diziam, isso parecia-me uma mera formalidade em família, sem espetáculo, sem sacristães, sem estapafurdismos arqueológicos 2359.

Os biógrafos camilianos viram na tardia união matrimonial, cerca de trinta anos depois de os nubentes terem encetado a relação amorosa extraconjugal, a forma de ser resgatada, em termos morais e sociais, a adúltera e a concubina. Concretizava-se um sonho de Ana Plácido, que acalentou durante várias décadas. Além disso, na perspetiva dos estudiosos, Camilo, que afirmara «[Ana Plácido] foi minha amante querida 27 anos. Isso será até ao fim»<sup>2360</sup>, indemnizava-a com o casamento pelas suas excecionais atenções e pelos seus dedicadíssimos préstimos. É provável que a regularização oficial da relação amorosa tenha proporcionado tudo isso. No nosso entendimento, havia outra importante justificação, que não vemos apontar, mas que subjazeu ao ato do matrimónio: era a vontade inequívoca de Camilo e de Ana salvaguardarem a subsistência mínima do filho doido, tal como Camilo o confessou ao padre Sena Freitas, em novembro de 1879:

<sup>&</sup>lt;sup>2356</sup> «É Ana Plácido quem te escreve, e, portanto, entra na confidência» (C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1193-1194).

 $<sup>^{2357}</sup>$ C. a Freitas Fortuna, de [16-11-1889]. In Acervo de correspondência, Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa (Porto).

<sup>&</sup>lt;sup>2358</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1270, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2359</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 05-11-1887. In CABRAL, 1924: 150-151.

<sup>&</sup>lt;sup>2360</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 19-07-1885. In CASTELO BRANCO, 1994: 1184-1185.

Tenho dois filhos desta senhora. Um deles é adulterino, está privado de lhe suceder nos bens. Além disso, se ela morre, a saudade há de pungir-me com o remorso de a não ter honrado aos olhos dos filhos e do mundo.

Eu queria que V. Exª me obtivesse licença do seu arcebispo para eu a poder receber. Isto é exequível sem os preparativos do costume? Dá-lhe isto muito incómodo, meu amigo? Ou por ser um ato religioso não será muito custoso alcançar-se a licença? Será como puder. Escrevo-lhe às 2 da manhã ouvindo-a gemer nas agonias do coração<sup>2361</sup>.

As «amarguras insondáveis da sua pobre alma» 2362 capitalizariam ainda mais desgostos. Suavizaram-se, por um lado, as tendências de boémio e de femeeiro de Nuno, que se ligou a Ana Rosa Correia, e que, até à morte de Ana Plácido, foi pai de sete filhos: sete netos que proporcionaram, no final da vida da avó, alegrias e distrações. Mas, por outro lado, a doença do Jorge tornou-o, progressivamente, um adulto desvairado, agressivo e de pungente convivialidade. E Camilo, a coroar desventuras atrás de desventuras, perdeu a visão.

Ana Plácido passou a dedicar-se ao marido a tempo inteiro, secundarizando-se e esquecendo-se de si própria. Foi sua leitora, secretária, enfermeira, mulher, companheira omnipresente, administradora da casa, gestora dos bens do casal, mãe e avó. Foi esposa amiga, afetuosa, benevolente e sua criada. Foi a luz dos seus olhos e a extensão das suas mãos. E, na tarde de 1 de junho de 1890, assistiu à trágica morte do marido, no canapé da sala de visitas da casa de Seide. Camilo despediu-se do médico, mas não se despediu de sua mulher. Na decisão de pôr fim à vida, optava por não ficar ao lado de «Aninhas», que tudo largara para em tudo se lhe dedicar e que se via, agora, por ele abandonada. É provável que o marido se tenha esquecido de que, ao focar-se apenas na sua tragédia e em resolvê-la, Ana Plácido ficava só. Talvez acreditasse que, ao suicidar-se, estaria a poupá-la a maiores sacrifícios e cuidados, dada a degradação da sua saúde.

Em torno do suicídio de Camilo, ficamos com a impressão de que, para os biógrafos, também acabou naquele dia a vida de Ana Plácido: limitam-se apenas a considerar a desesperança do gesto do romancista. Sabemos, por carta a Ricardo Jorge, o seguinte:

Depois da morte de Camilo, fui duas vezes de romagem à Lapa. Cheguei ontem da última. Imagine como eu trago esta alma alanceada!... [...] Quantas vezes, meu amigo, eu me tenho sentado na mesma cadeira, e com o mesmo revólver tenho tateado o sítio em que apenas vi uma gota de sangue e por onde lhe fugiu a vida! Mas nestes momentos oiço-lhe a voz: quando eu te faltar, não te mates; ampara o nosso pobre Jorge enquanto puderes. Falece-me o ânimo. É preciso que ainda depois de morto eu respeite a sua vontade. E aqui estou eu de guarda ao meu pobre doidinho que agradece os meus extremos às vezes com crueldades. [...] Os doidos, meu amigo, são egoístas e maus, mas têm eles culpa do que são?<sup>2363</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>2361</sup> C. de 22-11-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 771.

<sup>&</sup>lt;sup>2362</sup> BRANCO, ed., 1916: 15.

<sup>&</sup>lt;sup>2363</sup> C. de Ana Plácido a Ricardo Jorge, de 04-07-1892. In Acervo de Correspondência, n.º 1389, Casa de Camilo.

Um ano depois, ao expressar ao higienista a satisfação em saber que ele ali a visitaria, escreveu: «O que nós conversaremos!... Verá o espectro da mulher que conheceu» 2364. Ao mesmo médico, amicíssimo do casal de Seide, disse, em 11 de junho de 1894: «Na farta herança de agonias que me legou Camilo, entrou a quase cegueira. Há perto de um ano que já nem leio nem escrevo» 2365. E pelo Natal de 1894, a doença prostrou-a no leito, onde ainda se mantinha em fevereiro do ano seguinte.

Expirou no quarto e cama de Camilo, a 20 de setembro de 1895. Julga-se que o facto se deu na casa amarela de São Miguel de Seide. É engano. O falecimento da Viscondessa de Correia Botelho teve lugar nas águas-furtadas do chalé do Nuno (Anexo 34)<sup>2366</sup>, onde vivia. Foi sepultada no jazigo de família de Isabel Macedo, em Vila Nova. Durante a Primeira República, o cadáver foi trasladado para o cemitério do Moço Morto. E, desde 2014, as ossadas de Ana Plácido, de Nuno, de Isabel Macedo, de Maria Camila e do pai de Isabel repousam no cemitério paroquial de São Miguel de Seide, onde também se encontra sepultado Jorge Castelo Branco.

Na correspondência camiliana podemos também compreender melhor a relação com os filhos e com Manuel, que julgamos ser seu enteado.

Em geral, os biógrafos camilianos não atribuem a paternidade de Manuel Plácido a Manuel Pinheiro Alves. Parece assumir-se, desde logo, que está fora de discussão a possibilidade de o marido de Ana Plácido ser pai do filho de sua mulher. Esta conclusão tem por fundamento principal a circunstância de o casamento se ter realizado em 28 de setembro de 1850, e só ter nascido o fruto do matrimónio em 11 de agosto de 1858, cerca de oito anos depois. Um intervalo de tempo tão alargado, sem o casal ter conseguido descendência, conduziu à interpretação de que haveria problemas de infertilidade do côniuge masculino.

Diante desta suposta impossibilidade, a gravidez de Ana Plácido só podia acontecer fora do matrimónio. A menos que o marido tivesse



**Fig. 13.** Manuel Plácido (1858-1877) Fonte: reprodução fotográfica — Paulo Seide Fotógrafo, 2022. In *Acervo da Casa de Camilo* 

<sup>&</sup>lt;sup>2364</sup> C. de Ana Plácido a Ricardo Jorge, de 13-07-1893. In Acervo de Correspondência, n.º 1390, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2365</sup> C. a Ricardo Jorge, de 11-06-1894. In Acervo de Correspondência, n.º 1394, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2366</sup> O chalé foi restaurado, há poucos anos, pela autarquia famalicense, e fica situado no terreno onde se construiu o edifício do Centro de Estudos Camilianos. Manteve-se a traça original do 1.º piso. Mas as águas-furtadas, demolidas nos anos setenta do século XX, não foram reconstruídas.

descoberto a violação da fidelidade conjugal, estaria convencido de que a criança seria filha de ambos. Surge então uma questão que nos parece de relevante interesse: consideraria Pinheiro Alves que Manuel Plácido era seu filho? Defendemos que não, sem termos um documento que fundamente a nossa tese. Mas sempre julgamos que o capitalista lutou mais para separar Ana Plácido do seu amante do que por ter a custódia do filho. Será que lhe foi indiferente a retenção de Manuel com a mãe na Cadeia da Relação do Porto? O menino tinha cerca de 3 anos. Porque não se condoeu com isso?

Os estudiosos camilianos seguiram esta linha de pensamento alicerçados na infertilidade de Pinheiro Alves, adiantando nomes de quem se apresentava com maior probabilidade de assumir a paternidade do filho gerado: para uns, Camilo Castelo Branco<sup>2367</sup>, para outros, António Ferreira Quiques<sup>2368</sup>.

Sem termos dados concretos que possibilitem imputar a paternidade de Manuel a Camilo ou a Quiques, concluímos que, de acordo com a epistolografia, Manuel Augusto Plácido Pinheiro Alves não era filho de Camilo.

Em nenhuma frase das missivas que inventariámos há a mais pequena insinuação, menção ou afirmação de Camilo a assumir esse grau de parentesco. O que verificámos foi precisamente o contrário: o próprio romancista negou a paternidade em uma missiva ao padre Sena Freitas, missiva essa que tem a excecional particularidade de ter sido redigida pelo punho de Ana Plácido. Ao agradecer os «amantíssimos escritos» do sacerdote sobre a sua pessoa, o romancista permitiu-se corrigir imprecisões que identificara, quando lhe leram Perfil de Camilo Castelo Branco. Uma das inexatidões reportava-se a Manuel Plácido. Contava Sena Freitas que Camilo era pai, e tinha «aos filhos um amor louco», acrescentando: «Um, o Manuel, morreu, e as suas últimas palavras fui eu que as colhi... e as guardo seladas»<sup>2369</sup>. Ao ouvir ler esta parte, o escritor ditou o seguinte texto a Ana Plácido: «Nos seus artigos há um equívoco. Aquele Manuel a cuja agonia V. Ex.ª assistiu não era meu filho. Adotei-o no coração extremoso de pai e senti então que o sangue nada é e nada conclui»<sup>2370</sup>. Camilo já havia transmitido idêntico sentimento no prefácio de Cenas da hora final, publicado em 1878 e dedicado ao médico que assistiu Manuel, nos derradeiros tempos de vida: «a saudade de um morto a quem o meu coração chamava filho [...]. / Adeus, Manuel! Filho do meu coração»<sup>2371</sup>.

As três frases da carta a Sena Freitas foram uma declaração para desmentir a sua condição de pai de Manuel, ainda por cima tendo sido redigidas por Ana Plácido e, praticamente, no final da vida, quando nada havia a esconder sobre o caso. Mas também podemos reforçar a revelação com pequenas citações em que o romancista falou do jovem, as quais nos conduzem

 <sup>&</sup>lt;sup>2367</sup> CABRAL, 1995: 123; CABRAL, 2003: 623-624. O investigador preconizava que Manuel Plácido era filho de Camilo.
 <sup>2368</sup> TELES, 2008: 157-240. O autor defende a tese de que o verdadeiro pai de Manuel Plácido era António Quiques.
 <sup>2369</sup> FREITAS, 1888: 42.

<sup>&</sup>lt;sup>2370</sup> C. de 03-09-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 783.

<sup>&</sup>lt;sup>2371</sup> CASTELO BRANCO, 1878: VII e XIII.

sempre à mesma interpretação da não paternidade: «Vou amanhã a Coimbra acompanhar o filho de D. Ana Plácido»<sup>2372</sup>; «confessava tal para salvar [...] o filho de D. Ana»<sup>2373</sup>; «Manuel, filho de D. Ana, fugiu com duas mulheres ao mesmo tempo»<sup>2374</sup>; «Mata-me a saudade daquele infeliz que eu amava como filho»<sup>2375</sup>; «faz hoje 8 dias que Manuel Plácido, filho de D. Ana, morreu na Póvoa»<sup>2376</sup>; «expirou-me nos braços Manuel Plácido filho de D. Ana»<sup>2377</sup>; e «quando o pai de V. Ex.ª faleceu, assistia eu e D. Ana à agonia do seu filho Manuel»<sup>2378</sup>. Se Camilo o considerasse seu filho, por que razão insistia ele nesta especificação? Recearia que algum familiar de Pinheiro Alves aparecesse a reclamar direitos sobre a herança recebida por Manuel, se o romancista assumisse que era seu pai? Não o cremos.

Nas cartas, surgiram-nos pormenores de redação que passam quase despercebidos, mas que convergem para corroborar a nossa asserção. Citamos dois. Após a morte de Pinheiro Alves, e num período em que o Barão da Trovisqueira parecia eximir-se a ser tutor de Manuel, Camilo contava a José Cardoso Vieira de Castro as aflições da mãe do herdeiro: «pobre senhora sem saber o que há de fazer a este garoto que há três dias lhe anda fugido da aula, e ela sem forças sequer para poder contê-lo, e eu sem autoridade para castigá-lo»<sup>2379</sup>. Mais do que autoridade moral, faltava a Camilo a autoridade de pai. E na conclusão de um texto epistolar, o romancista pedia a Ana Plácido que ela o lembrasse «aos filhos e ao Manuel»<sup>2380</sup>. A distinção feita entre «filhos» e «Manuel» é, na nossa opinião, uma demonstração genuína do que Camilo sentia serem os descendentes diretos e o filho adotivo.

Fora da epistolografia, há duas situações que merecem ser recordadas para melhor fundamentar o que sustentamos. O «Jornal do Comércio», pouco tempo após o funeral do romancista, dava esta notícia aos seus leitores: «O cadáver de Camilo levou ao peito os retratos da esposa, dos dois filhos Nuno e Jorge e da netinha Flora, assim como um crucifixo que em tempo oferecera ao glorioso escritor o reverendo Sebastião Leite de Vasconcelos, e que ele trazia constantemente ao peito» 2381. É natural que nos ocorra a pergunta: porque não foi colocado sobre o corpo o retrato de Manuel Plácido? É certo que também não foi depositada qualquer foto de Bernardina Amélia no peito do cadáver. Mas, quanto a esta, ninguém questiona(rá) a paternidade de Camilo. O segundo facto relaciona-se com uma nota exarada pelo alienista Júlio de Matos no caderno de admissão de Jorge no Hospital Conde de Ferreira. Ao fazer a história clínica do doente, refere-se aos dois irmãos de Jorge: «um irmão [Nuno]

<sup>&</sup>lt;sup>2372</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 12-09-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 373.

<sup>&</sup>lt;sup>2373</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [18-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 96.

<sup>&</sup>lt;sup>2374</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 220.

<sup>&</sup>lt;sup>2375</sup> C. a Bernardina Amélia, de [17-09-1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 7.

<sup>&</sup>lt;sup>2376</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 23-09-1877. In CASTELO BRANCO, 2012: 246.

<sup>&</sup>lt;sup>2377</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [setembro de 1877]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1154-1155.

<sup>&</sup>lt;sup>2378</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 27-03-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 887. A data da missiva está errada, por ter sido escrita após a morte de Manuel, ocorrida em 17 de setembro de 1877.

<sup>&</sup>lt;sup>2379</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 692.

<sup>&</sup>lt;sup>2380</sup> C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 791.

<sup>&</sup>lt;sup>2381</sup> «Jornal do Comércio», 5 jun. 1890: 2.

é dissipador e um outro [Manuel], filho de pai diferente, (o que parece indicar vício degenerativo do lado materno) morreu de meningite, tendo sido também dissipador».

Irreverente e revoltado por a mãe o ter sujeitado a uma vida menos faustosa, ao abandonar o lar de seu pai, à face da lei, para viver a sua paixão por Camilo, o rapaz revelou cedo tendências para o desregramento. Aos 10 anos, já havia fugido dez vezes do colégio, e a mãe, pensando discipliná-lo, insistia em impor-lhe uma vida de retraimento: «Vou amanhã a Coimbra acompanhar o filho de D. Ana Plácido [...]. Vai para o seminário. Tenho pena dele que vai amargar a liberdade em que a mãe o criou» 2382. Mas não se manteve lá muito tempo.

No internato ou fora deste, o romancista exprimia a Feliciano de Castilho, pelo Natal de 1872, os bens de fortuna que o rapaz possuía, tentadores o suficiente para o levarem a perderse, se não fosse possível aquietar-lhe os arrebatamentos: «É um rapaz perdido. Tem 30 contos que há de espatifar em 30 meses» <sup>2383</sup>.

Partiu para Angola, em 1873, na companhia dos morgados de Pereira, e regressou da colónia portuguesa dois anos depois: «Está por aqui o filho de Ana Plácido, que voltou há 2 meses da África. Está resolvido a desemburrar-se em Coimbra estudando o... caldaico»<sup>2384</sup>.

De 1875 até à morte, levou uma vida de boémia e de libertinagem. Na cidade dos estudantes, onde Camilo viveu com a família, nos anos de 1875 e 1876, os interesses do adolescente, em matérias de estudo, foram bem condensados nas palavras do romancista: «fez-se cabide em Coimbra. Estuda fados»<sup>2385</sup>. Resultou das opções culturais de Manuel que um ou outro fadista fosse convidado a parar pela casa de Seide, a remexer, de modo irreverente, com a eventual pacatez do lar, por esses tempos, e a apelar à prosa sarcástica do novelista:

Estou há três dias de cama. Debaixo do meu quarto ouço chorar de dia e de noite a guitarra do Marcolino. Não sabes quem é este sujeito, que eu nunca vi: é o primeiro fadista do Norte que o Manuel Plácido trouxe consigo disputando-o a não sei que fidalgo. Ele canta:

O fado do C. de Vimioso, O fado do Conde da Anadia, O fado do Souto d'El-Rei, Dito corrido, Dito do Berquó,

etc.

Dizem-me que traja calça à faia, faixa escarlate, jaqueta de Sevilha. Este Manuel Plácido é completo. Quando eu pensava agenciar um clérigo que me ensinasse os filhos, entra o fadista que insulta o papa em trovas que envergonhariam a Rua dos Calafates; mas estas coplas vai cantá-las nos pinhais. Por enquanto apenas sei, pelo ele cantar, que o conde de Anadia se finou sendo

<sup>&</sup>lt;sup>2382</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 12-09-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 373.

<sup>&</sup>lt;sup>2383</sup> C. de 22-12-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 431.

<sup>&</sup>lt;sup>2384</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 03-08-1875. In CASTELO BRANCO, 2012: 190-191.

<sup>&</sup>lt;sup>2385</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1875]. In CASTELO BRANCO, 2012: 195.

«Um fidalgo dos mais nobres E muito amigo dos pobres»<sup>2386</sup>.

Roubava libras à mãe<sup>2387</sup>, derretia dinheiro no jogo<sup>2388</sup> e na roleta da Póvoa<sup>2389</sup>, entretinha-se «a caçar, a comer e a dormir»<sup>2390</sup>, amedrontava terceiros durante a noite e entregava-se a uma vida sexual e de paixões fortuitas, que deviam arrancar lágrimas a Ana Plácido e trazê-la em cuidados e aflições. Camilo compreendia os justificados desassossegos da «pobre mãe» e as vergonhas por que ela passaria com o despudor do filho. Porém, não deixava de sorrir com aquele proceder dom-joanesco, a rememorar eventuais episódios de boémia em que foi protagonista, até estabilizar conjugalmente com Ana Plácido:

Manuel, filho de D. Ana, fugiu com duas mulheres ao mesmo tempo. Esta corrupção binária é excecional! Mas a corrupção ultra é andar ele 4 dias com elas pelo Porto; e, como soubesse que a polícia o farejava a requerimento das partes progenitoras das fugitivas, meteu-se à meia-noite num coupé com elas, e ao arraiar da aurora foi alijá-las à porta dos pais. Depois veio para casa com a placidez de ânimo de um Lovelace imérito, vestiu-se, e foi para um baile em Famalicão. Este rapaz (17 anos!) tem no corpo a alma bruta de um barão do século XII! Anda de noite por estas charnecas a disparar revólveres para assustar os pais das raparigas que restituiu aos lares. D. Ana está triste, e eu por entre as convulsões das dores tenho algumas de riso. Pobres Mães<sup>2391</sup>!

Morreu na vila da Póvoa, em 1877, sem que algo predissesse falecimento tão prematuro. Desde a trágica ocorrência, o desespero, alimentado pelo «afeto extremoso»<sup>2392</sup> que já não podia oferecer ao filho falecido, começou a matar a mãe «com espantosa rapidez»<sup>2393</sup>. O triste espetáculo a que assistia Camilo arrancou-lhe este desabafo, em que a tristeza se mistura com a dor, a saudade e a ironia: «Estou cansado de chorar ao lado desta pobre senhora que esqueceu todos os desgostos que lhe deu o filho, e pediria a Deus que o ressuscitasse com a condição de a atormentar»<sup>2394</sup>. Na verdade, fosse Manuel como fosse, era preferível tê-lo a perdê-lo.

## 3.3.1.2. Os filhos de Camilo: Bernardina, Jorge e Nuno

Camilo foi pai de quatro filhos, em resultado do relacionamento amoroso com Joaquina Pereira de França, Patrícia Emília de Barros e Ana Augusta Plácido: Rosa nasceu de

<sup>&</sup>lt;sup>2386</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 224.

<sup>&</sup>lt;sup>2387</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [18-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 96.

<sup>&</sup>lt;sup>2388</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [18-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2012: 96.

<sup>&</sup>lt;sup>2389</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 226.

<sup>&</sup>lt;sup>2390</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de [22-12-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 431.

<sup>&</sup>lt;sup>2391</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 220.

<sup>&</sup>lt;sup>2392</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 27-03-1877. In CASTELO BRANCO, 2002: 887. A data da missiva está errada, por ter sido escrita após a morte de Manuel, ocorrida em 17 de setembro de 1877.

<sup>&</sup>lt;sup>2393</sup> C. a Maria Amália Vaz de Carvalho, de 24-03-1878. In CASTELO BRANCO, 2002: 1100-1101.

<sup>&</sup>lt;sup>2394</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 23-09-1877. In CASTELO BRANCO, 2012: 246.

matrimónio, Bernardina Amélia Castelo Branco de Carvalho era bastarda, Jorge Camilo Castelo Branco, adulterino, e Nuno Plácido Castelo Branco também era considerado bastardo.

Com exceção de Rosa, que faleceu com apenas quatro anos e meio<sup>2395</sup>, e com a qual, julgamos, o jovem Camilo pouco conviveu, e de Bernardina, que privou com o pai raras vezes na sua infância e com alguma frequência depois de ingressar em convento, no Porto, pela idade dos 6 anos, e com crescente regularidade após o nascimento da sua primeira filha, Jorge e Nuno colocaram muito alta a fasquia do exercício da paternidade. Os filhos rapazes eram pessoas difíceis, não lhe facilitavam a vida nem lhe atenuavam o nível de preocupações. Por doença mental e por desvario de comportamento, tinham o condão de lhe potenciar os problemas, de lhe estreitarem a margem de sossego indispensável para que o escritor se pudesse dedicar com serenidade ao labor da criação ficcional. Os dotes de inteligência do Jorge e do Nuno revelaram-se escassos<sup>2396</sup>, mesmo em termos emocionais, e confirmar-se-iam, durante a fixação da família em Coimbra, em 1875 e 1876, com o objetivo de lhes proporcionar formação escolar:

Tenho casa em Coimbra, mas não encontro, nos pequenos, excelentes disposições para se formarem. Um é muito doente e nada inteligente; o outro é muito esperto e nada aplicado. Seria preciso exercer sobre ele uma severidade, que eu não sei, nem está na minha índole indulgente. Provavelmente logo que saiba algumas línguas seguirá a vida comercial em algum estabelecimento bancário em Lisboa; e o outro, se viver, será lavrador no Minho<sup>2397</sup>.

As consumições com os dois rapazes foram-se agravando e os desgostos aumentando. A constatação das limitações, à conta de uma deficiência e do total desinteresse pelo estudo, foi um rude golpe no imaginário do intelectual, no deleite do leitor compulsivo e na vontade em aprender do insaciável estudioso. Os dois filhos eram os seus antípodas culturais:

Vou-me desgostando delas [as duas crianças] profundamente. Nunca receei isto. Considero-as perdidas. A Amélia, que eu nunca amei, porque apenas a conhecia, tem qualidades excelentes de alma e de inteligência. Estes rapazes que eram as minhas riquezas saíram-me estúpidos ou maus<sup>2398</sup>.

O tempo de isolamento de que necessitava para escrever tornou-o um pai ausente: «Eu vejo pouco estas crianças»<sup>2399</sup>; «O que eles carecem é do meu amor e do amor da Mãe»<sup>2400</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2395</sup> Nasceu a 25 de agosto de 1843 e faleceu a 10 de março de 1848.

 $<sup>^{2396}</sup>$  «O Jorge e o Nuno por aqui andam: o primeiro um pouco desordeiro, o 2.º bastante manco; mas quanto a cérebro manquejam ambos» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [1885]. In CASTELO BRANCO, 2002: 254); «Cá se avenham com o mundo» (C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 592-593).

<sup>&</sup>lt;sup>2397</sup> C. a Bernardina Amélia, de 31-07-1876. In CASTELO BRANCO, 2002: 165.

<sup>&</sup>lt;sup>2398</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 26-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 228.

<sup>&</sup>lt;sup>2399</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 26-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 228.

<sup>&</sup>lt;sup>2400</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 247.

Não lhes faltava, por certo, o amor de pai, mas talvez eles e Bernardina sentissem a ausência paternal. Até a cegueira o colocar cada vez mais dependente dos préstimos de Ana Plácido, foi ela que, na maioria dos casos, fez de mãe e de pai para os rapazes. Com a presença da mãe e a ausência frequente do pai, Jorge e Nuno transformaram-se em rapazes «estúpidos e violentos». Todavia, não nos parece evidente que, se Camilo tivesse estado mais presente no crescimento e na educação dos filhos, os resultados fossem, no essencial, muito diferentes. No caso de Amélia, coube à mãe Patrícia Emília e à freira Isabel Vaz Mourão a missão de exercer esse duplo papel. Crescendo praticamente sem pai e sem mãe, Bernardina tornou-se uma mulher terna e meiga.

Sobre a esquizofrenia do Jorge, então designada por alienação, não nos podemos pronunciar. O que devemos asseverar pelo teor das missivas é que a alienação do filho lhes tirou muita qualidade de vida, em especial, na fase final das suas existências.

Bernardina Amélia é a segunda filha de Camilo, nascida na «Princesa do Corgo», em 25 de junho de 1848. Segundo Alberto Pimentel, «a criança passou pela roda de Vila Real, recebeu o nome de Bernardina e foi a criar para Escariz, aldeia próxima de Vila Real» 2401.

Ainda na idade de 6 anos, a criança veio até ao Porto para a companhia do pai<sup>2402</sup>. Conta o médico Domingos de Almeida, condiscípulo de Camilo na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que, devido a doença, o romancista foi assistido e tratado por ele, no ano de 1854. Ao ter conhecimento que o escritor vivia com uma filha e se encontrava adoentado, uma freira do Convento de São Bento de Ave-Maria, Isabel Vaz Mourão, desejou conhecer a menina, o que veio a suceder por anuência de Camilo.

Domingos de Almeida emigrou, em 1855, para o Rio de Janeiro, e soube «meses depois [...] ter D. Isabel conseguido de Camilo que a filha entrasse para o convento, para ser educada por ela»<sup>2403</sup>. Ignoramos a regularidade das visitas a Bernardina, mas o escritor expunha a José Barbosa e Silva, em 1856, as queixas de Isabel Mourão: «vive apoquentada com a minha rara frequência no convento»<sup>2404</sup>.



**Fig. 14.** Bernardina Amélia (1848-1931) Fonte: reprodução fotográfica. In *Acervo da Casa de Camilo* 

<sup>&</sup>lt;sup>2401</sup> PIMENTEL, 1913a: 142.

<sup>&</sup>lt;sup>2402</sup> PIMENTEL, 1923: 85.

<sup>&</sup>lt;sup>2403</sup> C. de Domingos G. B. de Almeida, de 08-06-1890. In CASTELO BRANCO, 1890: 26-27.

<sup>&</sup>lt;sup>2404</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [15-12-1856]. In CABRAL, ed., 1984a: 133.

Da leitura das duas cartas de Camilo para Patrícia de Barros<sup>2405</sup>, supõe-se que a menina regressou a Vila Real, no verão de 1857, para a companhia da mãe, assumindo o pai a responsabilidade de custear as despesas com a alimentação e a educação: «[fico] eu na certeza de que a tratarás segundo os meios que eu te der para isso»<sup>2406</sup>. Além disso, Camilo reconhecia: «a pequena precisa de certos carinhos que só uma mãe pode dar-lhe. Eu não lhe falto com o que ela precisa, e até mesmo com o que lhe sobeja, mas não sei fazer o que os outros pais fazem»<sup>2407</sup>. Ignoramos o resultado das diligências de Camilo<sup>2408</sup>, mas acreditamos que a menina tenha permanecido na cidade do Porto, e convivido com a mãe, quando esta vinha a banhos à Foz ou a Leça.

As missivas endereçadas a António Maria Pereira I e a José Gomes Monteiro demonstravam que Bernardina estava no convento, em 1862: tinha 14 anos. Camilo solicitava aos editores a entrega de exemplares de obras e o envio de quantias em dinheiro, para sua distração e seu sustento<sup>2409</sup>. Em assunto de livros, o autor mantinha-se atento ao que poderia considerar leitura desaconselhada a Bernardina: «Não mande V. S.ª este romance a minha filha».

Em 1865, a freira Isabel Vaz Mourão, com quem Camilo teve trato íntimo — a correspondência para José Barbosa e Silva comprova-o —, solicitou autorização a Patrícia Emília de Barros para a sua educanda se unir pelo matrimónio a António Francisco de Carvalho, asseverando à mãe da menor que era «um casamento digno de toda aprovação», devido às qualidades do pretendente e dada a sua posição social<sup>2410</sup>.

O enlace do abastado capitalista portuense com a filha de Camilo Castelo Branco realizou-se em Valbom, a 28 de dezembro de 1865, e teve destaque noticioso na imprensa<sup>2411</sup>.

O romancista opôs-se ao casamento. Na nossa interpretação, a resistência à união matrimonial escudava-se em vários motivos. Bernardina ia consorciar-se com um homem da idade do escritor. A diferença de idades era substancial: ela tinha 17 anos e era considerada menor; o noivo, 43. Outra das razões materializava-se na expressão «vira-se o feitiço contra o feiticeiro». Se um dos grupos sociais mais atingidos pela crítica ficcional camiliana foi o dos brasileiros de torna-viagem, Camilo via agora entrar-lhe na família um desses portugueses emigrados e regressados ricos, que ele tanto zurziu. As suas reservas também se estendiam à enorme semelhança entre o casamento da filha e o de Ana Plácido com Pinheiro Alves:

 $<sup>^{2405}\,</sup>C.\,de\,01-01-1857.\,In\,CASTELO\,BRANCO, 2002:\,1048;\,C.\,de\,14-06-1857.\,In\,CASTELO\,BRANCO, 2002:\,1048-1049.$ 

<sup>&</sup>lt;sup>2406</sup> C. de 01-01-1857. In CASTELO BRANCO, 2002: 1048.

<sup>&</sup>lt;sup>2407</sup> C. a Patrícia Emília de Barros, de 14-06-1857. In CASTELO BRANCO, 2002: 1048-1049.

<sup>&</sup>lt;sup>2408</sup> C. de Domingos G. B. de Almeida, de 08-06-1890. In CASTELO BRANCO, 1890: 26-27.

<sup>&</sup>lt;sup>2409</sup> «Peço a V. S.ª o favor de mandar um exemplar das 3 irmãs a minha filha Amélia, que está em S. Bento» (C. a José Gomes Monteiro, de [1862]. In CASTELO BRANCO, 2002: 536-537); «Peço [...] o favor de mandar dar a minha filha Amélia, no Convento de S. Bento, os 9\$000 réis» (C. a António Maria Pereira I, de [1862]. In CASTELO BRANCO, 2002: 735-736); «V. S.ª terá a bondade de mandar entregar a minha filha Amélia 13\$500 réis» (C. a José Gomes Monteiro, de 26-03-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 471); «Peço-lhe o favor de mandar entregar a minha filha Amélia, no convento, 9\$600 réis (C. a José Gomes Monteiro, de [1865]. In CASTELO BRANCO, 2002: 548).

<sup>&</sup>lt;sup>2411</sup> «Jornal de Notícias», 2 jan. 1866: 1.

ambas as relações eram com brasileiros, e a diferença de idades entre as noivas e os noivos rondava idênticos números. Temia que o escândalo havido em torno do casamento do capitalista Pinheiro Alves pudesse, agora, acontecer na sua família com o capitalista António Francisco de Carvalho. E não faltaria, entre os seus inimigos da burguesia portuense, quem viesse fazer zombaria do folhetinista.

Camilo partilhou com o Visconde de Ouguela, anos mais tarde, as impressões de outrora e as sensações de agora:

Amanhã vou ao Porto para acompanhar a minha filha e a minha neta à Póvoa. Não sei se sabes que tenho uma filha e uma neta. O meu genro é um argentário maior de 50 anos e de 200 contos. Impugnei este casamento, há 9 anos, receando que a diferença entre 15 e 40 anos abrisse um abismo entre os cônjuges. Felizmente que a minha filha saiu uma criatura angelical, e o marido é um excêntrico que a tem levado a viajar. Nunca falei com ele, desde que o vi em 1849, sair para o Brasil. Era filho de um desembargador. Levou 20 contos do seu património, e voltou rico. Viu a pequena na grade de um convento, e pediu-a a uma freira que ele presumia ser mãe da noiva. Como eu me opusesse ao casamento, solicitaram a licença da verdadeira mãe que existe em Vila Real, e casaram-se. Passados anos, fui, muito instado, ver minha filha a uma quinta que habitava nos arrabaldes do Porto. Recebi-a na minha sege, e não lhe entrei em casa. Agora, creio que falarei com o marido atendendo a que ele quis que a sua filha se chamasse Camila. É uma trigueirinha engraçada. Diz o Jorge que sendo eu avô dela, vem ele Jorge a ser o pai. Isto parece racional<sup>2412</sup>.

Estava contada toda a história, em 1874.

Deduz-se que, após o matrimónio de Bernardina, Camilo deixou de a contactar. Foi a filha a querer retomar as relações, nas palavras do pai. A sua neta Camila nasceu em 23 de agosto de 1867, e o genro fez questão de lhe chamar Camila, em homenagem ao avô. As relações entre pai e filha devem ter sido reatadas nesse ano ou no seguinte.

A correspondência de Camilo para Bernardina é composta por 380 peças epistolares (343 não estão datadas). As que têm datação representam só 9,74% da totalidade de correspondência, e a primeira missiva datada é de 21 de março de 1876. A epistolografia de Bernardina para o pai desapareceu, como já referimos.

Bernardina Amélia saiu de uma têmpera, sobretudo ao nível de inteligência emocional, de que não eram constituídos Nuno e Jorge, este pelos motivos mais infaustos. Além do mais, o ambiente familiar de que Camilo desfrutava em casa de Bernardina era substancialmente diferente daquele que a restante descendência lhe proporcionava em Seide: atenção, admiração, compreensão e carinho eram vivências que ali o confortavam e serenavam.

Na correspondência para a família Carvalho, Camilo manifestava-se com toda a expansividade como pai carinhoso e o avô afetuoso, como sogro cortês e estimador. Além disso,

<sup>&</sup>lt;sup>2412</sup> C. de [20-07-1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 164-165.

expressou nas cartas, de modo sensível, o contentamento que sentia em visitá-los, e em privar com ela, com o marido e os netos, situações que constituíam sempre motivo de renovado comprazimento.

Sobretudo para Bernardina, a quem a maioria desta correspondência foi remetida, ressalta a enorme satisfação em lhe escrever, em partilhar uma enorme quantidade de assuntos. Durante os anos em que se cartearam, Camilo abordou os mais diversos episódios do seu dia a dia. Se conseguíssemos datar todos os bilhetes e cartas que Camilo enviou para a família Carvalho, podemos afirmar que as quase quatro centenas de missivas e bilhetes dariam, com toda a certeza, um belo diário do novelista e uma excelente amostragem do seu quotidiano.

Nas páginas soltas deste hipotético diário, surgem-nos as mais diversas matérias, muitas destas citadas ao longo do presente trabalho. Vemos que o inquietava a saúde da neta<sup>2413</sup> e da filha, e rogava-lhe para que não lhe mentisse: «Não me enganes, filha. Diz-me o teu estado. À volta de mim, tudo me confirma as previsões de um próximo desastre»<sup>2414</sup>. Dava conselhos sobre precauções a terem, para não piorarem<sup>2415</sup>, e ficava em cuidados quando sabia que o genro não passava bem. Confidenciava-lhe as emoções mais fortes que sentira, como o passamento de Manuel Plácido<sup>2416</sup> e as manifestações da demência de Jorge<sup>2417</sup>. E expressava-lhe as saudades que tinha dela<sup>2418</sup>: «Crê, minha querida filha, que levo saudades de ti, e consoladoras esperanças de que não esquecerás o afeto extremoso do teu Pai»<sup>2419</sup>. Partilhava o andamento dos sucessos dos seus livros<sup>2420</sup>, informava-a do que estava a escrever<sup>2421</sup> ou do que tinha concluído<sup>2422</sup>, oferecia-lhe obras suas<sup>2423</sup> e aconselhava-a acerca do que a neta Camila devia ler<sup>2424</sup>. Convidava-a para que lhe fizesse companhia em «banhos do mar»<sup>2425</sup>, que viesse com a família visitá-lo a Seide<sup>2426</sup>, ou ainda, que estanciassem com ele nas termas de Vizela e de Vidago.

À filha e ao marido fazia-lhes pedidos do mais variado tipo, desde a autenticação de procurações à marcação de alojamento na cidade, à aquisição de livros em leilões e de charutos ou à recolha de objetos pessoais que deixara nos hotéis:

<sup>&</sup>lt;sup>2413</sup> «Como está a Camilinha? Não me dá cuidado o seu estado; mas desejo ainda assim que a febre não se demore. Quanto às ínguas no pescoco são sintomas de que se está fazendo a transição da menina para a Senhora» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 53-54).

<sup>&</sup>lt;sup>2414</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 7-8.

<sup>&</sup>lt;sup>2415</sup> C. de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2002: 8-9.

<sup>&</sup>lt;sup>2416</sup> C. de [17-09-1877]. In CASTELO BRANCO, 2002: 7.

<sup>&</sup>lt;sup>2417</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 8.

<sup>&</sup>lt;sup>2418</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 7-8.

<sup>&</sup>lt;sup>2419</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 90.

<sup>&</sup>lt;sup>2420</sup> C. de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2002: 8-9.

<sup>&</sup>lt;sup>2421</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 11.

<sup>&</sup>lt;sup>2422</sup> C. de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2002: 10.

<sup>&</sup>lt;sup>2423</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 45. <sup>2424</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 18.

<sup>&</sup>lt;sup>2425</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 10-11.

<sup>&</sup>lt;sup>2426</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 71.

Pede ao Sr. Carvalho que me pague uns óculos em que mandei pôr vidros a casa do Rego, e diga ao homem que mos envie pelo correio.

Dei ordem em casa do Chardron para entregarem na 2.ª feira ao Sr. Carvalho uns cento e vinte mil e tantos réis, creio eu. Diz-lhe que fui ao Oliveira Gomes para concluir o negócio da compra dos livros ao [Laroque]. São 277 volumes que comprei à razão de 109 réis cada um. Receio que o homem naqueles volumes substitua pelos bons que lá encontrei, alguns que não prestem. Ele ficou de os mandar domingo e ir depois receber o dinheiro a tua casa; ainda assim parece-me que será melhor pagá-los depois que eu os tiver examinado. Isto só se evitaria — a fraude — se o Sr. Carvalho pudesse assistir ao encaixotamento, e contasse os 277 volumes. Mas que não se exponha a essa sensaboria<sup>2427</sup>.

Comunicava-lhe quando pensava ir visitá-los<sup>2428</sup>, e mandava-lhe galinhas e perus para as «[depositar] no estômago do Senhor Carvalho»<sup>2429</sup> e géneros alimentares produzidos na quinta, atenções que eram estimadas e retribuídas por Bernardina<sup>2430</sup>.

Os padecimentos do escritor constituíam o tema mais recorrente. Queixava-se dos seus males de saúde, que estava «a fazer negaças à morte»<sup>2431</sup>, que preferia morrer<sup>2432</sup>, que lhe fizera mal o que tinha comido. Também referia a falta de sono que lhe proporcionava noites intermináveis. Dava-lhe conhecimento para onde ia em tratamentos<sup>2433</sup>, e onde se encontrava a fazê-los<sup>2434</sup>.

Como expressão do amor ao pai e da estima ao sogro, Bernardina e Francisco de Carvalho convidaram o escritor para padrinho de batismo do neto a quem deram o nome de Camilo (nascido a 3 de janeiro de 1885).

Contudo, segundo Alberto Pimentel, entre outros arranjos florais colocados perto do caixão na Igreja da Irmandade, havia duas coroas de flores. Na fita de uma tinha a inscrição: «Profunda saudade de sua filha Amélia e de seu genro António Francisco de Carvalho». Na fita da segunda coroa lia-se: «Profunda saudade a seu estremecido avô — Camilo e Camila» 2435.

Pouco depois da morte de Camilo, alegando «coragem digna e valentia moral» <sup>2436</sup>, Nuno Castelo Branco escreveu e publicou *Protesto contra a suposta filha de Camilo Castelo Branco*, uma obra em que atacava Bernardina Amélia, de modo desabrido, e na qual negava que ela fosse filha do romancista, e que seus filhos, Camilo e Camila, eram falsos netos do escritor. Amigos, familiares e conhecidos do romancista insurgiram-se contra a postura de

<sup>&</sup>lt;sup>2427</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 53-54.

<sup>&</sup>lt;sup>2428</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 42.

<sup>&</sup>lt;sup>2429</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 35.

<sup>&</sup>lt;sup>2430</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 36; C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 75; C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 115.

<sup>&</sup>lt;sup>2431</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 27-28.

<sup>&</sup>lt;sup>2432</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 15.

 $<sup>^{2433}</sup>$  C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 13-14.

<sup>&</sup>lt;sup>2434</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 22.

<sup>&</sup>lt;sup>2435</sup> PIMENTEL, 1923: 289.

<sup>&</sup>lt;sup>2436</sup> CASTELO BRANCO, 1890: 25.

Nuno e o conteúdo do livro. Seu primo, José de Azevedo Castelo Branco, escreveu-lhe a pedir que pusesse termo ao «escândalo desnecessário» que fizera correr na imprensa: «não creias que a opinião te é favorável [...]. Com isto estás cavando desaires para ti e para a memória de teu pai»<sup>2437</sup>.

São estranhos os motivos que levaram Nuno a reagir contra a sua meia-irmã, e mais absurdo se torna o caso se Ana Plácido esteve por detrás do comportamento do filho. Bernardina Amélia foi madrinha de casamento de Nuno<sup>2438</sup>, diligenciou a contratação de criadas para trabalharem na casa do pai<sup>2439</sup>, e, entre outras gentilezas, mandava doces para Seide: «segundo creio [os pastéis] sofreram a voracidade desta família»<sup>2440</sup>. Viveu, durante alguns períodos, na casa do pai, convivendo com Ana Plácido, Nuno e Jorge<sup>2441</sup>. Nuno privou com Bernardina<sup>2442</sup> e com Francisco de Carvalho. Em carta à filha, Camilo escreveu: «Nuno declara-se muito amigo do seu cunhado, e ajunta as suas recomendações às da mãe e às minhas»<sup>2443</sup>. Jorge mandava «recados [...] à sua mana Amélia, ao seu cunhado e à sua sobrinha»<sup>2444</sup>. E Ana Plácido quando recebia prendas da «Camilinha», agradecia-lhas<sup>2445</sup>. Chegou a escrever-lhe, usando a própria carta do avô para sua mãe: «Seu avô cá está metido na cama a ver-me escrever com medo ao frio. / Abrace a sua boa mamã, e faça os meus respeitos a seu excelente papá»<sup>2446</sup>.

Perante estes exemplos concretos de convivialidade e de afetuosidade entre as famílias «camilianas» de Seide e de Valbom, qualquer leitor da epistolografia do escritor para Bernardina ficará surpreendido que Nuno tenha redigido tal *Protesto* e interrogar-se-á porque não houve resposta pública de Bernardina nem de seu marido. Desconhece-se o motivo que os terá levado a remeterem-se ao silêncio, e que razões justificaram o apoio de Ana Plácido, se assim agiu, ao gesto insensato de Nuno.

Pode ter havido uma motivação que se prendia com heranças. Camilo e Ana Plácido prepararam, em 1884, em conluio com Tomás Ribeiro e com Bernardina, uma «fraude» com o intuito de protegerem o futuro do filho Jorge:

O meu filho Jorge, o louco, é filho adulterino. Nada pode herdar. Santas leis! A mãe só pode deixar-lhe a 3.ª, não como a filho, mas a estranho; mas temos 10 contos nominais em cupões na mão de minha filha Amélia. Tratei com a mãe que tu, meu caro amigo, farias ao Jorge doação desta quantia. Só assim se pode garantir o futuro deste desgraçado, se viver. Os cupões hão de passar a inscrições de assentamento, com reversão para a mãe ou irmão, se ele morrer primeiro.

```
<sup>2438</sup> PIMENTEL, 1913a: 384.
<sup>2439</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 74.
<sup>2440</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 45.
<sup>2441</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 10-08-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1174-1175.
<sup>2442</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 27; C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 51-52.
<sup>2433</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 130.
```

<sup>2437</sup> CASTELO BRANCO, 1890: 24.

 <sup>2444</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 137.
 2445 C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 37-38.

<sup>&</sup>lt;sup>2446</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. FIGUEIRAS, *ed.*, 2002: 228-229.

Eu sinto-me no termo da vida. Se eu morrer, D. Ana escreve-te, e tu decerto te prestas a esta santa fraude para amparar o meu filho. Ele ficará assim com 8 contos que chegarão para lhe pagar um quarto em um hospital de alienados $^{2447}$ .

Se Bernardina Amélia conservava essa quantia em sua posse, à data da morte de Camilo, é bem provável que Nuno tentasse reavê-la. Mas a filha de Camilo sabia que este seu meio-irmão revelava dotes excecionais para dissipar quantias avultadas, sem olhar a escrúpulos ou a modelos de virtude. E Jorge ainda estava vivo, a necessitar de proteção. Além disso, é de supor que Nuno tenha pedido emprestado dinheiro a António Francisco de Carvalho, e que o capitalista não conseguisse dizer-lhe que não. Camilo tinha advertido o genro, rogando-lhe que não contribuísse para as dissipações de Nuno:

Não sei para que o Nuno o procurasse, ou mandasse procurar. Bem sabe que eu há muito que o não vi. Iria pedir dinheiro? É possível; mas não concorra para as decriptações dele com algum empréstimo. Sei que ele não tem já vergonha de pedir, e que as suas exorbitantes despesas o obrigam ao relaxamento em que se vai pondo. Recebeu há três meses 2410\$000 réis e creio que depois disso já contraiu grandes dívidas<sup>2448</sup>.

Os contos à guarda de Bernardina podiam ser também uma garantia de ressarcimento.

João Paulo Freire adiantou outra versão. A campanha perpetrada por Nuno tinha por detrás o desejo de vingança de Ana Plácido, ainda que ele sentisse que se estava a cometer uma injustiça contra Bernardina Amélia. A mulher de Camilo jurou vingar-se, porque, da última vez que Camilo e ela «estiveram no Porto, na Rua de Santa Catarina, a filha Amélia nunca lá foi nem mandou saber notícias do pai. Quando Camilo se suicidou, também não foi a Seide»<sup>2449</sup>.

O terceiro filho de Camilo era o Jorge.

Na missiva a Eugénia Mendes Viseu, dama de cultura e caridade viseense, o romancista declinava o convite para a visitar, explicando a principal causa que o obrigava a reter-se na aldeia de Seide:

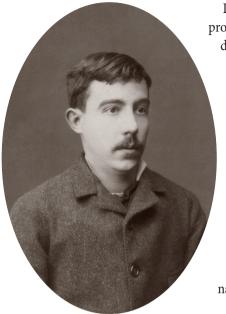
Eu sou a sentinela permanente de um túmulo onde tenho morta uma alma querida. Eu tinha um filho e uma grande adoração. Fui para Coimbra com esta criança, e ao fim de dois anos de uma tristeza doentia e inexplicável o meu Jorge endoideceu. Tem hoje 19 anos, e desde os 14 que não acorda da sua noite cerebral. Desde que me recolhi à aldeia com este esquife sobre o coração, a minha vida é vigiá-lo que não venha a redenção do suicídio<sup>2450</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2447</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 24-03-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1167.

<sup>&</sup>lt;sup>2448</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 612-613.

<sup>&</sup>lt;sup>2449</sup> FREIRE, 1921: 24.

<sup>&</sup>lt;sup>2450</sup> C. de 07-03-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 930-932.



**Fig. 15.** Jorge Castelo Branco (1863-1900) Fonte: reprodução fotográfica — Paulo Seide Fotógrafo, 2022. In *Acervo da Casa de Camilo* 

Dizia que o motivo era «uma futilidade», com o propósito de que ela o desculpasse da «rude mácula da indelicadeza». Todavia, o caso não era de pouco valor, mas de enorme gravidade, porque a genialidade do escritor convivia com a demência de um filho adolescente.

Nasceu em Lisboa, no dia 28 de junho de 1863. No dia imediato, o pai feliz escrevia ao amigo Vieira de Castro a dar-lhe a novidade: «Tenho um filhinho, que nasceu ontem [...]. Contemplei-o, e disse: "*Tu Marcellus eris*". Queria eu dizer na minha reminiscência romana que ele será rabiscador, e pode ser que ministro também»<sup>2451</sup>. Infelizmente, predisse mal. Jorge, coadjuvado por Nuno, viria a tornar-se na sua «pior enfermidade»<sup>2452</sup>.

Em 1868, a mãe apercebeu-se da insanidade mental do filho, e não o revelou ao escritor<sup>2453</sup>, que estava, então, embrenhado na produção de obras como os *Mistérios de Fafe*, *O retrato de Ricardina* e *O sangue*. Cuidamos

que Camilo foi dando conta das limitações e dos problemas mentais do filho, embora pudesse pensar e querer que não estivessem certas as interpretações que fazia das respetivas atitudes e faculdades. Podia ser um pai ausente, mas era um pai atento. Quando António Feliciano de Castilho foi agraciado com o título de visconde, o romancista de Seide escreveu a felicitá-lo, evocando o nome do filho:

Se eu pudesse como V. Ex.ª gloriar-me de ter feito algum serviço às letras pátrias, não me consideraria irrisório nem vulgar pedindo que se premiasse em meu filho os meus serviços. Se passados dez anos eu viver, e houver feito alguma coisa menos fútil que os 80 volumes de historietas, hei de pedir alguma coisa para o meu Jorge $^{2454}$ .

Estávamos em meados de 1870. Jorge completava, dias depois, 7 anos. A evocação do seu nome foi, do que conseguimos apurar, a primeira referência indireta à doença do filho. E estamos absolutamente convencidos de que a luta que iria encetar, a partir deste ano

<sup>&</sup>lt;sup>2451</sup> C. de 29-06-1863. In CASTELO BRANCO, 2002: 686.

<sup>&</sup>lt;sup>2452</sup> C. a Tomás Mendes Norton, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 926-927.

<sup>&</sup>lt;sup>2453</sup> PIMENTEL, 1913b: 153.

<sup>&</sup>lt;sup>2454</sup> C. de 04-06-1870. In CASTELO BRANCO, 2002: 388.

e durante década e meia, tendo em vista a concessão do viscondado, teve sempre subjacente, como uma das principais razões, a vontade quase obsessiva de garantir que, à sua morte, Jorge pudesse ter meios asseguradores da sua subsistência. O romancista inteirou-se da doença do filho antes da estada em Coimbra, nos anos de 1875 e 1876, embora alguns biógrafos camilianos apontem a permanência na cidade dos estudantes como o momento em que o escritor se confrontou com a triste realidade.

Na série de livrinhos oferecidos aos leitores com dificuldades em adormecer, *Noites de insónia*, o escritor redigiu algumas páginas sobre *O horror da demência*. No início do pequeno artigo, citou Rachel Varnhagen, a quem três coisas causavam um horror enorme: «uma manada de touros bravos», «a plebe» e a «demência». O escritor divergia quanto à classificação dada a este desarranjo mental, e redigiu as seguintes palavras: «A demência é mais triste que horrorosa. Os que a padecem, se soubessem a *compaixão*<sup>2455</sup> que inspiram, seriam ainda mais desgraçados, se desgraçados são os que não têm a consciência de o serem»<sup>2456</sup>.

Compaixão é a palavra que melhor traduz todos os sentimentos complacentes que lhe inspiraram a alienação e a infelicidade do seu Jorge.

Nas referências epistolográficas ao filho, aflorava o pai condoído e resignado, contemplativo e triste, a confidenciar aos mais íntimos os retalhos da vida de Jorge.

Na tentativa de compensar o seu sentimento de infortúnio pelos distúrbios do descendente, Camilo procurava especificar e valorizar as suas aptidões artísticas. Evitava, assim, insistir em pormenorizações que repisassem as tragédias domésticas: «toca flauta, flautim, clarinete, guitarra» (e piano» Para o romancista, a «flauta denota[va] o estado daquela alma» Em algumas vezes, escutava do seu escritório Ana Plácido e o Jorge na sala de visitas. A música parecia serenar-lhe a doidice e ser elemento amenizador dos relacionamentos: «Agora ouço a mãe a tocar no piano não sei quê muito triste, e ele acompanha-a com a flauta» Quando não tinha quem o ouvisse flautear ou por encontrar em outros seres vivos auditório menos exigente às músicas tocadas, Jorge saía «de noite a conversar com os rouxinóis mediante uma flauta» e «tocava [...] para entreter um cão perdigueiro que o admira[va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cão perdigueiro que o admira [va]» Para entreter um cã

<sup>&</sup>lt;sup>2455</sup> Itálico nosso.

<sup>&</sup>lt;sup>2456</sup> CASTELO BRANCO, 1874d.

<sup>&</sup>lt;sup>2457</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 197-198; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 06-11-1877. In CASTELO BRANCO, 2012: 249; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [15-06-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 252-253.

<sup>&</sup>lt;sup>2458</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 01-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 889-890; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [15-06-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 252-253.

<sup>&</sup>lt;sup>2459</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 08-07-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 1128.

<sup>&</sup>lt;sup>2460</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 27-01-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1188-1189.

<sup>&</sup>lt;sup>2461</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 03-05-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 201.

<sup>&</sup>lt;sup>2462</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 311-312.

O adolescente convencera-se de que era talentoso para tudo<sup>2463</sup>, e, animado por essa exaltação do espírito, fazia versos<sup>2464</sup> e tinha «a ideia de escrever um livro»<sup>2465</sup>. Em estado adiantado da demência, «verseja[va] incessantemente»: «Lê-me tudo e à mãe»<sup>2466</sup>. Os dotes de escrita que Jorge interiorizou possuir mereceram de Camilo registos epistolográficos contraditórios, por fazer sorrir e por comover os respetivos destinatários. A primeira situação deu-se quando o filho escrevinhou um soneto a Luís de Camões: «Não faltava outra consagração ao grande épico. Meu filho, ainda assim, não é o mais mentecapto dos cantores. Quando o vir, hei de mostrar-lhe as 14 linhas que o meu pobre filho chamou *soneto*»<sup>2467</sup>. O outro caso teve que ver com o «ardente desejo» de Jorge em publicar textos de sua autoria. Temendo-lhe reação violenta, o pai não quis contrariá-lo e encarregou o editor Costa Santos de concretizar tal aspiração:

Peço-lhe a fineza de fazer imprimir 2 exemplares da prosa e poesia que remeto, em meia folha de papel com forma de suplemento a qualquer jornal. Digo só 2 exemplares que lhe quero dar; porque muito me penalizaria que ficasse aí algum que pudesse ser incentivo a riso — riso impróprio de tamanho infortúnio. O desgraçado fica satisfeito vendo-se impresso; e eu creio que ele, enquanto escreve, não tem outras visualidades mais depressoras do seu cérebro. [...] Quanto a provas, será bom que o tipógrafo corrija o que estiver mal ortografado, já que o mesmo Jorge pediu a correção<sup>2468</sup>.

O editor satisfez-lhe o pedido, e, poucos dias depois, enviava para Seide as impressões solicitadas. Camilo agradeceu: «Recebi 6 exemplares da *Primavera*. Que tristes flores! Obrigado»<sup>2469</sup>.

O Jorge revelou aptidões para o desenho: «faz caricaturas» <sup>2470</sup>. Fazia caricaturas e desenhos: uns espalhava-os pelas paredes da casa, outros oferecia-os. Em carta a Tomás Ribeiro, o escritor informou-o de que o seu «querido doido», ao pensar no deputado e par do reino, sentia «[aguilhoarem-se-lhe] as aptidões artísticas amalgamadas no turbilhão de trevas que lhe vai na alma» <sup>2471</sup>. Fizera dois desenhos, um freguês de albergue e um abade, muito realistas: «Como não lhe posso mentir, mando-te os desenhos, que não tencionava enviar-te. [...] Tu tens coração para recolher esses farrapos de uma grande inteligência despedaçada» <sup>2472</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2463</sup> De acordo com a opinião do pai, se não fosse a alienação, Jorge seria um talento «de certo em música e pintura» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 08-07-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 1128).

<sup>&</sup>lt;sup>2464</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [15-06-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 252-253.

 $<sup>^{2465}</sup>$  C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 08-07-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 1128.

<sup>&</sup>lt;sup>2466</sup> C. a Manuel Negrão, de 21-02-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 881-882.

<sup>&</sup>lt;sup>2467</sup> C. a Silva Pinto, de 21-06-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 752.

 $<sup>^{2468}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [20-11-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 181.

<sup>&</sup>lt;sup>2469</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 28-11-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 293.

<sup>&</sup>lt;sup>2470</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 01-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 889-890; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [15-06-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 252-253.

<sup>&</sup>lt;sup>2471</sup> C. de 05-05-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1171-1172.

<sup>&</sup>lt;sup>2472</sup> C. de 05-05-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1171-1172.

Um outro amigo do escritor e de Jorge, Alberto Pimentel, redigiu, em 1901, a obra *Os netos de Camilo*<sup>2473</sup>. Ao descrever uma visita à moradia de Seide e ao observar que havia pendentes vários esquissos nos aposentos de Camilo, revelou que «tinha em Lisboa uma pasta cheia de desenhos», que o filho de Camilo lhe havia dado dezasseis anos antes, em 1884. Tinha Jorge 21 anos. Pensamos que se deve tratar da pasta que integra, hoje, o acervo camiliano do Museu de São Miguel de Seide, com cerca de trezentos desenhos, representando motivos diversos.

Historiava aos correspondentes o modo como Jorge ocupava parte do seu tempo e com quem se fazia acompanhar, revelando, na descrição, uma terna condescendência pelo proceder do filho louco e tolerando-lhe os estranhos hábitos. A desordem da mente projetava-se na desorganização do pulsar das tarefas quotidianas:

São 3 horas da manhã: ergui-me às duas com um ataque de cabeça. Está aqui o Jorge, que me foi fazer chá à cozinha, e anda a remexer os poetas. Este pequeno nunca se deita senão às 7 da manhã. Ergue-se às três para almoçar; janta à noite, e depois toca piano, flauta, clarinete, guitarra, faz versos como os do jovem Herculano, vê romper a aurora, vai à caça, e vem deitar-se. Há perto daqui outro doido do mesmo jaez que lhe faz companhia. Era estudante formigão. Deixou-se de estudar, porque lá o obrigavam a dormir de noite. Passam parte do seu tempo na cozinha a fazerem bifes e café. Casa de doidos<sup>2474</sup>.

Gostava de ir à caça<sup>2475</sup>, usando, por vezes, meios pouco ortodoxos. Algumas estratégias eram muito práticas, no que respeita a perseguir animais, para os apanhar ou para os matar: «O Jorge vai todas as manhãs à caça, e vem carregado com as pombas dos vizinhos, que ele considera aves silvestres. Qualquer dia começa a dar-me descargas à capoeira, cuidando que mata águias dos Pirenéus»<sup>2476</sup>.

Entre os seus entretenimentos, o romancista mencionou que ele, pela idade dos 12 anos, tentou inventar um carro que se movesse sem a utilização de burros. Mostrava-se a criatividade, nos intervalos da demência. E Camilo, ao escrever para um destinatário que estivera preso por questões políticas, não desperdiçou o ensejo de desferir as suas habituais alfinetadas, usando o mamífero quadrúpede:

Vai amanhã ver se um ferreiro lhe faz as molas segundo os desenhos. É um ferreiro que faz péssimas enxadas. Espera ganhar dinheiro, pela elipse dos burros. Tem de sofrer grande guerra neste país, se teima em correr a esponja por cima da sociedade mais vital da nossa compleição. Eu já lhe pedi que arranjasse coisa em que entrassem muitos burros. Já não pode inventar o Parlamento<sup>2477</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2473</sup> PIMENTEL, 1901: 23.

<sup>&</sup>lt;sup>2474</sup> C. Ramiro Coutinho, de [15-06-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 252-253.

<sup>&</sup>lt;sup>2475</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 01-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 889-890; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [15-06-1878]. In CASTELO BRANCO, 2012: 252-253.

<sup>&</sup>lt;sup>2476</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 203.

<sup>&</sup>lt;sup>2477</sup> C. Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 235.

À medida que cresceu, foi mais difícil vigiarem-lhe os passos. As idas para fora da aldeia<sup>2478</sup> deixavam os pais nervosos e temerosos das consequências dos seus atos.

Transformou-se numa pessoa violenta e perigosa. Lentamente, a «demência pacífica» cedeu o lugar às manifestações de fúria<sup>2479</sup>, a «acessos de ódio»<sup>2480</sup>. Apesar do escritor afirmar que Jorge não sabia o que fazia nem o que queria<sup>2481</sup>, o que se verifica é que espancava as empregadas domésticas<sup>2482</sup> e batia nos criados<sup>2483</sup>. Nem os pais estavam a salvo da sua irascibilidade: «Não nos falta medo que ele, num ímpeto de furor, nos dê cabo da vida — a mim e à mãe»<sup>2484</sup>. Todos o temiam, e Camilo era o primeiro<sup>2485</sup>. Jorge falava em matar, e, para Camilo, Ana Plácido precederia todos aqueles a quem ele tiraria a vida<sup>2486</sup>. Proferia-lhe insultos<sup>2487</sup> e exercia sobre a mãe violências muito graves, dando-lhe «alguns murros»<sup>2488</sup> e ameaçando matá-la, «de faca em punho»<sup>2489</sup>: «ainda assim, a maior desgraça não seria a minha morte, mas a da mãe que ele já espancou»<sup>2490</sup>. Também Camilo aguardava o seu quinhão<sup>2491</sup>, desde que o vira de garfo em punho, com a intenção de lho «cravar»<sup>2492</sup>.

Nem eles em casa estavam em segurança nem os transeuntes na rua se podiam sentir a salvo dos assomos de ira do Jorge<sup>2493</sup>. Foi essa paisagem humana de familiares, criados, caseiros e de terceiros, ameaçados e sujeitos às suas estouvadices, que o escritor referiu na carta ao Visconde de Ouguela:

Foi ontem a uma romaria e distribuiu pelos lavradores algumas pauladas. Depois meteu-se numa sege, veio aqui, quis pagar o vinho que bebeu, dirigiu-me alguns insultos e retirou-se para um hotel. Aceita tudo, com tanto que lhe não digam que sou eu que pago as despesas. Já me ameaçou e desafiou para a rua, e eu abracei-me nele a chorar. [...] Receio que ele mate a mãe que hoje odeia tanto quando amava dantes. A mim, se me matasse, obsequiava-me<sup>2494</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2478</sup> «Saiu antes de ontem para Famalicão e por lá está acompanhado de um antigo criado» (C. Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330). «O Jorge fugiu e não voltou de Famalicão» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [02-07-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 283).

<sup>&</sup>lt;sup>2479</sup> C. Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330.

 $<sup>^{2480}</sup>$  C. a Tomás Ribeiro, de 11-05-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1172-1173.

<sup>&</sup>lt;sup>2481</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1360, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2482</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1360, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2483</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1199.

<sup>&</sup>lt;sup>2484</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 18-01-1886. In CASTELO BRANCO, 2002: 262-263.

<sup>&</sup>lt;sup>2485</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1886]. In CABRAL, 1924: 125-127.

<sup>&</sup>lt;sup>2486</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 11-05-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1172-1173.

<sup>&</sup>lt;sup>2487</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 11-05-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1172-1173.

<sup>&</sup>lt;sup>2488</sup> C. Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330.

<sup>&</sup>lt;sup>2489</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 27-01-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1188-1189.

<sup>&</sup>lt;sup>2490</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1886]. In CABRAL, 1924: 125-127.

<sup>&</sup>lt;sup>2491</sup> C. Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330.

<sup>&</sup>lt;sup>2492</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1886]. In CABRAL, 1924: 125-127.

<sup>&</sup>lt;sup>2493</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1199.

<sup>&</sup>lt;sup>2494</sup> C. de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330.

Por diversas ocasiões, o escritor tentou tirá-lo da casa de Seide e de junto das pessoas que ele odiava, na esperança de que, assim, as pudesse esquecer. Acreditava Camilo que as saídas daquela localidade podiam ser refrigério de um cérebro efervescente de repulsa por quem convivia ou se cruzava com ele nos caminhos, nas praças, nos cafés, nas feiras ou nas festas. Levava-o, então, para vilas e cidades<sup>2495</sup> em redor de Vila Nova, para a beira-mar e para as termas. Visitavam, juntos, Bernardina Amélia, no Porto, persuadia-o a ir com ele ao teatro, sempre com a carinhosa intenção de encontrar na distração a pacificação da mente convulsa:

fomos para casa da Amélia. O Jorge ficou no trem; mas a Amélia e o Carvalho foram buscá-lo. Entrou bem. Tocou piano, ouviu tocar, riu-se das doenças do Carvalho e, quando conheci que ele estava aborrecido, às 9½, saímos. Que queria ir ao teatro — um pândego. Fomos a S. João. Assistimos ao 2.º ato da Missa de Verdi. Pasmado; gostando, e não achando cara a meia moeda que custou o ato<sup>2496</sup>.

Durante esse deambular, Camilo desabafava sobre a desilusão dos resultados obtidos. Há mês e meio que andava com ele de terra em terra. Mas tudo aquilo se afigurava inútil, pois o filho não se sentia bem em lugar algum<sup>2497</sup>.

A partir de certa idade, Jorge começou a beber em excesso, procurando no álcool algum benefício. Tinha uma «sede insaciável de vinho» e recusava a comida: «a embriaguez sobre a demência é horrorosa» <sup>2498</sup>. Era indiferente aos conselhos do pai para não se embriagar <sup>2499</sup>. Chorava, se pedisse vinho e não lho servissem: «Bebe uma canada de palhete com um pão com manteiga, e não quer mais nada. Se lhe pedem que coma, chora ou ameaça. Aqui todos lhe ganharam medo» <sup>2500</sup>.

Com o Jorge dentro de portas, Camilo e Ana Plácido sentiam-se a viver «em cima de um vulcão» <sup>2501</sup>. Os médicos que o consultavam eram do parecer que Jorge devia recolher-se a um hospital, para ser tratado. Mas Camilo retorquia: «nós preferimos morrer às mãos dele» <sup>2502</sup>, porque a «entrada para o hospital equivale a entrar na sepultura» <sup>2503</sup>. Contudo, o caso tornou-se demasiado sério e grave. As crises agravaram-se e a sua ira tornou-se indomável. Era muito arriscado e perigoso mantê-lo em casa. Na verdade, apresentava-se em tal estado que não havia melhor alternativa perante os efeitos da insanidade do filho: «Vejo-me forçado a recolhê-lo ao Hospital Conde de Ferreira» <sup>2504</sup>.

```
<sup>2495</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1199.
```

 $<sup>^{2496}</sup>$ C. a Ana Augusta Plácido, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 787-788.

<sup>&</sup>lt;sup>2497</sup> C. a destinatário não identificado, sem data. In PAXÊCO, 1924: 16.

<sup>&</sup>lt;sup>2498</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1198.

<sup>&</sup>lt;sup>2499</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 11-05-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 1172-1173.

<sup>&</sup>lt;sup>2500</sup> C. a Ricardo Jorge, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1360, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2501</sup> C. a Tomás Ribeiro, 27-01-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1188-1189.

<sup>&</sup>lt;sup>2502</sup> C. a Tomás Ribeiro, 27-01-1886. In CASTELO BRANCO, 1994: 1188-1189.

<sup>&</sup>lt;sup>2503</sup> C. Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330.

<sup>&</sup>lt;sup>2504</sup> C. Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330.

Procurando colaborar com a medicina, o escritor partilhou com o médico Ricardo Jorge as suas conjeturas acerca da origem da doença do Jorge. Levantava a hipótese de a demência ter sido provocada por doença sexualmente transmissível, infeção de que o escritor era portador, quando Jorge foi concebido:

Parece-me atendível uma circunstância que me lembra quando ele tinha 4 anos muitas vezes o arranquei de cima do travesseiro onde procurava ter prazeres pela fricção. Ele chorava quando lhe impediam aquele ato. Outra circunstância, tinha ataques epiléticos aos 8 anos; atribuíram-se à ténia que expeliu. A mãe quando o gerou era muito histérica, e eu nessa ocasião apresentava sinais inequívocos de sífilis de que a mãe esteve contagiada. Todas estas recordações podem ser inúteis para a esperança da cura; mas não posso calá-las<sup>2505</sup>.

A Tomás Ribeiro revelou que qualquer um dos filhos padecia de uma demência herdada. Tinham «quinhão atávico da do avô», citando alguns seus antepassados que possuíam distúrbios mentais, nomeadamente, Simão Botelho<sup>2506</sup>.

Foi Ricardo Jorge quem providenciou o internamento de Jorge<sup>2507</sup> no Hospital de Alienados do Conde Ferreira, e aí permaneceu, entre 2 de agosto e 23 de outubro de 1886. O escritor elaborou, em missiva, um pequeno resumo sobre quem se responsabilizara pelo trabalho e os resultados que eram esperados com a decisão de reter o doente naquela unidade hospitalar:

Meu filho entrou no Hospital do Conde de Ferreira no dia 2 deste mês. Veio buscá-lo a Famalicão o Dr. Ricardo Jorge, especialista de doenças da alma. Os clínicos que já o observaram no hospital dizem que mo restituem não curado, mas pacífico, dentro de 2 meses. É natural que já me não encontrem para a restituição. Eu queria recolher-me ao mesmo hospital, mas não me deixam, porque o Jorge odeia-me<sup>2508</sup>.

Inicialmente, os tratamentos pareciam decorrer bem, e havia esperanças. Sabia-se que não havia cura, mas procuravam a «redução a um estado pacífico». Todavia, não tardaram a regressar as agitações do doente e a desvanecerem-se as esperanças: «Quando parecia sossegado, e o Dr. Sena me dizia que era possível regressar a casa, mandei lá o Nuno como pedra de toque para avaliar o estado mental dele a respeito da família. Assim que o viu enfureceu-se. Não há nada a esperar»<sup>2509</sup>.

O doente escreveu do hospital ao irmão Nuno, desgostoso por o terem internado: «Era bastante que me convencessem de que não conspiram para que eu aqui esteja preso desde

<sup>&</sup>lt;sup>2505</sup> C. sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 1342, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2506</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1189-1190.

<sup>&</sup>lt;sup>2507</sup> LEMOS, 1974: 325-330.

<sup>&</sup>lt;sup>2508</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 2012: 331.

<sup>&</sup>lt;sup>2509</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1199-1200.

o exórdio até ao fim da minha triste existência»<sup>2510</sup>. Não conseguia entender que a decisão do internamento fora tomada para seu bem e que tinham sido os médicos a aconselhar os pais. Pensava que estes não o amavam e que queriam livrar-se dele. Julgava-os «motores da sua prisão» com estas palavras bem expressivas: «Maus raios os partam»<sup>2511</sup>.

Os tratamentos acalmaram o alienado: «muito manso, obedientíssimo, bebe quase nada e fuma muito pouco. Veremos o que vem»<sup>2512</sup>. Assim veio e se manteve, enquanto duraram os efeitos dos tratamentos recebidos<sup>2513</sup>. Mas, entretanto, regressou o gosto pela bebida, recrudesceu a violência e tornou-se pirómano: «perpetrou três desses atentados. Agora tenho-o com uma guarda à vista que ele respeita e teme. *Paliativos...*»<sup>2514</sup>.

O doente que saíra de casa para as enfermarias de um hospício não era o mesmo que tinha regressado a Seide. O filho louco não voltou a congraçar-se com a família, como esta desejava, porque nunca entendeu, na escuridão da sua consciência, que a decisão dos pais tinha sido um doloroso gesto de amor, e não de desprezo por si. É possível que este desamor pelo pai tenha sido uma causa justificativa de não ter comparecido em Seide, quando Camilo se suicidou, e de não ter estado nas cerimónias fúnebres em sua memória<sup>2515</sup>. Desconhecemos se se verificou o mesmo quando da morte de sua mãe, mas é presumível que sim.

Em homenagem a Camilo Castelo Branco, que deu sempre as mais vivas demonstrações de que amava, sem qualquer cláusula, «aquele [seu] doce flagelo» <sup>2516</sup>, a Câmara dos Deputados aprovou, por aclamação, o projeto que concedia uma pensão vitalícia de 1000\$000 réis, a Jorge Castelo Branco.

O romancista dedicou-lhe o livro *A filha do regicida*, em 1875, e, na última obra que editou, *Nas trevas*, em 1890, escreveu o comovente soneto *Jorge*, sobre aquele filho em torno do qual gravitaram todas as preocupações de Camilo e de Ana Plácido, desde que souberam que, através da demência, a vida fizera cair a «noite quando lhe apontava a aurora»<sup>2517</sup>:

Constantemente vejo o filho amado Na minha escuridão, onde fulgura A extática pupila da loucura, Sinistra luz dum cérebro queimado.

<sup>&</sup>lt;sup>2510</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1886]. In CABRAL, 1924: 125-127.

<sup>&</sup>lt;sup>2511</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de [1886]. In CABRAL, 1924: 125-127.

<sup>&</sup>lt;sup>2512</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, [25-10-1886]. In CASTELO BRANCO, 2002: 287-288.

<sup>&</sup>lt;sup>2513</sup> O médico António Maria de Sena, em duas cartas a Camilo, aconselhava que o melhor remédio para a doença do Jorge seria «a vida regular, ocupada sobretudo em exercícios físicos, deve ser a regra constante para se manter o equilíbrio» mental (C. de 29-10-1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 747, Casa de Camilo) e que houvesse «muita vigilância» e cautela, para evitar que o Jorge se entregasse a «abusos alcoólicos» (C. de 31-10-1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 748, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>2514</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [22-07-1887]. In CASTELO BRANCO, 2002: 304.

<sup>&</sup>lt;sup>2515</sup> Jorge estava na hospedaria da Carolina, em Famalicão: «ao saber do falecimento de seu pai, enroscou um pano preto ao pescoço, mas não mostrou desejos de ir a Seide» (PIMENTEL, 1923: 286).

<sup>&</sup>lt;sup>2516</sup> C. a Silva Pinto, de 26-07-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 764.

<sup>&</sup>lt;sup>2517</sup> C. a Francisco Martins Sarmento, de 09-03-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 742-743.

Nas rugas de seu rosto macerado Transpira a cruciantíssima tortura, Que escurentou na pobre alma tão pura Talento, aspirações... tudo apagado!

Meu triste filho, passas vagabundo Por sobre um grande mar calmo, profundo, Sem bússola, sem norte e sem farol!

Nem gosto nem paixão te altera a vida! Eu choro sem remédio a luz perdida... Bem mais feliz és tu, que vês o sol.

A luz do astro-rei apagou-se definitivamente para Jorge em meados de 1900, e os seus restos mortais foram recolhidos no cemitério paroquial de São Miguel de Seide, e não na capela de família, na qual repousavam Ana Plácido e Nuno. A alguns metros da sua morada eterna, o visitante que hoje sobe a escada de pedra para percorrer as salas e os quartos do Museu Camiliano, onde a segunda família nuclear de Camilo vivenciou alegria e tristeza, felicidade e sofrimento, génio e loucura, vida, morte e suicídio, tem a recebê-lo a Acácia do Jorge, que parece querer abraçá-lo com a sua sombra e sussurrar-lhe os dois últimos versos da poesia do escritor, intitulada *Durante a febre*:

Quando a Acácia do Jorge outra vez inflore, Chamai-me, que eu de abril nas auras voltarei.

Este voto camiliano não se limita a um simples exercício de escrita no género literário em que os críticos atribuem fraca notação ao romancista. As palavras dispostas em verso e a referência ao seu «querido» Jorge dão ao nome do filho a marca da sobrevivência diante do esquecimento a que a voragem do rolar dos tempos faz honra de votar os mortais com vidas de obras menos valorosas. Por outro lado, emerge a vontade póstuma do escritor de que as suas memórias vivenciais e o seu legado patrimonial possam, cada ano, apresentar-se de modo renovado e apelativo para fruição e enriquecimento cultural dos vindouros. E também se denota a confiança de que nas dimensões mais sombrias da existência humana raiará sempre um tempo primaveril para rejuvenescer e fazer reflorir a merecida serenidade das vidas sofridas.

Nuno era o filho mais novo e o segundo a nascer da relação de Camilo com Ana Plácido. Na epistolário, a qualidade mais realçada, pelas piores razões, foi a sua indomável propensão para se espraiar em loucuras. Alexandre Cabral apontou quatro variantes das manifestações das doidices e dos excessos de Nuno: «perdulário», «batoteiro», «conflituoso» e «mulherengo»<sup>2518</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2518</sup> CABRAL, 2003: 191.

Ana Plácido e Camilo esforçaram-se por lhe proporcionar educação e escolarização: quis ir para a Marinha<sup>2519</sup>, esteve em Coimbra e num colégio do Porto, e, em ambos os casos, a instrução pouco conseguiu melhorar as faculdades de entendimento da criança de 12 anos. A descrição da sua saída para o internato e o modo como o ambiente caseiro se ressentiu com a sua ausência eram evidências de que, por aqueles anos, a extroversão de Nuno preenchia as alegrias da casa de Seide. Habituados a ouvi-lo tocar, cantar e gracejar, a sua partida provocou saudades e silêncio:

O Nuno foi para o colégio no Porto. À saída pareceu-me resignado e até alegre, à frente da cavalgata que o acompanhava. A mãe acompanhou-o até fora do portão da quinta, e voltou chorando porque o pequeno se abraçara nela a chorar. Depois chegou o Jorge também de lágrima pendente, e dizia que o Nuno por



**Fig. 16.** Nuno Castelo Branco (1864-1896) Fonte: reprodução fotográfica — Paulo Seide Fotógrafo, 2022. In *Acervo da Casa de Camilo* 

espaço de meia légua ia coberto de lágrimas. Caiu esta casa, cuja alegria ele era, em silêncio sepulcral. O Nuno tocava, cantava sempre. Agora, aqui fica a mãe, eu e o Jorge, que somos todos três tristíssimos. O Jorge fecha-se no quarto para que o não vejam roto, e lá está tocando ou pintando. O Manuel Plácido foi para a Póvoa jogar na roleta. Eu não saio do escritório, e Ana Plácido anda a espreitar os criados que a não roubem completamente. Eis o que eu te posso dizer das alegrias desta cabana<sup>2520</sup>.

Pouco depois, já o escritor informava o mesmo destinatário de que Nuno se evadira do colégio: «Já aqui está. Não sei que lhe faça. A mãe diz que vai arranjar mestre para casa. Não arranja nada. É tola a valer. Imagina também que os ensina ela. Vê tu! Toda a nossa ciência de primeiras letras reunida não dava um sofrível exame de instrução primária. Lá se avenham»<sup>2521</sup>.

É escassa a informação sobre a instrução ministrada a Nuno. Sem frequência escolar que o viesse a habilitar a bom emprego, parava pouco em casa<sup>2522</sup> e ocupava o tempo

<sup>&</sup>lt;sup>2519</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 151.

 $<sup>^{2520}</sup>$  C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 16-10-1876. In CASTELO BRANCO, 2012: 226.

<sup>&</sup>lt;sup>2521</sup> C. de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 174-175.

<sup>&</sup>lt;sup>2522</sup> «O Nuno estava mais entediado que doente. Logo que chegou a Seide, mascarou-se, e foi não sei para onde» (C. a Bernardina Amélia, de [1878]. In CASTELO BRANCO, 2002: 43).

a «cavalga[r] como um *clown* e toca[r] guitarra como um faia»<sup>2523</sup>. Ia à pesca nos rios das freguesias em redor<sup>2524</sup>, andava armado e repelia a tiros de revólver quem o atacasse nos caminhos, durante a noite<sup>2525</sup>, «joga[va] a bisca com os criados e [passeava] nas ramas dos pinheiros»<sup>2526</sup>, convivia com indivíduos de desaconselhada companhia<sup>2527</sup> e, entre outras distrações, galanteava raparigas. Camilo descreveu a Silva Pinto como decorrera uma das suas ousadias sentimentais:

O Nuno foi para a Póvoa de Varzim. A reclusa foi proibida de comunicar o seu espírito através do rótulo da Roda. Depois, parece que a transferiram, noite alta, em pleno mistério de Arlincourt, para as orlas do oceano. Idade média, com todos os seus horrores bracarenses! Nuno foi-lhe na peugada: leva égua, revólver de marca Murderer, e quer levar cão. Não levou guitarra, faltava-lhe este adminículo para manter a tradição do trovador à altura da castelã minhota. Uma desgraça embrulhada numa pândega<sup>2528</sup>.



Fig. 17. Isabel da Costa Macedo (1865-1884) Fonte: reprodução fotográfica — Paulo Seide Fotógrafo, 2022. In *Acervo da Casa de Camilo* 

Nuno tinha 16 anos e, sem o imaginar, ensaiava passos para outro episódio de entretenimento amoroso. Pelos inícios de 1881, morava, em Vila Nova, uma menina órfã do «brasileiro» António Joaquim da Costa Macedo e herdeira de avultada fortuna. Camilo terá pensado que a bonita jovem reunia condições, sobretudo em contos e prédios, para ser mulher de Nuno. Ignoramos o modo como este chegou ao contacto com Isabel da Costa Macedo, o «diamante negro», de modo a conseguir que ela, decerto requestada por outros pretendentes à sua mão e aos seus dinheiros, se apaixonasse e se deixasse raptar pelo filho do romancista. No imaginário camiliano ganhou raízes a tradição de afirmar que Camilo, convencido de que o melhor emprego para o filho era casá-lo rico, se aventurou a tentar seduzir Isabel: rascunhava as cartas, que Nuno copiaria canhestramente, para depois serem entregues, por mão aliciada, à donzela pretendida.

<sup>&</sup>lt;sup>2523</sup> C. a Adelino das Neves e Melo, de 01-10-1879. In CASTELO BRANCO, 2002: 889-890.

<sup>&</sup>lt;sup>2524</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 137.

<sup>&</sup>lt;sup>2525</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 24-07-1879. In CASTELO BRANCO, 2012: 288.

<sup>&</sup>lt;sup>2526</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2012: 350.

<sup>&</sup>lt;sup>2527</sup> «Nuno já voltou para aí com uns barbaçudos seus camaradas» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 73).

<sup>&</sup>lt;sup>2528</sup> C. de 18-08-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 748-749.

Não se pode afirmar que os sedutores conteúdos das missivas tiveram a assinatura ou a colaboração do escritor. Mas é certo que ele e Ana Plácido cooperaram no plano e na concretização do rapto, coadjuvados por várias pessoas, que ocorreu a 3 de maio de 1881. A missiva a Ana Plácido esclarece todas as dúvidas do leitor de hoje:

Falei com o Vasques de Mesquita, que está de cama, e não tinha presente a lei, mas disse-me que o Nuno, seja qual for o perigo do ato, não deve ir para Seide, e deve esconder-se com ela, enquanto se movem os primeiros passos judiciários. Acrescenta que, indo ela para Seide, eu hei de ser envolvido na cumplicidade do rapto, como recetador da mulher raptada. Olha que espiga! Amanhã, ao meio-dia, vou combinar com ele o meio menos arriscado em face da Lei.

[...]

Manda recado ao Florindo, e as burras à Portela. Vai pensando onde poderemos arranjar uma casa em que eles se alapardem. Tenciono escrever ao António de Azevedo a ver se ele em Trás-os-Montes arranja um padre que os receba. Vale a pena oferecer um ou dois contos de réis. O que não podemos é desistir, porque estes lances não se repetem na vida<sup>2529</sup>.

Os oficiais de justiça não imaginavam que o raptor e a menina raptada se fossem hospedar no lugar mais óbvio. Nuno e Isabel, querendo esquivar-se a andanças por outras localidades, onde havia o risco de serem identificados e denunciados, foram esconder-se na residência dos pais do raptor, em Seide. O escritor encarregou-se das devidas tramitações legais em ordem a realizar-se o enlace dos jovens, e conseguiu o consentimento do conselho de família:

A menina, por causa do impedimento canónico da coabitação, tem de separar-se por uns 8 dias. Depositou-se em Vila Nova em casa do administrador do concelho, enquanto se lavram escrituras. Quanto a fortuna, a coisa está muito aquém das atoardas públicas: tem 7 contos de renda<sup>2530</sup>, ou 150 contos. É uma rapariga estimável, com uma inteligência rudimentar<sup>2531</sup>.

Camilo estava a ter uma leitura demasiado simplista, pois foram as ditas capacidades intelectuais de Isabel que a levaram a decidir fugir com o filho do romancista, e foi o volume dos bens da noiva, que presumia mais apoucado do que o apregoado, a recompensar o raptor: «O rapaz vai ser semimilionário, pelo casamento»<sup>2532</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2529</sup> C. a Ana Augusta Plácido, de [1881]. In CASTELO BRANCO, 1994: 825-826.

<sup>&</sup>lt;sup>2530</sup> Além de expressar o seu regozijo pelo casamento, que parecia revestir-se de ingenuidade e pureza e ter as bênçãos incorruptíveis do dinheiro, Camilo fez outra avaliação da fortuna de Isabel: «Aquela criancinha [...] de 1866 casa um destes dias. Talvez lesses nas gazetas o processo um pouco irregular deste matrimónio. O Nuno é feliz, ao que parece. Rapariga de 16 anos, não feia e doze contos de renda. Ambos muito ignorantes. Olha que felicidade, ó Tomás Ribeiro!» (C. de 25-05-1881. In CASTELO BRANCO, 1994: 1158).

<sup>&</sup>lt;sup>2531</sup> C. a Silva Pinto, de [1881]. In CASTELO BRANCO, 1994: 983-984.

<sup>&</sup>lt;sup>2532</sup> C. a Silva Pinto, de [1881]. In CASTELO BRANCO, 1994: 984-985.

Casaram na Igreja de São Pedro de Maximinos, em Braga, a 2 de julho de 1881. Desde então, e até fins de agosto de 1884, o casal teve residência em Seide e numa quinta na freguesia de Requião.

A chegada dos recém-casados à casa amarela e a aura de felicidade que revestiu os primeiros tempos do matrimónio provocaram uma oxigenação do ambiente familiar. As exteriorizações da felicidade do casal foram observadas, sentidas e interpretadas de maneira distinta por Camilo e por Jorge. O pai mostrou-se mais sentimental, e o filho mais prospetivo: «Nuno e a mulher remoçam um pouco a casa, chilreiam como aves novas, e Jorge, do acume da sua demência, ri-se deles, e diz: "Isto vai esmorecer." Esmorecer! Que grande patológico do casamento!» <sup>2533</sup>.

E esmoreceu mesmo.

Acomodada a noiva na casa dos sogros, os quais deviam representar para Isabel a compensação familiar e afetuosa que deixou de beneficiar por ficar órfã, Nuno considerou que a mulher não poderia estar em melhor mãos. Camilo e Ana davam garantias de que seria bem cuidada e far-lhe-iam companhia nas suas ausências, que passaram a ser mais frequentes e prolongadas: «Há 4 dias que foi para Vila Nova, e nunca mais voltou a casa. Esperam-no hoje com vários bombeiros negros como etíopes. A mulher está fula. Pudera! Arde-lhe o dinheiro, o coração (se o tem), o amor-próprio, o sangue, o diabo, tudo» 2534.

O escritor partilhava com a filha qual o verdadeiro interesse de Nuno pela mulher: «ele é indiferentíssimo à pessoa, e olha só para a fortuna. Está com o tempo: é filho desta época» <sup>2535</sup>. Nuno não se coartou, por isso, a participar em borgas <sup>2536</sup>, a emprestar grandes quantias, sem a mulher o imaginar, a quem, por vadiagem e desinteresse pelo trabalho, não lhas devolveria <sup>2537</sup>, a pregar logros a amigos do pai <sup>2538</sup>, e a fazer-se acompanhar de maus sujeitos <sup>2539</sup>. Qualquer conselho ou repreensão paterna era tempo perdido. O romancista via-se impotente para retroceder o agravamento da «enfermidade» do filho:

A enfermidade do Nuno começa no cérebro que eu desde muito julguei inficionado da moléstia geral. Desde que eu me convenci de que a inteligência é uma forma da matéria cerebral, não careço de recorrer a atos morais para explicar a demência nos seus diversos graus. Na nossa família conheço 5 espécies de demência incluindo a do Jorge. A do Nuno é uma espécie nova das que fogem à perspicácia dos especialistas<sup>2540</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2533</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 07-07-1881. In CASTELO BRANCO, 2012: 305.

<sup>&</sup>lt;sup>2534</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 46.

<sup>&</sup>lt;sup>2535</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 131.

<sup>&</sup>lt;sup>2536</sup> «Nuno foi para a pândega de Vila Nova» (C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 57-58).

<sup>&</sup>lt;sup>2537</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 70.

 $<sup>^{2538}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [10-08-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 186-187.

<sup>&</sup>lt;sup>2539</sup> «O último desgosto que me deu, foi, tendo já 4 criados, tomar para lacaio um ladrão de estrada que ainda há 15 dias saiu da cadeia da Relação. Eu recusei-me a receber em minha casa homens desta espécie» (C. a Luís Barbosa e Silva, de 13-08-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 1080-1081).

<sup>&</sup>lt;sup>2540</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 129.

O tom irónico do pai patenteava desespero, que era partilhado por Ana Plácido. Camilo via-o raras vezes<sup>2541</sup>, porque andava dias fora de casa, sabia-se lá por onde<sup>2542</sup>, «sempre em jornadas esfacelando a vida»<sup>2543</sup>. No último trimestre de 1883, Nuno teve problemas pulmonares: «É tísica no 1.º grau a passar ao 2.º [...] Foi no que pararam as extravagâncias que eu debalde quis evitar a tempo. Era muito fraco, e muito mal construído. Abusou até se perder irremediavelmente»<sup>2544</sup>. Todavia, no Natal de 1883, o romancista informava o mesmo destinatário de que Nuno pouco ou nada teria nos pulmões<sup>2545</sup>, e, em fevereiro do ano seguinte, de que se encontrava melhor<sup>2546</sup>. A moléstia não alterou a tendência dos seus comportamentos: «está saturado de enfermidades que alimenta com a vida desregrada»<sup>2547</sup>. E se tinha de viver por pouco tempo, Nuno entendia estar certo na decisão que tomara, antes mesmo do aparecimento de doenças: «faz[er] asneiras por atacado, para pagar o tributo completo»<sup>2548</sup>.

Observando a vida do irmão, Jorge, em «intervalo lúcido», dizia ao pai: «O Nuno sofre alienação mental, porque se faz bombeiro não podendo prestar auxílio em caso de fogo» <sup>2549</sup>. Camilo concordou, estendendo e justificando outros procedimentos de Nuno com o diagnóstico feito por Jorge. Considerava o filho perdido, a ponto de confessar este sentimento lacónico: «Tenho muita pena desta pobre estúpida que se perdeu por amor dele» <sup>2550</sup>.

A «catadupa de asneiras» <sup>2551</sup> de Nuno repercutiu-se na relação matrimonial, no relacionamento entre Isabel e Ana Plácido e no trato do pai com o filho. Fica-nos a ideia de que Jorge permaneceu à margem de todas as trapalhadas levadas a cabo pelo irmão, pelo menos até ao desaparecimento do «diamante negro». O pai passou a não suportar tanta irresponsabilidade e tão mau comportamento. Achava-o «refratário a tudo» <sup>2552</sup>, um «mentecapto» de todo o tamanho <sup>2553</sup>, um «doido varrido»: «Eu já o não vejo nem lhe falo há muitos dias. Está banido para todos os efeitos da minha consideração e da minha piedade» <sup>2554</sup>. Desabafou idêntico sentimento ao editor Costa Santos: «nem quero vê-lo. Considero-o perdido na dignidade, e repeli-o com nojo da minha alma» <sup>2555</sup>. À meia-irmã de Nuno, Camilo declarou que não encontrava outra solução senão a de se afastar do filho:

<sup>&</sup>lt;sup>2541</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 21-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 198; C. a Eduardo da Costa Santos, de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 191-192.

<sup>&</sup>lt;sup>2542</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 21-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 198.

<sup>&</sup>lt;sup>2543</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 191-192.

<sup>&</sup>lt;sup>2544</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 03-11-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 192-193.

<sup>&</sup>lt;sup>2545</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 24-12-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 199.

<sup>&</sup>lt;sup>2546</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [25-02-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 205.

<sup>&</sup>lt;sup>2547</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 162.

 $<sup>^{2548}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [10-08-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 186-187.

<sup>&</sup>lt;sup>2549</sup> C. a Bernardina Amélia, de [12-08-1883]. In CASTELO BRANCO, 2002: 187.

<sup>&</sup>lt;sup>2550</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 612-613.

<sup>&</sup>lt;sup>2551</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 14-08-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 574.

<sup>&</sup>lt;sup>2552</sup> C. a António Francisco de Carvalho, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 580.

<sup>&</sup>lt;sup>2553</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 14-08-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 574.

<sup>&</sup>lt;sup>2554</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de 07-03-1884. In CASTELO BRANCO, 2002: 576.

<sup>&</sup>lt;sup>2555</sup> C. de [08-03-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 207-208.

O Nuno entendeu que devia explorar a mãe, cozendo-se com os seus recursos com uma avareza hedionda. Ele saiu o canalha que eu antevira e mais alguma cousa. Eu te contarei. Alegra-me a ideia de que ele está rico, e que eu possa sem pesar nem receio ver-me livre dele. E ela é outra que tal. — A raça, santos deuses, a raça! $^{2556}$ 

Sem a companhia assídua do marido, Isabel fazia férias sem contar com Nuno. Camilo relatava ao genro, em agosto de 1883, que ela se encontrava na estância balnear da Póvoa de Varzim, «com 5 cães, três (aliás 4) cavalos, vários criados de pé descalço, e uma pequena garota para lhe pegar na filha»<sup>2557</sup>. Andava sozinha. As assíduas ausências do marido, imaginando ou sabendo ela o tipo de companhias e de sítios que frequentava, e a perceção de que o marido não tinha por ela as afeições que esperava, talvez ocasionassem outras compensações afetivas:

Vim encontrar o Nuno furioso contra a semimilionária. Ciúmes. Tenho estado a convencê-lo de que a sua dignidade lhe impõe deixá-la. Mas como ele mente pavorosamente, e infinitamente, não sei o que hei de pensar. Ele assevera que ela escreve a 2. Não é raro isto hoje em dia; mas, se escreve, não me parece que sirva para esposa. Vê-se que tem a mania epistolar. Que faria se escrevesse com gramática! Credo! Vou-lhe notar a carta de despedida, e aproveitar o ensejo da irritação. Ela ainda ontem lhe escreveu chamando-lhe marido. Parece que tem tendências para a bigamia o diacho da rapariga<sup>2558</sup>.

Porém, de que se podia lamentar Nuno, perante as contínuas demonstrações de infidelidade e de desamor? Carecia de moral e de idoneidade para reprovar a conduta da esposa.

Tudo nos leva a supor que Nuno e Isabel viveram na casa de Seide até aos inícios de março de 1884. Nesta altura, retiraram-se para Requião<sup>2559</sup>, estando Isabel em desavença com a sogra<sup>2560</sup>. Manifestava-se ingrata com Ana Plácido, e pode imaginar-se que um dos motivos tenha sido o modo como Isabel se dedicava ou tratava a filha. Desde que nasceu Maria Camila<sup>2561</sup>, Ana Plácido era a mãe da nora e mãe da neta. Nesse estatuto conferido pela afetividade, ela diria o que devia ser dito, nos momentos próprios. A adolescente nem sempre aceitaria os conselhos da sogra.

No primeiro trimestre de 1884, já a relação do jovem casal era péssima: «Nuno está em guerra aberta com a mulher. Uma porcaria!»<sup>2562</sup>. Segundo Camilo, a separação seria

<sup>&</sup>lt;sup>2556</sup> C. sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 34.

<sup>&</sup>lt;sup>2557</sup> C. a António Francisco de Carvalho, 14-08-1883. In CASTELO BRANCO, 2002: 574.

<sup>&</sup>lt;sup>2558</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 151-152.

 $<sup>^{2559}</sup>$  C. a Eduardo da Costa Santos, de [08-03-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 207-208.

<sup>&</sup>lt;sup>2560</sup> «O Nuno anda a procurar casa, porque ela teima loucamente em sair da nossa companhia. Tem sido muito ingrata à sogra» (C. a destinatário não identificado, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 1153-1154).

<sup>&</sup>lt;sup>2561</sup> «Ao meu silencioso ergástulo dos livros e das dores, chega o rumor de umas vozes alegres. Nasceu há poucas horas uma filha do Nuno» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 05-05-1883. In CASTELO BRANCO, 2012: 323).

<sup>&</sup>lt;sup>2562</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 113.

inevitável, porque se detestavam mútua e «cordialmente»: «O Nuno tem feito muita inconveniência que não faria, se tivesse outra esposa, com índole de Senhora. Mas esta mulher tem o sangue da mãe que era mulata, da avó que era preta, e do pai que era um patife incestuoso e crivado de vícios»<sup>2563</sup>. O escritor culpava mais a nora que o filho pelo mau êxito da relação conjugal: falava o sangue, mas a apreciação era leviana. Quando se mudaram para Requião<sup>2564</sup>, o convívio entre os dois membros do casal agravou-se ainda mais: «Em casa do Nuno a mesma desordem. Lutas, gritarias, criados de navalha uns contra os outros, um inferno»<sup>2565</sup>.

Em abril, Camilo informava Costa Santos de que Isabel estava um pouco doente e grávida<sup>2566</sup>. Pensamos que terão começado aqui os tormentos da tuberculose, doença que ela deve ter transmitido à filha: «Desconfio que a pequena tem a doença da mãe, por ter sido aleitada por ela, e depois pessimamente tratada»<sup>2567</sup>.

Em pouco mais de quatro meses, a tísica pulmonar foi implacável. No mês de julho, Maria Camila foi trazida «em triste estado» para casa dos avós<sup>2568</sup>, em Seide: «Parece-me que a criança não vinga»<sup>2569</sup>. Isabel também ali esteve algum tempo, ausentando-se depois com o marido para Requião, onde estava a 7 de agosto<sup>2570</sup>. O escritor relatou a saída de casa:

D. M.ª Isabel, depois de ser tratada maternalmente por A. Plácido vinte dias e de lhe haver apartado a filha com grande trabalho, nem sequer se despediu dela, nem de mim que fui afinal o seu facultativo. Em compensação, a minha neta fez tal berrata, quando se viu nos braços da feia mãe, que foi necessário mandá-la outra vez para a avó, do meio do caminho, porque a criança parecia morrer estrangulada a chorar. E aqui está, até ver o que deliberam<sup>2571</sup>.

Nem deliberaram, nem se interessaram pela filha: «Há muito tempo que a mãe nem sequer manda saber dela, nem lhe manda a roupa necessária que por lá tem a montes» <sup>2572</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2563</sup> (C. a Eduardo da Costa Santos, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 206-207). Em carta ao genro, Camilo voltou a tecer considerações sobre o divórcio eminente, as quais iam em desabono da nora e do filho: «Cada vez estou mais convicto que a Maria Isabel está fortemente enferma do espírito. O que me parece irrevogável é a separação conjugal, porque se odeiam reciprocamente. Ela é brava como uma hiena, e ele grosseirão como um galego» (C. a António Francisco de Carvalho, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 599-600).

<sup>&</sup>lt;sup>2564</sup> Na retirada de Seide para Requião, o maior problema foi conseguir separar a neta da avó: «A criancinha gritou tanto pela avó, que voltou para aqui. Parece que a mandarão buscar amanhã» (C. a Eduardo da Costa Santos, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 206-207).

<sup>&</sup>lt;sup>2565</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 310-311.

<sup>&</sup>lt;sup>2566</sup> C. de [03-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 211-212.

<sup>&</sup>lt;sup>2567</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [19-07-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 225.

<sup>&</sup>lt;sup>2568</sup> «A avó aceitou um doloroso encargo, porque talvez veja morrer-lhe nos braços a pequena, que a meu ver está tísica. Saiu daqui nutrida, excelente. Lá deram cabo dela num quarto húmido, e sem ar, onde dormiam 3 pessoas e 5 cães. Afora isso, o leite da mãe primeiro, e depois a fome» (C. a Bernardina Amélia, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 162). <sup>2569</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [10-07-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 224-225.

<sup>&</sup>lt;sup>2570</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [07-08-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 226.

<sup>&</sup>lt;sup>2571</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 599-600.

<sup>&</sup>lt;sup>2572</sup> C. a Bernardina Amélia, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 159.

Isabel e Maria Camila faleceram em 1884. A primeira, a 30 de agosto, em Requião, e provavelmente em estado de gravidez<sup>2573</sup>. A segunda sucumbiu em Seide, a 13 de setembro.

De acordo com a informação prestada por Camilo a Bernardina Amélia, Isabel fez disposições testamentárias antes de morrer: «Deixa a terça ao Nuno. Desta terça fica-lhe o encargo de dar 1000\$000 réis a uma tia, e 8 libras a cada criado. No caso porém de que a filha haja falecido antes dela deixa-o universal herdeiro»<sup>2574</sup>. Em Famalicão e em Santo Tirso, as pessoas não eram sabedoras deste documento legal a que Camilo aludiu. Por esse efetivo desconhecimento e por o intervalo de tempo, entre os dois passamentos, ter sido apenas de quinze dias, passou à tradição na ideia das gentes das duas vilas que a morte da filha precedera a da mãe, e só foi tornada pública após o falecimento desta<sup>2575</sup>. Nuno poderia, assim, herdar todos os bens.

Veloso de Araújo teve oportunidade de falar com indivíduos que eram vivos na altura em que ocorreram as mortes, e ouviu contar que Camilo, «sabendo sua nora irremediavelmente perdida pelos estragos da tuberculose, fez embalsamar a netinha pelo médico da casa, com o fim de a herança de D. Maria Isabel reverter a favor do filho»<sup>2576</sup>. Além disso, ainda havia quem afirmasse que, na casa de Isabel, em Requião, «se preparavam por meio de folhetas e de baús de folha, a horas mortas da noite, fantásticas ressonâncias com o fim de amedrontar a infeliz enferma e de lhe apressar o trespasse, visto a filha se mostrar incapaz de lhe sobreviver muito»<sup>2577</sup>.

A existência de um testamento feito por Isabel desacredita as suposições da opinião pública. Mesmo que o «diamante negro» não tivesse decidido fazer testamento nos termos mencionados, consideramos que seria muito difícil esconder o cadáver da filha durante quinze dias, até que a mãe cessasse de viver. Havia várias pessoas a trabalhar na casa e na quinta de Seide, e existiam caseiros e criados na casa e quinta de Requião. Era normal que familiares e amigos visitassem os avós e Nuno, numa e noutra moradia. Ambas as situações exigiram acompanhamento médico e determinaram, em aldeias de forte influência religiosa, a presença de sacerdotes de paróquias distintas, para prestar apoio moral, rezar e administrar a extrema unção. A haver a intenção de ocultar temporariamente um cadáver, seria necessário manter silenciada muita gente, o que, em meios rurais, constituía uma tarefa impossível.

Nas pesquisas que realizámos para encontrar o testamento ou uma cópia, não tivemos qualquer sucesso. Temos apenas o testemunho epistolar do escritor, que voltaria, na nossa opinião, a ser transmitido em carta ao genro, após a morte de Isabel e antes da morte de Maria Camila:

<sup>&</sup>lt;sup>2573</sup> Nos inícios de abril, Camilo informara Eduardo da Costa Santos de que Isabel estava grávida: «Nova prenhez» (C. de [03-04-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 211-212). À data da morte da nora de Camilo, o feto teria cerca de quatro meses.

<sup>&</sup>lt;sup>2574</sup> C. de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 49.

<sup>&</sup>lt;sup>2575</sup> PIMENTEL, 1913a: 386.

<sup>&</sup>lt;sup>2576</sup> ARAÚJO, 1925: 51.

<sup>&</sup>lt;sup>2577</sup> ARAÚJO, 1925: 53.

Para Maria Isabel a morte era o menos calamitoso desenlace do seu breve drama.

Como creio que disseram ao meu amigo, ela fez disposições, dando a terça ao marido, que já lhe pertencia por escritura antenupcial. O que havia favorável neste testamento, era dar-lhe toda a fortuna, se a filha morresse primeiro do que ela<sup>2578</sup>.

O que concluímos na epistolografia é que Isabel morreu antes da filha. No entanto, a notícia do passamento de Isabel causa-nos muita estranheza. Na edição do dia 3 de setembro de «O Primeiro de Janeiro», noticia-se, na primeira página, o falecimento da «Ex.ª Sr.ª D. Maria Isabel Castelo Branco, esposa do Sr. Nuno Plácido Castelo Branco e nora do grande escritor, nosso prezado amigo, Camilo Castelo Branco». Seguem-se elogios às boas virtudes da defunta e apresentam-se os sentidos pêsames. Até aqui, nada de extraordinário. Todavia, dois dias depois, no mesmo periódico, e novamente com honras de primeira página, foi feita a divulgação pública, com todos os pormenores, das «disposições testamentárias» da falecida senhora. Qual a necessidade que havia de divulgar, a tão larga escala, os bens que Nuno passava a herdar de Isabel? Por que razão o público leitor tinha de ter acesso a essa informação do foro familiar? Havia algum facto a justificar com a publicação deste segundo bloco noticioso?

A confirmar a nossa surpresa, a notícia terminava com os seguintes parágrafos:

Legado duas vezes lutuoso! Que pode ele [Nuno] aproveitar ao desventurado viúvo, um moço que ainda não completou 20 anos, e está aleijado pela gota, quase paraplégico, segundo as exatas informações que temos?

A fortuna tem destas cruéis ironias. Seja. Pobres pais!

Segundo as informações que temos, Nuno estava bem longe de se encontrar «quase paraplégico». Terão sido as duas notícias redigidas por Camilo? É pouco provável, mas não nos parece impossível. A doença de Nuno era de outra espécie: «Ora, a criança, segundo creio, não se vinga — o que será uma desgraça para o Nuno, se ela viver 12 anos. Bem me [parecia]»<sup>2579</sup>. Ou seja, só com a morte da filha é que o pai herdava a totalidade dos bens. Sem esse trágico desenlace, Nuno não podia dispor de mais dinheiro, o que devia constituir para ele uma desesperação, pois estava coberto de dívidas. Daí Camilo confidenciar a seu genro:

Ele voltou de novo para a sua casa. Decerto lhe não convinha a convivência comigo que o mortificava com advertências. Para que o meu amigo avalie por algarismos o estado daquela cabeça, basta dizer-lhe que teve 30 dias um médico inutilmente em casa durante a noite, e esse reles cirurgião apresenta-lhe uma conta de 200 libras. Um tendeiro que lhe vendia fiado o arroz, pão, vinho, açúcar e bacalhau, em 2 meses e meio somou 706\$500. E o mais nesta proporção. Que

<sup>&</sup>lt;sup>2578</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 608-609.

<sup>&</sup>lt;sup>2579</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 608-609.

se há de esperar do futuro deste homem? Agora vai ele tirar no Banco do Minho 5 contos, devendo já 1500\$000 réis. Recebeu haverá 3 meses do Rio 4 contos e 100\$000 réis, e tenha [sic] gasto desde que casou aproximadamente 30 contos. Em quê? Não lhe sei dizer.

Meu amigo, isto não deveria afligir-me; mas forçam-me a ter quinhão nestas misérias. Quando a mulher morreu, ele tinha 9\$000 réis, e eu enviei-lhe 700\$000 réis e a mãe 300\$000 réis para as primeiras despesas<sup>2580</sup>.

Pelo teor das considerações de Camilo sobre o filho, pensamos que as dívidas contraídas não afligiam Nuno: o seu tormento era não dispor de recursos para esbanjar, no pleno exercício da sua irresponsabilidade e do seu desvario.

A tragédia da filha, falecida na madrugada do dia 13 de setembro de 1884, acabou por ser a salvação do pai, ou o início de novo episódio de depravações. Segundo o romancista, o desaparecimento de Maria Camila confirmou, se preciso fosse, a insensibilidade de Nuno, impassível com o que perdia por estar alucinado com o que ganhava com essa mesma perda: «Entretanto o pai nem uma lágrima, nem uma fingida sensibilidade sequer. Consola-se com os 200 contos que herdou da filha e da infeliz mulher. Vive em uma das suas quintas rodeado de bêbados da mais baixa condição» <sup>2581</sup>.

O que nos admirou foi o grande contraste de sentimentos experimentados por Camilo com as mortes de Isabel e de Maria. A avalanche de emoções no avô pelo desaparecimento da menina ficou bem expressa na carta a Manuel Negrão: «A morte da minha neta dessangrou--me todas as lágrimas » <sup>2582</sup>. Todavia, no falecimento da nora, não se viram as lágrimas do sogro. Recebidas as condolências apresentadas por Bernardina Amélia e por António de Carvalho, Camilo manifestou-se grato pelas «condolentes e amigas expressões dos [seus] lealíssimos sentimentos», mas dizia não sentir muita compaixão por ela ter morrido: «mas sim porque viveu tão desditosa»<sup>2583</sup>. Acreditava que a morte representava para Isabel o menos gravoso dos desfechos da sua curta e dramática vida. O parecer do romancista era de que fora «vítima da riqueza», e que seu pai não a soubera educar, nem lhe soubera incutir, «pelo exemplo ou pela instrução, ideias do que é a vida, e dos abismos que circundam uma mulher que tem uma centena de contos»<sup>2584</sup>. O romancista não tinha moral para proferir juízos acerca da educação que o «brasileiro» António Macedo dera a Isabel, porque ele próprio não o conseguiu fazer em sua casa. E se António Macedo não preparou a filha para se defender das voragens a que estaria sujeita uma adolescente rica e sem pais nem parentes que a escudassem do sucesso de investidas mal-intencionadas, Camilo também não terá agido da melhor forma, ao iludir esta adolescente de 16 anos a entregar-se à inconsciência emocional de Nuno, e ao contribuir para a sacrificar às imoralidades e às loucuras do filho.

<sup>&</sup>lt;sup>2580</sup> C. de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 608-609.

<sup>&</sup>lt;sup>2581</sup> C. a Tomás Ribeiro, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 1994: 1175-1176.

<sup>&</sup>lt;sup>2582</sup> C. de 21-02-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 881-882.

<sup>&</sup>lt;sup>2583</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 608-609.

<sup>&</sup>lt;sup>2584</sup> C. a António Francisco de Carvalho, de [1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 608-609.

Nuno manteve os níveis elevados de mau comportamento, a ponto de o escritor, em janeiro de 1885, ter evocado o caso do filho, numa missiva a Eduardo da Costa Santos:

Nuno já aqui não está. Tive de o expulsar e mais os 2 Correias, seus infames acólitos. Faziam-me da casa alcouce de orgias com p... e bebedeiras até ao dia. Está perdido. Vencem-se brevemente uns 11 contos de letras no Banco de Braga e de Guimarães. Ele não tem vintém. Levou-me 37 libras de empréstimo. Provavelmente tomam-lhe conta de duas quintas que tem aqui, porque do Brasil há mais de ano que não recebe nada, nem lhe responde às cartas o administrador da fortuna que reduzida a moeda forte poderá perfazer, o máximo, 40 contos. Aqui tem a grande fortuna<sup>2585</sup>.

Os dois Correias identificados na carta deviam ser familiares de Ana Rosa Correia, senhora da Casa da Passelada, em Landim, com quem Nuno se juntou e de quem teve sete filhos. Enquanto teve dinheiro da herança, ou foi conseguindo empréstimos quer de Camilo quer de Ana Plácido<sup>2586</sup>, Nuno conservou a «plena exuberância das suas faculdades. Livre como o pensamento desvairado dos 15 anos, sem freio, sem respeito, sem dignidade»<sup>2587</sup>.

No ano anterior ao suicídio, o escritor exprimiu a Freitas Fortuna o seu lamento por Nuno não ter sabido aproveitar, do melhor modo, a fortuna que passou a dispor com o casamento, e que o «pouco juízo» o colocasse em permanentes embaraços do foro financeiro: «Faz-me pena ver como aquele rapaz repeliu a fortuna que tão cedo procurou oferecendo-lhe a felicidade e os ócios que seu pai nunca conheceu»<sup>2588</sup>.

Nuno teve acesso a bens avultados, sem o suor do corpo nem do espírito, e tudo desbaratou. Pelo prestígio e consideração que o monarca tinha a Camilo, foi atribuído a Nuno o título de Visconde de São Miguel de Seide, depois de ele ter recusado o de barão. Mas não estava talhado para tais «falporrices»: «o seu género é o povo, um pouco a taverna, e os burros»<sup>2589</sup>. O pai procurou que ele fosse «despachado para o lugar de recebedor», que ia ser criado na capital<sup>2590</sup>, mas não conseguiu.

Após a morte do pai, Ana Plácido escreveu a Tomás Ribeiro a pedir-lhe um emprego público para o filho. A missiva raiava o insulto, tinha expressões desagradáveis e acusava o destinatário de não cumprir o prometido. Era de tão mau gosto o teor da carta que o ministro do rei lhe dizia na resposta: «Acabo de receber uma carta de V. Ex.ª; li as primeiras palavras e fechei-a por calcular que se a lesse toda perdia o direito de lhe escrever. Creia, minha Senhora,

<sup>&</sup>lt;sup>2585</sup> C. de 26-01-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 239-240.

<sup>&</sup>lt;sup>2586</sup> «O Nuno veio por aqui algumas vezes enquanto precisou de mim para lhe arranjar aí 2000\$000 réis. Depois nunca mais o vi, nem sei se o remédio lhe fez bem. É natural que não lhe fizesse bem nem mal» (C. a Eduardo da Costa Santos, de 20-11-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 255-256).

<sup>&</sup>lt;sup>2587</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 133.

<sup>&</sup>lt;sup>2588</sup> C. a Freitas Fortuna, de [10-08-1889]. In COSTA, ed., 1930b: 102-103.

<sup>&</sup>lt;sup>2589</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de 26-03-1884. In CASTELO BRANCO, 1994: 915-916.

<sup>&</sup>lt;sup>2590</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1213-1214.

que a não li»<sup>2591</sup>. Nuno foi nomeado subchefe da 5.ª Repartição dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro (fiscalização e estatística), mas não chegou a tomar posse, pelo que foi exonerado, em 3 de janeiro de 1891.

Ana Plácido tentou também, junto do sobrinho António de Azevedo Castelo Branco, emprego para Nuno<sup>2592</sup>. Mas este não tinha formação, capacidade e, sobretudo, vontade de se empregar ou de ser empregado. No seu espírito, havia apenas o lema: liberdade, sem responsabilidade.

## 3.3.2. Os seus amigos

Uma ideia muito enraizada em torno das relações de amizade do romancista é a de que, nos últimos anos de vida e com o avolumar dos problemas de saúde, os amigos deixaram de o visitar e de lhe prestar atenção.

A difusão dessa opinião derivou, quanto a nós, da publicação do soneto *Os meus amigos* e da interpretação que foi dada à mensagem que o romancista pretendeu transmitir. Concluiu-se que Camilo se estava a referir a si próprio, ao facto de ter ficado cego e de essa situação ter provocado a dispersão daqueles que se diziam seus amigos:

Amigos cento e dez e talvez mais Eu já contei! Vaidades que eu sentia! Pensei que sobre a terra não havia Mais ditoso mortal entre os mortais.

Amigos cento e dez! Tão serviçais, Tão zelosos das leis da cortesia, Que eu, já farto de os ver me escapulia Às suas curvaturas vertebrais.

Um dia adoeci profundamente, ceguei. Dos cento e dez houve um somente Que não desfez os laços quase rotos.

«Que vamos nós, diziam, lá fazer? Se ele está cego, não nos pode ver.» Que cento e nove impávidos marotos !!...<sup>2593</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>2591</sup> C. de Tomás Ribeiro a Ana Plácido, de 11-12-1890. MALPIQUE, 1968: 276.

<sup>&</sup>lt;sup>2592</sup> C. de Ana Plácido a António de Azevedo Castelo Branco, sem data. In CASTELO BRANCO, 1925: 45-46.

<sup>&</sup>lt;sup>2593</sup> CASTELO BRANCO, 1890b: 123.

Na verdade, o soneto foi escrito e dedicado a Tomás Ribeiro<sup>2594</sup>. O escritor tinha pedido os bons serviços do autor de *D. Jaime* para a revisão da obra *Nas trevas*, na qual Camilo incluiu, em sua honra, as duas quadras e dois tercetos que transcrevemos. Ora, Tomás Ribeiro era da opinião que, apesar da fraterna amizade que lhe dedicava, havia outras pessoas igualmente devotadas ao mestre, e, por isso, aspou o soneto do livro, para não aparecer em público com o estatuto de único amigo de Camilo.

O desconhecimento geral da pessoa a quem o soneto foi oferecido levou algumas vozes a propalar que o único a não desamparar o escritor, em momento de tamanha adversidade, tinha sido o seu cão. Outros viram em Freitas Fortuna o sobrevivente dos muitos «impávidos marotos» desaparecidos. Recordavam-se, porventura, da conhecida fotografia (Anexo 35), feita no dia imediato ao do suicídio, em que se observa apenas Freitas Fortuna sentado ao lado do ataúde de Camilo, na sala de visitas da casa de São Miguel de Seide. Além disso, houve parágrafos de missivas a Freitas Fortuna que concorriam para considerá-lo como aquele que não desfez «os laços quase rotos»: «Conto com a sua vinda a Lisboa para me amparar no seu braço, o mais robusto que encontrei nesta incomparável desgraça. Quantos homens se chamaram meus amigos todos se cansaram com o espetáculo do meu infortúnio. Freitas Fortuna chorou, mas não cansou» <sup>2595</sup>. Em outra carta, voltou a demonstrar esse desgosto por a doença ter feito volatizar amizades suas, que ele julgava serem mais consistentes, e a colocar a dedicação de Freitas Fortuna num patamar afetuoso singular e inigualável:

Todos os médicos, todos os amigos me abandonaram perdido; menos V. Ex.ª, para quem a Medicina tem o prestígio da religião que faz os mártires, depois de ter feito os santos menos proveitosos às desgraças humanas do que V. Ex.ª tem sido para tantos e até para mim que apenas o posso ver com os olhos da alma<sup>2596</sup>.

A epistolografia ajuda a demonstrar que nem os médicos nem os verdadeiros amigos o deixaram sozinho, entregue aos seus sofrimentos. E, se Camilo pretendeu expor-se como exemplo de quem se viu abandonado por todos na doença, restando-lhe apenas um, que era Tomás Ribeiro, estava a ser tremendamente injusto para com todos aqueles que se mantiveram ao seu lado, na saúde e na doença. É sensato pensar-se que, na sua mais pura essência, *Os meus amigos* foi uma composição poética destinada a abordar, na ótica camiliana, o mau efeito que uma grave doença pode ter nas amizades julgadas sólidas ou sobre a revelação dos mais puros afetos diante de prolongadas enfermidades. Folheiem-se com atenção as páginas do *Dicionário de Camilo Castelo Branco* para vermos desfilar dezenas e dezenas de individualidades que mantiveram com ele regulares e estreitas relações de amizade. Recordemos, de modo muito sucinto, algumas dessas pessoas, do homem simples que o servia em sua casa à personalidade

<sup>&</sup>lt;sup>2594</sup> MARQUES, 1935: 86-87.

<sup>&</sup>lt;sup>2595</sup> C. a Freitas Fortuna, de 16-04-1889. In COSTA, ed., 1930b: 53-54.

<sup>&</sup>lt;sup>2596</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 912-914.

maior do reino, o rei D. Luís, que lhe disponibilizaram o seu braço protetor. José Barbosa e Silva acudiu-o inúmeras vezes, em termos financeiros, e, em alguns casos, a fundo perdido. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, magistrado de mérito, pediu transferência de comarca por ser a favor dos réus Ana e Camilo e, assim, não os julgar. Marcelino de Matos e Custódio José Vieira, prestigiados jurisconsultos, acompanharam-no nas atribulações do processo de adultério, conseguindo as suas absolvições e salvá-los do degredo. José do Telhado, segundo a tradição, foi seu guarda-costas na Cadeia da Relação contra eventuais ameaças de prisioneiros assoldados por Pinheiro Alves<sup>2597</sup>. Os ministros António Alves Martins, Rodrigues Sampaio e Tomás Ribeiro, cada um em seu tempo, foram diligentes intermediários junto do rei D. Luís, tendo em vista a atribuição do título de visconde ao escritor, mercê que veio a obter do monarca. Ricardo Jorge, notável higienista, foi, na prática, seu médico de família e sempre inexcedível em atenções nos últimos anos de vida de Camilo. Freitas Fortuna corporizou a companhia desvelada nos derradeiros tempos, e em seu jazigo repousam os restos mortais do escritor. E Manuel de Azevedo Caniço, criado da casa de Seide, reconhecido por todos como pessoa íntima do romancista e não apenas como seu servo, «acompanhou sempre os restos mortais do grande escritor. Conservou-se, na igreja, de cabeca baixa, com a dor pintada no rosto simpático, ao lado do féretro. Do cemitério foi o último a sair! Dedicado e imenso afeto que o pobre criado tributava ao amigo querido»<sup>2598</sup>.

Ao longo da vida, Camilo manteve contactos e relações de proximidade com membros de diversos quadrantes da política, da economia, da cultura e da sociedade: monarcas de Portugal, de Espanha e do Brasil, advogados, bibliófilos, editores, escritores, funcionários administrativos, fidalgos, genealogistas, historiadores, intelectuais, magistrados, médicos, periodistas, poetas, políticos, sacerdotes, entre outras personalidades. A listagem dos seus destinatários e dos seus remetentes (Anexo 8) faz um retrato multicolor da extensa família epistolar camiliana, ainda que, na prova final, se possa notar sempre a ausência de alguns nomes de pessoas ou de instituições, cuja correspondência endereçada por Camilo se extraviou ou se enceleira em cofres. Não tinha com todos os destinatários que elencámos o mesmo grau de relacionamento, nem nutria por eles iguais níveis de afetividade. Mas todos o respeitavam e, quando se dava a necessidade de lhes ir bater ao «ferrolho»<sup>2599</sup>, não se recusavam a abrir--lhe as portas de par em par e em satisfazer-lhe os pedidos apresentados. É verdade que um número significativo dos seus amigos mais estimados, aqueles com quem Camilo construiu laços muito estreitos, sobretudo nos tempos da boémia portuense, deixou de lhe entrar pela casa dentro e de lhe abastecer a caixa do correio. Assim aconteceu, porque tinham falecido. Nomeamos, por exemplo, Jorge Artur de Oliveira Pimentel, que pôs termo à vida,

<sup>&</sup>lt;sup>2597</sup> «Uma vez comuniquei a José Teixeira do Telhado as minhas suspeitas, e este me disse: / — Esteja descansado. Se aqui alguém tentasse contra a sua vida, três dias e três noites não chegariam para enterrar os mortos» (CASTELO BRANCO, 2001b: 272-273).

<sup>&</sup>lt;sup>2598</sup> PIMENTEL, 1923: 293.

<sup>&</sup>lt;sup>2599</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 193.

em 1849, José Augusto da Silveira Pinto, falecido em 1852, José Augusto de Magalhães (1828-1854), José Barbosa e Silva (1828-1865), Evaristo Basto (1821-1865), Faustino Xavier de Novais (1820-1869), J. C. Vieira de Castro (1838-1872), António Feliciano de Castilho (1800-1875), António Girão (1823-1876), Augusto Soromenho (1834-1878) e Custódio José Vieira (1822-1879). Em 1882, morreu D. António Alves Martins, que o romancista conhecera, em 1849, na redação de «O Nacional». Em carta à irmã do falecido, Camilo teceu-lhe este elogio: «Nunca neste país faleceu um homem da alta esfera do Senhor Bispo que deixasse uma memória tão sem nódoas e uma pobreza tão rica de exemplos de virtude»<sup>2600</sup>. Ricardo Guimarães sucumbiu, em 1889, e, nos inícios de janeiro de 1890, Júlio César Machado e sua mulher suicidaram-se, em profundo desespero por terem amortalhado o filho, que se suicidara dois meses antes<sup>2601</sup>.

Em vários parágrafos da correspondência, e nos seus textos literários, Camilo evocou com mágoa o desaparecimento destes e de outros devotados amigos e expressou a saudade das experiências vividas com eles. Quando escreveu a Henrique Branco, a tratá-lo por «Meu Amigo», dizia-lhe que este trato já vinha de 1849 e recordava essa época plena de «mocidade, alegria, ilusões, forças, crenças, tudo!». Camilo encontrava-se com Henrique Branco, de tempos em tempos, e de «relance», mas declarava: «apenas tenho tido tempo de ver em ti um dos raros rapazes que restam da plêiade da nossa alegre juventude» 2602. Em carta enviada a Ramiro Coutinho, o escritor mencionou vários dos «rapazes» desse grupo de amigos íntimos que tinham, entretanto, falecido, e de quem ele guardava as mais gratas recordações:

Eu estou vendo na parede fronteira a esta mesa uma galeria de homens que amei e todos são mortos. Um era José Augusto da Silveira Pinto, morto no naufrágio do vapor Porto em 1852; outro foi José Augusto Pinto de Magalhães, que aí morreu na travessa de Estevão Galhardo, e cuja história podes ler em um livro meu intitulado No Bom Jesus do Monte. Outro foi José Júlio de Oliveira Pinto, morto em duelo; outro era José Barbosa e Silva, muitos anos deputado... o último desta série José Cardoso Vieira de Castro<sup>2603</sup>.

Leu o conto *Um casamento de saloios*, de Luís Augusto Palmeirim, que o alegrou e lhe trouxe à memória a nostalgia dos tempos vividos duas décadas antes, «nuns jantares dos Dois Irmãos Unidos». E acrescentava: «quando procuro as brilhantes juventudes daquele tempo, passo por entre as sepulturas de Lopes de Mendonça, de Rebelo [da Silva], de Gonçalves Lima, e encontro, ao desandar dos ciprestes para os tabuleiros de flores, Ricardo Guimarães e Bulhão Pato» <sup>2604</sup>. A Ricardo Guimarães, desaparecido em 1889, o romancista consagrou um dos

<sup>&</sup>lt;sup>2600</sup> C. a Mariana Augusta Alves Martins, de 13-02-1882. In CABRAL, 1939: 89-91.

<sup>&</sup>lt;sup>2601</sup> GAMA, 1933: 64-65.

<sup>&</sup>lt;sup>2602</sup> C. a Henrique Guilherme Tomás Branco, de 05-12-1868. In CASTELO BRANCO, 1994: 782-783.

<sup>&</sup>lt;sup>2603</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 20-11-1873. BRAGA, 1916: 23-24.

<sup>&</sup>lt;sup>2604</sup> C. a Luís Augusto Palmeirim, de 05-09-1873. In CASTELO BRANCO, 2002: 954-955. Ricardo Guimarães e Bulhão Pato, falecidos em 1889 e em 1912, respetivamente, também por ali andavam visitando as sepulturas de saudosos amigos.

sonetos publicados em *Nas trevas*, sintetizando na primeira quadra o apagamento de outra das principais luzes que iluminaram o palco da sua mocidade:

Já morto! Dilacera-me a saudade. Não tenho mais ninguém daqueles dias De efémeras, vibrantes alegrias, Que ilumine a escura mocidade<sup>2605</sup>.

A estas e a outras referências acerca de amigos que haviam morrido<sup>2606</sup> juntava-se a menção às localidades onde Camilo viveu e de onde eram as pessoas com quem travara amizade e confraternizara fraternalmente. Ao visitar Viana do Castelo, décadas depois de lá ter trabalhado no periódico «A Aurora do Lima», era-lhe doloroso para a memória afetiva ver esses lugares sem aqueles amigos íntimos que foram a razão principal de ali ter estado: «A impressão que recebo em Viana é entupidora. Estive aqui há 25 anos. São mortos todos os homens que conheci; e os que vivem não os reconheço, nem eles me reconhecerão»<sup>2607</sup>. O escritor evitava passar por tais comoções e ir, por exemplo, ao espaço onde fruíra em pleno, na sua juventude, a companhia e o arrebatamento de literatos e poetas portuenses, seus amigos e comensais em matéria de costeletas, ostras e cerveja da pipa às mesas do Águia d'Ouro<sup>2608</sup>. Por isso, compreendia bem as emoções de Manuel Negrão, quando se hospedava na «matriarca das estalagens portuenses» e só encontrava os «fantasmas» da trupe de amigos irreverentes que agitaram, então, a vida e a noite da «Invicta»: «Compreendi a tua tristeza no Águia d'Ouro. Eu para as não sentir já não saio de Seide em dias que possam trazer-me reminiscências de dias felizes»<sup>2609</sup>. Embora assim pudesse pensar, em outubro do ano seguinte, achava-se hospedado naquela estalagem<sup>2610</sup>.

Trazia-lhe menos agonias regressar a Seide, apesar dos problemas que ali se passavam. Na visita que Alberto Pimentel lhe fez, em agosto de 1885, o escritor falou-lhe

<sup>&</sup>lt;sup>2605</sup> CASTELO BRANCO, 1890a: 23.

<sup>&</sup>lt;sup>2606</sup> Quando o Visconde de Ouguela mudou de casa, em julho de 1874, o escritor pronunciou-se sobre os benefícios que daí advinham para o seu amigo de carteira, e informou-o: «Estive aí há 22 anos num jantar com cinco rapazes que já morreram» (C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2012: 159-160); ao saber da morte de Mateus Barbosa e Silva, enviou as condolências ao irmão Luís, relembrando os tempos idos: «Lá estão todos os teus irmãos que eu daqui estou vendo no domingo de Páscoa de 1856, à tua mesa, cheios de vida e contentamento. Mais alguns dos nossos amigos daquele dia estão mortos. Vivemos três ou quatro, nesta dolorosa decomposição de uma velhice extemporânea» (C. a Luís Barbosa e Silva, de 28-02-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 1077-1078); entre a correspondência que ofereceu a Guimarães Júnior, estavam as mais antigas que Camilo conservava. Eram as de Inácio Pizarro: «Fui muito amigo desse homem que morreu obscuro depois de 20 anos gloriosos em Lisboa onde se distinguiu pela formosura e pelo talento» (C. a Luís Guimarães Júnior, de 20-09-1882. Casa de Camilo — *Acervo de Alexandre Cabral*); disse a Ricardo Jorge que, José de Almeida Soares Lima e Bastos, seu condiscípulo na Escola Médica do Porto, nos anos de 1844 e 1845, se suicidara em Campolide, e pediu-lhe pormenores sobre a vida desse infeliz amigo, porque pretendia escrever sobre ele (C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1350, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>2608</sup> CASTELO BRANCO, 1886a: 17-18.

<sup>&</sup>lt;sup>2609</sup> C. a Manuel Negrão, de 21-02-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 881-882.

<sup>&</sup>lt;sup>2610</sup> «O Primeiro de Janeiro», 24 out. 1886: 1.

que vivia «rodeado de árvores melancólicas» e povoavam-lhe a mente pensamentos não menos «melancólicos»:

É notável [...] a febre de saudade com que o meu espírito vai, pelo passado dentro, à procura de pessoas que são já mortas, e com as quais aliás eu tive ligeiras relações literárias ou pessoais. É revolvendo memórias que o meu espírito trabalha e descansa... Tudo isto faz profundamente triste esta casa, onde prematuramente se apagou o único raio de sol que podia rarefazer as trevas<sup>2611</sup>.

É certo que, nos últimos anos de vida, lhe restavam menos amigos, mas estes, sempre que lhes foi possível<sup>2612</sup>, acompanharam-no e tentaram ajudá-lo.

Façamos uma breve resenha de visitas de várias personalidades e de correspondência recebida, de atenções prestadas por médicos, de reconhecimento dos poderes públicos e de diversas homenagens feitas, entre 1885 e 1890, para desmentir, por completo, o sentimento de esquecimento e abandono manifestado pelo romancista.

Recebeu a visita de Eça de Queirós, relatada por Ricardo Jorge e publicada, no dia em que Camilo festejava 63 anos, nas páginas de «O Primeiro de Janeiro»: «Eça de Queirós, num almoço em Seide, ao ver no prato este alambreado néctar da culinária antiga, exclamou: "Mas isto realmente é mel? Pensei que o mel já não existia... uma imagem dos tempos arcaicos" »<sup>2613</sup>. No ano de 1887, o conselheiro Guilhermino de Barros, de regresso de Trás-os-Montes, passou o dia de Reis em Seide<sup>2614</sup>. Também o foram visitar Ricardo Jorge e Figueiredo de Magalhães, nos inícios de março<sup>2615</sup>, e, em junho, o Conde de São Salvador de Matosinhos<sup>2616</sup>. E foram visitas regulares, por exemplo, António Vicente, Ascensão Espinho, Bernardo Pindela, José de Azevedo Menezes e Ricardo Jorge.

Em Lisboa, Camilo continuava a «ser procurado por uma aluvião de amigos e admiradores». A notícia era dada em «O Primeiro de Janeiro», que ainda acrescentava: «a maior parte deixa-lhe bilhetes de visitas; outros têm tido prazer de o abraçar e de lhe falar, admirando a *verve* inesgotável e o brilho intenso daquele espírito de eleição» <sup>2617</sup>. D. Pedro II, o destronado imperador do Brasil, visitou-o na quinta do Retroseiro, em Vale do Pereiro, em 21 de dezembro de 1889. No dia imediato ao encontro, «o seu afeiçoado D. Pedro de Alcântara» enviou uma carta ao romancista <sup>2618</sup>, tendo em anexo um soneto que lhe era dedicado, e cuja primeira quadra transcrevemos:

<sup>&</sup>lt;sup>2611</sup> PIMENTEL, 1885: 19-20.

<sup>&</sup>lt;sup>2612</sup> Em carta a Camilo, de 19 de fevereiro de 1889, Peito de Carvalho apresentou desculpa a Camilo por não lhe dar notícias. Estava doente de reumatismo e hemoptises constantes. Prometia-lhe vir a Seide, dar-lhe um abraço, logo que se recolhesse de Sintra (*Acervo de Correspondência*, n.º 181, Casa de Camilo).

<sup>&</sup>lt;sup>2613</sup> JORGE, [s.d.]: 10.

<sup>&</sup>lt;sup>2614</sup> «O Primeiro de Janeiro», 9 jan. 1887: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2615</sup> «O Primeiro de Janeiro», 4 mar. 1887: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2616</sup> «O Primeiro de Janeiro», 12 jun. 1887: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>2617</sup> «O Primeiro de Janeiro», 24 out. 1887: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2618</sup> C. D. Pedro de Alcântara, de 22-12-1889. In Acervo de Correspondência, n.º 241, Casa de Camilo.

Já falei do Camilo com o talento, E nas suas dores mais brilha a doutrina, Que a alma é tudo, e em tudo nos domina Sendo o corpo infeliz revestimento.

Por correspondência, chegaram-lhe manifestações de extremo reconhecimento. Após informar Camilo de que lera três vezes o seu novo livro, primeiro para si, depois à família e, em terceiro lugar, a dois amigos, Trindade Coelho formulava os votos de que continuasse a escrever com «soberba linguagem» e graça, e soltava este lamento: «Ah, meu grande Mestre, cada vez repito mais do coração o que um dia escrevi: não podermos nós os portugueses dar uma fração da nossa vida para perpetuar a de V. Ex.ª!»<sup>2619</sup>.

No que respeita a médicos, houve manifestações de consideração e de preocupação com o seu estado de saúde, por parte de distintas personalidades. Devido a diligências do rei D. Luís, de Tomás Ribeiro e de José Luciano de Castro<sup>2620</sup>, um dos mais notáveis e conceituados especialistas de doenças dos olhos, doutor Gama Pinto, deslocou-se ao Norte, consultou-o e constatou a falta de remédio, ou de qualquer tratamento de sucesso, para atenuar a gravidade do problema. Camilo escreveu a Tomás Ribeiro as impressões que lhe causaram o homem e o médico, que se dera à gentileza e amabilidade de vir da capital a um lugar recôndito da província:

Aqui esteve quatro horas o Dr. Gama Pinto, uma cara inteligentíssima revelando um excelente coração. Conheceu rapidamente o meu deplorável estado e fez-me um bom discurso para me dar a paciência e a resignação com a cegueira. Depois submeteu-me a vários exames para se convencer e me convencer que a minha cegueira resultava dum esgotamento nervoso, a que ele não quis dar o nome de anemia<sup>2621</sup>.

Combinaram que o doente fosse para Lisboa, onde faria os tratamentos preconizados por Gama Pinto. Em novembro desse ano, Camilo e Ana Plácido chegavam à capital. Peito de Carvalho, que lhe era dedicadíssimo, hospedou-o, algum tempo, em sua casa<sup>2622</sup>. Foi, então, tratado pelo médico Sousa Martins e pelo oculista Lourenço da Fonseca. Durante a permanência em Lisboa, a imprensa noticiou que o romancista foi visitado, várias vezes, por José Luciano de Castro, António Cândido, Tomás Ribeiro, entre outros. Retirou-se para Seide em janeiro de 1890.

Para debater especificamente o preocupante e periclitante estado de saúde do romancista, os médicos Ricardo Jorge, Joaquim José Ferreira e José de Andrade Gramaxo reuniram-se na cidade do Porto, em 1888. O oftalmologista doutor Edmundo de Magalhães Machado veio

 $<sup>^{2619}</sup>$ C. de Trindade Coelho, de 07-02-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 867, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2620</sup> C. a José Luciano de Castro, de 29-07-1888. In CABRAL, 1939: 77-78.

<sup>&</sup>lt;sup>2621</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 05-07-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 1208-1209.

<sup>&</sup>lt;sup>2622</sup> LEMOS, 1974: 349-350.

consultá-lo a São Miguel de Seide, a 1 de junho de 1890. Como o facultativo aveirense tivesse feito sentir, de início, a Camilo a impossibilidade de «abandonar os seus clientes para se encarregar de um doente tão afastado e carecido da presença do médico e tratamento vagaroso», o romancista escreveu a Joaquim de Melo Freitas, seu amigo e uma das personalidades de Aveiro mais prestigiadas do seu tempo, rogando-lhe que se empenhasse em «movê-lo e comovê-lo a vir a S. Miguel de Seide» 2623, o que, de facto, o jurista veio a conseguir.

O poder central e as entidades municipais não se esqueceram de Camilo. O rei D. Luís concedeu-lhe o título de Visconde de Correia Botelho, a 18 de junho de 1885: «querendo dar-lhe um público testemunho da minha real consideração e do apreço em que tenho o seu distinto merecimento literário» <sup>2624</sup>. Foi dispensado do pagamento de emolumentos, direitos de mercê e selo <sup>2625</sup>, e Camilo não tardou a escrever ao monarca, reconhecido pela distinção de que era alvo:

Se eu tivesse a consciência das minhas últimas horas de vida, sentiria a mágoa acerba de morrer sem que Vossa Majestade houvesse concedido uma demonstração de estima à minha longa e despremiada tarefa literária de quarenta anos. [...] Morro, porém, contente, meu Senhor, porque o nome de Vossa Majestade fica vinculado à minha obra pelo testemunho que a mercê concedida lhe assinala em valor e duração<sup>2626</sup>.

Adriano Pinto Basto apresentou, em 1886, uma proposta à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão para a atribuir o nome de Camilo Castelo Branco a uma rua do centro daquela vida. O projeto foi aprovado por unanimidade<sup>2627</sup>. E, a 23 de maio de 1889, «em reconhecimento público dos relevantíssimos serviços prestados às letras pátrias pelo visconde de Correia Botelho (Camilo Castelo Branco)»<sup>2628</sup>, foi concedida ao filho Jorge a pensão anual e vitalícia de 1000\$000 réis. O infeliz filho louco tinha, assim, garantida a subsistência até ao fim dos seus dias<sup>2629</sup>.

Ao nível editorial, «O Primeiro de Janeiro» informava os seus leitores de que Alcino Aranha partira para Lisboa, a fim de convidar os «mais distintos literatos» a escreverem um prefácio para o romance *Amor de perdição*, que o editor iria publicar «em edição do mais

<sup>&</sup>lt;sup>2623</sup> C. a Joaquim de Melo Freitas, de 26-05-1890. In CASTELO BRANCO, 2002: 1083-1084.

<sup>&</sup>lt;sup>2624</sup> PIMENTEL, 1923: 245.

<sup>&</sup>lt;sup>2625</sup> PIMENTEL, 1923: 261. «O Primeiro de Janeiro» chamou o acontecimento à primeira página, da sua edição de 24 de junho: «Príncipe da pena, primacial entre os que melhormente têm enflorado e enriquecido a moderna Literatura, consagrado pelo talento, que vale pelo mais nobre e glorioso dos brasões, Camilo Castelo Branco acaba de ser agraciado pela régia munificência com o título de visconde de Correia Botelho.»

<sup>&</sup>lt;sup>2626</sup> C. a el-rei D. Luís, de 02-07-1885. In CASTELO BRANCO, 2002: 1095-1096. O manuscrito autógrafo desta carta faz parte do acervo de correspondência da Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2627</sup> VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal (1994): 36.

<sup>&</sup>lt;sup>2628</sup> PIMENTEL, 1923: 270.

<sup>&</sup>lt;sup>2629</sup> A imprensa lisboeta e portuense comentou a decisão: «Foi uma prova de veneração e simpatia dada à mais poderosa individualidade da nossa Literatura de hoje». «O Primeiro de Janeiro», 6 jun. 1889: 2. Este periódico transcrevia a notícia dada pelo «Correio da Noite», no dia anterior.

requintado luxo», contendo ilustrações de «famosos pintores portugueses e os desenhos gravados no estrangeiro» <sup>2630</sup>. A edição monumental foi impressa e comercializada em 1889, enriquecida com estudos especiais de Manuel Pinheiro Chagas, de Ramalho Ortigão e Teófilo Braga, e ilustrada com seis desenhos de página inteira, expressamente executados por J. J. de Souza Pinto, Caetano Moreira da Costa Lima e José d'Almeida e Silva. Por meados de 1889, «O Primeiro de Janeiro» dava honras de primeira página à notícia de que a Companhia Editora de Publicações Ilustradas, com sede na Travessa da Queimada, iria colocar nas bancas, a \$200 o volume, os romances de Camilo<sup>2631</sup>.

A imprensa periódica prestou-lhe várias homenagens. Por ocasião do seu aniversário natalício, a 16 de março, foram publicados números comemorativos: «A Alvorada», em 1887, e «O Imparcial», em 1889. «O Primeiro de Janeiro», na sua edição de 16 de março de 1888, dedicou toda a sua primeira página ao romancista. Num artigo de José Caldas aí inserido lia-se: «Passa hoje, nos *Annales Maximi* da história nacional, a data memorável, que regista o nascimento do mais notável, do mais popular e do mais prestigioso escritor do nosso tempo»<sup>2632</sup>.

Também a sociedade civil se organizou para lhe render preito. Na cidade do Porto, e com sede na Rua Mouzinho da Silveira, foi fundada, em 1888, a Sociedade Camilo Castelo Branco. Em Lisboa, para assinalar o aniversário do romancista, concorreu à sua residência, em 1889, «grande número de pessoas a felicitá-lo, notando-se, entre elas, deputações de estudantes do liceu, da Escola Médica, da Academia de Belas Artes, da Escola do Exército e da Escola Politécnica». Uma comissão de escritores e artistas, presidida por João de Deus, ofereceu uma coroa de flores ao escritor e «uma mensagem de felicitação, subscrita por 50 assinaturas, entre as quais se contavam as de alguns dos nossos talentos mais distintos» 2633.

Camilo podia sentir-se só, mas não estava. Ninguém lhe podia valer no apagamento da luz dos olhos, mas, à sua volta, uma verdadeira legião de leitores e admiradores não o esquecia, porque as suas produções ficcionais estabeleceram entre o romancista e eles um elo emocional inquebrantável. Com os amigos chegados, à admiração pelos seus textos juntouse o relacionamento afetuoso pela circunstância de privarem com ele e de lhe reconhecerem outras qualidades humanas, que não eram apreendidas no simples ato de leitura dos trabalhos camilianos. Não se pode olvidar que os amigos mais próximos e os muitos leitores que Camilo tinha, em Portugal e no Brasil, mantiveram essa admiração incondicional, para além da morte do romancista. Será suficiente, para isso, lembrar que, após o devastador incêndio da casa amarela de Seide, em 17 de março de 1915, e quando era necessário obter financiamento para levantar a vivenda das cinzas, foram esses amigos e admiradores, conhecidos ou anónimos,

<sup>&</sup>lt;sup>2630</sup> «O Primeiro de Janeiro», 24 jan. 1889: 2.

<sup>&</sup>lt;sup>2631</sup> «O Primeiro de Janeiro», 14 jun. 1889: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2632</sup> CALDAS, 1888: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2633</sup> O Aniversário de Camilo Castelo Branco, 17 mar. 1889: 2.

a enviar dinheiro 2634 para cumprir tão difícil e apaixonante missão. Missão essa que era, ao fim e ao cabo, o mais vivo testemunho de respeito pela sua pessoa; de reconhecimento e tributo pela sua dedicação à valorização da Língua e da Literatura portuguesas; e de perseverança em continuarem a fazer render, em capital cultural, um dos grandes tesouros do património literário nacional, que Camilo Castelo Branco soube acumular com inimitável dedicação servil à criação ficcional.

## 3.3.3. Generosidade e ingratidão

Camilo tinha bons amigos, mas também era uma pessoa de grande generosidade.

As várias décadas de vida intensa e partilhada com Camilo conferiam a Ana Plácido o autorizado estatuto para asseverar ou guardar silêncio acerca da pessoa que conhecia melhor que ninguém, tida por alguns como irascível, polémica e de mau feitio. Em carta a Joaquim Ferreira Moutinho, um dos mais dedicados e afeiçoados amigos do escritor, Ana Plácido esboçou, em poucas palavras, a descrição do caráter bondoso de Camilo, as quais, a nosso ver, não causaram admiração nem surpresa ao destinatário:

Não há coração mais nobre, mais dedicado no seu desinteresse, nem mais condoído pelas misérias e desgraças alheias. Se, assim como a glória o tem bafejado, ele encontrasse pelo seu honrado e laborioso trabalho, quantos benefícios não teria espalhado esta mão dadivosa, que tantos cães hidrófobos, por inveja, tentam morder.

E, ainda assim, a sua divisa é fazer o bem pelo bem, sem esperar recompensa, além da satisfação íntima de cumprir uma boa ação. Quantos infelizes sem pão, e Camilo está sempre pronto para pedir aos seus amigos que empreguem estes desgraçados e os salvem da miséria!... E não está pronto só para socorrer os conhecidos; tem empregado muitos que nunca viu.

[...] tem tanto de modesto, como de generoso<sup>2635</sup>.

Era um retrato da generosidade espontânea, a certificação da bondade desinteressada do romancista, feito por quem testemunhou, tantas vezes de perto, o exercício efetivo dessa liberalidade. Outros depoimentos poderiam reforçar as afirmações de Ana Plácido. Escolhemos o de Guilhermino de Barros, que, em letra de forma, lhe dirigiu este encómio: «ninguém possui alma mais desprendida, elevada e afetuosa» 2636. Sabe-se que ajudou pessoas e instituições, procurando que os favores tivessem os frutos mais ambicionados. Uma das formas de ser prestativo foi recorrer aos seus dotes literários, salvaguardando, porém, que lamentava não ser mais rico, para que a sua ajuda tivesse maior e mais imediato efeito. Assim o referiu, quando se tratou de acudir às necessidades sentidas pelas freiras de Lorvão:

<sup>&</sup>lt;sup>2634</sup> Relação os subscritores de Portugal e Brasil e nota dos seus donativos. Comissão de homenagem póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, 1920: 361-377.

<sup>&</sup>lt;sup>2635</sup> C. de 02-06-1887. «Nova Alvorada», jun. 1896: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2636</sup> BARROS, 1894: 338.

Eu quisera ser um rico, para melhorar a sorte das infelizes religiosas de Lorvão. Deus cingiume num anel de pobreza, onde me é forçoso ver restringidos os voos da minha alma, incompatíveis com as minhas posses.

Lembrou-me um meio e só esse tenho: é o cabedal da minha pouca inteligência. Resolvi publicar as minhas poesias completas aplicando o produto àquelas senhoras<sup>2637</sup>.

O espírito de benemerência, apoiado nas suas apetências de criador literário, manifestou-se na participação em iniciativas públicas destinadas a benefício de personalidades e em outras de solidariedade com a tragédia dos que sofriam por abandono, por calamidades ou por perda de entes queridos.

Quase no fim da vida de Francisco Bingre, Camilo interveio no espetáculo em benefício do poeta, que decorreu no Teatro de São João, em 14 de dezembro de 1852, com o patrocínio de Bernardo Ferreira. As poesias recitadas foram reunidas em um pequeno volume *O benefício do poeta Bingre*, e a de Camilo não tem título. O romancista alimentou sempre carinho e admiração muito especiais pelo poeta, chegando mesmo a apelar aos admiradores de Bingre que não se esquecessem de dispensar «alguma esmola que lhe fosse recurso para menos penas nos extremos dias da sua vida» <sup>2638</sup>.

A festa de despedida da cantora Laura Geordano, realizada no Teatro de São João, a 31 de maio de 1854, também contou com a colaboração do romancista. Em benefício da artista, as poesias recitadas foram editadas e distribuídas em folhas volantes, em suporte de seda, cetim e papel, em número superior a vinte exemplares, todos diferentes entre si no tipo de letra, na cor do suporte e no desenho da cercadura. Seis das composições poéticas são da autoria de Camilo.

Em concordância com o projeto da creche de São Vicente de Paulo, através do qual o filantropo João Vicente Martins pretendia oferecer alternativa à inominável «roda», Camilo apresentou-se, desde o início, como um dos apoiantes da iniciativa, chegando a pertencer aos corpos gerentes da instituição. Contribuiu, em 1852, com a poesia *Uma saudade* e o artigo *Creches*, e voltou a cooperar, mais tarde, com o seguimento e a concretização dos propósitos do asilo de crianças, a pedido de Ferreira Moutinho. Concordou integrar as colaborações para a publicação de *A creche*<sup>2639</sup> (1884) e de Óbolo às crianças (1887). Foram incluídas, nesta

<sup>&</sup>lt;sup>2637</sup> C. ao doutor Casimiro, de [1853]. In CASTELO BRANCO, 1994: 905-907.

<sup>&</sup>lt;sup>2638</sup> CASTELO BRANCO, 1990a: 392.

<sup>&</sup>lt;sup>2639</sup> Sobre a sua colaboração nesta obra, Camilo escreveu a Eduardo da Costa Santos a pedir-lhe que informasse Ferreira Moutinho de que o seu mau estado de saúde não lhe possibilitava escrever para a *Creche* com a celeridade que era pretendida: «o que eu tencionava e tenciono escrever é, a propósito de João Vicente Martins, fundador da *Creche* no Porto, as dificuldades com que se lutou, e os preconceitos que foi preciso impugnar. Isto não se escreve em menos de 20 páginas, o que é materialmente impossível em 2 dias que tantos me seriam concedidos» (C. de [16-05-1884]. In CASTELO BRANCO, 2002: 218-219). O artigo chegaria às mãos de Ferreira Moutinho acompanhado de carta, na qual se dizia: «Não pude ler o que escrevi em algumas horas de intervalo nas nevroses. Felizmente a tipografia conhece bem a minha letra, e tem revisor muito inteligente» (CABRAL, 2003: 269). Apresenta-se aqui mais um claríssimo exemplo da tese de que nem todas as folhas impressas com textos camilianos vieram à sua banca de trabalho para serem objeto de revisão.

última, os retratos de dois dos autores da obra: Camilo e Francisco Martins Sarmento. Quando recebeu o exemplar, o romancista de Seide gracejou com o seu vizinho vimaranense:

Ai! os nossos retratos! Credo! Você parece um ferocíssimo salteador da Calábria; eu dou ares de um inválido brigadeiro das antigas milícias a expirar de sífilis cancerosa no hospital de Runa. Que autopses fará a posteridade nas carrancas do Óbolo! As crianças, a quem a esmola é feita, serão as primeiras a tremer de medo dos 2 benfeitores<sup>2640</sup>.

Visando auxiliar as vítimas dos terramotos da Andaluzia, foi editado um número único, em fevereiro de 1885, com o título *Alhambra*, que contou com colaboradores de Portugal, de Espanha e de França. O artigo de Camilo, *Fel convertido em bálsamo*, ocupava toda a primeira página, e procurou mostrar que «o ódio de portugueses e espanhóis é um fel de natureza tão branda que se dissolve em bálsamo de beneficência quando os infortúnios de lá chegam até nós como um grito plangente»<sup>2641</sup>.

O romancista integrou um conjunto de três dezenas e meia de notáveis personalidades<sup>2642</sup>, com o objetivo de ser elaborada a edição de um número único, intitulado *Esmola*. Foi dirigido literariamente por Joaquim de Araújo, impresso na tipografia Elzeviriana, em 1885, e oferecido à instituição Bazar do Bom Pastor, por D. Laura Vilar Cardoso de Castro.

No ano de 1889, em resposta ao convite formulado por João de Deus, o romancista de Seide fez o soneto *A maior dor humana*, para um volume oferecido a Teófilo Braga e sua esposa, que pretendia simbolizar uma *Coroa de saudades para a sepultura de seus filhos*.

Em data não determinada, contou à filha que colaborara com prosa sua para a edição de um livro que se ia distribuir «pedindo esmola para as crianças», em uma festa a realizar-se no Palácio de Cristal. E aconselhava-a: «Dá tu também alguma coisa, que é bem aproveitada generosidade» <sup>2643</sup>.

A produção de textos para as ações de benemerência acima referidas não foi remunerada. Mas houve casos em que, estando previsto e definido o estipêndio, o escritor veio a abdicar dos honorários. João Teles fundou a *Enciclopédia Popular*, em 1867, uma coletânea de *Leituras amenas apropriadas a todas as idades, sexos, estados, profissões e inteligências*, aprovada pelo Conselho Geral da Instrução Pública para ser leitura nos estabelecimentos de ensino. Camilo foi um dos colaboradores dos pequenos volumes mensais de 64 páginas, de que saíram dezasseis números. Ao ter conhecimento das dificuldades económicas do diretor e proprietário da publicação, Camilo prescindiu das suas remunerações. Expôs a resolução a Feliciano de Castilho, pessoa através da qual o romancista conheceu João Teles:

<sup>&</sup>lt;sup>2640</sup> C. a Francisco Martins Sarmento, de 12-10-1887. In CASTELO BRANCO, 2002: 1039.

<sup>&</sup>lt;sup>2641</sup> CASTELO BRANCO, 1885: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2642</sup> Entre outros, mencionamos Antero de Quental, António Feijó, António Nobre, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Joaquim de Araújo, Júlio César Machado, Oliveira Ramos, Ramalho Ortigão, Tomás Ribeiro e o Visconde de Benalcanfor.
<sup>2643</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 13-14.

Já recebi os 4 números da Biblioteca.

O Teles escreveu-me dando-se como impossibilitado de pagar os artigos. Em virtude de que lhe mandei outro enorme com a condição de mo não pagar. Auxiliemo-lo, porque é infeliz. E se os infelizes se não socorrem, fica a gente sem saber a que veio Jesus ao mundo<sup>2644</sup>.

Houve auxílios prestados a pessoas, que ele podia ou não conhecer, cujas dificuldades em que se encontravam determinaram, então, uma atitude e uma resposta pronta de Camilo. Contou a Silva Pinto que se afligira ao saber que «L.»<sup>2645</sup>, na altura a residir na cidade de Lisboa, se ia suicidar: ele «nada pede; mas eu mandei-lhe ontem 100\$000 réis. / Nem sei se os rejeitará. Como se não superabundassem os meus infortúnios, veja Vossa Excelência quantos desgraçados vêm atraídos para este ponto negro, como se eu pudesse dar felicidade a alguém!»<sup>2646</sup>. Em outro momento, reenviou a Costa Santos uma carta que ele recebera, e que supunha ser da viúva de António Navarro, pessoa de prestígio no comércio e na política portuense. Camilo pedia ao editor que fizesse entregar à senhora a quantia de 12\$000 réis, que ela lhe solicitava: «Nunca vi essa senhora; mas sei que foi criada com certa opulência»<sup>2647</sup>.

Em 1881, o romancista endereçou uma carta a Duarte Gustavo Nogueira Soares, a relatar-lhe um facto surpreendente. Detalhava o escritor que, residindo em Coimbra, em 1875, deu-se o caso de ali falecer um senhor de modestíssimos recursos, que viera para aquela cidade acompanhar um filho «a fim de o formar». No dia em que o pai foi a enterrar, já o filho nada tinha para jantar. Por o órfão ter sido companheiro de colégio dos filhos, e por se sentir compadecido com a situação, Camilo acolheu-o no seio da sua família e passou a considerá-lo, desde então, como um filho. Continuava a redação da missiva nestes termos:

Há três anos consegui que o nomeassem escriturário de fazenda em Famalicão, onde recebe 240 réis por dia, que mal lhe chegam para o jantar. O resto dou-lho eu. Compunge-me ver um rapaz de 24 anos, honrado e inteligente, nesta posição de dependência e pobreza, tendo sonhado com umas cartas de bacharel, e Deus sabe o que ele via daí para lá! Tenho pedido que o despachem escrivão de fazenda. Já enviei à Secretaria competente as informações excelentes dos escrivães de fazenda com quem ele tem servido. O Sr. Lopo Vaz dizia-me «conte com o despacho». Provavelmente queria dizer que contasse com o despacho feito pelo Sr. Fontes Pereira de Melo<sup>2648</sup>.

Se o despacho dependia de Fontes Pereira de Melo, o escritor rogou a Duarte Soares que fosse intermediário da precação junto do influente político, e que frisasse que Manuel de Ascensão Espinho era afilhado de Camilo, mas, mais do que isso, «muito honesto e muito pobre». Pelo que escreve Alexandre Cabral, o pedido teve o melhor seguimento: «de

<sup>&</sup>lt;sup>2644</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 10-05-1867. In CASTELO BRANCO, 2002: 369-370.

<sup>&</sup>lt;sup>2645</sup> Julgamos tratar-se do poeta Narciso de Lacerda.

<sup>&</sup>lt;sup>2646</sup> C. a Silva Pinto, de 08-09-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 991.

<sup>&</sup>lt;sup>2647</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 312.

<sup>&</sup>lt;sup>2648</sup> C. a Duarte Gustavo Nogueira Soares, de 01-11-1881. In CASTELO BRANCO, 2002: 664-665.

escriturário em Famalicão passou a escrivão de Fazenda na Póvoa de Varzim e, depois, a funcionário superior», vindo a dirigir, na capital, uma repartição de finanças<sup>2649</sup>.

Estando em Seide e doente no leito, o escritor informou o destinatário de que lhe aparecera em casa «o B.»<sup>2650</sup>. Não se levantara para o ver, mas disseram-lhe que «trazia muita fome e um cão. Sem vintém». «B.» deu conhecimento que vinha a pé, desde Lisboa, e Camilo ordenou que lhe fosse dado casaco, jantar e cama. E anunciou: «amanhã dou-lhe uns dinheiros, e vai o Nuno levá-lo à estação. Diz que é perseguido como republicano. Um desgraçado»<sup>2651</sup>.

Foi atencioso e estimulou quem começava a dar os primeiros passos nas lides literárias. Tome-se o exemplo de Carlos de Almeida Braga. Ainda estudante, com apenas 17 anos, o jovem dirigiu-se com timidez ao romancista a pedir-lhe que se pronunciasse sobre «um voluminho de versos» que ele pretendia editar, por sentir necessidade, para o efeito, do patrocínio de «um nome autorizado» como o de Camilo:

Não tenho a honra de conhecer pessoalmente V.  $Ex.^a$  mas, não obstante isso, sei que V.  $Ex.^a$  atende sempre de boa mente aqueles que recorrem ao sábio conselho de V.  $Ex.^a$ , e é por isso que eu, levado por esta confiança, me dirijo hoje a V.  $Ex.^a$ , certo de que hei de ser atendido na minha pretensão<sup>2652</sup>.

Desconhecemos a resposta do romancista. Sabe-se, porém, que ele prefaciou, em 1884, o drama original *O padre Henrique*, de Carlos Braga. Na carta, que serve de prefácio, o romancista consagrado disse vir acompanhar o autor ao «alcáçar da Arte», cujo portal franqueava com as «imaculadas alegrias» da sua juventude, enquanto Camilo ia «pelo alçapão do tédio e entrar no esgoto que se derrama glutinosamente no divino e incomensurável bojo panteísta» <sup>2653</sup>.

Há exemplos de outros escritores que lhe agradeceram as atenções. Nunes de Azevedo sentia-se penhorado pela oferta dos livros respeitantes à *Questão da Sebenta*:

É uma honra que me satisfaz imenso. Os homens da sua altura raramente a costumam conceder. Quase sempre o orgulho hierárquico lhes obceca este sentimento de humanidade que nos manda estimar os nossos inferiores como se foram nossos iguais. Só V. Ex.ª, por exceção, é que tem por costume descer os degraus do seu bem firmado prestígio para vir à praça das vulgaridades apertar a mão a um anónimo que passa. É uma virtude valiosa.

Muito agradecido por a exercer comigo<sup>2654</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2649</sup> CABRAL, 2003: 313.

<sup>&</sup>lt;sup>2650</sup> Apesar das pesquisas realizadas, não descobrimos o nome da pessoa a quem Camilo se referia.

<sup>&</sup>lt;sup>2651</sup> C. a Silva Pinto, de 07-03-1882. In CASTELO BRANCO, 2002: 763.

<sup>&</sup>lt;sup>2652</sup> C. de Carlos Braga a Camilo, de 18-11-1882. In Acervo de Correspondência, n.º 40, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2653</sup> BRAGA, 1884: V-VIII.

<sup>&</sup>lt;sup>2654</sup> C. de Nunes de Azevedo, de 29-06-1883. In Acervo de Correspondência, n.º 518, Casa de Camilo.

Este remetente acabara de publicar a obra *Contos modernos*<sup>2655</sup>, dedicada a Camilo<sup>2656</sup>, e na qual inseriu duas cartas que o escritor de Seide lhe endereçara. Alexandre Cabral admitia que tinha sido a influência do editor Costa Santos a ocasionar a «benevolência do Mestre», em emprestar o seu nome à edição dos *Contos*. Diga-se que, em setembro de 1884, Nunes de Azevedo escreveu nas páginas de «O Primeiro de Janeiro» as impressões da visita que fizera a Seide. A deslocação aconteceu por ocasião dos falecimentos de Maria Isabel Macedo e filha, e, pelo que deve ter presenciado e experienciado, Nunes de Azevedo dizia aos leitores do periódico portuense:

Na vida é um perfeito sentimentalista, chora com as agonias dos outros, toma o seu quinhão na dor alheia, porque vai nisso o conforto da sua própria dor. Mas não mente. É tão verdadeiro quando ri, escrevendo, como quando chora, sentindo. As duas entidades dão-se as mãos, abraçam-se, numa confraternização harmónica<sup>2657</sup>.

Era um coração generoso. Tinha amigos influentes, a quem recorria, rogando que empregassem os seus serviços na melhor resolução dos pedidos que o escritor tinha recebido. Damos como exemplo o pedido de uma senhora idosa, que criara Nuno. Veio ela a Seide, acompanhada pelo filho, «entregador de jornais», e cujo magro salário era, mesmo assim, o sustento de ambos, rogar a ajuda do romancista. Como o filho tivesse sido intimado para se apresentar, a senhora pediu a Camilo que intercedesse pelo rapaz, de maneira a ser «livre de soldado». O escritor recorreu a Freitas Fortuna, pouco tempo antes de se suicidar, para que conseguisse livrar o «entregador de jornais» do serviço militar: «Persuado-me que o rapaz deve ser livre por amparo. Faça o que puder em obséquio a mim e em benefício dessa mulher que veio amargurar-me com recordações de tempos felizes que eu loucamente considerava desgraçados»<sup>2658</sup>.

Consultando a correspondência recebida pelo romancista, arquivada no Museu de Seide, encontrámos muitos pedidos à sua generosidade. Os exemplos que selecionámos ilustram a variedade dos rogos que lhe foram apresentados e deixam transparecer diligências que o escritor promoveu no sentido de os satisfazer. O padre Francisco Dias pediu-lhe que o seu sobrinho entrasse gratuitamente num seminário de Braga<sup>2659</sup>. Torres e Almeida solicitou que pedisse a António Vicente para que este apadrinhasse a sua candidatura a deputado<sup>2660</sup>. O padre António de Azevedo, que ele recordara com ternura no prefácio de *O bem e o mal*, referiu-lhe que andava em cuidados com um sobrinho de ambos<sup>2661</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>2655</sup> AZEVEDO, 1883.

<sup>&</sup>lt;sup>2656</sup> «O Primeiro de Janeiro», 20 maio 1883: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2657</sup> AZEVEDO, 1884: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2658</sup> C. a Freitas Fortuna, de [24-03-1890]. In COSTA, ed., 1930b: 161-162.

<sup>&</sup>lt;sup>2659</sup> C. do padre Francisco Dias, de 18-10-1864. In Acervo de Correspondência, n.º 238, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2660</sup> C. de Torres e Almeida, de 22-01-1868. In Acervo de Correspondência, n.º 861, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2661</sup> C. do padre António de Azevedo, de 09-02-1868. In Acervo de Correspondência, n.º 89, Casa de Camilo.

e pedia-lhe proteção para o jovem<sup>2662</sup>. Também lhe solicitou apoio para que um familiar pudesse obter um lugar no Governo Civil de Vila Real<sup>2663</sup>. Xavier Alves mostrou gratidão pela resposta do escritor, e insistiu no pedido para que, junto de Tomás Ribeiro, conseguisse a sua saída de Rilhafoles<sup>2664</sup>. Donas Boto pediu-lhe ajuda no sentido de obter a sua transferência para Amarante<sup>2665</sup>, e, em outro momento, que providenciasse a sua reforma<sup>2666</sup>. O sobrinho José de Azevedo Castelo Branco solicitou ao tio que recomendasse o capitão Xavier Machado a Tomás Ribeiro, tendo em vista a sua transferência do Ministério da Obras Públicas para outro<sup>2667</sup>. E Eduardo da Silva Carvalho pediu-lhe proteção, para que o Conde de Samodães lhe atendesse o seu pedido<sup>2668</sup>.

As personalidades a quem ele enderecou solicitações faziam-lhe o ponto de situação dos pedidos que Camilo lhes reencaminhara, como se pode constatar nos seguintes casos. O Conde de Samodães, personalidade influente na Santa Casa da Misericórdia do Porto e seu provedor por várias vezes, informou-o de que dera seguimento ao seu pedido relativo ao Recolhimento das Órfãs de São Lázaro<sup>2669</sup>. Luís Barbosa e Silva fez-lhe saber que tinha falado com Rocha Páris, e que este lhe prometera dar a melhor atenção e resposta à solicitação formulada para um protegido seu, logo que entrasse em vigor a nova Lei de Instrução<sup>2670</sup>. Peito de Carvalho participava-lhe que tinha autorizado a licença para o escrivão de Fazenda de Murça<sup>2671</sup>, e que diligenciaria no sentido da sua transferência para Valongo ou para o Minho, na primeira vaga a acontecer<sup>2672</sup>. Disse também que, em breve, iria promover o empregado por quem Camilo expressara interesse, tentando a sua colocação num concelho próximo de Vila Nova<sup>2673</sup>, e que recomendara o protegido de Camilo ao ministro da Fazenda<sup>2674</sup>. Tomás Ribeiro expressou a dificuldade em obter de certo juiz o despacho pretendido<sup>2675</sup>; e, em outra ocasião, comunicou-lhe que o rei anuíra atender o seu pedido, tendo dado ordens nesse sentido<sup>2676</sup>. Para lhe ser agradável, Manuel de Assunção dizia que esperava, em breve, poder despachar Trindade Coelho, conforme se desejava<sup>2677</sup>. E o Visconde de Calhariz inteirou-o de que não fora possível efetuar a transferência do

<sup>&</sup>lt;sup>2662</sup> C. do padre António de Azevedo, de 09-05-1868. In *Acervo de Correspondência*, n.º 91, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2663</sup> C. do padre António de Azevedo, de 02-09-1870. In *Acervo de Correspondência*, n.º 98, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2664</sup> C. de Xavier Alves, de 05-06-1882. In Acervo de Correspondência, n.º 908, Casa de Camilo.

 $<sup>^{2665}</sup>$  C. de Donas Boto, de 17-06-1885. In Acervo de Correspondência, n.º 244, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2666</sup> C. de Donas Boto, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 253, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2667</sup> C. de José de Azevedo Castelo Branco, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 209, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2668</sup> C. de Eduardo da Silva Carvalho, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 161, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2669</sup> C. do Conde Samodães, de 19-06-1880. In *Acervo de Correspondência*, n.º 733, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2670</sup> C. de Luís Barbosa e Silva, de 10-01-1881. In *Acervo de Correspondência*, n.º 120, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2671</sup> C. de Peito de Carvalho, de 26-07-1884. In Acervo de Correspondência, n.º 162, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2672</sup> C. de Peito de Carvalho, de 25-08-1884. In *Acervo de Correspondência*, n.º 163, Casa de Camilo.

 $<sup>^{2673}</sup>$  C. de Peito de Carvalho, de 06-05-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 172, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2674</sup> C. de Peito de Carvalho, de 26-12-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 177, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2675</sup> C. de Tomás Ribeiro, de 13-05-1885. In Acervo de Correspondência, n.º 797, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2676</sup> C. de Tomás Ribeiro, sem data. In Acervo de Correspondência, n.º 842, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2677</sup> C. de Manuel de Assunção, de 06-02-1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 65, Casa de Camilo.

protegido de Camilo para a Fazenda de Santo Tirso, mas que diligenciaria encontrar outro concelho para onde isso fosse possível<sup>2678</sup>.

Algumas pessoas que viram os seus pedidos serem satisfeitos escreveram a Camilo, demonstrando o quanto lhe estavam agradecidas. Abel Acácio mostrou-se reconhecido pela proteção que lhe pediu e de que o irmão beneficiou<sup>2679</sup>. Assunção Espinho agradeceu-lhe o facto de ter sido transferido com a sua ajuda<sup>2680</sup>. João Crisóstomo Melício expressou-se grato pela dádiva do produto da venda de um folheto camiliano, a fim de auxiliar um estudante de poucos recursos<sup>2681</sup>. J. P. de Almeida Brandão confessava-se penhorado pelas atenções dispensadas a dois filhos seus, Júlio e Jaime, os quais tinham alcançado ótimos resultados em exames de acesso ao ensino superior<sup>2682</sup>. Lopo Vaz de Sampaio e Melo apresentou-lhe a sua gratidão pelo apoio recebido por Camilo na candidatura a deputado<sup>2683</sup>.

Se uns lhe agradeceram, outros foram-lhe ingratos, não dando o justo valor às atenções e mordomias recebidas. O casal de Seide hospedou em sua casa um indivíduo, cerca de dez meses:

Comeu, bebeu, estafou-me os cavalos e deu tratos às raparigas da aldeia. Tinha de seu 300 mil réis, em que durante esses dez meses não houve necessidade de tocar. Bem.

Ao termo do mencionado prazo, o meu hóspede, aborrecendo tudo isto, disse-me que pretendia ir à vida, e, como hábil guarda-livros que era — antigo amigo desta casa — pediu-me cartas de recomendação para Lisboa. Dei-lhas para cavalheiros de grande prestígio nos Bancos e nas Companhias, e o rapaz lá foi para a capital. Vá ouvindo...

Decorreram uns dois meses e, durante eles recebo cartas dos diversos amigos a quem eu recomendara o guarda-livros. Que não era possível receber o homem, porque ele se apresentava brusca e inconvenientemente. Lastimei o doido, até ao dia em que ele me escreveu o seguinte:

«— Que os sujeitos a quem eu o recomendara não passavam de umas cavalgaduras, — que não estava para mais festas, — e que era chegada a ocasião de "fazermos contas". (Atenção!). Que durante dez meses inutilizara a sua existência, por culpa minha, — e que, tendo gasto os 300 mil réis nos dois meses de correrias inúteis, por causa das tais cavalgaduras, lhe devia eu esses 300 mil réis».

Você me dirá agora, Silva Pinto, qual de nós dois — eu e ele — estará bêbado ou doido. Mas não me diga nada!

Balzac foi também um dos homens mais apalpados pela ingratidão das gentes, o que o levou a fazer esta frase, certamente de pouco lapidar conceito, mas reveladora de uma amargura profunda, que atinge talvez as raias do ceticismo:

<sup>&</sup>lt;sup>2678</sup> C. do Visconde de Calhariz, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 152, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2679</sup> C. de Abel Acácio, de 27-11-1885. In *Acervo de Correspondência*, n.º 20, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2680</sup> C. de Assunção Espinho, de 08-05-1885. In Acervo de Correspondência, n.º 259, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2681</sup> C. de João Crisóstomo Melício, de 09-11-1886. In Acervo de Correspondência, n.º 449, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2682</sup> C. de J. P. de Almeida Brandão, de 08-07-1888. In Acervo de Correspondência, n.º 143, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2683</sup> C. de Lopo Sampaio e Melo, de 17-08-1889. In Acervo de Correspondência, n.º 411, Casa de Camilo.

«O homem é sempre castigado por fazer bem. Deus não quer que lhe usurpem os seus direitos»<sup>2684</sup>.

Não foi caso único. Em 1879, quando da publicação do *Cancioneiro alegre*, Torres Mangas, com o pseudónimo de «visconde de Vilas Fortes», veio criticar um livro de Camilo. Sobre a injúria, referiu-se o romancista: «Via a prosa desse pobre homem. Há 15 anos, apareceu-me ele tão parvo e, pelos modos, tão faminto como hoje. Eu não podia engordar-lhe o cérebro, mas enchi-lhe de bifes a barriga. Esperou 15 anos, para me insultar; é levar muito longe a gratidão!»<sup>2685</sup>.

## 3.3.4. Correspondência dos leitores

No transcurso da sua atividade literária, o romancista foi recebendo dos seus leitores testemunhos do quanto eles tinham apreciado a leitura dos seus textos. Chegavam-lhe, acima de tudo, depoimentos dos seus amigos mais próximos, o que se constata quando folheamos os exemplares da correspondência que lhe foi dirigida e se encontra arquivada no Museu de São Miguel de Seide.

No âmbito da nossa investigação, procurámos encontrar correspondência que lhe tivesse sido remetida por pessoas fora do círculo de amizades. Pretendíamos exemplificar a relação que o leitor anónimo estabeleceu com Camilo, tendo apenas os livros camilianos como plataforma de mediação.

Sabemos que sempre foi eclético o universo dos seus leitores. Em carta a Luís Augusto Rebelo da Silva, o romancista fez uma descrição chistosa de alguns deles e de como o caracterizavam. Estava, ainda, no início, da carreira:

Do que V. S.ª decerto se maravilha é dizer-lhe que tenho vendido tudo. O paladar provinciano é tolerantíssimo. Os padres dizem que eu sou um consumado teólogo, e as raparigas, desde a cozinheira até à baronesa presuntiva, reputam-me poeta algumas vezes; outras, não me entendem, e nisso acontece-lhes o mesmo que a mim<sup>2686</sup>.

O romancista, que produzira, nesse ano, *A neta do arcediago*, *Onde está a felicidade?* e *Um homem de brios*, e que tudo vendera<sup>2687</sup>, estava a menosprezar-se. É indubitável que o seu leque de leitores era bem mais alargado. Em muitos lugares do continente, das ilhas, da Europa e das Américas, em especial na antiga colónia brasileira, e fosse da «cozinheira rica à baronesa presuntiva» ou com escudo de armas, ou do simples operário escolarizado ao burguês letrado, havia quem lesse fervorosamente as obras de Camilo. Contudo, conhecemos escassos

<sup>&</sup>lt;sup>2684</sup> C. a Silva Pinto, sem data. «Ecos de Belém», 1948.

<sup>&</sup>lt;sup>2685</sup> PINTO, 1910: 120.

<sup>&</sup>lt;sup>2686</sup> C. de 07-12-1856. In CABRAL, ed., 1984a: 26-28.

<sup>&</sup>lt;sup>2687</sup> C. de 07-12-1856. In CABRAL, ed., 1984a: 26-28.

exemplares epistolográficos de gente anónima a dirigir-lhe a palavra, no sentido de lhe apresentar pedidos, uns óbvios, outros excecionais, em torno do ato de leitura das produções ficcionais camilianas. Evocamos dois exemplos.

Na primeira página do periódico «A Nação», deu-se a conhecer a transcrição de um bilhete-postal, enviado por um carpinteiro ao romancista, pelo qual o operário solicitava a oferta de um exemplar da sua obra-prima:

Ao sidadão Camilo Castelo Branco... Porto — Sr. Camilo pedia a V. Ex.ª a especial fineza de me enviar na volta do Correio o remace, amor de perdição na seguinte direção.

Manuel Vila Marim. Caldas... carpinteiro no Grande Hotele. Espero, não me faltará<sup>2688</sup>.

O pedido não deve ter ficado por satisfazer. É provável que o livro tenha sido enviado por correio ou entregue no Grande Hotel, onde o romancista, por vezes, se hospedava.

Se o bilhete-postal vinha endereçado da cidade do Porto e foi redigido pelo punho de pessoa com pouca instrução, o nosso segundo exemplo, um cartão de visita, foi redigido por senhora culta, da alta sociedade do interior sul do continente americano.

O serviço dos Correios e Telégrafos entregou, na primavera de 1881, na casa de Seide, um sobrescrito contendo um vulgar cartão de visita com a impressão do nome «Maria Isabel Rosauro». Fora expedido da cidade de São Gabriel, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Brasil, e fizera mais de oito mil quilómetros, de um continente para outro, em direção a esta aldeia do Norte português, para apelar à sensibilidade do «ilustre sábio e maviosíssimo escritor» Camilo Castelo Branco (Anexo 36). Era um pequeno retângulo de papel com o conteúdo redigido em linhas cruzadas sobrepostas, para, assim, se aumentar a dimensão da mensagem. A caligrafia não apresentava oscilações: mantinha a firmeza e o desenho das palavras em cada uma das frases escritas na frente e no verso. A emoção de se dirigir ao romancista, que tão bem conhecia através da leitura das suas obras, não lhe fez tremer a pena nem a inibiu na revelação dos seus sentimentos. A leitora criara uma relação de proximidade com Camilo, que, não tendo dimensão física, se estabeleceu e plasmou unicamente por intermédio da Literatura. Poderemos imaginar as muitas horas em que Camilo lhe fez companhia com os seus textos, os muitos momentos em que a deve ter feito rir e chorar, as muitas situações em que a compensou emocionalmente da desfortuna de ser oferecida em casamento a quem poderia ser seu avô<sup>2689</sup>. E, porque assim o deixa transparecer, concluir que a leitora projetou as suas vivências pessoais no percurso das personagens criadas pelo ficcionista, em vários lances das suas narrativas.

A identificação pessoal com as histórias camilianas, pelas quais o escritor conseguira captar a desfortuna dos condicionalismos afetivos de Maria Rosauro, e interpretar os sonhos castrados ou as idealizações amorosas desfeitas de uma jovem, conferiam-lhe a liberdade

<sup>&</sup>lt;sup>2688</sup> Carta do Porto: 18 de maio, 19 maio 1916: 1.

<sup>&</sup>lt;sup>2689</sup> O marido chamava-se Inocêncio *Cócio*, nascido na República Oriental do Uruguai, em 1810, e falecido, em 1877.

e o direito de se dirigir a quem tão bem sabia falar dela na criação e desenvolvimento das personagens, fossem estas entidades inspiradas na vida real ou fruto da sua fértil imaginação.

Dizia o cartão:

Na frente:

Ao Ilustre Sábio e Maviosíssimo escritor Camilo Castelo Branco, saúda a sua mais constante e devotada admiradora

Maria Isabel Rosauro

São Gabriel — Província de São Pedro do Rio Grande do Sul — Brasil

No verso:

Senhor:

A mulher que de tão longe o saúda, tem também uma história de lágrimas, como Raquel dos Anos de Prosa. Seus pais a casaram aos 13 anos com um homem que tinha 59, era rico e em tudo igual a Manuel Pereira. Quinze anos viveu numa Fazenda do Sertão, uma amiga que sabia das suas amarguras, lhe emprestava as obras de Castelo Branco, que lhe foram a distração e consolação única nos longos e desesperados dias de 15 anos. Morreu-lhe o marido, e um dos seus primeiros cuidados foi mandar vir as obras completas do seu querido Autor, o consolador dos seus pesares, o homem que nos seus sublimes livros mostra-nos o Céu e manda aos infelizes sem culpas que esperem em Deus.

É a primeira vez que venho à Capital da minha Província, à Cidade de Porto Alegre; aproveito a oportunidade para mandar ao notável e dulcíssimo escritor um aperto de mão e dizer-lhe que neste cantinho do mundo existe uma mulher que adora o seu divino talento, e lhe pede uma lembrança — duas palavras escritas por seu punho bastam.

Porto Alegre, 15 de maio 1881<sup>2690</sup>.

Não é difícil crer que a mensagem do cartão tenha emocionado o romancista, que respondeu «à sua devotada e entusiasta admiradora»<sup>2691</sup>.

Em carta de 29 de outubro desse mesmo ano, Maria Rosauro agradeceu a missiva que Camilo lhe enviou na volta do correio. As suas palavras eram de enorme regozijo. Revelava que, junto à coleção que tinha de todos os livros do novelista comercializados no Brasil, colocara uma «caixa de prata», contendo a carta recebida de São Miguel de Seide: «V. Ex.ª acaba de realizar a minha maior ambição, o meu ardente desejo de muitos anos — que era possuir qualquer coisa que tivesse estado nas mãos de V. Ex.ª; hoje tenho mais do que eu ousava desejar [...]. Obrigada, mil vezes obrigada Senhor»<sup>2692</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2690</sup> C. a Camilo, de 15-05-1881. In *Acervo de Correspondência*, doação de Alberto Aurélio Veloso de Araújo, Casa de Camilo.

<sup>&</sup>lt;sup>2691</sup> C. a Camilo, de 29-10-1881. In CASTELO BRANCO, 1925: 153.

<sup>&</sup>lt;sup>2692</sup> C. a Camilo, de 29-10-1881. In CASTELO BRANCO, 1925: 153.

Que terá o escritor respondido na volta do correio? De que forma o romancista expressou a sua exultação por saber que a leitura dos seus textos era tão apreciada e tão sentida, em lugar tão longínquo? Como manifestou o seu júbilo por ver que os textos saídos da sua banca de trabalho eram uma reconfortante e iluminada companhia na solidão do sertão brasileiro? Desconhecemos<sup>2693</sup>.

Existiram, pelo menos, mais duas cartas enviadas por esta remetente para a aldeia de Seide, após o falecimento do escritor. Vinham dirigidas ao Visconde de São Miguel de Seide, e, em ambas, Maria Rosauro voltou a expor a sua adoração por Camilo Castelo Branco e pelas «suas divinas obras», que considerava terem sido o único consolo da sua vida de «infortúnio»<sup>2694</sup>:

Era uma adoração imensa, completa, que eu tinha pelo sábio escritor, pelo homem enfermo e alanceado de desgosto e que ainda assim, tão santas palavras de consolação dava aos infelizes, nos seus sublimes escritos. A sua morte foi-me um profundo golpe, e ocultei-o, para que me não escarnecessem, e dissessem que ele era uma estrela da primeira grandeza na Europa, e nem sabia que eu existia.

[...]

Continuo a viver em São Gabriel e aqui, creio que morrerei, tenho muitas flores e todos os livros e escritos de seu Ilustre Pai, com eles vou alumiando as horas escuras da minha vida<sup>2695</sup>.

Que melhor testemunho de admiração e de paixão sobre os seus trabalhos literários pode desejar ou ter um escritor de um leitor anónimo?

### 3.3.5. Morte e suicídio

Na mais tenra idade, a vida pôs Camilo em convivência muito próxima com os horrores da morte. O falecimento de sua mãe, quando ainda não havia completado 2 anos, deixou o coração da criança exposto a mais desassossegos, e apenas sob o manto protetor do afeto paterno.

Os efeitos de tão prematuro desamparo projetaram-se nas páginas da futura produção ficcional daquele menino. O romancista não se embaraçou em discorrer sobre os infortúnios de quem se viu, à saída do berço, privado do afago materno, numa profunda, e irrefutável, analogia dos episódios romanescos com esses factos autobiográficos<sup>2696</sup>. Na sua correspondência, isso veio a acontecer com mais contenção. Sentindo, embora, que ninguém como ele,

<sup>2693</sup> Desde 2015, que vimos encetando diligências, junto de vários organismos brasileiros, designadamente da cidade de São Gabriel, da Presidência da Confederação Nacional de Municípios do Brasil e da Biblioteca Nacional do Brasil, no sentido de encontramos a carta de resposta de Camilo a esta tão dileta leitora. Até hoje, nenhum contacto nosso obteve sucesso.

<sup>&</sup>lt;sup>2694</sup> C. a Nuno Castelo Branco, de 15-11-1895. In CASTELO BRANCO, 1925: 156-158.

<sup>&</sup>lt;sup>2695</sup> C. a Nuno Castelo Branco, de 18-06-1895. In CASTELO BRANCO, 1925: 154-156.

<sup>&</sup>lt;sup>2696</sup> Como exemplos, citamos: CASTELO BRANCO, 1865: 7-9; CASTELO BRANCO, 1968c: 59-60; CASTELO BRANCO, 1992: 49.

experienciara tão precoce desventura<sup>2697</sup>, em poucas situações desabafou aos seus destinatários epistolares sobre as mágoas e as consequências daquela perda. Lastimava-se que Deus, ao levá-la tão cedo da vida terrena, não tivesse permitido a sua mãe lançar-lhe na alma a «semente da religião», a qual, medrando com os benefícios dos desvelos maternos, mitigaria muitas das dores de que ele, então, padecia<sup>2698</sup>. Contava que as brincadeiras dos filhos, em torno do seu tálamo, lhe memoravam as brincadeiras, que inconscientemente promovera, ao redor do ataúde onde jazia sua mãe<sup>2699</sup>. E congratulava o destinatário, por este poder amimar a pessoa que primeiro o «comprimiu ao seio» e o consolava de amor, ao invés dele, em quem, por não ter conhecido mãe e ter perdido pai ainda no dilúculo da vida, se refletia, pelo tempo fora, a escassez dos afetuosos cuidados. Somar-se-ia a estas desgraças a ausência de corações familiares ou de amigos passíveis de o indemnizarem de tão lastimosas carências<sup>2700</sup>.

Aos 10 anos, a vida colocou-o diante de outro chocante cenário de morte: o passamento de seu pai. Na bibliografia camiliana, são várias as referências diretas ao desaparecimento paterno e as que acentuam a dimensão da solidão do órfão, sem a proteção dos progenitores ou do agasalho familiar, e à espera de que os acasos da fortuna o resgatassem da sofreguidão por corações extremosos. O carinho não chegava, ou, quando se acercava, não era o que ele aguardava com anseio<sup>2701</sup>.

Nos escritos ficcionais, sobressaem as suas dúvidas sobre as opções da benevolência divina, que o deixaram viver para ir capitalizando outros flagelos, quando, para o recompensar, lhe bastaria apenas deixá-lo partir ao encontro das saudosas e desejadas almas de seus pais<sup>2702</sup>; e aquela última frase, premonitória de um percurso de vida desafortunado, esculpida pela voz paterna, em letras de bronze, no pueril coração: «Que será de ti, meu filho, sem ninguém que te ame?»<sup>2703</sup>.

Na epistolografia, as alusões à triste ocorrência surgiram, em especial, quando se referia à demência do Jorge. O romancista atribuía a loucura a um atavismo indeclinável, uma espécie de fatalidade genética que fazia transmitir, de geração em geração, as qualidades e os defeitos que eram particulares dos antepassados da sua linhagem. O caso do filho era, assim, mais um elo que se unia à cadeia trágica da família, dado que seu pai, sua avó e duas tias tinham morrido sandeus<sup>2704</sup>. No grupo de familiares alienados, colocava o tio Simão, de *Amor de* 

<sup>&</sup>lt;sup>2697</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 09-10-1871. In CASTELO BRANCO, 2002: 395.

 $<sup>^{2698}</sup>$  C. a Gustavo Nogueira Soares, de 20-02-1861. In CASTELO BRANCO, 2002: 654.

<sup>&</sup>lt;sup>2699</sup> Pensamos tratar-se de um claro exagero de Camilo. Até aos 5 anos, a morte está ausente e corresponde a um desaparecimento. Entre os 5 e os 7 anos, a criança começa a dominar as noções de que a morte é um fenómeno irreversível e de que se trata de um estado em que cessam completamente todas as funções vitais, em resultado de uma causa. Entre os 10 e os 15, e consoante o nível de maturidade, interioriza que se trata de um fenómeno natural que atinge todos os seres vivos [Cf. In QUEIRÓS, 2014: 216].

<sup>&</sup>lt;sup>2700</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1876]. In CASTELO BRANCO, 2012: 202.

<sup>&</sup>lt;sup>2701</sup> CASTELO BRANCO, 1968c: 221.

<sup>&</sup>lt;sup>2702</sup> CASTELO BRANCO, 1959: 428-429.

<sup>&</sup>lt;sup>2703</sup> CASTELO BRANCO, 1864d: 14-15.

<sup>&</sup>lt;sup>2704</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 24-12-1880. In CASTELO BRANCO, 2012: 301; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 317-321; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO,

*perdição*, que não escapou ao estigma da loucura, e ele próprio, por se julgar capaz de, a qualquer momento, fazer parte do desarmonioso conjunto. Pelo estio de um ano não identificado, sentiu uma «intercadência negra», durante vários meses, o que o fez supor estar a franquear a porta pela qual entrava na posse da desventurada herança de insanidade legada por avó, pai e tias<sup>2705</sup>. Em outra ocasião, revelando ironia, dizia que, não estando tão demente como os seus ascendentes, era muito provável que desse estado não se salvasse. Se saísse incólume, era porque dissipara esse espólio «em doses homeopáticas» no transcurso da sua longa vida<sup>2706</sup>.

Outras vezes, surgiam desabafos sobre as consequências do óbito do pai, pois, segundo Camilo, foi nesse instante que se iniciaram os seus sofrimentos de alma<sup>2707</sup>. Depois de perdida a mãe, a dilacerante circunstância entronizava-o totalmente no estatuto de órfão, fazendo-o sentir-se desvalido e amaldiçoado. Desvalido, porque o Conselho de Família o desterrou das margens do Tejo para o interior Norte, onde achou pavorosa similitude entre a aspereza das agras montanhas e os corações descaridosos dos parentes mais próximos, legalmente obrigados a acolhê-lo. E amaldiçoado, porque, entre tantas sementes que vira desabrochar, quando no embrião elas pouco auguravam vicejar, só à dele fora envenenada a seiva da vida<sup>2708</sup>. Era desse «veneno» bebido, desde o lance da defunção paterna, que ele afirmava estarem os filhos «saturados»<sup>2709</sup>.

Porém, a mais surpreendente revelação, que cremos ser desconhecida dos biógrafos do romancista, é a que ele faz a um destinatário não identificado:

Não sei descrever-te o estado da minha pobre cabeça! Eu sofro imensas aflições morais. O suicídio tem-me preocupado a alma repetidas vezes há 8 dias. Suspeito bem que tarde ou cedo seja este o meu fim. É necessário que eu aceite esta herança que vem de longe. No dia 29 deste mês decorreram 24 anos que meu pai se suicidou. Desculpa esta expansão. Sofro horrivelmente<sup>2710</sup>.

Até hoje, e com base no que Camilo autobiografou<sup>2711</sup>, a morte de Manuel Botelho foi explicada por uma de duas causas: cólera ou congestão cerebral, provocada pela demência. Nestas razões se centraram os investigadores da sua biografia, sem que alguma vez se equacionasse ou se explorasse a hipótese de que a morte proviesse de um ato de natureza diferente.

Não encontrámos, na obra e na correspondência, qualquer outra afirmação acerca deste tremendo gesto paterno. O mesmo se verificou em documentação publicada pelos biógrafos, que é estéril sobre o tema e não vai ao encontro da afirmação do romancista.

<sup>2012: 330;</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1189-1190; C. a Gomes de Amorim, de 10-01-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 852-853.

<sup>&</sup>lt;sup>2705</sup> C. a Sena Freitas, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 775-776.

<sup>&</sup>lt;sup>2706</sup> C. a Gomes de Amorim, de 10-01-1880. In CASTELO BRANCO, 2002: 852-853.

<sup>&</sup>lt;sup>2707</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 58.

<sup>&</sup>lt;sup>2708</sup> CASTELO BRANCO, 1968c: 220.

<sup>&</sup>lt;sup>2709</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1877]. In CASTELO BRANCO, 2012: 242.

<sup>&</sup>lt;sup>2710</sup> MELLO, 1973: 121-122.

<sup>&</sup>lt;sup>2711</sup> CASTELO BRANCO, 1969a: 33-36; CASTELO BRANCO, 2001b: 82.

Os documentos transcritos por Ludovico de Menezes mostram que Manuel Botelho já se encontrava doente, por enfermidade não descrita, quinze dias antes do falecimento. Para cuidar dele, chamou-se enfermeira e, dado o agravamento do estado clínico, vieram observá-lo, nos dias subsequentes e por diversas vezes, um médico e um cirurgião. Apenas o médico, Manuel Pedro Gomes de Carvalho, no requerimento que apresentou para pagamento de honorários, e mais de um ano após a morte do paciente, diz expressamente que Manuel Botelho morreu de uma «moléstia» 2712, sem explicitar de que tipo. Conclui-se, de certa forma, que poderá não ter sido uma atitude voluntária do doente a pôr termo à vida, a menos que o sofrimento, provocado pela «moléstia», atingisse uma escala de desesperação que o levasse a antecipar o inevitável.

O pai de Camilo teve exéquias consentâneas com o seu estatuto social, as suas posses e a sua condição de católico batizado<sup>2713</sup>. Houve cerimónia na igreja da paróquia de Santa Justa, a devida «oferta» ao prior, «acompanhamento de sege» e inumação em cova particular no cemitério do Alto de São João, amortalhado com o hábito de São Francisco<sup>2714</sup>.

Regra geral, um católico suicida não podia ter um funeral eclesiástico. Sabe-se que, até ao século XIX, «os moralistas laicos e os ateus mostram-se tão hostis como a Igreja à prática do suicídio»<sup>2715</sup>. A hostilidade deriva do pressuposto de que a vida, confiada por Deus ao Homem, é inviolável. Compete a este preservá-la e perpetuá-la, por ser seu administrador e não seu dono. Atentar contra ela constitui pecado grave e ofensa a Deus, em parte atenuado, nomeadamente, perante o desespero ou perturbações psíquicas<sup>2716</sup>.

Eram tempos de grande rigidez interpretativa dos preceitos da Igreja, ainda que pudesse haver, nessa interpretação, um pouco mais de flexibilidade por parte do clero nos núcleos urbanos do que nas pequenas povoações, sobretudo do interior Norte. Além do mais, em espaço urbano, o suicídio seria de mais fácil encobrimento. É difícil, na verdade, apurar se os familiares ocultaram a tragédia, ou se, por proximidade ao sacerdote ou por influências especiais da família do falecido, o prior agiu de modo complacente.

A morte por suicídio coloca-nos ainda duas questões. Na primeira metade de oitocentos, o suicídio «é considerado uma forma de loucura» e impunha «silêncio»<sup>2717</sup>. Na correspondência consultada, Camilo refere, por cinco vezes, que seu pai faleceu «doido»<sup>2718</sup>. Ora se, nas antevésperas e vésperas da morte, Manuel Botelho falou com um amigo e os filhos com lucidez

<sup>&</sup>lt;sup>2712</sup> MENEZES, 1924-1925: III, 2-5.

<sup>&</sup>lt;sup>2713</sup> MENEZES, 1924-1925: I, 110-111.

<sup>&</sup>lt;sup>2714</sup> MENEZES, 1924-1925: III, 28-31.

<sup>&</sup>lt;sup>2715</sup> SARAIVA, PEIXOTO, SAMPAIO, coord., (2014): 10.

<sup>&</sup>lt;sup>2716</sup> Catecismo da Igreja Católica, [20--].

<sup>&</sup>lt;sup>2717</sup> SARAIVA, PEIXOTO, SAMPAIO, coord., (2014): 10.

<sup>&</sup>lt;sup>2718</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 24-12-1880. In CASTELO BRANCO, 2012: 301; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1882]. In CASTELO BRANCO, 2012: 317, 321; C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 27-07-1886. In CASTELO BRANCO, 2012: 330; C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1189-1190; C. a Ricardo Jorge, sem data. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1328, Casa de Camilo.

de espírito<sup>2719</sup>, porque insiste Camilo na ideia da demência? Significará isso que o pai pusera intencionalmente fim à vida, e que o gesto justificava o silêncio do filho condoído? Substituiu Camilo a palavra «suicida» pela de «doido», de acordo com o que impunham as convenções morais, ou teve pudor, diremos mesmo vergonha, em se expor como filho de um suicida? O segundo aspeto a merecer-nos atenção é o facto de Manuel Botelho ter sido sepultado em cemitério público. Sabemos que a Igreja Católica, em caso de suicídio, proibia o enterro em espaço sagrado. Se a Rua dos Douradores, onde pereceu, pertencia à freguesia e paróquia de Santa Justa e Rufina, porque foi o pai de Camilo enterrado no cemitério do Alto de São João, e não em cemitério paroquial correspondente? Resultaria a circunstância da aplicação dos decretos liberais de 21 de setembro e de 8 de outubro de 1835?

Seguindo «o espírito das leis de saúde francesas do princípio do século» <sup>2720</sup>, a legislação cemiterial pretendia acabar com uma «prática obscurantista», segundo a qual as almas se glorificariam se os respetivos corpos repousassem, no interior dos templos, junto das imagens dos santos. Passou a ser obrigatório sepultar os defuntos em cemitérios públicos, e os párocos infratores incorreriam em penalizações pesadas se aprovassem enterros em igrejas ou nos adros <sup>2721</sup>. Tendo o pai de Camilo falecido em 1835, será que já estava a ser aplicada a legislação de setembro/outubro desse ano? Parece-nos pouco provável, se também pensarmos na resistência que a Igreja e a população desencadearam contra a legislação sobre os enterros.

A referência de Camilo acerca do suicídio paterno deixa em aberto a possibilidade de a tragédia ser a causa do falecimento. A informação de que dispomos faz-nos pensar que só uma grave ou perturbante razão levaria Manuel Botelho a esquecer-se de que, à sua morte, as crianças não tinham outro apoio familiar, e que o seu desaparecimento seria, para elas, verdadeiramente demolidor. Aliás, como veio a acontecer. O pai, que se mostrara e comprovara extremoso na educação de Carolina e de Camilo, e que se revelara preocupado com o futuro dos filhos, a ponto de os perfilhar para lhes assegurar o direito à sucessão da sua herança, só cometeria, de facto, tão terrível ato, numa espiral de desespero e de turbação.

A morte, essa pesada e perturbadora herança emocional recebida, desde logo, na aurora da existência, foi aumentando inevitavelmente o seu indesejável histórico, e afetando Camilo, com uma regularidade aflitiva. De vez em quando, surgia a dar-lhe «um beijo dos da sua lavra, e retira[va]-se»<sup>2722</sup>, não sem antes levar consigo familiares mais próximos<sup>2723</sup> e amigos muito prezados, como referimos no subcapítulo «3.3.2. Os seus amigos». Baldeado de morte em morte, cada queda de uma personagem da sua «comédia»<sup>2724</sup> fazia-o experienciar novos

<sup>&</sup>lt;sup>2719</sup> MENEZES, 1924-1925: III, 1-2.

<sup>&</sup>lt;sup>2720</sup> CATROGA, 1993: 596.

<sup>&</sup>lt;sup>2721</sup> Cf. CATROGA, 1993: 599.

<sup>&</sup>lt;sup>2722</sup> C. a Guiomar Torresão, sem data. Trechos literários de Alexandre Herculano [...], 1910: 65.

<sup>&</sup>lt;sup>2723</sup> Lembremos Joaquina Pereira de França (1826-1847) e a filha Rosa (1843-1848), o enteado Manuel Plácido (1858-1877), a nora Maria Isabel Macedo (1865-1884), a neta Maria Camila (1883-1884) e a mãe de Bernardina Amélia, Patrícia Emília de Barros (1826-1885).

<sup>&</sup>lt;sup>2724</sup> C. a Manuel Negrão, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 881-882.

padecimentos, abria-lhe a represa, onde tinha sustidas as amarguras, e convencia-o de que acabavam por ser mais infelizes aqueles que a morte guardava para o fim, para se irem «sentindo morrer nas vidas que se apaga[va]m»<sup>2725</sup>.

Ao despovoar-lhe tudo em seu redor<sup>2726</sup>, a Providência testava-lhe a resistência às emoções intensas, desgastava-lhe as fibras nervosas e produzia nele indisfarçável tristeza e profunda saudade.

Na curvatura que modela as perdas de familiares e de amigos do seu mais apertado círculo de afetos, um dos picos de maior sofrimento aconteceu com a morte da neta Camila, uma «criancinha» que lhe enflorava e iluminava o declinar da vida, atenuando-lhe a inclinação «desta ravina em que vou resvalando como um pedaço de carcomida árvore rolada no enxurro»<sup>2727</sup>.

Cortado de dores, recebeu com lágrimas a triste morte. A dor feriu o coração de avô<sup>2728</sup> e fê-lo derramar, em algumas laudas, as angústias que lhe apertavam a alma. No refúgio da escrita, encontrou, mais uma vez, algum bálsamo para tentar ultrapassar a enorme infelicidade, e redigiu a comovente poesia *A minha neta* (Anexo 32). Não será excessivo afirmar que o coração de Camilo reviveu as tragédias do falecimento do seu enteado, Manuel Plácido, e da sua neta, quando, três anos depois, compôs o soneto *A maior dor humana*<sup>2729</sup>, em solidariedade com a desdita de Teófilo Braga, a quem, num intervalo de poucos meses, o vagalhão da morte sepultou dois filhos. É até possível que, quatro décadas depois de ter descido à sepultura, em Friúme, a sua filha Rosa, ele aproveitasse, de forma dissimulada, a infausta oportunidade, para se redimir do silêncio emocional que sempre manteve sobre o caso. E, assim, mostrar, aos que soubessem ler nas entrelinhas dos versos que também ele, aos 23 anos, tal como Teófilo aos 44, vivenciou, que o desaparecimento de um filho constitui a maior das dores infligidas ao ser humano.

A presença da morte, como condição fatal da vida<sup>2730</sup>, conglomerou-se muito cedo em Camilo com a ideia do suicídio. Terá sido pelos 14 anos que o seu espírito se identificou com «esta palavra consubstanciada em todos os [seus] pensamentos», pois a sequência de infortúnios de que fora alvo, até aí, figurava-lhe na imaginação um futuro nubloso e triste. Depois, cada contrariedade insofrível avivava-lhe na mente a ideia de se matar, fazendo-o equacionar esse refrigério consolador para o cérebro em brasa<sup>2731</sup>.

Na correspondência, Camilo nem sempre atribui às mesmas idades a data em que previu suicidar-se. Quando a cegueira tinha já protagonismo entre os seus múltiplos problemas,

<sup>&</sup>lt;sup>2725</sup> C. a Luís Barbosa e Silva, de 28-02-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 1077-1078.

<sup>&</sup>lt;sup>2726</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 158.

<sup>&</sup>lt;sup>2727</sup> C. a Joaquim Ferreira Moutinho, de 27-2-1886. In CABRAL, 1924: 114-118.

<sup>&</sup>lt;sup>2728</sup> CHAVES, ed., 2002:161.

<sup>&</sup>lt;sup>2729</sup> DEUS, 1889: 9-10.

<sup>&</sup>lt;sup>2730</sup> C. ao padre Casimiro J. Vieira, de 09-03-1880. In CASTELO BRANCO, 1994: 856; C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 697-698.

<sup>&</sup>lt;sup>2731</sup> PIMENTEL, 1923: 112.

confessava que este término se lhe apresentou, desde os 18 anos, como uma «evasiva» necessária, mesmo desconhecendo que o móbil da tragédia pudesse ser a falta de visão<sup>2732</sup>. Numa declaração, em 1888, afirmava que a previsão de tal desfecho o sobraçou pelos 30 anos:

Esta deliberação de me suicidar vem de longe como um pressentimento. Previ, desde os 30 anos, este fim. Receio que chegado o supremo momento, não tenha a firmeza de espírito para traçar estas linhas. Antecipo-me à hora final. Quem puder ter a intuição das minhas dores, não me lastime. A minha vida foi tão extraordinariamente infeliz que não podia acabar como a da maioria dos desgraçados<sup>2733</sup>.

Por finais dos anos de 1840, dois amigos de Camilo, Manuel Negrão e José Augusto, terão evitado a tentativa de suicídio do escritor<sup>2734</sup>. Para os biógrafos camilianos, os motivos da deliberação de se propinar com morfina encontravam-se, com muitas certezas, em tribulações amorosas: ou na inconsequência das relações com Felicidade Couto Browne, ou na paixão que já despertara por Ana Plácido<sup>2735</sup>. Mas Aquilino Ribeiro desvia-se totalmente desta interpretação. A tentativa é uma falácia, porque se Camilo possuía, então, setenta libras, uma quantia muito considerável para a época, o mais certo é que «estafasse» primeiro o dinheiro antes de se matar<sup>2736</sup>. O escritor de Sernancelhe interpretou de forma ligeira, ou até desgraciosa, o episódio. Estava seguro de que a existência de dinheiro podia ser o freio anulante dos impulsos suicidários.

Em Camilo, é-se tentado, como se verificou com Aquilino, a imaginar que a solução do suicídio surgia quando o escritor enfrentava dificuldades de ordem monetária. Não é linear supor que a estabilidade financeira fosse razão suficiente para estimular o sentimento de se manter vivo ou que, em sentido inverso, as carências económicas se assumissem como fundamento bastante para pôr fim à existência. Sabemos que as queixas sobre os problemas financeiros eram constantes e é provável que tais constrangimentos fizessem passar diante dos seus olhos, por uma vez ou outra, a alternativa do desenlace fatal. Mas quando, pelo ano de 1859, escreve a Faustino Xavier de Novais pedindo-lhe que patrocinasse a sua ida para o Brasil, onde pensava, à custa de «trabalho assíduo» e «honesto», procurar garantir a subsistência para a esposa de Pinheiro Alves e para «um filhinho [da] infeliz Senhora», Camilo confessa

<sup>&</sup>lt;sup>2732</sup> C. a Martins Sarmento, de 12-10-1887. In CASTELO BRANCO, 1994: 745.

<sup>&</sup>lt;sup>2733</sup> Declaração a destinatário não identificado, de 22-11-1888. In CASTELO BRANCO, 2002: 1149-1150.

<sup>2734</sup> CASTRO, 1861: 46-48.

<sup>&</sup>lt;sup>2735</sup> Seria, porém, de estudar a relação desta tentativa de suicídio, se a houve, com o facto de Joaquina Pereira de França, a primeira mulher de Camilo, ter sido sepultada em Ribeira de Pena, no ano de 1847, e da filha de ambos, Rosa, ter tido idêntico destino, nos inícios do ano seguinte. Não cremos que as mortes de mulher e filha tenham deixado Camilo indiferente. É bem possível que o tenham impressionado o bastante para se sentir culpado, e até com remorsos, sobretudo no que se refere a Joaquina. Se ela era filha de um comerciante local com alguma importância na região, qual a razão para o pároco de São Salvador exarar no Livro de Assento de Óbitos que Joaquina fora «enterrada como pobre»? Poder-se-á equacionar se, ao ser abandonada por Camilo, o desgosto pessoal, a rejeição ou os maus-tratos paternos e a desconsideração social consequente a terão levado ao suicídio.

<sup>&</sup>lt;sup>2736</sup> RIBEIRO, 1957: 228.

perentoriamente: «Entre o suicídio e este recurso, preferi o menos desgraçado dos expedientes»<sup>2737</sup>. Malgrado as circunstâncias monetárias críticas, matar-se não seria a escapatória para desgraças desta categoria.

O que a epistolografia camiliana comprova é que, nos momentos em que se digladiam nas convulsões do pensamento a vontade de morrer e a opção de viver, o dinheiro não tem primazia sobre a primeira resolução. Ou seja, contrariamente ao que é vulgar afiançar-se, é nulo o ascendente ou a dimensão redentora do dinheiro sobre as lucubrações que o levam a ponderar a prática da morte voluntária. Primeiro, porque não nos apareceu qualquer afirmação explícita de que se mataria devido a precaridade económica. Segundo, porque, ao olharmos para o gráfico da correspondência referente aos anos em que são mencionados os sofrimentos físicos e as consternações morais que o podiam levar à resolução de se matar, constatamos que, em períodos de grande produção literária (1860-1870<sup>2738</sup>, 1872-1875<sup>2739</sup> e 1882-1886<sup>2740</sup>), Camilo quase não alude ao suicídio.

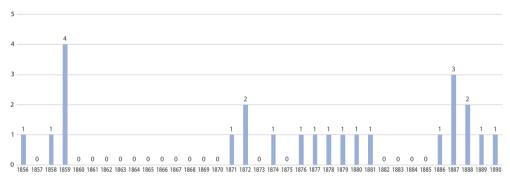


Fig. 18. Número de referências à intenção de suicídio na correspondência consultada e datada de Camilo Fonte: base de dados

Neste intervalo de tempo, excetuam-se os anos de 1872, 1874 e 1886, nos quais as referências ao suicídio são motivadas pelo facto de o escritor estar a passar uma fase de misantropia<sup>2741</sup>, de tédio<sup>2742</sup>, de agravamento da visão e de zoada dos ouvidos<sup>2743</sup>.

Não foram as carências financeiras que o encaminharam para o suicídio. O que o faz aludir à fatal solução é a escassez de trabalho ou a impossibilidade de trabalhar: «Em meio de

<sup>&</sup>lt;sup>2737</sup> CHAVES, ed., 2002: 22.

<sup>&</sup>lt;sup>2738</sup> Entre 1860 e 1870, publicou 53 títulos originais, correspondentes a 55 volumes.

<sup>&</sup>lt;sup>2739</sup> Entre 1872 e 1875, publicou doze títulos originais, correspondentes a catorze volumes, sendo que um dos títulos é composto por doze fascículos (CASTELO BRANCO, 1874e). Escreveu, ainda, a primeira das *Novelas do Minho* (*Gracejos que matam*, 1875) e dois dos três volumes de *A caveira da mártir* (1875).

<sup>&</sup>lt;sup>2740</sup> Entre 1882 e 1886, publicou catorze títulos originais, correspondentes a quinze volumes, sendo que *A Questão da Sebenta* compreende cinco folhetos e que *Serões de São Miguel de Seide* é composto por seis fascículos.

<sup>&</sup>lt;sup>2741</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 14-10-1872. In CASTELO BRANCO, 2002: 424.

<sup>&</sup>lt;sup>2742</sup> C. ao 1.º Barão de Paçô-Vieira, de 09-12-1874. In PAÇÔ-VIEIRA, ed., 1917: 17.

<sup>&</sup>lt;sup>2743</sup> C. a Eduardo da Costa Santos, de [1886]. In CASTELO BRANCO, 1994: 916-917.

dores, de insónias, de desfalecimentos, escrevo sempre» <sup>2744</sup>. A ocupação do trabalho de escrita era o seu maior paliativo, a melhor forma de se remir de muitos dos seus males.

Os motivos que mais lhe atormentavam o espírito e para os quais considerava encontrar no ato do suicídio a paz ambicionada, expôs-nos Camilo na já referida declaração de 1888:

Os incuráveis padecimentos que se vão complicando todos os dias levam-me ao suicídio — único remédio que lhes posso dar. Rodeado de infelicidades de espécie moral, sendo a primeira a insânia de meu filho Jorge, e a segunda os desatinos de meu filho Nuno, nada tenho a que me ampare nas consolações da família. A mãe destes dois desgraçados não promete longa vida; e, se eu pudesse arrastar a minha existência até ver Ana Plácido morta, infalivelmente me suicidaria<sup>2745</sup>.

Preocupava-o a doença de Ana Plácido, «cuja lesão no coração»<sup>2746</sup>, diagnosticada em 1877, poderia, de um momento para o outro, deixá-lo sem a pedra angular de um edifício familiar, frágil na estrutura de afetos e exigente na tarefa de conjugação harmoniosa de feitios e personalidades tão díspares. Se o romancista se visse privado daquela «alma de ferro»<sup>2747</sup>, do elo emocionalmente mais forte e estável da sua pequena família, matar-se-ia, pois considerava ser o único remédio e a melhor forma de evitar sofrimentos maiores<sup>2748</sup>.

Outro grande *leitmotiv* das preocupações do romancista era a demência do Jorge. Em dado momento, as agitações da doença mental faiscaram no «cérebro queimado»<sup>2749</sup> deste filho querido a ideia do suicídio. Camilo e Ana levaram-no para Viana, na esperança de o arrancar «das suas visualidades»<sup>2750</sup>. Jorge regressou melhor a Seide, e deixou de se referir a essa circunstância. Mas a insistência com que o filho defendia a proposição de que «a morte é o único céu admissível para os homens infelizes» fazia o pai temer o pior<sup>2751</sup>.

A insanidade de Jorge era complementada pelas atitudes indecorosas e irresponsáveis do filho Nuno. Tal como já fizemos alusão, este descendente também contribuía, em larga escala, para o agravamento das inquietações do viver em São Miguel de Seide.

De todos os padecimentos físicos de Camilo, a doença dos olhos era-lhe a mais preocupante. Fazia-o pensar e afirmar: «logo que de todo cegue, suicido-me»<sup>2752</sup>.

O receio de perder a vista instalou-se, muito cedo, na sua mente, com todos os imagináveis horrores para quem considerava a leitura uma das suas poucas distrações e para quem extraía da escrita a sua única fonte de rendimentos:

```
<sup>2744</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 17-18.
```

 $<sup>^{2745}</sup>$  Declaração de 22-11-1888. In CASTELO BRANCO, 2002: 1149-1150.

<sup>&</sup>lt;sup>2746</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 06-11-1877. In CASTELO BRANCO, 2012: 249.

<sup>&</sup>lt;sup>2747</sup> C. a José Barbosa e Silva, de [1859]. In CABRAL, ed., 1984b: 77.

<sup>&</sup>lt;sup>2748</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 06-11-1877. In CASTELO BRANCO, 2012: 249.

<sup>&</sup>lt;sup>2749</sup> CASTELO BRANCO, 1890a: 47.

<sup>&</sup>lt;sup>2750</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 18-08-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 1163.

<sup>&</sup>lt;sup>2751</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 18-08-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 1163.

<sup>&</sup>lt;sup>2752</sup> C. a Tomás Ribeiro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 1214-1215.

Principiei a sofrer há trinta e cinco anos os prenúncios desta desgraça. As diplopias, as oftalmias, os escurecimentos súbitos de visão, as mouches, as perturbações na leitura e na escrita, a necessidade de muita luz artificial, a falta de acuidade para ver os objetos de noite, todas estas alternativas eram preparativos para esta calamidade que subitamente me feriu. Dizia-me o especialista Plácido, há um ano, que a minha cegueira vinha preparada de longe. V. Ex.ª viu judiciosamente que a causa eficaz dos meus padecimentos locais e gerais era o herpetismo. Lutou durante 4 meses contra esse inveterado cancro que me corroeu 40 anos. Baldou-se tudo porque já não era possível depurar o sangue de um velho de 64 anos<sup>2753</sup>.

Chegado a este ponto doloroso, morrer deixou de lhe causar assombro<sup>2754</sup>. Passara o tempo em que as brincadeiras felizes dos filhos à sua volta, a respirarem «a [sua] negra atmosfera», lhe faziam ter pavor da morte<sup>2755</sup>. Agora, perante a comprovada esquizofrenia do Jorge, as estroinices do Nuno, a doença cardíaca de Ana Plácido e a sua cegueira, a «noite eterna»<sup>2756</sup> até se apresentava como uma consoladora perspetiva. O triste panorama doméstico só podia vaticinar-lhe uma velhice cheia de mortificações, provida de saudades pungentes e preenchida de grandes dissabores familiares<sup>2757</sup>. Deixou de se confessar uma pessoa destemida para enfrentar qualquer «borrasca», nem se apresentava já com a determinação de um «frade de sabugo», que persistia em pôr-se de pé, fosse vigoroso ou brando o impacto da contrariedade que o tentasse tombar. Iam longe os tempos em que, perante «o pensamento consolativo do suicídio»<sup>2758</sup>, Camilo recorria à subtil ironia para garantir a Feliciano de Castilho que não se mataria diante de qualquer desânimo. Preferia, então, manter-se vivo para ajudar o amigo «na limpeza destas cavalhariças», contribuindo, com quanto em si houvesse, na peleja contra os que tencionavam «asselvajar» os portugueses<sup>2759</sup>.

Nos últimos anos de vida, Camilo e Ana mudaram-se para as águas-furtadas da casa de Nuno, fronteira à casa amarela, por esta não lhes oferecer as melhores condições de habitabilidade e de conforto (Anexo 34). Se dentro de portas poucas razões havia que lhe aliviassem os padecimentos do corpo e as desolações do espírito, ao vislumbrar das largas janelas do antigo chalé de Silva Pinto a deterioração da velha casa onde ouvira, em noites ventosas, o rumorejo dos pinhais circundantes, Camilo convencia-se de que «em breve passar[ia] o vandalismo da morte, e volvidos dez anos isto estar[ia] ermo como um chavascal» 2760.

<sup>&</sup>lt;sup>2753</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 912-914.

<sup>&</sup>lt;sup>2754</sup> C. a Luís Barbosa e Silva, de 28-02-1882. In CASTELO BRANCO, 1994: 1077-1078.

<sup>&</sup>lt;sup>2755</sup> C. a J. C. Vieira de Castro, sem data. In CASTELO BRANCO, 1994: 502.

<sup>&</sup>lt;sup>2756</sup> C. a António Feliciano de Castilho, de 15-06-1874. In CASTELO BRANCO, 2002: 451-452.

<sup>&</sup>lt;sup>2757</sup> C. a Bernardina Amélia, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 37-38.

<sup>&</sup>lt;sup>2758</sup> «O pensamento consolativo do suicídio adeja nas minhas insónias causadas por dores que me ferram dos ossos e os estorcem. Isto é rasteiro para se dar conta à posteridade do suicídio de um sujeito notável na sua freguesia» (C. a António Feliciano de Castilho, de [17-10-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 425-426).

<sup>&</sup>lt;sup>2759</sup> C. de [17-10-1872]. In CASTELO BRANCO, 2002: 425-426.

<sup>&</sup>lt;sup>2760</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de 07-07-1881. In CASTELO BRANCO, 2012: 305.

Sobravam, porém, algumas forças para reagir contra o efeito que tinha, na sua atribulada e angustiada existência, aquele espetáculo de destruição do «altar» onde criou obras-primas dignas da maior veneração para o culto dos seus muitos leitores. Essas poucas forças ia Camilo buscá-las a uma réstia de esperança de que não perderia totalmente a vista. Consultou desesperadamente vários médicos<sup>2761</sup> e, na sua casa de Seide, recebeu a visita de oftalmologistas de renome, como atrás se referiu.

Ainda que a autorizada opinião de Gama Pinto não oferecesse contraditório, quis, ainda, ouvir outra opinião, tal como procedeu em diversas fases da vida, quando se encontrava enfermo. Camilo estava consciente da impossibilidade de se «operar o milagre»<sup>2762</sup> da recuperação da vista de outros tempos. Mas quem poderia negar a alguém desesperado que canalizasse a última réstia de esperança para a visita e a opinião do doutor Edmundo de Magalhães Machado? Talvez o oftalmologista de Aveiro lhe pudesse proporcionar uma derradeira solução: «descondensar a treva, que haverá dois meses se fez completa nos meus olhos»<sup>2763</sup>. Suplicar a vinda do médico a Seide era esgotar a última possibilidade de se guindar do estado de prostração a que o arremessaram tantas contrariedades, assiduamente renovadas e agravadas. A missiva que lhe enviou é um dramático e comovente cólofon de uma vida, o último grito de compreensível desespero de alguém que postulava o derradeiro tratamento, redentor do suicídio:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Sou o cadáver representante de um nome que teve alguma reputação gloriosa neste país, durante 40 anos de trabalho.

Chamo-me Camilo Castelo Branco e estou cego.

Ainda há quinze dias podia ver cingir-se a um dedo das minhas mãos uma flâmula escarlate. Depois, sobreveio uma forte oftalmia que me alastrou as córneas de tarjas sanguíneas.

Há poucas horas ouvi ler no «Comércio do Porto» o nome de Vossa Excelência. Senti na alma uma extraordinária vibração de esperança.

Poderá Vossa Excelência salvar-me? Se eu pudesse, se uma quase paralisia me não tivesse acorrentado a uma cadeira, iria procurá-lo. Não posso. Mas poderá Vossa Excelência dizer-me o que devo esperar desta irrupção sanguínea nuns olhos em que não havia até há pouco uma gota de sangue?<sup>2764</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>2761</sup> Entre estes, esteve Sousa Martins, que o observou por diversas vezes. Os termos em que Camilo se lhe dirigiu, talvez em 1888, já eram reveladores do seu estado de ceticismo quanto às melhoras da visão: «Recorro a V. Ex.ª como o faria a Deus, se a desgraça me não houvesse delido totalmente a fé. / Levantei-me hoje completamente cego. / Não posso arrancar do seio destas trevas o menor traço de coisa em que apareça o simulacro de luz. Não posso respirar. No estômago um espasmo que sobe até me estrangular na garganta. Estou perdido. Resta-me só que V. Ex.ª, pondo de parte a compaixão, me diga que realmente estou perdido. Esta agonia despedaça-me. Venha V. Ex.ª logo que possa dar-me algum alento ou um desengano que me dê força para acabar com a vida. / Dito esta carta na maior desesperação, e coberto de lágrimas» (C. a Sousa Martins, de [1889]. In CASTELO BRANCO, 2002: 1117).

<sup>&</sup>lt;sup>2762</sup> C. a Joaquim de Melo Freitas, de 26-05-1890. In CASTELO BRANCO, 2002: 1083-1084.

<sup>&</sup>lt;sup>2763</sup> C. a Joaquim de Melo Freitas, de 26-05-1890. In CASTELO BRANCO, 2002: 1083-1084.

<sup>&</sup>lt;sup>2764</sup> C. de 21-05-1890. In CASTELO BRANCO, 1994: 910-911.

As observações feitas pelo doutor Edmundo de Magalhães Machado confirmaram diagnósticos anteriores, e as suspeitas, eram mais certezas, de Camilo sobre a irremediável enfermidade dos seus olhos. Não temia a morte, mas a cegueira horrorizava-o<sup>2765</sup>. Por isso, as sugestões terapêuticas foram o golpe de misericórdia no paciente desesperançado e esgotado das ludibriosas propostas de tratamento daqueles que o poupavam à verdade<sup>2766</sup>.

Sentia-se «perdido», entregue à sua sina de infortúnio e julgava-se abandonado por médicos e amigos<sup>2767</sup>. Por mais curto que fosse cada momento da vida, esses períodos tornavam-se extensos tempos de inferno. A solidão, o desamparo, as dores do corpo e o desmoronamento, dia a dia, da sua vulnerável estrutura emocional encerravam-lhe as «avenidas de esperança» que o poderiam conduzir a estados emocionais menos abafados pela amargura<sup>2768</sup>. Não era mais possível esconderem-lhe a verdadeira dimensão do problema, nem convencê-lo de que a cegueira «resultava dum esgotamento nervoso» e que lhe exigia «paciência» e «resignação». Os tratamentos projetados, «consistindo na dieta», não lhe traziam conforto algum<sup>2769</sup>. A débil saúde despojou-o do maior dos seus sentidos, a visão, impedindo-o que se dedicasse à leitura e se entregasse à atividade da escrita: as duas superiores ocupações do seu intelecto, em mais de quarenta anos de intensivo trabalho de criador literário.

Na convergência para o derradeiro ato, concorriam outros problemas e angústias. Receava o pior desenlace cardíaco de Ana Plácido, torturava-o a loucura de Jorge, e vivia, desde há muito, inquietado com os desvarios de Nuno. Perdeu, vítimas de tuberculose, a nora Isabel Macedo e a neta, e matou-se, nos inícios de 1890, um dos seus amigos de sempre, Júlio César Machado.

Na decisão de desfechar o tiro, interferiam também diagnósticos de foro psiquiátrico: o romancista era um «nevropata hereditário» e existia na sua família a «dupla tradição da vesânia e do suicídio»<sup>2770</sup>. E, nesta matéria, é da maior importância ter em conta, entre as justificações plausíveis para a morte de Camilo, a hipótese, ou a possibilidade efetiva, de o romancista ter transportado, ao longo da vida, o doloroso estigma do suicídio de seu pai. Comprovavam-se as palavras de Ana Plácido: «há momentos na vida que assolam uma existência inteira»<sup>2771</sup>.

Algo o fez desejar ir morrer na moradia onde, durante vinte e sete anos de trabalho, fruíra a felicidade, a independência e a honra, bens que ele só tardiamente soube apreciar<sup>2772</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2765</sup> PINTO, 1910: 75-76.

<sup>&</sup>lt;sup>2766</sup> Ana Plácido escreveu uma carta, ditada por Camilo, que tinha como destinatário José Luciano de Castro. Em *post scriptum*, sem que o marido soubesse, Ana Plácido formulou o seguinte pedido ao eminente político: «Fui forçada a escrever esta carta. Camilo quer saber o que tantos esforços me tem custado a ocultar-lhe. Peço a V. Ex.ª todo o cuidado na resposta. É só para ele, e é forçoso iludi-lo, desgraçadamente» (C. de 29-07-1888. In CABRAL, 1939: 77-78).

<sup>&</sup>lt;sup>2767</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 912-914.

<sup>&</sup>lt;sup>2768</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 914.

<sup>&</sup>lt;sup>2769</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 05-07-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 1208-1209.

<sup>&</sup>lt;sup>2770</sup> LEMOS, 1974: 354.

<sup>&</sup>lt;sup>2771</sup> PLÁCIDO, 1863: 104.

<sup>&</sup>lt;sup>2772</sup> C. a Freitas Fortuna, sem data. In CASTELO BRANCO, 2002: 912-914.

E, pelas 15 horas e 15 minutos do dia 1 de junho de 1890, quando o médico de Aveiro descia os doze degraus da escadaria exterior da casa de Seide, acompanhado por Ana Plácido, o romancista cortou, com uma bala de revólver, o ténue fio que ainda o prendia à vida.



Fig. 19. Revólver utilizado por Camilo para pôr termo à vida Fonte: acervo da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa (Porto)

O estampido da bala com a qual Camilo pôs termo à vida entoou o último grito de protesto de um homem desprovido de forças de qualquer ordem para enfrentar o trágico infortúnio que lhe transformara em escuridão eterna os últimos tempos da existência: «Fez-se [...] na minha alma uma noite escura que nunca mais terá aurora»<sup>2773</sup>. A má fortuna manteve-o, porém, na antecâmara da morte, até soarem, na torre do presbitério da aldeia as cinco badaladas daquela trágica tarde de domingo<sup>2774</sup>. A árvore da esperança, no outono da vida, deixava cair as únicas folhas que ainda a revestiam. E Camilo escrevia, com esse terrível gesto, o último capítulo da sua vida e da sua obra.

O periódico «A Nação» dava a notícia na primeira página: «*Camilo Castelo Branco /* Este nome é hoje riscado da lista dos vivos. Riscou-o este, por sua mão, praticando o suicídio»<sup>2775</sup>.

Os restos mortais foram levados para o Porto e, após as exéquias celebradas na Igreja da Lapa, depositados no cemitério contíguo. Cumpriu-se, desse modo, a vontade expressa por Camilo de que o seu cadáver, doado a Freitas Fortuna, repousasse no jazigo da família deste extremoso amigo:

<sup>&</sup>lt;sup>2773</sup> C. a Tomás Ribeiro, de 05-07-1888. In CASTELO BRANCO, 1994: 1208-1209.

<sup>&</sup>lt;sup>2774</sup> MOUTINHO, 2009: 406-409.

<sup>&</sup>lt;sup>2775</sup> «A Nação», 3 jun. 1890: 1.

Começo a experimentar uma espécie de afeto póstumo ao meu cadáver. Tão-pouco me apreciei na vida, tão-pouco cabedal fiz da minha saúde, que já agora me quer parecer, que este amor ao que nada vale é retribuição devida a esta matéria, que me há de sobreviver alguns anos aviventada pela engrenagem da putrefação.

Deste afeto extraordinário mas, não excecional, resultou dizer-lhe eu, meu querido amigo, quer falando, quer escrevendo, que aspirava fervorosamente a ser sepultado no seu jazigo da Lapa.

É bem certo que, para além da campa, há o quer que seja que ainda nos prende às coisas mortais<sup>2776</sup>.

Receando que alguma «fatalidade póstuma» viesse a aproveitar-se dos seus restos mortais e a exercer sobre estes uma violência que não aprovava, o romancista exprimiu ainda outro desejo. Rogava a Freitas Fortuna que nenhuma «força ou consideração» pudesse obter a sua permissão de retirar as suas cinzas da capela onde ele desejava ficar sepultado para sempre<sup>2777</sup>, e requeria que as linhas da carta, onde exarava tal pretensão, tivessem a «validade de uma cláusula testamentária»<sup>2778</sup>.



**Fig. 20.** Jazigo da família de José António Freitas Fortuna, onde repousam os restos mortais de Camilo Castelo Branco Fonte: Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa (Porto)

<sup>&</sup>lt;sup>2776</sup> C. de 15-07-1889. In CASTELO BRANCO, 2002: 909-910.

<sup>&</sup>lt;sup>2777</sup> Ana Plácido e Nuno Castelo Branco assinaram uma declaração na qual ambos confirmaram a vontade de Camilo ser sepultado no jazigo da família de Freitas Fortuna e de que nada, ou circunstância futura, alterasse esse desejo. Por sua vez, Freitas Fortuna também assinou um documento onde aceitou as condições da doação do cadáver de Camilo (CASTRO, 1925: 19-22).

<sup>&</sup>lt;sup>2778</sup> C. a Freitas Fortuna, de 06-04-1888. In CASTELO BRANCO, 2002: 907.

O suicídio de Camilo Castelo Branco foi mais do que a decisão extrema de um homem em padecimento e contristação. Com a morte do romancista de São Miguel de Seide, extinguia-se o último membro de uma dinastia secular de autores que beberam nos clássicos o melhor néctar da sua formação erudita. Com o desaparecimento de Camilo, a «língua de Vieira e de Bernardes»<sup>2779</sup> perdia o seu último discípulo. Nas palavras de Luís de Magalhães, o jazigo de Freitas Fortuna, onde o cadáver do romancista dorme o sono eterno:

Não é apenas a jazida fúnebre de um literato ilustre: é a sepultura de toda uma literatura morta. Há um ponto final, uma página voltada, um fim de capítulo, no desaparecimento dessa alta individualidade. Percebe-se, sente-se que mais um golpe nos separou do Passado, — subsistente ainda nesse espírito por um fenómeno de sobrevivência psicológica e pela vastidão do saber erudito. Cortou-se a última raiz. A grande árvore da nossa tradição literária caiu<sup>2780</sup>.

Se as palavras de Luís de Magalhães traduziam bem o que a Literatura portuguesa acabava de perder com o desaparecimento de Camilo Castelo Branco, o ramo de rosas depositado por José Saramago na secretária do novelista, em São de Miguel de Seide e o agradecimento exarado no Livro de Honra da Casa de Camilo (Anexo 37), após ter recebido o Prémio Nobel da Literatura em 1998, são um belo testemunho sobre a perenidade do escritor e o valor da sua obra: «Na casa onde Camilo saiu da vida para entrar na eternidade do génio, venho trazer rosas. Venho também trazer o prémio que me deram, o seu valor simbólico, que Camilo merece, como provavelmente nenhum outro escritor português. Eu, aprendiz, deixo rosas ao Mestre» 2781.

<sup>&</sup>lt;sup>2779</sup> ORTIGÃO, 1983: xliv.

<sup>&</sup>lt;sup>2780</sup> MAGALHÃES, 1925: 93-102.

<sup>&</sup>lt;sup>2781</sup> Livro de Honra, Casa de Camilo.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



Em crítica literária e em abordagens de pendor biográfico, nunca se esgotam os temas passíveis de reflexão sobre Camilo Castelo Branco: ficará sempre alguma coisa por dizer, haverá em qualquer matéria algo por estudar, por analisar e por contar. Deixou-nos um legado literário tão vasto e um percurso biográfico intercalado de nevoeiros, que, na interminável cadeia dos seus estudiosos, surgirá sempre alguém com algo de novo e de relevante a acrescentar ao que foi dito e escrito, quem encontre motivos renovados de estudo no caudal da sua bibliografia e da sua sinuosa existência, quem granjeie nos textos, literários e polémicos, demais temas por explorar, e quem descubra, na sua biografia, pormenores que necessitam deste e daquele esclarecimento ou refutação. O mesmo acontece com a sua correspondência.

Conscientes das nossas limitações e das dificuldades, não quisemos, nem nunca pretendemos, construir um documento biográfico a acrescentar às biografias que se produziram, com mais paixão ou mais distanciamento emocional, sobre o novelista de São Miguel de Seide. Através do presente estudo do seu acervo epistolar, almejámos, tão-só, dar mais um passo, pequeno que fosse, no sentido de facultar reflexões sobre algumas problemáticas inerentes às suas vivências, e, assim, contribuir para um melhor conhecimento, compreensão e interpretação de Camilo, quer como pessoa quer como escritor.

A investigação que realizámos permitiu-nos alcançar resultados importantes e inéditos. O mais surpreendente é a informação dada por Camilo acerca do suicídio de seu pai. Conhecemos a transcrição da missiva, mas não conseguimos ter acesso ao autógrafo original, apesar das diligências promovidas, as quais ainda não terminaram da nossa parte, à data da conclusão da nossa dissertação.

O suicídio paterno é tanto mais inesperado quanto chocante, para quem, como nós, e em resultado do nosso exercício profissional, trabalha na casa onde Camilo decidiu desfazer o fio que o prendia ou o ligava à vida. Há quase um século que centenas de milhares de visitantes do Museu de São Miguel de Seide têm entrado na sala de visitas, observado a cadeira onde o novelista desfechou o tiro no parietal direito e o canapé no qual expirou. Ouviram contar histórias, mais ou menos especulativas, acerca das razões que o terão levado a pressionar o gatilho que o matou. Ao olharmos, hoje, para aquela cadeira de baloiço, não conseguimos deixar de pensar que ali se despediu do mundo dos vivos um dos maiores vultos da Literatura portuguesa, e que terá transportado, ao longo de toda a existência, a dolorosa e incurável chaga de ter perdido o pai, por tão trágico gesto, quando já não tinha mãe que lhes pudesse acudir em afeto, a ele e à sua irmã. É muito provável que a afinada sensibilidade camiliana o impedisse de ultrapassar um choque desta violência, e que muitos aspetos da sua personalidade tenham algumas raízes na sepultura de um pai suicida.

Na equação vida/obra, de que falava Jacinto do Prado Coelho, talvez um investigador consiga encontrar no oceano da literatura e da epistolografia camiliana as lágrimas de tinta derramadas por um filho amargurado e revoltado.

Contrariamente ao que, até hoje, pensaram os estudiosos, a nossa investigação comprovou que o tema mais abordado no epistolário camiliano é o «Trabalho literário» e não

a «Doença». A sua atividade como escritor público, com uma produção tão volumosa; a relação com muitos editores e livreiros; as negociações dos seus escritos; a composição e revisão das provas das primeiras e das edições posteriores; os escritos para a imprensa periódica e os contactos com os diretores das redações; as polémicas em que se envolveu, ao longo da vida... faz-nos questionar como foi possível Camilo ter tido tempo para gerir sozinho toda a sua carreira, durante quatro décadas, e o quanto esta implicou em tempo e em dedicação. E, se pensarmos que, paralelamente a isto, houve escândalos em que se envolveu; esteve preso por duas vezes; teve um filho demente e outro estouvado; viveu achacado de doenças; andava em permanentes correrias de um lado para o outro, usando transportes vagarosos e de tão pouca comodidade; como lhe sobrou tempo para enviar aos prelos tantas páginas de bibliografia e escrever tão elevado número de correspondência?

Em voz dissonante ao que é proclamado, provou-se que era um novelista de escrita célere, mas não um escritor de escrita imediata. Não é verdade que todos os romances saíssem da sua banca de trabalho em pouco mais de duas semanas. Comprova-se com o epistolário que as obras de ficção e as de pendor histórico, como a *Maria da Fonte* e *Perfil do Marquês de Pombal*, lhe exigiram muito tempo de preparação.

Trata-se de um aspeto importante a considerar, em futuras edições críticas das obras de Camilo, sobretudo daquelas em que, não tendo o manuscrito nem provas tipográficas cotejadas pelo romancista, os responsáveis pela fixação do texto se escudam na última edição saída em vida do escritor. Foram vários os casos que apresentámos, por constituírem uma boa amostra da enorme dificuldade em garantir a fidelidade dos textos camilianos, porque, em muitos, Camilo não chegou a (re)ver provas. E, se o fazia, os editores e livreiros nem sempre respeitaram o seu empenho para que as obras saíssem limpas de erros, e os tipógrafos poderiam enganar-se.

Se excetuarmos o período entre meados da década de 1850 e a data da morte de Pinheiro Alves, em que o escritor experimentou bem os cilícios financeiros, não se comprovou, a partir dessa altura, a tão apregoada pobreza camiliana. Cremos que apresentou mais queixas do que as reais dificuldades vividas.

Acerca das doenças de Camilo, descobrimos que também sofria de diabetes, o que lhe agravou, seguramente, os problemas da visão. Os dois especialistas dos olhos, Rufino Ribeiro e Gomes da Costa Filho, que se debruçaram sobre o assunto, nunca o mencionaram. Julgamos que desconheciam este facto, talvez por não terem tido a oportunidade de ler a correspondência que Camilo enviara a Bernardina Amélia.

Na epistolografia camiliana, é francamente notório o peso que o filho Jorge foi tendo no seio familiar, com o agravar da sua doença mental. Deduz-se que parte muito significativa das forças que o escritor empregou na luta pela concessão do viscondado tinha Jorge no horizonte. Para os pais, era necessário assegurar que, após a sua morte, Jorge pudesse sobreviver dignamente com uma pensão.

O «mito do solitário de Seide» não se comprovou, antes pelo contrário. Era um homem viajado por um território relativamente confinado. Esta errância devia-se não só ao seu espírito irrequieto, mas também por nem sempre ter em sua casa ambiente que o libertasse para a escrita. Ausentar-se de casa constituía, de certo modo, um afastamento dos problemas, mas acrescia-lhe peso de consciência por deixar Ana Plácido sozinha na gestão dos problemas provocados pelos filhos.

Comprovou-se, neste trabalho, o seu gosto pelos livros, mais pelo livro antigo e por velhos cartapácios e manuscritos do que por autores coevos. Algum do conhecimento que tinha da literatura coeva era-lhe proporcionado por Ana Plácido, que parecia ler tudo e lhe facultava resumos. Comprou e vendeu livros, informou-se sobre temas de História e de Genealogia, reuniu centenas de sermões, para redigir a história do púlpito em Portugal, que não chegou a concretizar, fez e desfez-se de várias das suas bibliotecas.

No que respeita a acervos bibliográfico e documental sobre Camilo Castelo Branco, fizemos, pela primeira vez, o inventário da sua correspondência, elaborando 3563 registos informáticos. Cada registo informático corresponde a um documento epistolar diferente. Diga-se, porém, que consultámos 10 229 documentos (cartas, telegramas, cartões de visita, cartões, fragmentos de carta, cartas-prefácio, bilhetes e bilhetes-postais), mas encontrámos muita correspondência repetida, publicada em várias obras, revistas e jornais. A base de dados permitiu quantificar 6666 exemplares de correspondência repetidos.

Assim, concluímos que o número de exemplares inventariados (3563) é bastante inferior ao que aventou Alexandre Cabral, o qual afirmava, em 1995, ser possível recuperar cerca de seis mil espécies. Os registos de inventário por nós obtidos desmentem esta afirmação, e não permitem certificar que o romancista tenha escrito quinze mil páginas de correspondência. A nossa conclusão ganha ainda mais consistência depois de termos consultado e inventariado toda a epistolografia camiliana existente no acervo de Alexandre Cabral, ao constatarmos que, em 1995, o investigador já tinha conhecimento da correspondência enviada por Camilo a Bernardina Amélia e a Carlos Ramiro Coutinho (apenas o que estava no Arquivo da Universidade de Coimbra).

Também, pela primeira vez, foi elaborada e apresentada uma listagem dos destinatários e remetentes camilianos, o que permite, acima de tudo, ter uma noção bem precisa do leque variado de contactos e, de certo modo, de influências do romancista. No final da dissertação, incluímos uma seleção muito significativa de Fontes e de Bibliografia do acervo objeto do nosso estudo.

Iniciado há dez anos, este trabalho foi uma longa viagem, com prolongadas paragens em estações, onde nos detiveram a elaboração e o cumprimento de programas destinados a assinalar datas marcantes da vida de Camilo e a celebrar o 150.º aniversário da primeira edição de algumas das suas obras-primas: *Amor de perdição* e *A queda dum anjo*. Sempre que retomámos o estudo da correspondência do novelista, fomos realizando, entre outras, uma

importantíssima e morosa tarefa, que nos ocupou vários anos desse caminho percorrido: o inventário exaustivo dos documentos epistolares camilianos.

A par das questões de investigação que guiaram a nossa investigação, houve perguntas que recorrentemente formulámos a nós próprios. Se o mais puro azeite que alimentou a candeia do escritor no panteão da imortalidade foi a sua obra, em que poderá a correspondência concorrer para avivar mais a inapagável chama do seu prestígio, no dobar dos séculos, ou que outras glórias ainda poderão daí advir-lhe? Com a realização de estudos sobre correspondência, o que ganha o homem e o que se valoriza do escritor? Em que medida a publicitação da vida íntima e privada concorre para trazer mais conhecimento sobre diferentes aspetos da dimensão pública do romancista? Até onde a divulgação e o conhecimento da intimidade e da privacidade do ser humano servem de bússola para nortear os investigadores em territórios da biografia e da produção do criador literário?

Ao chegarmos ao fim da viagem de investigação e de problematização a que nos aventurámos, materializada na redação desta dissertação, podemos afirmar que tentámos, com defeitos e alguma virtude, proporcionar o melhor conhecimento de importantíssimas vivências de Camilo Castelo Branco, por ele reveladas no seu distinto epistolário. Esperamos que os resultados obtidos confiram outro alcance à nossa investigação, quer nos contributos que advenham desses resultados para a melhor compreensão e fruição das obras do novelista de São Miguel de Seide quer nas conclusões que possam confluir para continuar a estimular o «jogo de verdade e fingimento» que a imensa obra de Camilo sempre suscitou, e cremos que continuará a produzir, junto dos seus leitores, resistindo, «com notável tenacidade ao desgaste do tempo e a uma tão drástica transformação do gosto literário e dos interesses estéticos que ele condiciona», como aquela a que temos assistido nas últimas décadas<sup>2782</sup>.

O fim de uma viagem deve ser, ou deseja-se que possa ser, o início de outras. Se algum futuro conforto intelectual nos fosse proporcionado vivenciar, ele seria granjeado na realização de novos trabalhos, cuja motivação pudesse derivar, de algum modo, da investigação que realizámos e das sugestões de abordagens do acervo epistolar do novelista, que, em jeito de conclusão, nos permitimos propor a cinco níveis.

Por um lado, a importância da epistolografia para os estudos de cariz biográfico. Como já afirmámos, o romancista tinha uma perceção muito nítida de que a posteridade se interessaria pela sua correspondência e a utilizaria para fins diversos. Esta noção do interesse das gerações vindouras (e o receio dos incautos e pouco rigorosos estudiosos da sua pessoa) revelou-se em pormenores como a preocupação nas datações: «Dá esta notícia ao século XXIV para que os meus Plutarcos não aleguem ignorância» <sup>2783</sup>. E aconteceu, anos mais tarde, em recomendações que fazia, mas era o primeiro a transgredi-las: «É preciso muito cuidado com a cronologia das cartas, por causa dos Plutarcos» <sup>2784</sup>. A ideia de posteridade pode ter sido, de

<sup>&</sup>lt;sup>2782</sup> CASTRO, 1994: 60.

<sup>&</sup>lt;sup>2783</sup> C. a Francisco Gomes de Amorim, de [1874]. In CASTELO BRANCO, 2002: 850-851.

<sup>&</sup>lt;sup>2784</sup> C. a Carlos Ramiro Coutinho, de [1883]. In CASTELO BRANCO, 2012: 326.

algum modo, fator condicionador da expressividade espontânea, e causa justificativa para que o escritor se preocupasse em criar a imagem de que os textos epistolares eram manifestação genuína dos seus pensamentos e das suas emoções, e não fruto de um trabalho para construção dessa imagem. Sendo um escritor de extraordinários recursos, em que medida Camilo estava a mitificar-se, a ser um artífice de uma aparente verdade confessional, fazendo crer que escrevia com sinceridade, que plasmava nos textos a genuinidade do impulso intimista? Sobre o que estamos a referir, mereceria mais demorada atenção, mesmo de críticos literários, a obra *Correspondência epistolar entre José Cardoso Vieira de Castro e Camilo Castelo Branco*, em que se tentou dar à epistolografia trocada entre os dois amigos — José Cardoso Vieira de Castro já havia falecido aquando da edição da obra —, um caráter novelesco. Quem lê as cartas camilianas a este destinatário não vê ali o narrador epistolar a que nos habituámos. Parece haver uma encenação, uma dramatização, na qual o que está a ser transcrito, a partir de cartas que foram, entretanto, destruídas por Camilo, não tem as mesmas características, quanto à espontaneidade e à verve do espírito que se reconhece no escritor.

Neste âmbito da biografia, consideramos que há matéria epistolar bastante para a realização de trabalhos sobre genealogia. Camilo era apaixonado e grande interessado em linhagens, curioso em saber as origens de certas personalidades e as ramificações das respetivas famílias. Na epistolografia existem abundantes informações trocadas entre o escritor e o 1.º Conde de Azevedo, e José de Azevedo e Menezes. Há anotações deste cariz nas margens de livros da sua biblioteca, além de ter possuído na sua biblioteca livros sobre genealogias, como os dez volumes de autoria de Manuel Moniz Castelo Branco, de 1623, e muitos outros.

A segunda sugestão tem que ver com o valor documental da correspondência para o conhecimento do período oitocentista. Quando esteve detido com Ana Plácido nas cadeias da Relação do Porto; no período de detenção, julgamento e condenação ao degredo de José Cardoso Vieira de Castro, por ter assassinado a esposa, em 1870; e por ocasião da prisão de Carlos Ramiro Coutinho — preso em 1872 e julgado em 1873 —, acusado de conspiração contra o rei D. Luís; Camilo deixou comentários acerca da justiça, do funcionamento dos tribunais e das cadeias e do andamento dos processos judiciais, que devem, quanto a nós, merecer a atenção de juristas e de historiadores. Para o conhecimento do século XIX, poder-se-ão encontrar contributos na epistolografia, necessariamente complementados em outros trabalhos literários camilianos, para estudos diversos: o exercício da política, deputados e eleições, centenários evocativos de Luís de Camões e do Marquês de Pombal, ataques desfechados à Casa de Bragança<sup>2785</sup>, o ensino da História nas escolas e a sua disponibilidade para elaborar manuais. Veja-se, a propósito, o trecho da carta remetida ao editor Matos Moreira:

<sup>&</sup>lt;sup>2785</sup> Dizia a Carlos Ramiro Coutinho: «Acabei os *Subsídios para a história da sereníssima Casa de Bragança* — coisa que vai sair em doses mensais, para não opilar os estômagos patriotas» (C. de 05-01-1874. In CASTELO BRANCO, 2012: 145).

A respeito da História de Portugal é necessário pensar-se cautelosamente. Tenho lido que o governo, depois dos motins de Coimbra por causa dos exames promove uma reforma nos compêndios escolares. Li também que alguns professores se haviam reunido a fim de discutirem a reforma, e uniformizarem os compêndios para todos os liceus e colégios. Se vierem a esse acordo, não podemos de antemão saber se a nossa História será adotada, ou antes é de recear que seja prejudicada por outra escrita por alguns dos professores. Se isto acontecer V. Ex. as pedem, incomodo-me, não por vaidade de historiador, mas pelo empenho que faço nos interesses dos meus editores 2786.

A terceira proposta de trabalho de investigação prende-se com o interesse dos textos epistolares para o estudo da produção literária. Sendo um estudioso de temas e de aspetos da vida de personalidades históricas (Maria da Fonte, membros da Casa de Bragança, Marquês de Pombal...), um bom exemplo de esquadrinhador de miudezas históricas, o novelista solicitou amiúde informações e o empréstimo de publicações que pudessem subsidiar a sua escrita literária. Articulando a correspondência que Camilo remeteu com esse propósito com a epistolografia que recebeu, poder-se-á aquilatar o que representaram para os trabalhos literários camilianos (artigos de caráter histórico, biografias e outra bibliografia) os dados fornecidos pelos seus correspondentes, nomeadamente Inocêncio Francisco da Silva.

As suas capacidades intelectuais e o seu refinado sentido estético, destilado a partir de aturadas leituras, conferiram-lhe uma autoridade e um estatuto de crítico literário, muitas vezes temido, por ser implacável. Quer nas anotações produzidas nas margens ou em outras partes das obras, à medida que ia lendo, quer nas missivas enviadas aos próprios autores e nas apreciações feitas a terceiros, sem esquecer prefácios e artigos que publicou na «Bibliografia portuguesa e estrangeira», a análise à crítica literária feita por Camilo pouco tem despertado o interesse dos estudiosos, limitando-se a exemplificações em que predomina a situação caricata e o tom jocoso.

Se esta dimensão de crítico literário ainda não mereceu a atenção dos investigadores, também se encontra por estudar a utilização que o romancista fez do diário íntimo, que lhe chegou às mãos, e das cartas recebidas de uma apaixonada sua, Gertrudes da Costa Lobo: o diário íntimo e as cartas serviram de base para a produção da obra *Memórias de Guilherme do Amaral*.

A ausência de estudos também se estende às possíveis relações entre o texto das missivas camilianas, redigidas no seu dia a dia, e os conteúdos das cartas que as personagens das obras ficcionais trocavam entre si. Que alterações substanciais se registam na redação das missivas, quando estamos perante o narrador-Camilo homem e o narrador-Camilo escritor? Em diferentes contextos de produção, vida e literatura, produzir-se-á a alteração do posicionamento do homem/escritor e, consequentemente, darão origem a narrativas diferenciadas? De que forma o narrador camiliano ajustou os conteúdos das missivas das suas personagens

<sup>&</sup>lt;sup>2786</sup> C. a Matos Moreira, de [09-10-1875]. In CASTELO BRANCO, 2002: 713-714.

à formação escolar dessas mesmas personagens? E qual a dimensão que a prosa epistolar tem no universo romanesco camiliano? Veja-se o exemplo de *Amor de perdição*. Como se desenrolaria a diegese desta obra-prima se a epistolografia não fosse a comunicação praticável em diálogo vetado? Terão as personagens Simão e Teresa idade e formação para produzir cartas de tamanha beleza? Se o escritor procurava usar a carta para dar à narrativa foros de verdade, não está a ser inverosímil ao colocar o par apaixonado a redigir aquilo que não sabiam? Foi tal a importância dada por Camilo às missivas trocadas entre os dois apaixonados que as usou para encenar o fim da tragédia: «O comandante olhou para o sítio de onde Mariana se atirara, e viu, enleado no cordame, o avental, e à flor da água um rolo de papéis, que os marujos recolheram na lancha. Eram, como sabem, a correspondência de Teresa e Simão»<sup>2787</sup>.

Um quarto aspeto refere-se à investigação do *corpus* epistolar como exercício da língua portuguesa. Julgamos que se revela de grande interesse verificar se há distinção entre o epistológrafo que se dirigiu aos seus destinatários e o epistológrafo que se apresentou diante dos leitores nos seus trabalhos ficcionais. Pretender-se-á saber até que ponto as cartas pessoais mantiveram os padrões de qualidade daquelas que o escritor construiu para que as suas personagens comunicassem entre si. Entendemos que seria importante estudar, em termos linguísticos e estilísticos, se o escritor restringe esse seu estatuto à produção das obras literárias, ou se, nas cartas, Camilo também demonstra a sua qualidade de escritor, ao nível da riqueza do vocabulário, da precisão com que o utiliza e do domínio que tem do mesmo, nomeadamente no que se refere ao vocabulário técnico.

Por último, queríamos referir os trabalhos científicos que podem ser desenvolvidos em torno do conceito *life writing*, utilizado para designar, de modo mais preciso, a interdisciplinaridade e a contaminação existentes entre a biografia, a autobiografia e a ficção<sup>2788</sup>. Embora fosse inicialmente adotado pela Literatura e pela História, encontra, hoje, ampla recetividade em múltiplos campos da Ciência e da Arte<sup>2789</sup>.

Ao concluir este trabalho, fruto de incontáveis horas de dedicação e labor, de anos de convívio com a prosa literária e epistolar de Camilo, de gratíssima aprendizagem com estudiosos e conhecedores do que melhor caracteriza, enobrece e eterniza o novelista de São Miguel de Seide, gostaríamos de evocar o epitáfio *Scrisse*, *Amo*, *Visse*, colocado na cabeceira da sepultura de Henri Beyle (Stendhal), no cemitério de Montmartre, em Paris, que bem podia ser selecionado para título de uma obra imaginária que reunisse toda a epistolografia conhecida, ignorada e desaparecida de Camilo.

As palavras «Escreveu, Amou, Viveu» traduziriam, de forma fidelíssima, todos os conteúdos que Camilo Castelo Branco verteu nas milhares de páginas do seu coração<sup>2790</sup>, que confiou, ao longo de quatro décadas e meia, aos seus múltiplos destinatários.

<sup>&</sup>lt;sup>2787</sup> CASTELO BRANCO, 2006a: 299.

<sup>2788</sup> GREEN, 2008: 50-55.

<sup>&</sup>lt;sup>2789</sup> FINNERAN, et al. [20--].

<sup>&</sup>lt;sup>2790</sup> C. a Faustino Xavier de Novais, de 16-07-1862. In CASTELO BRANCO, 2002: 982-983.

# FONTES E BIBLIOGRAFIA



#### **FONTES MANUSCRITAS**

#### Foram consultados os acervos epistolográficos das seguintes entidades:

Arquivo Alberto Sampaio (Vila Nova de Famalicão)

Arquivo Distrital do Porto

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo da Universidade de Coimbra

Biblioteca Municipal de Coimbra

Biblioteca Municipal de Penafiel

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Municipal de Sintra

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Biblioteca Pública Municipal de Braga

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Casa de Camilo — Museu. Centro de Estudos (São Miguel de Seide)

Casa-Museu Fernando de Castro

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais — Divisão de Documentação e Arquivo

Fundação Arthur Cupertino de Miranda

Museu do Abade de Bacal

Museu Bordalo Pinheiro

Museu das Comunicações (Lisboa)

Museu Imperial de Petrópolis (Brasil)

Museu João de Deus (Lisboa)

Museu Nacional Soares dos Reis

Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro)

Sociedade Martins Sarmento (Guimarães)

Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa

#### Foram consultados os acervos epistolográficos dos seguintes camilianistas:

Doutor Albino Campos Marques

Doutor Damião Vellozo Ferreira

Doutor João Afonso Machado

Doutor José Manuel Lello

Doutor Pedro Couto Soares

Doutor Rui Domingues

Doutor Sílvio Cervan

#### **FONTES ON-LINE**

BARRENECHEA, Ana Maria (1990). *La epístola y su naturaleza generica*. «Dispositio». University of Michigan: Department of Romance Languages. XV: 39, pp. 51-65. [Consult. 30 set. 2014]. Disponível em <a href="http://www.jstor.org/discover/10.2307/41491374?sid=21105568651621&uid=4&uid=2">http://www.jstor.org/discover/10.2307/41491374?sid=21105568651621&uid=4&uid=2>.

BASTOS, Maria Helena [s.d.]. *A retórica do Amor: um estudo de manuais epistolares (séculos XIX e XX)*. [Consult. 1 maio 2015]. Disponível em <a href="http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/487.pdf">http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/487.pdf</a>.

- Catecismo da Igreja Católica [20--]. [Consult. 05 fev. 2024]. Disponível em < https://catecismo.net/indice-geral/parte=3/secao=2/capitulo=2/artigo=5/paragrafo=0/topico=0/titulo=0/numero=0 >.
- CRINQUAND, Sylvie (2010). *Introduction. Lettres d'écrivains européens: du romantisme au modernisme,* 1. [Consult. 26 abr. 2015]. Disponível em <a href="http://revuesshs.u-bourgogne.fr/intime/sommaire.php?id=22">http://revuesshs.u-bourgogne.fr/intime/sommaire.php?id=22</a>.
- DIAZ, Brigitte (2011). *Correspondances entre Écrivains et Éditeurs 18.e-20.e Siècles*. Association Interdisciplinaire de Recherches sur l'Epistolaire. [Consult. 4 mar. 2011]. Disponível em <a href="http://epistolaire.org/correspondance\_archives\_creation.htm">http://epistolaire.org/correspondance\_archives\_creation.htm</a>.
- DOLL CASTILLO, Darcie (2002). La carta privada como práctica discursiva: algunos rasgos característicos. Pontificia Universidad Católica de Valparaíso: Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje. «Revista Signos». 35:51, 52, 33-57. [Consult. 18 ago. 2014]. Disponível em <a href="http://dx.doi.org/10.4067/S0718-09342002005100003">http://dx.doi.org/10.4067/S0718-09342002005100003</a>>.
- FINNERAN, Kathleen *et al.* [20--]. *Life Writing*. St. Louis: Washington University, Arts and Sciences: Department of English. [Consult. 11 de jan. de 2019]. Disponível em <a href="https://english.artsci.wustl.edu/life-writing">https://english.artsci.wustl.edu/life-writing</a>.
- MESTRE SANCHIS, António (2000). *La carta, fuente de conocimiento histórico*. «Revista de História Moderna». Universitat de València. 18, 13-26. [Consul. 17 ago. 2014]. Disponível em <a href="http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/4743/1/RHM\_18\_01.pdf">http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/4743/1/RHM\_18\_01.pdf</a>.
- MÜLLER, Dalila et al. (2012). As correspondências como Fonte para a História do Turismo. In Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 9. [Consult. 29 abr. 2015]. Disponível em <a href="http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2012">http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2012</a>>.
- PULIDO TIRADO, Genara (1998). *Teoría y práctica del género epistolar en Federico García Lorca*. Universidad de Jaén. «Epos». XIV, 239-252. [Consult. 23 out. 2014]. Disponível em <a href="http://revistas.uned.es/index.php/EPOS/article/viewFile/10055/9595">http://revistas.uned.es/index.php/EPOS/article/viewFile/10055/9595</a>>.
- PULIDO TIRADO, Genara (2001). La escritura epistolar en la actual encrucijada genérica. «Signa: Revista de la Asociación Española de Semiótica». 10, 434-447. [Consult. 4 nov. 2014]. Disponível em <a href="http://www.cervantesvirtual.com/obra/signa-revista-de-la-asociacion-espanola-de-semiotica-4/">http://www.cervantesvirtual.com/obra/signa-revista-de-la-asociacion-espanola-de-semiotica-4/</a>.
- ROSADO, Sofia (2009). *Biografia*. In CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. [Consult. 2 maio 2015]. Disponível em <a href="http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\_mtree&task=viewlink&link\_id=153&Itemid=2">http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\_mtree&task=viewlink&link\_id=153&Itemid=2>.
- SEIA, Carlos. *E-Dicionário de Termos Literários*. [Consult. 31 ago. 2010]. Disponível em <a href="http://edtl.com.pt/index.php?option=com\_mtree&task=viewlink&link\_id=868&Itemid=2.">http://edtl.com.pt/index.php?option=com\_mtree&task=viewlink&link\_id=868&Itemid=2.</a>.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- ABENSOUR, Alexandre, ed. (2014). La mémoire. Paris: Flammarion.
- ABRAGÃO, Frederico Quadros (1956). Caminhos-de-ferro portugueses: esboço da sua história. Lisboa: [s.n.].
- ABREU, Brás Luís de (1726). Portugal médico. Coimbra: Por João Antunes.
- ABREU, Virgílio (1909). À memória de Camilo Castelo Branco. «Novo almanaque de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1910». 87.
- ACÁCIO, Abel (1884). O vinho do Porto. «Diário da Manhã». 3342 (6 jun.) 1-2.
- ADAM, Jean-Michel (1998). Les genres du discours épistolaire: de la rhétorique à l'analyse pragmatique des pratiques discursives. In SIESS, Jürgen, dir. La lettre entre réel et fiction. Paris: Editions Sedes, pp. 46-53.
- AGOSTINHO, José (1926). Camilo e a sua psicologia. Porto: Casa Editora A. Figueirinhas.

- ALBUQUERQUE, A. Tenório (1937). O vocabulário de Camilo: palavras ainda não dicionarizadas. Prefácio do Barão de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Editora Minerva.
- ALBUQUERQUE, Isabel de Faria e (1988). *Introdução à edição crítica de «A história de Portugal» de Oliveira Martins*. In MARTINS, J. P. Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 89-96.
- ALBUQUERQUE, Manuel de, ed. (1895). D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a usurpação dos Filipes: com as cartas de Camilo Castelo Branco. Braga: Livraria Central-Editora de Laurindo Costa.
- ALMEIDA, Augusto de (1898). Bibliografia anteriana. Famalicão: Tipografia da «Nova Alvorada».
- ALMEIDA, Fialho de (1890). *Camilo Castelo Branco*. «Revista Ilustrada». Ano 1. 5 (15 jun.) 51; 6 (30 jun.) 63-64; 8 (31 jul.) 95-96.
- ALMEIDA, Fialho de (1914). Camilo, Eça e Malheiro Dias. Lisboa: Livraria Clássica.
- ALMEIDA, M. Duarte de (1895). *Stanze all' Infante Don Enrico*. 2.ª edizione. Genova: Tip. R. Instituto Sordo-Muti.
- ALMEIDA, M. Duarte de (1896). Ao senhor Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». (jun.) 113-120.
- ALMEIDA, Teresa Sousa (2005). Tratados epistolares do século XVIII: teoria e prática na correspondência de Chelas. In MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ALMEIDA, Teresa Sousa de; ANASTÁCIO, Vanda, org. Correspondências: usos da carta no século XVIII. Lisboa: Colibri; Fronteira: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 25-32.
- ALTMAN, Janet G. (1982). Epistolarity: approaches to a form. Colombus: Ohio State University Press.
- ALVELOS, Pedro (1967). Camilo e a lápide da Casa dos Brocas. Vila Real: Região de Turismo Serra do Marão.
- ALVES, Ida Ferreira (2006). Cartas de António Feliciano de Castilho a Camilo Castelo Branco no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. «Convergência Lusíada». 22, 177-200.
- ALVES, Jorge Fernandes (1994). Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto: Gráficos Reunidos.
- ALVES, Luís Alberto Marques (2001). *O ensino na segunda metade do século XIX*. «Revista da Faculdade de Letras: História». Série III. 2, 53-92.
- AMARAL, Eloy do; MARTHA, Cardoso, *org.* (1924). In memoriam *Aníbal Fernandes Tomás*. Lisboa: Livraria Universal de Armando Tavares.
- AMBRIÈRE, Madeleine; CHOTARD, Loïc, ed. (1996). Nouvelles approches de l'épistolaire: Lettres d'artistes, archives et correspondances. Paris: Honoré Champion Éditeur.
- AMORIM, Francisco Gomes de (1975). *Cartas de Francisco Gomes de Amorim para Abílio Augusto da Fonseca Pinto, de 1871 a 1884*. «Boletim Cultural Póvoa de Varzim: Separata». XIV, 2.
- AMOSSY, Ruth (1998). *La lettre d'amour du réel au fictionnel*. In SIESS, Jürgen, *dir. La lettre entre réel et fiction*. Paris: Editions Sedes, pp. 73-96.
- ANDRADE, Carlos Santarém (1990). Coimbra na vida e na obra de Camilo. Coimbra: Coimbra Editora.
- ANDRADE, Carlos Santarém, ed. (1991). Camilo Castelo Branco e Eduardo de Barros Lobo (Beldemónio). Gouveia: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira.
- ANDRADE, Joaquim (1976). *Camilo em Coimbra em 1855*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 4/5 (iul.-dez.) 25-28.
- ANDRADE, Joaquim Cunha de (1987). Cartas de Camilo a Manuel Negrão: Camilo em Coimbra em 1855 e a Escola de Direito Criminal Positivo. Porto: [s.n.].
- ANDRADE, José Gonçalves (1943). Camilo místico: síntese romântica e religiosa. Porto: Livraria Latina Editora.
- ANIVERSÁRIO (O) DE CAMILO CASTELO BRANCO. «O Primeiro de Janeiro». 75 (17 mar. 1889) 2.
- ARAÚJO, Joaquim de (1890). Sobre o túmulo de Camilo: palavras pronunciadas nos funerais do eminente escritor. Lisboa: Imprensa Nacional.

- ARAÚJO, Joaquim de (1894a). Camilo Castelo Branco e Antero de Quental: com uma carta acerca da bibliografia de Henrique Marques. Lisboa: Tip. da Comp. Nacional Editora.
- ARAÚJO, Joaquim de, ed. (1894b). Sá de Miranda: com uma carta acerca da «Bibliografia Camiliana» de Henrique Marques. Lisboa: Tip da Companhia Nacional Editora.
- ARAÚJO, José Rosa de (1990). Queimei cartas de Camilo. Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- ARAÚJO, Veloso de (1924). Erros que se desfazem: a visita de Vieira de Castro a São Miguel de Seide. «A Águia». Série III. 5:35 (jul.-dez.) 72-85.
- ARAÚJO, Veloso de (1925). Camilo em São Miguel de Seide. 2.º Milhar. Braga: Livraria Cruz-Editora.
- AREIAS, Mário (1965). *Tomás Filho, vítima do «Cancioneiro alegre»*. «Boletim da Casa de Camilo». Série I. 5:6 (jan.-jun.) 7-12.
- ARNOSO, Conde de (1911). *Azulejos*. Com um prefácio de Eça de Queirós. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada; Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana.
- ARQUIVO DE MATERIAIS para um monumento literário ao grande escritor Camilo Castelo Branco. «Camiliana». 1 (1 jan. 1916).
- ASSIS, José Bento de Araújo (1869). Serões literários: com duas cartas do ex.<sup>mo</sup> sr. Camilo Castelo Branco. Lisboa: Tipografia Universal.
- ATENEU (O) COMERCIAL DO PORTO no 50.º aniversário da sua fundação 1869-1919 (1919). Porto: Tipografia Costa Carregal.
- AURELIANO, Camilo (1849). Agostinho de Ceuta. «O Nacional». 1 (2 jan.) 1.
- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de (1926). Benavente: estudo histórico-descritivo. Lisboa: [s.n.].
- AZEVEDO, Guilherme de (2016). *Crónica ocidental*. Edição de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Esfera do
- AZEVEDO, Manuela de (1969). À sombra de Eça e Camilo: infância e adolescência dos romancistas dadas à luz de novos documentos. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Lda.
- AZEVEDO, Nunes de (1883). Contos modernos. Porto: Livraria Civilização de E. C. Santos-Editor.
- AZEVEDO, Nunes (1884). Camilo Castelo Branco. «O Primeiro de Janeiro». 232 (21 set.) 1.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1908). Os antepassados de Camilo. Lisboa: [s.n.].
- AZEVEDO, 2.º Conde de, ed. (1926). In *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco ao 1.º conde de Azevedo*. Com um prefácio do Dr. Augusto de Castro. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.-Antiga Livraria França & Arménio.
- BABO, Carlos [s.d.]. À beira do centenário de Camilo. Lisboa: Portugália.
- BAIÃO, António (1925). Homenagem a Camilo no seu centenário: 1825-1925. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BAIÃO, António, ed. (1930). *Camilo e Castilho: correspondência do primeiro dirigida ao segundo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BAKHTINE, Mikhail (1978). Formes du temps e du chronotope dans le roman. In Esthétique et téorie du roman. Paris: Ed. Gallimard.
- BAKHTINE, Mikhail (1981). *La structure de l'énoncé*. In TODOROV, Tzevetan; BAKHTINE, Mikhail. *Le principe dialogique suivi de écrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Éditions du Seuil.
- BAPTISTA, Abel Barros (1988). Camilo e a revolução camiliana. Lisboa: Quetzal Editores.
- BAPTISTA, Abel Barros (1993). O inexorável romancista. Lisboa: Hiena Editora.
- BARBOSA, Luís Xavier, ed. (1919). Cem cartas de Camilo. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada; Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana.
- BARRAU, Théodore-Henri (1869). *Méthode de composition et de style*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie.
- BARRENO, Maria Isabel et al. (2010). Novas cartas portuguesas. Lisboa: Edições D. Quixote.
- BARROS, Guilhermino de (1894). Cantos do fim do século. Lisboa: Imprensa Nacional.

- BARROS, Mário (1943). O casamento de Camilo. Lisboa: [s.n.].
- BASTO, A. de Magalhães (1935). *Três rapazes de talento*. «O Primeiro de Janeiro». Ano 67. 85 (12 abr.) 1 e 2.
- BASTO, A. de Magalhães (1937). Homens e casos duma geração notável. Porto: Livraria Progredior Editora.
- BASTO, A. de Magalhães (1939a). A Foz há 70 anos. Porto: Ed. Colégio Brotero.
- BASTO, A. de Magalhães (1939b). *Dos famosos Guedes da Casa Costa*. «O Primeiro de Janeiro». Ano 71. 73 (17 mar.) 1 e 3.
- BASTO, A. de Magalhães (1945). Os 75 anos do Ateneu. Porto: Edição do Ateneu Comercial do Porto.
- BASTO, A. de Magalhães (1948). Duas figuras ilustres: João Roberto de Araújo Taveira e António Magalhães. Porto: [s.n.].
- BASTO, A. de Magalhães (1949a). *Um drama singular I: dois amigos vão ao Senhor da Pedra*. «O Tripeiro». Série V. 5:2 (jun.) 25-28.
- BASTO, A. de Magalhães (1949b). *Um drama singular II: quatro corações... fora do compasso*. «O Tripeiro». Série V. 5:3 (jul.) 49-52.
- BASTO, A. de Magalhães (1949c). *Um drama singular III: pobre Fanny*. «O Tripeiro». Série V. 5:4 (ago.) 73-76.
- BASTO, A. de Magalhães (1949d). *Um drama singular IV: a história das cartas «homicidas»*. «O Tripeiro». Série V. 5:5 (set.) 97-101.
- BASTO, A. de Magalhães (1953). O esquecido poeta portuense Diogo Souto. «O Tripeiro». Série V. 9:1 (maio) 1-5.
- BASTO, A. de Magalhães (1959a). O demónio do ouro. «O Primeiro de Janeiro». (20 fev. 1959) 1 e 3.
- BASTO, A. de Magalhães (1959b). D. Ana Plácido vende a sua casa da Rua do Almada. «O Primeiro de Janeiro». (2 out.) 1 e 3.
- BASTO, A. de Magalhães (1959c). A origem de «O demónio do ouro» de Camilo Castelo Branco. «O Primeiro de Janeiro». (6 mar.) 1 e 3.
- BASTO, Cláudio (1917a). *Uma explicação: por causa das «Três Cartas de Camilo»*. Viana do Castelo: Edição da revista «Lusa».
- BASTO, Cláudio (1917b). Três cartas de Camilo. Viana do Castelo: Edição da «Lusa».
- BASTOS, Carlos (1955a). *Uma carta de Camilo a D. Maria Amália Vaz de Carvalho*. «O Tripeiro». Série V. 11:2 (jun.) 37-38.
- BASTOS, Carlos (1955b). Rapsódia camiliana, incluindo uma carta supostamente inédita do romancista. «O Tripeiro». Série VI. 5:1 (jan.) 1.
- BATISTA, Elina Maria Correia (2012). *Da emigração entre continentes em Eça de Queirós: da correspon- dência consular à obra literária.* Funchal: Universidade da Madeira. Tese de doutoramento.
- BEÇA, Coriolano de Freitas (1896). *Penafiel ontem e hoje: recordações e impressões.* Penafiel: Tip. de «O Penafidelense».
- BENALCANFOR, Visconde de (1883). «A brasileira de Prazins» de Camilo Castelo Branco. «Bibliografia Portuguesa e Estrangeira». 4:5, 49-51.
- BENTE, Oliveira (1996). Ruivães na obra de Camilo. Vila Nova de Famalicão: [s.n.].
- BERTHO-LAVENIR, Catherine (2005). *Des réseaux et des lettres*. «Le Magazine Littéraire». 442 (mai.) 35-39.
- BEUGNOT, Bernard (1990). *De l'invention épistolaire: à la manière de soi*. In BOSSIS, Mireille, *ed. L'épistolarité à travers les siècles*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, pp. 27-38.
- «Bibliografia Portuguesa e Estrangeira». 2:1 (1880) 1-5.
- BIBLOS: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa (1995-2005). Lisboa: Verbo, 5 vols.

- BIESTER, Ernesto (1859). *Crónica: «O morgado de Fafe em Lisboa»*. «Revista Contemporânea de Portugal e Brasil». 1. (abr.) 583-586.
- BOAVENTURA, Manuel (1964). *Uma anedota na vida de Camilo*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 3:4 (jul.-dez.) 1-5.
- BONNAT, Jean-Louis; BOSSIS, Mireille; GIRARD, Hélène, dir. (1983). Les correspondances: Ecrire, publier, lire: problématique et économie d'un "genre littéraire". Nantes: Université de Nantes.
- BORGES, Carlos (1866). Dois génios diferentes: romance original. Lisboa: Tipografia Lusitana.
- BOSSIS, Mireille, dir. (1994). La lettre à la croisée de l'individuel et du social. Paris: Éditions Kimé.
- BOSSIS, Mireille; PORTER, Charles A., dir. (1990). L'epistolaire à travers les siècles: gestes de communication et/ou d'écriture: coloque. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- BOURDIEU, Pierre (1994). *L'illusion biographique*. In *Raisons pratiques: sur la théorie des actions*. Paris: Seuil, pp. 81-89.
- BRAGA, Carlos (1884). O padre Henrique: drama original em 3 atos, com uma carta prefácio pelo ill.<sup>mo</sup> sr. Camilo Castelo Branco. Coimbra: Editor José Luís da Costa.
- BRAGA, Luís de Almeida (1923). O significado nacional da obra de Camilo. Lisboa: Portugália Editora.
- BRAGA, Teófilo (1894). Camilo Castelo Branco (Notas autobiográficas) I. «Revista Portuguesa». 1 (25 dez.) 1-7.
- BRAGA, Teófilo (1895). Camilo Castelo Branco (Notas autobiográficas) II. «Revista Portuguesa». 3 (25 fev.) 111-120.
- BRAGA, Teófilo (1902). *Quarenta anos de vida literária: 1860-1900*. Lisboa: Tipografia Lusitana-Editora Artur Brandão.
- BRAGA, Teófilo (1916). Camilo Castelo Branco: esboço biográfico. Lisboa: Livraria de Manuel dos Santos.
- BRAGA, Teófilo; SILVA, Inocêncio Francisco da (1928). *Correspondência trocada entre o historiador e o bibliógrafo da literatura portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BRAMÃO, Alberto (1936). Bastidores da literatura: Camilo e Alexandre da Conceição. (Impressões). «O Primeiro de Janeiro». 68:84 (9 abr.) 6.
- BRANCO, Afonso de Azevedo Nunes (1913). *Um inédito de Camilo (Carta a António Frazão)*. «Prosa e verso Revista Literária». 1:4 (20 nov.).
- BRANCO, Afonso de Azevedo Nunes, ed. (1916). *Cartas inéditas da segunda mulher de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Livraria de J. Rodrigues & C.ª.
- BRANDÃO, Júlio (1923a). Cartas inéditas de Camilo. («Poetas e prosadores À margem dos livros»). «O Primeiro de Janeiro». 55:136 (13 jun.) 1.
- BRANDÃO, Júlio, ed. (1923b). Cartas de Camilo a Eduardo da Costa Santos. Porto: Livraria de Fernando Machado & C.ª Lda.
- BRANDÃO, Júlio (1926). Camilo e A. Soromenho I. «O Primeiro de Janeiro». 58:132 (6 jun.) 1.
- BRASIL, Jaime (1958). *O caso de "A infanta capelista" de Camilo Castelo Branco*. Porto: Livraria Galaica. *brasileira (A) de Prazins*. «O Primeiro de Janeiro». 271 (8 nov. 1882) 2.
- «Brás (O) Tisana». 128 (7 jun. 1859) 4.
- «Brás (O) Tisana». 162 (21 jul. 1866) 2.
- BRAY, Bernard (2005). Le siècle de madame Sévigné. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 49-51.
- BRUNO, Sampaio (1886). A geração nova. Porto: Magalhães & Moniz.
- BRUNO, Sampaio (2011). Correspondência epistolar e outros textos avulsos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BUESCU, Helena Carvalhão (1990). Enlaces e desenlaces da biografia: o caso de Camilo. «Prelo». 18 (jan.-mar.) 11-19.
- BUESCU, Helena Carvalhão (2005). Cristalizações: Fronteiras da modernidade. Lisboa: Relógio d'Água.

- BUESCU, Helena Carvalhão, coord. (1997a). Dicionário do Romantismo literário português. Lisboa: Editorial Caminho, SA.
- BUESCU, Helena Carvalhão (1997b). *Júlio Dinis*. In BUESCU, Helena Carvalhão, *coord. Dicionário do Romantismo literário português*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, pp. 134-137.
- BYRON, Lord (1881). *Peregrinação de Childe Harold*. Tradução do inglês por Alberto Telles. Lisboa: Livraria Ferreira.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1972-1973). Páginas quase esquecidas / I. Porto: Editorial Inova SARL. 2 vols.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1973). Cartas de Camilo aos editores António Maria Pereira. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1979a). Escritos diversos de Camilo Castelo Branco: Polémica Epistolografia Poesia História Crónica Teatro. Lisboa: Livros Horizonte.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1979b). A via dolorosa: 1859-1860. Lisboa: Livros Horizonte.
- CABRAL, Alexandre (1980). Camilo Castelo Branco: roteiro dramático dum profissional das Letras. Lisboa: Terra Livre.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1981-1982). Polémicas de Camilo. Lisboa: Livros Horizonte. 9 vols.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1981a). Polémicas de Camilo. Lisboa: Livros Horizonte, vol. IV.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1981b). Polémicas de Camilo. Lisboa: Livros Horizonte, vol. V.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1982a). Polémicas de Camilo. Lisboa: Livros Horizonte, vol. VI.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1982b). Polémicas de Camilo. Lisboa: Livros Horizonte, vol. IX.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1984a). Correspondência de Camilo Castelo Branco com os irmãos Barbosa e Silva I. Lisboa: Livros Horizonte, vol. I.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1984b). Correspondência de Camilo Castelo Branco com os irmãos Barbosa e Silva II e Sebastião de Sousa. Lisboa: Livros Horizonte, vol. II.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1985a). Correspondência de Camilo Castelo Branco com António Feliciano de Castilho I. Lisboa: Livros Horizonte, vol. III.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1985b). Correspondência de Camilo Castelo Branco com António Feliciano de Castilho II. Lisboa: Livros Horizonte, vol. IV.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1986a). Correspondência de Camilo Castelo Branco com A. P. Lopes de Mendonça et al. Lisboa: Livros Horizonte, vol. V.
- CABRAL, Alexandre (1986b). Haverá relação direta entre os desvarios de Nuno e o suicídio de seu pai, Camilo Castelo Branco? «Boletim da Casa de Camilo». Série III. 7, 41-50.
- CABRAL, Alexandre, ed. (1988). Correspondência de Camilo Castelo Branco com Eduardo da Costa Santos. Lisboa: Livros Horizonte, vol. VI.
- CABRAL, Alexandre (1990). Parecer sobre as cartas de Camilo supostamente endereçadas a João Penha existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto. Separata de «Bibliotheca Portucalensis». Série 2, 5.
- CABRAL, Alexandre (1995). Camilo Castelo Branco: roteiro dramático dum profissional das Letras. 3.ª edição. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos.
- CABRAL, Alexandre (1997a). *Contributos para a biografia de Camilo*. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos.
- CABRAL, Alexandre (1997b). O significado da luta pelo viscondado em Camilo. In Contributos para a biografia de Camilo. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos, pp. 115-156.
- CABRAL, Alexandre (2003). *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. 2.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho.
- CABRAL, António (1918). Camilo desconhecido: erros que se emendam e factos que se aclaram; documentos inéditos. Lisboa: Livraria Ferreira, Lda.

- CABRAL, António (1922). Camilo de perfil: traços e notas Cartas e documentos inéditos. 2.ª edição.

  Paris: Livraria Aillaud: Lisboa: Bertrand.
- CABRAL, António (1924). Camilo e Eça de Queirós: cartas inéditas de Camilo: os plágios de Eça. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.; Antiga Casa França & Arménio Coimbra.
- CABRAL, António (1925). As polémicas de Camilo. Lisboa: Portugália Editora, 9 vols.
- CABRAL, António (1939). *Os amores, os ciúmes e a graça de Camilo: notas à margem cartas inéditas.* Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- CABRAL, António (1941). Glória e sombras de Eça de Queirós: cartas e informações inéditas documentos interessantes. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- CABRAL, António (1947). Homens e episódios inolvidáveis: cartas inéditas de Camilo; o berço de Eça; páginas de memórias. Lisboa: Livraria Bertrand.
- CABRAL, António Pires (1999). Camilo e Vila Real. «Vária Escrita». 6, 203-217.
- CABRAL, Eunice (2008). *Prefácio*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Coração, cabeça e estômago*. Porto: Edições Caixotim, pp. 7-31.
- CABRAL, Fernanda Damas (1987). *Bibliografia camiliana de Alexandre Cabral*. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos.
- CABRAL, Fernanda Damas (1991). Ana Plácido: a autobiografia como processo genealógico de escrita (narrativa). Lisboa: Caminho.
- CAFT (António Tavares de Carvalho) (1924). A minha Casa de Camilo: comemorações do 99.º aniversário do nascimento do glorioso escritor. Lisboa: [s.n.].
- CAFT (António Tavares de Carvalho) (1925). Factos e documentos referentes ao culto camiliano. Lisboa: Imprensa Lucas & C.ª.
- CALDAS, José (1883). Camilo Castelo Branco e o seu último romance: «A brasileira de Prazins». «Bibliografia Portuguesa e Estrangeira». 4:5, 41-49.
- CALDAS, José (1888). Camilo Castelo Branco. «O Primeiro de Janeiro». 67 (16 mar.) 1.
- CALDAS, José [s.d.]. Vinte cartas de Camilo Castelo Branco: 1876-1885. Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda.
- CALISTO, Avelino César Augusto (1833). O sr. Camilo Castelo Branco e as suas notas à sebenta. Porto: Livraria Ernesto Chardron.
- «Camiliana & Vária». 4 (jan.-mar. 1952) 154.
- «Camiliana & Vária». 4 (jan.-mar. 1952) 161.
- «Camiliana & Vária». 4 (jan.-mar. 1952) 163-164.
- CAMILO CASTELO BRANCO: carta ao Rei D. Luís. «Diário de Lisboa». Ano 1. 19 (28 abr. 1921) 1.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas I. «A Águia». Série 1. (1 mar. 1911) 3.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas V. «A Águia». Série 2. 2 (fev. 1912) 38 e 39.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas VI. «A Águia». Série 2. 3 (mar. 1912) 72 e 73.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas VII. «A Águia». Série 2. 4 (abr. 1912) 111.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas VIII. «A Águia». Série 2. 5 (mai. 1912) 136.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas IX. «A Águia». Série 2. 6 (jun. 1912) 185.
- *CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas* X. «A Águia». Série 2. 9 (set. 1912) 80.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas XI. «A Águia». Série 2. 10 (out. 1912) 124.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas XII. «A Águia». Série 2. 12 (dez. 1912) 187.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas XIII. «A Águia». Série 2. 28 (abr. 1914) 102 e 103.
- CAMILO CASTELO BRANCO: cartas inéditas XIV. «A Águia». Série 2. 29 (mai. 1914) 140.
- CAMILO CASTELO BRANCO: as suas cartas inéditas. «Revista Portuguesa». Ano V. 19 Série 2. 2 (abr. 1939) 37-38.

- CAMILO CASTELO BRANCO: as suas cartas inéditas. «Revista Portuguesa». Ano V. 20 Série 2. 3 (maio 1939) 22-23.
- CAMILO E HERCULANO. «Diário de Lisboa». 677 (21 jun. 1923) 1.
- CAMÕES, Luís de (1886). Alma minha gentil... Sonetos camonianos. Porto: [s.n.].
- CAMPAGNE, E. M. (1886). *Dicionário universal de educação e ensino*. Traduzido para português por Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, vol. 1.
- CAMPOS, Fernando (1925). Camilo contra-revolucionário: depoimentos coligidos. Lisboa: Portugália Editora.
- CAMPOS, Maria Amélia (2008). *Ana, a lúcida (1831-1895): biografia de Ana Plácido.* Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CARDOSO, Nuno Catarino (1923). Camilo, Fialho e Eça: a vida, o físico, a moral, a obra, o estilo e a linguagem; vocabulários compreendendo muitas palavras não registadas nos dicionários da língua portuguesa. Lisboa: Portugália Editora.
- CARDOSO, Nuno Catarino (1956). Camilo Castelo Branco e Dom Pedro V: subsídios para a vida e história do grande escritor. Lisboa: [edição do autor].
- CARNEIRO, José Augusto (1886). Apreciações de vários escritores feitas à memória histórica, genealógica e biográfica da excelentíssima Casa de Abrantes. Porto: Imprensa Civilização.
- CARQUEJA, Bento (1924). «O Comércio do Porto» ao completar 70 anos: notas para a sua história. Porto: Oficinas de «O Comércio do Porto».
- CARQUEJA, Bento (1925). «O Comércio do Porto» no centenário de Camilo Castelo Branco: 1825 1925. Porto: Oficinas de «O Comércio do Porto».
- CARQUEJA, Bento (1934). «O Comércio do Porto» ao completar 80 anos: notas para a sua história. Porto: Oficinas de «O Comércio do Porto».
- CARTA (UMA) DE CAMILO a Ana Plácido. «O Primeiro de Janeiro». 55:291 (12 dez. 1923) 4.
- CARTA (UMA) DE CAMILO ao visconde de Luzares. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 3:4 (jul.-dez. 1964) 6-10.
- CARTA (UMA) DE CAMILO. «Arte Livre: Revista d'arte e literatura». Braga. 1:13 (1897) 98.
- CARTA (UMA) DE CAMILO. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 7 (jul-set. 1965); 8 (out.-dez. 1965) 9-10.
- CARTA (UMA) DE CAMILO. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 1 (jan-mar. 1972) 56.
- CARTA (UMA) DE CAMILO CASTELO BRANCO. «Almanaque Bertrand». Lisboa. 12 (1911) 353-356.
- CARTA (UMA) DE CAMILO aos redatores de «A Esperança». «A Esperança». 2 (12 jun. 1857) 1.
- CARTA (UMA) DE CAMILO. «O Primeiro de Janeiro». 57:24 (29 jan. 1925) 5.
- CARTA (UMA) DE CAMILO. «O Primeiro de Janeiro». 57:38 (14 fev. 1925) 5.
- CARTA (UMA) DE CAMILO escrita por Ana Plácido implorando a Sousa Martins que livre o romancista da cegueira. «Diário de Lisboa». 12 330 (4 abr. 1957) página central.
- CARTA (UMA) DE CAMILO. «Feira da Ladra». I:3 (1929) 81-82.
- CARTA (UMA) DE CAMILO a José de Azevedo e Menezes. «Nova Alvorada». 2 (1 jun. 1891) 18.
- CARTA (UMA) DE CAMILO a [Tomás de Carvalho]. Lisboa: Tipografia A Editora Lda., 1915.
- CARTA (UMA) DE CAMILO. Viana: Tip. de José do Sousa, 1917.
- Carta fac-similada de Camilo Castelo-Branco. «Limiana». 12 (out. 1917) 201.
- Carta inédita de Camilo a António Feliciano de Castilho. «Camiliana & Vária». 2 (abr.-jun. 1951) 70.
- Carta inédita de Camilo Castelo Branco a Ana Plácido. «O Leme». Ano 1. 2:20 (17 abr. 1913) 2.
- Uma carta inédita de Camilo Castelo Branco a Oliveira Martins. «Ocidente». 17:50 (jun. 1942) 145.
- Carta inédita de Camilo. «Ícaro». 1:1 (jul. 1919) 25-26.
- Carta inédita de Camilo a José Cardoso Vieira de Castro. «Ícaro». 1:1 (jul. 1919) 25-26.
- Uma carta inédita de Camilo. «Nova Alvorada». (out. de 1896) 145.

Uma carta inédita de Camilo para o Dr. José de Castro. «A Capital: Literatura & Arte». Suplemento de quarta-feira. 4 (3 abr. 1968) 1-2.

Carta inédita de Camilo a Ramalho Ortigão. «Camiliana & Vária». 4 (jan-mar. 1952) 157; 169; 173.

Carta inédita, pertencente ao Museu João de Deus. «Camiliana & Vária». 2 (abr.-jun. 1951) 60.

CARTA DO PORTO: 18 de maio. «A Nação». Lisboa. Ano LXIX, 16506 (19 maio 1916) 1.

Cartas de Camilo Castelo Branco a António Rodrigues da Cruz Coutinho, a Henrique Marques, a Joaquim de Araújo e a J. Diogo Couto. «Nova Alvorada». 3:7 (1 out. 1893) 53-54.

Cartas de Camilo Castelo Branco II. «Arte Livre». 1:17 (1897) 134.

Cartas de Camilo Castelo Branco III. «Arte Livre». 1:23 (1898) 178-179.

Cartas de Camilo Castelo Branco IV. «Arte Livre». 1:24 (1898) 188.

Cartas de Camilo Castelo Branco V. «Arte Livre». 1:26 (1898) 204.

Cartas de Camilo Castelo Branco a João de Deus e a José Pereira de Sampaio. «Nova Alvorada». 3:4 (1 jul. 1893) 27.

Cartas de Camilo Castelo Branco a Joaquim de Araújo, a Germano Vieira Meireles e a Alice Moderno. «Nova Alvorada». 3:5 (1 ago. 1893) 35-36.

Cartas de Camilo Castelo Branco a Joaquim de Araújo, a João de Oliveira Ramos e a Tomé das Chagas (Pseudónimo). «Nova Alvorada». 3:3 (1 jun. 1893) 17-18.

Cartas de Camilo Castelo Branco a José de Azevedo e Menezes. «Nova Alvorada». 3:6 (1 set. 1893) 46.

Cartas de Camilo Castelo Branco a Luís Augusto Palmeirim: I, II e III. «Arquivo Bibliográfico». 1:5 (maio 1895) 65-66.

Cartas de Camilo Castelo Branco a Luís Augusto Palmeirim: IV e V. «Arquivo Bibliográfico». 1:6 (jun. 1895) 81.

Cartas de Camilo Castelo Branco a Luís Augusto Palmeirim: VI, VII, VIII, IX. «Arquivo Bibliográfico». 1:7 (jul. 1895) 97-98.

Cartas de Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». 3:3 (1 jun. 1893) 17-18.

Cartas de Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». 3:4 (1 jul. 1893) 27.

Cartas de Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». 3:5 (1 ago. 1893) 35-36.

Cartas de Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». 3:6 (1 set. 1893) 46.

Cartas de Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». 3:7 (1 out. 1893) 53-54.

Cartas de Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». 4:10 (1 jan. 1895) 185.

Cartas de Camilo Castelo Branco para Francisco Martins Sarmento. «A Revista». 3:2 (15 ago. 1905) 17-21.

Cartas de Camilo Castelo Branco para Francisco Martins Sarmento. «A Revista». 3:3 (15 set. 1905) 33-37.

Cartas de Camilo. «Nova Alvorada». 9:10 (maio 1902) 76.

CARTAS DE CAMILO a Trindade Coelho. Lisboa: Livraria de Manuel dos Santos, 1915.

CARTAS DE EÇA DE QUEIRÓS. Lisboa: Editorial Aviz, 1945.

Cartas inéditas de Camilo: ao Gabinete Português de Leitura de Pernambuco. «A Revista». 3:9 (15 mar. 1906) 129-131.

Cartas inéditas de Camilo: ao visconde de Azevedo. «A Revista». 3:5 (15 nov. 1905) 65-66.

Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco — II. «A Águia». Série 1. 8 (1 abr. 1911) 3.

Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco — III. «A Águia». Série 1. 9 (1 maio 1911) 1.

Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco — IV. «A Águia». Série 1. 10 (jul. 1911) 13.

Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco a José de Azevedo e Menezes. «A Paz». 101-105 (2-30 abr. 1921).

Cartas inéditas de Camilo. «Nova Alvorada». 10:1 (jan. 1903) 1-8.

Cartas inéditas de Camilo. «Revista Brasileira». 3 (set. 1934) 263-268.

Cartas inéditas de Camilo. «Revista Brasileira». 4 (out.-nov. 1934) 211-216.

Cartas inéditas de Camilo: a seu primo e aos redatores de «A Esperança». «A Revista». 3:7 (15 jan. 1906) 99-100.

- CARVALHO, António Tavares de (1932). A franqueza de Camilo. «Feira da Ladra». IV:4, 175-176.
- CARVALHO, Augusto de (1876). O Brasil: colonização e emigração. Esboço histórico baseado no estudo dos sistemas e vantagens que oferecem os Estados Unidos. 2.ª edição revista e acrescentada. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CARVALHO, J. M. Teixeira de (1922). Dois capítulos sobre Camilo Castelo Branco seguidos de 15 cartas inéditas. Com um prefácio de J. Freitas Gonçalves. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CARVALHO, Joaquim de (1955). *Prefácio das «Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins»*. In *Estudos sobre a Cultura portuguesa do século XIX: anteriana*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, vol. I, pp. 247-253.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1885). Um feixe de penas. Lisboa: Tipografia Castro Irmão.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1903). Cérebros e corações. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- CARVALHO, Maria de (1953-1954). Cartas notáveis: uma carta de Camilo. «Camiliana & Vária». 6:7 (jan. 1953-maio 1954) 283-284.
- CARVALHO, Rómulo de (2001). História do ensino em Portugal. 3.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Sebastião (1913). O último romântico. «O Leme». Ano 1. 2:23 (1 jun.) 10.
- Casa de Camilo: duas cartas de Alves de Azevedo. «O Primeiro de Janeiro». 47:92 (20 abr. 1915) 1.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1854). Um livro. Porto: Tipografia de J. A. de Freitas Júnior.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1858a). *Duas horas de leitura*. 2.ª edição. Porto: Em Casa de Cruz Coutinho-Editor.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1858b). A filha do arcediago. 2.ª edição emendada. Porto: Cruz Coutinho.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1858c). Vinganca. Porto: Em Casa de Cruz Coutinho.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1861a). Abençoadas lágrimas. Lisboa: Livraria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1861b). O morgado de Fafe em Lisboa. Lisboa: Livraria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1862a). Amor de perdição. Porto: Em Casa de V. Moré.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1862b). As três irmãs. Porto: Em Casa de Viúva Moré.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1863a). Anos de prosa. Porto: António José da Silva Teixeira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1863b). O bem e o mal. Porto: Tipografia do Comércio.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1864a). Amor de perdição. 2.ª edição. Porto: Em Casa de Viúva Moré.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1864b). Coração, cabeça e estômago. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1864c). Memórias do cárcere. 2.ª edição. Porto: Casa de Viúva Moré.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1864d). No Bom Jesus do Monte. Porto: Em Casa de Viúva Moré.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1864e). Vinte horas de liteira. Porto: Tipografia do Comércio.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1865). Duas épocas da vida. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1866a). O judeu: romance histórico. Porto: Viúva Moré. 2 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1866b). A queda dum anjo. Lisboa: Livraria de Campos Júnior, Editor.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1870). O condenado: drama em três atos e quatro quadros. Porto: Viúva Moré-Editora.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1871). Voltareis, ó Cristo. Porto: Viúva Moré-Editora.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1872a). *A infanta capelista*. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira.
- CASTELO BRANCO, Branco (1872b). Livro de consolação. Porto: Viúva Moré.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1874a). *Bibliografia: Padre Sena Freitas*. In *Noites de insónia*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Braga: Livraria Internacional de Eugénio Chardron, 9 (set.) 65-69.

- CASTELO BRANCO, Camilo (1874b). *Carta a respeito... daquela cousa.* In *Noites de insónia.* Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Braga: Livraria Internacional de Eugénio Chardron, 7 (jul.) 90-96.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1874c). Correspondência epistolar entre José Cardoso Vieira de Castro e Camilo Castelo Branco escrita durante os dois últimos anos da vida do ilustre orador. Porto: Editora Livraria Portuguesa e Estrangeira de João E. da Cruz Coutinho. 2 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1874d). O horror da demência. In Noites de insónia. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Braga: Livraria Internacional de Eugénio Chardron, 12 (dez.) 73-85.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1874e). *Noites de insónia*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Braga: Eugénio Chardron. 12 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1874f). Sobre Anselmo. In Noites de insónia. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Braga: Livraria Internacional de Eugénio Chardron, 8 (ag.) 85-94.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1874g). Subsídios para a história da Sereníssima Casa de Bragança. In Noites de insónia. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Braga: Livraria Internacional de Eugénio Chardron, 3 (mar.) 93-100.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1875-1876). *A caveira da mártir*. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira. 3 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1875). *Gracejos que matam*. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & C.ª.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1876a). O comendador. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & C.ª.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1876b). Curso de literatura portuguesa II. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1877). Mistérios de Fafe. Lisboa: Livraria de Campos Júnior.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1879). Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros. Porto; Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron-Editor.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1880a). *Ecos humorísticos do Minho*. Porto; Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron-Editor, vol. 2.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1880b). *História da Civilização Ibérica, por J. P. Oliveira Martins; História de Portugal, J. P. Oliveira Martins. Lisboa, 1879.* «Bibliografia Portuguesa e Estrangeira». 2:1, 1-5.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1880c). A senhora Rattazzi. Porto; Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1882a). A brasileira de Prazins. Porto: Ernesto Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1882b). *Silva Pinto e a sua obra*. In PINTO, Silva. *Combates e críticas:* 1875-1881. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1883a). Carga terceira: tréplica ao padre. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1883b). *A cavalaria da sebenta: resposta ao teólogo*. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1883c). *D. Luís de Portugal: neto do Prior do Crato*. Porto: Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1883d). *Notas ao folheto do Dr. Avelino César Calisto*. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1883e). *Notas à sebenta do Dr. Avelino César Calisto*. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1883f). Segunda carga da cavalaria: réplica ao padre. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron.

- CASTELO BRANCO, Camilo (1884a). *O general Carlos Ribeiro: recordações da mocidade*. Porto: Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1884b). O vinho do Porto: processo de uma bestialidade inglesa. Porto: Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos-Editor.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1885). Fel convertido em bálsamo. «Alhambra». Número único (fev.) 1.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1886a). Boémia do espírito. Porto: Livraria Civilização.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1886b). A difamação dos livreiros sucessores de Ernesto Chardron. Porto: Imprensa Civilização.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1886c). Serões de S. Miguel de Seide. Porto: Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos-Editor, vol. III.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1887a). *Amor de salvação*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1887b). Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros. Porto: Lugan & Genelioux, Sucessores. 2 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1890a). *Nas trevas: sonetos sentimentais e humorísticos.* Lisboa: Livraria Editora. Tavares Cardoso & Irmão.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1890b). Os Meus Amigos: soneto. «Revista Ilustrada». 1:11 (15 set.) 123.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1896). D. Luís de Portugal: neto do Prior do Crato. 2.ª edição. Porto: Livraria Chardron.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1920). Narcóticos. Porto: Companhia Portuguesa Editora, vol. II.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1926). *Tu quoque, Brutus!...* «O Nacional». (16 nov. 1859). In COSTA, Júlio Dias da, *ed. Dispersos de Camilo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, vol. III, pp. 391-397.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1927). Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Lda. 2 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1959). Boémia do espírito. Porto: Lello & Irmão-Editores.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1961). Maria da Fonte. Porto: Lello & Irmão-Editores.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1965). Onde está a felicidade? Lisboa: P. A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1967). O bem e o mal: romance. 17.ª edição. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1968a). *Agostinho de Ceuta; O marquês de Torres Novas*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1968b). Correspondência epistolar entre José Cardoso Vieira de Castro e Camilo Castelo Branco. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1968c). Um livro. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1969a). *Coisas espantosas*. Nota preliminar por Cabral do Nascimento. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1969b). Esboços de apreciações literárias. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1971a). Cenas da Foz. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1971b). A doida do Candal. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1972). O sangue. Nota preliminar de Túlio Ramires Ferro. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1982-2002). *Obras completas*. Direção de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores. 18 vols.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1984). In *Obras Completas: Amor de perdição: variantes (2.ª, 1864, 5.ª edição, 1879, 6.ª edição, 1887...)*. Direção de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores. vol. III, pp. 540-547.

- CASTELO BRANCO, Camilo (1986a). *Curso de literatura portuguesa*. 2.ª edição. Lisboa: Editorial Labirinto.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1986b). *A sereia*. In *Obras completas*. Direção de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores, vol. V, pp. 1-171.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1990a). *Folhetim*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas*. Direcão de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores, vol. XII, pp. 389-393.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1990b). *Viagens de Camilo Castelo Branco*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Obras Completas*. Direção de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores, vol. XII, pp. 44-70.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1992). O romance dum homem rico. Lisboa: Edições Cotovia.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1994). *Obras completas*. Direção de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores, vol. XVII.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2000). *Um animal de quatro cartas*. Prefácio de Vasco Graça Moura. Rio Tinto: Edições ASA.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2001a). *A brasileira de Prazins*. Prefácio de João Bigotte Chorão. Porto: Edições Caixotim.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2001b). *Memórias do cárcere*. Prefácio e fixação do texto de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2002). *Obras completas. D*ireção de Justino Mendes de Almeida. Porto: Lello Editores, vol. XVIII.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2003a). *O bem e o mal*. Prefácio de Maria de Lourdes A. Ferraz. Porto: Edições Caixotim.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2003b). *Eusébio Macário*; *A corja*. Prefácio e fixação de texto de J. Cândido Martins. Porto: Edições Caixotim.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2006a). *Amor de perdição*. Prefácio e fixação de texto de Aníbal Pinto de Castro. Porto: Edições Caixotim.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2006b). *Novelas do Minho*. Prefácio e fixação do texto de José Cândido Martins. Porto: Edições Caixotim.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2007). O senhor do Paço de Ninães. Prefácio de Maria Isabel Rocheta. Porto: Edições Caixotim.
- CASTELO BRANCO, Camilo (2012). Camilo íntimo: cartas inéditas de Camilo Castelo Branco ao visconde de Ouguela. Prefácio de A. Campos Matos. Lisboa: Clube do Autor.
- CASTELO BRANCO, Camilo; SARMENTO, Martins (1887). Óbolo às crianças. Porto: Lit. Portuguesa.
- CASTELO BRANCO, Luís (1965). *Judiciosa intervenção de Camilo*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 5:6 (jan.-jun.) 43-45.
- CASTELO BRANCO, Nuno (1890). Protesto contra a suposta filha de Camilo Castelo Branco. Porto: Tipografia Elzeviriana.
- CASTELO BRANCO, Raquel (1925). Trinta anos em Seide. Lisboa: Sociedade Editorial ABC Lda.
- CASTILHO, António Feliciano de (1861). *Amor e melancolia ou A novíssima Heloísa*. Nova edição correta e acrescentada com *A chave do enigma*. Lisboa: Tip. da Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa.
- CASTILHO, Guilherme de, ed. (1983). Eça de Queirós: Correspondência. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 vols.
- *CASTILHO: Consagração* à memória do poeta no *primeiro centenário do seu nascimento*. Lisboa: Sociedade Editora Empresa da História de Portugal, 1900.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1976). *Narrador, tempo e leitor na novela camiliana*. Vila Nova de Famalicão: Casa de Camilo.

- CASTRO, Aníbal Pinto de (1987). A paisagem do Minho na ficção camiliana. «Boletim da Casa de Camilo». Série 3. 9:10 (dez.) 85.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1994). Processos de construção da narrativa camiliana. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, 1, Coimbra, 1991. Congresso Internacional de Estudos Camilianos: atas. Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 59-74.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1995a). *Ana Plácido: a mulher que se maravilhou a si própria*. Porto: Lello & Irmão Editores; Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. Texto de apresentação das obras *Luz coada por ferros* e *Herança de lágrimas*, de Ana Plácido.
- CASTRO, Aníbal de (1995b). Camilo Castelo Branco. In Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, vol. 1, pp. 864-879.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1995c). *Narrador, tempo e leitor na novela camiliana*. 2.ª edição revista. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1997). *Ana Plácido, a «heroína» de Camilo*. In *A mulher na vida e obra de Camilo*. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos, pp. 9-34.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (2001). Eça de Queirós: da realidade à perfeição pela fantasia. Lisboa: CTT-Correios de Portugal.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (2008). *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CASTRO, Aníbal Pinto de; OLIVEIRA, José Manuel de, *org.* (2001). *Passos de Camilo: Exposição*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Casa de Camilo; Fundação Artur Cupertino de Miranda.
- CASTRO, Aníbal Pinto de; RIBEIRO, Maria Aparecida (1997). *Epistolografia I Portugal*. In *Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, vol. 2, pp. 327-336.
- CASTRO, Ernesto Manuel Melo (2000). *Odeio cartas*. In GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella, *org. Prezado senhor, Prezada senhora*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 11-17.
- CASTRO, José Cardoso Vieira de (1861). Camilo Castelo Branco: notícia da sua vida e obras. Porto: Editor A. J. da Silva Teixeira.
- CASTRO, José Cardoso Vieira de (1862). *Camilo Castelo Branco: notícia da sua vida e obras.* 2.ª edição correta e aumentada. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira.
- CASTRO, Sérgio de (1914). Camilo Castelo Branco: tipos e episódios da sua galeria. Lisboa: Parceria António Maria Pereira. 3 vols.
- CASTRO, Sérgio de (1925). *A jazida de Camilo*. Lisboa: Empresa Portuguesa de Livros, Lda. (Alfarrabista).
- Catálogo da camiliana de Francisco Garcia Saraiva. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940.
- Catálogo metódico de livros antigos e modernos em diversas línguas e manuscritos [pertencentes a Camilo Castelo Branco] que se hão-de vender em leilão [...]. Porto: Tipografia de D. António Moldes, 1870.
- Catálogo da preciosa livraria do eminente escritor Camilo Castelo Branco. Porto: Tipografia de Matos Moreira & Cardosos. 1883.
- CATROGA, Fernando (1993). *Morte romântica e religiosidade cívica*. In MATTOSO, José, *dir. História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 595-607.
- Cegueira (A) de Camilo: objeto de polémica. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 2:3 (jan.- jun. 1976) 43-46.
- CENAS DA HORA FINAL (1878). Tradução e prefácio de Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Portuense-Editora.
- CÉSAR, Amândio (1964). *A casa assombrada de S. Miguel de Seide.* Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- CÉSAR, Oldemiro (1914). Camilo Castelo Branco: sua vida e sua obra. Lisboa: Imprensa Nacional.

- CÉSAR, Oldemiro (1915). Camadas ínfimas. Porto: Edição da «Renascença Portuguesa».
- CÉSAR, Oldemiro (1925). *A propósito de três autógrafos de Camilo*. In In Memoriam *de Camilo*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, pp. 295-306.
- CÉSAR, Oldemiro (1943). *Sete cartas de Camilo a Luís Augusto Palmeirim*. Lisboa: Tipografia da Editorial Império, Limitada. Separata de «Ocidente». Lisboa. 60:19 (abr. 1943).
- CÉSAR, Oldemiro (1947). Camilo e o Amor de perdição. Porto: Editorial Domingos Barreira.
- CÉSAR, Oldemiro; MAGALHÃES, Cruz (1917). Em terra de ingratos: campanhas camilianas. Lisboa: Livraria Ferin.
- CHARLE, Christophe (2009). *Méthodes historiques et méthods littéraires, pour un usage croisé*. «Romantisme». 143, 13-29.
- CHARTIER, Roger, dir. (1991). La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Arthème Fayard.
- CHARTIER, Roger; BOUREAU, Alain; DAUPHIN, Cécile (1997). Correspondence: models of letter-writing from the Middle Ages to the nineteenth century. Cambridge: Polity Press.
- CHARTIER, Roger; HÉBRARD, Jean (1991). Entre public et privé: la correspondance, une écriture ordinaire. In CHARTIER, Roger, dir. La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Arthème Fayard, pp. 451-458.
- CHATEAUBRIAND, François-René (1860). O génio do cristianismo. Porto: Em Casa de Cruz Coutinho.
- CHAVES, Castelo Branco, ed. (2002). Cartas dispersas. Porto: Campo das Letras-Editores, S.A.
- CHEVALIER, Anne (2002). L'épistolaire: la lettre: le roman par lettres. Paris: Éditions Nathan.
- CHORÃO, João Bigotte (1979). Camilo a obra e o homem. Lisboa: Arcádia.
- CHORÃO, João Bigotte (1988). Camilo: esboco de um retrato. 2.ª edição revista. Lisboa: Vega.
- CHORÃO, João Bigotte (1990a). Camilo e o jornalismo do séc. XIX. «Prelo». 18 (jan.-mar.) 33-43.
- CHORÃO, João Bigotte (1990b). *Páginas camilianas e outros temas oitocentistas*. Lisboa: Guimarães Editores, Lda.
- CHORÃO, João Bigotte (1996). O essencial sobre Camilo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CHORÃO, João Bigotte (1999). A Camiliana de Sintra. «Vária Escrita». 6, 235-239.
- CHOTARD, Loïc (1995). Correspondances: une histoire illisible. «Romantisme». 25:90, 27-37.
- CICERONIS, M. T. (1792). Orationes. Boston: Robert S. Davis & Co.
- CIPLIJAUSKAITË, Biruté (1998). *La construcción del yo y la historia en los epistolarios*. «Monte Agudo». 3:3, 61-72.
- CLÁUDIO, Mário (2006). Camilo Broca: romance. Lisboa: D. Quixote.
- CLÁUDIO, Mário (2019). A letra e a vida. «Jornal de Letras». 31:1260 (16-29 jan.) 13.
- COELHO, A. do (1919). *Camilo*. Paris; Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand; Porto: Livraria Lello & Irmão; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- COELHO, A. do (1950). *Espiritualidade e arte de Camilo: estudo crítico*. Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira Editor.
- COELHO, Jacinto do Prado (1961). Problemática da história literária. Lisboa: Edições Ática.
- COELHO, Jacinto do Prado (1982). *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 2.ª edição refundida e aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. 1.
- COELHO, Jacinto do Prado, dir. (1997). Dicionário de literatura. Porto: Mário Figueirinhas Editor. 5. vols.
- COELHO, Jacinto do Prado (2001). *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 3.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COELHO, Trindade (2008). Correspondência: 1873-1908. Bragança: Assembleia Distrital.
- COELHO, Trindade [s.d.]. In illo tempore: estudantes, lentes e futricas. Lisboa: Portugália Editora.

- COLAÇO, Branca de Gonta, ed. (1922). Cartas de Camilo Castelo Branco a Tomás Ribeiro. Lisboa: Portugália Editora.
- COLAÇO, Tomás Ribeiro (1940). O espírito inglês: notas e comentários. Lisboa: Livraria Bertrand.
- COMISSÃO EXECUTIVA da grande comissão do primeiro centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco (1925). Camilo: 16 de março 1825-1925: Livro comemorativo do centenário, editado pela Comissão. Lisboa: GCPC.
- COMISSÃO DE HOMENAGEM póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, 1915-1920 (1920). Camilo Homenageado: o escritor da graça e da beleza. V. N. de Famalicão: Tipografia «Minerva» de Cruz Sousa & Barbosa.
- Como Camilo definia a obra de Eça de Queirós numa carta enviada a Maria Amália. «Ilustração: Grande Revista Portuguesa». 12:268 (16 fev. 1937) 18-19.
- Como escreviam Camilo e Eça: a facilidade genial de um e a dificuldade talentosa do outro. «Ilustração: Grande Revista Portuguesa». 11:258 (16 set. 1936) 18-19.
- CONDE, António Adérito Alves (2009). *João Evangelista Vila Real (1790-1869): uma biografia para além do enredo camiliano.* Porto: Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado.
- «Conimbricense(O)». 2746 (18 dez. 1873) 4.
- CORBIN, Alain (1990). Os bastidores. In PERROT, Michele, dir. História da vida privada: da Revolução Francesa à Grande Guerra. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, pp. 413-610.
- CORREIA, Hélia (1986). *Prefácio*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Maria da Fonte*. Lisboa: Ulmeiro, pp. 7-14.
- CORREIA, João de Araújo (1955a). *Carta inédita de Camilo*. «Revista do Norte: Literatura Arte Ciência Filosofia». I:7 (jul.) 197-199.
- CORREIA, João de Araújo (1955b). Cartas da montanha. Régua: Imprensa do Douro-Editora.
- CORREIA, João de Araújo (1973). Uma sombra picada das bexigas. Porto: Editorial Inova SARL.
- CORREIA, José Augusto (1925). O solitário de Seide. In In Memoriam de Camilo. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, pp. 271-273.
- Correspondance de Gustave Flaubert. Saint-Genouph: Librairie Nizet, 2001. 2 vols.
- COSTA, D. António da (1871). História da instrução popular em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, D. António da (1874). No Minho. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, João, *ed.* (1924). *Castilho e Camilo: correspondência trocada entre os dois escritores.* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- COSTA, José Augusto da (1958). Os escritores e os direitos de autor. «O Tripeiro». Série V. 14:6 (out.)
- COSTA, Júlio Dias da (1917). Camilo e o Óbolo às crianças. Lisboa: Tip. A Editora.
- COSTA, Júlio Dias da (1922). Epistolário: Camilo Castelo Branco presta homenagem ao grande ator Santos numa carta dirigida à sua viúva. «Diário de Lisboa». 507 (29 nov.) 3.
- COSTA, Júlio Dias da, *ed.* (1923a). *Uma carta de Camilo ao Visconde de Moreira de Rei*. Lisboa: [s.n.]. Separata do livro «Escritos de Camilo».
- COSTA, Júlio Dias da, ed. (1923b). Escritos de Camilo: I Cartas; II Notas em livros. Lisboa: Portugália Editora.
- COSTA, Júlio Dias da, ed. (1924-1929). Dispersos de Camilo. Coimbra: Imprensa da Universidade. 5 vols.
- COSTA, Júlio Dias da (1925). Palestras camilianas. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- COSTA, Júlio Dias da, ed. (1928). Cartas de Camilo ao editor Matos Moreira. Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade.
- COSTA, Júlio Dias da (1930a). João de Deus e Camilo: notícia comemorativa do centenário do poeta. Lisboa: Imprensa Lucas & C.ª.

- COSTA, Júlio Dias da, ed. (1930b). Dois anos de agonia: Cartas de Camilo e de Ana Plácido a Freitas Fortuna. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª.
- COSTA, Júlio Dias da, ed. (1931). Cartas de Camilo a Vieira de Castro: anteriores às publicadas na «correspondência epistolar». Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª.
- COSTA, Júlio Dias da (1936). *Novas palestras camilianas: obra póstuma*. Prefácio de Jorge de Faria. Lisboa: Livraria Morais.
- COSTA, Júlio Dias da (1937). Camilo e Cipriano Jardim: duas questões e uma pendência sem duelo. Lisboa: Depositários João de Araújo Morais, Lda. Livraria Morais.
- COSTA, Sousa (1946). *Os três cireneus da via-dolorosa de Camilo: o juiz, o advogado e o médico.* Coimbra: Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra.
- COSTA, Sousa (1959). Camilo no drama da sua vida: à margem do romance de Camilo de Aquilino Ribeiro. Porto: Livraria Civilização.
- COSTA, Sousa [s.d.]. Processo de querela contra dona Ana Augusta Plácido e Camilo Castelo Branco por crime de adultério. Porto: Editorial «O Primeiro de Janeiro».
- COSTA FILHO, Gomes da (1955). Porque cegou Camilo?: estudo retrospetivo da cegueira do mártir de S. Miguel de Seide. Porto: Livraria Latina Editora.
- COSTA FILHO, Gomes da (1971). *A cegueira de Camilo e a obliquidade do sr. Ribeiro*. São Paulo: Gomes da Costa (Filho).
- COSTA FILHO, Gomes da (1973). A cegueira de Camilo no Departamento de Oftalmologia da Associação Paulista de Medicina. São Paulo: [edição do autor].
- CRASTO, António Serrão de (1883). *Os ratos da Inquisição: Poema inédito*. Prefácio de Camilo Castelo Branco. Porto: Ernesto Chardron.
- CRESPO, António Cândido Gonçalves (1871). Miniaturas. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CRISTO, Ana Teresa Fernandes Peixinho de (2010). *A epistolaridade nos textos de imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tese de doutoramento.
- CRUZ, Antonieta (2012). Olhares sobre o Portugal do século XIX. Lisboa: INCM.
- DANTAS, Luís (2011). Gomes Leal: o anjo rebelde. Ponte de Lima: [s.n.].
- DAUPHIN, Cécile (1995a). Pour une histoire de la correspondance familiale. «Romantisme». 25:90, 89-99.
- DAUPHIN, Cécile et al. (1995b). Ces bonnes lettres: une correspondence familiale au XIXe siècle. Paris: Bibliothèque Albin Michel.
- DAUPHIN, Cécile (2005). Les correspondances privées du XIXe siècle. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 56-58.
- DAVID, Sérgio Nazar, ed. (2012). Almeida Garrett: correspondência familiar. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- De jornada para Viana Camilo pernoitou em Forjães. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 2:3 (jan.-jun. 1976) 27-30.
- DELON, Michel (2005). De la vie à la fiction. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 39-41.
- DEUS, João de (1889). A maior dor humana: coroa de saudades oferecida a Teófilo Braga e sua esposa para a sepultura de seus filhos. Porto: Anselmo de Moraes.
- DEUS, João de (1898a). Prosas. Lisboa: Antiga Casa-Bertrand José Bastos.
- DEUS, João de (1898b). Prosas. Narrativas singelas. Cartas, prólogos e críticas Cartas sobre o método da leitura Cartas íntimas Através da imprensa Traduções. Coordenação de Teófilo Braga. Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- «Diário Ilustrado». 27 (27 jul. 1872) 3.
- «Diário Ilustrado». 28 (28 jul. 1872) 2.

- «Diário Ilustrado». 32 (1 ago. 1872) 2.
- «Diário Ilustrado». 128 (5 nov. 1872) 2.
- «Diário de Notícias». 1017 (2 jun. 1868) 1.
- «Diário de Notícias». 1156 (15 nov. 1868) 1.
- «Diário da Tarde». 121 (12 fev. 1872) 1.
- DIAZ, Brigitte (1995). La correspondance de George Sand éditée par ses enfants. «Romantisme». 25:90, 61-75.
- DIAZ, Brigitte; SIESS, Jürgen, ed. (2006). L'épistolaire au féminin: correspondances de femmes XVIIIe-XXe siècle. Caen: Presses Universitaires de Caen.
- DIAZ, José-Luis (1995). Le XIXe siècle devant les correspondances. «Romantisme». 25:90, 7-26.
- DIAZ, José-Luis (2005). La naissance de l'intimité. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 55.
- DINIS, Júlio [s.d.]. *Cartas e esboços literários*. Prólogo do Dr. Egas Moniz. Porto: Livraria Civilização-Editora.
- Drama (O) de amor de D. Maria Amália Vaz de Carvalho: uma notável carta de Camilo Castelo Branco. «Diário Popular». I:178 (24 mar. 1943) 1 e 8.
- Duas cartas ao editor João Baptista de Matos Moreira. «Seara Nova: Revista quinzenal de doutrina e crítica». 27:1081 (17 abr. 1948) 216.
- Duas cartas de Camilo. «Camiliana & Vária». 3 (jul.-dez. 1951) 132 e 143.
- Duas cartas de Camilo. «Feira da Ladra». 5:1, (1933) 20-21.
- Duas cartas e um cartão de Camilo Castelo Branco. «Seara Nova». Ano XXXVIII. 1356:1357:1358 (nov.-dez. 1958) 440.
- Duas cidades ao serviço de Portugal: subsídios para o estudo das relações de Lisboa e Porto durante oito séculos. Porto: Município do Porto, 1947, vol. 2.
- DUFIEF, Pierre-Jean (2000). Les écritures de l'intime: La correspondance et le journal. Paris: Honoré Champion Éditeur.
- DUFIEF, Pierre-Jean (2005). Le reflux épistolaire? «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 59-61.
- «Ecos de Belém». 17:635 (17 fev. 1948).
- EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold [s.d.]. A evolução da Física: de Newton à Teoria dos Quanta. Lisboa: Livros do Brasil.
- Epistolário: Camilo Castelo Branco escreve a António Feliciano de Castilho uma carta repassada de chistosa ironia. «Diário de Lisboa». 919 (7 abr. 1924) 5.
- Epistolário: Camilo Castelo Branco escreve ao editor Matos Moreira negociando o «Curso de Literatura Portuguesa» e prometendo já o novo livro «O Cego de Landim». «Diário de Lisboa». 1:207 (6 dez. 1921) 3.
- Epistolário: Camilo Castelo Branco escreve uma carta ao poeta Luís Palmeirim onde o grande escritor, para se recusar de um lapsus calami, aponta outra a Almeida Garrett. «Diário de Lisboa». 1:294 (20 mar. 1922) 3.
- Epistolário: Camilo Castelo Branco escreve uma pequena carta ao poeta Luís Palmeirim agradecendo as felicitações por ter sido agraciado com o título de visconde. «Diário de Lisboa». 313 (12 abr. 1922) 3.
- Epistolário: Carta de Camilo Castelo Branco. «Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal». 1 (jul. 1923) 27.
- Epistolário XIII: Carta de Camilo Castelo Branco. «Figueira: Boletim Mensal de Literatura, Ciência e Arte». 1:2 (jan.-fev. 1916) 360.
- Epistolário: uma carta inédita de Camilo Castelo Branco publicada no «Arquivo Literário». «Diário de Lisboa». 1775 (19 jan. 1927) 3.
- Epistolário: Duas cartas interessantes do 1.º Marquês da Graciosa a Camilo e de Camilo Castelo Branco. Notas de Maria de Carvalho. «Diário de Lisboa». 551 (22 jan. 1923) 3.

- Epistolário: Jacinto de Santa Ana e Vasconcelos M. Bettencourt ministro de Portugal em Washington escreve uma carta ao escritor Luís Augusto Palmeirim. «Diário de Lisboa». 356 (2 jun. 1922) 3.
- Escritos de Camilo: transcrevem-se algumas cartas do grande romancista insertas no último livro de Júlio Dias da Costa. «Diário de Lisboa». 619 (13 abr. 1923) 3.
- ESTEVES, António Augusto, *coord.* (1925). *Centenário de Camilo: a sua celebração na Figueira da Foz.* Figueira da Foz: Comissão do Centenário de Camilo Castelo Branco.
- Excertos da obra de Camilo: o centenário pombalino. «A Gazeta de Oeiras». 18 (5 mar. 1916) 2.
- Excertos da obra de Camilo: o maior romancista português lutando com a miséria: uma carta. «A Gazeta de Oeiras». 22 (2 abr. 1916) 1.
- Excertos da obra de Camilo: três cartas de Camilo. «A Gazeta de Oeiras». 23 (9 abr. 1916) 1.
- Fac-símile de autógrafo de Camilo a Matos Moreira & C.a. «Camiliana & Vária». 1 (jan.-mar. 1951) 31.
- Fac-símile de carta a Ana Plácido. «O Leme». Ano 1. Série 2. 23 (1 jun. 1913) 2.
- FARIA, Emília Sampaio Nóvoa, ed. (1990). Camilo em Landim: cartas inéditas de Camilo e Ana Plácido para Alberto Sampaio e António Vicente de Carvalho Leal e Sousa. Nota preambular de Manuel Simões. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos.
- FARIA, Emília Sampaio Nóvoa, ed. (2018). Correspondência de José de Azevedo e Menezes (1878-1933): Camilo homenageado. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Húmus.
- FEBVRE, Lucien (1952). Martin Luther: un destin. Paris: Presses Universitaires de France.
- FERNANDES, Hirondino, ed. (2008). Correspondência de Trindade Coelho: 1873-1908. Bragança: Brigantia.
- FERRÃO, António (1936). Camilo e Silva Pinto: antecedentes da polémica entre o romancista e o crítico, em 1874. Lisboa: Academia da Ciências de Lisboa.
- FERRÃO, Julieta (1924). Rafael Bordalo Pinheiro e a crítica: impressões, corrigendas, notas inéditas. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FERRAROTI, Franco (1990). Histoire et histoires de vies: la méthode biographique dans les sciences sociales. Paris: Méridiens Klincksieck.
- FERRAZ, Maria de Lourdes (1997). Camilo (Ferreira Botelho) Castelo Branco. In BUESCU, Helena Carvalhão, coord. Dicionário do Romantismo literário português. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 80-86.
- FERRAZ, Maria de Lourdes (2003). *Camilo e o romantismo: a retórica do sentimento*. In RITA, Annabela *et al. Camilo: leituras críticas*. Porto: Edições Caixotim, pp. 147-164.
- FERRAZ, Maria de Lourdes (2011). Ensaios oitocentistas. Porto: Edições Caixotim.
- FERREIRA, Godofredo (1956). A corte arquiepiscopal de Braga e os seus correios-mores. Lisboa: CTT. Separata do «Guia Oficial dos CTT».
- FERREIRA, Joaquim (1965). Memórias de Camilo extraídas das suas obras. Porto: Domingos Barreira.
- FERREIRA, Luís Martins de Menezes Veloso (1958). A propósito de duas cartas de Camilo Castelo Branco. «O Tripeiro». Série V. 14:6 (out.) 185-186.
- FERREIRA, Manuel, org. (1968). Catálogo de uma excelente biblioteca da qual se destaca uma importantíssima e muito completa camiliana a mais notável que tem aparecido à venda nas últimas dezenas de anos. Porto: Manuel Ferreira-Livreiro Alfarrabista.
- FERREIRA, Raul César, ed. (1929). Duas cartas de Camilo Castelo Branco ao Dr. João António Santos e Silva. Lisboa: [s.n.].
- FESSIER, Guy (2003). L'épistolaire. Paris: Presses Universitaires de France.
- FIGUEIRAS, Paulo de Passos, ed. (2002). In *Cartas inéditas de Camilo Castelo Branco à filha Bernardina Amélia, ao genro e à neta*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de (1879). *Instituições elementares da retórica para o uso das escolas.* Coimbra: Livraria Central de J. Diogo Pires-Editor e Proprietário.

- FIGUEIREDO, Antero (1925). São Miguel de Seide. In In Memoriam de Camilo. Lisboa: Casa Ventura Abrantes.
- FIGUEIREDO, Antero de (1966). São Miguel de Seide. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 9:10 (jan.-jun.) 5-9.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1873). *Morte de Yaginadatta: episódio do poema épico O Ramayana.* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1874). *Quadros cambiantes*. 2.ª edição. Coimbra José Correia de Almeida Júnior.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1908). Peregrinações (1868-1908). Porto: Empresa Literária e Tipográfica.
- FIGUEIREDO, Cândido de, ed. (1924). Cartas inéditas de oitenta e cinco escritores portugueses da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século atual. Rio de Janeiro: H. Antunes & C.ª Livraria Editora.
- FONSECA, A. Corregedor da (1975). *No primeiro Centenário das linhas do Caminho de Ferro a norte do rio Douro (1875-1975)*. Lisboa: Edição dos Caminhos de Ferro Portugueses.
- FONSECA, Gondin da (1953). Camilo compreendido: sua vida e suas obras, seus impulsos para incesto e o matricídio. São Paulo: Livraria Martins Editora, vol. 1.
- FONSECA, Nicolau (1923). Uma carta e algumas notas inéditas de Camilo Castelo Branco: Correspondência de Ricardo Simões dos Reis ao eminente escritor. Coimbra: Coimbra Editora, Lda. (Antiga Casa França & Arménio).
- FONTANÉS, Ernest (1867). Le christianisme moderne. Paris: Germer Baillière, Libraire-Éditeur.
- FORTUNA, António José de Freitas (1924). Cartas de J. A. de Freitas Fortuna a D. Ana Plácido e a Camilo Castelo Branco (Com duas cartas do Dr. Urbino de Freitas). Évora: [s.n.].
- FREELAND, Alan, *ed.* (1994). *Correspondência Epistolar*. Tradução de José Moura de Carvalho. Lisboa: Edições Cosmos.
- FREIRE, Francisco José (1782). Secretário português, ou método de escrever cartas. Lisboa: Tipografia Rolandiana.
- FREIRE, João Paulo (1917a). *Camilo Castelo Branco: a campanha da lápide: com um inédito do mestre.* Lisboa: Livraria de Manuel dos Santos.
- FREIRE, João Paulo (1917b). Entre gigantes!: a questão Camilo Castelo Branco Guerra Junqueiro. 2.ª edição revista e aumentada pelo autor. Lisboa: Guimarães & C.ª-Editores.
- FREIRE, João Paulo (1917c). Terra lusa: impressões de viagem: Camilo Castelo Branco em Vandoma. Braga: Raul Guimarães & C.ª-Editores.
- FREIRE, João Paulo (1918). Camilo Castelo Branco e Silva Pinto. Lisboa: Guimarães & C.ª-Editores.
- FREIRE, João Paulo (1921). A casa de Camilo. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- FREITAS, António Maria de (1896). Uma carta inédita de Camilo Castelo Branco: dois traços para a história de um corsário. «Nova Alvorada». (abr.) 97-98.
- FREITAS, Melo (1890). *Camilo Castelo Branco: para a história dos seus últimos dias*. «Revista Ilustrada». Ano 1. 6 (30 jun.) 70-71.
- FREITAS, Melo (1916). Camilo Castelo Branco: para a história dos seus últimos dias. «Camiliana». (1 jan.) 3-8.
- FREITAS, padre Sena (1887). Perfil de Camilo Castelo Branco. São Paulo: Leroy King Bookwalter.
- FREITAS, padre Sena (1888). *Perfil de Camilo Castelo Branco*. Nova edição autorizada pelo autor. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- FREJLICH, Hélène (1933). *Flaubert d'après sa correspondance*. Paris: Société française d'éditions littéraires et techniques. Thèse présentée à la Faculté des Lettres de L'Université de Paris.
- GAMA, Augusto (1883). *A comédia a sério: com uma carta-prefácio do ex.*<sup>mo</sup> sr. Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Civilização de E. C. Santos-Editor.

- GAMA, Augusto (1933). *Dois escritores coevos: Camilo Castelo Branco e Arnaldo Gama*. Prefácio de Joaquim Costa. Coimbra: Coimbra Editora.
- GAMITO, A. Manuel (1918). Camilo cego: evocação romântica de um grande romântico. Lisboa: Edição da Associação Académica.
- GARRETT, Almeida (2007). Cartas de amor à Viscondessa da Luz. Vila Nova de Famalicão: Edições Ouasi.
- GENETTE, Gérard (1987). Seuils. Paris: Éditions du Seuil.
- GENINASCA, Jacques (1989). Notas sobre la comunicación epistolar. «Revista de Occidente». 85, 65-80.
- GEORGE, Rambert (1981). Chronique intime d'une famille de notables au XIXe siècle. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- GERSÃO, Virgínia Faria (1950). Amélia Janny. Coimbra: Tip. da Coimbra Editora, Limitada.
- GESTA, Serafim (1981). De Gondomar a 1.ª mulher de Camilo. 2.ª edição. Porto: [edição do autor].
- GOMES, Alberto F. (1964). *Camilo e a Madeira*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 2 (abr.-jun.) 23-28.
- GOMES, Alberto F. (1965a). *A jazida de Camilo no Cemitério da Lapa I*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 7:8 (jul.-dez.) 33-40.
- GOMES, Alberto F. (1965b). Nótulas camilianas. [S.l.: s.n.].
- GOMES, Alberto F. (1966a). *Camilo e a Madeira*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 9:10 (jan.-jun.) 39-44
- GOMES, Alberto F. (1966b). *A jazida de Camilo no Cemitério da Lapa II*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 9:10 (jan.-jun.) 15-28.
- GOMES, Marques (1993). A Vista Alegre: memória histórica. Aveiro: Livraria Estante Editora.
- GOMES, João Augusto Marques (1935). *Aveiro na obra e nas relações de Camilo:* «O olho de vidro». «Arquivo do Distrito de Aveiro». I, 209-218.
- GOTHOT-MERSCH, Claudine (1991). Sur le renouvellement des études de correspondances littéraires: l'exemple de Flaubert. «Romantisme». 72, 5-29.
- GRAÇA, Fernando Lopes, ed. (1946). Cartas do abade António da Costa. Lisboa: [s.n.].
- GRACIAS, Bernardino (1965). Camilo suicida: ensaio biobibliográfico. Lisboa: [s.n.].
- GRASSI, Marie Claire (1998). Lire l'épistolaire. Paris: Dunod.
- GREEN, Susan (2008). *Genre: Life Writing.* In *mETAphor*. 2.ª edition. New South Wales: English Teachers' Association of NSW, pp. 50-55.
- GUILLÉN, C. (1989). Teorías de la Historia Literaria: ensayos de teoría. Madrid: Espasa Calpe.
- GUIMARÃES, Luís de Oliveira (1952). O espírito e a graça de Camilo. Lisboa: Edição Romano Torres.
- GUSMÃO, Manuel (1995). Autor. In Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, vol. 1, pp. 483-489.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève (1995). L'épistolaire. Paris : Hachette.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève, ed. (1999). Lettre et réflexion morale: la lettre, miroir de l'âme. Paris: Klincksieck.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève (2005). *Les Lumières, une ère de liberté.* «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 52-54.
- HÉBRARD, Jean (1990). La correspondance au XIXe siècle: approche historique. In BOSSIS, Mireille; PORTER, Charles A., dir. L'epistolaire à travers les siècles: gestes de communication et/ou d'écriture: coloque. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, pp. 162-168.
- HERCULANO, Alexandre (1946). *Cartas inéditas de Alexandre Herculano a Joaquim Filipe de Soure.*Publicadas e comentadas por Luís Silveira. Lisboa: Fernandes & C.ª.
- HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire (1995). L'épistolaire ou la mutation d'un genre au début du XIXe siècle. «Romantisme». 25:90, 39-49.

HORTA, José Maria da Ponte e (1881). Estado e crítica do nosso ensino oficial. Lisboa: Academia Real das Ciências.

«Ilustração (A) Moderna». 8:9 (1901) 95.

Inédito (Um) de Camilo: carta a José António da Silva Baptista. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 1 (jan.-mar. 1964) 3.

Inéditos & autógrafos: A. P. Lopes de Mendonça e Camilo. «Portucale». 4:20 (mar.-abr. 1931) 78-79.

Inéditos & autógrafos: A. P. Lopes de Mendonça e Camilo. «Portucale». 4:21 (maio-jun. 1931) 144.

Inéditos & autógrafos: autógrafo de Camilo. «Portucale». Série 2. 5:25, 27 (jan.-jun. 1950) 128-129.

Inéditos & autógrafos: um autógrafo de Camilo. «Portucale». 9:49, 50 (jan.-abr. 1936) 34-35.

Inéditos & autógrafos: Camilo e o conde de Samodães. «Portucale». 7:37,38 (jan.-abr. 1934) 36-40.

Inéditos & autógrafos: carta de Camilo Castelo Branco. «Portucale». 17:97, 98 (jan.-abr. 1944) 46-47.

Inéditos & autógrafos: carta de Camilo. «Portucale». 13:73 (jan.-fev. 1940) 26-27.

Inéditos & autógrafos: carta de Joaquim de Araújo, acerca do poeta Eduardo Coimbra. «Portucale». 14:82, 83 (jul.-out. 1941) 153-157.

Inéditos & autógrafos: cartas de Camilo e de Júlio Dinis. «Portucale». 5:28 (jul.-ago. 1932) 170-171.

Inéditos de Camilo: novas páginas de sofrimento. «Prelo». 5 (out.-dez. 1984) 77-90.

*In Memoriam de Camilo*. Coordenação de E. A. e V. A. e direção artística de Saavedra Machado. Lisboa: Casa Ventura e Abrantes, 1925.

In Memoriam de Henrique Marques. 1859-1933. Organizado por seus filhos. Lisboa: Livraria Central Editora, 1934.

Irradiações Clássicas: duas cartas de Guerra Junqueiro dirigidas a Camilo Castelo Branco. «O Leme». Ano 1. 2:22 (1913).

JOAQUIM, António (1905). *Rapsódia camiliana*. Com prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno). Porto: Livraria de Alfredo Barbosa de Pinho Lousada-Editora.

JORGE, Ricardo (1925). Camilo e António Aires: Seguido do poema «As Commendas». Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda.

JORGE, Ricardo [s.d.]. Camilo Castelo Branco: recordações e impressões. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

«Jornal do Comércio». 10.954 (5 jun. 1890) 2.

«Jornal da Noite». 2264 (6-7 jul. 1878) 1.

«Jornal de Notícias». Porto. 1 (2 jan. 1866) 1.

«Jornal (O) do Porto». 57 (10 mar. 1867) 3.

«Jornal (O) do Porto». 229 (9 out. 1874) 1.

«Jornal (O) do Porto». 117 (25 maio 1875) 1.

«Jornal (O) do Porto». 119 (27 maio 1876) 2.

«Jornal (O) do Porto». 19 (22 jan. 1889) 1.

JUSTINO, David (1988). A formação do espaço económico nacional: Portugal 1810-1913. Lisboa: Vega, vol. I.

KALIFA, Dominique (2009). L'imprimé, le texte et l'historien: vieilles questions, nouvelles réponses? «Romantisme». 143, 93-99.

KAYSER, Wolfgang (1985). Análise e interpretação da obra literária. Coimbra: Arménio Amado, Editora-Coimbra.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1998). L'interaction épistolaire. In SIESS, Jürgen, dir. La lettre entre réel et fiction. Paris: Editions Sedes, pp. 15-36.

LABRE, Chantal (2005). Les tablettes de Cicéron. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 44-46.

LACAPE, Henri (1941). Camilo Castelo Branco. Paris: Maurice Lavergne.

LAGE, José Gonçalves (1883). Elementos de oratória compreendendo as prescrições do programa dos liceus. Coimbra: Livraria Portuguesa e Estrangeira do editor Manuel de Almeida Cabral.

- LANHOSO, Adriano Coutinho (1965). *A jazida de Camilo no cemitério da Lapa I.* «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 7:8 (jul.-dez.) 33-39.
- LANHOSO, Adriano Coutinho (1966). *A jazida de Camilo no cemitério da Lapa II*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 9:10 (jan.-jun.) 15-25.
- LANHOSO, Adriano Coutinho (1970). Camilo Castelo Branco visto por Freitas Fortuna seu amigo e seu irmão. Vila Nova de Famalicão: Casa de Camilo.
- L., A. (1925). Os prédios, em que, no Porto, viveu Camilo Castelo Branco. «O Primeiro de Janeiro». (15 mar.) 6.
- LARANJEIRA, Manuel (1908). Camilo Castelo Branco. «Ilustração Transmontana». 1, 66-70.
- LAUSBERG, Heinrich (1982). *Elementos de retórica literária*. 3.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEÃO, António da Costa (1924). Problema bibliográfico: Camilo e os miguelistas. Lisboa: Portugália Editora.
- LEÃO, António da Costa (1952). *Uma carta de Camilo «ressuscitada»*. «Camiliana & Vária». 4 (jan.-mar.) 155-157.
- LEITÃO, Joaquim (1925). Génio da desgraça: na hora centenária de Camilo. Lisboa: Ottosgrafica, Lda.
- LEITE, Carlos (1969). Camilo na passagem pela Serra do Alvão. Porto: [edição do autor].
- LEMOS, Ester de (1964). Soror Dolores. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 1 (jan-mar.) 5-17.
- LEMOS, Maximiano (1916). Cartas de Camilo a sua filha. «Gente Lusa». Série 1. 3 (mar.) 62-68.
- LEMOS, Maximiano (1920). Camilo e os médicos: com novos elementos para a biografia do grande escritor. 1.ª edição. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- LEMOS, Maximiano (1974). *Camilo e os médicos*. Prefácio de João de Araújo Correia. Porto: Editorial Inova.
- LEVI, Giovanni (1989). *Les usages de la biographie*. «Annales Économies, Sociétés, Civilisations». Année 44.e. 6 (nov.-déc.) 1325-1336.
- LIMA, Archer de (1917). Paixão e morte de Camilo Castelo Branco. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- LIMA, Augusto César Pires de (1955). Duas cartas de Camilo Castelo Branco sobre a «Questão da Sebenta». «O Concelho de Santo Tirso: Boletim Cultural». IV:1, 59-64.
- LIMA, José de, ed. (1944). Correspondência epistolar sobre a ida de D. Ana Plácido para o Recolhimento de São Cristóvão em Lisboa. Porto: Editorial Domingos Barreira.
- LINS, Alberto Frederico (1956). O Solitário de São Miguel de Seide. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco.
- LISBOA, Eugénio (1999). A carta de Teresa. «Vária Escrita». 6, 31-36.
- LISBOA, Eugénio (2019). Do bom uso das biografias. «Jornal de Letras». 38:1260 (16-29 jan.) 10.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. Reis (2011). *A cultura escrita nos espaços privados*. In MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *coord. História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, pp. 334-394.
- Livro memorial: A Figueira da Foz a Camilo Castelo Branco no seu centenário, 1825 a 1925. Figueira da Foz: Grande comissão para celebração do centenário de Camilo na Figueira da Foz, 1925.
- LOBO, Francisco Rodrigues (1959). *Corte na aldeia e noites de Inverno*. Prefácio e notas Afonso Lopes Vieira. 2.ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- LOPES, Fernando de Macedo (1926). O limbo de Pedro Ivo. Porto: Tipografia da Enciclopédia Portuguesa, Lda.
- LOUREIRO, Fernando de (1971). Camilo e os livros: o homem, o escritor e o bibliófilo. Guimarães: [s.n.]. LOURENÇO, Eduardo (1994). O tempo de Camilo ou a ficção no país das lágrimas. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, 1, Coimbra, 1991. Congresso Internacional

de Estudos Camilianos: atas. Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 807-817.

LUGAN & GENELIOUX (1886). A defesa dos livreiros sucessores de Ernesto Chardron: resposta à «difamação» do Sr. Visconde de Correia Botelho. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron-Casa Editora Lugan & Genelioux, Successores.

LUÍS, Agustina Bessa [s.d.]. Camilo génio e figura. Lisboa: Editorial Notícias.

MACEDO, Luís Pastor (1947). Ascendentes de Camilo. Lisboa: Amigos de Lisboa.

MACHADO, João Afonso (2017). Memórias redivivas. Linda-a-Velha: DG Edições.

MACHADO, Joaquim Emídio Xavier (1873). Esboços a carvão. Porto: Tip. Pereira da Silva.

MADELÉNAT, Daniel (1984). La biographie. Paris: Presses Universitaires de France.

MADURO, Carlos Alberto de Seixas (2010). *As cartas de Vieira: um paradigma da retórica epistolar do Barroco*. Braga: Faculdade de Filosofia. Tese de doutoramento.

MADURO, Carlos Alberto de Seixas (2012). *As artes do não-poder: cartas de Vieira: um paradigma da retórica epistolar do barroco.* Lisboa: CLEPUL — Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias; Universitas Olisiponensis — Centro de Filosofia.

MADUREIRA, Bernardo (1916). Sol d' Aquino. 2.ª edição. Porto: «Renascença Portuguesa».

MAGALHÃES, Luís de (1925). *Camilo*. In *In Memoriam de Camilo*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, pp. 93-102.

Maior (O) de todos: inéditos I e II. «Gente Lusa». Série 1. 1 (jan. 1916) 12-13.

Maior (O) de todos: inéditos III. «Gente Lusa». Série 1. 4 (maio 1916) 100.

Mais duas cartas de Camilo para Gomes de Amorim. «A Ordem». 72:16 (16 ago. 1984).

Mais um inédito de Camilo. «Feira da Ladra». 8:2 (1937) 69.

MALPIQUE, Cruz (1931). Notas camilianas: em que data caiu Ana Plácido nos braços de Camilo? «Portucale». 4:22 (jul.-ago.) 214.

MALPIQUE, Cruz (1958). A tragédia oftalmológica de Camilo. «O Tripeiro». Série V. 14:3 (jul.) 77-81.

MALPIQUE, Cruz (1962). Introdução sentimental às bibliotecas. Porto: Livraria Ofir.

MALPIQUE, Cruz (1964). *Camilo: grilheta da pena*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 2 (abr.-jun.) 3-15.

MALPIQUE, Cruz (1965). *Camilo: traços do perfil do escritor I*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 7:8 (jul.-dez.) 11-15.

MALPIQUE, Cruz (1966). *Camilo: traços do perfil do escritor II*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 9:10 (jan.-jun.) 29-34.

MALPIQUE, Cruz (1968). Os filhos de Camilo: Nuno, o estróina. «O Tripeiro». Série VI. 8:9 (set.) 273-277.

MARCO, Visconde do (1933). *Cartas inéditas de Camilo e de D. Ana Plácido*. 2.º Milhar. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.

MARECOS, Ernesto (1878). Folhas sem flores. Lisboa: A.E. Barata.

Marginália. «Camiliana & Vária». 4 (jan.-mar. 1952) 186.

Marginália. «Camiliana & Vária». 5 (abr.-dez. 1952) 228.

MÁRIO, Luís (1922). Epistolário: Camilo Castelo Branco: o grande romancista escreve uma carta, em francês, a um amigo. «Diário de Lisboa». 455 (28 set.) 3.

MARQUES, Gentil (1950). Camilo: o romance da sua vida e da sua obra. Lisboa: Edição Romano Torres.

MARQUES, Henrique (1894). *Bibliografia camiliana: primeira parte; a obra de Camilo*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira- Editor.

MARQUES, Henrique (1925). Os editores de Camilo. Lisboa: Empresa da História de Portugal.

MARQUES, Henrique (1935). *Memórias de um editor precedidas de um In Memoriam*. Lisboa: Livraria Central Editora.

- MARTHA, M. Cardoso, ed. (1918). Cartas de Camilo Castelo Branco I. Lisboa, Rio de Janeiro: H. Antunes, Editor.
- MARTHA, M. Cardoso, *ed.* (1923). *Cartas de Camilo Castelo Branco II*. Rio de Janeiro: H. Antunes & Ca.-Editores.
- MARTINS, Ana Maria de Almeida, org. (1981). Cartas de Vila do Conde: Antero de Quental. Porto: Lello & Irmão.
- MARTINS, António; FARIA, Emília Nóvoa, ed. (2008). Cartas a Alberto Sampaio: Correspondência. Porto: Campo das Letras, vol. 1.
- MARTINS, A. Rocha (1925). A paixão de Camilo: Ana Plácido. Lisboa: Rocha Martins.
- MARTINS, F. A. de Oliveira, ed. (1970). Camilo Castelo Branco nas suas relações com J. P. de Oliveira Martins. Lisboa: [s.n.]. Separata da «Revista Ocidente». LXXVIII.
- MARTINS, Fernando Cabral, dir. (1999). Correspondências 1. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINS, Francisco d'Assis de Oliveira (1977). *Amigos e correspondentes de Alexandre Herculano*. In *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo: ciclo de conferências*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 201-281.
- MARTINS, J. Cândido (2003). *Prefácio*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário: A corja*. Porto: Edições Caixotim, pp. 7-47.
- MARTINS, J. Cândido (2006). Biografias enoveladas: cenas contemporâneas da comédia humana. In CASTELO BRANCO, Camilo. Novelas do Minho. Porto: Edições Caixotim, pp. 7-30.
- MARTINS, José Maria Brás (1858). Bons frutos de ruim árvore: episódios da escravatura branca. Drama original em 3 atos. Porto: [s.n.].
- MARTINS, Luís Paula Saldanha (1989). *Banhistas de mar no século XIX: um olhar sobre uma época.* «Revista da Faculdade de Letras do Porto Geografia». Série I. V, 45-59.
- MARTINS, Serafina (2003). Camilo, Maria Moisés e a defesa do romantismo. In RITA, Annabela et al. Camilo: leituras críticas. Porto: Edições Caixotim, pp. 175-198.
- MATOS, A. Campos (2008). A guerrilha literária: Eça de Queirós Camilo Castelo Branco. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- MATOS, Artur Teodoro de (1980). *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MEDINA, João (1984). As conferências do Casino e o socialismo em Portugal. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- MEIRA, João de, *ed.* (1905). *Cartas de Camilo Castelo Branco a Francisco Martins Sarmento*. Com prefácio e notas por João de Meira. Porto: Tipografia Peninsular.
- MELANÇON, Benoît, ed. (1998). Penser par lettre. Québec: Fides.
- MELANÇON, Benoit (2005). Roma@ns épistol@ires. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 67-68.
- MELLO, Albano Homem de (1973). Os meus ecos (1960-1972). Lisboa: Editorial Pórtico.
- MELLO, D. Francisco Manuel de (1900). Apólogos dialogais. Lisboa: Escritório, vol. I.
- MELO, Adelino das Neves e (1898). Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». 8:2, 109-111.
- MELO, Adelino das Neves e [s.d.]. Camilo Castelo Branco. Lisboa: Portugália Editora.
- MELO, Gladstone Chaves de (1994). Língua e estilo de Camilo Castelo Branco. In CONGRESSO INTER-NACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, 1, Coimbra, 1991. Congresso Internacional de Estudos Camilianos: atas. Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 175-193.
- MENDES, J. Amado (1993). *Comércio, transportes e comunicações*. In MATTOSO, José, *dir. História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 5, pp. 369-379.
- MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça (2002). *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b.
- MENESES, Bourbon e (1927). Pedras soltas: Camilo tradutor. «O Primeiro de Janeiro». 59:181 (5 ago.) 1.

- MENESES, Bourbon e (1941). Os portugueses perante a Aliança Inglesa. Lisboa: Livraria Bertrand.
- MENESES, Bourbon e [s.d.]. A paisagem na obra de Camilo e de Eça. Lisboa: Empresa Editora e da Publicidade.
- MENEZES, Ludovico de (1924-1925). *Camilo: documentos e factos novos*. Lisboa: Portugália; Livraria Lusitana José dos Santos. 3 vols.
- MENEZES, Ludovico de (1929). Notas camilianas: Camilo e Herculano. «Diário de Lisboa». 2382 (14 jan.) 2.
- MENEZES, Mário de (1965a). Camiliografia. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 7:8 (jul.-dez.) 5-8.
- MENEZES, Mário de (1965b). *Camilo em Ribeira de Pena*. Prefácio de João de Araújo Correia. Coimbra: [edição do autor].
- MONTEIRO, Adolfo Casais, ed. (1934). Cartas inéditas de António Nobre. Coimbra: Edições Presença.
- MONTEIRO, Gomes (1932). Vieira de Castro e a sua tragédia. Lisboa: Tipografia Silvas.
- MONTEIRO, Gomes (1936). A tragédia de S. Miguel de Seide: «Os Brocas» e a genealogia de Camilo. «Ilustração: Grande Revista Portuguesa». 11:251 (1 jun.) 10-11.
- MONTEIRO, José Gomes (1873). Os críticos do Fausto do senhor visconde de Castilho. Porto: Viúva Moré-Editora.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. (2011). História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, vol. 2.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ALMEIDA, Teresa Sousa de; ANASTÁCIO, Vanda, *org.* (2005). *Correspondências: usos da carta no século XVIII*. Lisboa: Colibri; Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1997). Alexandre Herculano. In Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, vol. 2, pp. 979-998.
- MONTE, Gil do (1969). Cartas dirigidas a António Francisco Barata existentes na Biblioteca Pública de Évora. Évora: [s.n.].
- MORAIS, Anselmo de (1868). Questão da propriedade literária suscitada com a publicação de um livro de Camilo Castelo Branco intitulado Mosaico. Porto: Livraria de Anselmo de Moraes.
- MOREIRA, Alberto (1962a). *Uma época da vida do grande romancista (1882): a propósito de três cartas de Camilo I.* «O Tripeiro». Série VI. 2:11 (nov.) 343-347.
- MOREIRA, Alberto (1962b). *Uma época da vida do grande romancista (1882): a propósito de três cartas de Camilo II.* «O Tripeiro». Série VI. 2:12 (dez.) 360-363.
- MOREIRA, Alberto (1963). *Camilo ... desde* A infanta capelista *ao* Carrasco de Victor Hugo José Alves *na obsessão pela coroa de Visconde*. Porto: [s.n.].
- MOREIRA, Alberto [D.L. 1963]. *Uma época da vida de Camilo: A propósito de 3 cartas inéditas do genial escritor.* Apresentadas pelo Dr. José Taveira de Carvalho. Porto: Livraria Fernando Machado.
- MOTTA JUNIOR, José Carlos de Araújo, coment. [s.d.]. O patriotismo de Fr. Bartolomeu dos Mártires: cartas notáveis de Camilo Castelo Branco. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz.
- MOURA, Fernando (2020). 500 anos do correio em Portugal. Lisboa: CTT Correios de Portugal, SA, 2020.
- MOUTA, Oliveira (1942). Camilo e os frades. Porto: Tavares Martins.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1886). A Seide: fragmento. «A Alvorada». 2:3 (ago.) 21.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1888). Por bem fazer... Com uma carta preliminar de Camilo Castelo Branco e cartas dos doutores Joaquim Teófilo Braga e António Ferreira. Porto: Imprensa Portuguesa.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1895a). A camiliana VI. «O Monitor». 8:447 (12 maio) 1.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1895b). A camiliana VII. «O Monitor». 8:448 (19 maio) 1.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1895c). *A camiliana IX*. «O Monitor». 8:450 (2 jun.) 1.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1895d). A camiliana X. «O Monitor». 8:451 (9 jun.) 1.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1895e). *A camiliana — XI*. «O Monitor». 8:452 (16 jun.) 1.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira (1895f). A camiliana — XII. «O Monitor». 8:453 (23 jun.) 1.

MOUTINHO, José Viale (1981). Correspondência de Joaquim de Araújo com Camilo Castelo Branco e Ana Plácido (1882-1895). «Boletim Municipal de Cultura — Penafiel». Série 2. 2, 7-46.

MOUTINHO, José Viale (1983). *Cinco cartas inéditas de Camilo a Fernando Castiço*. «Boletim da Casa de Camilo». Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. Série 3. 2 (dez.) 75-81.

MOUTINHO, José Viale, compil. (2005). Poses para um retrato na época: Camilo Castelo Branco visto pelos seus contemporâneos. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.

MOUTINHO, José Viale (2009). Camilo Castelo Branco: Memórias fotobiográficas (1825-1890). Lisboa: Editorial Caminho.

MOUTINHO, José Viale, ed. (2015). Cartas escolhidas de Camilo Castelo Branco. Lisboa: Círculo de Leitores.

«Nação(A)». 11342 (3 jun. 1890) 1.

NASÃO, Publio Ovídeo (1861). A arte de amar: seguida pela «Grinalda da Arte de Amar», por José Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, vol. I.

NEMÉSIO, Victorino (1925). Camilo: conferência. Coimbra: edição da Universidade Livre.

NETO, Margarida Sobral (2005). *I. Os correios na Idade Moderna*. In *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, pp. 58-66.

Netos (Os) de Camilo Castelo Branco e a questão do Amor de Perdição. Porto: Companhia Portuguesa Editora, [s.d.].

NEVES, Álvaro, compil. (1916). Camilo Castelo Branco: notas à margem em vários livros da sua biblioteca. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

NEVES, Margarida Braga (1994). *Aquilino Biógrafo de Camilo?* In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, 1, Coimbra, 1991. *Congresso Internacional de Estudos Camilianos: atas.* Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 267-277.

NEVES, Moreira das (1951). *Para a história do soneto «A Maior Dor Humana»*. «Camiliana & Vária». 3 (jul.-dez.) 121-126.

NEVES, Moreira das (1978). Camilo tal qual: Notas — Episódios — Cartas. Lisboa: Edições do Templo.

NEVES, Moreira das (1990). Camilo e Gomes de Amorim. «O Tripeiro». Série nova. Ano IX. 6:7, 3-17.

NOBRE, António (2005). *António Nobre em Paris, Só: correspondência*. Introdução e notas de Fernando Carmino Marques. Porto: Edições Caixotim.

No Centenário de Camilo Castelo Branco. Separata de «A Voz de Coimbra». (15 mar. 1925).

NORDMANN, Charles [s.d.]. Einstein et l'Univers: une lueur dans le mistère des choses. Paris: Librairie Hachette.

NORTON, Luís (1964). Doze cartas inéditas de Camilo Castelo Branco. Lisboa: Portugália Editora.

Noticiário. «A Aurora do Lima». 216 (29 maio 1857) 2.

Noticiário. «A Aurora do Lima». 1534 (12 mar. 1866) 2.

Noticiário. «O Nacional». 100 (12 maio 1863).

NOVAIS, Faustino Xavier de (1858). Novas poesias. Porto: Tip. Sebastião José Pereira.

«Nova Alvorada». Vila Nova de Famalição. 6:3 (jun. 1896) 1.

Novas cartas inéditas de Eça de Queiroz, Camilo, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Teófilo Braga, João de Deus, Castilho, Fialho, António Feijó e Cândido de Figueiredo a Ramalho Ortigão. Rio de Janeiro: Alba Editora, 1940.

Novo romance. «O Primeiro de Janeiro». 158 (18 jul. 1872) 2.

OLIVEIRA, António de (1965). *O «brasileiro» nos romances de Camilo*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 5:6 (jan.- jun.) 35-40.

- OLIVEIRA, Lopes de (1903). *Intelectuais II: Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho-Editor.
- OLIVEIRA, Lopes de (1938). Uma admirável carta inédita de Camilo: em casa da grande escritora Maria Amália Vaz de Carvalho conversando com o Dr. Luís Crespo, seu filho. «Ilustração: Grande Revista Portuguesa». 13:305 (1 set.) 18-21.
- OLIVEIRA, Maria Antónia (2010). *Os biógrafos de Camilo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de doutoramento.
- OLIVEIRA, Maria Antónia (2019). *Um género atribulado?* «Jornal de Letras». Ano XXXVIII. 1260 (16-29 jan.) 11-12.
- ORTIGÃO, Ramalho (1875). *Banhos de caldas e águas minerais*. Introdução de Júlio César Machado. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz-Editores.
- ORTIGÃO, Ramalho (1943). *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante.* Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1983). *Camilo Castelo Branco*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de perdição*. Porto: Lello & Irmão-Editores, pp. xxvii-xlix.
- OSÓRIO, Paulo (1905a). Camilo Castelo Branco: esboço de crítica. Lisboa: Livraria Moderna-Editora.
- OSÓRIO, Paulo (1905b). Camilo Castelo Branco e o Sr. Dr. Bombarda. Porto: [s.n.].
- OSÓRIO, Paulo (1920). Camilo: a sua vida, o seu génio, a sua obra. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- OUTIZ, Jorge de (1990). 1 de junho: O dia de Camilo: uma carta inédita do grande romancista sobre a morte do Bispo de Viseu. «Boletim Cultural. Vila do Conde». Nova série. 5 (jun.) 49-51.
- PACHECO, Maria José (1990). Camilo e Vizela: com três cartas do escritor. Porto: [edição da autora].
- PAÇÔ-VIEIRA, Conde de (1915). Inéditos de Camilo. Porto: Imprensa Portuguesa.
- PAÇÔ-VIEIRA, Conde de (1917). Cartas de Camilo. Imprensa Portuguesa.
- PAGÉS-RANGEL, Roxana (1997). Del dominio público: Itinerarios de la carta privada. Amsterdam: Rodopi.
- PASCOAIS, Teixeira de (1942). O penitente: Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Latina Editora.
- PASSOS, Carlos de (1924). Beresford e o tenente-rei da Praça d'Almeida: ressurreição de uma vítima do jugo inglês do tempo da Guerra Peninsular. Porto: Na casa de Eduardo Tavares Martins, Suc.s, Livreiros.
- PASSOS, Teresa Ferrer (1997). *Ana Plácido, a escritora: breves notas biográficas*. In *A mulher na vida e obra de Camilo*. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos, pp. 193-208.
- PAXÊCO, Fran, compil. (1924). Cartas de Teófilo. Lisboa: Portugália.
- PEIXINHO, Ana Teresa, ed. (2009). Cartas públicas. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PEIXOTO, Afrânio (1940). *Maias e Estêvas: pequenos ensaios portugueses*. Porto: Livraria Lello & Irmão-Editora; Aillaud & Lello, Limitada.
- Pequenas notas: Camilo Castelo Branco. «Nova Alvorada». Ano 4. 10 (1 jan. 1895) 185.
- PEREIRA, António Maria (1998). *Parceria A. M. Pereira: crónica de uma dinastia livreira*. Lisboa: Pandora Edições.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1997). *No Porto romântico, com Camilo.* Porto: O Progresso da Foz-Grupo Cultural: Casa de Camilo.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2017). *Camilo, o Porto e o Douro*. Vila Nova de Famalicão: Casa de Camilo Centro de Estudos.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABA, Maria Luísa Nicolau de Almeida de (2011). *D. Antónia*. 2.ª edição. Alfragide: Casa das Letras.
- PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (1995). Álbum de memórias do Ateneu Comercial do Porto (1869-1994). Porto: Ateneu Comercial do Porto.

- PEREIRA, João Maria dos Reis (1964a). *Trindade Coelho e Camilo*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 2 (abr.-jun.) 33-34.
- PEREIRA, João Maria dos Reis (1964b). Vila do Conde e Camilo Castelo Branco. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 3:4 (jul.-dez.) 37-39.
- PEREIRA, João Maria dos Reis (1966). *A vida desconhecida de Camilo*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 9:10 (jan.-jun.) 11-13.
- PEREIRA, Luís da Costa (1883). *Reflexos: poesia e prosa vária: original e traduzida*. Lisboa: Tipografia Universal de Tomás Q. Antunes-Impressor da Casa Real.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (D.L. 1998). *Jornais, editores e tipografias do Porto:* (1866-1898). In *A indústria portuense em perspectiva histórica: actas do colóquio.* Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro Leonardo Coimbra, pp. 95-116.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1999). *Portugal no tempo do Romantismo*. In *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. Porto: Instituto Português de Museus, pp. 10-18.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (2008). *Legislação sobre a emigração para o Brasil na monarquia constitucional.* In MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre, *org. Deslocamentos e histórias: os portugueses.* Bauru: EDUSC, pp. 35-47.
- PEREIRA, Maria Helena Rocha (1994). Reflexos da tradição greco-latina em Camilo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, Coimbra, Vila Nova de Famalicão, 1991. Congresso Internacional de Estudos Camilianos: atas. Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 49-58.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2001). *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, Pedro Teixeira; GOMES, Eva; MARTINS, Olga (2005). *A alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira (1883-1908).* «História: Revista da Faculdade de Letras do Porto». Série III. 6. 99-128.
- Pérolas escondidas: Carta a Ana Plácido. «O Leme». 1. 2:19 (3 abr. 1913) 2.
- Pérolas escondidas: Carta de Camilo Castelo Branco a sua esposa Ana Augusta Plácido. «O Leme». Ano 1. 2:21 (1 maio 1913) 2.
- Pérolas escondidas: Carta de Camilo Castelo Branco a sua esposa Ana Augusta Plácido. «O Leme». Ano 1. 2:24 (15 jun. 1913) 2.
- Pérolas escondidas: Carta de Camilo Castelo Branco a sua esposa Ana Augusta Plácido. «O Leme». Ano 1. 2:25 (1 jul. 1913) 2.
- Pérolas escondidas: Carta de Camilo Castelo Branco a sua esposa Ana Augusta Plácido. «O Leme». Ano 1. 2:26 (15 jul. 1913) 1.
- PERROT, Michelle, dir. (1990a). História da vida privada: da Revolução Francesa à Grande Guerra. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4.
- PERROT, Michelle, dir. (1990b). Personagens e papéis. In História da Vida Privada. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, pp. 121-185.
- PESSOA, Fernando (1978). Cartas de amor de Fernando Pessoa. Lisboa: Edições Ática.
- PIMENTEL, Alberto (1873a). O gabinete de Camilo. In Entre o café e o cognac. Porto: Imprensa Portuguesa, pp. 9-16.
- PIMENTEL, Alberto (1873b). O gabinete de trabalho de Camilo. «O Primeiro de Janeiro». 33 (9 fev.) 1.
- PIMENTEL, Alberto (1877). Guia do viajante na cidade do Porto e seus arrabaldes. Porto: Livraria Central de J. E. da Costa Mesquita-Editor.
- PIMENTEL, Alberto (1885). *Uma visita ao primeiro romancista português em São Miguel de Seide.* Porto: Livraria Portuense de Lopes & C.ª-Editores.

PIMENTEL, Alberto (1886). *Idílio dos reis*. Edição ilustrada. Lisboa: Oficina Tipográfica da Empresa Literária de Lisboa.

PIMENTEL, Alberto (1890). O romance do romancista: vida de Camilo Castelo Branco. Lisboa: Empresa Editora de F. Pastor.

PIMENTEL, Alberto (1893). O Porto há trinta anos. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores

PIMENTEL, Alberto (1899). Os amores de Camilo: dramas íntimos colhidos na biografia de um grande escritor. Lisboa: Empresa Literária Lisbonense Libânio & Cunha-Editores.

PIMENTEL, Alberto (1901). Os netos de Camilo. Lisboa Empresa da História de Portugal.

PIMENTEL, Alberto (1905). Seara em flor. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, vol. I.

PIMENTEL, Alberto (1913a). Os amores de Camilo. 2.ª edição. Lisboa: Livraria Editora Guimarães.

PIMENTEL, Alberto (1913b). Memórias do tempo de Camilo. Porto: Magalhães & Moniz, Lda.

PIMENTEL, Alberto (1916). A primeira mulher de Camilo. Lisboa: Guimarães & C.ª-Editores.

PIMENTEL, Alberto (1917). *Uma carta de Camilo*. «Limiana — Revista literária pontelimense». 12 (out.) 203-205.

PIMENTEL, Alberto (1923). *O romance do romancista: vida de Camilo Castelo Branco*. 2.ª edição, revista pelo autor. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª.

PIMENTEL, Alberto (1924). Luar de saudade: recordações de um velho escritor. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª.

PIMENTEL, João Sarmento (1953). *Uma carta inédita de Camilo*. «Seara Nova». Lisboa. Ano XXXII. 1274:1275 (mar.-jun.) 50-51.

PIMENTEL, João Sarmento (1956). Camiliana: Duas cartas inéditas de Camilo a António Henriques Leal. «Seara Nova». Ano XXXVI. 1274:1275 (out.) 4-5.

PINTO (Sacavém), Alfredo (1926). Camilo na música: reconstrução de uma página da história musical portuguesa. Lisboa: Livraria Ferin.

PINTO, Silva, ed. (1895). Cartas de Camilo Castelo Branco. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão.

PINTO, Silva [1910]. Camilo Castelo Branco: notas e documentos: desagravos. Lisboa: José António Rodrigues & C.ª.

PINTO, Silva, ed. (1924). Cartas de Camilo Castelo Branco. 2.ª edição, revista e melhorada. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda.

PINTO, Silva [s.d.]. Pela vida fora: 1870-1900. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, Libânio & Cia.

PIRES, Ernesto (1883). Cintilações e Sombras. Porto: editor Antonio José da Costa Valbom.

PIRES, Maria Lucília G. (1995). Barroco II — Em Portugal. In Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, vol. 2, pp. 581-587.

PLÁCIDO, Ana (1863). Luz coada por ferros. Lisboa: Livraria de A. M Pereira.

PLANTÉ, Christine (1995). Trois épistolières et leurs lecteurs du XIXe siècle, ou comment se transmet le mythe de l'épistolaire féminin. «Romantisme». 25:90, 51-59.

POIRIER, Jean; CLAPIER- ALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul (1995). *Histórias de vida: teoria e prática.* 2.ª edição. Oeiras: Celta.

PORTELA, Artur [s.d.]. À sombra de Camilo. [S.l.]: Editorial Gleba.

PORTUGAL. Direção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis de Portugal (1893). *Estatística geral dos Correios, Telégrafos e Faróis: Ano de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional. Sem numeração de página.

PRATES, António Costa Gil de Sousa (2007). Camilo Castelo Branco cardiologista sentimental. Lisboa: [edição de autor].

PRATT, Alfredo de (1906). *Memorias biográficas de Camilo Castelo Branco*. Coimbra: [edição do autor]. «Primeiro (O) de Janeiro». 7 (10 jan. 1877) 2.

```
«Primeiro (O) de Janeiro». 127 (6 jun. 1877) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 187 (18 ago. 1877) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 223 (18 set. 1881) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 191 (11 ago. 1882) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 124 (20 maio 1883) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 306 (28 nov. 1883) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 17 (19 jan. 1884) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 116 (15 maio 1884) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 142 (13 jun. 1884) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 4 (5 jan. 1886) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 223 (14 set. 1886) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 259 (24 out. 1886) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 8 (9 jan. 1887) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 53 (4 mar. 1887) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 144 (12 jun. 1887) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 185 (27 jul. 1887) 3.
«Primeiro (O) de Janeiro». 187 (18 ago. 1877).
«Primeiro (O) de Janeiro». 267 (24 out. 1887) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». 306 (7 dez. 1887) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 20 (24 jan. 1888) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 24 (28 jan. 1888) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 33 (7 fev. 1888) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 312 (24 nov. 1888) 3.
«Primeiro (O) de Janeiro». 23 (23 jan. 1889) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 24 (24 jan. 1889) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 25 (25 jan. 1889) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 155 (6 jun. 1889) 2.
«Primeiro (O) de Janeiro». 163 (14 jun. 1889) 1.
«Primeiro (O) de Janeiro». Ano 75, 100 (13 abr. 1943) 2.
Problema (Um) camiliano: quem foi Calisto Elói, do romance A queda de um anjo? «O Primeiro de
      Janeiro». 59:220 (20 set. 1927) 1.
Processo e julgamento de José Cardoso Vieira de Castro no tribunal do 2.º Distrito Criminal de Lisboa.
      Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.
PROENÇA JÚNIOR, F. Tavares, ed. (1905). Camilo Castelo Branco: autobiografia. Coimbra: França
      Amado-Editor.
Que deseja saber acerca do Porto? «O Tripeiro». Porto. Série V. 10:7 (nov. 1954) 222-223.
QUEIRÓS, Eça de (1887). A relíquia. Tipografia de A. J. da Silva Teixeira.
QUEIRÓS, Eça de (1913). Antero de Quental. In Notas contemporâneas. Porto: Livraria Chardron, de
      Lello & Irmão, pp. 367-423.
QUEIRÓS, Eça de (1925). Correspondência. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão.
QUEIRÓS, Eca de (1945). Cartas de Eca de Queirós. Lisboa: Editorial Aviz.
QUEIRÓS, Eça de (1979). Obras: Correspondência. Porto: Lello & Irmão, vol. III.
QUEIRÓS, Eça de (1983a). Correspondência. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 1.
QUEIRÓS, Eça de (1983b). Correspondência. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 2.
QUEIRÓS, Eça de (1986). Obras: Correspondência (suplemento). Porto: Lello & Irmão-Editores, vol. IV,
      pp. 1119-1754.
```

QUEIRÓS, Eça de (2008). Correspondência. A. Campos Matos, compil. Lisboa: Caminho. 2 vols.

- QUEIRÓS, Eça de (2013). Correspondência (Adenda). Compilação de A. Campos Matos, Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- QUEIRÓS, Eça de (2014). Correspondência (Adenda II). Compilação de A. Campos Matos, Sintra: Colares Editora.
- QUEIRÓS, Eça de; CASTRO, Emília (1995). Correspondência epistolar. Compilação de A. Campos Matos, Porto: Lello & Irmão-Editores.
- QUEIRÓS, José Maria de Eça de, *ed.* (1979). *Correspondência*. In QUEIRÓS, Eça de. *Obras*. Porto: Lello & Irmão, vol. III, pp. 487-632.
- QUEIRÓS, Maria de Castro de Eça de, ed. (1948). Eça de Queirós entre os seus: cartas íntimas. Porto: Lello & Irmão.
- QUEIRÓS, Maria de Castro d'Eça de, ed. (1979). Eça de Queirós entre os seus. In QUEIRÓS, Eça de. Obras. Porto: Lello & Irmão, vol. III, pp. 1441-1664.
- QUEIRÓS, Otília (2014). Infância e comportamentos suicidários. In: SARAIVA, Carlos Braz; PEIXOTO, Bessa; SAMPAIO, Daniel, coord. Suicídio e comportamentos auto lesivos: dos conceitos à prática clínica. Lisboa: Lidel.
- QUENTAL, Antero de (1970). Causas da decadência dos povos peninsulares. Lisboa: Ulmeiro.
- QUENTAL, Antero de (1981). Cartas de Vila do Conde. Ana Maria de Almeida Martins, org. Porto: Lello & Irmão.
- QUENTAL, Antero de (1985). *Cartas inéditas a Alberto Sampaio*. Prefácio de Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Edições «O Jornal».
- RAMOS, Rui (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da alfabetização no Portugal contemporâneo. «Análise Social». 24:103, 104; 1067-1145.
- RATTAZZI, Princesse (1879). Le Portugal a vol d'oiseau. Paris: A. Degorce-Cadot, Éditeur.
- REAL, Miguel (2019). Contaminações: romance e biografia. «Jornal de Letras». 38:1260 (16-29 jan.) 8-9.
- REBELO, António Manuel Ribeiro (1997). Epístola. In Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, vol. 2, pp. 322-328.
- REBELO, Luís Francisco (1991). O teatro de Camilo. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- REIS, Carlos (1990a). *Camilo Castelo Branco e a receção do Realismo-Naturalismo*. In *Literatura portuguesa e contemporânea*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 110-114.
- REIS, Carlos (1990b). As conferências do Casino. Lisboa: Publicações Alfa.
- REIS, Carlos (1991). *Camilo e Eça ou a polémica a haver*. In JORNADAS INTERNACIONALES SOBRE CAMILO. Salamanca, 1990. *Camilo Castelo Branco: perspetivas: atas*. Salamanca: Universidade de Salamanca, pp. 153-162.
- REIS, Carlos (1999). *Camilo e Eça ou a polémica a haver.* In *Estudos queirosianos: ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 57-66.
- REIS, Carlos (2005). O essencial sobre Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- REIS, Jaime (1987). A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. «Análise Social». 23:96 (2.º) 207-227.
- REIS, Jaime (1993). O atraso económico português 1850-1930. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Reprodução tipográfica da carta fac-similada de Camilo Castelo Branco: com uma nota de Júlio de Lemos. «Limiana: Revista literária pontelimense». 12 (out. 1917) 202.
- RESENDE JÚNIOR (1861). A última libra: ensaio dramático em dois atos. Porto: Tip. de F. Gomes da Fonseca.
- Respeito (A) da »Caveira da Mártir». «Diário da Manhã». 1156 (21 maio 1879) 1.
- «Revista do Norte». 4 (12 jul. 1880) 1.
- «Revolução (A) de Setembro». 6300 (17 maio 1863).

- «Revolução (A) de Setembro». 8820 (8 nov. 1871) 2.
- RIBEIRO, António dos Reis [s.d.]. O drama estranho de Fanny Owen e Camilo. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda.
- RIBEIRO, António dos Reis [s.d.]. O padre Casimiro e Camilo. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda.
- RIBEIRO, Aquilino (1957). O romance de Camilo. Lisboa: Fólio.
- RIBEIRO, Aquilino (1975). Camões, Camilo, Eça e alguns mais: ensaios de crítica histórico-literária. Amadora: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Fernanda; MEIRELES, Maria Adelaide (2000). Falam velhos manuscritos: índice de assuntos 1930-1960. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1993). *A Regeneração e o seu significado*. In MATTOSO, José, *dir. História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, pp. 121-129.
- RIBEIRO, Rufino (1970). A cegueira de Camilo e a miopia de um médico. Porto: [edição do autor].
- RIBEIRO, Rufino (1972). Camilo e a tragédia dos seus olhos. Vila Nova de Gaia: [edição do autor].
- RICARD, Robert (1965). *Une notation medicale de Camilo*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 5:6 (jan.-jun.) 7-12.
- RICARD, Robert (1976a). 150.º Aniversário do Nascimento de Camilo. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 2:3 (jan.-jun.) 5-7.
- RICARD, Robert (1976b). *Morreu o padre Luís Castelo Branco: sobrinho-neto de Camilo.* «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 2:3 (jan.-jun.) 39-40.
- RICARD, Robert (1976c). *No 4.º Centenário da publicação dos Lusíadas*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 4:5 (jul.-dez.) 5-11.
- RICARD, Robert (1976d). O soneto «Os meus amigos» tem sido falsamente interpretado. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 2:3 (jan.- jun.) 34-36.
- RIZZINI, Carlos (1976). Cartas de Camilo. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 2:3 (jan.-jun.) 11-21.
- ROBERT, Pierre-Edmond (2005). Les épistoliers de La NRF. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 62-63.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1965). A epistolografia em Portugal. Coimbra: Livraria Almedina.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1994). A escrita da narrativa e a escrita epistolar de Camilo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, 1, Coimbra, 1991. Congresso Internacional de Estudos Camilianos: atas. Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 569-575.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1997). *Epistolografia*. In BUESCU Helena Carvalhão, *coord. Dicionário do Romantismo literário português*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, pp. 168-170.
- ROCHA JÚNIOR (1925). A pendência Camilo-Cipriano Jardim. In COMISSÃO EXECUTIVA DA GRANDE COMISSÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE CAMILO CASTELO BRANCO. Camilo: 16 de Março 1825-1925: Livro Comemorativo do Centenário, editado pela Comissão. Lisboa: GCPC, pp. 99-102.
- ROCHA JÚNIOR (1951). Um paradoxo: do Realismo de Camilo ao Romantismo de Eça de Queirós. «Camiliana & Vária». 2 (abr.-jun.) 79-82.
- ROCHETA, Maria Isabel (2007). *Prefácio.* In CASTELO BRANCO, Camilo. *O senhor do Paço de Niñães*. Porto: Edições Caixotim, pp. 7-29.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal (1994). Roteiro toponímico da cidade de V. N. de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- ROUSTAN, Marius [s.d.]. La Lettre: Évolution du Genre. Paris: Librairie Paul Delaplane.
- Sábio (Um) que esqueceu. «Ilustração: Grande Revista Portuguesa». 11: 257 (1 set. 1936) 13.
- SÁ, Cristóvão de (1872). Carta ao Diretor do Diário Ilustrado: crítica sobre «O Carrasco de Victor Hugo José Alves». «Diário Ilustrado». 32 (1 ago.) 2.

- SÁEZ, Carlos; CASTILHO GÓMEZ, António, ed. (2002). La correspondencia en la Historia: modelos y prácticas de escritura epistolar: atas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita. Madrid: Calambur.
- SALGADO, Benjamim (1972). Camilo em datas factos e comentários. Vila Nova de Famalicão: Fundação Cupertino de Miranda.
- SALINAS, Pedro (1983). Defensa de la carta misiva y de la correspondencia epistolar. In Ensayos completos II. Madrid: Taurus, pp. 220-293.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (1916). *Cartas de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Livraria de Manuel dos Santos.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (1923). *Camilo Castelo Branco*. In *Grilhetas*. 3.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, pp. 67-74.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (1924a). Camilo Castelo Branco: a sua vida e a sua obra. Lisboa: [s.n.].
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (1924b). Cartas de Camilo I. «O Mundo». 24:8061 (25 jun.) 3-5.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (1924c). Cartas de Camilo II: Camilo e Matos Moreira excerto inédito de uma correspondência curiosa. «O Mundo». 24: 8067 (1 jul.) 2.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (1924d). *Jornal de um rebelde*. 2.ª edição. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de (1925). *Homens de letras*. 2.º Milhar. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.ª.
- SAMUEL, Paulo (1990). Camilo e a Renascença Portuguesa. «O Tripeiro». Ano IX. 6:7 (jun.-jul.).
- SANCHO, José Dias (1925). *Camilo Castelo Branco*. In *In Memoriam de Camilo*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, pp. 523-528.
- SANTOS, José dos, org. (1939). Descrição bibliográfica da mais importante e valiosa Camiliana [...] compreendendo todas as obras originais, traduzidas ou prefaciadas por Camilo Castelo Branco tanto em suas primeiras como em subsequentes edições e também numerosos livros de outros autores e variadíssimas publicações periódicas ou de consagração, contando colaboração literária, inédita ou reproduzida, do genial escritor, além de muitas outras obras que por quaisquer circunstâncias, lhe dizem respeito. Lisboa: Tipografia de Eugénio Viana.
- SANTOS, Manoel dos (1916-1926). *Revista bibliográfica camiliana*. Lisboa: Livraria Manoel dos Santos. 2 vols
- SANTOS, Manoel dos (1917). *Uma notícia sobre Camilo pelo Dr. Teófilo Braga*. «Revista Bibliográfica Camiliana», 274-275.
- SANTOS, Mariana Amélia Machado (1965). *Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda*. Coimbra: [s.n.]. Separata de «O Instituto», vol. CXXVII.
- SANTOS, Mariana Amélia Machado (1979). *Alexandre Herculano e Vale de Lobos*. Faro: Câmara Municipal. Separata dos «Anais do Município», n.º VIII.
- SANTOS, Raul da Costa (1917). *Notícia de alguns escritos acerca da vida e obras de Camilo Castelo Branco*. Com um prefácio pelo distinto camilianista Ex.<sup>mo</sup> Sr. J. V. Ribeiro. Lisboa: Tip. de H. Pereira & C.ª.
- SARAIVA, António José (1977). Herculano e o Liberalismo em Portugal. Amadora: Livraria Bertrand.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar (2005). *História da Literatura Portuguesa*. 17.ª edição corrigida e aumentada. Porto: Porto Editora.
- SARAIVA, Carlos Braz; PEIXOTO, Bessa; SAMPAIO, Daniel, coord. (2014). Suicídio e comportamentos auto lesivos: dos conceitos à prática clínica: Lisboa: Lidel.
- SARMENTO, Francisco Martins (1880). Os lusitanos: questões de etnologia. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira.
- SÁ, Victor de (1981). Época Contemporânea Portuguesa I. Lisboa: Livros Horizonte.

- SCHAEFFER, Henrique (1842). *História de Portugal*. Lisboa: Na Tipografia de José Batista Morando, vol. I.
- SEARA, Isabel Roboredo (2006). *Da epístola à mensagem eletrónica: metamorfoses das rotinas verbais.* Lisboa: Universidade Aberta. Tese de doutoramento.
- «Seara Nova». Ano 27. 1081 (17 abr. 1948) 216.
- SENNETT, Richard (1988). O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEQUEIRA, Eduardo (1916). A infanta capelista. «Camiliana». 1 (1 jan.) 21-32.
- SERPA, António Ferreira de [s.d.]. A ascendência açoriana de Camilo Castelo Branco. Lisboa: Portugália Editora.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977). O significado de Vale de Lobos. In Alexandre Herculano à luz do nosso tempo: ciclo de conferências. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 353-388.
- SERRÃO, Joel (1962a). Ensaios. Lisboa: Portugália Editora.
- SERRÃO, Joel (1962b). Temas oitocentistas II: para a história de Portugal no século passado Ensaios. Lisboa: Portugália Editora.
- SERRÃO, Joel (1982). A emigração portuguesa: sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1990). Da «Regeneração» à República. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sete cartas de Camilo a Luís Augusto Palmeirim. «Ocidente». XIX:60 (abr. 1943) 385-395.
- SILVA, Agostinho Veloso da (1890). *Vida e história de Camilo Castelo Branco*. Porto: Livraria Portuguesa Editora de Joaquim Maria da Costa.
- SILVA, António de Morais, *ed.* (1890). *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora Literária Fluminense de A. A. da Silva Lobo, vol. 1.
- SILVA, Augusto Santos (1987). Formar a nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX 1.ª parte. Porto: Secretaria de Estado da Cultura / Centro de Estudos Humanísticos.
- SILVA, Eva Antero da Luz e (2021). O turismo no Porto na segunda metade do séc. XIX: guias e relatos de viagem. Porto: Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo. Dissertação de mestrado
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1853). *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1867). *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, vol. VIII, p. 67.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1911). *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, vol. XX, p. 157.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1923). *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, vol. XXII, pp. 89-92.
- SILVA, João Paulo Braga Correia da (2011). *Retórica da ficção: a construção da narrativa camiliana*. Braga: Faculdade de Filosofia. Tese de doutoramento.
- SILVA, João Paulo Braga da (2015). Camilo Castelo Branco: Coração, cabeça e estômago... e um par de calças. «Diário do Minho». 30 617 (18 mar. 2015) iii-viii. Suplemento Cultura.
- SILVA, Joaquim Palminha (1991). O Portugal suicidário de Camilo a Sá Carneiro 1: a ideia de fimde-pátria. «História». 14:147 (dez.) 4-33.
- SILVA, Joaquim Palminha (1992a). O Portugal suicidário de Camilo a Sá Carneiro 2: a «doença da pátria». «História». 14:148 (jan.) 4-27.
- SILVA, Joaquim Palminha (1992b). O Portugal suicidário de Camilo a Sá Carneiro 3: O funeral da pátria. «História». 14:149 (fev.) 68-81.

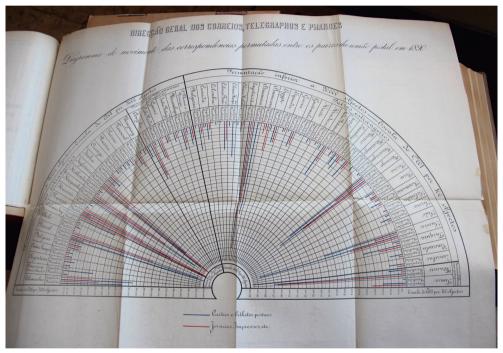
- SILVA, José Eugénio Carvalho da (2013). Vizela, desenvolvimento e antagonismos políticos: as disputas autonómicas da Regeneração à República. Porto: Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da (1863). Lágrimas e tesouros. Porto: Tipografia do Comércio.
- SILVA, Manuela Parreira (1999). Para uma teoria da prática epistolar pessoana. In Correspondências. Lisboa: Edições Colibri, vol. 1, pp. 127-147.
- SILVA, padre Almeida e (1888). *Impressões de um perfil ou autópsia de Camilo C. Branco e a literatura moderna em face da arte cristã pelo* [...]. São Paulo: Ex-Tip. Thabor.
- SILVEIRA, Luís, ed. (1946). Cartas inéditas de Alexandre Herculano a Joaquim Filipe de Soure. Lisboa: Fernandes & C.ª.
- SIMÕES, João Gaspar (1945). Eça de Queirós: o homem e o artista. Lisboa: Edições Dois Mundos.
- SIMÕES, João Gaspar (1961). Eça de Queirós. Lisboa: Editora Arcádia.
- SIMÕES, João Gaspar [1963]. Júlio Dinis. Lisboa: Editora Arcádia.
- SIMÕES, Manuel (1989). Novas cartas inéditas de Antero a Oliveira Martins. «Revista Portuguesa de Filosofia». XLV. (jan.-mar.) 1-19.
- SIMÕES, Manuel (1991). O espólio camiliano de Ricardo Jorge. «Brotéria». 133:4 (out.) 265-275.
- SIMÕES, Manuel (1994). *O espólio camiliano de Ricardo Jorge*. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, 1, Coimbra, 1991. *Congresso internacional de estudos camilianos: atas.* Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 369-379.
- SIMÕES, Maria João Albuquerque Figueiredo (1987). Correspondências: Eça e Fradique: análise de estratégias epistolográficas. Coimbra: Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado.
- SOHN, Anne-Marie, ed. (2002). La correspondance, un document pour l'Histoire. Rouen: Université de Rouen.
- SOROPITA, Fernão Rodrigues Lobo (1868). *Poesias e prosas inéditas*. Com uma prefação e notas de Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Nacional.
- SOUSA, A. de Magalhães (1943). *Uma carta de Camilo e a Foz de ontem e de hoje*. «O Primeiro de Janeiro». 75:100 (13 abr.).
- SOUSA, José de Campos e (1946). *Processo genealógico de Camilo Castelo Branco*. Com um prefácio de D. Pedro da Câmara Leme. Lisboa: [s.n.].
- SOUSA, José de Campos e (1947). Esclarecimentos das dúvidas manifestadas pelo sr. Jacinto do Prado Coelho, em Introdução ao Estudo da Novela Camiliana, acerca da identidade da mãe de Camilo. Lisboa: Edições «Gama».
- SOUSA, Manuel M. Andrade [s.d.]. *Período pré-adesivo*. Lisboa: Correios e Telecomunicações de Portugal.
- SOUTO, Diogo (1881). Amica Veritas: terceira edição com uma carta do sr. Camilo Castelo Branco e o juízo da imprensa. Porto: J. E. da Cruz Coutinho-Editor.
- TAVARES, José Pereira (1953-1954). *Os «brasileiros» na obra de Camilo*. «Camiliana & Vária». 6:7 (jan. 1953-maio 1954) 281.
- TAVEIRA, Miguel D. (1977). Já em 1886 os asnos eram problema. Lisboa: [edição do autor].
- TELES, Alberto (1917). Camilo Castelo Branco na Cadeia da Relação do Porto. Lisboa: Livraria Ferreira.
- TELES, Manuel Tavares (2007). Os manuscritos de Gertrudes: uma portuense apaixonada por Camilo. Lisboa: Guerra e Paz, Editores S.A.
- TELES, Manuel Tavares (2008). Camilo e Ana Plácido: episódios ignorados da célebre paixão romântica. Porto: Edições Caixotim.
- TOMÁS, Aníbal Fernandes, dir. (1879). Boletim de bibliografia portuguesa. Coimbra: Imprensa da Universidade, vol. I.
- TORGAL, Luís Reis (1993). *A instrução pública*. In MATTOSO, José, *dir. História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 5, pp. 609-651.

- TORRES, António Maria Pinheiro (1964). O Dr. J. de Almeida, um médico de Camilo. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 1 (jan.-mar.) 19-22.
- TORRES, António Maria Pinheiro (1965a). Camilo vítima de um descarrilamento de comboio [...] que uma carta inédita refere. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 5:6 (jan.-jun.) 15-19.
- TORRES, António Maria Pinheiro (1965b). *Jorge e Nuno*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 1. 7:8 (iul.-dez.) 21-26.
- TORRES, António Maria Pinheiro (1976). *Um livreiro camiliano*. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 2:3 (jan.-jun.) 41-42.
- TORRES FEIJÓ, Elias (2003). *Introducción*. In CASTELO BRANCO, Camilo. *La brasileña de Prazins:* Escenas del Miño. Madrid: Ediciones Cátedra, pp. 9-155.
- TORRES FEIJÓ, Elias (2011). *O legado do último Camilo romancista e a (auto-)cilada realista*. Vila Nova de Famalicão: Casa de Camilo Centro de Estudos.
- TORREZÃO, Guiomar (1881). No teatro e na sala: com uma carta-prefácio de Camilo Castelo Branco. Lisboa: David Corazzi-Editor; Empresa das Horas Românticas.
- A tragédia oftalmológica de Camilo. «O Tripeiro». Série V. XIV:4 (ago. 1958) 101-107.
- TRANCOSO, Miguel, ed. (1930). Camilo e Castilho: Correspondência do primeiro dirigida ao segundo. Prefácio de António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Trechos literários de Alexandre Herculano e cartas do mesmo e de outros escritores ilustres a Guiomar Torrezão. Colecionadas, publicadas e editadas por sua irmã, com prefácio por Dr. Armelim Júnior. Lisboa: Tipografia Leiria, 1910.
- Três cartas de Camilo. «Boletim da Casa de Camilo». Série 2. 4:5 (jul.-dez. 1976) 39-41.
- VALENTE, Vasco Pulido (2002). Glória: biografia de J. C. Vieira de Castro. Lisboa: Gótica.
- VALLADARES, António Canavarro (1970). *Camilo e Guilhermino de Barros I*. Vila Real: Junta Distrital de Vila Real.
- VAQUINHAS, Irene (1997). *Miserável e gloriosa: a imagem ambivalente da mulher no século XIX*. In *A mulher na vida e na obra de Camilo*. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos, pp. 35-52.
- VAQUINHAS, Irene (2000). «Senhoras e mulheres» na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Edições Colibri.
- VAQUINHAS, Irene, coord. científica (2011). História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea (de 1820 a 1950). Lisboa: Círculo de Leitores / Temas & Debates, vol. 3.
- VARELA, A. (1870). Um processo-crime: romance contemporâneo. Porto: Tip. Pereira da Silva.
- VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis (1993). *Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo: o exílio político.* In MATTOSO, José, *ed. História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, pp. 65-87.
- VASCONCELOS, A. A. Teixeira de (1864). *Prefácio* [24-10-1862]. In CASTELO BRANCO, Camilo. *Coração, cabeça e estômago*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, pp. vii-xix.
- VELOSO, Américo (1925). Uma carta de Camilo. «Voz de Coimbra». 41 (15 mar.) 4.
- VIALA, Alain (1981). La genèse des formes épistolaires en français. «R.L.C.». (avril-juin) 168-178.
- VIANA FILHO, Luís (1983). A vida de Eça de Queirós. Porto: Lello & Irmão.
- VIEIRA, Alfredo (1882). Carta a Camilo Castelo Branco sobre o seu último livro: «Perfil do Marquês de Pombal». «O Primeiro de Janeiro». 177 (26 jul.) 2-3.
- VIEIRA, Casimiro José (1883). Apontamentos para a história da revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte escritos pelo padre Casimiro finda a guerra, em 1847. Braga: Tipografia Lusitana.
- VIEIRA, Custódio José (1916). Uma carta de Camilo na Biblioteca da Ajuda: reparos a umas afirmações do sr. dr. Teófilo Braga. Lisboa: Tipografia «A Editora, L.da».
- VIEIRA, José Augusto (1886). O Minho pitoresco. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, vol. I.

- VIEIRA, José Augusto (1887). O Minho pitoresco. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, vol. II.
- VIEIRA, José Augusto (1986). O Minho pitoresco. Valença: Rotary Club de Valença Distrito 197, vol. 1.
- VIEIRA, padre António (1943). Sermões do Padre António Vieira. São Paulo: Editora Anchieta Limitada, vol. 1.
- VILA-MOURA, Visconde de, compil. (1913). Camilo inédito. Porto: Edição da Renascença Portuguesa.
- VILA-MOURA, Visconde de (1917). Fanny Owen e Camilo. Porto: Edição da Renascença Portuguesa.
- VILA-MOURA, Visconde de (1925a). *As cinzas de Camilo: novos documentos.* 2.ª edição. Porto: Edição de a «Renascença Portuguesa».
- VILA-MOURA, Visconde de (1925b). *Fanny Owen e Camilo*. 2.ª edição. Porto: Edição da «Renascença Portuguesa».
- VILELA, Ana Luísa (1994). *A imagem ramalheana de Camilo*. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CAMILIANOS, 1, Coimbra, 1991. *Congresso Internacional de Estudos Camilianos: atas*. Coimbra: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, pp. 531-546.
- VILELA, Carlos (2005). O pai de Camilo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VILHENA, João Jardim de (1958a). Achegas camilianas: XI. «O Tripeiro». Série V. 14:5 (set.) 143-145.
- VILHENA, João Jardim de (1958b). Achegas camilianas: XII. «O Tripeiro». Série V. 14:7 (nov.) 199-201.
- VILHENA, João Jardim de (1958c). Achegas camilianas: XIII. «O Tripeiro». Série V. 14:8 (dez.) 247-249.
- VILHENA, João Jardim de (1959a). Achegas camilianas: XIV. «O Tripeiro». Série V. 14:10 (fev.) 311-313.
- VILHENA, João Jardim de (1959b). *Achegas camilianas: XV.* «O Tripeiro». Série V. 14:11 (mar.) 342-345.
- VILHENA, João Jardim de (1959c). Achegas camilianas: XVI. «O Tripeiro». Série V. 15:1 (maio) 8-10.
- VILHENA, João Jardim de (1959d). Achegas camilianas: XVII. «O Tripeiro». Série V. 15:2 (jun.) 42-44.
- VILHENA, João Jardim de (1959e). Achegas camilianas: XIX. «O Tripeiro». Série V. 15:4 (ago.) 118-120.
- VILHENA, João Jardim de (1959f). *Achegas camilianas: XX.* «O Tripeiro». Série V. 15:5 (set.) 152-155.
- VILHENA, João Jardim de (1959g). Achegas camilianas: XXI. «O Tripeiro». Série V. 15:7 (nov.) 217-219. VILHENA, João Jardim de (1960). Achegas camilianas: XXIII. «O Tripeiro». Série V. 15:11 (mar.) 345-347.
- VILHENA, João Jardim de (1961). Três cartas inéditas de Camilo. «O Tripeiro». Série VI. 1.8 (ago.) 225-228.
- VILHENA, João Jardim de (1962). Uma carta de Camilo. «O Tripeiro». Série VI. Ano II. 1 (jan.) 9-10.
- VIOLI, Patricia (1985). *La intimidad de la ausencia. Formas de la estructura epistolar.* «Estudos Semioticos (Associación de Estúdios Semioticos de Barcelona)». 3:4, 70-80.
- VIOLI, Patricia (1987). *La intimidad de la ausencia. Formas de la estructura epistolar*. «Revista de Occidente». 68 (ener.) 87-99.
- VOISIN-ATLANI, Françoise (1998). L'instance de la lettre. In SIESS, Jürgen, dir. La lettre entre réel et fiction. Paris: Editions Sedes, pp. 97-107.
- WOLFF, Étienne (2005). À l'ombre d'Héloïse et Abélard. «Le Magazine Littéraire». 442 (maio) 46-49.
- WOOLF, Virginia (1994). *The new biography*. In MCNEILLIE, Andrew, *ed. The essays of Virginia Woolf:* 1925-1928. London: The Hogarth Press, vol. IV, pp. 473-480.
- XANDRO, Maurício (1991). Grafologia superior. Barcelona: Editorial Herder.
- XAVIER, Alberto [s.d.]. Camilo Romântico: Precedido de um panorama das origens e da evolução do romantismo. Lisboa: Portugália Editora.







PORTUGAL. Direção-Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis de Portugal (1893). Estatística Geral dos Correios, telégrafos e faróis: Ano de 1890: Diagrama do movimento das correspondências permutadas entre os países da União postal em 1890. Lisboa: Imprensa Nacional. Sem numeração de página. Coleção: Museu das Comunicações (Lisboa)



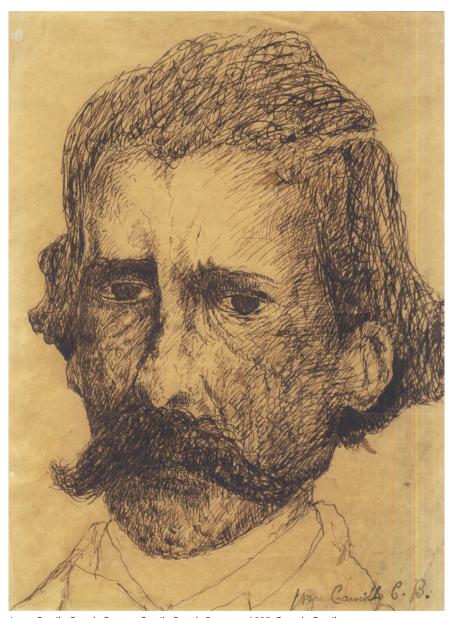
Artur Bual. Camilo suicida, 1987. Casa de Camilo



José de Brito. Camilo Castelo Branco, 1920. Casa de Camilo



Tossan. Camilo Castelo Branco, 1980. In Acervo de Alexandre Cabral, Casa de Camilo



Jorge Camilo Castelo Branco. Camilo Castelo Branco, c. 1885. Casa de Camilo

que o bipo , como filho d'aquella Mun be drugo brealide, e grande esmingador nos Conte particularides à circa do destines As minhas bistilhotices genealogicas vasque tueram as numerosas quentas Fornando importuno. Tunha bla ringacias que em terras de Barto pomin como victima da ma douna. & Nuns though Por? de Var pomir a parte que des repte a Pousada, queix em I brops de lannego, Moura Com timbo, no crobiliario, trasladado an folhe prestar m'a, e bem apin Com time da Palavra, com q Va me brindow, muniou-me of a tal Respecto em varios pontos promette fallar sa Cara Souber. Athers de Bousada, em Basto, bores da Casa si Praganea of f ahi nascen a Nestrig que cason com o bastard le D'pas to Camillo Cartello Brans

a casa de l'ensada. L'natival que enime un ten fortiririo da u Balavra, se é que a com continuam, e pena seria que non contra perhenceram a & demor d'Alimi; mos ha particularide y to an bem de Varia ffe Bourse o l'orraine d'aquella lerhora que u necepito saber ilei tambem que e velho nada deijon a menther, e begon todos es seus harces ao mostera de Plefin de Bento; mes tatues de Plefin de Bento; mes tatues

Carta de Camilo Castelo Branco a José de Azevedo e Menezes, de 5 de janeiro de 1887. In *Acervo de Correspondência*, n.º 9, Casa de Camilo

ÈCOLE DE GRAPHOLOGIE Fondatrice et Directrice : MADAME R. SALBERG

PARIS — 99, Avenue Villiers

## (COMPLETE) ÈTUDE GRAPHOLOGIQUE N.º 86

SIGNATURE:

6 - 10 - 19

#### Camillo Castello Branco

Le geste aisé, large et plutôt gracieux, dans son ensemble, retient d'abord notre attention; puis, nous remarquons la très grande différence d'allure et de hauteur, entre la première page et celles qui suivent: la hauteur et le geste relâché, allant en s'exagérant jusqu'à la fin.

Les barres de t sont variables, généralement lancées; elles montent de plus en plus au-dessus de la hampe. Beaucoup de t ont, en plus de la barre du haut, une barre accrochée à leur base, indice d'une certaine forcé d'endurance. — Ex.: t. Le graphisme est modérément couché, mais d'une pente égale, indiquant une sensibilité sans excès et de plus, la capacité pour le scripteur, d'un dévouement agissant, car il faut noter l'absence de crochets convergents.

Cette progression dans la hauteur des lettres, au fur et à mesure que la missive s'allonge, dénote une nature passionnée, qui s'exalte dans l'action.

Dans ce geste spontané, nous voyons un indice de sincérité. Toutefois, le scripteur vous échappe facilement, car en dépit de son expansion native, il ne dit absolument que ce qu'il veut; c'est une de ses forces.

L'orgueil n'est pas une de ses dominantes; cependant, il a conscience de ce qu'il vaut; il en résulte une dose d'assurance dans sa façon d'agir, car il parait, non seulement sûr de lui, mais du chemin qu'il a à parcourir. Son caractère n'est pourtant pas résolu; il a de l'initiative, mais son énergie est relative; de ce côté il y a fluctuation et par conséquent, possibilité d'être influencé.

Dans la dernière page, les barres de t s'élancent au-dessus des hampes, dans un geste d'ardeur et de désir d'imposer ses idées.

L'air qui circule entre les lignes et la rapidité du geste, sont de bons éléments, au point de vue cérébral.

Les jambages inférieurs en forme, ex.: g de poche dénotent le cerveau enregistreur; les lettres simplifiées, telles que les q disent la culture intellectuelle. Ex.: q.

Les majuscules *B* formant un 13, ex.: *B*, révèlent lesprit méthodique, deautant plus remarquable dans ce tracé non posé; cest donc le fruit de leducation, qui est venu apporter un élément modérateur dans une nature ardente.

Tout annonce donc un cerveau réalisateur, expliquant e continuel emploi d'abréviations; abréviations qu'il ne faut pas confondre avec les simplifications des lettres, car celles-ci correspondent au désir permanent d'augmenter la clarté des idées, et l'autre se rapporte au besoin d'abattre beaucoup de travail en peu de temps.

Le crochet initial de l'M majuscule, ex: M — rapproché de quelques descentes à la fin des mots — désigne le sens pratique de l'argent, se faisant jour dans une atmosphère plutôt idéaliste. Il est évident que les lettres liées dans chaque mot, el quelques mots liés entre eux, sont adéquats à un cerveau essentiellement réalisateur. Le graphisme couché est concommittant de la mémoire auditive.

Le tempérament est plutôt nerveux. La différence entre la première et la dernière page nous en donne une preuve. Le tracé manquant de netteté et de fermeté, dit la fatigue due au surmenage.

Le scripteur est un actif; cela ressort de notre étude. Les longs jambages inférieurs disent l'équilibre entre l'activité physique et l'activité cérébrale.

En résumé, lá personnalité que nous venons d'étudier, est intéressante, mais ne denote pas une supériorité hors paire.

(signé) M.ME R. DE SALBERG.

Ètude graphologique: Camillo Castello Branco, par M.<sup>me</sup> R. de Salberg. In Comissão de Homenagem Póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, 1915-1920 (1920). *Camilo Homenageado*. Famalicão: Tipografia «Minerva» de Cruz Sousa & Barbosa, pp. lxi-lxiii

Destinatários
AIRES, Cristóvão (pai)
ALBUQUERQUE, Henrique Zeferino de
ALBUQUERQUE, Luís d' Almeida e , diretor do «Jornal do Comércio»
ALMADA, Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e (2.º Visconde de Pindela)
ALMEIDA, António Ribeiro da Costa e
ALMEIDA, Ernesto Pinto de
AMÉLIA, Bernardina Castelo Branco Carvalho
AMORIM, Francisco Gomes de
ANDRADE, José Joaquim de Ferreira de Melo e
ARAÚJO, Joaquim de
ASSIS, José Bento de Araújo
ATENEU COMERCIAL DO PORTO
AZEREDO, Francisco Teixeira de Aguilar de (Conde de Samodães)
AZEVEDO, Álvaro Rodrigues d'
AZEVEDO, Nunes de
AZEVEDO, padre António José de
BAENA, Augusto Romano Sanches de
BAPTISTA, José António da Silva
Barão de Joane
BARATA, António Francisco
BARROS, Guilhermino de
BARROS, Patrícia Emília de
BASTO, João
BEÇA, Rodrigo (Xavier Pereira de Freitas e)
BORGES, Carlos
BRAGA, Alberto
BRAGA, Carlos de Almeida
BRAGA, Joaquim Fernandes Teófilo
BRANCO, Henrique Guilherme Tomás
CALDAS, José Ernesto de Sousa
CALDAS, José Joaquim da Silva Pereira
CALISTO, Avelino César
CAMPOS, Alfredo
CAMPOS, João Caetano da Silva
CÂNDIDO, António
CARDOSO, Adolfo Soares
-

CARQUEJA, Manuel de Sousa CARVALHAIS, Alfredo CARVALHO, António Francisco de CARVALHO, Camila Cândida Castelo Branco de CARVALHO, Hermano José Ferreira de CARVALHO, Joaquim Martins de CARVALHO, Joaquim Peito de CARVALHO, José Mendes de CARVALHO, Maria Amália Vaz de CARVALHO, Tomás de CARVALHO, Vitorino José de CASIMIRO, doutor CASTELO BRANCO, António de Azevedo CASTELO BRANCO, Jorge CASTELO BRANCO, Nuno Plácido CASTELÕES, Álvaro CASTIÇO, Fernando CASTILHO, António Feliciano de CASTILHO, Eugénio de CASTILHO, Júlio de CASTRO (e Almeida), Eugénio de CASTRO, António Manuel Lopes Vieira de CASTRO, Azevedo CASTRO, José Cardoso Vieira de CASTRO, José de CASTRO, José Luciano de CASTRO, Urbano de CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro CHAGAS, Tomé das (pseudónimo) CHARDRON, Ernesto COELHO, José Eduardo COELHO, José Francisco Trindade COELHO, Latino COIMBRA, Eduardo COMPADRE CONCEIÇÃO, Alexandre da CORREIA, João Jacinto da Silva CÔRTE REAL, Joaquim Albano COSTA (Júnior), José Fernandes

COUTINHO, António Rodrigues da Cruz COUTINHO, Carlos Ramiro COUTINHO, Henrique COUTINHO, João Evangelista da Cruz CUNHA, António Pereira da D. LUIS I, rei de Portugal D. PEDRO II, imperador do Brasil DEUS, João de Diretor do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco ESPINHO, Manuel de Ascensão FERNANDES, Domingos Manuel (Roberto Valença) FERREIRA, António Augusto Soares Rodrigues FERREIRA, Augusto Alberto da Silva FERREIRA, Pedro Augusto FIGUEIREDO, Cândido de FILGUEIRAS, Caetano de Sousa FONSECA JÚNIOR, Francisco Lourenço da FONSECA, Francisco Lopes de Azevedo Velho da FORTUNA, Freitas FRANÇA, António Maria de Faria FRANCO, António FREITAS, Joaquim Maria de Melo FREITAS, Padre José Joaquim de Sena FREITAS, Urbino de GAMA, Augusto GAMA, Augusto GOMES, João Augusto Marques GOUVEIA, António Aires de GUEDES, Constantino Máximo de Sousa GUILHERMINO, António Dias (ator Dias) GUIMARÃES JÚNIOR, Luís Caetano Pereira HERCULANO, Alexandre JARDIM, Cipriano Luís Pereira JORGE, Ricardo JUNQUEIRO, Guerra LACERDA, Narciso Manuel Correia de LAVRADIO, Conde de LEAL, António Henriques LIMA, J. Lobo de Ávila

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO LOBO, Eduardo de Barros (Beldemónio) LOPES II, José Carlos LOUREIRO, Adolfo MACEDO, Joaquim Teixeira de MACHADO, Edmundo Magalhães MACHADO, Júlio César MADUREIRA, Bernardo MAGALHÃES, José Estevão Coelho de MAIA, Abílio MAIA, Alfredo MAIA, Vicente Machado de Faria e (Visconde de Faria e Maia) MARECOS, Ernesto Frederico Pereira MARQUES, Florindo MARQUES, Henrique MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira MARTINS, José Tomás de Sousa MARTINS, Mariana Augusta Alves MEIRELES, Germano Vieira de (redator de «O Primeiro de Janeiro») MELÍCIO, João Crisóstomo MELO, Adelino das Neves e MELO, Adriano José Carvalho de MELO, António Augusto Ferreira de MELO, Augusto Amândio Teixeira de MELO, Bernardo Pinheiro Correia de (1.º Conde de Arnoso) MELO, Fontes Pereira de MELO, José de Sousa Freire Bandeira de MENDES, cónego Alves MENDONÇA, António Pedro Lopes de MENDONÇA, D. Maria José Furtado de MENDONÇA, Henrique Lopes de MENEZES, António Guedes de Carvalho e (Visconde de Tardinhade) MENEZES, José de Azevedo e MENEZES, José Taveira de Carvalho Pinto de MIRANDA, Henrique Carlos de MODERNO, Alice MONTEIRO, Francisco de Castro MONTEIRO, José Gomes MONTEIRO, Miguel Máximo da Cunha

MORAIS, Anselmo de MORÉ, Ernesto MOREIRA, João Baptista de Matos MOTA, António Vitorino da MOURA, senhor MOUTINHO, Joaquim Ferreira NAVARRO, Emídio NEGRÃO, Manuel NORONHA, Francisco de Sá NORONHA, Manuel J. NORTON, Tomás Mendes NOVAIS, Faustino Xavier de OLIVEIRA, D. Rita Soares (Viscondessa de Ouguela) ORTIGÃO, Ramalho OSÓRIO, José Frutuoso Aires de Gouveia PALMEIRIM, Luís Augusto Xavier PAPANÇA, Macedo (Conde de Monsaraz) PASCOALI, Ernesto PASSOS, António Augusto Soares de PATO, Bulhão PEDROSA, Joaquim Anacleto da Silva PENHA, João PEREIRA, António Maria I PEREIRA, Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio (1.º Marquês da Graciosa) PEREIRA, Francisco de Paula da Silva PEREIRA, Luis da Costa PEREIRA, Ricardo Augusto Pereira Guimarães (Visconde de Benalcamfor) PERY, Gerardo Augusto e LOBO, Abílio Eduardo da Costa PIMENTEL, Alberto PINHEIRO, Rafael Bordalo PINTO, Bento Joaquim de Sousa Melo PINTO, Luís da Serra PINTO, Silva PINTO, Vieira PIRES, Ernesto PLÁCIDO, Ana Augusta QUEIRÓS, Francisco Teixeira de QUEIRÓS, Gaspar Ribeiro de QUEIRÓS, José Maria de Almeida Teixeira de

RAMALHO, Monteiro
RAMOS, João de Oliveira
REBELO, José Porfírio de Campos
Redação de «A Aurora do Lima»
Redação de «A Esperança»
Redação de «A Folha Nova»
Redator de «Jornal do Povo»
Redator de «O Comércio do Porto»
Redator de «O Jornal do Porto»
Redator de «O Nacional»
Redator de «O Nacional» (António Alves Martins)
Redator de «O Partido Liberal»
Redator de «Revista Universal Lisbonense»
REIS, Ricardo Simões dos
RESENDE JÚNIOR
RIBEIRO, José Silvestre
RIBEIRO, Tomás
RODRIGO, doutor (Penafiel)
RODRIGUES, António Falcão
ROUSSADO, Manuel
RUTE (y Giner), Luís de
SÁ, Ana Amália Moreira de
SÁ, Eufrásia Carlota de
SAMPAIO, Adrião Forjaz de
SAMPAIO, Alberto
SAMPAIO, José da Cunha
SAMPAIO, José Pereira de
SARMENTO, Francisco Martins
SILVA, António A. dos Santos
SILVA, António Alexandrino da
SILVA, Inocêncio Francisco da
SILVA, João António Santos e
SILVA, José Barbosa e
SILVA, Mateus José Barbosa e
SILVA, Pedro Correia da
SILVA, Rebelo da
SOARES, Duarte Gustavo Nogueira
SOUSA, António Moutinho de
SOUSA, António Vicente Carvalho Leal e

SOUSA, Sebastião Maria de Andrade e SOUTO, José Diogo Tavares Cardoso & Irmão TEIXEIRA, António José da Silva TELES, Alberto TOMÁS, Aníbal Fernandes TORRESÃO, Guiomar TROVISQUEIRA, José Francisco da Cruz VALADARES, Francisco Xavier de Andrade e Almeida de VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de VIANA, Cunha VIEIRA, Atriz Amélia VIEIRA, José Joaquim de Sousa Barreiros Coelho (1.º Barão de Paçô Vieira) VIEIRA, padre Casimiro José VILAS-BOAS, Alfredo Vieira Coelho Peixoto Pinto de (1.º Conde Paçô Vieira) VILHENA, Júlio Marques de VISEU, D. Eugénia Mendes VITERBO, Francisco Remetentes ABREU, Augusto Cesário ABREU, Eduardo de ABREU, Gaspar Ribeiro Gomes de ABREU, João Gomes de AIRES, Cristóvão ALJEZUR, Conde de ALLEN, Eduardo Augusto ALMEIDA, António Maria de ALMEIDA, António Nicolau de ALMEIDA, Fialho de ALMEIDA, J. de ALMEIDA, M. Duarte de ALMEIDA, Torres e ALVES, J. C. Xavier AMORIM, Francisco Gomes de ANDRADE, José Joaquim Ferreira de Mello ARAÚJO, Joaquim de ARCE, Gaspar Nuñez de ARNOSO, 1.º Conde de v. MELO, Bernardo Pinheiro Correia de

ARROYO, João
ASENZIO, José Maria
ASSUNÇÃO, Lino de
ASSUNÇÃO, Manuel de
ATAÍDE, Luiz de Melo
AZEVEDO, Alexandre Tomás de
AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de
AZEVEDO, Conde de
AZEVEDO, Egídio de
AZEVEDO, João Lúcio de
AZEVEDO, Nunes de
AZEVEDO, padre António José de
BARATA, António Ferreira
BARBOSA, Inácio de Vilhena
BARBOSA, José Correia Leite
BARRADAS, Manuel
BARROS, A.
BARROS, Guilhermino Augusto de
BARROS, José Xavier Teixeira de
BARROS, Vitorino de
BENALCANFOR, Visconde de v. GUIMARÃES, Ricardo
BETTENCOURT, Filipe d'Andrade Albuquerque
BOTELHO, Abel Acácio
BOTO, Luís Clemente de Carvalho Saavedra Donas
BOURBON, Francisco de Paula Peixoto da Silva e
BRAGA, Alberto
BRAGA, Alexandre
BRAGA, Carlos de Almeida
BRANCO, Henrique Guilherme Tomás
BRANDÃO, J. P. d'Almeida
BRUNO, José Pereira de Sampaio
BULHÃO, Conde do
CABRAL, Miguel Osório
CALDAS, José
CALDAS, Pereira
CALHARIZ, Visconde de
CAMPOS, Alfredo
CAMPOS, Carlos Augusto da Silva
CARDOSO, Adolfo Barros
(continue na nácina consiste

CARNEIRO, José Augusto
CARNEIRO, Manuel
CARVALHAIS, Alfredo
CARVALHO, António José Torres de
CARVALHO, Augusto Saraiva de
CARVALHO, Eduardo José da Silva
CARVALHO, J. Peito de
CARVALHO, Maria Amália Vaz de
CARVALHO, Tomás de
CASTELO BRANCO, António de Azevedo
CASTELO BRANCO, José de Azevedo
CASTIÇO, Fernando
CASTILHO, António Feliciano de
CASTILHO, Júlio de
CASTILHO, Visconde de v. CASTILHO, Júlio de
CASTRO, André Meireles de Távora Canto e
CASTRO, Augusto Guilherme da Cunha e
CASTRO, David de
CASTRO, David de
CASTRO, Eugénio de
CASTRO, J. A. de Azevedo
CASTRO, José de
CASTRO, José Luciano de
CASTRO, Rodolfo de
CATARINO, Joaquim Monteiro
CAZAL, Conde de
CAZAL, Condessa de
CELESTINO, G.
CHAGAS, João
CIRT, F. Fernandes
COELHO, José Francisco Trindade
CORDEIRO, Luciano
CORREIA, Pedro
COSTA, António Cândido Ribeiro da
COSTA, Fernandes
COSTA, João José de Lima e
COUTINHO, A. R. da Cruz
COUTINHO, António Júlio Rodrigues d'Azevedo
COUTINHO, Carlos Ramiro
(continue no mácino coguinto

CRESPO, Gonçalves CUNHA, A. Pereira da CUNHA, António da Costa Gouveia e DANTAS, Casimiro DEUS, João de DIAS, padre Francisco José ERSE, José ESPINHO, Manuel de A. ESPÍRITO SANTO, José Lopes do FALCÃO, Nicolau de Mendonça FERREIRA, António Augusto Soares Rodrigues FERREIRA, Joaquim José FERREIRA, Pedro Augusto FONSECA, José Moreira da FORJAZ, Augusto FORTUNA, João António de Freitas FRAGATEIRO, José Ferreira da Silva FRANCO, António FREITAS, António Inácio Pereira de FREITAS, Augusto César Barjona de FREITAS, Melo FREITAS, padre José Joaquim de Sena FREITAS, Urbino de FRUTUOSO, José GAIO, Silva GAMA, Augusto GAMA, Guilherme GELB, Samuel GIL, João da Silva GOMES, J. A. Marques GRACIOSA, Marquês da v. PEREIRA, Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio GUEDES, Constantino Máximo da Sousa GUERRA, A. GUIMARÃES, Bernardino Luís Machado GUIMARÃES, João Henrique de Sousa GUIMARÃES, Luís GUIMARÃES, Ricardo HUBUK, L. JORGE, Carlos

JORGE, Ricardo
JÚNIOR, Carvalho
JÚNIOR, Vinhas
JUNQUEIRO, Abílio Guerra
LAGE, José da Fonseca
LARA, António de Sousa Carneiro
LEAL, Augusto de Pinho
LEAL, Fernando
LEMOS, João de
LIMA, Barros
LIMA, José N.
LOBO, Eduardo de Barros
LOPES, Carlos
LOPES, Júlia
LUCAS, Bernardo
MACHADO, José Joaquim de Sousa
MADUREIRA, Bernardo
MAGALHÃES, Valentim
MAIA, Abílio
MALHEIRO, José Manuel Teixeira
MARINHO, Henrique
MARQUES, Henrique
MARTINS, J. T. de Sousa
MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira
MARTINS, Tomás António Rodrigues
MATEUS, Joaquim Alves
MEIRELES, António da Cunha Vieira de
MELÍCIO, João Crisóstomo
MELO, Adelino das Neves e
MELO, Bernardo Pinheiro Correia de
MELO, João Machado Pinheiro Correia de
MELO, Joaquim Dias de
MELO, Lopo Vaz de Sampaio e
MELO, M. de
MELO, Sebastião Guedes Brandão de
MENDES, A. Lopes
MENDES, António [] da Silva Ribeiro Alves
MENDONÇA, José Barbosa de Magalhães
MENDONÇA, Maria José Furtado de
(antinua na nataina na nataina

MENEZES, António Luís Cardoso de MENEZES, José de Azevedo e MENEZES, Luís Pereira Ferraz de MESQUITA, Augusto de MICHEL, R. Francisque MIRANDA, Henrique Carlos de MONTEIRO, F. de Castro MONTEIRO, Inácio MONTEIRO, José de Sousa MONTEIRO, José Gomes MONTENEGRO, António MORAIS, Faustino de MORAIS, Francisco Ribeiro Pinto de MORAIS, J. R. Pinto de MOREIRA, Matos MOUTINHO, Joaquim Ferreira NAVARRO, Emygdio NEGRÃO, Manuel Nicolau Osório Pereira NEGRELOS, Visconde de NEVES, Casimiro de Castro NORTON, Tomás Mendes OLIVEIRA, Emygdio de ORNELAS, João Augusto de OWEN, Fanny PALHA, Fernando PALHA, Francisco PALMEIRIM, Luís Augusto PATO, Bulhão PEDRO DE ALCÂNTARA, imperador do Brasil PEIXOTO, Augusto Ferreira Alves PEREIRA, António Maria PEREIRA, Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio PEREIRA, José Borges Pacheco PEREIRA, Luís da Costa PEREIRA, Manuel de Castro PEREIRA, Manuel Joaquim PERES, Domingos Garcia PIMENTEL, Alberto PIMENTEL, Jerónimo

PINDELA, 1.º Visconde de v. MELO, João Machado Pinheiro Correia de PINDELA, 2.º Visconde de v. ALMADA, Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e PINTO, Ayres B. PINTO, Júlio Lourenço PINTO, Silva PRIME, Conde de QUEIRÓS, Eça de QUEIRÓS, Francisco Teixeira de QUEIRÓS, Gaspar Ribeiro de QUEIRÓS, José Maria de A. Teixeira de RAMALHO, Monteiro RAMOS, António RAMOS, João de Oliveira REIS, Joaquim Firmino da Cunha REIS, Padre Ricardo Simões dos RIBEIRO, Hintze RIBEIRO, João Rodrigues RIBEIRO, Tomás ROCHA, Agostinho da RODRIGUES, José Joaquim Pereira de Azambuja RODRIGUES, José Júlio SÁ, António Maria Baldaque Carneiro e SÁ, Bernardo Valentim Moreira de SÁ, Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira e V. AZEVEDO, Conde de SÁ, Zulmira de SABUGOSA, Conde de SAMODÃES, Conde de SAMPAIO, José da Costa SANCHES DE BAENA, Visconde de SARAIVA, João SARMENTO, Francisco Martins SENA, António Maria de SILVA, Agostinho Duarte Pinheiro e SILVA, António Alexandrino da SILVA, Arnaldo da SILVA, Hilda Rebelo da SILVA, Jerónimo da SILVA, Luís Barbosa e SILVA, Pereira da

SILVANO, Gago da Câmara
SOARES, D. G. Nogueira
SOUSA, António Vicente Leal e
SOUSA, Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha de Almeida Portugal Silva
SOUSA, Vicente Pedro de Carvalho e
TELES, Alberto
TORRES, C.
TORRES, Estevão
TORRESÃO, Guiomar
TRÉVERRET, Armand de
VASCONCELOS, António A. Teixeira de
VASCONCELOS, António Teles de
VASCONCELOS, Bruno Teles de Menezes de
VASCONCELOS, padre Sebastião Leite de
VEIGA, Rufino
VELOSO, doutor Custódio
VIANA, Cunha
VIEIRA, Alfredo de Paçô
VIEIRA, Carlos José
VIEIRA, Custódio José
VIEIRA, José Augusto
VIEIRA, padre Casimiro José
VILHENA, Júlio de
VISEU, Eugénio A.
VITERBO, Sousa

Listagem dos destinatários da correspondência inventariada no âmbito da nossa investigação e listagem das pessoas e entidades que endereçaram correspondência a Camilo

Fonte: base de dados; COMISSÃO DE HOMENAGEM póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, 1915-1920 (1920): 9-213

Derid de do Prho us Profes de 1849

A 218, Se 14/9/1649 (Esp.) L. 3: 1849

Trole Agos do ca sirver de Son Survivo Ara word for

Teiro para close de Répuse / O mu higher do si un de Souher

Recursor amador pala 10 horry of voite de 1870

Lo a chopad Moral amplais de lette of the 31 de Aporto

Lo a chopad Moral amplais de lette of the Arabini Asy

was furrain felle de me louis and the Novembo de

1844 - am los moras - a homsportato per or Sou de Entero

gre d'Autolina de la laide foreción sua higha a extravant

Espan, para a inaja de S. tomas de loto, on la parma

espan, para a inaja de S. tomas de loto, on la parma

espan, para a inaja de S. tomas de loto, on la parma

espandid. Nexa

espando de la de Souhe son traba a laterro [

a la otra de la Souhe son traba a laterro [

a la otra de la Souhe son de la surventario ma la gra j

Ao la de Moral de Standa ilm sees tivalogo e ano

espando seis Caraleiros de Nijaranta Ordano, tomo am to
chos mens. a Etc.

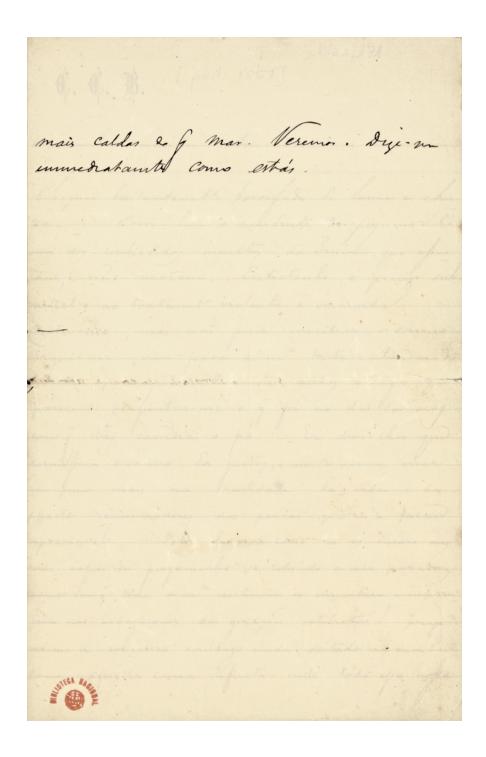
a la comeiro

## mos sibiser olimas . CASA-MUSEU DE CAMILO of odli os etheog (CASA DE CAMILO CASTELO BRANCO) primeiro marido de Ana Plácido. \* Camilo Desconhecido, de António Cabral (1918) P. 163: "Foi neste ano de 1863, a 15 de Julho que o primeiro marido de Ana Plácido, Manuel Pinheiro Alves, faleceu em Vila Nova de Famalicão, no Hotel Vilanovense". Etc. "Ido de Lisboa, Camilo recolheu -se a S. Miguel de Ceide. Chama va-o ai, à casa que fora de Pinheiro Alves, a saudade do tempo em que acalentava o amor doi do que votara à sua companheira de desventura - amor já tão arrefecido pelos gelos do de omco segano!.... / ebied eb Em Ceide, escreveu ele o seu romance Amor de salvação [1ª. ed., de 1864], cuja dedicató ria, a José Gomes Monteiro, tem a seguinte da ta: 'No Minho, em 1864'." Etc.

Primeiras páginas de duas fichas (13 x 10,5 cm) de investigação sobre temáticas de cariz camiliano, produzidas por Alexandre Cabral: uma manuscrita e outra dactilografada. In *Acervo de Alexandre Cabral*, Casa de Camilo

N23 171 C. C. B. [post. 1867] erinha guerida Amelia Chequei bastantemte borrifal de lama e chu va. Privi bem a accidente do pequeno. E um day conheciday insulty da Jenial, que apres tame não motam. Entretanto, é precijo sub mettel-o ao tratamte violento e vermicida. Peitei-me, mas não pude conciliar o soumo. Erqui-me, vin para a ma triste e abandonada titraria, comprimentir estes velhos amigos, que parecen pergentar-me o g fix en das caricias com g they saendria o po. En dine-thes que dornteljem o sommo Sor justoj, e me seiganem river um pones mais na treatidade da vida affector recuirmadory das penoas que m'a farend apraciaval. Pobry livros: como en os encaro nas mas capas de pergaminho, e retricedo a una parado annos em q toda a un existencia 16 concentrava e inferm java nas indagaspens das gerasoes extinctas! Juagi no me a conversar combigo ainda, deitado na minha Cama, naguella cama infinita onde toda epa nofra

familia me faria salla! Junho sandades. Parece ne, mafilha, que ficarei pragin ate principio de Ilbr. Nuchito apictir as trataunt do forge, a noi penso nos mens bankos. Tambeno calculo à ter o mão tomaras frengts; porin, se o medico, aperar da constipación, t'os manda continuar Não efferer peto tempopa, nem alteres a manuera de or in Itoman. I de end flander & regentarte o Freun, offer do-me, e de ti e g me queixarei. Abrau- To averace agraded e no wor about with as alway pediatry le ter . Claem, withmeles Abri a carta ple te Sirer à infeligente passer uma pepina nonte crivado le dores e experimenter uma nova flagellació na cabeca: Von hop mandar chamar um medico, para ou tra vos o comultar sobre bankon de mar. O ten was exito aporton-me por to a por min. Parece me & for men padecunto exigen



CARTA A First

CARTA M

Espois BN scious for the Cox. Ve 1

When a cartifact. The miss of 3 mansairies. Popular timbe ("C+C+B+")

Lown of man, or important pero of mal (miss corrects).

Carta de Camilo Castelo Branco a Bernardina Amélia Castelo Branco Carvalho, sem data. BN-acpc-e-n23-171, Biblioteca Nacional de Portugal.



CARTA Nº.

Minha querida Amélia

Cheguei bastantemente borrifado de lama e chuva. Previ bem o acidente do pequeno. É um dos conhecidos insultos da Ténia, que assustam, e não matam. Entretanto, é preciso submetê-lo ao tratamento violento e vermicida.

Deitei-me, mas não pude conciliar o sono. Ergui-me, vim para a minha triste e abandonada livraria, cumprimentei estes velhos amigos, que parecem perguntar-me o que fiz eu das carícias com que lhes sacudia o po. Eu disse-lhes que dormis sem o sono dos justos, e me deixassem viver um pouco mais na realidade da vida e dos afectos reanimadores das pessoas que ma fazem apreciável. Pobres livros! como eu os encaro nas suas capas de pergaminho, e retrocedo a uns passados anos em que toda a minha existência se concentrava e enferrujava nas indagações das gerações extintas! Imagino-me a conversar contigo ainda, deitado na minha cama, naquela cama infinita onde toda essa nossa família me fazia sala! Tenho saudades.

Parece-me, minha filha, que ficarei por aqui até princípio de 7tbrº Setembro. Necessito assistir ao tratamento do Jorge, e não penso nos meus banhos. Também calculo que tu os não tomarás por enquanto; porém, se o médico, apesar da constipação, tos manda continuar, não esperes pelo teu papá, nem alteres a maneira de os ir tomar. Se eu souber que rejeitaste o trem, ofendo-me, e de ti é que me queixarei.

Abraço te ao coração agradecido, e no mesmo abraço sinto as almas dedicadas de teu esposo e filha. Adeus, minha Amélia.

Abri a carta para te dizer que infelizmente passei uma pessima noute crivado de dores, e experimentei uma nova flagelação na cabeça. Vou hoje mandar chamar um médico, para outra vez o consultar sobre banhos do mar. O teu mau exito assus tou-me por ti e por mim. Parece-me que os meus padecimentos exigem mais caldas do que mar. Veremos. Dize-me imediatamente como estás.

COMENTÁRIO

Notas e transcrição dactilografada por Alexandre Cabral. In Acervo de Alexandre Cabral, Casa de Camilo

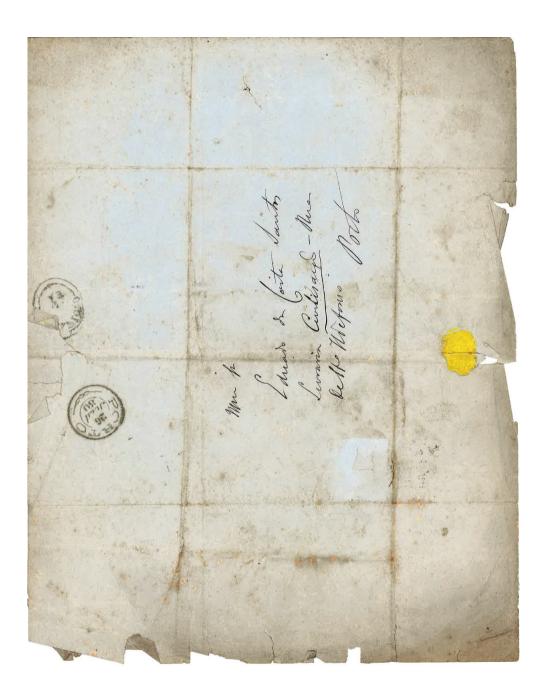
#### Cartas dirigidas a Camillo

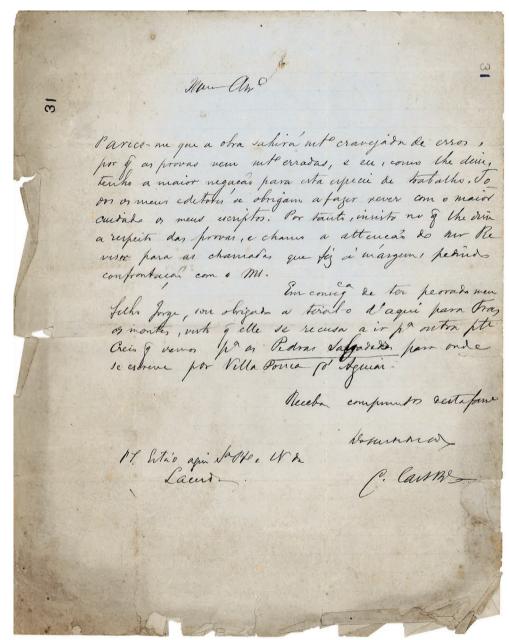
Os autographos que se seguem, offerecidos por Camillo em 1883, a illustre poeta e diplomata brasileiro, representam valioso subsidio para o estudo litterario portuguez da epocha. Ahi se encontram, em grande parte ineditas, cartas de quasi todos os homens de letras d'aquella gloriosa geração e nellas tratados os mais variados assumptos litterarios, envolvendo nomes illustres hoje desapparecidos do numero dos vivos. As cartas de Antonio Feliciano de Castilho, são os originaes das que, em parte, o sr. João Costa publicou no livro "Castilho e Camillo" servindo-se das copias (nem sempre fieis) existentes na Torre do Tombo. As do Visconde de Azevedo foram, por cedencia nossa, publicadas recentemente em bellissimo livro pelo sobrinho d'aquelle titular, o Exmo. Sr. Conde de Azevedo. Ha ainda a notar um rascunho em 28 paginas, com apontamentos para a biographia de D. Antonio Alves Martins, Bispo de Vizeu, de seu proprio punho, que serviu a Camillo para escrever o "Esboço biographico" do notavel prelado e estadista, e uma longa carta, em inglez, de Lady Jackson, queixando-se a Camillo das suas notas á traducção da "A Formosa Lusitania" e refutando conceitos que lhe foram attribuidos.

De A. Rodrigues Sampaio 2, Abel Botelho 1, Alberto Braga 2, Alberto Pimentel 7, Alberto Telles 3, Alfredo Campos 1, Alfredo Carvalhaes 2, Alvaro Rodrigues de Azevedo 1, Antonio (D.) Alves Martins 16, e um rascunho para a sua biographia de 28 pgs., Antonio de Azevedo Castello Branco 1, Antonio (D.) da Costa 14, Antonio Feliciano de Castilho 207, e duas a D. Anna Placido, Antonio Henriques Leal 5, Antonio L. de S. Cruz Secco 1, Antonio Pereira da Cunha 2, Augusto C. S. Teixeira de Aragão 1, Augusto Soromenho 5, Barão de Castello de Paiva 4, Barão de Marajó 1, Benigno J. Martinez 1, Bernardes Branco 1, Bernardino Pereira Pinheiro 1, Bulhão Pato 4, Casimiro José Vieira (Padre) 1, Castilho (Eugenio de) 5, Castilho (José Feliciano de) 3, Castilho (Julio de) 6, Conde de Rio Maior 1, Conde Samadães 1, Custodio Jose Vieira 4, Domingos M. Fernandes (Roberto Valença) 1, E. Montero Rios 1, Eduardo Augusto Vidal 3, Eduardo de Barros Lobo 3, Eduardo Coelho 1, Ernesto do Canto 2, Faustino Xavier de Novaes 1, Fernandes Costa 1, Fernando Caldeira 2, Francisco da Fonseca Benevides 8, Francisco Gomes de Amorim 12, Francisco de Martins Sarmento 8, Francisco Palha 1, Gonçalves Crespo 3, Henrique Ribeiro 1, Innocencio Francisco da Silva 16, Ignacio Pizarro 6, J. A. dos Santos Silva 1, J. Dias de Oliveira 1, João de Cedofeita 1, João Lupi Esteves de Carvalho 1, Joaquim Antonio de Aguiar 1, José Barbosa Leão 1, José Caldas 4, José Gomes Monteiro 9, José Lourenço Dias 1, José de Souza Monteiro 7, José Silvestre Ribeiro 1, Julio Lourenço Pinto 1, Julio F. Judice Bicker 2, Lady Jackson (em inglez) 1, Luciano

Cordeiro 2, Luiz de Andrade 2, Luiz Augusto Palmeirim 1, Maria Amalia Vaz de Carvalho 2, Mendes Leal 1, Narciso de Lacerda 2, Oliveira Martins 6, Pereira da Silva 1, Pinheiro Chagas 2, Pinho Leal 5, Pinto de Campos (Monsenhor) 6, Ramalho Ortigão 4, Romero Ortiz 1, Santos Nazareth 1, Senna Freitas (Padre) 7, Silva Pinto 1, Silva Tullio 3, Thomaz de Carvalho 1, Thomaz Ribeiro 20, Teixeira de Queiroz 10, Teixeira de Vasconcellos 11, Ulipio Veiga 1, Vieira de Castro 2, Visconde de Azevedo 67, Visconde de Benalcanfor 1, Visconde de Moreira de Rey 2, Visconde de Pindella 2.

Relação das cartas dirigidas a Camilo e oferecidas pelo próprio romancista a um diplomata brasileiro. Catálogo da Camiliana de F. Garcia Saraiva. Rio de Janeiro: Imprensa Moderna de Carinhas & Cia., 1940, pp. 119-120





Carta/sobrescrito de Camilo Castelo Branco a Eduardo da Costa Santos, de [26-6-1880]. In Acervo de Eduardo da Costa Santos, Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia

# BASE DE DADOS EM *ACCESS* PARA TRATAMENTO TÉCNICO E INTELECTUAL DA CORRESPONDÊNCIA DE CAMILO CASTELO BRANCO

## Breve manual de instruções

#### Sumário

1. Base de dados	574
1.1. Criação de registo e recolha da informação	574
1.1.1. Inventariação e catalogação do epistolário	
1.1.2. Destinatários: vida e obra	
1.1.3. Personalidades nomeadas: dados biobibliográficos	578
1.2. Indexação por assuntos	
1.3. Pesquisa da informação	
1.3.1. Da correspondência	
1.3.2. Dos destinatários	
1.3.3. Das personalidades	
1.4. Impressão de relatórios	
1.5. Breve conclusão	

## 1. BASE DE DADOS

# 1.1. CRIAÇÃO DE REGISTO E RECOLHA DE INFORMAÇÃO

O menu principal esclarece, desde logo, a opção seguida quanto à organização da informação em três blocos principais:

- «Correspondência Enviada» e «Destinatário»;
- «Correspondência Recebida" e «Remetente»;
- «Personalidade».



### 1.1.1. Inventariação e catalogação do epistolário (A.2.)

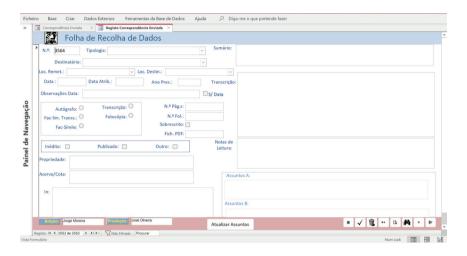
Para iniciarmos a tarefa, temos de clicar em «Correspondência Enviada». O acesso à folha de recolha de dados faz-se através do clique no botão «Nova Correspondência».



A FRD compreende campos numéricos e alfanuméricos para preenchimento de informação referente:

- à tipologia do documento epistolar (carta, cartão-de-visita, telegrama, cartão, bilhete-postal, fragmento de carta, carta e dedicatória, carta e declaração...);
- ao nome do destinatário, seja pessoa, seja instituição;
- às localidades onde a correspondência foi produzida e para onde foi expedida;

• à datação — inscrita por Camilo no documento, atribuída pelo próprio destinatário da correspondência, quando do seu recebimento, pelo investigador ou pelo anotador. Estão disponíveis, ainda, mais três campos, a utilizar em situações distintas — quando se puder indicar o ano em que se presume que a correspondência tenha sido escrita, quando não é possível determinar qualquer datação, ou quando for necessário fazer alguma observação sobre a data do autógrafo.



A FRD faculta, de seguida, a oportunidade de referenciar tipos distintos de epistolografia: a que se encontra impressa em livros e os autógrafos (manuscritos redigidos com a própria letra de Camilo ou da pessoa a quem ele ditou os conteúdos). Para cada uma destas realidades, há procedimentos específicos.

Tratando-se de um autógrafo, é possível descrever o respetivo número de folhas e a quantidade de páginas escritas, a existência ou não de sobrescrito e se estamos perante um inédito ou um original conhecido. Pode referir-se, também, o nome do proprietário do manuscrito e o acervo que integra. E, no campo «Notas de Leitura», há possibilidade de se prestarem informações complementares (dimensões, estado de conservação, entre outras).

Se estivermos a compulsar um documento epistolar já impresso, indicar-se-á sempre a sua tipologia: «Fac-símile / Transcrição» (a reprodução do autógrafo é acompanhada da transcrição), «Transcrição», «Fac-símile» (a reprodução do autógrafo não é acompanhada da transcrição) e «Fotocópia».

Para o documento epistolar impresso e para o autógrafo já publicado, referenciar-se-á no campo «In» a(s) obra(s) onde podem ser consultados.

Surgem-nos, posteriormente, três grandes campos destinados à introdução de texto:

• em «Sumário», coloca-se um pequeno resumo sobre os assuntos do epistolário;

- em «Transcrição», digita-se a totalidade do teor do autógrafo ou da correspondência impressa;
- em «Notas de Leitura», são inseridos comentários ou notas sobre questões que contribuam para a melhor explicação ou conhecimento das matérias que gravitam em torno do documento que se está a catalogar.

### 1.1.2. Destinatários: vida e obra (B.2.)

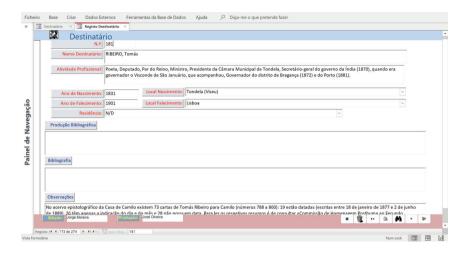
Em Camilo, os relacionamentos mais cordiais, de maior proximidade afetiva ou de conflito assumido acabaram sempre por se retratar em algo de concreto: na frequência da correspondência remetida, nas dedicatórias dos seus livros, nos prefácios para obras dos destinatários, nas apreciações literárias, nos textos críticos ou de polémica e nas considerações mais melífluas ou azedas emitidas sobre os seus correspondentes. Por sua vez, os destinatários das missivas camilianas deixaram-nos, de igual modo, múltiplos testemunhos das suas ligações com o romancista, ora de apreço, amizade, elogio e veneração, ora de crítica e desdém.

Em FRD própria, criámos campos de preenchimento para pormenores biográficos e profissionais do destinatário e para as principais evidências dos contactos pessoais ou literários, assíduos ou ocasionais havidos com Camilo.

O acesso à FRD do destinatário é feito a partir do menu secundário de «Destinatário», após clicar no botão «Novo Destinatário».



Os campos a preencher congregam, a nosso ver, o essencial sobre os correspondentes e os contextos em que se desenvolveram as relações recíprocas.



Além da identificação do destinatário epistolar, é descrita a sua «Atividade Profissional», dada notícia acerca dos anos e locais de nascimento e de óbito, e feita menção à cidade ou à vila onde se situava a sua residência oficial.

Os campos «Produção Bibliográfica» e «Bibliografia» estão reservados, respetivamente, para tudo o que foi redigido pelo destinatário sobre Camilo e vice-versa, ou seja, para o recenseamento da bibliografia que diga direta e unicamente respeito à relação particular, pública, literária ou de outro tipo, entre o escritor e o correspondente considerado.

Existe, ainda, o campo «Observações», reservado a informações que concorram para enriquecer a história do trato puro e simples do escritor com essa pessoa, ou também para registar o grau de intimidade com que moldavam a sua camaradagem.

# 1.1.3. Personalidades nomeadas: dados biobibliográficos (E.2.)

Camilo convoca com frequência para o texto da correspondência personalidades dos diferentes quadrantes da vida política, social, religiosa e cultural.

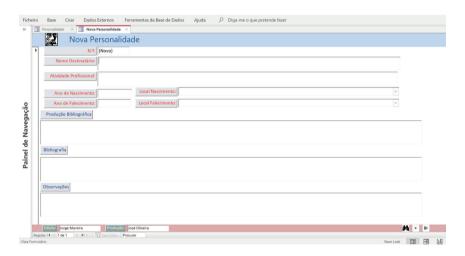
Dada a abundância de nomes de individualidades coetâneas mencionadas pelo romancista, julgámos que seria oportuno e relevante criar uma FRD, onde se reunissem os respetivos dados biobibliográficos, na convicção de que despontassem desta inventariação contribuições preciosas para o estudo a realizar.

O acesso à FRD faz-se a partir do menu secundário de «Personalidade», após se clicar no botão «Nova Personalidade».



A FRD da personalidade rege-se pelos mesmos princípios e objetivos da FRD do destinatário, e em tudo se assemelha à sua estrutura.

Mantém-se o campo para identificação da personalidade nomeada, os que se destinam à descrição da respetiva «Atividade Profissional» e à especificação das datas e localidades de nascimento e de morte.



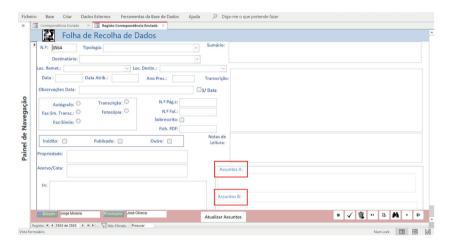
Reservam-se também os campos «Produção Bibliográfica» e «Bibliografia», para elencar as referências bibliográficas das obras e dos textos que derivem da eventual relação particular ou pública de Camilo com a personalidade citada. No campo «Observações», inserir-se-ão os dados que valorizem uma análise mais esclarecida do relacionamento de ambos.

# 1.2. INDEXAÇÃO POR ASSUNTOS (A.2.)

A indexação por assuntos é o processo pelo qual se faz a abordagem de qualquer documento, se determina o seu assunto principal, se reconhecem os elementos essenciais que devem ser realçados e descritos, se extraem os conceitos, se estabelece a sua correspondência em linguagem documental e se verifica a pertinência dessa representação.

Definidos os descritores que materializam os conceitos dos conteúdos reais dos diferentes documentos do universo epistolar camiliano, vai sendo construída gradualmente uma lista de termos controlados.

Estes termos controlados, depois de digitados no campo «Assuntos A» da FRD da inventariação e catalogação do epistolário, transformar-se-ão em pontos de acesso para a recuperação da informação de qualquer documento.



No final do processo de indexação, teremos, em «Assuntos A», os descritores representativos de todos os assuntos que Camilo abordou no documento e, em «Assuntos B», os termos soltos referentes aos assuntos problematizados na tese ou suscetíveis de responder às necessidades da nossa investigação.

# 1.3. PESQUISA DA INFORMAÇÃO (A.6.)

Não foi nossa intenção, na redação deste pequeno manual, detalhar com minúcia o funcionamento da aplicação informática ou percorrer, com detalhe, cada menu.

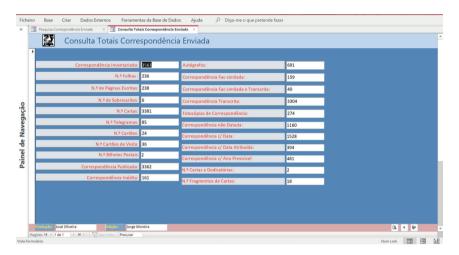
Ao escrever sobre a variedade de recursos disponibilizados pela base de dados para a pesquisa da informação, adotámos o mesmo procedimento de não pormenorizar em excesso as opções proporcionadas. Não deixámos, porém, num caso ou noutro, de esmiuçar o que se considerou elementar para elucidar a execução das operações de pesquisa.

Ao nível da «Correspondência» e dos «Destinatários», diferenciámos, em alíneas próprias, os meios oferecidos para pesquisa, e para as «Personalidades» pareceu-nos ser suficiente fazê-lo na própria FRD, até para não sobrecarregar em demasia a aplicação informática.

### 1.3.1. Da correspondência

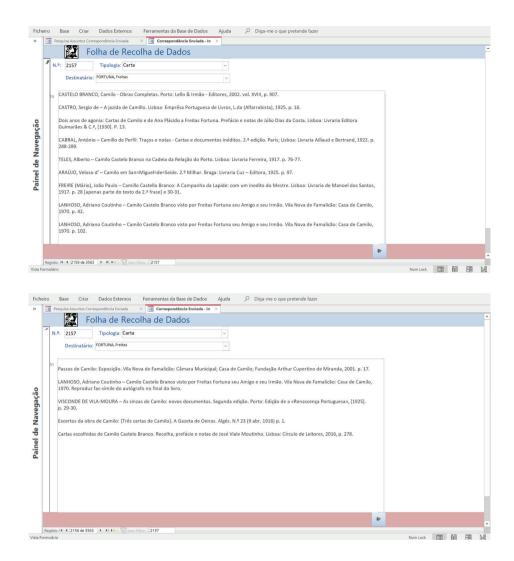
### a) Consulta dos totais de correspondência (A.6.5.)

Uma das funcionalidades que nos dá um panorama muito fidedigno, e nunca verificado, da generalidade do epistolário camiliano é a existência de uma grelha com a totalidade da correspondência enviada e do número de existências de cartas, cartas e dedicatórias, fragmentos de cartas (únicos parágrafos que conhecemos de algumas missivas), cartões, cartões de visita, telegramas e bilhetes-postais remetidos por Camilo.



Visualiza-se, também, a comparação numérica entre a correspondência inédita e a correspondência publicada; entre a que se encontra datada e a que não possui datação, ou se lhe atribuiu datação; e entre a quantidade de correspondência impressa (fac-similada, transcrita...) e a de manuscritos, de sobrescritos, de folhas/páginas escritas.

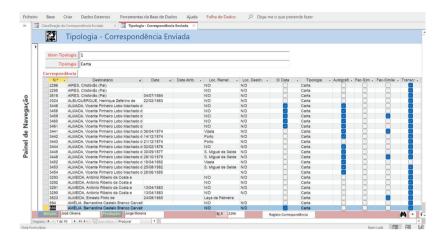
Acrescente-se que, embora não seja possível fazê-lo de forma automática através desta grelha, pode apurar-se outro dado de relevante interesse estatístico. Pela consulta do campo «In» da FRD e da contagem das obras nas quais a correspondência foi publicada, conseguimos obter a diferença entre o número da correspondência inventariada e o número de vezes em que a correspondência inventariada foi dada à estampa. Observe-se o relatório do campo «In» do registo n.º 2157, e vemos que a carta de Camilo para Freitas Fortuna, de 6 de abril de 1888, nos apareceu publicada em catorze obras:



#### b) Consulta da correspondência por tipologias (A.5.1.)

Na inventariação da correspondência, assinalamos, logo no princípio da FRD, o tipo de documento que estamos a tratar. Estando este definido, podemos obter listagens de correspondência consoante cada tipologia.

No exemplo que abaixo mostramos, elenca-se toda a correspondência registada na tipologia «Carta». Qualquer que seja a tipologia, a listagem pode ser ordenada pelo número de inventário, por ordem alfabética de destinatários e por ordem cronológica.



#### c) Consulta da correspondência por ordem cronológica (A.5.2.)

Toda a correspondência que esteja datada, ou que lhe tenha sido atribuída datação, pode ser apresentada por ordem cronológica do exemplar mais antigo ao mais recente, e vice-versa.



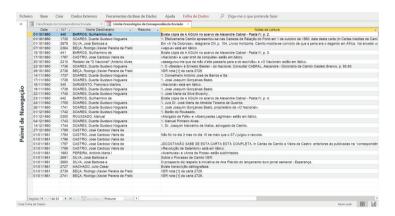
Esta possibilidade permite-nos apurar a distribuição da produção da correspondência ao longo da vida e da atividade literária de Camilo, observar a existência de períodos mais intensos ou menos ativos de dedicação ao género epistolar e divisar a permanência ou a inconstância dos contactos com qualquer destinatário.

## d) Consulta de correspondência entre datas específicas (A.5.3.)

A aplicação informática permite, para a correspondência datada, ou com datação atribuída, listar a epistolografia produzida entre duas datas específicas. Esta possibilidade complementa as potencialidades de uma listagem cronológica; proporciona que se relacione com maior

facilidade a correspondência camiliana com os episódios biobibliográficos do romancista; e torna mais precisa a pesquisa de informação, em períodos muito concretos da sua vida.

Escolhemos, como amostra, o resultado da pesquisa realizada para saber quantos exemplares de correspondência foram escritos por Camilo na segunda passagem pela Cadeia da Relação do Porto, de 1 de outubro de 1860 a 1 de janeiro de 1861.



### e) Consulta da correspondência inédita (A.6.4.)

No epistolário inventariado, há correspondência inédita e correspondência publicada. Sempre que quisermos obter uma relação completa dos exemplares inéditos, basta apenas fazer um clique no botão «Inédito» da tabela «Consulta Correspondência Inédita».

A imagem que se segue ilustra esta possibilidade.

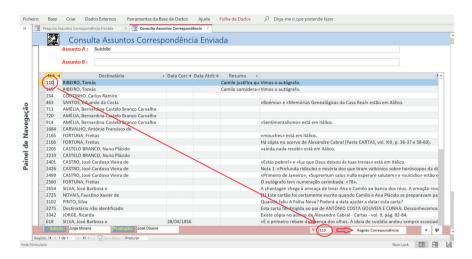


## f) Consulta dos assuntos da correspondência (A.6.1.1.)

Nas opções de pesquisa, há um formulário pelo qual conseguimos filtrar os registos que estão associados a qualquer assunto da correspondência ou simplesmente aos temas da nossa

investigação. Basta que se digite, conforme o caso, o descritor pretendido em «Assuntos A» ou em «Assuntos B».

Experimentámos, para o efeito, efetuar uma consulta utilizando o termo «Suicídio». A tabela «Consulta Assuntos Correspondência» forneceu-nos o conjunto de registos em que Camilo aborda o tema, e pela listagem percecionamos os destinatários a quem Camilo confidenciou sobre o assunto, ou, desde quando, o suicida começou a referir-se ao «ato final».



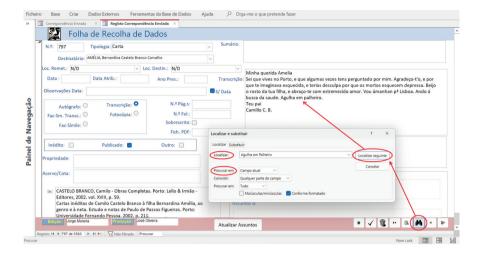
#### g) Pesquisa de texto(s) nos campos da FRD da correspondência (A.1.)

Nos campos de texto da FRD («In», «Sumário», «Transcrição» e «Notas de Leitura»), a aplicação facilita-nos a hipótese de realizar pesquisas sobre as mais diversas matérias (cidades, nomes, expressões, citações em latim, livros...), diretamente nos textos ali digitados.

Há duas formas de o fazer.

A primeira possibilidade destina-se a um único texto. Tomámos como exemplificação o objetivo de localizar no campo «Transcrição» o título de uma das obras de Camilo: *Agulha em palheiro*, ainda que neste caso o romancista tenha utilizado um título da sua bibliografia como uma metáfora.

Clicando no botão abre-se uma janela de pesquisa.

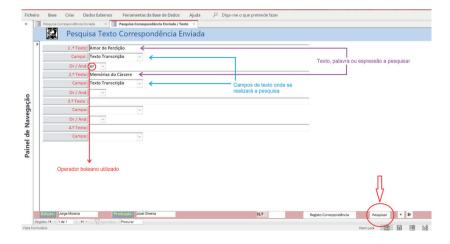


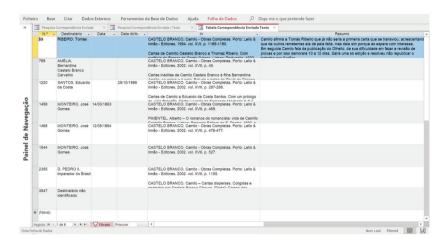
No campo «Localizar», escrevemos o que se tenciona pesquisar, e no «Procurar em» indicamos o campo onde queremos efetuar a pesquisa.

O botão «Localizar seguinte» conduzir-nos-á ao(s) registo(s) em que se encontram o texto, a expressão ou a palavra que procuramos.

A segunda hipótese é mais completa e deixa realizar pesquisas até quatro textos, expressões ou palavras, nos campos «In», «Sumário», «Transcrição» e «Notas de Leitura», com a utilização de operadores boolianos. Para o demonstrar, efetuámos uma pesquisa para ver se há alguma correspondência que contenha referências de Camilo às obras *Amor de perdição* ou *Memórias do c*árcere, ambas publicadas em 1862, ano posterior à sua saída da cadeia.

Como se exemplifica na imagem, escrevemos os títulos das obras que procurávamos em «1.º Texto» e em «2.º Texto», selecionámos o campo onde queríamos que se efetuasse a pesquisa e escolhemos o operador booliano «or».





Clicando, depois, na tecla «Pesquisar», obtivemos oito registos:

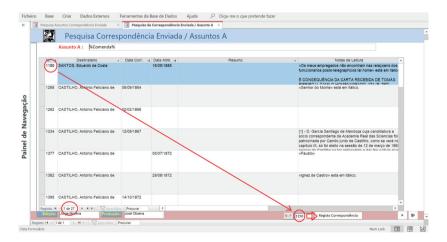
Como se vê, a aplicação informática permite-nos o acesso a uma multiplicidade de meios para cruzar e relacionar informação.

#### h) Pesquisa dos assuntos da correspondência (A.6.1.2.)

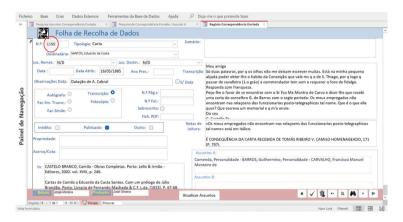
A pesquisa dos assuntos da epistolografia pode realizar-se com um ou mais descritores.

No primeiro caso, é suficiente que se digite, em «Assuntos A» ou em «Assuntos B», o descritor representativo do assunto referido por Camilo, para conseguirmos uma listagem das existências epistolares onde o tema é tratado.

Realizando, por exemplo, uma pesquisa para saber quais as missivas em que o romancista se refere a condecorações, ao usar o descritor «Comenda», obtivemos vinte e sete missivas dirigidas a quinze destinatários.

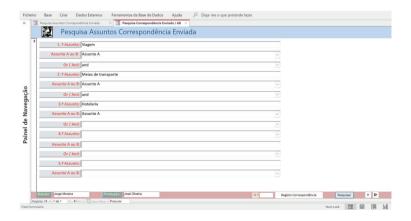


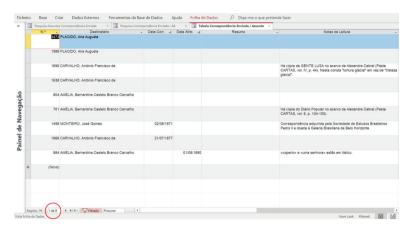
Se pretendermos visualizar a FRD de cada uma das vinte e sete missivas, devemos escolher o número de registo da correspondência inventariada e, quando esse número nos surgir no canto inferior direito, clicamos no botão «Registo Correspondência». A visualização é imediata.



A segunda opção de pesquisa permite a utilização até cinco descritores, e que se recorra aos operadores boolianos «or» e «and». A mais-valia desta opção reside, em grande parte, na combinação ilimitada de termos soltos entre si, o que agiliza a recuperação da informação, rentabiliza as conexões temáticas e relaciona eficazmente os diversos conteúdos.

Para ilustrar esta hipótese de pesquisa, quisemos saber o que nos diz a correspondência sobre o facto de o escritor viajar com acentuada regularidade, sobre a utilização dos mais diversos meios de transporte e a sua longa experiência de estadas em hotéis e hospedarias de boa ou má qualidade. Para isso, preenchemos o formulário «Pesquisa Assuntos Correspondência Enviada», usando os descritores «Viagem», «Meios de Transporte» e «Hotelaria» e o valor booliano «and».





#### A aplicação localizou 9 registos.

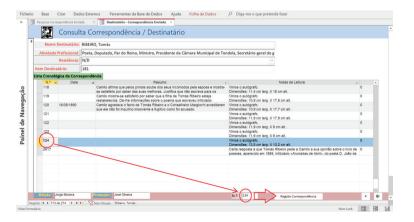
A exemplificação demonstra, sem dúvida, as potencialidades oferecidas pela base de dados no que respeita à pesquisa e recuperação da informação. Na verdade, estas serão tanto mais fecundas e proveitosas consoante a precisão dos descritores utilizados e o valor booliano empregue adequadamente.

#### 1.3.2. Dos destinatários

#### a) Consulta da correspondência por destinatário (B.5.1.)

Há um formulário comum ao menu de consulta da correspondência e ao menu de consulta dos destinatários. Nesse formulário, pode reunir-se toda a epistolografia, com ou sem datação, remetida a um único destinatário. Para isso, é apenas necessário pesquisar o destinatário pela ordem «APELIDO, Nome».

Na imagem seguinte, podemos observar a consulta realizada para agrupar todo o correio expedido por Camilo a Tomás Ribeiro.



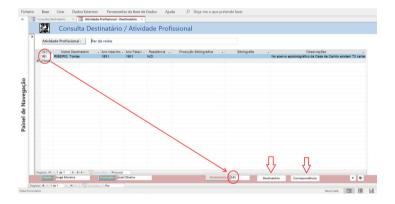
Fornecida a listagem por ordem cronológica e selecionado que esteja qualquer número de registo, podemos visualizar a respetiva FRD, apenas com um clique no botão «Registo Correspondência».

#### b) Consulta dos destinatários por atividade profissional (B.5.2.)

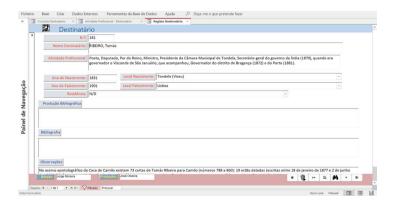
O resultado desta consulta apresenta-nos o conjunto dos destinatários que desempenharam a mesma atividade profissional.

Os nomes fornecidos e o conhecimento dos cargos exercidos, ou das várias atividades profissionais desempenhadas, poderão dar um grande contributo para perceber o alcance das relações de Camilo e a relação entre a influência/benefício daí resultante.

Tomemos, como exemplo, uma pesquisa em que se utilizámos como profissão do destinatário a de «Par do Reino». O resultado da pesquisa deu-nos o nome de Tomás Ribeiro.



O formulário deixa-nos em rodapé dois importantes botões de navegação. Quando estiver escolhido na listagem o número de registo do destinatário, essa numeração vai aparecer--nos em rodapé. Clicando no botão «Destinatário», visualizamos o formulário com a totalidade dos dados reunidos sobre esse correspondente:



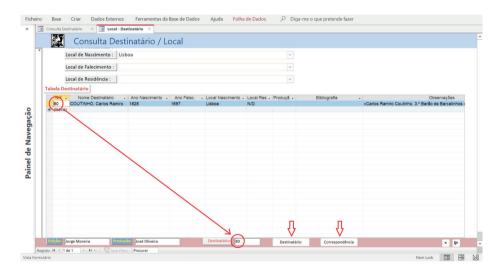
E através do botão «Correspondência», visualizamos uma listagem com a totalidade da correspondência enviada por Camilo.

### c) Consulta dos destinatários por localidade (B.5.3.)

Por este meio, é-nos dada a enumeração dos destinatários que nasceram ou faleceram na mesma localidade.

Se em relação ao local de falecimento o dado pode ser irrelevante, o mesmo não nos parece que possa acontecer com o local de nascimento. Por vezes, as vivências de infância de Camilo e as de alguns dos seus destinatários tiveram um palco urbano ou campestre comum. Essas memórias, quase sempre saudosas, projetaram-se, ao longo da vida, nas relações que eles cultivaram. Vejamos o que aconteceu com Carlos Ramiro Coutinho, Visconde de Ouguela, nascido em Lisboa, colega de carteira de Camilo na Escola de José Inácio Minas Júnior, e que veio a manter com o romancista uma relação de amizade muito próxima.

O formulário que apresentamos é o resultado da pergunta feita sobre os destinatários nascidos em Lisboa.

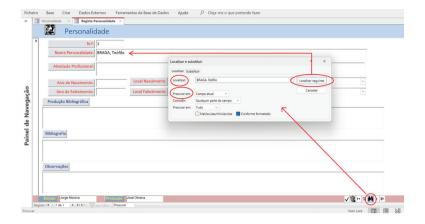


Em rodapé, são facultadas as mesmas opções de navegação das que são referidas na alínea anterior.

# 1.3.3. Das personalidades (E.1.)

A pesquisa sobre as personalidades mencionadas por Camilo faz-se diretamente na respetiva FDR.

Na imagem que adiante se apresenta esquematiza-se o procedimento.



Assim, feita a edição da FRD, clicamos no botão para se abrir a janela de pesquisa. No campo «Localizar», escrevemos o nome da personalidade que queremos encontrar, e no campo «Procurar em», indicamos em que campo da FRD pretendemos que se realize a pesquisa.

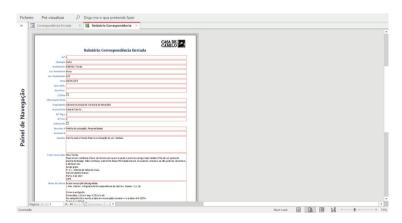
O botão «Localizar seguinte» guiar-nos-á à FRD da personalidade desejada.

# 1.4. IMPRESSÃO DE RELATÓRIOS (A.4., B.4. E E.4.)

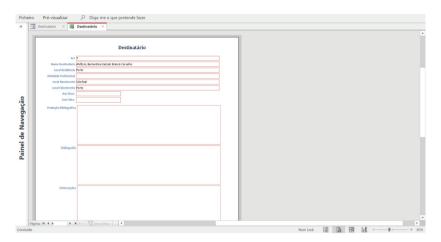
Os relatórios representam o *output* em suporte de papel da informação de uma base de dados. Ou seja, toda a informação respeitante a características físicas da documentação ou aos seus conteúdos que conste das folhas de recolha de dados da correspondência, dos destinatários e das personalidades poderá ser impressa num formato digital, designado por «Relatório».

Damos três exemplos de relatórios:

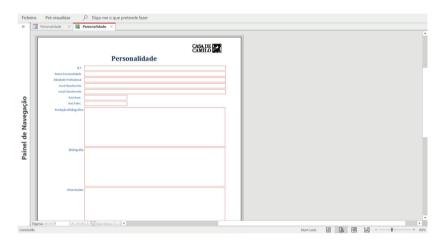
### a) O relatório da correspondência enviada (A.4.)



### b) O relatório do destinatário (B.4.)



#### c) O relatório da personalidade (E.4.)



# 1.5. BREVE CONCLUSÃO

Estas páginas transmitem uma ideia clara das possibilidades da base de dados que construímos no âmbito da nossa investigação.

É importante referir que nos debruçámos apenas sobre a correspondência remetida por Camilo, sobre os destinatários a quem se dirigiu e as personalidades referidas na sua epistolografia.

Não nos detivemos na correspondência recebida e nos remetentes de Camilo. Isso não significa que não encaremos da maior relevância este acervo e que não seja da maior

importância estabelecer uma relação muito próxima entre a correspondência enviada e a correspondência recebida. Porém, dado que as diferenças são mínimas entre uma e outra, entendemos que nos bastaria elucidar sobre a correspondência remetida, para se entender os procedimentos em relação à correspondência recebida.

## **ANEXO 14**

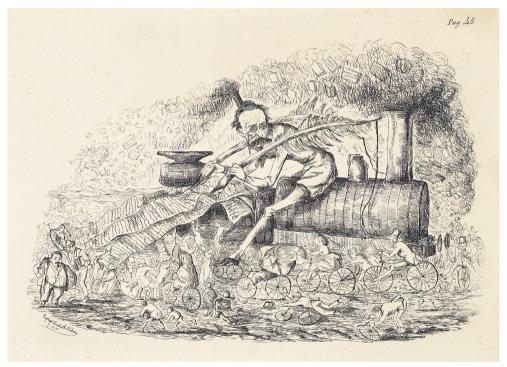
	A.1. Edição Correspondência		
	A.2. Nova Correspondência		
	A.3. Tabela Correspondência		
	A.4. Relatório Correspondência		
	A.5. Classificação da Correspondência Enviada	A.5.1. Tipologia Correspondência Enviada	
		A.5.2. Lista Cronológica da Correspondência	
		A.5.3. Correspondência entre Datas	
	A.6. Pesquisa Correspondência Enviada	A.5.4. Sair	
			A.6.1.1. Consulta Assuntos Correspondência
		A.6.1 Pesquisa Assuntos Correspondência Enviada	A.6.1.2. Pesquisa Assuntos Correspondência
da			A.6.1.3. Pesquisa de Correspondência / Assuntos A
Envia			A.6.1.4. Pesquisa de Correspondência / Assuntos B
A. Correspondência Enviada			A.6.1.5. Correspondência Enviada  — IN
spone			A.6.1.6. Sair
. Corr		A.6.2. Pesquisa Texto Correspondência	
∢		A.6.3. Pesquisa Correspondência / Destinatário	
		A.6.4. Consulta Correspondência Inédita	
		A.6.5. Consulta Totais Correspondência	
		A.6.6. Gráficos da Correspondência Enviada	A.6.6.1. Estatística Assuntos A
			A.6.6.2. Estatística Assuntos B
			A.6.6.3. Total Correspondência
			A.6.6.4. <i>Top 30</i> Assuntos A
			A.6.6.5. Contagem Correspondência
			A.6.6.6. Sair
		A.6.7. Sair	
	A.7. Sair		
			(continua na página seguinte)

	B.1. Edição Destinatário		
B. Destinatário	B.2. Novo Destinatário		
	B.3. Tabela Destinatário		
	B.4. Relatório Destinatário		
	B.5. Consulta Destinatário	B.5.1. Consulta Correspondência / Destinatário	
		B.5.2. Consulta Destinatário / Atividade Profissional	
		B.5.3. Consulta Destinatário / Local	
		B.5.4. Destinatário Estatística	
		B.5.5. Sair	
	B.6. Sair		
	C.1. Edição Correspondência		
	C.2. Nova Correspondência		
	C.3. Tabela Correspondência		
	C.4. Relatório Correspondência		
	C.5. Classificação da Correspondência Recebida	C.5.1. Classificação por Tipologia	
		C.5.2. Lista Cronológica da Correspondência	
		C.5.3. Correspondência entre Datas	
bida	C.6. Pesquisa Correspondência Recebida	C.5.4. Sair	
C. Correspondência Recebida			C.6.1.1. Consulta Assuntos Correspondência
dênci		C.6.1 Pesquisa Assuntos Correspondência Recebida	C.6.1.2. Pesquisa Assuntos Correspondência
spon			C.6.1.3. Pesquisa de
Corre			Correspondência / Assuntos A  C.6.1.4. Pesquisa de
Ü			Correspondência / Assuntos B
			C.6.1.5. Sair
		C.6.2. Pesquisa Texto Correspondência	
		C.6.3. Pesquisa Correspondência / Remetente	
		C.6.4. Consulta Correspondência Inédita	
		C.6.5. Consulta Totais Correspondência	
		C.6.6. Sair	
	C.7. Sair		
		1	(continua na nágina seguinte)

	·	
D. Remetente	D.1. Edição Remetente	
	D.2. Novo Remetente	
	D.3. Tabela Remetente	
	D.4. Relatório Remetente	
	D.5. Consulta Correspondência / Remetente	
	D.6. Consulta Remetente / Atividade Profissional	
	D.7. Consulta Remetente / Local	
	D.8. Sair	
E. Personalidade	E.1. Edição Personalidade	
	E.2. Nova Personalidade	
	E.3. Tabela Personalidade	
	E.4. Relatório Personalidade	
	E.5. Sair	
F. Diversos		
G. Sair da Aplicação		
G. Sa Aplic		

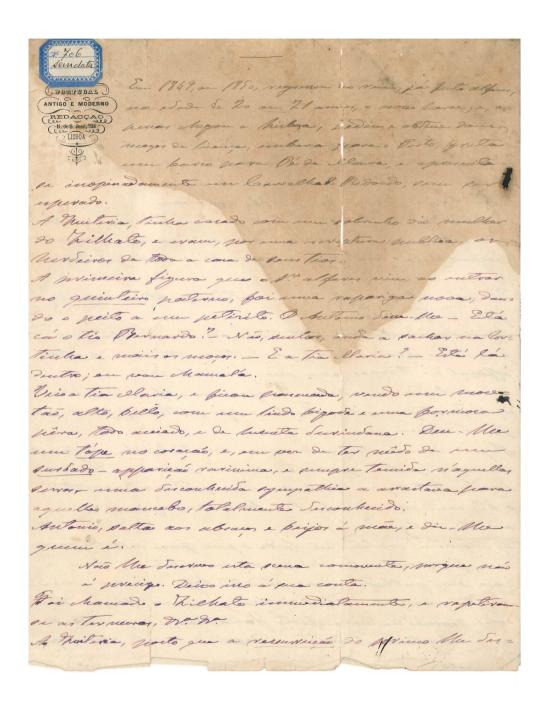
Fonte: base de dados

### **ANEXO 15**



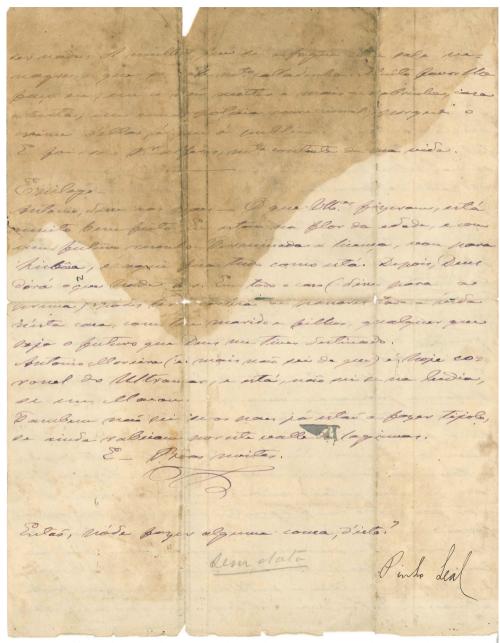
Rafael Bordalo Pinheiro. *Caricatura de Camilo Castelo Branco*, 1870. Gravura inédita, destinada a integrar a 2.ª série de «O Calcanhar de Achilles». MRBP.GRA.1499, Museu Bordalo Pinheiro, Lisboa. Fotografia da gravura: José Manuel Costa Alves

#### **ANEXO 16**



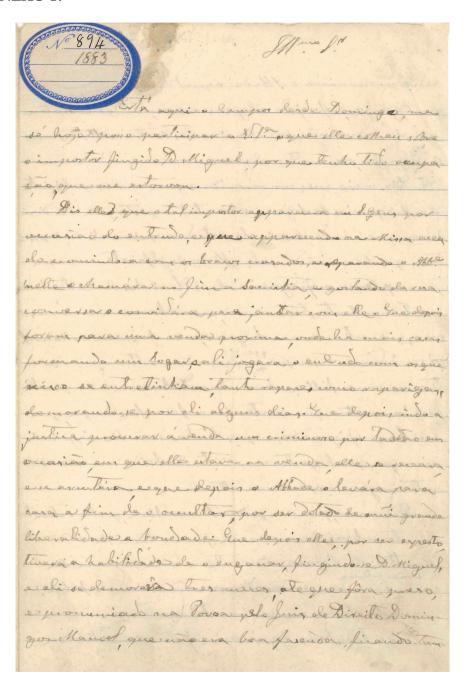
manchane todo a tramoio, un disa pula lagra nan ( mas a gree ella - mercus a Antonia - for sufficiente utvala,) iva una excellute vaparga lella abuse, a comme famben a absuran o primo, Morando des mais cordial alagria. Julouis, que Tiela Seixado a prima estanto, não a recoulered logo, , foi priego esplicario, Contarain. On Tud, tim tim, por tim tim, a gree ofer viv a bounding, In vogada; mas in manham, projeta pregar uma bos nees à pogra de prima Autoria. En eva untas, aquita do ministerio publico, no julgado de Germedo. Umi tarde, ulava muito Sercamado em simbo cara, quando o executo me diz, que estava alla una seulion official de tropo, que ma gueria pallar. Mander o entrer, a pago um alferes do cinco De infantisia, com a bella e oppupallina fizura que in Survice. A que Suo a Croura de ma vivila. Ma perqueto en - Vendo apresentar me a prisas. - Moone, essa: Entar gice Dialo de vive poderia cometter a Pr, com ice cara de Tais bour rapay, e com um av tav alegre! -B Mousen contou ne tudo o que pira dito (o gree me pay mover de vico) a acerecanton - y havir o caro em gallofa, mon meditir lago avinar una vento qualquer à tal vella que me par sudan eur nous de Dies, Gilo Jonathas, no multo de una balia terrestre. Depois de muito parafezar,

Tuedi que o mais fail, mais promunio, e morado, eva das-Me una bos canga de pare. O'sincipier a lier a casa de meser lio de l'arma -Moso, em as de visita; mas com o frim de, ale wer, invouter la a pra ella Prose à Aluccisa, ma ter o godo de a contener person mento. Pai hoje es De Dias pelir. Callie me muito callado, e Sepais Da Delladir da Jamilia, Sigando que Ria à cara; Me quei a um callado, escoudi a upinegarda, cortes una cora da cartanhiero vovde, e fuir sue liodas no moute do biernto. Assire que a mulher parloce, pein- me a illa, anumi- Me mua for doge de cartaulierades, a Siepei a. Ela birrava, que a liverto o de abo, & foi pilo purales a baiso, grilando serigre, a un vim para agui, de poir de ter perequellos suda voie morada, a agui estas se, Quean ordans En suponda Me -, Em penta do Sigorto na Noviena Reforma Judiciaria, o crima que Osa comella, é queramento particular, e nada tenlo com ino: lo à queixou assiste o Sivilo de proceder contra green a offecidin. En todo o caro, retou certo de que a togo, new foi grande coma, with que a togada foi = con a poder gritar e ander; e, uma ver que o por não poi pries em flagrante, mão o prode per azora, Peres em reultado de uma pentura, om policia cor-Necional. Mas, surgere me diga-alquem sin a course ? " - Não, pullor- poi do lado de la do Curato, a, allando un lados os pulidos, mão empreguei viva alua. - Entas, na com Dues, que ino não hade



Apontamentos fornecidos por Pinho Leal a Camilo Castelo Branco, para eventual produção de um romance. Documentação inédita. In *Acervo de Correspondência*, n.º 706, Casa de Camilo

#### **ANEXO 17**



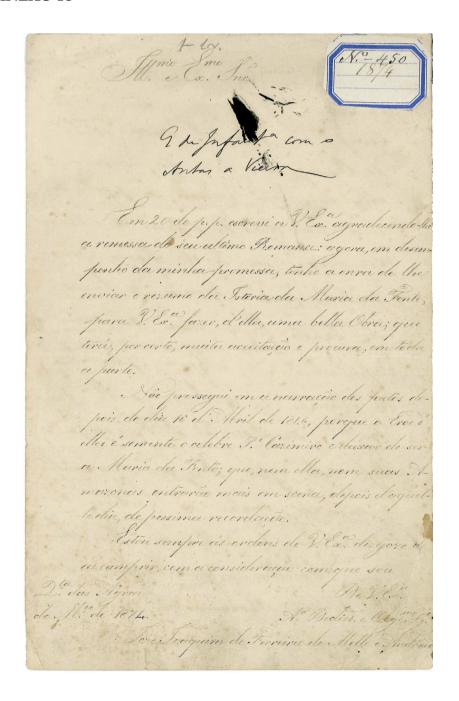
frem governiedes a et blade, o qual depois extens fora da Espreja e Augido alguns autres alé que no ten gro da vevolurai des Maria des toutes voltois Egreja ou en les alguma coura. Dir mais que conversando agora com um alfairale da frequesia de S. gens sobre etal importor elle Me lever que indo depois da estada es prisão ali do impo tor garihas a vien pelo officio de alfaisale como 10 par of sera a Jusqueria de Vilarinho da Cartanheira en Tras galloutes la vivier a conhervour ser ones mo que estivera em d. Genz e se Mamaver - Manvel Assuredo - que sempre conservava solleiro mas que Tivera une fillia chamada . I Auna - mas que elle in motto - que pertenia a familia limpa que eva bem Jaguerado, e que tenha um tio reguiante sero as gual gestara muito denheiro com mas spharegening, e morera solleiro Dir mais que um passe the contava of alle entire. var tembens numer gara para o lado de fla Martha de Bouro e gare alé a uma pequena des cara deva um cordoso dours verdedeiro ou falgo. segundo leva em um jornal d'esse lemps. Disce tambeur aguis com jujeito gare estivera

Parribon em souse perto das Taipes e que alé l'à ceme fenhora Me firera umo desacas não ser ele que neuro regeito o sabe. Remeto lambem inclura a carta, do Dos tolius, que é homem serio e de maior probidade. Della vera gue não ejerer comoner player que attor de seja ridicelaritado assino como nem es nem ex Florentino por que todos formos amississimos delo war mais eye toos por que me fer grandes objeguios, nos caura dos quales un tenho lenza brando de peder arminelo a D'pola ma alma. Ja ereneir o que pertene aor aportamen To des querra e mais couras pertementes as obras de Santa Enteria para que en con consi mais que nentrum e sobre courses r lalina, e ando agorar a cojuar os decumen. to da quinta correspondencia e porisso não me descriedo da sovor em todo o tempo que nolla porto empregar E oque por esta occarias porto diger agresion e gre continuo e continuares sempre or J. C. dittegrion 10 de Jan. De V. as wholego ecreado de 9889. Planinino Jose Vieira

Maxien - Morton acertion, elon ton a rain por que se chomain Maring de Konte - 49 A mae era uma senhorn te fams distincta, que tivra aquella filhe de um prime frade cruzio. O frade antes de retirare do seu convento, Encarryara um parente de expor menina. Sete parente era poeta, imaginario, descommum, , nai satri Jager nadt sem g um rais de poeri entrane em collaborada dos seus acts. Achow pittones o pouration In Creaves, Te.

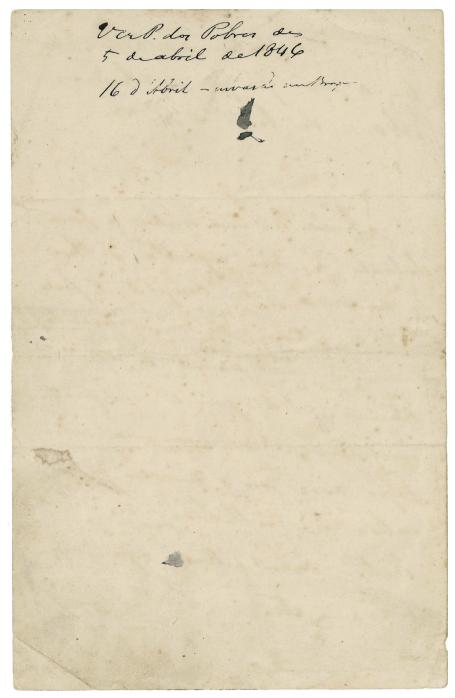
Carta do padre Casimiro José Vieira a Camilo Castelo Branco, de 10 de janeiro de 1883. O sacerdote fornece pormenores ao romancista acerca do impostor que se fez passar por D. Miguel, em São Gens de Calvos. Documentação inédita. In *Acervo de Correspondência*, n.º 894, Casa de Camilo

#### **ANEXO 18**

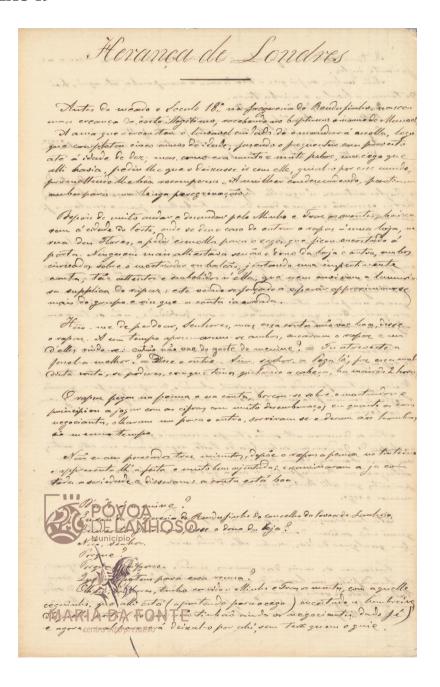


Maria da Fonte, carada com tamber mor, foi para Liston. 11tank no quartel datte theor de Ourique o marido, morare ella em um quarto a porta da ma na huade I par do Bem Cazaros. Im bente havia um palacio, onde Morain a baronen de Sancto lly, viiva de um Capitalista. All quem, que estirin no Minho, a conhecer a Ma de Ponte, mortron a a' baronga. Defe este que desejan conheceta e ouvir-the contain as huttorie is revolued de Minho. Foi cheme In. bonton a que sabia, a falla Le de seu Marcimento irreque era engetada, e o amo los que

Marien - Morton acertisi, e con ton a rain por que se chamaon Maring de Ponte - 29 A mae era uma senhorn te fams distinctor, que tivera aquella filhe De um prime frate Cruzio. O frate antes de retirme do un convento, Encarryara um parente de expor a menina. Sete parente era poeta, imaginario, descommum, i nai tabi Jager nade sem f um rais se presi entrane em collaborada dos seus actor. Schow pittoners o pouration In Creamer, etc.



Carta de José Joaquim de Ferreira de Melo e Andrade a Camilo Castelo Branco, de 5 de abril de 1846. E apontamentos do romancista sobre a *Maria da Fonte*. Documentação inédita. In *Acervo de Correspondência*, n.º 450, Casa de Camilo



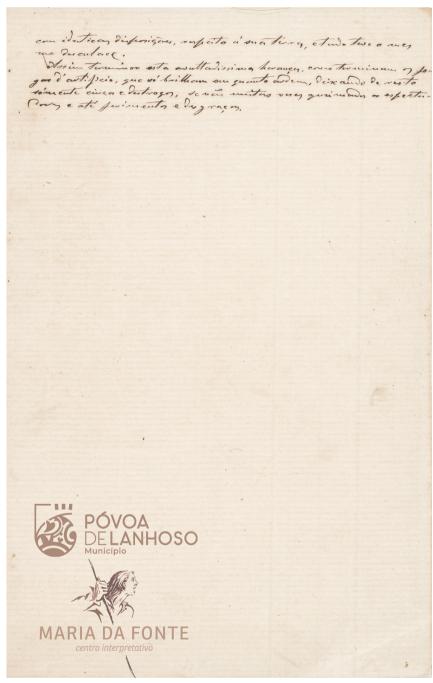
Mi tome conte de ceguinha, e menine vem para mi, disse o ne. New senter, en jui que o tive de cara e acompanhe ate agui, hei De tornar a leval-o a winha terra. May merine, depoir man votte Votto sino seulor I hoje a un mer eston agui Bogue marine, ( den the dour pintos ) e was fatte a min. Sin scutor, I livie a non wer estor outre ver agui, epartir la No lies em que turissava o mes, exam dras horas la tando o Jugles entrava n'aquella loja; ja o rapar la estava, vindo ha meia hora, occurias en que o domo de casa trabalhaver para o verobser a fi car alli con elle Viancuine was fatton ( di 1se o ingles vierdo se e pregando the pela mais menine é de muta probidade, ventos menine comingo, ze sem mais emprimentos, transfor a porta e segue leta vua das flores abcisco, De ramo o los da loja enterado e de baca abesta, discomo a encia son: isto d'inglaces sui muito vecto, nos contractos, mas tun as veres com as gre de neu podem atucar. Hove lo vac com o den menine... odgem a grande brejsivada ... Decorreven deserving anny, sun que houverse mais untiero d'aquel. te rap as, que o ingles levon logo consigo para Loudres; cin que assaura à barre. Do Porto un Masio, proced ente Vaguella colare, and vinha Manuel Vieina, je transfer maro em vegociante aboudo, de rapas que fora, quande o ingles o condisin pela maio a rebogue, rua chaiseo las flores; vinguen · conhecia. Nas se Demoron alli sevas o tempo vecessorio para desporar um eachages de gondoman, suburbios do Porto, regressande com ella antiq ver para Loudry, Popion de deixa algum as sources, para ocean antiseques em Prendafento, a ama que o aveos, on ego e a algung parents que all' truba, os quas todos veceberem porque evans ving, monor ocego. with the only; was an ecessided a colle semple ben qualque daling, ventes ella d'onte vier. - any dis dose auros, quando apparece na pregnesto homen de cor aca versadles de parens fino escen luvada, calção de velico vom ello e meias de veda Do chowing, Jothor & punto de vendas finds.

Lucin será . Disiam eus. ¿ o come de Lippe, dision outros. ? o rei ... mas vinguem atinava ... Eva Mansel Vicing, o conductor do cego, o raparinho esperto, que levava as hampas a todos os condis ajentos va escolla; o filho especios, de sus un de quem procuran nover, man ja nas escritos; progentos pelo cego. Disseven the gave tinha unovivies ha musto. Timo into o continitan sen o dar a contrecer. Foi hospeden se na cura d'Erox, mue doctar ando quem era en un auxuncuto civen los esta esticia de boce em bocq, por Tala. e winhavery. Nos tavior que alli apprisse un a altreviais de conserven tes, todos exam parentes d'elle, gracas a Dens; ate o par seles appoweres, offerecando the a sina residencia, para se hapadar richa, was elle sempre circumpedo e allenaisso, agrancia o todos, porem nava acetasa. Pinton son soundary todos or lagaires to der conhecimento. De tempo de infancia; recordando passagen certas. Destribuir muntas, es emotos e grantificações, sempre com munis langueses cias que no realibuir eran passentos, espassados algung cias, retiran se para o Parto, monos a mente embassem para Londros. Da hi em Pecute escresas ventos cartos, munca se esquecado de ouas primas de Consellos; mandardos cartos, munca se esquecado de ouas primas de Consellos; mandardos Or grando em grando algumas sommas e prendes. Assim se passarce bastantes anny, ate que chaque a triste motion Do sen fallecin ento. Deixon testamento, fato con tadas as sole mendady, em gre instituies por sons herdeing or parents main proses. and, recommended as mains records, a description give da sua heromice, que organice por seu centos contos, a troga forme dostribuida pelos polos polos formes for agracias himitrofos, Rendu frades estrados. Decorreram alow, auro e cous or herdeinos por ineptos e alows por fata de meios, neda poriam fases contractarams em em treceiros para thes promover or curroculaçãos Daguello hercure, oob centos contra cear. O encourage and wetter mais a obig, was tant as posice or certain former or conserved a color or her deing Diagramo Vi Damente, em enigencia de Muleiras, o quella propin Município Município emperer, how for the sivery at trebullion a control or as forces perather emperer, how the tender on a fire, suffered forther and her description.

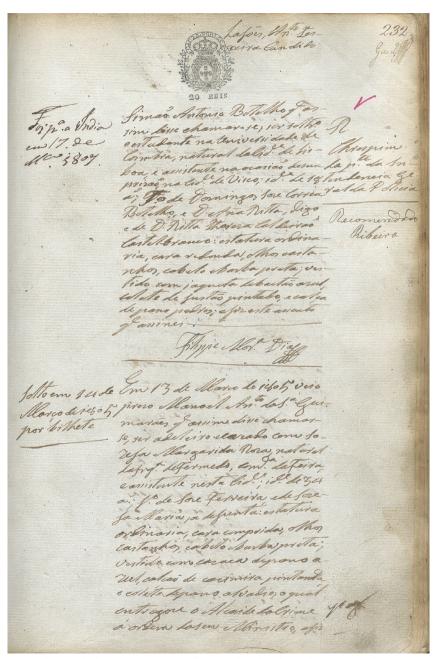
Tending the following house extens to a frequent and the multiple of conce for following house extens habit town, so pela affinition on a green during outre Beautiful feel of interest was as was potto Read a per Ochor De dicara poi a inscution. da's inheins ticha sido remario de Londres e achaserse em defir.

jito us Banco do Porto; mas vas so corceado, cerceadisimo, D'onde veio a parte das pobres, para de repartir, por elles a as luces frequesias. Oc Rendupinho e trados.

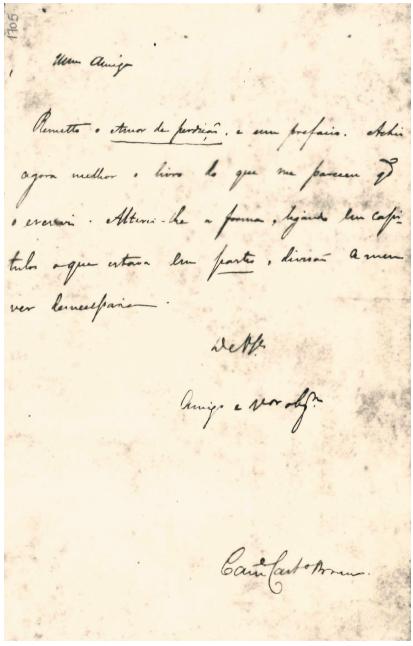
Squi ocu a pello dises ge que n'aquelles luces frequesias, não Louise cut us un so conto que non jarre occupare por algum inquitires: van ocini wento de soliday, neu havia accomoducion for elles; a cumillavan se en chorponas du ay a tres familias. Os voes porochi. an d'aquelles prequesias estavam Tão reptetos de nomes, que to plicara e assien é que filhas de boas casas, de jora d'aquellas prequesias, alli se foram increser e vereberan. Como a distribuição d'aquello Daheiro foi futa quari l'un justo, seguis or am designitionio especiatione. Os adoctios retravam se com or escalor superamentario, as antando apos le si or effection logo que receberam o dishe ino. Os jornationes la guerra affectoro en cutas or attanto or efficio, joi inque queri a trabalham. Is filher los lavadores des especial as proven as sin in hay atte allimitation o cura as sin in hay atte allimitation or entre or parte or parte or lavadores de sensiones entre que con a sensiones que en esta parte or lavadores es familias neuros o ocura gastar con ellos; por entre parte or lavadores e familias na necessidad de force en talos; por serviços, porque vinguem mais se sujetas a do trabalho. All' concorriam jogadous de tada a faute, para her ourripieren a Dinheimo. Muitor jo se meio antentasam com un velogio, treezium dans, An garranas forum Doginsquay d'agrelles corredores, parque todos que. man ter una garrange e quando having Jeina ou vou avia, Dutaca. por homony commellery programs. - again var de governancy montal of por homony commentations, gritamide. - again var Leading, visa Londons of montandon en taling as to can como bacchantes, repetindo venque: visa Londons. Um desoure assim vias para demonstratos por isso d'proporção que o Pirhima assim vias para demonstratos por isso d'proporção que o Pirhima voveava, ica declinación os excessos este que a cabanam de todo; unas os vicios lo ficarem inveturan e a desurvalisación avreigado, how a sen fire : carrier e' que d'agui provis un unitas congegueria who beard as suas trices e o dishi no las herdenos no how of the Col Office o respectives Juin interrado ? tantas estican James ANHOSO a resolução meio justa, que logal. esposition - or pelos herdeing legitimo, mas a discomo ainde sias cesson Coc or inquictary for bour que weren andaciona. Esta la Blass (fines aprovertous às publico, ada, as particular AR AR De Colland Being ong de mil edurantes to contos wetain persuscen a mullion, De que non twe filler; ent a morren



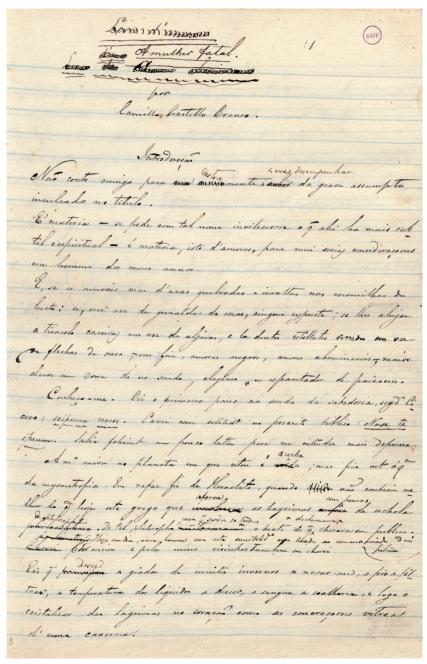
Apontamentos enviados por José Ferreira de Melo e Andrade a Camilo Castelo Branco, para a elaboração do romance *O demónio do ouro*, anunciado, inicialmente, com o título *A herança de Londres*. Documentação inédita. Maria da Fonte — Centro Interpretativo, Município da Póvoa de Lanhoso



Registo de entrada de Simão António Botelho na Cadeia da Relação do Porto. *Livro de Registos de Presos da Cadeia da Relação do Porto*, 1803-1805, p. 232. Divisão de Documentação e Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais



Carta de Camilo Castelo Branco a José Gomes Monteiro, sem data. Reprodução oferecida pela Sociedade de Estudos Brasileiros Pedro II, Brasil. In *Acervo de Correspondência*, n.º 1705, Casa de Camilo



Reprodução da página 1 do manuscrito do romance *A mulher fatal* (1870), de Camilo Castelo Branco. Biblioteca Pública Municipal do Porto, MA-Camilo Castelo Branco-6

24
· lu maio , papa ··
- Entas que perguntavas? Ja sabes y e condicipuls do luis. Lue mais deujas saber? Le
pelo apellida de Genera intronca na real cara de Braganca? etas sei. Ainda
Vie não vi as armas. Og me consta e que e brazileiro, e tom mocinho, que
* nem reformer
the não vi as armas. Og me consta é que é brazileiro, e bom mocinho, que não hade corromper, os costumes com o talento.
- Jão veanhado volveu ella dos den hos amente.
, 2 7/1
- Note: Tamben. Pareceu - une contemplativo bastante.
6 tristonho.
- Soro.
- 1000
- Sanow duas horas n'em canto da sala
- A meditar.
· le reia as unhas nai reparou, papa? - notou a menina carquinando e ferindo
o iora as unitari. mo ignorial
algunas Teclas machinalmente.
Ah! elle roia as unhas? & preciso à tenha bea carcaria para estar sem-
pre abastecido de tal vitualha. Os sujeitos que se vaem tem em si proposos
un asmaximo de viveres. São uns pelicanos das peroprio valugo.
um asmazem a mone.
Laura servii-se e observou:
- et . 1: . the ' of care não à desinaracada shore do
- E' um fico costume! A cara não é desingraçada, aperer do nasis
9: 1 1 hours de marion ce a pexar o navir achariames os rudintos 11
Dires bem: aperar do navir ; e, a perar o navir, achariamos os radintos d'uma
+ 1 1.1 To we let a Dear to oblack a broken ? . 1
transa elephantina na balanca. Den ter osfacto à prepareas, e faro grande.
Un navia humano, d'aquelle faite , corresponde aux dois de perdiqueire la
ten uma
le papa hoje esta intersompen dengeramte Laura.
paged my
Eston naturalista, não estou? din Me, carregando novambe o cachimbo
Mon naturalina, in
de kantuki:
Tem ali kombado do pobe rapar
E de ti.

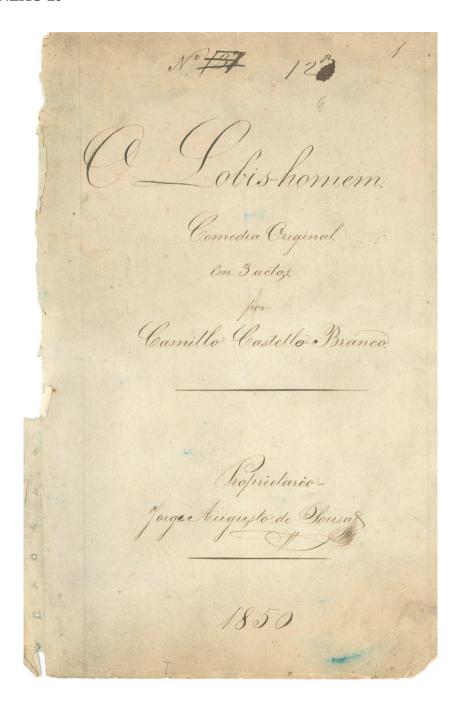
Reprodução da página 24 do manuscrito do romance *A mulher fatal* (1870), de Camilo Castelo Branco. Biblioteca Pública Municipal do Porto, MA-Camilo Castelo Branco-6

3/
Le essa estavia es- perando um homem? Se elle sera testemenha de palavas amarons cabidas d'aquelles labios, ? Se Laura tenta um amante? Conjecturas que atoma atoma en prima la la la
perando um homem? I ell sie tetement de le l'amor
* * rua Teria
Cahidas d'aguelles labios, ? Le Laura tooka um amounte?
A second of the
E ella deleva integrica para rentante o rumor de para la ma production de sello de garante de settomes da rua ser produce a collo de garante de ser entremes da rua ser produce a collo de garante.
Il steppin o cello de garan creatando o rumos De parson raquestando o cello de garan
6 ella delicona serlopasche franco de dois extremes da rua 100 gradicia de como ha
a contract of the
Panos não se ouviam mas quase inesperadamente via lados perpanas um vulto
Emsonander orione . Change and the min last his as surdas
the wine perpansas um vello
em frente do bieco o parar debaixo das janellas d'onde Laura se retirara Luca que
* Myaloricis and sombre Un
um pente do biero e parar debasco das janellas d'onde Laura se retirare. Lucun quer que fosse pisara leve como andorenha. L'tapete veludo não abafaria mais inaudiveis
or passes d'uma chinera. Eux calearies aquelle sugeite ? A gutta percha entron an nos depois nestes escandalos, ou entron personale para recordar a gamina pentra per de secondar a consensado escanda lesar consensado accordar a gamina que que q fore, a aragem d'uma so artes. 20 estressado expensado expensado expensado esta procupir y a coração de harlos se funciones de procupir de que launo se retiranse para deixar a alguma visinha.
or passos d'uma chonsea. Lue calcarra aquelle sugerts : Il gutta-percha entrou an
nos depoir nertes escandalos, ou entrou entro
accordar a fam - 1 buchici que or marion e outre della de escandallisar consissandos
Com- quer q force, a avagen d'una consolado de la strascado
x huand o the prevenior & Riserton to
A coração de barlos de conidou obre que laura de retiraras para dinar a alguma visinha
o prases de diskog. com or sus amores.
o praser de descap. com of seus amores.
Omes mine si radio entre o que fasia o valto
O men amigo não podia entrever as parassoras conto um pous dobrado para o
Onen amigo não podia entrever as spessassississes ser que um pouro dobrado para o chão manendo os spessos como quem estivesse discalcando amos botas X Delicio.
Omen amigo não podia entrever a que faira vulto um pous dobrado para o chao manando em o grovilos como guem estivesse decado amos botas & Delais viv
Omen amigo não podia entrever a que faira vulto um pouro dobrado para o chão mavondo os serves como quem estivesse descalcando umas botas. A Depois vie levantar se um braco e buscar y qualquer coisa indistinita aos olhos trales de ser la serfe.
Omen amigo não podia entrever a que faira vulto um pouro dobrado para o chão mavondo os serves como quem estivesse descalcando umas botas. A Depois vie levantar se um braco e buscar y qualquer coisa indistinita aos olhos trales de ser la serfe.
Omen amigo não podia entrever a que faira valo um pous dobrado para o chão masondo os sesses como quem estivesse descalcando umos botas. A Depois vie tevantar se um braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos alhos familes dobrados que obras condas rendentes com traveggas a mado
Omen amigo não podia entrever a que faira valo um pous dobrado para o chão masondo os sesses como quem estivesse descalcando umos botas. A Depois vie tevantar se um braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos alhos familes dobrados que obras condas rendentes com traveggas a mado
Omen amigo não podia entrever a que faira valo um pous dobrado para o chão masondo os sesses como quem estivesse descalcando umos botas. A Depois vie tevantar se um braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos alhos familes dobrados que obras condas rendentes com traveggas a mado
Omen amigo não podia entrever a que faira valo um pous dobrado para o chão masondo os sesses como quem estivesse descalcando umos botas. A Depois vie tevantar se um braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos alhos familes dobrados que obras condas rendentes com traveggas a mado
Omen amigo não podia entrever a que faira valo um pous dobrado para o chão masondo os sesses como quem estivesse descalcando umos botas. A Depois vie tevantar se um braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos alhos familes dobrados que obras condas rendentes com traveggas a mado
Omen amigo não podia entrever a que faira valo um pous dobrado para o chão masondo os sesses como quem estivesse descalcando umos botas. A Depois vie tevantar se um braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos alhos familes dobrados que obras condas rendentes com traveggas a mado
Omen amigo não pedia entrever as passanto ser que perso dobrado para o chao movembro em los socios para o chao movembro en la serio como que de la liverse descalcando semas botas. Espeis vie berantar em braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos othors, por la serio que diras condas semantes com travegas a modo o greaturas com substitucido como or ning trase por clas. Setre o que esta esta se substitucido como or ning trase por clas. Setre o que esta esta de semante de serio de la seta de la seta de la serio de
Omen amigo não pedia entrever as passanto ser que perso dobrado para o chao movembro em los socios para o chao movembro en la serio como que de la liverse descalcando semas botas. Espeis vie berantar em braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos othors, por la serio que diras condas semantes com travegas a modo o greaturas com substitucido como or ning trase por clas. Setre o que esta esta se substitucido como or ning trase por clas. Setre o que esta esta de semante de serio de la seta de la seta de la serio de
O men amigo não podia entrever na spessionostros serendo um pouco dobrado para o chão momento com os fortes somo quem estevesse decadeando semas botas. A Depois vie tevantas se um braco, e buscas e qualquer coisa indistincta aos alhos, foridas proposas em travegas a mado que divar cordas sequentes com travegas a mado e gicalarias cha subsir do como se ving terase por clas. Sebas a periori de subsir do como se ving terase por clas. Sebas a periori da describa de la destración de describa de senador a consider e se destrucción de devando um som aspero
Omen amigo não pedia entrever as passanto ser que perso dobrado para o chao movembro em los socios para o chao movembro en la serio como que de la liverse descalcando semas botas. Espeis vie berantar em braco, e buscar y qualquer coisa indistincta aos othors, por la serio que diras condas semantes com travegas a modo o greaturas com substitucido como or ning trase por clas. Setre o que esta esta se substitucido como or ning trase por clas. Setre o que esta esta de semante de serio de la seta de la seta de la serio de
O men amigo não podia entrever na spessare ser que para o chao poque dobrado para o chão momento com tor sovietos como que entre descalcando comos botas. A Depois vie tevantas se um braco, e buscas e qualquer coisa indistinita aos alhos, formidos partos que obras condas rendentes com traveggas a mado e gradarios como se ving travegas com traveggas a mado e gradarios com substituto como se ving trave por ellas. Selsas com partigios de sente substituto da secular de atrigue partir de describa de atrigue partir de persona que valiga de describa de atrigue de atrigue de de sente de sen
O men amigo não podia entrever na spessionostros serendo um pouco dobrado para o chão momento com os fortes somo quem estevesse decadeando semas botas. A Depois vie tevantas se um braco, e buscas e qualquer coisa indistincta aos alhos, foridas proposas em travegas a mado que divar cordas sequentes com travegas a mado e gicalarias cha subsir do como se ving terase por clas. Sebas a periori de subsir do como se ving terase por clas. Sebas a periori da describa de la destración de describa de senador a consider e se destrucción de devando um som aspero
O men amigo não podia entrever na spessario ser que pouco dobrado para o chão sogardo com os sovietos como o spessario ser se antenda se mando com do ser so se de calcando semas botas. A Depois vie se de calcando semas botas. A Depois vie se de calcando semas botas. A Depois vie se de la desta com bravegas a medo e que se se se se se se se como se condas se semas com travegas a medo e graderios com substituida aos obravegas a medo e que se
O men amigo não pedia entrever na spessionostras como am pouco dobrado para o chão regado com to sovietos como o spessionostras como pouco dobrado para o chão momendo es bases como quem estivesse decadeando semas botas. I Depois vie tevantar se um braco, e buscas e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos desportos com travergas a modo que duos cordas semas com travergas a modo e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos de modos como os ving traver por clas. Letros com presente com travergas a modo e que estado do sente as portadas umo braco los, tom and a atroque para por estado do destado pero en persona de sente do sente do de sente do de sente do sente do sente de como entro ferros que sa rosas, derano um som aspero e metalico. Em seguimente e viello morsinhoro lesto acada assimo, caval gou o peitoril sim ha bocar com as pes sepuedose a escado, e escourso formo e interior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo cirtorior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo
O men amigo não pedia entrever na spessionostras como am pouco dobrado para o chão regado com to sovietos como o spessionostras como pouco dobrado para o chão momendo es bases como quem estivesse decadeando semas botas. I Depois vie tevantar se um braco, e buscas e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos desportos com travergas a modo que duos cordas semas com travergas a modo e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos de modos como os ving traver por clas. Letros com presente com travergas a modo e que estado do sente as portadas umo braco los, tom and a atroque para por estado do destado pero en persona de sente do sente do de sente do de sente do sente do sente de como entro ferros que sa rosas, derano um som aspero e metalico. Em seguimente e viello morsinhoro lesto acada assimo, caval gou o peitoril sim ha bocar com as pes sepuedose a escado, e escourso formo e interior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo cirtorior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo
O men amigo não pedia entrever na spessionostras como am pouco dobrado para o chão regado com to sovietos como o spessionostras como pouco dobrado para o chão momendo es bases como quem estivesse decadeando semas botas. I Depois vie tevantar se um braco, e buscas e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos desportos com travergas a modo que duos cordas semas com travergas a modo e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos de modos como os ving traver por clas. Letros com presente com travergas a modo e que estado do sente as portadas umo braco los, tom and a atroque para por estado do destado pero en persona de sente do sente do de sente do de sente do sente do sente de como entro ferros que sa rosas, derano um som aspero e metalico. Em seguimente e viello morsinhoro lesto acada assimo, caval gou o peitoril sim ha bocar com as pes sepuedose a escado, e escourso formo e interior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo cirtorior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo
O men amigo não pedia entrever na spessionostras como am pouco dobrado para o chão regado com to sovietos como o spessionostras como pouco dobrado para o chão momendo es bases como quem estivesse decadeando semas botas. I Depois vie tevantar se um braco, e buscas e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos desportos com travergas a modo que duos cordas semas com travergas a modo e qualquer coisa indistincta aos alhos, formidos de modos como os ving traver por clas. Letros com presente com travergas a modo e que estado do sente as portadas umo braco los, tom and a atroque para por estado do destado pero en persona de sente do sente do de sente do de sente do sente do sente de como entro ferros que sa rosas, derano um som aspero e metalico. Em seguimente e viello morsinhoro lesto acada assimo, caval gou o peitoril sim ha bocar com as pes sepuedose a escado, e escourso formo e interior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo cirtorior la caso. Tudo jito com tal prestesa o não ha ahi atteoismo de citylo
O men amigo não podia entrever na spessario ser que pouco dobrado para o chão sogardo com os sovietos como o spessario ser se antenda se mando com do ser so se de calcando semas botas. A Depois vie se de calcando semas botas. A Depois vie se de calcando semas botas. A Depois vie se de la desta com bravegas a medo e que se se se se se se se como se condas se semas com travegas a medo e graderios com substituida aos obravegas a medo e que se

Reprodução da página 34 do manuscrito do romance *A mulher fatal* (1870), de Camilo Castelo Branco. Biblioteca Pública Municipal do Porto, MA-Camilo Castelo Branco-6

Mario Curses 1º parte Primura parte pequeno pegureiro contou as cabras a porta do curral; e, dando hela falla de uma, começar a che + cm a maior boca e bulha o podia farer. rarz los noute fechada. Sinha mede de voltar as A Thomas Ribeiro outed, por que se disin que a alma do depen capitas mor andava penando na muna a São passados des annos depois que anti onde apparecera o cadarer de um, minario, inter mete agui . Foi hontim ; e a pedra onde annos antes. O povo attribuira aquella morte de capitas-mor de Sancto Alixo de alem- Samega, po gravei o teu nome está denegrida como vinganca de eiumes, a propalara que a a dos tumulos antigos. Debaixo d'ella homicida, agonadaname hadries border, and estão des annos da nossa vida comoalli s, os homens que então éramos. Es lancation of moleira das Poldras contrariara a opi nião publica, assiverando que a aventesma não tou vendo Castilho encostado ao friso da era ahna, num a tinha, por q era a equa branca columna losea; estore ouvindo os teus de muira A maioria, porem, por em evidencia o versos recitados em nome de meus plhos... Aho i verdade ... tu mão os recitaste facto pryestogico, disulgando que o moliro era por que tinhas lagrimas na vox e no homeon de mais costumes, tinha sido soldado, Ebsto. Lue faria de ti a politica, mue naa se desobrigava, no rol da igreja, nem comquerido, men poeta da patria e da al Tava our tivere matado algum frances. Era por to, med do de Agosto, insportar o partor chooned medhids a un canto do curral, e peder par I. Mequel de Seide, novembro de 1816. Antonio com inter lagrimas que the deparasse a catra perdicha. Joan da Lage, o asso, assomou a porta da corte, e bradon: - Terdesta regunea works. O rapas tartamudeou, tiritando de medo. - Perdeste, ladrão? vai em cata d'ella; e, 0the ba, in a nais troughors, nais me appareas ma ligados pala bocca. - E den-the lete Joan das Lages denotriques vely era homena, de bons, principios, aspentados em 12 ligias e patria, haira matado dois franceres ligias e patria, haira matado opis franceres las nas ambulanças retardadas, y acoredita yue o fantasma era a alma do capitão mos a mas a equa branca do vigario, y

Reprodução da dedicatória e da primeira página do manuscrito da novela *Maria Moisés* (1876), de Camilo Castelo Branco. Câmara Municipal de Sintra, Camiliana de Sintra



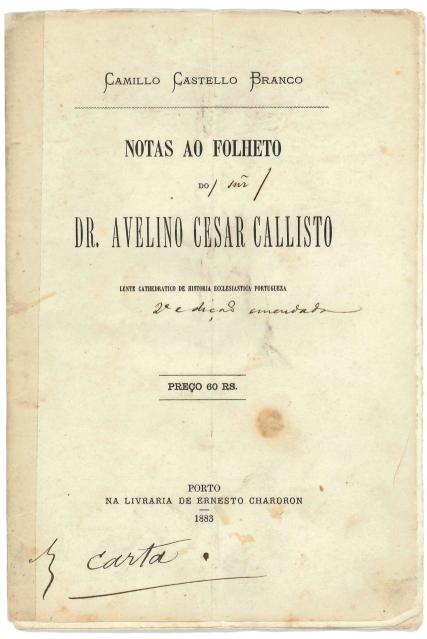
	1
costas como este Nos o chamaremoz	
Carlos -	
ellilogo meus aminos. I Oleus Mario	ma
Milogo, meus amigoz. A deus, Maria. Nos alguna ver haviamios de carar. Im q o que se hade farer	1
No alguna ver haviamos de career. Im	him
around to family land	
o que se nade jurer	
empronna,	
No tarde fassa se ao cedo, não é assim?	
eto torde fassa se ao cero, nas e ajuni.	
Carlos.	
801 7 11 1	
Everdade attie logo	
Nozes.	
11/1/1	
Niva o Sui Migairo!! Niva.	
Juna VII	
Amultidao wae para o fundo, folgo	and
ormanendo were pearse o ferrare, jorg	
na sua esturdia. Dansam e canta	m,
1 1 accomando	12/14
a chula. Carlos fica per franch a	myo //
	uni-
IT sara, e confo D. fantasma. Guanto	ces=
sam as comsas eas cantigas ouve-	
sum as voirious eus curriques vinc	
Carlon-	
Carlos-	
Sim por não sim + enteriors?	
A Creado.	
If back of in the	
Toutento, sim, spin.	
Carlos	
Nem mais, nem menos = sim não, sim me não, sim, entendes?	
even mous nem menos = sim noco, sim nic	eo,
não sim entendes?	
(1)	
Ha Cradas.	
of Sim, Spir.	
In all of the state of the stat	
/ Desafgarecen	
1/1/1/-	
June VIII	
Continuam as esturcias, apapar un	nois.
, I M , y agons an	
apos outras. Alguns micos farem su	as
	The state of the s

Folha de rosto e verso da página 29 da comédia *O lobisomem* (1900), de Camilo Castelo Branco. In *Acervo da Casa de Camilo* 

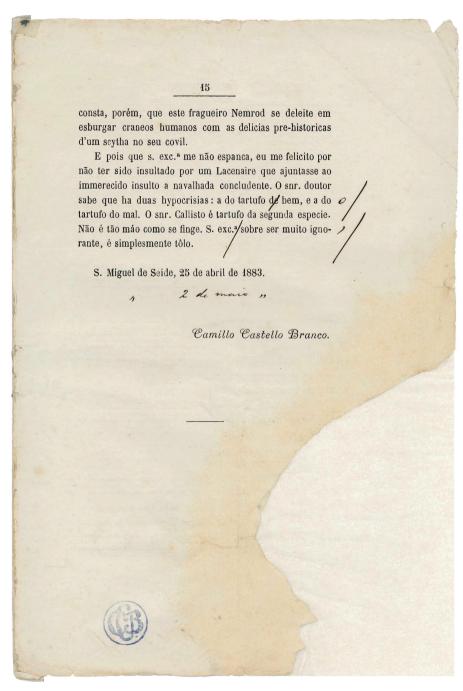
Ano	1.ª edição	2.ª edição	3.ª edição	4.ª edição	5.ª edição
1856	Onde está a felicidade?				
1857	Purgatório e paraíso	Espinhos e flores			
	Vingança	Anátema			
1858	O que fazem mulheres	Duas horas de leitura			
		A filha do arcediago			
1859					
	O génio do Cristianismo (apenas a tradução dos capítulos iniciais)	Onde está a felicidade?			
1860		Cenas da Foz			
		A neta do arcediago			
		Carlota Ângela			
1861			Mistérios de Lisboa		
		Poesia ou dinheiro			
1862		Um homem de brios			
		Cenas contemporâneas			
		Lágrimas abençoadas			
1863		O que fazem mulheres			
		Vingança			
			Espinhos e flores	Mistérios de Lisboa	
1864			Onde está a felicidade?		
1864					
1865					

	1		1		
1866					
1867					
1060			Duas horas de leitura		
1868			A filha do arcediago		
1869			Um homem de brios		
1870		Purgatório e paraíso			
1871		O condenado			
1872					
1873			Cenas da Foz		
1874			A neta do arcediago		
			Carlota Ângela		
1875			Anátema		
1876					
1877					
1878			Lágrimas abençoadas	Onde está a felicidade?	Mistérios de Lisboa
1879					
1880					
1881					
1882		Como os anjos se vingam	O condenado		
1002		Divindade de Jesus			
1883			Divindade de Jesus		
		Livro de consolação			

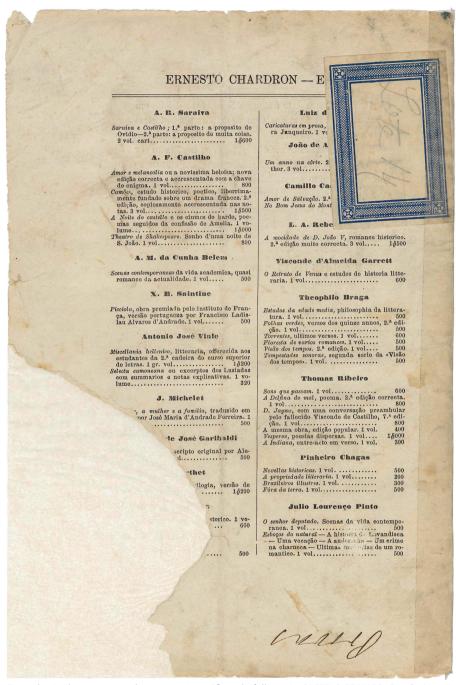
Listagem de títulos camilianos editados por António Rodrigues da Cruz Coutinho, entre 1856 e 1883 Fonte: CABRAL, 2003: 80-85; SANTOS, 1916-1926



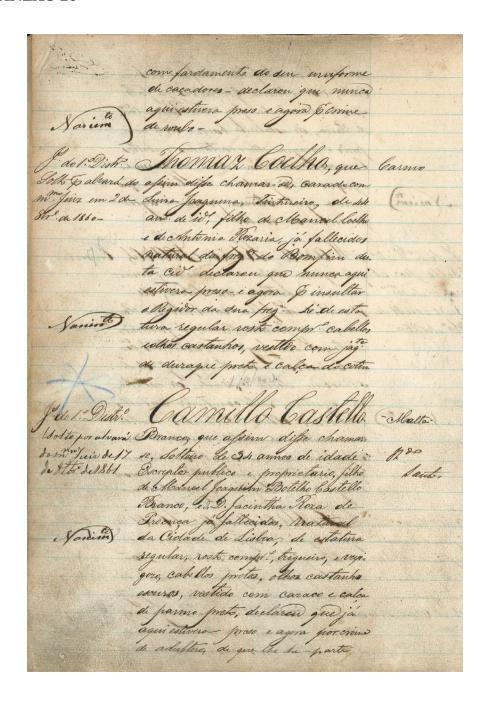
Reprodução da folha de rosto das provas tipográficas do folheto. In CASTELO BRANCO, Camilo (1883). *Notas ao folheto do snr. Dr. Avelino César Calisto*. 2.ª edição emendada. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron. Documentação inédita. Exemplar existente na biblioteca particular de Camilo, *Acervo da Casa de Camilo* 



Reprodução da página 15 das provas tipográficas do folheto. In CASTELO BRANCO, Camilo (1883). Notas ao folheto do snr. Dr. Avelino César Calisto. 2.ª edição emendada. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron. Documentação inédita. Exemplar existente na biblioteca particular de Camilo, Acervo da Casa de Camilo



Reprodução da contracapa das provas tipográficas do folheto. In CASTELO BRANCO, Camilo (1883). Notas ao folheto do snr. Dr. Avelino César Calisto. 2.ª edição emendada. Porto: Na Livraria de Ernesto Chardron. Documentação inédita. Exemplar existente na biblioteca particular de Camilo, Acervo da Casa de Camilo



		200
	Marroel Pinheiro Mues destació	Cohan
	in americ enves desiraca	
	cleander favor estes afuntes q'afe	
	Outibro 2 de 1860.	
	Outhou 2 Me 1860.	
		1. 4 = 1
	An toppin a team aire	10
11 0 0	The state of the s	Coursno
J. do 1. Distr.	Monostericina	· Monthornhos
Cl. et 1 10	.0	The I am
and to for alvarade	o Raporo, que afin dife chamar-	A pelo loci -
m. Suis de l'Ode	se, Sollie de 20 and de idade tra	"Extrares
Outubro de 1861	balhader, filho de Custodio dos Santo	4
Ale fail	and all of the state of the sta	
Opos brocks	e de Anna Tereira, ja fallecidos	
	natural da frega de Campanha	
	d'esta cidade, de estatura regu-	
		TO TOWN THE TOWN
	lar, rosto comprido e vegigase, ca-	
Namen )	bellos pretos, othos castanhos, veste	CA THE CAMPAGE OF STREET
SA TO	de com inqueta di borno ario	
My	do com jaqueta de passo azus	
	ecalca de estopa tingida de	
	preto, declaron que ja estivera	All extensions the
	agui preso casoro por suspeito	
AND THE REST	aqui preso e agora por suspeito	(A
	de ladrão,	
	A SOURCE SERVICE SERVICE SERVICES	
11	11 1 0	AND THE RESIDENCE OF THE PARTY
1. dol Distro	Manoel Humina	clost as
Char diste preso	gu afsim difse chamar-se, veja se n'este levro af 6- e agora vem por sus pristo de la var de la fille fille val de I Badro de Ales fille par val de I Badro de Aroein concesho d'almanni esperant fille fille par la fille fill	Coquenoz-
5 it	1 ft l sugar chamar-se, veja se	
o to	n este coro af 0 - e agora vem	180 Vanto
Noncom	por suspeito de ladras Me fins	Somethito arecomdan
Tri entreque a post	rat de I Podro de al allamo - de tarto, mate	-1 11 0
por.	Couvers Concesso or Christan	e supro. Hom
de les level ems	Charles of and	Sarments 100
1 : do 1 Distro	Mereza de ferus.	Emon
Sotta har Man	a aki dil di	
m. es	a fin dife chamar se	Allend new
m fem 4 decht co 1961	nor appellero a dapa, de	Do Ca richi ad
157		1800 Morry

Registo de entrada de Camilo Castelo Branco na Cadeia da Relação do Porto, a 1 de outubro de 1860. Livro de Registos de Presos da Cadeia da Relação do Porto, 1860-1862, Livro 14. Divisão de Documentação e Arquivo, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

	Médicos, homeopatas, farmacêuticos, boticários, curandeiros com quem Camilo Castelo Branco travou conhecimento e relações de maior ou menor proximidade.	Referências feitas a estas personalidades na obra <i>Camilo</i> <i>e os Médicos</i> (2.ª edição), de Maximiano Lemos.	Verbetes sobre os médicos que assistiram o escritor, e constantes do Dicionário de Camilo Castelo Branco (2.ª edição), de Alexandre Cabral.	Correspondência para Camilo Castelo Branco das personalidades médicas que o assistiram, e existente no Acervo da Casa de Camilo.	Cartas conhecidas de Camilo Castelo Branco para as personalidades médicas que o assistiram.
1	ABREU, Augusto Cesário de Vasconcelos		PP. 18-19	Três cartas: n.º 26 (19-11-1887), n.º 27 (20-3-1888) e n.º 28 (20-9-1888).	
2	AFONSO, Macário (boticário)	PP. 19-22			
3	ALHEIRA, António José Lopes (*2)	PP. 23			
4	ALMEIDA, António Berardino de (*2)	PP. 28			
5	ALMEIDA, António Maria Pinheiro Torres e (*1)	PP. 195-206	PP. 29-30		
6	ALMEIDA, Domingos José Bernardino de	PP. 65-68			
7	ALMEIDA, José Joaquim de (*1)		P. 32	Uma carta: n.º 42 (sem data).	
8	ALVES JÚNIOR, Domingos António	PP. 182-186			
9	AZEVEDO, Alexandre Tomás de (*3)	PP. 31-32			
10	AZEVEDO, Francisco José de (*1)	PP. 13-17	PP. 59-60		
11	AZEVEDO, Lourenço de Almeida e (*1)	PP. 251-256	PP. 61-62		
12	BARROS, João Xavier de Oliveira (*1)	PP. 111-112	P. 71		
13	BEÇA, Rodrigo Xavier de Freitas e (*1)	PP. 118-120	PP. 76-77		Catorze cartas: nove com datação, entre 15-8-1860 e 15-5-1861, e cinco sem datação.
14	BOSSA, António Rodrigues (*1)		PP. 102-103	Existe carta, mas não está registada no livro Camilo Homenageado: o escritor da graça e da beleza.	
15	BOTO, Donas	PP. 43-53			

16	BRAGA, António Ulisses dos Santos (*1)	PP. 281-283	P. 116		
17	CARVALHO, Tomás de (*1)	PP. 207-215	PP. 176-177	Uma carta: n.º 787 (18-5-1887).	Uma carta, datada de 12-5-1887.
18	CASTELO BRANCO, José de Azevedo (*1)	PP. 236-238	PP. 187-188	Treze cartas: n.º 197 (21-6-1883), n.º 198 (23-6-1883), n.º 199 (27-6-1883), n.º 200 (7-7-1883), n.º 201 (13-1-1885), n.º 202 (12-4-1885), n.º 203 (13-12-1885), n.º 204 (sem data), n.º 205 (sem data), n.º 206 (sem data), n.º 207 (sem data), n.º 208 (sem data) e n.º 209 (sem data).	
19	CASTRO, José Joaquim Borges de	PP. 117-118			
20	CARVALHO, Manuel Pedro Gomes de (*6)				
21	CORREIA, João Jacinto da Silva (*1)	PP. 249-251	P. 251		Uma carta, datada de 12-5-1887.
22	COSTA, António Plácido da (*1)		P. 256		
23	DIAS, Vitorino Pereira (*1)	PP. 177-178	P. 293		
24	DINIS, Júlio	PP. 217-221			
25	FARIA, Jerónimo António de	PP. 169-170			
26	FERREIRA, António Augusto Soares Rodrigues (*1)	PP. 334-336	P. 328	Uma carta: n.º 292 (4-3-1885).	
27	FERREIRA, Joaquim José (*1)	PP. 170-176	PP. 330-331	Uma carta: n.º 293	
28	FONSECA JÚNIOR, Francisco Lourenço da (*1)	PP. 349-366	PP. 344-345		Cinco cartas: duas com data (9-12- -1870 e 8-12-1873) e três sem datação.
29	FREITAS, Vicente Urbino de (*1)	PP. 337-343	P. 354	Catorze cartas: n.º 948 (10-1-1887), n.º 949 e n.ºs 1070 a 1081.	
30	GALERIA, José Guilhermino de Araújo Veiga e	PP. 139-142			
31	GRAMACHO, José de Andrade (*7)	PP. 271-279	PP. 371-372		
32	GUEDES, Germano José	PP. 112-114			
33	GUERRA, Augusto Sebastião (*1)	<u> </u>	PP. 374-375	Uma carta: n.º 338 (24-6-1886).	

	JORGE, Ricardo (*1)	PP. 293-309	PP. 409-411	Dezanove cartas: n.º 724 (14-3-1885), n.º 725 (8-5-1885), n.º 726 (7-7-1885), n.º 727 (20-7-1885) e n.ºs 1095 a 1109.	Setenta e sete cartas e cartões: vinte com datação, entre 13-3-1885 e 29-8-1888, e cinquenta e sete sem datação / datação atribuída.
35	LEÃO, José Barbosa (*3)	PP. 38-42			
36	LOPES, José Carlos	PP. 285-291			
37	LOPES-II, José Carlos (*1)		PP. 446-447		Três cartas: com data de 28-4-1876, 19-03-1880 e 15-3-1884.
38	MACHADO, Edmundo de Magalhães (*1)	PP. 367-374	PP. 464-465		Uma carta, datada de 21-5-1890.
39	MACHADO, Manuel António (*4)	PP. 33-34			
40	MARTINS, João Vicente	PP. 97-103			
41	MARTINS, Sousa (*1)	PP. 349-366	P. 485	Uma carta: n.º 777 (23-4-1889).	Uma carta, sem datação.
42	MATOS, Júlio Xavier de (*5)	PP. 325-330			
43	MENEZES, Luís Pereira Ferraz de (*1)	PP. 345-348	PP. 506-507	Duas cartas: n.º 469 (sem data) e n.º 470 (sem data).	
44	MIRANDA, António Porfírio de	PP. 55-63			
45	MONTEIRO, António de Oliveira (*1)	PP. 243-245	P. 519		
46	MOTA, António Vitorino da (*1)	PP. 187-194	PP. 527-528		Dezoito cartas: quatro datadas, entre 22-4-1866 e 16-6-1882, e cartorze sem datação / datação atribuída.
47	MOUTINHO, António Ferreira (*1)	PP. 121-125	PP. 529-230		
48	OLIVEIRA, João Ferreira da Silva (*1)	PP. 79-82	P. 567		
49	OLIVEIRA, Luis Joaquim de, «o cirurgião da bicha»	PP. 131-138			
50	OSÓRIO, José Frutuoso Aires de Gouveia	PP. 69-78			Uma carta, sem datação.
51	PADILHA, António	PP. 127-130			
52	PAIVA, António da Costa (*2)	PP. 29-31			
53	PEDROSA, Joaquim Anacleto da Silva (*1)	PP. 331-334	PP. 593-594		Uma carta, com data de 20-11- 1886.
	PEDROSO, José António Aran-	PP. 148-154	P. 594		

55	PIMENTEL, Fortunato Augusto	PP. 114-115			
56	PINTO, António Ferreira de Macedo	PP. 161-162			
57	PINTO, Aires Baptista	PP. 154-157			
58	PINTO, Gama (*1)	PP. 345-348	PP. 612-613		
59	QUINTELA, José Luciano Alves (*1)	PP. 311-312	PP. 670-671		
60	REIS, José Pereira (*1)	PP. 164-169	PP. 682-683		
61	SANTIAGO, Manuel Lopes (*1)	PP. 318-322	P. 718		
62	SENA, António Maria de (*1) (*5)	PP. 265-269, 325-330	PP. 731-732	Duas cartas: n.º 747 (29-10-1886) e n.º 748 (31-10-1886).	
63	SEVERINO, António Duarte Ferreira (*6)				
64	SILVA, António Monteiro Rebelo da (*1)		PP. 741-742	Uma carta da mulher de Rebelo da Silva, Hilda Ribeiro da Silva: n.º 935 (17-5-1889).	
65	SILVA, José Carneiro da (*2)	PP. 28-29			
66	SILVA, Luís António Pereira da	PP. 162-163			
67	SILVA, Santos e	PP. 229-233			
68	SINVAL, José Gregório Lopes da Câmara (*1)	PP. 89-95	PP. 753-755		
69	SOARES, Bento de Freitas	PP. 223-227			
70	VAN DER LAAN, Pedro Adriano (*1)	PP. 322-324	P. 795		
71	VASCONCELOS, Francisco Pereira Amorim de (farmacêu- tico) (*3)	PP. 34-38			
72	VAZ, Francisco de Assis Sousa	PP. 83-87			
73	VIEIRA, António de Sales de Sousa Guedes	PP. 105-110			
74	VITERBO, Sousa	PP. 257-263			

<sup>(\*1)</sup> Médicos assistentes do romancista, tendo por base a lista apresentada por Alexandre Cabral (*Dicionário de Camilo Castelo Branco*, p. 489). São trinta e oito, porque lhe acrescentámos «Francisco José de Azevedo», marido de sua irmã Carolina.

Fonte: CABRAL, 2003; COMISSÃO DE HOMENAGEM póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, 1915-1920 (1920): 9-213; LEMOS, 1974

<sup>(\*2)</sup> Docente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto

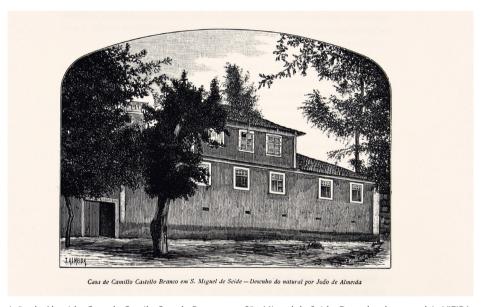
<sup>(\*3)</sup> Condiscípulo de Camilo na Escola Médico-Cirúrgica do Porto

<sup>(\*4)</sup> Companheiro de casa quando residia na rua Escura

<sup>(\*5)</sup> Médicos que acompanharam internamento de Jorge Castelo Branco no Hospital Conde de Ferreira

<sup>(\*6)</sup> Médicos que acompanharam o pai de Camilo, nos últimos dias de vida

<sup>(\*7)</sup> Médico que assistiu Manuel Plácido, na ocasião da sua morte



João de Almeida. Casa de Camilo Castelo Branco, em São Miguel de Seide. Desenho do natural. In VIEIRA, José Augusto (1887). *O Minho pitoresco*, vol. II, p. 109



Abel Acácio. Casa do Senhor Visconde de Correia Botelho, Camilo Castelo Branco, em São Miguel de Seide. Desenho do natural. «Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro», 9:9, 261 (21 mar. 1886). Lisboa: [s.n.], 67-68



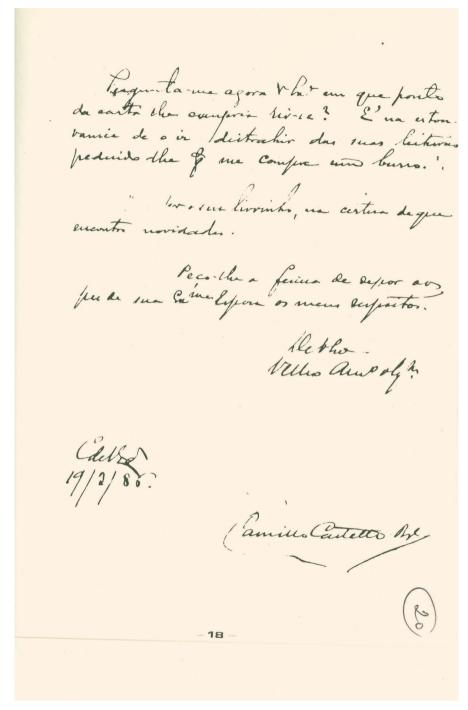
Casa de Camilo, fachada principal, c. 1900. Casa de Camilo



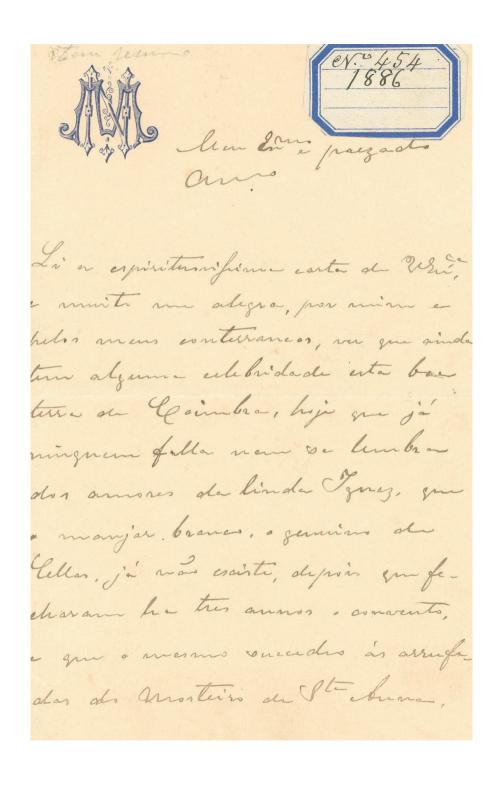
Men presade aim.

Le for capar de les esta centa sem serior, está thon a prova do humorismo indigena. Of more medicos, empertoros de que as in permas vas paralysar, mandam-me das francis a cavallo. Entento um, como recordação de bom Tempos; mas panas un atrevo amontalo. Aconschoiram : me arquitaras and burro, parifico, un manhas, namo erothimos unto violentos. L'impiniol accontrar no ellailes un burs en tacs contrisones: por que, algun of acid equation , tas abbady . allactrom me procureto no campo de ("ountra, onde perma nece auin a caca la buno espirituro e meio aca dancio da Maschan a dos Fornos. Lido ito, the eneanega um dos seus careeros de une comprat un primento, nas condicosus the Expention amine lefevidas - burs ques ex cada o on y hibrar. applacorado que estiga, envis aby a gto of love designar, coburn bem pa Famalicas, tomar Jete was weekas Contemplaceurs bucoticas por estas montanhas.

-17-



Carta de Camilo Castelo Branco a Adelino das Neves e Melo, de 19 de março de 1886. In TAVEIRA, Miguel D. (1977). *Já em 1886 os asnos eram problema*. Lisboa: edição do autor, pp. 19-20



distinado actualte por cazarna do 23. Sinda bem grunns fica a celebrida de de bur, que nos fice dize en a pez ar de con filher adoptivo d'uti tura, d'este viveiro de cabios, mas en somma = Son quare ton film, amei-to de vide un aborece = e por ipo e sem un trecitar as byricas do Joan de Lamos, tomo tambem It amin efa homea. Mas agre seria, en sympathin com · bruso, acho - a modesto, paciente

e fortifiem, gran de bronze crystallin des herses de Janqueiro. Outr'or for elle mais feliz; haje · vista as somance gle Buss de Duro, de oppulio, a Lika de temps de Vagans: mas, som mais devancies histories, pelos untimos emportos e pelo grande empenho de les var ngardavel, remetter-brow-his a mais bells enemplar aginino d'estas seres. mas; ainda afrin mands-Mis

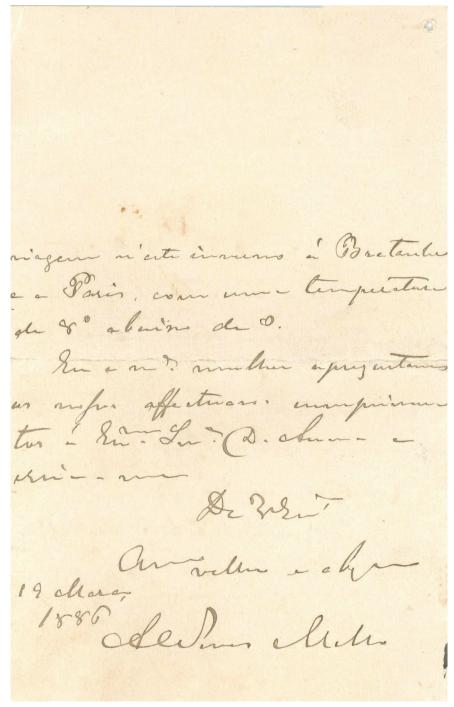
a contento e or Whi was gostar d'elle recurie - mo, ficande en con elle pelo m. prico, Admira- un gru pt. ef - province cia mas haja bono burros, influencia taloz de matempshieres, por agui continuam a florescer a tão popantes que a aguantam a carga of un linte de univer n'alasti. Agradices as boas palaures me dig å cure do men lor



winds; en immen paparei d'un Getrus in unclis som a complemento do prolognio; hoji pens a uma cousa, amanha ai outra e o resulta. do é mas saber mada. Ainda afrim a igne mais me prender é a estudia des sevencias naturaes. Salas p. s anno lu afferica um estrado n'acrea d'unis existencias, de que ais, es gur mais en mens somes dalprieadre pela Vileres de lama, and avalianns a actividade, som as

sande a amolance de ares tem agui um cara e também um quinte as sun orders, and VIN e in Su Lut (D. Anime estariain i den vanteder, a me gen livin a maier catinficar. - Desgar mit ver - Us e, a man grever utilise - en glit sur case, takes in ate primeren lu face um solo e contar-lu his as imprefires de minhe

molling con ture tru Fasticipo a Przu que pedi a minter demip is de Commission in de policie de Combre; du de anas por sempre a cargos publicos; agas on tractar de combrecer miller so tores mollos en, mens patifes de cuto de que · bipedes das repar relações. Resta-me dizer - Visn' sun se julga somoculente p? - suc

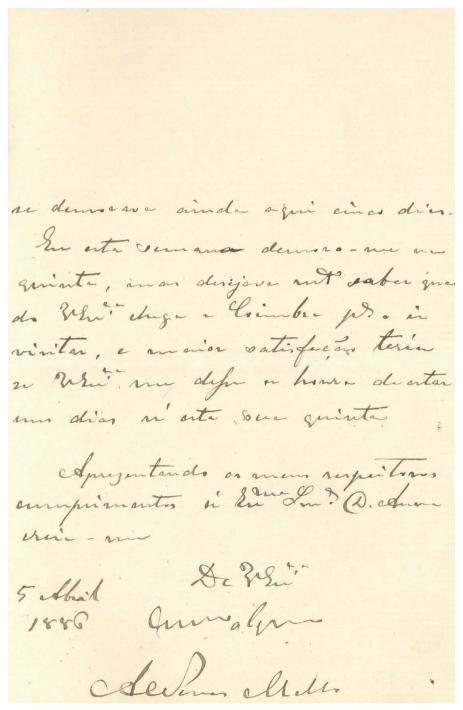


Carta de Adelino das Neves e Melo a Camilo Castelo Branco, de 19 de março de 1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 454, Casa de Camilo

Mus In In W. 455 1886

Sordir en desempention o enearge de gu Poli m incumbis, mas man fii por nigligencia. Zerande respondi di-3 en do que era facillimo arranjar. amimal, penser apenas na quantidade, por gne bem sabia que se propagare por agni entra ordinaria ta race arinina, now attendi posem a gradidade; hoje mås i tas focil, como en julgara, encratran- se um bom busso; seguinde a drandencia universitaria foram perden de a vivacidade e o vigor, e or actuais son unt inferiores and d'autras eras, de força d'aquelle que proprier es

su ardias do convento de S. Silvestre e que the maltare as qualidades dizendo « que mentare as meio di. and I Tilvester a un anciros de maia hora se punha em Gladuste; D'ester j'à mais mistern. Man gene como, o bours que agri tento i bom e a sen ento man enceder 24:000 dign-me Win' ne Un der mandar ja å de gru mod: com je dife mån agradande devolve-mo Readi . Telegramm - oh Whi e respondi løge dijends gru · especialista de domas d'olhos

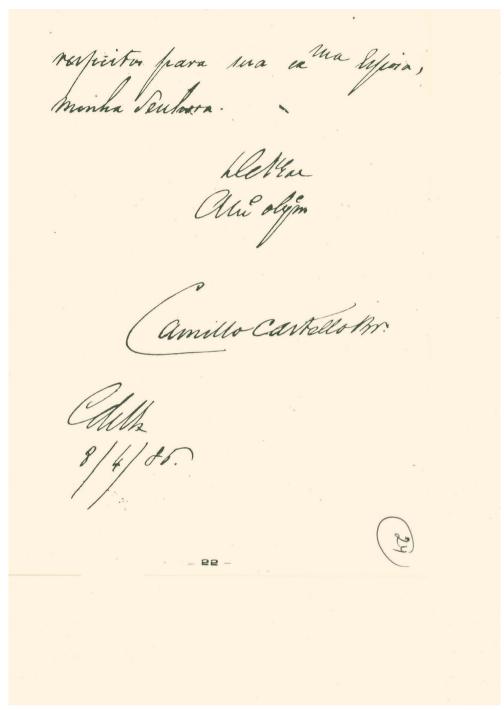


Carta de Adelino das Neves e Melo a Camilo Castelo Branco, de 5 de abril de 1886. In Acervo de Correspondência, n.º 455, Casa de Camilo

Men en Amigo Nejo que à mais fait montrer als caquir uma duria de viscondes do q um burro segu lar. Talver se desse a evolução darrimis ta. A gente vi passar a visconde e não ve o burro incluso. Requer-ia . o othe scientifico, experimental que les nois tem nem eu. Muito les agradeces o resultado das mas pesquisas. Hoje deve Un recober um vale de 24 \$ 200

para pagar o men companheiro de recursours e traversias por utas sersas. B burs queix Ohr enviar-m'e pela via-ferrea. Nois vejo methor meio de Francisorte, nem deverouros esperar a na regação aeria, salvo u Var vir que elle, baturdo as aras do genio, pode esvoaçar ate agui, como o negro melra da cantiga. Un terri à bont de me avisar de dia om - 50 -

o illustre peregrino chega a tamo licas para as anctoridos o cumprimen in comme do teleg, a não funde in a Co houten as ver e Eeste defarve e segression doute. Mal pour pa lahis 21 ...



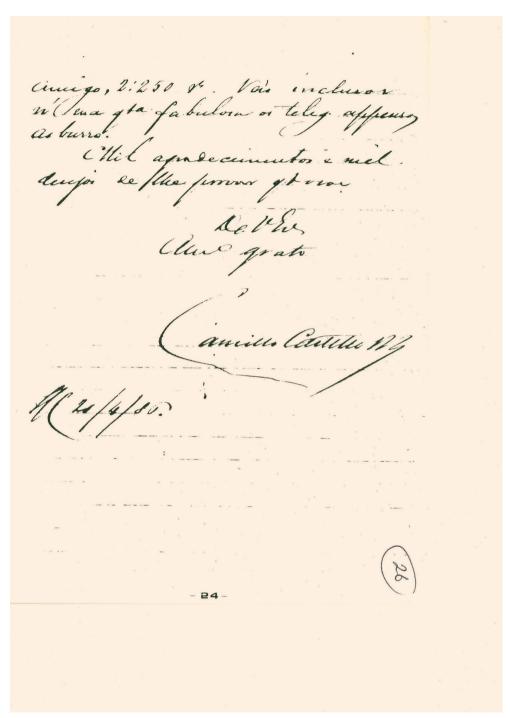
Carta de Camilo Castelo Branco a Adelino das Neves e Melo, de 8 de abril de 1886. In TAVEIRA, Miguel D. (1977). *Já em 1886 os asnos eram problema*. Lisboa: [edição do autor], pp. 21-24

t. 60. che Jano ano Partio hoje d'agni a animal às 4 horas da larde, o gru Brui ja sabe pelo telegramme gur enpudi. 22:500 foi sen enstr e o transporte 3:160 com se në pela gina inclusa. A apparencia do buesphalo mão digo gur seja das mais seductoras, mas son informado das suas boas qualidades e dude Lorvas, terra do vom masciments, ali ares arredores de Caimbre é contre wide come not bom born. Em tide · cazo, repito . q. je dife, não servind en fier en elle puls on prices. Tiveram o deserce de un pudir & mosdas por um burs! alem de achar a price encepios non getir de vivaci

Lade d'elle e parices - me velleracs Não respondi logo - carte de Whi! port. si a recebi mo rogues de quinta. Care non inammedar as anotheridades administratives d'éper esmeilhe pareces-me without gon magage inequit, sem mosmo hvar à distince as homerifier el'ann alberde Ounglyin

Carta de Adelino das Neves e Melo a Camilo Castelo Branco, de 19 de abril de 1886. In *Acervo de Correspondência*, n.º 456, Casa de Camilo

elle fruisado auso e her . f. Ca esta o onagro. al ais o puno ver for que estou les cama com thamas tutos; mas oucos unear valente Int: Suche farmalicas ate aqui, mas Witainle to passado mel a noite, xe below furias lascivas, dom juverescas, ir cada femia que encontrava. Logo que chegor , investir para dois yas romos of tenho. O dealo tem frents. d'elle o j gent que seja la marque de l'allada. Pareca lumo umatires Fas! allen filho Nuno neis di her me a cama que nas consente a que en o montane (o burro) em glo the durane a crise crothica. elsim farie ja não ser victima de provisiones que me exaugalharan a min, tim in de todo burro. Remeter the mend presado



Carta de Camilo Castelo Branco a Adelino das Neves e Melo, de 20 de abril de 1886. In TAVEIRA, Miguel D. (1977). *Já em 1886 os asnos eram problema*. Lisboa: [edição do autor], pp. 25-26.

t.br.

En ans Pour

Antehontim, 22, tinha escripto uma exta a Whi, que por esquecimento mas foi deitada no esseis, na qual pedia un fope envia de a jumento, visto la salido tão outer do que en julgava: recebendo o telegramana e hoje a carta de Vreni, instituiser a avinha, umprimado - mu so dizer o seguinte: Lemands ruchi a burs, que vir de Larvar. mandi- a aparellar e anto embora Mu notafu algama repugarancia em receber . freis, comtado mão recalcitron mito foi momtado e portoer-or bem, a ponto de en discar mentar or elle men filler, que tim dez mm de edade. Høje imprehends, em vista das informações de Wir, que aquella mannidas era efadiça da jornada e man indole natural do omagos. Ol'esta data mois a Whi em um vale de estres 22:500, man julgue porem gue tinha difficuldade con a vender, pris again ha

muita preme d'épa gade p? a transforte de coaces de favinhe das azenhas e p. trabalharem as moras e o vem custo e relativative elevando: en tentro uma bura cega d'un alle, conhecuedo - Un efe defito got a comprei, e ainde afrim emter - m 13:5000 Reubi a importancia de 2:250, mas for dumain, pris Vir man devia enroist - me a importe dos telegrammes. Tamber j'i des entrade me me? quinte o perfido jumento, que tão ve-Macat illudio a minhe bra fé: då gru elle zenresa enceprivate ifos anti en, mas vins inferi tão luscusissa feria como a que la manifestou: imaginer agnellar enpanses must platonicas à serrellança

des Primarraes d'un poete nove ? tule agui sobre a mega. el'o mez de abril a asmo zura tão insermento como o joven prete for verm a one i'deal beldade, julyands tambem que as verdyants paseigns de aprazivel Minho the disputation mais a via lyrica, sends talvez injusts demaninal a crotien. I cap des garrams i que vis pår em relivo a torpe lacivie de brute: como ficación venedos es garrans com somethant palife! el fin de contas a tree de cartas e de telegramanas m'este augrerie man foi des menos importantes de q un temos acempado, pris motornitas diplomaties de menor alcaner er acham aschivadas em varias chancella Agra cosio, o que lamento

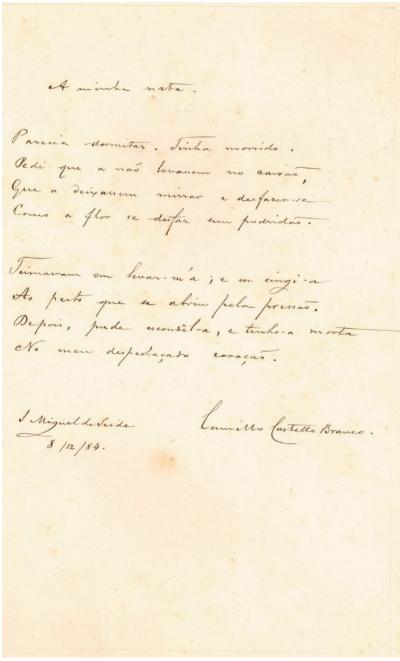
e mår tu prolide ser prestavel - Visio com tanto desejava, mas ainde afrim felicito- un de Whi'e man filhe mão terem calrido. Em este des espontamen. to a man inhiba de se servir de futur de men frans prestimo e a gru einenate desejo, pris mit estimava ana nifestar-the de milles "made a mimh- dedicacon. Aprezentamals as mens afectus. Der respector ei Son En Familie

Carta de Adelino das Neves e Melo a Camilo Castelo Branco, de 23 de abril de 1886. In Acervo de Correspondência, n.º 457, Casa de Camilo

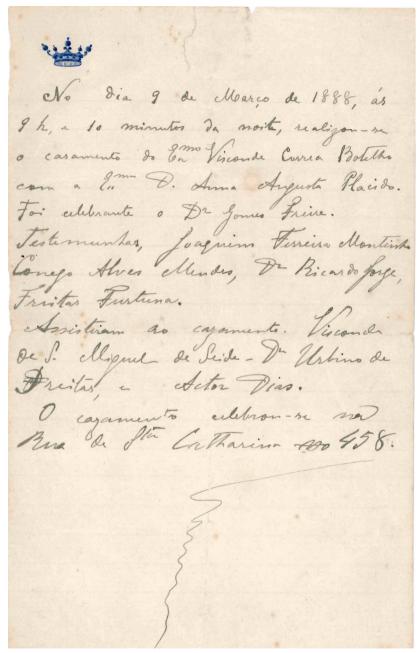
Como supplemento às Notas diploma tiaj wobre o burro, salvo seja, vai esta Como recibo das 5 libras, reis 22\$500. A posteride, alon de ver que formos le boas contas, maravilhar-11-ha vendo quaes vans as previous pacoeus de dois excriptores apas methaphysical. Te Vhe conservar esse pachidorme, e elle render o espirito en dua Casa, \_ 25 \_

porha entre as ovelhas a nona Elle fer gemer de telegraphe, e promettes gemer Com as fracturadas. Otala que a final. victima d'ene

Carta de Camilo Castelo Branco a Adelino das Neves e Melo, de 26-04-1886. In TAVEIRA, Miguel D. (1977). Já em 1886 os asnos eram problema. Lisboa: [edição do autor], pp. 27-28



Poesia *A minha neta*, de Camilo Castelo Branco, datada de 8 de dezembro de 1884. In *Acervo da Casa de Camilo* 



Apontamento manuscrito de Nuno Castelo Branco sobre o casamento de Camilo Castelo Branco com Ana Augusta Plácido, realizado a 9 de março de 1888, na rua de Santa Catarina, no Porto. In *Acervo da Casa de Camilo* 

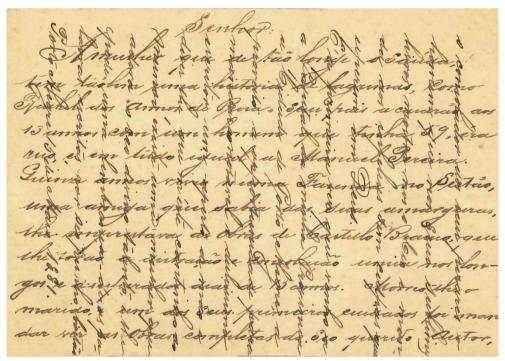


Chalé de Nuno Plácido Castelo Branco, São Miguel de Seide, finais do século XIX. In Acervo da Casa de Camilo



José Viale Moutinho (2009). *Camilo Castelo Branco: Memórias fotobiográficas (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 362





Cartão de visitas enviado por Maria Isabel Rosauro a Camilo Castelo Branco, Porto Alegre, 15 de maio 1881. In *Acervo de Correspondência*, doação de Alberto Aurélio Veloso de Araújo, Casa de Camilo

Ma cosse oure Camilo rain or m'de para entrae na edennotate do pénio, vendo trajer es as. Vendos também trajer o prémis que rue suam. e sur volor vimbolis, vel Camilo surerere, enus provavelmente nentrue outes ari en portupier. E ee, aprenty, de vo mas as Meste. Destamas. 28. Feocreiro. 35

Dedicatória de José Saramago, exarada no *Livro de Honra da Casa de Camilo*. São Miguel de Seide, 28 de fevereiro de 1999. In *Acervo da Casa de Camilo* 



COLEÇÃO «TESES UNIVERSITÁRIAS», N.º 15 Prémio citcem/afrontamento 2020

# VIVÊNCIAS DE CAMILO CASTELO BRANCO A PARTIR DA SUA CORRESPONDÊNCIA

JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA







